

UNIVERSIDADE DE LISBOA

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO



UMA INTRIGA PATRIMONIAL

**EXCURSÃO AOS MAIS VALOROSOS E EDUCATIVOS
MONUMENTOS DE ARTE E ARQUITETURA NA COMPANHIA
DOS SENHORES DEPUTADOS DA NAÇÃO PORTUGUESA
ENTRE 1820 E 1910**

António Manuel Correia Henriques

Orientador: Prof. Doutor Jorge Ramos do Ó

**Tese especialmente elaborada para a obtenção do grau de Doutor em
Educação na especialidade de História da Educação**

2018

UNIVERSIDADE DE LISBOA
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO



UMA INTRIGA PATRIMONIAL

**EXCURSÃO AOS MAIS VALOROSOS E EDUCATIVOS MONUMENTOS DE
ARTE E ARQUITETURA NA COMPANHIA DOS SENHORES DEPUTADOS
DA NAÇÃO PORTUGUESA ENTRE 1820 E 1910**

António Manuel Correia Henriques

Orientador: Prof. Doutor Jorge Ramos do Ó

**Tese especialmente elaborada para a obtenção do grau de Doutor em Educação na
especialidade de História da Educação**

Júri:

Presidente: Doutor Justino Pereira de Magalhães, Professor Catedrático e membro do Conselho Científico do Instituto de Educação da Universidade de Lisboa.

Vogais:

- Doutor Luís Alberto Marques Alves, Professor Associado com Agregação
Faculdade de Letras da Universidade do Porto;
- Doutora Catarina Sofia Silva Martins, Professora Auxiliar
Faculdade de Belas-Artes da Universidade do Porto;
- Doutor António Manuel Botelho Hespanha, Professor Catedrático Aposentado
Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa;
- Doutor Sérgio Carneiro de Campos Matos, Professor Associado com Agregação
Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa;
- Doutor António Manuel Seixas Sampaio da Nóvoa, Professor Catedrático
Instituto de Educação da Universidade de Lisboa;
- Doutor Jorge Manuel Nunes Ramos do Ó, Professor Associado
Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, orientador.

Apoio financeiro da Fundação para a Ciência e Tecnologia (SFRH/BD/47640/2008)

2018

ÍNDICE GERAL

| | |
|--|-------|
| Agradecimentos | xii |
| Agradecimento especial | xv |
| Resumo | xvi |
| Abstract | xvii |
| INTRODUÇÃO | 1 |
| 0.1. O arquivo e a rasura dos discursos parlamentares | 4 |
| 0.2. Construção de um olhar através das figuras espectrais e algumas interrogações de base | 8 |
| 0.3. Pergunta ao arquivo em função da ideia de originalidade | 10 |
| 0.4. Pertinência da série longa, limitações potenciais da escrita e relevância das descrições | 12 |
| 0.5. Pergunta genealógica | 15 |
| 0.6. Conceito central | 18 |
| 0.7. Obras e autores: apropriações | 19 |
| 0.8. Vínculo à educação e a disciplina da história da educação | 21 |
| 0.9. Alguns aspetos do regime jurídico na Monarquia Constitucional | 24 |
| 0.10. Querer herdar a herança | 28 |
| 0.11. Cruzamento com o jornalismo | 30 |
| 0.12. <i>De Aluno a Artista</i> e função-autor | 32 |
| 0.13. Descontinuidades propulsoras | 36 |
| 0.14. Orientação, seminário | 39 |
| 0.15. Cumplicidades: conversa ao longo do tempo | 41 |
| 0.16. O que haveria de perigoso em falar indefinidamente | 43 |
| 0.17. <i>A sabedoria</i> ao alcance dos escravos submissos | 45 |
| 0.18. Organização dos capítulos | 49 |

CAPÍTULO 1. O DOMÍNIO DIFUSO: OS REIS SÃO DA NAÇÃO, OS
MONUMENTOS NÃO SE SABE DE QUEM SÃO 55

| | | |
|-------|---|-----|
| 1.1. | Os monumentos iniciais, Mafra e São Vicente de Fora | 57 |
| 1.2. | O estado das finanças e a terra imemorialmente cativa | 59 |
| 1.3. | Monumento de Mafra visto por partes | 63 |
| 1.4. | “As escolas estão muito más e há muita falta de educação” | 66 |
| 1.5. | Pedem-se mestres de primeiras letras | 70 |
| 1.6. | Uma escrita controlada | 73 |
| 1.7. | Uma classe para instruir, outra para ser instruída | 76 |
| 1.8. | Constituição da máquina denunciante | 81 |
| 1.9. | Proclamação de 1820 | 83 |
| 1.10. | Considerações sobre a megalomania construtiva | 85 |
| 1.11. | Herança como princípio conservador do Estado | 89 |
| 1.12. | Noção de decoro e conservação dos palácios | 95 |
| 1.13. | Uma primeira dissociação entre palácios e reis | 99 |
| 1.14. | Nacionalização de bens e exceções | 102 |
| 1.15. | Inundações, lezírias e mouchões, património do rei | 104 |
| 1.16. | Bens majestáticos e bens patrimoniais | 110 |
| 1.17. | Deputados herdeiros do esplendor real | 117 |
| 1.18. | Os rituais ordenadores dos parlamentares | 122 |
| 1.19. | As “imperfeições” do Diário das Cortes | 125 |
| 1.20. | Interjeições e incompletude da fala | 129 |
| 1.21. | Notas finais | 133 |

CAPÍTULO 2. UMA RAZÃO DE ESTADO SOBRE OS MONUMENTOS.
INSTAURAÇÃO DO TRIUNFO DA *CONSERVAÇÃO* SOBRE A *VENERAÇÃO* 135

| | | |
|------|---|-----|
| 2.1. | Os edifícios do reino sob três pontos de vista | 136 |
| 2.2. | A conservação do venerável monumento da Batalha | 139 |
| 2.3. | Restituir a beleza perdida | 142 |
| 2.4. | Emaranhado das obras em paços e palácios | 144 |
| 2.5. | Viagem de António Luís de Seabra a Alcobaça | 149 |
| 2.6. | Apresenta-se João de Deus Antunes Pinto | 153 |

| | | |
|-------|---|-----|
| 2.7. | A extinção das casas religiosas masculinas | 156 |
| 2.8. | Exceções à venda maciça | 160 |
| 2.9. | Contenda entre <i>veneração e conservação</i> | 164 |
| 2.10. | O texto entre a Câmara dos Deputados e dos Pares | 168 |
| 2.11. | A intervenção de Morais Sarmento | 173 |
| 2.12. | Transferir a vida dos edifícios para os seus restauradores | 178 |
| 2.13. | Matas, pinhais e arvoredos também eram exceções | 180 |
| 2.14. | Primeira classificação dos monumentos por níveis de importância | 184 |
| 2.15. | Territorialização do Estado | 186 |
| 2.16. | O desenho contemporâneo dos monumentos | 191 |
| 2.17. | Os alvarás de 1721 e de 1802 | 194 |
| 2.18. | Notas finais | 197 |

CAPÍTULO 3. O PROJETO DA ESCOLA A PARTIR DO PARLAMENTO. HARMONIA COM O SISTEMA POLÍTICO, QUEBRA DOS FOCOS DE INSTABILIDADE, COMBATE À DERRISÃO

| | | |
|-------|--|-----|
| 3.1. | A força potenciadora da instrução | 203 |
| 3.2. | O método de ensino mútuo | 205 |
| 3.3. | O que devia ser lido e os encargos dos mestres | 208 |
| 3.4. | Compromisso das escolas no reino | 211 |
| 3.5. | Plano dos liceus nacionais | 215 |
| 3.6. | Refutação do <i>Setembrismo</i> | 217 |
| 3.7. | A contestação de Almeida Garrett | 221 |
| 3.8. | Combate pela instrução primária | 225 |
| 3.9. | Papel dos municípios | 229 |
| 3.10. | As propostas de José Tavares de Macedo | 232 |
| 3.11. | O plano de concessão de imóveis | 236 |
| 3.12. | Monumentos como adorno das leis | 238 |
| 3.13. | Conquistar a moralização dos costumes | 241 |
| 3.14. | Converter pedras em homens | 244 |
| 3.15. | Interesse das carreiras públicas | 248 |
| 3.16. | Uma autorregulação das classes sociais | 251 |
| 3.17. | Ensinar a produzir, aprender a ser conforme | 254 |

| | | |
|-------|---|-----|
| 3.18. | A relevância das casas públicas para as escolas | 257 |
| 3.19. | Uniformizar a doutrina | 261 |
| 3.20. | “O que é escândalo?” | 265 |
| 3.21. | Liberdade-regularidade | 269 |
| 3.22. | Herdeiros da influência clerical | 272 |
| 3.23. | Erros palmares, solecismos repugnantes | 275 |
| 3.24. | Seres de qualidades excepcionais | 277 |
| 3.25. | Notas finais | 280 |

CAPÍTULO 4. O GRANDE INVENTÁRIO DOS MONUMENTOS DE PORTUGAL E O FORTALECIMENTO DO PODER DO ESTADO PELA INAÇÃO, INSUFICIÊNCIA E INTERVENÇÃO CASUÍSTICA 283

| | | |
|-------|--|-----|
| 4.1. | Museu central para as belas-artes | 284 |
| 4.2. | Três documentos fundamentais para a caracterização do estado das artes | 286 |
| 4.3. | Construir um grande livro de história | 289 |
| 4.4. | Museus para potenciar capacidades operárias | 292 |
| 4.5. | O arquiteto José Maria Nepomuceno às voltas com as pilhagens | 296 |
| 4.6. | “Este povo cospe, despreza e odeia” | 300 |
| 4.7. | Edifícios sumptuosos para guardar a herança | 302 |
| 4.8. | O projeto de lei da comissão governamental | 305 |
| 4.9. | Proteção dos monumentos como consciência da pátria | 307 |
| 4.10. | Centralização como menoridade | 311 |
| 4.11. | A intenção de um inventário artístico | 313 |
| 4.12. | Desenho no centro da transformação dos ofícios | 316 |
| 4.13. | A concepção de monumentos da comissão | 318 |
| 4.14. | O papel da Real Associação dos Arquitetos | 320 |
| 4.15. | Falar da grandeza através das ruínas | 323 |
| 4.16. | Propostas de grupos e comissões | 327 |
| 4.17. | Acudir ao que é necessário, depois ao útil, depois ao agradável | 330 |
| 4.18. | Um grande mosaico no solo | 333 |
| 4.19. | Reclamações de toda a Câmara | 336 |
| 4.20. | Incursões no país do arquiteto Possidónio Narciso da Silva | 339 |
| 4.21. | Notas finais | 343 |

| | |
|---|-----|
| CAPÍTULO 5. RETALHAM-SE AS MURALHAS DOS CASTELOS E VENDEM-SE AS JOIAS DA COROA | 345 |
| 5.1. Na terra desamparada de Deus e da arte | 346 |
| 5.2. Objetos inalienáveis e imprescritíveis | 349 |
| 5.3. O papel da Comissão dos Monumentos | 352 |
| 5.4. Legislação de 1894 sobre o “culto” dos monumentos | 355 |
| 5.5. A corporação militar antecipa uma proteção | 357 |
| 5.6. Concessões: parte das muralhas de Melgaço e ruínas de Mourão | 361 |
| 5.7. Concessões: Castelo de Montemor-o-Velho | 366 |
| 5.8. “É histórico”, diz o deputado José Estevão | 371 |
| 5.9. Um campo ambíguo, incerto e diverso como a cultura do arroz | 374 |
| 5.10. Inquéritos e oposição dos donos das terras | 377 |
| 5.11. Lenta permeabilização entre vestígios e ideias morais | 380 |
| 5.12. Instrução e descentralização | 383 |
| 5.13. O ensino da história nas meditações dos reformadores da instrução primária | 386 |
| 5.14. A reforma da instrução primária de 1878 | 389 |
| 5.15. A importância das biografias de grandes homens | 391 |
| 5.16. Noção de grandiosidade verte-se para os programas e afeta os discursos | 394 |
| 5.17. Exposição da ignorância | 397 |
| 5.18. As joias inalienáveis põem-se à venda | 400 |
| 5.19. Devia aproveitar-se tudo o que não implicasse diminuição do esplendor da Coroa | 403 |
| 5.20. Notas finais | 407 |
| CAPÍTULO 6. O DECORO EM DESVANECIMENTO CONSTRÓI O ESMERO DO ESTADO PELOS MONUMENTOS | 409 |
| 6.1. Posse do Estado, usufruto da realeza | 409 |
| 6.2. Palácios ocupados por todas as razões menos por decoro e recreio | 411 |
| 6.3. No arrendamento não há alienação | 414 |
| 6.4. O Museu dos Coches na transmutação do decoro para o Estado | 418 |
| 6.5. O tonel sem fundo das obras em palácios reais | 421 |
| 6.6. Os três questionários aos monumentos de 1894 | 423 |

| | | |
|-------|--|-----|
| 6.7. | Um Parlamento insensível às antiguidades | 426 |
| 6.8. | O inventário segundo Ramalho Ortigão | 429 |
| 6.9. | O <i>culto</i> por Aloïs Riegl | 432 |
| 6.10. | Valores de <i>antiguidade e histórico</i> | 434 |
| 6.11. | A <i>função</i> de massa dos monumentos | 438 |
| 6.12. | O património como uma questão imperturbável, em que não há esquerda nem direita | 440 |
| 6.13. | O exemplo da fábrica de gás de São Vicente de Belém | 443 |
| 6.14. | A Real Associação dos Arquitetos e Arqueólogos empreende uma cruzada de contornos modernos | 446 |
| 6.15. | Presença da ideia cultural | 449 |
| 6.16. | A conservação dos padrões antigos simbolizava o espírito e o trabalho populares | 452 |
| 6.17. | Envolver as pedras no sentimento coletivo | 454 |
| 6.18. | Derrocada no Jerónimos | 457 |
| 6.19. | O manifesto valor de troca dos objetos de arte | 463 |
| 6.20. | Serviçais de uma religião | 465 |
| 6.21. | Objetos inalienáveis, imprescritíveis | 468 |
| 6.22. | O Museu de Etnologia educador dos portugueses | 471 |
| 6.23. | Fragilidades do Conselho dos Monumentos | 475 |
| 6.24. | A classificação, finalmente | 478 |
| 6.25. | Notas finais | 480 |

CAPÍTULO 7. A TROCA E O ENTESOURAMENTO NA DEFINIÇÃO DA TRADIÇÃO COMO SABER ACUMULADO 483

| | | |
|------|--|-----|
| 7.1. | A Academia de Belas-Artes e a reprodução da herança | 484 |
| 7.2. | A avaliação dos quadros de Carlota Joaquina | 487 |
| 7.3. | O Museu Portuense | 491 |
| 7.4. | Direitos de importação e exportação | 494 |
| 7.5. | Artigos visados pelas alfândegas | 497 |
| 7.6. | Entesouramento e fruição | 503 |
| 7.7. | A redefinição do ensino industrial | 505 |
| 7.8. | “Algumas máquinas quebradas” no Conservatório de Artes e Ofícios | 510 |

| | | |
|-------|--|-----|
| 7.9. | As escolas industriais como fornecedoras de modelos de objetos | 513 |
| 7.10. | Reprodução dos principais monumentos | 515 |
| 7.11. | Os museus para fabricantes, negociantes e público | 518 |
| 7.12. | A questão do “Manuelino” e para que serviam os monumentos | 519 |
| 7.13. | A questão do <i>fabuloso</i> Grão-Vasco | 523 |
| 7.14. | O estudo aturado e a <i>mania</i> da excecionalidade | 528 |
| 7.15. | A instrução das artes e ofícios e o valor de troca | 531 |
| 7.16. | O modelo de Salicis de instrução e aprendizagem dos operários | 532 |
| 7.17. | Crença na indústria e ocaso dos museus transacionáveis | 538 |
| 7.18. | Emergência do Museu Nacional de Lisboa | 540 |
| 7.19. | O papel arrecadador do Depósito das Livrarias dos Extintos Conventos | 545 |
| 7.20. | O maldito inventário | 548 |
| 7.21. | Combater a ideia de dispersão | 553 |
| 7.22. | A grande retrospectiva dos objetos de arte de 1882 | 555 |
| 7.23. | A Escola e a Academia de Belas-Artes | 559 |
| 7.24. | Notas finais | 562 |

CAPÍTULO 8. A PRIMEIRA GRANDE REFORMA DA INSTRUÇÃO SECUNDÁRIA E A FORMAÇÃO DE UMA CLASSE DIRIGENTE, DOTADA DE UM SABER GERAL, RECEPTORA, TRANSMISSORA E GUARDADORA DE BENS CULTURAIS 565

| | | |
|-------|--|-----|
| 8.1. | As classes dirigentes defensoras e transmissoras dos bens culturais | 567 |
| 8.2. | A intervenção de Jaime Moniz na Câmara dos Pares | 570 |
| 8.3. | A proposta de reforma da instrução primária | 574 |
| 8.4. | Aprendizagem à custa da malograda descentralização | 577 |
| 8.5. | Bernardino Machado pugna pelos municípios | 579 |
| 8.6. | A organização do ensino secundário | 583 |
| 8.7. | Aprender para poder e para saber | 585 |
| 8.8. | Uniformização de procedimentos e a educação como a primeira parte da política | 588 |
| 8.9. | O ensino secundário como ponto comum da mentalidade da vida nacional | 591 |
| 8.10. | Transmissão <i>natural</i> | 595 |
| 8.11. | As disciplinas centrais na orgânica da instrução secundária | 598 |

| | | |
|-----------------------|--|-----|
| 8.12. | Exemplaridade da história | 601 |
| 8.13. | Um estudo eminentemente moral e subjetivo dos monumentos | 605 |
| 8.14. | Das descrições simples à autonomia | 608 |
| 8.15. | Valor pedagógico do latim | 611 |
| 8.16. | Parlamento avalia a reforma de Jaime Moniz | 613 |
| 8.17. | Ribeiro Coelho contrário ao ‘constrangimento’ dos professores | 615 |
| 8.18. | Defesa de Jaime Moniz: mexer com interesses instalados | 620 |
| 8.19. | Construir uma coesão com os objetos do ensino | 624 |
| 8.20. | Grandiosidade ostentosa dos edifícios para os liceus | 627 |
| 8.21. | Estimular a iniciativa dos alunos | 630 |
| 8.22. | Cortes nas disciplinas para uma feição mais útil da instrução | 632 |
| 8.23. | O ensino devia ser prático, simples, sumário | 636 |
| 8.24. | Os meios auxiliares de ensino nas reformas de instrução desde Passos Manuel | 640 |
| 8.25. | Visitas aos monumentos como questão educativa | 643 |
| 8.26. | A contribuição dos museus escolares e os oito princípios de Adolfo Lima | 646 |
| 8.27. | De novo a favor da simplificação dos ensino nos liceus | 648 |
| 8.28. | Notas finais | 651 |
| FECHO | | 653 |
| FONTES E BIBLIOGRAFIA | | 669 |
| 1. | Fontes impressas | 670 |
| 1.1. | Artigos de periódicos, catálogos, diários parlamentares, monografias, periódicos, relatórios | 670 |
| 1.2. | Legislação | 686 |
| 2. | Bibliografia | 691 |
| 2.1. | Teses | 691 |
| 2.2. | Monografias, artigos de periódicos, Ebooks, DVD | 693 |
| 2.3. | Dicionários | 699 |
| 2.4. | Bibliografia específica para elaborar a tabela com a criação dos principais gabinetes, museus, coleções privadas e públicas, museus pedagógicos/museus escolares em território continental (século XVIII – 1910) | 700 |

| | |
|---------|-----|
| ANEXOS | 705 |
| Anexo 1 | 706 |
| Anexo 2 | 721 |

ÍNDICE DE FIGURAS

| | |
|---|-----|
| Figura 1 – Desenho da Sala das Cortes Constituintes no Convento das Necessidades | 80 |
| Figura 2 – Vista do Palácio da Ajuda | 94 |
| Figura 3 – Pintura com taquígrafo e deputados durante uma sessão das Cortes Constituintes | 128 |
| Figura 4 – Retrato de António Luís de Seabra | 152 |
| Figura 5 – Vista da Câmara dos Pares do Reino | 172 |
| Figura 6 – Retrato de Manuel da Silva Passos (Passos Manuel) | 202 |
| Figura 7 – Castelo de Montemor-o-Velho | 370 |
| Figura 8 – Vista do Mosteiro dos Jerónimos antes e depois da derrocada de parte do corpo central, edifício da Casa Pia, em 1878 | 461 |
| Figura 9 – Museu Industrial e Comercial de Lisboa inaugurado em 28 de julho de 1887, com milhares de espécies das principais indústrias do reino e de países estrangeiros | 509 |
| Figura 10 – Vista exterior do Museu de Belas-Artes de Lisboa | 544 |
| Figura 11 – Exposição de cerâmica organizada pela Sociedade de Instrução do Porto em 1882 | 552 |
| Figura 12 – Inauguração da grande <i>Exposição retrospectiva de arte ornamental portuguesa e espanhola</i> | 558 |

ÍNDICE DE QUADROS

| | |
|--|-----|
| Quadro 1. Bens pertencentes ao rei | 114 |
| Quadro 2. Pautas dos direitos de importação entre 1852 e 1892 | 498 |
| Quadro 3. O ensino para as classes pobres e “remediadas”, segundo Gustave-Adolphe Salicis | 536 |

AGRADECIMENTOS

Esta tese de doutoramento beneficiou do apoio financeiro da Fundação para a Ciência e Tecnologia (SFRH/BD/47640/2008), no âmbito do QREN Portugal 2007-2013 e Orçamento de Estado do MCTES, que abriu caminho a uma investigação com o tempo inteiramente focado na pesquisa, na recolha e tratamento documentais e na constituição de um corpo de leituras que viriam a ser as referências teóricas a partir das quais a escrita se materializou.

Os Professores do Curso de Formação Avançada em Ciências da Educação, Justino Pereira de Magalhães (coordenador), Ana Isabel Madeira, Ana Leal Faria, Joaquim Pintassilgo, Jorge Ramos do Ó, Maria João Mogarro e Sérgio Campos Matos, proporcionaram os conhecimentos essenciais em História da Educação para uma pesquisa poder orientar-se em função de um estado da arte do campo investigativo.

A integração na Unidade de Investigação e Desenvolvimento em Educação e Formação do Instituto da Educação da Universidade de Lisboa e a participação no Fórum dos Jovens Investigadores do mesmo Instituto, aprofundaram uma relação de pertença à instituição e permitiram testar a validade das ideias que se iam mobilizando, junto de professores e de colegas.

O Professor Doutor Julio Groppa Aquino, da Universidade de São Paulo, permitiu-me franquear informalmente as suas aulas de Escrita criativa durante um curto e rico período no ano de 2010, que lecionou no Instituto de Educação da Universidade de Lisboa.

Os Professores Doutores Alfredo Veiga-Neto, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e Maura Corcini Lopes, da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos),

concederam-me generosas sugestões de trabalho, a leitura de textos provisórios e a partilha de uma biblioteca de inumeráveis textos.

O Dr. João Vieira sugeriu interlocutores para hipóteses de pesquisa e facilitou o acesso aos arquivos do Sistema de Informação para o Património Arquitectónico, sistema de informação e documentação do património arquitectónico, urbanístico e paisagístico.

O encontro com o meu orientador, Professor Doutor Jorge Ramos do Ó, foi a resolução fundamental para o despertar e desenrolar do projeto de investigação. Ao longo dos anos, a sua presença fez-se sentir num sem-número de gestos de competência e proximidade: na indicação de possíveis caminhos de investigação, na resolução de problemas metodológicos, nas questões ligadas à evolução da escrita, no trânsito de livros e de referências, nos incitamentos. Sem estar em causa a imposição de um caminho *certo*, foi com ele que me certifiquei de que não é possível aprender sem nos dividirmos face ao que herdámos.

Esse encontro foi prolongado por diversos desdobramentos: os seminários de escrita e leitura, por si conduzidos desde há década e meia, no sentido da exploração de metodologias e de processos inventivos de trabalho; a participação no projeto de *De aluno a artista: as dinâmicas da inventividade, do estatuto e da herança na história do ensino artístico em Portugal (1780-1983)*, também por si coordenado, a partir da qual um conjunto de investigações em curso pôde reunir-se em função do aprofundamento dos processos de pesquisa comuns, tendo ainda permitido conhecer e integrar os valiosos comentários dos Professores Thomas S. Popkewitz e Martin Lawn.

A relação com o orientador construiu-se como aprendizagem fundamental nas capacidades de encarar o exercício da escrita como investigação (só se aprofunda a investigação ao escrever) e a sua incorporação como parte de uma autorreflexividade. Sendo impossível fazer o elenco do quanto devo, é preciso destacar, da sua parte, a pesquisa como motor de um comprometimento pedagógico e como centro dos mecanismos que fazem escrever. Esse núcleo constitutivo de uma pedagogia contagiante permitiu-me: uma apropriação textual-discursiva – a mobilização dos autores como potências do desejo de escrever; analisar grandes massas documentais sem cair na perdição das suas contingências infinitas; encarar toda a escrita como intertexto, isto é, encarar o texto a produzir como continuação dos outros textos com os quais se relaciona e dialoga; a capacidade de abordar as questões para conversar sobre

elas em vez de predominar a partir delas sobre outros falantes; a possibilidade de encarar as comunidades de escrita como expansão do movimento perpétuo das escritas. Não haverá maior mestria do que aquela que pode definir-se como o desafio que, incessantemente, lançou aos candidatos a investigadores: o *incitamento ao outro para tentar fazer o que o próprio desconhece*.

Responsáveis e trabalhadores das seguintes instituições foram fundamentais:

Arquivo Histórico Parlamentar

Arquivo Histórico da Economia

Arquivo Nacional da Torre do Tombo

Biblioteca do Instituto de Educação/Faculdade de Psicologia da Universidade de Lisboa

Biblioteca Nacional de Portugal

Forte de Sacavém – SIPA

Hemeroteca Municipal de Lisboa

Os trabalhadores da Biblioteca Nacional, na pessoa do seu responsável, Luís França de Sá, foram incansáveis na gentileza, acompanhamento e recriação de condições para investigar, num período crítico em que a Biblioteca fechou portas devido à transição das espécies bibliográficas para um novo edifício.

O meu irmão, Luís Filipe Henriques fez-me o empréstimo, sempre pronto e atento, de livros da sua biblioteca.

Numa dimensão de um longo conviver-junto, registou-se a experiência singular com Cristina Ferreira, Filomena Antunes, João Mendes, Manuela Meneses, Margarida Gaspar e Vítor Belanciano. Marcada pela exploração coletiva de uma paciente reconstituição-recomposição das existências, e tendo à cabeça a competência, o rigor, a dedicação e a ética de Teresa Silva Pinto, esse conviver-junto foi um motor progressivo de transformações e deslocações em zonas limítrofes da consciência.

A conversa foi o centro da possibilidade de tocar o *fundo das coisas* constituintes e o eixo da delimitação interna das possibilidades de evolução. Com os protagonistas dessa viagem, a experiência das coisas ditas e ouvidas assemelhou-se, com o tempo, à construção de uma hiperconsciência dos processos pelos quais nos constituímos.

AGRADECIMENTO ESPECIAL

Desejamos que os encontros da vida confluam para uma realização pessoal e que reflitam a possibilidade de uma expansão à vista do outro e com ele. O encontro com a Ana Luísa Raposo tem o aroma da superabundância, contraída com a generosidade e o amor dos principiantes. Em tudo o que se tornou comum na vida com a Ana passei a experimentar a sua infinita inteligência, sagacidade e forte paciência. Vivendo apaixonado, concede-me a imensa força da cumplicidade, sempre com a exigência da delicadeza por princípio. Somos dois, à procura e à escuta, trazendo à vida a força das diferenças vividas em comum. Todos os dias, encho o peito de ar na sua companhia e preparo-me para continuar a pertencer ao mundo.

RESUMO

Uma intriga patrimonial. Excursão aos mais valerosos e educativos monumentos de arte e arquitetura na companhia dos senhores deputados da nação portuguesa entre 1820 e 1910 é uma investigação histórica sobre os processos que conduziram à valorização presente dos monumentos e dos objetos que constituem a herança cultural como *naturais* e *evidentes*, a partir dos discursos recenseados no Parlamento português. Discute-se como essa naturalização se adequou ao reforço territorial do Estado no século XIX e como, no final desse século, ela permeou os rudimentos da instrução pública de forma definitiva, conferindo aos graus de instrução primária e secundária as tarefas de recepção e transmissão da herança.

Para o fortalecimento do papel do Estado aos olhos da sociedade, foi necessário um longo trajeto em obediência à ideia central de *decoro*, simultaneamente uma dignidade que devia ser observada nos representantes do poder como resultante de um equilíbrio de respeito e de admiração e como atributo que remetia, igualmente, para o ornamento e adorno de alguém ou de alguma coisa. Inicialmente como apanágio das figuras reais, o *decoro*, nas sucessivas fraturas sofridas ao longo do século, tendeu a investir os parlamentares do brilho e esplendor próprios das figuras reais.

Se bem que se tenha constituído e afirmado como sede de um poder distinto do poder real, o Parlamento viria a herdar, neste particular, os valores mais constantes da realeza, o que foi particularmente visível na fundação dos dois principais museus de Portugal, ambos a partir dos desejos de reis, na confluência entre dois tipos de edifícios como se constituíssem a mesma herança cultural, palácios e monumentos, separados por uma lógica simbólica e funcional muito particulares e na forma de conceber a herança cultural no presente, como força indiscutível. Ao longo do século XIX a forma de lidar com a herança cultural, se pareceu contrariar, formalmente, qualquer forma de veneração, reforçou-a intensamente.

Palavras-chave

Parlamento, deputados, discurso, monumentos, história da educação, *decoro*.

ABSTRACT

A patrimonial intrigue. Excursion to the most valuable and educational monuments of art and architecture in the company of the deputies of the Portuguese nation between 1820 and 1910 is a historical investigation on the processes that led to the present valorization of the monuments and objects that constitute the cultural heritage as *natural* and *evident*, from the discourses recorded in the Portuguese Parliament.

It is discussed how this naturalization fitted the territorial reinforcement of the State in the nineteenth century and how, by the end of that century, it permeated the rudiments of public education in a definitive way, conferring to the primary and secondary levels of education the tasks of receiving and transmitting the inheritance.

To strengthen the role of the State to the eyes of the society, a long journey was necessary in obedience to the central idea of *decorum*, simultaneously a dignity that should be observed in the representatives of power as a result of a balance of respect and admiration and as an attribute that also referred to the ornament and adornment of someone or something. Initially as an appanage of the royal figures, *decorum*, in the successive fractures suffered throughout the century, tended to invest the parliamentarians with the sparkle and splendor proper of the real figures.

Although it was constituted and affirmed as the seat of a power distinct from royal power, the Parliament would inherit, in this particular, the most constant values of royalty, which was particularly visible in the foundation of the two main museums of Portugal, both from the wishes of kings, at the confluence of two types of buildings as if they constituted the same cultural heritage, palaces and monuments, separated by a very particular symbolic and functional logic and in the form of conceiving the cultural inheritance in the present, as indisputable force. Throughout the nineteenth century the way of dealing with cultural heritage, despite formally appearing to counter any form of veneration, it reinforced it intensely.

Keywords

Parliament, deputies, speech, monuments, history of education, decorum.

INTRODUÇÃO

A TESE *Uma intriga patrimonial. Excursão aos mais valerosos e educativos monumentos de arte e arquitetura na companhia dos senhores deputados da nação portuguesa entre 1820 e 1910* é o resultado de uma investigação histórica formulada a partir de uma interrogação de base, que intenta interpelar os fundamentos que tornaram os monumentos e os objetos que constituem o património cultural veneravelmente intocáveis nas nossas sociedades, indiscutíveis na sua relevância, a partir dos poderes que os reificam, e pacificamente aceites por todos. Apesar de essa interrogação se ligar a uma inquietação pessoal, o trabalho realizado não se destina a prescrever qualquer fórmula ou a resolver um problema específico; não pretende reconstituir um passado; também não se endereça a nenhuma tentativa de substituir o pensamento vigente. Ambiciona tentar compreender em que se baseia e como foi expressado um pensamento antes de nos atingir como um imperador carregado de certeza e autoridade.

Para responder à interrogação de base, foi construída uma série documental a partir da análise dos discursos dos parlamentares portugueses ao longo do século XIX e dos inícios do século XX acerca dos monumentos e dos objetos de arte. Com um período de tempo relativamente longo, instalou-se um posto de captação dos fenómenos de irrupção, nos discursos, das verdades em voga, das suas tendências e descontinuidades, criando alertas para a tentativa de rastrear, num jogo das diferenças, o que estava a tornar-se verdade e o que deixava de tornar-se verdade a partir dos incidentes vividos no Parlamento. Mover-se por entre a abundância dos discursos dos deputados obrigou a que esses alertas estivessem em posição de não nos passar despercebidos a partir do que nos é mais familiar, por um lado, e do que nos é mais estranho por outro, constituindo este diálogo entre familiaridade e estranheza a potência essencial do jogo das diferenças.

É assim que a partir do que poderia ser a visão mais estabelecida da invenção do Estado-nação, sobressai a enorme dificuldade da realização dos inventários dos tesouros nacionais como um convite e uma necessidade de *nos pormos a pensar*. Não à procura

de uma verdade justificativa dos fracassos para pôr em ordem a herança cultural mas como forma de exercitar o pensamento no desdobrar de hipóteses experimentais.

Dessa forma de exercício experimental se desprendem outros argumentos: i) a contenda no Parlamento, nos anos 30 do século XIX, entre *conservação* e *veneração*, como duas atitudes prescritivas para lidar com os monumentos a partir da relevância do seu papel, continuadas no final do século e com reflexos no presente; ii) a possibilidade de uma equivalência entre uma figura do direito, a posse imemorial, e a forma como se lida atualmente com os monumentos, como se ambas recordassem as coisas que se explicam por falta de prova; iii) a sugestão de que a fruição com que os museus presenteiam os visitantes continua alguns elementos da fruição como destino dos museus particulares para as famílias régias e para as classes abastadas, só que aberta às populações como forma de os museus vincularem a sua importância social e também a sua distância, em relação a um público receptor e consumidor de práticas de que os verdadeiros conhecedores são os proprietários exclusivos das formas de conceber, elaborar e transmitir. A distância perduraria não exatamente entre possuidores de objetos e admiradores mas, através dos objetos, entre possuidores de conhecimentos e admiradores; iv) a delimitação do decoro como a grande fronteira entre o poder parlamentar e o poder régio, na prossecução das medidas relativas às antiguidades e ao trânsito entre a posse de palácios, joias e outras riquezas tutelares e o desejo de os deputados herdarem o decoro próprio das figuras régias; v) a dificuldade de compatibilizar o discurso dos conhecedores com o discurso dos representantes do Estado como um abismo que fomentou a ignorância acerca dos monumentos para melhor serem apropriados pelos povos. Estas arremetidas, que não contêm verdades nem desmentem certezas, são imagens de pensamento destinadas a conversar.

A Educação irrompe como um arquipélago que tem no seu centro o património cultural. As suas ilhas, os vários níveis de instrução, dirigem-se ao núcleo para se alimentarem de muitas das regras que constituem os seus programas e regimentos. A escuta, a partir do Parlamento, de como monumentos e objetos de arte se articulariam com determinações relativas aos sistemas de instrução e a episódios em que as questões do património poderiam ter permeado os problemas da educação, conferem um desenho igualmente experimental à tese. A investigação em Educação informa-nos que um conjunto de conceitos-chave da vida constituinte (a identidade ou a formação da personalidade, as primeiras socializações, as primeiras visitas de estudo) se universalizaram a partir da experiência educativa, da vivência escolar e da produção de

um ator, o aluno, cujas dimensões que hoje lhe reconhecemos foram sedimentadas fundamentalmente ao longo do século XIX.

A evolução da investigação pedagógica acentua a participação dos sujeitos escolarizados como se tratasse de uma interação contínua; ou como diálogo entre interação e subjetivação (Magalhães, 2004: 33), não parecendo haver dúvidas de que as práticas de subjetivação nas biografias dos escolares possuem a capacidade de integrarem os sujeitos com marcas fundadoras. “O momento educativo é um momento instituinte”, a relação educativa polariza o momento instituinte (Magalhães, 2004: 38 e 63). Existe, na Educação, o estabelecimento de uma relação perdurável que se harmoniza com a herança cultural (da qual a Educação é o veículo propagandístico maior desde meados do século XIX) e que se concilia com os monumentos e objetos de arte como conjunto de antiguidades duráveis e confiáveis.

No plano da Educação, o património é certamente um dos tópicos que mais consegue mobilizar tantos níveis de ensino a partir da sua força interferente, unindo-os com extrema prontidão.

Vemos as considerações sobre o património associadas às regras morais e comportamentais destinadas a crianças da instrução primária; às questões disciplinares como centro da modelação dos cidadãos na instrução liceal e aos meios didáticos ligados ao ensino experimental secundário; aos modelos a seguir para o ensino técnico e industrial; ou à inspiração da herança cultural no ensino das belas-artes. Vemos as considerações sobre o património interferirem com a magna questão, no século XIX, das instalações onde a instrução devia ocorrer, num contexto de territorialização do Estado; como a argumentação entre a aprendizagem escolar por bons exemplos estava ligada a edifícios de grande relevância patrimonial; ou como a edificação de museus transmoveu uma forma de olhar e gerir a herança que não nos abandonou no presente – materializada na assunção, por parte do Estado, de que a instrução primária tinha o papel receptor dessa herança e a instrução secundária o papel transmissor. Não está confundida a ideia de que a recepção se faria tal qual a transmissão se concebeu¹ mas que uma coerência interna para a transmissão da herança foi pensada a partir de uma afeição conforme a um programa legislativo, modelador do currículo atual.

¹ “Em termos educacionais, não há uma transmissão e uma assimilação lineares, mas da interação entre os intervenientes e da (re)construção do argumento cultural que serve de texto e de prática à ação educativa resulta um (novo) produto e todos os intervenientes são afetados, quer pela ação, quer pelo seu resultado e reflexão, como revela a evolução semântica do vocábulo aprendizagem. O interacionismo pedagógico é igualmente assinalado pela evolução histórica das correntes biológicas, psicológicas, pedagógicas no que se refere ao conceito de aprendizagem.” (Magalhães, 2004: 32)

Considerações sobre o património a partir das incursões discursivas dos políticos portugueses frequentemente se interceptam a debitar o que se esperava que a instrução cumprisse, particularmente a concedida às classes operárias. O papel pacificador nas lutas sociais ou a capacidade de melhoramento dos sistemas económicos de produção inscreveram-se na cena política a partir de princípios de orientação que pareciam fazer da instrução dos povos a expressão máxima de sobrevivência do regime parlamentar.

Os esforços de intelectuais para estabelecerem museus para operários ou a descrição de como os museus se encaminhavam para um papel didático-experimental ligado ao desenvolvimento dos ofícios, à comunicação com os industriais e ao ensino com uma componente fortemente técnica e de troca casuística de espécimes sugerem no texto, mais do que aprofundam, um papel para os museus pedagógicos, já que essas incursões se encontram ligadas ao vínculo experimental da argumentação da tese.

A ter acontecido o triunfo desse tipo de museus (que são referidos na tese como os ‘museus de troca’), em vez do brilharete alcançado pelos museus de entesouramento das espécies, poderia ter-se ensaiado um manejo da herança cultural não radicado apenas na reprodução e, pelo menos em parte, destinado a não permanecer somente na acumulação de peças como grande trunfo para a fruição das massas. No domínio das coisas públicas, os monumentos e os objetos frequentam como que uma vocação natural, determinista e funcional, como se tivessem sido urdidos para garantir uma estrutura finalista de apropriação, que as leis que lhes são consagradas lhes prescrevem, e garantissem, através da sua contribuição, que a ordem do universo continua estável.

O ARQUIVO E A RASURA DOS DISCURSOS PARLAMENTARES

Desde o início da atividade parlamentar que a conservação dos discursos é prevista como forma de mostrar à nação os trabalhos dos seus representantes. Essa conservação está a cargo de um grupo organizador dentro da comunidade de deputados, criando-se a obrigatoriedade de todas as câmaras municipais, o primeiro público a que os discursos não poderiam escapar, adquirirem o *Diário das Cortes*. “A redação do Diário das Cortes será encarregada a uma comissão, especialmente destinada para este fim”. “Todas as câmaras do Reino de Portugal e Algarves serão obrigadas a assinarem para o Diário das Cortes”, lê-se no *Projeto de Regimento para o Governo Interior das Cortes Gerais e Extraordinárias Constituintes de 1821* (Junta Provisional Preparatória das Cortes, 1821:

45). Em 1876, constitui-se público obrigatório do *Diário da Câmara dos Senhores Deputados* todos os estabelecimentos de instrução e associações com gabinetes de leitura, as redações de todos os jornais e ainda pessoas individuais ou coletivas que se julgasse importante informar (Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, 1876: 67), disposição reiterada em 1896 (Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, 1901: 58).

A disponibilização online do arquivo histórico-parlamentar da Assembleia da República, isto é, da disponibilização virtual da organização de um arquivo a partir da recolha dos debates da função discursiva-legisladora do Estado (desde a revolução de 1820 e da entrada em cena das Cortes Constituintes), deve levar à constatação de que o arquivo, casa onde se guardam, por definição, os monumentos por escrito (Silva, 1789: 173) é a configuração de um lugar *instituidor e conservador* (Derrida, 2001: 18). É a casa instituidora de uma função guardadora dos monumentos escritos e a casa detentora da prova de que esses monumentos são a lei configuradora do poder que ela institui, lugar instituidor e conservador das *descrições formais dos conjuntos de palavras superiores à frase* que são os discursos (Barthes, 1987: 121).

Os discursos, na sua forma de legado autorizado, a partir da captação oral, revistos muitas vezes pelos oradores, cortados, perdidos, por vezes já-outros desde o seu início porque captados com equívocos e omissões pelos taquígrafos², são recompostos a partir de textos escritos que os deputados podem entregar para os taquígrafos completarem a narrativa mas que não devem usar durante as sessões³.

O senhor Peixoto principiou a ler um papel que tirou da algibeira mas advertindo-lhe o senhor presidente que não era permitido na Assembleia recitarem-se discursos escritos, tornou a guardar o papel e prosseguiu desta maneira: – Ilustres representantes da nação! (Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1822-12-24, diário número 24, p.259)

O senhor presidente: – Devo observar ao senhor deputado que, na primeira parte do seu discurso, não esteve muito na ordem porque falou em uma tese geral quando nós estamos em hipótese particular (João Rebelo da Costa Cabral, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1851-3-24, diário número 60, p.249)

² Taquigrafia: arte de escrever tão velozmente como se fala, isto é, seguindo a rapidez da palavra, e com a mesma clareza que tem a escrita comum

³ A proibição de discursos escritos radicava na ideia de que o Parlamento era “um *forum* de diálogo e de contraposição de opiniões e não (...) um lugar da vontade pré-vinculada de puros mandatários do povo” (Hespanha, 2004: 172)

O discurso será publicado na íntegra quando o orador enviar as notas taquígráficas (Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1908-8-18, diário número 70, p.8)

O discurso do senhor Guerreiro foi de tal modo alterado e invertido pelo taquígrafo Coelho que deve reputar-se suprimido (Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1827-3-6, diário número 48, p.516)

O senhor Leonel Tavares em um discurso bastante longo combateu todos os argumentos com os quais alguns senhores deputados se opuseram à proposta de lei, concluindo que parecia querer-se antes tolher os meios do governo do que facilitar-lhos. Terminava apoiando votando pela proposta e pela matéria do aditamento. N.B. Na ocasião em que o senhor deputado falou, escrevia o taquígrafo Fernandes, a quem pertenceu o dar as respectivas notas. É certo que apresentou 14 meias folhas cheias de palavras mas tendo meditado muito sobre elas, concluí que não era possível restabelecer-se um período e assentei ser melhor dar a mais simples ideia da opinião do senhor deputado do que apresentar o que ele não disse (Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1836-2-3, diário número 25, p.331)

A maior parte dos discursos que os senhores deputados aqui proferem não somente vêm cortados nos papéis públicos mas até inteiramente transformados (Agostinho Albano da Silveira Pinto, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1840-1-25, diário número 19, p.161)

(O senhor Morais de Carvalho: – Eu não disse isso; o meu discurso está impresso) (Alberto António de Morais Carvalho, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1855-3-30, diário número 26, p.395)

O senhor Nogueira Soares: – Senhor presidente, é fácil notar contradições nos discursos dos oradores quando se alteram esses discursos (Rodrigo Nogueira Soares Vieira, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1855-5-29, diário número 23, p.385)

Nos lamentos dos deputados quanto às falhas com as quais os seus discursos se confrontam na relação estabelecida com o futuro (da sua conservação, da sua memória); e nas zangas dos taquígrafos quanto às suas condições de trabalho, nas quais a algazarra dos deputados impede de ouvir o que se diz com clareza ou o local do taquígrafo não é o melhor para se ouvir, podemos evocar o arquivo, como impressão do escrito, armazenamento do escrito e lugar de uma memória artificial, não humana, no sentido de uma prótese. Esse lugar determina o que se arquivava na sua relação com o futuro, dupla entrada do arquivo como registo e como produtor dos acontecimentos registados (Derrida, 2001: 29), do arquivo parlamentar como instrumento político produtor de uma memória nunca concordante com o que *realmente aconteceu* mas com o valor probatório de que *aconteceu assim*. A instauração da história como conhecimento, nesse contexto, revela a sua raiz construtora e não meramente reprodutora. “O conhecimento

histórico, como bem entenderam os racionalistas oitocentistas, é uma construção ativa do passado. É uma reactualização da memória coletiva” (Magalhães, 1994: 58).

No seu discurso imperativo que consiste em dizer isto está certo, isto está errado, devemos fazer isto, devemos não fazer aquilo, isto é bom, isto é funesto, os parlamentares constroem, com os artefactos que são os monumentos e os objetos, uma *tradição*. Acercando-se do mundo em que a tradição está em perda – a tradição como o fio que guiava as pessoas em segurança pelo passado – nem por isso o passado deixa de evidenciar-se. “A inegável perda da tradição no mundo moderno de modo algum implica um esquecimento do passado, já que tradição e passado não são a mesma coisa” (Arendt, 2006a: 107) – sendo a primeira o núcleo das notícias que, sucessivamente se entregavam de geração para geração e de pais para filhos. Ora, através da tradição “são os heróis, os grandes homens que se aprende a conhecer através das narrativas, das epopeias. A mestria de exemplo é também assegurada pela presença dos prestigiados ancestrais, dos gloriosos anciãos da cidade” (Foucault, 2006a: 158).

A evidência do passado traz para o presente as figuras maiores e os seus feitos como exemplares e, a certa altura, os seus objetos e monumentos como vínculos da tentativa de constituição de uma autoridade para o poder parlamentar. No sentido em que o conceberam os romanos, o vínculo às figuras maiores do passado assegura a manutenção de uma autoridade, cujo exemplo se propaga pelas gerações vindouras a partir da fundação de Roma. “A tradição preservava o passado ao transmitir de geração em geração o testemunho dos antecessores, tanto o dos que haviam criado e testemunhado a sagrada fundação, como o dos que, ao longo do séculos, a tinham aumentado pela sua autoridade” (Arendt, 2006a: 137).

Mas o que deve reter-nos nesta evocação das figuras maiores, deve ser a aparição dos seus monumentos e dos seus objetos como uma questão quase-vincular, como se aos objetos e aos monumentos nos devesse ligar a mesma tensão que ligava os romanos aos seus ancestrais fundadores (como numa religião, literalmente *religare*, o que sempre sucedia entre os romanos quando uma nova cidade era edificada: voltar a ligar essa edificação ao esforço primevo da fundação de Roma). Só que nessa ligação aos monumentos e aos objetos já não está em causa o valor de memória destes vestígios e tão-somente o apuramento de formas de consolidação de um poder (parlamentar) que se quer investir, também, de uma autoridade.

CONSTRUÇÃO DE UM OLHAR ATRAVÉS DAS FIGURAS ESPECTRAIS E ALGUMAS INTERROGAÇÕES DE BASE

Uma tese sobre discursos parlamentares, assumindo que o Parlamento é esse conjunto de figuras antigas, não deve desculpar-se de tomar um sentido por causa do arquivo, das suas condições, das suas faltas ou da sua exuberância de milhares de páginas, assume que não é ao arquivo que se deve imputar a análise do seu conteúdo mas ao olhar exterior que se deseja impor. Se a constituição de um arquivo recente como o do Parlamento é um gesto político, o olhar sobre ele deve constituir a afirmação de uma vontade sobre o arquivo aberto e disponibilizado como acumulação, sujeito a um trabalho de quem quer comunicar com os falantes arquivados, cujas ideias e pensamento se querem fazer reviver.

Escrever junto e a partir de tais figuras maiores evidentemente que coloca a questão prévia da relação com o Outro (vários Outros percorrem a tese: as fontes, a companhia teórica, o orientador, o seminário, adiante referidos). Centra, no texto, a questão da relação com o Outro nos parlamentares, num confronto com a tradição, quando o Parlamento fala a partir do que entende ser a construção de uma tradição (os monumentos de arte e de arquitetura e os objetos de arte). Se os deputados afirmam ser positivo conservar monumentos, eles estão na sua imperatividade a prescrever comportamentos. Tentar entender as suas razões e não perder de vista a nossa familiaridade com a conservação dos monumentos, significando que o passado se presentificou, quer dizer que o nível fundamental de análise é sobre o que se tornou norma, isto é, sobre o que se tornou uma prática extensiva.

Trata-se, portanto de tentar entender de que é que o património se compõe, o que o forma, através dessas figuras ancestrais e do que elas consideram ser o certo e o errado. Existe, também, a consciência de que os deputados estão a falar de bens escassos – são o que sobrou de uma materialidade incessantemente perecível, cuja escassez parece ficar mais exuberante com a constante referência à perda, ao desmoronamento, à destruição, ao desaparecimento e à venda.

Se evocam, como é verdade que evocam, uma realidade em perda contínua, por que se lhe referem tão constantemente? Em que estratégias se inscrevem essas referências e com que apoios contam? Se o património não estivesse sempre em perda (material, pelo menos), ele poderia ser um ponto de apoio do poder tão constante e presente? E se existe a produção de um interesse – o de falar sobre monumentos – de início claramente

circunscrito, em que medida ele passa a ser do interesse da população inteira? Qual é o fundamento principal que leva a considerar que é do interesse de todos o que foi posto como interesse de minorias? Em que medida se pode considerar a ligação entre a produção de um interesse e a produção de um conhecimento sobre esse interesse?

As vozes de poder habitam, no século XIX, a existência de uma nova instituição, o Parlamento, que se inscreve na prossecução de fins ideais (devolver a terra cativa a quem a trabalhasse e considerar o centro de gravidade do poder nos possuidores da terra; embora sob fortes constrangimentos, instaurar um regime parlamentar e um sistema de eleição dos representantes da nação; indicar os caminhos desenvolvimentistas e de progresso, nomeadamente através de infraestruturas de comunicação, etc.).

Entender-se-á por instituição tudo aquilo a propósito de que se fala de ideal coletivo, espírito de corpo, tradição de grupo, tudo o que apresenta essa mistura de ambição pessoal e de censura coletiva que faz com que o grupo realize fins que são mais desinteressados (para o melhor ou então para o pior) do que os fins que teriam prosseguido individualmente os seus membros; assim funcionam governos, exércitos, cleros, universidades, corpos médicos, escolas artísticas ou científicas, campos de concentração, vanguarda literária, seitas de todo o género, fileiras de alpinistas, etc. (Veyne, 2008: 221-222)

Uma razão pela qual é possível evocar uma proximidade com os deputados tem a ver com as próprias condições de fabrico da tese, isto é, o discurso que resulta da pesquisa está, tanto quanto os discursos recortados a partir do Parlamento, submetido a compressões. “Toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção socioeconómico, político e cultural. Implica um meio de elaboração circunscrito por determinações próprias: uma profissão liberal, um posto de observação ou de ensino, uma categoria de letrados, etc. Ela está, pois, submetida a imposições, ligada a privilégios, enraizada em uma particularidade” (Certeau, 2007: 66-67). Se pode não ser em função dessas compressões que o texto se organiza, ele não pode ignorá-las como organizador dos interesses, documentos e questões que orientam a pesquisa. “É sempre possível dizer o verdadeiro no espaço de uma exterioridade selvagem; mas não nos encontramos no verdadeiro senão obedecendo às regras de uma ‘polícia’ discursiva que devemos reativar em cada um de nossos discursos” (Foucault, 1999: 35).

Estes pressupostos podem parecer colidir com a edificação de um ‘lugar científico’ a partir do qual a legitimidade da investigação deve desenrolar-se mas esse lugar pode

deslocar-se da *produção da verdade* para a produção de um trabalho como máquina acionadora do questionamento sobre o que é um lugar científico. Deve, certamente, ser avaliado por referência à instituição dentro da qual se faz, pois o autor, tornado locutor de um discurso disciplinar, está tanto a tomar um lugar como a ser tomado por ele. “Um trabalho é ‘científico’ quando opera uma *redistribuição do espaço* e consiste, primordialmente, em *se dar* um lugar, pelo ‘estabelecimento das fontes’ – quer dizer, por uma ação instauradora e por técnicas transformadoras” (Certeau, 2007: 83). Um texto histórico situa-se num conjunto de práticas, define-se na relação com os contemporâneos, na relação com um estado da arte, com as questões exploradas pelo grupo, fazendo do gesto individual um movimento numa rede.

PERGUNTA AO ARQUIVO EM FUNÇÃO DA IDEIA DE ORIGINALIDADE

Como sobreviver à massa do arquivo? À maneira de um Senado, é preciso instaurar alguma coisa que faça lei, que organize, pois a compulsão à consulta só pode ser mediada por meio de uma questão que se lhe anteponha, que lhe é prévia e que acompanhe o trajeto da escrita da tese, sem grandes desvios. Antes de visitar o arquivo, é-se obrigado a colocar essa questão da única forma que faça mexer um arquivo, o da busca ativa. E a única forma possível para corresponder à expectativa de um primeiro descobridor do arquivo, do arqueólogo que escava pela primeira vez, não é a do fascínio do arquivo selado até então, do arquivo fechado mas a pertinência da pergunta colocada em função do grau com que ela se relaciona com a vida. Uma relevante descoberta no contexto do seminário de escrita e leitura, de que falo à frente, é a de que a *originalidade* não está no arquivo à espera de ser decifrado pela primeira vez, guardado e intocado para que possa servir o poder dos seus guardiães; pode antes estar na tensão com que a pergunta é dirigida ao arquivo que, mesmo mil vezes folheado, aberto, desconjuntado, reconstruído, não respondeu ainda à singularidade de cada vida que se lhe dirige e que deseja inquirir do seu potencial.

Não é a individualidade dos escritores que explica o fato de a escrita se colocar fora de um horizonte estável, numa região profundamente desunida. Mais profunda do que a diversidade dos temperamentos, dos humores e mesmo das existências, é a tensão de uma busca que coloca tudo em questão (Blanchot, 2005: 300)

O que em todo o caso não deixa de se demonstrar é que a interpretação do arquivo (...) não pode esclarecer, ler, interpretar, estabelecer seu objeto, isto é, uma herança dada, senão inscrevendo-se nele, isto é, abrindo-o e enriquecendo-o bastante para então aí ocupar um lugar de pleno direito. Não há meta-arquivo. (Derrida, 2001: 88)

O que o arquivo ganha com essa inscrição de sucessivos leitores-pesquisadores perde em autoridade absoluta (Derrida, 2001: 88) tal como o pesquisador perde em autoridade com o facto de não poder senão inscrever-se na herança que espera poder compreender e, se for caso disso, denegar. Não há denegação possível sem inscrição e não há combate sem fazer reluzir, mais uma vez, a matéria que se combate. O arquivo é, no relacionamento com o futuro, infinito nas suas possibilidades e os únicos segredos que guarda dependem da pertinência das questões que se lhes coloca. Ir ao encontro do arquivo nestes termos significa lê-lo à luz do que, numa época, pôde ser dito e escrito, para mais, dito e escrito na Casa a que compete a iniciativa das propostas legislativas dos governos e dos projetos dos deputados, e encontrar aí os discursos sob a forma de uma positividade, a da regularidade com que são ditas e mantidas ou inviabilizadas e esquecidas as coisas.

Não entendo por esse termo [arquivo] a soma de todos os textos que uma cultura guardou em seu poder, como documentos de seu próprio passado, ou como testemunho de sua identidade mantida; não entendo, tampouco, as instituições que, em determinada sociedade, permitem registrar e conservar os discursos de que se quer ter lembrança e manter a livre disposição. Trata-se antes, e ao contrário, do que faz com que tantas coisas ditas por tantos homens, há tantos milênios, não tenham surgido apenas segundo as leis do pensamento, ou apenas segundo o jogo das circunstâncias, que não sejam simplesmente a sinalização, no nível das *performances* verbais, do que se pôde desenrolar na ordem dos espíritos ou na ordem das coisas; mas que tenham aparecido graças a todo um jogo de relações que caracterizam particularmente o nível discursivo; que em lugar de serem figuras adventícias e como que inseridas um pouco ao acaso, em processos mudos, nasçam segundo regularidades específicas; em suma, que se há coisas ditas – e somente estas – não é preciso perguntar a sua razão imediata às coisas que aí se encontram ditas ou aos homens que as disseram, mas ao sistema da discursividade, às possibilidades e às impossibilidades enunciativas que ele conduz (Foucault, 2008: 146-147)

Todos os discursos, tendo sido preservados, são documentos e todos estes documentos são potenciais acontecimentos. Os acontecimentos, que são agregados de processos em interação sem unidade natural, são um corte operado na realidade (Veyne, 2008: 47). Trata-se, face à pluralidade de discursos e ao seu potencial infinito, de escolher os que, para nós, brilham no escuro ou os que teriam *defeito* numa linha de montagem. É o

incessante trabalho de diferenciação entre acontecimentos, entre dados, entre séries que faz a relação dos elementos distintos em direção a uma compreensão (Certeau, 2007: 47). Os deputados falam sobre monumentos? Falam sobre eles sempre da mesma forma ou há alterações significantes? Essas alterações, a ter acontecido, são significantes porquê? Trata-se não de fazer revelações mas de, numa dedicação exaustiva à análise das séries constituídas, multiplicar a atenção ao que parecem ser as múltiplas particularidades insignificantes que compõem a banalidade dos acontecimentos, não para dizer exatamente o que são essas múltiplas particularidades mas o que ainda se pode saber sobre elas (Veyne, 2008: 15 e 24).

Deste ponto de vista, os discursos dos deputados colocam-nos sob uma tensão sempre renovada: por um lado, eles aparentam pertencer aos *grandes acontecimentos* da história, aqueles com que uma historiografia dos grandes feitos se fundiria de bom grado (pois derivam dos poderes mais reconhecidos e entronizados); por outro, eles devolvem os fragmentos de uma história lacunar, cuja junção nada reconstrói à risca e em relação aos quais há que procurar justamente as particularidades que os evidencia como acontecimentos de uma trama. A historiografia, ou seja, a consideração conjunta de história e escrita, é a tarefa de articular o real e o discurso. “A diferença entre o real e o irreal, o inestimável privilégio do real, é que há menos realidade na realidade, pois ela é apenas a irrealidade negada, afastada pelo enérgico trabalho da negação, e pela negação que é também o trabalho. É esse menos, essa espécie de emagrecimento, de afinamento do espaço, que nos permite ir de um ponto a outro, à maneira feliz da linha reta” (Blanchot, 2005: 140). O discurso histórico pretende conceder uma verificabilidade (uma verdade) sob a forma de uma narrativa (Certeau, 2007: 100) e com os elementos que recebe do passado pode empreender a ‘invenção escriturária’ de que é o motor e o efeito e construir representações presentes com os vestígios passados (Certeau, 2007: 18).

PERTINÊNCIA DA SÉRIE LONGA, LIMITAÇÕES POTENCIAIS DA ESCRITA E RELEVÂNCIA DAS DESCRIÇÕES

Está em causa a análise e a crítica documental da série mobilizada e não a reconstituição de um passado a partir dos documentos nem uma incursão para remontar às ‘origens inacessíveis’ do problema. Para lá do papel evocativo e memorial que se possa atribuir à

história, trata-se de organizar uma mesa de trabalho em torno dos movimentos de permanências e roturas, por referência aos problemas que se coloca a unidades, conjuntos ou séries, de que provêm várias questões: as erupções da questão de partida ao longo da série discursiva; a totalização e as descontinuidades; a construção de uma história por referência ao presente; as associações de palavras; a condição do sujeito-escritor e dos sujeitos da história.

A constituição de uma série documental obedece à fixação dos seus impulsos discursivos, isto é, às breves ou longas erupções nos discursos sobre a questão de partida que se lhe coloca, e determina o aparecimento de um período cronológico longo, justamente porque só dessa forma se pode mapear os aparecimentos, os desaparecimentos e as tensões do problema. Apesar da definição de um período longo, está-se longe de qualquer incitamento à elaboração de uma totalização ou, como escreve Michel Foucault, longe da construção de uma cronologia contínua da razão. Seria em nome da abertura a um grande período cronológico que outras histórias se poderiam ter sobreposto, entrecruzado e sucedido para construir uma nova intriga. Dentro daquela série principal e estruturante (os discursos dos parlamentares ao longo de cerca de cem anos), outras são elaboradas, para resolver problemas específicos, que necessitam de informação para se afinarem: como é que os deputados se referem aos museus, aos objetos de arte, às reformas das academias de belas-artes, às escolas primárias, etc., e a todas se obriga a percorrer a diacronia da tese. Desde logo, a atenção aos monumentos liga-se a uma sua qualificação particular: nem todos os monumentos são merecedores de atenção mas os de grandes feitos e de opulentas realizações, os que pertencem a grandes épocas e os que são artisticamente apreciáveis são-no certamente. Estes qualificativos mantêm-se ou desaparecem, na diacronia considerada?

A matéria factual assim organizada é povoada por limitações. Essas limitações são, pelo menos: i) a constituição do arquivo (séries organizadas em torno de uma questão) a partir do arquivo que foi constituído (o depósito existente na Assembleia da República); ii) o recorte usado, que só pode ser definido a partir do presente; iii) a expressão da metodologia usada; iv) e o lugar a partir do qual se escreve, isto é, a legitimidade que se corporiza no lugar social que se ocupa, a partir da instituição científica ou de saber legitimada para conceder o papel de investigar. Se a escrita está controlada – contida nos efeitos de real que convoca e de outros que não domina, e se é uma prática social que confere a possibilidade de um lugar, – a ambição de a escriturar pode não querer

constituir-se como didática e magistral mas como suficientemente aberta para encetar uma conversa.

As linhas que ligam a narrativa, com as suas descrições mais ou menos prolongadas e os seus movimento lentos, se não se abrem propriamente a avanços que podiam ter sido realizados através de uma convulsão dos acontecimentos, devem entender-se como *descrições operativas*, que autorizam a dar conta de um estado da arte (de que é que se está a falar quando se fala de monumentos) e que aparecem sequenciadas com esse fim. Algumas dessas descrições tentam evitar, para o próprio investigador, uma idealização excessiva dos tempos aos quais os acontecimentos se referem, pois ao operar cortes na realidade não só não nos encontramos com o passado como o retalhamos em direção a uma idealidade que não tem cor, nem cheiro, nem substância. Assim estão os acontecimentos que compuseram a viagem de António Luís de Seabra a Alcobaça (capítulo 2) ou o que estava a passar-se em termos de saúde pública nos campos em torno do castelo de Montemor-o-Velho (capítulo 5), que não parecem convocar nenhuma idealização.

Se nestas pequenas cautelas há a vontade de nos ligarmos, de algum modo, a um fundamento do passado, já a constatação de que nem tudo é possível em qualquer momento deve sossegar-nos enquanto pesquisadores e não levar a construir, retroativamente, o sentido que coincidiria com a vontade geral presente. O século XIX é relapso à organização de um inventário dos monumentos não porque haja um *atraso* na compreensão dos problemas dos monumentos mas porque os problemas a resolver se colocam de forma diversa pelos políticos em relação àquela que é a bitola em voga.

Os primeiros argumentos sobre monumentos levados às Cortes, suscetíveis de transportar uma estranheza presente relacionada com os olhares com que se falava do convento de Mafra – fábrica da mais luxuosa monumentalidade, digna de grande consideração, soberba, obra-prima da arquitetura, que devia ser observado segundo as várias partes de que se compunha para se deixar conservar o que podia ser conservado e deixar arruinar o que não podia –, essa diversidade de soluções propostas para lidar com o monumento não representa um *atraso* na forma de o considerar. O tempo presente não consente a diversidade de opiniões que era então possível formular.

Se aceitarmos que se vislumbra uma relação entre acontecimentos e factos, isto é, entre “aquele que *recorta*, para que haja inteligibilidade”, o acontecimento, e “aquele que *preenche* para que haja enunciados de sentido”, o facto (Certeau, 2007: 103), a constituição de uma série tem a pertinência primeira de todo o acontecimento ou de

todo o facto histórico poder integrá-la, de modo a fazer sentido relativo dentro dela. Ao mesmo tempo, se transporta uma certa consciencialização dessa relação entre acontecimentos e factos leva, talvez, a verificar a pertinência de ambos, acontecimentos e factos, sob o desígnio da escrita. O acontecimento cortaria e separaria algo nessa série, para que pudesse com ele articular a construção de uma sequência e condicionaria a organização discursiva; o facto atribuiria os significantes para que a narrativa se enchesse de elementos expressivos, não explicando, antes permitindo uma inteligibilidade (Certeau, 2007: 103).

Aceitando-se que os factos não existem isoladamente e que eles contraem ligações, chamar-se-á à história “uma intriga, uma mistura muito humana e muito pouco ‘científica’ de causas materiais, de fins e de acasos; numa palavra, uma fatia de vida, que o historiador recorta a seu bel-prazer” (Veyne, 2008: 42), sendo o objeto de estudo a relação entre aspetos escolhidos pelo pesquisador por entre todos os que consegue apreender. Numa série destinada a evidenciar como aparecem os discursos sobre monumentos, na codificação legislativa ou na fala dos deputados, a assunção pelo Estado da necessidade de transmitir a herança é um acontecimento, e a obrigação de se fazerem excursões na escola para se visitarem monumentos um facto (contudo, a descrição pelos professores e alunos de uma dessas visitas podia ser um acontecimento). Como a história não é didática fora dos manuais escolares nem os monumentos são *naturalmente* didáticos, a sua transformação em objetos que devem integrar a formação cívica dos alunos é, para todos os efeitos, um acontecimento.

PERGUNTA GENEALÓGICA

A questão central, partindo do arquivo, faz-se girá-la em torno dos objetos e edifícios que sobrevivem como herança para questionar o que nos é mais próximo, o que está mais enraizado. Fazê-la girar de modo a iniciar o trabalho sobre as razões de uma perplexidade mas não necessariamente das origens que a sustentam. “De onde vêm as ideias, as formações sociais e institucionais que aceitamos como naturais” (Ó, 2003: 12), perseguindo o conceito de genealogia que Nietzsche e, depois dele, Foucault, entre outros, desenvolveram. “Para o genealogista não há essências fixas, leis incontornáveis ou finalidades metafísicas; o seu objetivo não é ir às origens, mas antes tentar intersetar a proveniência e a linhagem de um problema ou de uma coisa (Ó, 2003: 12).

Se a genealogia relativiza as verdades fixadas pela tradição, ela pode significativamente instruir a forma como o passado se liga ao presente, por vezes passando pelo esquecimento que essa tradição opera. O protocolo será estudar no passado aquilo que ainda está a acontecer e não tanto o que aconteceu no passado. Do mesmo passo, pode fazer sentir o pesquisador próximo das próprias figuras antigas que elege para seus interlocutores (os parlamentares do século XIX), evidenciando o que há de familiar nos seus discursos e o que permanece de familiar no presente, não porque exista uma linha contínua entre passado e presente mas porque, entre convulsões, erros e esquecimentos os acidentes de percurso podem ter legado permanências reconhecíveis.

Na sua evocação eminentemente crítica, a genealogia tem por objetivo fornecer-nos uma história do presente e dessa forma leva-nos a pensá-lo de forma radicalmente diferente: o que é estranho e distante torna-se, com essa operação familiar; e, na inversa, o que na atualidade é um dado natural torna-se estranho depois de uma análise de tipo genealógico (Ó, 2003: 96)

Nietzsche expõe a sua pesquisa como a necessidade de responder à questão “Qual é definitivamente a origem das nossas ideias do bem e do mal”? não exatamente para recuar à origem ou essência dos conceitos mas para tentar observar de que forma os homens os usaram em um determinado tempo ou, como ele diz, os inventaram. Isto significa que um alegado segredo que as palavras transportariam, a sua essência, é inteiramente construída pelos homens e que elaborar a genealogia de um conceito se relaciona com a tarefa de espreitar para as suas aparições na história, as suas convulsões, batalhas, ilusões, irrupções, desaparecimentos e reaparições.

Ao longo do século XIX, os monumentos ganham a sua *essência* presente pelo facto de serem marcos do trabalho de arquitetura e de arte, de evocarem recordações ou feitos gloriosos, de marcarem o reaproveitamento de mosteiros, conventos, hospícios e colégios religiosos e de constituírem uma categoria à parte de paços e palácios reais (capítulo 2). Está implícito que o cuidado conservador com os monumentos remetia para um passado belo, grandioso e patriótico, isto é, está implícita a procura de uma idealidade da ideia de Estado e está implícito, no jogo de separação entre poderes parlamentares e poderes do rei, que o que hoje se acha unido como pertencendo ao património cultural edificado devia estar separado (monumentos de um lado, palácios e paços reais do outro).

O primeiro papel que os monumentos representam na ordem constitucional do século XIX é certamente o de serem um dos intercessores da ambivalência existente nas relações entre Parlamento e poder real. A herança de edifícios e objetos que hoje é comum esteve retalhada, partida, vogou inexata entre poderes e era heterogénea na sua disposição antes de se apresentar una no presente. A sua emergência não pretende criar um corpo de edifícios que se reconheça como herança mas resolver as questões prementes de imóveis desocupados que devolvem à nação o aspeto de abandono, de decadência e de ruína, isto é, devolvem a impotência do Estado em lhes conferir um papel produtor da sua força e respeitador da sua presença.

A pergunta que foi feita desde a redação do plano de tese, é expressa como uma tentativa de tentar compreender caminhos e mecanismos que determinaram a aceitação dos objetos que constituem o que se chama agora *património cultural* como consensuais, inquestionáveis, pacificamente aceites, politicamente neutralizados e benevolentes as vontades que se referem à sua pertinência.

O propósito é também indagar, de acordo com o que foi dito, de que formas os sujeitos falantes se manifestam, se é que se manifestam, como representantes de uma verdade e como são reconhecidos pelos outros dessa forma, no contexto em que os seus discursos se inscrevem em estruturas próprias de enunciação, de que a fala parlamentar ritualizada é o centro (Foucault, 2011a: 4). Tentar dar um sentido histórico à pesquisa significa que o olhar se reparte pelas formações discursivas que irrompem, que a atenção ao que dizem os deputados, a partir da série constituída, quer evidenciar a dispersão dos discursos e significa esfacelar um pouco o próprio sentimento pessoal face à herança, que chega até nós como jogo apaziguador das diferenças, construídas em cima da composição heteróclita do que restou.

A pergunta, que pode ser reformulada em outras tantas variáveis (como é que a importância do património cultural, em especial do património arquitectónico pela sua relevância e presença na vida comum, se tornou uma verdade indiscutível; como é que a indiscutibilidade do património cultural como valor o transpôs para um plano corrente de veneração pelas sociedades modernas) supõe sempre a aproximação à naturalização de formas sociais e institucionais (Ó, 2003: 12), de tal modo que elas podem com facilidade, como se tivessem sido assimiladas por automatismos difíceis de avaliar, passar como resíduos de ideias cujos conteúdos primitivos tenham sido esquecidos, já que a sua recepção pelos contemporâneos é idêntica à forma como os vestígios do passado nos chegam: esvaziados da informação que os leva a constituir-se, eles

representam antes verdades formais da nossa época, delineadas por um conjunto de acidentes históricos e de lutas incessantes que os torna, a um tempo, presentes e potentes.

CONCEITO CENTRAL

Os conceitos de *património cultural* e de *herança cultural*, usados indistintamente na tese, não são usados no século XIX. A formulação mais usada e que se lhe deve comparar dá conta das “obras e edificios de notável antiguidade” que merecem ser conservados como “primores da arte” e os “monumentos históricos de grandes feitos ou de [grandes] épocas nacionais”, como se determina numa das exceções à venda de todos os bens nacionais, na Carta de Lei de 15 de abril de 1835. Ou seja, todos os monumentos que sejam histórica ou artisticamente relevantes para compreender as grandes realizações de Portugal, a que há que acrescentar todos os objetos de arte, primeiramente; e todos os objetos de arte de arqueologia, mais tarde (o chamado património móvel), como se lhe referem os deputados da nação.

Se *património* se diz dos bens deixados pelos pais, dos bens que se herdaram na mesma família, dos bens de qualquer natureza que se tenham adquirido e também de todos os bens que a Igreja possui e que lhe tinham sido deixados (1728) ou, de forma mais simples, dos bens dados ou herdados (1789, 1832)⁴, o termo *patrimonium* amplifica-se para significar o conjunto de bens materiais e imateriais transmitidos por antepassados, constituidores de uma herança “pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que congregam a sua pertença comum ao passado: obras e obras-primas das belas-artes e das artes aplicadas, trabalhos e produtos de todos os saberes e conhecimentos humanos” (Choay, 2000: 11). Nessa diversidade, os homens do século XIX estão principalmente a falar da sua relação com o património edificado, com os “monumentos históricos”. Monumento (*monumentum*), de *monere* (advertir, recordar), é o que interpela a memória, no sentido de qualquer artefacto edificado por uma comunidade para fazer recordar um acontecimento, uma pessoa, um ritual, uma regra

⁴ Cf. Raphael Bluteau, *Vocabulário português e latino, áulico, anatômico, architectónico....* Coimbra: Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728. Volume 6, p.323; António Moraes Silva, *Dicionário da língua portuguesa – recopilado dos vocabulários impressos até agora e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado*. Lisboa: Tipografia Lacerdina, 1813 [1789 a edição inicial]. Volume 2, p.412; Luís Maria da Silva Pinto, *Dicionário da língua brasileira*. Ouro Preto: Tipografia de Silva, 1832 [sem páginas numeradas]

social, etc. (Choay, 2000: 16). São os chamados “monumentos intencionados” na definição do presidente da Comissão Austríaca dos Monumentos Históricos e Artísticos, Aloïs Riegl, cujo trabalho sobre os monumentos nos interessa para a discussão da prevalência do culto patrimonial (capítulo 6), e que influenciou, a partir da sua publicação no início do século XX, gerações de interessados no tema.

Essa função memorial esbateu-se sem desaparecer por inteiro (pode ser encontrada nos edifícios cultuais, nos cemitérios, nos monumentos aos mortos, nos monumentos comemorativos) e centra-se na invenção recente dos “monumentos históricos” – o conjunto de bens selecionados pelos amadores de arte, historiadores, políticos, como testemunhos históricos, como testemunhos de arte e como interlocutores da importância atual dos detentores do poder de nomear. *Monumento* e *monumento histórico* estariam separados pelo drama da intencionalidade e da afetividade, o primeiro dirigindo-se ao exercício da memória viva, próxima do evento a ser recordado, o segundo como construção abstrata e intelectual, distanciada desse evento (Choay, 2011: 18), sem que, como é manifesto em inúmeros casos, o *monumento* dispensasse o trabalho intelectual de uma construção moderna ligada ao saber e ao poder e sem que o *monumento histórico* se isentasse do poder de fazer recordar.

As formas de coleção, representação, acumulação, quantificação e sistematização em que o Estado moderno se apoia (Ó, 2003: 5), e que servem para a sua legitimação e disseminação territorial particularmente no século XIX, devem fazer-nos alertar para o modo como esse século olha, com negligência, a notação e quantificação dos monumentos. A tese procura fundamentar essa *deselegância* da Monarquia Constitucional, que seria tanto mais estranha quanto estava preocupada com o decoro das suas próprias funções, e que opera não como incapacidade ou desinteresse mas na forma de encarar a herança como força produtiva, através de uma reutilização, nada contemplativa, dos monumentos.

OBRAS E AUTORES: APROPRIAÇÕES

A tónica assente na riqueza dos discursos parlamentares pressupõe a busca da mesma fortuna nos autores teóricos que servem de impulso para a escrita. Dessa forma se pode tentar olhar para uma obra como um monumento chega a um historiador – o que se pode extrair dessa aparente unidade, que esconde múltiplas proveniências e efeitos?

Uma obra, mesmo apresentando-se na sua unidade, se é expressão do pensamento, da experiência, da imaginação ou da reconstituição de tudo isso num todo coerente, remete para uma unidade inteiramente construída na contingência e nas possibilidades da sua construção, isto é, no cruzamento, falando de um texto, de todos os textos considerados para a sua confecção, talvez de todas as conversas e de todos os fragmentos remissíveis ao assunto acerca do qual se escreve.

“A obra não pode ser considerada como unidade imediata, nem como unidade certa, nem como unidade homogênea” (Foucault, 2008: 27), ela é uma construção cujas regras podem, eventualmente, ser conhecidas e exibidas. É na articulação com os textos anteriormente existentes que se pode tentar afirmar a vontade de pensar, ou seja, a sua condição não é afirmar o que jamais alguém pensou ou afirmou mas simplesmente *afirmar*, na companhia de outras tantas afirmações – que são como que a herança inesgotável, não entesourável nem passível de musealização, que o mundo prepara para quem procura saber. A análise do discurso histórico não é a busca e repetição de uma origem que escapa a toda a determinação histórica nem se destina a escutar o já-dito ou a desocultar o não-dito (Foucault, 2008: 28). É preciso hospedar os textos com os quais engrenamos a nossa narrativa para, imediatamente, os desfazer e recompor, no jogo continuado que é idêntico à experimentação que as crianças ordenam aos seus jogos ao atribuir às coisas a composição, natureza e propriedades que bem entendem.

Se se dá primazia ao acontecimento discursivo ou enunciativo é porque se prossegue a tentativa de não o relacionar com operadores psicológicos (a intenção do autor, a forma do seu espírito, o rigor do seu pensamento, os temas que o ocupam, o projeto da sua existência) (Foucault, 2008: 32) e antes de o ligar a grupos de enunciados, cuja racionalidade provavelmente vai escapar aos seus autores e que podem mesmo fazer coincidir enunciados de autores que não se cruzaram, não se conheceram nem compartilharam afinidades, emergindo, assim, relações que não podiam estar previamente estabelecidas, por referência a um domínio sólido, ele sim, previamente delimitado (a pergunta de investigação). Habitando tempos diferentes, por exemplo, os primeiros anos da Monarquia Constitucional e os últimos, “os enunciados, diferentes em sua forma, dispersos no tempo, formam um conjunto quando se referem a um único e mesmo objeto” (Foucault, 2008: 36) e podem ser recortados apagando a presença imperiosa dos autores e abandonando a velha questão da origem (Foucault, 2008: 44).

O levantamento de questões relacionadas com o património cultural socorre-se de investigações, frequentemente revisitadas e direcionadas para a caracterização de um

conjunto de factos a partir dos quais é possível, num chão bem assente, questionar a herança comum: os trabalhos sobre a arquitetura religiosa medieval (Rosas, 1995), política patrimonial (Esperança, 1996), a evolução do conceito de património (Pedreirinho, 1999), a salvaguarda do património com um enfoque particular no papel da Associação dos Arqueólogos Portugueses (Martins, 2005), a personalidade de Ramalho Ortigão no contexto oitocentista dos monumentos (Alves, 2009), o registo dos monumentos nacionais (Belchior, 2010), os discursos de valorização patrimonial enquanto dispositivo pedagógico (Félix, 2010) ou a importância das coleções de gessos reproduzidas de monumentos nacionais (Mendonça, 2014). Atenta-se à constatação anterior de que as primeiras preocupações relativas à imensa quantidade de bens imóveis e móveis que estavam em poder das ordens religiosas e passaram para o Estado, partem do Parlamento e de membros do governo e tenta-se perceber e precisar a que corresponde a “aceitação consensual da necessidade da sua [dos monumentos históricos] conservação” (Maia, 2005: 113 e 115).

VÍNCULO À EDUCAÇÃO E A DISCIPLINA DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

Dirigindo-se aos discursos parlamentares que falam dos monumentos, entende-se cruzar os monumentos com as questões da instrução para tentar procurar a possibilidade de eles florescerem algures na arena educativa como parte da identidade coletiva que devia ser transmitida, uma hipótese respaldada nas investigações que evidenciam o estabelecimento da identidade como o grande problema da escola moderna e que desenham o aluno como ator social produzido pelo discurso pedagógico moderno (Ó, 2003).

A narrativa pôde estabelecer-se a partir da herança investigativa anterior em educação, por apropriações textuais-metodológicas (António Nóvoa, João Barroso, Justino Pereira de Magalhães) ou pela relevância da informação compulsada (Maria Cândida Proença, Sérgio Campos Matos, Luís Alberto Marques Alves, Áurea Adão, Lúcia Penim), a partir de investigações sobre: os mecanismos de construção da profissão docente e de afirmação dos professores como classe (Nóvoa, 1987); a vida organizativa e pedagógica dos liceus nacionais desde o início do ensino médio e os seus antecedentes (Barroso, 1993); processos e práticas de alfabetização e leitura e escrita no mundo rural do Antigo Regime, e em especial sobre a correlação entre alfabetização e escolarização

(Magalhães, 1994); a edificação da primeira grande reforma educativa dos liceus (Proença, 1997); historiografia e ensino da história no século XIX (Matos, 1998), estabelecimento e disseminação do ensino industrial (Alves, 1998), presença do ensino secundário liceal nas discussões parlamentares de Oitocentos (Adão, 2001) ou os discursos do ensino do desenho e dos trabalhos manuais no ensino liceal (Penim, 2008). A vibração desses trabalhos pôde ser orientada, por exemplo, pelo conhecimento da disposição dos investigadores em considerar a escola e o currículo mais perto de usufruírem de uma autonomia relativa no contexto das imposições sociais, como se definissem uma autorregulação e como se inscrevessem em ‘culturas escolares’, isto é, num conjunto de teorias, ideias, princípios, normas, rituais, hábitos e práticas que persistissem no tempo e que fossem capazes de gerar uma ‘cultura independente’; em considerar a escola e o currículo mais perto de constituírem processos de reprodução social; em considerar que as disciplinas transformadas em matérias escolares são um processo de produção social, próxima de um ‘governo da alma’ através de uma bateria de tecnologias disciplinares-comportamentais que conduzem à assimilação de regras construtoras da individualidade de cada um (Pintassilgo, 2007: 114-117). Constatando a existência de tais estudos, a tese centra-se no que é dito pelos parlamentares e no que é escrito nas orientações legislativas. Como já expus, ao assinalar que, em 1894-95, as disposições para receber e transmitir a herança cultural ganham um relevo inusitado, que conforma movimentos anteriores nesse sentido, não se trata de afirmar que essas disposições para receber e transmitir conhecimentos são incorporadas tal qual mas mostrar a sua presença indelével na reforma de Jaime Moniz.

A importância de uma reflexão crítica a partir de um corpo teórico consistente – e uma abertura a campos disciplinares diversos, com os quais pode transmutar influências – tem sido um contributo essencial para que a história da educação se apresente como disciplina central na Educação. Se a construção disciplinar da história da educação se deveu bastante a um triplo feixe de processos, estatização do ensino em sintonia com a afirmação dos Estados-nação; institucionalização da formação de professores como forma urgente de preparar um corpo educativo capaz de lidar com as exigências e transformações da instrução; e “cientificação” da pedagogia através do emprego de métodos de pesquisa idênticos aos das ciências físicas, além da influência que as disciplinas da psicologia e da sociologia jogaram na definição e controlo das teorias e práticas educativas, a verdade é que, quando houve um recuo dos esforços de teorização pedagógica e da sua historicidade, e esvaziamento epistemológico e heurístico, a

disciplina entrou em declínio, algures na passagem do século XIX para o XX (Nóvoa, 1996: 418-419).

Tal como em relação aos ditos dos deputados sobre monumentos, num papel que se procura poder contribuir para a exaltação do país, “a génese de um pensamento histórico-educativo é indissociável da necessidade que os reformadores do século XIX sentem de dotar os seus esforços educativos de uma história gloriosa, isto é, narrada como uma evolução constante das trevas para as luzes, como um progresso inexorável do passado para o presente e, portanto, para o futuro” (Nóvoa, 1996: 422). Um conjunto de mudanças marca os cem anos seguintes e, no final do século XX, António Nóvoa assinala que os sinais de renovação nas pesquisas em história da educação parecem encaminhar-se para a ideia de que seria impossível travar os debates educativos, dos pontos de vista do ensino e da investigação, sem a presença da reflexão histórica.

A história da educação só existe a partir desta dupla possibilidade [refletir sobre a história da disciplina; sentir os desafios do tempo presente e pensar as continuidades e mudanças do trabalho pedagógico], que implica novos entendimentos do trabalho histórico e da ação educativa: trata-se, no primeiro caso, de aceitar que o objeto do historiador ‘não é o passado em si próprio, mas sim tudo o que nos vestígios deixados por este passado pode responder às questões que ele coloca e que lhe são sugeridas pelo mundo em que vive’ (Burguière, 1986, p. VIII); trata-se, no segundo caso, de romper com uma visão ‘natural’ ou ‘racional’ que oculta a historicidade da reflexão pedagógica e impede a compreensão da forma como se construíram os discursos científicos na arena educativa em simultâneo com o desenvolvimento de grupos profissionais e de sistemas especializados de conhecimento (Nóvoa, 1996: 417)

A tese apoia-se nas investigações em que a definição da instituição escolar e da identidade que ela procura difundir, particularmente desde finais do século XIX, se respalda num estilo liberal de governo dos povos, fundindo a organização política com uma dimensão ética. Nesse sentido, tenta-se explicitar a emergência de uma razão de Estado para responder a perguntas, na realidade pouco variáveis ao longo dos tempos (como se governar, como ser governado, como governar os outros, por que devo aceitar ser governado, como governar o melhor possível), razão de Estado na qual a conduta de cada indivíduo se encontra ligada ao exercício de um poder soberano, mas estendendo, muito para lá do Estado, a necessidade de organização de comportamentos como outras tantas formas de governar e ser governado (Ó, 2003).

Governar é, assim, um exercício permanente que entrecruza os comportamentos de todos e cada um de modo homólogo. A visão temporalmente distendida – ou

genealógica como gostava de lhe chamar – que Foucault nos fornece tem por finalidade mostrar que as clivagens (entre outras: estado e sociedade civil, público e privado, soberania e autonomia) e as hierarquizações clássicas utilizadas para inteligibilizar as relações sociais vêm perdendo a sua capacidade explicativa à medida que nos aproximamos da atualidade e, sobretudo, das regiões ocupadas pelas democracias liberais. O novo quadro interpretativo que procura fornecer situa-se bem para além das lógicas de dominação, que nos habituaram a compreender o poder através da dinâmica concentração/rarefação e a inscrever todas as posições sociais num espaço percebido pela regra centro/periferia. Foucault mostra como historicamente inclusive o poder político se vai exercendo cada vez mais através de alianças delicadas entre uma miríade de autoridades, por forma a que seja possível a agregação de realidades que vão desde as relações económicas até à conduta dos indivíduos particulares. A questão em causa não é a da coerção e dos constrangimentos exercidos sobre a massa dos governados. O poder liga-se antes aos modos como, numa dinâmica onde a autonomia e liberdade estão cada vez mais presentes, se produzem cidadãos. Estes não são destinatários mas intervenientes nas operações de poder e de construção da verdade (Ó, 2009a: 100)

ALGUNS ASPETOS DO REGIME JURÍDICO NA MONARQUIA CONSTITUCIONAL

Para a percepção de algumas das mais relevantes mudanças jurídicas em curso no modelo constitucional monárquico liberal de Oitocentos segui o trabalho de António Hespanha. Essa percepção, nas primeiras décadas do século XIX, deve centrar-se, em primeiro lugar, na identificação da nação como entidade detentora da soberania (a soberania nacional e o governo representativo como condição da participação pública nos negócios do Estado são dois traços fundamentais das ideias modernas), quando antes ela repousava sobre os reis e sobre o seu poder absoluto, e na manifestação da soberania assente no primado da lei, cabendo aos representantes da nação a exclusividade de legislar.

O primado da lei deve ser, para todos os efeitos, mitigado, já que os juízes tinham a prerrogativa de “averiguar da jusrisdicidade [conformidade com os princípios do direito] dos atos do poder, incluindo os atos legislativos”, ou seja, de mergulhar num campo de interpretação fortemente ancorado ainda no direito divino e no direito natural, à falta de uma definição estrita das fontes do direito a serem usadas, prosseguindo uma lógica própria do sistema constitucional do Antigo Regime (Hespanha, 2004: 88-89 e 92-94).

A revolução de 1820 prossegue o objetivo de dismantelar situações fundadas em direitos privados do Antigo Regime, caracterizado pela indistinção entre direitos

privados e direitos políticos e por se fundar na primazia do privilégio (Hespanha, 2004: 114): o direito aos cargos públicos, às prestações feudais e senhoriais, aos privilégios (Hespanha, 2004: 74); e altera a “carga semântica” de algumas palavras fundamentais. A nação, que remetia para “factos naturais, como o nascimento ou o amor a sua terra”, passa a evocar “a realidade política revolucionária, com a sua assembleia ‘nacional’, representando a indissociável união de todos os cidadãos”. É verdade que o amor à pátria não só não desaparece como continua a ser a primeira virtude a favor da cidadania – e é em nome do amor à pátria que a preservação dos vestígios e dos monumentos se faz, em primeira instância.

O amor à pátria passa de um sentimento natural pelo lugar de nascimento na época pré-moderna para o sentimento artificial do amor ao Estado, “a ser construído contra a natureza dos sentimentos, por múltiplas formas de inculcação – desde elementos jurídicos, como a comunidade da constituição e das leis, a elementos políticos, como a outorga de direitos políticos de ativa participação, ou a elementos simbólicos, como culto da bandeira e do hino nacional, as cerimónias cívicas, a construção de heróis comuns” (Hespanha, 2004: 186). A nação passa a ser vista como a detentora essencial da soberania, recusando-se: i) a concepção de que, na origem da constituição e das leis, estaria o povo, mas referindo-se a indivisibilidade e a inseparabilidade dessa soberania como forma de afirmar que os direitos políticos pertenciam ao povo; ii) a vontade de maiorias conjunturais ou geracionais capazes de estabelecer as normas constitucionais.

Se se recusa ao povo (a universalidade dos cidadãos vivos) a capacidade de desenhar conjunturalmente as instituições, trava-se, em nome do povo, veleidades da mesma ordem que possam morar no poder monárquico. Os direitos políticos não pertenciam a Deus e não estavam na origem dos poderes dos reis; e não pertenciam exclusivamente ao rei, “como beneficiário de uma cessão [transferência] definitiva dos poderes do povo, como pretendia a teoria contratualista do Antigo Regime”; não eram partilhados entre povo e reis, como se resultassem de um pacto. Mas também “não pertenciam apenas a uma geração – a dos cidadãos vivos” (Hespanha, 2004: 61-66).

Os votos das assembleias são vistos pelo liberalismo como demasiado arbitrários para lhes serem confiadas matérias tão importantes como os direitos civis (Hespanha, 2004: 96), os direitos de todos os nacionais, diferentes dos direitos políticos, que pertenciam só a alguns. Parecendo falar dos outros e não de si, uma manifestação exterior disso é o que se pode ouvir dos povos nas câmaras de iniciativa legislativa do Parlamento, que confirmam pouco apreço pelas capacidades dos cidadãos; e o teor de muitos dos

preâmbulos das leis publicadas, que explicam detalhadamente ao longo do século XIX os fundamentos para fazer cumprir a legislação do reino, centrados na menorização das capacidades intelectuais dos povos (como é que as classes laboriosas podiam conhecer o interesse nacional, já que o conhecimento assentava no tempo para conhecer, tempo que os trabalhadores não tinham?) tanto como no receio de que essas hordas por subjugar pudessem minar os poderes representativos.

Esse é o sinal, também, de que a preocupação com o poder das multidões não é somente sentida nos grandes Estados (Estados com muito território e com muita gente) e que o poder da uniformidade e da estandardização está a instalar-se – notoriamente através da fabricação de um sentimento nacional e dos sistemas de instrução pública (Hespanha, 2004: 165). A questão da estandardização tem como pano de fundo o entendimento do admirável mundo que se abre a partir dos destroços do Antigo Regime: “a criação de uma sociedade de massas, dinâmica, comunicativa, geradora de um novo espaço público de dimensões incomparavelmente mais dinâmicas do que o das anteriores sociedades de ordens: ‘uma sociedade elétrica, em que tudo se sabe, se propaga, em que milhões de homens de condição semelhante e sentimentos análogos, conhecem reciprocamente a sua sorte’” (Hespanha, 2004: 176-177). A frase adventícia, pertencente a um dos intelectuais doutrinários franceses⁵, é de 1822.

A lei fundamental que mais tempo esteve em vigor no período estudado nesta tese foi uma *Carta Constitucional* outorgada por um rei e não uma *Constituição*, mais ou menos revolucionária, emanada de representantes da nação. A *Carta Constitucional* outorgada por D. Pedro IV, enquanto representante da nação na altura sediado no Brasil (1826), determina um governo monárquico, hereditário e representativo; a religião católica apostólica romana como religião do reino; quatro poderes representativos (legislativo, moderador, executivo e judicial); a representação da nação a cargo das Cortes (num sistema de duas câmaras, dos Pares e dos Deputados, sede do poder legislativo) e do rei, origem do poder moderador e “chave de toda a organização política”, cabendo-lhe o “equilíbrio e harmonia” dos demais poderes. Sendo as Cortes, e também o rei, representantes da nação, a Carta Constitucional não estabelece um regime parlamentar,

⁵ Chamado François Guizot. A designação ‘doutrinários’ refere-se a um “movimento político intelectual” e a um dos polos do pensamento político entre os anos 30 e 60 do século XIX, que insistia “no caráter natural e não estatal dos mecanismos constitucionais e políticos”. Escreveu Guizot: “Não creio nem no direito divino nem na soberania do povo, como são quase sempre entendidos. Apenas aí posso ver usurpações da força. Creio na soberania da razão, da justiça, do direito: é aí que o mundo procura e sempre procurará o soberano legítimo. Nenhum homem, nem nenhuma assembleia de homens possui ou pode possuir essa soberania sem lacunas ou sem limites” (Hespanha, 2004: 176 e 179)

“um regime em que toda a representação política se concentre no Parlamento e em que, portanto, todos os outros poderes se lhe devam subordinar” (Hespanha, 2004: 248).

O rei é, também, o chefe do poder executivo, cujo exercício compete aos ministros de Estado. Finalmente, o poder judicial compete aos juízes e aos tribunais de justiça. A Carta Constitucional vigorou durante longos 84 anos, apesar de interregnos – os da insurreição de D. Miguel (1828-1834), os da reposição da *Constituição* de 1822 (1836-1838) e os da vigência da *Constituição* de 1838 (1838-1842) (Hespanha, 2004: 199) e espelha a influência doutrinária do politólogo e teórico constitucional francês Benjamin Constant. Segundo António Hespanha, se houve traço em que a influência de Constant se mostrou na história constitucional portuguesa foi o do desenho do poder real como ponto de equilíbrio dos outros poderes, como força exterior a eles e como travão dos possíveis entusiasmos legislativos do Parlamento.

Benjamin Constant distinguia, no poder monárquico, dois poderes, o executivo e o real, este último mantido “por lembranças e tradições religiosas” (Hespanha, 2004: 174 e 250), capaz de voltar a pôr no lugar qualquer entrecchoque dos três outros poderes (executivo, legislativo, judiciário), pois a sua força de atuação era exterior e era neutra. Como esclarece António Hespanha, não era inevitável, para Constant, que esse poder moderador fosse o do rei mas o prestígio e tradição herdados pela monarquia aconselhavam-no. Como se a realeza habitasse uma esfera superior às vontades individuais, justa e equilibrada perante elas, e como se dessa personificação essencialmente jurídica uma manifestação exterior fosse o decoro, esse equilíbrio, dignidade, prestígio e brilho, relacionados com a manutenção e conservação de uma condição reconhecida (capítulo 1).

Da agenda liberal que influencia as soluções políticas da Europa continental faz parte a “gestação de um sentimento de pertença comum, que justamente promovesse a integração e prevenisse as convulsões sociais e políticas” (Hespanha, 2004: 165), para cuja criação são determinantes quer uma ideia de *tradição*, quer o conjunto dos monumentos e dos objetos do passado, ainda que de forma bastante sofrível e demorada até esses vestígios tomarem o lugar de uma relevância política.

A *Constituição* é vista não como “produto da vontade constituinte de uma geração (do ‘povo’), mas antes da vontade diuturna e permanente de uma comunidade tanto atual como histórica (a ‘Nação’)” (Hespanha, 2004: 171-172), contribuindo para a sedimentação dessa *tradição* e para a limitação dos poderes do Estado em face dos direitos individuais. A tradição como função política – “‘autenticidade’, ‘cunho

português” – passa de indispensavelmente observada a auscultada num contexto de observação dos tempos e dos lugares (Hespanha, 2004: 146 e 127).

QUERER HERDAR A HERANÇA

A questão feita às fontes históricas centra-se não exatamente nas formas por que se vai aperfeiçoando a proteção do património mas em tentar perceber até que ponto as formas, mais ou menos imperfeitas de proteção e atenção aos monumentos, devolvem formas de o perceber que estariam ligadas aos usos do poder dos deputados e dos membros dos governos durante o século XIX.

Não deve ignorar-se o quanto a transmissão do poder (através de monumentos, objetos de arte ou das ideias que lhes subjazem) representa para os vivos um perigo de dissolução ou de captura. Trata-se, além do mais, de um embate da escrita com algo que se lhe aparece como intransigente, dotado das próprias regras internas, inquebráveis a qualquer apropriação, que é a existência dos bens culturais dotados de um valor que não deve ser posto em causa.

O aviso sobre os perigos de *herdar a herança* (Cabeleira, 2013: 181-182; Paz, 2014: 160), se expostos cristalinamente, têm cabimento duplo numa tese que não é só sobre herança cultural, património subliminar que nos atinge, é sobre o que os instituidores do poder legitimado e consagrado disseram sobre a herança cultural.

Todos os destinos sociais, positivos ou negativos, consagração ou estigma, são igualmente *fatais* – quero dizer, mortais –, porque encerram aqueles que distinguem em limites que lhes são atribuídos e lhes fazem reconhecer. O herdeiro que se respeita comportar-se-á como herdeiro e será herdado pela herança, segundo a fórmula de Marx; quer dizer, investido nas coisas, apropriado pelas coisas de que se apropriou. Salvo acidente, é claro: há herdeiros indignos, padres que renunciam à vida monástica, nobres que derogam ou burgueses que se acanalham (Bourdieu, 1998: 115)

A tendência do património (e, através deste, de toda a estrutura social) para perseverar no seu ser só pode realizar-se se a herança herdar o herdeiro, se, por intermédio, designadamente daqueles que dela a título provisório se encarregam e que têm o dever de garantir-lhe a sucessão, ‘o morto (quer dizer, a propriedade) captura o vivo (quer dizer, um proprietário disposto e apto a herdar’ (Bourdieu, 1996: 31)

Não há qualquer dúvida de que as obras de arte herdadas do passado e depositadas nos museus ou coleções particulares e, além disso, todo o *capital cultural objetivado*, produto da história acumulada sob a forma de livros,

artigos, documentos, instrumentos etc. que são o vestígio ou a realização de teorias ou de críticas dessas teorias, de problemáticas e de sistemas conceituais, apresentam-se como um mundo autónomo que, embora seja o produto da ação histórica, tem suas próprias leis, transcendentais às vontades individuais, e permanece irredutível ao que cada agente ou, até mesmo, o conjunto dos agentes podem apropriar-se – ou seja, ao capital cultural incorporado –, do mesmo modo que a língua objetivada nos dicionários e gramáticas continua sendo irredutível à língua realmente apropriada, ou seja, ao que é incorporada nela por cada agente ou, até mesmo, pelo conjunto dos agentes (Bourdieu, 2008: 213-214)

Se o património cultural é incorporado pelos poderes representativos da nação, e a tese tenta dar conta de como isso sucedeu quando tudo era possível de acontecer, isto é, quando era possível mandar demolir as antiguidades sobrando tanto quanto ficar maravilhado com a opulência que elas transmitiam, opulência que o Parlamento queria combater para se afirmar em rotura com o Antigo Regime, o património é tão representativo dos jogos de poder quanto outro assunto qualquer e mais ainda quando os seus defensores evocam o *desinteresse* pessoal para afirmar que o património estaria acima das querelas políticas. Há poucas violências discursivas maiores do que aquela que serve a eloquência dos interessados ao dizer-se desinteressados do seu interesse. “O culto do desinteresse é o princípio de uma inversão prodigiosa, que faz da pobreza riqueza rejeitada, e portanto riqueza espiritual” (Bourdieu, 1996: 50).

Há várias fontes a partir das quais um rastro sobre os discursos relativos à herança pode ser realizado (o trajeto da tese permitiu recolher textos de outras proveniências, não parlamentares, não usados na narrativa) mas a sua comparação favoreceu o lugar em que os discursos sobre património embatem com o poder representativo mais intimamente, com a sua vigilância ou o seu desinteresse, e aproxima-os num estado por vezes bruto, em que o impensado dos discursos no Parlamento tem tanto lugar quanto a observação das regras pelas quais os discursos são proferidos, quando se tenta olhar para um tempo em que as coisas *não são*, estão em *vias de ser*, em que esse consenso presente sobre os monumentos que ora se vive não existe nem tem garantias de alguma vez acontecer. “É portanto um preconceito pensar que a história de cada época tem os seus ‘problemas’ e se explica através deles. De facto, a história está cheia de possibilidades abortadas, de acontecimentos que não tiveram lugar; ninguém será historiador se não sentir, em torno da história que se produziu realmente, uma multidão infinita de histórias possíveis” (Veyne, 2008: 118).

CRUZAMENTO COM O JORNALISMO

A existência de várias fontes a partir das quais a pergunta de base de pesquisa poderia ser endereçada remete-nos para o exemplo de muitos textos sobre monumentos da imprensa generalista do século XIX para afirmar que, na esmagadora maioria dos casos, eles constituem pálidas reverberações dos tópicos que se discutem no Parlamento, como se os jornalistas estivessem a escrever numa consciência já orbitada pelo poder emanado das Cortes. Se o assinalo, é também porque uma razão de percurso profissional se entrecruza com a possibilidade de escrever a tese. Como jornalista dedicado às questões do património cultural, foi-me permitido, na tese, experimentar estudar o património com outras ferramentas conceptuais que pudessem diluir a patine das evidências consensualizadas.

Um pouco à maneira de muitos dos meus colegas do século XIX mais convictos (com a diferença de que eles lutavam pelo estabelecimento da autoridade dos monumentos por mim já herdada), também eu tinha escrito sobre o património, anos a fio, sem me questionar de onde viria a ideia tão certa e constante, no nosso presente, da sua importância. Não me refiro a episódios em que o património é posto em causa por um interesse superior (geralmente operando uma destruição, um corte) mas ao facto de que, acontecendo isso ontem e hoje, o património ganhar a inevitabilidade de uma certeza que lhe subjaz, a de que, mesmo destruído, o seu valor enquanto herança comunitária não pode ser posto em causa, sem o assinalar como uma *perda*. É precisamente em relação com a perda que um trabalho sobre monumentos se pode querer edificar – desde logo a partir da erosão que os discursos parlamentares sofrem ao perderem partes do seu sentido, primeira evocação dessa perda que assinalo – construindo-se, a partir de uma descontinuidade básica, uma análise feita com o que ficou daquilo que foi e do que é dito acerca do que ficou (primeira perda).

Ainda que erguida sobre pobres vestígios, a demanda dos monumentos intima os presentes a sentirem-se *culpados* pela perda (segunda perda) – situação impossível de observar-se durante grande parte do século XIX, pois não cometia ao Estado ter de cuidar de pedras velhas nem de objetos de prestígio dos outros, a não ser na estrita observância do nexos que fazia coincidir esses objetos com o esplendor do próprio Estado (os bens da família real quando usados para o decoro da representação oficial).

Em vez de uma psicologização da vida atual que provavelmente ergue a culpa como o grande significante, instamo-nos à tentativa de olhar para os discursos fugindo a

relacioná-los com operadores psicológicos como a *verdadeira* intenção dos deputados ou de outros autores de discursos, se eles são consonantes com o seu pensamento, se ocultam alguma coisa a que deveríamos dar significado. Trata-se, como diz Michel Foucault, de questionar que haveria sempre uma origem secreta para um dado discurso, que faria do pesquisador um fraco hermeneuta dos tesouros por desvelar e um garimpeiro cansado à procura da origem que tudo explica.

É assim que fazer uma cronologia das preocupações do Estado português com o património geralmente faz recuar até 1721, data de um alvará do rei D. João V sobre a preservação de edifícios e objetos (capítulo 2), para confirmar como Portugal foi pioneiro nesta demanda e para ocultar que o pioneirismo não tem em conta a ausência de continuação de uma prática que se associe ao que o alvará determina. Sobretudo para um caso como o dos monumentos, toda a *tradição* deve observar-se com cuidado. Os monumentos não são assunto de Estado antes dos anos 30 do século XIX e não há tradição sobre a sua proteção (isto é, uma sistematização legal das medidas de proteção) que seja anterior aos começos do século XX.

Se o alvará de D. João V é um acontecimento, ele ganharia em ser explicado enquanto tal na economia de processos que preocupam o rei, podendo desde logo, perguntar-se se ele se abre a alguma repetição ou transformação, em vez de martelar o nome da nação portuguesa com o rótulo de precursora, que não consegue chegar a acordo para fazer um inventário reconhecido dos seus monumentos antes do início do século XX. Como acontecimento, a análise do alvará pode fazer com que nos concentremos menos nas diferenças em relação ao passado (a proteção das antiguidades) e mais em semelhanças com medidas futuras que ele talvez comece a operar (o que restasse dessas antigas memórias provaria a glória e a reputação da nação portuguesa).

O texto que a tese supõe não pretende distinguir o que é verdadeiro do que é falso, pretende evocar o que vogava como verdadeiro e como falso a partir de uma instância de poder, quer dizer, a partir dela distinguir minimamente o que foi aceite do que não foi. A escrita estabelece uma relação entre um espaço novo que recorta do passado e uma forma (historiográfica) de fabricar cenários capazes de organizar práticas num discurso atual. [A escrita da história] “não se interessa por uma ‘verdade’ escondida que seria necessário encontrar” (Certeau, 2007: 17).

É possível que, sabendo-se que todas as raças nobres deixam vestígios da barbárie à sua passagem (Nietzsche, 2008: 33), os monumentos sejam o resíduo dessa violência já transmutada nos seus valores (os deputados fazem constar, a partir de certa altura, que a

preservação dos monumentos se opõe à barbárie dos comportamentos; a partir daí a conservação dos monumentos estaria do lado da *civilização* e a destruição do lado da *barbárie*). Mas dessa violência deve extrair-se igualmente a violência que, ao escrever, o escritor faz aos próprios discursos, submetendo-os a uma vontade que nada tem a ver com os modos por que foram pronunciados, ao procurar reconhecer neles os feixes de semelhanças e dissemelhanças em relação ao nexo da pergunta que se lhes dirige. “Deve-se conceber o discurso como uma violência que fazemos às coisas, como uma prática que lhes impomos em todo o caso; e é nesta prática que os acontecimentos do discurso encontram o princípio de sua regularidade” (Foucault, 1999: 53).

DE ALUNO A ARTISTA E FUNÇÃO-AUTOR

Uma unidade de base, a proveniência que une todos os discursos dos parlamentares, garante uma coerência à pesquisa inicial; enquanto os temas por si tratados os dispersa em mil outras unidades. A constituição da unidade dos discursos parlamentares sobre património cultural beneficiou, inicialmente, de um trabalho de recolha realizado para o projeto de investigação coordenado pelo Professor Doutor Jorge Ramos do Ó, *De Aluno a Artista: as Dinâmicas da Inventividade, do Estatuto e da Herança na História do Ensino Artístico em Portugal (1780-1983)*, feito a várias mãos. Convencionámos que os discursos parlamentares seriam pesquisados através de palavras-chave.

Coube-me, por afinidade com a problemática da tese, as palavras *arqueologia*, *desenho*, *monumento*, *museu*, *património*, pesquisadas durante o tempo da Monarquia Constitucional, e suas variantes de acordo com as várias grafias do século XIX. A primeira recolha de fontes, realizada antes de iniciar a escrita da tese como um trabalho sistemático diário, permitiu um contacto com os discursos do Parlamento que pareceu caótico, impossível de ordenar no seu gigantismo e impassível face à vontade de lhe conferir o aspeto de uma narrativa. Como se tornou evidente mais tarde, este acúmulo de diários parlamentares esperava que um conjunto de relações se pudesse estabelecer entre eles, construído a partir do que se dizia e não de quem falava, de tal forma que esta série pudesse mesmo ser indiferente a quem falava.

A possibilidade de se exercer uma certa indiferença sobre quem fala não significa um desvirtuamento nem da voz que enuncia, dos lugares de onde fala nem, obviamente, do que diz. Apenas pretende que a matéria dita possa vogar numa ordenada dispersão, a

partir da qual não haja um único sentido verdadeiro para o que diz mas a multiplicidade de significações que a apropriação permita; e que não seja preciso procurar uma coerência, ponto por ponto, entre enunciador e enunciado.

Na família intelectual em relação à qual reclamo uma afinidade é sabido que se deve ter cuidado com o sujeito elevado à condição de soberano da história. A reflexão sobre a autoria pode valer tanto para a dissecação das fontes quanto para o material empírico que ajuda a lidar com elas. Ao refletir que uma tese se escreve com influências de múltiplos textos, que os debates parlamentares são um principal motor da narrativa, que só é possível falar da confecção desta tese falando de uma ideia de comunidade (de professores, de colegas, de reuniões de leitura de textos, de seminários), talvez seja importante perceber até que ponto a escrita, não sendo exatamente a dissolução de quem se é, pode ser a dissolução da origem de quem a produz, no desvanecimento da função autoral.

O *autor* é uma personagem moderna, produzida sem dúvida pela nossa sociedade, na medida em que, ao terminar a Idade Média, com o empirismo inglês, o racionalismo francês e a fé pessoal na Reforma, ela descobriu o prestígio pessoal do indivíduo, ou como se diz mais nobremente, da ‘pessoa humana’ (Barthes, 1987: 49)

Os autores conhecem-se e ignoram-se, encontram-se sem saber e plágiam-se sem se dar conta, entrecruzam-se nos seus discursos singulares de que não são os senhores (Foucault, 2008: 144)

Um texto é feito de escritas múltiplas, saídas de várias culturas e que entram umas com as outras em diálogo, em paródia, em contestação (Barthes, 1987: 53)

O intertextual em que todo o texto é apanhado, visto que ele próprio é o entre-texto de um outro texto, não pode confundir-se com qualquer origem do texto: procurar as ‘origens’, as ‘influências’ de uma obra é obedecer ao mito da filiação (Barthes, 1987: 58)

Na inobservância destes pressupostos, o autor deveria responder pela propriedade eterna da obra e os leitores, como os espetadores e visitantes dos monumentos, seriam os seus usufrutuários. Os autores exerceriam os seus direitos sobre os leitores, constrangidos a procurar nas obras o que os autores quiseram dizer (Barthes, 1987: 28) e os leitores ignorariam a leitura como condutora da vontade de escrever (Barthes, 1987: 36). Embora atribuídos aos seus autores socialmente autorizados, os discursos parlamentares indicam que se trata de palavras com um certo estatuto, proferidas em um lugar determinado, sob condições rígidas. Os discursos parlamentares cumprem um exigente

papel ritual, regrado e vigiado nas suas ilimitadas potencialidades (capítulo 1). Eles não são a fala do homem quotidiano, pois supõem a autorização regrada para serem produzidos e recebidos com dignidade. Eles são, também, a arena de um bem equipado jogo de aferições sobre o estilo.

O estilo sublime, forte e patético [tocante, movente] principalmente se emprega nos discursos que se recitam no púlpito, e nos parlamentos, nos países onde há o governo representativo, e onde as causas dos réus e de outros litigantes se tratam no foro público perante os jurados. Nos quais discursos o orador se propõe não só a ilustrar e persuadir o auditório; mas a comovê-lo ou a arrebatá-lo os sufrágios. Aqui têm, pois, lugar todos os adornos e finos lances da *Oratória*, que se contém nas figuras ou tropos, as quais principalmente enriquecem a língua; dão força e elegância ao discurso; exprimem as paixões de quem fala e movem as de quem ouve (Carneiro, 1844: 115)

Ao serviço de uma eficiência deliberada, sob o signo do direito e do testemunho, a ordem do discurso não deve apenas transportar os efeitos de ganhar a primazia, dizer ao que vem, defender o castelo da argumentação com provas, reduzir a escombros as ideias contrárias, voltar à argumentação recapitulando-a e desferir, por fim, um golpe bem assestado. Deve, com todas essas fases, prevalecer sobre o outro, impor-se por sobre todas as vidas, de modo a que se force a lógica de que só um discurso seria tornado válido. No meio de todos os milhares de discursos no Parlamento, a procura da eficácia era a sobreposição de um dos discursos e a clareza maior seria o ruído do confronto.

Quanto às regras de formar o corpo e a ordem do discurso, que são as regras da eloquência, elas se acham exatamente tratadas pelo muitas vezes citado orador romano em o seu livro de *Oratória* e por Quintiliano nas suas *Instituições oratórias*. O orador começa por um exórdio para ganhar o favor e afeição do auditório; estabelece depois o ponto da questão; produz as provas; desfaz os argumentos contrários; e conclui por uma peroração, em que recapitula todo o discurso, dando nova força aos lugares mais importantes. Nesta composição ele atende à boa distribuição de todas as partes, à força dos argumentos, à solidez das provas; acomoda-se aos sentimentos e aos juízos dos ouvintes; expõe seus pensamentos em estilo brilhante, revestido de figuras e lances finos; torna a matéria amável pela graça da declamação e gesto; recita-a em voz distinta e sonora: e com tais socorros não pode deixar de fixar a atenção de seus ouvintes e de dar enfim o último golpe nas suas paixões (Carneiro, 1844: 120-121)

Sobre o *golpe nas paixões*, destina-se a convencer a natureza dos homens, movível mais pelos sentidos e pela lisonja e menos pela razão e ilustração. “Para persuadir e convencer, para conseguir os sufrágios de quem nos ouve, cumpre interessar o seu amor, a sua compaixão, ambição, vaidade, em uma palavra a sua paixão dominante: é este o objeto a que se há de fazer tiro” (Carneiro, 1844: 121-122). Deve talvez

sublinhar-se que as falas não ligam tanto quem dizia ao que dizia mas o que se dizia à ressonância que teria em outros. “A retórica é uma arte, uma técnica, um conjunto de procedimentos que permitem a quem fala dizer alguma coisa que talvez não seja em absoluto o que ele pensa, mas que vai ter por efeito produzir na pessoa [a] quem ele se dirige certo número de convicções, que vai induzir certo número de condutas, que vai estabelecer certo número de crenças” (Foucault, 2011a: 13-14).

Na sua contradição de opiniões, de polémicas, os discursos reconhecem-se como iguais e supõem que o reconhecimento lhes advém das condições de partida da sua elocução e da circulação de que beneficiam. “Existir socialmente é ocupar uma posição determinada na estrutura social e ser portador dessas marcas, nomeadamente sob a forma de automatismos verbais ou de mecanismos mentais, é também depender, sustentar e ser sustentado, em suma *pertencer* a grupos e ficar no interior de redes de relações que têm a objetividade, a opacidade e a permanência da coisa e que se fazem lembrar sob a forma de obrigações, de dívidas, de deveres, em síntese, de controlos e de imposições” (Bourdieu, 1996: 49).

Os discursos deste tipo não são votados ao esquecimento imediato na medida em que podem ser punidos por transgressão, o que significa que a sua memória futura lhes é assegurada pela conformidade com que são ditos. É por isso que é tão significativo que os deputados tenham, a partir de certo momento, começado a falar de monumentos. Se significa, em primeiro lugar, que se podia falar de monumentos nas Cortes, significa também que a fala autorizada começa a emprestar a sua dignidade a esses edifícios e a objetos de arte, com os quais estabelece um trânsito de influências mútuas (era digno falar de monumentos e os monumentos eram dignos de serem falados).

Talvez nenhuma outra fonte como a parlamentar possa conjugar na perfeição o que se faz com o que não se faz, o que se diz que se vai fazer com o negativo dessa elocução, a promessa de acontecer com o próprio acontecimento. Habitados, na arena mediática presente, à briga de uma ação como se ela se opusesse à fala, genericamente contaminados com essa alegada elisão entre os que dizem e os que fazem, como se dizer não fosse fazer – “basta lembrarmo-nos de que, na ideologia do nosso tempo, a referência obsessiva ao ‘concreto’ (naquilo que se pede retoricamente às ciências humanas, à literatura, aos comportamentos) está sempre armada, como uma máquina de guerra, contra o sentido, como se, por uma exclusão de direito, aquilo que vive não pudesse significar” (Barthes, 1987: 135) – torna-se necessário relembrar que o

Parlamento estabelece, na base da sua discursividade infinita conduzida por locutores legitimados, um terreno real para todos os assuntos de que fala.

Se o Parlamento se referiu à necessidade de um inventário dos monumentos ao longo do século XIX, sem nunca o concretizar (capítulos 4, 5 e 6), a ausência desse inventário é tão *real* quanto a sua materialização. Assiná-lo é tentar fugir da ideia da captação *desinteressada* de um objeto, neste caso o do património cultural, como se a escrita da história usasse a procura da verdade como um motor que desligasse o ofício de escrever de qualquer ideologia e se arvorasse em juíza do seu próprio passado (Ó, 2003: 83-94).

É também de assinalar que, no Parlamento, os monumentos surgem ao lado das questões financeiras, estas ao lado das ações desenvolvimentistas do país como a necessidade de construir estradas e melhorar portos, estas ao lado das da instrução pública, estas outras ao lado da problemática da ocupação dos conventos e que esses sucessivos e enérgicos aparecimentos constituem uma miscelânea de temáticas, aparecidas umas ao lado das outras, difícil de igualar em outra fonte histórica. Esta agregação de temas é, ela mesma, potenciadora da pesquisa porque não é possível perguntar, simplesmente, ao arquivo parlamentar o que foi dito sobre património; ao invés, a pesquisa devolve que os deputados, preocupados com a exaustão das finanças públicas, procuravam formas de dissociar a sua ação política da das anteriores, por causa disso puseram em causa a ocupação de conventos por religiosos e, por causa disso, equacionaram o que representava gerir montes de pedras antigas, que eram sumptuosos edifícios tanto quanto luxos impensáveis (capítulo 1).

DESCONTINUIDADES PROPULSORAS

Trata-se, portanto, de fazer surgir os discursos na complexidade que lhes é própria, de considerar os discursos como “práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam” (Foucault, 2008: 55), de, como vimos, agarrar os acontecimentos através dos vestígios por eles legados e visitar o que ainda é visível e circundar com os maiores cuidados os acontecimentos da história que, para se constituírem como tal, devem ter tido lugar (Veyne, 2008: 13). Se não se trata de reconstituir o passado, se não trata de apurar o que a memória dos documentos permite reconstituir a partir do que os homens disseram de forma a reconfirmar o que constitui a tradição; mas através da massa

documental estabelecer permanências e roturas, o resultado de uma pesquisa historiográfica é, pertinentemente, a edificação de descontinuidades várias:

- i) descontinuidade da análise do próprio objeto de estudo já que os monumentos estão longe de serem a feliz memória do passado ao se constituírem intercessores das perplexidades presentes com que os afrontamos; restos sobranes das transformações através do tempo, só é possível concebê-los como uma unidade presente por referência à construção da idealidade do Estado;
- ii) descontinuidade como ação deliberada sobre os materiais de pesquisa, ao impor-se-lhes uma cronologia e os limites de uma leitura prévia submetida à pergunta de base;
- iii) descontinuidade entre o material que propulsiona a escrita e o próprio pesquisador, uma rotura entre a história dos monumentos, da instrução pública e da ação parlamentar e a história pessoal do investigador (de que lugar o investigador escreve: a partir de um interstício entre a sua história e a história);
- iv) descontinuidade da escrita, contudo edificada sobre um teatro – com exceção deste capítulo inicial e do capítulo final, todos os outros quase que *omitam* as leituras teóricas que sustentam a construção de uma narrativa feita da pluralidade de vozes dos deputados e de outros atores, como se as suas palavras pudessem sustentar-se sem aparato teórico e permanecer, grandiloquentes, no palco das ideias expendidas. E como se elas, ligadas por um fio invisível, omitissem o trabalho da construção que lhes subjaz, o ligamento que as torna mais ou menos plausíveis;
- v) descontinuidade que opera no investigador a possibilidade de a escrita se investir de uma positividade (através da determinação do objeto, do que se quer saber, do que se pergunta) em vez de uma negatividade (contemplanção das lacunas da história, do fortuito desaparecimento da documentação que, a existir, seria essencial para responder à pergunta, do acanhamento das potencialidades do arquivo), na verdade transformado de limitado em ilimitado;
- vi) descontinuidade do próprio trabalho produzido em relação a outros trabalhos, isto é, consideração da escrita final como não totalizante em si

mesma, não determinante, não necessária, como se fosse um interstício entre outras, desligada da sua alegada importância para futuros investigadores e, em vez disso, desejada, visto que só a ideia do recomeço incessante a partir do que outros já começaram, soa como concretização verosímil.

As descontinuidades evidenciadas e a abertura a um certo fracionamento e dispersão da própria narrativa passam a ser uma “operação deliberada do historiador” e não a consequência de ter de tratar o material fragmentado que se lhe apresenta como uma obrigação, implicando-se no reconhecimento desses hiatos a necessidade de os tratar consoante a natureza de que se revestem (Foucault, 2008: 9-10). A série pôde constituir-se a partir da atenção às palavras empregadas para descrever uma ponderação dos interlocutores do passado (essencialmente os deputados) relacionada com o problema de pesquisa, as regras pelas quais são usadas essas palavras, com que outras palavras se ligam, com que acontecimentos se relacionam (por exemplo, a constituição de grupos ou comissões para estudar a criação dos museus e a salvaguarda dos monumentos), que campo semântico parecem querer gerar e delimitar, em que instituições são proferidas e por quem.

Tudo isso pressupõe que se ligasse ao passado não a sua inércia (como a inércia das velhas antiguidades de valor reiterativo) mas o que desse passado parece estar presente na contemporaneidade, isto é, como projeto de futuro, como devir, exatamente como fizeram os deputados que falaram sobre monumentos (eles estavam preocupados com a sua inscrição no futuro e foi nessa medida que falaram sobre antiguidades). Aí se pode dizer que se trata, ao abandonar a instância de uma história contínua e totalizante, de abandonar um pouco a soberania fundadora do sujeito e a nossa boa consciência de que ao sujeito tudo tornará para se restaurar integralmente essa soberania.

De certo modo, trata-se de desinstalar a história do campo em que ela se faria coincidente com as formas da herança cultural, dessacralizá-la, e torná-la continuamente viva e atuante. Não por acaso, a noção de tradição aparece como essa parede sólida, mais ou menos imune às transmutações de que participa, para reificar a importância das antiguidades, como se observássemos um amuleto capaz de espalhar a magia da sua imponência. Mas nem toda a magia pode olvidar as discussões que têm lugar pelo estabelecimento de uma *verdade* que nos foi legada, como não é possível supor, pacificamente, que o *génio* explica as razões pelas quais podemos ascender a artistas ou a músicos (Martins, 2011; Paz, 2014).

ORIENTAÇÃO, SEMINÁRIO

Entre os cultores da linguagem cujo vínculo maior à pesquisa esteve ou tem estado no questionamento dos pressupostos pelos quais se rege o pensamento em qualquer campo (educativo, social, histórico), torna-se necessário precisar em que companhias a tese foi elaborada e escrita. Em primeiro lugar, uma tomada de consciência de como o edifício educativo nos molda de forma tão duradoura quanto a boa saúde de que os monumentos gozam como sentinelas manifestas de veneração social e de como a educação, nas múltiplas áreas de especialidade, pode proporcionar a estranha experiência de se pesquisar acerca do próprio percurso, essa tomada de consciência deve-se ao encontro com Jorge Ramos do Ó. A sua ação desenvolveu-se como um exercício de *mestria*. Se cabe ao discípulo nomear o mestre, como sublinhou Sérgio Niza (Niza, 2013: 150), uma disponibilidade mútua para o fortalecimento da relação intelectual tem o seu foco nas infinitas possibilidades de expansão do pensamento.

Como negar que a forte integração intelectual e moral, propiciadora de um trabalho coletivo ao mesmo tempo feliz e altamente produtivo, não se concebe sem o esforço permanente de estímulo e união que compete ao diretor-orientador, uma espécie de chefe de orquestra ou de encenador, ou, talvez, mais modestamente, de treinador, como se diz no desporto, a quem o grupo galvanizado outorga, em contrapartida, os seus poderes ‘carismáticos’ com o reconhecimento afetuoso que lhe concede? (Bourdieu, 2005: 129-130)

O posterior impacto que os escritos, as conferências e o conhecimento dos itinerários profissionais de António Nóvoa, de Sérgio Niza e de Ivone Niza ofereceram, trazem um quadro de figuras ilustres que se me apresentam como uma companhia perene, no modo como insistem em pensar a relação pedagógica no lugar em que a reflexão crítica se deixa invadir pela exigência da cooperação. Parece-me que une os quatro a forma como não hesitam colocar ao serviço de uma experimentação contínua e da descoberta dos modos de *fazer* uma ética (se entendermos ética como um recurso contrário, no ser humano, a viver a vida como inevitabilidade) capaz de propulsionar, a quem quiser acercar-se, aquele que é o desejo de muitos, referido frequentemente como apanágio de poucos: investigar e escrever. Essa exigência parece-me visível que se pode recortar nas palavras de Pierre Bourdieu sobre a reflexividade crítica, a de que há muitos intelectuais que põem o mundo em causa mas há poucos que põem em causa o mundo intelectual (Bourdieu, 2005: 32).

Em nome de uma certa compulsão à repetição do já-visto que todo o texto enfrenta, a tese inscreve-se devedora, além das fontes e dos autores cooptados, de uma outra instância. A permanência num seminário de escrita e de leitura de textos, conduzido há longos anos às terças-feiras pelo Professor Doutor Jorge Ramos do Ó, onde se encontram pessoas com o mesmo declarado objetivo (muitas vezes desejo) de escrever, foi a circunstância fundamental para que a tese pudesse apoiar-se num aparato metodológico, por um lado, e numa companhia entre pares, por outro, que sustentasse a possibilidade de encarar questões que rodeiam a feitura deste tipo de trabalhos, como a relação com os orientadores, a antevisão dos fantasmas do júri e das avaliações, o desejo de criar considerado ao lado das possibilidades iminentes de fracasso ou as questões do endereçamento da escrita (para quem se escreve?), que potenciasses, portanto, uma espécie de direito de existência do aluno enquanto *escritor-por-acontecer*.

Esses encontros ao longo dos anos não se fizeram sem questionar a relação entre autores e trabalho, entre trabalho e vida ou entre trabalho e a época presente, tentando desencadear a procura mais do que prescrevê-la, como se todos, professores e alunos, pudessem concentrar-se na mesma urgência de criar, como fundamento da Universidade, e como se todos desejassem, em vez de serem espetadores-consumidores do espetáculo dos outros, querer conceber o próprio teatro.

No processo de aprendizagem, a parábola de um mundo dividido entre espíritos sábios e espíritos ignorantes, tem muitas vezes negado a simetria do encontro de duas vontades e de duas inteligências. Mas quem leciona a partir do que investiga sabe que ensinar e aprender não constituem uma potência divisível. O essencial consiste em procurar; e, no processo da procura, alunos e professores coincidem por inteiro. A missão da Universidade estaria cumprida se ela fizesse pesquisar incessantemente os seus mestres e, em simultâneo, desafiasses os estudantes a reconhecerem-se como viajantes do espírito. (Costa; Ó: 2011)

É, pois, determinante do caráter do modelo de produção, em primeiro lugar, a orientação dos outros produtores para a produção e, em segundo, a disponibilização de um aparelho melhorado. Designadamente, este aparelho é tanto melhor quanto maior capacidade tiver de atribuir a produção ao consumidor, resumindo, de transformar os leitores ou espetadores em participantes. (Benjamin, 1992: 151)

A crença fundamental da Universidade é a de que a ciência está na origem da própria Universidade. Parece que desde sempre ela se atribuiu o direito de afirmar no espaço público os resultados de uma qualquer pesquisa, de um qualquer saber, de um qualquer pensamento. A instituição afirmou-se historicamente como um lugar comunitário e de vínculo social às configurações sem fim da pesquisa científica. Afirma-se apenas comprometida com a verdade

por vir. E, como manifestação da verdade, a Universidade aí está para mostrar que Razão e liberdade de juízo estão implicadas uma na outra. A crítica no seu sentido mais rigoroso e liberal é a marca por excelência da Universidade. O poder-pensar e o poder-dizer traduzem-se sempre em decidir entre verdadeiro e falso, entre justo e intolerável. Na sua longa história, a Universidade delimita um lugar de resistência crítica a todo e qualquer abuso de poder. Vê-se a si mesma como a instituição do amanhã. (Costa; Ó: 2011)

Tudo, na nossa sociedade, sociedade de consumo, e não de produção, sociedade do ler, do ver e do ouvir, e não sociedade do escrever, do olhar e do escutar, tudo está feito para bloquear a resposta: os amadores de escrita estão dispersos, clandestinos, esmagados por mil obrigações, mesmo interiores. (Barthes, 1987: 36)

No seminário (é a sua definição) todo o ensino é excluído: nenhum saber é transmitido (mas pode ser criado um saber), nenhum discurso é efetuado (mas procura-se um texto): o ensino é *decepcionado*. (Barthes, 1987: 284)

À participação no seminário ficam ligadas as duas principais motivações pelas quais um conjunto de autores que são uma companhia teórica da tese pôde ser mobilizado: para além de servir de influxo crítico, os textos de Michel Foucault, Pierre Bourdieu, Roland Barthes, Maurice Blanchot, Friedrich Nietzsche e Walter Benjamin, sobretudo estes, deviam potenciar a necessidade de exercer a escrita (é preciso escrever) e a vontade de saber mais a partir dos pontos que se supunha serem esclarecidos. “Rilke desejava que o jovem poeta pudesse perguntar a si mesmo: *‘Sou verdadeiramente obrigado a escrever?’* a fim de ouvir a resposta: *‘Sim, é preciso.’* ‘Então, concluía ele, *edifique sua vida segundo essa necessidade*’ (Blanchot, 2005: 40). Foi do ponto de vista metodológico que a experiência moveu alicerces de aprendizagens anteriores, nomeadamente ao desafiar os alunos a experimentar a confecção dos seus trabalhos, na medida da sua constituição como produtores de um fazer-à-mão por inventar. Nesse desafio, o que estava em causa era a assunção da responsabilidade dos alunos, se assim o quisessem, pela construção de uma busca lenta, complexa e relacional. Assim se fundamenta a constituição de uma série documental, tópico já referido, a partir da qual as fontes devem rodopiar para poderem responder a uma pergunta invariável.

CUMPLICIDADES: CONVERSA AO LONGO DO TEMPO

Terá sido a experiência do seminário, por um lado, e a constituição de séries documentais únicas, por outro, as duas potências unificadoras mais relevantes em que se

fundamentaram os trabalhos de colegas, entretanto terminados, e aos quais esta tese se concebe ligada – sobre a relação do ensino das artes visuais e as questões da autoria e do conceito de *génio* (Martins, 2011); sobre o ensino especificamente dirigido aos cegos (Amado, 2012); sobre o ensino artístico e a imprensa académica da Universidade de Lisboa (Cabeleira, 2013); e sobre o ensino da música em Portugal e o conceito de *génio* (Paz, 2014). Na constituição das séries, as ligações que se estabelecem entre autores, entre discursos, entre opiniões, entre factos, se podem servir a construção de uma narrativa, devem-nas à máxima contingência com que são cosidas. Daí se depreende que seja difícil discernir o verdadeiro para denunciar o falso, ou o contrário, quando o que está em causa é a eventualidade de um número infinito de possibilidades se confrontarem, núcleo onde a procura da originalidade pode escutar o que era o verdadeiro e o falso para os interlocutores convocados para a escrita.

As outras tantas escritas que se cruzaram enquanto se produziam, independentemente dos temas de pesquisa, significaram uma segunda dimensão do seminário. Uma fraternidade constituída pela Ana Luísa Paz, Catarina Martins, Helena Cabeleira, Inês Félix, Isabel Figueira, Lígia Penim, Maria Romeiras, Mónica Raleiras, Pilar Mansos e Tomás Vallera, e de outros elementos que habitaram por algum tempo Lisboa, a maior parte de colegas brasileiros fazendo em Lisboa o *doutoramento sanduíche*, permitiu fazer leituras conjuntas dos textos teóricos e experimentar a ressonância dos nossos textos nos pares, sendo o ponto central da experiência a tentativa de aumentar a potencialidade das escritas, num juízo paritário desenhador de uma “avaliação cooperada” (Niza, 2012: 304).

Entre as várias aparições públicas do trabalho ao longo da sua construção, a participação, com Ana Luísa Paz e Tomás Vallera no workshop *Processos e bloqueios de escrita*, dinamizado pelo Professor Doutor Jorge Ramos do Ó e integrado no III Fórum dos Jovens Investigadores do Instituto de Educação (2012), terá sido um relevante desdobramento dessa fraternidade construída com origem no seminário. Ao comunicar os resultados das escritas até então, falou-se a partir de um ponto de vista de envolvimento e de desocultação das aprendizagens da investigação, entendendo-se que a autorreflexividade é uma condição da ação e, como diz o pedagogo Sérgio Niza, uma teoria das práticas é indissociável de uma teoria do relato das experiências.

O mesmo autor, falando sobre as condições de construção de uma aprendizagem-ensino da produção de textos escritos refere-se à constituição de grupos como comunidades de participantes que encetam “uma *espécie de conversação ao longo do tempo*, decorrente

de uma continuada atividade intertextual”, à “necessidade de organizar uma comunidade de escrita enquanto processo de iniciação às práticas sociais de uma comunidade de Língua, onde a linguagem, e designadamente a linguagem escrita, se desenvolva, no âmbito de um grupo de pessoas ligadas por um interesse comum, e que se mantém vinculado por determinadas formas de organização e por processos de desenvolvimento da produção de textos em cooperação” (Niza, 2012: 484). A ideia de que se pode encetar um percurso investigativo para atingir as verdades gerais nas quais os espíritos de uma época se encontram encerrados, isto é, pensar no que nos constitui ou pensar enquanto se é atingido pelo que se pensa e escrever a partir desse permanente desdobramento entre o interior e o fora (Ó, 2012: 27), e a realização nessa conformidade, do gesto tão pouco natural que constitui escrever, só parece ser possível ser cumprida, na sua inteireza infinita, em comunidade.

Neste estar-junto terá sido determinante o estar-a-fazer, como se pudesse praticar uma igualdade circunstancial (não referida às posições sociais e hierárquicas de cada um). “Creio, de facto, que para haver uma relação de ensino que funciona, é preciso que aquele que fala saiba só um pouco mais do que aquele que escuta (às vezes, mesmo, sobre certos pontos, menos: são vai-e-vens). Pesquisa, e não aula” (Barthes, 2003: 39).

O QUE HAVERIA DE PERIGOSO EM FALAR INDEFINIDAMENTE

Uma tese construída em função da atenção aos discursos retoma uma pergunta principal de *A ordem do discurso*: “Mas o que há, enfim, de tão perigoso no fato de as pessoas falarem e de seus discursos proliferarem indefinidamente?” (Foucault, 1999: 8), à qual se deveria juntar outra. Qual seria o aspeto das sociedades (de grupos humanos) se os discursos supusessem a própria surpresa dos falantes, se estes se sentissem viajantes da própria língua e capazes de entrever as fronteiras da linguagem? A pergunta de Michel Foucault, considerando ele que a produção do discurso é controlada, selecionada, organizada e redistribuída tentando-se conjurar o que nele pode haver de aleatório (Foucault, 1999: 9), pressupõe a atenção mais centrada no falante.

Esse discurso pronunciado em 2 de dezembro de 1970 foi feito para a majestosa aparição do falante numa instituição solene, para a troca de expectativas entre um *iniciado*, na sua estreia, e a *tradição* de ensino dessa instituição, que escuta o iniciado com a certeza de ter acumulado os monumentos representados por todos os ilustres

investigadores que proferiram uma lição inaugural. “E a instituição responde que ganha a acumulação: ‘Você não tem por que temer começar; estamos todos aí para lhe mostrar que o discurso está na ordem das leis; que há muito tempo se cuida de sua aparição; que lhe foi preparado um lugar que o honra mas o desarma; e que, se lhe ocorre ter algum poder, é de nós, só de nós, que ele lhe advém’.” (Foucault, 1999: 7). Nessa aula inaugural, Foucault circunscreve os procedimentos *externos* de exclusão dos falantes em três ordens (a interdição de falar; a separação e a rejeição de discursos que não podem circular – o afastamento dos discursos dos loucos; e a oposição entre o que seria o discurso verdadeiro e o falso, ou seja, uma vontade de verdade apoiada em suportes institucionais complexos, que não teria cessado de ampliar-se, obviamente marginando outros discursos como se fossem falsos (Foucault, 1999: 8-19). Seria muito difícil encontrar um exemplo da preponderância de poder, da vontade de poder ou do exercício do poder que não viesse acompanhado de uma manifestação de verdade, isto é, do que deve ser considerada a verdade (Foucault, 2011b).

Sabe-se que outros procedimentos de controlo dos discursos se efetivam a partir do *interior* dos falantes, exercendo o seu próprio autodomínio, conjurando o acaso, a dispersão e a posse dos puros acontecimentos e constituindo-se como património pessoal-profissional dos próprios indivíduos, nomeadamente os que têm origem na instituição escolar como edificadora da identidade e das hierarquias socialmente naturalizadas (Ó, 2003).

Aproximar de uma resposta a segunda questão, o que seriam os limites e as fronteiras da linguagem, pressupõe fazer deslocar essa atenção não mais para o falante mas para o ouvinte, pois a palavra magistral, se não perdeu a efetividade perdeu o encanto, e como melhor sabem os professores e os alunos, foi substituída por um rumor.

Formando-se bem cedo, na educação infantil, a onda do que se chama tagarelice vira tsunami durante o ensino fundamental e acaba alcançando o ensino superior, com as salas de aula submergindo, se enchendo pela primeira vez na história de um burburinho permanente que torna difícil ouvir o que quer que seja ou que torna inaudível a antiga voz do livro. (Serres, 2013: 44)

Não interessa o que há para dizer pois dificilmente haverá gente para ouvir. É o que Michel Serres encena no advento da *Polegarzinha*, a jovem estudante, habitante do virtual, manipuladora de informações infinitas, com acesso aos lugares remotos e aos amigos distantes, passageira do espaço topológico em detrimento do espaço métrico, pouco dedicada à acumulação do arquivo visto que ele está à mão a toda a hora, cuja

escrita ou leitura de mensagens e imagens ativam outros neurónios e outras zonas corticais do que aquelas movidas pelo livro, o quadro ou o caderno (Serres, 2013: 19) e que parecem conferir ao polegar o lugar de uma segunda revolução depois de este se ter tornado oponible aos outros dedos.

Esse novo caos, primitivo como toda balbúrdia, anuncia uma nova reviravolta, antes de tudo da pedagogia, mas também da política em todos os seus aspetos. Outrora e recentemente, ensinar era uma oferta. Exclusiva, semicondutora, ela jamais se preocupou em ouvir a opinião ou a voz da demanda. Dizia o porta-voz: este é o saber estocado nas páginas dos livros. Livros estes que ele mostrava, lia, recitava. Ouçam e depois leiam, se assim quiserem. Em todo o caso, porém, silêncio!

Por duas vezes a oferta dizia: cale-se.

Isso acabou. Com a sua onda, a tagarelice rejeita essa oferta e anuncia, inventa, apresenta nova demanda, provavelmente de um novo saber. Reviravolta! Ouçamos também – nós, professores falantes – o rumor confuso e caótico dessa demanda tagarela, vinda dos alunos que, antigamente, ninguém consultava para saber se realmente demandavam tal oferta. (Serres, 2013: 45-46)

Seria igualmente necessário substituir o espaço magistral de outrora, que era em suma um espaço religioso (a palavra na cátedra, em cima, os ouvintes em baixo; são as *ovelhas*, o rebanho), por um espaço menos reto, menos euclidiano, onde ninguém, nem o professor nem os estudantes, estaria alguma vez *no seu último lugar*. Ver-se-ia então que o que é preciso tornar reversível não são os ‘papéis’ sociais (de que serve disputar a ‘autoridade’, o ‘direito’ de falar?), mas as regiões da fala. Onde está ela? Na locução? Na escuta? No vaivém de uma para a outra? (Barthes, 1987: 274)

Da mesma forma que as massas não precisam dos intelectuais para estes, em nome da interpretação suposta de uma consciência coletiva, falarem em nome delas (Foucault, 2006b: 39), professores e alunos descobrem-se no meio de uma algazarra em que uns não podem falar em nome dos outros. As vozes sobrepostas parecem indicar que todos podemos ser ouvidos e, ao mesmo tempo, deixar de ouvir. “Os próprios professores tagarelam quando o diretor fala com eles. Os internos conversam enquanto o médico-chefe perora. Os soldados falam enquanto o general comanda” (Serres, 2013: 68).

A SABEDORIA AO ALCANCE DOS ESCRAVOS SUBMISSOS

Todos os ordenadores dos discursos são, de alguma maneira, postos à prova pela massa atual de discursos proliferantes, desordenados segundo uma lógica de funcionamento institucional, incessantes, e que quebram a distância entre o verdadeiro e o falso

equivalendo-os, sendo as instituições tradicionais do saber que registam a fuga dos seus monopólios mais acarinhados.

Provavelmente, pela primeira vez na história, o público, os indivíduos, as pessoas, o passante antigamente chamado vulgar, resumindo a Polegarzinha, podem ter à disposição, no mínimo, tanta sabedoria, ciência, informação, capacidade de decisão quanto os dinossauros em questão [grandes máquinas públicas ou privadas, a burocracia, os média, a publicidade, a tecnocracia, as empresas, a política, as universidades, as estruturas administrativas, às vezes até a ciência], de cuja voracidade por energia e cobiça por produção ainda servimos como escravos submissos. (Serres, 2013: 77)

Participar no que se apresenta como a vivência dessa multiplicidade de expressões torna óbvia a tarefa, nunca acabada, de tentar contribuir para a disseminação dos modos de fazer, no meio da competição, rivalidade e antagonismo de que sempre nos reivindicamos (Ó, 2012: 23). E poder responder, sem fazê-lo decisivamente, que “o que há, enfim, de tão perigoso no facto de as pessoas falarem e de seus discursos proliferarem indefinidamente? Onde, afinal, está o perigo?” (Foucault, 1999: 8), se relaciona com a hipótese de viajar para fora das escritas fiscalizadas pelo maior fiscal incorporado, nós, para fora das heranças que nos herdamos e para fora das potências excludentes que nos constituem; ou, noutra enunciação, exercer a escrita como o que há de mais inocente, logo como o que é mais perigoso (Blanchot, 2010: 76).

O barulho de fundo também põe em causa o Parlamento enquanto espaço fundador e faz declinar o discurso como *autoridade* representativa que liga gerações de parlamentares (sempre para além das suas vozes). Escrever na companhia de um poder instituinte de uma instituição (os parlamentares de Oitocentos na relação com o Parlamento) que se acercou da questão dos monumentos enquanto instituintes de uma tradição evocativa do poder dos grandes feitos, das grandes épocas históricas ou das grandes realizações artísticas, significa escrever algures entre as vozes de poder e os espectros de autoridade, para evocar uma distinção que remonta ao orador e filósofo romano Marco Túlio Cícero.

A fundação de um novo organismo político era vulgar entre os gregos mas central, decisiva e irrepetível para os romanos, como princípio de toda a sua história. Os mecanismos de lançar as fundações envolviam um grande esforço, um esforço lendário, e aportavam um carácter sagrado, já que alguma coisa tendo sido fundada ganhava a obrigatoriedade de ser observada pelas gerações futuras. Ser religioso significava estar ligado ao passado, ter uma obrigação de estar ligado às fundações.

Foi num contexto do estabelecimento das fundações como atos religiosos que a palavra *auctoritas* irrompeu. “A palavra *auctoritas* deriva do verbo *augere*, ‘aumentar’, e aquilo que a autoridade ou os que a possuem aumentam constantemente é a fundação. A autoridade pertencia aos mais velhos – o Senado ou os *patres* – que a tinham obtido por herança e transmissão (tradição) dos que haviam lançado as fundações de tudo o que viria depois, os antepassados, a quem por isso os romanos chamavam *maiores*” (Arendt, 2006a: 135). Esta autoridade proveniente de um Senado não era exatamente poder, segundo a conhecida frase de Marco Túlio Cícero *Cum potestas in populo auctoritas in senatu sit* (enquanto o poder reside no povo, a autoridade repousa no Senado), na obra *De Legibus* (Das Leis). A mais alta autoridade apresenta-se, pois, intangível e evanescente – a autoridade dos vivos era sempre derivativa da autoridade dos fundadores que não mais se contavam no mundo dos vivos e que exerceriam uma força coercitiva, sempre presente.

É necessário assinalar que o nosso contexto histórico seria o de uma perda quer de autoridade quer da tradição quer de religião (Arendt, 2006a: 107 e ss) e nesse contexto a atual afirmação da presença do património ou a perda de influência do poder parlamentar são apenas episódios de um mundo que perdeu fiabilidade. Se, ao contrário, ganha o revigoramento inesperado da escuta do passado como nunca antes teria sido possível (nunca antes do século XVII), é à custa de uma perda de segurança na ligação dos contemporâneos com os aspetos mais imóveis do passado, e à custa, portanto, da reputação da autoridade como foi definida pelos antigos.

Outro aspeto não pode passar sem ser mencionado, mesmo nesse mundo em perda das referências fiáveis antigas. O de que a autoridade adquire, denodadas vezes, um carácter educacional quando a instrução chama para exemplos de grandeza das novas gerações as maiores figuras, os maiores feitos e as ruínas pétreas do que restou desses feitos, como geradores de formas educativas (Arendt, 2006a: 133). Sem querer forçar o estabelecimento de paralelismos inverosímeis, lembrando como o aparato educacional exerce um poder fundador sobre as crianças, devemos recordar-nos que se os romanos não podiam replicar a fundação da sua primeira cidade mas só ampliar essa originalidade, estando ligados a Roma onde quer que estivessem – e fundando cidades sempre à sua imagem – também a escrita que espreita alguns dos fundamentos da nossa própria fundação enquanto seres escolarizados não parece poder quebrar a lógica fundante, como acontecimento único e irrepetível de uma aprendizagem original, sem pôr em causa o sujeito que conhece. Herdando mais ou menos autoridade, a escrita tenta

então endereçar-se à possibilidade de ser escutada e de escutar a vontade de verdade que os textos transportam.

À maneira da Polegarzinha, executa-se a escrita com sinais de desestabilização, de desafinação, de desconversa. Nessa desestabilização não é mais possível aceitar separar os processos de construção da escrita da própria escrita, ou seja, separar o que é uma congruência que usa os métodos de uma tarefa para a conhecer e os seus processos para a desenvolver. Está igualmente em causa a necessidade de os candidatos a investigadores assumirem a edificação dos seus próprios instrumentos de pesquisa e análise, incluindo as tarefas que parecem mais desinteressantes, como a compulsão aturada de documentos, sempre por referência ao protagonismo da pergunta inicial de investigação. “O conhecimento constrói-se assim pela consciência do percurso da própria construção. Este percurso de meta-cognição radica na construção da ação que se institui simultaneamente como construção do saber” (Niza, 2012: 197).

Ao escapar às tarefas anódinas, pode ver-se escapar as ligações com as quais se podem apreender racionalidades construtivas. É nesta ordem de ideias que frequentemente se apelidou, no seminário, a construção dos textos como um *artesanato*. “O presente que sempre determina a construção do objeto de cada historiador não é outra coisa que o universo da escrita em que ele está inserido. Nestes termos, o desconhecimento das regras de produção dos nossos textos constituirá, seguramente, a impossibilidade material de cada um de nós poder aceder a um idioma pessoal” (Ó, 2007: 38).

A instabilidade do processo – e do resultado – obriga a aceitar que se conviveu com o erro. Errar para escrever e não escrever para estar certo. Aceitar o equívoco, não porque se escreve qualquer coisa mas porque a coisa que se escreve não pôde terminar ou completar-se num sentido, deve referir-se à ideia da escrita como simultaneamente passível de terminar e interminável. Esta escrita terminada e interminável deve supor já, se possível, a sua contradição, os novos dados das novas escritas. Escutar a possibilidade de ter errado deve ser a forma de continuar a conversar.

O apelo de uma escrita destinada a conversar teve, nesta tese, a fisionomia do Canto das Sereias, a região à qual se pode ser chamado por potências estranhas, onde se corre o risco de desaparecer e possivelmente de perecer (Blanchot, 2005: 3-4). Se esse canto sempre se destinou a navegadores, “homens do risco e do movimento ousado” (Blanchot, 2005: 4), e o canto era, também ele, uma navegação e um movimento em direção à expressão do maior desejo, em busca de que objetivo se pode ouvir as Sereias que tanto atraem quanto convidam à perdição? O encontro, real e imaginário, entre

escrita e monumentos, é o limiar transposto de uma metamorfose entre desejar a escrita e escrever. “A narrativa, sempre dependente de um ponto de vista, deveria ser escrita como que do interior, não pelo romancista cuja arte, abraçando tudo, domina o que cria, mas segundo o impulso de uma liberdade infinita mas limitada, situada e orientada no próprio mundo que a afirma, a representa e a trai” (Blanchot, 2005: 239). Como se a conversa a imaginar fosse a de envolver a inesgotável potência de todos os desejos da escrita em escritas potentes.

ORGANIZAÇÃO DOS CAPÍTULOS

Os capítulos são organizados numa sequência temporal linear, desde a instauração das Cortes (Parlamento), após a revolução liberal de 1820, durante a vigência e até ao final da Monarquia Constitucional (1821 a 1910), numa dupla preocupação de desenvolvimento da escrita, a partir da parte empírica: avaliar como os deputados se iam referindo aos monumentos, que enquadramentos criavam para poder falar deles e que racionalidade lhes emprestavam; avaliar como o projeto de uma instrução pública ao longo do século XIX se deixava permear pela presença desses monumentos, que importância lhes concedia e como se verificava a presença dessa relevância.

No capítulo 1, tento fixar as primeiras referências aos monumentos – à sua grandiosidade tanto quanto ao seu pretensiosismo, ambos dignos de admiração e de rejeição – para me aperceber que os primeiros deputados eleitos têm como claramente perceptível que espaço as antiguidades devem preencher, e de que modo, na administração dos assuntos públicos. É assim que se torna clarividente uma cisão pouco óbvia para o tempo presente (a que separava os palácios dos monumentos), por razões atendíveis à noção de representatividade dos poderes da época. Os discursos parlamentares dos primeiros anos, desde logo através dos seus rituais de imposição, conformação e exibição, estabelecem a noção de que falar queria sempre dizer algo mais do que o que era proclamado, como Pierre Bourdieu escreveu. Mais uma vez, não se trata de estar à procura de algo oculto e de tentar adivinhar o que quer dizer um deputado com o que não disse. É o contrário que a tese procura cumprir: o que se disse foi exatamente o que foi dito. Mas se as relações de comunicação implicam o conhecimento e o reconhecimento dos seus atores, as trocas linguísticas devem ser vistas como relações de poder simbólico, como campo de atualização das relações de força dos locutores e dos seus grupos (Bourdieu, 1998: 13-14).

No capítulo 2, faz-se uma incursão mais demorada pelo interesse demonstrado por um dos monumentos que não sairia nunca da consideração dos poderes públicos, a Batalha, mesmo que o seu estado não fosse o mais conforme ao passado belo, grandioso e patriótico que representava para os portugueses. Esse interesse obedece a uma campanha de restauro por parte das Obras Públicas, conduzida por Mouzinho de Albuquerque. O papel deste ministro do Reino e inspetor geral das Obras Públicas do reino é marcante na forma como tenta criar uma fronteira nas intervenções a fazer em paços e palácios reais e em outros imóveis do Estado. Para todos reclama um inventário, uma informação que devia presidir à territorialização em curso do serviço político e administrativo do Estado, e evidencia a forma como os monumentos, quer evocassem histórias passadas influentes, fossem arquitectónica ou artisticamente relevantes ou fossem comprovadamente antigos, são apenas uma das emanações do poder representativo do Estado no território.

O capítulo 3 detém-se na passagem pelo Parlamento do regulamento provisório para a instrução primária (1836, da Secretaria de Estado dos Negócios do Reino), na sequência da suspensão de todos os decretos que haviam sido publicados, entre os quais a publicação da reforma da instrução primária, redigida por António Luís de Seabra e assinada por Rodrigo da Fonseca Magalhães (7 de setembro de 1835).

Refere-se a adesão do Parlamento ao método de ensino mútuo como forma eficaz e pouco dispendiosa de tentar ensinar uma grande quantidade de alunos, que tomariam boa nota da ordem e uniformidade de que o método era portador, e de como o amor-próprio e a emulação se jogariam a seu favor; indica-se a que leituras os meninos da instrução primária estavam destinados, como forma não apenas de aprender a ler, escrever e contar mas a constituir-se como pessoas, na aquisição de ideias justas e da ampliação da feição ao bem e à virtude.

Não havendo alfabetização “neutral” nem “abstrata” (Magalhães, 1994: 73), a sua condução seria sempre informadora das regiões moventes que os poderes esperariam poder alcançar. “As palavras são um fator de aculturação da criança, um meio de internalização das suas experiências externas e de comunicação da sua atividade interior. Pela palavra se organiza o encontro entre a origem social e a atividade individual. As palavras são um meio de apropriação/construção da realidade e não uma forma de ‘acomodação’” (Magalhães, 1994: 45).

Revisita-se a reforma da instrução de Passos Manuel, que seria relevante na aprovação de um plano dos liceus e viria a edificar a importância da instrução secundária para o

futuro; que marcava uma diferença, no Parlamento, entre a importância que devia ter a instrução média e a propalada pela maioria dos deputados, de que o reino se devia concentrar na instrução primária, como se não fosse possível pensar num edifício educativo global e apenas, à vez, em cada um dos difíceis degraus que o comporiam; relevante também porque tinha sido legislada num contexto ditatorial, com o Parlamento encerrado, associando o jogo político ao mal-estar que isso causava na casa dos representantes da nação.

O capítulo 4 centra-se na reorganização do ensino artístico nas academias de belas-artes, através de um projeto de lei apresentado ao Parlamento (1876) e, particularmente, na ligação que essa reforma implica quanto à recolha e tratamento da herança cultural e quanto à fundação de um museu central, que esteve presente nos espíritos ao longo do século XIX. O estado da herança cultural é um assunto bem documentado, em face do aparecimento de quatro documentos: i) um opúsculo do marquês de Sousa Holstein; ii) o relatório de uma comissão para propor a reforma do ensino das belas-artes, a organização de um museu e as medidas para conservar monumentos; iii) o projeto de lei referido; iv) a análise ao relatório da comissão pelo historiador Joaquim Vasconcelos. De acordo com Sousa Holstein, o Museu Nacional esperava as coleções já minimamente seleccionadas: uma galeria de quadros; uma coleção de desenhos; objetos de arte ornamental, a que se juntava a relevância de cópias de modelos de monumentos arquitectónicos (obtidos a partir de fragmentos vazados em gesso) e de cópias, noutros suportes, de objetos e edifícios.

O capítulo 5 faz uma digressão pelos textos de Alexandre Herculano sobre o património, escritos ainda antes dos anos 40 do século XIX, e pela intervenção parlamentar do Par do Reino Fernando Larcher, no final do século, que pretende legislar sobre a conservação dos monumentos e dos objetos de arte. Um século sem medidas efetivas de proteção das antiguidades devolve a sensação mais temida de todas, a de um obívio generalizado, mas também devolve a circunstância de os propugnadores do esquecimento serem homens “aprimorados no traje”, cultos, instruídos e afáveis (Herculano) ou de a comissão dos monumentos existente ser “platónica” nas suas atribuições (Larcher), em todo o caso caucionando a série de destruições sobre os monumentos que a pátria observa no *espírito daninho de destruição inata* de certas classes sociais.

No capítulo 6 regressa-se à questão de deduzir o papel que os palácios reais devem cumprir, uma vez que tinham sido objeto de alienações, tal como acontecia com as joias

da Coroa. Esse desempenho joga-se em relação às funções do Estado, isto é, à forma como o Parlamento quer atribuir a esses bens imóveis uma razão no quadro das relações entre poder representativo parlamentar e poder majestático. O esplendor da Coroa que os palácios devolviam tinha sido minado a partir do momento em que esses bens tinham sofrido transformações que nada tinham a ver com a decência e o recreio das figuras reais.

O capítulo 7 quer precisar e desenvolver alguns dos factos que transparecem anteriormente acerca da herança cultural. Em primeiro lugar, a tentativa de compreender por que razão a Academia de Belas-Artes de Lisboa cola o seu papel de ensino artístico às atribuições de guardião dos inventários de obras de arte de monumentos e como essas responsabilidades a instituem no papel de definidora de um *gosto nacional*. Em segundo lugar, a importância de uma indústria de reproduções (através de moldes em gesso, gravuras, estampas ou outros materiais), quer para constituir coleções de ensino quer para auxiliar o inventário dos tesouros artísticos da nação.

Em terceiro lugar, a forma como essa indústria floresce enquanto componente do ensino industrial e como fracassa enquanto objetivo de inventariar os tesouros por parte da Academia – apesar de o entesouramento das riquezas e a noção da sua reprodutibilidade ter estado sempre presente no papel das academias de belas-arts. Em quarto lugar, a insistência na constituição de museus de reproduções, na qual a própria elite com acesso a cargos de poder insiste, como foi o caso do marquês de Sousa Holstein, como forma de desenvolver as artes industriais. Em quinto lugar, para perceber até que ponto se deve falar de uma preocupação de defesa das antiguidades por parte do Parlamento, faz-se uma incursão pelos direitos de entrada e de saída de mercadorias, nos quais os objetos de arte são tratados como bem transacionável.

Em sexto lugar, assinala-se a forma como as reformas do ensino industrial contribuem para uma forma massiva de reprodução dos objetos da herança cultural, que deviam ter um determinante valor de troca fundado em objetivos didáticos. E como essas reformas contribuem para a edificação dos museus industriais e comerciais nas duas cidades mais importantes, Lisboa e Porto, vistas como um complemento indispensável dos conhecimentos obtidos nas escolas. Em sétimo lugar, procura-se uma resposta para as poucas considerações de Joaquim Vasconcelos sobre os monumentos, na sua apreciação à reforma do ensino das belas-arts, publicada entre 1877 e 1879, em três volumes.

Em oitavo lugar, coloca-se em evidência as diferenças entre museus constituídos para circularem e museus constituídos para serem admirados. Os museus industriais e

comerciais, os museus de troca e de venda, viriam a recuar na paisagem de Oitocentos perante a instauração dos museus de entesouramento, espaços que se tornavam relevantes através das coleções possuídas e não tanto através do trânsito dessas coleções. O exemplo mais acabado é o tão acarinhado Museu Nacional de Lisboa, finalmente inaugurado em 1884, que cumpre um papel de decoro e fruição próprio da realeza. Até finais do século XIX, apesar das retumbantes declarações a favor dos monumentos no Parlamento, o Estado empossa-se no papel de negociante, e as coleções de objetos investe-as do essencial valor de troca. Esse papel é determinante na evolução do tão difícil inventário dos tesouros nacionais e o inventário constitui-se como combate a uma certa ideia de dispersão.

O capítulo 8 detém-se sobre as reformas de instrução de 1894-95 e, particularmente, sobre a reforma da instrução secundária de Jaime Moniz. A reforma do ensino médio torna clarividente que os seus destinatários, as classes dirigentes, devem cumprir o papel de transmissores dos valores da herança cultural e é coincidente, no tempo, com a assunção por parte do Estado de um *culto* público de conservação e propaganda dos monumentos (definido em 1894). O ensino secundário, segundo o pedagogo que deu nome à reforma, devia consagrar-se a cinco grandes finalidades: i) transmissão de conhecimentos e de práticas com eles relacionados; ii) promoção do desenvolvimento intelectual do espírito; iii) promoção da educação do sentimento e da vontade; iv) promoção do desenvolvimento físico; v) habilitação para estudos superiores.

O DOMÍNIO DIFUSO: OS REIS SÃO DA NAÇÃO, OS MONUMENTOS NÃO SE SABE DE QUEM SÃO

O APARECIMENTO dos monumentos no Parlamento (ou no Soberano Congresso, como era a sua designação) verificou-se através das menções, bastante arrebatadas, ao palácio de Mafra e ao convento de São Vicente de Fora, em Lisboa, no contexto de uma discussão sobre se os religiosos que habitavam esses espaços deviam ou não permanecer onde estavam. Os argumentos dessa discussão são os primeiros que nos colocam no rastro das ideias parlamentares sobre como encarar os amontoados de pedras velhas. Apostados em dismantelar as estruturas do Antigo Regime, os deputados da Assembleia Constituinte que escreveram as bases da futura Constituição, navegaram num território ambivalente, pois os monumentos não podiam deixar de ser parte dessas estruturas e dos poderes (régio, religioso) que era preciso fazer abanar, ao mesmo tempo que os parlamentares reconheciam a luxuosa e magnificente grandeza de tais edifícios.

Nesse território ambivalente, cedo se abriu uma fratura que devia ser vista como substancial às relações entre Estado e Casa Real, a da separação que era necessário fazer entre monumentos e palácios (hoje estranha para nós), já que os últimos estavam ao serviço da decência e recreio das figuras reais, isto é, sendo dos reis estavam ao serviço de uma dignidade, feita de respeito e de admiração devidos à nação, o decoro.

No início dos trabalhos parlamentares estava a preocupação de esvaziar o poder e influência da Igreja e de reenquadrar o poder real em face da aparição, na cena política, do Parlamento. No primeiro caso, essencialmente à custa da extinção das corporações religiosas masculinas, o que ocasionou a necessidade de lidar com uma massa de edifícios que deviam destinar-se à sua reocupação com funções do Estado, nomeadamente as da instrução dos povos (através de escolas públicas, bibliotecas e museus).

No segundo caso, pela circulação complexa entre ministros, deputados e família real dessa palavra-chave, o decoro, que está na génese da primeira exceção que as leis concedem a edifícios, num contexto de nacionalização dos bens e de questões,

essencialmente jurídicas, para determinar o que era património do rei e da Casa Real. A história parlamentar do início de Oitocentos conduz-nos a uma primeira dissociação entre palácios reais e poderes do rei. Os palácios pertenciam a um património da Coroa que não devia nunca ser alienado mas os deputados empenharam-se em alienar dos reis as responsabilidades pela conservação de tais imóveis, logo, as responsabilidades por manter a sua grandiosidade e fausto, declarando-se, em nome da nação, herdeiros de um esplendor que pretendiam combater ou pelo menos enquadrar nas novas funções da nação. Ao fazê-lo punham em causa as funções dos palácios (o recreio, decência e esplendor do trono). Conduz-nos, também, ao aparecimento de uma figura, o inventário, referida como central mas jamais alcançada com sucesso até final do século XIX.

No plano dos princípios, pareceu claro aos deputados constituintes que a instrução dos povos e a reforma do ensino eram um assunto relevante para pôr fim ao que se considerava ser o estado ruinoso dos estudos e para ajudar a desenvolver o sistema constitucional. A criação de escolas com condições, de estabelecimentos para o ensino das artes e das ciências e a liberdade de ensino, entendida como a faculdade de qualquer indivíduo poder lecionar, integraram a primeira *Constituição* (1822). A *Constituição* era o garante de três valores básicos, a liberdade, a segurança e a propriedade, consistindo a primeira em os cidadãos “não serem obrigados a fazer o que a lei não manda nem a deixar de fazer o que ela não proíbe”. Se a instrução do ler, escrever e contar era livre, a liberdade de pensamento também o era. Desde cedo, os deputados aprofundaram as regras pelas quais a escrita, que resultava dessa liberdade de pensamento, podia circular e a lei de imprensa, com os seus constrangimentos e máquina denunciante, era vista como uma ferramenta contra a autocracia e o despotismo.

Os deputados observaram também os seus próprios constrangimentos a partir da principal arma de que dispunham: a palavra. Os constrangimentos a montante tinham a ver com a ritualização do Soberano Congresso e com a toda a espécie de prescrições que ordenavam que o Estado se pronunciasse sempre que um deputado falasse. A jusante, os deputados tinham de lidar com os constrangimentos do seu endereçamento ao vindouros. Exercendo o mesmo controlo feroz sobre os seus discursos que desejavam para qualquer escrito público, os discursos dos deputados eram reanalisados, rescritos e recompostos, a partir das notas tiradas pelos estenógrafos profissionais (taquígrafos). Esse controlo, destinado a submeter as opiniões vindouras, não podia, contudo, senão oferecer-se a uma certa dispersão e a uma evidente contingência.

Dispersão porque não se tratava já do que havia sido dito, por vezes era uma mistura entre notas escritas dos taquígrafos (que incluíam as suas impressões sobre os momentos vividos) e notas corretivas dos autores dos discursos, a partir do que havia sido dito ou porque o arrazoado de vozes simultâneas ou a falta de condições acústicas das Cortes ocasionavam erros de base na tomada de notas. Contingência porque a esses defeitos e correções de base vinham somar-se as próprias regras do discurso vigiado pelas normas e regulamentos que o prescreviam.

OS MONUMENTOS INICIAIS, MAFRA E SÃO VICENTE DE FORA

Os deputados da primeira assembleia da moderna história parlamentar portuguesa não demoraram muito tempo a chamar para os seus cuidados os desassossegados monumentos da nação. Não que houvesse qualquer injunção acerca dessas moles de pedra e arquitetura que devesse ser especialmente observada. Sob um vago manto do respeito pela imponência de outrora, os deputados da Constituinte, que iniciaram os seus trabalhos nos finais de janeiro de 1821, relacionaram desde logo com os problemas da instrução, da vida conventual e, sobretudo, do estado exausto das finanças⁶, o primeiro monumento que apareceu referido nas discussões parlamentares do início de Oitocentos. Tratava-se do Palácio de Mafra⁷ e, sujeitado a ele, do Convento de São Vicente de Fora em Lisboa. Mafra podia significar um sortido de coisas: esplendor, ostentação, conhecimento. “Os que sabem quão corrompidos foram os costumes no princípio do século passado [XVIII] e quão esplêndido e ostentoso foi o culto divino; quão brilhante foi a Corte portuguesa nesse tempo e por quão frouxas mãos andou o leme do Estado, não precisam ver Mafra. Mafra é a imagem de tudo isso. Um grande

⁶ O estado das finanças devia considerar-se em ligação ao grande processo desamortizador que teve lugar a partir da revolução de 1820. “Por desamortização entendemos o acontecimento revolucionário que, no contexto da ideologia liberal e da implantação do aparelho de Estado burguês, consistiu na elaboração e aplicação de um processo legislativo visando diversas finalidades interdependentes: extinção de corporações e de estabelecimentos religiosos e laicos e incorporação dos seus bens na posse do Estado, uma primeira fase; transferência, em seguida, para o domínio privado, por meio de venda ou remição em hasta pública, dos bens imóveis considerados de *mão-morta*”. Assim, “uma massa volumosa de bens imobiliários, acumulada e conservada ao longo de séculos na posse de instituições laicas e eclesiásticas, foi alienada em várias etapas” (Silva, 1989: 3)

⁷ A primeira referência está na sessão parlamentar de 16 de Fevereiro de 1821. Fala-se da necessidade de se diminuir as despesas do Convento de Mafra, que se dividiam pela sustentação dos religiosos, pela conservação do edifício e por ordenados de empregados (Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa, ata de 1821-2-16, diário número 17, p.111). As despesas da obra com o Palácio da Ajuda, em Lisboa, cedo foram, também, objeto de discussão

edifício, fosse qual fosse o destino que lhe quisesse dar é sempre e de muitos modos um livro de história”. Castelos, templos e palácios, segundo a opinião de Alexandre Herculano, formavam não só o conjunto de monumentos que encerravam toda a arquitetura da Europa moderna como uma “crónica imensa, em que há mais história que nos escritos dos historiadores” (Herculano, 1898: 4).

Os milhões vindos da América e o trabalho de 50 mil homens a desbastar e polir as pedras teriam dado para cobrir Portugal com as melhores estradas da Europa. Se a derradeira esperança do povo podia estar centrada no progresso da indústria e no amor do trabalho, Herculano contrapunha o Palácio de Mafra, “bagatela maravilhosa”, “palácio esplêndido”, “monumento de uma era de vãs grandezas”, “maravilhosa inutilidade” (Herculano, 1898: 6-11), à vasta granja com prados de terra cultivada que se erguia em seu redor, para a qual se requeria conhecimento e amor ao país em vez de ouro e de força, e em cujo esforço se podia rever a primeira das indústrias da nação, a agricultura. O arroteamento tinha começado em 1839, dividiu a terra em oito folhas, à custa do incentivo da própria Casa Real, e convidou-se os habitantes a desbravar os terrenos, que os converteram em cearas, campos de milho e batatais. Observavam-se prados pastáveis, à altura da escrita do texto (1843), com luzerna, trevos, anafa, cenoura e ervilhaca, as forragens para alimentar os animais; e nos cabeços, a plantação de pinheiro bravo para abrigar dos ventos os castanheiros, carvalhos e azinheiros. O aspeto do solo e o viço dos campos deveriam ser os monumentos de então. Se, por cada arroteamento se plantasse um marco, ter-se-ia mil monumentos contemporâneos em pouco tempo, já que um monumento devia resumir o estado da sociedade e o espírito do presente. “O edifício aí está mendigo, abandonado, canceroso já, e inútil, ao lado da granja cheia de viço, rica, generosa e abençoada de esperanças. São dois monumentos de dois séculos diversos, ambos obras de reis” (Herculano, 1898: 20).

O Convento de São Vicente de Fora inscrevia-se “nessas quadras das monarquia portuguesa em que as ambições surgiam, pugnavam e se continham, quase exclusivamente, dentro do círculo traçado pelo amor da pátria e da glória e pelo desejo da propagação da fé [em que] os feitos de armas dos nossos maiores e os grandes sucessos da história de Portugal eram comemorados com fundações de mosteiros.” (Barbosa, 1863: 225). Guardar a luz da fé civilizadora, animar as ciências, as letras e as artes, aconselhar e persuadir com a eloquência da palavra, e a prática o amor da caridade e do trabalho, era a grandiosa missão da vida claustral que os mosteiros transportavam.

“Esses edifícios, pois, que ora se nos afigura não terem mais significação do que a de servirem de memória de uma instituição extinta em nosso país; foram antigamente verdadeiros monumentos na mais lata acepção que hoje a este vocábulo. Simbolizando, a par da comemoração de um feito ilustre, o espírito religioso de um povo, o facho da ciência lutando com as trevas, o fogo da caridade aquecendo e vivificando os míseros a quem o sopro do infortúnio enregelava e matava e, enfim, o incentivo do trabalho moralizando e criando riquezas” (Barbosa, 1863: 225-226).

Padrão da conquista de Lisboa, São Vicente foi batizado “de fora” por estar no exterior dos muros da cidade e pertenceu, em primeiro lugar a cónegos premonstratenses⁸, e, depois, aos cónegos regrantes ou regulares de Santo Agostinho, até estes terem sido transferidos para Mafra no século XVIII e se instalar em São Vicente a Igreja Patriarcal.

O ESTADO DAS FINANÇAS E A TERRA IMEMORIALMENTE CATIVA

Sobre a exaustão das finanças, o magistrado e figura de primeiro plano na organização do movimento liberal, Manuel Fernandes Tomás, tinha-se pronunciado no decurso da apresentação de um relatório sobre a situação de Portugal apresentado às Cortes⁹ no início de fevereiro de 1821¹⁰: “Senhores! A fazenda precisa das mais prontas e mais ativas providências. Os desperdícios excedem muito qualquer ideia que se possa fazer por mais exagerada que se considere”¹¹. O deputado dividiu a apresentação do seu relatório sobre o estado do reino pelos assuntos mais prementes: os relativos à agricultura, comércio, fábricas, governo e fazenda – uma súplica, sobretudo, dos assuntos internos. Sobre cada um deles insistiu na documentação que devia ser consultada para que as Cortes pudessem avaliar por si o que ia sendo dito e, sobretudo, sobre o que deveria ser futuramente decidido. De todos os assuntos havia queixas e todos necessitavam de reforma. “Não se vê repartição alguma em que não se ache que reformar neste objeto. Recebia-se pouco, e esse pouco caía em mãos desmazeladas ou muito infieis. O Tesouro está exausto; e crescendo com a nova ordem de coisas a

⁸ Cónegos Premonstratenses ou Ordem Premonstratense é uma comunidade de cónegos regulares seguidora da Regra de Santo Agostinho

⁹ Os termos *Cortes* e *Congresso* ou *Soberano Congresso* eram sinónimos de Parlamento nesta altura

¹⁰ Na sessão de 3 de fevereiro, o deputado leu a primeira parte do relatório sobre o “estado público de Portugal” (cf. Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa, ata de 1821-2-3, diário número 6, p.26). O relatório está transcrito na sessão de 5 de fevereiro (Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa, ata de 1821-2-5, diário número 7, pp.32-40)

¹¹ Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa, ata de 1821-2-5, diário número 7, p.38

necessidade de fazer novas e muito maiores despesas, nem por isso tem [*sic*] crescido por ora os meios de remediar, nem as antigas, nem estas”¹². O deputado informou as Cortes de que nenhum navio chegava do Rio de Janeiro – onde estava a Corte portuguesa – sem trazer “decretos, avisos (...) ajudas de custos, aumentos de ordenado e outras graças” que iam sendo pagas pelo governo até que se parou com o sistema¹³.

Os problemas eram gerais: “Males de toda a ordem se experimentaram em todos os ramos da economia particular do estado”¹⁴. Sendo gerais refletiam um “antigo sistema de governar” em que “o merecimento o mais distinto dava antes um título para ser perseguido do que [para ser] empregado.” Os membros mais dignos da sociedade “viviam no retiro e na obscuridade”¹⁵. A arrecadação dos impostos fazia-se com “a maior irregularidade e desigualdade” e “ainda agora [por] regulamentos antiquíssimos” que não tinham em conta os interesses dos povos¹⁶. Havia um problema de concentração de poder nos juízes territoriais, lançadores e exatores [cobradores] dos tributos, também administradores da justiça civil e criminal e que tinham ainda a cargo a polícia da terra e dos distritos¹⁷. A questão relativa à agricultura prendia-se, evidentemente, com as formas de ocupação da terra, com o seu cultivo e com os tributos que impendiam sobre trabalhadores.

Manuel Fernandes Tomás referiu que as circunstâncias das doações de terras feitas pelos reis tinham empobrecido o Estado. As condições penosas impostas pelos donos da terra sobre o indivíduo que a trabalhava, “obrigando-o a pagar dos frutos que colha uma quota excessiva” sujeitavam-no “a encargos que ofendem a razão e escandalizam a humanidade”¹⁸. A estas condições deviam as corporações religiosas e os grandes proprietários do reino a sua fortuna e era essa a origem de “odiosos forais” que pesavam sobre os agricultores. A terra estava imemorialmente cativa em função de “doações primordiais e primordiais contratos” que configuravam “canonizadas posses ou antes verdadeiras usurpações”¹⁹. Fernandes Tomás referiu-se particularmente à vinha que, apesar do desmazelo e do abandono, conseguia alguma exportação; e à maciça importação de cereais, a maior parte da qual tinha sido destinada a sustentar os exércitos aliados na Guerra Peninsular (1807-1814) em que franceses e ingleses tinham

¹² *Ibidem*

¹³ *Ibidem*

¹⁴ *Ibidem*, p.32

¹⁵ *Ibidem*, p.33

¹⁶ *Ibidem*, p.38

¹⁷ *Ibidem*

¹⁸ *Ibidem*, p.33

¹⁹ *Ibidem*

combatido pelo controlo das terras da Península Ibérica. A falta de caminhos públicos e o mau estado do existente era uma das causas da decadência do comércio: “Deixámos perder e arruinar em muita parte a única estrada boa, ou antes magnífica, que tínhamos feito com tantas despesas e trabalhos, desde a capital até Coimbra”²⁰.

Quanto aos rios, eram inavegáveis a maior parte do ano, levando à quase total ruína as possibilidades de navegação interior. As exportações tinham definhado, tal como a entrada de navios mercantes nos portos de Lisboa e do Porto. As questões da navegação estavam presas à soberania e ao passado glorioso. Outrora “dominadora de todos os mares no tempo em que os portugueses devassavam o mundo”, a nação ajoelhava face à Europa²¹. A ideia de que os portugueses eram capazes de grandes feitos – mas sem conseguir resolver o menor dos problemas que se lhes deparasse – apareceu quando Fernandes Tomás falou da indústria. Participante da “desgraça geral”, nomeadamente por causa da importação de tecidos estrangeiros, o deputado referia que não havia meios, nem proteção nem consumo para que o fabricante português pudesse “desenvolver os talentos de que o dotara a natureza. Capaz das maiores coisas, faltam-lhe até as pequenas para se entreter”. As duas maiores fábricas de lanifícios estavam “paradas” e os seus artistas “pedem hoje esmola com escândalo das almas bem formadas”. Se as queixas dos fabricantes eram conhecidas, as reformas necessárias não tinham sido tomadas²². O direito existente sobre leis e regulamentos de fábricas, “uma como estudada confusão [que] reina em tal sistema” em que umas disposições contradiziam outras e a ausência de uniformidade nas alfândegas sobre as isenções que os fabricantes teriam direito, alimentavam a confusão nos tribunais²³. Se todos os assuntos necessitavam de reforma, de todos se reconhecia grande desconhecimento, mau grado a documentação existente. O deputado reclamava pela existência da ciência estatística, que permitiria obter na sua extensão os conhecimentos para tomar decisões tendo como base a existência de população apta a trabalhar: “O estado de nossa população foi sensivelmente alterado pela guerra da Península e por seus fatais resultados; e vós, senhores, bem sabeis que não será nunca prudente deixar de repartir com mão acautelada os braços de que podemos dispor para a cultura, para o comércio e para outros objetos”²⁴. As alfândegas e casas de arrecadação – onde se recebia os

²⁰ *Ibidem*, p.35

²¹ *Ibidem*, p.36

²² *Ibidem*

²³ *Ibidem*

²⁴ *Ibidem*

direitos de pescado – deveriam ser reformadas. Fernandes Tomás disse que pescadores e mendigos eram sinónimos em pelo menos metade do ano. “A natureza fez-nos ricos; os nossos desacertos têm-nos reduzido à pobreza e à miséria. De nada carecendo para ser felizes, quase tudo compramos para viver desgraçados!”²⁵. Neste discurso sobre o Estado do reino, Manuel Fernandes Tomás enfatizou a ideia de que se tratava de pôr cobro “a erros de séculos e que por séculos haviam adquirido a força e o império dos hábitos”²⁶.

Parecia então que alguns erros seculares repousavam sobre a morada de religiosos e sobre o olhar acerca de monumentos. No decorrer da ordem do dia²⁷ da sessão de 27 de abril de 1821, discutiu-se um projeto de decreto do deputado eleito pela Estremadura Manuel Borges Carneiro para retirar os habitantes permanentes de São Vicente de Fora (os cónegos regrantes de Santo Agostinho) e remetê-los para os ares da tapada de Mafra, enquanto, para que tal sucedesse, se retirariam os habitantes permanentes do Convento de Mafra (os padres Arrábidos) para os realocar em São Vicente de Fora²⁸. Para fazer esta troca, o projeto evocava uma carta régia e um decreto de finais do século XVIII pelos quais se mandava entregar aos religiosos Arrábidos o convento mafrense e fazer reverter para o Tesouro Nacional o rendimento de bens dos religiosos que ocupavam São Vicente de Fora. Além disso, o projeto expunha uma preocupação pelo incompreensível desaproveitamento da Tapada de Mafra, que se dizia abandonada e sem rendimento, a mesma que Herculano veria renascer lentamente anos mais tarde. Manuel Borges Carneiro listou os argumentos que os cónegos regrantes lembravam para que a sua permanência em São Vicente de Fora fosse indubitável: não poderiam arcar

²⁵ *Ibidem*, p.38

²⁶ *Ibidem*, p.32

²⁷ O regimento determinava que as sessões eram iniciadas com a leitura da ata da sessão anterior. Seguiam-se as leituras de ofícios, de requerimentos, de correspondência vária, as proposições dos deputados e, finalmente, entrava-se no assunto previamente agendado para discussão, ou seja, entrava-se na ordem do dia

²⁸ Arrábidos: Franciscanos Arrábidos, Franciscanos Reformados da Província da Serra da Arrábida, Ordem dos Frades Menores Capuchos da Serra da Arrábida. “O nome Arrábidos é atribuído a um ramo dos Franciscanos Reformados (Capuchos) da Província da (Serra) Arrábida”. À semelhança do que dirão os deputados, a fonte que utilizamos refere que, no século XVIII, Mafra chegou a ter mais de 200 habitantes. “A casa foi projetada para 40 religiosos, alargada para 80 e, finalmente, para 300. (...) Imediatamente a seguir à sagração do templo, a 22 de Outubro de 1730, os Arrábidos povoaram o convento com 210 frades, número que aumentou para 342 até ao ano de 1744.” O marquês de Pombal entregou o complexo de Mafra aos cónegos regrantes de Santo Agostinho em 1771. “Em 1791, os cónegos de Santo Agostinho preferiram regressar a Lisboa, pelo que os Arrábidos (em número de 200) voltaram a povoar o Convento de Mafra, que deixaram pouco menos que desabitado aquando das invasões francesas.” Nos anos 30 do século XIX, os cónegos regrantes de Santo Agostinho voltariam a ocupar, brevemente, Mafra. Os cónegos regrantes de Santo Agostinho são também chamados cónegos de Santo Agostinho ou cónegos regulares de Santo Agostinho (Franco, 2010: 52-55)

com despesas que a mudança implicaria; sustentavam famílias indigentes às portas do convento; deixariam de poder cultivar as terras; não queriam abandonar a instrução dos seus discípulos, aos quais ministravam, entre outros conhecimentos, gramática, filosofia e matemática. Todos os argumentos foram rebatidos pelo deputado, à exceção das matérias de instrução: “Já que alegam isto será com verdade”²⁹.

MONUMENTO DE MAFRA VISTO POR PARTES

Quanto às despesas que a troca implicava, Borges Carneiro entendia que o tempo era de mudança para todos. Por que não o seria para os religiosos? Sobre as famílias indigentes, também as havia em Mafra; sobre as terras para cultivar, não faltariam na nova morada; e relativamente aos discípulos, não havia dúvida de que encontrariam em Mafra alunos que instruiriam “com a mesma utilidade pública que foi reconhecida quando se fez aquele majestoso convento.” João Vicente Pimentel Maldonado, outro deputado pela Estremadura, mostrou-se favorável à saída dos Arrábidos mas contrariado pela hipótese de obrigar os religiosos de Lisboa a mudar-se para a “medonha vila de Mafra”. Pôs em causa a manutenção da luxuosa monumentalidade desse edifício ligando-a às fraquezas do orçamento público e referiu-se, igualmente, à questão da instrução que os religiosos podiam proporcionar:

Não havendo no Tesouro Nacional com que acudir inteiramente aos objetos de primeira necessidade, por que havemos de manter com tamanha despesa o caprichoso luxo da devoção do Senhor D. João o Quinto? Por que o faremos com tanto incômodo mesmo daqueles religiosos que estão vivendo na medonha vila de Mafra, podendo viver nos sítios deliciosos onde quase todos os seus mosteiros são edificadas? (...) Que delito cometeram os padres de São Vicente de Fora para os desterrarmos para a feia e desabridíssima vila de Mafra? Diz-se que restabelecerão o colégio que noutros tempos floresceu!³⁰ (...) Os pais de família doer-se-ão de mandar educar os seus filhos numa terra que só parece própria para degredados (...). Os cônegos regrantes achavam-se com pouco mais de 12 colegiais quando vieram para Lisboa, tendo havido no colégio muito acima de cem. E é de notar que isto aconteceu quando nesta capital havia tanta míngua de casas de educação. (...) Além disto, senhores deputados, nós vamos buscar um bem incerto perdendo um que temos certo. Nas aulas de São Vicente há duzentos estudantes, que ali aprendem gratuitamente, e nas aulas de Mafra

²⁹ Manuel Borges Carneiro, Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa, ata de 1821-4-27, diário número 65, p.701

³⁰ Alusão ao Real Colégio de Mafra, instituído em 1772. O conjunto edificado tinha sido habitado pelos religiosos Arrábidos e pelos cônegos regrantes de Santo Agostinho, em momentos diferentes, conforme nota anterior

talvez nem um só apareça. (Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa, ata de 1821-4-27, diário número 65, pp.701-702)

Para o deputado e publicista Francisco Trigoso, a questão da mudança dos religiosos era consensual, justa e de inútil demonstração. Concentrou as atenções sobre a descrição do edifício, declarando que ele compreendia três partes. “Primeira parte: o Paço. Enquanto a este deve ser tratado como os outros paços. Segunda: a Igreja. Terceira: o resto do edifício. Este resto do edifício não acho de necessidade que se ocupe por outra comunidade”³¹. A transcrição do discurso ficou incompleta mas, aparentemente, Francisco Trigoso tentava persuadir os deputados de que o conjunto de Mafra merecia diferentes cuidados conforme o que estivesse a ser considerado. Olhava para Mafra não como um conjunto monumental mas como uma relação de construções que exigiam ponderações tendo em conta a função que desempenhavam.

Sem dúvida por essa razão Agostinho José Freire, igualmente representante da província da Estremadura, relembrou que Mafra “é uma Casa Real” mas “não é como outros paços”. Instando a assembleia a dar ao convento de Mafra “a consideração que merece”, afirmou que “quem lá tem estado, e tem visto a sua arquitetura, pode conhecer o que pode custar a sua conservação”, custo consideravelmente aumentado pelo descuido de que tinha sido objeto. “Não basta varrer, é preciso repará-lo. Além disso, é tal a sua magnitude que todos os religiosos que ali estão, e muitos outros, não bastam para abrir e fechar as janelas”³². O autor de uma “descrição minuciosa” do Convento de Mafra publicada em 1866 declarava com solenidade que “o mais gigantesco edifício de Portugal e talvez um dos mais belos e gigantescos da Europa” inspirava respeito e admiração, com os seus 40 mil metros quadrados de área, 4500 portas e janelas, 880 salas, duas torres de 68 metros de altura, “dois soberbos torreões, um zimbório majestoso e rico de calcário”, apesar de os milhões enterrados em tanta pedra serem suscetíveis de perplexidade³³. Agostinho José Freire defendia que Mafra, obra “tão boa e de tanta honra para a nação” pudesse entregar-se para ser ocupada por alguma corporação, como a tropa, exigindo ser habitado, por ser digno de “grande consideração”, como uma das determinações para a sua conservação. Nessa sessão do mês de Abril de 1821, o deputado Alexandre Tomás de Morais Sarmiento deu conta de

³¹ Francisco Manuel Trigoso de Aragão Morato, Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa, ata de 1821-4-27, diário número 65, p.705

³² Agostinho José Freire, *ibidem*

³³ “Realmente para um país como Portugal foi uma obra assaz dispendiosa por improdutiva, mas é um rico monumento de arquitetura, cheio de beleza e primores de arte.” (Gomes, 1866: 5-6)

uma fusão de opiniões e sentimentos sobre Mafra, ao mesmo tempo uma empresa que era uma investida extemporânea sem deixar de ser uma construção majestosa. Acentuava que a mudança dos religiosos servia o Estado e as suas finanças: “Descubro muita vantagem para a Fazenda Pública e grande utilidade para a nação”³⁴ e que todos os grupos deviam sacrificar-se para que a nação pudesse prosperar.

Ao falar de despesas, não parecia destinado a juntar-se aos defensores da consideração que o monumento mereceria; mas quando o assunto era a majestade do convento, a conversa ganhava outros contornos. “Ninguém duvida que a despesa feita em Mafra foi uma das grandes calamidades nacionais por que passou a nação portuguesa; eu seguramente se estivesse em circunstâncias dos que estiveram ao lado do pomposo monarca, e fosse consultado, não aconselharia semelhante empresa; porém o edifício existe, é soberbo e, apesar de tudo, é sem dúvida a obra-prima da arquitetura que nos tempos modernos se edificou em Portugal: deixá-la arruinar seria lastimoso, e com justiça traria sobre nós o labéu de barbaridade”³⁵. A conservação de Mafra exigia despesas consideráveis, pelo que a solução de sediar lá alguma corporação – o deputado defendia um colégio de educação – seria vantajosa para a nação. E diminuiria os receios de que o abandono se pudesse ligar àquela noção de barbaridade. Os deputados repetiriam exaustivamente nas décadas seguintes esse detalhe do discurso de Morais Sarmiento, o de ligar a falta de conservação dos edifícios à ideia de *barbárie*, que um olhar exterior não deixaria de notar, colocando-se a si do lado da *civilização*. Apoiante das mudanças dos padres Arrábidos e dos padres “Vicentes”³⁶, Morais Sarmiento acrescentou que “a conservação de tão sumptuoso edifício” exigiria despesas impossíveis, pelo que a ida dos cónegos regantes para Mafra facilitaria não só a manutenção do imóvel como também o desenvolvimento da educação, tão mais importante agora que os poderes saídos da Revolução Liberal (1820) se queriam triunfantes.

Outra forma de conservação, não já de edifícios decadentes mas a realizada por uma reprodução de saberes que, acedendo à administração das coisas públicas e das causas da pátria portuguesa, pudesse resolver com o seu engenho o estado depauperado das finanças públicas, seria trazida pelos bons auspícios que se desejavam à causa da

³⁴ Alexandre Tomás de Morais Sarmiento, Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa, ata de 1821-4-27, diário número 65, p.702

³⁵ *Idem, ibidem*

³⁶ Na sessão parlamentar, chama-se “padres de São Vicente” ou “Vicentes” aos religiosos que estavam em São Vicente de Fora nessa altura: os cónegos regantes de Santo Agostinho

educação, o terceiro tópico a considerar como arranque da discussão sobre os monumentos, para lá dos da vida conventual e do estado das finanças:

Tira-se igualmente vantagem para a nação, estabelecendo-se um colégio de educação próximo a esta populosa capital, poupando às famílias, que prezam os benefícios de uma boa educação, as despesas extraordinárias que se fazem em países estrangeiros, como em Inglaterra, França e Alemanha: a educação é sempre precisa, porém nunca foi tão urgente como presentemente, quando a nação portuguesa recobrou os seus direitos e estabeleceu um governo representativo: necessita-se de sábios e de oradores para defenderem os direitos da sua pátria, advogar a causa da humanidade e descobrir os meios de se aumentar a prosperidade pública: nunca se abriu à mocidade portuguesa uma perspectiva tão brilhante! (Alexandre Tomás de Morais Sarmiento, Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa, ata de 1821-4-27, diário número 65, p. 702)

“AS ESCOLAS ESTÃO MUITO MÁS E HÁ MUITA FALTA DE EDUCAÇÃO”

Num relatório datado de 28 de março de 1821, a Comissão Parlamentar de Instrução Pública dava conta da necessidade de fazer uma “grande e universal reforma” da instrução, que incluísse a indagação das “causas da ruína dos nossos estudos” e dos “remédios” para formalizar novos planos que contemplassem os estudos universitários e os estudos menores. Contudo, os deputados da comissão, ocupados com inúmeros afazeres, propunham a criação de uma nova Junta de Providência Literária, visto que um organismo com este nome tinha sido instituído em 1770. A intenção era a de que a nova junta pudesse concluir a reforma dos Estudos Maiores em apenas cinco meses – a tempo da abertura da universidade no primeiro dia de Outubro – sem descurar o andamento dos Estudos Menores³⁷. Em breve, pareceu à Comissão de Instrução Pública que deveria ser criada uma outra comissão encarregada de reformar os estudos maiores e menores do reino, nas suas partes científica e administrativa, sem parlamentares na sua composição.

Para reformar a Universidade de Coimbra e toda a instrução pública do reino, a comissão de Instrução Pública viria então a propor a composição de um grupo de trabalho que deveria proceder às reformas dos Estudos Maiores e Menores, com um diretor, Frei Francisco de São Luís Saraiva (que tinha integrado a Junta Provisional do Governo Supremo do Reino), nove membros e ainda três elementos da universidade de

³⁷ Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa, ata de 1821-4-2, diário número 48, pp.435-436

Coimbra³⁸. A 22 de fevereiro de 1822, um deputado indicou a necessidade de nomear a comissão de Justiça. Enquanto se esperava pela ata de uma sessão anterior, o deputado Joaquim Pereira Anes de Carvalho lembrou a conveniência de também nomear a comissão de Instrução Pública, que não tinha entrado em funções: “As escolas estão muito más e há muita falta de educação. Sem que a instrução pública esteja derramada eu não sei como se possa propagar o sistema constitucional. Estes são os motivos que me induzem a pugnar para que se nomeie”³⁹.

À dificuldade em conseguir que uma comissão iniciasse funções para articular um plano para os vários ensinos, juntava-se a resistência com que alguns deputados encaravam a existência de um atraso na instrução do reino, mesmo falando dela constantemente e construindo a partir da instrução um problema relevante para as Cortes, que devia ser discutido e solucionado. Numa sessão acerca do projeto da futura *Constituição*, no que dizia respeito ao estabelecimento de escolas que ensinassem a mocidade a ler, escrever e contar; ao catecismo; e aos ordenados dos mestres, o deputado Caetano Rodrigues de Macedo afirmou: “É certo que a nação portuguesa tem dado provas de ser em geral muito mais ilustrada do que injustamente supunham os estrangeiros”. O deputado Alexandre Tomás de Morais Sarmiento secundava Rodrigues de Macedo: “Não julgo que nós estamos em um atrasamento tão pasmoso porque semelhantes exemplos [aos de França, em que pessoas, apesar de abastadas, não saberiam ler e escrever] seriam muito raros em Portugal”⁴⁰. Ambos reconheciam, apesar destas declarações, um atraso: “Mas não é menos verdade que muitos dos nossos compatriotas vivem em grande ignorância. Desgraçadamente se tem reconhecido neste Augusto Congresso que em muitas terras pequenas é tão pequeno o número de pessoas que saibam ler e escrever que algumas há onde os homens encarregados da governança não saber escrever o seu nome”⁴¹. “É verdade que a educação em Portugal não está muito adiantada; mas é preciso confessar

³⁸ Os nove membros eram: José Diogo Mascarenhas Neto, magistrado, bacharel em leis pela universidade de Coimbra; Silvestre Pinheiro Ferreira, político e professor; Cândido José Xavier, militar e professor; António de Castro, comissário dos estudos; Joaquim José da Costa de Macedo, professor régio de filosofia racional e moral; Frei Sabino de Santo António, da Congregação de São Paulo; Francisco Vilela Barbosa, militar; José Francisco Valorado e Bernardino António Gomes, ambos médicos e botânicos. Sugeria-se que um dos três elementos da universidade de Coimbra pudesse ser o clérigo D. Pedro Paulo de Figueiredo da Cunha e Melo (Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa, ata de 1821-7-31, diário número 140, p.1728)

³⁹ Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa, ata de 1822-2-22, diário número 20, p.267

⁴⁰ Alexandre Tomás de Morais Sarmiento, Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa, ata de 1822-3-29, diário número 47, p.659

⁴¹ Caetano Rodrigues de Macedo, Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa, ata de 1822-3-29, diário número 47, p.659

que não está num ponto de atrasamento como muitos estrangeiros nos querem considerar”⁴².

Os comentários sobre o atraso na instrução tinham por referência um olhar externo, que parecia transportar um esmagamento inquisidor sobre os portugueses e sobre a situação geral do reino e que de um relance autorizava e atemorizava os deputados, autorizava-os a distanciarem-se dessa exterioridade ao minorizá-la e a não participar diretamente dela – eles sabiam ler e escrever o nome e tinham sido escolhidos para resolver os problemas da nação; e atemorizava-os concedendo nesse atraso que algum fundo de veracidade estava a ser devolvido. Parecia, ao olhar para as reflexões dos deputados sobre a instrução e sobre os monumentos, que esse olhar exterior bem poderia construir-se a partir da cisão entre *civilização* e *barbárie*; ou melhor, que *civilização* e *barbárie* só seriam convocadas porque um exabundante olhar exterior se impunha, fosse para os deputados o considerarem nas suas intervenções como argumento, fosse para o desdenharem.

E era significativo que se pudesse apoucar esse olhar externo e massivamente presente quando ele era desfavorável e ao mesmo tempo valorizá-lo, nomeadamente ao usar de prudência na normatização dos escritos que pudessem levar à insubordinação de povos estrangeiros contra os seus monarcas, como se tornou evidente numa das tipificações do projeto de lei sobre a liberdade de imprensa que dispunha ser proibido incitar-se “vassalos de outras nações” a rebelarem-se contra os seus monarcas⁴³. Um estrangeiro teria o seu quê de bárbaro se depreciasse os portugueses, observados a partir de uma mesquinhez que parecia aos deputados ser inteiramente exterior, mas um estrangeiro seria civilizado se não se rebelasse, pela escrita, contra o seu monarca, pois o princípio da rebelião continha todos os prenúncios de rebeliões possíveis. Mais à frente na discussão, o deputado Rodrigo Ferreira da Costa pugnava pela aplicação de “grande parte dos rendimentos públicos do Estado” à instrução pública, sustentando a certeza de que uma opinião pública esclarecida era o mais poderoso dos exércitos e a mais firme sustentação dos “governos livres” e explicava, de novo se fosse preciso, essa ideia de pertença à civilização:

⁴² Alexandre Tomás de Morais Sarmiento, Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa, ata de 1822-3-29, diário número 47, p.660

⁴³ [Abusa-se da liberdade de imprensa] “excitando diretamente os vassalos das outras nações a desobedecerem aos seus governos ou monarcas” (Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa, ata de 1821-2-5, diário número 7, p.40)

De mais, o adiantamento das artes e ciências é o termómetro por onde se avalia a civilização dos povos. Nós somos uma nação civilizada e devemos manter as artes e ciências no seu maior esplendor. Devemos cuidar em apagar a mancha que estrangeiros mal informados nos têm lançado, julgando-nos quase bárbaros. (Rodrigo Ferreira da Costa, Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa, ata de 1822-3-29, diário número 47, pp.661-662)

Numa sessão anterior à apresentação do relatório da Comissão de Instrução Pública atrás referido, de março de 1821, o deputado Joaquim Pereira Anes de Carvalho tinha falado sobre a carência de instrução geral e de instrução em matérias religiosas, quando se discutia a necessidade de censura prévia: “Não abundamos em comunicações literárias seguidas com as outras nações. Apenas temos uma universidade e essa nimamente [demasiadamente] relaxada. Faltam-nos académicos, juntas e corporações de letras provinciais”. Joaquim Pereira Anes de Carvalho considerava “mesquinho” o sistema de escolas menores e falava da falta de bibliotecas⁴⁴. Os deputados viam-se a braços com vários requerimentos pedindo a reformulação dos estudos; de professores e mestres de primeiras letras que reivindicavam aumento de salários; de algumas freguesias, vilas ou lugares que reclamavam pela inexistência de professores de primeiras letras ou que manifestavam vontade de abrir escolas.

Antes da aprovação da primeira *Constituição*, a questão dos ordenados foi objeto de uma decisão, talvez não exatamente com a forma que os seus destinatários pretendiam: os deputados decidiram que professores e mestres de primeiras letras, de gramática latina e grega, de retórica e filosofia seriam jubilados ao fim de 30 anos de ensino, com direito à totalidade do ordenado auferido durante a regência das disciplinas. A discussão sobre os ordenados dos professores e mestres era, também, sobre a consideração social que estes deviam ter ou passar a usufruir. “Até aqui julgava-se que um mestre de primeiras letras era uma pessoa mercenária e de pouca importância”, referia o deputado Manuel José de Arriaga Brum da Silveira⁴⁵. Ou, como reiterava o parlamentar Inácio Xavier de Macedo Caldeira: “É preciso que os mestres não sejam tratados como até agora, é necessário sim dar-lhes alguma consideração porque realmente a merecem”⁴⁶.

⁴⁴ Joaquim Pereira Anes de Carvalho, Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa, ata de 1821-2-14, diário número 15, p.89

⁴⁵ Manuel José de Arriaga Brum da Silveira, Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa, ata de 1821-7-31, diário número 47, p.659

⁴⁶ Inácio Xavier de Macedo Caldeira, Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa, ata de 1822-3-29, diário número 47, p.661

PEDEM-SE MESTRES DE PRIMEIRAS LETRAS

Sobre a falta de pessoas habilitadas a ministrar conhecimentos, Manuel Fernandes Tomás refreava a necessidade de considerar a existência de mestres em todos os cantos do reino propondo antes, à semelhança da hipótese do traslado de religiosos de Mafra para Lisboa, que eles se mudassem para onde fosse menos dispendioso ou onde tivessem público: “Pede a economia e a administração da Fazenda Pública que se há mestres de sobejo em uma terra se removam para as outras onde forem necessários.” Por vezes, o adestramento da fala a partir da tribuna fazia sobressair em efusões declarativas a substância das antipatias: “Eu sei de uma terra onde há mestres de grego, latim, etc., e creio que é necessário prender gente para os ir lá ouvir”⁴⁷. Contrário aos mestres (“principalmente de grego que é uma língua morta, os pais que quiserem mandar ensinar grego a seus filhos façam-no à sua custa”), Fernandes Tomás não podia ignorar os muitos requerimentos recebidos no Parlamento⁴⁸, como os do juiz, vereadores e outros funcionários do concelho de Senhorim, que pediam mestres de primeiras letras e de latim⁴⁹, da pretensão dos moradores de Alcains para se criar uma cadeira de latim⁵⁰, da Câmara de Torres Novas sobre a falta de mestres em geral⁵¹ ou até de um parecer da própria comissão de Instrução Pública para criar escolas de primeiras letras nas vilas de Penalva, Alva, Reigada, Alcaide e do lugar de Pinhanços (todos na província da Beira)⁵². Em outubro de 1822 a Comissão de Instrução Pública dava conta às Cortes da existência de 98 requerimentos solicitando a abertura de novas escolas⁵³. A apresentação nas Cortes de um requerimento de pais que solicitava a permissão para que particulares abrissem escolas de primeiras letras sem que disso dependesse a autorização da Junta da Diretoria dos Estudos⁵⁴, concedeu a Francisco Soares Franco o pretexto para afirmar a ideia de que qualquer pessoa poderia ensinar nas freguesias, uma

⁴⁷ Manuel Fernandes Tomás, Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa, ata de 1821-7-31, diário número 140, p.1725

⁴⁸ “Na comissão de instrução pública estão mais de 600 [requerimentos pedindo escolas] que têm vindo pela junta da diretoria, todos eles estão prontos com o seu informe” (Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa, ata de 1821-12-17, diário número 252, p.3441)

⁴⁹ Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa, ata de 1821-4-24, diário número 62, p.664

⁵⁰ Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa, ata de 1821-10-18, diário número 203, p.2699

⁵¹ Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa, ata de 1821-4-24, diário número 62, p.670

⁵² Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa, ata de 1821-5-23, diário número 87, p.998. A ata refere “Pinhanças”

⁵³ Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa, ata de 1822-10-22, diário número 69, p.864

⁵⁴ A Junta da Diretoria Geral dos Estudos e Escolas deste Reino tinha sido criada em 1794 para fazer um regulamento sobre os diversos ramos do ensino público. Faziam parte dela o reitor da Universidade de Coimbra, que presidia, seis deputados e um secretário

vez que o Estado não tinha condições para satisfazer os pedidos. “Nada concorre tanto para a regeneração como a instrução pública. É preciso que em todas as freguesias haja escolas”⁵⁵.

O deputado José Vitorino Barreto Feio assinalava a virtude de possuir-se algum conhecimento, por reduzido que fosse e a liberdade de ensino: “Os mestres particulares são úteis ainda mesmo que ensinem mal; porque é melhor saber ler e escrever mal do que não saber nada. Deve, portanto, ser permitido a todo o cidadão ensinar as primeiras letras, sem necessidade de prévio exame, e o mesmo digo a respeito das ciências e artes”⁵⁶. A opinião não era do agrado de todos, porque se entendia que ao Estado deveria competir uma fiscalização que fosse garantia de qualidade na transmissão dos saberes. Nessa sessão, o perigo de a mocidade ser instruída em ideias contrárias às que se pretendiam transmitir foi esconjurado, dada a manifesta falta de recursos e o caráter popular que o ensino devia aparentar: “Demais, eles [os professores] não ensinam em segredo (pois que o não podem fazer) eles o fazem em público. Quando ensinarem doutrinas contra a sociedade, etc. então se lhes aplicarão as leis. Não devemos ir pôr [*sic*] a nação em pública ignorância”⁵⁷. Nessa discussão, os deputados decidiram que qualquer cidadão poderia ensinar “ciências, artes e conhecimentos úteis” sem ser submetido a exame ou censura prévios.

A decisão foi transformada em decreto, com a data de 28 de junho de 1821, publicado a 3 de julho. As Cortes consideravam indispensável o estudo das primeiras letras, reconheciam a impossibilidade de estabelecer escolas em todos os lugares do reino pagas pelo Estado e declaravam que o ensino e abertura de escolas de primeiras letras não dependiam de exame ou licença. Subjacente à questão estava uma frase do deputado João Rodrigues de Brito: “Nos séculos do despotismo havia medo que as luzes se propagassem, agora sucede o contrário”⁵⁸. O uso da liberdade na instrução, à semelhança do que acontecia com a configuração da lei de imprensa, era um tópico central já que, face ao poder régio, ambos, lei de imprensa e instrução, eram a sustentação do trabalho parlamentar⁵⁹.

⁵⁵ Francisco Soares Franco, Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa, ata de 1821-6-18, diário número 106, p.1244

⁵⁶ José Vitorino Barreto Feio, *ibidem*

⁵⁷ João Maria Soares Castelo Branco, *ibidem*

⁵⁸ João Rodrigues de Brito, *ibidem*

⁵⁹ “A força do Congresso é toda moral; está fundada só sobre a opinião pública; é preciso que siga constantemente a estrada da virtude e da justiça e que as suas leis sejam as melhores para o bem geral, para que ele seja respeitado e poderoso. A instrução pública e a liberdade de imprensa são os seus mais

O deputado Joaquim Pereira Anes de Carvalho, que assinalava a quase ausência de escolas menores e a falta de bibliotecas públicas e de académicos nas províncias do reino, mostrou-se particularmente cético quanto ao bom uso que os seus concidadãos poderiam vir a dar à liberdade sem censura prévia. Para prevenir os perigos que tal liberdade pudesse ocasionar, os representados da nação deveriam contar com uma “censura legalmente bem regulada”, que não deixasse a ausência da cautela, do discernimento e da prudência sobrepor-se. O deputado mostrava-se contrário à ideia de que não haveria receio de que as luzes se propagassem: “Parece-me que a nação não está preparada nem pela opinião nem pela instrução para tamanha largueza de liberdade.” Também ele evocava a descendência dos “séculos venturosos”, num sentido diferente do que assinalei atrás:

Um povo que geme há três séculos debaixo do regime inquisitorial; um povo que longo tempo sujeitou o seu pensamento a triplicada censura; um povo que facilmente confunde as avenidas distantes da religião com o santuário da mesma religião; um povo que estremece a qualquer leve toque o que pareça entender com o culto, que professa; um povo que não hesita em atribuir quaisquer excessos, que observou mesmo na ordem política, à ímpia licenciosidade do tempo; um povo finalmente que se escandalizou no mais íntimo da sua consciência de um catecismo incorreto que circulou no verão passado, este povo sem dúvida não saberá conciliar com a conservação do culto antiquíssimo que professa com a liberdade que se lhe pretende dar. (Joaquim Pereira Anes de Carvalho, Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa, ata de 1821-2-14, diário número 15, p.89)

Esta desconfiança sobre a instrução geral não era maior do que a que pairava sobre a instrução das matérias eclesiásticas nem os membros do clero eram de maior confiança do que os do povo. No clero, dizia o deputado, reinava a ignorância, o erro e a superstição, tornando-se necessário o crivo da censura para que os *disparates* de textos com origem nos religiosos fossem expurgados e não originassem mais infelicidade ao povo. Exemplo daquela desconfiança foi a reação do deputado João Maria Soares Castelo Branco a um requerimento da priora do Convento de Corpus Christi (ou de São Domingos das Donas), no Porto, para estabelecer um colégio de educação feminino dentro do convento: “Nós estamos num governo constitucional (...); por consequência os princípios da educação da mocidade devem ser muito diferentes daqui para diante e

seguros esteios (Francisco Soares Franco, Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa, ata de 1821-2-23, diário número 21, p.149)

todos veem o perigo que há de cometer a educação da mocidade a conventos de Regulares”⁶⁰.

UMA ESCRITA CONTROLADA

As bases da *Constituição*⁶¹ previram a formação de um plano uniforme e regular de educação e instrução públicas, comuns a todos os cidadãos. Previram, igualmente, a criação de estabelecimentos para sustentar os soldados inválidos e manter ocupados os mendigos. Estas questões, a ocupação dos mendigos e a instrução, andavam de tal forma de mão dada que o deputado Francisco Soares Franco disse que a instituição de escolas de primeiras letras em todas as freguesias do reino devia ser destacada da questão dos objetos de caridade⁶². No entanto, a votação parlamentar decidiu concentrar num só artigo o desejo de que as Cortes pugnariam pela criação de estabelecimentos de caridade e de instrução pública e na primeira *Constituição* (1822) os assuntos relativos aos estabelecimentos da caridade e da instrução apareceram no mesmo capítulo. Determinava-se então, em três artigos, que se criaria uma regulamentação nova para os estabelecimentos de instrução já em funcionamento; que se criariam outros para a aprendizagem das artes e das ciências; que os jovens de ambos os sexos deveriam saber ler, escrever e contar, bem como ser ilustrados sobre o catecismo; e que qualquer pessoa poderia livremente “abrir aulas para o ensino público”.

A liberdade assim concedida estava de comum acordo com os princípios da existência de um Congresso representativo que devia discutir publicamente e deliberar os assuntos de “utilidade geral”, assumindo-se a necessidade de assegurar o direito à palavra e à sua divulgação impressa – “a escrita é o pensamento publicado em papel” – sem outros constrangimentos que não os do sossego e da ordem da sociedade e desde que não constituíssem injúria aos cidadãos em tudo o que não fosse a sua vida pública. Se a instrução das primeiras letras – e a instrução avançada – significava, entre outras

⁶⁰ Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa, ata de 1821-7-2, diário número 116, p.1409.

Regulares eram as corporações que viviam em comunidade religiosa, tendo feito votos. “Designados por evidente pleonismo etimológico (originariamente, o Cónego é precisamente o clérigo que assume, em comunidade, a prática de uma *Regula* ou *Canon*), são clérigos que vivem, de facto, em comunidade monástica, professando os votos religiosos e sujeitos a uma Regra” (Franco, 2010: 675)

⁶¹ Os deputados decretaram os princípios por que se haveria de reger a futura *Constituição* na sessão parlamentar de 9 de março de 1821

⁶² Francisco Soares Franco, Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa, ata de 1821-2-28, diário número 24, p. 182

competências, a aquisição da capacidade de escrever, a escrita, tornada pública, deveria observar os seguintes constrangimentos: não poderia denegrir a religião católica; não poderia ser contrária às doutrinas do governo constitucional ou incitar à rebelião; não poderia incitar à desobediência das leis e instituições vigentes; não poderia incitar “vassalos de outras nações” a rebelarem-se contra os seus monarcas; e não poderia manifestar-se publicando escritos contrários aos bons costumes, que injuriassem corporações ou que visassem pessoas na sua conduta privada. A escrita que resultasse numa ofensa aos pontos referidos era classificada em função das ofensas praticadas: seria subversiva; sediciosa; incitadora à desobediência; ofensiva da moral; ou propagadora de libelos infamatórios.

Eram subversivos os escritos que publicassem doutrinas que quisessem destruir a religião católica; eram sediciosos os escritos que se destinassem a denegrir o governo constitucional, que incitassem os povos à revolta ou que perturbassem o sossego público; eram incitadores à desobediência os escritos que fossem contrários às leis ou autoridades constituídas; eram ofensivos da moral os escritos obscenos ou contrários aos bons costumes; eram qualificados como libelos infamatórios os escritos que atacassem a reputação de particulares no domínio da sua vida privada. Os escritos subversivos, sediciosos e incitadores à desobediência eram graduados em primeiro e segundo graus, conforme fossem mais ou menos subversivos, mais ou menos sediciosos ou incitassem mais ou menos à desobediência. A compreensão quer dos graus quer das categorias referidas obrigava a um discernimento ainda mais fino, pois era preciso perceber se um escrito era mais sedicioso do que subversivo ou mais subversivo do que incitador à desobediência. Os abusos que pudessem ser cometidos eram tipificados por três formas: em primeiro lugar, em função dos valores que fossem atacados, como acabei de assinalar; em segundo lugar, de acordo com a forma que os escritos viessem a tomar; em terceiro lugar, de acordo com a intensificação ou excitação dos sentimentos visados pelos escritos.

Quanto à forma dos escritos, previa-se uma configuração de formas breves e de formas longas já que se falava em máximas e em doutrinas. As máximas eram preceitos ou sentenças que desenhavam os fundamentos de algum assunto; as doutrinas, discursos suficientemente sedimentados, para regular costumes ou servir de ensino, que se baseassem em documentação anteriormente produzida. Quanto aos sentimentos que os escritos não podiam provocar assinalavam-se a rebelião e a desobediência, sendo que a sua natureza não podia ser provocadora nem injuriosa nem obscurantista. Estes pontos

referiam-se ao preâmbulo e ao projeto de lei sobre a liberdade de imprensa, apresentados ao Congresso em 5 de Fevereiro de 1821. O projeto de lei pretendia limitar ou parecia limitar as possibilidades de escrita mas a evocação dos crimes puníveis aumentava desde logo essas possibilidades de escrita dado o carácter imaginativo do projeto. Ao balizar os limites da liberdade de expressão em ordem à impressão das coisas possíveis, os deputados só superficialmente falavam da liberdade como se fosse um campo de possibilidades finitas pois a imaginação posta a trabalhar ao definir essas possibilidades excluía igualmente tudo o que não estivesse dentro delas, tudo o que lhe fosse externo de uma forma desconhecida, tudo o que não fosse nomeado, não dito, não pensável à hora de publicar. Seria como “prevenirmos um crime que está ainda na massa dos impossíveis”, como disse o deputado João Maria Soares Castelo Branco referindo-se à hipótese de constranger as liberdades de ensinar e de publicar⁶³. Os constrangimentos assinalados eram outras tantas possibilidades imaginadas de usar as capacidades de ler e escrever, que os deputados queriam disseminar autorizando a abertura de aulas públicas. Parece claro que o projeto de lei da liberdade de imprensa, que não autorizava censura prévia (situação que se manteve no texto final da lei), configuraria um ponto de chegada sobre o bom uso das leis de instrução.

A lei de imprensa tornava-se relevante por esse facto e também para compreender de que forma os deputados, nomeando-se liberais na concessão da palavra publicada, chamavam a si a atenção para a importância da palavra escrita. A escrita – e a sua instrução – eram um assunto do Parlamento. À necessidade de qualificar a escrita como subversiva; sediciosa; incitadora à desobediência; ofensiva da moral; ou propagadora de libelos infamatórios correspondia um desenvolvido enquadramento penal que deixava claro que os ataques à religião católica, ao governo constitucional e aos poderes constituídos eram considerados os crimes mais graves. No preâmbulo sobre o projeto de lei sobre a liberdade de imprensa estava escrito que um atributo inteiramente livre da espécie humana – a “faculdade de pensar”⁶⁴ era entendida como uma fortaleza em que a coação e a violência não lograriam entrar; mas se estas poderiam não ceder perante a fortaleza do pensamento, o mesmo poderia não suceder às “paixões e interesses”, quando tocassem aos homens pensar no bem comum. Nessa medida – na medida em que o bem comum poderia ser interferido pelas paixões e pelos interesses – o homem mais

⁶³ João Maria Soares Castelo Branco, Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa, ata de 1822-3-29, diário número 47, p.664

⁶⁴ “A faculdade de pensar é o atributo próprio da espécie humana e inteiramente livre” (Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa, ata de 1821-2-5, diário número 7, p. 40)

justo tenderia “naturalmente para o despotismo”, pois o homem mais justo desejaria bater-se pelas ideias que julgasse as melhores e contrariar essas ideias iria parecer-lhe sempre contrariar o bem comum. E se nem o homem mais justo estaria a salvo de a razão ser turvada por paixões e interesses, as decisões sobre o bem comum deveriam observar um certo “segredo” e um certo “mistério” enquanto estivessem a ser desenvolvidas. Como parece claro, o deputado Francisco Soares Franco falava dos membros das Cortes como os indivíduos aptos a pensar no bem comum – e de todos os outros como seus legítimos destinatários – e defendia a necessidade de uma dose de secretismo nas tomadas de decisão. De contrário, os decisores poderiam muito bem perder a sua reputação e até a estima dos concidadãos. Tal como se deveria respeitar a vida privada dos cidadãos, também se deveriam respeitar os procedimentos que os legisladores tomassem até a razão prevalecer sobre os interesses pessoais e sobre as paixões mesquinhas.

UMA CLASSE PARA INSTRUIR, OUTRA PARA SER INSTRUÍDA

O preâmbulo da primeira lei de imprensa apresentada às Cortes Constituintes (Figura 1) era uma luta entre uma razão que tendia para o despotismo, interferida pelas paixões e interesses que a afetavam. Mais notavelmente o preâmbulo do projeto da lei de imprensa era visto a partir da salvaguarda dos legisladores e do seu trabalho e poderia ver-se nele uma subordinação de todo o pensamento publicado ou a publicar aos ditames das Cortes, como se pudesse imaginar-se que o assunto da mais poderosa disrupção da palavra – palavra que era tanto o “princípio de toda a nossa ciência”⁶⁵ quanto o “instrumento com que se promove a intriga, a traição e todos os crimes”⁶⁶ – pudesse ser sobre os poderes constituintes, por um lado, porque simultaneamente se encarava a imprensa como um utensílio vantajoso para dar conta da ação dos trabalhos das Cortes, e sobre todos os poderes constituídos, por outro. Numa desembaraçada dissertação sobre as classes que um observador podia encontrar numa sociedade em qualquer tempo e sob todas as formas de governo, o deputado João Maria Soares Castelo Branco dividiu a organização social quanto à instrução. “É uma verdade eterna e vem a ser que todas as nações congregadas em sociedade se dividem em duas

⁶⁵ Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa, ata de 1821-2-5, diário número 7, p.40

⁶⁶ *Ibidem*

principais classes”. A primeira era a classe que instruía, a outra a que era instruída. A primeira classe, a que instruía, dispunha de um valor que poderia conceder-se para se instruir, o vagar; a outra, a classe que recebia a instrução, não. Parecia claro que nem todos os membros de uma sociedade se podiam “habilitar para a perfeição” porque sempre tinha sido necessário que uma classe se ocupasse dos “trabalhos que não são próprios para a instrução”. Se era um facto que a sociedade se dividia nessas duas classes, a instruída e a por instruir, poderia concluir-se que não era da “ilustração da massa total da nação”, não era “da cultura dos talentos e de todos os membros de uma sociedade” que se alcançavam os progressos da indústria e a felicidade geral dos povos se operava. Muito pelo contrário: o progresso e a felicidade provinham do resultado da configuração desse tempo em que, sem ocupação precisa e sem dedicação às indústrias, a liberdade de instrução da classe instrutora se consumava. Iguais por natureza à nascença, os homens em sociedade desfrutavam de muitas causas de desigualdade, sendo certamente a ausência de instrução uma delas e sendo certo que a falta de instrução não favorecia o progresso das indústrias. Apesar de a falta de instrução favorecer o despotismo, não era necessariamente do saber ler e escrever que vinha o progresso das indústrias, dizia o deputado. Na afirmação mais importante desse discurso, o deputado afirmou que tinha sido sempre pela classe instrutora que os déspotas tinham afirmado o seu poder: “Os déspotas quando firmam o seu trono é por esta classe [instrutora]; pouco lhes importa o povo rude”. Nada favorecia tanto o despotismo quanto a falta de instrução da classe instrutora. Era necessário que a classe instrutora se instrísse convenientemente para, com os seus “exemplos” e as suas “palestras”, a classe não instruída pudesse conhecê-los. Não havia, por consequência, não poderia haver, uma causalidade entre a falta de instrução e o abatimento da nação. No preâmbulo do projeto de lei sobre a liberdade de imprensa, o homem mais justo, pensando no bem comum, tenderia “naturalmente para o despotismo”.

Segundo o deputado João Maria Soares Castelo Branco, as classes instruídas alimentavam diretamente o despotismo pelo que, sob uma cautelosa vigilância, os deputados trabalhavam para que os membros da sociedade a quem queriam proporcionar o ler, escrever e contar, se não tornassem nos novos membros dessa autocracia e para que não se abatesse sobre os poderes constituídos a oposição ao progresso constitucional, situação que o deputado identificava já como perniciosa: “Agora mesmo quando na divisão de partidos uma multidão de malvados se serve da

liberdade da imprensa para obstar ao progresso constitucional, poderia alguém dizer em tese geral que queria que todos os cidadãos soubessem ler e escrever?”⁶⁷.

Aquela vigilância teorizava, por consequência, demoradamente sobre os delitos por acontecer. No mais grave delito contra o Estado – abuso da liberdade de imprensa em primeiro grau - o juiz de direito⁶⁸ mandaria prender “o réu” se três testemunhas afixassem que ele era o autor do delito, ficando claro não só que a denúncia tinha uma importância fundamental como era ordenadora da máquina, pois não seria possível prever que alguma vez a lei funcionasse se os espíritos não se excitassem com a delação; seria imediato o “sequestro” de todos os impressos denunciados, estivessem onde estivessem: na mão do autor, do impressor, do vendedor ou do distribuidor; e seria imediata a eleição do primeiro coletivo de juízes de facto – o primeiro dos grupos destes juízes que a lei previa poderem formar-se no processo, que constituíam um júri de pessoas eleitas de entre os cidadãos no gozo das seguintes prerrogativas: “cidadãos em exercício de seus direitos, de idade de 25 anos pelo menos, residentes no distrito e dotados de conhecida probidade, inteligência e boa fama”⁶⁹.

Havia um sorteio para determinar os nove jurados que constituíam esse júri de juízes de facto que iriam reunir-se à porta fechada logo que possível, para examinar o impresso objeto de denúncia e demais papelada relevante que instrísse o processo depois de lhes ter sido dado conhecimento claro e exato dos motivos para se formar a acusação mas era um sorteio suficientemente condicionado para acolher apenas os cidadãos probos. A faculdade de pensar podia ser um atributo inteiramente livre porque a faculdade de escrever o pensamento habitava um encerramento inteiramente idêntico pelo menos nas suas possibilidades legais. O preâmbulo sobre a imprensa e a sua liberdade era sobre todos os escritos que pudessem pôr em causa os poderes em vigor. O projeto de lei era um tratado de 88 artigos sobre regras de obediência. Daí talvez que apresentasse uma tão desenvolvida caracterização de delitos e um tão desenvolvido sistema de penas, muito mais desenvolvidos do que as considerações relativas à própria escrita que poderia enquadrar esses delitos. Que a lei da imprensa era construída em torno da proteção do funcionamento das Cortes e dos delitos que pudessem ser cometidos contra o poder legislativo ficou claro com o texto final de aprovação da lei, em que as

⁶⁷ João Maria Soares Castelo Branco, Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa, ata de 1822-4-17, diário número 59. Todas as citações são retiradas das pp.837-838

⁶⁸ Juiz de direito era o magistrado encarregado de julgar. Juízes de facto eram cidadãos que integravam um júri

⁶⁹ Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa, ata de 1821-7-4, diário número 118, p.1437

detenções mais longas e as penas pecuniárias mais pesadas se destinavam aos crimes da liberdade de imprensa contra o Estado. Enquanto o mais grave delito contra a religião católica era punido com um ano de prisão e 50 mil réis, o mais grave delito contra o Estado dava direito a cinco anos de prisão e 600 mil réis⁷⁰.

⁷⁰ “Quem abusar da liberdade da imprensa contra o Estado em primeiro grau será condenado em cinco anos de prisão e seiscentos mil réis em dinheiro: no segundo, em três anos de prisão e quatrocentos mil réis: no terceiro, em um ano de prisão e duzentos mil réis: no quarto, em três meses de prisão e cem mil réis: e sempre, que se verificar abuso em algum dos dois primeiros graus acrescerá às penas estabelecidas a do perdimento dos cargos públicos que o delinquente ocupar; e sendo eclesiástico, a inibição do exercício dos seus ofícios e a privação dos réditos dos seus benefícios no primeiro grau perpetuamente e no segundo por seis anos.” (Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa, ata de 1821-7-4, diário número 118, p.1437)

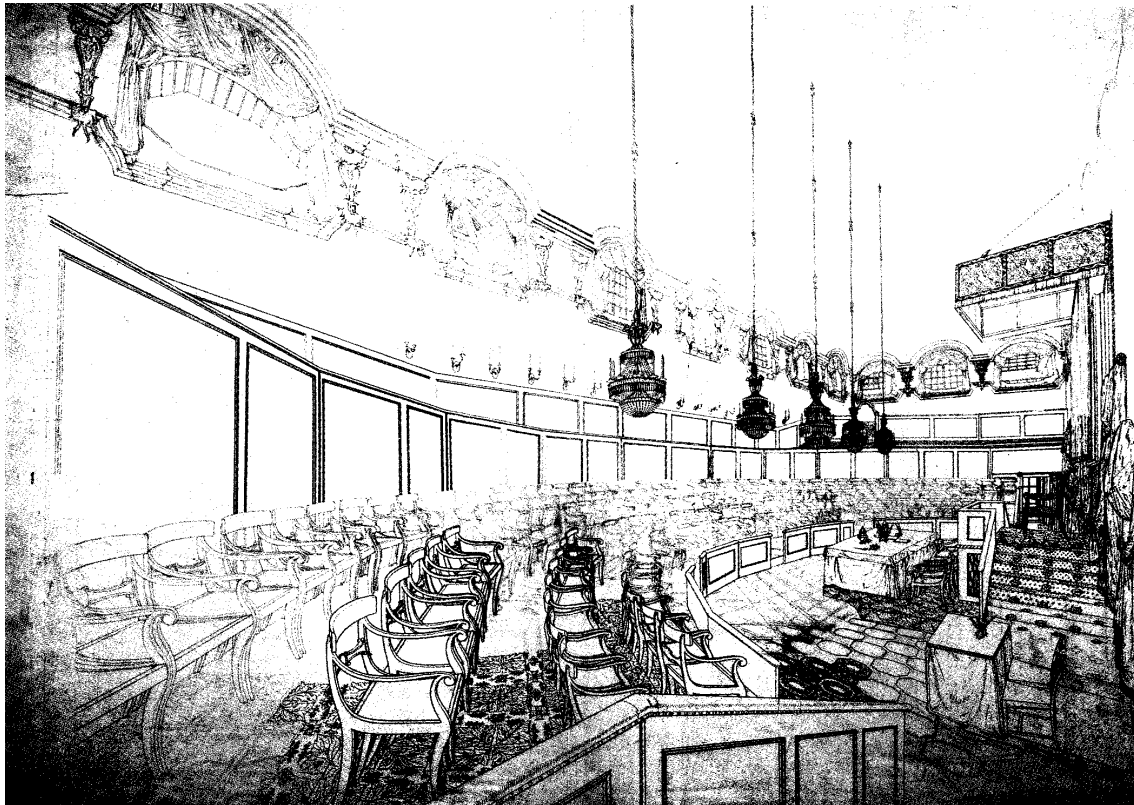


Figura 1. Sala das Cortes Constituintes. Os revolucionários de 1820 escolheram para primeira morada do Parlamento (o Soberano Congresso) a sala da Livraria do Convento das Necessidades (1821 a 1823, onde decorreram as Cortes Gerais, Extraordinárias e Constituintes). O lugar foi adaptado pelo arquiteto Joaquim Marques, tendo sido decorado por Domingos António de Sequeira (autor do desenho aqui reproduzido). O pintor trabalhou numa disposição das cadeiras em anfiteatro pensando na acústica do lugar mas os taquígrafos não tiveram uma vida fácil. Na sequência do golpe *Vilafrancada* (1823), o Parlamento foi encerrado e só iria reabrir em 1826, já com o sistema bicameral em funcionamento, após a criação da Câmara dos Pares, instituída pela Carta Constitucional de 1826. O problema de localização dos representantes da nação, agora com duas câmaras, foi resolvido com a designação do Palácio da Regência, no Rossio, para a Câmara dos Pares e da Casa da Suplicação, no Terreiro do Paço, para a Câmara dos Senhores Deputados. Seguiu-se nova interrupção do funcionamento regular das Cortes devida à aclamação de D. Miguel e à guerra civil. Os parlamentares chegaram a pensar instalar-se no Mosteiro de São Vicente de Fora (em 1833) mas a ideia fracassou por falta de espaço para instalar as duas câmaras. Indicou-se, então, o Convento de São Bento da Saúde para instalar as Cortes. A sala para a Câmara dos Deputados foi rasgada de novo, na zona do antigo claustro do antigo mosteiro beneditino, e à Câmara dos Pares foi atribuída a Sala do Capítulo e a antiga Livraria, no decorrer de obras conduzidas pelo arquiteto Joaquim Possidónio Narciso da Silva, depois de os primeiros responsáveis pelos trabalhos terem sido afastados por, alegadamente, estarem a demorar muito tempo e a primeira sessão estar já marcada para 15 de agosto de 1834. Sobre este assunto consulte-se Paulo Jorge Fernandes, *O Parlamento: espaço e iconografia* In Catroga, Fernando; Almeida, Pedro Tavares de (Ed. Lit.) *Res publica: cidadania e representação política em Portugal, 1820-1926* (pp.156-177). Lisboa: Biblioteca Nacional/Assembleia da República, 2010

(Fonte: Desenho de Domingos António de Sequeira (atrib.) da sala das Cortes Constituintes no Convento das Necessidades em 1820/Museu Nacional de Arte Antiga)

CONSTITUIÇÃO DA MÁQUINA DENUNCIANTE

Regresso ao projeto de lei para enfatizar a quantidade de atores envolvida no objeto de uma denúncia. Antes de entrarem em ação o juiz de direito e um primeiro júri de cidadãos, era mobilizado o procurador da câmara municipal ou o procurador do senado da câmara municipal – o “fiscal do público” ao qual membros do governo, chefes de província ou o presidente da câmara recorreriam com as suas ‘insinuações’, ou seja, com as suas comunicações ou indicações de algo de que suspeitassem. Era mobilizado o presidente da câmara da capital de província,⁷¹ representante do poder local que fazia orbitar sobre si um conjunto de atores; recebia as denúncias e convocava o júri e, trabalhando com o procurador e o escrivão, mandaria tirar à sorte nove nomes para constituição do júri. Era mobilizado este primeiro júri, que reunia para analisar a denúncia e o impresso objeto da denúncia, para decidir se a queixa teria fundamento.

Se a queixa fosse procedente, era mobilizado um juiz de primeira instância, que devia imediatamente tomar providências para suspender a disseminação dos exemplares em causa e, caso se tratasse de um impresso subversivo, sedicioso ou incitador à desobediência em primeiro grau, devia mandar prender os responsáveis; o juiz limitar-se-ia a fixar uma caução ou a exigir um fiador se estivessem em causa abusos menos graves do que os referidos. Antes de começar-se “o juízo de qualquer escrito”, o presidente da câmara deveria remeter ao juiz de primeira instância uma lista certificada de 12 jurados, tirados à sorte de entre os nomes que tinham sido incluídos no primeiro sorteio, o dos nove jurados. Era, portanto, mobilizado, um segundo júri, cujo papel era não já decidir da procedência da queixa mas “qualificar o impresso”. Ao mesmo tempo, o juiz oficiava a defesa e enviava-lhe cópia da lista dos 12 jurados a fim de que a defesa pudesse, no prazo de 21 horas, “sem expressar a causa da sua recusação” e se assim o entendesse, recusar sete desses 12 nomes. Uma hipotética recusa de alguns desses nomes obrigava o juiz a officiar o presidente da câmara para que, pela terceira vez, procedesse a um sorteio do número de nomes que tivessem sido recusados – e depois desse terceiro sorteio, os nomes substitutos poderiam ainda ser recusados uma vez mais. Já sem hipótese de recusar os nomes do júri, o juiz convocava o júri, o acusador e a defesa para uma sessão de porta aberta, à semelhança aliás dos sorteios de jurados,

⁷¹ A publicação da lei sobre a liberdade da imprensa, a 4 de julho de 1821, listava as províncias do Minho, Trás-os-Montes, Beira, Estremadura, Alentejo, Algarve; e ainda Açores, Madeira e Cabo Verde. Eram aí nomeadas 30 comarcas; nos Açores, Madeira e Cabo Verde, as comarcas agregavam várias ilhas

dando a ideia de que o aparato do poder ora tinha necessidade de se mostrar publicamente ora de se enclausurar em alguma sala para tomar decisões secretas.

Quando houvessem sido trocados os argumentos entre defesa e acusação, o juiz faria um resumo para que os jurados pudessem, em seguida, reunir-se numa casa para conferenciar e qualificar “o impresso na conformidade do que se acha prescrito” em função do abuso praticado, sendo necessários oito votos para que um impresso fosse considerado abusador da lei de imprensa. Se os jurados tivessem qualificado o impresso como “subversivo ou sedicioso, em qualquer dos dois graus ou incitador à desobediência das leis em primeiro grau” e se parecesse ao juiz uma qualificação errônea, faria remeter ao presidente da câmara um ofício para que sortearse outro júri. Era mobilizado um quarto júri com 12 elementos, de entre as pessoas que não tinham tido intervenção nem na decisão de considerar a acusação procedente nem na primeira qualificação do impresso. Se oito ou mais elementos concordassem na qualificação anterior, o juiz de primeira instância pronunciava finalmente a sentença.

Eram mobilizados ainda sete deputados que constituíam a Junta de Proteção da Liberdade de Imprensa – que dispunha de um secretário, de um escriturário e de um porteiro – a qual devia informar as Cortes sobre os casos ocorridos e sobre as dificuldades de observação da lei de imprensa, fazer em cada legislatura um ponto de situação sobre liberdade de imprensa, providenciar a publicação das sentenças ou examinar os casos findos e pendentes. Pode dizer-se que eram mobilizados, genericamente, membros do governo, chefes políticos das províncias, presidentes de câmara ou procuradores – qualquer um podia ser ‘insinuador’; eram mobilizados, especificamente, o procurador da câmara ou do senado (os ‘fiscais do público’) da capital da província, e o procurador; grupos de jurados (havia a possibilidade de serem feitos quatro sorteios, como relatei); juízes de primeira instância e escrivães dos juízos; da relação, quando os processos fossem suscetíveis de apelo⁷²; e uma Junta de Proteção de Liberdade de Imprensa. Sem contar com outro pessoal afeto ao funcionamento dos tribunais, nem com os denunciadores, nem com os denunciados, uma única denúncia considerada no projeto de lei envolveria logo à partida mais de 50 pessoas numa máquina de avaliação dos escritos antes ainda de estes terem sido impressos ou sequer imaginados. Não haveria lugar ao espalhamento nem à confusão dos escritos,

⁷² “Quando o juiz da primeira instância não tenha imposto a pena designada nesta lei, poderá apelar qualquer das partes para a Relação do distrito e o juiz lhe admitirá a apelação em ambos os efeitos.” (Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa, ata de 1821-2-5, diário número 7, p.44)

capturados na malha de uma definição criminal aparentemente estrita como centro irradiador de ideias *a priori* qualificadas mesmo antes de aparecerem e de constituírem ameaça. A atenção ao escrito circunscrevia o escrito (definindo as modalidades deste que se podiam antever) e potencialmente dava azo a uma imaginação transbordante. O projeto de lei era claro quer quanto à universalidade do direito de publicar (“Todo o português tem direito de publicar os seus pensamentos sem necessidade de censura prévia”) quer quanto ao direito de denunciar os escritos que abusassem da liberdade de imprensa nos dois casos mais graves (“os delitos de subversão e sedição produzirão ação popular e qualquer português terá o direito de denunciar à autoridade competente os impressos que julgue subversivos ou sediciosos”).

O texto final da lei da liberdade da imprensa apresentado às Cortes a 4 de julho de 1821 fixou quatro modos de abuso em que os escritos poderiam incorrer: contra a religião católica romana, se fosse negada a verdade dos dogmas definidos pela Igreja ou quando se defendessem dogmas falsos ou ainda quando se zombasse de Deus, dos santos ou do culto; contra o Estado, quando se procurasse incitar à rebelião, à desobediência às leis, às autoridades ou ao governo, designadamente infamando o Congresso; contra os bons costumes, publicando-se textos contra a moral cristã ou textos e imagens obscenos; contra os particulares, acusando-os de crimes ou de vícios e defeitos que pudessem levar ao ódio do público. A Junta de Proteção da Liberdade de Imprensa passava a chamar-se Tribunal Especial de Proteção da Liberdade da Imprensa, composto agora por “cinco membros nomeados pelas Cortes”, e não sete como no projeto de lei, não se referindo explicitamente se seriam deputados, como acontecia no projeto de lei. A qualificação dos delitos estava a cargo de dois conselhos de juizes de facto por cada distrito existente, um de nove pessoas, outro de 12, sorteados de entre os “cidadãos em exercício dos seus direitos (...) dotados de conhecida probidade, inteligência e boa fama”, com pelo menos 25 anos de idade. Um juiz de direito presidia ao desenrolar do processo e previa-se a figura do promotor público, a quem competia a acusação de abuso de liberdade da imprensa por parte do público.

PROCLAMAÇÃO DE 1820

A conformação dos escritos a publicar de acordo com tais obediências e com a presença da máquina judicial era certamente uma resposta dos deputados constituintes aos

anseios revolucionários de liberdade, que pouco mais de um ano antes, na proclamação dos representantes do governo interino⁷³ de 24 de agosto de 1820 aos portugueses, tinha desdenhado a situação anterior, com a qual era necessário romper: “Uma administração inconsiderada, cheia de erros e de vícios, havia acarretado sobre nós toda a casta de males, violando nossos foros e direitos, quebrando nossas fraquezas e liberdades e profanando até esses louváveis costumes que nos caracterizaram sempre, desde o estabelecimento da monarquia, e que eram porventura o mais seguro penhor de nossas virtudes sociais.”

A proclamação falava dos “homens ambiciosos que ocupavam os primeiros lugares da nação” como um grupo de oportunistas, criminosos e ignorantes que apenas desejava manter as duas mãos na riqueza e que tinha visto desaparecer, à sua mercê, o comércio e a indústria e deixado apodrecer a marinha, quando esta tinha navegado na glória de cruzar os mundos ocidental e oriental. Órfãos do passado recente, os revolucionários de Oitocentos pretendiam-se descendentes dos homens dos “séculos venturosos”, quando “Portugal tinha um governo representativo nas Cortes das nações” e os homens “obedeciam às leis que aproveitavam a todos, porque a todos obrigavam.” Quando Portugal fez tremer a África, conquistou a Índia e assombrou o mundo conhecido, como referia a proclamação, uma forma de igualização mítica em torno da religião, do trono e da pátria tinha adquirido a “mais sólida grandeza porque a constituição do Estado “sustentava em perfeito equilíbrio e consertada harmonia os direitos do soberano e dos vassalos, fazendo da nação e de seu chefe uma só família em que todos trabalhavam para a felicidade geral.” Ao assumir tal brilhante descendência, a mudança revolucionária (“Nenhuma lei ou instituição humana é feita para durar sempre”) sustentava permanências que os próprios liberais assumiram, ainda não estava estabelecido o novo poder: “A mudança que fazemos não ataca as partes estáveis da monarquia. (...) As mesmas ordens, os mesmos lugares, os mesmos ofícios, o sacerdócio, a magistratura, todos serão respeitados no livre exercício da autoridade que se acha depositada nas suas mãos.” Estava em curso uma nova forma de governo que observava “religiosamente” as leis do reino, estreitava a ligação à família real,

⁷³ Proclamação denominada “A Junta Provisional do Governo Supremo do Reino aos portugueses”. A Junta Provisória do Governo Supremo do Reino tinha um representante do clero, um representante da nobreza, um representante da magistratura, um representante da universidade, um representante do comércio e representantes das províncias do Minho, Beira e Trás-os-Montes. Veio a cindir-se em duas seções: uma, que manteve aquele nome, encarregada dos assuntos da administração pública; outra, a Junta Provisional Preparatória das Cortes, que deveria ocupar-se da convocação das Cortes logo que possível

sustentada pela atenção à religião e à melhoria dos costumes “fruto também de uma iluminada instrução pública, até hoje por desgraça abandonada”.

CONSIDERAÇÕES SOBRE A MEGALOMANIA CONSTRUTIVA

O plano dos deputados constituintes para a reforma das corporações religiosas regulares⁷⁴, apresentado na assembleia pela Comissão Eclesiástica da Reforma, tinha pontos de apoio nas questões da liberdade, ligada ao cadastro rústico do reino; da instrução; dos “preciosos edifícios” que, secularizando-se os seus ocupantes, ficariam vagos – a discussão sobre o trânsito de religiosos entre Lisboa e Maфра trazia esse problema agregado; e ainda no destino a dar aos objetos de mosteiros, conventos e hospícios que o governo esperava extinguir. Quanto à liberdade, os deputados viam na secularização uma oportunidade de os religiosos reponderarem um modo de vida e até a vocação, entendendo que havia um número “desproporcionado” de religiosos para a população existente; observavam, contudo, que, a existir um êxodo em direção à vida civil, ele teria de ser moderado sob pena de vagarem enormes propriedades e terras ficarem por agricultar, que não seriam compradas ou sequer administradas sem uma perda do seu valor venal. Quanto à instrução, mosteiros e conventos suprimidos integrariam as necessidades do Estado para criar estabelecimentos de instrução e de caridade, entre outros serviços estatais⁷⁵. Na sessão parlamentar seguinte à apresentação do plano de reforma das corporações regulares, dois deputados da Comissão Eclesiástica da Reforma que se diziam em dissonância com os restantes membros em muitos pontos desse plano, apresentaram um parecer, na verdade um outro projeto de reforma das corporações regulares. Chamavam a atenção para a necessidade de os conventos dotados de meios próprios de subsistência servirem para a instrução dos povos, evocando de certo modo a questão levantada pelo deputado João Maria Soares Castelo Branco. Os dois parlamentares, José Vaz Correia de Seabra da Silva Pereira e Luís da Cunha de Abreu e Melo, bispo de Beja, defendiam que se deveria regular as

⁷⁴ Alguns deputados definiram liminarmente o objetivo da reforma: “Transfere-se a favor da Fazenda o que até aqui estava em poder dos frades.” (Francisco Xavier Monteiro, Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa, ata de 1822-8-28, diário número 22, p.266). Ou Serpa Machado: “Senhor presidente, o fim deste projeto é aproveitar alguma coisa das rendas dos regulares a benefício do Estado e com os mendicantes não temos nada.” (Manuel de Serpa Machado, *ibidem*, p.268)

⁷⁵ “Pertence ao prudente arbítrio do governo dispor dos mosteiros, conventos e hospícios suprimidos para os diversos objetos do serviço do Estado, estabelecimentos de instrução e caridade pública” (Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa, ata de 1822-2-7, diário número 8, p.108)

cadeiras que cada um desses estabelecimentos religiosos seria obrigado a ter, fossem de língua latina, ciências preparatórias ou ciências eclesiásticas, línguas orientais, agricultura e outros ramos das ciências naturais, a que se teria acesso gratuito. E que, em face das graves carências do reino, era necessário decidir que conventos sob a direção de religiosos seriam destinados à educação e quais deveriam albergar seminários⁷⁶.

Mas o artigo sobre a regulação das cadeiras referidas nos estabelecimentos religiosos e a ideia de utilidade pública que acompanhava a sua redação viriam a ser retirados por um dos autores do projeto alternativo de reforma, José Vaz Correia de Seabra da Silva Pereira, mesmo antes de a discussão se iniciar entre os parlamentares. Todo o teor do projeto de decreto de reforma das corporações regulares, e do preâmbulo que o acompanhava, mesmo destinado somente ao território de Portugal continental, e não a todo o Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves⁷⁷, pressupunha a submissão dos religiosos ao poder das Cortes e do rei, através da supressão drástica do número de conventos, mosteiros e hospícios geridos por autoridades religiosas, de ambos os sexos, com uma prefixação do número de estabelecimentos que deviam permanecer – criando, para o efeito, uma divisão entre corporações com património e corporações mendicantes, isto é, corporações que viviam da caridade e não tinham meios de sustentar-se⁷⁸; da prestação anual de contas de mosteiros e conventos às autoridades fiscais civis; da submissão da eleição de futuros superiores eclesiásticos à confirmação régia; da arrecadação, pelo Estado, do produto da venda futura de edifícios e de bens móveis e dos rendimentos de religiosos que fossem morrendo ou se secularizassem; da determinação de que não seria possível haver mais do que uma casa religiosa da mesma ordem em cada cidade, vila ou distrito; e de que, em circunstâncias idênticas, “seriam conservados os conventos das aldeias e dos campos” por oposição aos estabelecimentos citadinos; da proibição da entrada de novos membros em corporações regulares de ambos os sexos bem como da fundação de novos mosteiros, conventos e hospícios; da secularização do colégio das ordens dos militares de São Bento de Avis e de Santiago da Espada, em Coimbra; e da extinção das figuras de autoridade eclesiásticas mais

⁷⁶ Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa, ata de 1822-2-8, diário número 9, p.129

⁷⁷ O projeto de decreto aplicava-se ao reino de Portugal e Algarve. O decreto aplicava-se ao reino de Portugal, Algarve e ilhas adjacentes, visto que não havia informação suficiente para o demais território da monarquia portuguesa

⁷⁸ A prefixação do número de estabelecimentos religiosos respeitava apenas àqueles que tinham património. Por maioria de razão, os estabelecimentos que viviam essencialmente da caridade dos fiéis seriam obrigatoriamente reduzidos

importantes existentes nas corporações religiosas, sendo que estas seriam reduzidas ao mínimo número possível, de acordo com os meios de subsistência existentes.

Apesar de toda a presunção de submissão do poder religioso, o poder legislativo abria uma exceção para a continuidade de conventos com um número mínimo de religiosos: seriam permitidos se neles estivessem instalados bibliotecas, museus e escolas públicas, o que denotava uma preocupação pelas formas como a instrução poderia propagar-se⁷⁹. Quanto aos objetos de uso pessoal em mosteiros, conventos e hospícios, o governo determinava a sua transferência em conjunto com os religiosos, dos estabelecimentos suprimidos, para outras casas religiosas; se fossem objetos de uso comum, caberia às autoridades destas casas religiosas receptoras de religiosos definir se deveriam igualmente receber esses objetos; se fossem utensílios litúrgicos, o governo deixava ao arbítrio dos superiores religiosos a decisão de como distribuí-los pelas paróquias mais pobres; mas se fossem “móveis de ouro e prata” que não fossem sagrados seriam arrecadados pelo tesouro assim como “livrarias, quadros, medalhas e mais objetos de literatura e belas-artes”, que deveriam servir para criar bibliotecas, museus e academias. No texto final do decreto desapareceu a menção aos museus e às academias, assinalando-se que os objetos recolhidos seriam aplicados apenas na criação de bibliotecas ou no aumento das existentes⁸⁰. Todos os bens móveis que restassem de entre esses objetos pessoais, objetos religiosos e objetos de valor não religiosos seriam vendidos. Quanto aos “preciosos edifícios” nenhuma situação de abandono parecia considerar-se viável pelos poderes constituintes na apresentação do plano para a reforma das corporações regulares, apesar da supressão de muitos mosteiros, conventos ou casas ocupados por religiosos. Contudo, essa era uma das hipóteses colocada em relação ao monumento de Mafra.

O deputado Alexandre Tomás de Morais Sarmiento defendeu que a mudança dos religiosos sedeados em São Vicente de Fora para Mafra era importante para a conservação do edifício “sumptuoso”. Foi ainda o deputado Morais Sarmiento a espantar-se que não tivesse ocorrido aos religiosos de Lisboa o “único argumento” que, segundo ele, poderia levar a assembleia a querer mantê-los na capital: o respeito que merecia São Vicente de Fora, por ser em Lisboa o lugar onde jaziam os monarcas da dinastia reinante, com os rituais celebrantes que implicava o dever de reificar a memória

⁷⁹ Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa, ata de 1822-2-7, diário número 8, p.109

⁸⁰ Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa, ata de 1822-10-18, diário número 66, p.830

dos maiores, cumpridos por alguma congregação ou ordem – “ofícios e aniversários que estiverem determinados”, disse o parlamentar. O deputado lembrava a manutenção de uma celebração que operava, pelo ritmo pendular do ritual, a ideia de pertença a uma coletividade e a uma linhagem distinta e soberana que os povos deviam observar.

Para além das possíveis trocas de casa entre religiosos, o custo e as formas de conservação do edifício dividiram as opiniões dos deputados, refletindo formas diferentes de olhar para o Convento de Mafra. Alguns defenderam que seria suficiente uma limpeza frequente. Outros clamaram por soluções enérgicas: “Eu pugno por que se apliquem todos os meios necessários”, disse Agostinho José Freire. Uma outra fala de Manuel Borges Carneiro, quando se discutiu na assembleia se alguma instituição com rendas suficientes poderia ocupar-se do edifício, tornava central a questão da conservar o edificado. Mesmo defensor da arquitetura do monumento, não reconheceu ao Estado o dever de fazer obras no monumento – a contragosto de vários deputados. Na verdade, reconheceu o direito ao Estado de deixar arruinar uma parte e reaproveitar-se outra:

Então eu tiro daqui uma ilação. Nenhuma corporação deve ser mandada para lá com esse encargo [de assegurar a conservação] e nenhuma o pode fazer. Diz-se então que o faça a nação, que o faça o tesouro público, e eu digo que ainda menos; porque este tem de pagar a dívida pública, que está em primeiro lugar. Então segue-se que se os governos fizeram grandes erros, devem ser emendados. Suponhamos que seja um erro ter feito o tal estabelecimento pomposo: a parte que se puder aproveitar para outras fábricas vá-se aproveitando, o que não, deixe-se arruinar. (Manuel Borges Carneiro, Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa, ata de 1821-4-27, diário número 65, p. 705)

A opinião de Manuel Borges Carneiro não venceu inteiramente. Decidiu-se que a verba anual para sustento dos Arrábidos não se continuasse, no que este deputado concordou⁸¹ e que não se mandasse os religiosos sedeados em Lisboa para Mafra; mas que os poderes públicos providenciassem todo o esforço possível para que se conservasse, reparasse e habitasse o conjunto de Mafra e para que a respetiva tapada – o entorno com mais de mil hectares criado em meados do século XVIII para recreio das figuras reais – fosse bem administrada. A discussão desse dia de abril de 1821 irritou sobremaneira o deputado eleito pela Beira, Manuel Fernandes Tomás: “Eu não queria que esta matéria, apesar de ser proposta como objeto de tanto interesse, merecesse tanta discussão!” Para ele, os Arrábidos deveriam sair de Mafra, já que os votos a que se obrigavam era o de

⁸¹ Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa, ata de 1821-4-27, diário número 65, p. 702

viver numa “pobreza prática” e aquilo a que se propunham consistia em pedir esmola “e não de serem regalados com dinheiro do Tesouro.” Os cônegos regrantes de Santo Agostinho deveriam permanecer na capital, dado o seu papel de educadores da mocidade. Sobre o monumento, que ficaria assim sem habitantes, disse: “Entendo que se mande à regência que tenha cuidado naquele edifício⁸², e depois carregue a Fazenda Nacional com a despesa para este objeto de mais ou menos um conto ou dois”⁸³.

Manuel Fernandes Tomás morreria em novembro do ano seguinte a esta discussão ter tido lugar e iria tornar-se muito em breve numa figura quase tão destacada quanto em vida na discussão parlamentar, por causa da homenagem que os seus pares, teimando em promover, manifestaram grande incapacidade em fazer cumprir, inviabilizando as palavras com que o deputado Xavier Monteiro se dirigiu à sua memória logo a seguir ao falecimento: “A nação que abandona ao esquecimento os nomes, e à indigência as famílias dos cidadãos que fizeram à causa pública distintos e abalizados serviços, merece com razão o ignominioso título de ingrata”. O deputado propunha que as despesas do funeral fossem custeadas pelo Estado; que se construísse um “monumento sepulcral, onde se vejam declarados os principais feitos patrióticos de tão egrégio varão”; e que a viúva e os filhos recebessem pensões do Estado⁸⁴.

HERANÇA COMO PRINCÍPIO CONSERVADOR DO ESTADO

Os argumentos da discussão sobre uma possível mudança de morada entre Arrábidos e cônegos regrantes de Santo Agostinho estavam quase inteiramente contidos nas premissas das sessões iniciais da Constituinte e essas tinham como centro a urgente questão de um erário público exausto. Um ofício da Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda datado de 9 de Fevereiro de 1821 referia a necessidade de se diminuir as despesas com a Guerra, Marinha e Convento de Mafra, entre outras prioridades; um pouco mais tarde, no início de Maio, as Cortes admitiam que o Estado não deveria continuar a conceder a prestação anual aos Arrábidos, “considerando a necessidade de

⁸² Nesta sessão, os deputados que revelavam admiração pelo monumento referiam-se a ele das seguintes formas, para além das já assinaladas: “majestoso convento”; “um edifício que se deve conservar”; “um edifício tão pomposo e de tanta grandeza”. (Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa, ata de 1821-4-27, diário número 65, p.701 e ss)

⁸³ Manuel Fernandes Tomás, Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa, ata de 1821-4-27, diário número 65, pp.704-705

⁸⁴ Francisco Xavier Monteiro, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1822-12-2, diário número 5, p.39

economizar as rendas públicas”. A regência do reino ficava, outrossim, autorizada a empregar os meios que considerasse adequados para “conservação e reparo do Palácio e Convento de Mafra, bem como sobre a administração da sua tapada”. Ainda um pouco mais tarde, a 8 de junho de 1821, os deputados discutiram a pertinência de conhecer quais os bens do rei e da família real que deviam ser objeto de uma dotação pública para determinar o valor dessa dotação, da qual os deputados destacavam diversas rubricas, entre as quais os “consertos de palácios” que o erário público asseguraria, pelo menos temporariamente.

O complexo de Mafra estava entre os palácios e terrenos que se destinavam à habitação e recreio do rei. Os deputados dividiam a sua inquietude entre a necessidade de conservar Mafra, pelo menos em parte, o custo dessas operações dispendiosas e alguma utilidade que pudessem ter os vastos aposentos e terras em questão, manifestando relutância em colar-se diretamente a uma megalomania construtiva e não deixando de admirá-la. Em todo o período de funcionamento das Cortes Constituintes, cerca de 21 meses de discussão parlamentar entre 24 de janeiro de 1821 e 4 de novembro de 1822, foi num parágrafo de um parecer atrás referido, a propósito do plano de reforma das corporações regulares e dos edificios que vagassem, da autoria de dois deputados da comissão parlamentar eclesiástica, o bispo de Beja Luís da Cunha de Abreu e Melo e José Vaz Correia de Seabra da Silva Pereira, que se referiu com a mais clara nitidez a herança histórica como princípio conservador de um conjunto de edificios, cujo deslocamento da sua função religiosa primordial estava a iniciar-se em favor do estabelecimento do poder estatal:

Preferir-se-ão para serem conservadas aquelas casas que têm mais relação com a nossa história, como v. gr., [*verbi gratia*: “por exemplo”] Belém [Mosteiro dos Jerónimos], São Vicente de Fora, Alcobaça, Batalha, Santa Cruz de Coimbra, etc., e a respeito das mais se terá particular atenção à comodidade dos povos, a fim de que a utilidade destas instituições religiosas se reparta por todo o reino o melhor que ser possa. (Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa, ata de 1822-2-8, diário número 9, p.129)

Este era um de três parágrafos que os referidos deputados da Comissão Eclesiástica da Reforma submeteram ao Soberano Congresso para apreciação, durante a discussão do projeto de reforma das corporações regulares. José Vaz Correia de Seabra da Silva Pereira defendeu o parágrafo com a convicção de que a ligação entre os conventos e a história de Portugal estabelecia uma outra, entre os monumentos e a glória dos feitos

que deviam perdurar: “A relação que estes conventos têm com a nossa história deve determinar o Congresso a conservá-los porque são outros tantos monumentos históricos das ações da maior glória dos portugueses”⁸⁵. O projeto de reforma dos regulares era omissivo quanto à nomeação de estabelecimentos religiosos a conservar, determinada por motivos históricos. O parágrafo punha em evidência a preocupação com o futuro abandono de edifícios cuja monumentalidade só rivalizava com o desconforto que os parlamentares assumiam ser preciso aguentar para viver neles, tendo em mente que a melhor conservação seria assegurada pela presença dos religiosos ou de outras corporações. Ainda assim, e apesar de o Convento da Batalha ter sido chamado à discussão, essa “estupenda obra (...) nobre e interessante pelo motivo da sua fundação, que excita as mais belas recordações em todo o português, como pela extraordinária magnificência da sua arquitetura”⁸⁶, a redação do parágrafo pareceu extemporânea aos parlamentares. Pareceu-lhes ainda que a nomeação de certos conventos feita nesse parágrafo era “inexata” e “muito vaga”, já que nada inibia o governo de conservar as casas em questão. Mais ainda, além de inexata e vaga, a indicação para a conservação foi combatida energicamente pelo deputado José Vitorino Barreto Feio: “Oponho-me sim a que [os mosteiros] sejam conservados unicamente por motivos históricos”. Em vez de conservá-los, deveriam ser extintos; história e tradição eram superiores aos monumentos de superstição e injustiça que os conventos representavam: “Todos sabem que sempre que se vencia uma batalha, os nossos reis, em vez de premiarem os homens de guerra, premiavam os frades, erigindo e dotando os mosteiros”⁸⁷. Nunca deixando de orquestrar as ideias de poder, fausto e glória, os conventos pareciam demasiado ligados à história que os parlamentares tinham decidido combater. Colocado à votação da assembleia, o parágrafo foi rejeitado.

Em 30 de junho de 1821 a questão da manutenção da monumentalidade de uma construção à custa do Tesouro Público tinha regressado ao Parlamento, através da controvérsia sobre se deveria ser mantido o plano grandioso das obras do inacabado Palácio da Ajuda (Figura 2), que teve a sua origem remota numa construção em madeira que se mandou fazer no Alto da Ajuda, em Lisboa, depois do terramoto de 1755, para refúgio da família real. Contudo, o centro da discussão era a verba (“dotação”) que as

⁸⁵ José Vaz Correia de Seabra da Silva Pereira, Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa, ata de 1822-9-4, diário número 28, p.348

⁸⁶ Alexandre Tomás de Morais Sarmento, Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa, ata de 1822-9-4, diário número 28, p.349

⁸⁷ José Vitorino Barreto Feio, *ibidem*

Cortes haviam de determinar para ser entregue ao rei e só subsidiariamente a questão dos monumentos estava a ser discutida e, mesmo assim, de uma forma particular. Também por causa do Palácio da Ajuda, levantou-se a questão dos ofícios necessários para tamanha intervenção, reencaminhando o assunto para o estado da instrução das artes.

Nessa sessão do final de junho em que estavam presentes 83 deputados às Cortes quando se iniciou a ordem do dia, discutiu-se, para além da tentativa de determinação da natureza dos bens reais no sentido de estabelecer uma dotação, que valor a dotação haveria de custar aos cofres do Estado; se haveria lugar a uma separação entre esta dotação, por um lado, e o conserto de palácios, por outro lado; se, assumindo-se que haveria uma verba para conserto de palácios, ela deveria ser fixada e, em caso afirmativo, quem a administraria. O deputado Hermano José Braamcamp do Sobral defendeu que a “fatura dos palácios” deveria dissociar-se da dotação para o rei e que competia à nação continuar a construção dos palácios, embora dentro de limites: o Palácio da Ajuda “foi concebido num plano tão grandioso que não é compatível com as rendas públicas, pelo qual [*sic*] julgo se deve abandonar o projeto de acabar inteiramente essa obra, continuando somente o que está começado, e isto por conta da nação, e pouco a pouco, para que não cessem de uma vez e fiquem sem trabalhar todos os que ali estão empregados”⁸⁸. Ao longo da sessão, o deputado pôde explicar que considerava “indecoroso” e “nocivo abandonar-se uma obra daquela magnitude”. Em seu abono, Alexandre Tomás de Moraes Sarmiento qualificou o palácio de “uma empresa de extraordinária grandeza”. Se bem que não fosse entendido em arquitetura, era da opinião de que “depois de começada uma obra semelhante, qualquer alteração destruiria as proporções e o sistema adotado pelo arquiteto.” A obra deveria continuar e acabar-se quando fosse possível. Enquanto durasse a sua construção conviria “considerá-la como uma escola prática de arquitetura”, servindo para “o estudo e o gosto desta arte tão estimada” mantendo ainda “a indústria das classes necessitadas.” Abandonar a obra do palácio seria um erro maior, pois não só os dinheiros do tesouro seriam aplicados nesses progressos do desenvolvimento da arquitetura e na ocupação das classes trabalhadoras como haveria nessa aplicação um dever transmutado em um progresso vivificador: “As nações civilizadas têm despesas mais extraordinárias do que as que vivem no estado de barbaridade, assim como os princípios dos grandes impérios são assinalados com o

⁸⁸ Hermano José Braamcamp do Sobral, Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa, ata de 1821-6-30, diário número 115, p.1393

estabelecimento de monumentos que exigem das gerações futuras o respeito e admiração.”

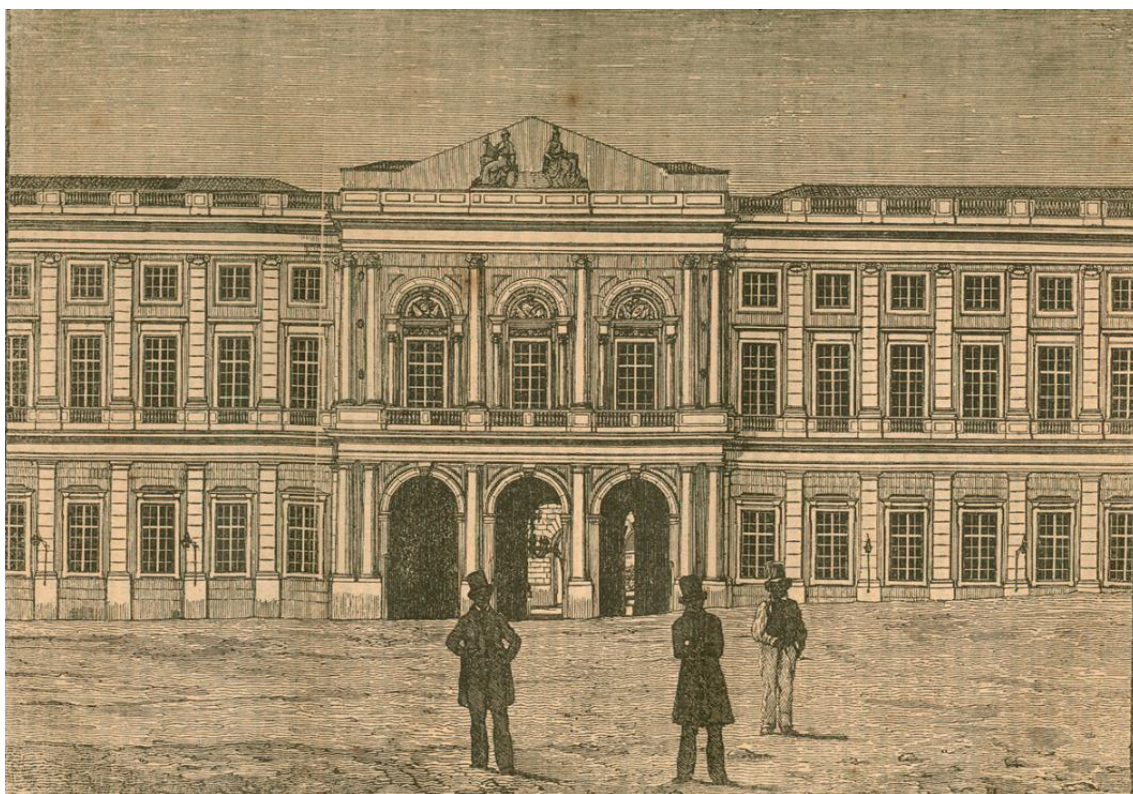


Figura 2. Palácio da Ajuda. A discussão sobre a sua monumentalidade inacabada apareceu logo no decorrer das Cortes Constituintes, em 1821. “Foi concebido num plano tão grandioso que não é compatível com as rendas públicas”, disse-se então. Considerado o primeiro palácio dos reis, esteve no centro das disputas entre poder real e poder parlamentar ao longo do século XIX, especialmente nas considerações sobre o decoro a observar pelos representantes do poder. Palácios e monumentos estavam devidamente separados nas suas funções, ambos ao serviço do decoro de reis e de outros representantes do Estado, numa cisão hoje esquecida. O decoro era uma dignidade que devia ser observada para infundir respeito e admiração, algo simultaneamente formoso e aprazível sem deixar de ser propriamente grandioso e conforme ao esperado

(Fonte: *O Panorama: jornal literário e instrutivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis*, 20 de março de 1841 (203), p. 89)

NOÇÃO DE DECORO E CONSERVAÇÃO DOS PALÁCIOS

E para que se consumassem respeito e admiração, a par das instituições que conformavam a ação política deveria desenvolver-se outro estabelecimento, o das artes: “Nada concilia tanta veneração aos povos como aquelas instituições onde a par da política florescem [*sic*] as belas-artes”⁸⁹. Moraes Sarmento defendeu que os edifícios existentes deviam ser conservados e acabados os que tivessem sido começados para que se conservasse o “decoro da nação”. Manuel Alves do Rio, membro da comissão da Fazenda, explicou que não tinha sido fixada uma quantia para o conserto dos palácios por esta onerar muito o Estado, embora defendesse que “os palácios são da nação e devem conservar-se por decoro da mesma nação.”

O decoro, o que era exatamente? Dos deputados que tomaram assento nas Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação, quatro eram secretários. Por entre as extensas atribuições que lhes cabia estavam o acompanhamento do rei e do príncipe aos lugares que ocupariam no parlamento; a direção de todos os atos solenes de juramento, incluindo aqueles que deveriam ser observados pelos novos deputados que chegassem às Cortes; e o acompanhamento de qualquer pessoa que tivesse de se apresentar às Cortes. Tudo isto deveria ser feito com “regularidade e decoro” (Junta Provisional Preparatória das Cortes, 1821: 14). A palavra remetia para o respeito de si e para o respeito dos outros, para uma dignidade, uma dignidade que deveria ser observada de acordo com uma condição reconhecida (a dos deputados secretários, a da realeza) e para dois trajetos: aquele que nunca seria percorrido, o que separava inexoravelmente as figuras reais dos secretários e demais deputados cada quais com as suas distintas funções; e aquele que obrigatoriamente deveria ser percorrido, quando os secretários acompanhassem as figuras reais aos seus lugares.

Mas o decoro, ao remeter para um respeito e para uma dignidade, remetia igualmente para o adorno e ornamento de algo, neste caso para a ornamentação que a figura real poderia conferir em ocasiões solenes ao Parlamento e, com isso, honrar o Parlamento e a própria realeza com a ornamentação assim realizada. Pois estava previsto que os deputados não pudessem sentar-se sem que o rei, cada vez que se apresentasse no Parlamento, por sua vez se sentasse; que o rei prestasse juramento, com o presidente da mesa à sua direita e os secretários defronte, ornamentos que deveriam durar enquanto

⁸⁹ Alexandre Tomás de Moraes Sarmento, *ibidem*, p.1398

durasse esse juramento. O decoro era uma dignidade que deveria ser observada de acordo com uma condição reconhecida, algo que estabelecesse uma ligação entre o que se dissesse de uma nação – e de uma nação dizia-se que o estabelecimento de monumentos exigia respeito e admiração – e o que dela se esperava, um equilíbrio proporcionado ao estado de respeito e de admiração, nem forçosamente superior a esse estado nem indignamente inferior, algo simultaneamente formoso e aprazível sem deixar de ser propriamente grandioso e conforme ao esperado.

A discussão que estava a ter lugar teve por pano de fundo dois documentos: as bases da futura *Constituição* e um parecer da Comissão da Fazenda sobre a dotação do rei e família real. No que respeita ao primeiro, os deputados decretaram a 9 de março de 1821 os “Princípios por que se há de reger a Constituição”, na qual o Congresso se comprometia, no princípio de cada reinado, a fixar uma “dotação conveniente” para o rei e seus familiares, a ser administrada por quem o rei nomeasse. Quanto ao segundo, o parecer da comissão da Fazenda sobre a “Dotação de El Rei e da família real”, lido ao Congresso em 8 de junho de 1821, considerava imperioso fixar quais os bens que seriam objeto dessa dotação. Segundo os membros da comissão, deveriam ser os gastos com a despesa régia, guarda-roupa, cavalaria e criados. Outros membros da família real teriam também “mesadas” pagas pelo Tesouro Nacional praticamente para os mesmos fins. A comissão considerava outra ordem de despesas os gastos com ministros, secretários, conselheiros de estado, pessoal da guarda real e conserto de palácios: seriam igualmente suportados pelo Tesouro Nacional mas só até que se entregasse ao rei a primeira “mesada”, cujo valor o Congresso determinaria; referia ainda esse documento da Comissão da Fazenda que os palácios da Ajuda e quintas circundantes, de Alcântara e sua tapada, de Mafra e sua tapada, de Salvaterra, Vendas Novas e Sintra ficariam pertença do rei.

Se fosse por vontade da comissão, os monumentos de que aqui se fala seriam administrados pelo rei, submetidos à verba que as Cortes decretassem. O parecer da comissão da Fazenda juntava uma relação de “despesas médias” feitas pela Casa Real entre os anos de 1804 e 1806, para mostrar “os imensos extravios que se faziam em todos os ramos da despesa da Casa Real”. Nesse rol, apenas o conjunto de Mafra aparecia com uma rubrica isolada no que respeita a palácios. O desembargador Manuel Borges Carneiro, interveniente muito ativo nos trabalhos das Cortes Constituintes e nesta altura membro da Comissão da Fazenda, numa intervenção legitimadora dos trabalhos das Cortes, pugnava para que os montantes das despesas reais que tinham sido

apurados naqueles anos do início do século XIX fossem apregoados aos quatro ventos “para saber qual é a razão porque em outros tempos, em que não havia a imensidade de tributos que há agora, se governava o Erário, e estava em outro estado tão diferente; para que se saiba quanto a nação deve aos áulicos que nos chamavam filhos. Assim, Saturno chamava filhos aos seus filhos, mas devorava-os...”⁹⁰.

Naturalmente, a Comissão da Fazenda apresentava ao Congresso uma quantia para a dotação do rei incomparavelmente menor do que aquela que, cotejada pelos deputados, tinha as propriedades antropófagas a que se referiam as despesas médias de início de Oitocentos, no Parlamento escutadas com estrondo. Não estando em causa as dificuldades financeiras, interessaria focar a atenção na forma como os parlamentares construíam a sua validação como novo poder, pois foi através dela que os monumentos começaram a aparecer como assunto de debate. E não parecia haver dúvidas de que os palácios faziam essa aparição como legitimadores simultaneamente do poder real – eles serviam a pompa, o recreio e o deleite das figuras reais, na continuidade de uma representação majestática que lhes cabia – e dos poderes das Cortes, que consideravam essas construções como sendo ‘da nação’. À questão do aparato referiu-se, na mesma sessão, o deputado José Vaz Correia de Seabra da Silva Pereira, quando se pronunciou sobre a dotação que deveria caber ao rei: “Os reis constitucionais devem ter grande consideração e convém muito que tenham muito brilhantismo externo e grande fausto. As razões são óbvias e os publicistas as lembram”⁹¹.

Como tinha sido manifesto na discussão sobre o conjunto de Mafra, Manuel Borges Carneiro observava com relutância a importância que estava a dar-se à conservação dos palácios, pelo que a sessão de 30 de junho lhe deu oportunidade de retomar o argumento. Contrapôs os interesses régios às razões que deveriam presidir à observância do interesse geral, pelo qual responderia um caráter de *utilidade* das ações praticadas; e falou dos fundamentos para bem empregar as energias dos trabalhadores do Palácio da Ajuda, corpos alimentadores das cabeças reais. Nessas razões e fundamentos estavam presentes a absoluta relevância da nação como um organismo (corpo e cabeça) à qual se submeteria o poder real e ainda a importância da ruína, agente consertador dos erros do passado, dotado de uma dupla positividade, a de

⁹⁰ Manuel Borges Carneiro, Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa, ata de 1821-6-8, diário número 100, pp.1165-1166

⁹¹ José Vaz Correia de Seabra, Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa, ata de 1821-6-30, diário número 115, p.1393

regenerar, através da imposição destrutiva, os vestígios do passado; e de, por essa via, cortar do tempo *que foi* o tempo *que vem*:

Em quanto às pessoas que trabalham, devem certamente ser empregadas no que pareça mais conveniente e em coisas que sejam úteis à nação. Há, por exemplo, muitas estradas arruinadas que devem ser atendidas com preferência; até agora tem-se considerado exclusivamente os reis; desde agora é necessário que se considere também a utilidade da nação. É máxima sabida que os reis pertencem às nações e não as nações aos reis. Se até agora não se tem olhado a isto e se tem cometido muitos erros, a nova ordem de coisas se dirige essencialmente a emendar as desordens e os erros passados. Um destes erros foi, como já tenho dito em outra ocasião, emprender um palácio [da Ajuda] de uma magnificência tal que só poderia pertencer a Salomão quando era senhor de todo o mundo. Deixe-se pois abandonado ao tempo que o tempo, reduzindo-o a ruínas, irá emendando os erros do governo passado. Que! Porque aquele governo cometeu a imprudência de emprender uma obra tão ruinosa e tão dispendiosa para o estado, temos nós de sacrificar a nação para continuar a mesma imprudência? Continue-se o que for absolutamente preciso para que o que está feito não se arruíne; porém o mais, de modo nenhum. Há um grande erro em dar tudo à cabeça e deixar o corpo sem nada. (Manuel Borges Carneiro, Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa, ata de 1821-6-30, diário número 115, p.1398)

A propósito da tentativa de determinação dos bens reais, os deputados discutiam um enredo de questões: que valor haveria de ser fixado para administrar esses bens; se devia ter lugar uma separação entre um valor para a administração dos bens reais e outro para o conserto de palácios; e se, decidindo-se que deveria haver uma verba apenas para a reparação e manutenção de palácios, quem a iria administrar. A questão sobre se haveria lugar a uma verba para o Palácio da Ajuda e se a quantia devia ser entregue ao rei ou estar a cargo do Tesouro Nacional foi adiada para quando se regulassem as despesas públicas⁹² incluindo-se a questão noutro assunto, o de saber se haveria lugar a uma separação entre dinheiros para consertos de palácios e para a dotação do rei.

⁹² “O senhor Presidente: – Proporei se há de haver consignação para a obra atual do Palácio da Ajuda e se esta quantia se há de deixar ao cargo do tesouro ou ao do rei. O senhor Soares Franco: – É melhor, segundo tem dito o senhor Miranda, que esta questão fique adiada: porque não é daqui, e pode tratar-se quando se regulem as despesas públicas. O senhor Presidente: – Os que aprovarem que esta questão deve ficar adiada para quando se trate de regular as despesas publicas, deixem-se ficar sentados. (Decidiu-se que sim).” Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa, ata de 1821-6-30, diário número 115, p.1399

UMA PRIMEIRA DISSOCIAÇÃO ENTRE PALÁCIOS E REIS

Os deputados votaram a favor da determinação de uma quantia certa para consertos de palácios. Para a fixar, os parlamentares consideraram que não tinham os dados necessários e remeteram a tarefa para a Comissão da Fazenda. Concordando, igualmente, que deveria ser feita uma separação entre dinheiros para consertos de palácios e para a dotação do rei, era necessário decidir sobre se a quantia que viesse a ser determinada pela Comissão da Fazenda se haveria de entregar ao rei ou ser administrada pelo Estado. Voltava-se à dúvida de saber de quem eram os palácios, já que os reis eram da nação. O deputado pela província do Minho, José António Guerreiro, considerou pouco decoroso “querer estabelecer o manejo e governo de semelhantes reparos”, devendo-se “deixar ao rei o livre uso dessa quantia para o fim indicado.” O decoro estaria na exata observância da necessidade de fazer obras: “se El Rei ou os empregados de sua Casa forem exatos no emprego da quantia que se designa, os palácios estarão decentes; e se não a sua mesma indecência os obrigará a fazerem os reparos”⁹³. Neste particular, o deputado disse que não estabeleceria regra alguma que não fosse mais avisada ser o rei ou o pessoal da sua confiança a estabelecer. Também Agostinho José Freire se pronunciou sobre a dúvida de uma jurisdição difusa em relação aos palácios, nos quais só colocava a hipótese de a nação intervir em caso de extrema necessidade, quando se encontrassem em estado de ruína por causas extraordinárias como terremotos ou incêndios e se os deputados não aprovassem que as obras em semelhantes construções deveriam ser realizadas por trabalhadores supervisionados pela inspeção das Obras Públicas. A sua preocupação iluminava não os reparos a fazer e sim quem os faria, recolocando os palácios afinal na órbita da nação, através dos operários que neles interviessem: “Não são os reparos os que devemos ter em vista; estes, cada um os pode fazer como quiser; mas os que fazem os reparos ou consertos”⁹⁴.

Esta supervisão não era para que as obras se fizessem conformes a algum cânone, mas para que as obras se fizessem efetivamente e o dinheiro não fosse perdido em outras aventuras. José António Guerreiro e Agostinho José Freire falavam de uma inconclusiva apropriação dos palácios, que ora deviam ser reparados conforme o desejo do poder real; ora deviam ser reparados por trabalhadores sob alçada das Obras Públicas; ora

⁹³ José António Guerreiro, Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa, ata de 1821-6-30, diário número 115, p.1397

⁹⁴ Agostinho José Freire, *ibidem*

serviam o decoro do rei, ora o da nação. Manuel Borges Carneiro perguntava: “O conserto dos palácios de El Rei não são obras públicas? (...) Parece-me, por consequência, que ao Provedor Geral das Obras Públicas é que deve pertencer do mesmo modo a inspeção destas”⁹⁵.

Como se olhássemos, na história parlamentar portuguesa de início de Oitocentos, para uma primeira dissociação entre os palácios, construções pomposas e opulentas, e o poder do rei; olhássemos simultaneamente para o poder de decisão do rei sobre o destino dos palácios, reflexos do poder real mas pertença da nação, e para a simbólica desse poder. Os palácios representavam o poder real mas tinham sido apropriados pela nação. Na sessão de 30 de junho, os deputados votaram no sentido de que o conserto dos palácios reais ficasse a cargo da Inspeção das Obras Públicas⁹⁶. Também a natureza do decoro variava nas opiniões parlamentares. A ideia de que as nações civilizadas tinham despesas “mais extraordinárias” do que as nações bárbaras era contraditada com o argumento da *utilidade* que impressionava outros deputados, além de Manuel Borges Carneiro. Era o caso de Manuel Gonçalves de Miranda. Ao ouvi-lo, parecia que os templos e os grandes palácios que se tinham construído no passado só ao passado pertenciam e o decoro se faria doravante com as obras úteis e necessárias: “O que diz o senhor Borges Carneiro é da maior utilidade. Deve-se trabalhar em obras, não de luxo e de magnificência, senão em obras úteis e necessárias. Em outro tempo todo o nosso cuidado era construir grandes templos e grandes palácios, porém quando se entra em Portugal vindo das nações cultas da Europa parece que se entra nos países mais incultos da América”⁹⁷.

Mesmo o progresso das artes não consistia em grandes edifícios, sustentava este deputado. Além do mais, desejava recentrar a discussão: segundo ele, não se tratava da direção das Obras Públicas, tratava-se da dotação do rei. Para a determinar, os deputados precisavam saber quais os bens da Casa Real. Se era clara a necessidade de poupar verbas, as intervenções dos parlamentares alimentavam uma nebulosa sobre a percepção dos bens que deviam ser considerados como pertencentes ao rei e família real, que por esta altura, estavam de armas e bagagens exilados num território colonial distante, o Brasil. Hermano José Braamcamp do Sobral, que tinha defendido a dissociação da fatura dos palácios daquela que fosse a da dotação para o rei, manifestou

⁹⁵ Manuel Borges Carneiro, *ibidem*

⁹⁶ Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa, ata de 1821-6-30, diário número 115, p.1398

⁹⁷ Manuel Gonçalves de Miranda, *ibidem*

a dificuldade que se lhe colocava para achar essa dotação, visto que desconhecia o que administrava o rei e, assim, que rendimentos obtinha: “Pois parece-me que é impossível votar a quantia que se deve designar a el rei sem saber primeiro se ficou com a administração das casas de Bragança e do Infantado; porque se estão unidas à Coroa, estão unidas efetivamente ao tesouro público”⁹⁸. A Casa de Bragança tinha sido fundada no século XV por D. João I e por Nuno Álvares Pereira, tendo os descendentes daqueles dois fundadores reinado em Portugal após a restauração da independência em 1640.

Segundo escreveu o doutor formado em cânones Francisco António Fernandes da Silva Ferrão, a ideia fundadora da Casa era a de se distinguir e nunca se confundir com a Casa Real. Silva Ferrão, vogal de uma comissão constituída para apurar os “legítimos direitos e interesses” da Casa de Bragança, que era “património do príncipe herdeiro do trono”, publicou um “tratado” em 1852, num contexto de dúvidas sobre a natureza dos bens da Casa de Bragança e dos problemas com a sua subsistência em face da diminuição das rendas que lhe serviam de sustento⁹⁹. A Casa e Estado do Infantado tinham sido criados no século XVII para a sustentação económica dos filhos segundos dos reis, sendo composta pela casa senhorial, com a sua corte, e pelo estado ou património, de raiz essencialmente agrícola. Manuel Alves do Rio, cuja preferência em relação ao conserto dos palácios teria sido a de incluir no orçamento uma rubrica específica que as Cortes decidiriam posteriormente se deveriam ratificar, explicou que o projeto apresentado pela Comissão da Fazenda não entrava em consideração com a Casa do Infantado, por esta ter administração diferente da Casa de Bragança. A observação de Hermano José Braamcamp do Sobral, de que a dotação do rei tinha de ser calculada em função de o monarca não estar a administrar, naquele momento, a Casa de Bragança, esbarrou na sentença de Manuel Alves do Rio: “El rei não tinha nisto uma administração particular. Sua majestade tinha estes rendimentos como uma aplicação. Mas enfim, ele dispunha desses rendimentos como dos mais [*sic*], confundidos com os do Estado. Era um rendimento geral”¹⁰⁰.

⁹⁸ Hermano José Braamcamp do Sobral, Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa, ata de 1821-6-30, diário número 115, p.1395

⁹⁹ Francisco António Fernandes da Silva Ferrão, Tratado sobre direitos e encargos da Sereníssima Casa de Bragança, Lisboa: Imprensa de J. J. Andrade e Silva, 1852. Um decreto de 9 de agosto de 1833 nomeou uma comissão com vogais designados pelo governo e pela Casa de Bragança para averiguar: dos desvios dos rendimentos da casa; das indemnizações justificadas em face desses desvios, para serem levadas às Cortes; do exame das transações entre a Casa e o Tesouro Público, que vinculassem uma e outro a obrigações a ser observadas

¹⁰⁰ Manuel Alves do Rio, Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa, ata de 1821-6-30, diário número 115, pp.1395-1396

NACIONALIZAÇÃO DE BENS E EXCEÇÕES

No dia 25 de abril de 1821 as Cortes tinham nacionalizado os bens da Coroa que doravante pertenciam à nação e deviam passar a chamar-se “bens nacionais”. Todas as propriedades nacionalizadas podiam servir para amortizar a dívida pública com exceção dos “palácios, quintas e tapadas destinadas para habitação e recreio de El Rei e de sua Real Família”. Havia outra exceção, que não constava do projeto de decreto apresentado ao Parlamento cerca de dois meses antes, em Fevereiro: as comendas [benefícios que geravam rendimentos para sustentação das instituições às quais eram atribuídas] da Universidade de Coimbra.

A necessidade de amortização da dívida pública, de acordo com os deputados, era fundada numa extensa genealogia de desgraças: as invasões francesas, que tinham determinado a viagem da Corte de Portugal para o reino do Brasil, e os aliados ingleses tinham “estragado” as fortunas de particulares e a fortuna pública; as guerras tinham conduzido à delapidação da agricultura, das fábricas e das artes; a importação “ilimitada” de cereais estrangeiros tinha arruinado os rendeiros; uma vez a corte sedeadada no Brasil, tinham começado a ser canalizados para aí os produtos das rendas do grande número de proprietários que acompanhavam o monarca e “grande parte das rendas da Coroa”; franqueados os portos brasileiros ao comércio, os portos de Portugal tinham ficado em desvantagem em face dos direitos exigidos para neles se comerciar. Sob este quadro, declarar os bens da Coroa nacionais era uma “disposição justa e da primeira necessidade”¹⁰¹.

Nas discussões parlamentares sobre a venda de bens nacionais apareciam problemas sobre como inventariá-los, denunciando as dificuldades do novo poder legislativo em mudar regras seculares. Manuel Borges Carneiro disse que era necessário estabelecer uma diferença entre “benefícios fundados em bens da Coroa e benefícios fundados em bens patrimoniais”¹⁰². O deputado João Maria Soares Castelo Branco aprofundava a questão: “Porventura nós já designámos com certeza o que são bens da Coroa? (...) Nós já decidimos que os bens da Casa de Bragança são bens da Coroa para se chamarem nacionais e aplicarem-se os seus rendimentos? Nós já determinámos se os bens da Casa do Infantado e da Casa da Rainha e as comendas devem entrar na enumeração dos bens

¹⁰¹ Francisco António dos Santos, Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa, ata de 1821-3-5, diário número 28, p.210

¹⁰² Manuel Borges Carneiro, Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa, ata de 1821-2-28, diário número 24, p.176

da Coroa? Não certamente: então como queremos estabelecer agora a regra invariável sem saber quais são estes bens?”¹⁰³.

Na referida sessão de 30 de junho, Manuel Borges Carneiro voltava a insistir na necessidade de considerar que os bens nacionais deviam inteiramente separar-se dos bens da Casa Real¹⁰⁴ e José António Guerreiro expunha as dificuldades dos deputados de modo evidente: “É verdade que eu tenho poucas ideias a respeito da natureza dos bens que compõem estas casas” [de Bragança e do Infantado]. A Casa de Bragança, segundo este parlamentar, era sem dúvida património da família reinante, o que se não verificava com a Casa do Infantado. Os bens da Casa de Bragança, acrescentava, eram nacionais e tinham sido doados antes de a Casa chegar ao trono ou, pouco a pouco, após chegar ao trono, por exemplo através de confisco. “E com tudo isso não têm os seus bens a natureza de bens patrimoniais; mas sim em grande parte a natureza de bens nacionais” ou, para o efeito a considerar, bens que se achavam ao alcance do poder do Soberano Congresso.

A nação em estado de emergência deveria levar em consideração os rendimentos provenientes da Casa de Bragança querendo dar ao monarca e à família real uma sustentação “com a decência e esplendor digno do trono”, devendo apenas onerar-se a fazenda pública na parte que faltaria para que isso se conseguisse. Quanto à Casa do Infantado estava igualmente sob alçada dos deputados: “Não me parece que se pode dizer que seja efetivo património, senão um estabelecimento político feito pela nação para estabelecer uma sucessão ao trono de Portugal e não nos tornarmos a achar em tempo algum como depois da catástrofe acontecida em África, onde perdemos nosso rei e nos vimos em poder de príncipes estrangeiros. Por isso considero a tal Casa como um estabelecimento político, instituído a bem da nação: e o qual está debaixo do poder da legislação nacional, para fazer nele aquelas alterações que se julgarem convenientes ao maior benefício público”.

E assim esses bens deveriam ser considerados quer para se determinar a dotação quer, na qualidade de “bens nacionais”, para que no futuro tivessem a aplicação que os deputados entendessem conveniente¹⁰⁵. Não era somente um desconhecimento sobre a natureza dos bens que afluía à discussão mas também a forma de considerar a sua

¹⁰³ João Maria Soares Castelo Branco, Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa, ata de 1821-3-5, diário número 28, p.209

¹⁰⁴ Manuel Borges Carneiro, Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa, ata de 1821-6-30, diário número 115, p.1399

¹⁰⁵ José António Guerreiro, Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa, ata de 1821-6-30, diário número 115, p.1400

natureza em face das possíveis apropriações que se desenhavam. O deputado Francisco Manuel Trigoso de Aragão Morato expunha as suas discordâncias não exatamente em relação ao património da Casa do Infantado mas aos bens da Casa de Bragança, sobre os quais não deveria ser esquecido que trazia já propriedade sua ao chegar ao trono: “Dizer-se que porque tem poucos bens patrimoniais devem ficar extintos, não o posso sofrer; porque como ainda se não declarou que todos os bens de Coroa e ordens dos donatários ficam extintos, nem isto se declarou a respeito de qualquer português, também não se pode declarar neste caso. Por isso julgo que a Casa de Bragança deve ser considerada como outra qualquer casa, com a diferença que a parte que tem de bens de Coroa e ordens deve estar sujeita aos regulamentos, que a respeito disto se fizerem”¹⁰⁶. Novamente no uso da palavra, José António Guerreiro replicou que não queria de todo dizer que se incorporasse o rendimento da Casa de Bragança no Tesouro Nacional mas que, se todos os homens que pertenciam à nação tinham a obrigação de contribuir para a nação, se “descontasse da dotação do rei” aquilo de que ele já era possuidor: “Suponhamos que uma Casa tinha doze milhões de renda: a nação havia de dar ainda uma dotação ao proprietário dessa casa? De modo nenhum.”

O Parlamento reconheceria que mesmo para quem estava à cabeça do serviço à nação, os rendimentos poderiam não ser os bastantes: “Como as suas propriedades não sejam suficientes para sustentar-se à sua custa, com o decore correspondente ao emprego que exercem, eis aqui o princípio que obriga a ter que dar ordenados.” Mesmo sem tentar observar muito finamente de que forma os bens da Casa de Bragança, da Coroa ou do Tesouro Público se confundiam ou que por que alçadas se trocavam ou incorporavam, deveria estabelecer-se uma base sobre a qual olhar o papel que os edifícios que viriam a ser monumentos da nação jogavam nessas transações.

INUNDAÇÕES, LEZÍRIAS E MOUCHÕES, PATRIMÓNIO DO REI

Aparentemente, no princípio das coisas não teria existido propriedade mas uma comunhão de bens, colocada em causa desde cedo pela cupidez dos homens. Para que o *meu* ficasse separado do *teu* e “uma linha de divisão ao nosso património” pudesse ser estabelecida, a justiça, ofício de magistrados, juízes e oficiais praticada em tribunais,

¹⁰⁶ Francisco Manuel Trigoso de Aragão Morato, Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa, ata de 1821-6-30, diário número 115, p.1400

emanações da nação, que instruía os homens nas regras da justiça, demarcou a propriedade e posse entre os homens. A propriedade e posse entre os homens deveria ser “sagrada e inviolável” e os limites e os marcos dos campos eram guardados por um deus, sendo a nação “senhora da multiplicidade dos deuses”. Este carácter sagrado e inviolável estava plasmado nos já referidos “Princípios por que se há de reger a Constituição”¹⁰⁷: “A propriedade é um direito sagrado e inviolável que tem todo o cidadão de dispor à sua vontade de todos os seus bens, segundo a lei.” Estes princípios só recuavam em caso de “necessidade pública e urgente” de privar cidadãos desse direito mas, reconhecendo a posse, eles deveriam ser indemnizados. Para que o *meu* ficasse separado do *teu*, para que essa fronteira fosse reconhecida na sua natureza, classificada e marcada – e assinada nas suas extremas como se fosse um monumento, com “marmóreas sentinelas” – era necessário que se apresentasse ao espírito do classificador um método que identificasse o *como*, o *quanto*, *de que modo*, *onde* e ainda a escrituração ou algo que se lhe antepusesse que identificasse o *título* e a *posse*¹⁰⁸.

¹⁰⁷ Desde o século XVII que se desenvolvera uma “teoria contratualista do poder”, isto é, uma teoria que estabelecia a origem do poder como emanando de um contrato pelo qual os súbditos reconheciam no rei a faculdade de os governar. A primeira *Constituição* tomou a forma de “um constitucionalismo fundado exclusivamente na soberania, essencial e indivisa, da Nação”, enquanto que a Carta Constitucional de 1826 devia perceber-se como “um constitucionalismo outorgado por um soberano que, sendo titular exclusivo e livre do poder político, resolve (é obrigado a...) acomodar-se à novidade dos tempos, concedendo aos súbditos alguma participação no poder”. A nação aparecia como a entidade que continha em si a distinção entre governantes e governados, constituída por pessoas desiguais, legitimando a desigualdade política e civil, não sendo constituinte mas constituída (pela natureza), segundo uma hierarquia em que “nem todos os súbditos tinham de pertencer à mesma Nação, como nem todos os nacionais tinham de ter capacidade política; como nem todos têm necessariamente capacidade civil. (...) Como copiava a política da natureza, podia introduzir na vida política – nomeadamente no plano do sufrágio e da representação – todos os cambiantes da sociedade (desigualmente) unida sob um mesmo governo. Podia discriminar territórios, desqualificar pessoas, majorar o peso político da riqueza, da educação, do mérito ou mesmo do nascimento, punir politicamente a etnia, a rusticidade, a profissão, o sexo.” (Hespanha, 2004: 45-49)

¹⁰⁸ A distinção entre o “meu” e o “teu”, referida pelo deputado Alberto Carlos de Menezes, radicaria numa concepção de propriedade, encarada como um direito absoluto e como “direito natural, anterior à ordem jurídica positiva”, que decorria da própria natureza do homem como ser que se expande, exteriormente, na realização das coisas. “Alguns autores vão mesmo ao ponto de colocar a propriedade como origem do direito; direito cujo objetivo não seria outro senão que a distinção entre o ‘meu’ e o ‘teu’.” (Hespanha, 1980: 211).

António Hespanha explica que um conjunto de traços estruturais cabia neste conceito de propriedade: i) a propriedade como direito natural, ou seja, uma fundamentação “antropológica” da propriedade com origem na escolástica franciscana e na teoria do direito de Kant; ii) a propriedade como direito absoluto, não sujeita a limites externos, tanto em face de todos os ónus feudais que cativavam a terra, como formas de indivisão e de comunhão da propriedade de características coletivas, quer ainda em face de condicionamentos a partir da ação do Estado; iii) a propriedade como direito pleno, isto é, contendo todas as possibilidades que o seu titular entender exercer sobre ela, mesmo a sua destruição económica e física; iv) a propriedade como direito tendencialmente perpétuo, ou seja, tendendo para desfavorecer formas limitadas de domínio – e passível, assim, de justificar os argumentos da terra imemorialmente pertencente aos reis. De facto, se a mobilização da propriedade fundiária exigia, como refere o autor, uma luta em várias frentes, não há dúvida de que uma delas se consubstanciava na desamortização e venda dos fundos dominiais da Coroa. Mas, do ponto de vista simbólico e certamente de um ponto de vista mais terreno

Por que razões? Certamente porque os homens tenderiam a entrar em “luta” e em “controvérsia”, ou melhor, porque competia à justiça evitar essas lutas e controvérsias ou decidir sobre elas, uma vez postas em marcha. Acima de tudo, porque existia uma tendência para que os bens entrassem na comunhão primordial de que tinham saído “quando foram constituídos os governos políticos; a majestade, a soberania”, ou seja, quando foram constituídas as razões de ser da segurança, da polícia e do património. Da posse de todos os dados, o classificador podia reconhecer a propriedade e, reconhecendo-a, classificá-la. A esta classificação presidia um inquiridor aplicado, um incansável indagador: o juiz do tombo.

O bacharel formado em leis e desembargador da relação do Porto, Alberto Carlos de Meneses, deputado a partir de 1822, cujas considerações sobre a propriedade venho seguindo, escreveu que, para reconhecer a propriedade, era preciso saber a sua origem; as formas pelas quais tinha sido adquirida; quantas espécies de propriedade havia; qual era o valor da posse; e quais eram as suas “dignidade” e “antiguidade”. Na obra *Classificação dos bens nacionais*¹⁰⁹ mencionava quanto a antiguidade se poderia confundir com a própria propriedade, pois a antiguidade poderia substituir a prova material de um título ou de aquisição, que o juiz do tombo devia inquirir mas que, não encontrando nas suas diligências ou não sendo apresentada, podia não existir, mergulhando-se assim na possibilidade da posse imemorial dos bens considerados. O imemorial poderia ser, em certos casos, algo que identificasse o *título* e a *posse*, a antiguidade poderia ser algo que se antepusesse à escrituração. A posse imemorial era desde logo considerada uma “matéria complicada” e trabalhosa (“de que se faz árdua a sua inteligência”) para os versados em direito. A escrituração dos bens da Coroa deveria ser realizada de 40 em 40 anos, lapso de tempo destinado a evitar “grande embaraço” e em “renovar a memória”, pois era necessário provar, “pela inspeção e vistoria no local”

entre o que devia observar-se como regra para a relação entre reis e deputados, a venda de bens da Coroa, imóveis e móveis, empalidecia o decore da Coroa; v) a propriedade como um direito essencialmente privado. “A privatização do direito de propriedade significa ainda que através desta se dá satisfação exclusivamente a interesses estritamente privados” (Hespanha, 1980: 211-212 e 217).

Haveria ainda que anotar em que se fundou o conceito moderno de propriedade; sobre a dissolução da ordem natural, das realidades naturais da sociabilidade humana, do surgir dos indivíduos como elementos de base e fundadores da ordem social, do primado da vontade individual e do “carácter convencional” de todas as instituições (Hespanha, 1980: 220)

¹⁰⁹ Alberto Carlos de Menezes, *Classificação dos bens nacionais para ordenar a administração, tombo e reconhecimento da fazenda fiscal por superintendências, almoxarifados ou contadorias em comarcas em territórios municipais com o processo judicial de medições e marcações e prática dos reconhecimentos de títulos de propriedade e direitos nacionais, denominados da Coroa e Real Fazenda*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1823

que os bens da Coroa não podiam ser senão do rei. Ao falar de bens da Coroa¹¹⁰ falava-se, essencialmente, do território e da conformação dos lugares que não podiam ser senão do rei, por um lado; e das funções do Estado, por outro. Eram considerados bens da Coroa todos aqueles que pertencessem ao rei como soberano, transmitidos por sucessão ao primogénito, não podendo ser objeto de comércio nem de alienação. Incluíam, como referi, tudo o que não pudesse ser senão do rei e não pudesse de modo algum ser propriedade de particulares sem que houvesse um título de propriedade para o demonstrar.

O que não podia ser senão do rei? As inundações das terras e os acidentes geográficos: as ínsuas, as lezírias e os mouchões¹¹¹, que obrigavam à vigilância e atenção do juiz do tombo da Coroa, que deveria verificar as terras criadas de novo em função das mudanças da natureza, como eram as mudanças provocadas pelo curso dos rios; as variações dos rios alteravam “a lembrança e local”, cedendo passagem à posse maior de todas, a posse imemorial, “título mor de todas as aquisições e que faz com que os possuidores gozem de toda a tranquilidade.” Para os deputados, as bases da *Constituição* proclamavam a liberdade e a propriedade como “primeiros direitos do Homem” e os títulos probatórios de conservação da posse deviam ser protegidos. Entre eles estava a “posse imemorial, que sempre em direito se reputou e teve, em lugar de título, e talvez pelo melhor de todos”¹¹². Numa sessão ocorrida mais tarde, os parlamentares puderam esclarecer que consideravam a posse imemorial como uma das formas de demonstrar o direito adquirido na ausência de documentos¹¹³, acrescentando

¹¹⁰ “São bens da Coroa aqueles que pertencem ao património do rei como soberano senhor da nação, os quais constituem o grande morgado da majestade, em que devem suceder os sucessores da Coroa, substituindo uns aos outros na propriedade daqueles bens vinculados perpetuamente, proibido o seu comércio e alienação; este carácter, natureza e dignidade de morgado vinculado na primogenitura de todos os sucessores tem sido reconhecido por todas as nações...” (Menezes, 1823: 108). Os bens da Coroa não se adquiriam com a posse imemorial embora estivessem “sempre acusando a imemorial propriedade da Coroa e do rei como soberano.” (*Idem, ibidem*, p.91)

¹¹¹ “As lezírias são terras criadas ao longo do Tejo, ou dentro do seu álveo, separadas de outras lezírias ou juntas a outras lezírias já antigas da casa real; no rio Mondego chamam-se ínsuas estas terras baixas, alegadiças, cortadas de braços e alvercas ou escavações dos rios e suas inundações; são terras, praias, cabeças de áreas criadas nos álveos e ao longo do Tejo chamados mouchões, assim como o mouchão dos Coelho, mouchão do Inglês, mouchão de Alfange e outros de que falo no meu tratado do melhoramento da agricultura; todos estes terrenos criados de novo são bens da Coroa, como sabiamente lhes chama este regimento; eles são *res nullius*, são públicos...” (Menezes, 1823: 131)

¹¹² José Ribeiro Saraiva, Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa, ata de 1821-3-16, diário número 36, p.281

¹¹³ “A posse imemorial não deve considerar-se como um meio de adquirir mas sim como um dos modos de mostrar o direito adquirido; portanto não confundamos uma coisa com a outra e fiquemos entendendo que a posse imemorial não é título de aquisição, porém sim uma prova a que se recorre na falta de documentos.” (Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa, ata de 1822-4-20, diário número 62,

que muito poucos proprietários podiam apresentar títulos válidos por razões atendíveis¹¹⁴ em virtude das quais os proprietários ou os próprios juizes não saberiam delimitar o que era de quem.

Como dizia o deputado José Peixoto Sarmento Queirós: “Em mãos dos donatários da Coroa¹¹⁵ há bens de diferentes naturezas; em muitas partes apenas os próprios donatários podem distingui-los; e é necessário evitar incertezas e litígios”¹¹⁶. Nessas razões também cabiam os acidentes da natureza – como as cheias – e certamente as opiniões divergentes acerca da interpretação das leis. A incerteza de todos estes elementos não se opunha a essa posse primeira, imemorial, antes a nutrificava e nutrificava-a ainda na medida da divergência de opiniões com que os deputados observavam as leis. O deputado José Joaquim Rodrigues de Bastos dava eloquentemente conta dessas dissensões quando era discutida a posse imemorial e declarava, ao mesmo tempo, a necessária distância entre os parlamentares e os juizes, desejando que as Cortes fossem a fonte de uma necessária clareza que não fizesse confundir os juizes, atores secundários no processo: “mas de que o caso é pelo menos duvidoso ou obscuro não é sobeja prova a presente disputa? E então como se quer deixá-lo à decisão dos juizes! Se nós lhes damos o exemplo de contrariedade de opiniões a semelhante respeito, como serão eles fáceis em concordar entre si? Se nós nos vemos rodeados de trevas como se verão eles rodeados de luz?”¹¹⁷. As contrariedades não eram de somenos. Manuel Fernandes Tomás opunha-se à ideia de dar-se tanta força à posse imemorial, não devendo sancionar-se algo que tantas dúvidas suscitavam nos juizes: “O Congresso iria agora conservar para sempre a força da posse imemorial: nesse caso então faça-se um projeto sobre isto e discuta-se, mas não devemos assim sem mais nem menos dar força a um título que tão duvidoso está no

p.898. O discurso é do deputado pela Beira Caetano Rodrigues de Macedo ou do deputado pela Estremadura Inácio Xavier de Macedo Caldeira)

¹¹⁴ “A posse imemorial é uma presunção urgentíssima da aquisição legítima. Muito poucos proprietários podem apresentar os títulos da sua propriedade, já por causa de incêndios, já por negligência e frouxidão dos antecessores, e por outras muitas cousas” (José Vaz Correia de Seabra da Silva Pereira, Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa, ata de 1822-4-20, diário número 62, p.898)

¹¹⁵ Particulares que recebiam doação régia de bens móveis ou de raiz, adquirindo assim privilégios regulados pelas chamadas cartas de doação e pelos forais. Por sua vez, as cartas de doação delimitavam as obrigações e os privilégios dos donatários, entre as quais se contavam a execução da justiça e das penas judiciárias, a distribuição de terras, a nomeação de funcionários, o arrecadamento de tributos. Os forais delimitavam as obrigações dos colonos

¹¹⁶ José Peixoto Sarmento Queirós, Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa, ata de 1822-4-20, diário número 62, p.894

¹¹⁷ José Joaquim Rodrigues de Bastos, *ibidem*, p.899

foro”¹¹⁸. Nas bancadas as opiniões contrastavam ténues linhas divisórias, dignas das apreciações dos juízes às quais os deputados não conseguiam afinal lançar mais luz do que a já existente. José Joaquim Rodrigues de Bastos considerou a posse imemorial, respeitada por todos os povos civilizados, como “um modo de adquirir”, tal como João Maria Soares Castelo Branco¹¹⁹ e José Peixoto Sarmento Queirós. João Maria Soares Castelo Branco dizia que os deputados marchavam “sobre os princípios estabelecidos”, sobre o que existia.

José Peixoto Sarmento Queirós deixou claro que as leis consagravam o maior respeito ao direito fundado na posse imemorial. Essa posse não era um contrato, era um modo de adquirir. Também José Vaz Correia de Seabra da Silva Pereira enfatizava a posse imemorial como prova de segurança de aquisição legítima, que não poderia pôr-se em causa sobretudo quando se tratasse de particulares: “Posta em dúvida a posse imemorial, ninguém mais pode ter segurança, nem contar com o direito da propriedade. A nossa legislação, é verdade, não canoniza em alguns casos a posse imemorial quando se trata de bens nacionais, mas não é assim quando se trata da propriedade particular, então religiosamente a manda guardar enquanto se não mostrar vício na origem dessa posse: do que só pode duvidar quem ignorar o que seja posse imemorial”¹²⁰. Outros deputados consideravam a posse imemorial não como forma de adquirir mas de mostrar o direito adquirido, falando numa prova a que se recorria na falta de documentos, uma prova de aquisição e não uma forma de aquisição. O deputado José Ferreira Borges reforçava essa ideia: a posse imemorial era sempre autorizada, salvo título em contrário¹²¹.

¹¹⁸ Manuel Fernandes Tomás, *ibidem*, p.898

¹¹⁹ A ata da sessão refere “O senhor Castelo Branco”. Depreendo que a fala deve atribuir-se ao deputado João Maria Soares Castelo Branco, deputado pela Estremadura, e não a Maurício José Castelo Branco Manuel, deputado pela Madeira, porque quando se fez a chamada para esta sessão não estava presente Castelo Branco Manuel: “O senhor deputado secretário Freire fez a chamada e se acharam faltar os seguintes senhores deputados: os senhores Mendonça Falcão, Gomes Ferreira, Póvoas, Andrada, Morais Pimentel, Canavarro, Ribeiro da Costa, Barão de Molelos, Sepúlveda, Feijó, Sequeira, Lira, Agostinho Gomes, Bettencourt, Xavier Monteiro, Baeta, Braamcamp, Almeida e Castro, Inocêncio de Miranda, Ferreira da Silva, Brito, Pinto de Magalhães, Vicente da Silva, Correia Teles, Faria, Sousa e Almeida, Moura Coutinho, Martins Basto, Pamplona, Serpa Machado, Castelo Branco Manoel, Mesquita, Ribeiro Teles, Bueno, Segurado. Presentes 106.” (Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa, ata de 1822-4-20, diário número 62, p. 892)

¹²⁰ José Vaz Correia de Seabra da Silva Pereira, Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa, ata de 1822-4-20, diário número 62, p.900

¹²¹ Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa, ata de 1822-4-20, diário número 62, pp.898-901

BENS MAJESTÁTICOS E BENS PATRIMONIAIS

A verificação dos juízes – a vigilância e atenção do juiz do tombo da Coroa – obrigava à observação do fundo dos terrenos, da qualidade e altura de terra que cobriam as áreas a delimitar, da quantidade da superfície das areias, das plantas e árvores “e outros sinais que a todo o tempo se conheça que são acrescidos dos rios por aluviões e marés” (Menezes, 1823: 95). Existia, pois, nas atribuições do juiz do tombo, a determinação dos bens da Coroa através dos livros de tombo existentes; e a determinação de outros bens, como os sapais, as enchentes e o comportamento dos rios que transbordavam, porque só podiam ser do rei. Havia uma atividade escriturária e havia uma atividade ligada à terra, de deslocação aos terrenos, que não só não se podia confundir com atividade do geômetra como se não lhe podia submeter: “o juiz do tombo não depende do geômetra para construir o seu tombo; o geômetra depende tudo e é obrigado a seguir os pontos que o juiz lhe notou com os marcos” (Menezes, 1823: 34).

Bens da Coroa era também tudo o que, no território, não tivesse senhor certo (“geralmente todas as coisas *nullius*”); um conjunto amplo de impostos diversos; e os edifícios dos paços do concelho de cada cidade ou vila. Em tudo isso os deputados deveriam pôr a sua atenção. Se bem que, para decisões fundamentadas, não fosse um conhecimento suficiente. Porque os bens da Coroa podiam ainda ser de duas ordens, majestáticos ou patrimoniais. Interessa-me esta distinção porque nela radica, para além da óbvia afirmação da posse do território como garante da soberania, uma distinção sobre a ideia da posse imemorial, o título superior a todos os títulos¹²². A posse antiga, dizia Alberto Carlos de Menezes recorrendo a um silogismo, “é o melhor título e o título primordial da natureza e da primitiva aquisição; não é um fraco papel que segura a nossa propriedade, é sim a posse legítima; pois somente possuímos o que é nosso e é nosso o que possuímos” (Menezes, 1823: 97-98). Acontece que os bens majestáticos (ou direitos majestáticos), aqueles que reputaríamos mais relevantes, não podiam ser adquiridos por posse imemorial. Tinham uma natureza ‘pública’ e só podiam ser adquiridos por doação régia. Já os bens patrimoniais tinham uma natureza privada e podiam ser adquiridos por posse imemorial. Esses eram os bens dos particulares tanto

¹²² “...é a posse imemorial um título superior a todos, constitui o possuidor com a natureza de verdadeiro senhor sem diferença alguma daquele que apresenta um título de convenção, e de transmissão de domínio, é reputado como ocupante por título originário, visto que se não lembra de outra posse, e se ignora o vício, e se desconhece a usurpação: portanto em todos os bens que podem entrar na convenção dos homens, e que qualquer pode adquirir por algum dos modos derivativos, contratos e títulos legítimos, cabe a posse imemorial como título primeiro do domínio.” (Menezes, 1823: 91-92)

como os bens do rei enquanto homem – não enquanto soberano. Não configuravam a soberania da nação, somente a soberania do possuidor sobre as coisas possuídas.

Não era ainda tudo. Deveria ser claro para os deputados que os bens da Coroa se dividiam em regalias grandes e regalias pequenas. Nas regalias grandes estavam as atribuições do poder real, os direitos majestáticos: a distribuição da justiça, de graças e privilégios e a manutenção da tranquilidade pública; o cunho da moeda; a imposição de tributos; o direito de confiscar e amortizar bens; a instituição de corporações; o direito de estabelecer a paz e de declarar a guerra; a posse dos títulos de nobreza, enfim, todos os direitos reais dos poderes legislativo, executivo e de governação geral da nação, nunca alienáveis e apenas podendo ser delegados. Os bens de Coroa de pequenas regalias eram, tal como os anteriores, próprios do rei, não podendo ser senão do rei. Já os citei: lezírias e mouchões; e álveos, portos de mar, ilhas, estradas, ruas públicas, terras vagas, minas, lagoas, pescarias, terras e montanhas sem proprietário e que nunca o poderiam ter, pois eram do rei enquanto soberano. Através de um título régio, alguns destes bens podiam estar na posse de particulares. Era nesta categoria de regalias pequenas que estavam os edifícios públicos.¹²³ A ideia de *património*, de *bens patrimoniais* referia-se a uma natureza privada, falando dos bens da Coroa; eram os bens do rei enquanto homem e os bens dos particulares; e eram os bens suscetíveis de serem adquiridos por posse imemorial. Podemos entrever como os deputados da constituinte que elaboraram, na sessão de 30 de junho de 1821, sobre uma separação entre o conserto de palácios e a dotação do rei, que falaram sobre a hipótese de uma dissociação entre, de certo modo, o destino dos palácios reais e o poder decisório do rei, falavam dessa dissociação como que debruçados sobre um fundo em que os conceitos de *bens majestáticos* e de *bens patrimoniais* da Coroa transportavam uma mestiçagem de predicados: a ideia de que o que não pertence a ‘ninguém’ ou não tem proprietário tinha caráter ‘público’, própria dos bens majestáticos, já que os bens majestáticos eram os que, “pela sua natureza” somente podiam ser possuídos pela Coroa, nação ou rei “como soberano proprietário de todos os bens públicos da nação” (Menezes, 1823: 91); a ideia do lugar em que estavam enraizados, obrigando à marcação desse lugar e à sua confirmação periódica, própria quer dos bens majestáticos quer dos bens patrimoniais; e a ideia da posse imemorial, mais própria dos bens patrimoniais.

¹²³ O autor refere a categoria de “montarias, edificios e bens públicos do uso da nação.” (Menezes, 1823: 171)

Naquela sessão, o deputado José Vaz Correia de Seabra solicitava uma forma de apurar quais os bens e rendas do rei que constituíam o seu rendimento; e qual era o “atual” destino desses bens, para, em face desse apuramento, decidir sobre a dotação a ser concedida ao rei pelo Tesouro Público. Referiu que havia bens “destinados para as despesas públicas, o que entre os romanos se dizia *erário*; e rendas para as despesas do monarca, que entre os romanos se denominava *fisco* e nós chamávamos *Património da Coroa*, com administração particular e separada”¹²⁴. Em nenhuma página da *Classificação dos bens nacionais* se ficava a saber em que classe de bens se inscreveriam os palácios, sabendo que a questão era relevante na sessão parlamentar que vimos seguindo, pois tratava-se de designar a contribuição “conveniente” do erário ou Tesouro Público nacional para o rei como soberano e a designação dos palácios e quintas como testificação do esplendor da função majestática. Numa outra obra, Alberto Carlos de Meneses fez constar os palácios à cabeça do rol de bens da Coroa em conjunto com as lezírias, os reguengos, as ínsuas, os mouchões, os rios navegáveis e tudo o que não podia ser senão do rei, ficando claro que todos eram inalienáveis e indissolúveis, sendo revertíveis para a Coroa mesmo que doados ou vendidos.¹²⁵ Nesta outra classificação, uma classificação que olhava para a existência das forças constitutivas de um “corpo político” – as finanças –, esses eram os bens corporais (além dos palácios, lezírias, reguengos, ínsuas, mouchões e rios navegáveis e perenes, as praias e portos de mar, o mar e as ilhas adjacentes, as minas de minerais e as terras ermas, as estradas públicas) que, conjuntamente, com os direitos reais (pescarias, portagens, alfândegas, sisas) constituíam os bens do património da Coroa. O património da Coroa era, contudo e segundo o autor, diferente dos “direitos da soberania” e das “atribuições da majestade, com os quais nunca se confunde”¹²⁶. Os palácios integravam, pois, o património da Coroa que não podia ser jamais alienado, esbulhado, perdido ou

¹²⁴ José Vaz Correia de Seabra da Silva Pereira, Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa, ata de 1821-6-30, diário número 115, p.1393. “O fisco significa o dinheiro do Príncipe, e o Erário o do povo mas numa Monarquia esta distinção não é tão rigorosa como foi entre os Romanos, que viveram algum tempo em verdadeira República ou à sombra dela.” (Freire, 1789-1794 [1966]:132)

¹²⁵ Alberto Carlos de Meneses, *Plano de reforma de forais e direitos banais fundado em um novo sistema enfiteutico dos bens da Coroa, de corporações e de outros senhorios singulares, dividido em nove partes com um novo arredondamento de comarcas para os forais do património da Coroa*, Lisboa: Impressão Régia, 1825, pp.1-4

¹²⁶ “As finanças são as forças do corpo político. Todos os membros do corpo são chamados a concorrer com as suas forças pessoais e reais para instituir um fundo de finanças em bens pessoais e reais, para instituir um fundo de finanças em bens corporais e direitos reais com dignidade e capacidade de sustentar o império e o soberano por meio de um património, morgado ou apanágio o mais sólido e permanente muito diferente dos direitos da soberania, regalias e atribuições da majestade, com os quais nunca se confunde.” (Menezes, 1825: 1)

cindido. Nos meados do século, o deputado e advogado da Coroa João de Deus Antunes Pinto referiu-se demoradamente às leis que regulavam os bens da dotação da Casa Real, numa discussão parlamentar em que defendeu acerrimamente o arrendamento da Real Quinta do Alfeite ao também deputado António Bernardo da Costa Cabral, ex-ministro do Reino, situando os palácios e edifícios públicos no grupo dos bens da Coroa de pequena regalia.

QUADRO 1. BENS PERTENCENTES AO REI

Os muros e as antigas portas das cidades não deveriam ser considerados lugares sagrados ou santos, no sentido do direito romano, segundo Pascoal de Melo Freire. Podiam dizer-se invioláveis, no sentido de gozarem de uma imunidade que não devia ser quebrada, juntamente com leis, príncipes, magistrados e palácios dos príncipes.

Noutro significado, as coisas invioláveis e desligadas de usos profanos eram defendidas de quaisquer injúrias por sanções severas e ser-lhes-ia reconhecida a imunidade e o direito de asilo. Estariam incluídos templos, palácios, edifícios públicos e as casas particulares.

Os edifícios públicos pertenciam ao património do rei como soberano, tal como os palácios e terrenos reais (todos eram bens de regalias pequenas). João de Deus Antunes Pinto considerava como inalienáveis os palácios a que se referia um artigo da Carta Constitucional de 1826 (“Os palácios e terrenos reais, que têm sido até agora possuídos pelo rei ficarão pertencendo aos seus sucessores, e as Cortes cuidarão nas aquisições e construções que julgarem convenientes para a decência e recreio do rei”).

Desdobrando aquele artigo da Carta em duas partes (usava a expressão “até agora” para as separar) considerava que só as aquisições posteriores [a 1826] se aplicavam à decência e recreio (que eram sinónimo de decoro) do rei: os palácios de Queluz, Bemposta, Alfeite, Samora Correia e Murteira e as casas, quintas e outras dependências dos palácios. O único limite ao direito de gozar ou fruir seria a alienação, já que se mandava passar os bens aos sucessores. Se tudo era permitido menos a alienação, não teria havido infracção da lei ao fazer o contrato de arrendamento do Alfeite.

Mas se o decoro só se aplicava a aquisições posteriores a 1826, o Alfeite estaria incluído. Para fundamentar que não tinha havido quebra do decoro real, dizia que o gozo ou fruição poderia estar tanto no direito de gozar a coisa própria como no de gozar a coisa alheia.

| | Pascoal José de Melo Freire (1789) | Alberto Carlos de Meneses (1823) | João de Deus Antunes Pinto (1851) |
|-------------------------------|--|--|--|
| Bens da Coroa do Reino | <p>Bens que o príncipe adquiriu de novo sem culpa dos súbditos e incorporou no fisco [dinheiro do príncipe] ou no erário [dinheiro do povo].</p> <p>São bens da Coroa do reino os caminhos públicos, os rios perenes, os portos de mar e dos rios, as ilhas adjacentes, as</p> | <p>Bens que pertencem ao património do rei como soberano da nação. Constituem o grande morgado da Majestade, vinculado na progenitura de todos os sucessores, sendo proibido o seu comércio e alienação.</p> <p>Dividem-se em regalias grandes e regalias pequenas.</p> <p>São regalias grandes: os títulos de nobreza; as grandes dignidades da nação; postos militares; jurisdições; ofícios públicos; supremo Senhorio e correição; distribuição da</p> | <p>Bens da Coroa de grande regalia: são todos direitos reais inseparáveis da Majestade; títulos de nobreza e grandes dignidades da nação; postos militares; jurisdições; ofícios públicos; alto e supremo Senhorio e correição; distribuição da justiça; graças, mercês, privilégios, isenções e perdões; cunho de moeda; medidas; impor tributos; direito de confiscar; amortizar bens; licença para feiras e grandes mercados; instituir corporações; direitos de guerra e</p> |

| | | | |
|---------------------|---|--|---|
| | casas onde se costumam reunir os senados de qualquer lugar, os lugares desertos, as matas maiores, os tesouros, os bens jazentes e os bens que não estão ocupados por particulares. | <p>justiça; graças, mercês, privilégios, isenções, perdões, cunho da moeda, medidas; impor tributos; direito de confiscar e amortizar bens; licença para feiras e grandes mercados; instituição de corporações; direitos de guerra, paz e de represálias; direito de nomeação das grandes dignidades eclesiásticas no Conselho do rei; todos os direitos reais inseparáveis da Majestade, fundados no poder legislativo, executivo e de governo político da nação.</p> <p>São regalias pequenas os bens que são do rei como rei mas que podem estar na posse de particulares através de um título régio: edifícios públicos; rios perenes e seus braços, álveos, lezírias e corredouros ao longo dos rios, mouchões, portos de mar, prazos, ilhas adjacentes, estradas, ruas públicas, terras vagas, minas, lagoas, pescarias, coutadas, montarias, padroados; bens incorporados por diplomas régios, lançados nos Livros dos próprios da Coroa, como vínculo do Morgado.</p> <p>São ainda regalias pequenas: todos os bens, terras, montanhas e coisas que não têm proprietário e que não o podem ter a não ser o rei, bens reputados públicos como posse imemorial pela Coroa, ainda que o uso seja do povo.</p> | <p>paz; direito de represálias.</p> <p>Bens da Coroa de pequena regalia: bens próprios do rei como rei mas que podiam estar em poder dos particulares por título régio: edifícios públicos, rios perenes e seus braços, álveos, lezírias e corredouros ao longo dos rios, mouchões, portos de mar, prazos, ilhas adjacentes, estradas e ruas públicas, terras vagas, minas, lagoas, pescarias, coutadas, montarias, padroados e bens incorporados, real e verbalmente, nos Livros próprios da Coroa como vinculados em morgado; todos os bens, terras, montanhas e coisas que não tinham proprietário, ainda que o uso fosse do povo.</p> |
| Bens fiscais | Reguengos, isto é, os prédios que os reis conservavam para si mas que podiam ser concedidos a outros para | Todos os rendimentos, bens, tributos, bens confiscados, bens adquiridos pelo rei por contrato com a administração pública, bens não incorporados na Coroa, bens móveis da Casa Real, bens vagos por falta de sucessão ou comisso; morgados e capelas vagos sem | Tributos, bens confiscados, bens adquiridos pelo rei em negócios de administração pública; bens não incorporados na Coroa; bens móveis da Casa Real; bens vagos por comisso ou por falta de sucessão; morgados e capelas vagas sem sucessão; bens das |

| | | | |
|---|--|---|---|
| | benefício da agricultura. | sucessor; bens das ordens militares incorporados na Fazenda Real; tributos; jugadas; rações de frutos de terras reguengueiras ou censuárias; rendimentos dos bens da Coroa. | ordens militares incorporados na Fazenda Real; jugadas, rações e frutos de terras reguengueiras. |
| Direitos reais (ou bens patrimoniais)* | Bens patrimoniais do príncipe, aqueles que ele detém como pessoa particular. | Bens que o rei detém como homem, sem qualidade de soberano. | Bens que pertencem ao rei como homem, sem qualidade de soberano, ou ele os tivesse adquirido por contrato, quase contrato, sucessão universal ou particular, por testamento; todos os bens que não sendo da Coroa nem fiscais, não tinham sido incorporados pelo rei no grande morgado da Coroa para nele sucederem os soberanos, como se fossem bens vinculados. |

*Pascoal José de Melo Freire usou a denominação “direitos reais”, Alberto Carlos de Menezes e João de Deus Antunes Pinto usaram “bens patrimoniais”

Fonte:

Pascoal José de Melo Freire, Instituições de direito civil português – Tanto público como particular [*Institutiones Iuris Civilis Lusitani cum Publici tum Privati*, 1789-1794. Tradução de Miguel Pinto de Meneses, revisão de António Manuel Hespanha] In *Boletim do Ministério da Justiça* [1966] (pp.132-135)._Número 161, dezembro de 1966 ao número 171, dezembro de 1967. Lisboa: Tipografia da E.N.P. – Anuário Comercial de Portugal.

Alberto Carlos de Menezes, *Classificação dos bens nacionais para ordenar a administração, tombo e reconhecimento da fazenda fiscal por superintendências, almoxarifados ou contadorias em territórios municipais com o processo judicial de medições e marcações e prática dos reconhecimentos de títulos de propriedade e direitos nacionais, denominados da Coroa e real fazenda*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1823, pp.108-110

João de Deus Antunes Pinto, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1851-3-1, diário número 46, p.8

DEPUTADOS HERDEIROS DO ESPLENDOR REAL

Era justamente, em nome desse corpo financeiro capaz de sustentar uma nação, um corpo em dificuldades não podendo prescindir ou pelo menos não podendo abandonar as ideias de magnitude, de grandiosidade e fausto, que os deputados estavam como que a alienar e a cindir as responsabilidades pela manutenção dos palácios, chamando a si a responsabilidade de tutelar as obras que se fizessem nesses edifícios “para evitar que caíssem em ruína”, como referiu Manuel Alves do Rio; os deputados estavam a cindir e a alienar essa ideia de que o rei disporia doravante dos palácios como quisesse, desde logo dividindo a dotação do rei daquela outra verba que caberia ao conserto de palácios e que seria gerida pelo Tesouro Nacional; estavam a cindir a ideia de que os palácios eram apenas para recreio, decoro e esplendor do trono, pois à nação cabia o papel de os preservar: estavam a declarar-se herdeiros de parte da herança do trono e herdeiros do próprio esplendor a que alguns deputados, como era o caso de Manuel Borges Carneiro, se referiam com um vigoroso distanciamento.

Desde o início da discussão se levantou a questão de o conserto dos palácios, “paços que estão destinados pertencerem a El Rei”¹²⁷, deverem dissociar-se da restante dotação do rei – e desde o início a Comissão da Fazenda propunha que o conserto dos palácios ficasse a cargo do Tesouro Público. Esse corte acerca das responsabilidades nos bens de que o rei deveria desfrutar em nome do “brilhantismo externo e grande fausto”¹²⁸ mas não administrar a conservação; em nome, igualmente, da observância de um “plano tão grandioso”¹²⁹ e da “magnitude”¹³⁰ da obra do Palácio da Ajuda, “empresa de extraordinária grandeza (...) de tão extraordinária sumptuosidade”¹³¹ que não se deveria abandonar mas também não alargar irresponsavelmente; em nome da conservação dos palácios por decoro da nação; esse corte em nome de todas as razões ponderosas referidas era também em nome do reconhecimento de uma posse imemorial, título superior a todos – os bens da Coroa “estão sempre acusando a imemorial propriedade da Coroa e do rei como soberano” (Menezes, 1823: 91), posse que não podia prescrever e que era superior mesmo às transformações que a natureza produzisse nesses bens,

¹²⁷ Hermano José Braamcamp do Sobral, Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa, ata de 1821-6-30, diário número 115, p.1393

¹²⁸ José Vaz Correia de Seabra, *ibidem*

¹²⁹ Hermano José Braamcamp do Sobral, Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa, ata de 1821-6-30, diário número 115, p.1393

¹³⁰ Hermano José Braamcamp do Sobral, *ibidem.*, p.1398

¹³¹ Alexandre Tomás de Morais Sarmiento, *ibidem*

obrigando ao reconhecimento dos lugares em terra firme e na confluência dos rios por parte dos juízes do tombo; superior aos aluviões ou marés que podiam alterar a superfície confundindo por vezes a lembrança e o local, mas não a ponto de mudar a natureza da posse. Nessa ideia de imemorial se levantava a obrigação de a nação proporcionar ao monarca e à família real uma dotação que sustentasse “a decência e esplendor” dignos do trono¹³², um imemorial que para ser provado, se provava pela reverência que a antiguidade transportava¹³³. Existia nessa relevância dos palácios um estado de preocupação pela *conservação do que já existia*, comparável à definição que Alberto Carlos de Meneses fazia do papel exercido pelo juiz do tombo, confirmador das coisas assentadas e declarador solene do que ‘já havia’:

Nada mais pertence ao juízo do tombo que reconhecer judicialmente a propriedade já adquirida, não inovando o título mas somente ratificando o antigo, que constar por documentos, forais, livros censuais, livros dos próprios, posse antiga imemorial, e posse mais de ano, restituindo breve e sumariamente o que se acha usurpado e sonogado, e que não pode estar em poder de outrem, que não seja a Coroa e real fazenda; o juiz do tombo não faz título novo, declara somente o que já havia, e se o achou legalmente provado; (Menezes, 1823: 169)

Também os deputados estavam ratificando o antigo, quando decidiram que o conserto dos palácios era da sua alçada, e ratificavam a antiguidade enquanto grandiosidade, esplendor, brilhantismo e fausto. Talvez o deputado José Vitorino Barreto Feio representasse, nessa sessão, uma pequena irrupção de combate à ideia dessa imemorial posse, ao declarar, em nome da razão e da justiça, que não era necessário “um grande fausto” para um rei constitucional se manter; que o fausto alimentava um “falso esplendor”, que bloqueava a necessidade de reflexão do povo sobre a sua condição e era prova de uma “nulidade” dos alimentadores desse fausto. Se os cidadãos eram iguais perante a lei – ou se isso se supunha – era então a virtude, o talento e o mérito que deviam contar. Uma irrupção sim. Mas não a ponto de pôr em causa a dotação “conveniente” ao “decoro”:

Diz o ilustre preopinante [José Vaz Correia de Seabra] que a um rei constitucional é necessário um grande fausto. Eu opino pelo contrário. Até

¹³² José António Guerreiro, Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa, ata de 1821-6-30, diário número 115, p.1400

¹³³ “Porém é de tanta reverência a antiguidade e uma posse imemorial em que não pode assinar-se vício nem injustiça, que com ela se pode também adquirir um título tal como pode haver nestes bens...” (Menezes, 1823: 113)

agora reinava a força, e o homem era mais ou menos respeitado, segundo era maior ou menor o grau de poder que tinha ou a pompa com que se tratava: agora reina a razão e a justiça. Todos os cidadãos são iguais diante da lei e não é dado aspirar a outra preferência que não seja a que dá a virtude, o mérito e o talento. Fica portanto sendo inútil e irrisório esse aparato vão de palácios, de inumeráveis hierarquias de servos, de coches, cavalos, etc. que não são necessários nem para servir nem para conduzir um homem que não tem fisicamente nem mais precisões nem mais peso que outro qualquer. As riquezas extraordinárias são a fonte da corrupção dos costumes (...) Esses escravos tanto mais vis quanto mais graduados, que cercam os reis absolutos e afastam para longe do trono a virtude, a verdade, a justiça e a inocência oprimida, esquecidos da dignidade do homem, amam o despotismo, que os nutre no ócio e regalo e não querem outra espécie de governo: e o povo condenado a um contínuo e enormíssimo trabalho para os sustentar, não tendo tempo para refletir na sua triste e miserável situação, deixa-se reger e devorar como um rebanho. Enquanto ele não abre os olhos no resto da Europa, gozem os seus senhores desse falso esplendor, que não serve senão para ocultar aos olhos dos outros a sua nulidade. E nós, se queremos ser livres, desterremos o luxo: mandemo-lo para a Ásia donde veio: e estabeleçamos ao nosso rei uma dotação conveniente ao decoro da majestade mas não excessiva. (José Vitorino Barreto Feio, Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa, ata de 1821-6-30, diário número 115, pp.1400-1401)

A 7 de julho, os deputados decretaram a dotação do rei e da família real. Desejavam, segundo o que ficou estabelecido, conciliar as urgências do Tesouro Público nacional com o “decoro e esplendor inseparável do trono”, pelo que confirmavam a designação dos seguintes “palácios e quintas para habitação e recreio de sua majestade”: palácios da Ajuda, de Alcântara, de Mafra, de Salvaterra, de Vendas Novas e de Sintra com todas as quintas e tapadas anexas. Os rendimentos da Casa de Bragança eram encaminhados para o Tesouro Público enquanto o príncipe (D. Pedro de Alcântara) não regressasse ao reino de Portugal. Parece certo que a ideia de *património* que vogava nos inícios de Oitocentos nas discussões parlamentares excluía justamente alguns dos mais importantes objetos arquitectónicos que no futuro fariam parte dela (os palácios do rei), quando se falasse do património edificado do Estado. Definição tanto mais difícil de obter com clareza quanto ela deveria fazer-se sobre tudo o que existia ou se supunha existir, incluindo as movimentações das terras, areias e lodos acumulados que formavam novos terrenos, marcando uma decisiva pertença ao lugar, a uma raiz e a uma antiguidade; tanto mais difícil de encontrar quanto os próprios deputados se defrontavam com os problemas de demarcação do que devia ser da nação e do que não devia pertencer-lhe e alguns confessavam a sua ignorância sobre o assunto – e além do

mais sobre palácios e arquitetura¹³⁴ – pois não era possível saber o que pertencia a quem com exatidão; tanto mais difícil porque os deputados honravam os palácios com as suas exceções legislativas, reforçando-lhes pela lei o esplendor e o decoro reservados ao trono, do qual se demarcavam fazendo parte desse aparato de esplendor e decoro, ao mesmo tempo que discutiam a pertinência de os palácios se submeterem ao arbítrio do parlamento; tanto mais difícil quanto a sua ideia de esplendor ora caía na alçada do rei enquanto soberano ora no da nação enquanto corpo político; tanto mais difícil quanto discutiam a divisão da fatura da manutenção dos palácios da fatura da sua conservação¹³⁵ numa amálgama de competências que ora deviam estar do lado do Estado ora não deviam estar; tanto mais difícil quanto parecia certo os palácios serem de admirar pela magnificência tanto quanto detestados pela magnificência; tanto mais difícil de decidir quanto os palácios pareciam pertencer ao tempo da sua edificação ao mesmo tempo que pertenciam ao tempo da Monarquia Constitucional que os considerava sob o seu ponto de vista e discutia sobre eles. Parecia igualmente certo que, se indagasse sobre que influência e sobre que autoridade a ideia de património estava a ser construída, sem dúvida que se ligava predominantemente às ideias de um caprichoso luxo, do respeito e admiração devidas às obras-primas de arquitetura, da magnitude e da sumptuosidade, tudo o que construía a grandeza, o aparato e o esplendor que não podiam ser senão extraordinários, não podiam terminantemente ser menos que extraordinários pois dessa singularidade emanava a possibilidade de as eleger como objetos admiráveis. Grandeza, aparato e esplendor podiam igualmente ser dignos de uma admiração imaginária ou somente embrionária. Era o que acontecia quando os deputados discutiram os seus mais acrisolados monumentos.

Não era errado dizer que o primeiro monumento sobre que falaram os deputados da constituinte foi o conjunto de Mafra mas não era inteiramente certo. O primeiro monumento a merecer a atenção dos deputados era uma obra ainda não existente, a construir no Rossio de Lisboa, que deveria celebrar os acontecimentos de três dias marcantes de 1820: 24 de agosto, dia da revolta na cidade do Porto do movimento revolucionário liberal, de que resultou a instalação de um governo interino com o nome

¹³⁴ “O senhor Sarmiento: ‘Não tendo experiência nem uso de visitar os palácios reais, não posso ajuizar das despesas necessárias para os estabelecimentos desta natureza’; ‘Eu nada entendo de arquitetura’” (Alexandre Tomás de Moraes Sarmiento, Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa, ata de 1821-6-30, diário número 115, p.1393 e p.1398)

¹³⁵ “O senhor presidente: ‘Trata-se agora da fatura e reparo dos palácios’. O senhor Braamcamp: ‘Peço que se separe a fatura dos reparos.’” (Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa, ata de 1821-6-30, diário número 115, p.1396)

de Junta Provisional ou Provisória do Governo Supremo do Reino, como assinalei atrás; 15 de setembro (revolta liberal em Lisboa); e 1 de outubro (entrada da Junta Provisional na capital do reino), dos quais perpetuaria a “recordação dos memoráveis e gloriosos feitos”¹³⁶. Sendo objeto de toda a solenidade, o monumento ganhou uma forma antecedente à sua inauguração formal, quando os deputados discutiram se haviam de fazer-se representar e por que modos se deviam fazer representar na cerimónia de lançamento da primeira pedra, onde o rei, chefe do poder executivo, estaria presente. Estariam presentes os “dois poderes mais essenciais para a organização pública”, o que tinha decretado a existência do monumento e o rei como garante da solenidade desse decreto. A quem pertencia a cena nesse enfrentamento e como geri-la, sem ter à mão, para que se consultasse, o preceito próprio? O deputado Luís António Rebelo da Silva manifestou poucas dúvidas quanto à importância dos protagonistas: “A cena é mais pertencente à nação que ao poder executivo e por consequência é mais essencial a presença de uma deputação das Cortes para fazer mais brilhante o ato que a do poder executivo, o qual (permita-se-me usar desta expressão) tem uma parte mais subalterna”¹³⁷.

Os representantes do Congresso, o “corpo que tem a representação nacional” não deveria permanecer imóvel, mas como deveria comportar-se? Onde deveria reunir-se, que cerimónias devia observar? Deveria tomar a esquerda do rei ou a sua direita? Também sobre isso o deputado não manifestava reservas: “Devem os deputados cercar El Rei e até deste modo se representa melhor a autoridade nacional reunida.” A opinião não era consensual porque esta cercadura de deputados ao rei poderia ser entendida como um cortejo – uma submissão – e isso não só não seria próprio da solenidade pretendida como não seria próprio do decoro. A cerimónia de lançamento da primeira pedra de um monumento futuro poderia ser vista em dois planos. Um hierarquizava os poderes em presença; outro unia-os fortemente, pois a grandiosidade e o decoro eram um só composto, divisível mas harmonioso na sua aparição¹³⁸.

¹³⁶ Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa, ata de 1821-5-14, diário número 79, p.895

¹³⁷ Luís António Rebelo da Silva, Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa, ata de 1821-9-14, diário número 176, p.2281

¹³⁸ “Torno a dizer, o Congresso é o primeiro corpo moral da nação; mas há certas relações de decência que assim como o chefe do poder executivo deve tê-las com o Congresso, assim também o Congresso deve tê-las com o poder executivo.” (João Maria Soares Castelo Branco, Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa, ata de 1821-9-14, diário número 176, p.2282)

OS RITUAIS ORDENADORES DOS PARLAMENTARES

A grandiosidade, as dificuldades do erário público, a determinação dos bens da Casa Real, a relação com as ordens ou congregações: na fala dos deputados existia, evidentemente, um campo circunscrito de possibilidades de discussão. Esse campo limitado deixava lugar para considerações mais ou menos idiossincráticas, desde que a discussão não deixasse de orbitar o que estava previamente estabelecido. E o que estava previamente estabelecido era bem mais do que a ordem do dia, pois precedia-a com todo o esplendor de um tabuleiro geométrico de normas, fórmulas e princípios a partir das quais a fala autorizada se autorizava a manifestar. Em representação das regiões continentais pelas quais tinham sido eleitos, as províncias de Além-Tejo, Beira, Estremadura, Minho, Trás-os-Montes e o reino dos Algarves, os primeiros deputados da nação portuguesa deviam comparecer junto de uma comissão de cinco pessoas previamente nomeada¹³⁹, encarregada de verificar os poderes de que vinham munidos, com as suas procurações. Estas deviam ser comparadas com as atas das eleições provinciais para aferir a sua legitimidade e, depois de confirmadas, passavam ao depósito do arquivo das Cortes. Os deputados, assim atestados no seu exercício, formariam com os seus nomes uma lista, que devia ser impressa e ser-lhes entregue, para que conhecessem a composição da assembleia e se reconhecessem nela.

Deviam dirigir-se à Basílica de Santa Maria Maior¹⁴⁰, implorando “o divino auxílio por meio da missa votiva do Espírito Santo”, celebrada pelo cardeal patriarca. Jurariam a “Santa Religião Católica Apostólica Romana, o Senhor D. João VI, e sua Augusta Dinastia” e o desempenho fiel e atento das suas funções, depondo a mão sobre o Evangelho, antes de ouvirem o hino *Vine Sancte Spiritus* e, logo depois, o *Te Deum Laudamus*¹⁴¹. Voltariam ao convento de Nossa Senhora das Necessidades (Palácio das

¹³⁹ A primeira comissão de verificação de poderes era constituída pelos seguintes cinco deputados: Francisco Simões Margiochi, Francisco António de Almeida Moraes Peçanha, Francisco Soares Franco, Manoel Alves do Rio e João Vicente Pimentel Maldonado (Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa, ata de 1821-1-24, diário número 1, p.1)

¹⁴⁰ Sé de Lisboa. “Concordou-se em que o secretário dos Negócios do Reino expedisse aviso ao Senado da Câmara desta cidade para fazer público por um bando no dia de amanhã, 25, que as Cortes Gerais e Extraordinárias se instalariam no dia seguinte 26 de Janeiro; e que pelas 9 horas da manhã do mesmo dia concorreriam os senhores deputados na Igreja Basílica de Santa Maria, para assistir à celebração da missa solene do Espírito Santo, e ali prestarem o devido juramento; havendo, a final desta solenidade, de tornarem ao paço e Sala das Cortes, a fim de realizar a sua instalação e dar princípio aos seus trabalhos.” (Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa, ata de 1821-1-24, diário número 1, p.2)

¹⁴¹ A religião católica como religião da nação portuguesa, a celebração solene destinada aos deputados, a inclusão no juramento do rei, dos deputados e dos conselheiros de Estado do compromisso de manter a

Necessidades), onde primeiramente ficou alojado o parlamento, e sentar-se-iam em quaisquer lugares, excluindo aqueles que estavam destinados aos membros do governo, ao presidente e aos secretários (Junta Provisional Preparatória das Cortes, 1821: 3-7). Os primeiros passos da carreira dos senhores deputados da Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa, que tiveram como papel fundador a escrita da primeira *Constituição*, eram cumpridos neste ambiente sacrossanto, destinado a codificar para os seus membros os novos poderes ritualmente sagrados sobre a terra. Em nenhuma hora a palavra era dada ao acaso, pois quem falava era o Estado, na pluralidade das suas vozes, à esquerda e à direita, e no desdobramento dos seus pensamentos.

O presidente, previamente eleito tal como o vice-presidente e os secretários, abria e fechava as sessões à hora “competente”, de acordo com as fórmulas “Abre-se a sessão” e “Fecha-se a sessão”; concedia a palavra aos deputados e devia suspendê-la se ela fugisse para lá dos “limites da moderação”, ordenando a saída da sala se o orador se não contivesse. Ordenador desta palavra acautelada, o presidente anunciava a ordem do dia da sessão seguinte, pelo que a sessão seguinte se cumpriria com o assunto esperado. Ao presidente competia um exigente caderno de disposições acerca da voz que se fizesse e quisesse ouvir: deveria “evitar a inação, a decisão inútil, a indecisão, as queixas, a surpresa, a precipitação, a flutuação nas medidas, as falsidades, as decisões viciosas na forma, as decisões viciosas na substância” (Junta Provisional Preparatória das Cortes, 1821: 9). Uma moção que se discutisse era deposta diante do presidente, com a finalidade exclusiva de, por essa presença cénica, chamar a atenção das Cortes para o assunto da discussão¹⁴² e era lida duas vezes em sessões diferentes, salvo se carecesse de urgência. O presidente não deveria aceder a partidos, antes conservar a mais apertada imparcialidade. Quando lhes eram endereçadas cartas oficiais, ao presidente, ao vice-presidente e aos quatro secretários, deveria ser escrito o tratamento de *Excelência*. Se ao

religião católica apostólica romana ou a referência na titulação régia a uma dupla legitimidade do poder real (“Dom..., por graça de Deus e pela Constituição...”) conferiam à Igreja o papel de uma das instituições limitadoras da soberania emanada da nação. A outra era a magistratura, quer pela sua independência, caráter inamovível dos cargos quer pelo campo de aplicabilidade prática da lei. Eventualmente por causa da ausência de uma jurisprudência que apenas permitisse aplicar a lei, os juizes gozavam de uma grande latitude que lhes permitia recorrer à “aplicação do direito não legislativo desde o direito romano com uso moderno até à legislação dos países mais cultos e civilizados.” (Hespanha, 2004: 90-92)

¹⁴² “Durante o debate, a moção escrita fica sobre a mesa, diante do presidente. Qualquer deputado tem direito de consultá-la, ou se lhe parecer, de pedir ao presidente que a leia. Isto todavia somente se pratica com o fim de chamar a atenção das Cortes acerca da forma ou dos termos da moção que dão lugar às observações que o deputado tenciona fazer.” (Junta Provisional Preparatória das Cortes, 1821: 10)

presidente orquestrador competia conceder e tirar o poder da palavra, aos deputados, vestidos de cores uniformes nos seus lugares, cabia o papel da centralidade do discurso. Por isso, deviam destacar-se e pôr-se de pé, salvo se motivos de saúde o impedissem. O discurso era dirigido ao Congresso e não a um deputado em particular.

O Parlamento assistiu a centenas de disputas em que os deputados falantes se olhariam como se fossem os únicos presentes e, embora acelerados pelo vozear de incentivos e doestos, o regimento entendia que a palavra de ordem era dirigida a uma assembleia, pois a palavra de ordem era dirigida ao próprio poder que a tinha entronizado, dispersando-se no número de eleitos e recolhendo a estes a parcela que lhes cabia dos despojos dessa palavra de ordem. Na elaboração das moções, os deputados deviam atender à concisão dos artigos, pois cada artigo devia “ser reduzido a uma proposição pura e simples” ou não conter duas proposições completas, cuja autonomia favorecesse uma apreciação em separado; deviam atender à “simplicidade nas proposições” e a sua redação devia ser a “expressão pura da vontade (...) sem mistura de razões, opiniões ou afeições distintas desta mesma vontade” (Junta Provisional Preparatória das Cortes, 1821: 24).

Moderados pelos limites do uso da palavra, *ritmados* pela hora de abertura, que rondaria as 10 horas da manhã segundo o regimento (Junta Provisional Preparatória das Cortes, 1821: 18)¹⁴³ e de fecho, somente quando se cansasse a urgência das matérias, *circunscritos* à ordem do dia, vestidos *uniformemente* e de uniforme vestido se reconhecendo como iguais sob a lei, os deputados alargavam o perímetro das suas restrições à justiça comum, perante a qual não podiam responder, extraindo-se dela. Somente responderiam ao Congresso pois não podiam ser presos nem ser responsáveis perante qualquer tribunal fora das Cortes e, durante as sessões em que estas se realizassem, não poderiam ser judicialmente executados por dívidas nem ser civilmente processados (Junta Provisional Preparatória das Cortes, 1821: 17-18).

Na exuberância discursiva que caracterizava os deputados tanto havia a ilimitada possibilidade de falar sobre todos os assuntos quanto, através do árduo trabalho de legitimação que estava em curso enquanto se elaborava a *Constituição*, quanto uma rarefação dessa possibilidade.

¹⁴³ No último dia do mês de janeiro de 1821 acordou-se que as sessões começariam às três horas da tarde. A sessão seguinte iniciou-se às 17h15 (Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa, ata de 1821-1-31, diário número 4, p.15; e ata de 1821-2-1, legislatura 1, diário número 5, p.17)

AS “IMPERFEIÇÕES” DO DIÁRIO DAS CORTES

Era ilimitado o tempo que os deputados tinham para falar sobre qualquer assunto e não deveriam ser interrompidos nesse processo, a não ser que se desviassem do assunto ou se lembrassem de invocar o nome do rei para que a votação de uma moção lhes fosse favorável. Se isso acontecesse, o presidente chamá-los-ia à ordem e, na ausência desta intervenção, qualquer outro deputado bradaria “À ordem”, denunciando um desvio, uma alteração inusitada e desconforme ao regimento: o tempo ilimitado do discurso devia comprimir-se dentro da sua limitada estrutura. Haveria que decidir então se ao deputado que “foi trazido *à ordem*” era permitido continuar a falar ou se lhe se devia negar a palavra ou mesmo se devia ser censurado: primeiro um brado, depois a recondução à ordem, dupla sanção para repor o estado do discurso no lugar reconhecível pela lei. Dupla sanção que ocorria enquanto a discussão estava suspensa, pois a discussão não podia prosseguir sem este hiato se fechar sobre si (Junta Provisional Preparatória das Cortes, 1821: 27-28).

Seria necessário, portanto, que se dissesse sobre este discurso do poder que havia nele uma forte contingência; que o discurso do poder, escutado e aceite como do poder, que decidia por entre o emaranhado de caminhos possíveis aqueles que seriam tomados, estava numa rede da ordenação e que esta ordenação era uma limitação de partida. Seria conveniente, além de necessário, dizer que este discurso se deparava com nova limitação, na sua chegada e no seu ponto de escuta. Já assinalei, quase na partida do texto, como o discurso de Francisco Manuel Trigoso de Aragão Morato na sessão de 27 de abril de 1821 estava incompleto, no momento em que o deputado tentava persuadir os presentes sobre a necessidade de o conjunto de Mafra merecer diferentes cuidados conforme as partes edificadas que estivessem a considerar-se. Frequentemente os deputados falavam tão baixo que era impossível ouvir o que diziam. Outros tão depressa que não se conseguia recolher a sequência dos seus argumentos. O diário das sessões saía com “imperfeições” como se à fala devesse corresponder uma escrita em tudo idêntica.

No dia 3 de março de 1821, pouco mais de um mês depois de ter sido eleito para a comissão do *Diário das Cortes*, que devia fiscalizar a produção desse documento, o deputado João Vicente Pimentel Maldonado queixava-se no Parlamento dos “desvelos e fadigas da comissão” e dos trabalhos empregados que tinham como trabalho a redação do diário. Não era apenas a questão de os deputados falarem baixo; nem somente dos

que falavam a correr; era ainda os que, falando, estarem longe do taquígrafo e portanto não poderem ser convenientemente ouvidos. Os elementos da comissão de fiscalização do diário observavam que apenas existia um taquígrafo capaz, sendo o seu trabalho sem dúvida digno de mérito.

O deputado Pimentel Maldonado reconhecia que o diário saía com falhas mas, com tantos obstáculos, “era de admirar que pudesse ter progredido pela maneira que se via”. Defendia a ação de fiscalização da comissão mas não desejava continuar com semelhante papel “pois que escutava queixumes em vez de agradecimentos.” Em vão: o Congresso e o seu presidente opuseram-se e vozearam ao deputado que continuasse com o “bem manifesto zelo” do seu trabalho¹⁴⁴. O único “taquígrafo capaz” era o espanhol Angelo Ramon Martí, contratado por não haver no reino de Portugal ninguém habilitado para uma arte que não consistia somente num sistema de escrita rápida com o auxílio de abreviaturas mas no uso desse sistema até se escrever tão rapidamente como se fala, como ensinava o manual do seu pai, o gravador e também taquígrafo Francisco de Paula Martí (Martí, 1831: 5).

A rapidez era, de resto, um argumento para a defesa da arte e para a construção da sua utilidade. A arte permitia que os pensamentos velozes e luminosos não se dissipassem, antes pudessem ser difundidos com a conveniência da doutrina em que tinham sido verbalizados. Essa velocidade tinha sido cultivada pelos povos antigos, legitimados pela mestria no uso da escrita (hebreus, fenícios, gregos e romanos), que tinham colocado a arte da taquigrafia “nos primeiros lugares da educação pública” (Figura 3).

Mesmo que se considerasse que não haveria razões para olhar os mestres do passado, Francisco de Paula Martí reservava sobejas razões para apreciar a taquigrafia no presente: quem não desejaria seguir a palavra dita sem ter de empregar mais tempo do que aquele em que a palavra era pronunciada? A quem não ocorria o desejo de escrever com velocidade e poder escrever num dia aquilo que levaria uma semana? Discípulos e ouvintes dos mestres ganhariam em escrever os pensamentos despendidos para poderem voltar deter-se neles, conseguindo talvez ganhar meses e até anos de esforço, como se a taquigrafia encerrasse o milagre da aprendizagem na fórmula própria em que a escrita dos pensamentos se agilizava. Quem duvidaria da utilidade do uso da velocidade da escrita no âmbito dos tribunais onde, como vimos, havia que decidir que as lezírias, ínsuas e mouchões eram do rei, qualquer que fosse a forma que tivessem entretanto

¹⁴⁴ Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa, ata de 1821-3-3, diário número 27, p.205

tomado? Interrogatórios, confissões e acareações, podiam prescindir da escrita expedita? Quantas vezes os advogados permaneciam na forma delongada que exigia a gravidade dos assuntos com que lidavam, não podendo expedi-los com a brevidade e resolução que se lhes pedia no tempo limitado de que dispunham? Para não mencionar todos os escrivães, notários e secretários cuja missão era fixar no papel as resoluções de um corpo profissional ao serviço da nação, como era o caso dos funcionários que trabalhavam para o *Diário das Cortes* (Martí, 1831: 6).

Em 5 de março de 1821, o taquígrafo Mor das Cortes, Angelo Ramon Martí, apresentou uma representação em que refletia sobre as limitações do sistema da escrita rápida: “Por mais suscetível que seja de velocidade não é possível que chegue nunca a ter tanta como a língua”. Segundo o taquígrafo, os primeiros deputados da nação portuguesa, porque falavam do zelo do bem comum, porque eram bem-intencionados na representação da nação, porque neles fervia uma babilónia de ideias, que os levava a sobrepor as vozes uns dos outros e porque falavam aceleradamente, não se lhes conseguia seguir o rastro. E “porque a mão não é composta de articulações da mesma flexibilidade que as da língua; e ainda que a rara prática e habilidade de um taquígrafo cheirasse a conseguir isto, nunca lhe seria possível escrever o que dois falam ao mesmo tempo; daqui pode resultar a inexatidão notável em alguns discursos como assim mesmo a falta de ordem na colocação destes discursos no diário”¹⁴⁵.

¹⁴⁵ Angelo Ramon Martí, Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa, ata de 1821-3-7, diário número 29, p.217



Figura 3. Sentado à mesa com a toalha vermelha, o taquígrafo toma as notas possíveis por entre os senhores deputados durante uma sessão das Cortes Constituintes. A arte da taquigrafia – o sistema que permitia registrar por escrito com a mesma rapidez com que se falava – não enfrentava somente os problemas dos deputados que falavam baixo, nem dos que falavam a correr, nem dos que estavam longe do taquígrafo de serviço e não podiam ser convenientemente ouvidos. A essa rasura dos discursos do poder que tinha origem logo na fonte, juntava-se o trabalho de seleção que os taquígrafos entendiam levar a cabo e a composição que os deputados faziam a partir das notas tiradas, instituindo o julgamento do próprio orador sobre a sua exposição para memória futura e inscrevendo a fala dos deputados no circuito das inúmeras contingências da fixação dos discursos

(Fonte: Pintura de José Maria Veloso Salgado (1920)/Museu da Assembleia da República)

INTERJEIÇÕES E INCOMPLETUDE DA FALA

No Parlamento, os taquígrafos intervinham sobre a matéria que deviam relatar registrando as suas próprias palavras, escrevendo as dificuldades em levar avante o seu ofício. Eles não ouviam, não percebiam o que ouviam – mesmo que os apoiantes dos que falavam ouvissem - ouviam mal, mesmo que os deputados falassem devagar, ouviam mal mesmo que os deputados dissessem pouco, ouviam sussurros e por vezes qualificavam-nos como sussurros de aprovação, de reprovação, ouviam palmas mas não os discursos que tinham suscitados as palmas, desenhavam elipses para as circunstâncias em que os deputados repetiam ideias, transcreviam reticências... De tudo entendiam pouco: “Não se ouviu e foi apoiado pelos que ouviram - diz o taquígrafo”¹⁴⁶; “Este senhor deputado fala tão baixo, bem que muito devagar, que só se lhe puderam copiar as frases que vão entre pontos de reticência – diz o taquígrafo Martí – e nota, e copia [*sic*] vai tudo fielmente trasladado”¹⁴⁷; “Seguem-se mais umas tantas palavras e – não entendi bem – diz o taquígrafo [Joaquim] Machado”¹⁴⁸; “Discutiu-se por mais um pouco em que se repetiram as mesmas ideias – diz o taquígrafo”¹⁴⁹; “Seguem-se mais quatro ou cinco linhas que não se entendem e – foi o que entendi – diz o taquígrafo”¹⁵⁰; “O mais não ouvi – diz o taquígrafo”¹⁵¹; “Não se ouviu – diz taquígrafo”¹⁵²; “Não percebi – diz o taquígrafo Machado”¹⁵³; “O senhor Durão aprovou também a proposta do senhor Alves do Rio mas não se ouviu o que disse (diz o taquígrafo)”¹⁵⁴; “ Senhor Gouveia Osório. – (Disse muito pouco e esse não entendi nem palavra – diz o taquígrafo Machado)”¹⁵⁵; “(Sussurro de desaprovação)”¹⁵⁶; “*De tudo entendi pouco* [em itálico no texto] – diz o taquígrafo Machado”¹⁵⁷. O taquígrafo podia também comprovar a sua presença na sala usando longamente o discurso indireto, o que supunha uma meditação do que tinha sido dito e mesmo comentários sobre como os momentos de discussão eram vividos:

¹⁴⁶ Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa, ata de 1821-3-20, diário número 38, p.308

¹⁴⁷ *Ibidem*, p.305

¹⁴⁸ *Ibidem*, ata de 1821-3-17, diário número 37, p.286

¹⁴⁹ *Ibidem*, ata de 1821-3-21, diário número 39, p.313

¹⁵⁰ *Ibidem*, ata de 1821-3-17, diário número 37, p.287

¹⁵¹ *Ibidem*, ata de 1821-3-21, diário número 39, p.320

¹⁵² *Ibidem*, ata de 1821-3-22, diário número 40, p.335

¹⁵³ *Ibidem*, ata de 1821-3-23, diário número 41, p.342

¹⁵⁴ *Ibidem*, p.343

¹⁵⁵ *Ibidem*, ata de 1821-3-31, diário número 47, p.414

¹⁵⁶ *Ibidem*, ata de 1821-4-2, diário número 48, p.426

¹⁵⁷ *Ibidem*, ata de 1821-3-5, diário número 35, p.278

Houve alguns momentos de agitação entre alguns senhores deputados que apoiaram decididamente o senhor Borges Carneiro, mostrando com a maior veemência e rapidez que era inconstitucional e inatendível a proposição do senhor Leite. Este senhor pediu fazer explicação [sic] das suas palavras: foi-lhe concedido pelo senhor presidente dizendo que não julgava que tivesse sido sua intenção ofender alguém. O senhor Leite reproduziu a ideia anterior em três ou quatro palavras: foi chamado à ordem repetidamente. - Tudo isto foi obra de um momento e passou com a maior viveza. - Observação do taquígrafo Martí. (Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa, ata de 1821-5-28, diário número 91, p.1053)

A 24 de abril de 1821 era a vez Alexandre Tomás de Moraes Sarmiento falar de “uma grande lacuna” no seu discurso, quando este deputado e Manuel Borges Carneiro se interromperam mutuamente, por entre a dificuldade do taquígrafo Joaquim Machado em tomar notas da sessão¹⁵⁸. Eram frequentes as vozes em simultâneo: “Falaram a par quatro ou cinco senhores deputados”¹⁵⁹. A 28 de abril o mesmo taquígrafo Joaquim Machado assinalava que o sussurro na sala era tal que quando falava o deputado Manuel Borges Carneiro só tinha conseguido ouvir o sussurro¹⁶⁰. A 5 de maio, o taquígrafo comprovava que a sua posição na sala não era boa: “Este senhor deputado ficou muito longe da minha mesa e só puderam chegar aos meus ouvidos os pensamentos que aqui vão escritos – palavras do taquígrafo”¹⁶¹. No dia 8 do mesmo mês, as palmas sobrepuseram-se à voz, depois de gritos “À ordem, à ordem”: “Eram as palmas tantas nas galerias que não pude perceber as últimas palavras – diz o taquígrafo Machado”¹⁶². Havia na representação de Angelo Ramon Martí considerações relativas à acústica, à arquitetura e à ergonomia. A sala no convento de Nossa Senhora das Necessidades era “uma meia elipse onde estão sentados os senhores deputados e um retângulo onde a voz se espalha”, que a fazia esvair-se “nos seus ângulos”; a sala não era própria nem para o taquígrafo, nem para os espetadores nem para os deputados. “E ninguém pode escrever o que não ouve: unindo-se a isto a má colocação das mesas dos taquígrafos” – opinião partilhada por João Vicente Pimentel Maldonado, como se viu. E porque os taquígrafos tinham um renome a manter, “não querendo estes perder a sua reputação (e por que se não diga que não podem escrever) vêem-se obrigados a substituir o que lhes parece que dizem, ou deviam dizer os senhores deputados, relativamente ao tema que se tinham

¹⁵⁸ *Ibidem*, ata de 1821-4-24, diário número 62, p.659

¹⁵⁹ *Ibidem*, ata de 1821-5-9, diário número 75, p.847

¹⁶⁰ *Ibidem*, ata 1821-4-28, diário número 66, p.710

¹⁶¹ *Ibidem*, ata de 1821-5-5, diário número 72, p.803

¹⁶² *Ibidem*, ata de 1821-5-8, diário número 74, p.829

proposto a seguir”¹⁶³. Os diários saíam com os erros provenientes destas duas causas importantes, a rapidez do discurso e a sobreposição de vozes, de um lado; a falta de condições de trabalho para os taquígrafos, do outro¹⁶⁴.

O taquígrafo não queria perder a reputação e tinha nas mãos o poder de transmitir a boa ou má opinião que os deputados viriam a adquirir, através da fixação das suas vozes. Uma terceira causa vinha juntar-se às anteriores para que os diários das Cortes saíssem imprecisos. Era necessário que todo o trabalho de escrituração fosse realizado por uma equipa, de preferência como em Espanha onde os taquígrafos eram 12, segundo dizia. Ramon Martí tinha seis ajudantes, é certo, mas com “ordenados tão mesquinhos e com esperanças tão incertas de melhores” que se questionava como poderia ser entendida uma arte que remunerava tão pouco e que tão poucas possibilidades de evolução oferecia aos seus profissionais no quadro das urgentes necessidades da assembleia constituinte portuguesa de Oitocentos.

Em que arte, perguntava Martí, se trabalhava 12 horas com tanta fadiga, não se querendo “comparar as manufacturas mecânicas com as obras em que o trabalho físico se acha muito imediatamente unido com a cooperação intelectual?”¹⁶⁵. Sobre este assunto, não haveria economia a considerar. O que haveria a considerar era a dispersão da palavra escrita expendida pelas Cortes cuja matéria era necessário transmitir oficial e prontamente à nação. “Até agora tem-se julgado que de qualquer modo se podia levar ao cabo esta empresa. Até agora não tem havido mais que um taquígrafo. Não preciso entrar em outros detalhes, como havia de fazer um homem só o que fazem doze?”¹⁶⁶.

Na ideia de Angelo Ramon Martí estava também a necessidade de eliminar outra contingência: a que resultava não já da sobreposição das vozes ou da difícil audição ou ainda da falta de uma equipa de profissionais mas da própria contradição entre a fala de um deputado e o que ele queria dizer. Se em Espanha havia 12 taquígrafos servindo na secretaria do diário¹⁶⁷, eles revezavam-se por causa da difícil tarefa que tinham a cargo e porque passavam os dias de descanso a copiar todas as notas para as restituir aos

¹⁶³ Angelo Ramon Martí, Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa, ata de 1821-3-7, diário número 29, p.217

¹⁶⁴ “Saíndo já os diários na sua primária origem com os defeitos que são o resultado das duas poderosas causas enunciadas” (*Idem, ibidem*)

¹⁶⁵ *Idem*, Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa, ata de 1821-3-7, legislatura 1, sessão legislativa 1, número 29, p.218

¹⁶⁶ *Idem, ibidem*

¹⁶⁷ Angelo Ramon Martí reconheceria que em Espanha o número seria menor por volta de 1827: “...em Espanha de 12 que devia compor-se o estabelecimento da redação do Diário das Cortes somente havia 8, por não ter-se podido encontrar a totalidade do número que prestasse.” (Ribeiro, 1876a: 255)

deputados, se necessário fosse, para as validar. Porque “o mais eloquente orador não pode deixar de cometer alguns erros de linguagem, coordenação de ideias etc., no fogo da locução; tais coisas se costumam dizer que nunca se imaginaria poderem-se ter dito”¹⁶⁸. Contingência, pois, do julgamento do deputado sobre a sua própria exposição, correção possível dessa oralidade que podia desviar-se da norma, que podia mesmo escapar à vontade do orador, como se a forma escrita pudesse restituir a oralidade à honorabilidade e como se o desvio pudesse estar nessa velocidade da oralidade, incontável, inflamável, à qual devia sobrepor-se a velocidade controlada da prática taquigráfica.

Contingência, portanto, da fixação do discurso evocada por quem a fazia presencialmente, no momento mesmo em que a palavra pronunciada se elidia no imediato encontro do interlocutor. Contingência que vinha somar-se à contingência desse discurso vigiado pelo giro das suas normas e regulamentos, contingência do discurso de lei que exibia a fragilidade de não se poder, eventualmente, prescrever na sua totalidade, no desencontro entre a flexibilidade da voz e a agilidade da mão, contingência que imaginava a velocidade da voz como inimiga da fixação rigorosa, uma contingência da escrita que podia pouco em face do poder do pensamento, mesmo que fosse uma escrita destinada à transcrição, para da transcrição se extrair a lei e da lei, de novo, se extrair o pensamento que devia prevalecer.

As razões de Martí foram oferecidas sob a forma de um regulamento às Cortes, traduzindo o que tinha sido convencionado para a redação do *Diário das Cortes* de Espanha (1820), em que se previa uma equipa de 25 pessoas (um chefe, quatro redatores, 12 taquígrafos, três revisores, três escrivães e dois porteiros). O chefe dirigia a redação do periódico, reveria o manuscrito das sessões e era responsável junto das Cortes pela “inexatidão e mais faltas que se cometam no diário”¹⁶⁹. Competia-lhe estabelecer os turnos dos empregados e as horas a que trabalhassem. Aos redatores, em segundo lugar na hierarquia, competia recolher textos, leis e outros documentos que os deputados tivessem lido ou citado; competia recolher, junto das comissões a funcionar nas Cortes, outros documentos que necessitasse e dos quais se poderia mandar fazer cópia ou cópia de trechos; competia examinar e corrigir os textos que os taquígrafos entregassem e, com todos estes elementos, conferir às sessões “a maior exatidão”. Das

¹⁶⁸ Angelo Ramon Martí, Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa, ata de 1821-3-7, diário número 29, p.218

¹⁶⁹ *Ibidem*, p.219

sessões em que estivessem presentes, os redatores recolheriam apontamentos das opiniões que ouvissem e “as principais razões em que se fundarem”¹⁷⁰. Nova contingência, portanto, aparecia sobre a exatidão procurada: os redatores decidiriam sobre as opiniões que ouvissem resolvendo quais as principais e quais as acessórias, regulando se extratariam textos inteiros ou trechos desses textos. A partir destas contingências do discurso (regras pelas quais ele podia estabelecer-se; problemas na sua fixação, porque havia dificuldade em seguir o que os deputados diziam, porque não havia profissionais em número mínimo, porque os próprios deputados exerceriam sobre a sua oralidade um dever policial de reescrita, porque os redatores fariam prevalecer um entendimento sobre o que era essencial) elaborava-se a memorização futura. Sobre um fundo um tanto vago radicava-se o perene. De tudo ficava um pouco.

NOTAS FINAIS

Tentei tornar claro que os deputados, tentando construir as bases da sua legitimação, habitavam a ambivalência própria das coisas não firmadas, hesitando entre a crítica ao despotismo do Antigo Regime e a incorporação de gestos e rituais que faziam a respeitabilidade dos reis e a aquisição do seu decoro. Que o decoro, remetendo para um respeito e para uma dignidade, e também para o ornamento e o adorno, se devia referir tanto às pessoas ilustres quanto aos monumentos.

Que foi mais ágil poder conceder um papel aos palácios do que fazê-lo em relação aos monumentos mas que, ainda assim, se estava tentar a subtrair do poder real a conservação dos palácios como afirmação do poder das Cortes. Que os monumentos eram simultaneamente uma prova dos abusos passados dos reis e maravilhas, por vezes colossais, que não podiam deixar de ser admiradas.

Que as palavras proferidas no Parlamento, e a sua tradução para memória futura, se reproduziam a partir de um conjunto de rituais e dentro de prescrições limitadas; que não se podia dizer tudo nem qualquer coisa a qualquer hora. Não deveria, portanto, causar espanto que os monumentos viessem brevemente a encontrar-se envolvidos numa luta de vocábulos pela melhor definição sobre como os deputados os deviam considerar.

¹⁷⁰ *Ibidem*

2.

UMA RAZÃO DE ESTADO SOBRE OS MONUMENTOS. INSTAURAÇÃO DO TRIUNFO DA *CONSERVAÇÃO* SOBRE A *VENERAÇÃO*

UMA PRIMEIRA APROXIMAÇÃO aos cuidados que a nação observaria com os *monumentos* levou-nos não só a essa ramificação entre palácios (destinados ao recreio e decência das figuras reais) e entre monumentos (destinados à ocupação dos serviços do Estado), ambos, palácios e monumentos, ao serviço do decoro de reis e de representantes do Estado, ramificação hoje completamente esquecida entre nós; levou-nos também à necessidade de criar um regime excecional – de resto, previsto na *Constituição* de 1822 e na *Carta Constitucional* de 1826, destinado aos palácios reais, para que essas funções de recreio e decência pudessem resplandecer. Se era verdade que os palácios e os monumentos remetiam para as ideias de fausto, grandeza e esplendor, uma outra aproximação que se juntasse a esse rebrilho devia confiar-nos a outra ordem de ideias: a de que o esplendor dos monumentos, remetendo para feitos patrióticos, além de servirem o decoro do Estado, não eram, não poderiam nunca ser, neutros. Eles eram condutores das excitantes virtudes cívicas dos cidadãos e reflexo do seu amor à pátria, tópicos que o século XIX acarinhou.

Foi por considerar que o monumento da Batalha reunia grandezas morais, considerações artísticas e considerações históricas que o inspetor das Obras Públicas e deputado Luís da Silva Mouzinho de Albuquerque se dedicou à sua conservação e restauração, sem perder de vista uma panorâmica acerca de todos os edifícios que deviam servir o Estado e sem esquecer que, para bem servir o Estado, não seria possível tomar boas decisões sem a existência de um inventário. Ao referir que os monumentos eram como as boas vias de comunicação, como as pontes e como as mercadorias, Mouzinho de Albuquerque acentuava que esses imóveis antigos eram uma das emanações do poder do Estado, ou seja, que nada de neutral havia na sua existência.

A tomada de boas decisões não era só necessária, mas imprescindível a partir do momento em que um amontoado de imóveis caiu na alçada do Estado, com a extinção

das casas religiosas masculinas. A tensão entre expandir os poderes do Estado pela restauração e ocupação desses imóveis e a necessidade de lidar com situações em todo o reino relativas aos conventos e outros estabelecimentos antes ocupados por religiosos, que ameaçavam ruína e decadência, era exemplarmente demonstrada com o caso de um dos monumentos mais referidos pelos deputados ao longo do século XIX, o Convento de Alcobaça.

A venda dos bens nacionais ocasionou a criação de outras exceções, que não as dos palácios constitucionalmente protegidos. Era o caso dos objetos usados no culto e dos objetos preciosos de ouro e prata. E era o caso, nos imóveis, de edifícios para o serviço do Estado, para o desenvolvimento da indústria e das artes, para o Exército e Marinha e, finalmente, dos edifícios antigos que por razões artísticas ou históricas merecessem ser conservados.

A venda dos bens nacionais trouxe à superfície outra tensão, evidenciada na discussão do primeiro artigo do projeto de lei sobre o assunto. Como é que os deputados deviam observar os monumentos a ser apropriados, herdados, sobretudo, das ordens religiosas? A eloquência parlamentar fazia irromper uma briga entre os termos usados para os deputados se referirem, doravante, aos edifícios históricos representativos de grandes feitos e de grandes épocas: deveriam ser *venerados* ou deveriam ser *conservados*? A um poder representativo dos povos caberia venerar edifícios subtraídos a uma classe da população que, justamente, era acusada de se ter desviado do caminho da honra e da probidade? Não seria o *venerar* a continuação de privilégios “odiosos” que era preciso extirpar pela raiz? Noutra ordem de ideias, se havia a necessidade de os novos poderes constitucionais serem reconhecidos e respeitados pelos povos, a veneração das antiguidades – em certa medida, do que era certo, constante e durável – não justificaria a transmutação dessa palavra para o léxico sobre os monumentos, como prolongamento incontestável e concreto do reconhecimento do poder parlamentar?

OS EDIFÍCIOS DO REINO SOB TRÊS PONTOS DE VISTA

Na sessão parlamentar de 8 de abril de 1843, o deputado da nação Luís da Silva Mouzinho de Albuquerque defendeu que os edifícios do reino deveriam ser considerados sob três pontos de vista. Em primeiro lugar, os que pelo seu valor artístico e arquitectónico e pela sua capacidade de construir uma memória, pudessem ser

designados monumentos. Mouzinho reclamava, perentoriamente, a conservação de edifícios de valor monumental, histórico ou artístico, e a sua classificação deveria ser determinada por uma comissão nomeada para o efeito ou então pela Academia das Ciências de Lisboa. Em segundo lugar, e só depois de realizada “esta primeira separação”, os poderes públicos disseminados pelo território (governadores civis e câmaras municipais) obrigaram-se a classificar os edifícios que entendessem ser indispensáveis para o exercício da justiça (locais de detenção e de julgamento), para o aquartelamento de militares ou para a instalação dos serviços administrativos. Em terceiro lugar, os edifícios que tivessem sido apurados daquela última forma, deveriam dividir-se, em cada município, consoante a sua função, de modo a garantir condições e segurança e a enobrecer o reconhecimento dos poderes locais pois sabia-se que muitos dos municípios portugueses não tinham nem casa para albergar a câmara nem cadeia: “Na vila de Alvaiázere encontrei eu os presos que deviam ser julgados numa audiência geral, metidos numa casa particular cercada de povo armado, porque as paredes não sustinham não só os presos, mas nem uma mosca”¹⁷¹.

Relativamente à administração da justiça, Mouzinho de Albuquerque defendeu uma preocupação por instalações adequadas que não só fossem como parecessem dignas, uma vez que todo o aparato judicial, tanto como a aplicação das leis, tinha uma relação direta com a segurança pública e a percepção, pelos povos, do respeito que lhe era devido: “Isto [falta de edifícios próprios] acontece em mais partes, e o serviço público não pode fazer-se assim, porque não havendo aonde recolher os réus, não pode haver segurança pública, e de mais é também verdade que as aparências influem na moral dos povos, a justiça administrada num lugar incompetente perde uma parte do seu prestígio, e do respeito que deve impor aos povos”¹⁷².

Para propor esta classificação tripartida, que devia ser estruturada de acordo com uma avaliação decrescente da importância dos edifícios a conservar, Mouzinho retomava no Parlamento um documento apresentado ao governo em 1840 e baseava-se no conhecimento adquirido em viagens pelo reino, durante as quais tinha observado em ruína uma grande quantidade de edifícios nas principais cidades e vilas. Entre os bens da nação que se achavam à venda os edifícios eram, de longe, os de destino mais incerto: “As terras mais baratas ou mais caras sempre se vendem mas quanto aos

¹⁷¹ Luís da Silva Mouzinho de Albuquerque, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1843-4-8, diário número 77, p.90

¹⁷² *Idem, ibidem*

edifícios não acontece assim; há edifícios de tal ordem que por preço algum se vendem e ainda que se dessem gratuitos ninguém os quereria”¹⁷³. Mesmo sem interessados na aquisição, o deputado entendia que o Estado só devia decidir o que lhes fazer depois de os classificar rigorosamente.

No documento apresentado em 1840 a que Mouzinho se referiu no Parlamento, quando ocupava o cargo de inspetor geral interino das Obras Públicas, explicava-se que o Estado tinha a responsabilidade de um número “considerável” de edifícios, muitos dos quais decorriam da extinção dos mosteiros, conventos, hospícios e colégios das corporações religiosas regulares masculinas cujos bens tinham passado para o domínio público a partir de 1834, número tão considerável que a instalação de serviços públicos por todo o reino não os poderia nunca ocupar e que, avaliados relativamente ao custo da construção, não teriam para os particulares qualquer valor de uso que pudesse comparar-se-lhe. “Tais edifícios estão, portanto, e continuarão provavelmente a estar por muito tempo a cargo da nação” (Albuquerque, 1840a: 20).

Se eles não pudessem ser ocupados por serviços públicos nem se notabilizassem pela arquitetura e por recordações históricas ou pela evocação de feitos gloriosos de Portugal, parecia claro que deviam considerar-se inúteis e todas as despesas de conservação que pudessem sofrer seriam esforços perdidos. O Estado devia alienar este património por qualquer preço que fosse, sendo de esperar que a maioria dos edifícios, localizados no interior das cidades e vilas, observando-se o abandono e o desmoronamento, caísse em ruína irreprimível. Outro conjunto, o dos edifícios que o serviço geral do Estado, que os serviços locais ou que organizações várias pudessem adaptar às suas conveniências, seriam conservados. Entre os edifícios destinados aos serviços administrativos, o relatório de Mouzinho dividia-os, quanto à sua aplicação, naqueles que eram morada das repartições centrais do reino e da sua administração; nos que eram morada das administrações distritais e municipais; e nos estabelecimentos destinados à instrução pública e à instalação das organizações promotoras das ciências, artes, letras e indústria. O relatório dava conta de que muitos estabelecimentos de instrução primária ou não funcionavam ou funcionavam mal, havendo localidades em que a falta de zelo conservava na sombra privações relacionadas com a adequação dos espaços que favoreciam a inatividade dos professores. Verificava-se a ausência de uma lista de todos os lugares do reino onde existissem ou devessem existir escolas públicas e

¹⁷³ *Idem*, p.89

um informe sobre o modo como estavam alojadas as escolas existentes, para que fossem orçamentadas as obras convenientes. Quanto aos edifícios onde a justiça era administrada, o relatório diferenciava os tribunais, devidamente instalados, dos imóveis em que os juizes de direito faziam as audiências gerais em situações precárias e ainda das prisões, cujo “estado deplorável” não oferecia segurança, deixando evadir os presos facilmente e, nos casos em que os conseguiam manter, obrigando-os a uma vida miserável quanto à comodidade, asseio e segurança.

A CONSERVAÇÃO DO VENERÁVEL MONUMENTO DA BATALHA

O melhoramento dos edifícios para serviço geral ficaria na alçada das Obras Públicas, enquanto que os restantes, para serviços locais ou corporações, deviam ser-lhes entregues sem demora. Finalmente, os edifícios que fossem notáveis pela arquitetura, por recordações ou evocações gloriosas, a que Mouzinho chamava “monumentos” para simplificar (como ele dizia no relatório), deviam ser atentamente inspecionados, feitas obras para assegurar a sua conservação e realizada a restauração, quando fosse indispensável. Como é óbvio, esta classificação obrigava ao arrolamento geral dos edifícios públicos existentes no reino, mas Mouzinho indicava alguns dos monumentos localizados fora de Lisboa que deviam ser conservados: os conventos de Alcobaça, de Mafra e da Batalha. O esforço de inventário tinha tido uma primeira iniciativa pelo próprio Mouzinho de Albuquerque enquanto ministro do Reino, quando, em 1836, encarregou a Academia Real das Ciências de fazer um rol de todos os edifícios das extintas ordens regulares que fossem notáveis por algum destes parâmetros: i) época de fundação; ii) factos históricos com eles relacionados; iii) monumentos fúnebres ou relíquias de homens célebres; iv) pela arquitetura, para que o governo os tivesse na conta de monumentos públicos e pudesse decidir em conveniência quanto a vendas, alienações ou “desorganização” desses objetos considerados de “interesse nacional”¹⁷⁴. O destaque desta iniciativa tinha a ver com dois aspetos, por um lado, o seu foco estar apenas nos conventos e em outros edifícios religiosos que podiam vir a ser monumentos; por outro, o de conferir-se a uma corporação o trabalho inventariante que, de resto, propunha um caderno de deveres relativamente extenso.

¹⁷⁴ *Coleção de leis e outros documentos oficiais publicados desde 1 de Janeiro até 9 de setembro de 1836. V Série*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1836, p.39

Aos informadores no reino, a Academia pedia uma relação dos conventos extintos, com informação de quais estavam abandonados, vendidos, em uso ou conservados por ordem do governo; e pedia que verificassem, nos claustros, dormitórios, cercas e capelas dependentes dos conventos, sob um requisito de reconhecimento da valia das coisas antigas e da procura de datas históricas, se existiam: i) inscrições, sepulcrais ou históricas de qualquer período e necessidade de obter cópia das mesmas, no caso de serem localizadas; ii) mausoléus, túmulos, campas ou outros monumentos sepulcrais, com indicação da forma, qualidade da pedra e merecimento arquitectónico; iii) vidraças com figuras ou sem figuras; iv) estátuas e lápidas com emblemas ou escudos, devendo anotar-se tudo que fosse antigo e quanto ao que fosse moderno, tudo o que fosse perfeito pela arte; v) pinturas nos tetos e nas paredes e qual o seu valor; vi) painéis em cobre, pano ou madeira; vii) azulejos que representassem factos históricos ou ostentassem datas; viii) mosaicos, com figuras ou com florões; ix) sinos, sobretudo os que tivessem datas ou inscrições x) obras de talha e de escultura em pedra, dignas de serem notadas.

O fim último era poder decidir em função de vendas, alienações ou dispersão de objetos que seriam de interesse nacional; embora o governo reconhecesse que não podia opor-se à demolição de igrejas sem colocar em causa o direito de propriedade, a ideia era a Academia ter uma palavra suficientemente rápida e informada sobre o valor dos objetos transacionáveis. E mesmo vendendo-se esses objetos, devia impor-se nas vendas a condição de os compradores transportarem lápidas, monumentos sepulcrais e outros monumentos nas igrejas vendidas, à sua custa, para os locais que a Academia designasse (Ribeiro, 1876a: 122-123). Nos três anos e meio anteriores à intervenção no Parlamento, Mouzinho de Albuquerque tinha estado encarregado da conservação e reparação de um “padrão de glória” e “primor de arte”, o edifício monumental da Batalha. Numa memória, publicada postumamente, sobre os trabalhos realizados e sobre os trabalhos que esperaria realizar se tivesse continuado com o encargo e não tivesse sido exonerado, explicava por que razão um monumento como a Batalha era importante para o governo e para o poder legislativo: porque sendo venerável e patriótico, dos pontos de vista histórico e arquitectónico, era um excitante de “virtudes cívicas” e do “amor da pátria”.

Monumentos como a Batalha eram conservados nos tempos passados até que o brio se enfraquecesse e os “vínculos morais da sociedade” afrouxassem e permitissem a ruína, que atestaria igualmente a ruína dos povos seus edificadores (Albuquerque, 1854: IX-

X). A ruína dos edifícios era um sinal da ruína moral da sociedade pelo que ao Estado não deveria ser indiferente conservar ou não conservar um monumento que exigia “contínuas atenções e cuidados” (Albuquerque, 1854: IX).

Nessa memória sobre a Batalha, Mouzinho de Albuquerque considerou que o monumento era suscetível de considerações artísticas para os amadores de belas-artes e enquanto servissem a sua conservação e restauro; e suscetível de considerações históricas, que enformavam o edifício como um troféu nacional capaz de recordar as mais intensas grandezas morais. Para estas últimas concorria a localização naquele monumento dos restos mortais de figuras de relevo da história de Portugal, particularmente dos de D. João I, cujas cinzas evocavam as epopeias que lograram, pelas viagens dos descobrimentos, pôr em contacto as diversas partes do mundo que antes eram reciprocamente remotas.

A Batalha impunha-se aos que pudessem descobri-la ainda de outra forma: como uma figura de pensamento, cuja arquitetura reproduzia uma totalidade consonante e proporcionada, pois “se vê imediatamente que o templo da Batalha forma um todo completo com o seu desenho inteiro e com tal unidade que não lhe falta nem sobeja parte alguma para constituir um edifício acabado” (Albuquerque, 1854: 6). O edifício não só tinha todas as partes necessárias para ser completo como não era possível fazer acrescentos sem alterar a unidade que tinha presidido à sua concepção, o que levava Mouzinho a considerar que a arquitetura monumental se subordinava à regra de que todo o elemento extemporâneo aos limites de uma unidade, em especial quando alterasse a “harmonia primitiva”, seria excluído: “Em todos os produtos da imaginação é a unidade de pensamento uma beleza ou antes uma condição de que não pode prescindir-se” (Albuquerque, 1854: 8). A esta evidência, algumas transformações que o monumento tinha sofrido às mãos dos próprios inquilinos, os dominicanos, pareciam espúrias e atentatórias do espírito das belas-artes. “No templo da Batalha não pode ver-se sem horror a audácia presunçosa com que os possuidores deste monumento mutilaram o fundo da capela-mor até à altura das janelas da segunda ordem” (Albuquerque, 1854: 18). A desfiguração estendia-se às colunas junto àquela capela e às capelas adjacentes à capela-mor, que tinham sido escurecidas colocando dois grandes retábulos, “de pau do mais ordinário gosto”, a obstruir a luz. Os frades dominicanos tinham colocado um pesado órgão que “interrompia a perspectiva da nave e mutilado exteriormente para estabelecer no terraço sobre o claustro um miserável telheiro para serviço do órgão” (Albuquerque, 1854: 19). Tinham usado o espaço conforme as suas

conveniências, sem olhar a unidade a que Luís da Silva Mouzinho de Albuquerque estava particularmente atento, a que tinha consagrado anos de esforços e observações minuciosas e que dizia existir na arquitetura mas também “nos diversos poemas, na epopeia, no drama, e até na poesia didática. Existe para o pintor nos quadros históricos, na paisagem e até nas representações de pura fantasia” (Albuquerque, 1854: 8).

O estado de ruína em que o monumento se encontrava quando Mouzinho empreendeu a sua intervenção, tinha causas próximas no resultado de destruições ocorridas com as invasões francesas e no “abandono quase completo” do edifício a partir de 1834. “Contudo, já naquela época havia no edifício ruínas consideráveis, e sobretudo já a falta de gosto a mais imperdoável se tinha atrevido a deturpar algumas partes do monumento com o intuito de embelezá-lo (Albuquerque, 1854: 17). Segundo Mouzinho, os religiosos não tinham empregado nem meios nem cuidados “convenientemente dirigidos” para a conservação do edifício e contribuíam ativamente para a sua mutilação.

“Consentiam que dos quadros transparentes das janelas se destacassem e levassem algumas partes, e particularmente cabeças com que chegaram a brindar eles próprios alguns viajantes” (Albuquerque, 1854: 19). Aos ornamentos exteriores mutilados, às rendas de pedra que enriqueciam os tectos, aos coruchéus, remates cimeiros, que desapareciam integralmente, às partes danificadas da cobertura que eram substituídas pelos religiosos por argamassas de cal e areia ou por telhas de barro em vez de por novas peças de cantaria, juntava-se a metediza vegetação, primeiro as plantas sub-reptícias, depois os troncos vivos de silvas e figueiras bravas, que ocupavam todos os lugares vagos das junções na cantaria, fazendo deslocar e abrir as pedras à queda das águas das chuvas, “ao ponto de haver extensões de pavimento permanentemente alagadas e cobertas de água estagnada em todo o inverno” (Albuquerque, 1854: 21) como acontecia na nave direita da igreja na Capela de D. João I e nas arcadas do claustro.

RESTITUIR A BELEZA PERDIDA

Os remendos eram igualmente visíveis nas janelas, nas quais os painéis transparentes que as cobriam eram substituídas por “caixilhos de vidro ordinários de todas as formas e grandezas”. As chamadas capelas imperfeitas estavam cobertas com uma vegetação tão

espessa que tinha ocasionado o desmoronamento de parte considerável da abóbada; e duas estátuas de São João Batista e de São Domingos que Mouzinho se recordava de ver na infância colocada nos seus nichos tinham sido roubadas e destruídas a camartelo rendas e remates de pedra. “Infelizmente nos últimos anos foi o monumento por tal forma abandonado que era permitido penetrar em todas as suas partes sem guarda nem vigilância” (Albuquerque, 1854: 21).

Mouzinho entregou-se ao arranjo com a convicção de que era necessário concentrar os esforços, com os poucos recursos materiais e os insuficientes conhecimentos artísticos que dizia possuir, na remoção das causas primeiras da ruína do monumento, afastando dos olhares “a dolorosa aparência de desleixo e incúria” (Albuquerque, 1854: 23). Concentrou-se na obstrução à entrada das águas pluviais e na remoção da vegetação que cobria a superfície exterior do monumento, primeiro cortando-a até à face das cantarias, injetando ácido para extirpar raízes e desmontando algumas lajes para lhes retirar os restos de vegetais.

Confiava, como escreveu, que “a impressão irresistível das suas belezas artísticas e as sublimes e patrióticas recordações ligadas a estes monumento decidiriam o amor das artes, o patriotismo e amor próprio nacional a ajudar com mais amplos recursos” os trabalhos a executar (Albuquerque, 1854: 23). Um tal estado de degradação, enleando essas formosuras, tinha anteriormente cativado a atenção do rei D. Fernando que, “penetrado das belezas da fábrica” (Albuquerque, 1854: 22) aquando de uma visita à Batalha, interessou o governo na sua reparação.

Mouzinho quis reconstituir partes em falta ou em derrocada buscando materiais semelhantes aos usados e recriando a construção a partir do que lhe parecia ser a sua integridade fundacional, que aspirava à unidade que o restaurador dizia existir no monumento e à reposição do belo e do sublime. Para que o trabalho de reparação repercutisse essa atenção ao belo e aos primores da verdadeira arte com os quais estava a lidar, era necessário que se encontrasse numa comunhão com os autores do monumento: as soluções de restauração não deviam ser uma invenção do século XIX mas uma reprodução das soluções originais; as partes em falta deveriam ser substituídas, porém com a atenção de que “o inventor primitivo pudesse julgá-las suas se porventura tornasse a examinar a sua obra” (Albuquerque, 1854: 27), quer em relação à forma, quer em relação ao material: Mouzinho foi à procura do calcário original que tinha sido usado na Batalha, conferindo-lhe as mesmas formas gerais, pormenores e decorações na recriação das peças que substituíram as originais. “Entendi que, com

estes recursos e guiado pela paixão de restaurar belezas daquela ordem, alguma coisa poderia fazer que fosse digna de aprovação. Na verdade, monumentos há de tal ordem, e neste número se inclui em grau muito elevado o da Batalha, cujo exame e estudo fecunda mais a imaginação artística em um dia do que as leituras e meditações sem exemplares em muitos anos” (Albuquerque, 1854: 23).

No polo oposto da paixão ligada por uma intimidade aos construtores e idealizadores primevos, no polo oposto a um amor às artes, à reverência pelo sublime e a um sentimento patriótico nacional, de que se destacavam as recordações das façanhas passadas, estava o desdém pelo “atrevimento, com o qual homens sem conhecimentos e sem gosto [os dominicanos] se arrojavam a juntar o parto mesquinho e apoucado de suas imaginações às obras do talento e do génio, alterando com elas os primores da verdadeira arte” (Albuquerque, 1854: 17).

O cuidado conservador pelo monumento, com a vívida consciência de um passado belo, grandioso e patriótico estava, pois, em confronto com o sentimento de agastamento e revolta contra os desmandos cometidos em toda a obra de arte que tivesse sido tocada por uma noção de beleza transcendente, contra a mesquinhez, contra a falta de cuidado, contra a falta de gosto e contra o disparate arquitectónico: “Um primor porém de elegância e de gosto menoscabado e adulterado pela inserção de um ornato grosseiro, disparatado ou mesquinho, somente desperta a indignação, e é contra o génio das artes uma flagrante blasfémia” (Albuquerque, 1854: 18). Apesar dos anos de trabalhos depositados na Batalha, Mouzinho declarou estarem longe de terminar os restauros necessários. “Resta porém ainda muito trabalho a fazer, não só para pôr a abrigo da ruína iminente as partes que existem inteiras; mas para restaurar aquelas em que faltam peças essenciais” (Albuquerque, 1840a: 21).

EMARANHADO DAS OBRAS EM PAÇOS E PALÁCIOS

No relatório de Mouzinho de 1840, os reparos em palácios e paços reais deveriam ser considerados pelas obras de serviço público de modo diferente das dos monumentos ou dos conventos já assinalados. Os primeiros eram originados “por considerações de decoro e dignidade devida à alta categoria do chefe do Estado”, enquanto que os reparos em monumentos ou conventos corriam pela maior ou menor conveniência do serviço público, pelo que era de toda a conveniência separar a escrituração e contabilidade de

uns e outros. Havia, para o inspetor geral interino das Obras Públicas, uma clara divergência entre a forma casuística como eram executadas as obras em palácios e em paços e entre a forma regular, centralizada e uniformizada que as obras ao serviço do Estado deviam procurar alcançar.

As primeiras, as obras em palácios e paços originavam-se, pelas requisições e ordens para consertos, em contínuas exceções que contrariavam o sistema de uma repartição de obras que se norteava pelo interesse público e tinham onerado excessivamente o orçamento para as obras públicas da capital do reino nos anos anteriores ao relatório; além disso, essas requisições e ordens eram não só para conservação dos edifícios mas também para os embelezar interiormente; e, para mais, essas obras eram requisitadas para se fazerem melhoramentos num conjunto grande de casas dispersas em que habitavam pessoas estranhas ao serviço da Casa Real, por se considerarem integradas nos palácios e paços da família real, conservando-se e reparando-se à custa do orçamento público.

Essas casas deviam ser desanexadas dos paços reais e, se o não fossem, todas as obras no interior delas deviam correr por conta de quem, afinal, já as usufruía gratuitamente. “Invocando-se sempre em tais requisições um Nome Augusto e essencialmente Irresponsável, acha-se a administração pública, quando tem de restringir ou de negar, por motivos justos, a satisfação dos objetos requisitados, em uma situação sempre imprópria e por extremo desagradável” (Albuquerque, 1840a: 24). Estas considerações deviam conduzir à separação de uma verba para as obras de conservação em paços reais, que não deveria confundir-se com as verbas para obras públicas de Lisboa ou com as obras do serviço do Estado de todo o reino.

Era preciso fazer uma distinção clara entre o decoro devido à família real e o interesse dos serviços do Estado, por um lado; entre os palácios habitados pela família real e os edifícios que se destacavam como primores de arte e arquitetura, por outro. E ainda entre uma realidade bem conhecida, os palácios e paços reais – um anexo ao relatório de Mouzinho listava 11 palácios reais, Mafra, Belém, Salvaterra, Pinheiro, Calvário, Ajuda, Necessidades, Sintra, Queluz, Bemposta, o Paço Velho da Ajuda, um palacete na calçada da Ajuda e respetiva casa anexa, e um conjunto de casas, cavalariças, entre as quais as do palácio das Necessidades, e o Real Picadeiro de Belém – e a intenção de conservar os monumentos que “pela sumptuosidade, elegância e primor da sua arquitetura ou pelas recordações históricas a eles coligadas” (Albuquerque, 1840a: 20) se recomendassem ser nacionalmente conservados.

O relatório de Mouzinho de Albuquerque era demonstrativo quer do que se esperava que fossem as funções cometidas às Obras Públicas em função do que se entendia ser o serviço político e administrativo da nação, quer das condições existentes no reino nos anos 40 do século XIX, como era a magna questão das comunicações (estradas, navegação interior e navegação costeira), cujas dificuldades explicavam, pelo menos em grande parte, o atraso da agricultura e indústria portuguesas, traduzido nos elevados preços com que os produtos agrícolas e industriais chegavam aos mercados e no custo gravoso da vida, apenas tolerado ou compreendido devido ao “estado excecional do país, pelo atraso comparativo da sua civilização” (Albuquerque, 1840a: 1).

Ao mais importante dos objetos das Obras Públicas, as comunicações internas, tinha-se dado a menor das atenções. Particularmente grave, pelo sintoma que evidenciava, era o que se passava nas cidades em que se exigiam construções sumptuosas e elegantes, outras apropriadas e cómodas, mas, desde há muito, nem uma “estrada regular, ponte importante, canal de navegação interior, nem melhoramento considerável nos portos e barras” (Albuquerque, 1840a: 1). Também se não verificava qualquer desenho para planear futuramente estes trabalhos, nem a respetiva orçamentação, nem as leis consagravam o desenvolvimento de obras sem as quais a “prosperidade pública” não teria lugar. Nesse desenho futuro, deviam figurar a comunicação por terra, através das estradas principais; a navegação interior, através dos álveos; e a navegação costeira.

As estradas principais deviam obedecer ao princípio da expedita administração, ligando regularmente o centro e os centros parciais de governo; autorizando o movimento de tropas, material de guerra e fornecimentos militares às posições de fronteira, ao interior e aos extremos do território; permitindo o transporte de produtos e mercadorias destinados ao comércio externo e aos grandes mercados interiores; e, cómoda e economicamente, autorizando a viajar no reino. Poderoso auxiliar da agricultura, da indústria e em geral dos ramos de que se fazia a prosperidade dos Estados era a navegação interior, o meio mais económico e inteligível de transportar mercadorias, dependente apenas do curso das águas e da natureza dos terrenos se o reino não tratasse de aperfeiçoar as condições de navegabilidade.

Observando o “primeiro e mais caudaloso dos nossos rios”, Mouzinho referiu que ora corria encaixado em margens muito estreitas, com inúmeras cachoeiras e rápidos, como acontecia desde a sua entrada no reino até Abrantes, ora corria coberto por terrenos sedimentares ou de aluvião em quase planícies horizontais, na larga e fértil bacia do Tejo, ora corria por entre margens e fundos pouco significativos por sobre

obstáculos de cabeças e bancos de areia, particularmente entre Tancos e Valada, enovelando os navegadores em mil dificuldades, pelo que a construção de canais que destruíssem as irregularidades dos fundos e das margens e de valas e canais laterais que permitissem a navegação interior ao próprio curso do rio, deveriam ser dos primeiros trabalhos a empreender.

Se bem que reconhecesse às causas naturais um papel nestes obstáculos, o inspetor geral escreveu que a ação do homem, mesmo por omissão, provocava desequilíbrios que tornavam sinuoso o curso de água e promoviam “na ocasião das cheias, a multiplicidade e violência das quebradas¹⁷⁵, o correspondente rasgamento e deslavação [*sic*] do solo e a formação, nos remansos, dos aterros e cabeças que, aumentando pela sucessão das mesmas causas, constituem os mouchões”. Ao Estado cumpria um papel estabilizador, acima dos interesses particulares, a realizar por exemplo nas margens do rio: “Nunca uma legislação regular, providente, enérgica e, sobretudo, imparcialmente executada, regulou os direitos dos confinantes com o Tejo, quanto ao modo de fruir e preservar as suas margens” (Albuquerque, 1840a: 7-8).

O estado de portos, enseadas e embarcadouros determinava, por seu turno, o sucesso da navegação costeira e, logo, do comércio interno e exterior e o exercício das pescas. Perante a falta de uma cartografia geral do território, que impedia que tais pontos da costa pudessem harmonizar-se para servir um bem comum, o inspetor geral considerava que os trabalhos deviam começar pelos locais em que a navegação enfrentasse maiores obstáculos e o seu melhoramento oferecesse mais decididas vantagens, “havendo ao mesmo tempo a atenção em distribuir estes trabalhos pelas diferentes partes do reino” (Albuquerque, 1840a: 12), para que o seu benefício se generalizasse e fosse sentido pelas populações dessa forma. Fosse pela melhoria das prisões, da instalação de escolas, pela compreensão de quais estradas deviam ser classificadas como de primeira classe e das suas ramificações, pela observância dos trabalhos a realizar nos rios ou nos portos, pelo conhecimento dos vários edifícios que poderiam ser ocupados, impunha-se uma sistematização e uma regularidade que tornassem o Estado atuante e presente, que o estendessem à dimensão do reino, que impusessem ao reino o seu poder organizador.

Nessa economia da organização centralizada e da supressão das ações casuísticas – que horrorizavam Mouzinho ao observar os sucessivos consertos em paços e palácios reais – não era possível dizer que os edifícios que se destacavam como monumentos tivessem

¹⁷⁵ Quebrada: depressão feita pela água

uma relevância diferente daquela que cabia às comunicações que era preciso melhorar, às cheias e leitos que era preciso domar, às mercadorias que era preciso transportar, às estradas ou às pontes que derribavam nos invernos passados, que era preciso consertar. Os monumentos, ou seja, os edifícios que evocavam histórias passadas influentes, que eram arquitectónica e artisticamente relevantes ou que eram comprovadamente antigos, eram apenas mais uma das emanções do poder e da presença do Estado no reino. Parecia claro, também, que o facto de o Estado se defrontar com uma grande quantidade de edifícios sobre os quais era preciso tomar decisões, levava Mouzinho a demandar um inquérito sobre eles, um inquérito que tardava e que deveria ajudar a diferenciar o que era importante do que era acessório, que devia proporcionar aos servidores do Estado a clareza e o conhecimento suficientes para que estes pudessem julgar, emitir um juízo e diferenciar uma consciência sobre essas massas de pedra, nas quais os monumentos eram uma alínea.

Estabelecia-se, pois, uma tensão entre expandir, pela restauração dos edifícios, os poderes centrais, regionais e locais do Estado, de modo a ilustrar os povos, administrar a justiça e conservar os monumentos de glória, e entre lidar com um amontoado de edifícios, muitos dos quais o governo desejava ver-se livre, cujo traços mais comuns, percepção de que falava Mouzinho de Albuquerque na sua intervenção no Parlamento ou a que se referia na sua memória sobre a Batalha, eram o abandono, a decadência ou a ruína.

Na sessão parlamentar de 6 de Fevereiro de 1835, o deputado Quevedo Pizarro referiu-se a quatro conventos em Trás-os-Montes que não tinham “por habitantes senão os ratos” e que, postos à venda, “ninguém haverá que dê alguma coisa”, nem “o valor dos telhados”. O parlamentar tinha proposto o seu aproveitamento para a instalação de “colégios de educação” antes que se pusessem à venda os bens naquela província, explicando que a nação não só nada perdia com concessões dessa natureza como havia nelas a utilidade da propagação da educação¹⁷⁶.

Aos deputados chegavam pedidos das câmaras municipais para reutilizar conventos e cercas de conventos que deveriam ser convertidos em tribunais de jurados, cadeias, hospitais, serviços das próprias câmaras e estabelecimentos públicos de educação e de filantropia e chegavam missivas de cidadãos que deploravam o estado do património edificado, como salientou, na mesma sessão, o deputado Soares de Azevedo: “Eu

¹⁷⁶ Joaquim de Sousa Quevedo Pizarro, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1835-2-6, diário número 15, p.212

também recebi cartas de muitas pessoas que lastimam o estado em que já se acham os bens nacionais; tudo está derrotado; nem os conventos têm escapado; a maior parte deles já não tem portas, nem telhados, as ferragens, as fechaduras tudo se lhes tem arrancado e chegam ao último estrago se não lhe acudirmos de pronto”¹⁷⁷.

VIAGEM DE ANTÓNIO LUÍS DE SEABRA A ALCobaÇA

O deputado António Luís de Seabra (Figura 4), procurador régio da relação de Castelo Branco e corregedor¹⁷⁸ interino de Alcobaça durante pouco mais de dois meses e meio, entre outubro de 1833 e janeiro de 1834, dirigiu à Câmara dos Senhores Deputados um conjunto de observações sobre o rastro de destruição que o esperava, quando chegou ao Convento de Alcobaça, um dos três primores de arte e arquitetura identificados pelo relatório de Luís da Silva Mouzinho de Albuquerque. “Achei o convento completamente saqueado e devastado: a maior parte dos móveis que restavam, órgão, vidraças, painéis, tudo se achava destruído ou despedaçado; nem mesmo os santos, os túmulos tinham sido respeitados; de forma que na minha conta desse dia, dirigida [sic] ao Exmo. Ministro da justiça, caracterizei de *vandalismo inaudito* os estragos feitos no Mosteiro” (Seabra, 1835: 4). Segundo escreveu, encontrou abertas as portas do que havia de mais precioso no mosteiro, arrombadas e em completo abandono, de modo que mandou trancá-las e colocar sentinelas. Tratava-se da biblioteca, sobre a qual mandou escrever um auto com o seu estado. O mesmo fez com as adegas e os celeiros do mosteiro e com as suas casas e quintas em toda a comarca¹⁷⁹.

Tinha havido uma rapina voraz nos meses de agosto, setembro e outubro, a seguir ao abandono do convento pelos monges de São Bernardo, em meados de 1833, quando corria no reino uma guerra civil entre os defensores de D. Miguel, príncipe que tinha regressado do Brasil em 1828, dissolvido a Câmara dos Deputados e sido aclamado rei, anulando a *Constituição* vigente à altura, e os partidários liberais, propugnadores de um sistema constitucional parlamentar. Aos imponderáveis do mau tempo dos últimos dias de outubro de 1833, António Luís de Seabra deparar-se-ia na viagem até Alcobaça com

¹⁷⁷ Francisco Xavier Soares de Azevedo, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1835-2-6, diário número 15, p.233

¹⁷⁸ Magistrado que tinha jurisdição sobre os juizes de uma comarca ou que era magistrado de comarca. A comarca era a divisão territorial judicial em que um corregedor exercia a sua jurisdição

¹⁷⁹ Divisão territorial judicial em que um corregedor exercia a sua jurisdição. As províncias de Portugal (Minho, Trás-os-Montes, Beira, Estremadura, Alentejo e reino do Algarve) dividiam-se em comarcas.

os de estradas cortadas e da presença de tropas favoráveis a D. Miguel mas nem o estado de guerra civil o tinha preparado inteiramente para as desordens que o esperavam.

Com as portas da biblioteca, celeiros e adegas franqueadas, “os objetos neles contidos [foram] expostos a contínuos furtos que se faziam sem a menor oposição” (Seabra, 1871: 70). Segundo o testemunho de 29 habitantes de Alcobaça, os povos que habitavam os coutos¹⁸⁰ de Alcobaça tinham visto “nos frades os seus opressores” e a causa de perseguições que o governo de D. Miguel tinha exercido em grande dimensão. Os povos aproveitaram a debandada dos religiosos e invadiram e devastaram as “ricas propriedades do mosteiro”, roubaram a mobília e cerca de 200 moios¹⁸¹ de trigo do celeiro (Seabra, 1871: 28).

No seu testemunho, João Bernardino da Silva Borges, um escrivão de Lisboa que integrou os exércitos liberais que se opunham a D. Miguel, assegurou que, nessa época, se tinha “quase como virtude política a destruição de tudo o que dizia respeito a frades” (Seabra, 1871: 58). Uma outra testemunha, João dos Santos Libório, disse que “era tal o estado de tumulto e agitação dos povos que era impossível contê-los nos seus limites, em consequência da aversão que tinham aos frades, julgando-se com direito aos bens deles” (Seabra, 1871: 66). O corregedor António Luís de Seabra escreveu que havia um “estado de efervescência e irritação em que aqueles povos se achavam contra tudo o que dependia dos monges” (Seabra, 1835: 4).

João Bernardino da Silva Borges constatou a destruição na igreja, os arrombamentos feitos nos túmulos de D. Inês de Castro e de D. Pedro e “viu fazer da igreja pela soldadesca, um jogo de bola e chinquilha”, sem que a tudo se pudesse obstar em face das circunstâncias da guerra. Fez parte da guarda montada à biblioteca assim que António Luís de Seabra chegou a Alcobaça (Seabra, 1871: 58). O que restava de

¹⁸⁰ Terras ou povoações com isenções e privilégios. “Entre os bens da Coroa do Reino contam-se perfeitamente aquelas várias cercas e possessões que em português chamamos *honras* e *coutos*. Na palavra *honra* entendem-se certos tratos de terra e possessões junto da quinta ou palácio de Nobre, a cujos moradores foram concedidos certos privilégios, Ord. liv. 2, tit. 48. Quase o mesmo significado tem a palavra *couto*, pelo qual geralmente entendemos o lugar onde nem todos são admitidos. Neste sentido chama-se *couto*, *coutada* àquele trato onde só é permitido caçar com licença de alguém, Ord. Liv. 5, tit. 91, Man. III, Afons. 46. Neste mesmo sentido chama-se *couto* ao asilo, Ord. liv. 5, tit. 123. Também neste mesmo sentido chama-se *couto* àquele lugar que está imediatamente sob o domínio de um particular e não do Rei, e no qual se tem uma espécie de província jurídica, sendo esta a aceção na Ord. liv. 2, tit. 48, e liv. 5, tit. 104. No entanto, o vocábulo *honras* refere-se quase sempre aos leigos, e *couto* aos eclesiásticos, isto é, aos Bispos e Monges, os quais gozam todos apenas da jurisdição que têm doações antigas e confirmadas, e estão inteiramente sujeitos à Lei Mental” (Freire, 1789-1794 [1967]:104)

¹⁸¹ Moio: medida que a mó podia moer num dia, ou seja, 60 alqueires. O alqueire variava entre sensivelmente 13,215 e 22, 605 litros

móveis, livros e alfaías¹⁸² “espalhados por todo o convento” foi arrecadado. As estantes estavam “consideravelmente despedaçadas”, particularmente as localizadas em três gabinetes contíguos à biblioteca. Os carpinteiros António Jerónimo Grilo e Cândido Ferreira receberam ordens para pregar travessas de madeira nas portas arrombadas (Seabra, 1871: 31).

Segundo o proprietário António Vitorino da Fonseca Fróis, à chegada do corregedor, os livros da biblioteca do Mosteiro de Alcobaça eram vendidos “às cargas pelo insignificante preço de um pataco”¹⁸³ por soldados franceses (Seabra, 1871: 70). Os monges abandonaram alguns livros de cantochão¹⁸⁴ e de contas que o corregedor fez arrecadar na biblioteca que, posteriormente, “foram vendidos a peso pelos profanadores apesar da sua preciosidade” (Seabra, 1835: 16). António Luís de Seabra mandou afixar editais em lugares públicos da comarca de Alcobaça avisando as populações que os bens dos frades pertenciam doravante ao Estado, não podiam ser roubados e os furtados deveriam ser devolvidos, sendo punidas severamente as pessoas que se encontrassem na sua posse (Seabra, 1871: 66). Uma das testemunhas referidas, João dos Santos Libório, afirmou que foram conduzidas à casa da biblioteca “uma grande porção de loiça fina, paramentos e alfaías e outros objetos de valor” (Seabra, 1871: 66-67).

António Luís de Seabra afirmou ter mandado afixar editais após a sua chegada e, ameaçando os ladrões como “criminosos da fazenda pública”, conseguiu recuperar “grande cópia de volumes dos mais preciosos e mil e cento e tantas medidas de cereais” (Seabra, 1835: 5). Oficiou um juiz de Óbidos e das Caldas para fazer recolher os livros que andavam em venda na zona de Peniche, “para onde tinham sido levadas algumas carradas e cargas de livros” e preservou manuscritos que tinham sido escondidos (Seabra, 1835: 5).

¹⁸² Objetos litúrgicos

¹⁸³ Antiga moeda de bronze

¹⁸⁴ Livros de canto litúrgico

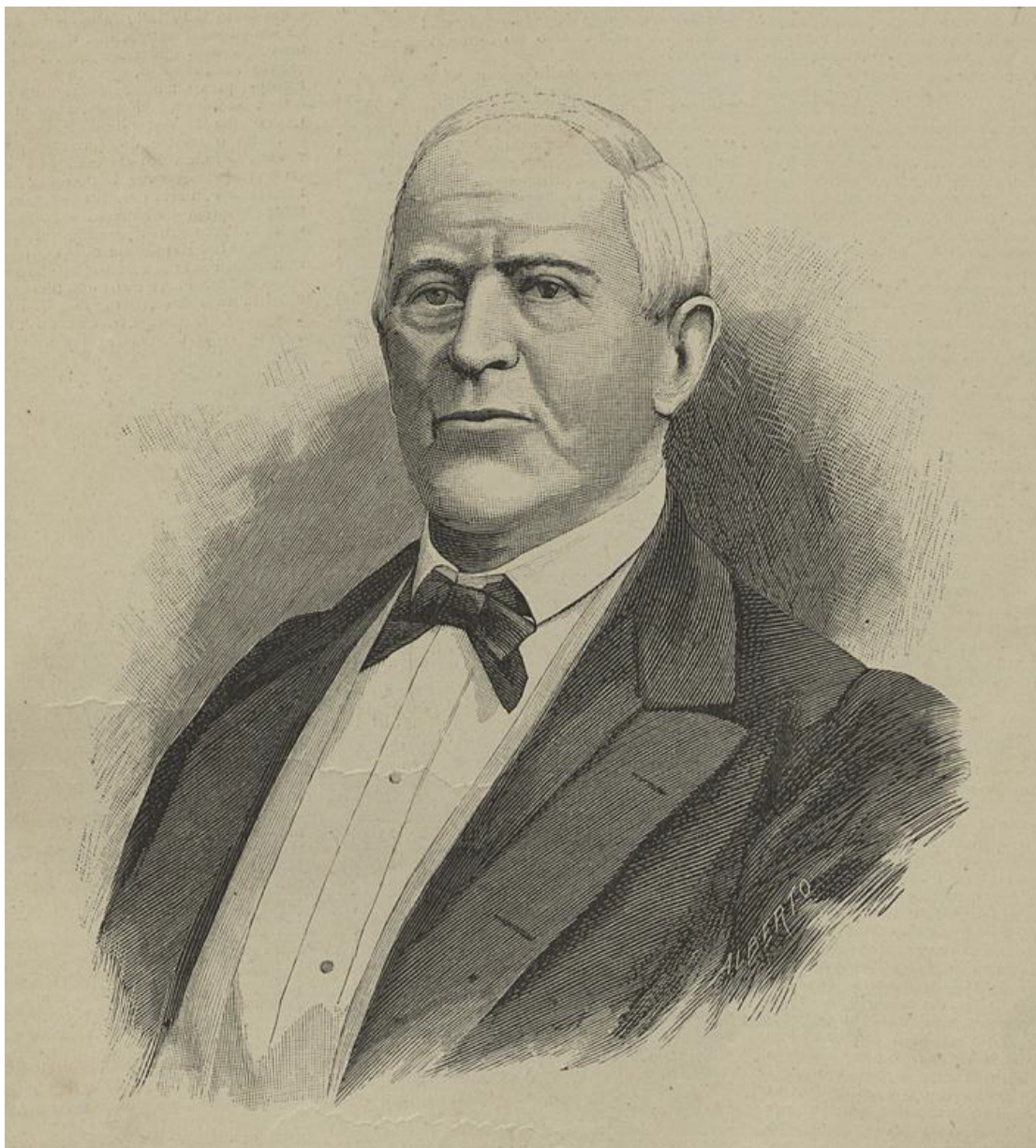


Figura 4. António Luís de Seabra. O jurisconsulto formado no Colégio das Artes e na Faculdade de Direito de Coimbra foi nomeado corregedor interino para Alcobaça nos anos escaldantes de 1833 e 1834. Deslocou-se, nessa qualidade, a um dos monumentos mais relevantes de Portugal, relatando o estado de saque e de devastação que encontrou. Montou guarda ao Convento de Alcobaça e aos valiosos pertences que ainda subsistiam, entre os quais a biblioteca conventual. Como escreveu: “Custou-me infinito a guardar o que restava”.

(Fonte: *O Ocidente. Revista Ilustrada de Portugal e do Estrangeiro*, 25 de fevereiro de 1895, volume XVIII (582), p. 41)

APRESENTA-SE JOÃO DE DEUS ANTUNES PINTO

Uma quantidade significativa de cereais que tinham sido esbulhados da Quinta do Campo foi restituída ao depósito da vila, servindo de alimentação às tropas liberais estacionadas ali (Seabra, 1871: 70) e recuperadas 400 pipas de vinho, depois vendidas a favor da Fazenda Nacional (Seabra, 1835: 5). O corregedor contabilizou mais de 30 mil rações de pão, carne e vinho as disponibilizadas para manter as “tropas constitucionais”, bem como dez cântaros de azeite, com o mesmo destino. Os cereais que não foram usados na manutenção dos soldados seriam vendidos em hasta pública (Seabra, 1835: 17): dos mais de mil alqueires recolhidos, promoveu a venda de 600 alqueires de milho e de 117 alqueires de cevada e arrecadou ainda 300 carradas de palha.

No dia 11 de dezembro de 1833 apresentou-se ao corregedor o padre João de Deus Antunes Pinto, com um mandato da Junta do Exame do Estado Atual e Melhoramento Temporal das Ordens Regulares – uma instituição criada em 1789¹⁸⁵, dissolvida em 1829 e reinstaurada em agosto de 1833 para propor ao governo uma reforma geral do clero secular – que determinava que os inventários e arrecadação de todos os bens do Convento de Alcobaça lhe deviam ser entregues. Perante a dúvida e a posterior recusa de António Luís de Seabra, iniciou-se um forte desentendimento com acusações mútuas e imposturas várias. João de Deus Antunes Pinto, que seria eleito deputado em 1836 e em 1848, escreveu uma acusação em que visava António Luís de Seabra pelo roubo de loiça da Índia e de cobre, escondidos por dois indivíduos, José Taranta e Joaquim Tomás de Cela, numa mina; pelo extravio de uma grande soma de dinheiro, achada por um homem chamado Joaquim Cuco, junto ao forno do convento; e pelo roubo de vacas e porcos, realizados por terceiros (Seabra, 1835: 12).

A devastação do mosteiro foi corroborada por esta testemunha recém-chegada a Alcobaça: “O magnífico templo do mosteiro estava profanado: quem vira com os olhos da religião os estragos que ali tiveram lugar, lamentara a violação do lugar santo e a desolação da casa do Senhor (consequências funestas da guerra civil que jamais podem precaver-se!). A causa pública pedia se fizesse a reparação do templo” (Pinto, 1835: 7). Ainda assim, a João de Deus Antunes Pinto causou-lhe estranheza o desaparecimento de alguns bens do mosteiro e, tendo sabido que os frades tinham vendido objetos

¹⁸⁵ A Junta criada em 1789 deveria examinar o número de religiosos e de religiosas das ordens regulares e seculares, certificar-se do número de mosteiros existentes, do estado das suas rendas, das suas dívidas e demais encargos, para decidir se havia lugar à supressão de mosteiros e conventos, por falta de meios de subsistência ou por se acharem em lugares remotos e difíceis; e ainda para decidir por que modos haviam de pagar as dívidas

secretamente, procurou saber as razões. Um dos frades que questionou disse-lhe: “É porém verdade que nós vendemos algumas bagatelas e mobília; e porquê? Para não morrermos de fome” (Pinto, 1835: 12-13).

Numa informação datada do próprio dia da sua chegada a Alcobaça, o padre João de Deus Antunes Pinto acusou o corregedor de deixar pilhar livros e alfaias, de dar cavalos ou de vendê-los por preços irrisórios e de dissipar géneros de toda a ordem. Uma frase dessa informação centrava os abusos no monumento: “este ministro *tem favorecido a usurpação* [em itálico no texto] pelo modo mais escandaloso, deixando que fosse profanada a igreja do convento e se destruíssem os antigos monumentos, que serviam muito à história portuguesa, sem que se poupasse o mausoléu de D. Inês de Castro e outros porque ele não deu as providências para se fecharem as portas” (Pinto, 1835: 38-39).

Na sua estada em Alcobaça, António Luís de Seabra contabilizou, só à biblioteca, três ataques, sempre pela noite; registou assaltos à carpintaria do mosteiro, às matas e pinhais no seu entorno e às adegas em diferentes vilas da comarca (Seabra, 1835: 35), lugares que só à custa da instalação de forças armadas conseguiu salvar. A presença do corregedor em Alcobaça tinha tido origem numa ordem da Secretaria de Estado dos Negócios Eclesiásticos e de Justiça, de inícios de novembro de 1833, para que vigiasse pela conservação da biblioteca, da qual terá recuperado, no mínimo, 200 volumes¹⁸⁶. Tornou claro que não conseguiu seguir o paradeiro de muitos dos mais valiosos documentos: “os monges levaram consigo ou puseram em recado [*sic*], em sítio que ainda se ignora, e mesmo não convirá por ora descobrir, os manuscritos da biblioteca, que faziam a sua principal riqueza, e a maior parte dos livros que eles chamavam proibidos, cujo gabinete está vazio” (Seabra, 1835: 33). A arrecadação dos bens do convento, e não somente dos livros, absorveu a sua atenção, apesar do saque e da devastação anteriores, realizadas pelo povos e pelas tropas “que, no seu ódio contra os denominados senhores a nada perdoaram, disputando-se à porfia a quem teria maior quinhão no espólio” (Seabra, 1835: 31).

Dos géneros recolhidos, como se disse, e dos gados, forneceu a tropa; das terras, para que não ficassem ao abandono, dos frutos pendentes como a azeitona, dos lagares e do

¹⁸⁶ João de Deus Antunes Pinto estimou em cerca de 18 mil os volumes que teria a biblioteca: “Era meu dever não só fazer um inventário exato da livraria, que continha mais de 18 mil volumes (inventário de que se extraiu uma cópia que foi dirigido à biblioteca pública de Lisboa); mas fazer também uma descrição circunstanciada de todas as fazendas do mosteiro, dispersas pelas 13 vilas dos coutos.” (Pinto, 1835: 8)

azeite, pô-los em praça (Seabra, 1835: 31). Considerou tudo um património, centrado no “mosteiro abandonado completamente”: o azeite, os porcos, a palha, as terras, os manuscritos, tudo isso era o património em causa que estava a ser desapropriado, vivendo-se em franco campo aberto de roubo e assalto. “Custou-me infinito a guardar o que restava” (Seabra, 1835: 31). A pedido da Junta do Melhoramento, António Luís de Seabra foi demitido das funções a 7 de janeiro de 1834. No dia 24, o corregedor levou o assunto da sua administração em Alcobaça ao Parlamento, pois à Câmara dos Senhores Deputados tinha chegado um documento a caluniar a sua ação e, entretanto, o visado tinha já feito uma série de consultas, coligido um conjunto de documentos e arrolado testemunhos. Requeria que os deputados olhassem com atenção para toda a prova reunida. “Espero enfim que a câmara me fará inteira reparação de honra e justiça”¹⁸⁷. Para o deputado José Alexandre de Campos, a venda do Convento de Alcobaça mesmo que fosse possível avaliar a parte menos valiosa dos materiais (as telhas, a cantaria), ainda assim seria caro – “produz ainda uma tal soma de contos de réis que ninguém o pode comprar” – e impediria a sua ocupação por um qualquer estabelecimento que um empresário pudesse fundar¹⁸⁸. A solução seria vendê-los a prestações mas a ruína que tomava conta deles tornava-os pouco apetecíveis. “Os edificios dos extintos conventos das ordens religiosas vão numa progressiva e rápida degradação e alguns acham-se já reduzidos a montes de ruínas”¹⁸⁹.

O Tesouro não tinha dinheiro para os conservar, as suas características, “edifícios aliás ricos e sumptuosos”, “a sua nímia grandeza”, tornava-os pouco próprios para aplicações domésticas ou industriais, dificultando a alienação. Havia que os conceder às autarquias. Em 1841, a Comissão da Fazenda da Câmara dos Senhores Deputados informava que tinha havido 343 pedidos de prédios, edificios e conventos, entre 1835 e 1839, cuja venda tinha sido suspensa, encontrando-se em situações diversas: uns tinham afinal sido concedidos depois da suspensão; outros tinham visto os motivos da suspensão revogados; outros estavam esquecidos e em ruína¹⁹⁰. Na mesma altura, um

¹⁸⁷ António Luís de Seabra, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1835-1-24, diário número 6, p.88

¹⁸⁸ José Alexandre de Campos, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1840-10-16, diário número 110, p.353

¹⁸⁹ José Maria Grande, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1841-8-21, diário número 113, p.279

¹⁹⁰ Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1841-8-28, diário número 119, p.393

deputado chamava a atenção para o anúncio da venda do Convento da Cartuxa, mais a sua cerca, que gostava fossem transformadas em escola prática de agricultura¹⁹¹.

A EXTINÇÃO DAS CASAS RELIGIOSAS MASCULINAS

Na primeira vez em que o Convento de Alcobaça foi referido no Parlamento como sendo digno de conservação por razões históricas, os deputados discutiam um projeto de reforma das corporações religiosas, ainda durante a vigência das Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa, como assinalai no capítulo anterior. Porque era imperioso separar os conventos que conseguiam subsistir com as suas rendas próprias daqueles que eram mendicantes ou que, de acordo com a letra do projeto, não tinham condições de sustentar-se, os membros da então chamada Comissão Eclesiástica da Reforma propunham que fossem preferidos para serem conservados “aquelas casas que têm mais relação com a nossa história”, referindo os conventos dos Jerónimos, de São Vicente de Fora, de Alcobaça, da Batalha e de Santa Cruz de Coimbra, entre outros não enumerados, sendo o objetivo geral, segundo era dito, o da presença das instituições religiosas pelo reino de acordo com a comodidade dos povos¹⁹². Nos anos 30 do século XIX, a extinção dos estabelecimentos das ordens religiosas regulares e o modo de venda de todos os bens nacionais de raiz¹⁹³ atualizaram essa ideia de *preferência*, antes relativamente difusa e subordinada em todo o caso à reforma das corporações religiosas. Atualizaram-na no sentido da sua metamorfose numa noção que contemplava, para os edifícios, os palácios e seus anexos e ainda para os objetos móveis de valor o conceito de serem reservados dentro da lei, de modo a aplicar-se-lhes um critério de aparente exclusão que confirmava o poder da lei: uma exceção.

Um decreto de 30 de maio de 1834 extinguiu em todo o reino, ilhas adjacentes e domínios portugueses incluídos, todos os conventos, mosteiros, colégios, hospícios e quaisquer outras casas de religiosos de todas as ordens regulares do sexo masculino. Os bens de todos estes estabelecimentos e casas integravam imediatamente a fazenda nacional. Uma única exceção era prevista para os “vasos sagrados e paramentos que

¹⁹¹ José Maria Grande, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1841-10-20, diário número 158, p.177

¹⁹² Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa, ata de 1822-2-8, diário número 9, p.129

¹⁹³ Bens de raiz ou bens imobiliários, especificamente propriedades urbanas e rurais

serviam ao culto divino”, que seriam postos à disposição dos líderes eclesiásticos para que estes os distribuíssem pelas igrejas mais necessitadas¹⁹⁴.

De acordo com um rol da Junta do Exame do Estado Atual e Melhoramento Temporal das Ordens Regulares, possivelmente realizado pouco tempo antes da publicação do decreto de extinção, haveria em Portugal continental 500 conventos e 7472 religiosos distribuídos por 59 corporações¹⁹⁵. Os documentos na posse de José Xavier Mouzinho da Silveira, membro da Comissão da Fazenda entre 1826 e 1828, então a viver um dos seus dois exílios da pátria, contabilizavam, em 1831, 539 casas de religiosos e 9182 pessoas professas de ambos os sexos¹⁹⁶. Se bem que pudesse recuar-se aos tempos antigos, bastava ir até 1820 para observar como, desde então, os religiosos “com a sua magia sagrada” tinham convertido as casas religiosas em assembleias revolucionárias, os púlpitos em tribunais sangrentos e os confessionários em predições fanáticas, segundo referia o relatório que precedeu a extinção dos estabelecimentos das ordens. As ordens tinham-se dedicado à guerra mais feroz “incitando com sua palavra e com o exemplo ao roubo, ao assassinio e ao incêndio; submetendo a religião aos caprichos de uma imaginação delirante e furiosa”.

Esquecidos dos modelos primevos dos primeiros séculos de propagação do Evangelho, tinham corrido muitos religiosos para fora da modéstia e da humildade e para fora dos hábitos de panos grosseiros e curtos, acomodáveis à vida espiritual. Tinham derivado os

¹⁹⁴ Decreto que extingue geralmente em todo o reino de Portugal, Algarve, Ilhas adjacentes e domínios portugueses todos os conventos, mosteiros, colégios, hospícios e quaisquer casas de religiosos de todas as ordens regulares, seja qual for a sua denominação, instituto ou regra – Os bens que dizem respeito às mesmas ordens ficam incorporados nos próprios [bens] da Fazenda Nacional (cf. *Coleção de decretos e regulamentos mandados publicar por sua majestade imperial, o regente do reino, desde a sua entrada em Lisboa até à instalação das câmaras legislativas. 3.ª Série*, Lisboa: Imprensa Nacional, 1840, p.134)

¹⁹⁵ Ministério dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça, *Resumo das consultas especiais da Junta do Melhoramento das ordens regulares sobre as diversas corporações, assim de religiosos como de religiosas*. Arquivo Nacional Torre do Tombo/Acervo do Ministério dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça, maço 270, número 1, caixa 216, 16 pp.; Abreu, 2004 (A autora diz: “Apesar de o documento não estar datado, são vários os indicadores que permitem localizá-lo entre os primeiros meses de 1834” (Abreu, 2004: 120)). Em 1842, um índice listava 480 casas religiosas extintas ou suprimidas no continente do reino (cf. *Contas correntes dos objetos preciosos de ouro, prata e joias que pertenceram aos conventos suprimidos do continente do reino*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1842)

¹⁹⁶ As 539 casas estavam assim distribuídas: 214 eram casas regulares de corporações patrimoniadas do sexo masculino; 120 eram casas patrimoniadas de freiras; 183 eram casas de religiosos pobres; nove eram casas de religiosas pobres; e 13 eram casas de recolhidas com votos simplices. De acordo com esta conta havia 3111 indivíduos regulares proprietários; 2853 frades pobres; 2810 freiras proprietárias; 208 freiras pobres; e 200 recolhidas com votos simplices. Ou seja, havia 9182 pessoas professas de ambos os sexos para uma população de três milhões de pessoas (Silveira [Pereira, Ed. Crít.], 1989a: 1161-1172). A contagem de José Xavier Mouzinho da Silveira foi feita a partir de documentos cedidos pelo padre Marcos Pinto Soares Vaz Preto, o mesmo que presidia à Junta do Exame do Estado Atual e Melhoramento Temporal das Ordens Regulares quando António Luís de Seabra foi demitido das suas funções em Alcobaça e que foi acusado por este diretamente dos problemas que ali encontrou (cf. António Luís de Seabra, *Resposta do visconde de Seabra aos seus caluniadores*, p.16, p.60 e em especial pp.107-108)

religiosos para lá das choupanas e dos pequenos oratórios e das terras das quais não havia o que extrair, de tão impassíveis; e tinham demandado as cidades efervescentes de gente, riqueza e regalias, nas quais arrancaram dos príncipes e dos povos “doações ilimitadas”, “privilégios os mais odiosos”, “mesas lautas e reguladas”. De cenobitas modestos tinham passado a ambiciosos membros de corporações poderosas, desabilitando-se dos deveres e vínculos que os obrigavam na vida temporal. Nas cidades tinham edificado “casas sumptuosas e magníficos templos”, e, com o avanço do tempo, tinham atentado contra os povos e contra a autoridade dos reis, conspirando e espalhando o fanatismo, a discórdia e a dissenso.

Fizeram-no, tal como os deputados que exercitavam o discurso, através do domínio da palavra, propagando as crenças de que os pecados se redimiam a quem mais desse aos mosteiros. As ordens regulares, e em especial as mendicantes, tinham chamado a si a administração dos sacramentos, em especial o da penitência, o mais importante na medida em que pela palavra se estabelecia uma relação indissolúvel de espírito e coração entre penitente e sacerdote, unidos pelo segredo da confissão.

“O estado das ordens regulares e sua desregrada conduta deu muitas vezes lugar a queixas amargas, a enérgicas mas sempre inúteis reclamações e a divisões funestas à paz da Igreja e do Estado e cuja narração a história transmitiu à posteridade em longas páginas”¹⁹⁷. Esses homens, mulheres e instituições eram contrários à liberdade constitucional, embora não fosse possível nem justo envolver todo o clero secular em tais definições de tirania. Não era apenas um comportamento que estava em causa, era uma questão económica. “A força de uma nação depende da sua população”. Se a população dependia dos casamentos, o número maior casamentos dependia do número mais vasto de proprietários. Deste ponto de vista, as ordens religiosas prejudicavam a prosperidade da nação porque, enquanto membros celibatários, não geravam descendência e enquanto possuidoras de “corpos de mão morta”¹⁹⁸, absorvendo enormes propriedades” condenavam, pela impossibilidade de alienação, milhares de pessoas a não ter “um palmo de terra”¹⁹⁹, tornando por essa via também o celibato inevitável.

¹⁹⁷ Decreto que extingue geralmente em todo o reino de Portugal, Algarve, Ilhas adjacentes e domínios portugueses..., (cf. *Coleção de decretos e regulamentos mandados publicar por sua majestade imperial, o regente do reino, desde a sua entrada em Lisboa até à instalação das câmaras legislativas*. 3.^a Série. Lisboa: Imprensa Nacional, 1840, pp.130-133)

¹⁹⁸ Corpos de mão-morta são aqueles bens que, não podendo ser alienados, se constituem como imóveis ou não transacionáveis; as corporações de mão-morta são instituições cujos bens possuídos são desta natureza, ou seja, ao serem entidades de duração ilimitada os seus bens ficam subtraídos ao comércio

¹⁹⁹ Decreto que extingue geralmente em todo o reino de Portugal, Algarve, Ilhas adjacentes e domínios portugueses..., (cf. *Coleção de decretos e regulamentos mandados publicar por sua majestade imperial, o*

Nos anos 20 do século XIX, as discussões sobre a venda dos bens nacionais já tinham trazido às Cortes argumentos a favor da mobilidade da terra. Na sessão de 17 de fevereiro de 1823 o deputado Nuno Álvares Pereira Pato Moniz afirmou que “uma nação é mais próspera e é mais a riqueza pública quanto é maior o número de proprietários”. A sua argumentação juntava outra prova a favor, a de que a alienação era benéfica para o reino porque o Estado era mau administrador (“as administrações por conta do Estado quase sempre são prejudiciais”) e ainda uma razão de política momentânea: É útil [a venda de bens nacionais] porque tantos forem os compradores de bens nacionais quantos serão, por esse motivo, os defensores do atual sistema político, em virtude do qual granjearão essas possessões”²⁰⁰.

As ideias expendidas por Pato Moniz estavam longe de se acharem isoladas. Quando, a 15 de março de 1823, foi discutida a venda de 36 fazendas de gado cavalariço e vacum, e de 700 escravos, pertencentes à Fazenda Nacional e localizadas na província do Piauí, no Brasil, que alegadamente estavam a ser mal regidas originando “continuadas bulhas, intrigas e malquerenças entre as públicas autoridades”²⁰¹, o deputado Joaquim Teotónio Segurado afirmou: “Bens nacionais administrados são sempre prejudiciais”²⁰². Nesse mesmo dia, mostrando-se embora contrário à alienação e antevendo pouco entusiasmo na compra das fazendas, o deputado Bernardo da Silveira Pinto não deixou de endereçar um ataque à administração: “Ainda que em regra geral o governo seja sempre muito mau administrador e mau agricultor, contudo pode haver circunstâncias em que esta regra deva ter exceções e talvez seja esta uma delas”²⁰³.

Durante a discussão do projeto do governo para a venda dos bens nacionais, o ministro da Marinha, Agostinho José Freire, afirmou: “não há pior fabricante ou administrador do que o governo (*Apoiado, apoiado*)”²⁰⁴, no que foi secundado pelo deputado João Elias da Costa: “estou de acordo com o princípio de que as administrações por conta da

regente do reino, desde a sua entrada em Lisboa até à instalação das câmaras legislativas. 3.ª Série. Lisboa: Imprensa Nacional, 1840, p.133)

²⁰⁰ Nuno Álvares Pereira Pato Moniz, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1823-2-17, diário número 36, p.851

²⁰¹ Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1823-3-15, diário número 58, p.188

²⁰² Joaquim Teotónio Segurado, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1823-3-15, diário número 58, p.189

²⁰³ Bernardo da Silveira Pinto, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1823-3-15, diário número 58, p.189

²⁰⁴ Agostinho José Freire, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1835-2-7, diário número 16, p.240

fazenda são péssimas”²⁰⁵; e por Macário de Castro da Fonseca, no início de uma intervenção sua: “quando eu me levantei e falei sobre este objeto, esqueceu-me [*sic*] emitir uma opinião que está de acordo com a que parece ser a opinião da Câmara; e é que a nação não deve ser administradora”²⁰⁶.

O deputado José Xavier Mouzinho da Silveira escreveu como introdução ao projeto de lei sobre a venda dos bens nacionais que assinou com Francisco António de Campos e Jaime Larcher: “O meu sistema de venda mais produtiva, e igualmente fácil não é um sistema de administração e conservação dos bens, não pode haver quem mais deteste que o governo administre e conserve bens” (Silveira [Pereira, Ed. Crít.], 1989a: 1180). Fiscais representando a Fazenda Nacional deviam formalizar inventários de todos estabelecimentos extintos, ordenando o que encontrassem de modo a fazer sobressair os objetos preciosos não sagrados, as livrarias [bibliotecas] e os manuscritos; e também os vasos sagrados e os paramentos, os objetos comuns que se encontrassem nas cozinhas, refeitórios e enfermarias; e ainda o casco²⁰⁷, a cerca, os prédios rústicos e urbanos, os foros²⁰⁸, as pensões²⁰⁹, os títulos de juros, e tudo o mais que tivesse valor ou que parecesse reluzir de algum modo. Logo a seguir, os prédios rústicos e urbanos deveriam ser avaliados e serem arrendados os que se achassem vagos.

EXCEÇÕES À VENDA MACIÇA

Os que não pudessem arrendar-se deveriam ficar sob administração de fiéis depositários que velariam pela sua conservação e pela venda de produtos da terra que se fossem obtendo. Enquanto que os objetos comuns deveriam ser vendidos, era interdita a transação dos vasos sagrados, dos paramentos, das bibliotecas e dos objetos não sagrados, numa exceção que configurava alterações à mera preferência dos deputados

²⁰⁵ João Elias da Costa Faria e Silva, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1835-2-7, diário número 16, p.241

²⁰⁶ Macário de Castro da Fonseca e Sousa Osório, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1835-2-7, diário número 16, p.242

²⁰⁷ Casa sem móveis; muros e fortificações sem artilharia nem guarnições

²⁰⁸ Direitos, privilégios, isenções e liberdades. Também designados usanças e costumes

²⁰⁹ O que se paga pelo uso da terra; parte do valor de benefícios eclesiásticos que o seu possuidor paga a alguém por mandato do Pontífice

constituintes a propósito dos conventos e que ligava objetos litúrgicos a objetos de valor venal²¹⁰.

Mais exatamente, deviam ser postos em venda todos os bens móveis com exceção dos usados no culto e das “livrarias, os trastes de ouro e prata e aqueles [bens] que, por qualquer motivo, se devem considerar preciosos”²¹¹. Um ano após a publicação do decreto de extinção dos estabelecimentos dos religiosos regulares, as Cortes decretaram, pela Carta de Lei de 15 de abril de 1835, a colocação em praça de todos os bens de raiz que a Fazenda Nacional possuía, especificando que se incluíam nesta decisão os bens das corporações religiosas, os bens da Santa Igreja Patriarcal de Lisboa²¹², os bens da Basílica de Santa Maria Maior²¹³, os bens da Casa do Infantado, os bens das capelas da Coroa²¹⁴, os bens da Casa das Rainhas; e ainda todos os foros, censos²¹⁵ e pensões, cuja alienação ou remissão seria regulada por legislação complementar.

O Parlamento criava, no entanto, exceções a esta venda massiva: para os edifícios e bens que fossem usados para o cumprimento dos serviços do Estado, para

²¹⁰ Portaria de 4 de junho de 1834 com instruções para cumprimento do decreto de 30 de maio de 1834 (cf. *Coleção de decretos e regulamentos mandados publicar por sua majestade imperial o regente do reino desde a sua entrada em Lisboa até à instalação das câmaras legislativas. 3.ª Série*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1840, pp.136-137)

²¹¹ Portaria de venda de todos os bens móveis e semoventes dos conventos extintos, exceto os objetos que serviam imediatamente ao culto divino (cf. *Coleção de leis e outros documentos oficiais publicados desde 15 de agosto de 1834 até 31 de dezembro de 1835. 4.ª Série*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1837, p.11)

²¹² Santa Igreja Patriarcal de Lisboa. Desde finais do século XVI existia uma capela real no palácio real da Ribeira. Essa capela foi promovida a paróquia da família real, da sua criadagem e dos moradores de parte da rua do Arsenal em 1709, por terem residência no entorno do paço da Ribeira. Em 1716, a capela real foi elevada à categoria de Patriarcal, sendo governada por um patriarca que era, igualmente, capelão-mor da Casa Real. Capela real e Patriarcal funcionaram as duas perto de São Julião até que, em 1755, a capela real ruiu. Sem instalações próprias, a Patriarcal sedeou-se num novo edifício situado no Príncipe Real até que o imóvel ardeu por fogo posto em 1769. A Patriarcal deambulou pela igreja de São Roque, pela igreja do mosteiro de São Bento da Saúde, onde a Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa e a Câmara dos Dignos Pares do Reino funcionariam a partir de 1833, pelo mosteiro de São Vicente de Fora e fixou-se na capela real da Ajuda a partir de 1792 até à sua extinção em 1834, altura em que se restituiu à Basílica de Santa Maria Maior a categoria de Sé arquiépiscopal metropolitana da província da Estremadura

²¹³ Basílica de Santa Maria Maior ou Sé de Lisboa. A Sé de Lisboa foi fundada por D. Afonso Henriques por volta de 1150 para sede da diocese da capital do reino. Em 1393 foi elevada à dignidade de Sé arquiépiscopal e em 1712 foi elevada a Igreja metropolitana e Basílica patriarcal. Quatro anos mais tarde, em 1716, o território da diocese e a cidade foram divididos em dois: o patriarcado de Lisboa ocidental, que ficou sediado na capela régia (ver nota anterior); e o arcebispado de Lisboa oriental, com sede na antiga Sé de Lisboa. Assim a Sé de Lisboa passou a Sé arcebispoal oriental, título abolido em 1740, quando uma bula de Bento XIV determinou a união das duas dioceses, abolindo-se as distinções eclesiásticas anteriores. A antiga sé desapareceu, ficando reduzida ao título honorário de “patriarcal”, sob a invocação de Santa Maria e a diocese de Lisboa foi fixada na nova Patriarcal em 1741. Com a categoria de Basílica patriarcal de Santa Maria Maior de 1742 até 1834, passou nesta data novamente a Sé (arquiépiscopal ou patriarcal da província da Estremadura)

²¹⁴ Capelas de fundação real ou revertidas para a Coroa na falta de sucessores legítimos, as “capelas da Coroa” referiam-se a bens que suportassem atividades caritativas e assistenciais, como a fundação e manutenção de hospitais

²¹⁵ Renda de alguns bens de raiz que se pagava ao senhorio

estabelecimentos que tivessem como fim o desenvolvimento da indústria e a prática de artes, para estabelecimentos destinados ao Exército e Marinha e, finalmente, excetuava “as obras e edifícios de notável antiguidade que mereçam ser conservados como primores da arte ou como monumentos históricos de grandes feitos ou de épocas nacionais”²¹⁶.

O “magnífico estabelecimento” da Santa Igreja Patriarcal de Lisboa assinalava, também por causa da diminuição dos rendimentos da nação, a queda do “esplendor e grandeza”, tornando inviável a manutenção da “pompa e brilho” indispensáveis à sua conservação e ao exercício do culto divino e tornando inevitável a sua extinção. Na contramão da Patriarcal estava a necessidade de dignificação da Basílica de Santa Maria Maior, Sé arquiiepiscopal por decisão de D. João I, assim se tendo mantido durante séculos como sede da “glória” e das “virtudes dos dois maiores monarcas seus augustos progenitores” [D. Afonso Henriques e D. João I], às quais a nação deveria prolongar o “lustre e esplendor”.

A invocação histórica não era só pertinente, ela era constitutiva do desejo de restituir a um estabelecimento a preeminência antiga e a valorização das “gloriosas antiguidades nacionais”, de que era coeva. Patriotismo, virtudes guerreiras e zelo religioso continham a dignidade de que se revestia o estabelecimento, de acordo com o relatório que precedia as decisões sobre os dois estabelecimentos²¹⁷. Em nome da grandiosidade passada – do fausto, das regalias, dos privilégios, das mesas lautas, das casas sumptuosas e dos magníficos templos e de toda a devassidão que essa grandiosidade continha – nacionalizavam-se os bens das corporações religiosas e em nome da grandiosidade futura – do esplendor, pompa e brilho que seriam fundados nas virtudes primevas do patriotismo e da coragem guerreira – reconstituía-se em dignidades, ministros e cónegos o renovado estabelecimento da Basílica de Santa Maria Maior, cujos bens eram igualmente nacionalizados não deixando de repercutir o esplendor necessário aos poderes constitucionais, pelo poder de decisão que detinham.

O relatório que justificava a extinção “para sempre” da Casa e Estado do Infantado, decretada a 18 de março de 1834, referia a incompatibilidade da existência desta

²¹⁶ Carta de lei sobre a maneira de se fazer a venda de todos os bens nacionais (cf. *Coleção de leis e outros documentos oficiais publicados desde 15 de agosto de 1834 até 31 de dezembro de 1835. 4.ª Série*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1837, p.119)

²¹⁷ Decreto que extingue a Santa Igreja Patriarcal de Lisboa – É restituída a Basílica de Santa Maria Maior da cidade de Lisboa à dignidade e categoria de Sé Arquiiepiscopal Metropolitana da Província da Estremadura, que tinha antes da criação da Santa Igreja Patriarcal (cf. *Coleção de leis e outros documentos oficiais publicados desde 15 de agosto de 1834 até 31 de dezembro de 1835. 4.ª Série*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1837, pp.90-91)

instituição com as circunstâncias políticas do reino de Portugal e a inutilidade dos seus bens para a formação de alianças da família real²¹⁸.

Pertencia às Cortes estabelecer as dotações para que a família real pudesse sustentar-se com dignidade e pertencia-lhe também a decisão de excepcionar os palácios de Queluz, da Bemposta, de Samora Correia, de Caxias e da Murteira, além de casas, quintas e outras dependências desses palácios, que deviam ser destinados exclusivamente para a “decência” e “recreio” da rainha, apesar de fazerem parte da fazenda nacional - prescrição que, aliás, os legisladores lembravam estar inscrita na *Carta Constitucional* para o reino de Portugal, Algarves e seus domínios, em vigor desde 1826: “os palácios e terrenos reais, que têm sido até agora possuídos pelo rei, ficarão pertencendo aos seus sucessores, e as Cortes cuidarão nas aquisições e construções que julgarem convenientes para a decência e recreio do rei”²¹⁹.

O decreto de extinção da Casa e Estado do Infantado afirmava a confluência entre a dignidade da família real e a dignidade da nação, que se identificavam; casas, quintas e palácios faziam coincidir a dignidade da nação com a dignidade da família real, uma dignidade transmutando-se na outra embora mantendo-se separáveis e sendo ambas a constituição do decoro nacional, decorrendo ambas das decisões dos poderes constitucionais.

Os bens da Casa das Rainhas já se consideravam parte da Fazenda Nacional desde que, em 9 de agosto de 1833, tinha sido decretada a extinção do órgão de administração dos seus bens, outorgados ao longo do tempo pelos monarcas às rainhas como fonte de rendimento durável, extinção essa que podia fazer-se sem obstáculos porque o decoro da rainha era assegurado por uma dotação compatível com a sua “alta dignidade”²²⁰.

O projeto para a venda dos bens nacionais foi defendido pelo governo como forma de acudir ao déficit do Tesouro Nacional sem lançar novos tributos sobre os povos, mesmo que estivessem alguns a arruinar-se e a desvalorizar-se muitas terras que tinham

²¹⁸ Decreto que extingue a Casa e Estado do infantado, com todas as suas dependências – Os bens desta extinta Casa são, portanto, incorporados nos próprios [bens] da nação à exceção dos palácios de Queluz, da Bemposta, do Alfeite, de Samora Correia, de Caxias e da Murteira, casas, quintas, etc.. que são destinados para recreio e decência da rainha (Cf. *Coleção de decretos e regulamentos mandados publicar por sua majestade imperial o regente do reino desde a sua entrada em Lisboa até à instalação das câmaras legislativas. 3.ª Série*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1840, p.100)

²¹⁹ Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1826-11-28, diário número 22, p.107

²²⁰ Decreto que extingue os tribunais do conselho da Real Casa e Estado das Rainhas, da Junta da Sereníssima Casa de Bragança e da Junta da Sereníssima Casa do Infantado e suas dependências – as Casas de Bragança e do Infantado ficam reduzidas a meras administrações particulares (Cf. *Coleção de decretos e regulamentos mandados publicar por sua majestade imperial o regente do reino desde a sua entrada em Lisboa até à instalação das câmaras legislativas. 3.ª Série*. Lisboa, Imprensa Nacional: 1840, p.8)

pertencido aos religiosos, algumas das quais eram usadas como baldios pelas populações – que as percorriam tentando apanhar o que lhes fosse útil – e estivesse presente uma crítica à administração desses bens enquanto não fossem alienados. “Eles estão sofrendo uma grande depreciação de dia a dia, até mesmo pelo desleixo e nenhum zelo com que as autoridades às quais incumbe intender nisso olham para esse único fiador de nossa dívida nacional”²²¹.

No tempo em que esteve em Alcobaça, o corregedor António Luís de Seabra mandou arrendar a Quinta do Sidral, ainda hoje existente em Cela, Alcobaça, tendo sido acusado pelo padre João de Deus de abater 50 mil réis na avaliação da quinta. Este arrendamento estava a ser feito num contexto de “uma massa imensa de arrematações” e também de avaliações que o corregedor disse conduzir, no caso dos grandes prédios, para exacerbar o preço pedido. Mas os arrendamentos eram feitos de tal forma “na maior incerteza das coisas e no meio do estrépito da guerra” que não resultavam em melhorias para a Fazenda (Seabra, 1835: 15).

CONTENDA ENTRE *VENERAÇÃO* E *CONSERVAÇÃO*

Antecedido por comentários dos parlamentares que denotavam irritação e ansiedade pelo retardamento da discussão do projeto de lei para a venda massiva dos bens nacionais, a sessão de 7 de fevereiro de 1835 agendou para a ordem do dia o debate sobre o primeiro artigo desse projeto, apresentado pelo governo. Foi lida às Cortes a indicação da proveniência dos bens de raiz que ficavam em venda e as exceções que eram contempladas para os edifícios que servissem para instalar serviços públicos, para edifícios de antiguidade comprovada, para edifícios artisticamente relevantes e para monumentos que recordassem feitos gloriosos ou épocas de esplendor.

A formulação era a seguinte, quanto às exclusões: “excetuando-se desta disposição aqueles edifícios que o governo destinar para serviço público ou para conservação de obras de antiguidade ou de primores de arte e os que mereçam ser venerados como monumentos de grandes feitos ou épocas nacionais”²²². As exceções como que configuravam três graus, sem hierarquia entre si: os edifícios que servissem a

²²¹ José Fortunato Ferreira de Castro, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1835-02-03, diário número 12, p.171

²²² Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1835-2-7, diário número 16, p.237

disseminação do Estado para todo o reino seriam salvaguardados da venda, esse seria o primeiro grau; um segundo grau excecionava os edifícios que devessem ser conservados por serem antigos ou por serem obras de arte significativas; um terceiro grau colocava de parte os monumentos que, por estarem ligados a grandes feitos ou a épocas marcantes da história da nação, devessem ser venerados.

Todos estes graus implicavam um trabalho de conhecimento e seleção dos bens em causa mas, à partida, não implicavam qualquer intervenção direta sobre eles ou não era necessário isso ser referido. Contudo, o teor do artigo parecia apontar para uma diferença entre a *conservação* de edifícios antigos ou artisticamente relevantes, entre a *veneração* destinada aos monumentos e entre a *identificação* de quaisquer edifícios que implicassem a instalação de serviços públicos. Certamente que tal operação obrigava a identificar todos os edifícios, a conservar alguns e a venerar outros e é difícil defender que uma ação excluía as outras.

Anunciava-se a publicação de uma lista com todas estas exceções, sem outros pormenores, a mesma da qual Mouzinho de Albuquerque reivindicaria a necessidade quase uma década depois e à qual atribuiu uma clara hierarquia, como referi no início deste capítulo. Sobre a ausência de uma lista referiu-se um outro deputado com particular veemência numa sessão em 1841, a propósito dos bens localizados no Ultramar, para os quais também não havia nenhum arrolamento, mas aludindo à venda massiva de bens nacionais organizada nos anos 30 como pura delapidação do património do reino e raciocinando sobre o que representavam as exceções num quadro assim descrito, em que não era ponderado para elas um valor “intrínseco”:

Senhor presidente eu digo que ninguém se lembra de alienar os seus bens sem saber o que vai alienar; é uma coisa impossível de que ainda ninguém se lembrou. (...) Digo mais, estou na obrigação como deputado de considerar que a natureza e valor desses bens não é conhecida [*sic*]; se este argumento se não puder destruir, caiu o projeto; porque não concebo que a câmara possa dar semelhante voto, mandando vender aquilo que não sabe o que é e que os mesmos senhores ministros não sabem o que é. Peço à câmara que se lembre (se é lícito comparar as coisas grandes às pequenas) que se lembre de quando em [18]34 se mandaram vender os bens nacionais, ninguém sabia o que se mandava vender. Cometeu-se esse erro; e a consequência qual foi? Ela está bem patente; foi que desapareceu essa imensa riqueza que nos dava um crédito extraordinário por toda a parte. Eu saí de Portugal nessa ocasião e indagando a razão do crédito que tínhamos em todas as praças da Europa, conheci que era devido à imensa massa de bens nacionais que tínhamos. Mas esses bens desapareceram, consumiu-se o seu produto, não se sabe a quanto montava, em que se gastou e hoje achamo-nos sem recurso nenhum. (...) Senhor presidente, isto vendido não há de produzir nada, quero dizer que o resultado do produto desta venda há de

ser nenhum, quando pelo contrário o seu valor intrínseco há de ser grande, eu faço, e peço que se tome nota de uma profecia, que não é uma profecia, que não é mais do que o conhecimento dos factos e por eles avaliar os seus resultados; eu digo pois que esta venda para o fisco há de produzir uma miséria, que o que se vai sacrificar é uma coisa muito grande, o que se perde para o futuro é uma coisa imensa, o que se há de poder reparar para o futuro é uma coisa muito maior. À vista de tudo isto, e pela conservação, quando mais não seja, dos monumentos da nossa glória, eu voto pela rejeição do projeto ou ao menos pelo seu adiamento, até virem os esclarecimentos. Senhor presidente, o homem carregado de miséria, que manda vender o retrato do pai à feira, onde lhe dão seis vinténs por ele, morre de fome no outro dia do mesmo modo que havia de morrer na véspera; porém coberto de ignomínia. É o caso em que estamos. (...) Mas, senhor presidente, é preciso saber o que mandamos vender para depois autorizar a venda. As exceções que a comissão faz não são suficientes, não deixam nada reservado, de uma totalidade que se não sabe o que é. (...) Se nós não temos os dados como havemos de contar com exceções e se estas não compreenderem justamente aqueles casos que a mente da Câmara quisesse salvar!!... (João Baptista da Silva Leitão de Almeida Garrett, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1841-8-19, diário número 111, pp.246-250)

Se essa listagem só pudesse ser coligida pelo governo, como recebedor das informações provenientes das autoridades no território nacional, como parecia claro ao deputado José Alexandre de Campos, e consequentemente destinar os edifícios para o serviço público, para os hospitais ou para os tribunais, já a decisão das exceções devia ser tomada exclusivamente pela Câmara dos Deputados. O parlamentar resguardava para o governo o papel de receptor e transmissor de toda a informação sobre o edificado do país e para o Parlamento a decisão sobre os bens que, atendendo às exceções prescritas na lei, não deviam ser alienados.

Uma passagem do discurso de José Alexandre de Campos, que redundou em duas emendas, deveria centrar a atenção. Na primeira emenda, o deputado propôs que se falasse não de edifícios mas de “bens” a serem excecionados, pois poderia haver necessidade de excecionar mais do que imóveis; na segunda, que se substituisse o termo “venerados”, com que o projeto de lei excecionava os monumentos que evocavam feitos gloriosos ou épocas de grande significado. O deputado atribuiu “venerados” em primeira instância aos taquígrafos, o que não parecia ser próprio para objetos inânimes, soando-lhe a uma formulação inexpressiva.

A respeito dos edifícios, que são necessários para o serviço público, como para hospitais, julgados, administrações, etc. etc. só o governo pode informar: portanto parece-me que se deve consignar a ideia de que o governo forme uma lista desses bens, sobre informação das autoridades, e que depois seja

apresentada à Câmara [dos Senhores Deputados], sem que isto retarde a venda dos bens nacionais; ora na exceção, diz o ministério que ficam excetuados aqueles *edifícios* necessários para o serviço público: ora pode ser que sejam necessários mais alguns bens que não sejam edifícios; portanto em vez da palavra edifícios se diga *bens*: também no parágrafo primeiro diz na exceção: ficam excetuados os que devam ser *venerados* – esta palavra *veneração* sobre objeto inanimado não apresenta uma expressão própria, parece-me ser emenda de redação; entretanto podia dizer-se que mereçam ser *conservados* – debaixo deste ponto de vista proponho outra emenda e vou mandar todas para a mesa. (José Alexandre de Campos, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1835-2-7, diário número 16, pp.237-238)

As emendas foram aceites de imediato, já José Alexandre de Campos tinha sugerido o termo alternativo: “entretanto podia dizer-se que mereçam ser *conservados* [em itálico no texto]”. Uma vez recosido, o parágrafo voltou a ser lido com as emendas; mas ou o taquígrafo se enganou ou engendrou um terceiro termo, nem “venerados” nem “conservados”, ou o deputado que estava a secretariar a sessão, Francisco Xavier Soares de Azevedo, se enganou quando leu em voz alta, já que a palavra “edifícios” foi substituída por “bens” e a palavra “venerados” foi substituída por “considerados”: “excetuando desta disposição aqueles bens que forem destinados para o serviço público ou para conservação de obras de antiguidade ou de primores de arte e os que mereçam ser considerados como monumentos de grandes feitos ou épocas nacionais”²²³.

O orador Leonel Tavares Cabral, achando dificuldade na grande extensão no artigo que fazia o elenco dos bens nacionais postos em venda e que excecionava alguns deles, solicitou às Cortes a sua divisão para melhor ser apreciado, numa primeira parte tratando da regra geral e numa segunda das exceções. No retomar da palavra contestou a substituição do termo “venerados”, que José Alexandre de Campos tinha atribuído aos taquígrafos e pormenorizou a sua intervenção:

Na verdade, não acho imprópria a palavra *venerados*; creio que é este o termo que designa bem a ideia que pretende exprimir-se: por exemplo a igreja da Batalha é um dos monumentos religiosos que deve ser considerado ou respeitado para memória da glória portuguesa, pois ao facto que ela recorda deveu a nação a sua independência; e então não será próprio o dizer-se que deve ser venerado? Voto contra a substituição oferecida. (Leonel Tavares Cabral, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1835-2-7, diário número 16, p.243)

Se ainda havia dúvidas de que, no exercício do poder prescritivo das palavras, não se

²²³ Francisco Xavier Soares de Azevedo, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1835-2-7, diário número 16, p.238

tratava de uma mera substituição de um termo pelo outro, as intervenções seguintes do ministro da Marinha, Agostinho José Freire, e do deputado António José Lopes Alheira, que trouxeram mais argumentos contrários à substituição da palavra “venerados”, demonstravam uma soberania nada fortuita na seleção desses termos. Agostinho José Freire também contestava a troca do termo: “quanto porém à substituição à palavra *venerados*, não concordo e escuso de dar as razões porque de sobejo estão expostas²²⁴”. José Lopes Alheira pediu que se mencionasse explicitamente o convento da Batalha nas exceções e afirmou: “Ora quanto aos monumentos de antiguidade, e que recordam o valor e a bravura dos nossos antepassados, esses, mesmo por honra desta Câmara, devem ser conservados e para isto bem se designar de que expressão melhor poderemos servir-nos, do que de *venerados*?”²²⁵.

O TEXTO ENTRE A CÂMARA DOS DEPUTADOS E DOS PARES

Logo no início do debate também António Aloísio Jervis de Atouguia clamou por maior clareza do artigo, à semelhança de Leonel Tavares Cabral, que o queria dividido em dois pontos. Jervis de Atouguia lembrou que seria prudente adotar a redação que o deputado pelo Alentejo Mouzinho da Silveira tinha oferecido no seu projeto sobre a venda dos bens nacionais, onde se podia ler: “excetuam-se aqueles bens que estão ou forem designados para estabelecimentos de utilidade geral ou local” (Silveira [Pereira, Ed. Crít.], 1989a: 1182).

A partir desta enunciação aparentemente enxuta, em que não havia considerações sobre obras de arte a conservar nem sobre monumentos a venerar, Mouzinho da Silveira era bem mais desenvolvido na determinação de regras para o arrolamento dos bens do que a solitária frase que, no projeto do governo, mencionava essa necessidade²²⁶. Os bens seriam inventariados, descritos e avaliados por peritos nomeados pelas câmaras municipais dos concelhos em que estivessem situados, precedidas essas operações de uma requisição das autoridades administrativas ou de pessoas que fossem incumbidas

²²⁴ Agostinho José Freire, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1835-2-7, diário número 16, p.243

²²⁵ António José Lopes Alheira, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1835-2-7, diário número 16, p.243

²²⁶ “Publicar-se-á uma relação deles com a antecipação necessária” (Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1835-2-7, diário número 16, p.237)

especificamente desse encargo, obrigando-se à produção de um mapa de existências completo.

O governo nomearia uma comissão com cinco elementos com conhecimentos administrativos, rurais e de contabilidade para arrendar interinamente os bens em espera e para acautelar que não se deteriorassem; mais ainda: essa comissão formaria um mapa dos bens que, tendo um certo valor, não fossem suscetíveis de arrendamento. No final de fevereiro de 1835, a Câmara dos Senhores Deputados enviou à Câmara dos Dignos Pares do Reino, instituída pela *Carta Constitucional* de 1826, a sua versão sobre o projeto para a venda dos bens nacionais.

Desde a publicação desse texto outorgado pelo rei D. Pedro IV que as Cortes tinham duas câmaras, a Câmara dos Deputados, eletiva e temporária na sua constituição, e a Câmara dos Pares (Figura 5), cujos membros, vitalícios e hereditários, eram nomeados pelo rei, sem número fixo. Na Câmara dos Pares tinham ainda lugar pares por direito próprio, por nascimento, como acontecia com o príncipe real e com os infantes, ou em função de um cargo. A proposição e aprovação de leis competia indistintamente às duas câmaras, sendo que a apresentação das leis por parte do executivo se iniciava na Câmara dos Deputados. Uma vez aprovadas as leis pelos deputados eleitos, eram enviadas à Câmara dos Pares. Na versão enviada à Câmara dos Pares, o texto que constava do artigo 1.º tinha sido dividido em dois, passando as exceções a ter um artigo próprio. À parte essa diferença, a Câmara dos Deputados manteve o texto sobre as exceções praticamente como foi redigido inicialmente, incluindo o uso da palavra *venerados* para os monumentos evocativos de grandes feitos ou épocas gloriosas.

O texto proveniente da câmara eletiva foi lido na Câmara dos Pares a 16 de março de 1835²²⁷ mas a versão discutida foi a que continha emendas da seção da Fazenda²²⁸, cujo parágrafo terceiro em apreço – o das exceções – já não apresentava qualquer menção a monumentos *venerados* e sim uma categorização mais uniforme dos bens e edifícios que serviriam o Estado enquanto corpo político público do tempo presente e dos bens e edifícios que o representariam e dignificariam, através da evocação da antiguidade, da arte ou da monumentalidade ou ainda dos grandes feitos passados que simbolizavam a grandeza do Estado; por outro lado, aquela versão acrescentava um parágrafo para

²²⁷ Cf. Câmara dos Dignos Pares do Reino, ata de 1835-3-16, diário número 32, pp.164-165

²²⁸ Na Câmara dos Dignos Pares do Reino havia uma comissão das proposições [de lei] organizada em cinco seções: seção de legislação e negócios de justiça; seção de negócios externos; seção de guerra e marinha; seção de negócios eclesiásticos e de instrução pública; e seção de negócios da fazenda e administração interna (cf. *Regimento interno da Câmara dos Dignos Pares do Reino*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1835, p.39)

nomear também como exceções à venda estabelecimentos destinados às artes e indústrias: “Os bens e edifícios que forem destinados para o serviço público; as fábricas que se julgarem necessárias para promover e propagar a indústria, introduzir ou facilitar a prática de algumas artes; as obras e edifícios de notável antiguidade que mereçam ser conservados como primores da arte ou como monumentos históricos de grandes feitos ou de épocas nacionais (...); os estabelecimentos indispensáveis destinados para o serviço do Exército e da Marinha”²²⁹.

O deputado e Par do Reino Alexandre Tomás de Morais Sarmiento pronunciou-se na Câmara dos Pares sobre as exceções. Começou por referir que a utilidade do parágrafo lhe parecia de “simples intuição”, defendeu que não devia ser feita uma descaraterização dos edifícios considerados importantes mesmo que nem todos se apresentassem como primores, pois mesmo nos que eram reles a arquitetura sairia sempre triunfadora – “ainda que nem todos os edifícios são obras-primas, contudo no mesmo exame das que são más, pode a arquitetura tirar vantagens” – e que os ministros teriam o bom senso de deferir os pedidos para os edifícios que deveriam conservar-se. Na intervenção, Morais Sarmiento referiu-se ao Templo de Coimbra²³⁰ (“os cônegos mui pouco cuidado tiveram dele”), à Sé de Coimbra (“edifício primoroso no seu género”, que também foi descuidado), aos Jerónimos de Belém (“acha-se mui destruído”), à Igreja de Nossa Senhora da Conceição Velha (“foi em parte arruinado por umas janelas que nele se mandaram abrir, porque os padres diziam que não podiam ler bem no breviário! E isto aconteceu no século da civilização”), a São Francisco de Lisboa [Convento de São Francisco da Cidade] (“que, a ser situado em outro qualquer país, já teria havido uma subscrição para se completar”), dissertando que sobre eles seria muito importante encarregar das obras futuras “pessoas que se interessem na conservação”. Morais Sarmiento defendeu que os monumentos portugueses que se não vendessem deviam ser confiados à proteção de quem os pudesse estimar.

A utilidade deste parágrafo [“As obras e edifícios de notável antiguidade que mereçam ser conservados como primores da arte ou como monumentos históricos de grandes feitos ou de épocas nacionais”] me parece de simples intuição; mas creio que (sem fazer ofensa aos senhores ministros da Justiça e da Fazenda aqui presentes) me será lícito o lembrar que seria muito bem entendido encarregar as obras de que fala o parágrafo a pessoas que se interessem na sua conservação; porque nunca irei para a opinião que se destruam edifícios importantes ainda quando rigorosamente se não possam reputar incluídos na

²²⁹ Cf. Câmara dos Dignos Pares do Reino, ata de 1835-3-21, diário número 34, p.170

²³⁰ Provavelmente a Igreja Paroquial de Ançã

letra desta lei. Nós temos ótimos edifícios modernos, alguns dos quais não acabados, por exemplo São Francisco de Lisboa [Convento de São Francisco da Cidade] que, a ser situado em outro qualquer país, já teria havido uma subscrição para se completar. Não há muito tempo que estava para cair o célebre coruchéu da Catedral de Salisbury e concorreu para conservar aquele coruchéu gótico toda a nobreza daquelas vizinhanças: muitos outros exemplos poderia apontar do apreço que, nas terras civilizadas, se tem pela arquitetura e belas-artes. (...) Por isso é que recorro aos senhores ministros e que digo que será bom que os monumentos portugueses que se não venderem convém sejam confiados à proteção de pessoas que os estimem, sendo útil a escolha de corporações dignas de os conservarem. O edifício dos Jerónimos acha-se mui destruído e tenho também alguma lembrança que o da Conceição Velha [Igreja de Nossa Senhora da Conceição Velha, em Lisboa] foi em parte arruinado por umas janelas que nele se mandaram abrir porque os padres diziam que não podiam ler bem no breviário! [Livro das orações] E isto aconteceu no século da civilização. Portanto é necessário que semelhantes coisas se não repitam; e ainda que nem todos os edifícios são obras-primas, contudo no mesmo exame das que são más pode a arquitetura tirar vantagens: além disso, entre nós há uma abundância estéril deste género que, por motivos diversos, é necessário não destruir. Nada mais direi, confiando tudo das boas intenções e juízo dos senhores ministros, que por certo hão de ter economia em deferir a pedidos, porque tanta prodigalidade haverá em que se destruam uns como em não pôr em venda aqueles que acharem compradores, ainda que se pretendam subtrair com o pretexto de casas para tribunais e administrações públicas. (Alexandre Tomás de Morais Sarmiento, Câmara dos Dignos Pares do Reino, ata de 1835-3-21, diário número 34, p.172)



Figura 5. Câmara dos Pares. Em 1867 foi inaugurada uma Câmara dos Pares renovada, com projeto do arquiteto francês Jean François Colson, no mesmo lugar da anterior, a Sala do Capítulo do antigo convento beneditino de São Bento da Saúde. A sala, que tem uma planta semicircular e uma disposição em hemicíclo, acolheu as sessões da chamada primeira câmara, sempre que esteve instituído o sistema bicameralista (com a *Carta Constitucional* de 1826, a *Constituição* de 1838 – acolhendo então a Câmara dos Senadores – e a *Constituição* de 1911, tendo sido o lugar da Câmara Corporativa durante o Estado Novo), até à Revolução de 25 de abril de 1974

(Fonte: *O Ocidente. Revista Ilustrada de Portugal e do Estrangeiro*, 15 de janeiro de 1878, Volume 1 (2), pp. 12-13)

A INTERVENÇÃO DE MORAIS SARMENTO

A 26 de março de 1835 foi lida na Câmara dos Deputados a versão do projeto de lei para a venda dos bens nacionais e os reparos provenientes da Câmara dos Dignos Pares devidamente comentados, sublinhando-se que deviam ser adotadas todas as emendas, alterações e adições propostas pela Câmara não eletiva, tendo desaparecido a menção a edifícios dignos de serem venerados e assumindo-se que as obras e edifícios notavelmente antigos que fossem primores da arte ou monumentos representativos de grandes feitos ou de épocas esplendorosas deviam ser conservados e, portanto, excecionados da venda de bens.

A intervenção de Alexandre Tomás de Morais Sarmento, como ponto de chegada da discussão sobre as exceções, concentrava um conjunto de pontos que se tornariam pertinentes relativamente à forma como se herdou a relação com os monumentos, cristalizando para o futuro ideias e recortando outras em contravenção do que se pretendia, ideias que se formavam nesta altura e que iniciavam o seu percurso até chegar a nós: i) o triunfo, se posso chamar assim, da ideia de *conservação* dos monumentos sobre a ideia da sua *veneração*, marcado simbolicamente pela fala, afinal isolada mas suficientemente extensa e unânime no sentido em que ninguém a contestou²³¹, do deputado nas Cortes, denotando o que passava a ser comumente aceite; ii) uma primazia das necessidades prementes do Estado centrada em absoluto na venda de edifícios, já que só os monumentos que não fossem vendidos deveriam ser conservados e, portanto, não havendo contestação a que a venda seria sempre superior a outras considerações, só admissíveis depois; iii) uma abertura, por parte do poder legislativo, semelhante à de Mouzinho de Albuquerque em relação à Academia das Ciências ou a grupos específicos, à ideia de que os monumentos que não fossem vendidos deveriam estar sob a alçada de quem soubesse cuidar deles, isto é, uma abertura às futuras organizações de especialistas, que iriam tomar conta do saber relativo sobre os monumentos, um saber sempre delegado pelos deputados, sempre por eles vigiado e sempre por eles decidido em última instância²³²; iv) a indicação, pelos deputados, de alguns monumentos isolados como exemplares, repetindo esse expediente

²³¹ “Não se fazendo outra reflexão foi o § 3.º posto à votação e aprovado” (Cf. Câmara dos Dignos Pares do Reino, ata de 1835-3-21, diário número 34, p.172)

²³² “Os monumentos portugueses que se não venderem convém sejam confiados à proteção de pessoas que os estimem, sendo útil a escolha de corporações dignas de os conservarem” (Cf. Câmara dos Dignos Pares do Reino, ata de 1835-3-21, diário número 34, p.172)

em muitas sessões ao longo dos anos, sentindo-se os parlamentares livres para tecer as considerações que entendessem, nomeando, isolando, produzindo considerações sobre o valor dos monumentos, porque falavam do seu apreço pelos imóveis como do apreço por si próprios, na extensão da representatividade que os edifícios jogavam acerca do seu próprio e particular poder; v) uma apreciação dos monumentos em função de uma conservação, é certo, mas nunca interferindo, e aliás fazendo coincidir na conservação, a reutilização dos monumentos para serem ocupados por corporações diversas, como foi o caso da proposta do mesmo Alexandre Tomás de Morais Sarmiento, três dias mais tarde, ao defender que no Convento de Tomar devia ser instalado o Colégio Militar²³³. Nesse triunfo, atrás referido, teríamos portanto o início do processo legislativo que excecionou um conjunto de bens, se bem que quase totalmente incerto e indiscriminado quanto ao que preservar, constituindo-se esse processo num quadro em que às exceções estavam destinadas operações de conservação, num movimento que só fez a sua aparição porque havia uma imensa massa de bens que era preciso vender.

Mesmo que fosse impossível atribuir à discussão sobre conservação e veneração mais do que a discórdia momentânea de um termo que devia ser usado em vez de um outro (ambos usados nas formulações dos parlamentares e nos textos legislativos em discussão), dever-se-ia defender que, até certo ponto, a discussão não era menos fortuita como garantia para os monumentos, mesmo sujeitos à definição de uma lista que os excetuaria da venda e sujeitos à venda em massa de edifícios que era necessário fazer, do que qualquer outro episódio. Contudo, a discussão existiu e houve, pelo menos, duas versões sobre o parágrafo relativo aos monumentos, como se legitimasse uma intervenção futura onde não caberia mais a veneração – ligada ao reconhecimento da tutela das figuras que deviam preservar o decoro, como os reis, ou à santificação das casas religiosas que o Estado estava a herdar e pretendia reutilizar – e se instituísse o princípio da conservação dos monumentos como movimento de afirmação do Estado, através de uma forma moderna da veneração, a exceção.

A criação de exceções na lei para retirar os edifícios e os objetos do comércio mundano só foi plenamente reafirmada no final do século XIX através da adoção de um outro termo vertido para a legislação, o “culto” dos monumentos, como se a veneração pudesse ter sido incorporada plenamente nas funções do Estado em relação aos

²³³ “Ora o modo de conservar aquele edifício como monumento importante e ao mesmo tempo tirar partido da sua conservação seria mudar para ali o colégio militar” (Alexandre Tomás de Morais Sarmiento, Câmara dos Dignos Pares do Reino, ata de 1835-3-24, diário número 36, p.194)

vestígios do passado. Essa reafirmação, sem que tal fosse uma coincidência, seria complementada com o esforço público de se fazer um inventário dos monumentos.

A escolha de edifícios nacionais para fins determinados, e a falta de inventário para que pudesse decidir-se sobre eles com conhecimento, esteve sempre presente nos debates a partir da decisão de uma venda maciça de bens nacionais, isto é, desde os anos 30 do século XIX até final do século. Sobre esse assunto, o deputado Rodrigo da Fonseca Magalhães considerava que os governos patrióticos se dedicariam ao desenvolvimento dos talentos através do apoio às artes, às ciências e às indústrias, reconhecendo desde logo que, na contramão do apoio às aptidões talentosas estava a repressão dos vícios.

Três edifícios deviam ser retirados para fins específicos: um para panteão “aonde sejam colocados bustos e estátuas ou quadros que representem os homens ilustres da nossa nação, que adquiram um nome distinto na carreira das armas ou das letras, das artes ou inventos e que, por qualquer destes títulos, mereça o de benemérito da pátria”; outro para um liceu ou escola de belas-artes e belas letras e de ciências naturais; um terceiro para uma casa de correção, para castigar com utilidade os que entravam na “carreira dos vícios”²³⁴; ao recolher informação para determinar as obras públicas de maior consideração, o governo tinha em particular conta as obras de melhoramento das cadeias, das casas de audiências e a conservação de monumentos, “pois é dever de uma boa administração fazer que os presos gozem das comodidades compatíveis com a sua segurança: estabelecer as casas dos tribunais com a decência e decoro convenientes a lugares em que se administra a justiça: e prover, enfim, a conservação daqueles edifícios que devem ser perpetuados ou porque sejam primor da arte ou porque possam considerar-se monumentos de glória nacional”²³⁵. Sem, dúvida que, numa primeira fase, era a venda que presidia à lógica de reutilização dos edifícios vacantes. Não seria inteiramente certo dizer que se estava a inaugurar uma preocupação pelo estado dos monumentos e seria errado dizê-lo dos parlamentares como fomentadores dessa vontade inaugural. Seria mais aproximado dizer que essa preocupação não se inaugurava mas que se apoiava numa tradição existente, que continuava no presente com a excecionalidade de palácios, terras, edifícios do Estado e objetos, herdando o decoro e o recreio próprios da família real, isto é, herdando a *veneração* que, afinal, se ocultava da letra da lei para ser recolocada em jogo como *conservação*.

²³⁴ Rodrigo da Fonseca Magalhães, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1835-3-6, diário número 37, p.493

²³⁵ Rodrigo da Fonseca Magalhães, [ministro do Reino], Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1840-1-17, diário número 13, p.58

A tradição mandava venerar os palácios (“Sobretudo se deve suma veneração e inviolabilidade aos palácios dos reis, chamados por tanto em D.R. [Direito Romano] *Sacra, Sacratissima*” (Carneiro, 1847: 9); “As casas e palácios dos reis têm no direito romano vários nomes como de Eternáveis, Augustas, Augustíssimas, Divinas, Sagradas, etc.”) (Lobão, 1817: 4) como as leis, os governantes, os magistrados e os edifícios públicos:

No sentido do direito romano, não temos coisas nenhuma santas, assim como também não existe qualquer carácter sagrado nos nossos muros e portas, muito embora, se quisermos derivar a palavra *santas* da palavra *sanciendo* (sancionar), os muros, as leis, os Príncipes, os magistrados se possam dizer, e bem, santos e invioláveis, assim como também os palácios dos Príncipes, Ord. liv. 5, tit. 39, e milhentas coisas mais.

Não são em geral de guardar as disposições que o direito romano estabeleceu sobre os muros e portas das cidades, pois não lhes é inerente, para assim dizer, nenhuma santidade sagrada ou civil e, por outro lado, os muros e portas não são coisas *nullius* mas de alguém, convém a saber, da cidade, à qual estão sujeitas como as restantes coisas públicas, ou da comunidade. (...) No outro significado, em que se dizem santas as coisas invioláveis, desligadas dos usos profanos, e defendidas por sanções severas contra todas as injúrias, cabem as coisas especialmente ditas sagradas, as religiosas, e todos os lugares, a que foi concedida uma certa imunidade e o direito de asilo, como os templos e os palácios dos Príncipes, os edifícios públicos e mesmo as casas particulares, os magistrados régios e seus oficiais, etc.. (Freire, 1789-1794 [Boletim do Ministério da Justiça (165), abril de 1967]: 42)

Verificava-se o deslocamento das coisas que, antigamente, eram santas ou santificadas e, conseqüentemente, invioláveis, para uma modernização dessa inviolabilidade, a exceção. Os bens excepcionados eram os bens de certo modo intocáveis a não ser por vontade do Estado. Não estava em causa uma rotura de pensamento com o Antigo Regime, antes uma sua permanência forte através de uma adequação da antiga veneração. No momento em que os poderes constitucionais tinham forjado e exerciam um feroz combate aos bens de mão-morta, aparecia a *condenação* de alguns bens a serem excetados da lei, a ficarem fora do mundo, a não poderem ser alienados, nem transacionados. Não é possível negar a coincidência de que um combate aos estabelecimentos de religiosos, homens e mulheres “fora do mundo”, de vidas dissolutas e dissolventes, tenha originado, do mesmo passo, a instauração de sucedâneos desse “fora do mundo”, agora espelhados em edifícios e em outras exceções, que ancoravam os poderes do Estado, mesmo quando estivesse em causa o decoro das figuras reais.

É impossível negar que o movimento de secularização dos bens das corporações foi o mesmo que religou as mais simbólicas pertenças do Estado, os edifícios, os palácios e os objetos, fossem por serem, respetivamente, os edifícios peças de arquitetura estimáveis, os palácios lugares de recreio dos reis e os objetos possuidores de valor transacionável. Olhando estas exceções do ponto de vista de como os poderes constitucionais viam os bens de mão-morta e a vida dos religiosos, bem pode dizer-se que essas exceções se constituíam numa condenação ao imobilismo, à não transação e ao definhamento desses bens, tudo, enfim, o que os deputados diziam deplorar na vida religiosa.

Se o que se esperava era que a compra e venda de terras libertadas proporcionasse ao Estado o lucro das transações, que a agricultura prosperasse em terrenos finalmente cultivados com géneros úteis, que a indústria e o comércio recebessem destas transformações o seu quinhão; e se se libertava a terra da sua antiga letargia, condenava-se à letargia outra os edifícios da nação mais significativos; um hábito (“só o hábito de ver subsistir aquela instituição formou o prejuízo de pensar que ela era útil realmente”²³⁶) era substituído pelo início de outro hábito, o de pensar que os edifícios mais magníficos, para serem representativos das forças vivas da nação, tinham de estar fora do mundo.

A exceção foi um ponto pelo qual os monumentos foram obrigados a passar, como se passa um facto da vida pelo crivo da sua descrição; os monumentos eram lugares de vida onde o exercício de um certo poder se efetivava através dos seus ocupantes, as ordens regulares, que agora eram desapossados desse poder. Para que o novo poder – laico e confessional, civil, constitucional – pudesse ocupar a antiga vida existente nos edifícios foi preciso, lentamente, desocupar os edifícios dessa vida, isto é, refuncionalizá-los retirando-lhes a vida comum e pondo-os fora dela. Foi preciso, claramente, que se lhes aplicasse como que alguns dos mimos com que se atacava a vida das ordens religiosas, como a de não serem sustentadoras do progresso, de não fomentarem a vida, de não proporcionarem a reprodução ou o casamento. Enquanto os restauradores das liberdades constitucionais aclamavam a propagação da vida – através

²³⁶ Decreto que extingue geralmente em todo o reino de Portugal, Algarve, Ilhas adjacentes e domínios portugueses todos os conventos, mosteiros, colégios, hospícios e quaisquer casas de religiosos de todas as ordens regulares seja qual for a sua denominação, instituto ou regra – Os bens que dizem respeito às mesmas ordens ficam incorporados nos próprios [bens] da fazenda nacional (cf. *Coleção de decretos e regulamentos mandados publicar por sua majestade imperial o regente do reino desde a sua entrada em Lisboa até à instalação das câmaras legislativas. 3.ª Série*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1840, p.133)

da livre troca de propriedade e da fé no *crescei e multiplicai-vos* – esvaziavam da vida os edifícios que deviam representar doravante a nação.

TRANSFERIR A VIDA DOS EDIFÍCIOS PARA OS SEUS RESTAURADORES

Os monumentos constituíram, aos olhos dos poderes constitucionais, um item na enorme apropriação em curso. Esses edifícios, resultado de acidentes históricos, de lutas e tensões, deviam ser percebidos como representantes da antiguidade, como belezas artísticas e arquitectónicas e como monumentos grandiosos de épocas de esplendor ou de episódios marcantes (“obras e edifícios de notável antiguidade que mereçam ser conservados como primores da arte ou como monumentos históricos de grandes feitos ou de épocas nacionais”), abrindo caminho à desobrigação de os monumentos pertencerem à vida, extraindo-os das tensões da vida.

A instauração de uma beleza que Luís da Silva Mouzinho de Albuquerque viu na Batalha teve de fazer-se à custa do esvaziamento da vitalidade dos seus ocupantes que, aliás, eram incapazes de compreender o convento, como provavam os seus remendos horríveis e o seu descuidado comportamento ao alienar, em pedaços, partes do monumento. Para entrever o belo na Batalha, Mouzinho foi obrigado a distanciar-se do que era horrendo nos antigos ocupantes, o que era o seu desprezo pelo mesmo belo, pela arte e pelo sublime. A instauração daquela beleza fez-se à custa do esvaziamento da vitalidade da natureza que tomava conta do monumento, que teve de ser extirpada para assegurar a continuação do bom estado das pedras, e que se impunha como não obediente aos homens, tomando conta do lugar sem moderação e sobre a qual Mouzinho não deixou de escrever com admiração pelo poder reprodutor e invasor, como potência que se autorrecriava²³⁷. Foi preciso, igualmente, fazer inteira fé nos desenhos do arquiteto James Murphy, que Mouzinho considerava possuir os conhecimentos artísticos desejáveis e um conhecimento claro, completo e exato sobre o monumento.

²³⁷ “Os primores das artes assim alteradas pela natureza conservam ainda mais ou menos vestígios da sua primitiva beleza e a hera silvestre enlaçando o fuste da coluna ainda ereta, o acanto [espécie de planta com flor] nativo cobrindo em parte o acanto marmóreo, tem uma expressão, tem uma poesia própria” (Albuquerque, 1854: 18); “As radículas das plantas herbáceas eram em algumas partes tão multiplicadas que formavam por baixo das lajes de cobertura uma espécie de tecido ou estofa contínuo, que me obrigou a levantar as lajes em muitas partes para extrair este corpo elástico e permeável à água” (*Idem, ibidem*, p.24)

Ao desenhar a Batalha, Murphy acrescentou elementos que não existiam, os quais, para Mouzinho de Albuquerque, incorporaram a unidade original tão procurada, fundindo o poder da imaginação do inglês com a procura incessante da originalidade e beleza sonhadas pelo inspetor geral interino das Obras Públicas. Não seria possível talvez sentir o belo e o sublime se a Batalha não estivesse inteiramente à disposição de Mouzinho, como os brinquedos estão à disposição do poder destrutivo e construtor das crianças, se a Batalha não subsistisse sem habitantes, que não fossem tentados a remendar com arranjos precários os acidentes domésticos.

Em causa também estava uma *limitação*, uma contenção das possibilidades de os edifícios poderem ser outra coisa para além do brilho que a sua restauração lhes devolvesse. Os restauradores, não interessa de que corrente, passaram a impor aos seus objetos de devoção a limitação das possíveis vidas que eles podiam conter; a ideia de viver o sublime, o belo e o grandioso tinha de encerrar uma coação sobre os edifícios para lhes devolver o brilho de outrora, um brilho ao serviço dos poderes do Estado. Essa limitação fazia-se em nome da unidade de pensamento (ou da beleza) de que falava Mouzinho e como se houvesse uma antinomia entre o uso dos edifícios e a sua contemplação.

Na Batalha, a segunda fase de obras que fez erguer o Panteão de D. Duarte, as capelas imperfeitas, pareceu a Mouzinho sem conexão com o edifício primitivo, alterando as condições em que este se tinha implantado, desfigurando-o e deteriorando-o. Essa descontinuidade, se bem que as capelas imperfeitas fossem dignas dos apreciadores das obras de arte, redundava numa estranheza e diminuição do projeto inicial, numa diminuição da sua beleza, o que levou Mouzinho a considerar que tal empreendimento tinha sido feito “contra as indicações da razão, da arte e do gosto”, resultando em “grande diminuição do completo e beleza do templo primordial” (Albuquerque, 1854: 13). Não deveria ser negado que a preocupação pelos monumentos radicava numa representação da nação e igualmente numa ideia de divertimento, de recreação, de passatempo ou de prazer, isto é, de funções que os palácios reais tinham para os membros da família real.

Esse passatempo, esse recreio e esse prazer, Mouzinho encontrou-os no Convento da Batalha, apesar do esforço, do trabalho e do empenho necessários para restaurar o monumento. Estava em causa que esse esforço se fazia em nome de um deleite, de uma contemplação quase mágica, de uma contemplação que envolvia o restaurador no espírito do fundador do monumento, de uma comunhão que era, afinal, um divertimento

em comum, como se restauradores e fundadores dos monumentos pudessem, apesar das suas distâncias temporais, brincar no mesmo recreio com o mesmo objeto.

E se o recreio era, também, a restauração de um vigor perdido, o restaurar de forças vivas, a restauração de um monumento participava dessa ideia de restabelecer o vigor, o vigor devido aos mais significativos marcos da pátria. O que quer dizer que restaurar os monumentos era restaurar o vigor da pátria e, claro, restabelecer a pujança do Estado. Parece evidente que, com o andar do tempo, para que o recreio pudesse consumir-se na restauração de um monumento, era preciso que a vida lá não estivesse, que ele fosse esvaziado da vitalidade dos seus ocupantes – que, por sinal, eram religiosos sem gosto – e que essa vitalidade passasse inteiramente para o restaurador, para o seu controlo, e o restaurador pudesse edificar uma nova vitalidade. E se bem que essa nova vitalidade desocupasse a Batalha dos seus habitantes, ela constituía uma vida nova para o monumento. Sem nunca sair da ‘representação’ que devia significar, o monumento perdia a vida antiga para se afirmar, vazio de gente, através da vida dos restauradores.

MATAS, PINHAIS E ARVOREDOS TAMBÉM ERAM EXCEÇÕES

Às exceções legislativas para fixar um destino a bens e edifícios que configurassem o serviço público; para determinar as fábricas que pudessem promover as indústrias e a prática das artes; para ordenar quais as instalações do Exército e da Marinha; e para consagrar a conservação de obras e edifícios de grande antiguidade, histórica ou artisticamente relevantes, acrescentava-se uma outra exclusão da venda massiva e do comércio ordinário, em nome do interesse público: as matas, os pinhais, os arvoredos e os terrenos que lhes ficassem convizinhos e que fossem próprios para novas sementeiras ou plantações. Na sessão em que estava agendada para a ordem do dia o começo da discussão sobre o projeto de lei do governo para a venda dos bens nacionais, o ministro da Marinha explicou às Cortes que as matas atraíam as chuvas, retardavam os movimentos das areias e obstavam à livre propagação dos ventos, servindo de abrigo aos portos; eram a fonte de materiais para construção naval e a origem da arrecadação de combustível. Agostinho José Freire dava como exemplo as matas de Alcobaça, das

quais “se tem tirado ultimamente tantos paus excelentes para construção que farão três mil carradas”²³⁸.

Na sua emenda enviada para a mesa, matas e terrenos adjacentes ficavam pertença do Estado, deviam ser administradas de acordo com os regulamentos já vigentes e pelo desenvolvimento da legislação específica que se aprovasse sobre este assunto, tanto mais que se encontravam arruinados devido ao desmazelo das administrações anteriores. António Francisco Jacques de Magalhães, o quarto visconde de Fonte Arcada, disse que as matas estavam a ser cortadas naquele momento e que outras tinham tido o mesmo destino, reclamando-se uma administração geral.

Defendia, também, a conservação das lezírias, especialmente as que pertenciam à Patriarcal, que só deviam ser vendidas no caso de se não poder formar uma companhia para administrar o seu cultivo e o tornar rendível. Outra opinião contrária à alienação das lezírias da Patriarcal foi a de João Elias da Costa. Explicou que os terrenos em causa eram extensos, integravam sapais, terrenos inteiramente por desbravar; as terras estavam danificadas pelo passar do tempo, já que nelas confluíam cheias e marés sem que o trabalho dos humanos se interpusesse e nas quais as valas estavam entupidas e os valados²³⁹ esburacados; as terras tinham sido arrendadas a preço barato e outras nem sequer tinham sido arrendadas em face do estado alagadiço. Em face de tantas condicionantes e antevedendo que os bens levassem alguns anos a vender, o deputado defendia a intervenção de uma companhia como a melhor solução e, efetivamente, formou-se um grupo de acionistas, entre os quais José Xavier Mouzinho da Silveira, que ofereceram dois mil contos de réis pela compra das lezírias do Tejo e da Comporta. Em alegada defesa da agricultura nacional, da navegação do Tejo, do comércio interno e da natureza peculiar dos espaçosos e fecundos terrenos, um decreto de 3 de novembro de 1835 autorizava o Estado a negociar em hasta pública a venda desses terrenos a partir do valor oferecido pelos investidores.

Devido ao estado de ruína e decadência em que se achavam as matas da Coroa, aos prejuízos que daí advinham para o carregamento de madeiras para o Arsenal da Marinha e para os povos que faziam recolção de vários produtos e em geral para a administração económica resultante do seu aproveitamento, tinha sido publicado em 1824 um regulamento interino para a administração das matas reais, que se mantinha

²³⁸ Agostinho José Freire, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1835-2-7, diário número 16, p.240. Carrada: a carga de um carro

²³⁹ Valas pouco profundas

em vigor na altura da discussão dos deputados sobre a venda dos bens nacionais e no momento em que o Parlamento aprovou as exceções à venda. Pinhais que não podiam ser senão do rei estavam em Leiria, na Azambuja, nas Virtudes (Ribatejo) e nos Medos (Costa da Caparica), representando cerca de 14.800 hectares, todos sob tutela do administrador geral das matas da real Coroa, responsável por todos os fundos destinados à conservação, aproveitamento e aumento das matas e pinhais; pela organização e remetimento das madeiras e de outros produtos que saíssem das matas, de acordo com as ordens da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar; pelo estado das matas, especificando os trabalhos que tinham sido feitos, expondo as razões do que podia ser realizado para melhorá-las e aumentá-las e refletindo sobre a qualidade e quantidade das madeiras e de outros produtos que pudessem retirar-se delas. Importava, sobremaneira, determinar o sistema de cortes gerais e regulares dos pinheiros, que deviam ser analisados com frequência, examinando o seu estado, acudindo-lhes com todas as providências, necessárias à sua “boa conservação e prosperidade” e vigiando a regularidade do serviço de desbastes; o administrador geral das matas da Real Coroa dirigiria as sementeiras que se fizessem. Havia uma fábrica de alcatrão e pez e de outros produtos (aguarrás e vinagre de ferro) sedeadas no Pinhal de Leiria.

O melhoramento destas fábricas de acordo com os progressos científicos deveria ser observado e as providências tomadas deviam ser descritas. No trânsito das madeiras, o administrador deveria cuidar para que nunca houvesse deterioração da mata. Um dos pontos que devia merecer mais a atenção era evitar qualquer incêndio e por isso se devia vigiar os aceiros e manter os caminhos limpos. As sementeiras com os cortes gerais que se fizessem eram da sua especial incumbência. Quando houvesse terreno pertinente para a cultura dos carvalhos, castanheiros, plátanos, acácias e outras árvores, mandaria plantá-los em distâncias regulares. Determinaria a entrada do gado nos pinhais bem como os sítios em que era permitido só certo gado ou todo o gado; designaria os dias para a venda pública das madeiras e demais produtos do Pinhal de Leiria. A sua ação estendia-se ao aproveitamento que os povos podiam fazer: determinaria três dias em cada semana para todas as pessoas tirarem do Pinhal para os usos das suas abegoarias²⁴⁰ e lavouras a madeira inútil, lenha, mato, folhagem, caruma, pequenas varas para desbastes ou paus. Os povos vizinhos dos pinhais tinham direito à arrecadação da lenha

²⁴⁰ Gado e utensílios da lavoura

miúda que necessitassem para os seus usos domésticos mas só depois dos cortes, desbastes, extrações e limpezas terem tido lugar.

O mato dos pinhais poderia ser retirado pelas populações em todos os lugares em que não fosse perturbada a criação de árvores²⁴¹. Sob a ideia da conservação, pelas exceções criadas ao regime de venda dos bens de raiz nacionais, foram colocados fora da regra ou numa situação em que se observava uma limitação à lei – que era mais um ponto de reforço da obediência do legislador à lei – as matas, pinhais, arvoredos e terrenos adjacentes para novas plantações; os bens e edifícios para o serviço público; as fábricas para o desenvolvimento das artes e das indústrias; os estabelecimentos para o Exército e a Marinha; e as obras e edifícios antigos que fossem obras de arte ou monumentos históricos a conservar, apesar da sua difusa e totalmente incerta nomeação.

E submetidos às ideias de decência e de recreio, eram excecionados os palácios e terras que serviam a família real, na sequência da extinção da Casa do Infantado. A legislação publicada na primeira metade dos anos 30 do século XIX marcou o aparecimento de um grupo de exceções relativas aos bens que deviam servir os usos do Estado e a sua conservação, na sequência da venda massiva; e que deviam auxiliar e consagrar a decência e o recreio das figuras reais, uma vez que a administração dos palácios era confiada ao Estado.

Todas as exceções só tinham sentido perante uma recente mudança da titularidade dos bens da nação e do entendimento sobre o que era da nação, sobre o que era de todos não sendo de ninguém e sobre o que era propriedade privada. Tal entendimento foi explicado pelo ministro da Fazenda e secretário de estado dos Negócios da Justiça, José Xavier Mouzinho da Silveira, no relatório que precedeu a publicação da legislação reformista sobre a Fazenda, a Justiça e a Administração Pública, em 1832; e também no relatório que precedeu o decreto de extinção dos bens da Coroa e dos forais²⁴², onde se explicava o que eram bens da nação, igualmente de 1832.

²⁴¹ Alvará dando um novo regulamento para se administrarem todas as matas da Coroa real (cf. *Coleção de todas as leis, alvarás, decretos, etc., impressos na régia oficina tipográfica. Segundo semestre de 1824. Folheto III*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1845, pp.20-47)

²⁴² Conjunto de leis dadas pelo rei ou por senhorios a localidades regulando as relações entre possuidores e habitantes

PRIMEIRA CLASSIFICAÇÃO DOS MONUMENTOS POR NÍVEIS DE IMPORTÂNCIA

Integrando a legislação reformista sobre a Fazenda, é sobre as questões da Administração, da qual Mouzinho da Silveira escreveu que “a matéria e a forma são novas para Portugal”²⁴³, que gostaria de concentrar as atenções agora. Fonte da liberdade civil e da fortuna pública, a Administração era entendida como a vigilância das pessoas e das coisas nas suas relações públicas (“o cidadão é sempre submisso à ação administrativa”²⁴⁴), fazendo sobressair a utilidade geral, isto é, o interesse público e nele a confiança entre cidadãos como garantia da segurança, da moralidade, da ordem e da tranquilidade comuns.

A confiança entre os homens estabelecida pela Administração tinha um nome: a Polícia, “conservadora e preservadora”, acautelando o mal, mantendo o bom, dividindo e mantendo apartado o mundo entre o mal e o bom. “O seu caráter é a vigilância” e “nada tem com o pensamento, tem tudo com a manifestação dele”²⁴⁵. Sobre o que deveria ser mantida a ordem? Sobre o asseio, a salubridade, a segurança nas estradas, nas viagens, nas ruas, nos caminhos, nos lugares e nos edifícios públicos, na conservação de monumentos, de obras públicas e de construções particulares. Um dos papéis da administração deveria ser a recompensa de cidadãos que se distinguissem pelos seus serviços nas ciências e nas artes, pelo espírito inventivo e descobridor, através da homenagem monumental. “A administração pode levantar estátuas e monumentos aos cidadãos do seu distrito que fazem a glória da localidade ou da pátria”²⁴⁶. Os trabalhos públicos mostrariam o maior ou menor grau de civilização e a utilidade geral da nação e estavam organizados em três níveis: i) num primeiro nível, os trabalhos de utilidade geral: “as estradas, os portos, os faróis, os arsenais marítimos, os palácios das Cortes, das universidades e do governo, os museus das ciências e artes, os monumentos consagrados à memória dos grandes homens ou aos sucessos memoráveis”²⁴⁷; ii) num segundo nível, os trabalhos de utilidade parcial, como as estradas secundárias, os rios,

²⁴³ Relatório aos três decretos desta data [16 de maio de 1832]: organização e administração da fazenda pública; estabelecimento da administração pública; reforma das justiças (cf. *Coleção de decretos e regulamentos mandados publicar por sua majestade imperial o regente do reino desde que assumiu a regência em 3 de março de 1832 até à sua entrada em Lisboa em 28 de julho de 1833. 2.ª Série*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1836, p.62)

²⁴⁴ *Ibidem*, p.62

²⁴⁵ *Ibidem*, p.69

²⁴⁶ *Ibidem*, pp.68-69

²⁴⁷ *Ibidem*, p.71

os ribeiros, os edifícios para o exercício da magistratura administrativa e judiciária e os monumentos de arte e os depósitos científicos; iii) num terceiro nível, os trabalhos de utilidade de distrito, como os edifícios para o alojamento de autoridades administrativas e judiciárias, os caminhos, ribeiras e ribeiros, os mercados, cais, pontes, casas de detenção e todos os demais trabalhos que constituíssem a propriedade comum de um distrito. Aos trabalhos de utilidade geral ou de nível um pertenciam os monumentos relevantes que consagravam grandes feitos ou grandes personalidades, enquanto que aos trabalhos de utilidade parcial ou de nível dois pertenciam os monumentos que fossem relevantes em função da sua arte.

No decorrer dos debates ou da legislação produzida, foi esta a primeira classificação dos monumentos por níveis de importância diferentes, judiciosamente organizados por *trabalhos* e em função da representação do Estado no território, pelo punho de um economista, ministro e deputado da nação, que escreveu a exposição que vimos seguindo sempre na primeira pessoa. Eis, portanto, um ponto de partida possível para compreender a herança que chegou a nós, um ponto de partida que não devia ser visto como ponto fixo mas aleatório o suficiente porque rapidamente correu e se deslocou para esbarrar nas suas múltiplas possibilidades e infinitas desventuras.

A primeira ideia moderna de Administração Pública que idealizava desligar-se das estruturas do Antigo Regime continha uma força performativa dos monumentos como um dos pontos de uma rede de compreensibilidade do exercício do poder nascente; como os monumentos deviam ser pontos de asseio, de salubridade e de segurança, pontos de ordem da ordem do Estado, tradutores do grau de civilização de uma nação.

O papel inicial dos monumentos reconhecido pelo Estado foi o de serem conformes à causa constitucional, o de serem bens imóveis capazes de expressar a natureza dos poderes vigentes. Enquanto pontos de apoio do Estado, enquanto pertença da nação, os monumentos e os palácios pertenciam à mesma família, a da representação do Estado. Os monumentos eram vistos como garantia de que a *Constituição* podia ser reconhecida e as reservas em relação às ruínas só podiam manifestar-se enquanto incompletude do Estado, por receio de não ser capaz de cumprir o seu papel normalizador. A empresa de “extraordinária grandeza” do Palácio da Ajuda, cujo inacabamento e consecutivas obras de remodelação mantiveram acesa uma discussão parlamentar ao longo do século XIX, que foi um exemplo do fascínio e crítica em relação à sua grandiosidade por parte dos parlamentares, cedo abriu uma ferida provocada pelo incómodo de a sede do poder ser, simultaneamente, um edifício incompleto, exposto à chacota de uma imprevisibilidade

com origem em causas naturais mas que os poderes terrenos não podiam, por razões financeiras, voltar a controlar.

Como destino de habitação e recreio do rei, a Ajuda manteve-se nas discussões até ao fim da monarquia parlamentar, alimentando, num conjunto edificado que era da nação mas estava na posse e usufruto do rei, a existência da ruína que empobrecia o decoro do poder mostrando uma certa imagem corruptível das funções reais. Monumentos e palácios jogaram o seu papel, a partir de então, sintonizando-se com a conformidade das leis e dos poderes.

Nesta primeira figura da Administração Pública não estavam apenas previstos os trabalhos e a sua hierarquização mas a forma por que seriam realizados. “Os trabalhos públicos são postos a concurso”²⁴⁸. Feitos pelos engenheiros, arquitetos ou estatuários, o cumprimento das condições dos projetos eram vigiados pela autoridade pública, pois a vigilância era constituidora principal da Administração.

Havia uma noção de propriedade pública, a cargo do Tesouro Público, que devia conservá-la ou adquiri-la. Nela estavam “os palácios do rei e das Cortes, dos tribunais, universidades, museus e monumentos públicos, as grandes estradas ou portos de mar e as contribuições: a propriedade pública encerra-se nisto somente”²⁴⁹, pois toda a outra seria particular. Palácios do rei, museus, monumentos, universidades e portos de mar, desenhavam outras tantas possibilidades de existência do Estado, de encontro dos cidadãos com o seu Estado e de reconhecimento mútuo dos cidadãos; se estes se reconhecessem entre si como figuras gloriosas, o Estado patrocinará a sua distinção através de monumentos e estátuas; a polícia velava pelo bom comportamento, pelo asseio e pela conservação dos monumentos, fazendo coincidir a garantia da segurança com a manutenção da ordem, a manutenção da ordem com a moralidade, a moralidade com a salubridade e a salubridade com a conservação dos monumentos.

TERRITORIALIZAÇÃO DO ESTADO

A propriedade pública era geral (da nação) ou das províncias, comarcas ou concelhos, isto é, das territorializações do Estado. Nas províncias, comarcas ou concelhos, essa propriedade incluía “os edificios necessários para os expedientes administrativos e

²⁴⁸ *Ibidem*, p.72

²⁴⁹ *Ibidem*, p.69

judiciários e todos os objetos de utilidade comum; os caminhos, ruas, praças e fontes públicas, cais, pontes, mercados, passeios, livrarias públicas, monumentos, hospícios, hospitais, cemitérios”²⁵⁰.

Se a propriedade pública era da nação, a administração poderia regular o uso da propriedade particular no ponto onde ela coincidissem com o interesse geral. Assim se referiria aos arvoredos, matas, minas, pedreiras, pauis, canais, navegação interior e aplicação das águas, produções da indústria, da pesca e da caça. “Ninguém se pode dizer proprietário exclusivo das águas de um rio”²⁵¹. Uma certa imunidade concedida aos palácios e aos edifícios públicos, de que falava o jurista Pascoal José de Melo Freire, era transmitida em favor dos palácios, dos edifícios públicos, dos museus, dos portos e a tudo o que fizesse radicar as funções do Estado. “No sentido do direito romano, não temos coisas nenhuma santas”, dizia Pascoal José de Melo Freire. “A administração não vê nas pessoas de outras religiões ou seitas mais do que cidadãos”²⁵², escreveu Mouzinho da Silveira no seu relatório.

O desenho de uma Administração Pública reconhecível e respeitada pelos cidadãos deveu, pois, a sua primeira figura às decisões do Estado liberal dos anos 30 do século XIX, relativas à organização da Fazenda, à reforma da Justiça e ao estabelecimento da Administração Pública, através de decretos assinados pelo ministro e secretário de estado dos Negócios da Justiça José Xavier Mouzinho da Silveira. O estabelecimento de uma administração pública nascente, referida como tendo base nos costumes e nas leis, como formas complementares entre si de reconhecimento pelos cidadãos, considerou que a propriedade pública incluía os palácios do rei e das Cortes, os tribunais, as universidades, os museus, os monumentos públicos – nos quais se compreendia a faculdade de reconhecer figuras públicas nas ciências e artes pelo levantamento de estátuas ou de monumentos aos cidadãos que se destacassem, local ou nacionalmente, como exemplos de glória nos campos da instrução, da moral e das leis – as grandes estradas e os portos de mar.

Nesse magma nascente, os monumentos e os palácios reais jogavam o mesmo papel que as grandes estradas e estas o mesmo que os edifícios onde funcionassem tribunais. Não havia exceção que devesse aplicar-se a vestígios antigos da nação, se olhados do ponto de vista do administrador das coisas públicas, e a propriedade pública nacional

²⁵⁰ *Ibidem*

²⁵¹ *Ibidem*, p.70

²⁵² *Ibidem*, p.69

encerrava-se somente nos itens referidos. Eles constituíam a totalidade dos valores públicos nacionais.

Havia um segundo nível de reconhecimento da propriedade pública, a partir das províncias, das comarcas ou dos concelhos – a divisão territorial de então. Compreendia o conjunto de todos os edifícios para a Administração e a Justiça trabalharem, todos os objetos de utilidade comum, os caminhos, as ruas, as praças, as fontes, os cais, pontes, mercados, passeios, hospícios, hospitais, cemitérios, as livrarias públicas e os monumentos.

A propriedade particular era respeitada mas as intervenções em bens que antes do estabelecimento de uma administração pública não podiam senão ser do rei, como arvoredos, matas, minas, pedreiras, pauis, canais, pescarias e caça, determinavam uma ação pública ou, pelo menos, o aviso por parte de proprietários ao Estado e uma intervenção nos modos por que a administração decidisse, para salvaguardar o que se convencionava ser o interesse alargado da nação.

“Ninguém se pode dizer proprietário exclusivo das águas de um rio ou ribeiro navegável ou ribeiro comum; mas todo o proprietário confinante pode, em virtude do direito comum, fazer neles represas e levadas sem contudo desviar ou embaraçar a corrente de modo prejudicial ao bem geral e à navegação ou engenhos estabelecidos”²⁵³. Os trabalhos públicos, quaisquer que fossem, demonstrariam o grau de civilização de um povo e tinham por objeto a “utilidade geral da nação” dividindo-se nas três divisões referidas (trabalhos de utilidade geral, trabalhos de utilidade parcial e trabalhos de utilidade distrital). Na constituição do Estado moderno, em que havia o dever de pertencer (“vir habitar um país é submeter-se a seus regulamentos e não a fazer coisa que os contravenha”²⁵⁴), a vigilância também se fazia sobre os próprios poderes constituintes da nação, obrigados ao respeito à lei, sobre os cidadãos no início e no fim da sua vida, sobre as necessidades da instrução, sobre os cuidados de saúde. As leis da nação, configurando as obrigações das pessoas como membros, eram leis públicas submetidas à lei fundamental, só passíveis de serem alteradas em obediência à regra constitucional. “O nascimento, o casamento, a adoção, a separação dos conjugues, a

²⁵³ Relatório aos três decretos desta data [16 de maio de 1832] (Organização e administração da fazenda pública; estabelecimento da administração pública; reformas das justiças). *Coleção de decretos e regulamentos publicados durante o governo da regência do reino estabelecida na Ilha Terceira desde 15 de junho de 1829 até 28 de fevereiro de 1832, I Série*. Lisboa: Imprensa Nacional, p.70

²⁵⁴ *Ibidem*, p.63

maioridade, a naturalização, a morte – são de ordem pública porque estabelecem a ordem pessoal e doméstica”²⁵⁵.

Nas atribuições administrativas cabia a instrução das primeiras letras, o estabelecimento e a inspeção das escolas. Sociedades ou academias científicas de artes, de economia rural, indústria e comércio poderiam ser fomentadas pelos cidadãos dedicados às artes e às ciências, tendo em vista o melhoramento contínuo da instrução, da subsistência, da saúde e da civilização. Os cidadãos tinham direito aos “socorros comuns” para o restabelecimento da saúde ou para a manutenção da sua existência, que podiam ser dados em dinheiro ou espécie, em circunstâncias que exigiam o “mais completo discernimento da administração”: as municipalidades deviam constituir listas de pobres, distinguindo nelas sexo, idade, patologia ou estado de saúde. Os socorros eram meios de “acabar os males presentes sem favorecer a pigruiça [*sic*]”²⁵⁶.

Dois eixos, os costumes e as leis, ligavam a teia administrativa aos cidadãos, aos olhos dos quais, costumes e leis, deveriam ser uma coisa unida e uma só ideia. “As instituições são os esteios dos costumes e das leis; tanto os primeiros como as segundas se auxiliam reciprocamente, de forma que se não pode dizer que existe harmonia social senão quando as leis e os costumes formam um todo no seu estabelecimento e espírito”²⁵⁷.

Quanto ao relatório que precedeu o decreto de extinção dos bens da Coroa e dos forais, escrito, de acordo com o seu autor, para fixar o direito de propriedade, Mouzinho da Silveira anunciava que o espírito da lei continha uma emancipação dessas terras denominadas bens da Coroa, que não estavam nas mãos dos cidadãos laboriosos mas dos donatários e das ordens religiosas, não sendo bem cultivadas. Todas as doações feitas pelos reis, todas as doações de bens considerados como da Fazenda Pública e todos os forais eram abolidos; os donatários anteriores de terras, desde que fiéis à constituição vigente, não deveriam conservá-las como donatários mas sim como proprietários plenos; toda a casta de impostos sobre os trabalhadores das terras que resultavam dessas doações era revogada; os tributos pagos pelos povos não podiam destinar-se ao património de alguma corporação mas sim encaminhar-se para as despesas públicas; as terras incultas, qualquer que fosse a sua posse, passavam a integrar os bens nacionais e eram passíveis de ser alienadas; todos as terras, edifícios e

²⁵⁵ *Ibidem*, p.64

²⁵⁶ *Ibidem*, p.67

²⁵⁷ *Ibidem*, p.68

outros bens sobre os quais impediam tributos e prestações consideravam-se livres; era revogada a Lei Mental²⁵⁸ que o rei D. João I teria mentalmente imaginado mas não passado a escrito, “lei verdadeiramente daninha, que fundou a fábrica eterna dos não valores e a fábrica eterna do escravos” (Silveira [Pereira, Ed. Crít.], 1989b: 745), que continha segundo o parecer de Mouzinho o sacrifício de todos em nome de um número de famílias e a esperança da perpetuação da posse, sem nada ser preciso fazer.

Nas propriedades da Coroa, quando os morgados²⁵⁹ morriam sem descendência, quando as terras eram confiscadas, quando eram atribuídas à Coroa na ausência de compradores, sucedia nelas a Coroa. Os bens da Coroa, aprisionados nas mãos de poucos, estavam sujeitos a uma lógica não só de passividade por parte dos donos mas de destruição: “estes bens tornam-se de sua natureza indivisíveis; e tomam a cor das propriedades turcas: os possuidores não podem nunca ser determinados por cálculo a fazer um estabelecimento, ou uma casa, uma árvore a rotear um campo, pelo contrário o cálculo lhes ordena a destruição de tudo” (Silveira [Pereira, Ed. Crít.], 1989b: 481-482).

Nas administrações destas terras não havia grande margem para dúvidas sobre o que o futuro lhes reservava: “eu conheço muitos exemplos de possuidores de bens de Coroa, que sabem, que por sua morte, os bens não serão dos seus filhos, ou herdeiros, destruirão as casas para transportar a telha, e a madeira, e ainda mais de outros ordenarem o corte redondo de todas as árvores para fazerem carvão. (...) tenho observado milhares de factos destas administrações; não conheço exceção às regras que estabeleço” (Silveira [Pereira, Ed. Crít.], 1989b: 482).

Segundo Mouzinho da Silveira as aquisições a favor da Coroa eram repetidas no tempo e eram consideráveis, pois um juízo privativo, constituído por procuradores régios e dois adjuntos que apenas assinavam de cruz, pronunciava-se sobre as ausências de sucessões sendo “ponto de honra julgar a favor da Coroa” (Silveira [Pereira, Ed. Crít.], 1989b: 482).

²⁵⁸ A Lei Mental regulava a sucessão de bens da Coroa, obrigando a que, sempre que não houvesse um herdeiro varão legítimo, as doações de terras e coisas da Coroa do Reino, feitas ou a fazer, reverteriam à Coroa; e obrigando a que os donatários não dispersassem as terras, pois seriam sempre herdadas pelo filho mais velho e indivisíveis, salvo qualquer disposição em contrário que o próprio rei considerasse. “Os bens da Coroa não podiam ser alienados por modo algum e quando o déspota os dava; ele mesmo tinha dito antes que os não dava mas que os deixava gozar com a cláusula de contrato ou doação precária – isto se chamava Lei Mental porque um rei disse que seu pai nunca os tinha dado sem ser na mente o podê-los tirar. Não eram portanto os bens da Coroa de algum indivíduo ou classe a quem fossem dados, eram sempre de quem os dava mesmo depois de dados” (José Xavier Mouzinho da Silveira, Memória sobre o projeto duma nova lei dos forais, cf. Silveira [Pereira, Ed. Crít.], 1989b: 753)

²⁵⁹ Morgado: proprietário de bens que constituíam um morgadio. Morgadio: propriedades que não eram alienáveis nem divisíveis, sendo transmitidas ao filho primogénito

Ao extinguir a natureza dos bens da Coroa e ao tornar revogáveis as doações régias, ao imaginar-se uma repartição de riquezas, um aumento da fortuna geral e uma emancipação das terras, o decreto de Mouzinho da Silveira obrigava-se a clarificar a noção de bens nacionais: tudo o que era de uso geral e comum dos habitantes como os portos, os canais, os cais e os rios navegáveis; as estradas do reino e as pontes que tivessem nelas sido construídas; os edifícios para a residência do rei ou para as sessões das câmaras, para secretarias, para tribunais, para aquartelamentos, para arsenais e para estaleiros, etc..

O DESENHO CONTEMPORÂNEO DOS MONUMENTOS

O que, em um certo sentido, se estava a quebrar, extinguindo-se os bens da Coroa e as doações régias? Que contrato e que convenção entre os homens estavam a ser colocados em causa? Sem dúvida que a possibilidade da maior posse de todas subsistir, aquela que podia outorgar ao possuidor a maior tranquilidade, aquela mesma de que se podia por vezes fazer prova sem documentos, aquela que radicava, enfim, numa posse tão antiga que podia exceder a memória dos homens e que podia estar dependente do testemunho dos homens, do poder da palavra sobre todas as provas: a posse imemorial, aquela de que não era possível haver memória em contrário²⁶⁰. Designando uma posse, a sentença imemorial era colocada em causa quando milhares de bens mudavam de dono e a posse era profundamente alterada. Seria necessário lembrar que nesta mudança em que os bens estavam a passar para a nação, também se herdava a forma de possuir quando estivessem em causa aquisições pelo Estado provenientes de ordens religiosas. O Estado herdava as posses dos religiosos e, em certo sentido, o mesmo sistema de posse, pois era sabido que tudo o que os religiosos adquiriam, fosse pelo trabalho fosse por doações, não lhes pertencia pessoalmente e era incorporado nos conventos e pertença deles²⁶¹. Do mesmo modo, o que era do Estado era de todos não sendo de ninguém em particular. Torna-se necessário um ponto de ordem e nele as considerações seguintes devem ser tomadas como hipótese de trabalho. Quando se estava a quebrar, finalmente, a espinha secular do imemorial ao extinguir a natureza dos bens da Coroa, ao revogar-se as

²⁶⁰ “A posse imemorial é o maior título, pois não admite prova em contrário nem ela pode aparecer, faltando a memória da origem da posse” (Menezes, 1825: 297-298)

²⁶¹ O religioso “nada pode deter como próprio: ali tudo é *nosso* e *vosso*; nada *meu* e *teu*: o religioso é incapaz de todo o domínio e posse” (Carneiro, 1851: 310)

doações régias, os forais, os tributos que impendiam sobre as terras e a favor de corporações de vária índole ou quando se estava a provocar o fim dos donatários de terras como fracos e quase imutáveis possuidores, a legislação da primeira metade dos anos 30 do século XIX fixou um conjunto de circunstâncias que instauraram, sob os auspícios da ditadura ou do poder parlamentar, o decisivo recorte moderno com que herdámos as ideias presentes que temos sobre monumentos.

Em primeiro lugar, determinou-se que, fora de qualquer dúvida, os palácios dos reis, os palácios das Cortes e os monumentos públicos eram propriedade da nação e que as bibliotecas públicas e os monumentos estavam a cargo dos municípios (1832)²⁶²; que, olhando para uma escala de ordenação da utilidade de trabalhos públicos, os palácios das Cortes e do governo, os museus das ciências e das artes, os monumentos consagrados à memória dos grandes homens ou aos sucessos memoráveis, estavam no nível mais elevado de utilidade; e que os monumentos artisticamente relevantes e os depósitos científicos estavam num nível intermédio de utilidade (1832)²⁶³.

Em segundo lugar, criou-se essa categoria doravante estável aplicada a edifícios, a bibliotecas ou a objetos valiosos, que lhes conferia a aquisição de um caráter excecional: aplicável aos palácios de Queluz, da Bemposta, de Samora Correia, de Caxias e da Murteira, além de casas, quintas e outras dependências desses palácios, que deviam ser destinados exclusivamente para a “decência” e “recreio” da rainha e eram já antes constitucionalmente protegidos e destinados para essas funções (1834)²⁶⁴; aplicável às bibliotecas de todos os conventos suprimidos e a todos os seus objetos de ouro e prata ou de algum modo preciosos (1834)²⁶⁵; e aplicável às obras e edifícios de

²⁶² Relatório aos três decretos desta data [16 de maio de 1832]: organização e administração da fazenda pública; estabelecimento da administração pública; reforma das justiças (cf. *Coleção de decretos e regulamentos mandados publicar por sua majestade imperial o regente do reino desde que assumiu a regência em 3 de março de 1832 até à sua entrada em Lisboa em 28 de julho de 1833*. 2.^a Série. Lisboa: Imprensa Nacional, 1836, p.69)

²⁶³ *Ibidem*, p.71

²⁶⁴ Decreto que extingue a casa do Infantado com todas as suas dependências. Os bens desta extinta casa são portanto incorporados nos próprios [bens] da nação, à exceção dos palácios de Queluz, da Bemposta, do Alfeite, de Samora Correia, de Caxias e da Murteira, casas, quintas, etc., que são destinados para decência e recreio da rainha (cf. *Coleção de decretos e regulamentos mandados publicar por sua majestade imperial, o regente do reino, desde a sua entrada em Lisboa até à instalação das câmaras legislativas*. 3.^a Série. Lisboa: Imprensa Nacional, 1840, p.100)

²⁶⁵ Portaria que entrega na biblioteca pública das livrarias dos conventos suprimidos e todos os mais objetos de artes e ciências pertencentes aos referidos conventos (cf. *Coleção de leis e outros documentos oficiais publicados desde 15 de agosto de 1834 até 31 de dezembro de 1835*. 4.^a Série. Lisboa: Imprensa Nacional, 1837, p.11)

notável antiguidade que fossem obras de arte ou monumentos históricos de grandes feitos ou de épocas nacionais (1835)²⁶⁶.

As exceções, confinando os imóveis ou objetos a uma reserva do Estado, afirmavam a exuberância deste através da preexistência formal de uma vontade coletiva e afirmavam o poder do legislador de forma ainda mais peremptória, a sua exuberância plasmada em não deixar haver regra sem abrir exceção sendo a exceção a confirmação da regra²⁶⁷, conformando a essa preexistência algo que lá tivesse estado desde sempre, intocável e inamovível, como fosse a nova metamorfose do imemorial. Parece que, ao mesmo tempo que essa sentença do imemorial se quebrava, se enlaçava nesse quebramento um seu sucedâneo, não do ponto de vista jurídico mas como forma de o imemorial permanecer sob outra exterioridade.

A um património da Coroa inalienável, livre toda a prescrição, constituído por bens cuja integridade não podia ser dissolvida sem se ofender as leis fundamentais do Estado²⁶⁸ – leis imutáveis e, portanto, “não arbitrarias” –, bens esses cuja integridade era mantida apesar de doações e vendas pois os bens doados e vendidos podiam a qualquer momento ser revertidos para a posse originária da Coroa, pospunham-se esses regimes excepcionais para os bens referidos que nos interessa considerar, subtraídos do comércio dos homens e da vida, habitando essa outra “honrosa impotência” (Menezes, 1825: 5) pela qual os bens excecionados podiam ser conservados e alienados; alienados para serviços do Estado, alienados por corporações que prosseguissem os serviços indispensáveis ao funcionamento do Estado, e, portanto, não alienados absolutamente porque dispersados a favor do Estado, conformando-se à impossibilidade da sua dispersão.

Se anteriormente os bens da Coroa podiam ser doados para pagar serviços públicos, para manter a religião e a instrução pública, os palácios reais e das Cortes, os monumentos, as bibliotecas e os objetos de valor estavam ao serviço da potência

²⁶⁶ Carta de lei sobre a maneira de se fazer a venda de todos os bens nacionais (cf. *Coleção de leis e outros documentos oficiais publicados desde 15 de agosto de 1834 até 31 de dezembro de 1835*. 4.ª Série. Lisboa: Imprensa Nacional, 1837, p.119)

²⁶⁷ “Exceção: esta palavra tem em direito muitas acepções. Significa em primeiro lugar reserva. Assim quando alguém doa a outro todos os seus bens, à exceção de umas casas ou de uma quinta, esta frase significa que ele reserva para si a propriedade do objeto que ele excetua e que esse objeto não faz parte da doação. Exceção é às vezes uma derrogação de regra a favor de algumas pessoas, em certos casos. Neste sentido se diz não haver regra sem exceção e que a exceção firma a regra em contrário.” (Pereira e Sousa, 1825: 96-97)

²⁶⁸ “O património da Coroa é inalienável e, por consequência, é livre de toda a prescrição ainda com posse imemorial, uma vez que os bens de que ele se compõe ou possam designar-se pelos tombos e livros dos próprios [bens] da Coroa ou pela natureza dos mesmos bens. A integridade destes bens não se pode dissolver sem ofender as leis fundamentais do Estado” (Menezes, 1825: 4)

reguladora e ordenadora do Estado e refletiam a ideia do imemorial, garante da imutabilidade dos serviços de que esses monumentos e bens se investiam, como antes o Estado era garante da imobilidade do património real.

A excecionalidade colava-se aos edifícios que deviam ser para decoro, dignidade e recreio das figuras reais, para serviços do Estado e para outras atividades que o Estado considerava, como as indústrias e as artes. Cindidos nesta altura, de tal modo que eram referidos em separado, palácios habitados por figuras reais, monumentos habitados por corporações ou desabitados, edifícios para as autoridades administrativas e judiciárias ou para instalar casas de detenção corporizavam o decoro da nação e aí se encontravam como se fossem apenas uma só presença. Unia-os, palácios reais e monumentos da nação, ainda antes de formalmente se encontrarem unidos sob a moderna designação de património, a manutenção do decoro da nação.

OS ALVARÁS DE 1721 E DE 1802

Foi essencialmente por via parlamentar que os monumentos chegaram à codificação pelas leis, na primeira metade da década de 30 do século XIX, não obstante a existência da legislação estruturante publicada com as Cortes encerradas, durante o governo ditatorial de D. Pedro, cuja regência se verificou entre março de 1832 e setembro de 1834. A Câmara dos Deputados tinha sido dissolvida em 1828²⁶⁹, na sequência da formação de um governo liderado por D. Miguel e os trabalhos parlamentares só viriam a ser restabelecidos em agosto de 1834.

Por decoro da representatividade da nação, decretou-se que os monumentos eram os edifícios de notável antiguidade que merecessem dos poderes públicos o cuidado de serem conservados por serem relevantes artisticamente ou historicamente e neste último caso por recordarem grandes feitos ou por evocarem épocas de esplendor nacional. Os poderes da nação consideravam igualmente relevantes os objetos de valor, as bibliotecas

²⁶⁹ Com a Carta Constitucional outorgada por D. Pedro e a regência de D. Maria, as cortes abriram em outubro de 1826. D. Pedro nomeou, então, D. Miguel regente do reino “delegando nele todos os seus poderes como rei constitucional (3.7.1827). Este desembarca em Lisboa, jurando de imediato fidelidade ao irmão, a entrega do reino à sobrinha quando esta atingisse a maioridade e a observância da *Carta* constitucional (26.3.1828). No entanto, menos de um mês depois (13.4.1828) dissolve a Câmara dos Deputados; revoga o decreto sobre eleições (7.8.1828) e, finalmente, convoca os Três Estados do reino (3.5.1828), retomando a *Carta* de lei de 4.6.1824. Uma vez reunidos, estes declaram a incapacidade de D. Pedro para suceder no trono e aclamam D. Miguel como rei (11.7.1828)” (Hespanha, 2004: 154-155)

dos extintos conventos e, eventualmente, outros de grande antiguidade não especificados, referidos como “obras”²⁷⁰.

Antes dos anos 30 de Oitocentos, as últimas relevantes e generalizadas preocupações com os monumentos ou com os objetos de valor histórico, com efetiva força de lei, remontavam ao início do século. Um alvará de 4 de fevereiro de 1802, salientando a importância de conhecer as antiguidades sagradas e políticas, contribuir para a ilustração das artes e ciências e para o engrandecimento da Real Biblioteca de Lisboa, mandava esta instituição centralizar a recolha de uma grande coleção de peças antigas e raras e zelar pela sua “conservação e integridade”, designadamente: “estátuas, mármore, cipos”²⁷¹, lâminas e outras peças de antiguidade em que se achassem figuras, letreiros ou caracteres”, a que deviam juntar-se esforços no sentido de comprar medalhas, lâminas e outros objetos semelhantes²⁷².

O alvará de 1802 retomava um outro, de 1721. Dado por D. João V, referia que o exame dos monumentos antigos que havia no reino, e os que podiam descobrir-se, pertencentes aos tempos passados de gregos, fenícios, romanos, godos e árabes, as estátuas, mármore, cipos, chapas, lâminas, medalhas, moedas e outros artefactos que pudessem ter sido descobertos nos edifícios antigos, que por incúria e ignorância se tinham consumido, eram meios adequados e próprios de “verificar muitas notícias da venerável antiguidade” sagrada e política. Tendo em atenção que o que restava de semelhantes memórias provaria um conhecimento dos séculos anteriores e o interesse da “glória da nação portuguesa” e da “reputação e glória da antiga Lusitânia” por via dessa história secular sagrada e política, ordenava-se que:

Daqui em diante nenhuma pessoa, de qualquer estado, qualidade e condição que seja, desfaça ou destrua em todo, nem em parte, qualquer edifício que mostre ser daqueles tempos, ainda que em parte esteja arruinado; e da mesma sorte as estátuas, mármore e cipos em que estiverem esculpidas algumas figuras ou tiverem letreiros fenícios, gregos, romanos, góticos e arábicos; ou lâminas ou chapas de qualquer metal que contiverem os ditos letreiros ou caracteres; como outrossim medalhas ou moedas que mostrarem ser daqueles tempos nem dos

²⁷⁰ Refiro-me às exceções constantes da Carta de Lei de 1835 sobre a maneira de se fazer a venda de todos os bens nacionais: “As obras e edifícios de notável antiguidade que mereçam ser conservados como primores da arte ou como monumentos históricos de grandes feitos ou de épocas nacionais” (cf. *Coleção de leis e outros documentos oficiais publicados desde 15 de agosto de 1834 até 31 de dezembro de 1835. 4.ª Série*. Lisboa, Imprensa Nacional, 1837, p.119)

²⁷¹ Pequenas colunas ou objetos semelhantes, com inscrições gravadas para perpetuar a memória de algo em particular

²⁷² Alvará ordenando que se não desfaçam estátuas, cipos, etc., a benefício da Real biblioteca de Lisboa (cf. *Coleção da legislação portuguesa desde a última compilação das ordenações, oferecida a El rei nosso senhor pelo desembargador António Delgado da Silva. Legislação de 1802 a 1810*. Lisboa, Tipografia Maignrense, 1826, pp.44-45)

inferiores até o reinado do senhor Rei D. Sebastião; nem encubram ou ocultem algumas das sobreditas coisas: e encarrego as câmaras das cidades e vilas deste reino tenham muito particular cuidado em conservar e guardar todas as antiguidades sobreditas e de semelhante qualidade que houver ao presente ou ao diante se descobrirem nos limites do seu distrito. (Alvará em que se declarou que incorresse nas mesmas penas dos que fabricam moedas falsa a pessoa que desfizesse edifício, estátua, mármore, lâmina ou chapa em que estiverem esculpidas algumas figuras ou tiverem letreiros antigos ou desfizer moedas ou medalha antiga, *Coleção cronológica de leis extravagantes posteriores à nova compilação das ordenações do reino, publicadas em 1603. Deste ano até o de 1761 conforme às coleções, que daquelas se fizeram e inseriram na edição vicentina destas do ano de 1747 e seu apêndice do de 1760. As quais acrescerão nesta edição as compiladas por F. da C. França em suas adições e apêndice*. Coimbra, Real Imprensa da Universidade, 1819, p.416. O teor do alvará está nas pp. 415-418)

Prevía-se a compra de lâminas de metal, chapas ou medalhas, que tivessem figuras ou caracteres, de moedas de ouro, prata, cobre ou outro metal que fossem achadas. E avisava-se que as pessoas que desfizessem os edifícios daqueles séculos antigos, que poriam em continuidade a antiga Lusitânia e a nação de Portugal, estátuas, mármore e cipos ou que fundissem lâminas, chapas, medalhas e moedas ou as deteriorassem de tal modo que não se lhes pudesse reconhecer figuras e caracteres ou as ocultassem, incorreriam em penas para desatenção, negligência ou malícia, idênticas para os criminosos que fabricassem moedas falsas. Relativamente ao aparecimento da legislação dos anos 30, permaneceu a importância da antiguidade remota como instigadora da glória da nação portuguesa. Os vestígios antigos aportavam conhecimentos cuja consequência principal deveria ser a repetição do enaltecimento do passado. E uma importância dos objetos reluzentes, como moedas e outros.

Os alvarás de 1721 e 1802 que se achavam em contiguidade confessada não tiveram continuação e parecem maiores as roturas do que o seguimento de alguma lógica com as posteriores medidas legislativas. O que os anos 30 inauguraram foi uma razão de Estado, totalmente ausente antes, na qual os monumentos passaram a cumprir com diligência o papel para que foram convocados. Seria estranho, portanto, que a fazer-se uma cronologia das preocupações dos poderes pelos monumentos ela fizesse equivaler o alvará de D. João V a uma medida legislativa do século XIX, sem explicar as diferenças de racionalidade que os separaram. Os anos 30 do século XIX foram de inauguração absoluta, apesar da permeabilidade às ideias anteriores de exaltação da nação. Os monumentos passaram a fator de exaltação da nação, dos quais se extraía a memória

que vivificava os poderes que *estão*, mas a partir desta altura paulatinamente, permanentemente, repetidamente.

NOTAS FINAIS

Nos primeiros anos da Monarquia Constitucional, entre 1821 e 1835, houve quatro momentos significativos para a história da relação do poder central com os monumentos, decisivos para a forma como os monumentos são vistos no presente. A estes quatro momentos fundadores da racionalidade atual em relação aos monumentos correspondeu a criação de regimes excepcionais, mais ou menos definidos, pelos quais monumentos e palácios eram retirados do comércio do mundo, relacionados com duas grandes questões, por um lado, os atributos de decoro e dignidade e, por outro, a consideração devida à antiguidade, arte ou memoração de grandes feitos: i) os palácios que integravam um património que não poderia ser cindido ou alienado constituíram uma exceção inicial face a outros edifícios em função das atribuições de decoro e dignidade que ostentavam; ii) na primeira organização de uma administração pública, os palácios mantiveram esses atributos de exceção relativos ao decoro e dignidade das figuras reais e incluíram, juntamente com monumentos, museus e estabelecimentos científicos, a propriedade pública nacional; iii) a extinção da Casa e Estado do Infantado levou a que um conjunto de palácios (Queluz, Bemposta, Alfeite, Samora Correia, Caxias e Murteira, com quintas e outras dependências, destinando-se à manutenção do recreio e de decência da rainha [D. Maria II] incorporasse a Fazenda Nacional e se juntasse aos bens a que fazia alusão um artigo da *Carta Constitucional* de 1826, ao referir que “os palácios e terrenos reais, que têm sido até agora possuídos pelo rei, ficarão pertencendo aos seus sucessores e as Cortes cuidarão nas aquisições e construções que julgarem convenientes para a decência e recreio do rei”. Referia-se esse artigo aos palácios da Ajuda, Alcântara, Mafra, Salvaterra, Vendas Novas e Sintra, com as suas quintas e tapadas, mencionados numa Carta de Lei de 11 de julho 1821. A exceção desses imóveis relacionada com a manutenção de um decoro e dignidade foi mantida; iv) em função da organização de uma venda massiva de bens, o Estado entendeu criar exceções que impedissem a alienação dos seguintes bens: instalações de propagação e desenvolvimento das artes e indústrias; matas, pinhais e arvoredos, com os terrenos adjacentes, susceptíveis de receber plantações novas; estabelecimentos

destinados ao Exército e à Marinha; obras e edifícios de “notável antiguidade” que merecessem a conservação como monumentos de arte e de história, evocativos das grandes realizações da nação; e edifícios que, em geral, se julgasse necessários ao serviço do Estado.

A primeira proteção efetiva aos monumentos por parte dos legisladores portugueses de Oitocentos – isto é, com valor de lei – fez-se, de início, por causa de uma colocação massiva em hasta pública de bens; em segundo lugar, porque era preciso assegurar que o Estado detivesse, dentre esses bens, aqueles que precisava para se afirmar territorialmente. Foi por essa afirmação do Estado que correu o princípio ou ideia da conservação de alguns dos edifícios, reverberando a necessidade da própria conservação futura do Estado. Pode legitimamente dizer-se que os monumentos serviram, em primeiro lugar, de legitimação a um Estado que triunfava sobre as ordens religiosas e que se disseminava territorialmente. Ao apropriar-se dos mosteiros, conventos e outros estabelecimentos, o Estado inaugurou um princípio da conservação de edifícios que não mais desapareceu até hoje mas não deixou passar para a lei o propósito ideal de veneração em relação a eles – como defendiam alguns deputados – sendo a veneração o respeito mais profundo e a reverência mais atenta às coisas sagradas.

O movimento de secularização dos bens religiosos foi acompanhado da necessidade de uma reocupação funcional (pelos serviços do Estado, essencialmente) mas também houve casos cujo esvaziamento dos antigos ocupantes trouxe uma translação de vitalidade e de vigor. Esvaziados da vitalidade dos ocupantes, habitando essa “honrosa impotência”, alguns monumentos pareciam poder readquirir a vitalidade através do brilho das restaurações. Como se esse brilho se transferisse para os restauradores, caso exemplar da Batalha, e como se o brilho dos restauradores, feito na órbita do Estado, fosse a cintilação dos seus novos mandantes, os representantes da nação.

Com uma certa estabilização do papel dos monumentos nas preocupações do Estado e entre os deputados da nação, deveríamos passar a inventariar as direções que estavam abrir-se acerca das promessas dos revolucionários de 1820 quanto a uma instrução pública que chegasse aos cidadãos. As tentativas de a edificar tiveram expressão relevante, no Parlamento, em determinações para a instrução primária e para a instrução secundária que estavam a ajudar a desenhar uma herança cultural.

3.

O PROJETO DA ESCOLA A PARTIR DO PARLAMENTO.

HARMONIA COM O SISTEMA POLÍTICO, QUEBRA DOS FOCOS DE INSTABILIDADE, COMBATE À DERRISÃO

FOI INICIALMENTE REFERIDO que a promessa de uma instrução pública para todos esteve presente desde os fundamentos do Parlamento. As promessas embateram numa série de projetos não realizados e de adiamentos, numa nação praticamente analfabeta. Mas não há dúvida de que foi reivindicada para o edifício educativo uma força moral, que devia constituir, segundo os parlamentares, uma ligação ao cumprimento das leis constitucionais. Ao alcance da força moral que devia unir mestres e alunos não podiam escapar as primeiras leituras para as crianças da instrução primária: máximas de moral cristã, de honra e de integridade, definições de virtudes morais e de comportamento social, sentenças e provérbios acompanhadas da respetiva explicação, histórias e ditos de antigos notáveis portugueses, ligavam a aprendizagem e o cultivo do espírito à aquisição de ideias justas, benévolas e virtuosas. Tal como os monumentos não eram neutros e exercitavam um papel a favor dos representantes do Estado, também a aquisição de uma correta ortografia e de uma caligrafia formosa não se faziam à custa de quaisquer elementos adulterados ou inautênticos.

Se o grau de instrução que mais insistentemente nas primeiras décadas da Monarquia Constitucional ocupou os deputados foi o da instrução primária, visto como o alicerce de um edifício que devia ir sendo cuidadosamente construído da base para o topo, o aspeto mais inovador das reformas de instrução, discutidas e legisladas nas primeiras décadas do parlamentarismo, consistiu na aprovação do plano dos liceus nacionais.

A reforma de Passos Manuel (Figura 6) e de José Alexandre de Campos, coordenador da redação dos diplomas que inauguraram a instrução secundária, inscreveu-se nas preocupações de proporcionar aos alunos uma formação científica e prática, eminentemente produtiva no sentido de cortar as amarras do ensino dito especulativo, de mentalidade teológico-metafísica, fomentadora da compreensão do mundo por alunos que seriam cidadãos ativos da mudança e do progresso (Ó, 2009b: 21-22). Os

deputados falaram abertamente da necessidade de instruir a massa proletária de artistas, fabricantes, negociantes, lavradores, no sentido de aperfeiçoar os conhecimentos que conduziriam aos progressos das indústrias. Desse novo ensino essencialmente prático, cabia, em cada um dos liceus, a instalação de uma biblioteca, de um jardim experimental botânico, de um laboratório químico e de um gabinete de física e mecânica, de zoologia e de mineralogia. Tais condições materiais pressupunham que os liceus se instalariam em edifícios públicos, bem situados e preparados para o desenvolvimento das aulas.

O desenvolvimento de uma rede de escolas de instrução primária e de liceus de instrução secundária, com as condições referidas, viria a esbarrar na muito discutida falta de edifícios apropriados no reino de Portugal. Essa ausência não pode ser desligada de uma incompetência genérica para manter um cadastro dos imóveis que permitisse tomar decisões informadas, ao mesmo tempo que o Parlamento era confrontado com requerimentos para a instalação dos serviços públicos mais variados (cemitérios, prisões, hospitais) em edifícios antes ocupados por religiosos e de pedidos de concessão de partes de terrenos e de edifícios (como muralhas, que podiam ser tanto preservadas como retalhadas ou destruídas).

A incapacidade de alargar a escola ao território, pelo menos a escola primária, teve implicações consideráveis no atraso em cumprir os desejos do poder político. Muitas das escolas primárias continuaram a funcionar em casas particulares, longe da vigilância das autoridades inspetivas, contribuindo para atrasar uma harmonização das práticas de ensino.

A ação legislativa de Passos Manuel, fortemente contestada e atacada como inconstitucional nas Cortes, iria disseminar-se por um conjunto de iniciativas de enorme alcance no que respeita ao *património cultural*, se considerarmos todo o século XIX: desenvolvimento do Museu Portuense, criação da Academia das Belas-Artes de Lisboa e da Academia Portuense das Belas-Artes, criação de uma biblioteca no Parlamento, reforço das medidas para a recolha de bibliotecas, pinturas e outros elementos das extintas ordens religiosas, entre muitas outras.

As críticas frequentes à reforma de Passos Manuel deram bem a imagem de como, ao longo das discussões parlamentares sobre instrução, conquistou uma centralidade e era tida como referência. O certo é que o axioma de que a instrução secundária só poderia ser generalista viria a criar um consenso em torno de princípios curriculares fundamentais – um plano pedagógico que obedecesse a uma organização orgânica das

disciplinas; a disposição dessas disciplinas por níveis de complexidade crescente; o desenvolvimento progressivo das matérias a lecionar de acordo a separação etária dos alunos em função da graduada aquisição de conhecimentos (Ó, 2009b: 31), que iriam ser recriados com particular ambição, e fixados na legislação, no final do século XIX.

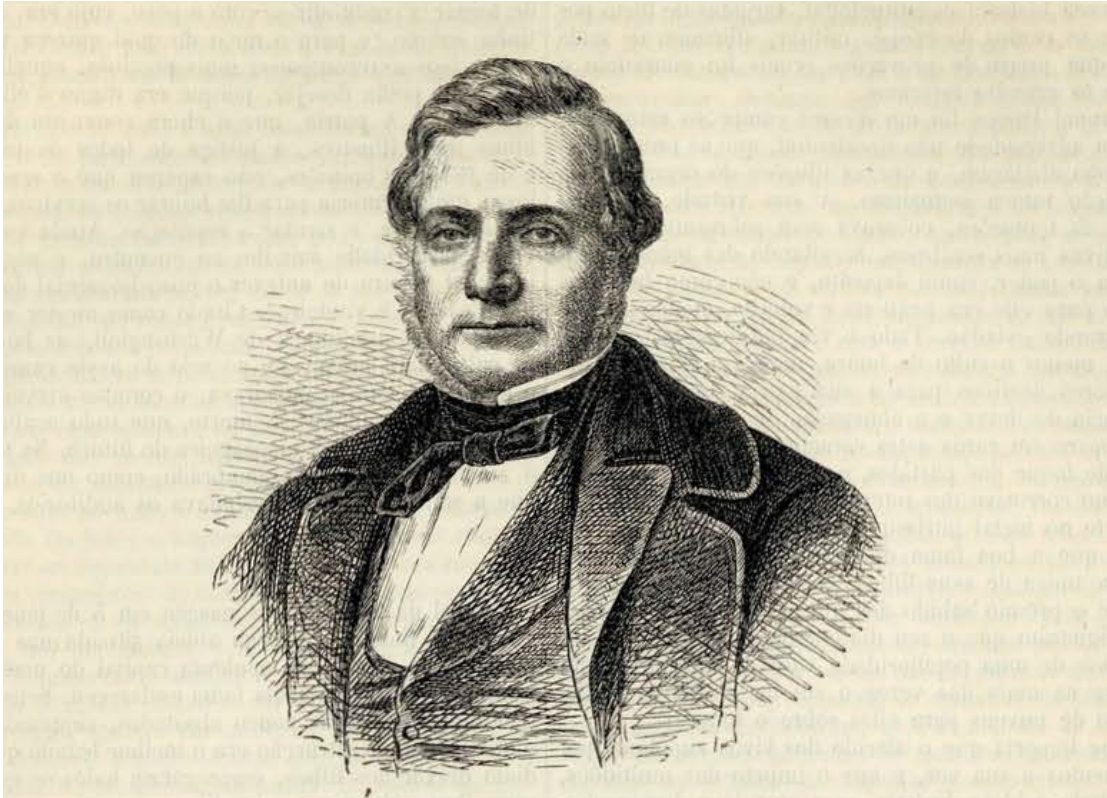


Figura 6. Passos Manuel. Ministro do Reino a partir de setembro de 1836, promulgou uma reforma da instrução pública que teve o aspeto mais inovador na aprovação do plano dos liceus nacionais, autonomizando formalmente um grau de ensino que precedia os estudos maiores. A chamada legislação de setembro, aprovada em contexto ditatorial, foi duramente criticada no Parlamento, obrigando Passos Manuel a refutar os ataques de que era alvo. “Nós os déspotas, que fomos Conselho de Estado, poder executivo e poder legislativo; nós atendemos ao nosso particular proveito ou aos interesses do país?”, questionava o visado, quando se pedia (literalmente) a sua cabeça

(Fonte: *Arquivo Pitoresco: Semanário Ilustrado*, 1864, Tomo VII (37), p. 289)

A FORÇA POTENCIADORA DA INSTRUÇÃO

A promessa de uma instrução pública para todos, gratuita, esteve presente nos compromissos dos deputados da Monarquia Constitucional desde o início do regime e ligou-se cristalinamente ao reconhecimento dos deveres que os portugueses deviam atender como cidadãos. “É necessário que cada um dos cidadãos conheça que deveres e que obrigações tem; porque a falta deste conhecimento produz males incalculáveis, procurando cada um aumentar o número de seus direitos e diminuir o de suas obrigações. E quem pode dar este conhecimento a não ser a instrução pública?”²⁷³. Segundo os números transmitidos às Cortes em 1823, teria havido no ano anterior 30 mil alunos nas escolas menores do reino e 1333 nas escolas maiores, para uma população estimada de cerca de quatro milhões de pessoas²⁷⁴.

Distinguia-se uma imposição, pelos princípios recentemente legitimados, de práticas de vida que deviam ser exemplares, estabelecendo-se noções sobre grupos ou divisões populacionais com base em generalidades. Entre as que mais convinham estavam legitimidades construídas a partir da conservação e permanência dos costumes – malgrado a veia revolucionária dos parlamentares – relacionadas com essa entidade a que os deputados chamavam povo e aos seus comportamentos. “A nação portuguesa não só há de saber ser conservada mas também gozar dela com sobriedade e com moderação, porque essa é que é a virtude de [sic] povo”²⁷⁵; “Os povos de Portugal estão

²⁷³ José de Sá Ferreira Santos do Vale, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1822-12-4, diário número 7, p.76

²⁷⁴ Filipe Ferreira de Araújo e Castro, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1823-1-2, diário número 1, p.317 e p.323. Todos os números sobre habitantes do reino até 1864, data do primeiro recenseamento de população, são estimativas feitas a partir de contagens com fins administrativos, fiscais, militares ou eclesiásticos. Não se percebe qual seria a fonte do deputado, pois a população devia rondar, nessa altura, cerca de três milhões de habitantes (Valério, 2001: 33). Um alvará de 1772 tinha aprovado um plano de distribuição das cadeiras de latim, grego e retórica, acrescentando outras de estudo da filosofia e deixando de fora os chamados conhecimentos positivos de matemática e de física. Após o básico ler-escrever-contar, passou a haver cursos de gramática latina e um curso de acesso ao ensino superior, que requeria a frequência de aulas de grego, retórica e filosofia (Ó, 2009b: 19).

O plano da existência das escolas menores remontava à reforma pombalina e incluía as cadeiras de primeiras letras. Ambas, escolas menores e cadeiras de primeiras letras, podiam ser livremente estabelecidas a partir da *Constituição* de 1822 (Adão, Magalhães, 2013: 22 e 29). “A oferta escolar do século XVIII retoma e expande a conta das cadeiras de primeiras letras e a distribuição das escolas menores, de Gramática Latina, Língua Grega, Retórica, Filosofia Racional, que vinha do período anterior.” Em 1773 havia 525 cadeiras de primeiras letras, em 1801, 544. Nessa data havia 1518 escolas de primeiras letras e escolas menores. O liberalismo fez corresponder as escolas de primeiras letras e escolas primárias às paróquias e as escolas menores, entre outras, às vilas e capitais de concelho (Magalhães, 2014: 49, 58 e 75)

²⁷⁵ Joaquim António de Magalhães, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1835-3-16, diário número 45, p.585

habituaados desde [há] muito tempo a terem ao pé da porta quem decida as suas demandas pequenas, que é a maior parte porque as grandes são raras”²⁷⁶; “É necessário, agora que temos uma Constituição, um código político fixo e permanente e só alterável com a demorada circunspeção nele prescrita, fazer desenvolver os elementos da indústria e pelo interesse persuadir os povos que amem e não aborreçam o sistema da Carta [Constitucional]”²⁷⁷; “Debalde nós faremos boas leis, elas serão inúteis enquanto não forem postas ao nível da educação e dos conhecimentos dos povos”²⁷⁸; “É força que se dê aos povos tranquilidade, estabilidade e permanência. (...) O contínuo movimento eleitoral, nascido da multiplicidade de corpos e cargos eletivos, repugna aos costumes e índole dos povos”²⁷⁹. Entre os princípios norteadores que poderiam ter uma expressão no desenvolvimento das artes e ciências ligadas às instituições educativas, como “o meio mais eficaz de reformar os costumes e consolidar a forma de governo que havemos adotado”, estavam a remoção dos monopólios económicos; a facilitação da concorrência e a promoção do consumo de bens; e a criação e reprodução de valores. A expectativa de esvaziamento de muitos conventos alentava as possibilidades de os aproveitar para escolas de economia, de agricultura, de botânica ou de metalurgia²⁸⁰. Havia uma força moral potenciadora de toda a instrução e educação públicas que não podia ser denegada, relacionada com o conceito de uma liberdade fortemente regulada, ainda assim distintiva dos costumes do Antigo Regime nos seus princípios, subordinada ao encanto novo do cumprimento das leis constitucionais. “A instrução pública aumenta a força moral e a força moral é a verdadeira sustentação da liberdade”²⁸¹. Nessa força moral, as belas-artes jogavam um papel relevante como dulcificadores do carácter. “As belas-artes constituem uma parte e muito essencial da instrução pública, elas concorrem a adoçar os costumes e certamente não é com costumes ferozes que se consegue a liberdade, aquela liberdade tal qual nós a temos definido, que consiste necessariamente

²⁷⁶ José Xavier Mouzinho da Silveira, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1835-3-26, diário número 52, p.667

²⁷⁷ Francisco Xavier Soares de Azevedo, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1835-3-28, diário número 54, p.695

²⁷⁸ José Fortunato Ferreira de Castro, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1835-3-28, diário número 54, p.696

²⁷⁹ Luís da Silva Mouzinho de Albuquerque, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1836-1-14, diário número 10, p.48

²⁸⁰ Filipe Ferreira de Araújo e Castro, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1823-1-2, diário número 1, p.323

²⁸¹ Nuno Álvares Pereira Pato Moniz, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1823-1-16, diário número 12, p.495

na observância e respeito à lei”²⁸². Uma proposta da Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, apresentada ao Parlamento no início de 1836 para vigorar enquanto uma lei geral não regulasse a educação e instrução públicas no território da monarquia portuguesa, destinava às crianças que frequentassem os estabelecimentos de ensino primário do continente de Portugal um conjunto de conhecimentos básicos organizados em cinco artigos: a arte de ler; a arte de escrever; o cálculo (arte de contar); a doutrina e moral cristãs; noções elementares de gramática. Um sexto artigo era dividido conforme o sexo das crianças: desenho linear para os meninos e primeiras artes e trabalhos próprios do sexo feminino para as meninas.

O MÉTODO DE ENSINO MÚTUO

A admissão à instrução primária pressupunha a idade de cinco anos e a colaboração dos pais de famílias que deviam facilitar aos filhos a aprendizagem da instrução. Os professores primários eram selecionados, pelos pares, em concurso público, sendo examinados por escrito acerca dos objetos de ensino que se candidatavam a professar. Deviam ter consigo um atestado de probidade passado pelo município ou municípios em que tivessem residido nos três anos anteriores à candidatura, bem como o testemunho da adesão expressa à causa constitucional²⁸³, ou seja, não haveria professores apolíticos para todos os efeitos. A passagem nesse exame concedia aos professores o título de regentes de escolas, que seriam submetidos à verificação dos seus conhecimentos, também no método do ensino mútuo, assim que as escolas de formação de professores estivessem em atividade. O método do ensino mútuo, desenvolvido a partir do século XVIII como forma de promover uma educação generalizada a um número considerável de alunos, popular, rápida e com baixo investimento, suscetível de captar gente comprometida com o trabalho oficial, agrícola ou outro, e que tinha passado, formalmente, a ser aplicado nas escolas dos quartéis portugueses em 1815, era referido pelos deputados praticamente desde o início das

²⁸² Rodrigo de Sousa Castelo Branco, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1823-1-18, diário número 14, p.517. Havia mais três deputados com apelidos idênticos, nesta altura: Francisco Rebelo Leitão Castelo Branco, Roque Ribeiro de Abranches Castelo Branco e João Maria Soares de Castelo Branco. A fala é atribuída a Rodrigo de Sousa Castelo Branco porque a ata refere que o “Senhor Sousa Castelo Branco” está a participar na discussão

²⁸³ À *Carta Constitucional* de 1826, outorgada por D. Pedro IV

sessões parlamentares²⁸⁴. O general e ministro dos Negócios do Reino em 1833, Cândido José Xavier, estimava que aquelas escolas se achavam em atividade desde 1817 nos regimentos; que, em 1818, havia 18 escolas destas em Lisboa e na província da Estremadura; 10 na da Beira, cinco na de Trás-os-Montes, nove no Porto e na província do Minho; 10 na do Alentejo e três na do Algarve; nestas 55 escolas tinham-se matriculado até então 3843 alunos (1891 militares e 1952 civis) (Silva, 1819: 67).

O ensino mútuo, *ensino de si mesmo* ou modo de ensinar os meninos por eles mesmos, tinha como princípio geral a comunicação da instrução dos alunos que sabiam mais aos alunos que sabiam menos, podendo as classes organizadas em função do grau de adiantamento do saber ter um “número indefinito [*sic*] de discípulos até mil” (Silva, 1818: 16). A organização em classes repousava na figura dos instrutores de classe, escolhidos entre os alunos mais adiantados, aos quais competia a responsabilidade de providenciar os objetos necessários ao ensino, a inspeção dos trabalhos e a conservação da ordem nas classes; nos instrutores gerais, que chefiavam os instrutores; e nos mestres, inspetores-gerais que velariam pela classificação dos alunos em função dos exames, pela distribuição de recompensas e de prémios, pela imposição de castigos e pela aprovação dos instrutores, que recebiam dos mestres as regras escritas sobre o exercício das suas funções.

Cândido José Xavier definiu o ensino mútuo como o método pelo qual as primeiras idades se instruíam reciprocamente, método “que abrevia o tempo, diminui a despesa, aplaina as dificuldades e faz de um objeto naturalmente árido e escabroso uma ocupação suave e agradável para os mestres, interessante e divertida para os discípulos” (Silva, 1818: 3). Recordou que as escolas que seguiam o método tinham por divisa *Um lugar para cada coisa e cada coisa em seu lugar*, afirmando-se nela a regularidade de todos os objetos e a ordem de todas as pessoas: a distribuição do tempo, o silêncio a ser observado, o arranjo, a limpeza e a posição corporal dos alunos. A distribuição das partes do ensino era feita de tal forma que os alunos podiam passar de umas partes a outras durante a mesma sessão, não só não se fatigando como renovando nesses movimento a atenção e, estudando a mesma coisa, ficando aptos a completar as faltas mútuas. “Em cada classe os discípulos estudam uma mesma coisa e ao mesmo tempo, e

²⁸⁴ “Quero supor, o que será muito difícil, que se estabeleçam em todos os distritos essas escolas de ensino mútuo e todas as mais que alguns ilustres opinantes têm imaginado” (Francisco de Paula Vieira da Silva Tovar [Barão de Molelos], Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa, ata de 1822-4-17, diário número 59, p.836

de tal sorte se prestam mútuo socorro, que são constantemente obrigados não só a emendar-se entre si mas a acabarem uns o que outros principiaram” (Silva, 1818: 18).

Os acessos a classes mais elevadas ou a instrutores eram feitos por meio de exames, avaliando os dos instrutores, além do grau de instrução, “a firmeza do seu caráter e boas disposições morais” (Silva, 1818: 19) e as avaliações eram exteriorizadas por intermédio de gratificações (para os instrutores gerais), pequenos prêmios, acesso a lugares distintivos, cartas de satisfação dirigidas aos pais ou elogios públicos. Igualmente exteriorizadas eram as marcas indicando preguiça, desobediência, falta de atenção: multas e repreensões públicas, cartas de queixas aos pais, a “exposição à vergonha por mui diferentes modos (...) e uma infinidade de maneiras de mortificar a vontade e o amor próprio” (Silva, 1818: 20).

Segundo o autor, a “utilidade tão reconhecida” do método, que resultava da aplicação de regras simples, jogava-se na regularidade e constância de aplicação de princípios de educação e de instrução. Os primeiros estavam sujeitados à ideia da uniformidade, os segundos às ideias da imitação e da combinatória. Os princípios de educação sujeitados à ideia de uniformidade baseavam-se num encadeamento de poderes e procedências entre os vários atores, discípulos, instrutores, instrutores gerais e mestres, “o que habitua todos a uma suave subordinação, acostumando-os cedo a reconhecer e respeitar aquela sucessão e série de poderes sem os quais nenhuma sociedade pode existir”; baseavam-se numa economia rigorosa, que devia suportar o crescimento das vidas dos infantes; baseavam-se numa divisão rigorosa do tempo, em que para cada hora e para cada minuto se consagravam objetivos, que deviam servir à aquisição do hábito da exação; inspirando na infância o gosto pelo desempenho dos deveres, baseavam-se “numa ordem e uniformidade em tudo bem entendida, que não admite em coisa alguma essencial o arbitrário”; baseavam-se, finalmente, num sistema de aplicação de penas morais e de recompensas, inculcando nos discípulos “a suavidade de costumes”, o amor-próprio e a emulação competitiva, como se ambos, ultrapassagem de si e mansidão, devessem correr paralelos. Os princípios de instrução sujeitados às ideias da imitação e da combinatória baseavam-se nas regras seguintes: o ensino por meio da imitação e a frequente repetição dos mesmos objetos até à sua impressão na memória; a combinação de partes do ensino entre si de modo a que reciprocamente se auxiliassem, criando uma simplificação uniforme do trabalho escolar; a exibição aos discípulos do seu lugar na cadeia de conhecimentos, consoante o estado dos seus conhecimentos e de tal forma que o adiantamento ou atraso de uns não afetasse a marcha regular dos outros;

e a procura na focalização da atenção das crianças em todos os minutos do trabalho (Silva, 1818: 20-22).

A aplicação dos referidos princípios levava em conta uma ligação entre leitura e escrita que pressupunha que os alunos, mal comesçassem a ler, iniciariam a prática da escrita; e que as sessões começariam por ter um tempo dedicado à escrita e só depois um segundo tempo dedicado à leitura. Os alunos frequentavam oito classes, iniciando por ler ou por escrever letras sem combinação na primeira classe, sílabas com duas letras na segunda, sílabas com três letras na terceira, até chegar aos polissílabos, em que extratos da Bíblia, versos dos Evangelhos e sentenças morais eram lidos ou escritos. Nas lições de aritmética acontecia o mesmo: na primeira classe escreviam-se ou liam-se algarismos sem combinação, até começar a fazer somas simples e compostas e a fazer diminuições. Em cada classe havia um quadro dispondo dos elementos referentes à sua instrução, “de modo que todos juntos formariam o livro necessário para a instrução de toda a escola” (Silva, 1818: 24).

O QUE DEVIA SER LIDO E OS ENCARGOS DOS MESTRES

Parecia que o método em que cada coisa tinha o seu lugar poderia suprir as necessidades da educação pública e as deficiências observadas no ensino chamado *simultâneo*, designadamente a concentração que nele se verificava do mestre nos alunos medianos, criando dificuldades aos que teriam melhores condições ou deixando outros para trás e, também, a dificuldade criada por um encontro mais demorado com a escrita; obrigados, no ensino mútuo, a ouvir o que era ditado enquanto escreviam, a formar letras ou sílabas enquanto liam, a emendar ou mesmo a substituir os companheiros, prometia-se fazer variar o objeto de atenção dos alunos com frequência, implicando uma concentração diversificada em cada tarefa, sobre a qual o aluno “não pode pensar em outra coisa nem deixar de pensar nesta com toda a reflexão” (Silva, 1818: 28). O método também prometia um corte com a postura imóvel em que se imaginava os alunos curvados sobre os livros horas a fio, agora substituída pela mudança de posição frequente, ao ritmo das tarefas que se sucediam. E, por via da mudança da postura, quebrar-se-ia uma certa monotonia para os alunos e para os mestres.

A estes se prometia que todas decisões ingratas da relação pedagógica estariam a cargo dos alunos, a quem competia corrigir os erros dos colegas e repreendê-los numa

conformidade de iguais, sujeitos e objetos, à vez, dessa advertência. Cândido José Xavier afirmava que o método permitia reduzir o tempo habitual de aprendizagem de ler, escrever e contar de cerca de cinco anos para um ano e meio; e reduzir a despesa, desde logo pelo cálculo dos custos fixos, que seriam diluídos tendo em consideração o número maior de alunos ensinados. O regulamento provisório do ensino primário integrado na proposta da Secretaria de Estado dos Negócios do Reino determinava que se usasse o habitual método de ensino simultâneo, sempre que nas escolas não pudesse estabelecer-se o método do ensino mútuo. Assim que às crianças fosse franqueado o acesso à leitura corrente, tábuas e pequenos livros impressos ou litografados eram postos à sua disposição contendo máximas de moral cristã e “da verdadeira honra e probidade”; breves definições das virtudes morais e sociais; breves definições dos objetos mais familiares do quotidiano; sentenças, provérbios e máximas acompanhados da respetiva justificação; histórias e parábolas da Bíblia; e algumas outras histórias breves, retiradas da história portuguesa, com exemplos de virtude, “ditos notáveis dos antigos portugueses”, de tal modo que se não tratasse, nas mais tenras idades, apenas de aprender a ler mas enquanto se aprendia a ler também de cultivar o espírito, de adquirir ideias justas, de ganhar afeição ao bem e à virtude. Com esta intenção, eram ordenados todos os livros, manuscritos, impressos ou litografados, apresentados numa ortografia correta e numa caligrafia formosa²⁸⁵. Se o regulamento do ensino primário determinava uma avaliação organizada em exames gerais das matérias no final de cada ano escolar, em agosto, o cultivo do espírito através dos meios e das leituras referidos indicava o caminho de um claro juízo normalizador e avaliador, fazendo lembrar o percurso que, no método do ensino mútuo, levava ao acesso a patamares mais elevados, quando se avaliava a firmeza do caráter e a disposição moral dos candidatos. E era tanto mais assim quanto este regulamento indicava aos mestres “duas mui substanciais obrigações”: a primeira, a de progressivamente atentarem na inteligência dos meninos, conduzindo as conversas com eles de modo a retificar as respostas que não correspondessem ao que era pedido, ao mesmo tempo que lhes eram dadas explicações dos objetos mais triviais, refletindo em geral sobre os acontecimentos que iam tendo lugar; a segunda, a de fazer coincidir com a transmissão dos conhecimentos a divisa *Um lugar para cada coisa e cada coisa em seu lugar*: os meninos deviam ser inspirados no amor à ordem, na obediência às leis e aos superiores, na pureza dos costumes e na

²⁸⁵ Luís da Silva Mouzinho de Albuquerque, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1836-1-25, diário número 18, p.209

benevolência para com os semelhantes e devia ser-lhes inculcada a “regularidade, decência e decoro em palavras, gestos e ações (...) enfim tudo quanto possa concorrer para fazê-los bons e virtuosos”²⁸⁶.

Uma vez que se previa o ensino da doutrina e moral cristãs, os deputados sentiram a necessidade de referir que os catecismos aprovados para o trabalho escolar obviamente excluiriam tudo o que farejasse a credulidade e a superstição, contrárias ao espírito religioso mais digno. De resto, aos párocos cabia o ensino dos meninos no locais mais pobres do reino, enquanto não fosse possível ao governo instalar todas as escolas primárias necessárias e os professores desempenhavam um papel complementar dos párocos, aos ser-lhes ordenado que avivassem nos meninos as recomendações sobre a presença nas missas, sobre o catecismo e sobre práticas religiosas que os religiosos deviam fazer aos pais de família²⁸⁷. A exposição à vergonha por diferentes modos, como vimos atrás, devia substituir os castigos corporais, para que nos meninos se inspirasse o pejo, a vergonha e arrependimento. O mestre devia evitar qualquer castigo severo; não mostrar cólera nem impaciência; não impor penas aviltantes nem expor os meninos ao escárnio dos condiscípulos; não castigar sem mostrar o motivo; e, a par do castigo, se ele fosse necessário, instituir a premiação, que era calendarizada em prémios mensais e anuais.

Os prémios recompensavam a aplicação, a assiduidade e o bom comportamento moral. Na Madeira e Açores, previa-se a instalação de três escolas para os meninos e de três escolas para as meninas no Funchal, em Angra e em Ponta Delgada, servindo as primeiras de escolas preparadoras de professores (escolas normais). As escolas normais ou escolas de formação de professores, neste caso primários, deviam o nome a uma expressão importada de França para caracterizar a formação uniforme de todos os mestres em ordem a contribuir para a “normalização” do ensino no reino (Nóvoa, 1987: 425)²⁸⁸.

²⁸⁶ *Idem, ibidem*

²⁸⁷ *Idem, ibidem*, p.210

²⁸⁸ As primeiras tentativas de organização de uma escola normal tinham sido feitas no exército, com o objetivo de disseminar o ensino mútuo, através de uma escola instalada na calçada da Ajuda, em Belém, Lisboa, que funcionou entre 1816 e 1818. Em 1822, o rei enviou João José Le Cocq a Paris para estudar o método de ensino mútuo. Le Cocq apresentaria um plano de formação de uma escola normal e foi nomeado diretor da Escola normal de Belém. A escola funcionaria de 1824 a 1828 e reabriria em 1835 mas para ser integrada nas escolas normais de ensino mútuo que as reformas da instrução de 1835 e de 1836 preconizavam. A reforma de instrução de 1844 criou as condições legais para a abertura destas escolas mas elas tardaram no tempo (Nóvoa, 1987: 427-428 e 430)

A proposta da Secretaria de Estado dos Negócios do Reino incluía um regulamento dos estudos maiores em Lisboa, organizado em três faculdades (de medicina, matemática, filosofia) e quatro escolas (militar, de marinha, de engenharia civil, de comércio e administração pública), também extensível às províncias da Madeira e dos Açores. Sem alusão ao ensino médio, o deputado António Joaquim Barjona defendeu, nos inícios desse ano de 1836, que os esforços do Parlamento deviam refletir o interesse pelo ensino primário, que entendia muito mais atrasado e muito mais necessário que o superior. Já porque através da instrução primária a massa geral da nação devia ser instruída no conhecimento dos seus direitos e obrigações, afastando o fantasma dos povos submetidos a déspotas, já porque se lhe seguia a aplicação às artes que poderia assegurar o desenvolvimento das indústrias e do trabalho dos artistas, que o orador antevia iriam comparecer nas escolas aos domingos e à noite para se aperfeiçoar nas suas artes. Uma razão relativa ao exercício do poder levava ainda o orador a preferir desenvolver o ensino primário: via os estabelecimentos de instrução superior como viveiros em que os sábios se tinham aliado a déspotas no passado, disputando riquezas e preeminências entre si e deixando o povo ignorante. As medidas legislativas do início de 1836 seguiam-se à suspensão de todos os decretos publicados no ano anterior com vista à melhoria do sistema geral de instrução. A acreditar na exposição ao Parlamento da Comissão de Instrução Pública, essas medidas iriam ser retomadas pelo menos parcialmente, “aproveitando a doutrina dos decretos suspensos”²⁸⁹.

COMPROMISSO DAS ESCOLAS NO REINO

Tinham sido vários os diplomas publicados e depois suspensos, a começar pela nomeação de uma comissão do melhoramento e reforma geral da instrução pública, em 13 de maio de 1834²⁹⁰, que tinha como tarefas aumentar o número de escolas de primeiras letras e das línguas mais frequentes enquanto devia diminuir o número de aulas que se considerasse não ser de necessidade urgente; criar nas 17 capitais de distrito do continente aulas de ciências; estabelecer um curso completo para a faculdade de medicina; e considerar todo o ensino civil, religioso e literário debaixo de um plano

²⁸⁹ Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1836-1-30, diário número 23, p.294

²⁹⁰ Decreto que nomeia a comissão para propor um plano de ensino público, sistema geral de educação e instrução religiosa, civil e literária, *Coleção de leis e outros documentos oficiais publicados desde 15 de agosto de 1834 até 31 de dezembro de 1835. IV série*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1837, p.154

sistemático, designando-lhe compêndios e os métodos mais adequados, embora os legisladores relembbrassem que se tratava de um “plano provisório”.

Seguiu-se a determinação da abertura de duas escolas normais primárias, em Lisboa e no Porto, que os professores do ensino público seriam obrigados a frequentar (agosto de 1835), referindo-se que aos candidatos era exigido saber ler, escrever, contar e possuir “algumas noções de história e geografia”²⁹¹. As noções de história e geografia, mais a leitura, escrita, gramática, aritmética, desenho linear, civilidade, moral, religião e direito político compreendiam a totalidade do currículo referido no regulamento geral da instrução primária, publicado em setembro²⁹², que seria assegurado nas escolas públicas, estabelecidas pelo governo, municípios ou juntas de paróquia²⁹³. Se o governo prometia prover às escolas instaladas em edifícios preparados para esse fim, todas as outras existentes estariam sob alçada daquelas entidades, municípios e juntas de paróquia, que eram autorizadas a rever como bem entendessem o quadro de mestres existentes, podendo conservá-los, despedi-los e nomear novos. O regulamento estabelecia seis escolas primárias em Lisboa e três no Porto; nas povoações do continente que tivessem entre 400 e 1500 fogos, criar-se-ia uma escola; e duas nas que tivessem entre 1500 e três mil fogos mas era omissa quanto às povoações com mais de três mil fogos (seriam 51 povoações nessa circunstância), sem contar com Lisboa e Porto, que teriam, respetivamente, seis e três escolas. A ter em conta a divisão administrativa do reino, o número de concelhos e a muito incerta distribuição da população portuguesa em número de fogos por concelho, o ministro do Reino, Rodrigo da Fonseca Magalhães, esperaria ser possível estabelecer algo como entre 569 e 620 escolas a funcionar em edifícios públicos, especialmente preparados pelo Estado, como forma de tentar universalizar a instrução primária²⁹⁴.

O cálculo, bastante falível, foi obtido tendo em conta o que diz o Regulamento Geral da Instrução Primária (setembro de 1835) e o mapa dos 17 distritos administrativos do continente do reino, divididos por concelhos e respetiva população em fogos (julho de 1835); o regulamento não dizia quantas escolas se deveria estabelecer nas povoações

²⁹¹ Decreto sobre instrução primária, *ibidem*, pp.274-275

²⁹² Decreto de 7 de setembro (Regulamento geral de instrução primária), *ibidem*, pp.309-314

²⁹³ Divisões administrativas criadas em 1830, com competências na saúde, ensino, culto, saneamento e registo de baptismo, e restabelecidas em meados de 1835, porque tinham perdido entretanto a componente administrativa

²⁹⁴ Cf. Decreto de 16 de julho de divisão administrativa do Reino e regulamento para a sua execução, *Coleção de leis e outros documentos oficiais publicados desde 15 de agosto de 1834 até 31 de dezembro de 1835. IV série*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1837, pp.212-222; Decreto de 7 de setembro (Regulamento geral de instrução primária), *ibidem*, pp.309-310)

com mais de três mil fogos, que o mapa referido diz serem 51 com exceção de Lisboa, do Porto (que tinham mais de três mil fogos) e das regiões insulares (Açores, com 50 mil fogos, e Madeira, com 25 mil fogos), nem tampouco dizia quantas escolas deveriam existir nas ilhas. Com base nesse mapa, o reino de Portugal (continente) teria, à altura, 275 povoações com 400 a 1500 fogos; 90 povoações com 1500 a três mil fogos; 51 com mais de três mil fogos. Haveria seis escolas em Lisboa e três no Porto. Se se supusesse que o governante pensaria estabelecer duas escolas nas povoações com mais de três mil fogos teríamos um total de 569 escolas; se pensasse estabelecer três escolas nas povoações com mais de três mil fogos teríamos um total de 620 escolas. Até à primeira metade do século XIX, as informações sobre o número de escolas públicas eram praticamente inexistentes e aquelas disponíveis eram pouco fiáveis (Nóvoa, 1987: 343), como as próprias informações do Conselho Superior de Instrução Pública de meados do século, organismo criado em 7 de Setembro de 1835 para dirigir e regimentar todo o ensino, faziam questão de dar conta. “A estatística exata deste ramo de instrução [primária] não nos é possível apresentá-la hoje: existem os mesmos estorvos que por vezes temos apontado. Distâncias, doenças, extravios de correios e alguns descuidos” (CSIP, 1854 [1853]: 158).

O regulamento para a instrução primária determinava a aplicação do método do ensino mútuo, estabelecia uma escola normal primária para o sexo masculino em cada capital de distrito, relegando as escolas normais do sexo feminino para um regulamento posterior, e obrigava os pais a levar as crianças à escola quando tivessem sete anos. Com as cicatrizes da guerra civil bem presentes, nenhum professor podia candidatar-se aos lugares sem ter atestação de boa moral e de adesão à causa constitucional, nem sem ter frequentado uma escola normal primária. O regulamento criava uma desigualdade de salário conforme o local em que os professores exercessem, à medida que se afastavam de Lisboa ou das capitais de distrito: os professores sediados nas capitais de distrito ganhavam pouco mais de metade do que os que ensinavam em Lisboa e exatamente metade daqueles que ensinavam em alguma terra que não fosse capital distrital; os professores do Porto ganhavam menos do que os colegas de Lisboa. As autoridades administrativas locais e regionais configuravam uma rede de vigilância de detecção de faltas e irregularidades e de proximidade entre as estruturas civis e religiosas, na figura

do pároco, encarregadas todas de convencer os pais dos benefícios de enviar os meninos à escola²⁹⁵.

Na mesma altura em que foi publicado o regulamento de instrução primária, foi formalizada a existência do Conselho Superior de Instrução Pública, que devia reger todo o ensino público, isto é, decidir sobre as nomeações para as cadeiras das universidades, colégios, liceus, escolas gerais e institutos; sobre a criação de novos estabelecimentos; sobre o sistema de gratificações aos alunos e mestres; sobre os métodos de ensino, compêndios e outros livros; e sobre jubilações, reformas, suspensões e destituições de professores²⁹⁶. As escolas normais seriam objeto de mais duas medidas. Ainda em setembro, o governador civil de Ponta Delgada era autorizado a nomear um diretor para reger a escola normal local²⁹⁷; e em outubro era publicado o calendário do ano letivo para as escolas normais²⁹⁸. Todo este afã legislativo, e outro sobre diversos assuntos, tinha provocado em dez meses terríveis discussões e um desgaste assinalável, segundo o deputado Passos Manuel. “Os deputados que nelas tinham entrado estavam todos fora de combate e (...) muitos nessas gloriosas lutas arruinaram a sua saúde e comprometeram a sua existência”²⁹⁹.

Na altura em que na Câmara se estava a debater uma pretensão dos professores do Instituto de Lisboa – cujo regulamento provisório, apresentado ao mesmo tempo que o da instrução primária, fazia agregar num só estabelecimento as faculdades de Medicina, Matemática, Filosofia, Engenharia Civil e as escolas Militar, da Marinha e de Comércio e Administração Pública –, Leonel Tavares Cabral contestou terem-se os esforços concentrado na instrução superior e de nada se ter tratado da instrução primária, considerando que esta era a base de um sistema, que só depois de assentado deveria olhar para os estudos superiores. “A instrução primária é o alicerce de todo o grande edifício da instrução em geral, faça-se e bem feito este alicerce, e depois de se haver conseguido isto ir-se há então tratar dos telhados”³⁰⁰.

²⁹⁵ Decreto do regulamento geral de instrução primária..., *ibidem*, pp.309-313

²⁹⁶ Decreto que cria o Conselho Superior de Instrução Pública, *ibidem*, pp.313-314

²⁹⁷ Portaria sobre escolas normais, *ibidem*, pp.319-320

²⁹⁸ Regulamento da direção das escolas normais do ensino mútuo, *ibidem*, p.348

²⁹⁹ Manuel da Silva Passos (Passos Manuel), Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1836-1-30, diário número 23, p.296

³⁰⁰ Leonel Tavares Cabral, *ibidem*, p.299

PLANO DOS LICEUS NACIONAIS

O deputado pedia que se aumentasse o número de cadeiras de primeiras letras, num reino em que “há pouco quem goste de ler e escrever” e contestou vivamente a situação vigente, por oposição ao afã de publicação de decretos: “Fecharam-se rigorosamente todas as cadeiras de primeiras letras do reino. (...) criaram-se escolas normais mas esta criação não passou do papel! Encarregou-se o pagamento das outras a quem não tinha meios alguns para lhes pagar!”³⁰¹, pois o governo tinha posto as câmaras a pagar aos professores quando era sabido que os municípios não conseguiam satisfazer as mais urgentes necessidades. O argumento de que a instrução primária devia ter precedência não era novo e foi usado pelo deputado Pina Cabral para sustentar a necessidade de lhe acudir nos seus mais diversos assuntos: “Também é certo que a deplorável situação a que se acha hoje reduzida a instrução primária do nosso país reclama com muito maior urgência a atenção desta Câmara. (...) convidei eu os ilustres membros que compõem a comissão de instrução pública a que apresentassem à Câmara um plano geral de reforma tocante a todos os objetos que a merecem na grande repartição dos estudos; porém ou eu não fui ouvido ou a comissão foi talvez embaraçada com negócios de diversa natureza. E então que acontece? Estão as coisas no mesmo estado; nem método, nem compêndios, nem ordenados suficientes”³⁰². A reforma da instrução pública promulgada por Passos Manuel, ministro do Reino a partir de setembro de 1836, apresentava um currículo um pouco mais alargado para o ensino das primeiras letras do que aquele que tinha sido definido pelo regulamento provisório. Às artes de ler, escrever e contar; à doutrina e moral cristãs; às noções elementares de gramática e ao desenho linear, juntava breves noções de história, de geografia e da *Constituição*; e exercícios físicos. O decreto assumia que “a reforma geral dos estudos é a primeira necessidade da época atual”³⁰³ e determinava regras para o estabelecimento de escolas, habilitação de professores, seus ordenados e jubilação, para o método de ensino, para a duração do ano letivo, exames e localização preferencial das escolas.

³⁰¹ *Idem, ibidem*

³⁰² João Gualberto de Pina Cabral, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1835-2-5, diário número 14, p.198

³⁰³ Decreto sobre instrução primária, *Coleção de leis e outros documentos oficiais publicados desde 10 de setembro até 31 de dezembro de 1836. VI Série*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1837, p.131

A preferência pelo método do ensino mútuo estava explícita um pouco por todo o diploma. Para além de ser o método adotado para os estabelecimentos de primeiras letras, haveria uma escola de ensino mútuo em cada capital de distrito (que seria também escola normal); as escolas existentes de ensino simultâneo seriam convertidas em estabelecimento de ensino mútuo; os candidatos a novos professores seriam examinados aos conhecimentos neste método, dois anos a seguir ao estabelecimento das escolas normais; haveria um aumento de ordenado para os mestres que introduzissem o método e os normalistas que o desenvolvessem poderiam ter uma gratificação anual do governo; e na aposentação, os professores do ensino mútuo venceriam mais ordenado do que os do ensino simultâneo, com o mesmo tempo de serviço. O território deveria ser dividido em círculos de instrução primária, determinando-se que se abrissem novas escolas onde houvesse cerca de 60 crianças e aquelas deveriam ser sediadas em edifícios públicos, situados em lugares saudáveis. Deveriam ainda ser abertas escolas em todas as capitais de distrito para as meninas. Previam-se que os professores do ensino simultâneo continuassem com os seus ordenados pagos pelo tesouro público, a que era acrescida uma quantia paga pelos municípios; os professores de Lisboa ganhavam mais do que os do Porto e Ilhas e estes mais do que os colocados nos restantes distritos administrativos do reino. Os alunos eram examinados anualmente nas matérias do currículo, ficando por determinar em que circunstâncias realizariam exames semanais e mensais.

A reforma da instrução teve o seu aspeto mais inovador na aprovação do plano dos liceus nacionais, destinado ao estudo e conhecimento das ciências e das técnicas pelas grandes massas de cidadãos que não pensariam em frequentar os estudos maiores, autonomizando formalmente o Estado um grau de ensino que precedia os estudos maiores. Elaborado em estreita cooperação entre Passos Manuel e o então vice-reitor interino da Universidade de Coimbra, José Alexandre de Campos, que coordenou a redação dos diplomas, a sua discussão só passou pela Câmara dos Deputados posteriormente à publicação do decreto, quando os ataques ao ministro Passos Manuel, pela prática de inconstitucionalidade, subiram de tom; quando a reforma de instrução não era claramente do agrado de outros deputados e quando as dificuldades em pôr em prática algumas das determinações relativas à instrução secundária eram evidentes. No dia 10 de setembro de 1836, na sequência da revolta de parte da população de Lisboa e do pronunciamento da guarda nacional, a rainha D. Maria II viu-se obrigada a decretar

o restabelecimento da *Constituição* de 1822 e nomeou um governo em que Passos Manuel assumia a pasta do Reino, o que fez até junho de 1837.

A verificação de poderes dos deputados eleitos pelas províncias do reino foi logo contestada no início dos trabalhos parlamentares das Cortes Gerais, Extraordinárias e Constituintes, que inauguraram o funcionamento do Parlamento a seguir à chamada *Revolução de setembro*. Passos Manuel, António Manuel Vieira de Castro e Bernardo de Sá Nogueira de Figueiredo, visconde de Sá da Bandeira, eleitos deputados, eram igualmente membros do governo com as pastas, respetivamente, do Reino; dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça; e da Fazenda. “Os secretários de Estado na forma da Constituição são absolutamente inelegíveis para deputados; em consequência parece que nulamente foram eleitos aqueles senhores e que, em consequência disto, devem reputar-se-lhes nulos os seus diplomas e se lhes não deve conceder assento nesta Câmara”³⁰⁴. Em 10 de novembro de 1836, o governo tinha alterado o princípio constitucional da inelegibilidade. No relatório que servia de justificação ao decreto então promulgado, Passos Manuel não negava o espírito do texto constitucional: “Reconheço que a Constituição de 1822 expressamente exclui os ministros. Porém Vossa Majestade não ignora que a nação proclamando essa Constituição reconheceu também que ela necessitava de ser modificada”³⁰⁵.

REFUTAÇÃO DO SETEMBRISMO

Mas toda a sua argumentação nesse relatório ligava os progressos civilizacionais gerados pela ilustração pública, sob a qual as ações e palavras dos oradores seriam a “benéfica influência” dos bons representantes da nação, ao caráter dos homens de Estado, cuja força das palavras e autoridade das propostas, cultivariam o “respeito e veneração devida aos talentos cultivados pelo estudo e pela experiência”³⁰⁶. Denotando confiança no sistema representativo dos povos, disse que todos os homens cujas políticas se tornassem infelizes seriam escrutinados pelos deputados que, “na presença

³⁰⁴ António Bernardo da Costa Cabral, Cortes Gerais, Extraordinárias e Constituintes da Nação Portuguesa, ata de 1837-1-21, diário número 3, p.122. O deputado invocava o artigo 34º da *Constituição* de 1822: “São absolutamente inelegíveis (...) os secretários e conselheiros de Estado”

³⁰⁵ Decreto sobre secretários de estado hábeis para serem eleitos deputados, *Coleção de leis e outros documentos oficiais publicados desde 10 de setembro até 31 de dezembro de 1836. VI Série*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1837, p.124

³⁰⁶ *Ibidem*, p.123

da (...) nação que os contempla e que os desconfia”, não poderiam ser enganados, aterrados ou comprados.

O movimento de 9 de setembro tinha sido “a favor do progresso, da civilização e da liberdade, e não assim de miseráveis e obsoletas teorias hoje reprovadas por todo o mundo civilizado”, além de que “a verdadeira teoria constitucional, o que se acha decretado nas constituições dos outros povos (...) é que os ministros possam ser eleitos deputados mas que os deputados que forem nomeados ministros deixem vagos os seus lugares no Parlamento e que se sujeitem a nova eleição”³⁰⁷, pelo que não tinha dúvidas em propor que os secretários de estado pudessem ser deputados enquanto as Cortes não determinassem o contrário. A legislação setembrista de 1836, incluindo a da instrução pública, tinha sido aprovada num contexto ditatorial. “Fui chamado a fazer parte do governo não como meio de me engrandecer nem de enriquecer”³⁰⁸, explicou Passos Manuel. “Nós os déspotas, que fomos conselho de Estado, poder executivo e poder legislativo; nós atendemos ao nosso particular proveito ou aos interesses do país?” Os ministros tinham estado sempre disponíveis para escutar conselhos e tinham recebido todas as contribuições que se lhes apresentavam, referiu. “Declaro que esses decretos são obra minha e que tomo sobre mim o responder pelos meus atos e pelos dos meus colegas, esperando que a assembleia não faça cair a espada da sua justiça senão sobre a minha cabeça”. A cabeça de Passos Manuel tinha sido requisitada ao próprio, por carta, pelo deputado Rocha Loureiro, que reacendeu o pedido no Parlamento perante os esclarecimentos do ministro. “Aí afirma S. Exa. que as Cortes me deviam enforcar porque elas se juntam para que a lei seja vingada... (O senhor Rocha Loureiro: – é verdade; e quero que seja enforcado)”³⁰⁹. Numa longa intervenção, o deputado João Bernardo da Rocha Loureiro contestou a nomeação dos deputados como membros do governo, referindo que a mudança de um artigo constitucional só as Cortes o podiam fazer e que nem mesmo seria possível fazê-lo naquele momento, pois as Cortes estavam reunidas em comissão preparatória dos trabalhos futuros.

Passos Manuel alongou-se nas explicações, tornando às razões da movimentação setembrista: “Qual era o fim da revolução? Que é que o povo queria em 10 de setembro? Queria o dogma da soberania nacional, queria uma Constituição dada pela nação e não outorgada pela coroa; e queria a abolição da Câmara dos Pares”. Disse que

³⁰⁷ *Ibidem*, p.124

³⁰⁸ Manuel da Silva Passos (Passos Manuel), Cortes Gerais, Extraordinárias e Constituintes da Nação Portuguesa, ata de 1837-1-21, diário número 3, p.129

³⁰⁹ João Bernardo da Rocha Loureiro, *ibidem*

a revolução de 1820 tinha mudado o governo nas pessoas, no número e nas formas mas não nas instituições e não na essência das coisas; que a *Carta Constitucional* outorgada por D. Pedro IV (1826), a segunda *Constituição nacional*, era um “livro de política”, que não desenvolveu princípios, não criou reformas nem regulamentos, e o povo não queria “preleções de direito público”; que foi o povo quem fez a revolução de setembro, na capital, nas províncias, e o governante e deputado se via como par de Manuel Fernandes Tomás, figura do liberalismo dos anos 20: “O povo de Lisboa fê-la [a revolução], as províncias aplaudiram; e eu contribuí depois para que ela vencesse, fosse nobre e gloriosa e pura de sangue e de crimes. Eu também poderia dizer que era uma espécie de patriarca da liberdade, como Fernandes Tomás, mas eu não fiz mais que os outros cidadãos”; que a ditadura de setembro não derramou sangue, deu ampla liberdade para insultar e caluniar os seus representantes e teve de governar “em tão árdua conjunção com as oposições e com as resistências do sistema representativo”; que tudo podia ser atacado, o profano e o sagrado, “deixámos o pensamento livre”³¹⁰. O que fez Passos Manuel? Reformas primeiro, princípios teóricos depois, “a revolução para vir a legalidade”; que cumularia capítulos de acusações: “Senhor presidente, se os nobres deputados dizem que o ministro violou a Constituição em um artigo; o ministro na presença da nação declara altamente que violou quase todos”³¹¹, pois era o único meio de salvar a nação e de reunir o Congresso novamente; que quando entrou na administração achou nos cofres públicos quase nada; que era singular que a ditadura até agora “não tivesse contrariação”, apesar de ser acusada de ter feito muitas leis e más³¹²; que, aliás, os sábios da nação e os legistas tinham chamado a esse período “a primeira ditadura”, expressão que ninguém combateu nem repreendeu; que não tinham sido enviados pela Providência, ele próprio, “o homem de Bouças”, Vieira de Castro, o visconde de Sá da Bandeira e o conde de Lumiares³¹³, já que eram “filhos da revolução e a revolução pode destruir trono, altar, leis e Constituição”; que o povo lhes tinha outorgado um “poder discricionário”, encarregando-os da defesa dos princípios

³¹⁰ Manuel da Silva Passos (Passos Manuel), *ibidem*, p.130

³¹¹ *Idem, ibidem*, p.131

³¹² *Idem*, Cortes Gerais, Extraordinárias e Constituintes da Nação Portuguesa, ata de 1837-4-8, diário número 61, p.235. O arrazoado de Passos Manuel aqui referido, a partir do argumento de que a ditadura não tinha tido “contrariação”, passa-se já depois de anulado um golpe de Estado para depor os setembristas, a chamada *Belenzada*, que ocorreu no início de novembro de 1836. A seguir ao golpe entrou em funções o segundo governo setembrista, a segunda ditadura

³¹³ José Manuel Inácio da Cunha Faro Meneses e Portugal da Gama Carneiro e Sousa, quarto conde de Lumiares, presidiu ao governo setembrista saído da revolução, acumulando com as pastas da Guerra e da Marinha

revolucionários em nome do triunfo do poder legislativo e do brilho da causa popular; que os homens que se lhes opuseram eram “sectários da tirania e partidistas da administração passada”; que o que lhes foi pedido foi: “salvai o país e a revolução; ficai com os braços soltos mas depois não vos desculpeis que não tínheis forças, meios nem poder. Era esta a linguagem que se nos falou”; que já sabiam que haviam de ter “a sorte dos mais legisladores e reformadores; porque as nossas reformas haviam de ferir muitos interesses e simpatias” e porque “não cedemos diante de considerações e reformámos”; que às críticas de terem legislado em excesso tinham respondido com a vontade de obter a “liberdade progressiva”; “diz-se que fizemos leis boas para mostrar que três homens, quatro homens, podem fazer melhores leis que o Congresso! Que por este meio tornámos odioso o sistema representativo! (...) disse-se que nós legislámos demais e eu digo, e todos os homens que tiverem meditado e tiverem amor ao país dirão, que nós legislámos de menos porque o país estava desorganizado”, mas que bastante tinha o Congresso que fazer para estar entretido a discutir; que um deputado tinha dito que “as nossas leis são más porque são *novas*. Senhor presidente eu sempre ouvi que leis e mulheres quanto mais novas melhor. E a não ser assim teríamos de voltar ao código filipino ou antes às leis bárbaras dos tempos tenebrosos”³¹⁴. Mas eis que “a ditadura legislativa expirou”. Posta à votação a questão sobre se os governantes estavam legalmente eleitos, 44 deputados aprovaram e 17 rejeitaram³¹⁵. Quanto às suas leis, disse Passos Manuel que “todas as que pertencem à minha repartição foram por mim examinadas; o senhor José Alexandre de Campos sabe que eu examinei, artigo por artigo, a lei da instrução pública”³¹⁶.

O decreto que formalmente inaugurou a história da instrução secundária em Portugal sublinhava que os poderes públicos deviam concentrar os seus esforços reformadores neste grau, apesar de todas as opiniões contrárias que se faziam ouvir no Congresso, quando os deputados clamavam pela instrução das primeiras letras como a mais imprescindível e necessária. O primeiro plano curricular, generalizado para todos os liceus, continha um grupo de nove objetos que explicitava a necessidade de inaugurar um ensino prático e abrangente, uma preocupação pela formação aplicada às artes

³¹⁴ Manuel da Silva Passos (Passos Manuel), Cortes Gerais, Extraordinárias e Constituintes da Nação Portuguesa, ata de 1837-4-8, diário número 61, p.236

³¹⁵ *Idem*, Cortes Gerais, Extraordinárias e Constituintes da Nação Portuguesa, ata de 1837-1-21, diário número 3, p.134

³¹⁶ *Idem*, Cortes Gerais, Extraordinárias e Constituintes da Nação Portuguesa, ata de 1837-4-8, diário número 61, p.237

oficinais e da aquisição de um conhecimento técnico-científico³¹⁷, organizado em dez disciplinas e cadeiras: 1.^a Gramática portuguesa e latina, clássicos portugueses e latinos; 2.^a Línguas francesa e inglesa e suas gramáticas; 3.^a Ideologia, gramática geral e lógica; 4.^a Moral universal; 5.^a Aritmética e álgebra, geometria, trigonometria e desenho; 6.^a Geografia, cronologia e história; 7.^a Princípios de física, de química e de mecânica aplicados às artes e ofícios; 8.^a Princípios de história natural dos três reinos da natureza aplicados às artes e ofícios; 9.^a Princípios de economia política, de administração pública e de comércio; 10.^a Oratória, poética e literatura clássica, especialmente a portuguesa. Em Lisboa, os alunos teriam ainda acesso às disciplinas de diplomática, paleografia e taquigrafia e em Lisboa, Porto e Coimbra ao ensino das línguas grega e alemã. Assim que este grupo de objetos e de disciplinas se fixasse nos liceus nacionais distritais, as velhas e dispersas cadeiras de grego, latim, retórica, filosofia racional e moral, aritmética, geometria, geografia e história seriam extintas onde as houvesse. O decreto previa a instalação de um liceu nacional em cada capital de distrito do reino e ultramar, já de acordo com a nova divisão administrativa territorial, que delimitou o reino de Portugal e Algarves em 17 distritos³¹⁸. Em Lisboa haveria dois liceus, um dos quais em resultado da reformulação do Colégio dos Nobres, a “escola privilegiada” destinada aos filhos da nobreza, que seria abolida em 4 janeiro de 1837, transitando o seu património para as novas escolas a serem criadas pelo governo³¹⁹.

A CONTESTAÇÃO DE ALMEIDA GARRETT

A frequência das disciplinas nos liceus era livre, necessitando os alunos apenas de uma certidão de exame de instrução primária, mas os alunos tinham um número de faltas limitado por ano. Os princípios do ensino mútuo estavam expressos no diploma quando se previa que as cadeiras seriam regidas interinamente por alunos dos anos adiantados,

³¹⁷ Os nove objetos eram: 1) Ideologia, gramática geral e lógica; 2) Gramática e língua portuguesa; 3) Moral universal; 4) Aritmética, álgebra, geometria, trigonometria e desenho; 5) Geografia, cronologia e história; 6) Princípios de química, física e de mecânica, aplicados às artes e ofícios; 7) Princípios de história natural dos três reinos da natureza aplicados às artes e ofícios; 8) Princípios de economia política, de comércio e de administração pública; 9) Oratória, poética e literatura clássica, especialmente a portuguesa

³¹⁸ Decreto de divisão do território para a organização do sistema administrativo, *Coleção de leis e outros documentos oficiais publicados desde 10 de setembro até 31 de dezembro de 1836. VI Série*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1837, p.112

³¹⁹ Decreto abolindo o Real Colégio dos Nobres, *Coleção de leis e outros documentos oficiais publicados no primeiro semestre de 1837. VII Série, 1.^a parte*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1838, p.37

por impedimento temporário do professor e que esse tempo lecionado seria contado descontando o valor a pagar na matrícula. Tudo o que respeitava à aposentação dos professores dos ensinos simultâneo e mútuo na instrução primária, aplicava-se aos mestres da instrução secundária, com as vantagens já anteriormente referidas para os que seguissem o ensino mútuo.

Um conselho composto pelos professores e presidido pelo decano, o reitor, superintendia a inspeção dos liceus em tudo quanto dissesse respeito à distribuição das disciplinas pelas manhãs e tardes; ao modo de se fazer os exercícios e os exames; à habilitação dos estudantes para os exames; ao exame, escolha e composição de compêndios; ao desenvolvimento do método de ensino; à gestão do regime de faltas; à instituição de regulamentos especiais que viessem a ser necessários para o bom governo dos liceus; à gestão das receitas provenientes das matrículas e certidões passadas pelos liceus; e à admissão de alunos internos na qualidade de pensionistas. Em cada liceu previa-se a instalação de uma biblioteca, para uso de professores e alunos, de um jardim experimental dedicado às aplicações de botânica, de um laboratório químico e de um gabinete de física e mecânica, de zoologia e de mineralogia. E em cada liceu haveria uma classe de estudos eclesiásticos com duas cadeiras regidas pela faculdade de teologia, o suficiente para o poder temporal integrar as matérias religiosas, subordinadas à aprovação governamental.

Três meses depois de publicados o diploma dos liceus nacionais e da instrução primária e mês e meio depois da publicação do dos estudos maiores, o deputado Almeida Garrett contestava a ausência de um pensamento que ligasse as diversas questões da instrução pública: “Não se pode pois tratar de uma especialidade sem se tratar do todo. Este é o defeito de todas as nossas leis de instrução porque todas têm sido feitas para coisas especiais, ainda se não fez um quadro grande de instrução pública”. E questionava mesmo que o Parlamento fosse capaz de superintender tão avultada questão ou que ele lhe devesse ser cometido: “Mas como é possível que uma assembleia legislativa reforme um tão grande ramo de serviço público? Não é possível decerto; mas com isto não se justifica a maneira por que se reformou nem eu entro no mérito desses decretos. Não quero nem posso entrar nesta questão. Mas digo que há uma coisa que se pode fazer aqui, que se deve fazer quanto antes; é traçar em um grande quadro o da instrução pública do país e dá-lo ao governo para que o execute”³²⁰.

³²⁰ João Baptista da Silva Leitão de Almeida Garrett, Cortes Gerais, Extraordinárias e Constituintes da Nação Portuguesa, ata de 1837-2-17, diário número 23, p.366

O deputado António Joaquim Barjona, membro da Comissão de Instrução Pública, desconhecia um pensamento global nas leis publicadas pela ditadura: “Eu não duvido que a instrução pública podia ficar melhor se fosse examinada debaixo de um ponto de vista geral e reformada em todas as suas partes”³²¹. José Estevão declarava não saber se esse pensamento global, que se queria unitário, tinha presidido à reforma da instrução: “A instrução no seu todo é um dos ramos mais importantes do serviço público e todas as suas partes devem ter entre si um nexos e ordem, como partindo de um mesmo centro; eu não sei se isto aconteceu com as reformas feitas pela ditadura nas leis da instrução pública porque não pude ainda fazer uma leitura refletida dessas leis”. Apesar de não ter tido tempo de analisar as leis – e como eram numerosas e desenvolvidas –, o deputado estava crente de que elas tinham “defeitos essenciais, omissões consideráveis”, talvez porque, como referia, resultavam do trabalho de diferentes comissões, de diferentes opiniões e de não terem sido elaboradas com a devida atenção ao desenvolvimento que careceriam³²². As leis do governo ditatorial, que Passos Manuel tinha jurado terem sido escritas com as contribuições que lhe tinham chegado e com a disponibilidade para ouvir conselhos, enfermavam ora de não obedecerem a um plano global e unitário, ora de resultarem de diferentes opiniões e conselhos, ora de terem sido promulgadas sem o aval das Cortes, obedecendo à vontade de poucas cabeças.

Encarregado de redigir um plano de instrução pública a seguir aos acontecimentos da revolução de setembro, José Alexandre de Campos defendeu-o, afirmando que não se tratava de um gesto de improviso nem de uma cópia de outros sistemas mas da redação de um projeto que fosse aplicável ao país. Além do mais, os textos das reformas primária e secundária teriam seguido de perto as versões que a comissão de instrução pública das Cortes tinha avalizado. Entre 12 de setembro e 30 de dezembro de 1836, a ação legislativa do governo de Passos Manuel, para além dos diplomas das instruções primária e secundária (15 e 17 de novembro), incluiu: o desenvolvimento do Museu Portuense de Pinturas, Estampas e Objetos de Belas-Artes, para auxiliar na instrução e no gosto do belo (12 de setembro); a nomeação de uma comissão para reformar o Colégio Real dos Nobres (28 de setembro); o reforço das ordens para a recolha das bibliotecas, manuscritos, pinturas e outras “preciosidades literárias” pertencentes às ordens religiosas, entretanto extintas, acompanhada da necessidade de designação de casas para instalar nas capitais dos distritos administrativos bibliotecas públicas e

³²¹ António Joaquim Barjona, *ibidem*, p.364

³²² José Estevão Coelho de Magalhães, *ibidem*, pp.365-366

gabinetes de pintura e de raridades (7 de outubro); o reforço das ordens tendentes a mobilizar câmaras municipais, administradores dos concelhos e juntas paroquiais para que persuadissem os pais a enviar os filhos às escolas existentes de primeiras letras (11 de outubro); a fundação de uma biblioteca parlamentar, com a nomeação de uma comissão instaladora e cuja constituição inicial devia servir-se dos depósitos de livros dos conventos (22 de outubro); a criação de um arquivo de moedas e medalhas na Torre do Tombo, para o uso de alunos de diplomática e numismática (22 de outubro); a criação da Academia das Belas-Artes de Lisboa, cujos estudos iniciais principiariam com desenho, pintura, arquitetura, escultura e gravura³²³, estabelecida numa parte do Convento de São Francisco, integrando uma biblioteca específica de belas-artes, cujo recheio também deveria ser obtido nos depósitos dos extintos conventos (25 de outubro), tal como a melhoria da biblioteca da Escola Cirúrgica de Lisboa, que se ordenava fosse feita à conta desses depósitos (3 de novembro); a nomeação de professores e empregados da Academia de Belas-Artes (25 de outubro); já durante a vigência da segunda ditadura do governo setembrista, a necessidade de pagamento aos professores das cadeiras públicas na Horta, Açores (11 de novembro); a criação de um Conservatório de Artes e Ofícios, para instrução prática dos artistas, por meio da imitação, sobre os processos industriais e com a organização de um depósito de máquinas, modelos, desenhos e livros sobre artes e ofícios (18 de novembro); a criação da Academia Portuense das Belas-Artes, para o estudo, difusão e aplicação das belas-artes às artes fabris, com as aulas, inicialmente previstas, de desenho histórico, pintura histórica, escultura, arquitetura civil e naval e gravura histórica (22 de novembro); a nomeação dos professores e empregados da mesma academia (3 de dezembro); o plano de estudos superiores da Universidade de Coimbra (5 de dezembro) e a nomeação da comissão para administrar o Depósito das Bibliotecas dos Conventos Extintos (30 de dezembro).

Tudo isto Almeida Garrett propunha que baixasse à Comissão de Instrução Pública das Cortes, na qual o deputado se sentava ao lado de um dos grandes responsáveis pela legislação publicada, José Alexandre de Campos, para que a comissão propusesse “umas bases simples e curtas” à vista das quais “se vão vendo e examinando essas

³²³ A que correspondiam as aulas de desenho de história; pintura de história; pintura de paisagem e de produtos naturais; arquitetura civil; escultura; gravura de história; gravura de paisagem; gravura de cunhos e medalhas

medidas parciais e descobrindo-se os pontos onde devem ser colocadas”³²⁴. As questões da instrução pública eram observadas, como as demais de toda a administração, em ambiente crispado – já que permanecia sobre a mesa a discussão sobre a natureza dos diplomas aprovados em ditadura (seriam mesmo leis?), a forma de os rever e a forma de os suspender –, e porque o exercício legislativo realizado em ditadura tinha sido massivo. “Legislaram sobre *tudo*; e finalmente resolveram o sistema de fazenda, o administrativo e o judicial em todas as suas partes!”³²⁵. Em maio de 1837 um deputado afirmava que a Constituinte deveria legislar sobre as bases da instrução pública antes de ser dissolvida³²⁶ mas o magno assunto da instrução não voltou às Cortes como tema de discussão nesses moldes e uma lei geral que regulasse a educação e instrução públicas no território da monarquia portuguesa continuou por apresentar. Se Almeida Garrett não vislumbrava as bases de um plano geral por entre a exuberância legislativa do setembrismo, as Cortes muito menos tendiam a reconhecer que esse esforço merecia ser prosseguido em toda a sua extensão.

COMBATE PELA INSTRUÇÃO PRIMÁRIA

No início de 1840 constatava-se que a instrução secundária não tinha tido progressos desde a anterior legislação e quase nada que dissesse respeito às determinações do decreto de 17 de novembro de 1836 tinha tido provimento, com exceção da nomeação dos professores para os liceus de Lisboa e de Coimbra e da criação do Liceu do Funchal, do funcionamento das academias de Belas-Artes de Lisboa e do Porto que, somadas, tinham 300 alunos por esta altura, e do Conservatório Geral da Arte Dramática, com os seus 154 alunos.

Num processo moroso encontrava-se a Academia Portuense de Belas-Artes, à qual estava destinada uma parte do extinto Convento de Santo António. A insuficiência das escolas antigas, prévias à reforma da instrução de 1836, e a falta de execução das medidas de Passos Manuel levava o Conselho Geral Diretor do Ensino Primário e

³²⁴ João Baptista da Silva Leitão de Almeida Garrett, Cortes Gerais, Extraordinárias e Constituintes da Nação Portuguesa, ata de 1837-2-17, diário número 23, p.366

³²⁵ Alberto Carlos Sequeira de Faria, Cortes Gerais, Extraordinárias e Constituintes da Nação Portuguesa, ata de 1837-4-1, diário número 57, p.189

³²⁶ “Não querei que este Congresso se dissolva sem que sobre este objeto de instrução pública estabeleça bases fixas e duradouras” (João Alberto Pereira de Azevedo, Cortes Gerais, Extraordinárias e Constituintes da Nação Portuguesa, ata de 1837-5-8, diário número 85, p.230)

Secundário³²⁷ a afirmar que não que era necessário trabalhar para executar a letra da lei mas sim que “o plano de estudos e o número de liceus adoptado pelo referido decreto não estão em harmonia com as circunstâncias do país nem com as verdadeiras necessidades dos povos” e que o novo sistema não oferecia aos alunos do recém-criado ensino médio “interesses imediatos”, a não ser os interesses daqueles que quisessem seguir para os estudos superiores ou, de algum modo, aprofundar os conhecimentos em ciências e em artes, o que significaria ter os liceus às moscas³²⁸. No Parlamento, o ministro do Reino, Rodrigo da Fonseca Magalhães, fazia eco da posição do Conselho Geral Diretor do Ensino Primário e Secundário que, a par da defesa de nova reforma na instrução secundária, defendia a necessidade de “dar o conveniente impulso ao ensino primário”, o que se sabia ter grande repercussão entre muitos deputados que repetiam à exaustão a ideia de que o edifício da instrução deveria ser bem construído a partir do ensino elementar para só então os deputados se dignarem pensar em outros graus.

A maior parte das escolas normais de ensino mútuo abertas nas capitais de distrito não tinham tido concorrentes e a instalação de algumas enfrentava a falta de edifícios para o efeito. As que funcionavam tinham de “lutar contra a rotina e hábitos inveterados”³²⁹. No início dos anos 40 do século XIX haveria no reino cerca de mil escolas com ensino primário elementar, fazendo-se notar que 120 estavam vagas por falta de pretendentes. A esmagadora maioria (963, na contabilidade do ministro do Reino) destinavam-se aos meninos e uma ínfima minoria de cerca de quatro dezenas às meninas. No ano letivo de 1838-39 teria havido 28.753 crianças a frequentar aulas nestas escolas. Em meados de 1839 tinha-se determinado a criação de cem novas cadeiras de instrução primária, que começavam a ser lentamente instaladas em algumas povoações do reino³³⁰. Se as dúvidas e impossibilidades de concretização das leis levavam a retificações constantes, os fins por que se prosseguiram uma instrução pública eram inabaláveis quanto ao seu valor social de acatamento: “um sistema bem combinado de educação nacional é o mais poderoso elemento da ordem e da prosperidade pública, assim como é a mais segura garantia de obediência às leis e do cumprimento de todos e quaisquer deveres sociais”³³¹. Justamente, o governo lamentava que esse sistema de obediência não fosse ainda suficientemente obedecido: “Senhores, eu estou convencido que a multiplicação

³²⁷ Órgão de superintendência que substituiu a Junta da Diretoria dos Estudos, instituído em 15 de novembro de 1836

³²⁸ Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1840-1-17, diário número 13, p.55

³²⁹ Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1839-2-26, diário número 44, p.413

³³⁰ Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1840-1-17, diário número 13, pp.54-55

³³¹ *Ibidem*, p.54

destas escolas será sempre menos proveitosa (...) se os pais não forem entretanto suavemente compelidos a mandar instruir seus filhos”³³². Se é certo que as medidas legislativas de Passos Manuel foram combatidas, as reformas posteriores eram feitas a partir da sua base e os textos seguintes referiam-se-lhes sempre.

Sob os vaticínios do melhoramento da condição do ensino, Rodrigo da Fonseca Magalhães apresentou às Cortes duas propostas de lei para a reforma da instrução primária e da instrução secundária. Esta última compreendia liceus nas quatro cidades portuguesas continentais mais importantes, Lisboa, Porto, Coimbra e Évora, e não em 17 capitais de distrito. Os liceus de Lisboa e do Porto ofereciam dois cursos com a duração de três anos. Em Lisboa esse curso regular de três anos compunha-se das disciplinas e cadeiras de teologia, gramática geral e lógica; princípios de ontologia, psicologia, teologia natural e princípios de moral universal; geografia, cronologia e história; aritmética e princípios de álgebra, de geometria, de trigonometria plana e de desenho; oratória, poética e literatura clássica, sendo as línguas francesa e latina preparatórias do curso.

No Porto o curso incluía geografia, cronologia e história; aritmética e princípios de álgebra, de geometria, de trigonometria plana e de desenho; e comércio, sendo o francês a língua preparatória³³³. Em relação à lista de disciplinas e cadeiras do curso dos liceus de Passos Manuel verificava-se a exclusão, no plano de estudos, dos princípios de história natural e dos princípios de física, química e mecânica e a inclusão de estudos de

³³² Rodrigo da Fonseca Magalhães, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1839-2-26, diário número 44, p.413

³³³ O curso do liceu de Lisboa constava das seguintes onze disciplinas e cadeiras: 1.^a Língua portuguesa e latina; 2.^a Línguas francesa e inglesa; 3.^a Língua alemã; 4.^a Língua grega; 5.^a Língua árabe; 6.^a Teologia, gramática geral e lógica; e princípios de ontologia, psicologia, teologia natural e princípios de moral universal; 7.^a Geografia, principalmente a comercial, cronologia e história; 8.^a Aritmética e princípios de álgebra, de geometria, de trigonometria plana e de desenho; 9.^a Comércio, em todos os seus ramos teóricos e práticos, como escrituração mercantil, letras de câmbios, seguros, comissões, pesos e medidas, etc.; 10.^a Oratória, poética e literatura clássica, principalmente a portuguesa; 11.^a Diplomática e paleografia.

Já o curso de liceu do Porto tinha menos quatro disciplinas: árabe, diplomática e paleografia; comércio; aritmética e princípios de álgebra, de geometria, de trigonometria plana e de desenho, admitindo-se que a supressão destas últimas duas eram compensadas com a existência das suas correlativas na Academia politécnica do Porto. Em Coimbra, caíam as disciplinas de árabe; comércio; diplomática e paleografia; aritmética e princípios de álgebra, de geometria, de trigonometria plana e de desenho, sendo que esta última deveria ser disponibilizada na faculdade de matemática.

Em Évora, não haveria língua alemã, língua árabe, comércio e diplomática e paleografia. A instrução secundária compreendia seis conjuntos de objetos assim agregados: 1.º Ideologia, gramática geral e lógica; princípios de ontologia, psicologia, teologia natural e moral universal; 2.º Gramática e língua portuguesa; línguas antigas e modernas as mais universais; 3.º Aritmética e princípios gerais de geometria, de trigonometria plana e de desenho; 4.º Geografia, cronologia e história; 5.º Teorias e práticas comerciais mais frequentemente usadas; 6.º Oratória, poética e literatura clássica, especialmente a portuguesa (Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1840-7-20, diário número 40, pp.313-314)

comércio, de psicologia e das línguas alemã, grega e árabe. Além desse rearranjo, o novel curso dos liceus fazia distribuir disciplinas e cadeiras por três anos, quando anteriormente nada sobre o tempo de duração tinha ficado decidido. Esta reforma, preocupada basicamente em poupar dinheiro, criava ainda a possibilidade de os alunos frequentarem quatro cadeiras em distritos onde não houvesse liceus mas onde houvesse seminários. Com um número dos liceus drasticamente reduzido em relação à reforma pensada por Passos Manuel, a frequência dessas cadeiras era destinada quer a alunos externos quer aos seminaristas a preparar-se para a vida eclesiástica.

Apenas em locais onde não existissem seminários, as cadeiras seriam colocadas em edifícios nacionais, não se dizendo para já onde nem como. As quatro cadeiras eram as seguintes: 1.^a Língua portuguesa e latina; 2.^a Ideologia, gramática geral e lógica (a 3.^a cadeira dos liceus); 3.^a Geografia, etc., oratória, etc. (a 6.^a e 10.^a cadeiras dos liceus reunidas); 4.^a Aritmética (a 5.^a cadeira dos liceus). A preocupação em agregar cadeiras era manifesta não só nesta descrição como em outra determinação: a de que a aritmética seria estabelecida “nas povoações onde o governo o julgar conveniente” em conjunto com o ensino da geografia. Mais uma vez de forma difusa se dizia que se houvesse número suficiente de alunos, não sendo referido qual, podia estabelecer-se uma cadeira de gramática e língua latina nas antigas cabeças de comarca que não fossem capitais de distrito e “em outras povoações notáveis por sua população”, sobre as quais não se indicava o número mínimo de habitantes³³⁴. Assim que passassem três anos a contar da data inicial do funcionamento dos estabelecimentos, ninguém poderia ingressar nos empregos do Estado sem a frequência do curso liceal.

Deixando de fora os custos que teriam em cada um dos 22 liceus³³⁵ um jardim experimental de botânica, um laboratório químico e um gabinete com três divisões: física e mecânica; zoologia; e mineralogia, a proposta de Rodrigo da Fonseca Magalhães exibia orgulhosamente a redução em um terço dos custos do ensino médio em relação à reforma de 1836 mas não apresentava os empregos a que os alunos teriam acesso, o que levou o deputado Almeida Garrett a solicitar que o governo clarificasse a questão das habilitações. Embora o ministro do Reino considerasse essa questão um chamariz útil para chamar alunos às aulas do ensino médio, desse modo evidenciando a forma como os deputados viam os fins últimos da sua institucionalização na forma de

³³⁴ Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1840-7-20, diário número 40, p.314

³³⁵ Dois liceus em Lisboa, um no Porto, um em Coimbra, um em Évora, 13 nos restantes distritos administrativos do continente e quatro nas ilhas dos Açores e da Madeira

aceder ao emprego público, a determinação das habilitações não era para avançar naquele momento, já que o governo tinha em mãos um outro projeto regulamentar, para a execução de obras públicas.

PAPEL DOS MUNICÍPIOS

Sem grandes comprometimentos por parte do Estado quanto à execução das medidas, e sem mudanças nas disciplinas relativamente ao plano de 1836, Rodrigo da Fonseca Magalhães apresentou, igualmente, uma proposta de lei para a reforma da instrução primária. As escolas de ensino mútuo decretadas por Passos Manuel em 1836 nas capitais dos distritos administrativos, e que serviam como escolas de formação de professores, seriam “providas progressivamente sem tempo determinado”³³⁶, em função do estado do Tesouro Público e em função da existência de professores habilitados; em cada uma dessas escolas normais e de ensino mútuo, Passos Manuel tinha concebido a existência de um professor e de um ajudante, cabendo a este proporcionar aos adultos, que não pudessem comparecer durante o dia, a frequência de aulas noturnas.

A proposta de Fonseca Magalhães suspendia essa obrigação, assumindo que a *fantasia* de proletários poderem instruir-se roubando horas à sua condição teria de ficar pelo menos adiada; o governo forneceria os edifícios necessários para a instalação das escolas normais, os quais ficariam na posse dos respetivos professores, assumindo a responsabilidade pela sua boa conservação; os professores das escolas primárias de ensino simultâneo, com “cabal conhecimento do método de ensino mútuo”, poderiam receber uma gratificação anual, paga pelos municípios, por cada 10 alunos que frequentassem a sua escola durante um ano letivo, acima dos 60 alunos em Lisboa, Porto, Coimbra, Braga e Évora, acima de 40 nas outras cidades e vilas e acima de 25 nas aldeias do reino. Competia aos municípios três outras tarefas: multar os pais renitentes em enviar às escolas de ensino gratuito os filhos que tivessem de oito a 12 anos; onde não houvesse escolas do governo, nomear e pagar professores ou párocos que ensinassem a instrução primária, que não dependeriam de qualquer exame ou avaliação prévia; e assegurar a inspeção do ensino primário, mesmo que as escolas fossem de iniciativa governamental.

³³⁶ Rodrigo da Fonseca Magalhães, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1840-7-16, diário número 37, p.225

Em seis meses, a proposta de Rodrigo da Fonseca Magalhães era a segunda apresentada ao Parlamento para reformar a instrução primária. O grande vazio entre a educação da infância e a instrução secundária que supostamente teria resultado dos decretos de Passos Manuel e a necessidade de as classes industriais, lavradores, artistas, fabricantes, negociantes, poderem aceder a um ensino acomodado aos seus ofícios, dava corpo à primeira dessas propostas, que assim se ligava às necessidades de educação proletária. Era necessário proporcionar às classes populares, que não tinham tempo nem dinheiro, os meios de aperfeiçoarem os seus conhecimentos e o progresso das indústrias nacionais. “É pois indispensável pôr ao alcance da grande maioria dos indivíduos que compõem as classes industriais uma instrução que lhes permita igualarem ou excederem o progresso dos estrangeiros em todos os ramos da indústria”³³⁷.

A aritmética, a geometria, a mecânica aplicada às artes, a agricultura, a economia aplicada à indústria, a escrituração, o desenho linear e a geografia, antecidos das bases em leitura e escrita formariam uma parte do sistema de instrução primária, como estudos eminentemente práticos. Mas porque ao homem cumpria ser um ser moral e ao cidadão cuidar do sentimento estético, outra parte compunha-se de gramática, “estudos de reflexão”, canto, doutrina cristã e moral natural. Importava ao legislador que os estudos fossem dirigidos ao homem como cidadão, isto é, que os conhecimentos a adquirir não fossem assaltados por devaneios nem tivessem uma carga excessivamente sentenciosa, isto é, produtora de raciocínios não esperados: “o estudo da geografia, além do que tem de interessante, especialmente para o comércio, e igualmente a história, são estudos para o cidadão: neles hão de os adolescentes aprender o estado político da terra e as suas sucessivas revoluções; e aprenderão também a organização política do seu país com mais utilidade e segurança do que num dogmatismo estéril ou no produtor de devaneios”³³⁸. Uma influência mútua e rotativa transpiraria dos hábitos e ideias dos homens para as indústrias, das indústrias para a moral e dos estudos intelectuais e morais para o progresso industrial. Os exercícios de ginástica que faziam parte das matérias a ministrar não podiam destinar-se a uma sem-razão, ao arbítrio de uma vontade por definir ou à ideia da pura recreação. “A ginástica que nos convém e que devemos ensinar à mocidade é aquela que sendo própria para desenvolver a perfeição

³³⁷ José Tavares de Macedo, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1840-1-17, diário número 13, p.39

³³⁸ *Idem, ibidem*, p.40

física do homem é útil para o livrar de desgraças ou para lhe facilitar os atos da sua profissão”³³⁹.

Se a escola não tinha ainda assegurado, como instituição do Estado, nascente, instável e titubeante, as condições necessárias para que os pais pensassem em entregar-lhe as crianças nem tinha conquistado a ideia de que seria socialmente útil fazê-lo, seria preciso que o edifício escolar se construísse como prestável e vantajoso, para as classes sociais que não tinham tempo a desperdiçar. Ao fazê-lo sob esse signo da utilidade, imediatamente os deputados cindiram a aquisição de um saber útil aplicado ao trabalho, da construção de um outro saber destinado a aplicar-se em todos os parâmetros e medidas da vida, implicitamente reconhecendo que só este último se destinaria às classes elevadas e, portanto, subtraindo às classes trabalhadoras o *puro* desejo do saber, como se o desejo lhes não fosse destinado e como se nenhum conhecimento pudesse ser dispersado. Esta exclusão, tanto quanto a inclusão dos saberes que os deputados queriam que fossem adquiridos pelas classes industriais, estes dois movimentos que incluíam e excluía de um só lance, falavam ambos sob influência da utilidade, a mesma que dividia a instrução primária em dois cursos, um geral, outro industrial.

A instrução primária geral, que devia ensinar-se em todas as escolas existentes, compreendia a leitura, a escrita, as quatro operações matemáticas, gramática, corografia, doutrina cristã e ginástica. A instrução primária industrial, que seria ministrada apenas nas cidades e vilas do reino e somente em metade das escolas existentes em cada cidade ou vila se houvesse mais de uma escola, compreendia aritmética, geometria, mecânica aplicada às artes, noções de botânica e de agricultura, economia doméstica, economia industrial, escrituração e desenho linear. Estas escolas teriam terrenos anexos para o ensino prático da agricultura. A extensão das matérias, o método de as ensinar e o número de lições semanais eram atirados para posterior resolução do governo, que poderia considerar ministrar os seguintes objetos além dos já referidos: gramática teórica e prática; geografia geral; história geral; história de Portugal; história do Antigo e Novo Testamento; história da Igreja; moral natural; e canto.

³³⁹ *Idem, ibidem*

AS PROPOSTAS DE JOSÉ TAVARES DE MACEDO

O relatório do deputado José Tavares de Macedo que precedia o projeto de lei sobre a instrução primária explicitava a influência direta dos sistemas de instrução estrangeiros na sua confecção e invocava o conhecimento da realidade de outros países para fundamentar a proposta; punha em causa a aceitação geral do método do ensino mútuo; e atribuía à formação de professores uma parte relevante da proposta. Quanto ao primeiro ponto, a explicitação direta de outros sistemas de instrução, Itália, Dinamarca, Inglaterra, Suíça, Alemanha ou França tinham introduzido nos seus sistemas a geometria, a mecânica aplicada às artes ou as lições de agricultura; o deputado destacava o ensino da escrituração em estabelecimentos ingleses, as lições de agricultura, de filosofia moral, da música e da ginástica na Prússia, para além da popularidade da história e geografia e do desenho linear como condição de desenvolvimento das artes. A experiência colhida nos exemplos francês, prussiano e lombardo, entre outros, estava na origem da proposta de desenvolver a instrução primária em dois graus, um, a instrução primária geral, próximo de todo o lugar onde houvesse habitações no reino, do qual “ninguém deveria ser dispensado” e “só ficará privado quem absolutamente nada quisesse saber”; o outro, a instrução primária industrial, destinado às terras mais importantes, que “poderá ser aproveitado por todos mas que certamente o será por muito menor número”³⁴⁰.

Quanto ao segundo ponto, sobre o método a seguir, o deputado propunha a revogação da preeminência do método de ensino mútuo como o adotado para o ensino primário e acabava com as determinações do plano de Passos Manuel para a conversão de escolas de ensino simultâneo em ensino mútuo; para a colocação nas capitais de distrito de uma escola de ensino mútuo que seria, ao mesmo tempo, escola normal; e para o aumento de ordenado previsto para os professores das escolas de ensino simultâneo que pudessem providenciar, com os seus conhecimentos, o ensino mútuo. Ao deixar cair estas obrigações, não se recomendava outro método mas aquele que a experiência viesse a provar ser melhor. Sobre o terceiro ponto, a formação de professores, um desenvolvido curso para as escolas normais era proposto para ser realizado em três anos³⁴¹, pois o

³⁴⁰ *Idem, ibidem*

³⁴¹ O curso das escolas normais incluía: caligrafia; desenho linear; aritmética, geometria e mecânica aplicada às artes; elementos de botânica e de agricultura; produções dos três reinos da natureza em Portugal com aplicações nas indústrias e, em especial, na economia doméstica; geografia e história geral de Portugal; economia industrial e escrituração; instrução religiosa; filosofia moral, também chamada

melhor sistema de educação seria inteiramente inútil sem a existência de professores aptos e habilitados. Mas não só não se continuava a diligenciar para que houvesse escolas normais em cada capital de distrito, como exigiam as medidas de Passos Manuel, como se suspendia essa medida a favor da localização de uma escola normal no distrito de Lisboa e de outra num dos distritos do norte do reino quando o governo a entendesse propor às Cortes. Contudo, abria-se a possibilidade de os professores serem habilitados nos termos do decreto de 15 de novembro de 1836, isto é, através da realização de um exame público, até terem a possibilidade de serem formados pelas escolas normais. Apesar das suas referências internacionais, da sua tentativa de aplicabilidade prática e de se fundar na legislação nacional existente, o plano de José Tavares de Macedo para a instrução do povo não foi discutido nas Cortes.

A reforma de Passos Manuel nunca saiu do horizonte das discussões dos deputados e, por pouco que se concretizasse, constituiu-se numa aparição preferencial para o exercício crítico do estado da instrução. Num relatório apresentado às Cortes para propor o restabelecimento do ensino de língua portuguesa e latina no concelho de Vila Pouca de Aguiar, o deputado Domingos José de Sousa Magalhães apostrofou o plano dos liceus nacionais, afirmando que os habitantes das vilas e aldeias tinham ficado privados de um conjunto de cadeiras, especialmente de línguas, desde que o decreto de 17 de novembro de 1836 as tinha extinguido e concentrado quase todos os ramos de instrução secundária nas principais localidades. No caso da cadeira de língua portuguesa e latina, o deputado jurava que tinham ficado sem aulas uma centena de alunos, antes “atraídos pela salubridade do clima, pela falta de distrações e muito principalmente pela grande comodidade e economia que ali se encontra”³⁴², o que “em vez de generalizar uma instrução proveitosa, veio a entorpecer e a estagnar completamente o único meio que aqueles [habitantes] tinham de se instruir e habilitar, criando um monopólio odioso em favor das localidades políticas com notável prejuízo das outras terras do reino”³⁴³. Se existia a intenção desse monopólio, traduzido na criação de um liceu em cada capital distrital como tinha sido previsto em 1836, ele demorava a efetivar-se. Em meados de 1839, o deputado Barata Salgueiro constatava que dos 18 liceus previstos pelo diploma de Passos Manuel, as disponibilidades orçamentais tinham passado a considerar três

ciência dos deveres; ginástica e natação; noções de gramática geral e gramática portuguesa, teórica e prática; métodos de ensino; música (Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1840-1-17, diário número 13, pp.42-43)

³⁴² Domingos José de Sousa Magalhães, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1840-8-14, diário número 61, p.234

³⁴³ *Idem, ibidem*

(em Lisboa, Porto e Coimbra), enquanto se esperava que fossem designadas mais quatro localidades para organizar a instalação de outros tantos estabelecimentos liceais³⁴⁴.

No início de 1840, o próprio Passos Manuel questionava “o motivo que tem retardado o estabelecimento de liceus” e perguntava especificamente pela organização dos liceus do Porto, Braga, Viana e Bragança³⁴⁵. Além dos constrangimentos financeiros sempre referidos, uma outra questão parecia dificultar uma mais expedita afirmação da instrução secundária, a da localização dos liceus em edifícios adequados. “Não foi possível na cidade do Porto achar uma casa para colocar aquele estabelecimento literário”, lamentava o deputado Manuel Bento Rodrigues³⁴⁶. Com a ideia de instalar o Liceu de Braga, tinha viajado até àquela localidade um pequeno grupo de pessoas de que fazia parte o deputado António José Lopes Pereira Alheira, com a específica tarefa de observar as condições do Convento dos Congregados³⁴⁷, que deveria albergar também a biblioteca pública da cidade, aproveitando alguns dos milhares de volumes do património dos Congregados do Oratório. Quando chegaram, deram conta de que o espaço tinha sido ocupado pelo governo militar da província e que a instalação do liceu tinha ficado para as calendas. “Fomos encontrar o convento tornado uma colónia; a maior parte das salas convertidas em cozinhas e até uma perpendicular à biblioteca e os livros quase estragados”. Nas palavras de António José Lopes Alheira, “o interesse público foi sacrificado a mesquinhas considerações individuais pelas pessoas que estavam nesse momento alojadas comodamente no convento e não queriam de lá sair”³⁴⁸. “Uma das dificuldades é não haver casas”, sustentava José Estevão. “O Liceu de Lisboa para achar casa foi preciso duas freiras saírem do convento e arranjam-se lá com outras”³⁴⁹. Alguns deputados lembravam que uma relação de todos os bens nacionais existentes com os pedidos de ocupação para diversos fins lhes tinha sido prometida por diversas vezes.

Os requerimentos em catadupa que solicitavam a concessão de prédios para instalação de corporações davam uma ideia dos vários fins envolvidos nas transações e das

³⁴⁴ Manuel Antão Barata Salgueiro, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1839-4-27, diário número 89, p.269

³⁴⁵ Manuel da Silva Passos (Passos Manuel), Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1840-1-18, diário número 14, p.75

³⁴⁶ Manuel Bento Rodrigues da Silva, *ibidem*

³⁴⁷ O convento dos Congregados pertenceu à Congregação do Oratório ou Congregação de São Filipe de Néri

³⁴⁸ António José Lopes Pereira Alheira, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1840-1-18, diário número 14, p.76

³⁴⁹ José Estevão Coelho de Magalhães, *ibidem*, p.79

instituições implicadas no desdobramento das funções do Estado, na maior parte dos casos reaproveitando estruturas conventuais entretanto extintas. Os pedidos visavam a instalação de serviços públicos como cemitérios, prisões, edifícios camarários, hospitais e enfermarias e as concessões podiam ser de terrenos, de muralhas, de igrejas ou de partes de tudo isso. Por vezes, as concessões não se transformavam numa reutilização direta, como era o caso do pedido da câmara do Funchal para que passasse para a sua posse o convento dos Franciscanos da cidade, com a venda do qual a autarquia esperava substituir a “mal situada, insalubre e detestável” cadeia existente³⁵⁰.

O deputado Alberto Carlos afirmou que o governo deveria fornecer à Câmara dos Deputados uma lista dos edifícios que necessitasse e também dos que lhe fossem mais requisitados. “Com isto economiza-se muito o tempo e aquietam-se os povos, que andam numa carreira de aquisições”³⁵¹. A notícia da malograda tentativa de instalar o Liceu de Braga levava José Estevão a defender a pertinência de o governo chamar a si a decisão de todas as concessões “porque há alguns [edifícios] designados para certos fins que se não podem preencher e outros que não estão aplicados para coisa alguma e de que se pode tirar vantagens, aplicando-os para estes e outros fins úteis”³⁵².

³⁵⁰ Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1840-1-15, diário número 11, p.21.

Numa só sessão, os deputados tomavam conhecimento de que eram concedidos: à Câmara Municipal de Penalva, uma casa para instalação dos paços do concelho; à Câmara de Elvas, a tapada, o jardim e a igreja do extinto Convento de São Francisco para estabelecimento do cemitério público; à Câmara de Lamego, o Convento dos Gracianos para instalação da roda e hospício dos expostos; à Câmara de Setúbal, a cerca do Convento de São Domingos para cemitério público; à Câmara das Caldas da Rainha, um edifício para roda e hospício dos expostos; à Câmara de Portalegre, o edifício do Convento de Santa Maria para cadeia; à Câmara de Caminha, uma porção da cerca do Convento de Santo António que o governo julgasse suficiente para cemitério público; à Câmara de Condeixa-a-Nova, o extinto Convento de São Marcos com todos os seus pertences para instalar os Paços do Concelho; à Misericórdia de Lagos, a casa contígua ao edifício do hospital da Santa Casa para possibilitar o melhoramento das instalações hospitalares; à Câmara de Coimbra, a cerca e igreja do extinto Colégio de Tomar para instalar o cemitério público; ao Hospital de Silves, as casas que tinham sido pertença do padre Francisco José da Costa e a casa térrea que servia de celeiro; à Câmara de Castelo de Vide, o terreno denominado *Pangaio* e a igreja do extinto Convento de São Francisco para cemitério público; à Câmara de Odemira, a casa que servia de celeiro da extinta Patriarcal e o terreno anexo para construção do cemitério público; ao Hospital do Crato, o edifício e cerca do extinto Convento de Santo António para estabelecimento das enfermarias; à Câmara da Feira, a porção que o governo julgasse suficiente da cerca do extinto Convento dos Loios para cemitério público; à Câmara de Canelas, uma porção do terreno próximo ao adro da Igreja Patriarcal para cemitério público; à Junta de Paróquia da Vila do Cano, em Sousel, uma porção do terreno para o cemitério público; à Câmara de Penela, o edifício denominado *paço* para instalar os paços do concelho; à Câmara Municipal de São João de Areias, em Santa Comba Dão, a casa que servia de celeiro para recolher os frutos pertencentes à extinta Patriarcal para instalar os Paços do Concelho; à nova Academia Dramática de Coimbra, o edifício do extinto Colégio de São Paulo para estabelecimento de um teatro; à Câmara do Porto, a cerca do extinto Convento de Santo António (Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1839-7-3, diário número 141, pp.1300-1301)

³⁵¹ Alberto Carlos Cerqueira de Faria, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1839-3-6, diário número 51, p.492

³⁵² José Estevão Coelho de Magalhães, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1840-1-18, diário número 14, p.76

O PLANO DE CONCESSÃO DE IMÓVEIS

No mesmo sentido, o deputado Carlos Roma defendia que “é somente o governo que pode saber a precisão desses edifícios, informado pelos administradores gerais e seus subalternos. É preciso que o governo dê uma relação das casas que são necessárias para o serviço público, para por uma vez desempatarmos estas requisições”³⁵³. Em Aveiro, contava José Estevão, não havia uma casa onde a Câmara Municipal organizasse as suas sessões ou onde a administração do Estado se estabelecesse com decoro, sendo os assuntos públicos tratados numa morada particular cuja ocupação fazia o Estado dever sete anos de rendas; em Coimbra, segundo o seu testemunho pessoal, o juiz de direito fazia as audiências numa casa sem divisões para o próprio deliberar, para os advogados conferenciarem ou para as partes serem escutadas no processo. “Quando chegava o momento dele [juiz] tomar conhecimento do facto para pronunciar o seu juízo, diziam que iam lá para dentro, que era um canto da casa”³⁵⁴. O ex-ministro do Reino Silva Sanches também invocava uma história pessoal: “Quer V. Exa. e a Câmara saber um caso passado comigo quando ministro do Reino a respeito do ensino secundário? O governo estava pagando aos professores de instrução secundária sem terem aula, por não terem edifício, onde as pudessem estabelecer. (...) Disse ao administrador geral que sem perda de tempo me procurasse um edifício capaz para se estabelecerem as escolas de instrução secundária; contudo não foi possível arranjar-se coisa alguma”³⁵⁵. Se, sem dúvida, se manifestava a percepção da necessidade de o Estado ocupar edifícios para as suas funções ao mesmo tempo que muitos imóveis se arruinavam sem se destinar a coisa alguma, também os servidores do Estado tomavam decisões pouco informadas, originando dissipação de dinheiros. “O Estado está pagando grandes rendas de edifícios onde estão diversas repartições públicas”³⁵⁶.

O ministro interino da Fazenda, Manuel António de Carvalho, queixava-se da ausência de um plano de concessões estruturado e centralizado (“quando se tratou de conceder bens nacionais às autoridades que os requisitaram, não houve a regularidade que devia

³⁵³ Carlos Morato Roma, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1839-3-6, diário número 51, p.492

³⁵⁴ José Estevão Coelho de Magalhães, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1839-3-6, diário número 51, p.492

³⁵⁵ Júlio Gomes da Silva Sanches Machado da Rocha, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1839-3-6, diário número 51, p.493

³⁵⁶ *Idem, ibidem*

haver”)³⁵⁷ e da quantidade enorme de bens requisitados por intermédio de deputados em várias legislaturas, sobre os quais seria preciso ou deferir a pretensão dos requisitantes ou ordenar a venda. “Estes bens estão-se arruinando. Os administradores estão a pedir continuamente meios ao governo para os reedificarem mas o governo não tem meios para reedificar todos esses edifícios que estão já num estado de ruína considerável”³⁵⁸. O mesmo ministro referia a necessidade de não se fazerem concessões sem recolher informação, que demorava certamente mais de três meses a coligir. Muitas concessões tinham sido decididas casuisticamente³⁵⁹ e havia “edifícios requisitados por vinte ou trinta autoridades”³⁶⁰ pelo que Alberto Carlos Cerqueira de Faria pedia decisões: “É preciso uma resolução definitiva sobre a imensidade de requisições que há de diversas partes do reino; e convém decidir por uma vez tudo isso para não andarmos sempre aqui embaraçados com semelhantes negócios e para entregar esses bens a quem os repare e cuide da sua conservação”³⁶¹ e, nomeadamente, que se cumprisse o disposto na lei de venda dos bens nacionais quanto à existência de uma relação de exceções que deviam ser observadas por vários motivos: requisição de bens e edifícios destinados ao serviço público, em primeiro lugar; estabelecimentos de fomento das indústrias e artes; matas, pinhais e arvoredos cujo valor fosse considerado para plantações e sementeiras; instalações do Exército e Marinha; finalmente obras e edifícios de grande antiguidade que se constituíssem como monumentos históricos ou artísticos da nação. Passos Manuel pedia que se formasse uma comissão apenas com a tarefa de examinar as requisições de edifícios para tornar breves as decisões^{362 363}.

³⁵⁷ Manuel António de Carvalho, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1839-3-6, diário número 51, p.493

³⁵⁸ *Idem*, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1839-2-14, diário número 34, pp.260-261

³⁵⁹ *Idem*, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1839-3-6, diário número 51, p.493

³⁶⁰ *Idem, ibidem*

³⁶¹ Alberto Carlos Cerqueira de Faria, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1839-3-6, diário número 51, p.492

³⁶² Manuel da Silva Passos (Passos Manuel), Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1839-3-6, diário número 51, p.493

³⁶³ Em 1844 estavam constituídos cinco liceus (Lisboa, Porto, Coimbra, Évora e Braga), 16 em 1853 (Aveiro, Braga, Bragança, Castelo Branco, Coimbra, Évora, Faro, Leiria, Lisboa, Portalegre, Porto, Santarém, Vila Real e Viseu; e Angra e Funchal, nas Ilhas) (CSIP, 1854 [1853]: 183 e 1855 [1845]: 93). “É indispensável uniformizar-se o ensino em todas as escolas secundárias submetendo-se, por via do Conselho Superior, à soberana aprovação de Vossa Majestade os compêndios por onde haja de fazer-se o ensino; criar-se mestres” (CSIP, 1857 [1854]: 185). Na maior parte das localidades não há edifícios públicos, segundo dizia o relatório do Conselho referente a 1854, para contar que, quando os havia, só estorvos e dificuldades se antepunham, como era o caso do liceu de Viana, que o Conselho solicitava do governador civil uma solução que tardava.

MONUMENTOS COMO ADORNO DAS LEIS

A discussão sobre a realocização de um estabelecimento de ensino com as particularidades do Colégio Militar, tendo em vista o aumento do número de alunos, adequava-se, por razões ponderosas, a uma dessas requisições de que se faziam pródigos os deputados. Neste caso, uma requisição do Convento de Cristo, em Tomar, desde logo porque se tratava de um dos bens nacionais que o governo deveria conservar, pelo menos na opinião de alguns. Segundo o deputado Alexandre Tomás de Moraes Sarmiento, o modo de conservar o monumento seria ocupá-lo em permanência, até porque seria difícil equacionar a sua venda. Do ponto de vista educativo, se os cerca de cem pupilos do colégio ficassem longe das distrações da capital do reino haveria vantagens na concentração nos estudos. Ao mesmo tempo que o deputado relevava a reverência que o monumento lhe suscitava devido à sua carga histórica, fazia coincidir nessa reverência os princípios da honra que a preparação dos pupilos para a guerra obrigava a seguir.

Eis que a aquisição dos princípios de honra se podia fazer num ambiente em que a honra conquistada das figuras históricas dava o exemplo à mocidade; em que o brio dos

Em 1850, os liceus até então constituídos estavam todos em edifícios públicos, com exceção de Aveiro e de Vila Real (CSIP, 1856 [1851]: 208). Em 1859, declarava-se a falência de várias instalações liceais. “É para lamentar o estado material dos edifícios dos liceus de Lisboa, Porto, Bragança e Leiria, cujo melhoramento é da mais urgente necessidade; o de Lisboa em especial, colocado em casas acanhadas, desabrigadas e algumas em ruínas; o do Porto, reduzido apenas, e depois de muitos esforços, a duas aulas de uso próprio, uma comum com a academia politécnica, uma pobre secretaria e uma sala sem serviço, por estar desmantelada; o de Bragança no edifício de São Bento, que ameaça próxima ruína; e o de Leiria nas salas baixas e húmidas, ao rés-do-chão, do paço episcopal” (CSIP, 1860 [1858]: 330).

Os problemas de acomodação de alunos e professores não diziam só respeito à procura de edifícios, também respeitavam à perda de instalações já adquiridas. “Têm sido vendidas algumas casas pertencentes a bens nacionais e em que já estavam colocadas escolas públicas como por exemplo no distrito do Funchal (...). Sem as escolas estarem colocadas em edifícios públicos, a inspeção sobre a polícia e economia interna não pode ser eficaz” (CSIP, 1857 [1856]: 231).

A meio do século, em 1856, no ano a que respeita essa frase do Conselho Superior de Instrução Pública, dos 17 liceus existentes, cinco estavam em conventos (Lisboa, Braga, Aveiro, Vila Real e Bragança), quatro em seminários episcopais (Santarém, Viseu, Faro e Portalegre), um na Academia Politécnica (Porto), um nas salas do hospital da Universidade (Coimbra), um nas aulas gerais da antiga Universidade (Évora), um numa antiga Casa da Misericórdia (Castelo Branco), um numa casa cedida pelo bispo (Beja), um no piso térreo do Paço Episcopal (Leiria), um na sala do edifício do governo civil (Guarda) e um num palacete (Viana do Castelo) (Silva, 2002: 37).

Os primeiros edifícios construídos de raiz para o efeito foram em Aveiro (1860) e em Leiria (1894) e só no início do século XX se definiu um programa inicial de construções liceais, com a inauguração de edifícios em Faro, Setúbal e Lisboa (três liceus) (Nóvoa, Santa-Clara, 2003: 63). Era preciso ter em conta, também, o número residual de alunos do ensino secundário público: 1356 (em 1849/50), 2492 (em 1861/62), 3123 (em 1871/72), 3603 (em 1891/92) e 4347 (em 1901/02), não contabilizando os alunos que apenas se apresentavam a exame nem os alunos das chamadas escolas anexas aos liceus (os alunos de aulas existentes em paralelo com a existência dos estabelecimentos liceais) (Nóvoa, Santa-Clara, 2003: 28-29).

jovens candidatos a militares se conquistaria numa troca com as pedras vetustas; em que os jovens mancebos recebiam como primeiras impressões da vida os valores da história e estes como exemplo da sua própria conduta futura; em que os alunos deviam incorporar os grandes feitos passados como seus e honrá-los com novos grandes feitos; em que os grandes cometimentos deviam estar sempre no espírito dos jovens mas igualmente no dos legisladores, porque com as grandes ações se conservavam os costumes e com os costumes as leis; porque, efetivamente, os monumentos eram um aparato de conservação das leis existentes, um garante de que os poderes vigentes se poderiam manter; porque, em boa verdade, a conservação dos monumentos falava da conservação do poder por quem o detinha; porque falar da conservação dos monumentos era falar de algo conforme; porque, por mais pobre que a nação fosse, prevalecia o discurso da necessidade e manutenção de grandeza, sobretudo se fosse devolvida por alguém exterior à pátria, que não deixaria de considerar a história dos portugueses como maior, até, que a dos romanos antigos:

Lembrar-lhes-ia, pois, que o Convento de Tomar talvez pudesse servir para a colocação do Colégio Militar (...) Ora, o modo de conservar aquele edifício como monumento importante e, ao mesmo tempo, tirar partido da sua conservação, seria mudar para ali o colégio militar; assim ficava a mocidade que nele existe mais distante da capital e poderia dar mais atenção aos seus estudos. (...) A Ordem de Cristo é puramente portuguesa e por mais que o contrário se queira dizer, antepondo-se-lhes outras de criação mais moderna, é a primeira do reino e basta o nome do patrono para merecer respeito. O edifício de que falei é sumptuoso e tem todas as acomodações para o fim indicado; aproveitando-o, não se incorre em nova despesa ao mesmo tempo que o da Luz se pode vender com mais facilidade do que o de Tomar. (...) Tomar é um lugar de muita salubridade e muito abundante; o preço dos géneros é ali muito inferior ao de grande parte de Portugal; há-de pois haver menos gasto e mais fartura, conservando-se ao mesmo tempo um edifício de grandes recordações. Pode ser que isto em mim seja superstição mas confesso que não posso ver esses monumentos sem muita reverência e menos poderia deixar de concorrer só se na minha mão estivesse para que permanecessem respeitados sempre os sítios onde repousam as cinzas de um D. João de Castro, de um Albuquerque e de um D. Lopo Dias de Sousa e de tantos outros portugueses que ilustraram a pátria a que temos a honra de pertencer. (...) Na educação militar entram elementos mais numerosos do que em outra qualquer, por isso mesmo que a vida da guerra deve ter por base os princípios da honra; não é isto dizer que a honra seja alheia das outras classes da sociedade; mas para encarar a morte a sangue-frio é preciso haver muita honra. Nas idades em que um mancebo é destinado à educação, eis o tempo das primeiras impressões; e será bom que eles a tenham, desde pela manhã até que vão para a cama, de espécie tal que neles despertem princípios de brio; que estejam em lugares onde as mesmas pedras que pisam lhes estejam dando lições de amor da pátria. (...) Entretanto, parece-me que o local de Tomar é muito próprio para o colégio: primeiramente a meditação do templo traz ideias sempre primorosas. Ali existiram os Templários, que formavam uma ordem a qual, posto que acabasse

desgraçadamente, é um problema histórico que fosse ou não com justiça, posto que fosse com inaudita crueldade. Seguiu-se-lhe a milícia de Jesus Cristo que, como já disse, é Ordem verdadeiramente portuguesa, que produziu grandes heróis, dos quais a nós talvez nos não contassem todos os feitos, porque é privilégio da nação portuguesa admirar mais os estrangeiros; pois temos recordações e nomes como talvez nenhuma das nações da Europa: e lembra-me por esta ocasião o que diz um poeta que traduziu em inglês *Os Lusíadas* de Camões, quando em sua prefácio assevera que a história de Portugal se não é igual, tem lugares superiores à dos romanos. Portanto, conservar na geração presente estas ideias que nos fizeram grandes, parece-me que é um meio que pode conduzir às grandes ações e que deve entrar na mente do legislador formar assim os costumes porque sem eles não se conservam as leis (...) entretanto é inquestionável que o exemplo tem a maior força no coração da mocidade e que uma resenha das glórias do seu país e dos feitos de seus passados é como lições práticas de história portuguesa, dadas pelo meio que é mais profícuo quando se habita um lugar que é monumento de recordação nacional. (Alexandre Tomás de Morais Sarmiento, Câmara dos Dignos Pares do Reino, ata de 1835-3-24, diário número 36, pp.194-195)

Ideias de grandeza corriam a par da necessidade de venda dos bens nacionais e eram fluidos os sentimentos sobre que pedras aproveitar. O deputado Vasconcelos Mascarenhas dava conta do grande erro que havia em, sistematicamente, se anuir na venda das cercas e não dos conventos respectivos. Não porque devessem preservar-se mas porque “estes [conventos] estão quase caindo a pedaços por aí, sem acharem compradores”. O deputado tinha requerido que se não vendesse a cerca do Convento de Tomar, por ser o único ponto do distrito de Santarém onde se “poderia estabelecer uma escola prática de agricultura”³⁶⁴ mas a proposta não tinha caído bem nas forças do governo. “Não me parece que se deva intimar ao [*sic*] governo que não ponha à venda o convento e cerca dos cavaleiros de Cristo de Tomar. (...) Que algumas exceções se façam e se tenham feito a favor das câmaras municipais para o serviço público, convenio; ma agora estabelecer desde logo que ao governo seja vedado vender a cerca dos frades de Cristo porque se há-de tratar de estabelecer uma escola de agricultura naquele edifício, isto realmente é vago demais”, dizia o ministro dos negócios estrangeiros³⁶⁵.

Para o ministro da Fazenda de então, António José de Ávila, tinha ficado claro que havia prejuízo para as finanças em alimentar a demora na venda de alguns bens, demora que se fazia na sequência de pedidos de deputados, de câmaras e de outras organizações, porque se não vendiam e porque eles se deterioravam. “Pois que quer

³⁶⁴ José Maria de Vasconcelos Mascarenhas, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata 1841-10-21, diário número 159, p.189

³⁶⁵ Rodrigo da Fonseca Magalhães, *ibidem*, p.190

dizer o estar a Câmara todos os dias a mandar suspender a venda precisamente daqueles bens que se deviam vender? Pois a Câmara não vê que eu tenho separado da venda esses bens somente por deferência para com o corpo legislativo?”. Ávila considerava-se espantado por as Cortes terem acabado de aprovar um requerimento para impedir a venda do Convento da Cartuxa, em Évora. “Este convento esteve proposto à venda por 15 contos de réis, agora por oito contos; e daqui a um ano não valerá absolutamente nada”³⁶⁶. Rodrigo da Fonseca Magalhães afirmava ainda que o estabelecimento de uma escola agrícola, isoladamente e sem outras disposições, “sem a instrução pública do país estar em outro grau”, seria inútil. “Uma nação muito mais ilustrada do que nós não tem escolas de agricultura (ao menos que eu saiba) mas tem escolas de instrução primária e muito variadas”³⁶⁷. A necessidade da existência de uma escola agrícola era, pelo contrário, um ponto relevante da proposta de reforma da instrução pública assinada por António Bernardo da Costa Cabral. “É incompreensível como a primeira e a mais nacional de todas as artes tem ficado durante séculos abandonada a si mesma e ao mais cego empirismo”³⁶⁸. Práticas nocivas, rotinas absurdas, o exercício por indivíduos inabilitados faziam deste assunto “um objeto da maior necessidade e transcendência”. A escola agrícola, de carácter experimental, seria o centro irradiador de conhecimentos úteis e de melhores práticas em ligação a sociedades agrícolas distritais. Esperava-se que a generalização dos conhecimentos agronómicos pudesse, também, ajudar os proprietários a deixar de ignorar a arte da agricultura, assegurando os próprios o seu cultivo. A criação de um instituto agrícola tinha por objectivo principal “instruir o maior número possível de proprietários agricultores”³⁶⁹, num ensino ministrado em dois anos, ao longo dos quais os alunos teriam quatro cadeiras³⁷⁰.

CONQUISTAR A MORALIZAÇÃO DOS COSTUMES

A proposta de lei sobre a reforma da instrução primária e secundária de António Bernardo da Costa Cabral reconhecia, novamente, que o primeiro dever de um governo

³⁶⁶ António José de Ávila, *ibidem*, p.191

³⁶⁷ Rodrigo da Fonseca Magalhães, *ibidem*, p.193

³⁶⁸ António Bernardo da Costa Cabral, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1843-3-7, diário número 51, p.123

³⁶⁹ *Idem, ibidem*, p.124

³⁷⁰ Botânica e fisiologia vegetal e mecânica, física e química agrícolas (no primeiro ano); agricultura e economia rural e princípios de veterinária (no segundo ano) (*Idem, ibidem*, p.131)

seria o de difundir e aperfeiçoar a instrução pública. O legislador identificava desacertos cometidos nos sistemas que destinavam quase exclusivamente a educação aos funcionários públicos ou que a abandonavam à sorte dos cuidados familiares, como se fossem dois opostos de uma mesma enfermidade: “Em ambos os extremos há grande erro”³⁷¹. Falar de instrução, para os parlamentares, era falar de ordem e de justiça e de uma interdependência entre as forças governadas e as forças governativas. Ordem e justiça eram as duas forças maiores de uma administração que dependia, maximamente, da “moralidade e da instrução das diversas classes sociais”. Constava que, até agora, se tinha confiado a construção dos bons costumes a outras instâncias, aos cuidados paternos, à influência da religião e ao poder dos regulamentos policiais. Os deputados olhavam a instrução como determinadora da conquista do poder representativo das Cortes, em que instruir sem dúvida significava, em primeiro lugar, moralizar: “Desde o momento em que se fazem conhecer às sociedades os seus direitos, um único meio se apresenta para bem governar – é o de instruí-las e moralizá-las; só este meio pode acabar com essa anarquia moral, com esse estado provisório no meio do qual a nação se agitara por longo tempo sem poder organizar instituição alguma que não fosse logo ou desacreditada ou destruída, sem poder nada fundar de permanente e de sólido”³⁷². O antigo sistema de instrução do reino, segundo o relatório governamental que acompanhava a proposta de lei sobre a reforma da instrução primária e secundária, destinava-se a instruir os servidores do Estado e a deixar na ignorância os restantes cidadãos.

A instrução superior teria sido principalmente atendida para produzir teólogos e juristas, as duas principais profissões auxiliares da gestão governativa. A conservação de um sistema deste tipo seria apenas bem-vinda de duas formas: ou no regresso ao absolutismo ou na existência de democracia, igualmente obscurantista³⁷³. Devia mudar, portanto, a atenção dada aos graus de instrução e devia mudar o tipo de cidadãos que saíam das escolas. Se se preconizava mais atenção à “instrução elementar e industrial” ela não tinha a ver com a posse de um saber mas com a posse de um saber que tornasse os trabalhadores inteiramente mais eficazes. “É absolutamente preciso não dar uma tão

³⁷¹ António Bernardo da Costa Cabral, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1843-3-7, diário número 51, p.114

³⁷² *Idem, ibidem*

³⁷³ “Querer conservar este sistema da monarquia antiga e querer irmaná-lo com as tendências e precisões da monarquia nova seria um absurdo, seria querer mudar somente com palavras a índole e a constituição da sociedade – e com tais elementos era preciso esperar ou pelo retrocesso para o absolutismo ou por uma democracia insensata e feroz, sempre precursora do obscurantismo e da tirania. O sistema de instrução de que a atual sociedade carece é muito diverso deste.” (*Idem, ibidem*, p.115)

subida e quase exclusiva importância à instrução superior e dar maior consideração e latitude à instrução elementar e industrial, habilitando assim as classes produtoras para melhor produzir”³⁷⁴.

Na verdade, era na atenção dada ao sistema de instrução superior ou à instrução elementar e industrial que se vislumbrava a diferença entre um governo absolutista e um governo representativo, sendo o segundo representativo de uma consciência de participação ativa nos negócios que interessavam a todos, solidificada com as possibilidades de comparar, avaliar, adotar e rejeitar, competências que se ligavam, em última instância ao exercício do sufrágio, à comparação, avaliação, adesão ou rejeição dos cidadãos que se candidatassem ao Parlamento. Portanto, um sistema de instrução representativo da aquisição de um discernimento para exercer direitos, subsumidos à lei. “Mas os povos não carecem só de ser educados para poder exercer com discernimento os direitos e as funções a que são chamados pela lei – precisam também [de] instrução para saber obedecer e moralidade para se deixar governar – é então que as leis têm força, as autoridades prestígio e as instituições estabilidade”³⁷⁵. Mesmo em clima de anarquia, instalada em tempos de transformações políticas, quando as antigas crenças chocavam com as novas convicções e se percepcionava um afrouxamento nas relações sociais, atravessadas por um estado transitório em que as coisas já não eram o que costumavam ser mas também ainda não eram o que haveriam de ser, o governo dispunha de um poderoso meio de fazer reinar a ordem nessa desorganização momentânea e de um meio para conservar o ascendente que as instituições tinham de impor sobre a moral das pessoas, para que não faltasse sobre elas a sua autoridade. “Este meio é o de regenerar a população por um sistema de instrução pública que penetre todos os espíritos do espírito da época” por meio do qual “a população deve, por assim dizer, ser batizada e confirmada na nova fé política”³⁷⁶.

O governo entendeu considerar uma divisão entre instrução primária, secundária, industrial e superior ou profissional facultativa; julgava, contudo, que teria sido avisado e “mais acomodado à atual organização da sociedade e à natureza dos conhecimentos humanos” dividir a instrução entre elementar e nacional, que devia ser destinada a todos os indivíduos; e profissional e complementar, sendo esta “privativa de certas classes ou indivíduos”. Mas como não era possível desenvolver em todos os ramos a instrução

³⁷⁴ *Idem, ibidem*

³⁷⁵ *Idem, ibidem*

³⁷⁶ *Idem, ibidem*, p.116

profissional decidiu manter a divisão, que vinha de trás, dos três ramos de instrução (primária, secundária, superior) e adicionar-lhe o ramo da instrução industrial. Quer numa quer noutra denominações, que eram aliás fluídas e suficientemente inconstantes de acordo com o próprio relatório governamental, os ramos de instrução eram marcados por clivagens de classes, entendendo-se que nem tudo era para todos, que o ensino elementar era dirigido às classes trabalhadoras e que o ensino superior era dirigido ao alto exercício intelectual e que entre a base e o topo havia uma rarefação das possibilidades tanto mais evidente quanto mais próximo do topo se estivesse.

Nas escolas primárias é instruída a maioria dos cidadãos com aqueles conhecimentos que se reputam mais necessários para poderem dirigir-se em todos os atos da vida social. Nas escolas secundárias adquirem os cidadãos mais remediados um grande número de conhecimentos que devem servir-lhes de grandes auxiliares nos misteres e indústrias a que se determinarem, cultivando por outro lado a razão e aplanando a estrada dos estudos mais elevados. A instrução elementar é ou deve ser para todos; a intermédia somente para as classes de uma certa abastança social. (António Bernardo da Costa Cabral, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1843-3-7, diário número 51, p.121)

Esta reforma da instrução sugeria uma concentração de energias na instrução elementar e uma generalização da instrução industrial entre as classes laboriosas para que o trabalho se tornasse mais acertado, inteligente e produtivo. No que respeitava à instrução primária, o elenco dos objetos desta vez não se traduzia numa promessa inicial da sua disponibilização mas do contrário: de se olhar para esses objetos como olhariam “os homens competentes” e imediatamente assumir, por não ser possível estabelecer tantos, quais deles deveriam merecer preferência. A base dos estudos incluía ler e escrever; ginástica e noções de higiene; gramática da língua portuguesa; instrução moral e religiosa; geografia e história; aritmética e geometria com aplicações à indústria, botânica e agricultura; noções de história natural; economia industrial; escrituração; e desenho linear.

CONVERTER PEDRAS EM HOMENS

O governo assinalava serem muito pouco ou quase nada ensinados a gramática portuguesa, a história, a geografia e o desenho linear mas a preferência recairia em três objetos pela aplicação nas indústrias e pelo auxílio na contabilidade das atividades

agrícolas, comerciais e manufatureiras: a aritmética, a escrituração e a geometria aplicada à indústria. A instrução primária era dividida em dois graus – com alguma semelhança com a proposta de José Tavares de Macedo, que tinha dividido a instrução primária em geral e em industrial – sendo os objetos do primeiro a base destes estudos elementares, destinado a todos os meninos e que deviam estar disponíveis em todas as povoações; os objetos do segundo eram destinados a crianças mais velhas, que já podiam deslocar-se para maiores distâncias e “basta que sejam ensinados em menor número de lugares (...) e porventura não será necessário que a eles se apliquem com a continuidade indispensável nos estudos dos primeiros”, pois seria de esperar que a interferência dos trabalhos que as crianças eram obrigadas a realizar para ajudar as famílias retirasse alunos às escolas de grau superior. Para que esta lógica de uma certa rarefação de possibilidades funcionasse, os legisladores necessitaram imaginar que cada um dos dois graus era suficientemente completo, autónomo e destacado do outro³⁷⁷. Aos professores reconhecer-se-ia a capacidade de formar cidadãos no mais anódino e inóspito dos seres, como um deputado descrevia ser a condição dos alunos frequentadores da instrução infantil e a existência neles de uma rudeza só comparável à sua proveniência, estranha a qualquer civilização.

“O professor de instrução primária converteu um bocado de pedra ou um bocado de pau num homem; um serrenho que desce as montanhas e vem para a escola primária não dista da animalidade coisa alguma; eu tenho conhecido alguns que realmente distam mais de uma criatura humana do que de uma alimária”³⁷⁸. Os deputados entendiam que a classe dos professores pertencia às quatro classes da sociedade com “empregos inamovíveis”³⁷⁹ juntamente com militares, juízes e párocos, isto é, aquelas classes que não dependiam da vontade do governo para lhes retirar o emprego e que devia gozar de “independência, estabilidade e exata disciplina”, de forma a que a sua vida profissional fosse insensível “ao furor das facções e partidos” e, logo, às “teorias perniciosas e

³⁷⁷ O primeiro grau da instrução primária compreendia: ler, escrever e contar; princípios gerais de moral, doutrina cristã e civilidade; exercícios gramaticais; corografia e história portuguesa. O segundo grau, além dos objetos do primeiro grau, abrangia: gramática portuguesa; desenho linear; geografia e história geral; história sagrada do Antigo e do Novo Testamento; aritmética e geometria com aplicação à indústria; escrituração (António Bernardo da Costa Cabral, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1843-3-7, diário número 51, p.126)

³⁷⁸ Alexandre Herculano de Carvalho e Araújo, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1840-8-11, diário número 58, p.176

³⁷⁹ Isidro Barbosa da Silva Chaves, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1840-7-11, diário número 33, p.157

subversivas da ordem pública”³⁸⁰. A prerrogativa da inamovibilidade pressupunha um enfrentamento de toda a perturbação da ordem e os professores, os padres, os militares e os juizes pertenciam a carreiras altamente hierarquizadas que podiam cumprir esse papel social ordenador, fundamental para suportar o sistema liberal parlamentar³⁸¹. A justiça de uma adequada retribuição dos professores deparava-se continuamente, apesar de todas aquelas razões ponderosas, com as dificuldades do Tesouro Público. Os deputados reconheciam que a remuneração contribuiria para que a classe assumisse a importância dos vastos deveres de que a nação a incumbia: os serviços valiosos da moralização e da instrução do povo, da tranquilidade das famílias, da paz pública e da defesa dos interesses materiais do país. Ainda assim, e apesar de as escolas normais deverem ser “o centro de toda a luz da instrução primária”³⁸², os constrangimentos financeiros levavam o Parlamento a não fixar um plano para a sua disseminação pelo país e a declarações cautelosas e nada comprometedoras. “Qual seja o número necessário das escolas normais é o que o governo não ousa indicar, só a experiência o pode ensinar”³⁸³. A prudência obrigava a fixar apenas uma escola normal, para a qual o governo definia um local, o Convento de São Jerónimo em Belém, para a sua instalação, junto da Casa Pia.

As crianças desamparadas e órfãs da Casa Pia tinham passado para Belém em 1833, tendo ficado explícita a necessidade de assegurar a conservação da igreja do convento ali existente não só para os ofícios a que deviam assistir os alunos mas também para funcionar como paróquia do bairro de Belém e ficando assegurada a reutilização da cerca conventual para recreio dos alunos e para cultivo, único património do antigo convento secularizado que não integrava automaticamente os bens nacionais. A Casa Pia da cidade de Lisboa tinha previsto, pelo seu regulamento de 1835, acolher um número ideal de mil alunos (600 rapazes, 400 raparigas), que teriam cuidados de saúde, vestuário, três refeições por dia e ensino, pelo método mútuo, das primeiras letras, de

³⁸⁰ Rodrigo da Fonseca Magalhães, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1840-7-11, diário número 33, p.168

³⁸¹ “Senhor presidente, apesar da importância da matéria de que o Parlamento vai ocupar-se ajudado de todos os trabalhos de outros parlamentos e de outros ministérios, porque desde a Restauração não tem havido um só ministério ou parlamento que não tenha tomado em grande contemplação a instrução do país, pelo que são dignos de muitíssimos louvores; apesar, digo, da importância e gravidade do assunto, pela grande influência que ele tem na fortuna do país e na manutenção das nossas instituições liberais, é força concordarmos que este objecto é já hoje um dos mais familiares a todos os membros do corpo legislativo” (Rodrigo da Fonseca Magalhães, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1843-5-6, diário número 105, p.110)

³⁸² António Bernardo da Costa Cabral, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1843-3-7, diário número 51, p.118

³⁸³ *Idem, ibidem*

doutrina cristã e das aulas de latim, inglês, francês, grego, filosofia, retórica, pintura, música e declamação³⁸⁴. Os alunos poderiam frequentar, também, oficinas de alfaiataria, sapataria, carpintaria, ferraria e latoaria. Entre esse milhar de órfãos, o governo esperava ver evoluir os futuros professores, num local onde podiam viver fazendo pouca despesa, comendo com os desvalidos, não estando isolados do mundo e aprendendo a viver apartados da ostentação: “Ao mesmo tempo que é conveniente que [as escolas normais] não estejam em povoações muito pequenas, é de grande importância desviar o espetáculo de luxo da vista de mancebos que se educam para uma emprego de tenuíssima retribuição”³⁸⁵ e que educariam futuros destinatários de empregos que o Estado pagava muito melhor.

Dupla contrição de uma profissão que os parlamentares comparavam ao sacerdócio: os professores, eles próprios oriundos de classes pouco abastadas, deviam aprender a ensinar preferencialmente na companhia das mais abandonadas das criaturas, exercitando no meio das histórias de desamparos e dificuldades o apuro das faculdades intelectuais; entre os próprios órfãos, potenciais mestres encontrariam certamente a sua vocação, uns e outros não reclamando no futuro mais posição social. A manutenção dos salários baixos e a equiparação à vida religiosa, por um lado, e a resignação acompanhada de saber, ou melhor, a resignação como outra forma de exercitar o saber, por outro, configuravam uma intenção programática que os deputados ofereciam aos normalistas, ao mesmo tempo que não fixavam nenhum regulamento para a criação de uma escola normal que só a experiência, segundo diziam, poderia produzir:

A natureza do estabelecimento [Convento de Belém], o espetáculo de uma população geralmente de fortuna decadente são circunstâncias próprias para inspirar resignação a um estado tão pouco brilhante, posto que digno de gratidão universal. Os alunos poderão ali viver com muito pouca despesa pela comodidade que se lhes deverá facultar de habitar no edificio e comerem juntamente com os alunos da Casa Pia. Alguns destes sentir-se-ão com vocação para o magistério e até ambicionarão este modo de vida, alcançando-se assim mais facilmente o número necessário de indivíduos habilitados para o professorado.

Para alunos da escola [normal] não se deve esperar que concorram indivíduos das classes abastadas. Hoje geralmente os professores de instrução primária ou são homens de fortuna decadente ou pessoas a quem a dificuldade das

³⁸⁴ Para as meninas, além das primeiras letras e da doutrina cristã, haveria instrução de todos os trabalhos de agulha (costurar, bordar, marcar), desenho, música, cozinhar, lavar e engomar roupa branca (Regulamento da Casa Pia desta capital, *Coleção de leis e outros documentos publicados desde 15 de agosto de 1834 até 31 de dezembro de 1835. IV série*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1837, p.152)

³⁸⁵ António Bernardo da Costa Cabral, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1843-3-7, diário número 51, p.118

circunstâncias não permitiu seguir carreira mais brilhante e rendosa. Os alunos da escola normal não hão-de provavelmente sair das classes mais remediadas. Todavia é mui fácil encontrar nas condições humildes mancebos sem esperança de fortuna e, ao mesmo tempo pela sua boa inteligência e são costumes, dignos do respeitável sacerdócio da instrução da mocidade. (...) Convém finalmente que [os professores] se persuadam de que ao seu ministério só pode equiparar-se o ministério paroquial; que estes dois sacerdócios são igualmente elevados e respeitáveis, ambos se propõem o mesmo fim, o melhoramento moral e intelectual da sociedade, ambos se propõem o mesmo objeto, o da felicidade do homem. (António Bernardo da Costa Cabral, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1843-3-7, diário número 51, pp.118-119)

O desvelo pela ordem não teria medida curta e a mais pequena “desordem de costumes” ou falta de aplicação de alunos normalistas devia ser punida com expulsão. Os professores ocupavam uma posição-chave para conseguirem contribuir para a paz pública e deviam ver a sua profissão como altamente relevante; ao mesmo tempo, perceberiam que se encontravam num lugar socialmente modesto. Só parecia possível que assim se conformassem se o ensino ganhasse um caráter de sacerdócio, como a instrução seria para os destinatários uma outra religião. Não pode deixar de ser relevante que uma das profissões que mais contribuiriam para o sossego público fosse comparada ao sacerdócio, cujos membros tinham sido combatidos de forma violenta quando se tratou de os despojar dos seus bens e de garantir a constitucionalidade dos novos senhores do poder. O velho mundo de matriz clerical, tão combatido pelos primeiros deputados da nação e objeto de uma ação destrutiva em relação à sua coesão social, misturava-se-lhe, afinal, com uma certa harmonia e o irreprimível mundo das distâncias sociais transmutava-se nas novas hierarquias.

INTERESSE DAS CARREIRAS PÚBLICAS

Para exercer, os professores precisavam de submeter-se a um concurso público mas as câmaras municipais e as juntas de paróquia tinham a faculdade de poder pagar a párocos e outros indivíduos que pudessem assegurar o ensino primário nas freguesias, sendo-lhes exigido tão-somente “a notoriedade da aptidão”³⁸⁶. Os alunos deviam frequentar a instrução primária dos sete aos 10 anos. Os pais ou tutores poderiam dispensar as crianças de ir à escola se se encontrassem numa situação de excessiva pobreza ou

³⁸⁶ “A notoriedade da aptidão será suficiente habilitação literária para estes professores” (Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1843-3-7, diário número 51, p.126)

apenas mandá-los a uma das lições diárias se o trabalho dos meninos fosse muito importante para a economia familiar. Uma forma de as famílias pensarem se seria vantajoso mandar à escola os meninos fazia-se com a determinação de que, três após a publicação da lei, seriam preferidos para o recrutamento do Exército e da Armada os indivíduos que não soubessem ler nem escrever. A reforma da instrução secundária retomava a promessa de Passos Manuel de estabelecer um liceu em cada capital distrital e assegurava um grupo nuclear de seis cadeiras ao curso dos liceus³⁸⁷; a este núcleo juntavam-se outros objetos cuja disponibilização variava conforme o liceu mas que nos liceus principais desenvolvia, essencialmente, o estudo das línguas.

No Liceu de Lisboa, as línguas grega, hebraica, francesa e inglesa, alemã e árabe; e a cadeira de comércio; no Liceu de Coimbra, as mesmas, com exceção do árabe; no Liceu do Porto, línguas grega; francesa e inglesa; economia industrial e escrituração.

Finalmente, deixava-se em aberto a possibilidade de o governo estabelecer um conjunto de disciplinas, onde e quando entendesse pertinentes; e fixava-se a existência de cadeiras de latim e de cursos de dois anos de aritmética e geometria aplicada à indústria, de filosofia racional e de direito natural nas 120 povoações maiores em que não houvesse liceus. No primeiro caso, poderiam ser criadas as disciplinas de introdução à história natural dos três reinos, com aplicações à indústria e noções de física; economia industrial e escrituração; química aplicada às artes; agricultura e economia rural; mecânica industrial; e línguas francesa e inglesa. A instrução secundária pressupunha a existência de carreiras públicas porque era do interesse do Estado que os seus funcionários fossem mais aptos; e era do interesse da juventude estudiosa encontrar “uma justa e condigna remuneração das árduas fadigas a que se devotara para cultivar o seu espírito”³⁸⁸. O curso dos liceus seria considerado como preferência para certos cargos públicos, embora não se definisse uma lei geral de habilitações.

No regulamento provisório do ensino primário apresentado às Cortes em 25 de janeiro de 1836, o método de ensino devia inspirar às crianças “em tudo o amor da ordem, a obediência às leis e aos seus superiores” e também a regularidade, decência e decoro de

³⁸⁷ O curso dos liceus compreendia: 1.ª Gramática portuguesa e latina; 2.ª latinidade; 3.ª aritmética e geometria com aplicações às artes e primeiras noções de álgebra; 4.ª filosofia racional e moral e princípios de direito natural; 5.ª oratória, poética e literatura clássica, especialmente a portuguesa; 6.ª história, cronologia e geografia, especialmente a comercial (Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1843-3-7, diário número 51, p.128)

³⁸⁸ Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1843-3-7, diário número 51, p.122

palavras, gestos e ações³⁸⁹; nas explicações do projeto de lei para a instrução primária, apresentado a 17 de janeiro de 1840, o deputado José Tavares de Macedo requeria o estudo da moral natural “para que se aprenda a conhecer a harmonia da razão e da religião e para se saber que a razão impõe deveres e que há uma moralidade eterna que a natureza depôs no coração do homem”³⁹⁰; o preâmbulo da proposta de lei sobre a reforma da instrução primária e secundária levada ao Parlamento por Costa Cabral em 7 de março de 1843 afirmava ser “da ordem e da justiça que manam a força das administrações e a prosperidade dos administrados”, para concluir que elas estavam dependentes quase inteiramente da “moralidade e instrução das diversas classes sociais”; e para desenvolver a ideia de que estava em causa não só a instrução das gentes mas a sua educação, num sistema que o legislador devia conceber para desenvolver a inteligência, produzir uma boa constituição física, dirigir a aplicação e fomentar os bons costumes³⁹¹.

Os deputados afirmavam que se não houvesse uma harmonia de funcionamento entre o sistema de instrução e o sistema político, era este último que ficaria “inseguro e minado nos seus fundamentos” e se os funcionários não fossem devidamente formados para o desempenho de trabalhos públicos, através da instrução recebida, era o regime representativo que seria ferido de um “vício constitutivo e originário”³⁹². Os povos deviam ser educados para exercer com discernimento os direitos e exercer as funções que lhes caberiam por lei e, portanto, a educação era um espelho da cidadania e do reconhecimento dos poderes existentes, desde os governos municipais aos administradores da justiça; mas os povos mais do que ser educados deviam ser instruídos, pois a instrução habitava o ponto crítico da aprendizagem da obediência e, decorrendo dela, da força das leis, do prestígio das autoridades e da estabilidade das instituições. Dessa forma, educação e instrução, fariam funcionar as leis com “energia, acerto e clareza”. A proposta de lei referia que não devia dar-se à instrução superior tanta importância como teria tido anteriormente, ela devia centrar-se na instrução primária e industrial, visto serem o trabalho e a indústria o “grande elemento da

³⁸⁹ Luís da Silva Mouzinhos de Albuquerque, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1836-1-25, diário número 18, p.209

³⁹⁰ José Tavares de Macedo, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1840-1-17, diário número 13, p.40

³⁹¹ António Bernardo da Costa Cabral, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1843-3-7, diário número 51, p.114

³⁹² *Idem, ibidem*, p.115

civilização e da riqueza das nações”³⁹³. Em suma, a preparação de uma classe da população para funções específicas de administração, por um lado, e para os trabalhos da indústria, por outro, para a qualificação do exercício de funções públicas e para a qualificação dos trabalhos que trouxessem riqueza industrial à nação habilitando as classes capazes de produzir, eram os dois polos em que a reforma de António Bernardo da Costa Cabral se apoiava para demonstrar a necessidade de se conceber um corte com as reformas de instrução anteriores e mesmo com a permanência de factores que se conotavam com a monarquia antiga, com um certo obscurantismo e ensimesmamento que uma sociedade de Antigo Regime que privilegiava teólogos e juristas como os grandes auxiliares dos poderes reais carregava.

UMA AUTORREGULAÇÃO DAS CLASSES SOCIAIS

Os reformadores da instrução estavam a pensar, por exemplo, na administração municipal ou na administração da justiça como corpo independente dos outros poderes, aos quais não era possível aceder sem conhecimentos básicos. “É preciso formar a intelectualidade nacional para o desempenho das funções públicas, a que é chamada no regime representativo, de outro modo este regime há de necessariamente ser afectado de um vício constitutivo e originário”³⁹⁴. A instrução como um sistema de vasos transmissores, simultaneamente poroso e poderoso, deveria comunicar-se a partir destas premissas. Era poroso porque permitia que cidadãos não pertencentes às classes inativas acumulassem riqueza e conhecimento, lembrando que a instrução no Antigo Regime “a tornava o património de certas classes quando monopolizava os conhecimentos humanos e deixava as massas entregues à sua simplicidade e rudeza”³⁹⁵; era poderoso porque partia do pressuposto de que a instrução estava ao serviço da construção de uma herança em que a obediência ao regime constitucional era sinónimo de liberdade (de aprendizagem, de progressão na escala social) e em que a abertura da instrução às classes laboriosas era uma forma de a monarquia representativa “trabalhar também para si”³⁹⁶, no que, afinal, se não distinguia muito da monarquia absoluta. Uma instrução dividida em primária; secundária; industrial; e superior (ou profissional facultativa)

³⁹³ *Idem, ibidem*

³⁹⁴ *Idem, ibidem*

³⁹⁵ *Idem, ibidem*

³⁹⁶ *Idem, ibidem*, p.116

dividi-la-ia numa instrução comum a todos os cidadãos, a instrução necessária para o fomento do bem-estar das classes que dependiam do exercício das forças físicas para a vida (primária); a segunda, destinada a certas classes de indivíduos que fariam mais uso da inteligência que das forças (secundária); a terceira habilitando os trabalhadores com conhecimentos artísticos suficientes para progredirem no aperfeiçoamento das suas profissões (industrial); e a quarta, que habilitaria para o exercício das “profissões facultativas”³⁹⁷, de alta ciência e elevado grau intelectual (superior). O pensamento de uma reforma deste tipo mostrava uma esquadria em que a ideia de autorregulação das classes se faria como se faria a autorregulação dos corpos políticos, o Parlamento, a Igreja, os tribunais, as famílias, cada um deles habitando a esfera da sua jurisdição, na qual era suprema a sua influência, evidentemente sob a lógica da nação como depositante de toda a soberania.

Se se concedia à reforma de Passos Manuel os epítetos de “generosa e civilizadora”, haveria nela dois vícios essenciais. Um, o de promulgar um ensino mais clássico e menos industrial; outro, o de que a instrução superior era demasiado atendida. O Antigo Regime apropriava-se do sangue e do suor dos trabalhadores e roubava o trabalho alheio; o regime representativo devolvia o trabalho ao dono do esforço para o produzir mas isso implicava que toda a lógica de pensamento especulativo devia imediatamente ser travada. O regime representativo capturava o trabalho dos trabalhadores para o nobilitar mas a nobreza do trabalho só se conquistava à custa da sua utilidade efetiva.

Cedo, os deputados abriram a ferida, jamais resolvida, de que a instrução ocuparia o lugar do esforço útil, não especulativo e não disseminador da dúvida³⁹⁸. Ao parecer igualizar o trabalho, os deputados olhavam para o país que tinham, cidades e populações urbanas, por um lado, mundo rural por outro, a que, apesar dessa igualização do trabalho, destinavam uma instrução diferenciada. Dividiam o ensino primário em dois graus e falavam de uma instrução mais “simples” destinada às populações rurais; nas grandes cidades, em que as indústrias tinham de ser mais esclarecidas, era necessário aumentar as matérias de ensino. “Bom seria que em toda a parte assim fosse mas não é isso possível; entretanto era absolutamente necessário que nas grandes cidades e vilas

³⁹⁷ *Idem, ibidem*

³⁹⁸ José Maria Grande, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1843-5-15, diário número 112, p.209

do reino o ensino não fosse o que deve ser nas populações rurais porque aí pode ser mais simples”³⁹⁹.

O acatamento das leis e a aprendizagem da obediência deviam circundar os adultos responsáveis por enviar as crianças à escola. A disseminação da instrução primária deparava-se com as dificuldades das comunicações difíceis e das distâncias a que as escolas estavam. Outras dificuldades eram reputadas como morais: a negligência dos pais, dos párocos, das autoridades administrativas, que não procuravam persuadir que a primeira obrigação civil e religiosa fosse instruir os seus filhos. Esses obstáculos obrigavam a medidas coercitivas e incentivadoras de outro comportamento: “Por exemplo, o sistema das multas depois das advertências sucessivas aos pais de família que não mandam educar seus filhos nas localidades onde houver escolas; a privação temporária dos direitos cívicos a todos os pais que não mandarem educar seus filhos e a privação destes mesmos direitos àqueles mancebos que chegando a idade de os exercerem não tiverem adquirido estas habilitações”⁴⁰⁰. Um incentivo seria o de não conceder emprego algum a quem não soubesse ler e escrever. Há de ser a lei das habilitações que há de “curar o país da terrível mania dos empregados públicos”⁴⁰¹.

No sistema representativo, competia aos deputados habilitar os povos para o exercício de importantes funções administrativas, esclarecendo a sua razão e iluminando a sua intelectualidade. O que seriam o regime municipal de poder, as candidaturas populares aos cargos públicos e os princípios eleitorais sem a razão e sem a intelectualidade? As instituições, segundo o deputado José Maria Grande, assemelhavam-se a edifícios. Umas e outros precisavam de bases seguras, de fundamentos sólidos. Esses fundamentos eram constituídos pela instrução e pela moralização nacionais. Era necessário, e não era demais afirmá-lo, que o sistema de instrução se harmonizasse com o sistema político representativo, “porque sem isso este fica minado nas suas bases; fica inseguro; não pode subsistir; e ameaça decair sobre as cabeças dos seus edificadores”⁴⁰².

³⁹⁹ *Idem, ibidem*, p.210

⁴⁰⁰ *Idem, ibidem*, p.211

⁴⁰¹ “Quantos empregados públicos há? Mais de 20 mil que são eleitores efetivos” (Manuel da Silva Passos (Passos Manuel), Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1840-1-25, diário número 19, p.160); “Ouvi dizer que havia 20 mil empregados públicos, logo que era necessário irmos procurar 100 mil contribuintes para contrabalançar o peso que venha dos empregados públicos” (Manuel Antão Barata Salgueiro, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1840-7-16, diário número 37, p.232); “Portugal é um país *oficial* coberto de empregados públicos” (João Baptista da Silva Leitão de Almeida Garrett, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1842-7-22, diário número 11, p.122)

⁴⁰² José Maria Grande, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1843-5-15, diário número 112, p.208

ENSINAR A PRODUZIR, APRENDER A SER CONFORME

Eram as cabeças dos políticos que estavam em causa se a instrução se não propagasse da forma mais correta e se não se estabelecesse essa ligação entre governantes e governados e era o sistema político que veria alterado o papel das suas instituições se a instrução não se derramasse em ilustração do povo. “Senhor presidente, as instituições representativas quando não acham, numa vasta instrução popular, quem fecunde e vivifique o seu gérmen, não são senão elementos de perturbação e origem de gravíssimas desordens”⁴⁰³. Para que o povo pudesse respeitar as leis era preciso que se instruisse, havendo nessa ligação entre grau de instrução e grau de respeito pelas instituições representativas um mesmo projeto. Aos deputados cabia criar as condições de instrução do povo e a instrução era uma força motriz de moralização para as pessoas acatarem as ordens; para preencher as necessárias funções públicas e obedecer; e para produzir:

É absolutamente necessário que nós instruamos o povo, mesmo para o moralizar, para se deixar governar, para acatar as autoridades, para respeitar as leis. É necessário por consequência que o povo se instrua não só para preencher as funções públicas a que é chamado por lei; mas também para aprender a obedecer. Além disto é necessário ainda que o instruamos para o ensinar a produzir; porque o povo tem de viver do seu trabalho e da sua indústria; e é necessário que esse trabalho seja produtivo e essa indústria esclarecida. (José Maria Grande, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1843-5-15, diário número 112, pp.208-209)

Acatar as leis, aprender a obedecer e produzir consentaneamente podiam fazer parte da mesma igualdade, produzindo-se discursivamente como um movimento, cujo lado obtuso estava no ensino de tipo especulativo, a que se queria pôr fim. Eis o projeto primevo da escola a partir do Parlamento, em face do qual se começou a construir a noção de que não haveria governo representativo durável, reconhecível, sem escola: a moralização da sociedade, a quebra dos focos de anarquia, a instauração do combate à ideia da provisoriedade nos bons costumes, o reconhecimento das pessoas como peças de uma engrenagem que deviam encaixar num sentido intelectual e laboral harmonioso, a partir da confecção de uma origem pré-determinada na qual o trabalho seria o elemento liberto e as pessoas o elemento conectado à produtividade, como

⁴⁰³ *Idem, ibidem*

propulsionadoras dessa libertação que, afinal, residindo fora delas não lhes pertencia embora não pudesse consumir-se sem a sua ação:

O trabalho e a indústria são o grande elemento da civilização e da riqueza das nações e é preciso tornar aquele livre e expeditivo e esta esclarecida e inteligente para que ambos sejam proveitosos. (António Bernardo da Costa Cabral, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1843-3-7, diário número 51, p.115)

É preciso formar a intelectualidade nacional para o desempenho das funções públicas a que é chamada no régimen representativo, de outro modo este régimen há de necessariamente ser afetado de um vício constitutivo e originário. Se a razão pública não for esclarecida, como há de ela entender e prover nos negócios públicos a que é chamada por lei? Como há de funcionar com energia, com acerto e inteligência? (António Bernardo da Costa Cabral, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1843-3-7, diário número 51, p.115)

Autor de uma das primeiras propostas para a reforma da instrução primária, apresentada com um carácter provisório no início de 1836 até que se obtivesse um sistema íntegro, Mouzinho de Albuquerque contestou veementemente os fundamentos da proposta de António Bernardo da Costa Cabral e, acima de tudo, a ausência de meios financeiros, vociferando a contínua mudança de leis que, colocadas perante o plano das realizações, se tornavam rapidamente insonháveis. “Eu creio, senhor presidente, que o sistema consignado nesta lei há de ser nulo por muito tempo e há de sê-lo pela insuficiência dos meios da realização”⁴⁰⁴. Se não era possível pagar condignamente aos professores, só à custa da diminuição das qualificações exigidas se podia manter um sistema que devia assegurar, para já, exigências de “absoluta necessidade”: ler, escrever e contar, para depois se conseguir uma progressiva melhoria do ensino. Não nos falta determinação legal, dizia Mouzinho, não era uma questão de falta de lei. “Não, senhores, lei temos nós (lei que estabelece muito maior desenvolvimento). O que nos tem faltado é dinheiro, é perseverança, é atividade, é vigilância, é zelo sincero pela instrução (...) Eu quero, no meu país, instrução e luzes; porque as quero sinceramente é que exijo realidades e não sistemas”⁴⁰⁵. Mouzinho ligava a falta de realização das políticas à análise que fazia dos ministérios, entidades em equilíbrio instável, cujo pessoal não se podia dedicar aos assuntos da nação mas, por sobrevivência, aos assuntos internos dos próprios ministérios; organizações sem perseverança nem sangue-frio, como exigiriam

⁴⁰⁴ Luís da Silva Mouzinho de Albuquerque, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1843-5-10, diário número 108, p.164

⁴⁰⁵ *Idem, ibidem*

os graves assuntos do reino, mas habitáculos das considerações mesquinhas, turbulentas e miseráveis em que o novelo da política se achava emaranhado: “Senhor presidente, todo o mundo conhece a situação dos nossos ministérios. Eles assentam sobre uma base pontiaguda, onde toda a atenção é reclamada para a manutenção do equilíbrio; se atendem a qualquer coisa que não seja o sustentar-se, caem”⁴⁰⁶.

Ao constatar que nos liceus se mandava ensinar a geometria e a mecânica aplicada às artes e ofícios, não conseguia ver a consequência de tal formulação, quer porque lhe parecia que se queria ensinar a aplicação prática dos saberes antes de ensinar os próprios saberes, quer porque o deputado reivindicava condições para que as artes e ofícios pudessem ser aprendidos em condições práticas; ao contrário do uso da palavra nas Cortes, que correspondia, como prática, ao valor performativo dos representantes do poder, essas artes não se ensinavam a falar: “Senhor presidente, a mecânica e em geral todas as ciências podem ensinar-se nas escolas, mais ou menos elementarmente, com mais ou menos desenvolvimento; mas as aplicações das ciências às artes não se ensinam nas escolas: ensinam-se nas oficinas: ensinam-se nas fábricas: ensinam-se nos laboratórios dos artistas. Não se ensinam falando: não se aprendem ouvindo: ensinam-se dirigindo trabalhos e aprendem-se trabalhando”⁴⁰⁷. Para José Alexandre de Campos, redator e figura central da reforma de Passos Manuel, o governo, versátil em tudo, em opiniões e em modas, em princípios que pareciam tão gerais e tão indefinidos, era dominado por um pensamento imutável. “Essa missão, esse pensamento imutável, esse carácter de constância (...) é destruir tudo, seja como for, ainda que seja somente mudando nomes, quanto tem o selo da Revolução de setembro”⁴⁰⁸. O governo seria igualmente dominado pela convicção de que estaria a apresentar um novo sistema de instrução num contexto em que, pelo menos, criava a ideia de que não haveria nenhum no país, que estava a ser pioneiro nesse sentido, quando o grave problema da instrução não era sobre a existência das leis, era sobre a ausência da sua execução, como já Mouzinho de Albuquerque tinha chamado a atenção.

A proposta de António Bernardo da Costa Cabral para a reforma da instrução incluía um remoque, logo no seu preâmbulo, aos setembristas: “A questão nacional da instrução pública foi tratada (...) em 1836 e 1837 mas esta questão não foi nessa época

⁴⁰⁶ *Idem, ibidem*

⁴⁰⁷ *Idem, ibidem*, p.165

⁴⁰⁸ José Alexandre de Campos, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1843-5-11, diário número 109, p.168

nem cabalmente compreendida nem convenientemente resolvida”⁴⁰⁹. Para provar o seu ponto relativamente à fraca ou inexistente execução do programa setembrista, José Alexandre de Campos elencava uma série de medidas não executadas para a instrução primária: a lei não tinha sido regulamentada; grupos de trabalho deviam ter organizado secções dedicadas aos regulamentos, aos livros escolares e a outros assuntos mas tal nunca tinha sido feito; em cada concelho devia ter sido instalada uma comissão inspetora local do ensino, o que não tinha acontecido; tinha ficado estabelecido que municípios, professores e párocos deviam empregar todos os meios para que os pais de família levassem os filhos à escola mas o governo não tinha chegado a expedir circulares com estas instruções; também o governo não tinha instaurado os exames anuais, mensais e semanais nas escolas, como estava previsto; o regimento dos professores e outros regulamentos especiais deviam ter sido elaborados mas isso não tinha acontecido; os professores que introduzissem nas suas escolas o método de ensino mútuo deviam ter um aumento de ordenado mas não constava que houvesse alguma gratificação extra pela introdução do método; as promessas de uma escola de ensino mútuo em cada capital de distrito, que fosse, também, escola normal e a promessa de escolas para o sexo feminino, não se tinham concretizado; nos locais onde houvesse 60 crianças devia criar-se uma escola primária e o governo devia ter dividido o território em círculos de instrução primária, só que não havia notícia da criação de nenhuma escola em função deste artigo nem ideia da divisão de um único círculo; não se tinha cumprido a determinação de ensinar-se em todas as escolas os objetos que pertenciam à instrução do 2.º grau (Princípios de gramática portuguesa, breves noções de história, de geografia e da constituição e desenho linear); os professores deviam ter o ordenado pago pelo Tesouro e uma parte menor pelas câmaras.

A RELEVÂNCIA DAS CASAS PÚBLICAS PARA AS ESCOLAS

Nem uma coisa nem outra parecia verificar-se. “Os professores são uma espécie de secção das classes inativas, que são as mais atrasadas dos empregados públicos; e as câmaras (...) não podem ou não querem pagar”; várias vezes o governo tinha sido autorizado para montar uma escola normal mas isso não tinha acontecido; finalmente,

⁴⁰⁹ António Bernardo da Costa Cabral, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1843-3-7, diário número 51, p.115

Alexandre de Campos referia-se à questão das instalações condignas. As escolas de instrução primária deviam ser estabelecidas em casas públicas, situadas em lugares saudáveis e nenhum professor devia dar aula na sua casa particular onde habitava com a família. “Montou o governo alguma casa de escola, proveu-a dos utensílios necessários? Nem uma: as escolas estão colocadas ao lar das cozinhas, nos sótãos, nas alcovas dos professores e quem sabe mais onde?”⁴¹⁰. O Conselho Superior de Instrução Pública seguiu as preocupações da informação que lhe chegava dos vários pontos do reino quanto à necessidade de dispor de edifícios, salientando, como Mouzinho de Albuquerque tinha tido ocasião de dizer de forma geral para vários equipamentos, que a respeitabilidade do Estado também se jogava nessa força material dos edifícios, asseados e bem vigiados, como ficava demonstrado numa declaração de 1848. “A falta de edifícios públicos para colocação das escolas tanto primárias como secundárias é ponto em que tocam todos os relatórios chegados ao Conselho. A parte material das escolas merece de preferência a mais séria solicitude, pela influência que tem sobre a parte intelectual e moral da educação” (CSIP, 1855 [1845]: 164). “O Conselho tem feito todos os esforços por fazer colocar todas as escolas em edifícios públicos, porém a falta de edifícios do Estado em muitos concelhos e a de recursos dos municípios em outros ainda lhe não permitiu levar a pleno efeito este empenho” (CSIP, 1855 [1845]: 81). Em 1844 haveria 1116 escolas públicas primárias e 1084 particulares, estas sustentadas pelos alunos (CSIP, 1855 [1845]: 79). Uma década volvida, em 1854, haveria 1189 escolas públicas e 576 particulares no continente e ilhas [CSIP, 1855: [1854]: 25]⁴¹¹. O ritmo de crescimento foi o seguinte: mais 383 escolas em 1862 do que em 1854; mais 777 em 1868-69 do que em 1862; mais 273 em 1874 do que em 1868-69; mais 646 em 1881 do que em 1874 (Nóvoa, 1987: 345)⁴¹².

Entre as faltas sentidas, no ramo da instrução que o Conselho Superior considerava o mais relevante, o da instrução primária, o tema dos edifícios para estabelecer as escolas manteve-se presente nos relatórios deste organismo até à sua extinção em 1859. “Sendo indispensável para uma boa inspeção sobre o método e prática do ensino dos professores que as escolas públicas sejam colocadas em edifícios do Estado, tem este

⁴¹⁰ José Alexandre de Campos, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1843-5-11, diário número 109, p.171

⁴¹¹ António Nóvoa diz que havia 1199 públicas (continente e ilhas) em 1854; e 1082 particulares (continente) no ano letivo de 1852-53 (cf. Nóvoa, 1987: 345-346)

⁴¹² Número de escolas primárias públicas ao longo do século XIX: 796 (em 1831-32), 1116 (em 1844), apenas no continente; 1199 (em 1854), 1582 (em 1862), 2359 (em 1868-69), 2632 (em 1874), 3278 (em 1881), 3825 (em 1888-89) e 4495 (em 1899-1900), no continente e ilhas (Nóvoa, 1987: 345)

Conselho o desgosto de fazer saber a Vossa Majestade que, apesar de todos os seus esforços, ainda não pôde conseguir a colocação de todos” (CSIP, 1856 [1850]: 42). “Outra falta, enfim, e na verdade bem sensível, é a de edifícios públicos para o exercício da maior parte das escolas” (CSIP, 1855 [1854]: 26). Como escrevia um pedagogo, “até agora as escolas quase todas têm sido nas residências dos respetivos professores” (Castilho, 1854: 10).

“Outra necessidade que não pôde remediar-se ainda é a de edifícios públicos para as escolas, cujo exercício se faz, pela maior parte, nas próprias casas dos professores: falta esta que as câmaras municipais não têm querido desviar: havendo muitas que nem sequer fornecem aos professores os móveis e utensílios indispensáveis” (CSIP, 1856 [1855]: 182). A partir da segunda metade do século XIX assistiu-se a um crescimento significativo da criação de escolas primárias públicas, mas se muitas das escolas tinham um professor nomeado não possuíam um local para funcionar (Magalhães, Adão, 2015: 8). Estava em causa uma territorialização da escola no reino tal como os obstáculos sentidos pelo Conselho em relação ao facto de os professores ensinarem nas suas próprias casas, que poderia subtrair da vigilância central o estado de asseio e de decência das casas. “Escolas nas casas particulares dos professores nem podem ser vigiadas tão livremente pelo público e pelas autoridades inspetoras nem obrigam os professores à decência e asseio em que devem servir de espelho aos seus discípulos” (CSIP, 1855 [1848]: 164). No ano letivo de 1848-49, havia 1059 escolas primárias por colocar em decentes edifícios públicos (CSIP, 1855 [s.d.]: 255), numa altura em que o total de escolas primárias no continente e ilhas era de 1169 (CSIP, 1855 [s.d.]: 269). “Sendo o exercício dos professores em suas próprias casas, mais difícil se torna a inspeção não só sobre o desempenho do serviço e o método do ensino mas também sobre os costumes e exemplos que em alguns não serão os que devem adornar os educadores, principalmente os das primeiras idades” (CSIP, 1856 [1850]: 43-44)⁴¹³.

⁴¹³ Em 1863, as informações dos inspetores referiam que 47% dos edifícios das escolas primárias públicas tinham medíocres condições de higiene, 38% suficientes e 15% boas, enquanto em 1875, 70% dos edifícios tinham condições suficientes e 30% medíocres (Dias, 2000: 107). Apesar da expedição das ordens sobre construções escolares, o próprio governo assumiria, em 1875, a partir das informações superiores dos governadores civis, a existência de “péssimas condições higiénicas e pedagógicas em que se encontram muitas escolas de instrução primária”, além de que as reparações em edifícios escolares estavam a ser feitas à custa das povoações sem seguirem regras (“contra as regras da arte”), sendo que para a criação de novas cadeiras exigia uma casa e mobília convenientes, de tal modo que ordenava que nenhuma construção, reparação ou reedificação devessem ser feitas sem aprovação do governo e que as corporações que se propusessem instalar escolas deviam dirigir-se ao governador civil apresentando a planta e o plano de obras. Mas tornava mais suave as determinações anteriores ao conceder que, onde não houvesse recursos para construir uma casa para os professores, um tal requisito podia ser dispensado

O Conselho referia a necessidade de uma continuada inspeção sobre os professores por parte dos comissários de estudos⁴¹⁴ ou por delegados destes e desejava-se encontrar formas de conceder aos professores primários casas de habitação (CSIP, 1856 [1851]: 195), absolutamente necessárias “para se facilitar a inspeção sobre o desempenho do serviço e sobre os costumes que devem adornar os educadores, maiormente os das tenras idades” (CSIP, 1856 [1851]: 207). Essa territorialização sob o signo da vigilância e da regularidade do edificado, sob a necessidade de avaliar o que se passava no interior das paredes onde mestres e alunos se encontravam, ligava-se à uniformização de outros procedimentos, como se salienta adiante.

Se a questão das instalações continuou dificilmente resolúvel, o plano de estudos sofreria um emagrecimento acentuado já que mais de metade dos objetos a serem ensinados na instrução primária desaparecia na nova proposta de lei de António Bernardo da Costa Cabral. “Enquanto o plano atual manda ensinar pelo menos dez artigos na totalidade das escolas, o novo manda ensinar só quatro em regra geral. Isto é absolutamente inadmissível, eis aqui o que o governo chama dar desenvolvimento à instrução primária”⁴¹⁵. Quanto à instrução secundária, Alexandre de Campos fazia notar que o plano desenhado pelo governo fazia minguar para metade os objetos a serem ensinados (gramática, lógica, retórica e aritmética), o que correspondia ao ensino que se dava antes do plano de setembro, e eliminava “a parte mais interessante do ensino, o mais prático, mais industrial”⁴¹⁶.

(Portaria de 29 de dezembro de 1875 dando instruções acerca das condições que devem ter as casas de escola de ensino primário e como deve ser verificada a existência dessas condições, *Coleção oficial da legislação portuguesa, ano de 1875*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1876, p.353).

Após 1875, metade dos professores habitava na casa onde as aulas tinham lugar; mais de metade das escolas de instrução primária oficiais era pertença de particulares, como já atrás se assinalou, seguindo-se as paróquias (16,7%) e as câmaras (15,2%) como proprietários, de acordo com os dados recolhidos por um inquérito-inspeção de 1875 às escolas primárias (Nóvoa, 1987: 401-402).

Em 1886, voltava-se a insistir nas casas para os professores e constava-se que as câmaras nomeavam professores para escolas de instrução primária sem que estas dispusessem de casa e mobília em condições aceitáveis e sem que cuidassem de haver habitação para os mestres nomeados (Portaria de 4 de Dezembro de 1886 determinando que não sejam providas pelas câmaras municipais as escolas de ensino primário, sem estarem verificadas as necessárias condições de casa e mobília escolar e de habitação dos professores, *Coleção oficial da legislação portuguesa, ano de 1886*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1887, pp.856-857)

⁴¹⁴ Os comissários de estudos, tal como os reitores, diretores, administradores das escolas e governadores civis, eram delegados do Conselho Superior de Instrução Pública; estavam encarregados da inspeção às escolas de instrução primária e secundária (cf. Decreto de 20 de setembro de 1844 acerca da instrução pública, *Coleção oficial da legislação portuguesa redigida pelo desembargador António Delgado da Silva. Ano de 1844-1845*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1845, p.327)

⁴¹⁵ José Alexandre de Campos, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1843-5-11, diário número 109, p.172

⁴¹⁶ *Idem*, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1843-5-12, diário número 110, p.180

Isto era, deixava somente em vigor para a totalidade do ensino “a parte especulativa e clássica” quando era necessário promover um sistema de educação e instrução que incitasse a cultivar as carreiras industriais. Para um país novo em agricultura, porque quase todas as terras estavam mal cultivadas, novo em indústria fabril e novo em comércio, porque estava à espera dos grandes investimentos, era de lamentar que o sistema de instrução projetado tivesse em vista produzir “retóricos, poetas, gramáticos e geómetras” e que o governo tendesse a montar um sistema próprio “à cultura estéril do espírito, aos hábitos aristocráticos e à vida contemplativa”⁴¹⁷.

Governantes e deputados da oposição devolviam, à vez, as acusações de idealização de uma instrução que pouco encaminharia os cidadãos para as indústrias produtivas e artísticas. José Alexandre de Campos finalmente respondia ao remoque contra os setembristas: “Enfim, o governo não tem executado uma só provisão da lei e sem lhe notar defeito vem ao Parlamento dizer que quer remediar tudo com um maço de papel e ainda em cima diz no seu relatório que a questão da instrução pública não foi compreendida em 1836 e 1837. Muito bem; o governo que não executou coisa nenhuma é que compreendeu tudo. Admirável compreensão!”⁴¹⁸. Um outro deputado, Almeida Garrett, afinava pela mesma ideia, a da existência de um sistema de instrução que estava a ser negligenciado pelo governo: “É necessário que se saiba que nós não vamos fazer um sistema novo de instrução porque nós temos no país um sistema de instrução completo. E vem-se dizer o contrário ao Parlamento; o que não existe é a ação do governo”⁴¹⁹.

UNIFORMIZAR A DOUTRINA

Se parecia um relativo fracasso a existência de cada nova proposta sobre instrução apresentada ao Parlamento, cada uma sublinhava a necessidade de chamada à ordem, de combate à desordem de costumes, de moralização e instrução dos povos, da necessidade de paz pública e de descanso das famílias. A proposta de António Bernardo da Costa Cabral realçava um aumento da necessidade da vigilância constante, desse zelo dos

⁴¹⁷ *Idem, ibidem*

⁴¹⁸ *Idem*, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1843-5-11, diário número 109, p.171

⁴¹⁹ João Baptista da Silva Leitão de Almeida Garrett, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1843-5-10, diário número 108, p.161

professores, da promoção rígida e invariável da execução das ordens do governo, dessa severa disciplina a observar, dessa rígida execução dos regulamentos, operados na contramão do receio da derrisão, do medo de perigos de permeabilidade a ideias diferentes ou da anomia em relação às determinações do poder central. O Estado investia-se do mais perfeito papel que poderia incorporar, o de aperfeiçoar continuamente os desvios da norma, criando pela repetição das propostas de lei a certeza de que os deputados travavam um combate com um fim previsível e desejável: “Desaparecerá finalmente esse número assustador de proletários sem emprego constante, sempre mais ou menos dispostos a perturbar a ordem estabelecida”⁴²⁰. A partir de 1845, uma das atribuições do CSIP era a de “dar providências eficazes para, nas escolas públicas e particulares, se estabelecer a uniformidade de doutrina e método em todos os ramos de ensino”⁴²¹. E o Conselho só não tutelava o ensino em três escolas (Politécnica, Naval, do Exército) e nos seminários episcopais. A procura daquela regularidade fazia-se tendo em atenção a escolha dos métodos, os compêndios para estudo, a nomeação de professores, a necessidade de escolas normais, a inspeção e fiscalização das escolas e dos professores “que vigie incessantemente, participe e represente e informe ao Conselho Superior tudo quanto convenha nas diversas localidades” (CSIP, 1857 [1854]: 185) e, claro, a referida instalação em edifícios públicos.

Quanto aos métodos, o método de ensino mútuo, divulgado a partir das primeiras duas décadas do século XIX, suscitou adesão ao longo de toda a centúria, pelo menos entre decisores políticos, mesmo que não fosse obrigatório o seu uso. Ligado à vontade de combater o analfabetismo, num curto espaço de tempo e sem grande carga letiva ou esforços por parte de professores e de alunos, foi desde logo aplicado às escolas militares de primeiras letras, criadas em 1815. Relativamente ao uso de métodos tradicionais, o objetivo seria educar mais alunos em menos tempo. Foi bem recebido pelos reformadores de 1835 e de 1836 mas não obteve tanto êxito junto dos mestres de primeiras letras, a denominação que no início do século tinham os professores de instrução primária. A meio do século XIX, em 1175 escolas primárias públicas, somente 15 usavam o método de ensino mútuo (Nóvoa, 1987: 321 e 324-327). Das 1116 escolas

⁴²⁰ António Bernardo da Costa Cabral, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1843-3-7, diário número 51, p.123

⁴²¹ Decreto de 10 de Novembro com o regulamento para o Conselho Superior de Instrução Pública, *Coleção oficial da legislação portuguesa redigida pelo desembargador António Delgado da Silva. Ano de 1844-1845*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1845, p.761

públicas do sexo masculino que haveria no continente em 1845, apenas 15 seguiam o método de ensino mútuo (CSIP, 1855 [1847]: 111). Em meados do século, os métodos mais seguidos eram o simultâneo – aquele em que o mestre ensinava as crianças todas como se fossem uma só – e o misto (simultâneo-mútuo). O método de ensino repentino (de António Feliciano de Castilho) ainda estava em prova e o Conselho mandava ensaiá-lo em escolas públicas e particulares ao mesmo tempo que alguns mestres de instrução primária o estudavam com o próprio autor, segundo constava do relatório do Conselho de 1853-1854. Pugnando-se por um ensino mais regular e uniforme, chamava-se a atenção para o facto de o elevado número de compêndios elementares existentes, mesmo que aprovados pelo Conselho, não ajudarem à simultaneidade do ensino, tal como a dificuldade de os meninos pobres em os adquirir gerar atrasos na aprendizagem. Sobre a formação de professores, numa conferência do Conselho de 1855 lamentava-se a falta de professores idóneos, bem como a ausência do seu pagamento atempado, e a necessidade de substituir pessoas negligentes ou incapazes, através da inspeção. Em 1849, o Conselho tinha apelado para a necessidade de criação de escolas normais – sem funcionar, tinha sido criada a escola normal do distrito de Lisboa por um decreto de 24 de dezembro de 1845 junto à Casa Pia, em Belém, para a qual foi publicado um regulamento (1845), nomeado um professor (17 de março de 1846), Francisco Júlio Caldas Aulete, e tomado posse um diretor, Luís Filipe Leite (1852) mas a inauguração da Escola Normal Primária do distrito de Lisboa só viria a acontecer em 1862, num palácio e quinta situados em Marvila, depois de descartada a hipótese da sua instalação na Casa Pia –, para a regularidade de pagamentos dos parcos ordenados dos professores e para a necessidade do aumento das escolas, com a contribuição de câmaras, juntas de paróquia, misericórdias, confrarias e outras instituições beneficentes, já que o Tesouro não podia contribuir como desejável (CSIP, 1856 [1849]: 2).

A necessidade de instalação de escolas normais foi constando das recomendações, em ordem à formação dos professores, do ponto de vista do conhecimento e da formação do seu carácter. “Para ensinar não basta ter só conhecimento do que se ensina, é preciso brandura de maneiras, circunspeção, prudência, paciência e constância e, sobretudo, acomodar-se o ensino à capacidade dos alunos: e para se haverem [*sic*] professores com tais qualidades é preciso que eles se formem nessas escolas especiais” (CSIP, 1857 [1854]: 134). Várias escolas normais e de ensino mútuo abriram no país, funcionaram de forma irregular e tiveram uma repercussão relativamente fraca na formação dos

professores (Nóvoa, 1987: 430). Cedo também o Conselho Superior de Instrução Pública determinava que a instrução e a educação da infância deviam ser conferidas aos “educadores natos do povo” e que a instrução religiosa seria a base da instrução primária, sob o ideal de colocar “uma escola junto ao campanário de cada paróquia” (CSIP, 1856 [s.d.]: 182). Aquele elemento arquitectónico não só não seria esquecido como seria mesmo recuperado para figurar nas primeiras determinações legais assumidas pelo Estado para as construções escolares primárias. “É para desejar que a escola tenha um campanário. Servirá de recordar aos alunos a obrigação da aula e estimulará o professor à pontualidade”⁴²².

As mesmas determinações regulamentares referiam que, no caso de os professores terem residência em edifícios públicos, essa residência devia ser separada mas não distante da escola para que o professor pudesse vigiar a entrada dos alunos e para que se prendesse mais à escola, se identificasse mais com ela e se entregasse mais à sua laboriosa profissão. “A vivenda dos mestres é, pois, um útil acessório da escola”⁴²³. Esta regulamentação tinha-se tornado imperiosa por via de um legado do conde de Ferreira, Joaquim Ferreira dos Santos, comerciante de escravos e filantropo, cujo testamento determinava 100 contos para estabelecimentos de beneficência, sete contos para recolhimentos e asilos de educação e 144 contos para se construírem 120 edifícios para escolas primárias nas povoações cabeças de concelho, destinadas a ambos os sexos, “sendo todas por uma mesma planta e com acomodação para vivenda do professor” (Macedo, 1871: 198). Quando a Câmara dos Pares recebeu da Câmara dos Deputados o plano regular para a futura edificação das escolas em função do legado do conde de Ferreira, destacou a dificuldade de encontrar edifícios com as condições requeridas e manifestou o desejo de que a casa da escola se distinguisse de todas as outras habitações. “Convém que, a par da igreja, seja visível e notável a escola porque são estes dois templos, erguidos nos centros das famílias que chamamos freguesias, a origem de onde emana toda a civilização”⁴²⁴.

⁴²² Portaria de 20 de julho de 1866 dando instruções sobre a fundação de escolas de adultos, criação de novas cadeiras de francês e de inglês, construções de casas para escolas primárias, concessão de subsídios do Estado, etc., *Coleção oficial da legislação portuguesa, ano de 1866*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1867, p.323

⁴²³ *Ibidem*, p.325

⁴²⁴ Câmara dos Pares do Reino, ata de 1866-6-11, diário número 62, p.1924

“O QUE É ESCÂNDALO?”

A partir de 1850, o Conselho Superior de Instrução Pública ficava encarregado de enviar aos comissários de estudos, no início de cada ano letivo, uma relação dos quesitos literários e das questões aritméticas para serem respondidas pelos professores em exames de candidatura ao ensino de cadeiras de instrução primária. No seu estertor, em 1859, pouco antes de ser substituído pelo Conselho Geral de Instrução Pública, alinhavou 100 questões aritméticas e 50 quesitos para sorteio. A transcrição da meia centena de quesitos demonstrava um mundo orientado por Deus, pelas glórias passadas dos reis, pela necessidade de asseio e pela salubridade dos pensamentos quanto ao que devia vigorar nas cabeças dos professores pretendentes a mestres de instrução primária e ao que vigorava nas cabeças dos membros do Conselho Superior de Instrução Pública no que aos conhecimentos que os mestres deviam ostentar: dos 50, 18 quesitos eram diretamente sobre a Bíblia e oito sobre reis de Portugal e suas façanhas gloriosas.

Os professores podiam ainda ser confrontados para responder sobre o uso da liberdade de escrever e de ler dos alunos; sobre regras de civismo a observar na entrada e na saída das igrejas e na saída, na entrada e permanência na escola e no caminho desta para casa; perguntas sobre o ensino dos pontos cardeais, rios e modo de falar sobre topografia; sobre o método de ensino a usar, sobre o ensino dos caracteres de que se compunham as palavras ou sobre a ociosidade das crianças nas salas de instrução.

1. Que proíbe Deus pelo oitavo mandamento: não levantar falso testemunho? E que instruções se deverão dar aos meninos para bem compreenderem este mandamento?
2. Que diferença há entre o culto divino a Deus e o culto divino à Virgem Maria e a todos os santos?
3. Como haverá de ensinar os meninos a bem distinguirem a veneração das imagens sagradas do pecado da idolatria?
4. O que é escândalo? E qual a responsabilidade do professor que se dá à embriaguez e à devassidão, à vista de seus discípulos, ou doutro qualquer modo que dê escândalo?
5. Como instruirá os meninos acerca das obrigações domésticas, escolares, civis e políticas que se contêm no quarto mandamento: honrar pai e mãe?
6. Que instruções dará aos meninos acerca da diferença entre a origem da santificação do domingo e a da santificação das festas?
7. Como instruirá os meninos acerca do uso que devem fazer da liberdade de falar e escrever, salvo o preceito da caridade?
8. Por que razão se distinguem os sacramentos uns de vivos e os outros de mortos; uns voluntários e os outros necessários; e desses uns de necessidade de meio e os outros de necessidade de preceito?

9. Que instruções dará em suma aos meninos que se prepararem para fazer a primeira comunhão?
10. Como explicará o que é pecado em geral, suas espécies mais gerais, seus efeitos e os meios de obter o perdão deles?
11. Como ensinará a queda dos primeiros pais e a sua relação com os mistérios da encarnação e da redenção?
12. Quem foi José do Egito e quais sucessos procederam à sua elevação? E qual analogia lhe pareça haver entre esses sucessos e os mistérios da vida de Jesus Cristo?
13. Quem era São João Baptista e que diferença havia entre o baptismo que ele administrava e o baptismo dos cristãos?
14. Como instruirá os meninos acerca das lições que nos deixou o Salvador nas circunstâncias do seu nascimento e da sua infância?
15. Como explicará a obstinação dos judeus em não acreditarem no Messias, apesar de verem as maravilhas que operava, a moral que ensinava e o cumprimento das profecias?
16. Quem foram os apóstolos? Seus nomes e profissões; e qual argumento daí se pode inferir para a divindade da doutrina que pregaram?
17. Que circunstâncias houve na vocação de Pedro e nas diferentes conversações que teve com o Salvador, e que o Evangelho refere, as quais sirvam a fundamentar o nono artigo do Credo: creio na Santa Igreja Católica?
18. Como instruirá os meninos acerca do que seja a Bíblia, suas partes, importância e maneira por que deve ser lida com proveito?
19. Como instruirá os meninos acerca da civilidade que devem observar ao entrar nas igrejas, enquanto aí estiverem, e quando saírem?
20. Que deverão ensinar aos meninos acerca da civilidade com que devem proceder ao sair da escola e durante o caminho para casa?
21. Que atenções haverá de exigir dos discípulos ao entrar e sair da escola e durante ela?
22. Como trabalhará para que os meninos se acostumem à limpeza e ao asseio compatível com a pobreza?
23. Quem era El-Rei D. Afonso Henriques, e suas principais façanhas?
24. Quem foi o primeiro rei da segunda dinastia, de quem era filho e como sucedeu no reino?
25. Que filhos teve D. João I, seus nomes e feitos mais notáveis?
26. Por que se denomina santo o infante D. Fernando, filho de D. João I?
27. Por que mereceu El Rei D. Manuel ser chamado o afortunado, D. Dinis o lavrador e D. Pedro I o justiceiro?
28. Quem era a Rainha Santa Isabel e por que a canonizou a Igreja?
29. Quais foram em suma os gloriosos resultados dos esforços dos portugueses e de seus reis durante a primeira dinastia?
30. Quais foram em suma os gloriosos resultados dos esforços dos portugueses e de seus reis durante a segunda dinastia?
31. Como fará conhecer aos meninos a situação de Portugal com relação aos outros países da Europa?
32. Qual é a divisão atual deste reino e como a fará compreender aos meninos?
33. Instruindo os meninos na topografia de Portugal principiará pelas noções mais gerais ou antes pelas especialidades que eles melhor possam compreender e subindo daí às generalidades? Responda e exemplifique.
34. Quais são os rios mais notáveis de Portugal e qual é o mais importante com relação à localidade da escola; e porque lhe é mais importante?
35. Querendo instruir os meninos acerca dos pontos cardeais, como se haverá para que eles os distingam em qualquer parte que estejam?
36. O que é método simultâneo e mútuo e que material entende precisar uma escola para se executar qualquer deles?

37. Que juízo forma do emprego do canto nos exercícios da escola e por que razões forma esse juízo?
 38. Poder-se-ão dispensar no ensino da leitura os silabários; e no da escrita os riscos e curvas?
 39. Convirá ensinar ao mesmo tempo a ler os caracteres redondos e os cursivos? Se não convém, diga porquê; se convém diga de que modo se haverá no ensino?
 40. Como ensinará a conhecer o alfabeto, pelos nomes usuais dos caracteres ou pelos valores; e que razões o movem a adoptar o método preferido?
 41. Quando e de que modo ensinará a conhecer os números e as suas combinações?
 42. Em que consiste o sistema métrico-decimal; e que vantagens lhe parece ter sobre o usual de pesos e medidas?
 43. Como se haverá para fazer compreender aos meninos as novas medidas de extensão?
 44. Que diferença há entre as medidas usuais de peso de sólidos e de líquidos e as do novo sistema métrico-decimal; e a quais das primeiras correspondem as segundas?
 45. Que proveito encontra no uso da regra de três para os cálculos mais ordinários da vida de negócio?
 46. Como há de proceder querendo partir um qualquer número em partes desiguais, por exemplo, como 2,7,9?
 47. Depois de ensinar as operações de número inteiros e incompleto, que ordem há de seguir no ensino das outras operações; e porquê?
 48. Por que modo estimulará a aplicação e diligência dos meninos e corrigirá os seus defeitos?
 49. Quais são as obrigações do professor para com os pais de seus alunos e para com as autoridades que superintendem nas escolas?
 50. Como conseguirá ter ocupada toda a escola de modo que uns dos meninos não estejam ociosos enquanto outros estão ocupados?
- (Conselho Superior de Instrução Pública, 1860 [1859]: 122-123)

Os quesitos justificavam a procura e a exigência de uma regularidade, de uma extensão dessa territorialização que os edifícios simbolizavam como pontos fundamentais, por exemplo na adequação da prescrição comportamental (o que fazer à entrada e à saída da escola, como se comportar dentro da igreja), da fabricação de um pensamento comum e, como tal, de uma cultura eminentemente nacional. “Nos povos aonde a instrução existe, as ideias nacionais elevam-se: os pensamentos comuns fortificam-se: desterram-se os erros e prejuízos: aperfeiçoam-se todos os ramos da administração. Nos povos aonde a instrução falta, as ideias nacionais rebaixam-se: os pensamentos comuns desmoralizam-se e perpetuam-se os erros e prejuízos em todos os ramos da administração” (CSIP, 1860 [1859]: 49). Os seus últimos destinatários eram as crianças que os pais dificilmente queriam deixar ir à escola para poderem trabalhar. Esta territorialização devia consagrar as suas energias também para penetrar as almas dos cidadãos, através desses pensamentos comuns que fortaleciam, em primeiro lugar, a administração

pública, e devia procurar os mecanismos mais adequados para lidar com a diversidade (de alunos, de mestres, de comissários fiscalizadores dos mestres, de condição social).

A pouca confiança no destino à-solta tinha, pois, um contraponto positivo no endereçamento à instrução e à educação como procura dessa regularidade. “O povo nunca será livre e feliz quanto o comportam os seus destinos de maior ou menor privação e trabalho enquanto não receber amplamente a educação moral e o que lhe é indispensável de educação intelectual. (...) O homem de trabalho, por não frequentar os teatros, os bailes, os espetáculos custosos, os banquetes, os receptáculos de uma devassidão luxuária, não deixa por isso de se entregar ao jogo, à embriaguez, à preguiça e à prostituição; não deixa, portanto, de preparar na mocidade boa parte de misérias que o assaltam na idade grave e na velhice” (Herculano, 1851: 42-43).

Não se tratava nunca de apenas imaginar o que seria profícuo para as classes trabalhadoras mas, a partir das medidas nesse sentido, inculcar o comportamento que as levaria a isolar-se da miséria. “É preciso desiludir o povo; mostrar-lhe que, ao lado de cada direito que lhe negam e que é lícito reclamar, há um dever a cumprir; que a melhor garantia da proficuidade dos seus esforços, a melhor prevenção contra os dias da estreiteza é a morigeração [educação, bons costumes], a economia e o amor do trabalho; que às classes mais opulentas não é lícito abusar da pobreza dele, se é necessário que a organização da sociedade seja tal que proteja as vítimas desse abuso, não é menos necessário que estas correspondam com a energia moral ao remédio que possam trazer-lhes instituições benéficas”⁴²⁵.

As classes pensantes percebiam uma resistência à afirmação dos poderes públicos, numa altura em que não se sabia para que lado iria cair nem que destino iria ter o projeto de instrução para as massas, visto como salvífico perante o relaxamento e a negligência. “Que importará forcejar o poder público por instruí-las [às “classes pobres”] em proveito comum e em proveito particular das mesmas classes se elas opuserem a todos os esforços a resistência mais indomável de todas, a incúria e a indolência, o egoísmo, o desamor pelos filhos e o descuido brutal pela sua sorte futura? (...) Diante da vontade tenaz do povo, da sua inércia invencível, todos os esforços dos homens ilustrados que pretendem salvá-lo serão baldados”⁴²⁶.

Mesmo as instituições de previdência existentes, segundo Herculano, ou a caridade e a filantropia, não eram garantias para que as populações se libertassem das alcunhas que

⁴²⁵ *Idem, ibidem*, pp.43-44

⁴²⁶ *Idem, ibidem*, p.44

descreveriam sem rodeios as “populações inferiores”: a preguiça de não economizar antevendo o futuro, a desvergonha de ser mendigo, a embriaguez que enervava o corpo, a prostituição que arruinava a saúde⁴²⁷. O curso impetuoso das classes inferiores, acrescentava, não se esgotava nessas enfermidades, pois a torrente da ruína espreitava pelos abundantes poros da sua incorrigível “corrupção”, motor e efeito da ignorância e rudeza. “Se achais no vosso espírito recursos para insinuar na alma do povo ignorante e rude, do povo que não lê, e que às vezes nem sequer escuta, a doutrina do seu direito, tendes igual obrigação de os achar para lhe inculcar o seu dever”⁴²⁸.

LIBERDADE-REGULARIDADE

Esta liberdade regulada era, em primeiro lugar, uma liberdade de que natureza? Apesar de se evocar o papel da religião não se pode dizer que fosse propriamente uma liberdade religiosa, reconhecendo o Estado a religião católica, apostólica romana como a religião do reino mas reconhecendo, igualmente, o culto de outras religiões, sem restrições aparentes, sem particularidades assinaláveis a não ser a de não poderem ser consagradas com uma forma exterior assinalável, isto é, com templos que fizessem reconhecíveis essas outras religiões no espaço, territorializando-as e, dessa forma, fazendo-as entrar em competição com a territorialização das funções do Estado; seria difícil reconhecer qualquer liberdade cívica sem uma base de tolerância religiosa, até como garantia de todas as outras, mas não era essa liberdade religiosa que aqui estava em causa; não era exatamente, também, uma liberdade económica, sabendo-se que a inviolabilidade dos direitos dos cidadãos do reino repousava, em parte, no respeito pela propriedade em toda a sua plenitude conquanto o bem público pudesse exigir o uso dos bens dos cidadãos, neste caso devendo indemnizá-los; não era uma liberdade económica, para mais sabendo-se que nenhum género de trabalho, de cultura, de indústria, de comércio, de artes fosse proibido desde que não ofendesse a segurança pública; não era exatamente uma liberdade de pensamento visto que todos os cidadãos poderiam comunicar as suas ideias em público dentro do que se convencionasse não ser o cometimento de abusos prescritos pela lei; não era exatamente uma liberdade civil, uma vez que não se podia obrigar os cidadãos a fazer o que não estivesse na lei, nem

⁴²⁷ *Idem, ibidem*, p.45

⁴²⁸ *Idem, ibidem*, p.46

ninguém poderia ser preso sem haver culpa formada e sem que o motivo, os acusadores e as testemunhas fossem conhecidos; essa procura de regularidade era a definição mais constante de *liberdade política*, a liberdade que abria todos os campos das outras liberdades consideradas e das quais elas dependiam por uma sucessão lógica e a liberdade que assinalava, claramente, a passagem do Antigo Regime à forma constitucional e à forma representativa de governo; a liberdade política que obrigava a ligar a existência do Estado à existência da nação e a convicção dos povos ao amor por ela, esse ponto central, esse ponto principal que era a garantia do desenvolvimento dos direitos individuais consagrados, que fazia entrar na configuração dos atores as liberdades individuais e nestas o direito à instrução como garantia maior da cidadania.

A liberdade política, essa regularidade procurada, podia ser, também, o meio de conhecer uma desigualdade entre as classes da população, desde logo pela desconfiança do que seria um plebiscito sem que a instrução iluminasse o povo. “O método da eleição direta num país aonde não há educação constitucional, aonde não há educação social, aonde não há instrução nenhuma, é ir entregar a resolução de graves problemas que contendem com tudo e com todos, à força bruta do número”⁴²⁹; ou então não porque se quisesse que as classes se dividissem quanto ao uso que poderiam fazer da liberdade mas porque era duvidoso que as classes mais baixas soubessem reconhecer esse valor, tal como era certo que havia que contar com uma desconfiança das populações em relação aos políticos. “Os efeitos grandiosos e benéficos da liberdade, que podem ser conhecidos e avaliados *a priori* pelo homem da ciência, não podem ser apreendidos pelas classes menos esclarecidas e mais numerosas da sociedade”⁴³⁰.

A liberdade política, tal como entendida pelos representantes da nação, podia ser apreendida pela desconfiança que as populações teriam em face do Parlamento. “Percorrei o país, interrogai todas as classes e todas as ordens de cidadãos, e encontrareis a opinião generalizada de que os parlamentos, poderosos para o mal, são impotentes para o bem”⁴³¹. A liberdade política exigia, pois, provas práticas, concretas e palpáveis que a pusesse à vista da compreensão de todos. Ela tinha de ser tangível como eram tangíveis facilmente todos os edifícios usados para decoro, decência e poder dos mais altos representantes da nação. A liberdade política era, pois, um meio fundado de

⁴²⁹ António da Cunha Sotomaior Gomes Ribeiro de Azevedo e Melo, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1848-4-14, diário número 11, p.15

⁴³⁰ António de Sousa Silva Costa Lobo, Câmara dos Pares do Reino, ata de 1869-5-29, diário número 15, p.64

⁴³¹ *Idem, ibidem*

estabelecer a relação entre governantes e governados, desde que fosse visível, e desde que não pusesse em marcha consequências que mantivessem ou agravassem o estado de miséria. “O povo será sempre indiferente à sorte de liberdade quando se ache acabrunhado pela miséria e descurará a manutenção das garantias políticas, uma vez que lhe vislumbre a esperança de remédio a seus males”⁴³². Nos povos “lavra já uma indiferença geral pelas liberdades públicas e pelos foros concedidos pela Carta”⁴³³. A procura de uma regularidade, de uma constância dos saberes transmitidos contidos numa conciliadora descrição do mundo, embora aventurosa através dos grandes cometimentos dos heróis e do exercício da instrução como força moral, uma regularidade que se conectasse com as palavras de António Bernardo da Costa Cabral no objetivo de manter o assustador número de proletários fora da possibilidade de perturbar a ordem, podia ser surpreendida em diversos momentos no tempo e em diversos lugares.

Podia ser colhida em regulamentos para a instrução apresentados no Parlamento; em considerações relativos a métodos de ensino; em apreciações sobre o valor da instrução para o clero e para a escola; em indicações sobre o que as primeiras leituras na instrução primária deviam conter; em coleções de máximas que visavam imprimir aos aspetos da vida um significado moral coletivo; nas determinações para que professores não fossem responsáveis pela escolha de livros escolares; em compêndios para a instrução das primeiras noções; em ponderações sobre a conservação dos monumentos na sua ligação à glória dos portugueses, aos feitos heroicos e à pertença à nação – em que a maior liberalidade se podia cruzar com a superior defesa da tradição.

Podia ser encontrada quando o regulamento provisório do ensino primário para o continente do reino foi apresentado na Câmara dos Senhores Deputados em janeiro de 1836. Dispunha de um conjunto de leituras correntes para os alunos: máximas de moral cristã, verdadeira honra e probidade; breves e exatas definições das virtudes morais e sociais; breves definições acerca dos objetos mais familiares; sentenças, provérbios e máximas populares; histórias e parábolas extraídas da Bíblia; e, finalmente, para tentar que as crianças, ao aprender a ler, cultivassem o espírito, adquirissem ideias justas sobre muitos objetos e ganhassem afeição ao bem e à virtude, “histórias breves e utilidade

⁴³² *Idem, ibidem*, p.65

⁴³³ Vicente Ferrer Neto Paiva, Câmara dos Pares do Reino, ata de 1874-3-20, diário número 21, p.88

moral, coligidas principalmente da história portuguesa; exemplos de virtude; ditos notáveis dos antigos portugueses, etc.”⁴³⁴.

HERDEIROS DA INFLUÊNCIA CLERICAL

A procura de uma regularidade podia ser surpreendida na comparação de métodos de ensino, quando se verificava o recuo do método de ensino mútuo em face de outros, pois este método, que dividia os alunos em grupos dirigidos por alunos mais velhos, parecia dirigir-se à exploração da natureza mesclada dos alunos, de proveniência e idade diversas, indicando-se o consumo de tempo e “deficiência na educação moral” como problemas, já que os grupos escolares admitiam todas as idades e hierarquias. “Um filho pode ter ocasião de repreender seu pai, o criado o amo, com grave transtorno das relações naturais ou sociais” (Ribeiro, 1879a: 157-159). Podia ser encontrada e surpreendida na forma como o Conselho Superior de Instrução Pública clarificava uma passagem de testemunho entre o clero e a escola. “A educação moral dos povos, que antigamente estava encarregada à ordem eclesiástica, principalmente aos párocos, está hoje em tal estado de desorganização que deve causar mui sérias apreensões sobre a sorte futura do país. O clero, depois da revolução por que passou, não pode desempenhar aquele encargo; perdeu a influência; e a maior parte dos párocos até estão esquecidos de que era aquele o seu principal dever. Longo espaço há de decorrer até se formar um novo clero, capaz de moralizar os povos. É necessário, por isso, encarregar esta missão aos professores” (CSIP, 1855 [1847]: 110)⁴³⁵.

Podia ser encontrada e surpreendida nas diretrizes para as primeiras letras através da defesa da caridade, do bem comum, da perseverança, da ligação do trabalho à riqueza (“Procede bem e não temerás ninguém”, “Dar esmola não empobrece”, “Nem tudo que luz é ouro”, “Quem não deve não teme”, “Roma não se fez num dia”, “O preguiçoso é sempre pobre”) (Coelho, Aulete, 1869: 52-52), através da passagem à leitura dos livros fundadores lidos numa conformidade antecipadamente teorizada, caso de sentenças morais extraídas da Bíblia em defesa da humildade, da justiça, do trabalho, da verdade

⁴³⁴ Luís da Silva Mouzinho de Albuquerque, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1836-1-25, diário número 18, p.209

⁴³⁵ A percentagem dos membros do clero secular em relação ao total de professores de instrução primária era em 1863 de 28% nas escolas oficiais, em 1867 de 22% e em 1875 de 18% (Dias, 2000: 31)

(“Ama a Deus e guarda seus mandamentos; porque nisto está toda ventura do homem”, “Onde houver humildade há sabedoria”, “A preguiça tudo dificulta, o trabalho tudo facilita”, “O justo até os animais trata bem”, “O orgulho é a origem de todos os pecados”, “Não contradigas a verdade e envergonha-te de mentir”) (Coelho, Aulete, 1869: 55-56), de considerações sobre a situação de Portugal no mundo (“Além da cidade ou lugar aonde habitamos, há outras cidades e lugares até aos limites de Portugal; e depois de Portugal há ainda outros reinos em que se falam diferentes línguas e em que existem costumes diferentes dos nossos. O que sabemos pelo ter lido ou por no-lo haverem contado pessoas que os visitaram. A Terra é redonda, tem a forma de uma laranja. Os homens vivem na sua superfície. O primeiro navegante que deu uma volta em roda do mundo foi o português Fernão de Magalhães em 1519”) (Coelho, Aulete, 1869: 59), do homem (“De todos os entes que habitam este globo, o mais perfeito é o homem, o único que é formado de alma e corpo. Ainda que os outros animais têm vida e faculdades intelectuais, contudo só o homem possui alma”. A alma é incorpórea e etérea, criada à imagem de Deus (...); quando morre o corpo do homem, a sua alma separa-se e vai receber o prêmio ou o castigo de todos os atos que praticou sobre a Terra”) (Coelho, Aulete, 1869: 60), sobre história de Portugal estabelecendo-se uma conexão íntima entre feitos grandiosos e monumentos da nação (“Foram os portugueses que, no ano de 1497, descobriram por mar o caminho para a Índia. Nesse ano uma expedição composta de quatro navios, comandada por Vasco da Gama, saiu a barra de Lisboa, tendo feito previamente oração em uma capela que havia em Belém, arrabalde de Lisboa, onde se levantou depois, em ação de graças, majestoso Convento dos Jerónimos, um dos mais formosos monumentos de Portugal”) (Coelho, Aulete, 1869: 62-63) sobre a situação económica que devia alguma coisa ao liberalismo (“Os principais produtos que Portugal exporta são agrícolas tais como: vinho, azeite, frutas, lãs, cortiça e também metais, cobre, enxofre, manganês, chumbo, etc., em que Portugal é abundantíssimo. Se se comparar o estado industrial deste reino com o das épocas anteriores, nota-se um grande progresso e desenvolvimento”) (Coelho, Aulete, 1869: 65) ou sobre preceitos de que transportavam uma conduta moral (“O grande meio de conservar a saúde é guardando temperança e regularidade em todos os atos da vida. Todo o excesso de qualquer ordem que seja é sempre prejudicial à saúde”) (Coelho, Aulete, 1869: 66) ou sobre o que os professores deviam observar quando estivessem a ensinar (“O professor deve aproveitar todas as ocasiões para instruir os alunos e desenvolver-lhes no ânimo o amor filial, o amor da pátria, o respeito às leis e à verdade;

como também os sentimentos de piedade, de justiça e de benevolência, finalmente fazer com que na escola os alunos recebam a moral e a ciência com a mesma facilidade com que respiram e absorvem o ar e a luz”) (Coelho, Aulete, 1869: 83).

Podia ser surpreendida numa coleção de máximas que partia do princípio de que os destinatários não teriam muito tempo para leituras ou se destinava aos que gostavam de ler pouco e refletir muito, como se afirmava no prefácio da obra. “A maneira de ensinar por meio de sentenças curtas, destacadas, cheias de senso e de razão, é a mais antiga e a mais útil que se conhece. Era assim que os homens dos primeiros séculos se doutrinavam uns aos outros; e que transmitiam à posteridade as regras de viver e a ciência dos costumes” (Bastos, 1847a: x).

A razão das sentenças, que parecia cobrir todos os aspetos da vida que pudessem conceber-se, podia ser um combate à conceptualização (“As abstrações matam o sentimento”) (Bastos, 1847a: 4), à defesa do comedimento (“É necessário não desejar senão aquilo que é possível adquirir”) (Bastos, 1847a: 12); “a ambição é uma das paixões mais perigosas pois é o foco de quase todas as outras; e a origem da maior parte dos vícios que perturbam a sociedade” (Bastos, 1847a: 23) e à defesa da regularidade (“Uma das coisas que mais concorrem para a felicidade da vida é a ordem”) (Bastos, 1847b: 88); “Existe no mundo uma ordem moral que não pode ser violada impunemente” (Bastos, 1847b: 89) ou sobre o destino das palavras que já não podiam emendar-se, reenviando o pensamento, de novo, para a necessidade de ponderação: “A palavra é como o tiro lançado pelo arco, que não pode ser suspenso em seu curso pela voz daquele que, depois de o despedir, quis mudar-lhe a direção” (Bastos, 1847b: 103).

Podia ser surpreendida pelo esforço do Conselho Geral de Instrução Pública, entidade sucedânea do Conselho Superior de Instrução Pública, ao considerar, em 1860, que não podia mais ser deixado ao arbítrio dos professores a escolha dos livros para o exercício do ensino popular, entendido esse arbítrio como uma falta cometida na origem do sistema público de ensino; e pelo esforço deste organismo na disseminação de um ensino “tão sólido na sua substância quanto vernáculo na sua exposição” ao eleger, um ano depois, em 1861, um conjunto de 73 obras, (47 para a instrução primária, 26 para a instrução secundária) como “bons livros pela linguagem e pela doutrina”⁴³⁶, dupla

⁴³⁶ Decreto e regulamento de 31 de janeiro de 1860 estabelecendo as regras convenientes para a aprovação e adoção dos livros destinados ao ensino, *Coleção oficial da legislação portuguesa redigida por José Máximo de Castro Neto Leite e Vasconcelos. Ano de 1860*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1861, p.26; Portaria de 28 de setembro de 1861 aprovando e mandando adotar para serem lidos nas escolas primárias e secundárias os livros constantes da relação que acompanha a portaria, *Coleção oficial da*

atividade inspetiva que categorizava as obras não só pelo que ensinavam mas pelo que se encerrava na matéria que ensinavam.

Para a instrução primária, um bom livro era tanto um livro sem incorreções gramaticais quanto sem erros de doutrina e de ideias que ofendessem a religião e a moral, escrito sob o efeito da liberdade de imprensa e de opinião, desde que não incorressem na calúnia e na subversão. “Os princípios fundamentais da nossa lei política, de acordo com o espírito do século, com os direitos da civilização e com a opinião dominante no país, rejeitam todas as providências que tendam a limitar a livre manifestação do pensamento”⁴³⁷.

ERROS PALMARES, SOLECISMOS REPUGNANTES

Como o Conselho deixava claro, se a liberdade de imprensa tendia a uma quase regulação própria, o Estado não poderia consentir que fosse livre o *imprimatur* de obras para crianças e jovens, justamente em nome da tolerância e em nome do horror à ausência de crença; e, portanto, não podia permitir que se lessem “livros perigosos à puerícia e à juventude, por serem subversivos da sociedade, da moral e da crença religiosa que o Estado se obrigou solenemente, pela tradição, pela fé e pela lei, a proteger e tutelar em todas as relações públicas contra as afrontas da incredulidade ou do cinismo”⁴³⁸. Os professores não ficavam bem enquadrados nesta demanda e era certo que estavam a ser combatidos também, da mesma forma que com a tentativa de abrir escolas ou com a de fixar monumentos na paisagem com respeito exemplar, o acaso, o capricho, a anarquia ou até a confiança nos indivíduos – se bem que a revolução liberal tinha a sua ascendência de razões, fixadas sobre o primado do individual – que não tinham discernimento para uma escolha que não fosse tutelada.

Os mestres primários, pela modéstia exagerada dos seus honorários, pela deficiência das suas habilitações, pela tolerância quase necessária até agora nos seus exames, não reúnem muitas vezes os melhores predicados do bom e inteligente educador; acresce a estes males a infinita multiplicidade dos

legislação portuguesa redigida por José Máximo de Castro Neto Leite e Vasconcelos. Ano de 1861. Lisboa: Imprensa Nacional, 1862, pp.351-353

⁴³⁷ Decreto e regulamento de 31 de janeiro de 1860 estabelecendo as regras convenientes para a aprovação e adoção dos livros destinados ao ensino, *Coleção oficial da legislação portuguesa redigida por José Máximo de Castro Neto Leite e Vasconcelos. Ano de 1860.* Lisboa: Imprensa Nacional, 1861, p.27

⁴³⁸ *Ibidem*

compêndios, a cuja escolha presidiu as mais das vezes o acaso ou a necessidade, o capricho ou a predileção individual. Quem entrar numa escola primária pública, ainda das mais zelosamente presididas, não achará muitas vezes nas mãos dos alunos que se sucedem no mesmo banco livros iguais para as mesmas disciplinas. Ouvirá muitas vezes as crianças repetirem descuidosas os erros palmares em que os vai perfidamente industriando a avareza criminosa de algum ignorante que, sem consciência e sem remorso, mesclou solecismos [erros gramaticais] repugnantes com doutrinas falsas, fruto mirrado de mal compreendidas e escassas compilações. Verá com lástima o progresso com que se vai cada vez mais barbarizando o grave e copioso idioma nacional, entregue sem proteção à arrojada temeridade de mal habilitados tradutores. Ouvirá agora um trecho de leitura em alguma novela frívola, se bem que inofensiva aos bons costumes, pouco zelosa dos foros da linguagem, logo uma passagem declamada num livro inacessível, pelo assunto ou pelo estilo, à débil e tardia compreensão da puerícia. (Decreto e regulamento de 31 de janeiro de 1860 estabelecendo as regras convenientes para a aprovação e adoção dos livros destinados ao ensino, *Coleção oficial da legislação portuguesa redigida por José Máximo de Castro Neto Leite e Vasconcelos. Ano de 1860*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1861, p.27)

Ao invés, pretendia-se que os compêndios escolhidos ajudassem os alunos no seu trajeto das pequenas para as maiores dificuldades, sob uma regra com duas alíneas. A primeira era separar os livros inofensivos aos bons costumes, à religião e às instituições daqueles que “mesmo em gérmen, em alusão, quase sem cumplicidade de seus autores, possam conter alguma proposição menos bem-soante à pureza de ouvidos pueris, algum erro contra a santidade da religião ou da moral, alguma doutrina subversiva das leis naturais e constitutivas da sociedade em gral ou contrária à organização política da sociedade portuguesa em especial”⁴³⁹. A segunda era a escolha dos livros essenciais para o ensino (as obras *adotadas*, por um período de três anos, que serviriam de texto a todas as aulas e estabelecimentos públicos de instrução) e a recomendação de outros, que sem serem tão relevantes como os primeiros, pudessem ilustrar a leitura e servirem, também, para o ensino particular (as obras *aprovadas* por um período de dez anos, isto é, as que não ofendiam a religião, a moral e a *Constituição*). O Conselho Geral de Instrução Pública devia fazer uma votação a dois tempos, primeiro aprovando um conjunto de livros e só depois, adotando alguns dentre esses.

⁴³⁹ *Ibidem*, p.28

SERES DE QUALIDADES EXCECIONAIS

Essa regularidade podia ser surpreendida quando, num compêndio adotado para a instrução primária, já na sua quinta edição, se associava a contínua reificação das maiores qualidades humanas às grandes personagens da história e se listavam, numa obra que pertencia ao autor mais representado na primeira seleção de compêndios do Estado para as instruções primária e secundária, as maiores virtudes: o amor da independência nacional, de que eram exemplo as grandes figuras históricas como Nuno Álvares Pereira e figuras reais; a clemência (como atributo dos mais importantes cidadãos); a firmeza de caráter, entendida “em mostrar-se o homem sempre igual” mas muito mais se vista a partir de uma figura “à frente de uma nação ou de uma província para a bem governar e lhe administrar justiça” mantendo “a todo o custo a honra e o decoro nacional (...) quando se trata da observância das leis, da defesa da pátria ou do crédito da nação” (Roquete, 1846: 16); a hospitalidade, a obediência e a humildade como virtudes estimáveis e raras, de que era dado o exemplo de Frei Bartolomeu dos Mártires, religioso dominicano e arcebispo de Braga; o amor do príncipe ao povo, de que os reis de Portugal eram a prova mais forte, mas também o amor dos povos aos príncipes (“Nenhuma nação tem dado tão brilhantes provas de amor e fidelidade a seus príncipes como a nação portuguesa” (Roquete, 1846: 53); o amor da justiça como a principal virtude dos príncipes, a confiança em si próprio como uma distinção das pessoas invulgares e o desinteresse como seu apanágio.

Quando El Rei D. Afonso IV foi convidado por seu genro El Rei de Castela para o coadjuvar na empresa de expulsar os mouros da Andaluzia, e depois de ter com o seu auxílio ganhado a famosa batalha do Salado, ofereceu-lhe este o despojo do campo inimigo, que todo havia caído em seu poder; Afonso, desinteressado e desprezador de tudo que pudesse indicar paga ou recompensa, respondeu a seu genro: ‘ Eu não vim de Portugal para voltar carregado de despojos, para mim é de sobejo a glória de ter vencido’. Escolheu contudo para memória deste glorioso feito o estandarte e a trombeta de Albohacem, rei de Marrocos, que mandou depositar no seu arsenal; e que depois da sua morte servirão de emblema ao túmulo, como troféus de sua vitória. (Roquete, 1846: 119-120)

O valor e a intrepidez como distinção dos cavaleiros portugueses (“seria impossível querer enumerar todas as ações de valor e intrepidez que os nossos antigos portugueses praticaram em defesa de sua pátria e em serviço de seus príncipes” (Roquete, 1846:

163); a brandura como valor que por vezes podia ultrapassar a severidade; o valor da emulação e os seus inimigos declarados (“O caráter da emulação e o que verdadeiramente a distingue da ambição, da inveja e do ciúme, com quem ela nada se assemelha, consiste em que, quando busca as dignidades, os cargos e os empregos, é sempre a honra, o próprio dever e o amor da pátria quem a dirige e anima” (Roquete, 1846: 216); a urbanidade, como valor dos maiores; tudo isso determinavam, num conjunto de textos incompletos e recortados da sua origem, histórias adaptadas de glória, generosidade e notabilidade que cantavam seres de qualidades excecionais.

A mesma excecionalidade que se podia encontrar noutra incitação à conservação de valores, igualmente caracterizados pela antiguidade, isto é, pela distância entre a sua ocorrência e o presente, pela representação da nação e pelas histórias heroicas que se guardavam entre pedras, e que chamavam a retidão ao discurso. Não era possível imaginar a leitura de textos sem um conjunto de aprendizagens morais sobre os grandes homens e não era possível conceber a conservação de pedras em nome apenas de uma antiguidade que não fosse a de uma herança antiga que se vestia de honra ardente.

Senhores – O mosteiro de Santa Clara da cidade de Coimbra, fundado por D. Telo em 1132, e generosamente dotado por D. Afonso Henriques e seus sucessores, é ainda hoje um monumento notável de arquitetura. Do reinado de D. Manuel são, com efeito, os mausoléus dos dois primeiros monarcas portugueses; o púlpito no corpo da igreja, as cadeiras do coro e a frontaria do templo ou portal de majestade, tão carcomido hoje e quase soterrado. Ao século seguinte pertencem também os claustros, a sacristia e a sumptuosa capela de São Teotónio, com o seu túmulo de mármore e os não menos preciosos de D. Telo e D. João Teotónio. Conservar portanto esta antiga recordação da nossa história civil e religiosa é, para os portugueses, um dever de honra nacional. Se tantas outras preciosidades artísticas e literárias que ali existiram se acham perdidas ou dispersas, não deixemos ao menos cair de todo esses restos do grandioso edifício da igreja de Santa Cruz, que o tempo e o vandalismo não conseguiram por enquanto desmoronar. (José de Moraes Pinto de Almeida, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1861-1-29, diário número 21, p.235)

Podia ser encontrada na formulação que o deputado pelo círculo de Leiria, D. António da Costa, quase década e meia antes de assinar uma reforma com o seu nome e se tornar o primeiro ministro da Instrução Pública de Portugal, apresentou no Parlamento num projeto de lei de reforma da instrução primária.

Dividia em seis pontos as alterações centrais que queria ver realizadas: i) uma instrução primária partilhada entre Estado e municípios, mesmo reconhecendo a penúria destes; ii) a multiplicação de escolas normais; iii) um bom sistema de inspeção; iv) a necessidade de garantir a frequência dos alunos, com penas corretivas e uma gestão que

nada devesse à indulgência (a frequência era obrigatória entre os sete e os 15 anos de idade); v) a necessidade de estabelecer cursos ambulantes e noturnos vi) a conveniência de existirem atividades circum-escolares como a realização de um jornal de instrução primária, publicado pelo governo, e conferências anuais nas capitais de cada distrito a que os professores primários eram obrigados a assistir; disposições sobre auxílio social na doença e sobre inspeção: existência de associações do magistério primário que deviam velar pela manutenção de uma caixa social de socorros para prover a doenças dos sócios, que eram todos os funcionários da instrução primária; existência de inspetores distritais de instrução primária, que tinham funções de vigilância sobre as escolas do Estado, incluindo as normais, e sobre escolas particulares.

Esses seis pontos subjugavam-se à ideia de que a religião presidia à educação e de que a influência religiosa dos povos era a base segura de um ensino moral tal como se baseavam na premissa de que a infância se educava pelo trabalho. Os professores das escolas normais, dizia-se, teriam todo o cuidado em “aplicar à prática da vida os princípios da religião do Estado e da caridade cristã em todos os seus fins morais e sociais”⁴⁴⁰. As congregações religiosas dedicadas à educação primária teriam um papel relevante reconhecido pelo governo e, em termos de instalações, o Estado deveria fundar estabelecimentos de educação e instrução primária nos conventos de religiosas ao mesmo tempo que os municípios seriam encarregados de construir os edifícios das escolas primárias. O projeto estabelecia-se em três categorias, a educação, a instrução e a profissão (cuja divisão constituía, de resto, o artigo 1.º do projeto de lei), revertidas em três outros termos, a educação como alma dos homens, a instrução como ciência e a profissão como trabalho.

Podia certamente ser observada e surpreendida na forma como o marquês de Valada chamava a atenção do governo para a conservação dos monumentos históricos. Se os professores podiam ligar a curiosidade pelo conhecimento do mundo aos feitos heroicos dos portugueses e estes aos monumentos, as ligações da glória à família alargada da nação podiam ser realizadas sem custo. “Creio que todos os países amam as suas tradições porque estas pertencem aos povos como às famílias e são um apanágio de glória, que lhes recorda as grandezas legadas pelos seus antepassados” (...) “É bom,

⁴⁴⁰ D. António da Costa de Sousa de Macedo, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1857-2-26, diário número 19, p.243

repito, que o camartelo destruidor não vá cair sobre o passado glorioso”⁴⁴¹, fazendo mesmo o deputado essa síntese poderosa de se considerar na senda progressiva defendendo o passado: “Creio que se pode ser liberal e ao mesmo tempo desejar-se a conservação de monumentos que atestam as glórias da nossa pátria; e não me parece que sejam coisas incompatíveis”⁴⁴².

Essa procura de regularidade, essa procura de uniformidade e harmonia dos saberes deveria ser mais relevada tendo em conta que a escolarização foi um projeto conduzido pelos meios urbanos e pelas classes sociais mais abastadas, sabendo-se que a escola primária portuguesa do século XIX não era uma instituição homogênea, frequentada essencialmente pelas crianças de classes médias e superiores; era considerável a presença de filhos de artesãos e operários e de filhos de assalariados agrícolas nas escolas públicas elementares e a escola era um espaço onde diferentes classes coabitavam. Já a composição das escolas privadas era homogênea, constituída por crianças de classes altas (Nóvoa, 1987: 358). Estava em curso, portanto, a necessidade de os poderes fazerem passar nas escolas públicas uma mensagem idêntica a meninos com experiências diferentes de vida.

NOTAS FINAIS

Sob a Monarquia Constitucional, os alvares dos sistemas de instrução edificaram-se a partir do reconhecimento absolutamente necessário da existência de uma ligação entre governados e governantes, quer dizer, entre trabalhadores que deveriam aumentar o seu trabalho e deputados que deveriam legislar para que o reino prosperasse através da riqueza produzida, entre a consciência da participação coletiva e o deferimento mais ou menos tácito da obediência como condição para que essa participação se concretizasse. A moralização das classes populares como forma de exterminar uma das grandes apreensões dos deputados e dos governos da Monarquia Constitucional – o que consideravam ser a vida de anarquia moral dos proletários – não podia concretizar-se senão à custa da edificação de um sistema público de instrução. Como demonstrou o deputado, líder de um pronunciamento militar no início dos anos 40, ministro do Reino,

⁴⁴¹ D. José de Meneses da Silveira e Castro Lencastre Rapach e Távora, Câmara dos Pares do Reino, ata de 1874-2-3, diário número 9, p.24

⁴⁴² *Idem, ibidem*

conselheiro de Estado efetivo e Par do Reino, António Bernardo da Costa Cabral, os povos não deviam apenas ser educados para exercer os seus direitos; deviam instruir-se para saber obedecer e adquirir a moral necessária para se deixarem governar, uma missão de que eram investidos os professores, comparados a sacerdotes, com nada menos do que se declarar serem os grandes contribuintes da paz social.

Para pôr fim a um estado “provisório” em que as instituições eram rapidamente descredibilizadas e não parecia possível construir nada de sólido nem de permanente, os deputados falaram da justeza de uma harmonia entre o sistema de instrução e o sistema político. A instrução encontrava-se no centro para encaminhar a aprendizagem dos povos quanto à força das leis, ao prestígio das autoridades e à estabilidade das instituições. Como dizia o deputado José Maria Grande, se as instituições se assemelhavam a edifícios, umas e outros necessitados de bases seguras, essas bases eram construídas a partir da moralização nacional e decididamente pela instrução.

A lenta construção de uma herança através da instrução teve, como vimos já, suporte em diversos níveis: nas leituras para a instrução primária que prescreviam modos de ser (através de figuras históricas exemplares e de sentenças, provérbios e máximas; ou das prescrições aos normalistas para lecionar, na tentativa de fabricação de um pensamento comum); na tentativa de dotar os liceus com um ensino científico e prático, quer através da ordem curricular que procurava sugerir uma súpula dos conhecimentos do mundo, quer através da instalação das bibliotecas, laboratórios e gabinetes que permitiam uma vivência experimental desses conhecimentos; nos desejos de instruir a massa proletária, para que esta pudesse ser mais produtiva e mais obediente; na observação de como as paredes do Convento de Tomar podia suggestionar nos alunos do Colégio Militar uma reverência pelo que era referido como sendo “puramente português” – afirmar-se que fazer uma resenha das glórias do país e dos feitos passados da nação, tal como debitar sentenças e provérbios, igualava a tenção de a história de Portugal e as histórias de cunho cívico serem lições práticas de vida.

Essa lenta construção da herança, como se fosse desejável invocar uma forte aproximação ao que seria a tradição, jogou-se também em outros níveis, atingindo estrategicamente o trabalho das classes proletárias através do desenvolvimento das artes e ofícios e da tentativa de fomentar as indústrias caseiras e atingindo, como não poderia deixar de ser, o ensino artístico.

O GRANDE INVENTÁRIO DOS MONUMENTOS DE PORTUGAL E O FORTALECIMENTO DO PODER DO ESTADO PELA INAÇÃO, INSUFICIÊNCIA E INTERVENÇÃO CASUÍSTICA

A IDEIA DE REUNIR a tutela do ensino das belas-artes à conservação dos monumentos históricos fez parte de um projeto de lei de 1876. A comissão que se encarregou do extenso relatório que sustentava as propostas finais descreveu, igualmente, o que devia ser um museu nacional de arte e indústria – o grande museu que era ambicionado há muito para ser instalado em Lisboa, um velho sonho, como veremos à frente, não dos poderes parlamentares, nem exatamente de académicos, mas de reis.

Através da conservação de obras de arte, esse museu teria por papel desenvolver o sentimento estético, o amor da pátria e o apreço pelos monumentos do passado, “ligar” a arte e a indústria e aperfeiçoar os ensinamentos artístico e industrial. A comissão esmerou-se numa ligação apaixonada entre o ensino de vários níveis e entre monumentos e objetos, uns reflexos dos outros e garantes de uma existência recíproca. Os alunos tomariam conhecimento da sua herança fortalecendo o sentimento de pertença por intermédio da manipulação de monumentos e objetos.

Malgrado as frases de que não haveria civilização verdadeira sem o conhecimento e o estudo das artes, a realização de um inventário nacional do património (um inventário geral de arte e de monumentos, das indústrias mais predominantes nas terras e das condições locais de ensino, assim referida no relatório), parecia tão necessária quanto longínqua. Essa fraqueza do Estado não fez desanimar os seus representantes nem os académicos que reclamavam por soluções em face do estado de abandono, do estrago e da desapareção próxima, como era referido, dos monumentos e objetos mais caracteristicamente gloriosos para a nação. Tal estado de abandono, ignorante das existências artísticas, monumentais e arqueológicas, não só fazia equivaler a ignorância dos governos, que consentia na venda de objetos e na perda de outros, à ignorância das populações, como, paradoxalmente, tornou o Estado mais prevalecente, do ponto de vista discursivo, quer dizer, mais poderoso na sua inação. Numa onda que não deixou de

crescer até aos dias de hoje, os discursos sobre a perda de objetos e monumentos tornaram-nos mais presentes do que nunca e foram um veículo que acentuou a incontestável importância do património.

MUSEU CENTRAL PARA AS BELAS-ARTES

O ensino das belas-artes e a conservação de monumentos históricos foram reunidos sob a dependência de uma mesma inspeção-geral num projeto de lei apresentado ao Parlamento em 1876. “O movimento geral dos espíritos” dos anos 70 do século XIX determinava que governos e parlamentos fundassem escolas e museus, que instaurassem a criação de escolas e museus de arte aplicada⁴⁴³ à indústria e que prosseguissem o desenvolvimento industrial através de um duplo reconhecimento, do fomento dessas indústrias, por um lado, e da recolção das artes tradicionais, por outro, que deviam servir de modelos ao desenvolvimento dos estudos e trabalhos práticos.

“Não basta, por exemplo, ensinar o operário ceramista a desenhar e modelar flores e frutos nem incutir-lhe tão-somente os verdadeiros princípios da decoração aplicada à cerâmica se este ensino não puder ser acompanhado com a apresentação de bons modelos, onde o estudante veja realizadas e postas em prática as lições do mestre”⁴⁴⁴. O diagnóstico da situação do ensino artístico em Portugal implicava a reorganização das academias de belas-artes de Lisboa e Porto, nas quais se notava a falta de cadeiras teóricas como história da arte, estética, perspectiva ou arqueologia, a ausência de

⁴⁴³ Artes aplicadas, artes decorativas ou artes menores seriam as artes que escapariam à classificação de artes maiores (como a pintura, a escultura ou a arquitetura) e que descreveriam a realização de trabalhos ornamentais ou funcionais, podendo ter um fim comercial-prático. “Há indústrias tradicionais em quase todos os países, as quais não têm fim especulativo; o trabalho serve apenas para ornar a casa ou o objeto caseiro, não entra em circulação, no comércio. Desde o momento em que a indústria entra no mercado perde o caráter de indústria caseira. Em todos os países que progridem se procura transformar as indústrias caseiras em indústrias de concorrência e dar-lhes em lugar da feição ingênua, primitiva, o caráter racional, prático. São as escolas de arte aplicada, especiais e gerais, que se encarregam desse trabalho” (Vasconcelos, 1879: 71). “*Arte ornamental, arte útil, arte industrial ou aplicada à indústria* significam a aliança do belo com o útil, da conveniência com a arte; designações que todas se compreendem hoje na fórmula *arte decorativa* que é a arte aplicada ao embelezamento dos objetos usuais, da habitação, dos objetos de luxo, não com o fim de fazer a obra de arte, o primor de engenho, o quadro ou a estátua mas de tornar agradáveis à vista objetos de determinado destino – móveis, joias, vestuário, etc.. Segundo uma autoridade, o termo *decorativo* aplica-se a todas as artes, quando os produtos são concebidos e executados com o fim de satisfazer a condições especiais de utilidade” (Pereira, 1895: 97)

⁴⁴⁴ Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1876-3-17, diário número 48, p.689

cadeiras indispensáveis para a realização de um curso de arquitetura ou a falta de um curso de aplicação das artes do desenho às artes industriais.

Naquele diagnóstico era implicada uma manifestação de apreço pela arte como condição de inscrição na civilização e, nesta, de identificação das tradições, nomeadamente através da coleção de relíquias dos objetos artísticos e arqueológicos que deviam ser reunidos num museu de artes e de arqueologia, acerca da qual se fazia uma observação paradoxal: “Nem pode servir-nos de desculpa o facto de não termos objetos com que constituir este museu”⁴⁴⁵. Talvez se quisesse dizer que os objetos não estavam devidamente organizados ou que não pareciam suficientes. A par da reconversão do ensino artístico, o governo implicava-se numa outra decisão, organizar um serviço de conservação de monumentos históricos, decisão também apanhada noutra afirmação paradoxal: “Muitos dos nossos principais monumentos estão infelizmente perdidos”. O governo esperava reorganizar as escolas de belas-artes fundadas em 1836 por Passos Manuel, obrigando à extinção da Academia Real de Belas-Artes de Lisboa⁴⁴⁶ e da Academia Portuense de Belas-Artes⁴⁴⁷, e desenvolver as profissões do desenho e a sua aplicação à indústria. Esperava ajudar a criar museus artísticos e industriais, municipais e distritais, e esperava assumir a conservação de testemunhos do passado.

A Inspeção-Geral das Belas-Artes que se propunha criar agregava funções administrativas e técnicas, centralizando os serviços artísticos e arqueológicos do país e o inspetor-geral acumulava a superintendência do ensino das belas-artes, dos museus e da conservação dos monumentos. Em Lisboa, seria constituído um museu de belas-artes, de arqueologia e de artes aplicadas à indústria, que devia reunir as coleções e objetos de arte do Estado e no qual os três conservadores seriam, ao mesmo tempo, professores auxiliares da Escola superior de belas-artes da capital. O Estado podia auxiliar a constituição de pequenos museus de objetos de arte e arqueologia. Prevvia-se a transição do pessoal docente das academias extintas para as novas escolas superiores de belas-artes mas toda a organização do ensino, da natureza das provas para concurso ao magistério, da disciplina dos alunos, dos exames, das provas práticas e dos prémios, eram remetidos para regulamentos especiais a serem criados no futuro.

⁴⁴⁵ *Ibidem*

⁴⁴⁶ Criada em 25 de outubro de 1836, a Academia das Belas-Artes de Lisboa passou, a partir de 1862, a designar-se Academia Real de Belas-Artes

⁴⁴⁷ A Academia Portuense das Belas-Artes foi criada 22 de novembro de 1836 para promover o estudo das belas-artes e aplicar a sua prática às artes fabris

De forma difusa, apesar da declaração de intenções, permanecia o conjunto de regras pelas quais o Estado assumia a classificação, aquisição, guarda e conservação dos monumentos, a não ser por dois aspetos particulares: era proibida a exploração de jazidas arqueológicas sem prévia comunicação à inspeção-geral; e era determinada a inscrição no orçamento de uma quantia anual para prover a classificação, aquisição, guarda e conservação de monumentos. A inclusão de verbas nos orçamentos apresentados às Cortes para conservar monumentos acontecia há já 40 anos e pelo menos desde o orçamento geral de despesa do Estado de 1837-1838 que se indicava uma rubrica para “conservação de monumentos históricos”⁴⁴⁸.

TRÊS DOCUMENTOS FUNDAMENTAIS PARA A CARACTERIZAÇÃO DO ESTADO DAS ARTES

A redefinição do ensino do desenho, a ligação à indústria, a criação de um museu central, a criação de uma inspeção-geral, a conservação de monumentos históricos ou até a organização de uma academia de artes e arqueologia que constituísse, com os seus artistas e escritores notáveis, um júri conselheiro do governo para esses assuntos, inscreviam-se na ideia de que “não há civilização verdadeira sem conhecimento, estudo e apreço pela arte”⁴⁴⁹ e na constatação de que “no que respeita à educação artística dos nossos operários tudo temos a criar”⁴⁵⁰, conforme se dizia no preâmbulo que acompanhava o projeto, que evocava a necessidade de modernizar o ensino das academias criadas em 1836. “Seria longo e fastidioso enumerar todas as deficiências e imperfeições dos estatutos de 1836, que ainda hoje regem as academias. Foram há pouco apontadas num trabalho que o governo mandou imprimir e distribuir pelas Cortes”⁴⁵¹.

Os deputados podiam legislar, em 1876, com o conhecimento de dois documentos, que foram produzidos quase ao mesmo tempo: i) *Observações sobre o atual estado do ensino das artes em Portugal, a organização dos museus e o serviço dos monumentos históricos e da arqueologia* (1875), pelo marquês de Sousa Holstein, um dos membros

⁴⁴⁸ As primeiras despesas discriminadas para conservação de monumentos históricos indicavam gastos com a conservação da Capela de São Roque, com o asseio do Palácio de Mafra e com a conservação do Convento da Batalha e outros edifícios, não referidos (Passos, 1837)

⁴⁴⁹ Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1876-3-17, diário número 48, p.689

⁴⁵⁰ *Ibidem*, p.688

⁴⁵¹ *Ibidem*

de uma comissão para propor a reforma do ensino nas academias de belas-artes de Lisboa e do Porto, a organização de um museu de pinturas, esculturas, desenhos, gravuras, arte ornamental e arqueologia; e a conservação de monumentos; ii) e um relatório dessa comissão, presidida pelo próprio Sousa Holstein, para reformar o ensino artístico e o serviço de museus (1876), que devia suportar as decisões do Parlamento.

A estes documentos centrais juntar-se-ia a apreciação do historiador Joaquim Vasconcelos à reforma do ensino de belas-artes, com a publicação de três volumes em três anos (1877, 1878 e 1879). Naquele opúsculo de Sousa Holstein, que serviu de auxiliar ao relatório da comissão nomeada pelo governo para propor a reforma do ensino das belas-artes nas academias de Lisboa e do Porto, a organização de um museu de pinturas, esculturas, desenhos, gravuras, arte ornamental e arqueologia e as providências a tomar para conservação, guarda e reparação de monumentos e objetos arqueológicos haveria de produzir, estimava-se que perto de 20 mil pessoas com profissões oficiais poderiam aprender os rudimentos do desenho (Holstein, 1875: 20), apesar de se considerar que Portugal era o único país da Europa a negligenciar a educação artística dos seus operários e que o ensino das artes aplicado à indústria estava inteiramente desorganizado. A Academia de Lisboa tinha aulas noturnas para os operários e, embora a sua frequência não constituísse um curso organizado (Holstein, 1875: 10), frequentaram as aulas à noite 1324 alunos em quase dez anos, entre 1864 e 1873, constituindo uma manifestação de procura ávida de instrução por parte das classes industriais, segundo o marquês de Sousa Holstein (Holstein, 1875: 10)⁴⁵². De acordo com o documento, era na aula de arquitetura que mais se notavam as deficiências do ensino, pois apenas se satisfaziam as exigências de preparação para um curso preparatório de desenho ficando a formação ministrada a grande distância de um curso superior de arquitetura numa escola de belas-artes. Os operários precisavam de saber desenhar (a figura humana, os animais), saber modelar, saber rudimentos de história das artes e de regras de composição, o que os fazia ultrapassar o nível da imitação e levá-los a inventar, “ensinando-os a ter estilo” (Holstein, 1875: 14). Para muitos deles, canteiros, entalhadores, ourives, estucadores, fabricantes de louças e de azulejos, marceneiros,

⁴⁵² O curso noturno da Academia de Lisboa incluía: desenho de ornato, desenho de arquitetura, desenho de princípios de figura e desenho do antigo (Holstein, 1875: 10); o curso de desenho da Academia de belas-artes de Lisboa, que se estendia por quatro anos, compreendia: desenho geométrico, elementos de desenho de figura, desenho de ornato, desenho de arquitetura, desenho de paisagem, desenho do antigo, desenho do nu. Terminado esse curso, os alunos podiam seguir as cinco aulas superiores seguintes: arquitetura; escultura; pintura de figura; pintura de paisagem; e gravura a talho doce; havia ainda uma aula de gravura em madeira, provisoriamente organizada. Na Academia Portuense de Belas-Artes eram quatro as cadeiras: desenho, pintura, escultura e arquitetura (Holstein, 1875: 4 e 8)

etc., era essencial o ensino do desenho, e o ensino do desenho não podia ser proficiente sem que estivessem disponíveis coleções de objetos. As duas escolas superiores de Lisboa e Porto deviam conservar-se mas o ensino devia ser reorganizado de tal modo que fosse subdividido em um curso completo de desenho, que seria o curso secundário de preparação, e em diferentes áreas artísticas de especialização, que constituíam o curso superior.

Ao recomendar-se a organização de um curso de arquitetura civil, era referido que os arquitetos não deviam sair da escola unicamente com conhecimentos teóricos. O pessoal adstrito às academias de Lisboa e do Porto era insuficiente e insuficientemente pago, como era um caso de um professor da Academia de Lisboa que estava encarregado de lecionar uma aula para principiantes de manhã, uma aula superior no meio do dia e uma aula para os fabris à noite, ganhando pouco. Nos bairros populosos das cidades deviam organizar-se escolas para ensinar o desenho aos operários. As instituições de ensino que formavam artistas deviam ser acompanhadas de outras que pudessem expandir o gosto pelas artes e estas deviam partir de uma ação do Estado. “É preciso pois em primeiro lugar que o Estado consagre uma verba, ainda que seja modesta, para aquisição anual de obras de arte: enriquecem-se assim os museus e auxiliam-se os artistas.” Como dizia o preâmbulo do projeto de lei, os museus seriam o complemento natural das escolas de desenho. Já no opúsculo de Sousa Holstein se assinalava que, apesar de haver grupos de coleções dispersas, não havia um só museu. “Contudo teria sido fácil formá-lo quando se extinguíram os conventos e tantos objetos preciosos de todos os géneros entraram na posse do Estado” (Holstein, 1875: 27). De acordo com o bibliotecário-mor, José Feliciano de Castilho, em 1844 a Biblioteca Nacional de Lisboa tinha na sua posse 991 quadros provenientes dos extintos conventos a que se somaria um número indeterminado de outros guardados em rolos e que seriam pouco valiosos, uma cifra alcançada já depois de a Academia das Belas-Artes de Lisboa ter escolhido “os melhores quadros para seu uso”, cerca de 500, e de outros 400 terem sido entregues a vários estabelecimentos⁴⁵³. Esses quadros cuja guarda cabia à Biblioteca Nacional

⁴⁵³ A comissão do Depósito Geral das Livrarias dos Extintos Conventos tinha ficado encarregada de entregar um inventário à Academia das Belas-Artes de Lisboa dos quadros existentes no depósito para que pudessem classificar-se em função dos que fossem relevantes para estudos artísticos e académicos. A comissão do Depósito devia enviar também uma relação dos quadros existentes nos distritos de Lisboa, Santarém, Castelo Branco, Leiria, Portalegre, Beja, Évora e Faro, à Academia de Lisboa; e fazer outro tanto à Academia portuense de belas-artes quanto aos quadros existentes nos distritos do Porto, Aveiro, Braga, Viana, Vila Real, Bragança, Guarda, Viseu e Coimbra. A academia lisboeta devia classificar os quadros que ficavam a pertencer-lhe e ordenar o catálogo de todos os objetos, mesmo os que fossem de enviar para outros museus. À Academia foram destinados os volumes mais relevantes para as belas-artes

estavam “amontoados em desordem num corredor que a Academia das Belas-Artes emprestara; com janelas sempre abertas; expostos a todas as inclemências” até serem colocados nos corredores do ex-Convento de São Francisco (Castilho, 1844: 92-93).

CONSTRUIR UM GRANDE LIVRO DE HISTÓRIA

Uma década depois da extinção das ordens religiosas masculinas, o bibliotecário constatava que, apesar do cuidado com os quadros, “muitos há, com sentimento o digo, de valor, e completamente perdidos, por os haverem transportado enrolados ou dobrados, deixando-os assim durante uns poucos de anos, pois só agora pela primeira vez foram todos abertos” (Castilho, 1844: 94). No entender do bibliotecário era necessário fazer uma triagem que dispusesse os quadros em três grupos, os insignificantes que deviam ser vendidos; os de valor mediano, que deviam encaminhar-se para estabelecimentos públicos; e os mais relevantes, que deviam juntar-se aos guardados na Academia de Belas-Artes para constituir o núcleo de uma galeria nacional (Castilho, 1844: 94). As condições em que os quadros se encontravam depositados nessa chamada galeria nacional de pinturas tinham ocasionado reclamações aos poderes públicos, descrevendo-se que as paredes onde se encontravam não tinham espessura suficiente para resistir às oscilações atmosféricas, verificando-se variações contínuas de temperatura da ordem dos seis a sete graus em 24 horas. A humidade entrava pelas paredes e pelo soalho. Já no final dos anos 60 do século, um grupo encarregado pelos professores da Academia de Belas-Artes de Lisboa de verificar as causas dos estragos nas pinturas constatava ser a humidade do ar a principal causa de degradação e clamava por uma mudança de instalações (Holstein, 1875: 50-53). No projeto de lei apresentado ao Parlamento, dizia-se existirem “várias coleções mal ordenadas por falta de pessoal e de meios” às quais se deveriam juntar muitos objetos de valor artístico e arqueológico e constituir um museu representativo da nação.

Essas coleções, de acordo com as *Observações* de Sousa Holstein eram: uma galeria de quadros; uma coleção de desenhos originais; gravuras; e objetos de arte ornamental como pratas, louças e tecidos. O opúsculo de Sousa Holstein assumia a “vergonha” por nada se ter feito a favor dos museus e afirmava que, em Lisboa, deveria haver um

do Depósito Geral das Livrarias dos Extintos Conventos, para se constituir uma biblioteca específica de belas-artes, como veio a acontecer

museu central, dividido nas secções de pintura, escultura, desenho, arte ornamental, etc., secções que seriam um deleite para os visitantes e em que “aprenderia o aluno artista, estudaria o arqueólogo” (Holstein, 1875: 31). A galeria de quadros existente na Academia de Belas-Artes servia o propósito de organizar um museu de pintura, juntamente com quadros provenientes de conventos de freiras, à medida que estes se iam extinguindo⁴⁵⁴, e de uma recolha em sítios públicos onde estariam espécimes sem preencher qualquer função. Uma verba para aquisições faria entrar na coleção pinturas contemporâneas; poderia haver uma secção de cópias dos trabalhos mais notáveis dos grandes artistas, provenientes dos alunos que o Estado subsidiava. Uma secção histórica dignificaria os relevantes episódios da nação como lições a serem incorporadas pelos visitantes e estudantes. “No museu de pinturas poderia finalmente haver uma secção histórica, na qual se vissem reproduzidos pelo pincel os feitos mais notáveis da história pátria. Seria como um grande livro em cujas páginas os mais ignorantes poderiam ler as admiráveis lições que tanto abundam na história do nosso Portugal” (Holstein, 1875: 29-30). A organização das coleções pressupunha um investimento no tempo de tal forma que o acúmulo de espécies formaria, também pela afeição, não só um museu mas um monumento projetado no futuro: “Se o país se afeiçoar ao seu museu de belas-artes é certo que não deixará de contribuir cada indivíduo para aumentar o que em breve pode vir a ser um monumento nacional” (Holstein, 1875: 30). Assim, não era de estranhar que o museu de esculturas, para poder dar uma ideia da história da escultura, pudesse formar-se a partir de fragmentos vazados em gesso de Belém [Jerónimos], da Batalha, de Alcobaça, da Igreja de Santa Cruz de Coimbra, da Sé Velha de Coimbra, conservados na Academia de Lisboa.

Também a coleção de modelos arquitectónicos devia refletir as encomendas do Estado. “Nela devem ser incorporados todos os trabalhos desenhados de arquitetura mandados

⁴⁵⁴ Os conventos femininos foram extintos através da Lei de 4 de abril de 1861, que seria regulada no ano seguinte, “Lei suscitando e ampliando as leis de amortização de bens de raiz, sem excetuar os foros, censos, pensões e quinhões, pertencentes a igrejas ou corporações religiosas nas quais se deviam entender compreendidas as freiras, mitras, cabidos, colegiadas, seminários e suas fábricas; e ordenando que se permitisse a remissão dos foros, censos, pensões ou quinhões e se vendessem todos esses bens ou os que de futuro adviessem às mesmas corporações, salvo tão somente os edifícios da residência ou recreio de tais corporações e passais; e que o produto, bem como quaisquer capitais mutuados delas que se arrecadassem, fossem tudo empregado em títulos de dívida fundada interna de assentamento, cujos rendimentos seriam aplicados à satisfação dos legados com que entrassem onerados os bens vendidos e às despesas das sobreditas corporações ou no caso de ser alguma suprimida às de outros estabelecimentos de piedade ou instrução e à sustentação do culto e clero; finalmente dando outras providências para os casos de supressão de tais corporações ou de reversão de seus bens para o estado”, *Coleção oficial da legislação portuguesa redigida por José Máximo de Castro Neto Leite e Vasconcelos, do Conselho de Sua Majestade e juiz da relação de Lisboa, ano de 1861*. Lisboa: Imprensa nacional, 1862, pp.155-157, republicada nas pp.241-243

fazer pelo Estado”, “reproduzindo os alçados e plantas dos mais notáveis monumentos antigos” e o trabalho de artistas responsáveis por novos edifícios. “Seria da máxima vantagem que no museu central existissem ou em modelos de vulto ou em simples desenho, as reproduções dos nossos edifícios públicos” (Holstein, 1875: 31). Gizar o primeiro museu de iniciativa estatal seria, pois, um exercício de juntar os feitos mais gloriosos da pátria, os vestígios dos mais emblemáticos monumentos nacionais, a reprodução dos monumentos antigos, a incorporação dos trabalhos mandados fazer pelo Estado e a reprodução dos edifícios públicos.

Sousa Holstein referia que a organização de um museu de artes industriais, indispensável complemento das aulas de desenho e poderoso auxiliar do aperfeiçoamento das classes laboriosas, apresentar-se-ia de mais difícil realização dado que deveria ser constituído por um grande número de exemplares, franqueado sempre que alguém quisesse e à noite para poder receber os operários. Verberando a necessidade de o Estado estar presente de forma acentuada, referia-se que uma secção deveria ser consagrada à arte nacional e outras secções seriam divididas consoante os períodos da história da arte. Tal como os quadros que viessem de conventos de freiras, também se contava com os salvados de ourivesaria provenientes dos conventos femininos para aumentar a coleção de objetos já existentes na Academia de Lisboa. “Era incalculável o valor dos objetos de prata e ouro que se perderam para sempre em Portugal, roubados uns durante a invasão francesa, fundidos outros para acudir às necessidades do Tesouro” (Holstein, 1875: 32). Muitas preciosidades havia à solta ainda. Juntas podiam tornar “o nosso museu um dos mais ricos da Europa”.

Outras secções, cerâmica, tecidos, objetos madeira lavrada, rendas, móveis, pareciam mais fáceis de reunir e constituir em núcleos, como seria o caso de uma boa coleção de azulejos, bastando que se não deixassem destruí-los por má-fé. O museu devia ter oficinas adjacentes para permitir a reprodução dos objetos, a troca de objetos com outros museus, a sua venda para o país e estrangeiro e para a formação de pequenos museus a constituir junto das aulas de desenho aplicado à indústria que se criassem. Apesar de parte dos seus vestígios se referirem a um tempo em que a nação ainda não estava constituída, o museu de arqueologia – ou a secção de arqueologia do museu central a constituir – “deve ter uma feição especialmente nacional”, segundo se afirmava nas *Observações*, sendo claro que “todas as antiguidades que porventura se descobrirem debaixo do nosso solo (...) possam ilustrar a história do nosso país” (Holstein, 1875: 33).

As antiguidades arqueológicas, de acordo com o documento, atravessavam um período de pouca atenção e descaramento geral, havendo em várias cidades do reino vestígios “em completo estado de abandono e desprezo” (Holstein, 1875: 33-34) e verificando-se, no que respeitava à instrução, a ausência de cadeiras de ensino de arqueologia. Para Sousa Holstein era indispensável não só que não se destruísse todo o género de antiguidades como a colocação no museu central e em museus provinciais das que fossem sendo descobertas e ainda que o Estado gozasse da preferência na aquisição de tais vestígios.

Em complemento da coleção arqueológica do museu central e das coleções de objetos arqueológicos dos museus provinciais era necessária uma biblioteca de belas-artes e de arqueologia, cuja constituição estava feita na Academia de Lisboa. “É formada de alguns livros do depósito das livrarias dos extintos conventos mas recebeu nestes últimos anos notáveis adições” (Holstein, 1875: 35). Também esta biblioteca devia estar aberta de noite, tal como o museu de artes industriais, para permitir a sua frequência por operários. Junto aos museus a criar estariam oficinas de galvanoplastia⁴⁵⁵, fotografia e moldagem, havendo já uma oficina desta última especialidade na Academia de Lisboa mas com um só empregado, que não iria satisfazer as necessidades de “trabalhos de reprodução de esculturas dos monumentos públicos e de execução de formas e exemplares para os museus centrais e provinciais, para trocas e para o comércio” (Holstein, 1875: 36). Nos museus provinciais deveriam ser instaladas bibliotecas com livros de belas-artes, de arqueologia e, sobretudo, de aplicação do desenho à indústria, além de fotografias de monumentos e de objetos de arte.

MUSEUS PARA POTENCIAR CAPACIDADES OPERÁRIAS

Urgente era mesmo a constituição de museus de arte industrial junto a escolas em que se ensinava o desenho às classes operárias, e, além do mais, seria barato pois, na maior parte, tais núcleos de objetos poderiam constar de cópias e reproduções. Esses museus deviam seguir as indústrias locais de especialização, como era o caso nas Caldas de um

⁴⁵⁵ Galvanoplastia, arte de sobrepor a um corpo sólido uma capa metálica por meio de correntes eléctricas; processo químico pelo qual se obtém a reprodução em cobre de uma gravura, de uma página, etc..

museu de cerâmica ou em Guimarães de ourivesaria. “É incalculável o bem que pode trazer às nossas indústrias a criação destes pequenos centros artísticos”, dando-se como exemplo a melhoria nos estudos que tinha ocasionado uma pequena coleção de ornatos reunida na Academia de Lisboa (Holstein, 1875: 39). A existência de aulas e a constituição de museus deveriam contribuir para potenciar as capacidades dos operários, cuja capacidade em reproduzir os modelos que lhes eram apresentados seria notória. O caso era diferente quando se lhes pedia algum trabalho original, o que se atribuía à boa educação técnica e à fraca educação artística⁴⁵⁶.

Sobre os monumentos nacionais, Sousa Holstein voltava a colocar no papel críticas antigas. Por exemplo, a de que as Cortes poderiam conceder algum edifício sem que soubessem verdadeiramente o que estavam a alienar (Holstein, 1875: 41): “É inútil tentar apresentar uma lista dos nossos monumentos históricos. Não a temos. Nunca se fez” (Holstein, 1875: 41). Devastação, tristeza e ruínas caracterizavam o estado geral dos monumentos, aos quais tudo faltava, pessoal habilitado para restaurar os edifícios de vários estilos, verbas no orçamento para reparações urgentes e a organização de um serviço de inspeção. A falta de uma lista de edifícios que o Estado entendesse conservar afetava diretamente a necessidade de encontrar um local para abrigar as coleções artísticas do museu central, que se encontravam, por ora, nas arrecadações da Academia de Lisboa. Talvez por isso, nas conclusões do seu opúsculo, Sousa Holstein levantava a hipótese de poder encontrar-se na capital um edifício apropriado para o museu central, não sendo expressamente necessário fazer uma edificação de raiz. Essa posição contrariava o que tinha escrito num relatório de 1864, em que se batia pelo planeamento de uma construção nova⁴⁵⁷.

⁴⁵⁶ A procura de formação por parte dos operários tinha sido enaltecida pelo marquês de Sousa Holstein num relatório escrito cerca de uma década antes das *Observações...*, em 1864, ao analisar a frequência de alunos ao longo de dez anos na Academia (cerca de quatro mil). “É inegável que o nosso povo tem natural disposição para as artes do desenho. A habilidade dos nossos operários é notória. A instrução é avidamente procurada por eles”. A Academia, como elaborava então, devia cumprir o duplo papel de servir as belas-artes e as artes industriais – deveria mesmo ter duas divisões orgânicas nesse sentido (Holstein, 1864: documento não paginado)

⁴⁵⁷ Nesse relatório de 1864, dirigido ao ministro e secretário de estado dos Negócios do Reino [Nuno José Severo de Mendonça Rolim de Moura, duque de Loulé], Sousa Holstein defendia calorosamente a criação de um “museu histórico” em Lisboa onde pudessem ser arrecadados todos os objetos de arte à guarda do Estado e de particulares que se lhe quisessem associar, como forma de ensinar a história às populações e desenvolver o amor pela pátria. “Este museu histórico tendo uma casa, logo bem elaborado, com bons resumos históricos serviria para facilitar o ensino da história pátria ao povo e para conservar sempre vivos os sentimentos de patriotismo. Mais tarde poderia anexar-se a este museu uma galeria de quadros representando os principais factos da nossa história e uma coleção de bustos, estátuas e retratos de varões insignes”.

Não tinha dúvidas sobre o que seriam as prioridades do desenvolvimento das belas-artes, um museu central e uma coleção de objetos de arte organizada. “O primeiro passo para a reforma das belas-artes é

No segundo documento que fazia o estado da arte do ensino artístico, da organização dos museus e do estado dos monumentos nacionais, da autoria de uma comissão presidida pelo mesmo Sousa Holstein, dirigido ao ministro e secretário de estado dos Negócios do Reino António Rodrigues Sampaio, o diagnóstico grave encontrado ligava a consciência da existência da arte à própria ideia de nacionalidade, ou a um ângulo sem o qual a nacionalidade permaneceria oscilante e frágil: “a situação da arte nacional, a existência presente deste elemento tão natural na coletividade como no indivíduo e sem o qual a nacionalidade não é um facto filosófica e historicamente completo, a existência ou a situação da arte nacional é, Exmo. Senhor, verdadeiro abismo” (AAVV, 1876a: XII).

No precipício assim definido despenhavam-se a ausência da arquitetura, o esmorecimento da pintura, a falta de dignificação da escultura, o decaimento da indústria (para uma feição artística mais própria dos “povos primitivos”), a existência de “edificações ridículas e feias” e de decorações “de mau gosto e mau senso” (AAVV, 1876a: XIII).

Além do ensino, os dois outros assuntos do relatório eram os museus e os monumentos. Era criado um museu nacional de arte e indústria, cujos objetos, em vez de estarem a deteriorar-se em atmosferas impróprias, seriam alojados, conservados, mostrados à admiração do público e classificados em função da sua pertença à pré-história, à etnologia, às belas-artes e às artes industriais e decorativas, como forma de concretizar a aspiração de ter na capital um museu central e reunir as artes belas com as artes industriais “e de preceder das manifestações mais rudimentares do trabalho humano as mais elevadas produções do espírito” (AAVV, 1876a: XXXVI). A comissão juntaria num mesmo local (um museu) as produções que achava procederem de lugares diferentes, as artes básicas provenientes do trabalho manual e as artes belas provenientes do espírito intelectual e, ainda, os vestígios arqueológicos (de ambas as proveniências, do corpo e do espírito) mas de um passado remoto, mostrando por exemplares e cópias “as páginas mais distintas e características da história do trabalho

sem dúvida a construção de uma casa digna de receber o que justamente se pode chamar uma parte não pequena do tesouro público; em segundo lugar é mister procurar reunir quanto antes as riquezas artísticas de todos os géneros que se acham dispersas pelo país”.

Sousa Holstein referia que o Estado estava na posse de muitos objetos “dignos de ali figurar”, como um conjunto de objetos de ouro e prata que tinham vindo, recentemente, da Casa da Moeda; os de propriedade particular, assegurava, seriam provavelmente oferecidos se os seus donos vissem ser constituído um museu merecedor das suas relíquias. O relatório aclarava a função didática da coleção de objetos do museu central a criar. “Sendo convenientemente colocada, classificada e catalogada, será de grande proveito para os industriais e para os artistas.” (Holstein, 1864, documento não paginado)

humano, da história dos estilos históricos, dos progressos industriais e dos tesouros artísticos” (AAVV, 1876a: XXXVI).

Os monumentos ficariam subordinados a uma direção-geral. A comissão fixava uma definição de monumentos históricos (hoje dir-se-ia de património cultural) que juntava os vestígios dos mais distintos feitos da história aos testemunhos dos modos de ser intelectual, moral e material da nação e evocava os casos mais notáveis do Mosteiro da Batalha, do Templo Romano de Évora, dos castelos da Feira e de Leiria, da Colegiada de Guimarães, do Mosteiro dos Jerónimos, do Convento de Mafra, do Convento de Tomar, da Sé Velha de Coimbra e da Igreja de Santa Cruz de Coimbra, como soberbamente distintivos. Deveria ser a delicada conexão entre a arte e o sentimento nacional, isto é, entre a prática das belas-artes e o patriotismo, que devia explicar a expansão da pujança artística como fundamento último desse sentimento que, de resto, se colocava como núcleo de pertença logo a seguir à existência e pertença da família.

Levianamente andáramos se procurando dotar o ensino artístico com as impreteríveis condições de vitalidade e de afirmação moderna e prática de que carece, esquecêsemos que o sentimento nacional, a compreensão do grupo social, como facto historicamente evolutivo e distinto, em suma, o conhecimento e a exploração desta espécie de círculo concêntrico dos humanos afectos que se sucede imediatamente ao da família, e é sucedido pelo da humanidade, é terreno dos mais fecundos, atmosfera das mais vivificantes para a expansão e para a florescência artística. (AAVV, 1876a: XXXI)

Não importaria tanto a forma como se concederia a criação de um museu nacional ou como os monumentos iriam passar a ser considerados; mas mais esta íntima, subtil e apaixonada ligação entre o ensino e o património, entre a instrução e os monumentos, um refletindo a importância do outro, um não podendo existir sem o outro, um não se podendo reconhecer relevante sem a existência do outro. E se um não se faria sem o outro, ambos coincidiam nessa esfera institucional nuclear que se formou ao longo do século XIX, a escola, pronta a substituir, quanto possível, a família ou a transmutar-se em uma outra família. Os alunos tomariam conhecimento da herança na escola, como forma inapelável de amor ao sentimento maior de pertencer (à família, à escola, à nação) e essa coincidência espiritual acerca de objetos materiais (monumentos, artefactos) não seria mais dissociada até ao presente. De acordo com o relatório, as duas escolas superiores de belas-artes criadas em Lisboa e no Porto ocupar-se-iam dos segundo e terceiro graus do ensino de belas-artes. Sob a influência do desenho, referido como a base de todas as artes plásticas e sem o qual não haveria arquitetura, pintura ou

escultura, o ensino das belas-artes era considerado em três graus: i) as matérias professadas nas aulas de desenho dos liceus e nas aulas de elementos de desenho anexas a escolas superiores; ii) as matérias do curso geral e especial de desenho anexo às escolas superiores de belas-artes, preparação para os estudos superiores de arte e habilitação indispensável para o ensino de desenho nos liceus e escolas especiais de desenho e para os cargos de desenhadores; iii) as matérias dos cursos profissionais de arquitetura, pintura, escultura e gravura, também nas escolas superiores de belas-artes, que habilitavam para o ensino público das belas-artes e “para os trabalhos de caráter monumental e artístico, ordenados pelo Estado e corporações públicas” (AAVV, 1876a: 5-6).

O relatório fazia sobressair, mais uma vez, o núcleo de pintura depositado na Academia de Lisboa, “que em relação a quadros mediévícos e da primeira fase do renascimento é notabilíssimo”, a que devia juntar-se o valor das coleções ali depositadas de desenhos, gravuras, livros e ourivesaria. Tal como nos anos do bibliotecário-mor José Feliciano de Castilho, a galeria de pintura estava a deteriorar-se e fechada ao público e aos estudiosos. As riquezas artísticas e históricas, “propriedade do Estado, dispersas pelo reino, escondidas nos conventos ainda existentes ou expostas à devoção dos fiéis nos templos e ao mesmo tempo à deterioração dos lumes, do incenso e da humidade” pareciam, até certo ponto, perdidas para a nação. “Todos os anos aportam a Portugal indivíduos que vêm buscar por baixo preço grandes valores artísticos, como se tratassem de explorar uma opulenta mina perdida em país de selvagens” (AAVV, 1876a: XIV).

O ARQUITETO JOSÉ MARIA NEPOMUCENO ÀS VOLTAS COM AS PILHAGENS

Vários exemplos destas depredações, ou equivalentes, tinham sido referidos pelos elementos da comissão nomeada pelo governo⁴⁵⁸ nas suas reuniões preparatórias, tendo

⁴⁵⁸ A comissão era composta pelo marquês de Sousa Holstein, vice-inspetor da Academia Real de Belas-Artes de Lisboa; Francisco de Azeredo Teixeira de Aguiar, conde de Samodães, ministro de Estado honorário; Joaquim Tomás Lobo de Ávila, conde de Valbom, ministro de Estado honorário e ex-ministro das Obras Públicas; Carlos Maria Eugénio de Almeida, provedor da Casa Pia de Lisboa; Francisco de Assis Rodrigues, diretor-geral da Academia Real de Belas-Artes; Tomás de Carvalho, sócio da Academia Real das Ciências e diretor da Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa; António Augusto Teixeira de Vasconcelos, sócio da Academia Real das Ciências; Augusto Filipe Simões, lente da Faculdade de

quase sempre como móbil uma venda de bens ou uma rapina pura e simples. Joaquim Possidónio Narciso da Silva, arquiteto das obras da Casa Real, falou do desembarque de pessoas próximo a Setúbal para se apropriarem de mosaicos e de outros objetos das ruínas romanas de Tróia e noticiou a existência de razias sobre monumentos históricos e artísticos no Algarve; Augusto Castro Teixeira de Aragão, diretor do gabinete numismático da Ajuda organizado por vontade do rei D. Luís I, falou da venda, pelo governo a um particular, da igreja onde estavam os restos mortais de Vasco da Gama; e lembrou que se tinham vendido, por uma bagatela e em hasta pública, armaduras do duque de Bragança para ferro de sucata (AAVV, 1876b: 5 e 11); o arquiteto José Maria Nepomuceno referiu-se ao esbulho de objetos dos conventos: “Tenho visto em adelos [ferros-velhos] e à venda por várias mãos, objetos de prata e ouro, bordados, entalhados e pintados, que pelas armas de família, de infantes, princesas e rainhas, e pelos timbres de religião que têm esculpidos ou pintados, tenho conhecido serem de conventos de Lisboa e de alguns de província” (AAVV, 1876b: 18-19).

Como arquiteto de obras públicas, Nepomuceno tinha entrado em vários conventos da capital, constatando a existência de grandes pregos no alto de paredes onde tinham estado quadros e de vestígios destes nas partes inferiores dessas paredes. Num dos conventos, o da Madre de Deus de Xabregas, o arquiteto sabia existir um relicário de ouro que continha uma cruz de prata. Quando perguntou pelo seu paradeiro, obteve a resposta de que não existia nem mesmo a lembrança de tais objetos. Desconfiado, Nepomuceno – que era arquiteto do asilo Dona Maria Pia, instituição a que tinha sido provisoriamente entregue o Convento da Madre de Deus em 1869 – comunicou a sua preocupação a António José Torres Pereira, diretor do asilo e a diligência foi bem encaminhada. “Poucos dias depois entravam pela velha portaria do convento quatro grandes caixas contendo uma grande porção de preciosas alfaias, um magnífico Cristo de marfim, obra italiana do século XVI, um precioso livro de pergaminho iluminado, do uso da virtuosa viúva de D. João II, muitos objetos de prata e o maravilhoso relicário” (AAVV, 1876b: 19).

Medicina da Universidade de Coimbra; António Tomás da Fonseca, professor da Academia Real de Belas-Artes; António Victor de Figueiredo Bastos, também professor da mesma academia; Tadeu Maria de Almeida Furtado, professor da Academia Portuense de Belas-Artes; Augusto Carlos Teixeira de Aragão, diretor do Gabinete Numismático da Ajuda; Joaquim Possidónio Narciso da Silva, arquiteto das obras da Casa Real; José Maria Nepomuceno, arquiteto, académico da Academia Real de Belas-Artes; e Luciano Baptista Cordeiro de Sousa, primeiro-oficial do ministério do Reino. Sousa Holstein, os condes de Samodães e de Valbom e Eugénio de Almeida tinham assento na Câmara dos Pares do Reino

O arquiteto dizia que os objetos assim recuperados para o Estado teriam ido parar ao estrangeiro, provavelmente a troco de esmolas às religiosas. Era comum as freiras agradecerem com objetos de valor esmolas recebidas. “Em poder de um amigo meu existe um precioso livro de reza, iluminado, que lhe foi oferecido por certo convento, em reconhecimento de uma esmola de meia libra” (AAVV, 1876b: 20). Era comum, também, a ignorância dos interlocutores sobre os objetos que tinham em mãos. Um sacristão de um convento de Lisboa ofereceu ao próprio Nepomuceno um livro por o saber amante de obras velhas. “Era a história da fundação e privilégios desse convento, um dos mais antigos de Lisboa, escrito por uma estimada escritora em 1638 e nunca impresso” (AAVV, 1876b: 20). Numa estada no Alentejo, o arquiteto Nepomuceno entrou numa loja de vendas de tudo um pouco e reparou, quando comprava charutos, num conjunto de livros encadernados, a maior parte em pergaminho. Uma vez que estavam destinados a serem rasgados para servir de papel de embrulho, assegurou com o dono do estabelecimento que este venderia os livros que o arquiteto quisesse. Recuperou um exemplar da *Vita Christi* de 1495, outro exemplar dos *Atos dos Apóstolos*, de 1505, uma coleção de edições de infância e outra de crônicas reais e monásticas, tendo ficado decidido que havia negócio por 45 réis o arrátel⁴⁵⁹. Com a faca que servia para cortar toucinho, o vendedor dispunha-se, então, a cortar as capas dos livros e estranhou da parte do comprador a ordem para não lhes tocar e tanta generosidade no pagamento dos volumes a peso. Menos sorte tinham tido livros de coro da Academia Real das Ciências, vendidos a um negociante de papel velho e os livros do coro do mosteiro de Belém, “despedaçados pelos alunos da Casa Pia para fazerem cinturões e barretinas” (AAVV, 1876b: 22). Também o medalheiro da Academia, que tinha pertencido ao padre franciscano José Mayne, tinha sido saqueado⁴⁶⁰.

O membro da comissão Augusto Carlos Teixeira de Aragão lembrou o caso do mosaico romano encontrado nas imediações de Leiria pelo reverendo Patrick Russel, doutor em teologia e reitor do Colégio do Corpo Santo de Leiria, adquirido pelo ministro dos Estados Unidos em Portugal J.L.O’ Sullivan. Nepomuceno tinha tido a informação de que apenas restava um de dois cofres doados por D. Frei Aleixo de Meneses, arcebispo de Goa na transição do século XVI para o XVII, no Convento de Nossa Senhora da

⁴⁵⁹ Unidade de medida de peso equivalente a 459 gramas

⁴⁶⁰ Frei José Mayne, da Congregação da Terceira Ordem da Penitência de São Francisco, adquiriu um conjunto de objetos para a livraria do Convento de Jesus, em que habitava, designadamente objetos de história natural, pinturas, desenhos, livros e medalhas. Essa coleção foi doada em 1792 à Academia Real das Ciências de Lisboa, fundada em 1779

Graça. Quanto ao relicário da sacristia, tinha havido ali “para cima de 24 cofres de prata lavrada e um Cristo crucificado numa cruz guarnecida de filigrana de prata com um sem-número de pedras preciosas de extraordinário valor”. Os cofres tinham desaparecido e o Cristo foi vendido para Inglaterra por 40 mil réis (AAVV, 1876b: 57). Exemplos semelhantes aos dos objetos podiam ser desfiados sobre a conservação dos monumentos. Do Mosteiro de Alcobaça tinham-se vendido alguns lanços do edifício, tendo um arrematante dessas pedras antigas perguntado o que deveria fazer aos túmulos de D. Pedro e de D. Inês de Castro; a ermida lisboeta de Nossa Senhora do Rosário da Restauração tinha sido vendida, juntamente com o palácio contíguo, “e em breve o vamos ver convertido em depósito de cascos de azeite”; “despedaçaram-se à marreta os maravilhosos púlpitos da Igreja do Colégio de Santo Antão-o-Novo; apearam-se as suas majestosas torres, indo uma para o estrangeiro e macaqueando-se da outra o horrendo portal que dá para a rua do Arco da Graça; cortaram-se, na altura, as duas famosas colunas da capela-mor”; da ermida dos Fiéis de Deus “lambeu-se toda a talha, quadros e azulejos (...) lá foi isto tudo para o estrangeiro, segundo ouvi dizer, por 400 mil réis”; em Santos-o-Velho, tinha-se arrancado um portal, apeado os quadros, arrancado os azulejos “e achando isto pouco, puseram os fundamentos do edifício ao sol e por este motivo lá vai o templo ser demolido!” (AAVV, 1876b: 22-23).

José Maria Nepomuceno tinha sido encarregado da análise de um mosaico com mais de dois metros de comprido por um metro de alto que pertencia a uma capela do Convento de Nossa Senhora da Graça, em Lisboa e que devia transitar, assim que possível, para as instalações da Academia de Lisboa. O mosaico estava a um canto escuro, mal podendo ser observado mas parecendo “precioso” ao arquiteto, que constatou como a sala abobadada do refeitório do convento era preenchida de azulejos. “Estes ainda existem mas em que estado! Caiados e esburacados, por motivo de se ter feito ali um ridículo teatro, que serve hoje de imundíssima dependência da cozinha, de que o rancheiro faz como estrumeira” (AAVV, 1876b: 56).

A comissão de reforma do ensino artístico, dos museus e dos monumentos aconselhava o Parlamento num quadro em que “vão crescendo as plantas daninhas do mau gosto, da insciência e do mercantilismo e mirrando as flores luminosas do sentimento estético e das generosas inspirações, acumulando-se os desalentos e a apatia de envolta com a ignorância e com o embuste, e descendo tristemente, perigosamente, o nível do amor estimulante da beleza, do culto fecundo e do bom estudo, da natureza, dos grandes pensamentos, das justas glorificações, da humanidade, da pátria, da família” (AAVV,

1876b: 56). Respondia a uma demanda do governo com a exigência de um sentimento estético, ao qualificar a situação existente.

“ESTE POVO COSPE, DESPREZA E ODEIA”

“Já o arbítrio concedido à incapacidade e incompetência profissional tem sobejamente afeado e ridiculizado o aspeto das nossas cidades, arriscado a salubridade e segurança geral e nem até na capital do reino deixa esse arbítrio de exercer-se nefastamente sob fórmulas legais deficientíssimas. Com relação aos monumentos públicos urgia ainda mais acudir com enérgico remédio”⁴⁶¹. Isto significava que o trabalho dos arquitetos, por si só, ou dos arquitetos, escultores e pintores, quando houvesse composições estatúárias ou painéis, não podia fugir às considerações de gosto genérico que os regulamentos definissem. Importava, também, que, embora hipoteticamente, a comissão traçava dos concidadãos uma vista pouco lisonjeira como um grupo de indigentes da estética que não só não tinham o sentido do belo como não queriam *possuir*.

Se [a comissão] tivesse de confessar que os monumentos nacionais são destruídos ou estragados, que a propriedade artística e histórica da nação é assolada, roubada e dispersa, não por falta da guarda, da vigilância e da direção competente e legítima mas porque este grupo de existências humanas, porque esta associação de consciências e de força que se chama a nação portuguesa não quer que lhe falem do seu passado, não quer que lhe afrontem a vista os padrões gigantescos do esforço nacional, não quer possuir as riquezas que os séculos lhe acumularam e prefere até destruí-las inutilmente e permutá-las pelo ouro dos estrangeiros, que as estimam e admiram; se a comissão, à face da filosofia e dos factos tivesse de confessar que se os ossos das grandes e fortes gerações, cujo nome nos é ainda escudo e glória, são presa dos gozos e andam esparsos em monturos, é porque este povo cospe, despreza e odeia, ferido de uma raiva insensata e sacrílega, a memória de quem lhe deu com uma história de assombros, uma legitimidade política que o salva de todas as ambições absorvedoras, perante as quais a sua fraqueza numérica e territorial o tornaria impotente. (AAVV, 1876a: XIII)

Citando o escritor e crítico de arte francês Louis Viardot, o relatório falava da emulação como estímulo – a mesma propugnada pelos mestres da instrução pública como forma de *amansar* os alunos em vez dos terríveis castigos corporais – abrindo a reforma do

⁴⁶¹ *Ib.*, p. XXXIX

ensino artístico, dos museus e dos monumentos ao princípio da utilidade moral e prática e comparando a relação entre mestres e discípulos com a dos museus e seus visitantes.

E contudo quem ousará negar a larga e vária utilidade destas instituições? ‘Fazei’, diz Viardot, que não pode ser taxado de suspeito, ‘fazei de tempo em tempo exposições; é excelente. Fundai por toda a parte museus: é melhor ainda. Por umas desperta-se e alimenta-se a emulação; são além disso como o estado da situação das artes que uma nação verifica por si mesmo. Pelos outros patenteiam-se os verdadeiros modelos diante dos quais se revelam as verdadeiras vocações; e para fiscalizar as exposições só há os museus pois que para dirigir os discípulos só há os mestres.’ (AAVV, 1876a: XXXV-XXXVI)

Uma das atribuições do museu nacional a criar, para além de conservar obras de arte, era “desenvolver e estimular o sentimento estético, o amor da pátria e o apreço dos monumentos do passado” (AAVV, 1876 a: 10), expondo como uma só ideia as suas ramificações como os trabalhos de conservação, a estética e o amor ao país. A santificação da existência coletiva nacional desenhava explicitamente no relatório o poderio maior que a força, a força da história como compreensão para os povos que se governavam a si próprios, como se revelava nas palavras de outro estrangeiro, o pintor Théodore Gérard. “Falar-lhe [ao povo] do seu passado é ligá-lo pelo pensamento a todas as gerações; comunicar-lhe as tradições nacionais é animá-lo com esta dedicação, que prefere o bem do seu país ao proveito particular; mostrar-lhe os altos feitos dos seus antepassados é convencê-lo desta verdade, de que a força não decide de todas as coisas e que acima da potência política está a santidade da existência nacional e a solidariedade da dignidade humana” (AAVV, 1876 a: XXXVII).

O projeto de lei que acompanhava o relatório da comissão e a proposta de lei apresentada ao Parlamento criavam uma instituição científica e artística, uma academia de belas-artes e arqueologia; um museu central; e uma instituição reguladora (uma direção-geral no caso no projeto da comissão, uma inspeção-geral no caso na proposta do governo); e extinguíam as academias de Lisboa e do Porto, criando escolas superiores de belas-artes.

O projeto da comissão definia, desde logo, a forma como o ensino das belas-artes ficaria organizado (em três graus, como se disse atrás); na proposta do governo, o museu devia reunir as coleções de objetos de arte e arqueologia enquanto no projeto da comissão se especificava o papel desse museu para além de conservar obras de arte, pois deveria ter um papel pedagógico importante (desenvolver o sentido estético; o amor da pátria; o

apreço pelos monumentos; e o ensino artístico e industrial, através de exposições). O projeto da comissão era mais específico e não deixava tantas matérias por desenvolver no futuro quanto ao ensino artístico como acontecia com a proposta de lei, como se esta anteviesse já as dificuldades em se materializar e seguisse a lógica de elaborar uma lei geral que seria regulamentada posteriormente.

A classificação dos monumentos (termo que não era usado no projeto da comissão, que preferiu usar inventariação) cabia à inspeção-geral (proposta do governo) ou à direção-geral (projeto da comissão). Entre as especializações que o desenho como base de ensino proporcionaria, a arquitetura era a que estava menos desenvolvida na Academia de Lisboa, não constituindo um curso superior, de acordo com o que deixou escrito o marquês de Sousa Holstein nas *Observações...*; o resultado eram “absurdos architectónicos que estamos todos os dias presenciando” (Holstein, 1875: 26); quanto aos cursos de escultura, de pintura e de gravura, faltavam-lhe uma parte teórica; o mesmo era válido para as quatro cadeiras da Academia Portuense de Belas-Artes (desenho, pintura, escultura e arquitetura). O número de professores das academias de Lisboa e Porto era reconhecidamente limitado. O projeto de lei da comissão propunha 16 professores para a Academia de Lisboa, 11 para a Academia Portuense; a proposta de lei do governo falava em 15 professores para a Escola Superior de Lisboa (seis dos quais auxiliares) e nove professores para a Escola Superior do Porto (três auxiliares).

EDIFÍCIOS SUMPTUOSOS PARA GUARDAR A HERANÇA

Partindo do princípio de que o conceito de arte se aplicaria ao trabalho das classes operárias (canteiros, entalhadores, ourives, estucadores, fabricantes de loiças e azulejos, marceneiros), o desenho deveria ser central na sua formação. “O domínio da arte é, com efeito, muito mais vasto; abrange tudo quanto nos cerca, todos os objetos de uso quotidiano, os móveis das nossas casas, os fatos que nos vestem, as louças, as pratas, tudo em uma palavra quanto serve para a vida” (Holstein, 1875: 12). As aulas de arte industrial não podiam considerar-se satisfatórias sem a constituição de coleções, pelo que o desenvolvimento de aulas e de museus correria a par, sendo a escola o berço das descobertas vocacionais mas aptas a produzir riqueza. “Sem escolas não podem descobrir-se e aproveitar-se os homens que nasceram para cultivar a arte em alguma das

suas múltiplas formas. (...) A escola é o crisol em que se depura e afina aquele ouro nativo, que se chama vocação artística” (Holstein, 1875: 15).

Para o arquiteto José Maria Nepomuceno não havia dúvidas de que a supressão dos conventos tinha ocasionado um vandalismo atroz e de que os inventários realizados às existências nesses estabelecimentos colocavam dilemas. “Ainda há pouco foi suprimido um nas abas [cercanias] de Lisboa, e a Junta de Paróquia pediu as louças do culto. Foram-lhe dadas e lá foram para a freguesia preciosas jarras da Índia e do Japão, soltas numa carroça, chegando ao seu destino no estado que é de supor” (AAVV, 1876b: 21). Segundo referia, os inventários a mando da Fazenda tinham sido realizados por leigos, para mais informados por freiras que manifestavam conhecer apenas o que quisessem e ocultavam tudo o que lhes parecesse, como tinha acontecido no Convento da Madre de Deus.

O arquiteto propunha que a hierarquia da Igreja, patriarca, bispos e vigários, fizesse expedir circulares informando as freiras que não eram possuidoras mas apenas depositárias de móveis e imóveis dos seus conventos; e que nos mesmos informes se falasse de como os museus seriam sucedâneos dos templos, “onde o cristão, mais do que em outra parte, pode admirar o poder de Deus, que infundiu no homem o poder de imitar a natureza, representando sobre a tela a dor e a alegria, a tempestade e a bonança” (AAVV, 1876b: 21). Ao lado dessas representações, os fragmentos arqueológicos evocariam “a inconstância das cousas terrestres”, pó e cinza. Os exemplos de José Maria Nepomuceno foram recordados no Parlamento por Rodrigues de Freitas três anos depois de a comissão fechar o relatório, quando o deputado alegava a necessidade de reformar o ensino artístico e de fundar museus junto das academias de Lisboa e Porto, onde se pudesse guardar objetos de valor arqueológico e artístico, o que significava que os parlamentares não tinham tomado quaisquer decisões entre 1876, ano da publicação do relatório, e 1879. “Chamei a atenção da Câmara para estes factos porque decerto nenhum membro do Parlamento deseja que continuem a ser desprezadas riquezas tão importantes a que se prendem gloriosas tradições portuguesas, que constituem documentos preciosíssimos e que poderiam servir para que o povo estudasse na linguagem da arte os feitos de alguns dos nossos mais notáveis antecessores”⁴⁶². A questão da existência de um edificio apropriado para museu central era considerada relevante pelo arquiteto José Maria Nepomuceno, que incitou a comissão a indicar ao

⁴⁶² José Joaquim Rodrigues de Freitas, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1879-5-9, diário número 93, p.1625

governo um dos edifícios do Estado mas que já tinha pensado naquele que devia ser escolhido sem margem para dúvidas. “Nenhum mais no caso de ser aproveitado do que a Casa Pia, que encerra já em si avultado número de preciosidades artísticas” (AAVV, 1876b: 21). A escolha de Nepomuceno destacava nada menos que o convento dos Jerónimos e a sua percepção de que seria indicado seguia-se a outras escolhas de teor idêntico, como a do deputado Alexandre Tomás de Morais Sarmento em considerar o Convento de Cristo apto para receber os alunos do Colégio Militar na localidade de Tomar.

Em ambos os casos, ligava-se o carácter histórico dos edifícios à ideia da conservação não só das suas paredes mas de um comportamento, fosse dos pupilos do Colégio Militar que precisavam ficar à margem do mundo para se concentrarem na sua formação, para experimentarem as ideias primorosas que a meditação do templo lhes proporcionaria, fosse dos objetos que estariam à margem do mundo por serem já de outra significação como representantes das escolhas do Estado, que seriam vistos pelos visitantes com o mesmo olhar de primeiras impressões que existiria nos alunos do Colégio.

Se as coleções de pinturas, de gravuras, de desenho e de ourivesaria, entre outros artefactos, necessitavam ser salvas “da ação dissolvente de uma atmosfera imprópria” (AAVV, 1876a: XVI), a dos depósitos plenos de humidade da Academia de Lisboa e vazios de visitantes, se a destruição e o retoque arbitrário estragavam os monumentos da nação, se faltava uma instituição profissional que respondesse pelos objetos históricos e artísticos espalhados pelas instituições, se à superfície campeava esse desleixo, como os restauros de mau gosto e os embelezamentos supostos, sob o solo pátrio a situação era igualmente de preocupação pois as jazidas arqueológicas da nação estavam ao abandono, ignoradas ou já devastadas. Para além do valor histórico, os membros da comissão lembravam que lápidas, urnas, objetos truncados e oxidados, carcomidos e inúteis, também possuíam um valor venal, pagava-se a sua transação a peso de ouro. E se o Estado entendia que devia ter academias, escolas de arte, museus e devia conservar os monumentos, então o país não deveria faltar à proteção da arte e não deveria encará-la como “apenas um luxo, um nome, uma imitação inane (...) uma espécie de burla um tanto ridícula” (AAVV, 1876a: XVII).

O PROJETO DE LEI DA COMISSÃO GOVERNAMENTAL

O trabalho da comissão foi materializado num projeto de lei que organizava o ensino das belas-artes, a sua aplicação à indústria, os museus artísticos e arqueológicos e o serviço dos monumentos históricos. Esse projeto criava duas novas instituições em Lisboa (uma academia e um museu) e uma nova direção-geral na dependência das Obras Públicas. O ensino das belas-artes aplicado à indústria seria organizado em três graus: o primeiro, o do ensino nas aulas de desenho dos liceus, nas aulas de desenho anexas às escolas superiores e em escolas especiais de desenho que viessem a criar-se; o segundo, o curso geral e especial de desenho anexo às escolas superiores de belas-artes; o terceiro, os cursos profissionais organizados em secções de arquitetura, pintura, escultura e gravura das escolas superiores de belas-artes, variando a duração destes entre cinco anos (arquitetura e arte ornamental e decorativa, reunidos; e gravura a talho doce) e três anos (arte ornamental e decorativa somente); junto a estas secções, deveriam funcionar cursos de aplicação às artes industriais que os operários pudessem frequentar.

Os arquitetos obteriam a sua formação através da frequência dos dois cursos existentes na secção de arquitetura: arquitetura civil e arte ornamental e decorativa, num total de cinco anos de frequência. Em Lisboa e Porto, todos os alçados, plantas e projetos de edificações urbanas que dependessem da sanção governamental, distrital ou municipal deviam levar a assinatura de um arquiteto ou, se envolvessem composições escultóricas e pictóricas, de um arquiteto e de um escultor ou de um pintor. Ao curso geral e especial de desenho (segundo grau) podiam candidatar-se os alunos que tivessem feito exames liceais dos primeiro e segundo anos de português e francês e das matérias do curso de elementos de desenho; a frequência deste curso geral e especial era indispensável para o ensino público do desenho nos liceus e escolas de desenho e para o acesso a cargos oficiais de desenhadores. Os cursos profissionais (terceiro grau) seriam completados através da realização de um tirocínio prático – que, no caso da arquitetura seria realizado “sempre que o permitam as circunstâncias, em obras do Estado” (AAVV, 1876a: 26) – e confeririam habilitação para o ensino público de belas-artes e para a realização de trabalhos artísticos e monumentais diretamente dependentes do Estado, vinculando-se, desta forma, a intervenção no património a uma formação especializada e assumindo-se que só o Estado podia preparar técnicos para intervir na sua herança. Anexos a este terceiro grau de formação, deveriam criar-se cursos de aplicação às artes

industriais, para habilitar canteiros, entalhadores, estucadores, cinzeladores, lavrantes, ourives, cenógrafos, joalheiros, cerâmicos e outros artífices.

O projeto de lei criava no Ministério das Obras Públicas, uma direção-geral de belas-artes e monumentos (no projeto apresentado na Câmara dos Deputados apareceu com o nome de inspeção-geral das belas-artes), fiscalizadora do ensino geral e especial das belas-artes, dos museus e exposições oficiais, da conservação, reparação, guarda, inventariação e exposição dos monumentos históricos e das explorações arqueológicas, junto da qual funcionaria uma junta composta pelo diretor da escola de belas-artes de Lisboa, pelo diretor do museu nacional e por mais dois vogais, eleitos pela academia portuguesa de belas-artes e arqueologia. Todas as plantas, alçados e projetos de edificações públicas de “caráter monumental” dependiam da aprovação do diretor-geral (AAVV, 1876a: 16), chefe de um expediente com poderes alargados para as áreas do ensino, dos museus e dos monumentos.

O projeto criava, em Lisboa, uma academia portuguesa de belas-artes e arqueologia, equiparada à Academia Real das Ciências, que seria a mais elevada corporação de artes e arqueologia, para promover os estudos artísticos e arqueológicos e aconselhar, sobre esses assuntos, o governo, conferindo expressão nascente às organizações dependentes da vontade dos governos constituídas por um saber técnico especializado. A criação de um museu nacional de arte e indústria em Lisboa parecia denunciar a obsessão de centralizar o mais possível estes serviços por parte dos seus proponentes e relacionava a conservação de obras de arte e o desenvolvimento do sentimento estético, dois dos seus objetivos, com o “amor da pátria” e o “apreço dos monumentos do passado (AAVV, 1876a: 10). A centralização foi considerada mais do que necessária por parte do secretário da comissão, Luciano Cordeiro. Comentando uma sugestão do arquiteto Joaquim Possidónio Narciso da Silva no sentido de criar uma repartição central (direção-geral de belas-artes e arqueologia) e que fosse independente do poder ministerial, considerou “perfeitamente inaceitável” e mesmo “inconstitucional” uma tal solução em Portugal, impedindo-se de imaginar uma solução que não estivesse forçosamente agregada a algum ministério, que, a acontecer, seria um facto “perigoso, nocivo e inaceitável” (AAVV, 1876b: 12).

Em vez disso, recomendava que se deixasse a tutela ao arbítrio do governo até que as formalidades necessárias estivessem cumpridas e a repartição pudesse funcionar sob dependência do Ministério das Obras Públicas. Sobre este assunto, um outro membro da comissão, António Augusto Teixeira de Vasconcelos, declarava-se solidário com a

posição centralista, pois não estavam em causa a orientação do ensino artístico, a criação de museus e o serviço de proteção a monumentos mas definir “as instituições que o decoro de um povo culto impunha” e o bom nome da nação exigia. Estava em causa o decoro, subsidiariamente cumprido nas funções de Estado que garantiam o que os especialistas pretendiam: a reforma das artes, a existência de museus, a proteção aos monumentos. Possidónio da Silva veria com bons olhos que a repartição a criar pudesse ficar sob alçada do ministério da Instrução e que a arte e a arqueologia não devessem submeter-se à “utilidade imediata e dos melhoramentos materiais que domina os nossos engenheiros” (AAVV, 1876b: 13).

Como não podia deixar de acontecer, previa-se o tão desejado mas não concretizado “inventário geral de todos os objetos do museu” (AAVV, 1876a: 11) e inventários parcelares das suas secções. O museu deveria colecionar os objetos importantes para a história da arte, mais particularmente a arte portuguesa, e servir o ensino industrial com a exposição de modelos que ajudassem ao aperfeiçoamento dos profissionais. Entendia-se que os objetos recolhidos poderiam ser agrupados em quatro, os objetos pré-históricos, os objetos de etnologia, os objetos de belas-artes e os objetos de artes industriais, decorativos e de mobília, prevendo-se ainda que haveria uma aula de numismática em funcionamento no museu, que transitaria da que existia em funcionamento na Biblioteca Nacional de Lisboa.

Cinco meses após a leitura da proposta de lei no Parlamento, uma informação do próprio Sousa Holstein sobre vendas frequentes de objetos antigos de prata pelas juntas de paróquia dava azo a uma portaria que mandava os governadores civis informarem-se sobre o valor de bens móveis como quadros, alfaia, objetos de ouro e de prata quando as juntas os resolvessem alienar e participar ao governo e sempre que esses objetos tivessem, no alvitre dos governadores, merecimento histórico ou artístico (Ribeiro, 1889: 419), no que poderia ser considerado uma tentativa sofrivelmente cautelosa de tomar conhecimento de transações de objetos.

PROTEÇÃO DOS MONUMENTOS COMO CONSCIÊNCIA DA PÁTRIA

Os três assuntos de que a comissão tinha sido encarregada – a reforma do ensino das belas-artes nas duas academias de Lisboa e do Porto, o plano de organização de um museu de pintura, escultura, desenhos, gravuras, arte ornamental e arqueologia e as

medidas a serem tomadas para conservação dos monumentos históricos – envolveriam, portanto, a reforma geral e completa dos problemas artísticos e o entendimento de uma conexão entre eles. A reorganização do ensino artístico implicava a extinção da Academia Real de Belas-Artes de Lisboa e da Academia Portuense de Belas-Artes, substituídas por escolas superiores de belas-artes na capital e no Porto, em relação às quais o projeto de lei redigido pela comissão, e anexo ao relatório dirigido ao ministro e secretário de estado dos Negócios do Reino, propunha corpos docentes com 17 professores para Lisboa e com 12 professores para o Porto⁴⁶³.

No projeto de lei apresentado no Parlamento, fixava-se um corpo docente um pouco menor, de 15 professores para Lisboa (nove encarregados do ensino do desenho e dos cursos profissionais; seis auxiliares, isto é, professores das disciplinas auxiliares) e de nove para o Porto (seis mais três auxiliares). Para os ensinos do segundo e terceiro graus de belas-artes e sua aplicação às artes industriais, o projeto de lei da comissão presidida por Sousa Holstein fazia o elenco das disciplinas. No caso do segundo grau ou curso geral e especial de desenho, propunham-se 13 disciplinas. Quanto ao ensino do terceiro grau, apareciam discriminadas as disciplinas dos nove cursos propostos⁴⁶⁴, a duração que os cursos deveriam observar, a periodicidade dos exames e instauravam-se prémios trimestrais e anuais. No projeto de lei apresentado no Parlamento, remetia-se para regulamentos especiais a organização do ensino, os exames, as provas práticas, os prémios e tudo o mais que fosse necessário ao bom funcionamento das escolas. Em quase tudo o projeto apresentado às Cortes era mais enxuto, e em várias passagens menos preciso, mesmo que houvesse a descontar o detalhe que os regulamentos viriam trazer.

A proteção dos monumentos devia ser uma lei do Estado há muito tempo, de acordo com a opinião da comissão, que sublinhava o aprofundamento do vandalismo e das ruínas a cada mês que passava e enfatizava a falta de uma autoridade em assuntos artísticos e arqueológicos que providenciasse o evitamento das “igrejas desabadas ou barbaramente restauradas, os nossos castelos derrocados, as sepulturas de insígnias varões violadas, os mais delicados labores do escopro caiados ou picados, os nossos campos arqueológicos explorados por estrangeiros” (AAVV, 1876a: VIII).

⁴⁶³ No Porto não haveria, tal como previstos para Lisboa, os professores de pintura de paisagem, de gravura a talho doce, de gravura de cunhos e medalhas, de gravura em pedras finas e de arqueologia geral e pátria

⁴⁶⁴ Os cursos eram: arquitetura; arte ornamental e decorativa; escultura e estatuária; pintura histórica e de género; pintura de paisagem de natureza morta; gravura em madeira; gravura a talho doce; gravura de cunhos e medalhas; e gravura em pedras finas

Não se tratava de pôr um travão a essas destruições, tratava-se de confrontar o poder do sentimento pátrio e da consciência nacional com essas destruições. Assim era que a existência das ruínas dos monumentos decaídos aparecia como “selvajaria destruidora”, ao mesmo tempo que a arte nacional era fator da própria nacionalidade, sem a qual o sentimento de pertença não estaria completo e não seria, sem uma tradição artística fundada, reconhecível. Mas eis que o assunto deveria ser encarado sem que os problemas diagnosticados devessem significar “uma decadência fatal” ou uma incapacidade nacional. O assunto de que a comissão se ocupava era meramente administrativo e o atraso do ensino artístico, da formação de museus ou da conservação de monumentos afigurava-se “mera consequência, principalmente de deficiências e esquecimentos administrativos” (AAVV, 1876a: XXIII).

A comissão não podia reconhecer como “irremediável” a destruição dos monumentos, o assolamento da propriedade artística e histórica como inevitável, não podia considerar que a nação não quieria que lhe falassem do seu passado, não podia aceitar que as riquezas acumuladas se destinassem à permuta pelo ouro dos estrangeiros, não poderia aceitar nada destes considerandos sem se pôr em causa no seu papel, sem se reduzir à impossibilidade de agir, sem se considerar tão inerte quanto os monumentos cuja destruição devia ser combatida. Descia “tristemente, perigosamente, o nível do amor estimulante da beleza, do culto fecundo e bom do estudo, da natureza, dos grandes pensamentos, das justas glorificações, da humanidade, da pátria, da família”, nível que a comissão entendia estar a par com a fortaleza, a opulência e a pureza do que se chamaria “consciência pública” (AAVV, 1876a: XII).

Era de consciência pública ou de consciência nacional, ou de amor da pátria, ou de sentimento de pertença que devia nutrir-se o trabalho recomendatório da comissão, como se fosse indistinto falar dessa consciência ou da proteção dos monumentos e da consciência e da proteção como antípodas da fraqueza, da indignidade e da incúria mal-disfarçada. A herança debatia-se com as suas insuficiências. O Estado parecia incapaz de organizar um inventário de existências imóveis, que Mouzinho da Silveira nos anos 30 tinha assinalado como essencial. Esse inventário por fazer tinha sido alargado aos objetos que deviam ser recuperados dos conventos e aos objetos do subsolo, onde tinha havido muita rapinagem e desaparecimento. O mesmo Estado, através dos intelectuais que chamavam a atenção para a necessidade de tal instrumento de inventário, fortalecia-se sempre, pois competia-lhe sancionar essas existências ou outras; mesmo o discurso da existência das ruínas fortalecia o Estado, tornava a sua presença omnipresente, era

sobre os escombros do passado que o Estado se edificava e tudo lhe pertencia. Pertencia-lhe fazer a ligação dos móveis e dos imóveis da herança (“este povo que levantou Alcobaça, a Batalha, os Jerónimos, Mafra, quatro padrões que parecem ter-nos sido legados para nos atestarem que em todas as evoluções artísticas da moderna idade se afirmou o esforço português” (AAVV, 1876a: XXXV), sempre os mesmos quatro ou cinco exemplos do exíguo património relevante que ainda se mantinha de pé) ao estudo e à formação escolares, aos modelos de gesso que deviam ser imitados, às formas que deviam servir as reproduções, às disciplinas, como a história, que deviam proporcionar uma formação auxiliar às artes e às riquezas a que se prendem “gloriosas tradições portuguesas”.

Na sua interpelação parlamentar ao ministro do Reino António Rodrigues Sampaio, o deputado Rodrigues de Freitas recomendava ao governo a criação de museus junto das academias de Lisboa e do Porto, para que pudessem ser colecionados todos os objetos do Estado com importância histórica ou artística e pedia ao ministro uma nova proposta de reforma sobre as academias, na qual o ensino do desenho estivesse em harmonia com as necessidades da indústria, relevando, mais uma vez, a importância que tentava conferir-se ao papel do desenho na ligação entre arte e indústria. “A este respeito encontrará S. Exa. indicações muito úteis e esclarecimentos minuciosos em três livros escritos pelo senhor Joaquim de Vasconcelos”⁴⁶⁵. O desenho estaria na base das reformas de belas-artistas, o primeiro trabalho a fazer seria uma reforma do ensino do desenho. “O desenho é a base de todo o ensino artístico; é a base de todo o ensino das formas, em geral, independentemente da arte” (Vasconcelos, 1877: 18), escreveu o historiador e professor Joaquim Vasconcelos, na sua detalhada análise ao relatório da comissão. Vasconcelos considerava que os poucos museus existentes não tinham sido organizados através de um plano, não tinham obedecido a um método, agregavam objetos que destoavam uns dos outros e que se amontoavam em comum, como era o caso do museu municipal do Porto que misturava coleções de arte, de artes industriais e de ciências naturais como a zoologia ou a mineralogia, sem que as reclamações do seu diretor, Eduardo Augusto Allen, filho do instituidor do museu, João Francisco Allen, fossem atendidas. Muita da argumentação de Joaquim Vasconcelos centrava-se na comparação das várias medidas que o relatório da comissão anunciava para o Porto e para Lisboa. Era o caso da incompreensível supressão de um museu que funcionasse na

⁴⁶⁵ José Joaquim Rodrigues de Freitas, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1879-5-9, diário número 93, p.1626

Escola Superior de Belas-Artes do Porto, tanto mais quanto se defendia que o Museu Portuense (ou Museu Allen) era anterior à criação das próprias academias. “Que pretenderá o futuro diretor geral de belas-artes, junto do Ministério das Obras Públicas, fazer do museu da Academia do Porto, que hoje existe? Suprimi-lo-á em proveito do de Lisboa?” (Vasconcelos, 1877: 24).

Seria o caso, não se reconhecendo a existência oficial do Museu Portuense, de deslocar para Lisboa todos os achados futuros das descobertas arqueológicas e de outras? Sendo o museu de Lisboa de arte e indústria, aconteceria às localidades onde havia indústrias tradicionais ficarem sem nada, pois o museu central absorveria todos os objetos?

CENTRALIZAÇÃO COMO MENORIDADE

Se o relatório refletia essa posição centralizadora, elementos da comissão tinham deixado opinião ligeiramente diferente, como o arquiteto José Maria Nepomuceno que falava da existência de dois museus, um em Lisboa que devia ser instalado na Casa Pia, reunindo os objetos do distrito de Lisboa e os já então reunidos no Museu do Carmo e que devia chamar-se nacional; e outro no Porto, que devia agrupar objetos do distrito do Porto e denominar-se portuense, isto é, reconhecendo uma hierarquia entre Lisboa e Porto mas afirmando a existência de um segundo núcleo museológico (AAVV, 1876b: 24). Outra comparação entre as duas cidades mais relevantes do país tomava como base a afirmação, no relatório, de que não haveria aulas noturnas de desenho no Porto. Não as havia na Academia mas existiam noutra instituição, o Instituto Industrial do Porto⁴⁶⁶, no qual a frequência da primeira década de funcionamento tinha registado 7.614 alunos, por contraponto aos 1.548 alunos, no mesmo período, que tinham demandado as aulas noturnas de desenho da Academia de Lisboa (Vasconcelos, 1877: 14).

Vasconcelos destacava, igualmente, a discrepância entre os apoios oficiais concedidos à capital e ao Porto, a favor da primeira. No caso de vir a criar-se apenas um museu em Lisboa, Vasconcelos dizia que o relatório da comissão tinha seguido, textualmente e sem a contestar, a redação do decreto ministerial de nomeação da comissão, que falava

⁴⁶⁶ Inaugurado com este nome em 1864, sucedeu à Escola Industrial do Porto. A Escola Industrial do Porto tinha sido criada em 1852, juntamente com o Instituto Industrial de Lisboa. Em 1864, ambas as instituições integraram a reorganização do ensino industrial

da criação de um museu apenas⁴⁶⁷. Da mesma forma, acentuava-se a diferença do número de professores previstos para as academias do Porto e de Lisboa, com prejuízo da primeira, depois de dar-se a entender que elas estariam, na sua criação, num mesmo plano de igualdade. Seria um luxo, por exemplo, perguntava Joaquim Vasconcelos, que a Academia do Porto tivesse um professor de elementos de arqueologia e pátria, “talvez porque as províncias do norte sejam menos ricas de jazigos arqueológicos do que as do sul?” (Vasconcelos, 1877: 22).

Os países da Europa fundavam museus provinciais a pensar, na maior parte dos casos, na arrecadação de vestígios arqueológicos e pré-históricos que deviam ficar nas terras em que eram recolhidos e que tinham uma relevância local. E referia-se que, na direção-geral de belas-artes e monumentos, que tomaria as decisões sobre questões de arte, a Academia de Lisboa teria não uma esmagadora maioria mas todos os votos (Vasconcelos, 1877: 27). O relatório da comissão pretendia centralizar os elementos artísticos oriundos das províncias, para beneficiar o museu e a biblioteca instalados em Lisboa. Os efeitos da centralização, segundo Vasconcelos, eram “a *menoridade* em todas as coisas que são do domínio do espírito” (Vasconcelos, 1877: 69). Um aspeto igualmente controverso tinha sido a exclusão da música nesta reorganização do ensino das belas-artes, quando se verificava que o Conservatório Geral da Arte Dramática⁴⁶⁸, música e declamação não fornecia coristas para o Teatro de São Carlos. Teoricamente, a não inclusão da música causava a maior perplexidade a Vasconcelos, pois em tese a discussão de um princípio não custaria mais um tostão ao tesouro nacional, além de que o orçamento do conservatório de música era uma miséria ao pé dos orçamentos dos teatros líricos, São Carlos e São João. Antes das academias e de museus de academias, Joaquim Vasconcelos era da opinião de que o país necessitava de museus de arte industriais e de escolas de aplicação; o relatório da comissão, segundo dizia, estabelecia entre arte e indústria uma ligação capciosa, que negava o facto de as indústrias da arte produzirem a arte propriamente dita, aí onde se formavam os primeiros elementos e as ideias artísticas elementares pela arte do desenho, quer dizer, “a arte nasce da indústria da arte” (Vasconcelos, 1877: 48).

⁴⁶⁷ O decreto nomeava a comissão para reformar o ensino das belas-artes nas duas academias, para tomar as providências que julgasse mais adequadas para a conservação, guarda e reparação dos monumentos históricos e objetos arqueológicos e para propor “o plano de organização de um museu de pinturas, esculturas, desenhos, gravuras, arte ornamental e arqueologia”

⁴⁶⁸ O Conservatório Geral da Arte Dramática foi criado a 15 de novembro de 1836, dividido em três escolas (escola dramática ou de declamação; escola de música; escola de dança, mímica e ginástica especial), cf. *Coleção de leis e outros documentos oficiais publicados desde 10 de setembro até 31 de dezembro de 1836, 3.º apêndice à VI série*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1837, p.259

Vasconcelos deixava como críticas fundamentais que o relatório, sendo sobre a reforma do ensino de belas-artes, se fazia sem a primeira de todas as reformas, a do ensino do desenho e não apresentava um projeto para a criação de escolas de aplicação (escolas profissionais de artes e ofícios) (Vasconcelos, 1877: 67). Não teceu apenas críticas: considerava a exposição da situação da arte em Portugal “franca e verdadeira” por parte da comissão, como se esta pudesse romper com “a tradição oficial, sempre a mesma quando se trata de analisar um serviço público: com o otimismo que nos embala numa preguiça tradicional e lisonjeia a nossa vaidade” (Vasconcelos, 1877: 70).

E se devia dar-se o valor devido a este facto, tanto mais que “o assunto de que se ocupa o *relatório* é novo entre nós e por isso mesmo muito difícil” (Vasconcelos, 1877: 69), é significativo que não houvesse uma só referência à conservação dos monumentos históricos – indiciando, para o historiador, a menor importância deste terceiro tópico com que a comissão tinha de lidar ou a confiança nos dados avançados pelo grupo de trabalho nomeado pelo governo, como se ele tivesse já circunscrito a questão e não fossem necessários outros considerandos. Existia, sim, uma indicação sobre a necessidade de proibição de exportação dos objetos de arte. “A severidade, nestes casos, nunca será demasiada; restam-nos tão poucos monumentos da arte que é crime de lesa-majestade especular com essas relíquias” (Vasconcelos, 1877: 66).

A INTENÇÃO DE UM INVENTÁRIO ARTÍSTICO

A questão da conservação dos monumentos abria um abismo entre o posicionamento de Joaquim Vasconcelos, pela omissão, e os desejos e aspirações da comissão, nas suas várias formulações, em face do “estado de abandono, de estrago e da próxima desaparecimento dos nossos monumentos históricos e dos objetos mais caracteristicamente significativos e gloriosos para a história do país e do trabalho nacional” (AAVV, 1876b: 4). Essas formulações fizeram-se através de uma sensibilização do ministro da Fazenda – à altura António de Serpa Pimentel, que integrava o governo de Fontes Pereira de Melo como responsável por este ministério desde 1872 – pedindo a comissão que velasse para que nenhum delegado do Tesouro pusesse em praça objetos ou monumentos que pudessem ter valor histórico ou artístico, sem o seu consentimento. A suspensão provisória de venda de monumentos e objetos que fossem considerados com valor histórico e artístico tinha aparecido logo numa das primeiras reuniões da comissão

(AAVV, 1876b: 7) mas um pedido assim formulado manifestava a sua fragilidade de base, dependente da opinião do ministro, da sua “simpatia e boa vontade” (AAVV, 1876b: 58), da mobilização momentânea para tais gestos e da inexistência de uma injunção para agir; essas formulações também se fizeram com o mesmo ministro da Fazenda, e o dos Negócios Eclesiásticos⁴⁶⁹, que deveriam ser oficiados no sentido de usar a norma legislativa que excetuava da amortização dos bens nacionais os edifícios e os terrenos indispensáveis para a instrução pública⁴⁷⁰, para que assim se pudessem proteger monumentos históricos e artísticos, já que tinha havido “evidentemente no legislador o esquecimento de salvar os monumentos, considerados histórica ou artisticamente nacionais” (AAVV, 1876b: 26). O estado de abandono dos monumentos era coexistente com a ignorância das existências artísticas, monumentais e arqueológicas, uma ignorância da população e uma ignorância do governo, que autorizava vendas e perdas de objetos e prescindia de adquirir outros para poupar dinheiro. Outra das formulações dos desejos e aspirações da comissão, perante este diagnóstico, foi a de tentar encetar a formação de um inventário geral de arte e de

⁴⁶⁹ Augusto César Barjona de Freitas foi ministro dos Negócios Eclesiásticos e Justiça entre setembro de 1871 e novembro de 1876; António Cardoso Avelino ocupou o cargo entre novembro de 1876 e março de 1877

⁴⁷⁰ A lei de 4 de abril de 1861, que ampliava as determinações de proibição de amortização de bens prediais, rústicos ou urbanos, de igrejas e corporações religiosas, e que determinou a expropriação dos bens das ordens religiosas femininas, referia que “todos os bens que constituírem dotação dos conventos que posteriormente a esta lei se forem suprimindo, na conformidade dos cânones, serão exclusivamente aplicados à manutenção de estabelecimentos de piedade e instrução e à sustentação do culto e clero”. Isto é, não entrariam em praça (Cf. *Coleção oficial da legislação portuguesa, redigida por José Máximo de Castro Neto Leite e Vasconcelos, do conselho de Sua Majestade e juiz da relação de Lisboa. Ano de 1861*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1862, p.155). Entre a entrada em vigor da lei de 4 de abril de 1861 e 1874, tinham sido suprimidos dez conventos de religiosas: Santa Clara, no distrito de Bragança; Nossa Senhora da Esperança, no de Évora; Nossa Senhora da Conceição de Lagos, no de Faro; Santa Clara de Trancoso e Madre de Deus do Vinhó, no da Guarda; Santa Mónica, no de Lisboa; São Domingos, Santa Clara de Elvas e Bom Jesus de Monforte, no de Portalegre; e Santa Clara de Amarante, no do Porto (Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1874-1-19, diário número 12, p.149). Numa sessão em 1875 referia-se mais um, o convento de Jesus em Aveiro (Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata 1875-1-20, diário número 14, p.133).

Os processos de extinção das casas religiosas femininas em Portugal que deram entrada na Torre do Tombo mostram que, naquele lapso de tempo (1861 a 1874) pelo menos o dobro dos conventos foi extinto: um com a entrada em vigor da lei de 1861, quatro em 1862, sete em 1864, um talvez em 1865 (provável data de extinção do Convento de Nossa Senhora do Amparo de Vialonga), um em 1868, um em 1869, um ou dois em 1872 (o Convento de Santa Clara de Elvas de Portalegre foi extinto em 1870 ou em 1872) e dois em 1873. Os três conventos suprimidos em 1874 fecharam após a sessão da Câmara dos Senhores Deputados anteriormente referida, de 19 de Janeiro de 1874. O total seria, pois, de 20 extinções. Se os conventos referidos pelos deputados tinham, efetivamente, sido extintos à data da sessão parlamentar, a lista de que dispunham apresentava somente metade das extinções. A extinção dos conventos deveria ser realizada apenas a partir da morte da última religiosa habitante o que, na maioria dos casos, foi respeitado. Houve situações, no entanto, em que a extinção se deu por não haver o número legalmente exigido de religiosas para o funcionamento da instituição; por a última religiosa ter aceitado sair da clausura e ido viver com a família ou por ter sido transferida para outro convento; ou extinções decretadas estando a última ou últimas religiosas ainda vivas

monumentos nacionais, que devia ser oficialmente autorizado pelo governo e enviado às autoridades administrativas, pedindo informação sobre monumentos e objetos “caracteristicamente históricos e artísticos”, sua natureza, data, estado e posse atual; e também sobre a natureza das indústrias mais predominantes e sobre condições locais de ensino.

Agentes mandatados pelo poder deviam ser enviados às províncias para recolher informações sobre os objetos e monumentos históricos em posse de particulares ou de corporações. Mesmo antes de apresentar o relatório final ao governo, a comissão entendia circunscrever em cinco pontos as suas preocupações mais prementes: i) intentar a recomendação superior às autoridades administrativas e aos municípios acerca da conservação dos monumentos e objetos de valor histórico e artístico; ii) suspender provisoriamente as vendas, transações e inutilizações, por parte das entidades públicas, dos monumentos e objetos que fossem considerados portadores de um valor histórico e artístico; iii) chamar a atenção para um assunto que ocupava a imprensa, a iminente venda e exploração do jazigo arqueológico de Tróia, em Setúbal; iv) solicitar autorização para que a comissão enviasse às autoridades administrativas um questionário sobre monumentos e indústrias locais; v) e a autorização para enviar alguns agentes que pudessem colher informação sobre património na posse de particulares e de corporações (AAVV, 1876b: 73).

A estes cinco pontos, centrais, a comissão acrescentava a necessidade de acudir às riquezas históricas, artísticas e arqueológicas existentes em conventos de religiosas, que já eram propriedade nacional, escrevendo que se deveria, mais uma vez antes ainda da formalização de qualquer medida, recolher e guardar todos os objetos que não fossem necessários ao culto e a serviços da comunidade; e fazer uma inventariação de todos os objetos na posse das comunidades monásticas até à sua extinção, colocando-os sob a vigilância de algum empregado dessas comunidades (AAVV, 1876b: 76). À apresentação em 17 de março de 1876, do projeto de lei no Parlamento que criaria uma inspeção-geral das belas-artes, organizaria uma academia das belas-artes e arqueologia em Lisboa, desenvolveria o ensino das artes aplicadas à indústria reorganizando as academias de Lisboa e Porto, constituiria um museu central de belas-artes, artes aplicadas à indústria e arqueologia e promoveria a classificação dos monumentos, seguiu-se a ausência de debate entre os deputados – o projeto passou sem um comentário – e a falta de medidas, situação que Joaquim Vasconcelos comentou com detalhe:

O nosso parlamento parece julgar a Arte indigna de qualquer discussão; passam-se dezenas de anos sem que haja quem faça uma interpelação sobre o ensino artístico, sobre a aplicação que se dá às somas para a compra de objetos de arte nas academias de Lisboa e Porto, sobre a vida dos pensionistas do Estado em Paris e Roma, sobre o estado dos monumentos, sobre os inventários feitos nos conventos que se vão expropriando, sobre o destino dos objetos inventariados, sobre as restaurações de quadros executadas na Academia de Lisboa, sobre o ensino da arte nos institutos industriais, isto é: sobre o ensino do desenho aí professado, *único* ponto da relação da arte com as indústrias, entre nós, etc., etc., etc. Tudo isto é um livro fechado a sete selos, como diz o poeta, tudo isto não existe para o Parlamento, tudo isto é mistério! (Vasconcelos, 1879: 157-158)

O facto de o relatório não ter sido falado no Parlamento devia-se à falta de interesse pela questão e ao “profundo descrédito” que acompanhava a ideia da reforma, segundo Joaquim Vasconcelos, designadamente a partir do momento em que alguns dos seus propugnadores começaram a oferecer lugares para a ocupação dos cargos que iam ser criados. “Em toda a parte, a pequena minoria que se ocupa destas coisas de arte, falava abertamente em sinecuras, desta vez em grande escala porque se tratava de criar quatro novas repartições” (Vasconcelos, 1879: V). No Parlamento, o antigo secretário da comissão nomeada em 1875, Luciano Cordeiro, apontava a razão do aumento da despesa para a reforma soçobrar⁴⁷¹.

DESENHO NO CENTRO DA TRANSFORMAÇÃO DOS OFÍCIOS

Talvez tivesse sido preferível a omissão relativa aos trabalhos da comissão porque uma reforma que se ocupava das academias de belas-artes e não mexia nas bases do ensino do desenho estaria condenada a ser decepcionante e a adensar o ceticismo com que eram recebidas as reformas de ensino. Para Joaquim Vasconcelos era certo que todos os ofícios manuais dependiam em maior ou menor grau do desenho e da relação com essa disciplina, como a Inglaterra tinha demonstrado a partir de 1851, iniciando uma radical

⁴⁷¹ “Há anos uma comissão de homens competentes, com exceção de um, nomeada pelo governo de então, a que presidia o atual presidente do conselho, dedicou-se a trabalhar ativa e energicamente num projeto de ensino artístico, de conservação dos monumentos históricos, e de organização de museus nacionais, pondo todo o seu empenho em fazer que este projeto correspondesse, tanto quanto era possível, modesta, mas praticamente, a necessidade urgente de melhorar e difundir a educação, os estudos e as exemplificações artísticas nas classes industriais. Este projeto representava, quando concluído, um aumento de despesa na importância de 8.000\$000 réis ou 9.000\$000 réis; não chegou por isso a passar no parlamento.” (Luciano Baptista Cordeiro de Sousa, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1882-3-22, diário número 52, p.861)

transformação da escola elementar de desenho, a seguir ao choque que tinha constituído a organização do certame *A Grande Exposição dos Trabalhos da Indústria de Todas as Nações*, revelando como os ingleses estavam atrasados na aplicação dos processos que conferiam a continuação do trabalho da máquina pela mão humana. Inglaterra tinha criado escolas elementares de desenho para introduzir os elementos da arte na esfera da educação pública, como complemento da educação nacional; tinha-se dedicado à formação dos professores das escolas de arte aplicada e fundado um número indispensável delas, além de museus de arte aplicada à indústria procurando o derramamento da educação do sentido artístico (Vasconcelos, 1879: 6). A comissão portuguesa tinha passado por cima da reforma do ensino do desenho, “com uma sem-cerimónia que não tem explicação” (Vasconcelos, 1879: 34).

Joaquim Vasconcelos não se limitou a criticar, gizou um plano geral para a reforma do ensino do desenho, fez o elenco de planos de ensino, de orçamentos de coleções, de compêndios portugueses e de coleções do ensino artístico em Portugal, museus e escolas provinciais e fez uma crítica comparada dos sistemas de ensino artístico-industriais inglês, austríaco, alemão e francês. Um aspeto particular da reorganização do ensino do desenho lembrava a necessidade de constituir coleções de objetos e remetia para a questão sempre em aberto da realização de um inventário. Essas coleções, segundo Vasconcelos, deviam ser formadas por meio de reproduções, tendo em conta um conjunto de acontecimentos, de tendências e de acordos internacionais recentes sobre permuta de cópias.

Quanto aos acontecimentos e tendências, as obras originais estavam irreversivelmente em coleções públicas ou em poder de milionários; as antigas coleções das casas reinantes tinham passado a ser propriedade das coroas ou das nações; os antigos príncipes perdulários já não tinham o que vender; os leilões que tinham tido lugar no século XVIII não se faziam já; os conventos tinham sido secularizados e não tinham mais o que se lhes roubar (Vasconcelos, 1879: 160-161). Quanto aos acordos, Vasconcelos lembrava que “no que diz respeito à arte, e em especial ao desenho, foi considerado como o meio mais eficaz: a reprodução dos objetos das artes plásticas e artes industriais em todos os países da Europa e a permutação gratuita desses objetos entre as diferentes nações aderentes” (Vasconcelos, 1879: 153). A pretensão de querer comprar originais seria ainda mais estranha em face do estado de pobreza e do isolamento dos grandes centros de comércio de objetos de arte. Segundo assinalava Vasconcelos, a corte imperial, a nobreza e a burguesia austríacas tinham emprestado os

seus objetos de arte para que os ateliês de moldagem de gesso, de galvanoplastia e de fotografia do chamado Museu Austríaco de Arte e Indústria⁴⁷² pudessem ir fazendo um inventário dos tesouros artísticos da nação, criando subsidiariamente uma fonte importante de receitas pela venda das reproduções em gesso, fotografias e galvanoplastias (Vasconcelos, 1879: 96-97).

A CONCEPÇÃO DE MONUMENTOS DA COMISSÃO

Em Portugal, as coleções das aulas de desenho do ensino elementar, secundário e superior deveriam estar organizadas há muito. “As coleções de estampas e de gessos das nossas aulas oficiais são uma aglomeração de espécimes que o acaso ou o capricho insciente se encarregou de recrutar; são coleções de curiosidades em que nem sequer se guarda o primeiro preceito de uma coleção, a ordem sistemática ou cronológica, segundo a natureza da aula” (Vasconcelos, 1879: 152). Vasconcelos acrescentava ainda que a Academia de Lisboa tinha tido os meios para possuir uma coleção de modelos para o estudo da arte e das artes industriais – tinha recebido mais de 50 contos em dez anos para comprar objetos de arte – e para encetar permutas mas não tinha nem uma coisa nem promovia a outra.

O relatório da comissão governamental nomeada em 1875 fixou uma noção de monumentos nacionais explicativa, demorada e, eventualmente, abrangente: todos os edifícios, construções, ruínas, objetos artísticos, industriais ou arqueológicos que se referissem ao trabalho, aos usos, aos costumes, aos progressos, ao estado industrial e às influências sociais de forma típica e distinta, isto é, todos os edifícios e objetos que coubessem numa tipificação positivamente aberta (típica) e documentalmente fechada (distinta) que pudessem testemunhar “o modo de ser intelectual, moral e material da sociedade portuguesa nas diversas evoluções do seu desenvolvimento histórico”

⁴⁷² “Com o nome de Museu Austríaco designa-se coletivamente uma série de fundações que completaram na Áustria o programa de ensino da arte aplicada à indústria, no espaço relativamente curto de quatro anos. (...) A abertura pública do museu teve lugar a 21 de maio de 1864, num edifício provisório (Ballhaus) pertencente à Casa Imperial, por meio de uma exposição pública.” O museu partilhou espaços com a Escola Superior de Arte Aplicada, até esta se separar e ocupar um palácio próprio. Anexo ao museu estava um instituto experimental químico-técnico. Três estabelecimentos auxiliares integravam o museu, a biblioteca especializada em artes industriais, a coleção especial de gravuras-modelos das indústrias da arte e três ateliês (de moldagem de gessos, galvanoplástico e fotográfico; o ateliê de gessos levava os modelos da arte às escolas e oficinas mais remotas). As coleções do museu eram, maioritariamente, de reproduções. Na opinião de Vasconcelos, nenhuma instituição europeia possuía então um arquivo de arte ornamental tão completo (Vasconcelos, 1879: 94-108)

(AAVV, 1876a: 12), mesmo que eles pertencessem às épocas anteriores à fundação da nacionalidade e se encontrassem não à superfície mas no subsolo da pátria. Daquela noção também emergia a representação nacional dos edifícios e objetos que memorassem “os feitos mais distintos da história nacional” continuando-se parcialmente a velha definição que tinha sido estabelecida para excetuar da venda dos bens nacionais “as obras e edifícios de notável antiguidade que mereçam ser conservados como primores da arte ou como monumentos históricos de grandes feitos ou de épocas nacionais”⁴⁷³.

Para que fosse atendido este objetivo genérico de salvaguarda, o relatório estabelecia a criação, nas várias localidades do país, de comissões incumbidas de vigiar pela conservação dos monumentos, de os estudar e de propor à direção-geral de belas-artes e monumentos, a entidade que tutelaria a guarda, conservação, reparação e exposição dos monumentos históricos nacionais públicos, a criar junto do Ministério das Obras Públicas, as medidas convenientes. Tentava acautelar, também, a demanda de vestígios históricos por parte de particulares, fazendo aplicar-lhes as disposições do *Código Civil* português de 1867, sobre a “ocupação de tesouros e coisas escondidas”, que previa que os achados de objetos de ouro, prata ou quaisquer objetos de valor devessem ser restituídos aos donos ou, nessa impossibilidade, fazer constar os achados às autoridades administrativas⁴⁷⁴, que os comunicariam à direção-geral de belas-artes e monumentos. A intervenção do Estado podia ocasionar expropriações por utilidade pública aplicáveis a jazidas arqueológicas, a objetos de valor artístico e arqueológico, a monumentos existentes em terrenos particulares ou aos terrenos propriamente ditos. A direção-geral devia examinar e votar os projetos de reparação dos monumentos e as escavações arqueológicas a fazer, deslocando-se para ela um poder decisório que pertencia ao governo. O inventário geral dos monumentos históricos competia a esta direção-geral, que devia ser ajudada nesse ponto específico pelas comissões de belas-artes e monumentos encarregadas de conservar e estudar a nível regional e local os vestígios do passado.

⁴⁷³ Cf. artigo 3.º da Carta de Lei de 15 de abril de 1835 sobre a maneira de se fazer a venda de todos os bens nacionais, *Coleção de leis e outros documentos oficiais publicados desde 15 de agosto de 1834 até 31 de dezembro de 1835*. 4.ª Série. Lisboa: Imprensa Nacional, 1837, p.119

⁴⁷⁴ Código Civil Português aprovado por Carta de Lei de 1 de julho de 1867. Lisboa: Imprensa Nacional, 1868, pp.76-80

O PAPEL DA REAL ASSOCIAÇÃO DOS ARQUITETOS

Seria, antes, um grupo formado na Real Associação dos Arquitetos Civis e Arqueólogos Portugueses que iria encarregar-se de esboçar um mapa dos edifícios e das construções diversas que deviam ser considerados monumentos nacionais, respondendo a um pedido do Ministério das Obras Públicas, depois de anos de tentativas para sensibilizar o governo⁴⁷⁵. Tratava-se, para esse grupo de trabalho, de ordenar os vestígios de “um vasto teatro de acontecimentos memoráveis em todas as idades dos povos”; de afirmar a antiguidade da nação; de converter uma hipótese, o inventário, numa necessidade pública e de transformar a construção de conhecimento numa ferramenta de uso do poder; de preparar as bases para um passo seguinte, o da classificação dos vestígios, que deveria ser cometido a pessoas de muita competência e com um longo tempo para a concretizar, destacando-se, desta forma, o papel dos especialistas dos governantes; tratava-se, a um tempo, de unificar os traços significantes – “não podem, por conseguinte, deixar de ser considerados monumentos nacionais todos os padrões que atestam simplesmente a passagem ou a existência desses povos em o nosso país” (Real Associação dos Arquitetos Civis e Arqueólogos Portugueses, 1881: 3) – e dividi-los num jogo de relevâncias relativas, relacionadas às categorias que os classificadores alimentavam nos espíritos, unificar para separar e separar para exercitar o poder dos avaliadores; tratava-se de não confiar apenas na tradição popular nem mesmo em “quaisquer memórias escritas ou documentos irrecusáveis” (Real Associação dos Arquitetos Civis e Arqueólogos Portugueses, 1881: 4) mas aprofundar se os vestígios autorizavam a tradição e vasculhar se os documentos estavam de acordo com a prova material que os edifícios poderiam fornecer, isto é, conceder a primazia de prova às pedras em detrimento dos escritos ou da tradição. O grupo viria a criar seis divisões ou classes, controversas na medida em que elas se permeavam e não constituíam categorias necessariamente reconhecíveis como autónomas. Mas relevantes porque era a partir do seu estabelecimento que o Estado saberia como intervir em cada uma. Não se tratava de uma classificação científica, tratava-se de uma apreciação operativa; não se tratava tanto de equacionar divisões onde coubessem grupos de monumentos ou vestígios mas sim de equacionar as divisões pelas quais os agentes estatais deveriam tomar decisões sobre

⁴⁷⁵ “A nossa primeira classificação dos monumentos nacionais não é de origem oficial, é devida a uma modesta, patriótica e desinteressada associação que tem a sua sede nas ruínas do Carmo; é a Real Associação dos Arquitetos e Arqueólogos Portugueses” (Pereira, 1909: 20)

conservação e restauração. De facto, o grupo de trabalho considerava que estava a estabelecer uma “indicação” (Real Associação dos Arquitetos Cívicos e Arqueólogos Portugueses, 1881: 4) de monumentos nacionais e que outro trabalho seria a classificação dos monumentos históricos e artísticos, igualmente determinante para aprofundar o tipo de ação que o Estado deveria ter.

O grupo considerava que todos os vestígios que testemunhavam a passagem de povos no solo da pátria, capazes de fornecer elementos para construir uma história das artes em Portugal, “por mais tosca e grosseira que seja a sua construção” (Real Associação dos Arquitetos Cívicos e Arqueólogos Portugueses, 1881: 3), mereceriam ser documentados. Ainda assim, a primeira divisão ou classe era destinada aos monumentos que mais avisadamente constituíssem “memórias históricas” e “primores artísticos” e os que se recomendassem “pela grandeza da sua construção ou pela sua magnificência ou pelas excelências de arte” que contivessem (Real Associação dos Arquitetos Cívicos e Arqueólogos Portugueses, 1881: 4). Tais monumentos deviam ser conservados e restaurados e continuar a lógica de o Estado se ocupar de vestígios grandiosos, magníficos, historicamente memoráveis e artisticamente relevantes, como a Batalha. A comissão considerava que as catedrais “são todas, mais ou menos, monumentos históricos e artísticos”, pelo que integrariam sempre a primeira classe; e que deviam considerar-se monumentos nacionais os palácios reais, designando o documento os palácios de Sintra, de Queluz, das Necessidades, da Ajuda e de Vila Viçosa, incluídos também na primeira classe. Na segunda classe caberiam os edifícios que fossem histórica e artisticamente importantes pela arquitetura, estrutura geral ou feições particulares de algumas partes. “Para estes edifícios requer-se apenas desvelada conservação” (Real Associação dos Arquitetos Cívicos e Arqueólogos Portugueses, 1881: 4), sem grandes gastos para o Estado, uma vez que deveriam ser corporações a mantê-los. O Estado devia vigiar para que não se desfigurasse parte alguma destes edifícios e não se alterasse o estilo arquitectónico e não seria autorizada a reconstrução desses vestígios sem o governo exercer a superintendência das obras.

Os monumentos de arte militar antiga, castelos e torres, compunham a terceira classe. Aos elementos do grupo parecia que o Castelo de Guimarães mereceria tão especial cuidado e atenção, que devia assinalar-se a sua inclusão na primeira classe, demonstrando-se a porosidade de tais divisões. O cuidado na conservação destes imóveis da terceira classe competia às câmaras municipais. Os memoriais levantados por agradecimento aos homens ilustres compreendiam a quarta classe. Na quinta classe

seriam depositados colunas, cipos e outras memórias epigráficas, pelourinhos e cruzeiros que se notabilizassem pela arquitetura e pela ornamentação, alguns mausoléus, casas de habitação que tinham sido de grandes figuras literárias e históricas e outros padrões comemorativos, de proezas militares ou patrióticas. Deveriam ser preservados pelos municípios e juntas de paróquia⁴⁷⁶ ou por governadores distritais.

A sexta classe dizia respeito aos monumentos pré-históricos. A indicação destas seis classes⁴⁷⁷ marcava uma relevante mudança na relação que o governo estabelecia com os monumentos, designadamente no papel que grupos de trabalho passavam a desempenhar na determinação de decisões governamentais sobre os vestígios passados, um papel que tendia a substituir os considerandos dos decisores políticos, embora continuasse a ser preciso o seu aval, também relevante porque era assumido, desde logo, que a esse trabalho de indicação outro deveria seguir-se, “a classificação dos edifícios que devem ser considerados como monumentos e padrões históricos e artísticos” (Real Associação dos Arquitetos Cívicos e Arqueólogos Portugueses, 1881: 4). O próprio grupo formado no âmbito da Real Associação dos Arquitetos Cívicos e Arqueólogos Portugueses, constituído pelo historiador, ex-ministro dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça, ex-vogal do Supremo Tribunal Administrativo e ex-deputado José Silvestre Ribeiro, que presidia, pelo arquiteto Joaquim Possidónio Narciso da Silva, pelo cirurgião e numismata Augusto Carlos Teixeira de Aragão, estes dois últimos ex-membros da comissão de 1875, pelo arquiteto Valentim José Correia, pelo historiador e publicista Inácio de Vilhena Barbosa e pelo engenheiro militar António Pedro de Azevedo, dizia estar a preparar o caminho para que uma comissão inspetora dos monumentos nacionais pudesse exercer o seu papel consultivo junto do governo.

O assunto era de grande vastidão e exigia muito tempo para ser elaborado. Porque urgia proteger os pobres padrões de antiguidade, por razões da ação devastadora do tempo, da ação brutal dos demolidores ou devido à ignorância dos reedificadores de monumentos,

⁴⁷⁶ As entidades administrativas das freguesias, criadas como unidade administrativa em 1830

⁴⁷⁷ As classes apareciam denominadas como segue na lista que o grupo produziu com o título *Monumentos nacionais. Padrões históricos e comemorativos de varões ilustres que são elementos apreciáveis para o estudo da história das artes em Portugal*. Primeira classe: “Monumentos históricos e artísticos e também os edifícios que somente se recomendem pela grandeza da sua construção ou pela sua magnificência ou por encerrarem primores de arte”; segunda classe: “Edifícios importantes para o estudo da história das artes em Portugal ou somente históricos mas não grandiosos ou simplesmente recomendáveis por qualquer excelência de arte”; terceira classe: “Monumentos da arte militar antiga. Castelos e torres”; quarta classe: “Monumentos levantados em lugares públicos pela gratidão nacional em honra de homens que bem mereceram da pátria”; quinta classe: “Padrões de mui diferentes géneros importantes para a história e para as artes”; e sexta classe: “Monumentos pré-históricos” (Real Associação dos Arquitetos Cívicos e Arqueólogos Portugueses, 1881)

o grupo de trabalho realizava “um como ensaio de um tombo geral” (Real Associação dos Arquitetos Cívicos e Arqueólogos Portugueses, 1881: 6) dos principais monumentos e de todas as construções de importância histórica e artística. Declarava não ter os elementos todos para estabelecer uma classificação mais informada. “Era impossível, como já aqui se disse e agora se repete, que este trabalho saísse da comissão completo” (Real Associação dos Arquitetos Cívicos e Arqueólogos Portugueses, 1881: 4), “limitou-se, portanto, a uma classificação mui simples, que lhe facilitasse a distribuição por categorias ou classes” (Real Associação dos Arquitetos Cívicos e Arqueólogos Portugueses, 1881: 4), o que não impedia de atribuir responsabilidades de grau diferente às instâncias do Estado que deveriam assegurar a conservação dos vários monumentos. Assim, era da competência do Estado central conservar e restaurar os monumentos que refletissem uma grandeza de construção ou refletissem memórias históricas e primores da arte em maior grau; a partir da segunda classe, o ônus da conservação – que era, aliás, de muito menor relevância, requerendo “apenas desvelada conservação” – era de particulares ou de corporações; os monumentos de terceira e quarta classes caíam na alçada das câmaras municipais; os de quinta classe reclamavam a atenção dos municípios, juntas de paróquia e governadores de província ou de distrito; os de sexta classe “merecem que o governo recomende aos seus delegados nas localidades respectivas que não permitam que eles sejam destruídos, como outros foram em tempos antigos” (Real Associação dos Arquitetos Cívicos e Arqueólogos Portugueses, 1881: 5). Mesmo sem informação adequada, não havia dúvidas de que a competência conservadora e restauradora dos grandes monumentos competia ao Estado central.

FALAR DA GRANDEZA ATRAVÉS DAS RUÍNAS

Se bem que se procurasse não perder a informação que todos os vestígios históricos transportavam consigo, o que estava em causa era a conservação dos vestígios que remetiam para uma grandeza que o Estado deveria assegurar em primeiro lugar. Esta colagem à grandiosidade era taxativamente proposta, mesmo sem a existência de informação básica, um inventário, como se o poder transformador do Estado sobre os monumentos pudesse ser o de garantir a própria grandeza do seu papel. Tratava-se, como se dizia, dos “monumentos que comemoram os feitos gloriosos dos nossos antepassados, ora pelejando e vencendo nos campos de batalha pela liberdade da pátria

ou pelo lustre e grandeza do seu nome; ora devassando mares ignotos e descobrindo terras desconhecidas” (Real Associação dos Arquitetos Cívicos e Arqueólogos Portugueses, 1881: 6). Esta ordenação em seis classes foi apresentada pelo presidente da comissão formada na Real Associação dos Arquitetos Cívicos e Arqueólogos Portugueses, José Silvestre Ribeiro, aos Pares do Reino em maio de 1882, afirmando o orador que se tratava de uma “resenha” dos monumentos⁴⁷⁸ e realçando que, na primeira classe, se encontrava a Igreja de Nossa Senhora do Vencimento do Monte do Carmo [Museu do Carmo, em Lisboa], local onde a Real Associação tinha a sua sede e onde tinha constituído um museu arqueológico com fragmentos de arquitetura e escultura e objetos artísticos e históricos. Silvestre Ribeiro aproveitou a intervenção para pedir um subsídio que permitisse à Real Associação expandir os espaços de exposição e colocar uma cobertura sobre as arcarias da igreja, ainda hoje à vista. A ordenação em seis classes, e especialmente o protagonismo dos monumentos que cabiam na primeira classe, harmonizavam-se com o disposto no *Código Administrativo* do reino, em que se referia explicitamente que as juntas de paróquia, os corpos da administração estatal das paróquias que administravam os seus bens e interesses particulares, não tinham jurisdição sobre os templos que “por serem monumentos de arte ou de glória nacional, estão a cargo do Estado”⁴⁷⁹.

O grupo de trabalho declarava que uma comissão inspetora poderia completar o tombo agora realizado, “certamente a base indispensável para um plano de conservação dos monumentos nacionais” e advertia o governo para a necessidade de considerar que um “tombo geral dos edifícios que são propriamente monumentos nacionais” e de todas as demais construções não se faria somente envolvendo os esclarecimentos de câmaras municipais mas prevendo que estudos deveriam ser feitos sobre a maior parte desses esclarecimentos.

Enquanto o ministro das Obras Públicas não decidisse como fazer isso, a comissão iria “solicitando e arquivando os esclarecimentos enviados pelas câmaras” (Real Associação dos Arquitetos Cívicos e Arqueólogos Portugueses, 1881: 6-7). Um dos membros do

⁴⁷⁸ “A associação [Real Associação dos Arquitetos Cívicos e Arqueólogos Portugueses] nomeou no seu próprio seio uma comissão encarregada de fazer uma resenha de todos os monumentos do nosso país, a qual publicou depois um relatório, onde foram classificados de um modo luminoso os padrões da história e da arte em Portugal.” (José Silvestre Ribeiro, Câmara dos Pares do Reino, ata de 1882-5-1, diário número 51, p.534)

⁴⁷⁹ Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1881-2-4, diário número 22, p.373. O reino de Portugal estava dividido em distritos administrativos, estes em concelhos e os concelhos em paróquias. As juntas gerais de distrito eram os corpos administrativos dos distritos, as câmaras eram os corpos dos concelhos e as juntas de paróquia os das paróquias

grupo, Joaquim Possidónio Narciso da Silva, tinha já publicado, em 1862, um álbum em dois fascículos com 24 imagens de um grupo de monumentos, de paisagens e de vistas, documentando a inventariação de algum património existente no reino (Silva, 1862)⁴⁸⁰, que o próprio autor resumia assim quanto ao objetivo: “levantar as plantas dos principais edifícios religiosos do país e tirar as vistas dos monumentos nacionais” (Silva, 1875: 77).

A sua apreciação sobre a necessidade de uma comissão inspetora que velasse pela conservação e combatesse as destruições era taxativa já nessa altura. Devia “há muito ter-se adoptado o que os outros países mais cultos têm praticado, criando comissões de arqueólogos e de artistas em todas as capitais das províncias, as quais seriam filiais de uma central em Lisboa, tendo por obrigação vigiarem pela conservação de todos os monumentos históricos nas suas localidades, não consentindo que se lhe fizessem restaurações sem prévia informação e instruções da competente comissão, para as obras poderem ser autorizadas pelo governo”. E era tanto mais assim quanto muitas das mutilações se ocasionavam por causa de intervenções pouco afiançadas: “visitámos todas as catedrais que existem na nossa terra e vimos pesarosos os repetidos e ridículos enxertos que nesses venerandos monumentos se têm tolerado; sendo de tal ordem o vandalismo que nos desacredita perante a Europa civilizada e prova evidentemente a falta de providências a este respeito” (Silva, 1862: [vista fotográfica número 5]).

Desde a fundação da Real Associação dos Arquitetos Cívicos e Arqueólogos Portugueses, em novembro de 1863⁴⁸¹, que o inventário e a classificação, bem como a existência de uma comissão inspetora, eram questões presentes. Na reunião de 22 de janeiro de 1864, o arquiteto da Repartição de Obras Públicas Paulo José Ferreira da Costa propôs que “a associação encarregasse um dos seus membros de fazer memórias dos principais edifícios do reino para serem conhecidas dos estudantes de arquitetura e do público” (Dias, 1907: 4); o presidente da associação, Joaquim Possidónio Narciso da Silva, propunha que se estudasse a relação entre os edifícios religiosos de Lisboa, “pelo

⁴⁸⁰ Documentavam-se as igrejas da Sé e de Santo António; a igreja do antigo Convento dos Jerónimos; a Igreja da Memória; a Torre de Belém; as estufas da Quinta das Laranjeiras; uma vista da Escola do Exército; o Reservatório e Aqueduto das Águas Livres; o Largo do Pelourinho e Banco de Portugal; uma vista do Paço das Necessidades; a Igreja dos Paulistas e Correio Geral (em Lisboa); uma vista do castelo em frente de Lisboa (Almada); a Igreja e Torre dos Clérigos; uma vista do Convento da Serra do Pilar (no Porto); a fachada da antiga catedral; duas vistas do claustro do Convento de Santa Cruz; uma vista do frontispício da Igreja de Santa Cruz; o Convento de Santa Clara-a-Nova; uma vista do aqueduto; o edifício da Universidade (em Coimbra); uma vista geral do lado poente; o claustro do Convento de São Francisco; e o Seminário Patriarcal (em Santarém).

⁴⁸¹ Fundada em 1863 como Associação dos Arquitetos Cívicos Portugueses, Real Associação dos Arquitetos Cívicos e Arqueólogos Portugueses a partir de 1872

espaço que as suas plantas ocupam” e a classificação dos estilos e das diferenças para que se indicasse quais os exemplares com maiores graus de perfeição e se haveria alguns em que a arquitetura se pudesse “classificar como nacional e por que fundamentos se deve fazer tal classificação” (Dias, 1907: 4); em setembro, Miguel Osório Cabral de Castro propôs que se considerassem sócios da associação os fotógrafos que, nas províncias do reino, ajudassem a formar um “álbum dos principais monumentos do país” (Dias, 1907: 7); no mesmo ano de 1864, Sousa Holstein, também sócio da Real Associação, propunha que fossem enviados para o Museu Arqueológico do Carmo “todos os objetos arquitectónicos que nos distritos de obras públicas se pudessem recolher”; Miguel Osório Cabral de Castro propunha que se oficiassem os sócios correspondentes para que estes informassem das antiguidades existentes nas suas terras (Dias, 1907: 8); na Câmara dos Pares do Reino, António Costa Lobo salientou que a conservação dos monumentos não deveria ter nenhuma verba em função do estado precário da fazenda pública; mas também não se poderia ir observando a derrocada dos monumentos.

Em 1867 este Par do Reino entendia que o assunto devia ser confiado a uma comissão, parecendo que via na sua existência uma intermediação entre o abandono mais absoluto dos monumentos e o seu acompanhamento, ainda que sem investimento. “Seria muito para desejar que o governo o encarregasse a uma comissão composta de indivíduos entendidos nesta matéria para indicarem o melhor modo de conservar os monumentos que recordam a nossa glória passada”⁴⁸². Considerava que “a conservação dos nossos monumentos históricos é uma coisa muito importante e pode dizer-se que é também um ensino”⁴⁸³, adivinhando-lhe uma função didática; na mesma sessão da Câmara dos Pares, o marquês de Sousa Holstein desafiava o governo a apresentar um projeto de lei sobre conservação dos monumentos históricos e sobre os estudos arqueológicos ou, em alternativa, indagava se o governo considerava mais “conveniente nomear primeiramente alguma comissão gratuita e composta exclusivamente de homens conhecedores da especialidade”.

“A comissão de Lisboa”, como o marquês lhe chamava, “poderia centralizar todos aqueles trabalhos, os quais em breve dariam o resultado de evitar que se continuem a apresentar a nacionais e estrangeiros edificios desmoronados ou, o que é pior,

⁴⁸² António de Sousa Silva Costa Lobo, Câmara dos Pares do Reino, ata de 1867-5-17, diário número 60, p.1573

⁴⁸³ *Idem, ibidem*

barbaramente restaurados a ponto de nos envergonharem, tais como a Sé de Lisboa, denunciando-se assim um desleixo altamente repreensível”⁴⁸⁴; em março de 1878, foi feita uma proposta para que se nomeasse uma comissão de arquitetos e arqueólogos com o encargo de indicar “o local, a qualidade e importância dos edifícios públicos nacionais e bem assim elaborasse um catálogo de objetos de belas artes” (Dias, 1907: 20).

Entre muitos outros objetivos, a publicação de um periódico pela Real Associação dos Arquitetos Cívicos e Arqueólogos Portugueses também visava criar um “repositório de estampas de monumentos nacionais” (Barbosa, 1874: 2) e um artigo de 1874 publicado nesse órgão oficial da Real Associação explicitava a opinião dos membros sobre a necessidade de comissões apoiadas pelo governo se encarregarem da conservação dos monumentos e da obrigatoriedade de se elaborar uma descrição das existências: “em todos os países onde há verdadeira afeição às artes, respeito pela tradição, e amor pelas recordações históricas, existem comissões oficiais que têm a seu cargo, não só vigiar pela conservação e restauração dos edifícios antigos que mais podem interessar à civilização de cada povo, ou perpetuar as glórias pátrias, mas também descrevê-los”.

PROPOSTAS DE GRUPOS E COMISSÕES

Do ponto de vista de quem escrevia, a situação era de ausência de medidas. “Em Portugal, onde não são raros os monumentos históricos e artísticos legados por nossos maiores, não há uma providência que os preserve das deturpações e da destruição, e por isso se vão aniquilando não restando de muitos deles senão restos mutilados pela barbárie ou algumas paredes derrocadas” (Ribeiro, 1874: 7-8). Em 1880, a confirmação da cedência da Igreja de São João de Alporão, por parte do Estado central, à Junta Geral do Distrito de Santarém, ocasionou dos deputados Mariano de Carvalho e Rodrigues de Freitas comentários sobre a inventariação dos monumentos. O primeiro referiu-se às cedências em massa que o governo fazia: “Pelo que me consta, este edifício estava inventariado; mas tem sido prática desde muitos anos, e não me atrevo a dizer que seja boa prática, o governo fazer concessões provisórias de alguns edifícios públicos, vindo

⁴⁸⁴ [D. Francisco de Borja Pedro Maria António de Sousa] Marquês de Sousa Holstein, *ibidem*, p.1574

depois ao Parlamento pedir autorização legislativa para confirmar essa concessão”⁴⁸⁵. Rodrigues de Freitas lembrou que a primeira concessão datava de 1849, para instalar um teatro, e a segunda de 1876, já para o museu distrital, referindo-se ao problema de os bens nacionais “estarem, segundo parece, sem serem devidamente inventariados e sem que haja conhecimento de quais são os recursos que o Estado pode tirar deles”⁴⁸⁶. O deputado questionava tanto a ausência de inventário quanto a entidade que poderia fazer as concessões, o governo ou o Parlamento.

Uma versão mais mitigada – menos institucional – da “comissão de Lisboa” proposta por Sousa Holstein tinha enfim germinado na cabeça do historiador Alexandre Herculano, em 1838, com um claro propósito de dissuasão dos camarteladores: “Quiséramos que os homens deste país que têm coração português fizessem uma associação, cujo trabalho de patriotismo ligasse os seus membros dispersos por todo o reino; que os residentes em Lisboa constituíssem uma espécie de junta à qual os das províncias, logo que à sua notícia chegasse a demolição de algum monumento da história ou da arte, remetessem uma breve nota individuando as circunstâncias do edifício destruído e o nome do arrasador, quer este fosse magistrado ou funcionário público ou municipal, quer fosse indivíduo particular” (Herculano, 1873: 32).

Outras proposituras circundavam aquelas com fins adjacentes, como era o caso da do abade António Dâmaso de Castro e Sousa, que propôs que se considerasse uma relação dos arquitetos que, entre os séculos XII e XVIII, tinham construído importantes edifícios nacionais e que os sócios estudassem essa relação; uma proposta, de fevereiro de 1866, para que fosse reposta em vigor a legislação do tempo de D. João V (um alvará de 1721) que mandava conservar as antiguidades (Ribeiro, 1874: 11); uma vontade expressa por Sousa Holstein, também em 1866, para que se nomeasse uma comissão que tivesse a cargo a conservação dos monumentos (Ribeiro, 1874: 13); ou uma proposta para que se abrissem concursos de memórias descritivas acerca da arquitetura dos edifícios de Portugal e de comparação de monumentos megalíticos das várias regiões (Ribeiro, 1874: 23). De acordo com outro dos elementos do grupo formado na Real Associação dos Arquitetos Cívicos e Arqueólogos Portugueses, José Silvestre Ribeiro, a entidade antecessora da Real Associação tinha dirigido, no início dos anos 70 do século XIX, um inquérito aos seus sócios para que estes ajudassem a caracterizar os

⁴⁸⁵ Mariano Cirilo de Carvalho, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata 1880-3-1, diário número 37, p.688

⁴⁸⁶ José Joaquim Rodrigues de Freitas, *ibidem*

edifícios religiosos e civis existentes, com particular evidência para a anotação sobre algumas construções como castelos, sobre elementos do edifícios religiosos, sobre livros e sobre mosaicos e azulejos, através dos seguintes quesitos: os envolvidos nesses trabalhos deveriam anotar o nome de edifícios ou artefactos, a localização, a autoria de construção e execução, de conservação ou de destruição; para que finalidade esses edifícios tinham sido construídos, quais tinham sido as suas reutilizações e o que eram no tempo presente; os materiais com que eram construídos; o estado de conservação; época ou épocas de construção; que estilo de arquitetura ou de escultura se observava.

Os sócios da associação deviam ter especial atenção em recolher informação sobre construções como torres, castelos, aquedutos, pontes, pelourinhos, chafarizes ou cruzeiros; e deviam ter em conta os acessórios de edifícios religiosos (retábulos, sinos, por exemplo) que se mostrassem notáveis; se se tratasse de livros, deviam ter em conta o local de impressão e que estampas, desenhos ou iluminuras possuíam; de azulejos, de vidros e de mosaicos deveria recolher-se a informação dos motivos que apresentavam, a sua qualidade, cores e padrões. Se os sócios tivessem correspondido ao pedido, “temos por certo que se reuniram os primeiros elementos de um quadro artístico de sumo valor”, um esboço de inventário das riquezas artísticas do país. Contudo, a demanda foi recebida com “indiferença” (Ribeiro, 1879b: 177-178).

Queixas de inação sobre a conservação de monumentos e o testemunho de delapidações continuaram a aparecer nos anos subsequentes ao relatório da comissão presidida por Sousa Holstein, publicado em 1876, e aos três livros que Joaquim Vasconcelos dedicou à reforma do ensino das belas-artes, publicados entre 1877 e 1879. Era sem questionamento que a tentativa de elaborar um inquérito sobre o que deviam ser monumentos e de criar, junto do governo, responsabilidades de proteção esbarrava nas histórias frequentes de destruições, como se se evidenciasse o encontro de dois mundos destinados a conviver e a confrontar-se e como se as notícias de destruições alimentassem o papel de alerta que as comissões ou grupos de trabalho queriam preencher.

ACUDIR AO QUE É NECESSÁRIO, DEPOIS AO ÚTIL, DEPOIS AO AGRADÁVEL

Com a morte da última freira do Convento da Salvação, em Montemor-o-Novo, o lente da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra, amador e investigador de antiguidades, Augusto Filipe Simões, foi convidado em 1876 pela Academia de Belas-Artes a separar os objetos que ali se encontrassem e devessem ser destinados ao museu que se pretendia inaugurar em Lisboa. Quadros, tecidos, alfaia de prata e outros objetos, alguns dos séculos XV e XVI, foram inventariados por Augusto Filipe Simões, que retornou à capital com um rol de tudo o que “pareceu ter valor artístico” e que não teria uso cultural. Perante a reclamação da autoridade eclesiástica, nenhum dos objetos chegou a incorporar a Academia de Belas-Artes, que concentrava os objetos do futuro museu. “Tudo se perdeu e tudo se perdeu porque, pela maior parte, não podia de modo algum servir para o culto”.

Do Mosteiro de Lorvão, em Penacova, saíram “carradas de objetos preciosos”, depois de um aviso de Augusto Simões e durante cerca de um ano até que o governo mandou fazer uma sindicância a confirmar os extravios. “Quem trouxe para fora do convento tantos objetos conhecia o valor dos móveis de pau-santo, conhecia o valor dos vestidos das imagens, bordados a ouro e ornados de pedras preciosas”⁴⁸⁷. Roubos na Basílica de Mafra tinham ocasionado o desaparecimento de “muita madeira e materiais do grande edifício, sendo certa a desapareição de lances inteiros de escadaria, a substituição de antigos sobrados e madeiras” e grande a preocupação com a existência de “livros e estampas valiosas, que poderão desaparecer, e gessos e alfaia, que melhor estariam num museu público” (AAVV, 1876b: 32), de acordo com o testemunho trazido pelo secretário da comissão de 1875, Luciano Cordeiro.

O marquês de Sousa Holstein anunciou que recebera de Braga a notícia da descoberta de sarcófagos romanos e de outros objetos históricos ao mesmo tempo que lhe relatavam a venda de todos os quadros e de “obras de entalhas” de um convento daquela localidade. Em Lisboa, no largo da Luz, nas ruínas de uma igreja ali localizada, duas lápidas tinham sido “arrancadas e britadas, vendo-se ainda algumas letras nos fragmentos que calçam o passeio marginal do largo da Luz” (AAVV, 1876b: 32). Sousa Holstein recordou como lhe era difícil estar a receber obras de arte que iriam expor-se,

⁴⁸⁷ Augusto Filipe Simões, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1881-3-21, diário número 64, p.1102

no edifício da Academia Real de Belas-Artes, o Convento de São Francisco da Cidade em Lisboa, “a uma fatal e rápida deterioração” e que lhe “doía “ver como se estavam estragando dia a dia os quadros expostos na galeria, pelas detestáveis e irremediáveis condições dela” (AAVV, 1876b: 39).

Era possível que as tentativas dos inquéritos sobre monumentos e de responsabilidades de proteção esbarrassem também numa concepção governamental alegadamente utilitária, que não deixou de estar presente nos argumentos. O ministro das Obras Públicas, Saraiva de Carvalho, instado a cuidar dos “edifícios do Estado subvencionados por ele”, como o Convento da Batalha, o Convento de Cristo em Tomar, a Igreja de Alcobaça ou a Academia Real das Belas-Artes, lembrou que esses eram os “edifícios que são, por assim dizer, os representantes das glórias nacionais”, tal como iria refletir a classificação da Real Associação dos Arquitetos e Arqueólogos, quanto aos monumentos de primeira classe. Saraiva de Carvalho considerou a Batalha “aquele primor de arquitetura dos feitos de maior glória para este país” e que “sob o ponto de vista da arte, sob o ponto de vista estético, não contamos em Portugal nada como o Convento da Batalha e as Capelas Imperfeitas”. Apesar dos encómios, considerou que “temos coisas mais urgentes a que é forçoso acudir porque primeiro está o necessário, depois o útil e finalmente o agradável”⁴⁸⁸, pelo que as pedras antigas se inscreveriam na categoria ‘agradável’. O deputado Mariano de Carvalho apresentou outra versão para o mesmo pensamento, quando se discutia uma aquisição de obras de arte no Parlamento: “Quero unicamente lembrar ao ilustre deputado as palavras evangélicas ‘nem só de pão vive o homem’; porque se é muito conveniente atender às condições materiais dos cidadãos, não é menos útil cuidar da sua educação intelectual”⁴⁸⁹. As diligências para coligir notícias do estado dos monumentos nacionais, tentando confirmar e completar informação anteriormente pedida às câmaras municipais nos vários locais do reino, iniciaram-se em 3 de fevereiro de 1882 com o arquiteto Joaquim Possidónio Narciso da Silva acompanhado de dois desenhadores em arquitetura civil, sendo secretário da equipa o também desenhador e amador de belas-artistas Júlio Carlos Mardel de Arriaga.

⁴⁸⁸ Augusto Saraiva de Carvalho, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1880-2-25, diário número 34, p.601

⁴⁸⁹ Mariano Cirilo de Carvalho, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata 1883-4-11, diário número 61, p.1025

Com o relatório produzido em função das visitas ao reino, o governo ficou oficialmente informado de que havia um conjunto de monumentos de primeira classe a necessitar de reparações urgentes. O arquiteto Possidónio Narciso da Silva não só revisitou alguns dos monumentos que já tinha tido oportunidade de desenhar e fotografar anteriormente, realçando a necessidade de criar condições para que eles fossem expurgados dos acrescentos que afectavam a traça original, como teve a oportunidade de fazer várias descobertas, uma das quais particularmente excitante, a dos vestígios do que parecia ser uma antiga cidade de que só existia a memória.

A necessidade de percorrer o território para certificar a existência dos monumentos e das informações previamente recolhidas pelas câmaras era afirmada quando, em Tomar, Possidónio encontrou um padrão erguido à memória de Nuno Álvares Pereira que não tinha constado da lista feita pela Real Associação e da sua organização em seis classes. “Daqui se infere que é necessário e de conveniência pública ir pessoalmente verificar em todo o reino a existência dos monumentos, fazendo com o máximo cuidado o inventário artístico de Portugal” (Silva, 1894: 15).

O episódio é relevante não tanto por causa do esquecimento mas porque o arquiteto afirmava ter pedido ao ministro das Obras Públicas autorização para incluir essa nova descoberta na quinta classe dos monumentos e, sem resposta do governante, não podia considerar-se a inclusão realizada. Por mais especialista que se apresentasse e por mais diligente e aprofundada que fosse a sua ação, o arquiteto dependia do governante para que fosse decidida a inclusão de um monumento numa lista. “No ofício em que participei a S. Exa. o ministro esta omissão, pedia-lhe licença para que esse padrão fosse também incluído em o número dos outros; mas por enquanto não recebi a suplicada autorização!” (Silva, 1894: 15). A lógica centralizadora da discricionariedade dos governantes tinha sido defendida como a única possível por Luciano Cordeiro, secretário da comissão nomeada em 1875 e a “comissão de Lisboa” a que tinha aludido Sousa Holstein só se podia entender sob esse efeito centralizador.

A Sé de Lisboa foi o primeiro monumento a que deitou mãos a equipa de Possidónio Narciso da Silva – era também o primeiro a aparecer na publicação *Revista pitoresca e descritiva de Portugal com vistas fotográficas*, de 1862, que Possidónio coligira. O arquiteto estava preocupado em fazer um levantamento das plantas para poder avaliar a grandeza relativa dos monumentos e obter informação sobre as proporções das diferentes partes e sobre o contorno e detalhe das ornamentações. Com substituição de um desenhador pelo meio, requisitado para outro serviço público, os desenhos da sé

foram acabados em 19 de maio de 1883. A um dos desenhadores, Possidónio mandou executar os epitáfios existentes na igreja e diligenciou para que a representação gráfica se aproximasse dos elementos originais do edifício, ao não fazer constar do desenho um gradeamento colocado entre as duas torres por cima do portal principal, “não só porque alterava do modo mais insólito o aspecto primitivo da edificação daquele monumento, mas patenteava a falta de critério e o desconhecimento dos mais elementares preceitos da arte e da arqueologia” (Silva, 1894: 7). Possidónio considerava que era a reputação de arquiteto que estava em causa se semelhante elemento tivesse aparecido no desenho: “Repugnava-me bastante que ficasse arquivada semelhante alteração; e até de futuro quem visse o alçado com tão grave defeito julgaria que ao artista que delineara esse grandioso edifício medieval faltavam os conhecimentos arquitectónicos e por isso concorrera num repreensível erro, ficando a sua memória deslustrada sem razão” (Silva, 1894: 8).

UM GRANDE MOSAICO NO SOLO

A Comissão dos Monumentos Nacionais, liderada por Possidónio, tinha feito expedir circulares acompanhadas de um questionário, dirigido às câmaras municipais⁴⁹⁰, para verificar se o que se achava mencionado no relatório da Real associação se confirmava e também para obter informação da existência de antiguidades mal conhecidas. Com espanto, Possidónio constatou que, dos 138 questionários enviados, “somente responderam 33 municípios!” (Silva, 1894: 4) Mesmo assim, o arquiteto relevava as “minuciosas informações arqueológicas” enviadas pelas câmaras de Évora, Vila Viçosa, Coimbra, Viana do Castelo, Alenquer, Setúbal e Santo Tirso (Silva, 1894: 5).

⁴⁹⁰ Os 12 quesitos, entre perguntas e afirmações aprovados pela Comissão dos Monumentos Nacionais para serem enviados às câmaras, eram os seguintes: “Quais são os monumentos históricos e artísticos pertencentes a esse município, tanto religiosos, civis, como da arte militar? – Qual o sítio e localidade onde existem, e o seu estado de conservação? – Designar os túmulos de varões ilustres e aqueles que se recomendarem como obra de arte. – Indicar os aquedutos antigos e modernos notáveis pelo seu aspecto e importância arquitectónica, e assim como os castelos e torres. – Mencionar os padrões levantados em lugares públicos, e os seus diferentes géneros, e os mais dignos de serem conservados para a história. – Se possui arcos comemorativos e funéreos. – Quais são os lugares memoráveis pelos factos históricos? – Os pelourinhos devem ser compreendidos como obras de arte. – Os cruzeiros igualmente pela sua antiguidade e merecimento artístico. – Os cipos, colunas miliares e memórias epigráficas. – Haverá vestígios romanos e árabes nessas localidades? Em que sítio existem e qual é o seu estado atual? – Os monumentos pré-históricos tais como antas, pedras levantadas, círculos formados com pedras, pedregulhos com cavidades circulares e mamoadas; isto é, montes de terra circulares, isolados uns dos outros e levantados nos campos.” (cf. Silva, 1883: 139-140)

A seguir à capital, começaram as excursões artísticas a outras terras do reino, para verificar as informações recolhidas, se os empregados das câmaras tinham compreendido a divisão em seis classes e qual era o estado de conservação dos monumentos. A primeira terra demandada foi Santarém, na qual Possidónio tinha marcada visita para a antiga Igreja de São João de Alporão e onde encontrou a antiga Igreja do Convento de Nossa Senhora de Jesus do Sítio “em perfeito estado de conservação e asseio, devido ao constante zelo da pessoa a quem foi entregue para o culto” (Silva, 1894: 9).

Ao invés, em Tomar, o Convento de Cristo, medido e desenhado por Possidónio em 1866, tinha desde então consideravelmente aumentado o nível de estragos em certos pontos, obrigando a uma intervenção urgente. Na Sé Velha de Coimbra, Possidónio tinha já deplorado em 1861 o “mesquinho e triste campanário moderno, que tanto desfigura o centro principal daquele edifício” (Silva, 1862: [vista fotográfica número 5]); mais de uma década depois, o arquiteto observava “o aspecto vergonhoso e desmoronado da entrada para o templo” e “a incúria, o desleixo e o abandono a que tem chegado esse edifício!” (Silva, 1894: 10), lembrando que tinha oficiado o ministro das Obras Públicas para o problema. O governante tinha mandado orçamentar a reparação mas os trabalhos teimavam em não arrancar.

Outro ofício recebido pelo ministro, expedido por Possidónio Narciso da Silva, dizia respeito ao alegado projeto de aumentar o recinto da Igreja de Cedofeita, no Porto, o que iria constituir “um grave atentado arqueológico, alterando-se a primitiva edificação” e desfiando o senso artístico do objeto (Silva, 1894: 11). O tipo de preocupações que Possidónio desejava que fossem consideradas pelo poder político, de restituição das formas arquitectónicas primordiais, estava bem presente no caso do templo romano de Évora, objeto de dois encaixes que empobreciam o contorno das estrias das colunas, com dois mil anos. “Se porventura esse estrago fosse motivado pela ação do tempo, concordaria em que não se fizesse” um conserto (Silva, 1894: 13); como não era assim, novo ofício tinha ido parar ao ministro das Obras Públicas para que se restituísse o completo contorno das colunas. No decorrer da excursão à província do Alentejo, Possidónio visitou onze construções megalíticas e mandou fazer escavações em duas delas mas um local em que o coração bateu mais aceleradamente foi nas cercanias de Tomar, quando o arquiteto entrou numa terra de lavoura onde havia uma grande espaço sem cultura. O dono afirmou que não tinha plantado árvores, como pretendia, porque tinha encontrado resistência no terreno. “Senti em mim um estremecimento, como bom

presságio prometedor, porquanto a minha razão não admitia a possibilidade de uma pedreira naquele lugar” (Silva, 1894: 15-16). Possidónio pediu para fazer uma sondagem e, no próprio local onde estava, “trouxe-me a sonda fragmentos de mosaicos de quatro cores!” (Silva, 1894: 16) O proprietário consentiu sem problemas numa escavação e rapidamente “fez-se o descobrimento de parte de um grande mosaico e por esta forma tive a fortuna de descobrir os vestígios da antiga cidade de Nabância”⁴⁹¹. Por causa do risco de aniquilação dos vestígios de Nabância, o papel de Possidónio foi reconhecido no Parlamento pelo deputado Luís Gonzaga dos Reis Torgal, como um esforço individual e isolado. “Em Itália e em toda a parte estes monumentos merecem os maiores cuidados ao Estado; entre nós nem se falaria em tal se um cavalheiro tão inteligente e laborioso não houvesse tomado a peito a conservação destas riquezas nacionais. Refiro-me ao conselheiro Possidónio da Silva”⁴⁹².

Reis Torgal tinha a informação de que a Câmara Municipal iria fazer passar uma estrada por cima dos vestígios mas o governo não confirmou tal projeto e o ministro da Fazenda, Mariano de Carvalho, respondeu que se interessaria pela conservação de todos os monumentos artísticos ou históricos nacionais. Ao longo da década anterior à deslocação de Possidónio pelo reino, alguns dos monumentos por si referidos no relatório apresentado ao ministro das Obras Públicas tinham sido objeto de observações no Parlamento. Foram os casos da Sé de Lisboa, da Igreja de São Vicente de Fora, também em Lisboa, da Igreja de Santa Cruz de Coimbra, do Convento de Alcobaça, da Igreja do Salvador de Paço de Sousa, em Penafiel, da Igreja de Jesus, em Setúbal, do Castelo de Palmela e da Igreja do Convento de Nossa Senhora da Conceição, em Beja. A Igreja da Várzea, em Alenquer, só foi referida no Parlamento quase no final do século.

As intervenções parlamentares denotavam preocupação pelo estado de um ou outro monumento, por vezes em situações de emergência, quando viam neles símbolos da grandeza, de patriotismo e de glória da pátria, acompanhadas de um sentimento de vergonha, se estrangeiros viessem a aperceber-se do estado em que se encontravam, e conformavam a necessidade de intervenções casuísticas por parte dos parlamentares, por vezes em desacordo com os poderes locais interessados no reaproveitamento dos materiais antigos para construções novas.

⁴⁹¹ As ruínas referidas como sendo de Nabância são um complexo agrícola romano (Cardais), localizado no lugar do Marmelaio

⁴⁹² Luís Gonzaga dos Reis Torgal, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1886-3-24, diário número 51, p.709

RECLAMAÇÕES DE TODA A CÂMARA

O “lamentável estado” da Sé de Lisboa foi referido, de passagem, pelo ministro da Justiça, Adriano Machado⁴⁹³; o “estado de ruína” do templo de São Vicente de Fora, de que Possidónio mandaria fazer o levantamento da planta geral da igreja e dos claustros, foi falado como “assunto de interesse público” pelo deputado Joaquim José Alves, que solicitou ao ministro das Obras Públicas que o tomasse debaixo da sua proteção. “Aquele monumento de antiguidade está num estado pouco decente. É uma vergonha para nós, e sobretudo para os estrangeiros que visitam aquele edifício, que julgando encontrarem um monumento digno de admirar, ficam desapontados porque acham inteiramente o contrário”⁴⁹⁴. Pela mesma altura em que se executavam os desenhos da planta geral e dos claustros, Joaquim José Alves voltou a falar do “estado lastimoso em que se encontra o edifício de São Vicente de Fora”⁴⁹⁵, secundado pelo deputado Santos Viegas, que afixava que a cúpula do imóvel estava a ameaçar ruína e reclamava por não haver dinheiro suficiente para os reparos dos padrões da pátria gloriosa e das epopeias da grandeza passada: “Eu lamento, senhor presidente, que os monumentos públicos sejam de tal forma descuidados no nosso país, que não se aplique uma verba que seja suficiente, não digo para os restaurar completamente, mas ao menos para evitar que as ruínas produzidas pelo tempo e a falta de cuidado os destruam de todo”⁴⁹⁶. Em 1881, um requerimento do deputado Augusto Filipe Simões, que tinha sido um dos 15 elementos da comissão nomeada em 1875 para propor a reforma do ensino artístico, a organização dos museus, dos monumentos históricos e da arqueologia, indagava pela aplicação de uma quantia anual para os reparos do monumento nacional da Igreja de Santa Cruz de Coimbra decidida por uma carta de lei em 1861. O projeto de lei apresentado ao Parlamento com esse fim, de aplicar uma verba às reparações do templo, explicava ser dever das novas gerações “conservar convenientemente as recordações gloriosas de seus maiores”, equiparando o reconhecimento da arte nacional e das

⁴⁹³ Adriano Augusto de Abreu Cardoso Machado, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1880-4-20, diário número 75, p.1539

⁴⁹⁴ Joaquim José Alves, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1876-2-14, diário número 28, p.359; Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1878-3-8, diário número 39, p.560

⁴⁹⁵ *Idem*, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1882-2-17, diário número 30, p.376

⁴⁹⁶ António Ribeiro dos Santos Viegas, *ibidem*, p.377

recordações gloriosas às “ideias morais do patriotismo” e da independência nacional⁴⁹⁷, como se um laço unisse vestígios em pedra e patriotismo e unificasse as recordações históricas e a aplicação de uma moral às gerações presentes e não pudesse haver nessas junções um pensamento dispersivo sobre a ideia de herança, a não ser pelo perigo que sempre enfrentava de diluir-se e desaparecer no tempo. Possidónio Narciso da Silva demandou Alcobaça para visitar o “grandioso monumento do extinto convento e igreja”, depois ter levantado as suas plantas em 1861.

Na primeira visita ao monumento, em 1836, pouco tempo depois de o corregedor António Luís de Seabra ter lá estado e descrito minuciosamente a situação de depredação em torno do convento, Possidónio tinha encontrado o vigamento a descoberto, as portas sem fechaduras e constatado a inexistência de mobília nos dormitórios e nos claustros superiores. “Eram já de valia as perdas que lá se fizeram da primeira vez; mas agora acusava uma destruição quase total, uma enorme perda para a nação!” (Silva, 1894: 17). O edifício tinha perdido a primitiva configuração, tendo um dos claustros sido demolido, provavelmente pela câmara municipal, o que atestava uma atitude incompatível com os valores da herança. “Mostra o atraso em que ainda está a nação acerca da importância que têm os exemplares architectónicos, que constituem riquezas arqueológicas e nacionais” (Silva, 1894: 18). A esse facto, somavam-se destruições “do interior do templo, dos outros claustros, dos túmulos reais, das campas, da Casa do Capítulo, dos altares, de tudo o que era bom, de tudo que era útil, das suas vidraças e de tudo o que não podia deixar de conservar-se” (Silva, 1894: 18) e a circunstância de enxurradas vindas de terras em declive para as naves do edifício impossibilitarem os ofícios divinos e quaisquer celebrações. Tendo sido oficiado, o ministro das Obras Públicas determinou a execução das reparações indispensáveis, “posto que não fosse possível agora uma restauração completa, cabendo à ilustração de S. Exa. esta urgente resolução” (Silva, 1894: 18). No Parlamento, o deputado Tomás Ribeiro tinha chamado a atenção para a falta de guarda e vigia em Alcobaça⁴⁹⁸.

⁴⁹⁷ “A Igreja de Santa Cruz de Coimbra é um dos mais belos monumentos históricos e architectónicos de Portugal. É dever das novas gerações conservar convenientemente as recordações gloriosas de seus maiores perpetuadas em monumentos tão apreciáveis como este, cuja restauração e conservação fazem objeto da proposta que submetestes ao nosso exame. As ideias morais do patriotismo, avivado pela recordação de glórias herdadas e do amor da arte nacional, consignada nos monumentos architectónicos, não são menos fecundas para conservar o amor da independência das nações do que os melhoramentos que têm por fim os cômodos materiais da sociedade.” (Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1861-3-15, diário número 56, p.770)

⁴⁹⁸ Tomás António Ribeiro Ferreira, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1880-2-25, diário número 34, p.600

A partir de 1881, as intervenções centraram-se na necessidade de acudir rapidamente ao monumento, depois de um raio ter atingido a cobertura e deixado em estado de ruína o telhado da igreja. Tavares Crespo pedia a ação do ministro das Obras Públicas, “para que não se acabe de arruinar um edifício tão sumptuoso, que representa uma venerável tradição histórica”⁴⁹⁹. Na ausência do ministro das Obras Públicas, o colega de governo com a pasta da Justiça, Adriano Machado, afiançava o compromisso daquele: “O senhor ministro das Obras Públicas não pode deixar de ter empenho igual ao que o ilustre deputado manifestou para pôr aquele importantíssimo monumento nas condições em que estava antes do sinistro”⁵⁰⁰.

Augusto Filipe Simões também interveio nessa sessão sobre Alcobaça, contextualizando para os deputados a hipótese de colapso da estrutura atingida: “se o desmoronamento se realizou nas condições que dizem, se a torre caiu sobre a abóbada da igreja, vejo iminente a ruína, talvez completa deste grande edifício, um dos mais majestosos do nosso país, não só pela sua altuosa [*sic*] arquitetura, mas também pela sua enorme vastidão”⁵⁰¹. A chamada à ordem sobre a necessidade de acudir aos monumentos, mesmo que os seus resultados práticos pudessem vir a ser deficitários, era comum ao pensamento generalizado da assembleia: “Esta reclamação não é só do senhor Crespo e minha, julgo ser de toda a Câmara (*Apoiados*), de todo o país porque a todo o país interessa a conservação dos monumentos nacionais (*Apoiados*)”⁵⁰².

Não do país inteiro, já que Possidónio tinha verificado “a incompetência de quem não tem em nenhuma conta as antiguidades nacionais” declarando o arquiteto que a câmara de Alcobaça tinha mandado “arrancar os pés de cantaria das mesas dos refeitórios, os quais em forma de pilares, ornados de colunetas nas arestas, estão servindo hoje de sumidouros nas ruas!” (Silva, 1894: 18-19). Augusto Simões lembrou que um escritor muito considerado e ex-deputado da nação tinha, há 40 anos, chamado a atenção para o estado da conservação das antiguidades escrevendo *Um brado a favor dos monumentos nacionais*.

⁴⁹⁹ António Lúcio Tavares Crespo, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1881-1-24, diário número 15, p.214

⁵⁰⁰ Adriano Augusto de Abreu Cardoso Machado, *ibidem*

⁵⁰¹ Augusto Filipe Simões, *ibidem*, p.217

⁵⁰² *Idem*, *ibidem*

“É tempo de atendermos aos seus justos clamores com o cuidado que merece este assunto, o que decerto nos elevará aos olhos dos povos cultos e muito contribuirá para desenvolver o sentimento estético e o gosto das artes no nosso país”⁵⁰³. Numa sessão parlamentar posterior, com o ministro das Obras Públicas já presente, o governante informava que tinha sido dada ordem ao diretor das Obras Públicas para que partisse rapidamente para Alcobaça e verificasse as providências a adotar⁵⁰⁴. No mesmo ano em que visitou Alcobaça, 1883, Possidónio dirigiu-se a Penafiel para visitar a Igreja do Salvador de Paço de Sousa. À sua vista teve sentimentos discordantes, de regozijo por poder observar “a arquitetura do mimoso portal da igreja”, de tristeza por verificar que o cofre de pedra contendo os restos mortais de Egas Moniz tinha sido colocado sob uma torneira “de um mui tosco e insignificante depósito público” e os vestígios do seu esqueleto tinham sido amassados para dentro de uma caixa, colocada a um canto húmido do chão, de tal modo que o rótulo de indicação do conteúdo já tinha desaparecido (Silva, 1894: 19-20).

A negligência quanto aos restos mortais de Egas Moniz não era recente e tinha sido referida no Parlamento em 1879, quando o deputado Rodrigues de Freitas lembrou uma passagem escrita por Sousa Holstein no seu opúsculo *Observações sobre o atual estado do ensino das artes em Portugal, a organização dos museus e o serviço dos monumentos históricos e da arqueologia*: “Em Paço de Sousa, os baixos-relevos que ornavam a sepultura de Egas Moniz estão divididos, achando-se metade engastada em cada parede lateral da igreja; e a caixa de pedra em que jazeram os ossos do aio de Afonso Henriques serve de pia para os porcos beberem”⁵⁰⁵. Junto à Igreja de Jesus, em Setúbal, Possidónio pediu, em 1859, ao capelão que mandasse lavar a cantaria, pintada com ocre, almagre⁵⁰⁶ e cal, numa procura de imitar as manchas naturais do mármore da Arrábida com que o edifício fora construído. “O sacerdote opôs-se, assegurando-me que os andaimes impediriam o serviço religioso”. Em 1884 “encontrei ainda aquela ridícula restauração” (Silva, 1894: 20).

⁵⁰³ Augusto Filipe Simões, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1881-1-24, diário número 15, p.217

⁵⁰⁴ Augusto Saraiva de Carvalho, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1881-1-26, diário número 17, p.261

⁵⁰⁵ José Joaquim Rodrigues de Freitas, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1879-2-7, diário número 27, p.366. A citação do marquês de Sousa Holstein vem na p. 44 das *Observações...*

⁵⁰⁶ Terra avermelhada usada em pinturas grosseiras

Relativamente perto do Convento de Jesus, o Castelo de Palmela tinha sido incluído na terceira classe dos monumentos nacionais pela Real Associação dos Arquitetos Cívicos e Arqueólogos Portugueses. Como em Alcobaça, a torre de menagem também tinha sido vítima de um raio, fendida a toda a altura. “Descrever as ruínas em que se encontra o histórico monumento é doloroso, impossível. Custa a acreditar que possa deixar-se em abandono o que devia ser obrigação nacional conservar-se” (Silva, 1894: 21). Em 1876, a Câmara de Setúbal tinha feito um requerimento ao Parlamento para concessão das muralhas do castelo, dos terrenos adjacentes e dos terrenos circundantes das ruínas do castelo “com o fim de evitar aos seus munícipes os contínuos prejuízos resultantes das delongas e embaraços que se levantam quando algum cidadão pretende adquirir qualquer porção de muralhas daquela cidade ou dos terrenos a elas adjacentes, para proceder a edificações ou acrescentar as suas propriedades”⁵⁰⁷. Esse pedido foi indeferido pela comissão parlamentar da Guerra, um desfecho invulgar tendo em conta os numerosos pedidos camarários quase sempre aceites pelo Parlamento depois de ouvidas as respetivas comissões, com base numa razão que teria agradado a Possidónio: “a câmara municipal de Setúbal não é, como quer parecer, competente para conhecer da razão de existência ou não existência daquelas muralhas”⁵⁰⁸.

As incursões no Alentejo levaram Possidónio à Igreja do Convento de Nossa Senhora da Conceição de Beja, onde lhe tinha constado que havia uma pedra a servir de degrau com inscrições romanas, na escada da torre da igreja. A Junta de Paróquia recusou a cedência da pedra, e a sua substituição por um degrau comum, “porque havia ideia de se formar um museu” mas os recentes achados de mosaicos romanos encontrados quando se faziam os caboucos para a nova casa da câmara municipal, que foram parar ao entulho geral sem os aproveitar ou desenhar, faziam desconfiar o arquiteto dessas intenções. “É já sabido, quando se deseja adquirir algum objeto, que esteja posto de parte e desprezado, sem que ninguém lhe dê apreço, surgem logo obstáculos que não se vencem facilmente; e apresentam-se desculpas por causa de projetos que jamais se realizam” (Silva, 1894: 22). Possidónio referia também a dificuldade de convencer proprietários de terrenos a autorizar escavações, como foi o caso do dono de um dólmen no Crato, que só a custo se deixou convencer pelo arquiteto e recomendou que deixasse “ficar tudo no mesmo estado em que o encontrasse” (Silva, 1894: 23).

⁵⁰⁷ Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1876-3-15, diário número 47, p.677

⁵⁰⁸ *Ibidem*

O interesse pelas pedras antigas em Beja poderia ter sido demonstrado se houvesse em curso uma ação para cuidar de um parapeito superior da torre do castelo, já sem resguardo num dos ângulos. O arquiteto enviou um ofício ao Ministério da Guerra reclamando providências. A propósito da instituição de um seminário no bispado de Beja, um grupo de deputados confirmou, em março de 1883, a valia da Igreja do Convento da Conceição: “deve ser conservada como monumento histórico nacional, poderá ser aproveitada não só para se estabelecer provisoriamente a catedral, enquanto não se concluírem as obras da sé, mas também para os exercícios do culto religioso próprio do seminário”⁵⁰⁹. Em Portalegre, eram os dois portais de mármore do liceu nacional instalado desde 1852 no seminário episcopal, e o frontispício da Igreja de São Vicente da Chã, que se destacavam assim como era digno de menção o bom estado de conservação do estabelecimento de instrução.

Tal como o padrão erguido à memória de Nuno Álvares Pereira em Tomar, também a Igreja da Várzea, em Alenquer, devia pertencer à quinta classe dos monumentos nacionais. Na capela-mor do edifício religioso, que necessitava de reparações nos telhados, visitada pelo arquiteto em 1883, encontrava-se o túmulo do cronista Damião de Góis, sem o busto, que o arquiteto foi encontrar num monte de lixo, depois de revolver o templo. Aparentemente, as obras necessárias à conservação da igreja só chegaram ao Parlamento em 1897, quando o deputado Lopes de Carvalho reforçou um pedido da câmara local⁵¹⁰. A visita a Alenquer ocasionou a inclusão de mais um monumento na lista das seis classes, num processo que relevava como a ação arbitrária do arquiteto devia ser determinante na constituição dessa lista, desde que licenciada pelo ministro das Obras Públicas, sendo o propósito de proteger um padrão tão funcional quanto a sua classificação.

Possidónio deslocou-se à casa onde teria vivido Damião de Góis e propôs ao município que colocasse uma lápida comemorativa, tendo sido inaugurada com cerimónia pública. “Pedi a S. Exa. o ministro que, visto haver este novo padrão nacional, me autorizasse a incluí-lo na quarta classe dos tais monumentos” (Silva, 1894: 25). No seu périplo, Possidónio voltou à Sé de Braga, cuja planta tinha desenhado em 1859. Impressionado, desta vez, com um forte cheiro a óleo que impregnava as ruas em torno do monumento,

⁵⁰⁹ José Maria Borges, Lourenço Augusto Pereira Malheiro, Cipriano Leite Pereira Jardim, António Ribeiro dos Santos Viegas, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1883-3-12, diário número 42, p.636

⁵¹⁰ António Máximo Lopes de Carvalho, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1897-8-11, diário número 34, pp.595-596

veio a descobrir que as colunas, as arcadas, as abóbadas e os retábulos das capelas, tudo o que era de cantaria no monumento, tinha sido besuntado diversas vezes com tinta branca a óleo para tentar tapar os poros do granito escuro e muito poroso. “E era esta estupenda obra da maior inépcia e estultícia que causava o mau cheiro que chegava a grande distância e incomodava todos, dando o testemunho mais vivo do intolerável vandalismo praticado em um dos principais monumentos do país” (Silva, 1894: 26). A Sé de Braga, segundo o seu testemunho, parecia naqueles dias um grande armazém feito com alvenaria tosca revestida de reboco branco, “obra censurável e ridícula, abaixo da crítica” (Silva, 1894: 27).

A conclusão a tirar inscrevia-se nos argumentos do opúsculo de Sousa Holstein (1875), do relatório da comissão governamental sobre o estado da arte do ensino artístico, da organização dos museus e do estado dos monumentos nacionais (1876) – e do projeto de lei subsequente que organizava o ensino das belas-artes, a sua aplicação à indústria, os museus artísticos e arqueológicos e o serviço dos monumentos históricos –, do projeto de lei apresentado no Parlamento com o mesmo fim (1876) ou das opiniões expendidas bem antes, pelo próprio Possidónio (1862), por Sousa Holstein no âmbito dos trabalhos da Real Associação dos Arquitetos Cívicos e Arqueólogos Portugueses (1866), por António Costa Lobo e o mesmo Sousa Holstein na Câmara dos Pares (1867) ou por vários membros da Real Associação ao longo da década de 60. “Não existe ainda em o nosso país, e todavia é preciso que exista, uma corporação especial revestida de autoridade para velar e obstar a que se cometam tais absurdos e que pratiquem tais monstruosidades” (Silva, 1894: 27). Os especialistas desenhavam, pacientemente, a luta por um papel que intermediava a situação no terreno com o território da decisão política, sempre com os decisores políticos à distância de um suspiro dessas decisões. “Antes de se proceder a qualquer reparo, restauração ou limpeza, os projetos deveriam ser apresentados às pessoas especialmente encarregadas desse importante serviço público e arqueológico e sem obterem a sua aprovação não poderiam ser executados e a sua execução ainda assim sujeita a inspeção e a multa, no caso de se desviarem do que se prescrevesse” (Silva, 1894: 27).

NOTAS FINAIS

A preocupação do marquês de Sousa Holstein pela instrução das classes laboriosas, nomeadamente através do ensino competente do desenho, é testemunho de um pensamento elaborado das classes altas sobre o exercício de competências oficiais por parte das classes operárias. A leitura atenta das *Observações...* transmite um genuíno cuidado tanto em relação aos objetos e monumentos da nação que deviam ser preservados (e cujo abandono e mau acondicionamento eram uma “vergonha”) quanto aos modos pelos quais esses objetos e monumentos, de que Sousa Holstein seria um herdeiro, iriam materializar-se em outras tantas produções futuras, quando os operários tivessem adquirido “estilo”. Por isso se entende que as oficinas dos museus de arte industrial a criar, enquanto fabricantes dessas produções, fossem um complemento das escolas de desenho e que do museu central do Estado devia irradiar uma influência construída a partir das coleções de modelos de fragmentos dos melhores monumentos da pátria e dos grandes edifícios públicos, isto é, dos imóveis que ensinassem os operários a reconhecer o poder do Estado e o poder daquela herança que, só remotamente e a muito custo, poderia pertencer a operários (e só através de cópias que eles próprios produziram no futuro).

Também as considerações sobre a aptidão dos operários – excelente reprodutores de encomendas, péssimos na criação de originalidades – deviam ser lidas dentro da mesma lógica. Pois o que seria um trabalho original que não fosse a reprodução dos grandes monumentos e dos grandes objetos aos quais, evidentemente, faltava um grande museu nacional para solidificar o que parecia então inverosímil, a vontade de que algum dia todas as classes reconhecessem na sua herança os despojos das classes abastadas?

A aquisição de conhecimentos que conduzissem as artes e os ofícios a limiares elevados só seriam sancionados se eles se mostrassem à altura dessa herança. Nesse mundo que tinha por definição básica o entesouramento das riquezas para a partir delas se difundir o estilo português não era visto com bons olhos que as freiras agradecessem esmolas com a doação de objetos de valor nem que a ignorância levasse a cortar capas para vender a peso livros do século XV e XVI. Mas já o inventário das existências era encarado com dificuldade, apesar das definições tão completas de *património* que, por exemplo, a comissão de reforma do ensino artístico e do serviço dos museus ou a Real Associação dos Arquitetos Cívicos e Arqueólogos Portugueses tinham estabelecido.

Sinal dessa dificuldade eram as intervenções puramente casuísticas dos deputados acerca do estado dos monumentos mais relevantes, aqueles que remetiam para a grandeza e glória da nação, quando observavam situações de urgência e de uma certa vergonha social por se deixarem ao abandono.

Vimos como a Real Associação dos Arquitetos Cívicos e Arqueólogos Portugueses conseguiu forjar uma ordenação dos vestígios memoráveis da nação a partir de uma ideia matriz, a de que eram esses vestígios a prova fundante da sua relevância e não tanto os textos que se lhes referissem ou mesmo as histórias que sobre eles tivesse passado para a nebulosa da *tradição*, pronta a conferir a um conjunto de fenómenos um estatuto singular no tempo.

Vimos, também, como um mapa dos edifícios e das construções que deviam considerar-se monumentos nacionais eram um instrumento que reclamava, menos a sua cientificidade, e mais a capacidade de dotar o Estado dos meios de conservar e restaurar, de agir sobre eles, portanto. Não podia, pois, deixar de se reconhecer nesse esforço abnegado da Real Associação uma linhagem de pensamento, entre cujos ilustres representantes se encontrariam as sistematizações realizadas no passado por Mouzinho da Silveira e, de uma forma notória no sentido de ser mais conforme aos objetivos prosseguidos, por Mouzinho de Albuquerque. No futuro, essa linhagem seria claramente continuada pelo militar de carreira Fernando Larcher.

Evidentemente que o trabalho da Real Associação servia o desígnio de o Estado continuar a ocupar-se dos vestígios grandiosos, ao sediá-los na primeira classe ou divisão de um conjunto de seis mas, sobretudo, ao designar-lhe a competência de conservar e restaurar os monumentos de primeira grandeza. Prossequindo uma lógica operacional, os vestígios que fossem incluídos entre a segunda e a sexta classes – todos os que não fossem primores da arte, de grandeza e de interesse histórico elevado – eram cometidos a particulares, a organizações diversas e aos municípios. A ser prosseguido, talvez esse mapa em que os vestígios fossem de muitos donos pudesse ter chegado até nós com contornos diferentes dos atuais, nomeadamente não cabendo apenas ao Estado, ou aos seus representantes, a tarefa de selecionar o que deve passar à posteridade.

RETALHAM-SE AS MURALHAS DOS CASTELOS E VENDEM-SE AS JOIAS DA COROA

OS ENUNCIADOS dos atos de vandalismo sobre os monumentos, e mesmo sobre o seu alegado desaparecimento da face da Terra, foram uma das constantes que juntaram deputados e membros do governo em exercício aos proponentes em geral da sua defesa, como os membros das múltiplas comissões para salvaguardar monumentos. Este consenso, já o demos a entender, pode ter contribuído quer para fortalecer a atual evidência que encobre os monumentos, quer, quando os interesses eram superiores aos representados pelas antiguidades, para os pôr em causa através da sua destruição, num movimento que continua familiar no presente.

Para que se fortalecesse esse consentimento global foi preciso esperar, contudo, pela sua incorporação na legislação do país. Um dos momentos-chave em que tal aconteceu, talvez o primeiro momento decisivo em todo o século XIX do ponto de vista dos legisladores desde as grandes determinações dos anos 30 acerca das antiguidades, verificou-se em 1894. Um artigo do regulamento da Comissão dos Monumentos convencionava que esta entidade devia promover o “culto” dos monumentos e, claro, a sua propaganda. Não seria possível deixar de nos lembrar como os deputados entenderam, em 1835, não ratificar o termo *veneração* para se referirem aos monumentos e terem adotado em sua substituição uma palavra que remetia para algo mais que a contemplação ou a admiração das pedras antigas: a *conservação* confiava às forças do Estado uma forma terrena de apropriação e de ação, que equiparava os monumentos a outros edifícios – por exemplo, aqueles que servissem para a instalação de serviços do Estado – e não os punha nem acima nem abaixo, na enorme massa de edifícios que havia para alienar, das matas, pinhais e arvoredos, de instalações para as artes e as indústrias ou destinadas ao Exército e à Marinha. Parecia agora assumir-se que essa distância prudente face à veneração, no passado, podia ser transmutada para a assunção de um culto.

Nas páginas do novo jornal literário e instrutivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis, um semanário fundado em maio de 1837 sob proteção do poder real, o historiador, jornalista e escritor Alexandre Herculano publicou em 1838 e 1839 quatro artigos sobre a questão da herança histórica e da conservação dos monumentos, que republicaria em 1873, revistos, no tomo II da obra *Opúsculos*, dedicado a “questões públicas”⁵¹¹. Em 1897, o membro da Comissão dos Monumentos Nacionais e major de cavalaria, Fernando Larcher, apresentou na Câmara dos Pares do Reino uma proposta de lei para assegurar a “conservação dos monumentos e objetos de arte que encerrem qualquer interesse para a história ou arte nacionais” através da sua classificação administrativa⁵¹².

Seis décadas separaram estas intervenções, uma situada no extremo nascente da nossa problemática, a outra no extremo descendente do século XIX e no ocaso da cronologia deste texto. No final dos anos 30, Herculano empreendeu uma campanha “contra a índole destruidora dos homens de hoje” (Herculano, 1873: 6). Para realizar esse empreendimento, intentava situar-se na contramão das ideias populares, condutoras da glória, lucro, respeito e bênçãos (Herculano, 1873: 4), as ideias que concentravam o movimento e o barulho do aplauso fácil, imaginando-se necessariamente do “lado do bom, do justo e do belo” (Herculano, 1873: 3), falando com a voz do historiador projetada no futuro: “mas que pode esperar aquele que, nessa longa e ampla estrada do tempo, por onde o género humano corre desordenado, quizer vir, do lado do futuro e em nome do futuro, dizer à geração a que pertence: – paraí lá – ?” (Herculano, 1873: 5). Aos Pares do Reino, Fernando Larcher começava a sua exortação nomeando o elemento que mais contribuía para a informação sobre o passado: “Os monumentos, as ruínas, os variados despojos e vestígios das extintas civilizações, dispersos pelo solo de um país, constituem sem dúvida uma das mais ricas, senão a mais abundante e preciosa fonte da

⁵¹¹ Os artigos foram publicados como segue: *Os monumentos*, “O Panorama. Jornal Literário e Instrutivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis”, Lisboa, Tipografia da sociedade, número 69, 25 de agosto de 1838, pp.266-268; *Monumentos II*, “O Panorama”, número 70, 1 de setembro de 1838, pp.275-277; *Mais um brado a favor dos monumentos I*, “O Panorama”, número 93, 9 de fevereiro de 1839, pp.43-45; *Mais um brado a favor dos monumentos II*, “O Panorama”, número 94, 16 de fevereiro de 1839, pp.-50-52. A versão revista, com o título *Monumentos pátrios*, foi publicada nos “Opúsculos. Questões públicas”, Tomo II, Lisboa, Em Casa da Viúva Bertrand, 1873, pp.2-52

⁵¹² Fernando Larcher, Câmara dos Pares do Reino, ata de 1897-1-27, diário número 8, p.79

história, relativa aos povos que sucessivamente o habitaram”⁵¹³. Origens remotas, costumes, tendências, aptidões e crenças teimavam em transformar-se de sombras do passado em “maravilhosas páginas gravadas, esculpidas ou cinzeladas”, ultrapassando o poder dos testemunhos escritos como, eloquentemente, se provava olhando a “estranha grandeza e custosos materiais do imenso Convento de Mafra, a incomparável riqueza artística da Capela de São João Baptista, a soberba majestade do arrojado aqueduto das águas livres”⁵¹⁴. Herculano viu-se nos primórdios de uma época de destruição dos monumentos – os meados do século XIX, para mais herdeira de uma outra época de destruição, que tinha condenado ao quase desaparecimento “os paços, os castelos, as pontes, os cruzeiros, as galilés das praças, as portas, as torres, os pelourinhos das cidades e vilas, construídos desde o século XI até o XV” sobrando “alguns mosteiros e santuários, algumas catedrais e paróquias, não por serem obras da arte mas por serem lugares consagrados a instituições religiosas” (Herculano, 1873: 13).

Resistiriam esses mosteiros, catedrais e outros edifícios consagrados “se, nesta terra desamparada de Deus e da arte, tivesse havido sequer um vislumbre de gosto e de veneração pelo passado e não fosse justamente entre o clero, isto é, entre os guardadores naturais desses mesmos monumentos, que surgissem os seus mais funestos adversários” (Herculano, 1873: 13). Bispos, cónegos e curas de almas entendiam pouco de arquitetura e tal como os próprios arquitetos davam-se à camuflagem destruidora dos vestígios antigos: “Entregaram tudo aos arquitetos e mestres-de-obras, que estragaram tudo. Quase que escasseava a pedra para se converter em cal” (Herculano, 1873: 14). Ao desamparo referido por Herculano, Larcher juntava a inevitabilidade de um particular comportamento nacional: “a falta de aptidão e a ausência de gosto artístico peculiar da nossa raça, falta esta pela qual chegámos a ser conhecidos – infelizmente com razão – no estrangeiro, as depredações e mutilações, as destruições e sobretudo as ignaras brutalidades cometidas sob pretexto de pseudo restaurações atingiram entre nós um grau quase inverosímil”⁵¹⁵. Colunas, capitéis, abóbadas, torres, portais, arcarias, claustros, “tudo foi caiado, dourado, enfeitado, estragado”, como assinalou Alexandre Herculano e como iria assinalar o arquiteto Joaquim Possidónio Narciso da Silva, por exemplo na sua visita à Sé de Braga. Apagaram-se desses “livros de pedra” (Herculano, 1873: 14) as histórias das crenças, dos costumes, dos trajos, das alfaias, apagaram-se os

⁵¹³ Fernando Larcher, Câmara dos Pares do Reino, ata de 1897-1-27, diário número 8, p.79

⁵¹⁴ *Idem, ibidem*

⁵¹⁵ *Idem, ibidem*, p.81

“vestígios de sucessos notáveis”; “nesses livros preciosos, em vez do seu primitivo conteúdo, só achareis as rasuras que mãos ineptas aí fizeram e os caracteres que, sobre essas páginas, outrora eloquentes, traçou a pior das barbáries, a barbárie pretensiosa e civilizada” (Herculano, 1873: 14-15). Larcher encontrava-se entre a força destruidora dos vestígios e a força persuasiva e descritora dos ornatos dos monumentos, “os documentos mais seguros e irrefutáveis de que os arqueólogos e historiadores têm lançado mão, para poderem traçar afoitamente a história da nossa pátria”, de que os de estilo manuelino recordavam a “gloriosa e brilhante época das descobertas e conquistas”⁵¹⁶.

Recebedores dos feitos, da grandeza e da glória das gerações antigas, parecia claro que os espíritos cultos deviam partilhar a ideia de conservação das obras do passado. “Entretanto é para notar que (...) nada de eficaz se tivesse feito, oficialmente até hoje em Portugal, a bem da conservação de tão preciosas antigualhas”⁵¹⁷. O Par do Reino não descortinava “lei alguma especial destinada a proteger os nossos monumentos e objetos de arte”, cuja mutilação só encontrava paralelo na dispersão de esforços a favor de um sentimento de respeito e veneração pelos monumentos, encontrando-se “uma imperdoável lacuna no corpo da nossa legislação”⁵¹⁸. Para Herculano, essa mutilação não tinha tido apenas como efeito o apagar dos traços originais mas também resultava no apagamento do fascínio com que se construía o ofício do historiador, a consciência da existência de “mistérios, tradições e saudades” (Herculano, 1873: 15), ocasionando um oblívio geral: “passou por lá o picão do reformador, a colher do estucador, o mordente do dourador. Paredes, pilares, capitéis, laçarias⁵¹⁹, ogivas estão rebocados, alvos, polidos, dourados.” Seria, finalmente, chegado o momento de os poderes públicos olharem, benevolente e misericordiosamente, para o estado dos monumentos históricos, reconhecendo a necessidade de uma “legislação protetora”⁵²⁰ dos monumentos e de outros objetos de arte, de acordo com Larcher. Herculano tinha falado na necessidade de defender a boa razão, de indicar o caminho direito aos concidadãos, de “tentar afeiçoá-los a nobres e puros sentimentos; fazê-los amar o solo natal; despertar-lhes afectos pelo que foi grande e nobre na história do país” (Herculano, 1873: 3), realizando a façanha de os monumentos se ligarem à glória nacional e ao afeto

⁵¹⁶ Fernando Larcher, Câmara dos Pares do Reino, ata de 1897-1-27, diário número 8, p.79

⁵¹⁷ *Idem, ibidem*, p.80

⁵¹⁸ *Idem, ibidem*

⁵¹⁹ Conjunto de efeitos em forma de laço ou de linhas entrançadas

⁵²⁰ Fernando Larcher, Câmara dos Pares do Reino, ata de 1897-1-27, diário número 8, p.83

que as pessoas desenvolveriam pela pátria. Se as gerações precedentes haviam destruído os monumentos, muitas vezes pela aposição de elementos espúrios, parecia que a destruição contemporânea, “por ideias ou falsas ou exageradas” criava uma destruição ativa: “destruímos porque a destruição é uma vertigem desta época” (Herculano, 1873: 16). Os perpetradores do vandalismo, desempenhadores de todos os papéis, vestidos de todos os trajes, eram vereadores, administradores de concelho, ministros e deputados; escritores e funcionários (Herculano, 1873: 20), elegantes, cortesões. “Apesar da ferocidade nervosa do vandalismo não se creia, todavia, que ele é desalinhado no vestuário, carrancudo na catadura, decomposto nos meneios. Nada disso. O vandalismo é aprimorado no trajo, lhano e grave a um tempo no porte, pontual na cortesia. Encontrá-lo-eis nas salas requebrando as damas, dançando, tomando chá (...) o vandalismo é culto, instruído, civil, afável. Tirem-lhe de diante os monumentos; será o epílogo de todos os dotes e boas qualidades; será a mansidão incarnada” (Herculano, 1873: 20-21).

OBJETOS INALIENÁVEIS E IMPRESCRITÍVEIS

Herculano vaticinava que, a continuar-se da mesma forma, não haveria em Portugal um só monumento: “Pelas largas que tem tomado o vandalismo, podemos assegurar que dentro deste século não haverá em Portugal um monumento” (Herculano, 1873: 24). Larcher, temendo a continuação da ação do complexo da fábrica de gás que existia junto da Torre de Belém no final do século, declarava que não seria “para admirar se dentro de breves anos, estiver completamente obliterado esse monumento”⁵²¹. Fernando Larcher notava que não havia em Portugal uma Secretaria de Estado destinada à administração da instrução pública e das belas-artes, na qual seria de esperar encontrar o serviço de conservação de monumentos históricos, estando os monumentos na alçada das Obras Públicas, Comércio e Indústria. A Comissão dos Monumentos Nacionais, a que Larcher pertencia como vogal, e que funcionava nas Obras Públicas, tinha atribuições “puramente platónicas”⁵²² sobre os monumentos. Tendo em conta que a direção dos edifícios públicos tinha igual subordinação, o Par do Reino mantinha a tutela na sua proposta de lei. A classificação e conservação dos edifícios com interesse

⁵²¹ Fernando Larcher, Câmara dos Pares do Reino, ata de 1897-1-27, diário número 8, p.83

⁵²² *Idem, ibidem*, p.84

para a história ou para as artes nacionais – isto é, a classificação dos imóveis chamados “monumentos históricos” – ficaria a cargo do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria. O projeto de lei cindia-se em duas responsabilidades governamentais, as que se observavam para as categorias dos bens imóveis e dos bens móveis e as que se aplicavam aos bens públicos e aos bens privados, verificando-se que estes últimos poderiam, a qualquer momento e altura, integrar o património público, se fosse esse o entendimento do governo. As responsabilidades do poder do Estado recaíam sobre os monumentos que se consideravam nacionais, mesmo que na posse de particulares ou de corporações, os quais deveria poder classificar (e também desclassificar, se fosse o caso) e sobre os objetos já pertencentes ao Estado, que deveriam ser “absolutamente inalienáveis e imprescritíveis”, isto é, conferindo-se sobre eles um domínio que só podia comparar-se às disposições usadas para caracterizar, anteriormente, os bens reais.

Os monumentos classificados não poderiam ser demolidos, mesmo em partes, nem sofrer obras de reparação ou restauração sem a prévia autorização do ministério tutelar. Os objetos na posse de repartições públicas, de municípios, de corporações e demais estabelecimentos públicos não poderiam ser restaurados, reparados ou alienados, fossem pela venda, troca ou doação, também sem a expressa autorização do ministério tutelar, reverberando uma solução que o secretário da comissão governamental encarregada de propor a reforma do ensino artístico e a organização dos museus, monumentos e arqueologia, Luciano Cordeiro, ou o seu presidente, o marquês de Sousa Holstein, não teriam desconsiderado. Para o legislador, a concordância de secretarias de estado (a da tutela dos monumentos e outras que, eventualmente refletissem a posse de monumentos por municípios, corporações, fábricas ou outras instâncias públicas), juntamente com o consentimento do estabelecimento usufrutuário, era o garante da classificação. Os monumentos pertencentes a particulares poderiam, também, ser classificados, obrigando-se o Estado a obter o consentimento do proprietário. No caso de monumentos administrados por diferentes secretarias de estado, o acordo entre elas seria formalizado através de uma portaria; se não houvesse acordo, a portaria era substituída pela “publicação em decreto motivado”⁵²³, harmonizando-se a equidade da resolução, tendente, no espírito do legislador, ao mesmo resultado, isto é, à classificação. A lei resolveria as diatribes do passado remoto e as do recente. “Até então [1838] escaliçavam-se paredes, roçavam-se esculturas, faziam-se embrechados [embutidos];

⁵²³ Fernando Larcher, Câmara dos Pares do Reino, ata de 1897-1-27, diário número 8, p.84

mas agora derribam-se coruchéus, partem-se colunas, derrocam-se muralhas, quebram-se lousas de sepulturas e vão-se apagando todas as provas da história” (Herculano, 1873: 19). Por vezes a classificação pelo Estado poderia não ser suficiente, obrigando a expropriação por motivos de utilidade pública, se o possuidor não concordasse com o Estado.

A expropriação por utilidade pública incidia tanto sobre monumentos classificados como naqueles para os quais existisse uma proposta classificatória, sempre que possuidores e proprietários teimassem numa oposição à classificação, e estendia esse direito do Estado aos monumentos megalíticos e aos terrenos onde se encontrassem. Quanto aos objetos móveis que oferecessem elementos para a história ou para as belas-artistas, Larcher propunha que se confeccionasse uma lista com a sua classificação, a ser realizada pelo Ministério das Obras Públicas. A descoberta de monumentos, ruínas, lápidas, inscrições ou outros artefactos achados em terrenos públicos obrigariam os administradores dos concelhos a providenciar a sua conservação, até que o ministério das Obras Públicas resolvesse sobre o destino a conferir-lhes. Se as descobertas se fizessem em terrenos particulares, o ministério deveria resolvê-las também, “conforme as circunstâncias ou decretar “a expropriação por utilidade pública”⁵²⁴. O projeto de lei de Larcher previa a instalação de uma comissão dos monumentos históricos que substituísse a Comissão dos Monumentos Nacionais, junto das Obras Públicas, com 15 vogais. Fernando Larcher pugnava por uma injunção do Estado relativamente aos monumentos (“precisarão de proteção os monumentos em Portugal? Por certo, ninguém o duvida”⁵²⁵); Herculano brigava pela necessidade de os monumentos passarem despercebidos aos contemporâneos: “Mas – dir-se-á – que quereis que se faça acerca dos monumentos? Que queremos que se faça? Que se deixem em paz” (Herculano, 1873: 50), ao mesmo tempo que reivindicava uma atenção do legislador perante as vicissitudes por que passavam as antiguidades e desenhava as responsabilidades da nação: “Haja no seio do Parlamento uma voz que se alevante enérgica a favor do passado. Essa voz achará eco em todos os distritos do reino, porque em todos eles há homens sisudos e peitos generosos. Apareça uma lei acerca do assunto, eficaz pela sanção do castigo, já que num século corrompido e de decadência as palavras – pundonor e glória – vão insensivelmente passando para o glossário dos arcaísmos.

⁵²⁴ *Idem, ibidem*, p.86

⁵²⁵ *Idem, ibidem*, p.81

Entenda-se, enfim, que nenhum monumento histórico pertence propriamente ao município em cujo âmbito jaz mas sim à nação toda” (Herculano, 1873: 51).

O PAPEL DA COMISSÃO DOS MONUMENTOS

Essa voz enérgica, e as palavras de ordem, poderiam servir a intervenção do par do reino Fernando Larcher, lutando quer contra “desacatos e ignomínias”⁵²⁶ exercidos sobre os monumentos quer a favor da reconhecida necessidade de dotar a pátria de legislação protetora do seus monumentos e objetos de arte. Larcher afirmava a precedência dos vestígios monumentais como forma de caracterizar todos os aspetos relativos aos antepassados e, como Herculano, percebendo neles o desvelar de mistérios escondidos: “são como livro esplêndido aberto à curiosidade dos eruditos ou daqueles que procuram perscrutar nelas os segredos e destinos dos tempos pretéritos”⁵²⁷.

Até final do século XIX, não há dúvida de que o pensamento mais estruturado que o Parlamento ouviu quanto à necessidade de conservar e proteger os monumentos veio deste militar entusiasta da história pátria. Fernando Larcher tinha assentado praça em 1875 como voluntário do regimento de cavalaria n.º 2, entrando depois para a Escola do Exército. Foi professor da classe de sargentos, classificou livros e documentos do arquivo do Ministério da Guerra, foi membro de uma comissão encarregada de elaborar a organização de uma biblioteca central militar e desenhou o programa de uma publicação periódica oficial, entre outras atividades (O general Fernando Larcher, 1922: 505-507).

Se havia corporação com uma ligação vincular ao território e a uma tradição de aprendizagem de desenho e de arquitetura era a corporação militar. O estudo da arquitetura civil, os princípios de construção (de estradas, de caminhos-de-ferro, de canais, do encanamento de rios, abertura de barras, pontes, eclusas), o desenho topográfico, militar e de paisagem ou o levantamento de plantas faziam parte do plano de estudos da Escola do Exército criada em 1837, inaugurada para substituir a antiga Academia Real de Fortificação e Desenho, cuja origem remontava a 1790. No final do século XVIII, essa Academia tinha-se organizado em quatro cursos, o quarto dos quais incluía o ensino de arquitetura civil, a arquitetura de pontes, canais, portos, diques e

⁵²⁶ Fernando Larcher, Câmara dos Pares do Reino, ata de 1897-1-27, diário número 8, p.83

⁵²⁷ *Idem, ibidem*, p.79

comportas, o desenho de plantas, de representação de perfis, o corte de materiais (pedra e madeira), o que tivesse a ver com todo o manuseio de materiais, a orçamentação de edifícios, a construção de caminhos e calçadas e a hidráulica. O desenho era, também, ensinado no sistema de estudos do Colégio Militar e na Escola Politécnica, criada ao mesmo tempo que a Escola do Exército, em 1837⁵²⁸.

Não havia lei nenhuma especial no ordenamento português destinada a proteger os monumentos e os objetos de arte, a proteger o legado constituído pelos feitos, pelo gosto artístico, pela grandeza e pela glória das gerações passadas; constatava-se que monumentos e objetos eram mutilados e tinham sido dispersos quando deviam ser preservados do “daninho espírito de destruição inato em determinadas classes sociedade”, a que pertenciam os ineptos e ignorantes⁵²⁹; havia nesse cuidado protetor uma necessidade de conservação e “a mais carinhosa veneração” de que os monumentos careciam, uma necessidade de conservação que devia traduzir-se em lei e em uma prática e uma carinhosa veneração que exprimia uma atitude moral; o Par do Reino unia

⁵²⁸ A Escola do Exército era vista como complemento da Escola Politécnica (criada no mesmo ano de 1837, para habilitar alunos com os conhecimentos para os cursos das escolas do Exército e Marinha, previa que o ensino do desenho fosse obrigatório para todos os alunos, graduado em função do seu destino escolar, de entre os cinco cursos preparatórios que oferecia – para oficiais do Estado Maior, de engenharia militar e engenheiros civis; para oficiais de artilharia; para oficiais de marinha; para engenheiros construtores de marinha; para os alunos destinados a um curso geral). Na sua reorganização de 1863, a Escola do Exército destinava-se ao ensino teórico e prática da arte militar e da engenharia civil, estabelecendo cinco cursos (infantaria e cavalaria; Estado Maior, artilharia, engenharia militar e engenharia civil), com a presença de desenho e fotografia nos vários cursos.

Quanto ao Colégio Militar, reformulado em 1835, admitia dois cursos, um preparatório (que incluía desenho linear e desenho de figura), outro de disciplinas militares, o curso matemático-militar (com desenho de figura, desenho de arquitetura militar, desenho de paisagem e de perspectiva e desenho de fortificação). Do seu plano de reorganização de 1849, num quadro de redução de disciplinas, distribuído por quatro anos, e de redução de alunos, constava o ensino de desenho linear, de figura e de paisagem como uma das dez matérias de estudo. Essa reforma via os estudos no Colégio como um liceu militar preparatório para cursos superiores. Em 1851, houve nova reformulação, criando-se um curso de seis anos e um aumento dos alunos, e referindo-se, explicitamente, que era destinado a fornecer uma instrução prévia para ingressar na Escola do Exército a fim de concluir o curso de armas de infantaria e cavalaria. O plano de estudos incluía desenho linear e de figura (2.º ano), desenho de figura e de paisagem (3.º ano), desenho de arquitetura e perspectiva (4.º ano), desenho topográfico (5.º ano) e uso dos instrumentos de topografia e seu desenho (6.º ano). As diferentes espécies de desenho passaram a constituir, no curso de seis anos, quatro secções em 1854. A primeira secção compunha-se de desenho linear, a segunda de princípios de desenho de figura e de paisagem; a terceira, de princípios de arquitetura, perspectiva e sombras; e a quarta, de desenho topográfico. O plano de estudos do Colégio Militar foi reformulado em 1867 (com a presença do desenho do 2.º ao 6.º anos: desenho linear no 2.º e 3.º; desenho de figura e de paisagem no 4.º; desenho de arquitetura no 5.º; e desenho topográfico no 6.º) e em 1875 (o desenho estava presente em todos os anos do curso).

Pelo regulamento da Escola Politécnica, os alunos que se destinassem às armas de infantaria e cavalaria ou para pilotos eram obrigados ao estudo do desenho de primeiro ano; os alunos destinados à marinha militar eram obrigados à frequência do primeiro e segundo anos de desenho e ao estudo do desenho de máquinas; os alunos destinados a artilharia e construção naval eram obrigados ao estudo do desenho nos três primeiros anos; os alunos do curso geral e os alunos de engenharia militar e civil e Estado-Maior eram obrigados a cursar os quatro anos de desenho

⁵²⁹ Fernando Larcher, Câmara dos Pares do Reino, ata de 1897-1-27, diário número 8, p.80

o que antes parecia ter estado unido e depois ter sido separado (a conservação e a veneração); todas estas condicionantes reclamavam por uma mudança legislativa que viesse preencher uma ausência, uma falta – uma distração, como foi dito no âmbito da comissão oficial de 1875 – que o Estado deveria cerrar.

Como era sob tutela das Obras Públicas que o serviço de monumentos se encontrava no projeto de lei, o Par do Reino considerava que uma Secretaria de Estado da Instrução Pública e das Belas-Artes, a existir, incorporaria “naturalmente os serviços destinados a prover à conservação dos monumentos históricos”⁵³⁰. Ouvidos os considerandos do relatório e os artigos do projeto de lei, Campos Henriques, ministro das Obras Públicas, prometeu “a mais decidida e franca cooperação” e vaticinou a existência da melhor boa vontade para que se convertesse o projeto em lei, referindo ainda que a Comissão dos Monumentos Nacionais tinha visto recentemente o número de elementos ser aumentado, para se tornar mais eficaz e que a atenção aos monumentos nacionais “não é mais do que o cumprimento de um dever nacional” para com os testemunho da história e os feitos gloriosos da nação⁵³¹. O papel da Comissão dos Monumentos Nacionais foi lembrado por Fernando Larcher em diversas ocasiões; apesar de ser vogal dessa Comissão pediu, na Câmara dos Pares, que lhe fosse facultada a relação das sessões e dos participantes, entre 1896 e 1898, para poder municiar-se para uma conversa sobre “a triste sorte que está reservada aos nossos monumentos se, a tempo, os poderes públicos não se empenharem em fazer qualquer coisa que os salve da ruína e das garras dos restauradores e conservadores oficiais e não oficiais”⁵³². O seu interlocutor na conversa foi o ministro da Guerra, Francisco Maria da Cunha⁵³³, a quem lembrou os esforços do arquiteto Joaquim Possidónio Narciso da Silva, impulsor da Comissão dos Monumentos no início da década de 80. “Desde 1881 até 1893 conservou-se essa comissão perfeitamente platónica até que uma remodelação efetuada sendo ministro das Obras Públicas não me lembro agora quem, veio dar-lhe uma tal ou qual consistência para que ela pudesse tornar-se útil às artes, à história e à arqueologia nacional”⁵³⁴.

⁵³⁰ *Idem, ibidem*, p.84

⁵³¹ Artur Alberto de Campos Henriques, Câmara dos Pares do Reino, ata de 1897-1-27, diário número 8, p.87. Campos Henriques estava a dias de deixar o cargo, foi ministro das Obras Públicas até 7 de fevereiro de 1897

⁵³² Fernando Larcher, Câmara dos Pares do Reino, ata de 1898-5-5, diário número 34, pp.275-276

⁵³³ Ocupou o cargo entre 7 de fevereiro de 1897 e 18 de agosto de 1898

⁵³⁴ Fernando Larcher, Câmara dos Pares do Reino, ata de 1898-5-5, diário número 34, p.276

LEGISLAÇÃO DE 1894 SOBRE O “CULTO” DOS MONUMENTOS

À morte do antigo presidente Possidônio Narciso da Silva, em 1896, sobrevieram nomeações de um novo presidente e de um vogal, “sem que na comissão se tivesse o mínimo conhecimento de quem fora o proponente de tais nomeações” e contrariando o que o regulamento determinava. “Sabe V. Exa. o que se seguiu a semelhante atropelamento da lei? Declarou-se imediatamente uma cisão no seio da comissão, não voltando a maioria dos seus membros a comparecer às sessões e, salvo o presidente, o vogal novo e o secretário ninguém mais aparecia na comissão”. Durante dois anos, a comissão não tinha reunido por falta de comparência da maioria dos membros e, segundo cria o Par do Reino, não tinha quase tomado decisões porque lhe faltava a maioria dos vogais. “Como não havia lei alguma que determinasse a existência desta comissão, vive ela à sombra de um regulamento que tem a data, se não me engano, de 21 de Dezembro de 1893, o qual dispõe em um dos primeiros artigos que ela será composta de 11 vogais”⁵³⁵, prevendo que a sua nomeação seria feita pelo ministro das Obras Públicas, após proposta consultiva da comissão. De facto, o regulamento a que se referia Larcher datou de fevereiro de 1894 e previa uma composição de 10 vogais. O Par do Reino contava que se organizou com o ministro das Obras Públicas para tomar a iniciativa de escrever um projeto de lei sobre os monumentos históricos. “Mas o ministério desse tempo foi substituído por outro e eu ainda não achei oportuno momento de renovar a iniciativa desse meu trabalho, que está naturalmente no arquivo da Câmara”⁵³⁶. O ministro das Obras Públicas da altura, Campos Henriques, teria perguntado a Larcher se achava inconveniente em que fossem, desde logo, nomeados novos membros para permitir que a comissão reunisse e decidisse, “enquanto não era aprovado e convertido em lei o meu projeto (...). Respondi que, violada uma vez a lei, S. Exa. podia da mesma forma violá-la uma segunda vez, pois lhe pertenceria por inteiro a responsabilidade”⁵³⁷.

O regulamento de fevereiro de 1894 esclarecia as competências atribuídas à Comissão dos Monumentos Nacionais: o estudo, a classificação e a inventariação dos monumentos; a elaboração de propostas que providenciassem a guarda, conservação, reparação e exposição pública dos monumentos; a indicação de reparações,

⁵³⁵ *Idem, ibidem*

⁵³⁶ *Idem, ibidem*

⁵³⁷ *Idem, ibidem*

apropriações, aquisições e destino a conferir aos monumentos; a prestação de informação sobre restauração, empréstimo ou alienação de monumentos. E também o que o Estado entendia por monumentos nacionais, “todos os edifícios, construções, ruínas e objetos artísticos, industriais ou arqueológicos” que importassem “à história do modo de ser intelectual, moral e material da nação nas diversas evoluções e influências do seu desenvolvimento”; que fossem testemunhos de factos notáveis da história; e ainda os vestígios pré-históricos que fossem dos povos habitantes do território antes da formação da nacionalidade⁵³⁸, uma designação que, de resto, desagradava a Larcher⁵³⁹. O Par do Reino considerava “as pseudo restaurações e consertos que todos os dias se vão fazendo” mais prejudiciais que o abandono simples dos monumentos, prova da “falta de instrução, de senso e de orientação”⁵⁴⁰ relativamente aos maiores testemunhos da história passada que podiam granjear-se, os quais pareciam manifestar-se ao par do reino como aparições encantatórias, dotadas de uma vitalidade para além do mero entendimento documental, comparável ao sentimento que Luís da Silva Mouzinho de Albuquerque tinha experimentado nos trabalhos de restauração da Batalha⁵⁴¹. O regulamento da Comissão dos Monumentos Nacionais de 1894 demonstrava a assunção, por parte do Estado, das responsabilidades relacionadas com os monumentos que, doravante, não abandonaria. A mais relevante alínea que lá se encontrava tinha a ver com uma incumbência específica dessas responsabilidades. A Comissão deveria “promover a propaganda e o culto público pela conservação e pelo estudo desses monumentos, e de velar por eles”⁵⁴².

Mesmo em situação de paralisia da Comissão, assumiu-se em 1894 que a conservação dos monumentos e o seu estudo eram parte de um culto estatal, a partir de agora inamovível. Sem uma lei que configurasse as responsabilidades que o Estado estaria

⁵³⁸ Portaria de 27 de fevereiro de 1894 aprovando o regulamento para a Comissão dos Monumentos Nacionais, *Coleção oficial de legislação portuguesa, ano de 1894*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1895, pp.101-102

⁵³⁹ “Antigamente os monumentos impropriamente chamados nacionais, porque nacionais são todos eles, quer tenham valor artístico, arqueológico ou histórico, quer não, e os quais designarei mais apropriadamente pela denominação de monumentos históricos, estavam completamente abandonados” (Fernando Larcher, Câmara dos Pares do Reino, ata de 1898-5-5, diário número 34, p.276)

⁵⁴⁰ Fernando Larcher, Câmara dos Pares do Reino, ata de 1898-5-5, diário número 34, p.276

⁵⁴¹ “Apesar de tudo, a história, esculpida ou gravada pelas mãos dos nossos antepassados nas eloquentíssimas páginas de pedra de um monumento, fala mais ardentemente ao coração e ao sentimento do que qualquer narrativa e a mais fulgurante descrição, embora produzida pelo maior génio, não passa de um pálido reflexo dos factos sumidos para sempre no pretérito, quando comparada com o monumento onde se sente viver e palpar a alma das gerações extintas” (Fernando Larcher, Câmara dos Pares do Reino, ata de 1898-5-5, diário número 34, p.276)

⁵⁴² Portaria de 27 de fevereiro de 1894 aprovando o regulamento para a Comissão dos Monumentos Nacionais, *Coleção oficial de legislação portuguesa, ano de 1894*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1895, p.102

obrigado a observar, delineou-se antes a forma como o Estado percepcionaria a existência dos monumentos e como deveriam os cidadãos relacionar-se com as antiguidades. As antiguidades sem dúvida que poderiam servir a informação histórica e os modos de ser intelectual, moral e material, mas essa construção seria realizada a partir de uma ideia de culto, isto é, de uma ideia indiscutível, que devia atingir a sociedade inteira e não deveria ser colocada em causa. Os monumentos seriam testemunhos notáveis da história mas também testemunhos poderosos do culto da nação e haveria que fazer coincidir o aspeto meramente informativo com a notável característica de as pedras antigas serem portadoras de uma *alma* da nação. Se, ao longo do século XIX, se procurasse um momento em que o Estado definiu com rigor uma relação com os vestígios, ele estaria, sem dúvida, abrangido por este parágrafo do regulamento da Comissão dos Monumentos Nacionais, que obrigaria a uma compreensão do intento que os monumentos passaram a ter, incluindo um fascínio que pareciam emanar, um mistério que pareciam encerrar, uma promessa de histórias fantasiosas à espera de ser revelado, descoberto e compreendido. No início de 1899, Fernando Larcher tornou ao assunto da falta de uma lei protetora: “Não há nenhuma lei a este respeito”⁵⁴³. Elvino de Brito, ministro das Obras Públicas, respondeu com outra necessidade de longa data, a do inventário, não parecendo estar preocupado em legislar rapidamente: “Evidentemente o primeiro trabalho é classificar e arrolar todos os objetos que sejam considerados como monumentos nacionais, quer civis quer militares. É um trabalho preliminar que pode começar e finalizar antes de se decretar qualquer disposição a este respeito”⁵⁴⁴.

A CORPORACÃO MILITAR ANTECIPA UMA PROTEÇÃO

Quanto aos monumentos militares, em disposições legais relativas às servidões militares nas terras adjacentes às praças de guerra e relativas a desclassificação das fortificações, era previsto que se mantivessem na posse do Estado quando tivessem “interesse histórico, valor arqueológico ou qualquer outra utilidade prática”⁵⁴⁵. Essas disposições

⁵⁴³ Fernando Larcher, Câmara dos Pares do Reino, ata de 1899-1-16, diário número 3, p.22

⁵⁴⁴ Elvino José de Sousa Brito, *ibidem*

⁵⁴⁵ Decreto de 10 de janeiro de 1895 estabelecendo restrições relativas à servidão de terrenos adjacentes às praças de guerra e fortificações militares, *Coleção oficial de legislação portuguesa, ano de 1895*, Lisboa: Imprensa Nacional, 1896, p.68

pretendiam mudar as leis das servidões para as harmonizar com os progressos do armamento e da guerra e também para que os proprietários de terras cercanas de praças de guerra e de pontos fortificados soubessem quais as restrições que se lhes aplicavam. Neste contexto, a determinação de uma classificação das praças de guerra era, também ela, imperiosa pois abria-se a possibilidade de alienar terrenos considerados “completamente improdutivos”, de o Tesouro obter verbas por conta dessas alienações e ainda a possibilidade de os municípios abrirem ruas e criarem largos e de os particulares edificarem os seus estabelecimentos em “lugares ocupados hoje por muralhas ou castelos meio derrocados e de todo inúteis para a guerra”⁵⁴⁶. Previam-se serem desclassificadas as fortificações que obrigariam a uma remodelação completa para poderem continuar ativas e as praças antigas e pontos fortificados que tinham perdido relevância militar.

Antes mesmo de se assegurar uma classificação oficial de monumentos, a legislação militar cuidou de prover regras para conservação de monumentos militares à sua guarda, embora se observasse que a alienação de património, sobretudo a favor dos municípios, devesse ter trazido montantes importantes a aplicar nos assuntos da guerra. Antigas fortificações poderiam ser conservadas se lhes fosse reconhecido, na definição referida, um valor arqueológico, um interesse histórico ou outra utilidade prática pelo que era pelo mote de uma utilidade e com esse fim que se legislava, sob dois pontos de vista: um, do da fixação de zonas de servidão nos terrenos das fortificações; outro, o do diploma que reformava e classificava, de novo, as praças de guerra, reduzindo-as de 62 para apenas oito.

No projeto de lei que fixava a zona de servidão nos terrenos adjacentes às fortificações, lido na Câmara em Janeiro de 1898, e que classificava as fortificações em fortificações de primeira classe, fortificações de segunda classe e fortificações desclassificadas – sendo estas as que pelo estado de conservação ou pela natureza da sua construção, não fossem suscetíveis de aproveitamento sem uma grande transformação; e as antigas praças e pontos fortificados que tinham perdido por completo a sua importância militar – podiam encontrar-se disposições para a conservação de antigos monumentos. Era o caso de antigas praças de guerra onde houvesse castelos ou cidadelas, que deviam observar a manutenção de um terreno correspondente à respetiva esplanada [terreno

⁵⁴⁶ *Ibidem*, p.63

largo e descoberto na frente de fortificações], até o mínimo de 30 metros⁵⁴⁷ e era o caso de antigas fortificações desclassificadas, que deviam ser conservadas na posse do Estado, por razões históricas e arqueológicas, fundamento que seguia o já estipulado pela legislação de 1895⁵⁴⁸. No diploma de reforma e nova classificação das praças de guerra, que reduziu drasticamente as praças de guerra, as de primeira classe, de oito para três; as de segunda classe de 54 para cinco⁵⁴⁹, e que revogava legislação datada do já longínquo ano de 1812⁵⁵⁰, referia-se, também, a relevância potencial de algumas dessas praças no sentido de não serem vendidas. “A importância e o valor histórico de umas, o possível aproveitamento de outras; no futuro aconselham a conveniência de não serem alienadas”⁵⁵¹. Nem todas as praças desclassificadas deviam deixar de ser bens nacionais, embora houvesse a expectativa de que a alienação de fortificações, constituídas por essas praças de guerra e pelos terrenos adjacentes, produzisse um fundo importante para ser aplicado nas fortificações em poder do Estado, na compra de armamento e na construção de carreiras de tiro. Havia também que entrar em

⁵⁴⁷ “Quando no interior de antigas praças de guerra existam castelos ou cidadelas, a servidão militar a eles correspondente terá por limites os da respetiva esplanada, cujo perímetro exterior poderá aproximar-se até uma distância mínima de 30 metros do pé de suas muralhas”, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1898-1-31, diário número 11, p.165

⁵⁴⁸ Decreto estabelecendo restrições relativas à servidão de terrenos adjacentes às praças de guerra e fortificações militares, *Coleção oficial de legislação portuguesa, ano de 1895*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1896, p.68

⁵⁴⁹ Passavam a ser fortificações de primeira classe: campo entrincheirado de Lisboa (fortificações de Monsanto, redutos do Alto do Duque, Caxias e Monte Sintra; baterias do Bom Sucesso e da Lage, Praça de São Julião da Barra, reduto do duque de Bragança e todas as obras que completavam o sistema defensivo da capital e do porto); Praça de Elvas e dependências (fortes da Graça e de Santa Luzia); o Castelo de São João Baptista, na ilha Terceira; eram fortificações de segunda classe: Praça de Valença; Castelo de Viana; Castelo de São João da foz do Douro; Praça de Cascais. As fortificações de primeira e segunda classe mantinham-se na posse do Ministério da Guerra; todas as praças de guerra e pontos fortificados não mencionados seriam desclassificados e apenas mantidos no Estado se houvesse interesse público que o justificasse (Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1897-8-10, diário número 33, p.575 e p.577)

⁵⁵⁰ Em 1812 foram listadas as praças que deviam reputar-se regularmente guarnecidas: Valença, Almeida, Marvão, Forte de Lippe [Forte da Graça], Elvas, Juromenha, Peniche e Abrantes; foram listadas as fortificações fronteiras: Monção, Castelo de Lindoso, Chaves, Miranda, Almeida, Monsanto, Abrantes, Marvão, Ouguela [povoação do concelho de Campo Maior], Campo Maior, Estremoz, Forte de Lippe, Elvas, Juromenha, Mourão, Mértola, Alcoutim e Castro Marim; e foram listadas as fortificações marítimas: Vila Real de Santo António, Tavira, Faro, Albufeira, Vila Nova de Portimão, Lagos, Sagres, Sines, Setúbal, Torre de Outão (Setúbal), Castelo de São Filipe (Setúbal), Sesimbra, Torre de São Vicente de Belém [Torre de Belém], Torre de São Julião da Barra, Cascais, Forte Velho (Cascais), Ericeira, Peniche, Buarcos e Figueiras, Aveiro, Castelo de São João da Foz, Castelo de Matosinhos, Castelo de Vila do Conde, Forte de Esposende, Castelo de Viana e Forte da Ínsua [Caminha] (Portaria de 5 de novembro de 1812 declarando quais as praças de guarnições regulares cujos estados maiores podem ter acessos, *Coleção da legislação portuguesa desde a última compilação das Ordenações oferecida a El Rei Nosso Senhor pelo desembargador António Delgado da Silva. Legislação de 1811 a 1820*. Lisboa: Tipografia Maignrense, 1825, pp.196-197)

⁵⁵¹ Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1897-8-10, diário número 33, p.575

consideração com as “cedências gratuitas de edifícios e de terrenos”⁵⁵² e o facto de as fortificações inúteis para a defesa do país se irem arruinando por absoluta falta de reparações⁵⁵³.

Relembrava-se que “projetos de lei aprovados pelo Parlamento têm feito passar da posse do Estado e do Ministério da Guerra para a das municipalidades castelos e muralhas cujos terrenos e outros materiais devidamente alienados produziram, por certo, quantias bastante importantes com que se poderia acorrer às despesas de armamento e de reparação das fortificações”⁵⁵⁴. A clarificação do que o Estado devia conservar não era sempre concordante. O deputado Joaquim Telo afirmou que o governo só poderia alinear as fortificações inúteis para a defesa, que podiam vir a libertar terrenos para empresas agrícolas ou industriais, “e ainda aquelas que devam ser consideradas como monumentos históricos e arquitectónicos”⁵⁵⁵.

A proposta de lei de 1897, conquanto fosse aprovada pela Câmara dos Deputados, não chegou a ser convertida em lei de Estado. Mesmo que a reclassificação de praças de guerra parecesse considerar a conservação dos monumentos, o Par do Reino Fernando Larcher achava insuficiente a forma de redação encontrada, pelo que solicitou uma comissão para apreciar, “sob o ponto de vista artístico e histórico” as praças de guerra desclassificadas⁵⁵⁶ ao que o ministro da Guerra, Francisco Maria da Cunha, respondeu que a apreciação e decisão primeira não correria pela Comissão dos Monumentos, secundando o seu papel institucional. “Está a engenharia encarregada desse estudo, assim como dos que devem ser conservados pelo seu estado de conservação, pelas posições que ocupam ou como monumentos históricos; depois espero entender-me com a comissão de monumentos com respeito àqueles”⁵⁵⁷. Larcher tinha já chamado a atenção da Câmara para a evidência de que a nova classificação das praças de guerra não se referia com a dignidade necessária à história, arqueologia e artes. Considerava então “redigido de uma maneira perfeitamente vaga” o artigo que desclassificava as praças de guerra e pontos do país fortificados⁵⁵⁸. “Algumas dessas fortificações

⁵⁵² *Ibidem*, p.576

⁵⁵³ *Ibidem*, p.577

⁵⁵⁴ *Ibidem*

⁵⁵⁵ Joaquim José Pimenta Telo, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1897-8-10, diário número 33, p.580

⁵⁵⁶ Fernando Larcher, Câmara dos Pares do Reino, ata de 1898-4-20, diário número 26, p.223

⁵⁵⁷ Francisco Maria da Cunha, *ibidem*

⁵⁵⁸ Fernando Larcher, Câmara dos Pares do Reino, ata de 1897-8-31, diário número 25, p.289

consideradas hoje praças de guerra de segunda classe, representam um valor real para a história e para a arqueologia relativas ao nosso país”⁵⁵⁹.

Pessoas dedicadas receavam a ausência de uma explícita intenção de se “conservarem como monumentos históricos os castelos e praças de guerra que, pela sua beleza ou recordações que invocam assim o mereçam; essas pessoas, repito, temem que em virtude da alienação esses maravilhosos monumentos se percam de todo para o país”⁵⁶⁰. Larcher dava como exemplos o Castelo de São Filipe de Setúbal, “as lindas ruínas do Castelo de Palmela”, a Praça de Bragança, o Convento de Tomar. “Para sossego dos espíritos estudiosos” solicitava ao ministro que dissesse se tencionava tomar providências para evitar a alienação dessas fortificações monumentais “que serão completamente aniquiladas e perdidas, como aconteceu à quase totalidade dos nossos mais preciosos monumentos, desde o momento em que sejam vendidos ou cedidos às municipalidades e às corporações ou pessoas particulares”⁵⁶¹. De acordo com a classificação elaborada pela Real Associação dos Arquitetos Cívicos e Arqueólogos Portugueses em 1880 havia uma classe formada por “monumentos da arte militar antiga”, por castelos e por torres entre as seis classes de vestígios que tinham sido definidas para promover a conservação de monumentos históricos⁵⁶².

CONCESSÕES: PARTE DAS MURALHAS DE MELGAÇO E RUÍNAS DE MOURÃO

A cedência de locais fortificados por parte dos deputados da nação aos poderes locais espelhava a diversidade de soluções encontradas, diferentes conforme o contexto e nada uniformes quanto ao desfecho, como eram os exemplos dos castelos de Melgaço, no distrito de Viana do Castelo, de Mourão, no distrito de Évora, e de Montemor-o-Velho, no distrito de Coimbra. No caso de Melgaço, tratava-se da concessão de parte da muralha, compreendida entre a porta do lado sul e nascente; o antigo castelo e o baluarte existente eram conservados; no caso de Mourão, pelo contrário, concedia-se o castelo ao município, com exceção das muralhas e fortificações; no caso de Montemor-o-Velho, a preservação de um vasto castelo, teatro de façanhas e guerras antigas,

⁵⁵⁹ *Idem, ibidem*, pp.289-290

⁵⁶⁰ *Idem, ibidem*, p.290

⁵⁶¹ *Idem, ibidem*

⁵⁶² José Silvestre Ribeiro, Câmara dos Pares do Reino, ata de 1882-5-1, p.534

aparecia como dever para as gerações atuais, assumindo-se mesmo que as pedras antigas eram uma fonte de informação histórica, embora a discussão sobre o seu destino tenha demorado muito tempo no Parlamento.

O projeto de lei de cedência à Câmara de Melgaço de parte das muralhas, localizadas entre a porta do lado sul e a porta nascente, fazia constar que o município podia destruí-las para que pudesse alargar a povoação, que as restantes antigas muralhas seriam vendidas e que o produto da venda aplicar-se-ia no conserto de quartéis. Conservar-se-ia o antigo castelo e o baluarte adjacente “como padrões históricos”, isto é, olhava-se o conjunto dos vestígios como podendo retalhá-los conforme as necessidades de uso das povoações parecendo querer manter-se o que ainda mantinha a aparência de uma certa grandiosidade. No final de Fevereiro de 1880 tinha sido apresentada uma representação pela Câmara de Melgaço solicitando que lhe fossem concedidas as muralhas circundantes da vila, “para com os materiais mandar proceder à construção de vários edifícios municipais”⁵⁶³.

Outrora considerada como praça de guerra, via-se no presente cerceada de crescer por causa do traçado das muralhas, cujo aspecto, a avaliar pela análise da câmara, era já ruinoso em face de muitos desmantelamentos, e sem poder proporcionar condições mais adequadas de higiene aos habitantes. “Os nenhuns reparos que se têm feito nos desmantelamentos sucessivos destas muralhas têm concorrido para que hoje se encontrem em completa ruína e sem nenhuma importância militar”. Esta situação, escrevia-se no pedido camarário, servia somente “para apertar dentro do seu círculo de granito uma grande parte, a maior, desta população que ali vive sem condições higiénicas e sem poder respirar um ambiente puro”⁵⁶⁴.

Parte das muralhas já tinha sido cedida para a construção de um hospital e a câmara desejava, também, a libertação dos terrenos que ficariam livres com a destruição das pedras para poderem ser cultivados. O exame camarário aos vestígios considerava que o aspecto liliputiano desta construção antiga impedia qualquer hipótese de recuperação. “Todas as portas que, pela sua construção acanhadíssima, impedem todos e quaisquer aformoseamentos (...) estão em ruinoso estado”⁵⁶⁵. O pedido era feito com base na vontade da câmara em melhorar o urbanismo e nos fracos recursos para novas

⁵⁶³ Luís José Dias, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1880-2-28, diário número 36, p.657

⁵⁶⁴ Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1880-2-28, diário número 36, p.671

⁵⁶⁵ *Ibidem*

construções, recordando-se o interesse público, que não incluía nenhuma consideração quanto aos vestígios e que considerava a concessão sem valor.

“A concessão da pedra destas muralhas, o seu terreno adjacente, é da máxima vantagem e reconhecida utilidade para esta câmara, que os aplicará na construção do edifício do tribunal judicial, administração do concelho e mais repartições, e para engrandecer e aformosear esta vila; (...) esta câmara está convicta de que a Fazenda Nacional não se pode considerar prejudicada com concessão de tão pouco valor”⁵⁶⁶. Um ano volvido sobre o primeiro pedido, o deputado Luís José Dias renovava a intenção da câmara, apresentando um projeto de lei em que invocava já “a necessidade de serem derrocados os velhos e desmantelados muros daquela antiga praça”, que ameaçavam desabar⁵⁶⁷.

A apresentação do projeto de lei seria renovada, também, pelo visconde da Ribeira Brava, deputado por Monção e Melgaço⁵⁶⁸ e a concessão foi confirmada em julho de 1882⁵⁶⁹. Um dos argumentos da representação da câmara era o de que os materiais poderiam cair nas mãos de particulares. Quanto ao Estado, tinha a certeza de que era concedida uma fortificação já desmantelada, sem efeito para a guerra, de acordo com a informação produzida por um engenheiro e inspetor militar. Sobre os vestígios, havia um duplo olhar que se complementava.

Todos os argumentos valiam para a concessão e para a “venda das antigas muralhas em lotes”; deviam conservar-se o antigo castelo e o baluarte adjacente pelo lado norte “como padrões históricos”⁵⁷⁰, sendo este último facto uma novidade em relação ao pedido inicial, que apenas falava na concessão das muralhas e no aproveitamento dos materiais. Esse olhar miscigenado autorizava uma seleção entre vestígios que deviam ser guardados e vestígios que deviam ser desmantelados, vestígios contíguos, uns de valor, outros não, integrava os aspetos mais variados, como a necessidade de urbanizar, a vontade de as pedras poderem ser usadas por entidades públicas, a necessidade de expandir o local, e sustentava-se em concessões anteriores (já tinham sido cedidos à câmara “algumas porções de terreno e muralhas”⁵⁷¹). O Ministério da Guerra ficaria encarregado de vender os terrenos e os restos das antigas muralhas e, em Fevereiro de

⁵⁶⁶ *Ibidem*

⁵⁶⁷ Luís José Dias, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1881-2-4, diário número 22, p.343

⁵⁶⁸ Alfredo César de Oliveira, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1882-2-8, diário número 24, p.243

⁵⁶⁹ Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1882-7-14, diário número 130, p.2109

⁵⁷⁰ *Ibidem*

⁵⁷¹ *Ibidem*

1883, a Câmara dos Pares do Reino reenviava para a Câmara dos Senhores Deputados o projeto, revisto.

O retalhamento dos vestígios impressionou o Par do Reino Miguel Osório Cabral, tal como a ausência de uma tutela protetora. “Têm-se feito concessões semelhantes a quase todas as câmaras municipais do reino e o resultado disto é vermos que a maior parte dos nossos monumentos históricos sofrem uma devastação enorme, chegando a destruírem-nos para empregar o material em construções particulares”⁵⁷². Defendia que se “determinasse por uma vez quais os monumentos que se devem conservar”⁵⁷³, que o assunto ficasse sob dependência das Obras Públicas e, genericamente, que uma certa condescendência por parte dos Parlamento fosse ultrapassada pela assunção de responsabilidades de estudo e decisão por parte do governo.

A importância bastante relativa do assunto foi referida pelo presidente do Conselho de Ministros, Fontes Pereira de Melo: “Isto realmente é uma questão muito pequena. Acabo de falar com o senhor general Palmeirim⁵⁷⁴ que conhece pessoalmente o castelo de que se trata e S. Exa. disse-me que era uma coisa insignificante; mas há um princípio a salvar e desde que assim é, o nosso dever ordena que procedamos nesse intuito”⁵⁷⁵. Se o Par do Reino Miguel Osório Cabral ficasse mais descansado, Fontes Pereira de Melo poderia declarar que o projeto se votava com o pressuposto de que o Ministério da Guerra conservaria uma superintendência nas fortificações de que não se fizesse cedência. Tratado por Fontes com a complacência que observava nas concessões de monumentos por parte dos parlamentares, Miguel Osório respondeu apoucando mais a questão: “Por isso eu disse que a questão em si não era nada mas que o princípio era tudo. Eu, senhor presidente, não insisto desde o momento em que o senhor presidente do conselho acha suficiente que se lance na ata a sua declaração”⁵⁷⁶.

O Par do Reino Pires de Lima afirmou então que se discutiam três assuntos, evidenciando como o conjunto de antigualhas podia ser percepcionado, como algo que diferenciava o castelo das muralhas e as muralhas dos terrenos. “Trata o projeto que discutimos de três coisas distintas que há em Melgaço, a saber: o antigo castelo e

⁵⁷² Miguel Osório Cabral, Câmara dos Pares do Reino, ata 1883-1-31, diário número 10, p.70

⁵⁷³ *Idem, ibidem.*, p.71

⁵⁷⁴ Augusto Xavier Palmeirim, general de divisão, presidente do tribunal superior de guerra e marinha, deputado e Par do Reino

⁵⁷⁵ António Maria Fontes Pereira de Melo, Câmara dos Pares do Reino, ata 1883-1-31, diário número 10, p.71

⁵⁷⁶ Miguel Osório Cabral, *ibidem*

baluarte adjacente, as muralhas e os terrenos que as circundam”⁵⁷⁷. Não era apenas esta partição que podia causar confusões, também o texto do projeto de lei era equívoco. O artigo dois do projeto determinava que seria o Ministério da Guerra a vender os lotes de terreno e os restos das antigas muralhas; se se considerava como propriedade nacional o que havia para vender, o deputado Pires de Lima lembrava que a venda devia ocorrer através do Ministério da Fazenda, como na venda de todos os bens nacionais, o que o presidente do conselho confirmou que se faria, alimentando mais a dúvida relativamente ao que estava escrito no projeto e fazendo com que o artigo voltasse atrás, para ser ponderado. O artigo foi aprovado na especialidade numa sessão posterior, assumindo-se que a venda seria feita pela Fazenda⁵⁷⁸. Augusto Xavier Palmeirim viria a dizer que uma dúvida se levantava, a de quem iria cuidar dos padrões históricos, assegurando o militar, perante os deputados, a caracterização da importância dos vestígios que estavam em causa: “Os padrões históricos de que se trata não são realmente notáveis porque testemunham grandes combates que se dessem no local onde existem nem se recomendam pela sua arquitetura militar” mas como recordações antigas tinham um valor histórico apreciável.⁵⁷⁹

Uma outra representação, da Câmara Municipal de Mourão, irrompeu na Câmara dos Deputados em maio de 1879, acompanhada de um projeto de lei do deputado por Reguengos, Luís de Sousa Faria Melo, para concessão das antigas ruínas do castelo e para alienação dos terrenos, de modo a que os materiais retirados pudessem servir para construção de habitações e o produto da venda encaminhado para melhoramentos do município⁵⁸⁰. O projeto tinha em conta as informações recolhidas pelo Ministério da Guerra, atendendo nelas a necessidade de a câmara municipal “tomar sob a sua salvaguarda as relíquias do castelo”⁵⁸¹.

Inútil como fortificação, o castelo abrigava não mais habitantes fugindo de ataques e cercos mas cães vadios e malfeitores. “Ao passo que, no atual estado de desmoronamento nenhuma vantagem dá, nem à vila nem ao país, pode, pela sua magnífica situação, pela grande área que abrange e pelos muitos materiais que contém,

⁵⁷⁷ Manuel Augusto de Sousa Pires de Lima, Câmara dos Pares do Reino, ata de 1883-1-31, diário número 10, p.72

⁵⁷⁸ Câmara dos Pares do Reino, ata de 1883-2-20, diário número 14, p.99

⁵⁷⁹ Augusto Xavier Palmeirim, Câmara dos Pares do Reino, ata de 1883-2-20, diário número 14, pp.98-99

⁵⁸⁰ Luís de Sousa Faria Melo, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1879-5-21, diário número 105, p.1850

⁵⁸¹ Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1880-5-18, diário número 101, p.2166

ser de grande utilidade para a edificação de habitações particulares”⁵⁸², exigidas pelo aumento da população. A concessão era do castelo, com exceção das muralhas e fortificações que “pelo seu bom estado de conservação possam e devam manter-se como monumentos histórico digno de interesse”⁵⁸³.

A razão fazia confluir o estado de conservação com o interesse histórico, como se este dependesse do bom estado daquele e o zelo da conservação pertenceria à câmara “representante natural dos seus interesses e mais do que ninguém zelosa da conservação das suas tradições gloriosas”⁵⁸⁴. A alusão ao interesse histórico e glorioso dos vestígios não deixava de conceder ao projeto um teor suficientemente equívoco: “Enquanto o castelo assim abandonado se vai desfazendo em ruínas, sem que cuide alguém de o evitar, quando propriedade da câmara, cuidaria ela por honra sua e do povo que representa, de vigiar e fiscalizar para que, ao passo que fossem aplicados às necessidades e conveniências da povoação os terrenos inúteis como relíquias dos seus feitos de armas e da sua passada grandeza, cuidadosamente fossem conservadas todas que as pudessem lembrar”⁵⁸⁵.

Era certo que a câmara poderia dispor livremente do que considerasse serem os edifícios arruinados existentes, dos terrenos e dos materiais para construção de casas e de edifícios públicos, sempre atendendo às necessidades do município, que prevaleceriam sobre outros aspetos, nomeadamente vestígios que se apresentassem em ruína. Era o bom estado de conservação que permitia retirar da concessão parte das muralhas e fortificações, considerando-as como monumentos, sendo a aparência de grandeza o ponto que fazia pender a balança para o lado da manutenção de tais relíquias.

CONCESSÕES: CASTELO DE MONTEMOR-O-VELHO

O Castelo de Montemor-o-Velho (Figura 7), uma das maiores fortificações do país localizada no distrito de Coimbra, apareceu, primeiramente, sob a forma de um pedido para que a Câmara pudesse confirmar a propriedade do imóvel e das terras adjacentes, que estavam nas mãos da condessa de Anadia⁵⁸⁶, que tinha o usufruto dos terrenos

⁵⁸² *Ibidem*

⁵⁸³ *Ibidem*

⁵⁸⁴ *Ibidem*, p.2167

⁵⁸⁵ *Ibidem*

⁵⁸⁶ Da terceira condessa de Anadia, Maria Luíza de Sá Pereira e Menezes de Mello Sottomayor

desde 1853 por renovação de uma doação que datava de 1818⁵⁸⁷. Os peticionários solicitavam que lhes fosse dito se tinha sido imposto algum ónus, “como o da guarda e reparos do referido castelo”⁵⁸⁸ à donatária vitalícia. O projeto de lei apresentava as razões de ter sido “teatro das façanhas dos nossos antepassados”, de constituir um dos principais monumentos de fortificação e da sua vastidão para assegurar a incumbência da preservação, referida como “um dever para a geração atual”⁵⁸⁹.

O governo não deveria deixar derrocar o castelo mas dizia-se que a preservação só se asseguraria entregando-o à câmara municipal, gesto que suporia mesmo uma “espécie de restituição” às populações, que em tempos antigos tinham vivido nele ou nele se tinham abrigado. Também se encontraria remédio para a atitude da dona que “só trata de usufruir não cuidando dos reparos”⁵⁹⁰. O projeto doava à câmara o castelo, os terrenos interiores e os terrenos adjacentes e explicitava que o município deveria aproveitar para seu uso o castelo e os terrenos de que tivesse precisão, devendo ainda assegurar a construção de um passeio público.

Um projeto com o mesmo objetivo foi apresentado pelo deputado António Lopes Branco em 1860 e apreciado pela Comissão Parlamentar de Administração Pública. Do texto apresentado pela comissão, aprovado na generalidade e seguidamente artigo a artigo, tinha desaparecido a construção explícita de um passeio público, embora mantivesse um caráter genérico de fins de utilidade pública⁵⁹¹. Foi esse caráter avocado pelo deputado Melo Soares para dizer que ele devia sair reforçado do texto. “Não acho bem que, no século XIX, se conserve o Castelo de Montemor-o-Velho como um espécime de fortificação, como monumento histórico; acho melhor que se aplique para uso do município, conforme a câmara municipal entender”⁵⁹². Seria melhor, no seu entender, que se concedesse à câmara o uso do castelo tal como se concedia o uso dos terrenos interiores e adjacentes, ficando ao arbítrio do município decidir o que mais lhe conviesse. “Precisamos deste monumento histórico? Creio que não (...) se a câmara

⁵⁸⁷ Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1859-3-11, diário número 8, p.76;

Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1861-3-15, diário número 56, p.773

⁵⁸⁸ António Luís de Sousa Henriques Seco, José de Moraes Pinto de Almeida, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1858-2-23, diário número 17, p.228

⁵⁸⁹ Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1859-3-11, diário número 8, p.76

⁵⁹⁰ *Ibidem*

⁵⁹¹ José Maria Rojão, António Vaz da Fonseca e Melo, João António Gomes de Castro, José Carlos da Fonseca Infante Pessanha, José Maria Sieuve de Meneses, Manuel Bento da Rocha Peixoto, António Luís de Sousa Henriques Seco, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1861-3-15, diário número 56, p.772

⁵⁹² João de Melo Soares e Vasconcelos, *ibidem*

municipal tiver por melhor conservar essa antigualha, conserva-a; se entender que é mais conveniente demoli-la, manda-a demolir”⁵⁹³.

Da mesma forma, parecia estranha ao deputado a disposição que mandava proibir o município de vender, trocar, aforar ou alienar de algum modo o castelo e terrenos próximos, pelo que propôs a supressão de tal disposição. “Não sei para que há de ficar intato o terreno do Castelo de Montemor-o-Velho como espécime de fortificação”⁵⁹⁴.

Relator da comissão de Administração Pública, António Henriques Seco explicou que uma razão para o acordo favorável, quer da comissão quer do governo, tinha sido “e é conservar efetivamente esta antigualha”⁵⁹⁵, razão que se prendia com a observância de uma reverência que às coisas sem valor vendível se devia conceder.

“Creio que não haverá inconveniente algum para o público nem para a Câmara Municipal de Montemor-o-Velho a quem se dá este castelo, que ela conserve a parte do mesmo castelo (...) que fará recordar antigos tempos, as glórias do país e as de que o próprio castelo pode dar fé. A veneração da sua antiguidade far-nos-á também guardar o respeito que devemos ter por todas as nossas antiguidades”⁵⁹⁶. António Henriques Seco falou do passeio público, desaparecido dos artigos do projeto, que devia aparecer no recinto amuralhado, tal como a instalação de um cemitério⁵⁹⁷. Melo Soares ripostou com a convicção firme do que, na sua opinião, era o castelo: “Quer a Câmara saber o que é este espécime de fortificação antiga? São umas poucas de pedras amontoadas umas sobre outras”⁵⁹⁸. Também o deputado Justino de Freitas se mostrou inábil para imaginar o castelo como monumento histórico, retratando uma forma comum nos parlamentares de perceberem o amontoado de vestígios: demasiado arruinado para ser monumento, pouco devastado para se lhe juntar um passeio público.

Mas é preciso que os ilustres deputados saibam que naquele castelo não existem senão uma ou duas grandes paredes, o resto está demolido, e as mesmas que existem estão em parte derrocadas. Como monumento histórico não se pode aproveitar para coisa alguma. Eu considerava que a única vantagem que a câmara podia tirar do castelo seria aforar ou aproveitar a mesma pedra que ali está a montes, para construir com regularidade alguns prédios: fora disso não posso imaginar para que possa servir. Diz o ilustre reputado que é para um passeio público; só se for fora do castelo porque dentro tem as paredes e seria necessário, para esse fim, desmoranar o mesmo castelo. Para conservação como

⁵⁹³ *Idem, ibidem*

⁵⁹⁴ *Idem, ibidem*

⁵⁹⁵ António Luís de Sousa Henriques Seco, *ibidem*

⁵⁹⁶ *Idem, ibidem*

⁵⁹⁷ *Idem, ibidem*, p.773

⁵⁹⁸ João de Melo Soares e Vasconcelos, *ibidem*

monumento histórico também não porque se quisessem hoje levantar uma planta, ninguém pode dizer como foi aquele castelo nem a maneira como estava construído. E eis aqui o grande castelo de que se nos fala. (Justino António de Freitas, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1863-3-15, diário número 56, p.773)

A iniciativa da apresentação do projeto de lei seria renovada pelo deputado José de Moraes Pinto de Almeida e apreciada outra vez pela comissão parlamentar de Administração Pública, cujo texto parecia tornar urgente uma decisão sobre o assunto. A comissão considerava o castelo um “monumento da antiga civilização, que atesta um espécime do antigo sistema de fortificações” e referia que ele “se acha no mais deplorável estado de ruína” não podendo escapar ao colapso se não fosse entregue, imediatamente, à câmara municipal⁵⁹⁹.

Uma das alíneas do renovado projeto de lei parecia em contradição com a necessidade de urgentes reparações, pois referia que a câmara devia proceder à conservação e reparos assim que findasse o usufruto da donatária vitalícia que, segundo informação do deputado Pinto de Almeida, tinha arrendado o castelo “por vinte alqueires de milho”⁶⁰⁰ que eram pagos pela câmara municipal e diziam respeito ao aproveitamento de terrenos adjacentes.

⁵⁹⁹ Rodrigo de Castro Meneses Pita, Bento de Freitas Soares, António Luís de Seabra, António Carlos da Maia, António Pequito Seixas de Andrade, Manuel Bento da Rocha Peixoto, Cesário Augusto de Azevedo Pereira, Rodrigo José de Moraes Soares, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1861-8-5, diário número 64, p.2138

⁶⁰⁰ José de Moraes Pinto de Almeida, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1861-8-24, diário número 81, p.2413

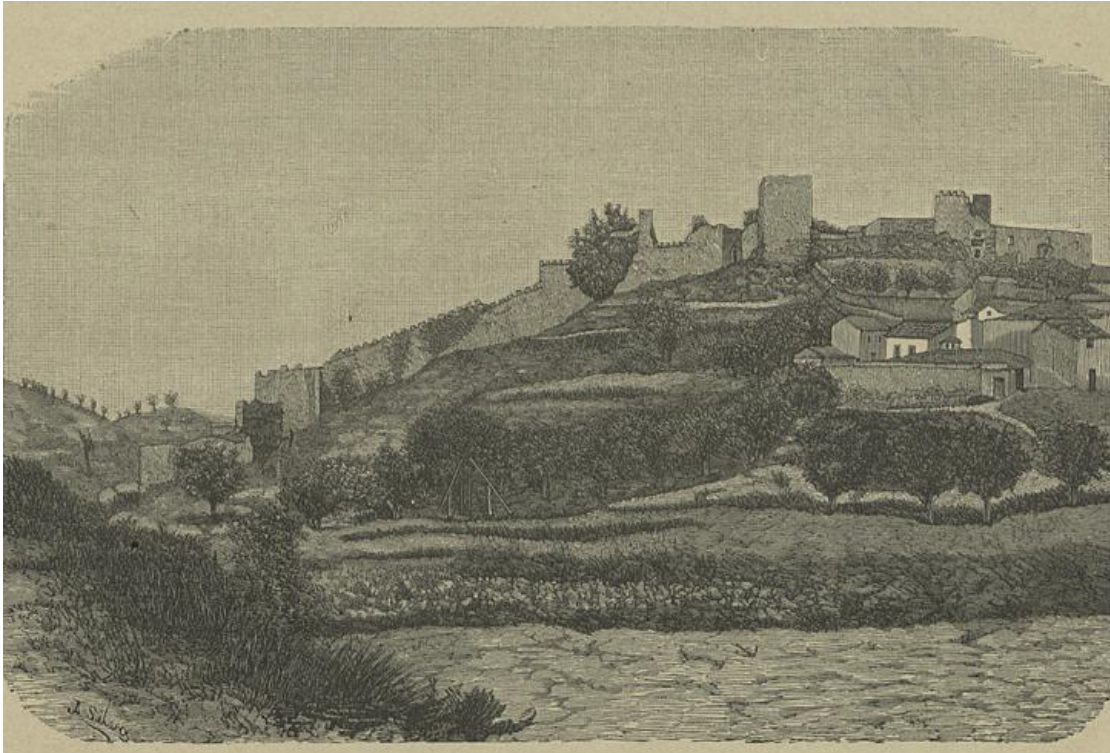


Figura 7. Castelo de Montemor-o-Velho. A longa controvérsia sobre a concessão de uma das maiores fortificações do país à câmara municipal esteve embrulhada em argumentos que misturavam a consideração por um monumento histórico e o direito à livre disposição para vender, trocar, aforar ou alienar partes do castelo ou dos terrenos adjacentes. Uma prática dispersiva, incerta e contraditória caracterizou as disposições sobre os monumentos ao longo do século XIX, na qual o Estado reconhecia uma pluralidade válida de opiniões que entretanto se perdeu

(Fonte: *O Ocidente. Revista Ilustrada de Portugal e do Estrangeiro*, 30 de abril de 1897, Volume XX (660), p. 93)

“É HISTÓRICO”, DIZ O DEPUTADO JOSÉ ESTEVÃO

O deputado José Estevão era da opinião de que não havia informações suficientes para votar tal projeto. “Fala-se de um castelo velho e de terrenos interiores e adjacentes. E isto não voto eu sem saber que terrenos são estes e que dimensões têm” Defendendo um raciocínio tendente a não deixar passar a concessão, o deputado queria que uma comissão especializada se pronunciasse, num raro dito nesta época: “Devemos mesmo ouvir alguma comissão arqueológica porque é preciso dar hierarquia e posição à Câmara Municipal de Montemor-o-Velho”⁶⁰¹.

O ministro da Fazenda, António José de Ávila, explicou a anuência à concessão. Ele próprio pretendia adiar a discussão para que o governo se munisse das informações pertinentes. “Entendi que era conveniente conservar aquele castelo como monumento histórico e se se lhe não der esta aplicação será destruído como infelizmente têm sido destruídos outros monumentos barbaramente”⁶⁰². Depois do adiamento da discussão, José Estevão tornou ao assunto. “Eu suponho que o Castelo de Montemor-o-Velho é um monumento histórico”.

Entregar a conservação de um monumento a uma câmara municipal, “para ela se aproveitar dele para usos municipais, entendo que é uma coisa inconveniente”⁶⁰³. Porque se ao monumento não fosse destinado senão conservar-se “a sua genuinidade, a sua representação histórica” como se observaria a entrega do castelo com a permissão para se usar dele, sendo que essa permissão necessariamente incluiria alterações na construção e mudanças dessa representação histórica? José Estevão acrescentava que se estaria a entregar algo especial, como se aos monumentos se devesse uma superioridade, comparável, nas décadas seguintes, à ausência de medidas para os proteger. “Os caprichos da eleição não nos dão segurança de que as câmaras municipais estejam sempre entregues em mãos que compreendam a excelência”⁶⁰⁴.

Os monumentos teriam esse carácter especial, até elitista, como qualquer coisa já não ao alcance das pessoas e eram venerandos nessa medida. Não precisariam de grandes cuidados legislativos apesar do aviso de José Estevão, que seria retomado na Câmara dos Senhores Deputados algumas outras ocasiões nas décadas seguintes. A observância

⁶⁰¹ José Estevão Coelho de Magalhães, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1861-8-5, diário número 64, p.2138

⁶⁰² António José de Ávila, *ibidem*

⁶⁰³ José Estevão Coelho de Magalhães, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1861-8-24, diário número 81, p.2414

⁶⁰⁴ *Idem, ibidem*

da *excelência* era também uma distância cultivada, que estava presente, é certo, nos discursos mas para obscurecer a capacidade de intervir e futuramente para criar uma distância cada vez maior entre os cultivadores dos monumentos e os seus supostos destinatários, as pessoas comuns, afastadas da alegada compreensão da sua importância, que não lograriam compreender inteiramente.

Isto suscita uma questão que está esquecida entre nós, de que se deve tomar uma medida geral para que destas ruínas, muitas das quais são venerandas pelas recordações históricas e outras cuja existência não atestam senão o nosso descuido, se extremem as que não têm representação histórica e as outras entregá-las a uma administração especial porque não há país nenhum que não conserve as suas memórias, entregando-as a uma administração solícita e zelosa. (José Estevão Coelho de Magalhães, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1861-8-24, diário número 81, p.2414)

Para o próprio José Estevão, a valia do monumento era afirmada para, logo depois, declarar que competia ao governo decidir. “O castelo não [deve ser entregue à câmara municipal]; o castelo pedia eu ao governo, pelo Ministério do Reino, que se o julgasse digno de ser conservado provesse à sua conservação” e o fizesse com “medidas passageiras”. Torne-se o Estado disciplinar em relação aos monumentos, pedia o deputado, de acordo com os modelos militares, de que o castelo era exemplar antigo; o deputado via os monumentos ocupados por destacamentos e por antigos soldados recordando as campanhas de outras eras.

“Nós se não tivéssemos exemplos de disciplina e ordem dados por soldados velhos, não tínhamos gente capaz para serviços que demandam vigor e atenção e cumprimento deles. Faça-se o mesmo a respeito desses monumentos históricos que convém conservar; mande-se para cada um deles um destacamento de veteranos”⁶⁰⁵. Tal como José Estevão, também Aragão Mascarenhas navegava nas águas turvas de uma opinião não muito fundamentada. “Com relação ao Castelo de Montemor talvez seja uma coisa muito insignificante mas pode ser que seja uma coisa de certo valor”⁶⁰⁶. Talvez o monumento fosse importante, talvez não, talvez as câmaras pudessem assumir a sua proteção, talvez não. A *excelência* não se deixava conhecer, para os deputados, ou podia escapar-lhes ou não era o seu assunto. O projeto foi recusado, na sua discussão geral. Três dias mais tarde os deputados achavam “não haver ainda vencimento para a

⁶⁰⁵ *Idem, ibidem*

⁶⁰⁶ João Rodrigues da Cunha Aragão Mascarenhas, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1861-8-24, diário número 81, p.2414

aprovação ou rejeição do projeto na generalidade”⁶⁰⁷. Observava-se que o assunto “deu motivo a um largo debate”⁶⁰⁸ e não se sabia muito bem se tinha sido adiado e se tinham sido pedidos esclarecimentos adicionais ao governo, pelo que foi necessário ir buscar a ata da discussão anterior, tendo-se concluído que o projeto estava pendente da discussão que viesse a ter lugar.

Aragão Mascarenhas lembrou à Câmara que era a terceira vez que impugnava o projeto e o faria tantas vezes quantas as necessárias, pois considerava o assunto incluído na mais vasta discussão da venda de bens nacionais. Pedia novo adiamento, até que se convencionasse estar esclarecido o valor da doação em causa. As concessões de locais militares fortificados caídos em desuso foram um termómetro de como os poderes soberanos da nação olhavam uma parte da herança cultural, significativa e evidente aos olhos de todos, até pelo aspeto cénico.

A cedência à câmara municipal de parte das muralhas do Castelo de Melgaço encarava os vestígios históricos como partes em relação às quais se podia tomar várias atitudes: derrubar o que empecia o progresso, como o alargamento de uma povoação; usar os materiais sobrantes para erguer novas construções; ponderar deixar em pé o que parecia ainda em estado de razoável grandeza e que continha informação histórica.

Em Mourão, a concessão não era das muralhas mas do castelo e outras dependências que estivessem em bom estado de conservação. O derrube do Castelo em Mourão servia propósitos idênticos ao das muralhas de Melgaço: libertar espaço para construir novas edificações e usar nelas a pedra antiga, manter o que parecia estável e coeso.

O caso do Castelo de Montemor-o-Velho, uma concessão que incluía o castelo, os terrenos interiores e os terrenos adjacentes, tinha argumentos semelhantes, pois os deputados defendiam a entrega à câmara municipal para que esta resolvesse o assunto conforme lhe conviesse; ao mesmo tempo, juntava considerações sobre o carácter histórico, genuíno, venerável.

⁶⁰⁷ Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1861-8-27, diário número 83, p.2433

⁶⁰⁸ Augusto Xavier Palmeirim, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1861-12-31, diário número 7, p.15

UM CAMPO AMBÍGUO, INCERTO E DIVERSO COMO A CULTURA DO ARROZ

Os monumentos, do ponto de vista de uma vontade do Parlamento, eram uma presença discursiva que não pode ser negada mas sem uma ligação plausível a qualquer obrigação que fosse declarada pelo Estado e sem uma vontade estratégica que se percebesse ao longo de quase todo o século XIX. Os monumentos não foram uma questão importante para irromper no Parlamento, apesar das queixas de que a sua proteção devia ser lei do Estado, como sublinhou a comissão governamental de 1875, ou de invetivas dos parlamentares contra a inação.

Não existiu uma preocupação sistemática, os discursos mostraram uma prática dispersiva, incerta, contraditória, uma heterogeneidade de comportamentos que lhes conferia uma diversidade, difícil de imaginar hoje. Os monumentos foram uma instância sempre a fugir da sua classificação, sempre em trânsito, nunca estática, porosa, metediza entre as questões verdadeiramente relevantes, envergonhada, distante e pouco plausível. A suposta continuidade histórica do cuidado com o património não existiu até final do século XIX e a invenção dessa suposta continuidade – por vezes referida como a soma de todas as iniciativas legislativas tendentes a proteger os vestígios antigos – não teve eco nos poderes vigentes.

No momento de debate mais significativo, que decorreu na década de 70 com a apresentação de três documentos (as *Observações*, de Sousa Holstein; o relatório da comissão oficial de 1875; as apreciações de Joaquim Vasconcelos sobre o relatório e projetos da comissão oficial), não houve uma linha de repercussão no Parlamento. Não havia, da parte dos governos, nada de metodologicamente assinalável que valesse os seus esforços centrarem-se nesses espectros antigos, decaídos, velhos e em estado de ruína. Se houve décadas de negação da realização de um inventário, como se poderia perceber alguma natureza estratégica na proteção de antiguidades?

Seria preciso voltar a sublinhar os argumentos avançados pelos defensores das antiguidades do século XIX, os proto-especialistas do património cultural, que sublinhavam que a instauração de museus teria de estar em consonância com o conhecimento dos maiores feitos do país (quando se avançava para a constituição de um museu de pintura, uma seção histórica relevaria os episódios da nação como lições a serem aprendidas pelos visitantes e pelos estudantes); nessa seção, ver-se-iam reproduzidos os feitos mais notáveis da história portuguesa, lições as mais admiráveis que se poderiam absorver; o esperado afeiçoamento ao museu de belas-artes constituiria

cada indivíduo como uma vontade participante e integrante do museu nacional; um museu de iniciativa estatal juntaria, sob uma mesma lógica, os feitos gloriosos, os vestígios mais emblemáticos, a reprodução dos monumentos maiores, para já não falar da reprodução dos principais edifícios públicos e da repercussão dos trabalhos mandados fazer pelo Estado.

Um museu de arqueologia, quase inteiramente constituído por peças que historiavam a ocupação do território antes de haver reino, devia ter uma “feição especialmente nacional” (Holstein, 1875: 33); a disposição de riquezas tão importantes porque a elas se prendiam gloriosas tradições e documentos preciosos para que o povo estudasse e tomasse conhecimento dos feitos mais notáveis dos antecessores. Todas essas propostas afirmavam mais a vontade social de quem as fazia, num contexto de valorização do poder do Estado, de valorização dos feitos maiores, do que visavam os resultados que se dizia pretender alcançar.

Se as condições higiénicas e de salubridade eram invocadas em outros casos de reaproveitamento de castelos, juntamente com a vontade municipal de romper novos caminhos e criar alindamentos nas localidades, essas condições teriam motivos fortes para aparecer em Montemor-o-Velho mas isso nunca aconteceu. No Parlamento, deu-se conta da calamidade que ceifou a vida a várias famílias da vila em 1863 (Loureiro, 1875: 26), que não se sabia se devia ser propriamente atribuída aos arrozais da zona, então sob fortes suspeitas como constituindo pântanos artificiais ou acidentais, tanto ou mais insalubres que os naturais, já que as sementeiras eram feitas em tabuleiros quase horizontais, conservando as águas estagnadas.

Ao longo de Montemor-o-Velho existia uma vala que cortava perpendicularmente a povoação, recebia as águas do rio Mondego, para diminuir o caudal e evitar inundações. Com mais ou menos água em função do rio, a vala “fica reduzida quase a um *areal africano*, a vala seca” durante o verão, apenas recolhendo alguma águas das marés vivas, quando elas existiam⁶⁰⁹. A vala era limitada pelas traseiras das casas confinantes pelos lados norte e sul, “a qual por isso serve de despejo para todas as imundícies aos inquilinos e não menos aos moradores que não confinam com ela, porque estes mesmos ali vão lançar também animais mortos e quantos objetos imundos uma população tem sempre de pôr fora de suas casas e dependências”. Os vegetais que se acumulavam na

⁶⁰⁹ António Roberto de Oliveira Lopes Branco, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1864-2-6, diário número 026S1, p.370

vala maceravam no estio. “Os corpos em dissolução que as marés lhe trazem nem todos se levantam outra vez com a descida das águas”.

Era este foco aterrador de infeção, mais as águas estagnadas da ponte de Quinhendros, mais os charcos imundos de uma ponte chamada da Cal, segundo referia o deputado António Lopes Branco, que tinha causado o pânico no outono de 1863, impedindo pessoas de se deslocarem a Montemor-o-Velho com receio de serem colhidas pela ceifa de gente. Também não ajudava não haver um chafariz e as populações terem de usar a água do rio. No verão, os moradores iam buscar a água em poços abertos nas areias, que ficavam contaminados com as “decomposições pestíferas dos linhos, que os cultivadores das duas margens, de Coimbra para baixo, deitam a curtir naquela água”, o que levava o deputado a dizer que beneficiar as condições higiénicas da vila era a questão mais importante para resolver, juntamente com a conservação da margem do rio, de tal forma assoreada que qualquer pequena cheia inundava o terreno onde se fazia o mercado local, fazendo proliferar pequenos charcos transformados em focos de infeção. Quase todas as famílias que tinham bens abandonaram a povoação “no ano mais seco de que há memória nestas paragens”⁶¹⁰.

A câmara desmentiu quase todos os pressupostos da intervenção do deputado. “Só há dois anos, depois que se lhe aproximaram os tais inocentes arrozais é que os seus ares se tornaram impuríssimos; os seus campos, charcos asquerosos e repugnantes à vista e ao olfacto”⁶¹¹. Nos pontos indicados não haveria focos de infeção; a vala existia mas não cortava perpendicularmente a vila, antes corria ao lado, havendo nessa zona apenas quatro casas, um celeiro, uma casa da misericórdia, uma hospedaria e “uns casebres ordinários”; do lado da povoação somente 14 prédios confinavam com a vala; “sem a vala é que a vila se tornaria um grande charco”, alimentada pelo Mondego, que afinal também abastecia dois chafarizes. Tinha sido para evitar os focos de infeção, e não para desviar a água do rio, que a vala tinha sido aberta, “há mais de cinco séculos”; era verdade que o verão fazia diminuir as águas do rio. “Mas não é menos certo que, sendo o álveo desta [da vala] infinitamente mais estreito e desobstruído de areias, sempre a

⁶¹⁰ Câmara Municipal de Montemor-o-Velho: Maximiano de Freitas Mascarenhas Leal, presidente; António Pedro Pimentel Pereira Carneiro, Miguel Martins Alves, Joaquim Maria Correia Soares de Brito, Manuel Joaquim de Macedo Sotto Maior, Joaquim Maria Tiago, Abílio Abdónio Pinheiro, vereadores, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1864-3-28, diário número 59, p.926

⁶¹¹ *Ibidem*

corrente se conserva ao passo que no rio em alguns pontos a água desaparece de todo”⁶¹².

INQUÉRITOS E OPOSIÇÃO DOS DONOS DE TERRAS

Quanto aos charcos, era verdade que o campo da feira se inundava periodicamente mas tal facto não dava lugar a depósitos em putrefacção; na ponte da Cal tinham-se aglomerado “enormes montes de areia” que não obstavam a que a água corresse apesar de afectarem a corrente regular, não se podendo falar de charcos. Se fosse o caso, a câmara municipal referia que não lhe cumpria melhorar a corrente das águas. Tinham-se criado autoridades próprias para “o encanamento do rio, seus afluentes e valas e melhoramento dos campos e, quando assim não fosse, só o governo e a nação podia ser obrigada a fazer tais obras porque da nação são os leitos e álveos dos rios públicos”, como antes eram os leitos, os rios, os álveos e os peixes pertença do rei. Quanto ao pântano de Quinhendros, era um pequeno ponto onde se juntavam águas fluviais e águas de enchentes, sem ser da responsabilidade municipal pois ocorria numa parte da estrada de Coimbra à Figueira. “Por isso se, como diz o senhor Lopes Branco, há incúria pasmosa, não é local como S. Exa. afirma mas de quem não tem apressado a construção de uma estrada tão urgente”⁶¹³. Se se quisesse acabar com as doenças era preciso terminar com a cultura do arroz, que seria proibida no distrito de Coimbra em março de 1882⁶¹⁴.

No ano seguinte foi publicado um relatório elaborado por uma comissão de nove elementos para proceder às averiguações sobre as formas de cultura do arroz no distrito de Coimbra, para ouvir as reclamações existentes em função da proibição da orizicultura por decretos datados de 1882, por parte de interessados na cultura do arroz, para levar em conta inquéritos anteriores (de 1868 e 1873) e para propor as medidas que julgasse convenientes a favor da saúde pública. O relatório dizia que os governos tinham procurado, se não extinguir, reduzir na maior parte a extensão da área dos

⁶¹² *Ibidem*

⁶¹³ *Ibidem*, p.927

⁶¹⁴ O ministro e secretário de estado dos Negócios do Reino, Tomás António Ribeiro Ferreira, determinou a proibição da cultura dos arrozaes nos concelhos de Coimbra, Montemor-o-Velho, Condeixa, Soure e Pombal, Decreto de 23 de março de 1882 proibindo a cultura do arroz nos concelhos de Coimbra, Montemor-o-Velho, Condeixa, Soure e Pombal, *Coleção oficial da legislação portuguesa, ano de 1882*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1883, p.32

arrozais, com a oposição de proprietários e cultivadores. Para a elaboração do documento foram consultados os administradores dos concelhos invadidos pelos arrozais, os facultativos de partido⁶¹⁵, os subdelegados de saúde municipais e as comissões dos pântanos e arrozais, esta criada em 1867, e a de saúde pública do distrito de Coimbra (Mendia, 1883: 8)⁶¹⁶. No concelho de Montemor-o-Velho, reclamaram 76 proprietários, correspondendo a uma totalidade de cerca de 100 prédios (Mendia, 1883: 18).

Em 1882, os cultivadores de arroz eram, pelo menos, 519. Os autores do relatório não tinham grandes dúvidas a que atribuir os constantes e repetidos problemas de saúde das populações. “O mais superficial exame da breve descrição que levamos feita, do modo por que no distrito de Coimbra, geralmente se realiza a cultura do arroz, bastará sem dúvida para que desde logo se compreenda a maneira como e as causas por que esta indústria tão desgraçadamente influencia a saúde dos povos” (Mendia, 1883: 54); explicava-se, para mais, que as condições nocivas para a saúde eram as que melhoravam a produção⁶¹⁷.

⁶¹⁵ Facultativos dos partidos municipais: facultativo era um termo técnico usado em artes e em ciências, aqui sinónimo de prestador de cuidados de saúde; partido designava uma função exercida em benefício dos habitantes dos concelhos, por conta deles; os facultativos de partido eram médicos que trabalhavam para os municípios, pagos por estes para assistirem as populações mais pobres; O *Código Administrativo* de 1842 estipulava que competia às câmaras municipais criar ou suprimir partidos para médicos, cirurgiões e boticários e estabelecer os seus ordenados; e nomear médicos, cirurgiões e boticários de partido (cf. *Código Administrativo*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1842, pp.31-32)

⁶¹⁶ O relatório dividia-se em sete partes: i) dava conta das reclamações apresentadas à comissão pelos proprietários interessados, complementando essa informação com outras recolhas relativas à região; ii) descrevia o processo seguido no distrito de Coimbra para a cultura do arroz, “mostrando os inconvenientes que, para a saúde dos povos, necessariamente resultam das práticas adotadas que são, no entanto, as que de maior utilidade podem ser na abundância da produção o que justifica a sua existência e a dificuldade se não impossibilidade de as impedir”; iii) ocupava-se dos pareceres dos facultativos de partido do distrito de Coimbra, em resposta a um questionário; iv) tratavam da estatística mortuária; v) estudavam a questão regulamentar da cultura do arroz; vi) propunham-se os meios para a restrição da orizicultura; vii) indicavam-se medidas complementares para essa restrição. (Mendia, 1883: 10-11)

⁶¹⁷ “O aquecimento da água é, nos arrozais, a melhor garantia da abundância da produção. E o aquecimento é a consequência da estagnação e esta a mais potente causa do impaludismo. Ficam assim os arrozais, para que a produção melhore em qualidade e em quantidade cresça, reduzidos às condições de verdadeiros pântanos naturais, ou antes pior, porque nestes não são ainda assim geralmente tantas vezes expostas ao contacto do sol as substâncias putrefactas ou em fermentação, como das mais seguidas práticas na indústria orizícola resulta e sucede nos terrenos a tal cultura entregues; naqueles, as árvores próprias aos terrenos molhados e uma parte mesmo da vegetação palustre exuberante de vigor e de densa folhagem, não só ensombram as águas com diminuição do seu aquecimento e da evaporação mas neutralizam ainda um pouco, segundo muitos, a nocividade dos miasmas evolvíveis; e finalmente àqueles não leva ao cultivador o interesse e o lucro a permanecer envolvido largas e aturadas horas na atmosfera palúdica, pondo em contacto constante com os eflúvios deletérios os vasos absorventes da grande extensão dos sistemas dérmicos, respirando as emanções nocivas que se desenvolvem insensivelmente ou a vista menos prevenida, das bolhas que rebentam à superfície das águas e que carregam ou saturam o ambiente, misturando-se as secreções da boca e com elas passando ao conduto intestinal. Daqui as enfermidades próprias das regiões arroseiras com as suas múltiplas e variadas consequências e quantas

Outra razão para as extensas epidemias era a localização de muitas valas no distrito de Coimbra, atribuídas à falta de limpeza e de reparo por parte dos proprietários. “Pode porém e com fundadas razões respeitar a asserção às valas particulares que se não deslimam nem reparam, para que melhor se aproveitem os terrenos na cultura do arroz e em que as águas mais ou menos represadas pelos impedimentos resultantes dos esboroamentos dos taludes que não se renovam e da vegetação aquática que lhes demora o andamento e o curso, constituem certamente causa de insalubridade” (Mendia, 1883: 56).

A comissão recolheu os pareceres de 19 médicos, tendo concluído “que a causa produtora das moléstias endémicas referidas se pode reduzir na seguinte condição etiológica: decomposição de substâncias vegetais num meio húmido estagnado, e que são diversas e numerosas as circunstâncias que a podem realizar; pântanos naturais, pauis, charcos, movimentos de terras, valas de esgoto obstruídas e sem limpeza e a orizicultura que, pelos processos de seu cultivo, se deve considerar como uma das causas mais comuns e mais poderosas das endemias palustres” (Mendia, 1883: 58). O médico de partido e subdelegado de saúde no concelho de Montemor-o-Velho, Augusto Troni, e um dos nove membros da comissão de avaliação, trabalhava principalmente na freguesia de Montemor-o-Velho, visitando doentes em todo o concelho. “O que tenho visto e observado deu-me a convicção profunda de que a orizicultura tem sido em extremo nociva à saúde pública” (Mendia, 1883: 79).

O médico referia que em 1877 se acumulava um grande número de doentes, em setembro, num hospital pequeno, sem condições e com enfermaria de capacidade limitada. “Contíguo à vila, do lado do poente, estende-se o campo do Taipal que naquele ano foi em grande parte semeado de arroz. Assolou a vila logo no verão uma tão forte epidemia de febres, foi tão grande o número dos que as padeceram, que a administração do hospital tomou medidas extraordinárias, improvisando e convertendo em enfermarias algumas casas e pertenças do edifício” (Mendia, 1883: 80). Esta situação, segundo Augusto Troni, era idêntica, nos seus sintomas e resultados, à de 1863. “Pelo mesmo motivo e com mais funestas consequências se deu no ano de 1863 igual e lastimosa ocorrência, de que na memória da gente da vila se conserva ainda, volvidos vinte anos, dolorosa recordação” (Mendia, 1883: 80). Apesar de uma epidemia que quase dizimou a vila, considerações higiénicas não constaram do projeto que visava

vezes terrível termo e finalmente a sucessiva e constante degeneração e deterioramento das populações que têm a desgraça de ter na orizicultura a sua primeira ou mais importante indústria” (Mendia, 1883: 55)

entregar o castelo à câmara, quando elas existiram em outros locais onde se procedeu ao reaproveitamento de castelos antigos, pois desta feita os argumentos mais fortes não pareciam pender para o desmantelamento da construção militar e quando isso aconteceu no Parlamento não se tomou conhecimento de questões higiénicas.

Seguiram-se anos de indecisão e de renovações do pedido de concessão. O deputado por Montemor-o-Velho, Manuel Joaquim de Macedo Sotomaior, renovou a proposta de concessão à câmara em meados de 1865, expediente que obrigava a voltar a consultar as comissões da Administração Pública e Fazenda⁶¹⁸. Outro deputado por Montemor-o-Velho, José Augusto de Almeida Ferreira Galvão, desta vez acompanhado por José de Moraes Pinto de Almeida, fez o mesmo, dez anos depois de o assunto ter irrompido no Parlamento⁶¹⁹. Mais tarde, então deputado por Cantanhede, renovou a iniciativa do projeto⁶²⁰ e o assunto desapareceu da Câmara dos Deputados. No relatório sobre os monumentos nacionais da Real Associação dos Arquitetos Cívicos e Arqueólogos Portugueses, em 1880, eram mencionados 36 castelos e torres. Montemor-o-Velho não constava da lista mas ressaltava-se que havia no reino “além destes muitos outros, em melhor ou pior estado, mas devendo todos ser conservados como padrões da história e da arte militar dos tempos antigos” (Real Associação dos Arquitetos Cívicos e Arqueólogos Portugueses, 1881: 12)

LENTA PERMEABILIZAÇÃO ENTRE VESTÍGIOS E IDEIAS MORAIS

O relatório assumia, pois, a necessidade de conservação de “todos esses gigantes de remotas eras, testemunhas de inumeráveis ações de heroísmo dos nossos antepassados” devolvendo-os, no estado atual, à compreensão das pessoas por meio da valentia dos feitos que transmitiam, “quer campeiem ufanos como nas quadras da sua glória, quer se vejam em grande parte prostrados e confundidos no pó das ruínas” (Real Associação dos Arquitetos Cívicos e Arqueólogos Portugueses, 1881: 4) e, num ou noutro casos, devendo ser da responsabilidade municipal a sua salvaguarda. A valentia dos feitos transmitidos pela existência dos monumentos e as ideias morais que enfunavam o

⁶¹⁸ Manuel Joaquim de Macedo Sotomaior, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1865-5-2, diário número 74, p.1148

⁶¹⁹ José Augusto de Almeida Ferreira Galvão, José de Moraes Pinto de Almeida, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1868-5-14, diário número 32, p.1025

⁶²⁰ José Augusto de Almeida Ferreira Galvão, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1869-6-8, diário número 28, p.282

patriotismo estavam em lenta fermentação com os planos de estudos da instrução. Essas ideias morais eram avivadas pela recordação das glórias herdadas e pelo amor da arte nacional, como se referiu no Parlamento⁶²¹; eram avivadas pela indicação dos monumentos arquitectónicos que configuravam a conservação do amor pela independência; pela noção de que a manutenção do legado das idades heroicas devia opor todos os esforços aos do camartelo destruidor, ao desaparecimento de objetos de arte, à compra, por estranhos, das preciosidades que saíam do país, às restaurações descuidadas dos monumentos e configuravam a boa educação artística e a permanência da importância da disciplina histórica. “Hoje que em todos os países civilizados se trata de restaurar e conservar com o máximo zelo e cuidado, despendendo-se quantias importantes, os monumentos e objetos de arte antigos que possam servir de elemento à reconstituição da história dos povos e à boa educação nacional artística, não será demais que em Portugal se olhe também e muito atenciosamente para o pouco, mas ainda assim muito valioso, que existe”⁶²².

Esta lenta permeabilização é verdade que era por vezes acompanhada de uma consciência sobre o acanhado valor dos legados, para mais sujeitos ao saque. “Senhor presidente, bem sei que a arte nacional foi sempre pobre; mas esses poucos exemplares da nossa arte que existiam, estão constantemente a sair do país. É preciso evitar isto”⁶²³; “Ora devemos confessar que o espírito dos nossos reis, dos nossos fidalgos e dos nossos frades não possuía grandes faculdades estéticas”⁶²⁴; também havia a consciência de um abandono dos maiores exemplares. “Tendo Portugal monumentos de primeira ordem como Mafra e Alcobaça; estes se acham desprezados ao ponto que na entrada principal do Mosteiro de Alcobaça está escrito em grandes letras: *Entrada principal*”⁶²⁵. A lenta ebulição entre essa consciência e a presença das ideias patrióticas e de amor nacional nos estudos primários e secundários marcava a importância dos legados como representativos das façanhas heroicas dos tempos idos, histórias exemplares que as crianças deviam conter, num ligamento a ponto de se tornar perene, entre os factos do passado e a reverberação no tempo presente. Esse ligamento foi primeiro evidenciado

⁶²¹ Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1861-3-15, diário número 56, p.770

⁶²² José Maria de Oliveira Matos, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1888-5-21, diário número 91, p.1641

⁶²³ Augusto Maria Fuschini, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1889-5-14, diário número 48, p.678

⁶²⁴ *Idem*, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1890-5-10, diário número 13, p.162

⁶²⁵ José Joaquim de Abreu do Couto de Amorim Novais, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1889-5-14, diário número 48, p.679

no caso da instrução primária. “A imposição do ensino deve estar na razão direta da ignorância de um povo”⁶²⁶.

Os legisladores de 1870 consideraram a instrução primária a única que devia abranger todos os cidadãos de Portugal. Apesar de obrigatória desde 1844, enfrentava problemas exteriores à sua organização, como a relutância dos pais e das famílias em enviar os filhos à escola “e uma certa frieza geral para com a escola”⁶²⁷; e internos, como a falta de inspeção eficaz, a situação do professorado, sem habilitações, mal remunerada e sem estímulos, a quase ausência de educação de adultos, o abandono a que estava votada a instrução do sexo feminino, as ausências da educação física, da educação cívica e da instrução profissional, a falta de educação de segundo grau e a falta de escolas normais. Uma outra razão parecia empecer o desenvolvimento, a centralização da instrução primária nas mãos do Estado e a quase residual contribuição dos municípios (contribuíam com a quarta parte do valor do Estado central), pelo que a reforma chamava o elemento local, municípios e paróquias, a envolver-se e permitia, antecipadamente e ainda sem sair do papel, denominar a nova legislação como “radical” levando em conta o esforço descentralizador que se pretendia obter. “Todos hoje falamos em descentralização; é uma aspiração geral do nosso tempo, é uma torrente que arrasta o espírito público”, sublinhava o deputado Ricardo Augusto Guimarães⁶²⁸. A reforma aconselhava uma mistura de educação física, moral, intelectual e política, cujas matérias se dividiam por dois graus, primeiro ou elementar e segundo ou complementar⁶²⁹. A instrução primária obrigatória era vista como “dever para os

⁶²⁶ Decreto de 16 de agosto de 1870 de reforma da instrução primária, *Coleção oficial da legislação portuguesa, ano de 1870*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1871, p.461

⁶²⁷ *Ibidem*, p.459

⁶²⁸ Ricardo Augusto Pereira Guimarães, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1867-6-21, diário número 129, p.2072

⁶²⁹ O ensino do primeiro grau para o sexo masculino compreendia: *educação física* (ginástica elementar, exercícios vocais e higiene); a *educação moral* compreendia a educação religiosa e a doutrina cristã; a *educação intelectual* era constituída por leitura; escrita; operações aritméticas sobre números inteiros; sistema legal de pesos e medidas; noções de gramática e exercícios de redação; desenho linear; elementos de história sagrada e de história pátria; noções de geografia e cronologia; noções de agricultura; canto coral. A *educação política* incluía noções da *Constituição* e dos direitos e deveres dos cidadãos, a que se poderia juntar noções de história natural. Nas escolas rurais – aquelas localizadas fora das cidades e vilas – as matérias seriam: educação religiosa e moral; doutrina cristã; leitura; escrita; operações aritméticas sobre números inteiros; sistema legal de pesos e medidas; noções elementares de gramática; desenho linear; e noções de agricultura. O ensino do segundo grau compreendia nove matérias fixas (ginástica e preceitos higiénicos; gramática e exercícios de língua portuguesa; leitura e recitação de prosa e verso; caligrafia; aritmética e geometria elementar; elementos de cronologia, geografia e história pátria; desenho linear; moral, religião e história sagrada; e canto coral) e duas variáveis, adaptadas ao local do país, de um rol previsto (agrimensura, elementos de física e de química, história natural, elementos de agricultura e de economia rural, industrial, artística e comercial). Para o ensino do primeiro grau do sexo feminino, além das matérias referidas para o sexo masculino, destinava-se coser, fazer meia, marcar, talhar e economia

cidadãos e direito e conjuntamente dever para o Estado”⁶³⁰. O esclarecimento do povo seria, como princípio, o principal trunfo da luta contra os perigos maiores, a “corrupção dos costumes e das crenças”⁶³¹. A necessidade de instrução far-se-ia sentir, igualmente, na estruturação da ordem social e na própria âncora do sistema político, a representatividade parlamentar, que devia ser percebida como insofismável espelho da vontade coletiva. “O sistema eleitoral só obterá toda a sua verdade no dia em que a quase totalidade dos eleitores compreenderem a importância da missão que a sociedade os chama a desempenhar”. Além do mais, a instrução popular seria vista como condição para a organização administrativa das localidades, que deviam pagar a escola, obrigatória e gratuita, aos cidadãos, se bem que com o auxílio do Estado central.

INSTRUÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO

Era, portanto, vista como a condição necessária de uma ligação ao reconhecimento da existência das leis. “Preparar o país com a instrução apropriada para todos poderem tomar parte na administração a que as leis do país os chamam e auxiliar as indústrias com a difusão dos conhecimentos indispensáveis para o seu útil e proveitoso desenvolvimento”⁶³². No ano em que falava Ricardo Guimarães, o número de alunos das escolas oficiais e das escolas livres era de 132 mil, um rácio de um aluno por cada 32 habitantes, bastante menor noutras paragens⁶³³. Das 757 mil crianças do reino que tinham entre sete e 15 anos, 600 mil não frequentavam as escolas, havendo notícias de que as que as frequentavam o faziam pouco regularmente e registavam um fraco aproveitamento. Sublinhava-se a ausência de aproveitamento em relação a algumas matérias específicas. “A última inspeção geral às escolas do reino, feita no ano de 1867,

doméstica; para o ensino do segundo grau do sexo feminino não haveria aritmética e geometria elementar, como para os rapazes do mesmo grau. Previa-se: ginástica e preceitos higiénicos; gramática e exercícios de língua portuguesa; leitura e recitação de prosa e verso; caligrafia; elementos de cronologia, geografia e história pátria; desenho linear; moral, religião e história sagrada, canto coral; noções elementares sobre história natural; escrituração; fazer rendas, flores e outros labores próprios (Decreto de 16 de agosto de 1870 de reforma da instrução primária, *Coleção oficial da legislação portuguesa, ano de 1870*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1871, pp.458-462)

⁶³⁰ João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martens, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1867-1-30, diário número 20, p.291

⁶³¹ *Idem, ibidem*, p.273

⁶³² *Idem, ibidem*

⁶³³ Em Espanha, um para 14; em França, um para oito; em Inglaterra, Holanda e Bélgica, um para sete; na Prússia, um para seis; na Suíça, Baviera e Suécia, um para cinco; nos Estados Unidos, um para quatro e um para três (*Coleção oficial da legislação portuguesa, ano de 1870*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1871, p.458)

demonstrou que em história, corografia e gramática apenas se habilita um número insignificantiíssimo”⁶³⁴. Como registava o deputado Carlos Ribeiro: “É vergonhoso o estado em que se acha a instrução primária no nosso país. Eu peço licença à Câmara para ler um trecho de um livro publicado por um cavalheiro muito respeitável, que já ocupou uma cadeira no Parlamento e um lugar nos conselhos da coroa, o senhor D. António da Costa”⁶³⁵.

D. António da Costa, o primeiro ministro dos Negócios da Instrução Pública em 1870⁶³⁶, deputado em 1856, propagandista da instrução popular, defendeu uma instrução como exemplar caminho da virtude, do bem e da proximidade entre homens. “A instrução do povo estreita o bom comércio da vizinhança, derrama nos centros da população o pensamento do bem, semeia os princípios da ordem e da virtude e, se não consegue extinguir o mal, pugna com ele e enfraquece-o. É facto averiguado que a instrução diminui os crimes e restringe a miséria” (Macedo, 1870: 7).

Cabeça do sistema representativo, a instrução seria a condição indispensável para se ser governado, isto é, para se reconhecer a indispensabilidade do sistema de governo que os deputados parlamentares consubstanciavam e dos anseios que manifestavam por uma descentralização de poderes emanados do centro que ocupavam. “A descentralização administrativa, este artigo de fé nos povos mais civilizados, nunca será realidade entre nós sem a fazerem preceder da instrução popular” (Macedo, 1870: 7). Não haveria descentralização sem que as populações entendessem a utilidade da propagação dos serviços públicos e era à educação que competia fazer compreender que esses eram os serviços de todos, pelos quais deviam pugnar.

Municípios e paróquias pareciam avessos à instrução popular a julgar pelo número de apenas 41 escolas do reino que teriam tido por iniciativa da sua constituição algum dos 300 municípios ou das quatro mil paróquias do reino; D. António da Costa referia uma única escola diurna completamente sustentada pelos municípios, com a exceção do liceu municipal de Setúbal. Sobre o legado do conde de Ferreira [Joaquim Ferreira dos Santos] para a construção de 120 escolas, referia-se que tinham concorrido 130 câmaras, muitas das quais tinham entretanto desistido da intenção (Macedo, 1870: 61). “Não se vê aparecer a *localidade* como elemento geral da organização nem como base da instrução primária” (Macedo, 1870: 63).

⁶³⁴ *Coleção oficial da legislação portuguesa, ano de 1870*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1871, p.458

⁶³⁵ Carlos Ribeiro, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1871-8-26, diário número 80, p.340

⁶³⁶ Foi ministro da Instrução de 22 de junho a 29 de agosto de 1870

Os mesmos números que constavam do relatório que enformava a reforma da instrução primária de 1870 estavam presentes em D. António da Costa: os municípios contribuíam com a quarta parte do montante do Estado central para a instrução pública, o que estava em contravenção com o que acontecia nos países ditos civilizados. Em França, por exemplo, não contribuíam com quatro vezes menos mas com cinco vezes mais. Para D. António da Costa as estruturas locais do poder não existiam na organização do ensino primário, faltando a base com que devia sustentar-se a instrução popular (Macedo, 1870: 64) e não havia também por parte de iniciativas privadas de cidadãos as ações suficientes de apoio à instrução.

À altura, havia 2313 escolas do Estado e 1419 de iniciativa livre. Se existiam 757 mil crianças com idades entre os sete e os 15 anos, o Estado deveria ter 14 mil escolas para a instrução primária e não as 3700 existentes (Macedo, 1870: 112), isto é, tinha 26 por cento das escolas que necessitaria ter. Também a instrução de adultos, que devia cautelosamente ser proporcionada sem prejudicar as atividades diurnas de sustento dos trabalhadores, revelava números irrisórios. Em Portugal, haveria cerca de 60 cursos noturnos; em Inglaterra 36 mil; em França 33 mil; em Itália cinco mil. Prometia-se a abertura de mais de 500 cursos noturnos mas a grande maioria das câmaras tinha suspenso as dotações para o seu funcionamento (Macedo, 1870: 121-122). Para o ensino do sexo feminino registavam-se 550 mil meninas com idade entre três e 15 anos, das quais apenas 27 mil frequentavam a escola. As considerações de D. António da Costa sobre a instrução primária implicavam o combate a opiniões que pareciam desmoralizar a fé na instrução ou que achavam exageradas as suas vantagens, como as do filósofo e matemático francês Antoine Augustin Cournot, que tinha sido inspetor da Instrução Pública.

“É preciso reconhecer que [a instrução pública] não desenvolve diretamente a inteligência, nem a imaginação, nem a moralidade, nem o patriotismo, nem o sentimento religioso” (Macedo, 1870: 18). A questão da educação nacional tratava da disseminação da moralidade, da extensão das possibilidades de vida como formas vivas de produtividade e da maior rendibilidade do trabalho, com o mesmo esforço. “É nada menos do que a melhoria da população pelo aumento da saúde e maior extensão da vida de cada um, pelo acréscimo de trabalho nacional com o mesmo número de braços e é a moralidade mais vasta pelo mais largo desenvolvimento da inteligência de todos” (Macedo, 1870: 23).

Era o mesmo número de corpos, multiplicados pela força e pela intensidade do esforço, como se os quatro milhões de portugueses existentes em meados do século XIX equivalessem a seis. Chegados à instrução primária, pela primeira vez tomando consciência da escola, “vendo em tudo flores e tendo para todas um sorriso inocente” (Macedo, 1870: 24), às crianças devia ser proporcionada uma experiência que só teria paralelo nos adultos quando se tratasse de lidar com a sua herança cultural, com o seu passado, com as suas afinidades maiores.

“Que influência não tem no futuro a existência dos primeiros anos, e como os exemplos do bem e do trabalho que presenciámos no centro da família ou no recinto da escola não se nos espelham na imaginação deixando nela gravada por toda a vida um reflexo indelével?” (Macedo, 1870: 24).

O ENSINO DA HISTÓRIA NAS MEDITAÇÕES DOS REFORMADORES DA INSTRUÇÃO PRIMÁRIA

Se uma instrução primária devia realizar a missão civilizadora como educação física, moral e intelectual, a educação moral devia incidir no espírito dos alunos simultaneamente como homens e como cidadãos, “tendendo a formar-lhe a alma” (Macedo, 1870: 169), fazendo do ensino moral uma prédica quotidiana em todas as disciplinas que se estudassem, sempre atendendo a que as classes escolares deviam respirar numa atmosfera de sãos princípios práticos da vida, “fazendo-se da aula um mundozinho”, com as suas paixões, atritos e ações justiciais, primeiro espelho do tribunal do mundo real. Era nessa categoria de educação moral que D. António da Costa entendia que devia entrar o ensino da história. “Já ninguém de boa razão deseja a aprendizagem da história restrita às datas” (Macedo, 1870: 171).

A boa razão tenderia a enraizar no ânimo das crianças “os sentimentos do pátrio amor, e servindo de espelho, onde a bem do coração e dos costumes dos alunos reflitam as ações dos homens notáveis em virtudes e em feitos” (Macedo, 1870: 171). Essa avalanche de amor à pátria não se centraria, portanto, em datas insípidas, cuja mecânica repetitiva não falaria à alma dos infantes mas deveria ser transmitida como o apanhado de histórias dos grandes feitos e das grandes virtudes, o que faria relembrar imediatamente a principal característica que sempre se referia sobre os monumentos que

deviam ser conservados: além daqueles que representassem primores da arte, os que significassem grandes e heroicos feitos.

Se já seria um progresso essa deslocação de sentido e de intensidade, dessa deslocação das datas para o entendimento de róis de feitos enormes, havia a ambição de tornar a história consequente com o reconhecimento das instituições vigentes: “Desejamos que o estudo elementar da história realize a grande missão de iniciar cada aluno nas poderosas vantagens práticas das instituições sociais e morais criadas modernamente no mundo para as classes populares” (Macedo, 1870: 171), como se a história fosse a disciplina que fizesse reconhecer e respeitar o passado pelo entendimento das instituições presentes, como se constituísse um fundo patriótico, contínuo, perene, entre passado e presente, entre grandes feitos do passado e instituições políticas do presente. “É assim que desejamos na escola o ensino da história pátria comparada, ensino a um tempo patriótico, exemplar, moral e económico” (Macedo, 1870: 172).

A história teria o seu papel crucial no caso de uma nação como Portugal, cujo povo tinha realizado “nobres feitos de civilização” mas que, tendo perdido influência, devia sopesar a sua importância na balança da instituição moral. O tópico da liberdade (“a necessidade da educação aumenta na proporção da liberdade dos povos” (Macedo, 1870: 26)) seria um motor para a necessidade de a instrução popular se generalizar e a instrução popular o moderno garante da independência nacional, que substituísse as armas do passado e as conquistas de tempos antigos. As reformas de instrução primária, secundária e mesmo superior refletiram, de algum modo, uma permeabilização das ideias grandiloquentes sobre a nação e da consciência simultânea dos atrasos que se verificavam num país que, outrora, tinha liderado nas conquistas no mundo à custa de conflitos.

“Se uma nação precisa, para as heroicidades da guerra, de inocular no espírito dos cidadãos o amor da pátria e o amor do ensino; para os labores da paz necessita de instrução, que dá o bom chefe de família, o discreto agricultor, o operário honesto, o filho obediente, o prestante cidadão!”⁶³⁷. Não havia dúvidas sobre que sociedade se queria moldar, uma sociedade de pessoas mais sabedoras e de cidadãos e trabalhadores comprometidos e empenhados. “A nossa missão divulgando o ensino não é dar ao aço com que se vencem as batalhas têmpera mais rija, para que vá rasgar mais fundo o seio

⁶³⁷ António Rodrigues Sampaio, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1872-1-20, diário número 13, p.103

dos outros povos; o que queremos é retemperar o cidadão para as lides do trabalho”⁶³⁸, desígnios que só seria possível concretizar concebendo a escola como um templo, os professores investidos em sacerdotes e fazendo-se respeitar a obrigatoriedade de as crianças frequentarem a escola. “E seja o templo a escola de instrução primária, onde levemos pela mão o povo rodeado de seus filhos; e seja o sacerdote o mestre de primeiras letras”⁶³⁹.

As disposições da reforma de instrução primária, de António Rodrigues Sampaio, publicada em 1878, que mantinham o ensino obrigatório para as crianças de ambos os sexos decretado em 1844, tinham o objectivo confessado de interpretar a existência de um bem geral como proteção aos mais novos: “proteger indivíduos que não possuem vontade própria”⁶⁴⁰. Para o conseguir, dispunham de meios persuasivos e repressivos.

A consciência da importância dos livros a usar era referida: “os livros adoptados nas escolas podem exercer sobre os alunos, e em geral sobre o ensino, influência salutar ou pernicioso”. Essa influência devia ser percebida com cuidado, “para que nas escolas se não esteja ensinando o que não convém que se saiba”⁶⁴¹. Mesmo nas considerações sobre o ensino superior aparecia a importância de uma cadeira que retomasse as narrações das glórias pátrias.

Quando foi apresentado no Parlamento um projeto de lei pelo deputado António José Teixeira, em 1874, sobre as faculdades de matemática e de filosofia da Universidade de Coimbra, que passariam a ser reunidas em uma só, a importância da segunda cadeira da secção de letras (história pátria; história universal) era referida desta forma inequívoca: “Quando todos os países se esmeram em criar cadeiras aonde sejam lidas as narrações das suas glórias, dos seus feitos de armas e das suas grandezas, Portugal, que trabalhou tanto para a civilização, que possui nobilíssimas tradições, que fez descobertas as mais importantes, contentava-se com o elementar ensino dos liceus”⁶⁴².

A necessidade desta disciplina nos cursos superiores seria, portanto, de primeiro plano. A crítica sobre a forma como ela aparecia na instrução secundária ligava-se às questões de memória, como se o ensino da rememoração retirasse a compreensão aos alunos. “O que a maior parte dos cidadãos portugueses precisa, senhor presidente, é conhecer a fundo a natureza e conhecer a história mas não a que se ensina nos liceus, que é a

⁶³⁸ *Idem, ibidem*

⁶³⁹ *Idem, ibidem*

⁶⁴⁰ *Idem, ibidem*, p.104

⁶⁴¹ *Idem, ibidem*, p.105

⁶⁴² António José Teixeira, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1874-3-3, diário número 40, p.594

história mecanizada pela rotina; exposição de um certo número de factos sem ligação uns com outros, ensinada por livros que não satisfazem a necessidade absolutamente nenhuma da ciência”⁶⁴³.

“Temos cadeiras de história para ensinar erros às novas gerações, o que é um grande perigo. Com todas essas ideias falsas, no estudo da história, os alunos em lugar de desenvolverem o seu estado intelectual têm a lutar com os erros que estudam para aprenderem alguma coisa”⁶⁴⁴.

A REFORMA DA INSTRUÇÃO PRIMÁRIA DE 1878

Contra as expectativas dos deputados sobre a popularização da instrução popular, erguiam-se a irregularidade da frequência dos alunos que iam à escola e o seu diminuto aproveitamento. Como se referia quer na obra de D. António da Costa quer no relatório da reforma de instrução primária de 1870, assinado pelo mesmo D. António da Costa, a inspeção geral tinha concluído que “em história, corografia e gramática apenas se habilita um número insignificantíssimo”: e mesmo na “leitura, escrita, contas e educação moral apenas a *quinta parte* dos alunos de todo o reino merecia a qualificação de boa” (Macedo, 1870: 116). Os elementos gramaticais, da história e da corografia eram apenas ensinados aos alunos que iriam fazer exame nos liceus (Macedo, 1870: 167-168) e a forma como se via a instrução primária não deixava dúvidas sobre os seus defeitos: “O que é em geral entre nós a escola primária? É a escola do decorar e do descompreender” (Macedo, 1870: 176). Também para o deputado Rodrigues de Freitas a solicitude do Estado devia ser aplicada principalmente à instrução primária, assunto de que dependiam as questões políticas do país e as questões financeiras. “Como se há de aumentar bem a matéria coletável se não crescer a capacidade industrial de cada indivíduo?”⁶⁴⁵ A conclusão de que a principal preocupação do Estado devia ser com a instrução elementar era retirada dos ensinamentos da história dos últimos séculos, durante os quais Portugal tinha suportado um “grande abatimento intelectual” e um estado de decadência do qual não tinha conseguido mais sair desde a perda da independência para a Coroa espanhola, embora as raízes da decadência mergulhassem

⁶⁴³ João de Andrade Corvo, Câmara dos Pares do Reino, ata de 1880-5-5, diário número 54, pp.558-559

⁶⁴⁴ *Idem, ibidem*, p.559

⁶⁴⁵ José Joaquim Rodrigues de Freitas, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1879-5-7, diário número 91, p.1596

mais profundamente no tempo. “Gastámo-nos abusando enormemente das navegações e da conquista”, não acompanhando desenvolvimentos científicos nem industriais⁶⁴⁶.

Efeitos desses acontecimentos eram sentidos no presente esperando-se que a propagação da instrução os pudesse corrigir, para mais entendendo o parlamentar que a instrução primária se prendia à independência pátria. “Em 1878 foi promulgada uma lei acerca do ensino primário; mas até agora as reformas que ela ordenava ficaram só no papel”⁶⁴⁷. A lei dividia a instrução primária em elementar e complementar⁶⁴⁸, entrando a geografia e a história no quadro complementar. As escolas primárias eram divididas em duas classes, as que tinham ensino elementar e as que tinham ensino elementar e complementar, sendo que as últimas deviam existir em cada sede de concelho, numa das escolas primárias existentes. O ensino primário era obrigatório para as crianças de ambos os sexos com idades entre os seis e os 12 anos. Os métodos de ensino da geografia e da história, dizia o deputado Rodrigues de Freitas, “são péssimos; trata-se mais de decorar que de engrandecer o entendimento”⁶⁴⁹, ao repetirem-se os nomes de mares, de rios, de continentes, das montanhas, de cabos, de nações. Os ensinos primário e secundário estavam “atrasadíssimos” quanto à história. “Como se aprende a história de Portugal? Ficamos sabendo que houve tantos reis, os quais edificaram tais cidades ou vilas e igrejas, deram tais batalhas, tiveram tais filhos, praticaram certos atos, morreram em tal ano, etc.”.

⁶⁴⁶ *Idem, ibidem*

⁶⁴⁷ *Idem, ibidem*

⁶⁴⁸ O ensino primário elementar compreendia: leitura; escrita; quatro operações numéricas; elementos de gramática portuguesa; princípios do sistema métrico-decimal; princípios de desenho; moral e doutrina cristã. O ensino primário complementar compunha-se de 13 matérias: leitura e recitação; caligrafia e exercícios de escrita; aritmética e geometria elementar; gramática e exercícios de língua portuguesa; sistema legal de pesos e medidas; elementos de cronologia, geografia e história portuguesas; desenho linear; moral e história sagrada; noções elementares de higiene; noções elementares de agricultura; ginástica; canto coral; direitos e deveres do cidadão). As últimas quatro matérias aqui listadas não eram aplicáveis ao ensino complementar feminino, que deviam observar “os deveres de mãe de família, e as prendas de bordar a cores, tomar medidas, tirar moldes e fazer rendas e flores”; a lei previa duas escolas normais, instaladas em Lisboa e no Porto, e referia que o ensino poderia ser ampliado a outras matérias, decorridos três anos de funcionamento das escolas formadoras de normalistas: ginástica, canto coral e noções elementares de agricultura (para o primeiro grau do sexo masculino); escrituração, princípios de economia rural, industrial ou comercial; rudimentos de física, química e história natural (para o segundo grau do sexo masculino); ginástica e canto coral (para o primeiro grau do sexo feminino); economia doméstica, desenho de ornato “aplicado às obras próprias do sexo”; escrituração; e rudimentos de ciências físicas e naturais (para o segundo grau do sexo feminino) (Lei de 2 de maio de 1878 de reforma e reorganização do ensino primário, *Coleção oficial da legislação portuguesa, Ano de 1878*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1879, pp.53-54)

⁶⁴⁹ José Joaquim Rodrigues de Freitas, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1879-5-7, diário número 91, p.1598

A IMPORTÂNCIA DAS BIOGRAFIAS DE GRANDES HOMENS

O que o parlamentar recomendava, ao invés desse amontado de dados sensaborões, era que o ensino da história “principiasse por biografias de grandes homens”, escolhendo-se os que mais notavelmente tivessem sobressaído na pátria e na humanidade e se lhes agregasse um outro elemento, os monumentos. “As crianças gostam de ouvir histórias”, poderiam ouvir contar as vidas de ilustres varões, que representassem épocas significativas. “Mais tarde juntar-se-iam a essas outras biografias, combinar-se-ia com elas a narração de factos capitais, a descrição de monumentos e de costumes”.

Os monumentos apareciam associados aos feitos gloriosos e significantes de figuras históricas, parecendo que falar de glória era falar dos monumentos, de tal modo que o envolvimento entre grandes feitos, glória, épocas célebres, figuras relevantes e monumentos parecia, no seu enlace, inapagável e insofismável, destinando-se, para mais, à compreensão das crianças quase ainda sem passado. “Magistério primário, sabeis qual seja a vossa missão? É receber da família um depósito sagrado; exerceis um sacerdócio; sois a primeira instituição social. Sois o doutrinador, a pretexto de cada sucesso dentro ou fora da escola, dos preceitos que purificam a alma. O coração da criança é como a cera; imprimir-lhe os verdadeiros princípios de maneira que lhe fiquem indeléveis, eis o vosso encargo” (Macedo, 1870: 33-34).

A noção de que os feitos gloriosos excitariam a imaginação e ajudariam a treinar a memória fazia parte dos preceitos a observar pelos alunos normalistas durante grande parte do primeiro ano escolar, de acordo com o quadro disciplinar para as escolas normais do sexo masculino previsto na regulamentação das leis de 2 de maio de 1878 (de reforma da instrução primária) e de 11 de junho de 1880 (reorganização da mesma instrução primária). “Para os exercícios de memória” podem escolher-se “algumas composições ligeiras, especialmente as que encerrem imagens vivas, sentimentos nobres e qualquer princípio de moral prática ou ato heroico ou humanitário digno de imitar-se, sendo mais fáceis ao mesmo tempo de se fixarem e despertarem a faculdade da imaginação”⁶⁵⁰. Os alunos-mestres deviam familiarizar-se com a leitura corrente de prosa e de poesias seletas e entre os poemas considerados dignos do estudo dos alunos das escolas normais tinha primazia *Os Lusíadas*. “Lidando com a pena ou com a espada,

⁶⁵⁰ Decreto de 28 de julho de 1881 de regulamento para a execução das leis sobre a instrução primária, *Coleção oficial de legislação portuguesa, ano de 1881*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1882, pp.173-174

como soldado ou como poeta, Luís de Camões representa na história das nossas glórias marítimas do século XVI um papel tão extraordinariamente patriótico”⁶⁵¹.

José Simões Dias afiançava, no Parlamento, que os povos não viviam apenas da esperança futura nem dos recursos presentes mas também das reminiscências do passado. “Recordar *Os Lusíadas* é reviver na melhor época da nacionalidade portuguesa e acordar um mundo onde Portugal foi senhor, foi grande, foi onipotente”⁶⁵². A regulamentação das leis de 2 de maio de 1878 e de 11 de junho de 1880 previa exames de ensino elementar e exames de ensino complementar; e previa exames orais e exames escritos. Nos exercícios orais do ensino complementar estava incluída a “leitura em voz alta e acentuada de uma página de livro de prosa aprovado para as escolas de ensino complementar e de duas ou três estâncias do poema *Os Lusíadas*”⁶⁵³, tal como a análise gramatical e de sentido de um trecho de prosa, a resolução de operações de aritmética e o desenho de uma figura geométrica ou então a resolução de um problema simples de geometria.

Os professores estariam em comunicação permanente com os examinandos durante o exame oral, podendo exercer uma influência no sentido de os ajudar, encaminhar ou esclarecer, prolongando a tradição que estabelecia uma relação próxima e afetuosa, entre mestres, que deviam dirigir o comportamento dos alunos, e crianças⁶⁵⁴. A centralidade de disciplinas como matemática, história ou desenho era comprovada pelos exames de habilitação ao magistério primário⁶⁵⁵. O mapa das navegações,

⁶⁵¹ José Simões Dias, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1880-2-16, diário número 26, p.465

⁶⁵² *Idem, ibidem*, p.466

⁶⁵³ Decreto de 28 de julho de 1881 de regulamento para a execução das leis sobre a instrução primária, *Coleção oficial de legislação portuguesa, ano de 1881*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1882, p.150

⁶⁵⁴ O exame oral do ensino complementar era feito em dois dias. No primeiro, para além da resolução das operações aritméticas, os alunos eram interrogados em leitura, gramática geral e análise gramatical, aritmética, álgebra, geometria e cronologia; no segundo dia, além do desenho no quadro ou da resolução de um problema de geometria, os alunos eram examinados em geografia, história portuguesa, moral e história sagrada, higiene, agricultura e direitos e deveres do cidadão. O tempo que se destinava para o exame oral do ensino complementar era de 25 minutos para leitura e análise e 10 para cada uma das seguintes disciplinas: gramática, aritmética, direitos e deveres do cidadão, geografia, história portuguesa, moral e história sagrada, higiene e agricultura; e cinco minutos para as demais disciplinas que constassem do exame (Decreto de 28 de julho de 1881 – Regulamento para a execução das leis sobre a instrução primária, *Coleção oficial de legislação portuguesa, ano de 1881*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1882, p.150)

⁶⁵⁵ Para os *aspirantes ao diploma do ensino primário elementar*, o exame constava da escrita de um texto com 23 linhas, ditado do livro aprovado; do desenho de uma figura simples de geometria, cópia de um objecto de uso comum e cópia de mapas corográficos de Portugal e das suas colónias; resolução de dois problemas aritméticos, decimais, quebrados [frações], razões e proporções; e a resposta a uma questão sobre elementos de moral, história pátria, pedagogia ou metodologia. Para os *aspirantes ao diploma do ensino primário complementar*, as provas escritas constavam de: resolução de dois problemas, um de aritmética e outro de geometria; desenho de imitação e de ornato e cópia de mapas geográficos e

descobrimientos e conquistas dos portugueses nas diversas partes do mundo era uma das alíneas que constava do programa de história do primeiro ano para o curso dos normalistas, tal como o assunto da fundação e organização das colónias portuguesas, organizando-se a descrição desses conhecimentos como configurando o apogeu e um primeiro declínio do reino⁶⁵⁶. Nos primeiros cinco meses do curso normal, os alunos deviam ser exercitados na leitura corrente de prosa, para corrigir “a acentuação, o tom, a pausa e todos os defeitos que possam afectar a boa e genuína pronúncia”, tendendo-se à normatização do que não podia ser diferente, os “vícios provincianos” que pudessem inquinar o que se chamava a “pureza da linguagem nacional”⁶⁵⁷. Todos os exercícios de leitura dos trechos escolhidos para os normalistas deviam terminar pela “interpretação racional do que se lê” e a leitura corrente devia ser praticada todos os dias ou quase todos os dias para se encontrar não só a “acentuação correta” mas também a “voz natural que se deve empregar na reunião das palavras e na expressão particular que cada uma deve ter”, fazendo-se coincidir a acentuação aceite pelos mestres com o que seria a voz “natural”⁶⁵⁸. Os mesmos preceitos que se indicavam para a leitura corrente de prosa deviam seguir-se, nos restantes cinco meses do ano letivo dos normalistas, para a leitura de poesia.

corográficos do reino; a dissertação sobre um ponto de história, moral, metodologia ou pedagogia; e resposta a uma questão sobre agricultura elementar. As *provas orais dos candidatos ao diploma do ensino elementar* constavam de: leitura de dois trechos, um em prosa, um em verso, de 20 a 30 linhas, do livro aprovado; princípios elementares de gramática geral, gramática portuguesa, análise gramatical, interpretação de um texto em prosa, valor, significação e formação dos termos respetivos; aritmética, incluindo cálculo mental, razões e proporções, sistema métrico decimal; noções elementares de geografia, matemática, física e política, corografia portuguesa, demonstrações em mapas e esferas; história sagrada e profana, história de Portugal; moral, pedagogia, metodologia e legislação das escolas primárias; noções elementares de higiene; e direitos e deveres do cidadão. As *provas orais dos aspirantes ao diploma de ensino complementar* versavam sobre: leitura de dois trechos, um de prosa, outro em verso, escolhidos do livro aprovado; gramática geral e portuguesa, análise gramatical, interpretação de dois textos, um em prosa e outro em verso, formação e significado dos vocábulos e frases de ambos os textos; princípios de literatura e de história da língua pátria; aritmética, sistema legal de pesos e medidas, princípios de escrituração; noções de álgebra, geometria elementar, suas aplicações mais usuais e agrimensura; noções de geografia, matemática, física e política, corografia portuguesa; história sagrada e profana, história de Portugal; moral, pedagogia, metodologia, legislação das escolas primárias; noções elementares de higiene, ginástica; rudimentos de física, química e história natural; rudimentos de música; noções elementares de agricultura; princípios de economia rural, industrial e comercial; direitos e deveres do cidadão; conhecimento prático da língua francesa (Decreto de 28 de julho de 1881 de regulamento para a execução das leis sobre a instrução primária, *Coleção oficial de legislação portuguesa, ano de 1881*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1882, pp.166-167)

⁶⁵⁶ Decreto de 28 de julho de 1881 de regulamento para a execução das leis sobre a instrução primária, *Coleção oficial de legislação portuguesa, ano de 1881*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1882, p.178

⁶⁵⁷ *Ibidem*, p.173

⁶⁵⁸ *Ibidem*

NOÇÃO DE GRANDIOSIDADE VERTE-SE PARA OS PROGRAMAS E AFETA OS DISCURSOS

Como se a língua tivesse uma genuinidade que devia ser apreendida, como se o uso da língua nacional corretamente falada só se destinasse à irrepreensibilidade da sua leitura, tão irrepreensível quanto a norma o exigisse e quanto mais afastasse desvios não pretendidos, também o mapa de navegações se referia a uma genuinidade perdida da pátria portuguesa, a do apogeu das descobertas cujo sinal maior no presente constituía o conjunto das possessões coloniais, por contraste com a pequenez do território fundador e descobridor. “Na História de Portugal, pequeno na extensão, grande como o maior povo do mundo e dos tempos pelo amor à sua independência, à sua honra e às suas glórias, brilham datas de um esplendor como outras mais gloriosas nem pode conceber o espírito humano, esse inexaurível tesouro de maravilhas”⁶⁵⁹. O diploma de 1881, de regulamentação das leis sobre instrução obrigatória publicadas em 1878 e em 1880, referia que a leitura era um dos assuntos mais relevantes dos programas para as escolas normais, pedindo-se aos alunos-mestres que se “compenetrem destas verdades expostas e procurem inocular no ânimo dos seus discípulos esses princípios e preceitos”⁶⁶⁰. Não se tratava apenas de exercícios de leitura mas do exercício correto de uma leitura, cujos desempenhos de rememoração deviam estabelecer-se através de passagens com exemplos morais, sentimentos nobres ou atos heroicos, conotados, no dizer dos deputados, com o passado irrefragável deslumbrante da nação. A noção de grandiosidade, mesmo de uma grandiosidade perdida, vertia-se para os programas e afetava os discursos, ampliando-os numa utilidade prática e cívica. A geografia devia ser acomodada aos usos dos portugueses e servir para desenvolver o amor pelas terras do ultramar, defendia o deputado Tomás Ribeiro. “Não sei porque em vez de coisas que para nada servem não há de ensinar-se a história da escola de Sagres e dos nossos descobrimentos, enfim, a história das nossas glórias, o que seria decerto muito mais útil”⁶⁶¹.

Uma força do elemento tradicional, nas palavras de Simões Dias, ancorava ainda Portugal ao seu velho prestígio de outras épocas e à grandeza das suas tradições. “Por

⁶⁵⁹ Alfredo Filgueiras da Rocha Peixoto, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1888-6-22, diário número 126, p.2155

⁶⁶⁰ Decreto de 28 de julho de 1881 de regulamento para a execução das leis sobre a instrução primária, *Coleção oficial de legislação portuguesa, ano de 1881*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1882, p.174

⁶⁶¹ Tomás António Ribeiro Ferreira, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1880-3-16, diário número 49, p.918

isso mesmo que passou essa opulência, por isso mesmo que já não podemos assistir senão em espírito ao espetáculo da antiga grandeza, façamos renascer esse velho espírito”⁶⁶². Em vez testemunhar a entrada no Tejo de embarcações carregadas de ouro e de especiarias, far-se-ia explodir o esplendor das tradições nessas leituras dos normalistas, nas biografias dos grandes homens, nas histórias sobre ilustres varões, nas narrativas sobre os monumentos.

O deputado Rodrigues de Freitas aproveitava as pegadas do trabalho do arquiteto José Maria Nepomuceno no decorrer da comissão para a reforma do ensino artístico, a organização do serviço dos museus, dos monumentos históricos e arqueologia, para enfatizar a ligação entre a existência de monumentos e uma história composta de factos estrondosos: “Deve dizer-se lá fora: — Um país cuja história é um tecido sucessivo de factos estrondosos, de quo não só ele, como a Europa toda, tirou os maiores elementos de vida, deve estar crivado de monumentos. Chega aqui debaixo desta impressão um estrangeiro, procura um padrão do princípio da monarquia, vai a Alcobaça, e dizem-lhe: a igreja está salva, porque está lá a freguesia mas têm-se vendido alguns lanços do resto do edifício”⁶⁶³.

O conhecimento de um feixe de factos estrondosos levaria o deputado José Novais a dizer que as tradições gloriosas de uma nação, segundo um princípio “incontestável” da ciência política, eram o elemento mais poderoso da autonomia, mais do que castelos encravados nas linhas de fronteira, mais do que exércitos em pé de guerra, e valiam os costumes que caracterizavam os portugueses, “o nome herdado”, o seu património portanto, capaz de fazer dos soldados pátrios não propriamente assalariados do Tesouro mas heróis beneméritos de Portugal. A história constituía-se como incentivo desde que ela lembrasse as glórias passadas, um patriotismo heroico forjado em navegações ousadas que as outras nações tinham reconhecido como grandes aventuras intentadas.

“Todos somos portugueses, e possuímos uma história gloriosa, pela qual sabemos que – à luz do sol de dezenas de batalhas, pelejadas com desmedido valor pela independência da pátria – provámos, irrefragavelmente o nosso heroico patriotismo; e é nessa mesma história que encontramos mais um incentivo para querermos, e muito, a nossa autonomia, recordando com entusiasmo as passagens, em que ela nos relata que, outrora, nós – povo livre – atravessando os mares sobre frágeis embarcações, abrimos um caminho à civilização e ganhámos um nome glorioso, cheio de tradições, que levaram os

⁶⁶² José Simões Dias, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1880-2-16, diário número 26, p.466

⁶⁶³ José Joaquim Rodrigues de Freitas, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1879-5-9, diário número 92, p.1603

estrangeiros a venerarem-nos como heróis e os poetas a cantarem-nos como semideuses. (*Apoiados*)”. (José Joaquim de Abreu do Couto de Amorim Novais, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1882-6-5, diário número 105, p.1797)

Como não entender o valor dos vestígios passados, tal como Alexandre Herculano os descrevia como relevantes para amparar o presente? “Se com a nossa incúria agressiva e com a nossa raiva assoladora desmentimos o passado, para darmos em tudo documento de incipiência desmentimos até essas mesmas opiniões e tendências do presente, a que recorremos para condenar em nome do progresso, sem distinção nem juízo, o mau e o bom de eras antigas.” (Herculano, 1873: 30-31). Esse valor dos vestígios passados era, por seu turno, perturbado pela consciência da história de que fazia parte, que não se apagava apesar do ímpeto destruidor de que falava Herculano. “Seguiu-se por largo tempo o predomínio do governo despótico. (...) levantavam-se grandiosas construções, palácios, jardins e mausoléus, para o regalo e luxo do soberano” (Nogueira, 1851: 3). Um desdenho pelo que podiam representar essas grandiosas construções veio a indignar o deputado Tomás de Carvalho, ao alimentar uma polémica sobre o discurso do também deputado Mariano Cirilo de Carvalho. O contexto era o mais longínquo possível de contendas sobre monumentos. Cirilo de Carvalho tinha apresentado duas propostas de congratulação da Câmara dos Deputados ao imperador do Brasil pela sua ação em favor da instrução popular e pelo termo da guerra com o Paraguai⁶⁶⁴.

Numa dessas propostas, o deputado referia-se à instrução como forma mais duradoura de património, invocando o aparato sem conteúdo do levantamento de estátuas. [A Câmara dos Deputados] “felicitava não menos o grande império americano por ter à frente dos seus destinos tão ilustrado e magnânimo soberano [O imperador do Brasil, D. Pedro II], como aquela que a faustosas e inúteis estátuas de bronze prefere monumentos mais perduráveis e mais gloriosos levantados em honra e para mais ampla e melhor difusão do ensino público”⁶⁶⁵. “Inúteis os monumentos que servem para comemorar o nome dos grandes homens ou a história dos grandes feitos!”⁶⁶⁶, dizia o incrédulo Tomás de Carvalho: “Querendo fazer um alto elogio ao imperador do Brasil, diz ele que rejeita

⁶⁶⁴ A chamada Guerra do Paraguai (1864-1870), opôs uma aliança entre Argentina, Uruguai e Brasil ao Paraguai, e foi devastadora para este último país, então uma grande potência do continente. Teve a ver com disputas pela definição de fronteiras dos estados da América do Sul

⁶⁶⁵ Mariano Cirilo de Carvalho, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1870-4-20, diário número 14, p.98

⁶⁶⁶ Tomás de Carvalho, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1870-4-20, diário número 14, p.107

monumentos faustosos e inúteis. É realmente grande glória fazer tais rejeições!!! (muitos apoiados)”⁶⁶⁷.

Tal como as grandiosas construções que vinham do passado, parecia-lhe inconcebível que se dissesse mal do poder evocativo das estátuas, levantadas para admiração dos povos. As artes, explicava o deputado, constituíam um inabalável elemento de civilização, bastando lembrar como Atenas e Roma tinham enchido as ruas de estátuas e de monumentos comemorativos e como à vida dos homens se destinava algo mais do que a sobrevivência. “S. Exa. sabe perfeitamente que nem só de pão vive o homem. Dilo o grande Livro, o grande monumento; o Livro, o monumento por excelência. Sabe perfeitamente que todos temos dentro de nós alguma coisa que vive em outras regiões mais altas que adora o grande, que adora o belo, que adora o sublime”⁶⁶⁸. Do portento grandioso dos monumentos do passado à sublimidade do amor às artes, nunca se saía, neste círculo, das formas que garantiam a ideia de grandeza, fosse a favor dos monumentos, fosse a favor dos amadores de tais relíquias. O espírito da história parecia habitar essa ideia de grandeza e dela se alimentar. “Sinto em mim o orgulho, a indomável independência dos antigos lusitanos, mais propensos a fazer encurvar a cerviz aos adversários do que a curvarem-se a estes, espírito que nos transmite a história e que hei visto com os meus olhos abrigar-se ainda hoje no povo português”⁶⁶⁹.

EXPOSIÇÃO DA IGNORÂNCIA

A vastidão dos conhecimentos que a história podia proporcionar estava nas preocupações do deputado Alberto Pimentel, numa discussão sobre um projeto de instrução secundária, quando se referiu ao ensino da geografia e da história. “Eu quisera que fosse dividida em duas cadeiras, isto é, que a história constituísse uma cadeira especial e a geografia constituísse outra cadeira especial, ficando de facto separadas”, porque o programa destas disciplinas era enorme e obrigava os alunos a estudar precipitadamente as matérias de que se compunha e a tirar pouco proveito⁶⁷⁰. “Este

⁶⁶⁷ *Idem, ibidem*

⁶⁶⁸ *Idem, ibidem*

⁶⁶⁹ Manuel José de Arriaga Brum da Silveira, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1883-6-16, diário número 99, p.1711

⁶⁷⁰ Alberto Augusto de Almeida Pimentel, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1883-3-9, diário número 40, p.607

facto é sensível e conhecido de todos os professores e alunos. Não se estuda história de Portugal em Portugal! É verdadeiramente extraordinário”⁶⁷¹.

O diploma em vigor da instrução secundária oficial determinava que uma das oito disciplinas no ensino dos liceus era geografia e cosmografia, história universal e pátria⁶⁷². O deputado considerava uma falta para ser atendível, tanto mais que grassava um desconhecimento da história mesmo nas pessoas letradas. “É muito vulgar pessoas de uma tal ou qual ilustração serem relativamente ignorantes da história de Portugal e a razão é porque a estreiteza de tempo obriga a passar ligeiramente pela história pátria, como pela dos outros países”⁶⁷³. Os supostos disparates de que os alunos eram autores usavam-se para manifestar a vontade de o ensino da história ser consequente, isto é, ser a disciplina que se esperava observar, uma orientação para os jovens espíritos.

Quer V. Exa. saber, senhor presidente, como se ensina e aprende história neste país, disciplina tendente a orientar os espíritos juvenis no oceano imenso da vida humana? É ver como respondem no exame público. Contam fielmente o grande acontecimento da viagem dos argonautas à conquista do velo de ouro. Dão como certo o número de combatentes na guerra de Xerxes. Descrevem o quadro comovedor no nascimento de Rómulo e Remo. Acreditam piamente na existência pessoal dos sete reis de Roma. Narram maliciosamente o engraçado rapto das Sabinas. Sabem dizer o nome as loucuras do célebre imperador que elevou o cavalo a cônsul! Perguntem-lhe, porém, pelos factos capitais da idade média, moderna e contemporânea, que se ligam e concatenam na formação sucessiva dos elementos que constituem a moderna civilização. Peça-se a indicação dos grandes modelos na arte, na ciência, na política, nas virtudes cívicas, outros tantos estímulos da nossa atividade, respondem com o silêncio ou o disparate. (Avelino Augusto César Maria Calisto, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1885-4-17, diário número 64, p.1217)

Embora as críticas pudessem dirigir-se a alunos de um estabelecimento particular religioso e se inserissem num comentário sobre a relação entre estabelecimentos públicos e privados, procurava-se o mesmo efeito, o de exposição da ignorância perante uma disciplina importante. “Por exemplo, os aprovados em história respondiam às perguntas que lhes eram feitas que ‘a revolução francesa foi um grande mal pois que dela nos vieram todas as ideias de liberdade que desde então se têm espalhado por toda a Europa’. Que direcção de educação intelectual! Diziam outros nos exames feitos no liceu de Castelo Branco que ‘da revolução francesa resultaram ainda piores males que da liberdade de imprensa’. E todos eles respondiam que ‘a monarquia absoluta é

⁶⁷¹ *Idem, ibidem*

⁶⁷² Lei de 14 de Junho de 1880 de reforma e organização da instrução secundária, *Coleção oficial de legislação portuguesa, ano de 1880*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1881, p.96

⁶⁷³ Alberto Augusto de Almeida Pimentel, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1883-3-9, diário número 40, p.607

notavelmente superior à monarquia constitucional'. Tal houve, filho de um cavaleiro conhecido de Castelo Branco que disse que 'para um filho não era pecado matar seu pai, quando fosse em serviço de Deus'»⁶⁷⁴.

O desconhecimento da história seria o sinal de uma desorientação e de um desligamento da pátria de um sentido profundamente religioso, como seria da mesma natureza o da assunção de um culto dos monumentos: “A verdade, a dolorosa verdade, é que nós mal conhecemos a nossa história e por isso nos achamos divididos, sem laços patrióticos, desorientados por falta de um mesmo pensamento que nos guie a ação comum. A palavra pátria perdeu para nós o seu sentido puro, religioso (*Apoiados*)”⁶⁷⁵. A procura obstinada de uma especificidade nacional conferiria os papéis simultâneos de identificação de um passado de glória e do diagnóstico de uma situação presente de angústia. “Nenhuma nação representou como a nossa um tão glorioso papel na assombrosa história das descobertas e conquistas e nenhuma se ilustrou mais do que Portugal na longa lista de feitos heroicos praticados nos tempos em que em geral se operou essa obra de assimilação ao grémio da civilização ocidental”⁶⁷⁶; “Segundo os dados estatísticos apurados com todo o cuidado, como já tive a honra de o afirmar nesta casa, a população de Portugal, sendo de 4.550.699 indivíduos, destes não sabem ler nem escrever 3.751.774!! A nossa população rural é computada em 4.004.410 almas, das quais apenas sabem ler 581.794 e são analfabetos 3.422.616, o que dá uma média de 825 analfabetos por cada mil cidadãos!!”, “Não somos mais de uma costa marítima que limita a Europa pelo ocidente e nos põe por isso em relação imediata com o velho e novo mundo”⁶⁷⁷.

O deputado Manuel de Arriaga não se referia apenas ao analfabetismo existente na costa delimitadora da Europa ocidental. Como nação colonial, Portugal sentia “os vestígios ainda magníficos” serem cobiçados; como nação, levava uma existência de misérias e dificuldades, com as finanças em primeiro plano dos obstáculos, por causa dos sucessivos empréstimos contraídos e do défice registado. “Toda a administração deste

⁶⁷⁴ Mariano Cirilo de Carvalho, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1883-3-16, diário número 45, p.704

⁶⁷⁵ Bernardino Luís Machado Guimarães, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1886-3-15, diário número 44, p.636

⁶⁷⁶ João Eduardo Scarnichia, Luciano Baptista Cordeiro de Sousa [Luciano Cordeiro], Joaquim José Alves, José Frederico Pereira da Costa, Tito Augusto de Carvalho, António Manuel da Cunha Belém, Francisco de Paula Gomes Barbosa, Augusto de Castilho, relator, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1884-5-14, diário número 78, p.1579

⁶⁷⁷ Manuel José de Arriaga Brum da Silveira, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1883-3-16, diário número 99, p.1710

país (...) desde que se fechou o ciclo das nossas gloriosas descobertas e conquistas no ultramar, designadamente deste o fim do século passado [século XVIII] tem consistido na abusiva exploração do nosso crédito”⁶⁷⁸, de que os sucessivos empréstimos podiam iludir uma aparência de bem-estar e de que “a tendência irresistível da nossa dívida pública em aumentar constantemente num desequilíbrio sempre crescente”⁶⁷⁹ nunca era compensada por receitas do Estado. “Somos uma nação essencialmente colonial”, dizia o deputado lembrando as possessões africanas que deviam ser convertidas nos melhores celeiros do reino, evitando as enormes importações de produtos agrícolas⁶⁸⁰; “somos também uma nação essencialmente marítima, toda a nossa originalidade como país, toda a nossa grandeza tanto no passado como no futuro, esteve e deve estar na nossa posição geográfica”⁶⁸¹, chamando a atenção para os portos, rios e barras nacionais, que estão no “estado de uma nação verdadeiramente primitiva e selvagem!!”⁶⁸².

AS JOIAS INALIENÁVEIS PÕEM-SE À VENDA

O deputado acusava a administração de inutilizar 600 escolas de instrução primária, por falta de recursos, de manter professores sem salários e de deixar na ignorância os 3.422.616 habitantes que não sabiam nem ler nem escrever. O nome de Portugal tinha deixado de ser respeitado e temido; e declinado a nacionalidade portuguesa “daquela nunca desmentida independência dos tempos áureos das nossas navegações e conquistas”⁶⁸³; o país era olhado como um “fidalgo arruinado” e como “nação desprezível”⁶⁸⁴. Pouco soberano em sua casa, “estamos, pois, em crise financeira permanente”⁶⁸⁵, o país colonial marítimo saudoso do poderio à face da terra, imaginava a sua originalidade a partir das colónias, terras distantes, e dos mares, e do passado glorioso, portentoso, afamado.

Portugal estava materialmente pobre, moralmente “sem vitalidade, sem energia, sem princípios, sem costumes, abatidos a uma anarquia mansa”⁶⁸⁶ constatando que parte da

⁶⁷⁸ *Idem, ibidem*, p.1706

⁶⁷⁹ *Idem, ibidem*, p.1709

⁶⁸⁰ *Idem, ibidem*

⁶⁸¹ *Idem, ibidem*, p.1710

⁶⁸² *Idem, ibidem*

⁶⁸³ *Idem, ibidem*, pp.1711-1712

⁶⁸⁴ *Idem, ibidem*, p.1712

⁶⁸⁵ *Idem, ibidem*

⁶⁸⁶ *Idem, ibidem*, p.1716

sua originalidade estava a ser varrida: “Já não é nosso o Brasil, a Índia vai quase perdida, a África está já ameaçada pelos nossos cobiçosos aliados!...”⁶⁸⁷. A crise financeira obrigou a outras desvinculações que punham em causa a grandeza, o portento e a fama, como a venda das joias da Coroa. Se os monumentos do Estado esperaram o seu inventário e leis de proteção para a sua conservação, os bens da Coroa, que também eram do Estado, mantiveram-se vinculados a dois princípios fundamentais, a decência e a manutenção do recreio das figuras da família real. Desde 1834, altura da extinção da Casa e Estado do Infantado, que se considerava que seis palácios se tinham unido à Coroa (Queluz, Bemposta, Alfeite, Murteira, Caxias e Samora Correia), juntamente com todas as suas casas, quintas e pertenças para cumprir esse fim, devidamente explicitado num artigo da *Carta Constitucional* de 1826. As propriedades da Coroa passaram para o domínio da nação, o usufruto permaneceu dos reis e dos seus sucessores. “Estes bens pertencem em propriedade à nação e em usufruto sucessivo aos reis: por consequência, os princípios que regem o exercício dos respetivos direitos e obrigações entre o rei e o Estado são, simplesmente, os que regulam as relações entre proprietários e usufrutuários”⁶⁸⁸. Aquisições e construções seriam da responsabilidade do Parlamento. Na sua condição de servirem o recreio e a representação das figuras reais, os palácios e terrenos abrangidos por esta legislação eram considerados “inalienáveis” e “imprescritíveis”⁶⁸⁹, fixando-se uma quantia anual para a conservação de jardins e palácios. O rei podia fazer as mudanças e as construções que entendesse convenientes, pagas pelo Estado⁶⁹⁰. Outros bens da Coroa podiam ser arrendados mas nunca os jardins nem os palácios para residência ou para recreio real. Se bem que o Estado tutelasse um monumento como o Palácio da Ajuda, a sua existência só se compreendia pelo valor de uso. “Nessa lei [de 1855] distinguiram-se, nas propriedades reais, umas que se podiam arrendar e outras que se não podiam arrendar. Estas eram os jardins de recreio e os palácios destinados para residência recreio do rei, aquelas eram todas as outras propriedades da Coroa”⁶⁹¹.

⁶⁸⁷ *Idem, ibidem*, p.1713

⁶⁸⁸ Francisco António da Veiga Beirão, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1885-4-8, diário número 57, p.1011

⁶⁸⁹ Lei de 16 de Julho de 1855 designando os palácios e quintas para uso e recreio do rei e o modo deste uso, *Coleção oficial da legislação portuguesa redigida por José Máximo de Castro Neto Leite e Vasconcelos, ano de 1855*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1856, p.185

⁶⁹⁰ Ernesto Rodolfo Hintze Ribeiro, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1885-4-8, diário número 57, p.1008

⁶⁹¹ Francisco António da Veiga Beirão, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1885-4-8, diário número 57, p.1011

A lei estipulava que o Estado concederia uma quantia anual para consertos e reparações de palácios e jardins que não pudessem ser arrendados. Cabia ao rei as decisões sobre mudanças, construções ou reparações para conservação, melhoramento ou aformoseamento; e sobre nova aquisições, tudo pago pelo Estado desde que tivesse sido sancionado pelas Cortes. “Além dos consertos e reparações necessárias à conservação dos palácios e jardins a que me referi, a que o Estado é obrigado, este pode mais obrigar-se a pagar as benfeitorias e aquisições que ao rei aprouver fazer nos bens da Coroa mas, para isso, é precisa a cláusula indispensável de que o Parlamento profira a sua decisão”⁶⁹². Em tudo isso havia um valor de uso que se sobrepunha, dominante. Nenhum bem da família real existente nos palácios reais, com valor de uso, poderia ser objeto de embargo, penhora ou sequestro.

Os bens móveis da realza estavam abrangidos por considerações semelhantes. Eram inalienáveis e imprescritíveis, estando na posse indiscutível do rei. Mas embora assim acontecesse, dispunha-se que podiam a toda a hora ser substituídos por outros se o desgaste do uso os deteriorasse até um certo ponto; havia, portanto, nesta lei, por um lado o caráter inalienável e imprescritível mas esse caráter definitivo e intransferível só se compreendia por estar ligado ao uso; os melhoramentos em palácios e terrenos só se compreendiam porque os bens eram usados. Também a necessidade do inventário se punha aqui, com a lei a prever fazer-se uma “exata descrição” dos objetos preciosos, enquanto os terrenos deviam ser avaliados quanto à produtividade. “Depois manda-se proceder a um inventário judicial dos bens da Coroa móveis e imóveis, cópias do qual hão de ser depositadas nos arquivos das câmaras legislativas”⁶⁹³.

Apesar de inalienáveis, bens móveis da Coroa foram colocados à venda. Uma lei de 1859 organizou a venda de diamantes pertencentes à Coroa do reino, para com o produto se comprar títulos de dívida⁶⁹⁴. Quando foi proposta esta medida, referiu-se o uso como razão na sumptuosidade que deveria ser conservada: “a operação proposta de nenhum modo prejudica o esplendor da Coroa portuguesa, por isso que aquelas joias não servem para seu uso”⁶⁹⁵, embora a necessidade legislativa fosse a de quebrar a consideração das joias como inalienáveis e imprescritíveis e devendo continuar na posse

⁶⁹² *Idem, ibidem*

⁶⁹³ *Idem, ibidem*

⁶⁹⁴ Lei de 23 maio de 1859 consentindo que se vendessem diamantes da Coroa em bruto, na quantidade precisa para se comprarem 1.000.000\$000 réis em inscrições que ficariam inalienáveis e pertencendo ao rei os juros, *Coleção oficial da legislação portuguesa redigida por José Máximo de Castro Neto Leite e Vasconcelos, ano de 1859*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1860, pp.157-158

⁶⁹⁵ José Maria Caldeira do Casal Ribeiro, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1859-4-18, diário número 15, p.222

do rei. O deputado Alves Martins afirmou-se decepcionado: “As joias da Coroa são o seu apanágio e se queremos a realeza devemos mantê-la com o devido esplendor”⁶⁹⁶.

O ministro da Fazenda, Casal Ribeiro, justificou-se com o uso que não poderia ser dado a diamantes por trabalhar. “Se ficavam joias suficientes para manter este esplendor? Já está declarado que ficam porque não eram, decerto, as joias em bruto que serviam para uso e esplendor da Coroa”⁶⁹⁷. E José Estevão contestou o que considerava ser uma manifestação de devoção às tradições antigas, um apego que poderia ser uma definição de património cultural, de amor pelas coisas mortíferas, tal como pouco mais tarde não veria razão para que o Castelo de Montemor-o-Velho conservasse as suas pedras que considerava informes: “os escrúpulos do ilustre deputado são desculpáveis porque denunciam uma certa sujeição a tradições remotíssimas, um certo apego a joias que passaram de família em família, e que pelo longo tempo em que têm estado nos arquivos reais, são como uma espécie de história bruta, porque elas estão em bruto, das aquisições luxuosas da Casa Real; mas decerto isto não é nada, não tem relação nem com o esplendor do trono nem com coisa alguma; é um valor morto que se quer mobilizar”⁶⁹⁸.

DEVIA APROVEITAR-SE TUDO O QUE NÃO IMPLICASSE DIMINUIÇÃO DO ESPLENDOR DA COROA

Onde José Estevão via um valor morto, Alves Martins distinguia um depósito sagrado. “Todos nós somos monárquicos e todos queremos manter a monarquia e mantê-la com o esplendor que lhe é devido; mas não vejo necessidade alguma de ir mexer neste depósito sagrado em que nem os governos constitucionais nem absolutos ainda tinham tocado”⁶⁹⁹. Depois da venda de bens móveis, também terrenos e prédios dependentes de palácios, jardins e quinta reais, destinados ao recreio e habitação, puderam ser aforados ou sub-rogados⁷⁰⁰, tendo-se considerado que seriam desnecessários ao decoro real ou

⁶⁹⁶ D. António Alves Martins, *ibidem*

⁶⁹⁷ José Maria Caldeira do Casal Ribeiro, *ibidem*

⁶⁹⁸ José Estevão Coelho de Magalhães, *ibidem*, p.223

⁶⁹⁹ D. António Alves Martins, *ibidem*

⁷⁰⁰ No pagamento de uma dívida, a sub-rogação substitui o sujeito da obrigação, isto é, o devedor, mantendo a dívida

por se encontrarem em ruína⁷⁰¹; e, em 1876, já não eram só diamantes em bruto mas também lapidados que seriam vendidos para a compra de títulos de dívida pública⁷⁰². O valor de uso dos bens foi usado como argumento quando o deputado Rodrigues de Freitas reclamou contra a falta de um inventário judicial dos bens da Coroa. “Nesta ocasião, devo declarar a razão por que pedi o inventário dos bens da Coroa, que são fruídos pelo rei de Portugal mas que pertencem à nação. As leis são expressas a esse respeito porque falam em fruição e não de propriedade”⁷⁰³. Relembrou o episódio da venda das armaduras dos duques de Bragança, uma história de que tomou conhecimento na sequência dos trabalhos da comissão de 1875 para a reforma do ensino artístico e organização do serviço de museus, monumentos históricos e arqueologia. “Tendo-se dado este facto com armaduras preciosas que eram objetos de arte, quanto cuidado não deve haver no inventário dos bens da Coroa de Portugal? E mais estranhável é que esse inventário não se tivesse feito quando é certo que, segundo várias leis, se venderam muitos diamantes da Coroa”⁷⁰⁴.

Na Câmara dos Pares do Reino, o marquês de Valada tinha solicitado informação sobre o inventário das joias, porque se tratava de valores não particulares, porque se tratava de valores que o Estado devia acautelar. “Desejo saber se estão inventariadas as joias da Coroa e qual o seu valor. (...) Na secretaria da Fazenda deve existir este inventário. Se não existe é uma falta porque sendo um objeto da Coroa e, por consequência, não sendo particular, o ministro da repartição competente⁷⁰⁵ deve saber onde existe o inventário”⁷⁰⁶. O Par do Reino era da opinião que se aproveitasse tudo o que não implicasse diminuição do esplendor da Coroa, como já se tinha feito antes “em relação a certa porção de brilhantes”, para ser aplicado em fundos⁷⁰⁷.

Em abril de 1871 tornou mais preciso o pedido, formulado em várias alíneas, para obter informação minuciada. O marquês requeria cópia da relação das joias e objetos

⁷⁰¹ Lei de 25 de junho de 1864 permitindo que se aforassem ou sub-rogassem os terrenos e prédios urbanos em ruína ou separados mas desnecessários e dependentes dos palácios, jardins e quintas da Casa real, *Coleção oficial da legislação portuguesa redigida por José Máximo de Castro Neto Leite e Vasconcelos, ano de 1864*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1865, p.325

⁷⁰² Lei de 12 de abril de 1876 permitindo a venda de diamantes da Coroa até à soma precisa para se comprarem 500.000\$000 réis de títulos de dívida pública, *Coleção oficial da legislação portuguesa, ano de 1876*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1877, p.94

⁷⁰³ José Joaquim Rodrigues de Freitas, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1879-4-25, diário número 79, p.1363

⁷⁰⁴ *Idem, ibidem*

⁷⁰⁵ O ministro da Fazenda

⁷⁰⁶ D. José de Meneses da Silveira e Castro Lencastre Rapach e Távora, Câmara dos Pares do Reino, ata de 1871-3-27, diário número 12, p.54

⁷⁰⁷ *Idem*, Câmara dos Pares do Reino, ata de 1871-3-31, diário número 14, p.73

preciosos da Coroa; o inventário das joias e objetos, com indicação do valor de cada objeto; e uma certidão sobre as três vendas de joias entretanto autorizadas⁷⁰⁸. Mais de 20 anos depois, o deputado Rodrigues de Freitas tornou ao assunto da inexistência de um rol, manifestando incômodo por não haver sido depositada na Câmara dos Senhores Deputados uma cópia do inventário dos bens da Coroa⁷⁰⁹.

As vendas das joias tinham em vista melhorar a situação financeira da Casa Real. “Contudo essa providência não era de ordem a constituir um remédio eficaz”⁷¹⁰, pelo que, nos anos 80, foram contraídos empréstimos⁷¹¹. “Vendidos os diamantes para comprar inscrições, vendidas as inscrições para pagar empréstimos, empenhados até à quase completa absorção dos seus rendimentos os bens particulares da Casa de Bragança, já nada havia que vender nem empenhar”⁷¹². Na primeira lei sobre a fixação de uma dotação real para decoro e esplendor do trono, determinada pelas Cortes Gerais, Extraordinárias e Constituintes da Nação Portuguesa, eram mencionados para habitação

⁷⁰⁸ As vendas tinham sido autorizadas em 1859, 1860 e 1863; as duas primeiras foram feitas em Londres à ordem do Banco de Portugal; a terceira foi feita em Lisboa, em hasta pública; “Das duas primeiras resultou a compra de 1.180.500\$000 réis de inscrições de três por cento e da última a compra de 500.000\$000 réis dos mesmos títulos” (António José de Ávila, Câmara dos Pares do Reino, ata de 1871-4-19, diário número 21, p.118); houve outra autorização para venda de joias, em bruto e lapidadas, em 1876, para se comprarem títulos de dívida pública até ao valor de 500.000\$000 réis.

A lei de 23 de maio de 1859 autorizou a conversão de diamantes da Coroa em mil contos de réis, de títulos de dívida pública; a lei de 30 de Junho de 1860 permitiu a venda 3.690 quilates de brilhantes da Coroa, cujo produto seria convertido em inscrições (Sebastião de Sousa Dantas Baracho, Câmara dos Pares do Reino, ata de 1906-11-12, diário número 21, pp.285-286)

⁷⁰⁹ José Joaquim Rodrigues de Freitas, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1893-1-19, diário número 11, p.9

⁷¹⁰ Decreto de 30 agosto de 1907 legalizando os adiantamentos feitos pelo Estado à administração da fazenda da Casa Real e determinando que ficam a cargo do Tesouro diversas despesas de representação da Coroa e o custeio das propriedades na sua posse, *Coleção oficial de legislação portuguesa, ano de 1907*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1908, p.781

⁷¹¹ Uma lei de 2 de maio de 1885 autorizou o adiantamento de quantias para pagar empréstimos da Casa Real, recebendo a Junta do crédito público inscrições de usufruto da Coroa, que podiam ser alienadas; uma lei de 7 de Abril de 1877 autorizou a venda das cavaliarias reais de Belém, de terrenos contíguos e a contração de um empréstimo para construir novas cavaliarias junto ao paço da Ajuda; uma lei de 14 de maio de 1880 autorizou a fazenda da Casa Real a contrair um empréstimo para conclusão das novas cavaliarias e para melhoramentos no Palácio da Ajuda; uma lei de 25 de Junho de 1889 autorizou o governo a adquirir as propriedades do rei D. Fernando em Sintra (Sebastião de Sousa Dantas Baracho, Câmara dos Pares do Reino, ata de 1906-11-12, diário número 21, pp.285-286).

A Junta do Crédito Público foi criada em 15 de julho de 1837 com o objetivo de “administrar e arrecadar os fundos destinados ao pagamento dos juros e amortização de toda a dívida consolidada da nação”, substituindo a Comissão da junta do crédito público. (Carta de lei sobre Junta do Crédito Público, *Coleção de leis e outros documentos oficiais publicados no segundo semestre de 1837, VII série – 2.ª parte*: Lisboa: Imprensa Nacional, 1837, pp.24-25)

⁷¹² Decreto de 30 agosto de 1907 legalizando os adiantamentos feitos pelo Estado à administração da fazenda da Casa Real., p.781

e recreio seis palácios: Ajuda, Alcântara, Mafra, Salvaterra, Vendas Novas e Sintra, com todas as quintas e tapadas anexas⁷¹³.

Em 1834, tinham ficado unidos à Coroa os seguintes paços da nação: Queluz, Bemposta, Alfeite, Samora Correia, Caxias e Murteira. De acordo com a informação presente às Cortes, os palácios de Samora Correia e da Murteira foram cedidos ao Estado para venda e o Palácio da Bemposta foi cedido para instalar a Escola do Exército, em 1849 e em 1850⁷¹⁴. Os palácios de Belém e das Necessidades não estavam no rol de 1821 porque, de acordo com o ministro Campos Henriques, havia uma dúvida sobre se Belém era da Coroa ou era propriedade particular, entendendo o governante que ele fazia parte dos palácios a que se referia o artigo 85.º da *Carta Constitucional* de 1826: “os palácios e terrenos reais, que têm sido até agora possuídos pelo rei, ficarão pertencendo aos seus sucessores e as Cortes cuidarão nas aquisições e construções que julgarem convenientes para a decência e recreio do rei”; quanto às Necessidades não constaria do rol porque estava na posse da Academia Real das Ciências quando o governo constitucional decidiu sobre a primeira dotação ao poder real em 1821.

Nas vésperas do termo da Monarquia Constitucional como regime, foi assumido que as despesas de representação do Estado, incluindo os gastos com palácios, eram transferidas para o Tesouro. É verdade que anteriormente a nação já assegurava essas despesas mas punha-as nas verbas a atribuir à Casa Real. “A despeito da sua dotação restrita, tem a nossa lista civil⁷¹⁵ de fazer face a largas despesas que são propriamente da representação do Estado. Assim pesa sobre ela, além de muitos encargos dessa natureza, o da manutenção de bastantes palácios reais e dos parques e jardins”⁷¹⁶.

À assunção taxativa das despesas com os imóveis que constituíam o decoro e a fruição das figuras reais, o Estado juntava o culto pelos monumentos, definido em 1894, no que podem ser considerados dois momentos simbólicos da sua afirmação como garante das tradições e como herdeiro das funções da monarquia (uma segunda face da assunção do culto dos monumentos seria, portanto, a atribuição ao Estado da manutenção e

⁷¹³ Decreto de 14 de julho de 1821 para assinar a El Rei e à família real uma dotação conveniente, designando palácios e quintas para habitação e recreio de Sua Majestade, *Coleção de legislação das Cortes de 1821 a 1823*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1843, pp.47-48

⁷¹⁴ Artur Alberto de Campos Henriques, Câmara dos Pares do Reino, ata de 1908-8-17, diário número 42, p.12

⁷¹⁵ Lista civil: dotação anual do rei e da família real. A lista civil foi estabelecida em 11 de Julho de 1821 compondo-se da dotação que o governo constitucional deveria conceder ao rei e à família real, da designação de palácios e quintas para habitação e recreio, para manutenção do decoro e esplendor do trono, e da concessão de várias outras prestações à rainha e a outros membros da família real

⁷¹⁶ Decreto de 30 agosto de 1907 legalizando os adiantamentos feitos pelo Estado à administração da fazenda da Casa Real..., p.782

conservação dos palácios com funções reais). Era também o fim da cisão por tantas décadas cultivada, entre a posse dos palácios pela nação e o seu usufruto pelos reis.

NOTAS FINAIS

Já se insistiu o suficiente na disposição de como os palácios reais eram conservadores do recreio e das funções de representação da família real. Foi possível juntar agora outros argumentos para a compreensão do valor de uso, que supunha a manutenção do decoro e recreio da realeza e para o entendimento das duas palavras (inalienáveis, imprescritíveis) que se lhes referiam com total dominância. O mesmo caráter imprescritível e inalienável se aplicava aos bens móveis mas entrepunha-se uma nuance, melhor dizendo, uma reconfirmação da importância desse valor de uso. Os objetos da realeza podiam, eventualmente, ser substituídos por outros, desde que o seu desgaste assim o exigisse, pois o que estava em causa era a manutenção de um estado resiliente, constante, observável e reconhecível, o decoro a manter.

Não seria possível deixar passar em claro que um dos argumentos ouvido no Parlamento para não aceitar a venda das joias da Coroa, que não naturalmente o do seu desgaste, foi o de que a venda punha em causa o apego às riquezas de família fundadas em “tradições remotíssimas”, como se esses escrúpulos fossem estranhos para serem assumidos por um poder representativo. Não era estranho, por outra via, que o Tesouro assumisse o pagamento das obras que se exigia realizar nos palácios reais. O Estado assumia que lhe competia pagar (e gerir) essas intervenções e herdava o brilho e o decoro próprio das funções reais.

Apercebemo-nos de como as atitudes perante o destino a dar a muralhas de locais fortificados em vários locais do reino, de que logo se decalcava o seu aspeto cénico, nos remetem para a ideia de que a alienação, venda ou destruição de parte de conjuntos vastos de antigualhas não eram acompanhadas de sentimentos de *perda* nem da sacralização de pedras, que podiam ser reusadas e remontadas, como durante séculos tinha sido costume. A exceção partia de alguns representantes com assento nas Cortes com os argumentos de que se devia, de uma vez, decidir o que era de conservar, que as construções faziam lembrar tempos antigos e gloriosos do país ou que nem sempre os poderes locais estavam à altura de compreender “a excelência” dos imóveis em causa.

O que deveria reter-nos, contudo, era a contingência de os discursos serem habitados por várias hipóteses, que o tempo atual não concederia. Os detentores da palavra não poderiam hoje ratificar com facilidade que as muralhas estavam demasiado arruinadas, que uma fortificação eram umas pedras amontoadas, que se duvidava da importância dos monumentos ou que só o que era ainda grandioso podia ser preservado.

Essa contingência não impediu que um discurso de feição patriótica nutrisse os alunos, em primeiro lugar os da instrução primária, com os grandes feitos como se fossem histórias exemplares e com permeabilização de ideias que ligavam a educação nacional à disseminação da moralidade. Bem podia dizer-se que uma enorme ravina separava o que no Parlamento se decidia sobre as muralhas dos castelos e o que das mesmas muralhas, se ouvia nas aulas, envolvidas em histórias magníficas.

O Parlamento tinha a dizer sobre isso que as biografias de grandes homens, o estudo dos monumentos ou as leituras das obras literárias que figurassem Portugal como senhor do mundo, lá no seu passado glorioso, esse “inexaurível tesouro de maravilhas”, como se lhe referiu um deputado, trazia, uma e outra vezes à presença dos contemporâneos, a reposição de um estado glorioso. Em face do qual, as estatísticas sobre analfabetismo remetiam para todas as misérias e dificuldades que a nação não poderia ler nos livros didáticos.

O DECORO EM DESVANECIMENTO CONSTRÓI O ESMERO DO ESTADO PELOS MONUMENTOS

A SEPARAÇÃO entre palácios do Estado e palácios que serviam a decência e recreio das figuras reais foi uma questão pesadamente discutida no final do século XIX e no início do século XX, quando se tentava reunir dados para saber quem devia a quem, se o Estado à Casa Real, se a Casa Real ao Estado. Eram várias as constatações que influenciavam a questão, talvez a mais árdua a de que os imóveis que não poderiam servir senão a decência e o recreio reais tinham sido alienados ou alugados, quebrando assim parte do decoro que as figuras reais deviam assumir, pois a manutenção do decoro supunha que esses bens não seriam transacionáveis; as verbas assustadoramente elevadas em consertos e reparações, que mantinham o decoro dos palácios reais e que eram da responsabilidade do Estado, era outra constatação dolorosa; se os reis olhavam como uma oportunidade a possibilidade de alienar património (os palácios de Belém, Caxias e Queluz), o Estado olhava a possibilidade de herdar, por essa via, o decoro e o brilho que lhe deviam unificar as funções; as despesas de representação do Estado, que lhe competia pagar para serem, em parte, exercidas pela família real, estavam em trânsito finalmente para o Estado; ao acontecer assim, o Estado herdava o decoro das figuras reais, que combateu até à deposição da monarquia. Não foi uma corrida aos despojos dos reis, foi uma transição perene.

POSSE DO ESTADO, USUFRUTO DA REALEZA

A ocupação de palácios reais com serviços públicos foi a causa que mais cedo determinou a metamorfose das funções de recreio e de lazer, ligadas ao apanágio da Coroa. Foi a primeira instância em que o Estado contribuiu para a inobservância dessas funções, para a separação desses imóveis enquanto instrumentos do esplendor da Coroa. Segundo Frederico Ressano Garcia, a Casa Real desfrutava de duas ordens de palácios,

com subtilezas que seria preciso descrever. Os palácios e terrenos reais inicialmente designados (Ajuda, Alcântara, Mafra, Salvaterra, Vendas Novas e Sintra) e palácios da Casa do Infantado, extinta em 1834, que incorporaram a Fazenda Nacional, dos quais se excecionaram os palácios de Queluz, Bemposta, Alfeite, Samora Correia, Caxias e Murteira, casas, quintas e outras dependências, para satisfazer as atribuições de decência e recreio da rainha⁷¹⁷. Aquando da extinção da Casa e Estado do Infantado, o que a lei dizia deste segundo grupo de palácios e mais dependências é que eram destinados para decência e recreio da rainha. “Os bens da extinta Casa do Infantado ficam pertencendo à Fazenda nacional e incorporados nos próprios [bens] dela; porém os palácios de Queluz, da Bemposta, do Alfeite, de Samora Correia, de Caxias e da Murteira, casas, quintas e mais dependências deles, são destinados para decência e recreio da rainha, como os palácios e terrenos de que trata o artigo 85 da *Carta Constitucional* da monarquia”⁷¹⁸.

Na interpretação do Par do Reino Ressano Garcia, apenas se falava do recreio e decência da rainha D. Maria II e não dos sucessores e esta era uma das subtilezas a que se teria de prestar atenção. “Tanto assim é que, tendo falecido esta soberana, e sucedido no trono o Senhor D. Pedro V, foi necessário renovar em favor do novo monarca a concessão que tinha sido feita a Sua Augusta Mãe”⁷¹⁹. A concessão seria novamente renovada para D. Luís I (1862) e para D. Carlos (1890). A consequência destas sucessivas renovações era a de que os palácios da extinta Casa do Infantado poderiam ter continuado na posse da Casa Real mas eram, inequivocamente, do Estado e voltavam à sua posse até a concessão ser renovada no início de cada reinado. Ressano

⁷¹⁷ Em 1821 foram escolhidos seis palácios, casas, quintas e outras dependências para decência e recreio do rei e da família real: “Ficam designados para habitação e recreio de El Rei os palácios da Ajuda, Alcântara, Mafra, Salvaterra, Vendas Novas e Sintra, com todas as quintas e tapadas que lhe são anexas” (Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa, ata de 1821-7-7, diário número 121, p.1469). Em 1834, foram designados outros seis imóveis, conforme nota de rodapé seguinte. Em 1891, um deputado fixava em 15 o número de palácios régios existentes. “É fixado num máximo de 15.000\$000 réis anuais a totalidade do subsídio ou auxílio concedido ou mandado abonar pelos diferentes ministérios para custeio, conservação, reparações ou outras quaisquer despesas dos quinze palácios, parques, jardins, matas ou qualquer outro género de habitação ou recreio real” (Eduardo Abreu, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1891-3-9, diário número 4, p.5). Ao longo do século, para lá dos mencionados, outros imóveis foram sendo referidos como tendo os mesmos objetivos: Belém, Palácio da Pena, Castelo dos Mouros, Carrancas e Necessidades

⁷¹⁸ Decreto de 18 de março de 1834 que extingue a Casa e Estado do Infantado, com todas as suas dependências. Os bens desta extinta Casa são portanto incorporados nos próprios da nação, à exceção dos palácios de Queluz, da Bemposta, do Alfeite, de Samora Correia, de Caxias e da Murteira, casas, quintas etc., que são destinados para decência e recreio da rainha, *Coleção de decretos e regulamentos mandados publicar por Sua Majestade Imperial o regente do reino desde a sua entrada em Lisboa até à instalação das câmaras legislativas, III série*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1840, p.100

⁷¹⁹ Frederico Ressano Garcia, Câmara dos Pares do Reino, ata de 1908-8-3, diário número 33, p.9

Garcia pretendia que se atualizasse a lista dos palácios e dependências para decência e recreio das figuras reais, a que devia até acrescentar-se a cidadela de Cascais, que estava a ser usada como residência da família real, e deviam excluir-se os palácios que estivessem aplicados aos serviços públicos; e manifestava uma intenção clara de separação de palácios que deviam estar na órbita do Estado e de palácios que continuariam a servir a decência e o recreio dos reis, sendo claro que os palácios de Caxias e de Queluz há muito pertenciam à Fazenda Nacional e não estavam na posse e usufruto da Coroa. Pedia que não se entregassem à família real palácios de que ela não desfrutava, por estarem na posse do Estado, e pelos quais não se deveria onerar o Estado com rendas. “A Casa Real não está, neste momento, na posse e usufruto dos palácios do Infantado porque essa posse e usufruto, que se têm renovado no princípio de cada reinado, e só enquanto ele durar, cessaram legalmente em 1 de fevereiro último [data do falecimento do rei D. Carlos]”⁷²⁰.

PALÁCIOS OCUPADOS POR TODAS AS RAZÕES MENOS POR DECORO E RECREIO

Eram vários os casos de palácios e terrenos que, estando na lista definida para servirem a decência e o recreio da família real, estavam, há muito, ocupados por serviços do Estado ou tinham sido arrendados a altas figuras do Estado, a começar desde logo pelos terrenos daquele que era considerado o primeiro palácio dos reis, o Palácio da Ajuda, que tinham sido arrendados ao ex-ministro do Reino, o duque de Saldanha⁷²¹ (1849); o Palácio do Alfeite foi arrendado ao ministro do Reino em funções, António Bernardo da Costa Cabral (1851); o Palácio da Bemposta foi arrendado para instalação da Escola do Exército (1850) e do Instituto Agrícola de Lisboa (1853) e foi aprovada a venda em hasta pública de prédios que lhe pertenciam⁷²²; as antigas cavalariaças do Real Palácio de Belém foram arrendadas em 1856 e em 1877, e lá se encontrava aquartelado o Regimento de Cavalaria Número 4; as novas reais cavalariaças, que substituíram as antigas, foram arrendadas em 1885 e ocupadas pelos ministérios da Guerra e da

⁷²⁰ *Idem, ibidem*, p.10

⁷²¹ João Carlos Gregório Domingos Vicente Francisco de Saldanha Oliveira e Daun, primeiro duque de Saldanha, foi ministro do Reino entre março de 1848 e junho de 1849

⁷²² Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1861-8-9, diário número 69, pp.2210-2212

Fazenda; parte do Palácio de Maфра foi arrendada em 1877 e ocupado pela Escola Prática de Infantaria⁷²³; o Palácio de Queluz foi ocupado pelo grupo de artilharia a cavalo⁷²⁴ e havia ainda o Campo das Salésias, denominado também Terras do Desembargador, cedido para serviço do Estado pelo rei D. Luís I. Os palácios estavam, portanto, ocupados por todas as razões menos por motivos de decoro e de recreio e não estavam ocupados por figuras reais; e afinal os palácios e terrenos destinados ao recreio e ao lazer eram passíveis de serem envolvidos em transações, mau grado a opinião expendida na Câmara dos Pares do Reino por Dantas Baracho. “O recreio e decência do rei não importam nem podem importar transação alguma especulativa, como seria a exigência e cobrança de rendas”⁷²⁵.

Neste trânsito entre Fazenda Nacional e Casa Real, em 1889 o Estado adquiriu as propriedades em Sintra, onde se incluíam o Castelo e Parque da Pena e o Castelo dos Mouros, que tinham pertencido ao rei D. Fernando II, invocando especialmente razões de interesse artístico e histórico. Só que a aquisição foi feita ao abrigo da legislação anterior sobre as funções de recreio e decência das figuras reais, ficando as propriedades adquiridas no usufruto da Coroa. Mesmo invocando-se um interesse artístico e histórico nos dois castelos, a relação estabelecida com os imóveis tinha por base o decoro que a Coroa devia observar e era sob esse prisma que a transação se propunha⁷²⁶.

O trânsito entre Coroa e Fazenda Nacional para bens imóveis acontecia, também, entre negócios privados e bens nacionais, aplicado a bens móveis. No Parlamento, os deputados fizeram eco da necessidade de legalizar a aquisição para as coleções nacionais de desenhos finais de quatro quadros do pintor Domingos António de Sequeira por seis contos de réis, pertencentes ao marquês de Sousa Holstein, que pouco antes de morrer, em 1878, tinha rubricado um contrato de venda das pinturas em seu poder ao Estado, reverberando os vários papéis que desempenhou: guardião de obras de arte em nome do Estado, vendedor particular de obras de arte ao Estado. Segundo os deputados, o marquês aceitava sujeitar o acordo à aprovação do Parlamento mas antes que tal acontecesse tinha imediatamente assegurado receber quatro contos e oitocentos réis, obrigando-se a devolvê-los se o poder legislativo não viesse a confirmar o

⁷²³ Frederico Ressano Garcia, Câmara dos Pares do Reino, ata de 1908-8-3, diário número 33, pp.10-11

⁷²⁴ *Idem, ibidem*, p.12

⁷²⁵ Sebastião de Sousa Dantas Baracho, Câmara dos Pares do Reino, ata de 1908-8-8, diário número 37,

p.6

⁷²⁶ Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1889-6-6, diário número 68, p.1091

negócio⁷²⁷. Em 1883, o catálogo do Museu Nacional de Belas-Artes confirmava a posse pelo Estado dos desenhos finais dos quadros de Sequeira (*Adoração dos magos, Descendimento da cruz, Ascensão e Juízo final*) (Museu Nacional de Belas-Artes, 1883: 16).

A lei de 16 de julho de 1855, que fez alterações substanciais ao regime existente para os bens da Coroa, começava por afirmar que as disposições sobre os seis palácios e terrenos designados no decreto de 18 de março de 1834 continuavam em vigor, isto é, que esses palácios eram destinados ao recreio e decência da rainha; dizia que os bens mencionados no artigo 85.º da *Carta Constitucional* eram inalienáveis e imprescritíveis – os palácios e terrenos reais possuídos pelo rei pertenceriam aos sucessores e as Cortes assumiriam reparações e construções que se revelassem necessárias para a decência e o recreio do rei; se bem que declarados imprescritíveis e inalienáveis, os bens da Coroa poderiam vir a ser arrendados, com uma exceção, a dos jardins de recreio e dos palácios destinados para decência e recreio do rei, “que nunca poderão ser arrendados”⁷²⁸.

Ao rei era concedida a prerrogativa de realizar todas as mudanças ou construções para conservação, melhoramento e aformoseamento, correndo pelo Estado o pagamento de tais consertos e reparações. Se bem que devessem ser sancionadas pelas Cortes, as obras de melhoria nos palácios e jardins, isto é, o aumento do decoro real e das condições da alta dignidade do cargo, eram uma decisão do rei. O valor de uso de palácios de jardins para recreio e decência só poderia ser aumentado com construções e melhorias; o valor de uso de joias, diamantes e outros objetos móveis poderia levar à sua substituição, se se encontrassem deteriorados, mas eram sempre inalienáveis e imprescritíveis. Talvez houvesse uma questão de conveniência interpretativa, a avaliar pelo que foi dito por Ressano Garcia, referindo-se às mudanças que a legislação de 1855 veio trazer. “De resto, à parte a hipocrisia da forma, reconheço que a lei de 16 de julho de 1855 autorizava a Casa Real a arrendar os palácios destinados a recreio e decência do rei e desde que o Parlamento tem a imprudência, em 1890 como em 1862, de simular que destinava para recreio e decência dos monarcas palácios que se encontravam, de facto, no usufruto do Estado e se achavam aplicados a vários serviços públicos, o país teve de pagar a inadvertência do Parlamento, saldando as rendas desses palácios”⁷²⁹. Se os

⁷²⁷ Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1879-2-7, diário número 27, pp.356-357

⁷²⁸ Lei de 16 de julho de 1855 designando os palácios e quintas para uso e recreio do rei e o modo deste uso, *Coleção oficial da legislação portuguesa redigida por José Máximo de Castro Neto Leite e Vasconcelos, Ano de 1855*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1856, p.185

⁷²⁹ Frederico Ressano Garcia, Câmara dos Pares do Reino, ata de 1908-8-3, diário número 33, p.12

edifícios nacionais ao serviço do Estado implicavam um confinamento que os livrava das funções de recreio e de lazer, não poderiam ser envolvidos em transações, pois a transação empalidecia as funções de recreio e de lazer das majestades enquanto valor intangível, que não podia, pela sua natureza, ser contabilizado. “Nenhum desses palácios, nenhuma dessas dependências podiam ser arrendados. Pois não é isto evidente? Se o rei não precisava delas, era-lhe lícito dispensá-los para serviços públicos mas não arrendá-los”⁷³⁰. Para os arrendamentos a cem anos de prédios do Real Palácio da Ajuda ao duque de Saldanha e do Real Palácio do Alfeite ao conde de Tomar, António Bernardo da Costa Cabral, o motivo invocado radicava no desenvolvimento da agricultura⁷³¹.

NO ARRENDAMENTO NÃO HÁ ALIENAÇÃO

Em 1849 tinham sido arrendados ao marechal Saldanha terrenos do Palácio da Ajuda, prevendo-se que o arrendatário teria de devolver as terras que fossem necessárias para o acabamento do palácio. “Trata-se do primeiro palácio dos nossos reis, que é o da Ajuda, aonde se consumiram milhões e o contrato é feito sobre propriedades que vão tocar com o mesmo palácio, compreendendo inclusivamente os telheiros aonde se faziam certos trabalhos para o mesmo palácio”⁷³². A questão sobre se a Coroa poderia fazer concessões ou outros contratos que implicassem alienação, nos seus domínios, de bens destinados para decência e recreio do rei foi terminantemente negada pelo deputado Silva Cabral⁷³³. Desde sempre que ao Parlamento não competia contribuir para a

⁷³⁰ José Augusto Moreira de Almeida, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1908-7-6, diário número 36, p.20

⁷³¹ “Havendo-me sido presente o requerimento do conde de Tomar, em que manifestando intento de contribuir para os progressos da agricultura em Portugal, com exemplos práticos de métodos de cultura mais perfeitos do que os geralmente seguidos neste país, me pediu lhe concedesse por arrendamento, por longo prazo, a real propriedade do Alfeite e anexas. Tendo eu atenção aos fins de uma súplica tão conforme aos meus desejos de promover tudo quanto possa ser conducente para a ilustração e prosperidade geral, e conformando-me com as informações a que mandei proceder, e opinião do advogado da minha Real Casa, João de Deus Antunes Pinto, hei por bem conceder ao dito conde de Tomar, por um arrendamento de cem anos, a referida propriedade do Alfeite e anexas, praticando-se para esse fim as solenidades da lei e todas aquelas que tiveram lugar em outro igual contrato que tive por bem fazer ao marechal duque de Saldanha, por decreto de 13 de dezembro de 1849, do Casal do Tojalinho e outros terrenos pertencentes ao Almojarifado da Ajuda” (Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1851-2-26, diário número 45, pp.272-273)

⁷³² António da Cunha Sotomaior Gomes Ribeiro de Azevedo e Melo, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1851-2-26, diário número 45, p.273

⁷³³ João Bernardo da Silva Cabral, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1851-2-26, diário número 45, p.265

alienação dos bens da Coroa mas justamente alicerçar o seu aumento. “Compete às Cortes prover ao reparo dos bens da dotação real⁷³⁴ e aumentá-los com aquisições”⁷³⁵. O mesmo autor desta última frase, o advogado da Casa Real João de Deus Antunes Pinto, que tinha estado envolvido no fervente episódio do saque ao Convento de Alcobaça, teve oportunidade de argumentar a favor dos arrendamentos, explicando que não havia lugar a alienação de domínio nesses casos. “Tendo a honra de ser advogado da Casa Real, nesta qualidade fui consultado em primeiro lugar acerca do contrato do nobre duque de Saldanha a respeito do arrendamento das terras da Ajuda e depois com relação a este do arrendamento do Alfeite (...) opinei pelo arrendamento de longo prazo porque nele nem há alienação nem a lei o proíbe”⁷³⁶.

Para João de Deus Antunes Pinto não havia dúvidas de que a discussão se centrava nos dois princípios, decência e recreio. “As palavras – decência e recreio – empregadas na segunda parte do artigo [85.º da *Carta Constitucional*] são sinónimos de decoro, isto é, as construções indispensáveis nos palácios reais para decoro do rei, serão providenciadas pelas Cortes. O aumento daquele vínculo, por meio de aquisições posteriores, pertence igualmente às Cortes. Mas quem há de regular a administração deste vínculo? Só o rei, a quem a investidura não põe outros limites senão a proibição de alienar”⁷³⁷. Se o domínio continuava a ser do soberano, o que importava o arrendamento? “Fruição! Esta palavra pode empregar tanto aquele que tem o direito de gozar da coisa própria como aquele tem o direito de gozar da coisa alheia”⁷³⁸. Onde estaria a fruição contemplada, quando muitos palácios e terrenos, que não poderiam nunca ser arrendados sem pôr em causa o recreio e a decência, o eram? “Há palácios, jardins e dependências que não podem ser arrendados. (...) Pois estão arrendados e arrendados até ao Estado, dando-se a agravante de se pagarem rendas sem haver arrendamento lavrado, alguns desses palácios com as suas dependências!”⁷³⁹.

Nas últimas décadas do século, as questões da administração da fazenda da Casa Real foram colocadas por parlamentares como nunca tendo conseguido ultrapassar um

⁷³⁴ Dotação real: rendimento vitalício concedido pelo Estado para manutenção, conservação e decoro das figuras reais e para sustento da dignidade dos cargos. A dotação não influenciava os direitos particulares das figuras a quem era concedida nem a fruição dos palácios e propriedades

⁷³⁵ João de Deus Antunes Pinto, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1851-3-1, diário número 46, p.8

⁷³⁶ *Idem, ibidem*, p.6

⁷³⁷ *Idem, ibidem*, p.9

⁷³⁸ *Idem, ibidem*

⁷³⁹ José Maria de Alpoim de Cerqueira Borges Cabral, Câmara dos Pares do Reino, ata de 1908-8-18, diário número 43, p.6

desequilíbrio financeiro de longa data, que remédios e paliativos – como os arrendamentos e as vendas de joias – não tinham resolvido. A dotação real era considerada restrita e ainda agravada pela “manutenção de bastantes palácios reais e dos seus parques e jardins”⁷⁴⁰. As despesas de representação superior do Estado português tinham crescido continuamente mas a “dotação da Casa Real é hoje inferior à que foi estabelecida há 86 anos pelas Cortes Constituintes de 1821”⁷⁴¹. Era, portanto, necessário acudir a duas situações: realizar as operações necessárias para que a Casa Real pudesse extinguir as suas dívidas; e garantir-lhe recursos para “manter o decoro da sua representação”⁷⁴².

Quando foi discutida a dotação para o rei D. Manuel II, e as dotações para outros membros da família real, ou seja, os rendimentos vitalícios a ser concedidos pelo Estado para manutenção do decoro das figuras reais, foi também discutido o destino de paços e suas dependências e anexos. O projeto de lei então elaborado referia que “por cedência expressa de Sua Majestade El Rei o Senhor D. Manuel II, ficam pertencendo à Fazenda nacional e incorporados nos próprios [bens] dela, o paço de Belém e os paços de Caxias e Queluz, casas, quintas e mais dependências, deixando de permanecer como até agora na posse e usufruto da Coroa”⁷⁴³.

O Palácio de Belém, o primeiro da lista a ter sido arrendado, seria especialmente destinado ao alojamento de chefes de Estado, príncipes e missões estrangeiras em visita oficial, sendo desse modo adstrito ao Ministério dos Negócios Estrangeiros e cumprindo, portanto, funções do mais alto-relevo em questões de decoro do Estado; os palácios de Caxias e de Queluz, desde 1834 destinados para decência e recreio da família real, não tinham destino e aplicação específicos. As obras de conservação e reparação dos paços que continuassem na posse da Coroa seriam realizadas pelo ministério das Obras Públicas. Inalienáveis e imprescritíveis, iriam passar para o Estado. O destino dos bens imóveis da Coroa era, de resto, antecipado: “Se amanhã se estabelecesse no nosso país a República, é fora de dúvida que todos esses bens [bens para recreio e decência da realeza], que ainda não tenham sido distraídos, e que não

⁷⁴⁰ Decreto de 30 agosto de 1907 legalizando os adiantamentos feitos pelo Estado à administração da fazenda da Casa Real e determinando que ficam a cargo do Tesouro diversas despesas de representação da Coroa e o custeio das propriedades na sua posse, *Coleção oficial de legislação portuguesa, ano de 1907*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1908, p.782

⁷⁴¹ *Ibidem*

⁷⁴² *Ibidem*

⁷⁴³ Câmara dos Pares do Reino, ata de 1908-7-29, diário número 31, p.12; a proposta de lei foi apresentada na Câmara dos Senhores Deputados na sessão de 23 de maio de 1908 e lida, depois de alterações, em 15 de junho de 1908 na mesma câmara

sabemos quais sejam, porque continua a faltar o inventário dos bens da Coroa (*Apoiados*), passariam para a posse completa do Estado”⁷⁴⁴.

Perguntava Ressano Garcia como é que o rei podia ceder os palácios de Caxias e de Queluz, que não lhe pertenciam nem estavam na sua posse, e ainda o Paço de Belém. “Efetivamente El-Rei pode ter manifestado o desejo, muito louvável, de que, no presente reinado, se restringisse o número de palácios que, nos reinados anteriores, têm sido destinados pelas Cortes ao recreio e decência do soberano; (...) mas o que Sua Majestade não pode ter dito, como parece depreender-se do artigo 2.º do projeto [de lei] é que cedia, para ficarem pertencendo à Fazenda Nacional e incorporados nos próprios dela, os paços de Caxias e Queluz com suas dependências porque esses palácios já se acham incorporados de há muito na Fazenda nacional e não estão presentemente na posse e usufruto da Coroa”⁷⁴⁵.

A frase central deste diploma era esclarecedora: “Pelo presente decreto, mantendo-se a lista civil”⁷⁴⁶ estabelecida, transferem-se para o Tesouro as despesas de representação do Estado, que naturalmente lhe pertence, e que é absolutamente independente das despesas da família real e da sua Casa”⁷⁴⁷. O Par do Reino Dantas Baracho manifestou-se escandalizado pelas obras que tinham sido realizadas em propriedades com usufruto real, lembrando que a lei de 16 de Julho de 1855 cometia apenas fazer reparações e consertos nos palácios e jardins que constituíssem o decoro e a fruição da família real⁷⁴⁸. “Pois é em condições destas que se têm levado a efeito, ilegalmente, as obras mais dispendiosas, dispensáveis e inúteis, que nem sequer concorrem eficazmente para combater a crise da mão-de-obra”⁷⁴⁹. Hintze Ribeiro tinha diligenciado no sentido dessa separação entre despesas de representação e despesas de conservação, concordando que tinha havido excesso de gastos nas obras dos palácios reais. “Tem havido despesas, além das que se referem estritamente à dotação da família real portuguesa? Tem. Que despesas são? São despesas de representação do país, das que não cabem propriamente

⁷⁴⁴ Manuel Brito Camacho, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1908-6-16, diário número 29, p.19

⁷⁴⁵ Frederico Ressano Garcia, Câmara dos Pares do Reino, ata de 1908-8-3, diário número 33, p.9

⁷⁴⁶ Lista civil: dotação anual do rei e da família real

⁷⁴⁷ Decreto de 30 agosto de 1907 legalizando os adiantamentos feitos pelo Estado..., p.783

⁷⁴⁸ “É autorizado o governo a despendar anualmente até à quantia de seis contos de réis para os consertos e reparações que forem necessários à conservação dos palácios e jardins que, nos termos do artigo antecedente, não podem ser arrendados” (Lei de 16 de Julho de 1855 designando os palácios e quintas para uso e recreio do rei e o modo deste uso, *Coleção oficial da legislação portuguesa redigida por José Máximo de Castro Neto Leite e Vasconcelos, ano de 1855*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1856, p.185)

⁷⁴⁹ Sebastião de Sousa Dantas Baracho, Câmara dos Pares do Reino, ata de 1906-12-3, diário número 35, p.452

na dotação da família real, que está computada [orçada] para o seu viver, para o exercício augusto das suas funções e não para despesas extraordinárias, como são as visitas dos soberanos estrangeiros e a sua consequente retribuição. Em toda a parte essas despesas pertencem ao Estado e não aos soberanos”⁷⁵⁰.

O MUSEU DOS COCHES NA TRANSMUTAÇÃO DO DECORO PARA O ESTADO

O Par do Reino considerava que a Coroa tinha o direito ao respeito, consideração e estima pelos benefícios generosos que espalhava. “Houve, também, despesas com obras nos palácios reais, que são do Estado? Excedeu-se o que estava autorizado pela lei de 16 de julho de 1855, na qual se determinou, aliás, que essas despesas sejam feitas pelo Estado? Aos governos competia trazer o assunto às Cortes e solicitar-lhes a devida legalização”⁷⁵¹.

Júlio de Vilhena, tendo em consideração a lei de 1855 que permitia o arrendamento de bens da Coroa mas não dos jardins de recreio e dos palácios para residência e recreio do rei, considerava “injusta e infundada” a acusação à Casa Real por ter arrendado ao Estado palácios e terrenos de que era usufrutuária. “Dizia-se com a indignação do costume: ‘Pois há de permitir-se que o Estado pague renda pelo uso de prédios de que é proprietário? Como se isto tivesse alguma coisa de censurável!’”⁷⁵². Dizia o Par do Reino que o usufrutuário podia arrendar a qualquer pessoa o prédio usufruído, incluindo o proprietário dele. Mas obviamente omitia que, inicialmente esses bens eram inalienáveis e imprescritíveis, que depois eles podiam ser arrendados e as joias vendidas, mas que nesse luzente comércio, o que se estava a trocar eram as funções de decoro, cada vez menos reais, cada vez mais estatais. “Quanto às despesas com os consertos e reparações, estão elas bem reguladas”⁷⁵³. Dantas Baracho voltou à questão dos consertos, que esbanjavam os dinheiros do Estado. “Julgo da máxima conveniência determinar na mesma lista [civil] a verba destinada a custear anualmente as obras nos

⁷⁵⁰ Ernesto Rodolfo Hintze Ribeiro, Câmara dos Pares do Reino, ata de 1906-11-21, diário número 28, p.367

⁷⁵¹ *Ib.*

⁷⁵² Júlio Marques de Vilhena, Câmara dos Pares do Reino, ata de 1908-6-17, diário número 17, p.10

⁷⁵³ *Idem, ibidem*

paços reais⁷⁵⁴, já que desde o final do século “as despesas avolumaram-se por centenas de contos, que se diziam despendidos em obras nos paços régios e em mobiliário”⁷⁵⁵.

O que o Par Jacinto Cândido faria ficou explícito mais à frente. “El Rei ficaria na posse e no gozo dos palácios precisos para sua decência e recreio. O Estado cuidaria da sua conservação nos termos legais”. Quanto aos outros palácios e terras na posse do Estado para diversos serviços públicos, “ao Estado ficariam pertencendo. Não se pagariam rendas. Liquidar-se-ia tudo definitivamente fixando-se regras determinadas e separando-se, de vez, e de um modo radical, o Tesouro Público da fazenda da Casa Real”⁷⁵⁶. Se a família real cedo decidiu que o primeiro palácio a arrendar seria o da Ajuda, se foi decidido que os palácios de Caxias e de Queluz iriam passar para o Estado, se as melhorias em palácios e terrenos eram uma decisão do rei, parecia que ao rei competia definir, a cada momento, a decência e decoro próprios das suas funções.

Foi num contexto de transmutação das funções de decoro para o Estado que se determinou que o Museu dos Coches passasse para o Estado com a categoria de museu nacional, forma simbólica e efetiva de tornar o aparato ligado aos veículos de transporte real uma das primeiras despesas públicas com uma musealização que o Estado republicano asseguraria. O decreto de 30 de agosto de 1907, que liquidava as contas entre Tesouro Público e Fazenda da Casa Real, já tinha orçado uma verba anual específica para os Coches e também para despesas com serviços de gala e recepção a embaixadores. A transferência para o Tesouro das despesas de representação do Estado através da incorporação de vários palácios e das despesas com o Museu dos Coches, juntamente com a assunção de um culto estatal a que os monumentos serviriam de inspiração, a partir de 1894, foram duas decisões que, na transição do século XIX e no começo do século XX, contribuíram decisivamente para que o Estado tivesse herdado as prerrogativas de decência, recreio e lazer, outrora reservadas à família real.

Só que essa herança, apesar da mudança de regime político, criou uma continuidade nas funções de representação, através dos seus mais simbólicos ícones, os palácios, quintas e jardins. Nenhuma rotura, nenhuma zanga ou conflito suficientemente graves se estabeleceram quanto aos mais importantes símbolos do poder real, os palácios, quintas e jardins, gostosamente herdados pelo Estado para o seu próprio decoro futuro, apesar das declarações azedas e eloquentes, contrárias aos gastos com esses sagrados imóveis.

⁷⁵⁴ Sebastião de Sousa Dantas Baracho, Câmara dos Pares do Reino, ata de 1908-6-17, diário número 17, p.13

⁷⁵⁵ *Idem, ibidem*

⁷⁵⁶ Jacinto Cândido da Silva, Câmara dos Pares do Reino, ata de 1908-7-29, diário número 31, p.4

“Creio também que não são indiscutíveis, invioláveis e sagrados os palácios reais; o que é indiscutível é o dinheiro do contribuinte como que se pagam as obras nesses palácios”⁷⁵⁷. “Neste solar arruinado de Portugal, com falsas pretensões fidalgas, entende-se, senhor presidente, que é de boa política atirar-se fora com muitas centenas de contos para obras em palácios reais, quando se regateiam verbas indispensáveis aos mais importantes serviços públicos, miseravelmente dotados”⁷⁵⁸.

O deputado João de Meneses pediu, por diversas vezes, as contas relativas a obras nos paços reais, salientando a magnificência dos gastos. “As obras efetuadas são muitas; não são só as da casa de jantar do Palácio da Ajuda mas outras a que o senhor Espregueira [o deputado Manuel Afonso de Espregueira] se refere no seu relatório, salientando a magnificência e beleza dos trabalhos efetuados”⁷⁵⁹. Assim que pôde consultar os gastos com as obras em apenas alguns dos anos que tinha pedido, João Meneses não deixou de protestar. “Chegaram-me finalmente às mãos os documentos sobre as obras nesses palácios desde 1900 a 1905. (...) O que pude ler, e não foi tudo, deixou-me verdadeiramente surpreendido. Eu, republicano, esperava muito; mas confesso, senhor presidente, não esperava tanto. São centenas de contos de réis gastos nos palácios da Ajuda, das Necessidades, de Belém, de Sintra, de Cascais e de Queluz”⁷⁶⁰. Na preparação da sala de jantar do Palácio da Ajuda tinham sido gastos 83 contos; cerca de 15 contos tinha custado a construção de um terceiro andar no guarda-roupa de D. Maria Pia, 26 contos no acrescentamento desses mesmo guarda-roupa e mais 10 contos na modificação do mesmo guarda-roupa; arranjos nos comportamentos contíguos aos aposentos do rei custaram mais de 42 de contos; a construção da sala de jantar de gala no paço das Necessidades custou 133 contos⁷⁶¹. Havia a percepção de que era necessário à Casa Real ver-se livre dos monos que eram sorvedouros de dinheiro. “El Rei cede alguns palácios e propriedades de que não carece. Fá-lo para se subtrair à despesa na sua manutenção”⁷⁶². Eram, como foi assinalado, os paços de Belém, Caxias e Queluz. O decreto de 1907 explicitava que cessava a posse, pela família real, dos

⁷⁵⁷ João Duarte de Meneses, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1906-11-14, diário número 30, p.6

⁷⁵⁸ José Augusto Moreira de Almeida, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1908-7-6, diário número 36, p.22

⁷⁵⁹ João Duarte de Meneses, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1906-11-14, diário número 30, p.6

⁷⁶⁰ *Idem*, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1906-11-21, diário número 35, p.17

⁷⁶¹ *Idem, ibidem*, pp.17-18

⁷⁶² José Maria de Oliveira Simões, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1908-7-15, diário número 43, p.20

prédios da Coroa arrendados ao Estado, onde se incluíam os palácios definidos em 1834, com exceção dos que já tinham sido alienados – casos dos de Samora Correia e da Murteira, em 1849.

O TONEL SEM FUNDO DAS OBRAS EM PÁLACIOS REAIS

O Estado pagava rendas, segundo o que foi referido na Câmara dos Deputados, em sete situações: edifício do Regimento de Cavalaria Número 4 (antigas cavalariaças do Real Palácio de Belém); Escola do Exército e Instituto Agrícola (Palácio da Bemposta); Escola Prática de Infantaria (Convento de Mafra); grupo de artilharia a cavalo (dependências de Queluz); instalações dos ministérios da Guerra e Fazenda (Reais cavalariaças de Belém); e Terras do Desembargador⁷⁶³.

As despesas para consertos e reparações mobilizando “quantias enormes, quase fabulosas” eram referidas como “esse tonel sem fundo das obras nos palácios reais”. Entre 1896 e 1898, tinham-se gasto 28 contos nas cavalariaças do infante [D. Afonso Henriques, herdeiro esperável da Coroa]; entre 1895 e 1898, 75 contos; nas cavalariaças do palácio da Pena, entre 1901 e 1904, mais de 140 contos; na propriedade do Alfeite, entre 1897 e 1898, 32 contos; em ornamento e mobiliário do Palácio da Ajuda, aquando da visita do rei de Espanha, em 1903, 117 contos; no mesmo palácio, entre 1888 e 1899, quase 78 contos; “e ainda neste palácio, segundo o testemunho do senhor ministro da Fazenda” gastaram-se 386 contos numa década (1878-1888); no Palácio de Belém, entre 1888 e 1889, 51 contos; no Castelo da Pena, “que nós adquirimos para recreio e decência de Sua Majestade, gastaram-se 41.216\$270 réis; e nas cocheiras do mesmo palácio, segundo os mapas da 1.^a direção das Obras Públicas, relativos a 1901 a 1902 e 1903 a 1904, 140.780\$525 réis”. Muitos destes gastos fizeram-se durante a crise financeira de 1891, ou perto dela, em pleno colapso das finanças do Estado e do sistema bancário⁷⁶⁴. Em parte, houve uma explicação sobre alguns gastos.

Para a recepção a dois monarcas estrangeiros, para as cavalariaças reais e para completar o mobiliário do Paço de Belém foram adiantadas quantias que o ministro da Fazenda disponibilizou pouco depois de assumir as suas funções em Fevereiro de 1903, através

⁷⁶³ José Augusto Moreira de Almeida, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1908-7-6, diário número 36, p.20

⁷⁶⁴ Manuel Brito Camacho, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1908-6-16, diário número 29, p.19

da abertura de créditos especiais no seu ministério. “Dois ou três dias depois era anunciada a visita do rei de Inglaterra e não tardou que fosse anunciada a próxima visita do rei de Espanha. Foi uma dolorosa surpresa. Não havia um paço para os receber, os coches estavam deteriorados, os estábulos em ruínas, não havia uma carruagem decente, não havia cavalos, arreios, fardas de criados e a Casa Real não tinha meios para fazer as despesas extraordinárias de hospedagem que estavam fora das suas obrigações”⁷⁶⁵.

O governo custeou os melhoramentos no Paço de Belém, as recepções dos chefes de Estado, a restauração das cavalaria reais e despesas de representação. As despesas com a recepção aos monarcas subiram a 223 contos, os gastos com equipamentos de gala a cerca de 77 contos e ficou por apurar a despesa com os melhoramentos nas cavalaria. Um deputado tentou fazer a acareação possível entre as despesas de representação da Casa Real que o Estado custeava, para que fossem cumpridas pelas figuras reais, e as despesas de representação que competiam apenas e só ao mesmo Estado, sem a intervenção da Casa Real; e sem que se vislumbresse nessa volutuosa transição qualquer coisa em falta ou qualquer coisa que necessitasse de mudança, tudo se passando dentro das mesmas paredes dos mesmos palácios, fossem os reis os representantes do decoro ou fossem os representantes do Estado; o usufruto dos imóveis da Casa Real era agora visto como radicado num passado distante e a visita de embaixadores e representantes estrangeiros aproveitava, essencialmente, ao Estado e já não aos reis:

Mas porventura os ilustres deputados da oposição quereriam que, a cargo da Casa real, ficassem as despesas de bens próprios da Fazenda pública só porque, em tempos idos, El Rei deles tinha tido a fruição? Porventura Suas Excelências quererão que o palácio destinado ao alojamento das missões estrangeiras que em visita oficial vierem a Lisboa seja custeado pela Casa real, quando as tais visitas – oficiais, o nome o diz – são feitas, não ao soberano, mas à nação; honram aquele, é certo, mas sobretudo ao Estado e ao país distinguem e aproveitam? Talvez Suas Excelências entendam que à Casa real incumbe o pagar também as despesas do Estado; que de El Rei é dever sustentar os museus nacionais, como o dos Coches reais instalado no picadeiro do paço de Belém; mas por muita consideração que as opiniões de Suas Excelências nos mereçam, hão de os ilustres deputados permitir-nos que as ponhamos de lado, quando contrárias à lei e à Constituição, que muito expressamente nos diz que a dotação de El Rei é destinada a manter o decoro da sua alta magistratura e não a custear as despesas públicas nem os encargos dos museus nacionais que ao decoro de El Rei tanto respeitam como ao decoro de nós todos, como portugueses, importam (*Apoiados*)”. (João Henrique Ulrich, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1908-6-17, diário número 30, p.14)

⁷⁶⁵ António Teixeira de Sousa, Câmara dos Pares do Reino, ata de 1908-7-6, diário número 24, p.2

A afirmação de uma antinomia entre regimes também se realizou pela adesão aos imóveis que mais significavam os atributos dos poderes que estavam em perda no início do século XX, e uma adesão à fruição e recreio próprios de figuras reais, pois eles constituíam o que não podia ser quebrado, o decoro. O que impelia à vontade de herdar os velhos palácios, mesmo sob proposta de um rei com problemas de tesouraria? Que jogo se construiu em nome da mudança ao buscar-se os símbolos maiores da reprodução do regime passado? Por que razão os representantes de países estrangeiros tinham de ser recebidos nos salões do antigo esplendor dos reis?

Ao assumir formalmente o custeio das propriedades do Estado na posse e usufruto da Coroa, o Estado estava a separar os paços reais do decoro real; estava a cindir os palácios da representação de que eles eram um elemento relevante, ligado a essa representação por uma ideia de fruição e lazer, estava a ligar o decoro real ao Estado e a absorver as prerrogativas de decoro e de decência, isto é, estava a transferir para si o decoro que era das figuras reais; estava a assumir a conservação de palácios e jardins que não podiam, terminantemente, ser arrendados mas que o tinham sido no passado e estava a fazê-lo depois dessas outras cisões terem acontecido, já com a venda das joias da Coroa e com a alienação de propriedades reais, estava a cindir as despesas de representação das despesas da Casa Real, mesmo que perdurasse, em relação à Coroa, a ideia da “natureza perpétua das instituições políticas”⁷⁶⁶. As despesas de representação do Estado eram, portanto, dissociadas das despesas da família real e da sua Casa, como se as despesas da família real não constituíssem gastos de representação, assumindo-se somente nesse caso, a conservação e a manutenção dos paços. “Deve ainda notar-se que do cálculo do custeio dessas propriedades são por completo excluídas as despesas provenientes da habitação e usos dos palácios pela família real, computando-se apenas o dispêndio relativo à conservação e manutenção dessas propriedades no estado ao fim a que se destinam”⁷⁶⁷.

OS TRÊS QUESTIONÁRIOS AOS MONUMENTOS DE 1894

Contestando as funções e prerrogativas da monarquia, pareceu às figuras do Estado que poderia herdar os palácios e jardins do antigo esplendor da Coroa, mesmo antes de a

⁷⁶⁶ Decreto de 30 agosto de 1907 legalizando os adiantamentos feitos pelo Estado..., p.783

⁷⁶⁷ *Ibidem*

Monarquia Constitucional ter terminado como regime. O decreto de 30 de agosto de 1907 dizia que, apesar de se reconhecer que a dotação real era “restrita” ela tinha de incluir despesas de representação do Estado, como a “manutenção de bastantes palácios reais e dos seus parques e jardins”; a lista civil portuguesa tinha de fazer face às despesas pessoais da família reinante, aos estabelecimentos de beneficência que os reis apoiavam, e ainda “aos encargos elevadíssimos da representação do Estado”. Liquidando-se o passado e providenciando-se o futuro, a fazenda da Casa Real deveria ficar habilitada para extinguir as dívidas a fornecedores e poder “manter o decoro da sua representação”.

A criação da Comissão dos Monumentos Nacionais em 1894 parecia ter dado um impulso novo à questão do inventário, forma moderna e recente de o Estado assegurar o decoro da sua representação por via do conhecimento das antiguidades. Logo em julho de 1894, a comissão elaborou um questionário geral para enviar aos presidentes de câmara e Juntas Gerais do Distrito⁷⁶⁸, um questionário militar para os responsáveis militares e um questionário paroquial para os párocos, inquéritos a que um dos membros da comissão chamou a si a plena autoria, o historiador, arqueólogo e arquivista Gabriel Pereira. “O fim principal dos questionários era coligir elementos para a inventariação e classificação dos monumentos que deveriam ser considerados nacionais e, por consequência, merecedores de proteção oficial. Fiz um questionário geral, outro paroquial, e o terceiro militar. Foram lidos, aprovados e impressos; não foram porém distribuídos, com exceção de poucos, segundo me afirmaram, a pessoas íntimas” (Pereira, 1902: 3).

Os questionários geral e paroquial foram acompanhados por duas circulares diferentes. A circular que acompanhava o inquérito geral recordava que os estudos históricos e o conhecimento dos edifícios notáveis pela arte ou notáveis pelas recordações históricas eram assunto das nações cultas e que tornar conhecidos os monumentos lhes aumentava o valor, além da questão moral de tais estudo e conhecimento. “Não devemos esquecer a influência moral do estudo dos monumentos nacionais” (Pereira, 1902: 5). A circular do inquérito aos párocos também tecia considerações de natureza moral, ligadas ao sentimento de amor patriótico, deixando claro que o estudo dos monumentos exaltava o próprio país, não sendo nunca indiferente a sua valorização. “O conhecimento e o estudo dos monumentos realça a nação” (Pereira, 1902: 12).

⁷⁶⁸ Instituídas pelo *Código Administrativo* de 1832, tal como as câmaras municipais e as juntas de paróquia

No mesmo movimento, o amor à terra tornar-se-ia mais intenso se os monumentos fossem tidos em conta. “O amor da pátria, o brio natural que nos leva a amar a nossa terra, a nossa aldeia, a envaidecer-nos das notabilidades da nossa localidade, se tornará mais intenso se soubermos apreciar os monumentos e os factos que se lhe relacionam” (Pereira, 1902: 12). Gabriel Pereira fazia um rasgado elogio aos religiosos (“a classe eclesiástica, a que melhor tem sabido guardar edifícios e preciosidades, será, assim o esperamos, eficaz cooperadora da comissão dos monumentos nacionais” (Pereira, 1902: 12), ao mesmo tempo que recordava o que se tinha perdido.

“Ignoramos as nossas riquezas; e por desconhecermos, por não termos elementos de apreciar, perdemos enormes valores; é fabuloso o que se tem deixado arruinar, estragar e o que tem saído para o estrangeiro em alfaias, móveis, louças, tapetes, joias, milhares de objetos de valor artístico ou de raridade e curiosidade, que têm ido opulentar museus e coleções de amadores” (Pereira, 1902: 12). Se as circulares se perderam na maioria e se os inquéritos chegaram a poucos interlocutores, é preciso dizer que a redação com os inúmeros pedidos desencorajava mesmo os mais bem intencionados. “Como se vê do questionário, abrange ele grande número de assuntos” (Pereira, 1902: 5), advertia o próprio Gabriel Pereira.

O questionário geral pretendia reunir informação de todas as épocas. Sobre monumentos pré-históricos, pedras levantadas ou grandes marcos tradicionais, sobre cavernas ou grutas com vestígios de passagem dos homens, sobre armas, cerâmica ou ossadas, sobre cercas muralhadas, sobre armas ou utensílios pré-históricos, sobre “tesouros achados casualmente” (Pereira, 1902: 4); sobre antiguidades romanas, restos de povoações, edifícios ou casa isoladas; sobre mosaicos, aquedutos, estradas e pontes, marcos de estrada, templos e fortalezas; sobre antiguidades românicas e góticas, igrejas, torres e castelos; sobre sepulturas, inscrições e moedas.

Sobre monumentos árabes, sobre designações locativas ou nomes de lugares que parecessem de origem mourisca; sobre monumentos “portugueses” (Pereira, 1902: 4), igrejas, ermidas, palácios, castelos, solares de antigas famílias, túmulos, cruzeiros, padrões, brasões, selos, moedas, objetos de mobiliário, ornatos, imagens notáveis em pedra, barro, madeira ou metal, pinturas, tapeçaria, bordados e entalhados, ferragens artísticas, sinos, peles lavradas ou pintadas, relógios de torre e de parede notáveis, cofres, arcas, bandejas, tabuleiros e relicários, um sem-número de artefactos e de imóveis, de que ainda se pedia notícia do estado de conservação, que só se daria conta

se todos os interlocutores fossem, como referia Gabriel Pereira, “devotos desta bela religião de amor e estudo dos monumentos pátrios” (Pereira, 1902: 3).

Gabriel Pereira reafirmou, numa conferência posterior, que os monumentos eram de três tipos, religiosos, militares e civis, tal como o inquérito organizado em 1894 os organizava, salientando o seu papel comemorativo. “Monumentos nacionais, históricos, pátrios, artísticos, são os edifícios e os objetos que nos comemoram feitos, ações, o gosto e as crenças do que passou” (Pereira, 1909: 5). As catedrais eram consideradas sempre monumentos históricos e artísticos e os palácios reais eram, para todo o efeito, monumentos nacionais.

O autor estabelecia a sua classificação em 12 categorias, reunindo o que considerava serem os monumentos mais notáveis, entre *monumentos nacionais* (casos do Mosteiro de Alcobaça, da Igreja e Convento da Batalha, do Mosteiro de Nossa Senhora de Belém, do Mosteiro de Santa Cruz, da Sé Velha, dos paços da Universidade, os três últimos em Coimbra; o Templo Romano, a Sé, o Aqueduto da Água de Prata, os paços de D. Manuel, Espinheiro e Cartuxa, em Évora; o Castelo, os Paços do Duque e a Igreja de São Miguel, em Guimarães; o Carmo, o Aqueduto das Águas Livres, a Basílica da Estrela, o Panteão, São Roque, em Lisboa; o Convento de Mafra, o Convento de Tomar e a Igreja de Santa Maria do Olival); *edifícios importantes para o estudo das artes, ou históricos mas não grandiosos*; *túmulos*; *aquedutos*; *monumentos de arte militar antiga, castelos e torres*; *monumentos de gratidão nacional aos beneméritos da pátria*; *padrões comemorativos de feitos gloriosos ou de acontecimentos notáveis*; *arcos comemorativos*; *casas memoráveis*; *pelourinhos com valor artístico*; *cruzeiros notáveis*; e *monumentos pré-históricos* (megalíticos, antas, mamunhas).

UM PARLAMENTO INSENSÍVEL ÀS ANTIGUIDADES

Paradoxalmente, para tentar ir além dos monumentos grandiosos, parecia multiplicar-se o interesse por outra ordem de grandeza – tudo o que existisse, como se referia na circular aos religiosos. “Mencionamos também que não pretendemos só inventário ou a notícia do belo, do grandioso, o ponto de vista estético não nos deve impressionar exclusivamente; um objeto, um edifício, uma ermida de aspeto medíocre pode ser importante na história da nação ou na arte” (Pereira, 1902: 12); também se mencionava

o apreço como que móveis, tecidos ou cerâmicas, que nenhum valor teriam anteriormente, eram considerados nos últimos anos.

Outro membro da Comissão dos Monumentos fez questão de acentuar a importância dos religiosos na salvaguarda do património. “Ao clero português cabe principalmente a glória de haver conservado o que ainda resta do nosso património artístico” (Ortigão, 2006 [1896]: 57). Num texto que foi dedicado à comissão e que parecia substituir o próprio programa de trabalhos que competia a esse órgão coletivo, o escritor Ramalho Ortigão descreveu longamente o estado dos monumentos nacionais no final de século, parecendo que nenhum grão de poeira tinha sido depositado em cima dos levantamentos e relatórios anteriores, tal era o estado miserável de continuado abandono, do ponto de vista de uma visão do Estado, ou de intervenções espúrias, que mais teriam valido o abandono.

Nos restauros dos monumentos arquitectónicos feitos a expensas do Estado não tinha havido antecedência de um programa, nem estudo prévio, nem determinação de método, nem sanção crítica, nem fiscalização técnica, nem polícia artística de espécie alguma (Ortigão, 2006 [1896]: 39).

O Parlamento era insensível às responsabilidades que, apesar de tudo, tinham sido assumidas gravemente em 1894 parecendo ao autor que os poderes do Estado tinham perdido o sentimento de nacionalidade e a noção de pátria (Ortigão, 2006 [1896]: 56). “Ministérios de todos os diversos partidos políticos se revezam consecutivamente no poder, sem que nenhum deles pareça atentar num tal desdouro, expressão viva do mais abandonado rebaixamento a que, perante as suas traições históricas e artísticas, podia chegar a degeneração de uma raça” (Ortigão, 2006 [1896]: 56).

Ortigão constata a inexistência de um catálogo da pintura portuguesa; recordava que em quase todos os anos desaparecia algum quadro ou algum códice precioso sem que se verificasse o mínimo reparo; não havia coleção que desse conta do património azulejar; um rico museu de antiguidades algarvias esperava para ser instalado; um conjunto de peças de louça e peças em barro do convento da Madre de Deus tinha desaparecido; os quadros de pintura portuguesa do século XVI, dispersos pelo país, poderiam ser em maior número do que os recolhidos quando da extinção das ordens. Joaquim Vasconcelos tinha conseguido identificar cem obras desconhecidas do público. “Das que existem no museu nacional de Lisboa, na arrecadação da Academia das Belas-Artes e nos demais depósitos do país, não há uma só fotografia registada pelo Estado” (Ortigão, 2006 [1896]: 69).

As surpresas eram tanto no sentido do desaparecimento como do súbito aparecimento de obras de arte, como foi o caso do episódio em que o próprio narrador tinha topado, no dia 19 de julho de 1895, com um dos painéis de uma série, “no corredor do claustro de cima no edifício de São Vicente de Fora, no vão de uma janela” (Ortigão, 2006 [1896]: 67), onde se via a representação do infante D. Henrique, entre outras figuras. Ortigão considerava que o culto da arte tinha vindo a ser dissolvido, com consequências fatais no desenvolvimento da inteligência e da fantasia, sem esquecer o ambiente de decadência. “À infecundação do indivíduo pelo espírito da raça corresponde o desfalecimento do poder criativo, a inércia da inteligência, a esterilidade do estudo, a degeneração da fantasia, o abandalhamento do gosto, a atrofia do próprio caráter e, em último resultado da decadência geral, a desnacionalização pelintra de todo um povo” (Ortigão, 2006 [1896]: 70).

O arrolamento da riqueza artística era central e estava ligado à competência da nação, ao sentir coletivo e ao desenvolvimento das indústrias. Em 1890, no âmbito das novas competências do Ministério da Instrução Pública, era considerado “a pedra fundamental de toda a construção destinada a dar à arte portuguesa o lugar que lhe compete na história geral da nacionalidade, na orientação do sentimento coletivo do povo, no conjunto dos elementos de impulsão e de progresso para o desenvolvimento das indústrias” (Ortigão, 2006 [1896]: 95), informava Ramalho Ortigão.

Em poucos anos, três elementos da Comissão dos Monumentos tinham expressado a necessidade de agir quanto ao assunto magno do inventário, por diversas formas. Gabriel Pereira com a questão dos inquéritos (1894), tentando cumprir esse arrolamento; Ramalho Ortigão com a escrita de um livro (1896), no qual pedia a publicação de uma lei que integrasse os direitos especiais do Estado em relação à guarda dos monumentos e objetos de arte; e Fernando Larcher, com a apresentação de um projeto de lei para conservar os monumentos e objetos de arte, única iniciativa parlamentar deste género (1897) que, de resto, citava o trabalho de Ortigão na sessão da Câmara dos Pares em que foi lido⁷⁶⁹. A ineficácia de sucessivas tentativas de envolver responsabilidade política na guarda e conservação dos monumentos devia ser vista não tanto como sendo resultado da indiferença dos deputados e dos governantes mas como um caminho que foi preciso percorrer para que o Estado considerasse que tais prerrogativas lhe eram úteis enquanto afirmação de poder, embora seja verdade que

⁷⁶⁹ Fernando Larcher, Câmara dos Pares do Reino, ata de 1897-1-27, diário número 8, pp.81-82

Mouzinho da Silveira intuiu que tais arrolamentos, na distante década de 30, fariam parte desse instrumento representativo. E a prova de que tais prerrogativas estavam a integrar os deveres estatais foi, em primeiro lugar, testemunhado pela grande reforma de instrução de final do século, protagonizado em larga medida pelo pedagogo Jaime Moniz, em que a questão do inventário se imiscuia diretamente na transmissão da informação aos alunos.

O INVENTÁRIO SEGUNDO RAMALHO ORTIGÃO

A forma como deveria ser feita a inventariação das coleções, seguindo modelos estrangeiros, foi explicada e detalhada por Ortigão no seu livro. “O processo de inventariação de cada peça artística constaria de duas partes” (Ortigão, 2006 [1896]: 100). A primeira seria a reprodução através de fotografia, de gesso ou de galvanoplastia, com registo do respetivo molde; a segunda seria a escrita de um verbete, que correspondia à fotografia através de um número de ordem, com as seguintes indicações: descrição sumária do objeto; lugar onde se encontrava; nome do proprietário; antecedentes; atribuição; avaliação; e a escola em que tinha sido feita a reprodução. “Com a coleção completa das fotografias e dos verbetes a que aludo, o Estado, em Portugal, sem ter da riqueza artística da nação um inventário tão desenvolvido e tão perfeito como o que outros países possuem, teria no entanto um arrolamento explícito e achar-se-ia habilitado a ministrar-nos o mais eficaz meio de estudo” (Ortigão, 2006 [1896]: 101).

Evidentemente, este arrolamento estava em conexão estreita com a disseminação da instrução, em especial da educação artística, para além de estar em consonância com o objetivo de o Estado poder fundar o mais elementar museu de reproduções, que tão insistentemente tinha sido reclamado por Joaquim Vasconcelos. “Da coleção integral, subdividida em tantas séries diversas quantos os diferentes critérios de classificação que se lhe aplicassem, se extrairiam coleções especiais, em edições mais ou menos modestas, relativas a cada ramo de ensino, geral ou especial, e destinadas às escolas de belas-artes, às escolas industriais, aos museus das escolas primárias e secundárias, às oficinas, aos operários” (Ortigão, 2006 [1896]: 101).

No caso das escolas artísticas, Ortigão elaborava mesmo sobre como se deveria atuar nas aulas para que o património pudesse ser incorporado pelo trabalho de

descodificação dos alunos. “Eliminando os números que relacionam os verbetes com as fotografias, os alunos das escolas de arte, procurando para cada fotografia o verbebo correlativo, e satisfazendo por esse processo aos mais variados quesitos de classificação, habituar-se-iam, por meio dos exercícios habitualmente pedagógicos, a discernir as épocas e os estilos, retendo todas as diversidades da forma pela memória da vista” (Ortigão, 2006 [1896]: 102).

Este património de reproduções era um tópico central da reorganização que se pretendia para a Academia Real de Belas-Artes e para a instalação, tantas vezes pedida, de um museu de artes, denominado no princípio do século XX como museu de arte antiga ou museu nacional de belas-artes de Lisboa, “onde cronologicamente e por meio de modelações hoje tão facilmente adquiríveis em todos os museus da Europa, o aluno possa ter a representação do esforço estético, nas suas sucessivas evoluções”⁷⁷⁰. Assumia-se que os vestígios das civilizações passadas, “métopes [intervalos quadrados entre os elementos dos frisos dóricos], capitéis, estelas, figurinhas, cerâmica” tinham uma “influência radicada e duradoura, não só na educação geral que todo o artista deve possuir mas pela documentação que oferece à concepção de um quadro, de uma figura, de um monumento”⁷⁷¹. Sem um museu, dizia-se, o estudo da história de arte é contraproducente; “sem a representação modelar, a noção que o professor tente imprimir é falsa e efêmera”⁷⁷².

Sem o conhecimento das riquezas arquitectónicas portuguesas, o trabalho dos futuros arquitetos seria inviável, pelo que se estabelecia para os estudantes de arquitetura bolsas de viagem subsidiadas pelo governo para que pudessem, no decorrer das férias escolares, apreciar as relações íntimas entre o clima, os materiais e a lógica das construções e estudar condignamente os monumentos nacionais. “Projetos de acabamento de monumentos que ficaram incompletos, de restauração de outros que se encontram em ruínas, estudos de decoração, esboços, simples cópias, tudo será dado ao aluno para assunto de trabalho durante a sua excursão, fornecendo-se-lhe assim, pela observação comparativa de lugares diversos, uma maior liberdade criadora”⁷⁷³. Com a criação das bolsas de viagem, segundo o deputado Cristóvão Aires, “pretende-se radicar

⁷⁷⁰ Decreto de 14 de novembro de 1901 reorganizando a Academia Real de Belas-Artes de Lisboa e a Escola e o Museu de Belas-Artes, *Coleção oficial de legislação portuguesa, ano de 1901*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1902, p.889

⁷⁷¹ *Ibidem*

⁷⁷² *Ibidem*

⁷⁷³ *Ibidem*, p.890

no espírito do artista o culto pelos monumentos nacionais, educando-lhes o gosto no sentido das nossas brilhantes tradições artísticas”⁷⁷⁴.

Esta reorganização entregava a responsabilidade de realizar o inventário nacional à Academia de Belas-Artes de Lisboa, à qual competia proceder ao “arrolamento dos objetos de arte existentes em Portugal e obstar, por todos os meios legais, a que saiam do país”⁷⁷⁵. O desenvolvimento seguinte desta legislação previa que a Academia de Lisboa tivesse a ajuda da Academia Portuense de Belas-Artes no prosseguimento do inventário e que também os alunos de arquitetura do Porto fizessem excursões para conhecer os monumentos e as tradições artísticas nacionais.

Nunca era esquecida a função educativa da arte e a sua ligação ao comportamento das populações, fossem estudantes ou cidadãos. “Seria uma banalidade inoportuna exemplificar, com a variadíssima documentação que nos fornece a história, o papel fundamental educativo que a arte desempenha na orientação e na vida moral de um povo”⁷⁷⁶. Ramalho Ortigão falava mesmo da arte como um substituto da fé, capaz de depurar os mais nobres sentimentos e de enobrecer as paixões mais relevantes, colocando artistas e filósofos como se eles fossem governantes espirituais do mundo sensível. “É pelo culto da arte, invocado nestas páginas, que a religião da nacionalidade se exterioriza e se exerce” (Ortigão, 2006 [1896]: 106).

A mesma ideia era sabidamente passada no Parlamento. “Ninguém hoje contesta o valor moral da arte, a influência que ela exerce na educação dos povos, a satisfação que dá às necessidades ideais do espírito, o respeito que incute por tradições que fortalecem o culto da nacionalidade”⁷⁷⁷. Ao Estado competia criar a condição de fazer essa ligação perene entre a presença da arte e a formação dos cidadãos, não esquecendo que “criar cidadãos que beneficemente o sirvam deve ser a primeira obrigação do Estado”⁷⁷⁸ e não olvidando que havia nessa junção uma função integradora, como lembrava o deputado Cristóvão Aires durante a discussão do plano de reorganização da Academia Portuense

⁷⁷⁴ Cristóvão Aires de Magalhães Sepúlveda, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1902-4-18, diário número 58, p.19

⁷⁷⁵ Decreto de 14 de novembro de 1901 reorganizando a Academia Real de Belas-Artes de Lisboa e a Escola e o Museu de Belas-Artes..., p.890

⁷⁷⁶ *Ibidem*, p.889

⁷⁷⁷ Ernesto Rodolfo Hintze Ribeiro, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1902-4-18, diário número 58, p.8

⁷⁷⁸ Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1902-4-18, diário número 58, p.7

de Belas-Artes. “A arte é uma das manifestações superiores do espírito humano e para uma nacionalidade é um dos grandes elementos da sua integração”⁷⁷⁹.

Ramalho Ortigão deixou escrito que haveria uma espécie de sucedâneo da política na arte, pois a política parecia ter entrado numa normalização de procedimentos que nada devia à paixão, ao amor ou ao afeto. “As leis continuam a fazer-se com o destino único de serem consecutivamente e invariavelmente decretadas, infringidas e revogadas, para se substituírem por leis novas, que por seu turno se decretam, se infringem e se revogam, como sucedeu às anteriores, como sucederá às que se seguirem” (Ortigão, 2006 [1896]: 107).

Esta entrada da política nos eixos, esta normalidade pouco afetada pelo sentimento, serviria o propósito de criação de uma distância entre política e arte que favorecia a segunda, como campo onde se não manifestavam as baixeiras da política e onde o progresso da nação era favorecido. “A arte, levantando o espírito dos povos, perpetuando e engrandecendo as suas tradições, unificando os sentimentos pelo culto do passado em harmonia com os estímulos do futuro, tem sido muitas vezes a salvadora das nações nas suas crises mais graves (*Apoiados*).”⁷⁸⁰.

O CULTO POR ALOÏS RIEGL

Essa consideração da política levou mesmo o deputado Cristóvão Aires a lamentar que o Parlamento, casa das discussões políticas, tivesse como principal ocupação a política e não a elevação do pensamento que as coisas do espírito concederiam, pressupondo, portanto, uma clivagem entre espírito e política. “Dizia há anos o erudito escritor portuense o senhor Joaquim Vasconcelos, num dos seu livros consagrados à arte, sua paixão e enlevo: algum dia chegará em que a questão da organização do movimento intelectual do país será a primeira no Parlamento. Não é infelizmente chegado ainda esse dia porque o Parlamento, assembleia de uma natureza muito especial entre nós peninsulares, continua a ter por principal preocupação a política”⁷⁸¹.

⁷⁷⁹ Cristóvão Aires de Magalhães Sepúlveda, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1902-4-18, diário número 58, p.20

⁷⁸⁰ Cristóvão Aires de Magalhães Sepúlveda, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1902-4-18, diário número 58, pp.20-21

⁷⁸¹ *Idem, ibidem*, p.19

A ideia de um culto de Estado, insofismável, irrefutável, tão indiscutível quanto os palácios dos reis eram inalienáveis e imprescritíveis, foi talvez definido da forma mais reveladora pelo presidente da Comissão Austríaca dos Monumentos. Aloïs Riegl considerou os monumentos divididos em três categorias: os monumentos *intencionados*; os monumentos *históricos*; e os monumentos *antigos*, que descreveriam três valores rememorativos diferentes. Os primeiros tinham sido deliberadamente construídos para servirem de rememoração a um acontecimento, devendo desaparecer quando se extinguissem as gerações neles interessadas; todos os monumentos teriam sido intencionais entre a Antiguidade Clássica e a Idade Média.

Os segundos eram monumentos escolhidos não pelos seus autores mas pelos contemporâneos, pois por volta do século XV começou-se a configurar em Itália um novo valor rememorativo, sobre vestígios que não só lembravam a grandeza do antigo Império mas que tinham um valor histórico e artístico, certamente limitado inicialmente aos vestígios dos povos de cultura clássica; o elemento novo era o de que os homens reconheciam em obras antigas, separadas de si por milhares de anos, estádios prévios da sua própria atividade artística, cultural e política, ampliando para um tempo infinito o interesse pelos monumentos intencionais e conferindo ao passado um valor de criação contemporânea, embora dentro de um interesse circunscrito patriótico-nacional. O que distinguia, na base os monumentos *intencionados* dos *históricos* era a capacidade de os escolher: os *intencionados* eram escolhidos pelos seus autores, os *históricos* podiam sê-lo por pessoas separados deles por séculos ou milénios.

Mas era nos terceiros, os monumentos *antigos*, que devia refletir-se a atenção: constituiriam todos os vestígios feitos por humanos, sem atender ao propósito original. Os monumentos *antigos* significavam a multiplicação, no século XX, da importância dada aos vestígios, e da multiplicação dos seus destinatários: não mais só os especialistas mas a toda a gente, pois a antiguidade podia dirigir-se a todos sem exceção e a todos interpelar. Eles eram “toda a obra devida à mão humana, sem atender ao seu significado original nem ao objetivo a que estava destinada, desde que denote exteriormente de um modo manifesto que existiu e ‘viveu’ durante bastantes anos antes do presente” (Riegl, 2008 [1903]: 32).

As três categorias definidas (*intencionados*; *históricos*; *antigos*) desenhavam círculos concêntricos cada vez mais abrangentes: os monumentos intencionados estavam integralmente incluídos nos históricos ou não intencionados; e encontraríamos todos os monumentos históricos incluídos nos monumentos antigos, sendo o círculo destes o

mais abrangente de todos. Estes três tipos de monumentos, dizia Aloïs Riegl, transportavam três valores diferenciados. Os monumentos *antigos* centravam o seu valor nas possibilidades infinitas da sua destruição, isto é, centravam as suas preocupações nas forças da natureza que, a todo o momento, podiam cortar a aspiração à manutenção rememorativa; os monumentos *históricos* centravam o seu valor na ideia de deter a sua destruição exclusivamente a partir do momento presente; os monumentos *intencionados* centravam o seu valor na perpétua renovação da imortalidade, de um eterno presente, do permanente estado de génese.

Os monumentos *antigos* exibiriam a sua imperfeição, erosões de cor e forma, ruínas que não toleraríamos em obras modernas, sendo essas marcas a distinção da sua distância relativamente a nós. “As manifestações de destruição (deterioração precoce) na obra humana recente desagradam-nos tanto como as manifestações de criação recente (restaurações exageradas) na obra humana antiga” (Riegl, 2008 [1903]: 51), como tinha sido exemplarmente demonstrado ao longo do século XIX nas críticas ferozes aos restauros e ao alegado pouco cuidado nas intervenções. Se não houvesse uma destruição fulminante, aos monumentos *antigos* devia deixar-se que as forças da natureza atuassem, o que quer dizer que o culto ao valor da antiguidade atuaria contra a conservação dos monumentos e pela sua própria paulatina destruição, enquanto pudesse reconhecer-se algum esforço humano, quando se tratasse de ruínas. “Do ponto de vista do valor da antiguidade não se trata, pois, da conservação eterna dos monumentos criados no passado pela atividade humana mas de mostrar eternamente o ciclo de criação e destruição, de génese e extinção” (Riegl, 2008 [1903]: 54). O poder irradiador do valor de antiguidade, compreensível para todos, pessoas, cultivadas e incultas, entendidas e ignorantes, viria a ser mudado pela necessidade de agir sobre os monumentos: seria aí que o Estado exibiria a potência do seu poder decisor. O valor de antiguidade seria potente para o Estado e poderoso para a sua autoridade. A todos, a antiguidade falava de um segredo por desvendar e de uma festa prometida, talvez um segredo dirigido aos pesquisadores e uma festa aos consumidores.

VALORES DE ANTIGUIDADE E HISTÓRICO

Os monumentos *históricos* representavam uma etapa determinada na evolução, uma génese que estava apartada, pelo transcorrer do tempo, de nós; as perdas e deformações

que os monumentos antigos exibiam eram um contratempo para o valor histórico, pois este construía-se em torno da informação. Se os historiadores pudessem ambicionar algo, seria o preenchimento dos vazios que o tempo tinha roubado; é verdade que, para o conhecimento histórico, a ambição seria a totalidade mas era a sua ausência que construía a pertinência da sua atuação; quer dizer que o valor histórico, tal como o valor de antiguidade, consideraria os monumentos intocáveis, por motivos diferentes: o primeiro, porque se tratava de o tratar como *documento*; o segundo, porque se tratava de deixar atuar as forças da natureza. Isso criava uma clivagem entre ambos, pois considerar o valor histórico seria aceitar como irremediável a deterioração até ao presente mas impedir que ela se projetasse no futuro. “O culto ao valor histórico deve, pois, cuidar de que o estado em que nos chegaram os monumentos se conserve na maior medida possível” (Riegl, 2008 [1903]: 58-59).

Sendo ambos rememorativos, os valores de antiguidade (valor recente) e histórico (valor instituído de há muitos séculos a esta parte) diferenciar-se-iam profundamente do ponto de vista da conservação. Riegl acentuou que mesmo os mais fanáticos partidários do valor de antiguidade deveriam reconhecer que parte do prazer classificatório residiria na categorização histórica e tipológica (Riegl, 2008 [1903]: 59) e que, portanto, a faculdade de todos se interessarem pelos monumentos não eliminava a necessidade de reunir conhecimentos pertinentes (Riegl, 2008 [1903]: 60).

Quanto ao valor histórico, por depender de uma base científica, distanciar-se-ia por exemplo das considerações gerais que o Parlamento fez dos monumentos, estas mais dirigidas a um saber-comum, de uma certa insipidez, típica da cultura para as massas. “O valor de antiguidade, mais íntimo, vê-se obrigado a retroceder ante o [valor] histórico, como valor mais puro, de certo modo mais apreciável objetivamente e por ele se impõe de um modo mais firme, algo que pode intensificar-se até poder sufocar o valor de antiguidade” (Riegl, 2008 [1903]: 62).

De um certo ponto de vista, os deputados chamaram a atenção para o valor histórico mas estavam a jogar, na terminologia de Riegl, com o valor de antiguidade e um certo presentismo de atuação, como aconteceu aquando do desabamento de parte dos Jerónimos, que suscitou uma intervenção para reconstruir as ruínas. “Há pouco houve em Belém o desabamento de uma importante obra de arte, e sob as suas ruínas ficaram sepultados alguns indivíduos”⁷⁸². “A deterioração prematura de um organismo

⁷⁸² Miguel Tudela de Sousa Nápoles, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1879-2-22, diário número 39, p.558

monumental causa o mesmo efeito que uma intervenção violenta, antinatural e desnecessária sendo, portanto, algo desagradável” (Riegl, 2008 [1903]: 63).

Se a conservação eterna não era possível, bem se podia dizer que o valor de antiguidade era mais executável e fácil de conseguir. Quanto aos *monumentos rememorativos intencionados*, bastaria pensar em um fragmento de mudança que se opusesse à recordação: se, numa coluna comemorativa, uma inscrição fosse apagada, a intenção desvanecia-se por inteiro. Por conseguinte, o postulado destes monumentos seria o da restauração, sem a qual os monumentos perderiam rapidamente o seu caráter intencionado e, neste sentido, seriam inimigos declarados dos monumentos antigos (Riegl, 2008 [1903]: 67-68).

Questões sobre os três tipos de valor discutidos por Riegl (valor de *antiguidade*; valor *histórico*; valor *rememorativo intencionado*)⁷⁸³ levantavam, para o autor, outras considerações relacionadas com o valor de uso. O encanto do valor de *antiguidade*, dizia ele, era totalmente conseguido por monumentos cuja reutilização prática não podia obter-se e, por conseguinte, estavam esvaziados de uma vida quotidiana que os ressignificasse para além da existência como relíquia (restos de um castelo numas escarpas ou um templo romano no meio da cidade).

Se houve situação representativa no Portugal do século XIX foi a reutilização de espaços conventuais ou outros espaços religiosos para toda a ordem de instalações do Estado, nas quais podiam facilmente conviver aquartelamentos militares com obras de arte e com bibliotecas, como aconteceu com as instalações da Academia de Belas-Artes de Lisboa. Houve, portanto, uma conservação dos monumentos para lá daquela que foi amplamente tomada como exemplo pelos especialistas, que exigiam restaurações entretanto tornadas canónicas e um inventário de existências, à qual se refere Riegl. “Toda a conservação dos monumentos do século XIX se baseava, numa parte considerável, nesta concepção tradicional [triumfo do novo sobre o envelhecido], mais exatamente, em uma íntima fusão do valor de novidade com o valor histórico. Todos os traços notórios de deterioração devida a forças da natureza deviam ser eliminados, o fragmentário e incompleto havia de ser completado para restabelecer um todo fechado e uno” (Riegl, 2008 [1903]: 81).

⁷⁸³ Na verdade, Riegl discutia ainda outros valores: de novidade, artístico relativo, de contemporaneidade, instrumental. Toda a discussão se fazia no âmbito da ocupação do cargo de presidente da Comissão Central Imperial e Real de Monumentos Históricos e Artísticos, com o objetivo de desenhar um plano para conservar os monumentos públicos da Áustria

A conservação dos contemporâneos oitocentistas intimou os edifícios a continuarem operacionais e a embrulhada que lá se vivia devia remeter para as imagens dos gabinetes particulares ou dos museus, onde as peças se expunham onde fosse possível, incorporando-se nas paredes como se fossem um tecido que as forrasse de alto-a-baixo. E deveria, pelo menos em parte, explicar por que os poderes estavam menos preocupados com o inventário do que com o encontro de soluções que abrigassem múltiplos serviços nos espaços desvitalizados. O que viria a gizar-se era um desenvolvimento dessa ideia de Riegl, o de que o valor de antiguidade seria um fator de potência e afirmação do Estado e, como tal, de afirmação como pertença genérica a todos, efetivamente de cultivados e de incultos. Se o valor de antiguidade multiplicava o número de vestígios só o faria à custa do entendimento de que eles eram significantes por relação com o poder estatal e todos os lamentos e satisfações que estavam a ser ouvidos no Parlamento português acerca de monumentos eram, a partir dos finais do século XIX, lamentos ou satisfações pela ação do Estado ou, melhor ainda, pelas possibilidades de o Estado atuar.

A ideia de culto, ligada ou não à proteção dos monumentos, não era especialmente inédita – ela estava nos discursos referida como o culto disto e daquilo, banalizada dessa forma enquanto expressão. Como referiu um deputado, a máxima liberdade de atuação estava na observância do culto das leis, onde se incluiria, no final do século XIX, o culto aos monumentos. “A independência absoluta dos poderes do Estado; o culto devotado da lei; o respeito pelas normas da moralidade, são para mim condições essenciais da liberdade”⁷⁸⁴; estava também na ideia de escritores que falavam do culto do passado e dos seus vestígios, banalizada, de certo modo, enquanto ideia – mas porque o Estado a instituíra para si como tarefa, em ligação com a dignidade que se lhe devia observar, fazendo-a constar de legislação que passava a marcar as responsabilidades coletivas em face dos monumentos e, por via deles, construindo uma majestade que os poderes constitucionais monárquicos herdaram enquanto representação nacional.

⁷⁸⁴ José Estevão de Moraes Sarmiento, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1892-3-26, diário número 52, p.37

A FUNÇÃO DE MASSA DOS MONUMENTOS

O texto de Riegl estabelecia que o culto aos monumentos era moderno, era um facto do presente e do século XX, mesmo se devia observar-se que um culto antigo dos monumentos tinha sido realizado em nome do valor de rememoração (aquele ligado ao valor rememorativo intencionado). Era nessa base, de um culto moderno pelos vestígios arcaicos, que uma ligação à vontade de poder do Estado se devia identificar, para entender o seu sucesso e para entender como se tornou, para nós, uma *evidência*, uma forte presença, dotada do seu corpo sacerdotal e funcionário.

No texto, Riegl deu nova forte contribuição para a relativização das classificações, com a sua ideia de vontade artística (*kunstwollen*), ao tentar discutir que os monumentos não tinham apenas um valor rememorativo nem apenas histórico mas também artístico e que esse valor artístico estava longe de ser objetivo. A vontade artística mais não era do que assumir que, em cada época, os gostos mudavam como mudava a impressão que nos causariam os vestígios, como mudava a percepção do que devia ser conservado e que essas mudanças só podiam ser entendidas na plenitude se estivessem ligadas às decisões de poder que as caucionavam. “Segundo a concepção mais recente, mede-se o valor artístico de um monumento pela sua proximidade às exigências da moderna vontade artística, exigências que, certamente, estão ainda mais afastadas de encontrar uma clara formulação e que, em rigor, nunca será encontrada, já que variam incessantemente de um sujeito para outro e de um momento para outro” (Riegl, 2008 [1903]: 28).

Seguindo a nomenclatura tripartida de Riegl em relação aos monumentos – na qual o conservador austríaco atribuía, sobretudo, à segunda das três categorias, os monumentos históricos, o grande valor patriótico – os vestígios do passado estavam a ser considerados pelos deputados do Parlamento português sempre sob um ponto de vista nacional e patriótico quaisquer que fossem e, mesmo que fossem de um tempo anterior à nacionalidade, a sua existência preanunciava a vida do Estado moderno, ou seja, preanunciava a própria relevância contemporânea dos parlamentares.

Riegl insistiu na ideia de que qualquer pessoa poderia distinguir uma torre antiga de outra nova e que este valor de antiguidade se destacaria em relação ao valor histórico, que obrigaria a uma reflexão intelectual assente em bases científicas. “O valor de antiguidade pretende constituir o logro absoluto da ciência para todos (...). Nisto, é semelhante ao cristianismo, se o considerarmos à luz da razão humana e à da revelação divina” (Riegl, 2008 [1903]: 55). Ramalho Ortigão falava da arte como substituta da fé.

Riegl dissertou, igualmente, sobre o que atrairia as massas, em função das experiências restauradoras que ocuparam o século XIX e que assustaram os mais letrados e conhecedores, vistas como aviltamentos sem respeito. Essas experiências poderiam ser, em parte, explicadas pela ideia de que “só o novo e completo é belo, segundo as ideias das massas; o velho, fragmentário e descolorido é feio” (Riegl, 2008 [1903]: 81) e assim a reabilitação tendo em vista repor um estado original “foi, no século XIX, o objetivo manifestamente declarado e propagado com ardor, de toda a conservação racional de monumentos” (Riegl, 2008 [1903]: 81).

Riegl considerou que em monumentos não religiosos, existiram vários casos em que “a dignidade do proprietário – o decoro, como geralmente se diz – exige a eliminação dos vestígios da deterioração, pois a dignidade não é outra coisa que autoafirmação, isolamento em relação ao ambiente circundante” (Riegl, 2008 [1903]: 82). Pense-se de que modo o prestígio dos proprietários de um palácio de alta nobreza ou de um soberbo palácio do governo seria prejudicado por um abandono descuidado ou por um reboco que estivesse desconchavado.

Quanto aos monumentos religiosos, não haveria outros que estivessem mais obrigados a reconhecer-se-lhes o decoro, pois, por um lado, igrejas, estátuas de divindades ou de santos estavam em relação com o salvador divino e representavam o que havia de mais digno criado pela mão humana (Riegl, 2008 [1903]: 89); e, por outro, nos fundamentos do catolicismo estava incluído o gérmen de um culto ao valor rememorativo, bastando pensar na veneração aos santos em dias votivos e na crescente atividade da história da Igreja que faria de cada uma das obras de arte religiosas monumentos seus (Riegl, 2008 [1903]: 90). Uma pretensão de validade geral acompanhava, no início do século XX, os partidários do valor de antiguidade dos monumentos, levando-os a manifestar-se de modo intransigente. “Estão convencidos de que não há salvação estética exceto no valor de antiguidade” (Riegl, 2008 [1903]: 56). Se o valor de antiguidade poderia ser reconhecível por todos, os seus partidários mais radicais eram das classes cultivadas, aquelas que falavam de um prazer quando contemplavam monumentos. Esse prazer, contudo, era o prazer dos intervenientes e não dos meros contempladores.

“Confessarão a si próprios que o prazer que sentem ante um monumento não tem só origem no valor de antiguidade mas também em boa medida na satisfação que lhes proporciona poder classificar um monumento como clássico, gótico, barroco, etc., segundo um conceito de estilo existente na sua cabeça” (Riegl, 2008 [1903]: 59). Ou seja, parte do prazer que as classes cultivadas tinham sobre os monumentos vinha do

exercício da tutela efetiva sobre eles. Era a força de tutoria, isto é, a subordinação aos seus ditames, que lhes daria prazer, era poder decidir sobre o futuro. “Isto não se deve apenas a uma ativa propaganda técnica [dos grupos aficionados] mas seguramente que o fator decisivo é a força que reside nele [no valor de antiguidade] para dominar todo um futuro” (Riegl, 2008 [1903]: 56). Deste ponto de vista, as classes cultivadas operavam sobre os monumentos como sacerdotes dotados de poderes salvíficos, pois passavam a intervir sobre o futuro dos imóveis, desde logo classificando-os, negando uns e elogiando outros, exercendo essa pretensão de validade geral.

O PATRIMÓNIO COMO UMA QUESTÃO IMPERTURBÁVEL, EM QUE NÃO HÁ ESQUERDA NEM DIREITA

Isso quereria dizer que o património se tornaria uma questão imperturbável que só se alterou em detalhes e que no seu centro (poder irradiador do Estado) se manteve perene. Que se tornou uma questão nacional, mas o que era exatamente uma questão nacional? “Senhor presidente, todos nos achamos de acordo nesta questão; e que quererá isto dizer? Quer dizer que esta questão é uma questão nacional e numa questão nacional não há direita nem esquerda nem centro (*Apoiados*)”⁷⁸⁵; “Todos nós temos por dever pugnar pela dignidade do sistema representativo, para isto não há direita nem esquerda, somos todos o mesmo”⁷⁸⁶; “Senhor presidente, neste negócio não há direita nem esquerda, há só o interesse público”⁷⁸⁷.

A eficácia de uma coisa tornada evidente também deveria ser compreendida em função de que eram velhos objetos, monumentos de outras épocas, feitos enterrados e vidas concluídas que estavam em causa. “Depois da morte não há esquerda, não há direita, não há monarquistas, não há republicanos”⁷⁸⁸. Com um feroz pressentimento, Riegl afirmava que uma moderna conservação de monumentos teria de contar com esses partidários do valor de antiguidade, acrescentando que tal partido “não deve sem pode ser impedido” (Riegl, 2008 [1903]: 56). No começo do século XX, parecia-lhe que um

⁷⁸⁵ Jacinto Augusto de Sant’Ana e Vasconcelos, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1858-11-26, diário número 19, p.175

⁷⁸⁶ António Maria Fontes Pereira de Melo, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1865-8-9, diário número 89, p.1833

⁷⁸⁷ Augusto Xavier da Silva, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1846-5-1, diário número 1, p.4

⁷⁸⁸ José Maria Caldeira do Casal Ribeiro [Conde do Casal Ribeiro], Câmara dos Pares do Reino, ata de 1871-5-8, diário número 28, p.150

valor imediatamente reconhecível, o de antiguidade, poderia tornar-se especialmente claro em relação ao valor histórico, que seria tanto mais presente quanto menores fossem as alterações que os monumentos tivessem sofrido mas que seria somente presente através do estudo, do trabalho intelectual.

Marcas de deterioração que seriam fundamentais para estabelecer o valor de antiguidade eram um empecilho para quem quisesse estabelecer o valor histórico (na medida em que faziam perder informação). Os partidários do valor de antiguidade defenderiam que os monumentos eram intocáveis, para neles deixar atuar as forças da natureza e os partidários do valor histórico também defenderiam essa intocabilidade, para manter intato um documento com toda a informação. Pois da época contemporânea em diante seria preciso parar a deterioração – que reduziria o valor histórico e a capacidade de reconstituição. Segundo Riegl, a maior parte dos monumentos seria intocável por várias razões – uma intocabilidade que os retiraria paulatinamente da vida.

Pode dizer-se que o Estado moderno assumiu essa vontade das formas, a vontade dos monumentos, anunciando-a como culto. E quando se esperava talvez que tal culto não pegasse – como afinal não pegou a vontade de inventário durante tanto tempo – a verdade é que ele foi decisivo para um outro trânsito que estava a fazer-se e se sedimentou por uma razão já anunciada: porque o decoro das funções majestáticas, em grande evaporação, estava a ser absorvido por outras personagens e foi absorvido, em parte, através do culto aos monumentos; porque a turbulenta vida política de Oitocentos estava a encarregar-se de construir o seu decoro (a sua *realeza* sem reis) sobre os escombros do decoro pertencente aos reis, tornando-o, de futuro, inalienável e imprescritível, isto é, afavelmente consonante para com o programa de qualquer força parlamentar; porque a política encontrou uma base para o seu decoro numa forma moderna, através da conservação dos monumentos, contando que um deleite que tinha sido de classes pensantes pudesse misturar-se com os anseios das massas. É verdade que Riegl dizia que uma base científica de conhecimento (o saber histórico) nunca poderia estar na base da adesão das massas. A possibilidade de adesão das massas estaria em um outro lugar, portanto; talvez nos imaginários contos de príncipes e princesas encantados que os vestígios históricos ajudavam a construir como semelhanças de um pensamento.

Há mais de cem anos, Aloïs Riegl ajudou a estabelecer um conjunto de ideias que fizeram pensar por que razões os monumentos se tornariam, na nossa cultura, indiscutíveis e a maior estranheza que o seu texto devolve, no século XXI, é a ausência de debate sobre questões que ele levanta: valores que poderiam conflitar (histórico, de

antiguidade) partilhavam a mesma ideia sobre monumentos: deviam ser intocáveis, desde que não se tratasse de monumentos com valor rememorativo intencional, pois estes pediriam a restauração para se manterem vivos; o valor de antiguidade, segundo Riegl, estava a ganhar terreno ao valor histórico, se bem que pudessem coincidir em muitos casos, sendo que o valor de antiguidade se dirigiria preferencialmente às massas – embora adotado principalmente por grupos de classes dominantes – e o valor histórico se confinaria a especialistas e conhecedores; os monumentos estavam à mercê de vários cultos (do valor de antiguidade; do valor histórico; do valor de rememoração intencional); estes grupos partidários do valor de antiguidade seriam largamente majoritários no século XX (Riegl publicou o seu texto em 1903) e não seriam combatidos, isto é, não deveriam ser combatidos; o prazer que as classes cultivadas retiravam dos monumentos era o de fornecer-lhes um futuro, tutelando-os; estes grupos ligados ao valor de antiguidade dos monumentos traziam consigo uma pretensão de validade geral das suas convicções que acabaria por casar-se na perfeição com a adoção pelo Estado de um culto aos monumentos.

Não seria sem argumentos que o decoro faria uma incursão pela fixação de um culto aos monumentos. O decoro (ou decência, ou honra, ou dignidade, ou integridade, ou ordem, ou prestígio, ou brilho, ou respeito, ou continuidade) obrigaria à conservação do que existia, à manutenção e à salvaguarda de qualquer coisa que já estava na vida – paradoxalmente retirando dela os vestígios – e faria dos seus defensores pessoas essencialmente preocupadas com o mantimento de um conjunto de condições que permitiriam encarar o futuro com menos receio do que nele pudesse haver de inesperado, isto é, em primeiro lugar, com menos receio da possível alteração das condições em que esses defensores públicos se pudessem imaginar expulsados do seu poder. Se os altos interesses da nação começavam a coincidir, no caso que nos interessa, com a salvaguarda de monumentos, é certo que os monumentos estavam a incorporar uma forma de exercício do poder.

A primeira razão que poderia ser observada para que o Estado considerasse a conservação dos monumentos era o facto de ela representar uma extensão do seu poder sobre o passado e sobre o futuro dos homens, ao decidir arbitrariamente o que devia ser salvaguardado e o que não precisava de ser mantido e, antes disso, ao decidir que alguns vestígios do passado deviam ser mantidos; se os deputados falaram – e como falaram! – do prestígio das instituições que representavam quando evocavam algum caso de

destruição de monumentos, como se estivesse em causa esse prestígio, de que outra coisa estavam a falar, em primeiro lugar, senão do seu poder representativo?

O EXEMPLO DA FÁBRICA DE GÁS DE SÃO VICENTE DE BELÉM

A celeuma causada pela localização da fábrica que abastecia de gás a cidade de Lisboa, localizada quase junto ao monumento da Torre de São Vicente de Belém, estrategicamente num dos pontos mais baixos da cidade para permitir a subida do gás a pontos elevados sem o uso de grande pressão, demonstra-o bem. “[A companhia do gás] foi para vergonha nossa construir o seu gasómetro ao pé de um dos nossos melhores monumentos nacionais”⁷⁸⁹. Em 1886 a Câmara de Lisboa tinha aberto um concurso para reformular o contrato existente para iluminação pública a gás e a concessão viria a ser atribuída a um consórcio denominado Sociedade Gás de Lisboa no ano seguinte.

“Temos à nossa vista o espetáculo deprimente do gasómetro de Belém a estragar um dos monumentos mais belos do país e que representa não só uma bela obra de arte, uma bela escola, mas que representa também um dos factos mais notáveis da nossa história; parece-me, pois, que levantando a minha voz nesta casa e neste momento, chamando a atenção do senhor ministro das Obras Públicas para o que eu entendo ser uma questão de ordem superior e que representa o amor pelas nossas tradições e o respeito pelo que temos de mais belo, cumpro simplesmente um dever, que julgo indeclinável”⁷⁹⁰; “hoje, o gracioso fundo de airosas casinhas e verdejantes colinas, sobre as quais ressaía tão pitorescamente o brando perfil da histórica fortaleza, foi substituído pela irónica perspectiva de um informe e abjeto gasómetro”⁷⁹¹.

Segundo o Par do Reino Fernando Larcher, que se admirava pela circunstância de o monumento não ser protegido mesmo sendo classificado como praça de guerra de segunda classe e estar em área ao abrigo das leis de servidão militar, “o lindo e doirado areal que tão docemente esbatia as arestas vivas da cantaria esculpida, acha-se transformado num misto informe e negra confusão de poeiras pretas, pardacentas cinzas, escuro alcatrão e sujo tijolo; finalmente, para cúmulo da degradação, a fina

⁷⁸⁹ Feliciano Gabriel de Freitas, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1890-6-4, diário número 31, p.523

⁷⁹⁰ Cristóvão Aires de Magalhães Sepúlveda, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1901-1-17, diário número 8, p.34

⁷⁹¹ Fernando Larcher, Câmara dos Pares do Reino, ata de 1897-1-27, diário número 8, p.83

transparência da atmosfera que envolvia e fazia realçar aquele delicioso conjunto, vê-se agora perpetuamente conspurcada por densa nuvem de gorduroso fumo. (...) Será finalmente chegado o momento em que os poderes públicos se dignem lançar um benévolo e misericordioso olhar sobre os monumentos históricos da nossa pátria, acabando de uma vez para sempre com tantos desacatos e ignomínias?”⁷⁹². Outro Par do Reino lembrou que legislação datada dos anos 60 do século XIX impedia que fosse feita qualquer construção a menos de um quilómetro de pontos fortificados mas que tal não tinha impedido que a fábrica de gás se instalasse a uns 15 metros da Torre de Belém, mesmo com a determinação da Direção-Geral de Engenharia de que devia haver um afastamento de 50 metros; o governo contradisse essa determinação e autorizou o estabelecimento de depósitos de carvão encostados à torre; em breve, a Sociedade Gás de Lisboa ficou autorizada a estabelecer hangares, cisternas e depósitos no terreno onde antes só podia situar depósitos de carvão.

Antes de lavrada a respetiva escritura, a fábrica começou a ser construída⁷⁹³. Ramalho Ortigão, cujo nome tinha sido convocado para a discussão por Larcher, também se referiu ao caso do “mais peregrino entre os mais belos monumentos da nossa arquitetura”: “A Torre de Belém emparceira-se com a chaminé do mais vil e sórdido barracão, a qual sacrilegamente a cuspinha e enodoa com salivadas de um fumo espesso, gorduroso e indelével, como se a incomparável joia desse mármore, que o sol português carinhosamente sobredourara pelos afagos de três séculos, houvesse sido tão subtilmente cinzelada pelos artistas manuelinos para escarrador de mariolas” (Ortigão, 2006 [1896]: 55).

O exemplo da Torre de Belém era edificativo, quer da forma como efetivamente os monumentos eram pouco considerados, de um ponto de vista moderno sobre eles, quer dos discursos que apelavam para o exercício de um poder sobre esses vestígios, observando que não o exercer era vergonhoso, ominoso, degradante e desrespeitoso; e mesmo que não tivessem sido tomadas medidas contrárias às golfadas de fumo da fábrica de gás, que só sairia das areias de Belém nos anos 40 do século XX em direção à zona oriental da cidade, a verdade é que não havia qualquer contraditório para estas ideias de que não considerar a torre seria sinónimo de degradação, vergonha, infâmia,

⁷⁹² *Idem, ibidem*

⁷⁹³ Carlos Augusto Palmeirim, Câmara dos Pares do Reino, ata de 1898-3-31, diário número 17, pp.157-158

nem houve memória de algum deputado ou responsável de governo ter dito que tais qualificativos não se deveriam aplicar a uma discussão.

O ministro da Guerra, Francisco Maria da Cunha, ao responder às invetivas do par do reino Carlos Augusto Palmeirim sobre a questão da Torre de Belém, absolveu-se com a falta de informação e com desresponsabilização mas não disse que os argumentos ouvidos na Câmara eram risíveis: “Não venho preparado para responder cabalmente a S. Exa.; não tenho aqui o processo relativo à instalação do gasómetro nos terrenos entre Pedrouços e a margem do Tejo, próximos à Torre de Belém. Nesse processo faltavam, quando o examinei há tempo, alguns documento a que o digno par se referiu. Como S. Exa. concordará eu não tenho responsabilidade nas respetivas concessões; começo a tê-la depois das reflexões do Digno Par”⁷⁹⁴.

O exemplo da Torre de Belém era significativo também na medida em que explicitava, tal como em outros casos passados, que os discursos que envolveram a defesa dos monumentos eram mais poderosos do que a efetiva ação de defesa sobre eles e que, do ponto de vista discursivo, já não havia, no final do século XIX, intervenções que contradissem a sua importância. A importância dos monumentos entrava na sua redoma de infância, de onde não pôde sair desde então, com a sua irredutível indiscutibilidade a confirmar a premonição de Aloïs Riegl: não vale a pena combater os apaniguados do culto à antiguidade. No terreno, a falta de ação sobre os monumentos aparecia como clara aos especialistas. O arquiteto Rosendo Carvalheira, depois de uma digressão na província do Minho, questionava a atuação das organizações oficiais, numa reunião da assembleia geral da Real Associação dos Arquitetos Civis e Arqueólogos Portugueses, realizada a 24 de Outubro de 1897. “O que fazem as corporações oficiais a quem é incumbido velar pela conservação de todos os monumentos que pela sua construção ou pelas tradições que representam lhes deviam merecer toda a solicitude e atenção? Por que deixam que se considere perfeitamente nula a sua existência em face de tantos atentados contra venerandas preciosidades artísticas que possuímos?” (Real Associação dos Arquitetos Civis e Arqueólogos Portugueses, 1897: 179). Perante o pedido de sistematização dessas preocupações, Rosendo Carvalheira solicitava que a associação, por todos os meios ao alcance, determinasse “uma forte corrente de opinião em favor da patriótica ideia de salvaguardar os monumentos nacionais dos vandalismos e das intempéries”; e que tentasse juntar nesses esforço todas as corporações às quais

⁷⁹⁴ Francisco Maria da Cunha, Câmara dos Pares do Reino, ata de 1898-3-31, diário número 17, pp.157-159

interessasse tal assunto (Real Associação dos Arquitetos Cívicos e Arqueólogos Portugueses, 1897: 181).

A REAL ASSOCIAÇÃO DOS ARQUITETOS E ARQUEÓLOGOS EMPREENDE UMA CRUZADA DE CONTORNOS MODERNOS

A necessidade de intervenção que impedisse a continuidade de ações de vandalismo foi pensada pelo arquiteto Rosendo Carvalheira nos termos de uma expedição guerreira de contornos modernos. “Ora, se a cada monumento que o passado nos legou se ligam intimamente as tradições de factos que constituem todo o nosso orgulho de portugueses, hoje, quase o único património que nos resta do muito que malbaratamos, porque nos não havemos, todos os que prezamos as nossas gloriosas tradições, unir numa cruzada santa, a fim de se impedir de vez, mas de vez, notem bem, os vandalismos que ainda, para vergonha de todos nós, se estão cometendo a cada passo?” (Real Associação dos Arquitetos Cívicos e Arqueólogos Portugueses, 1896: 68). Numa sessão posterior, em 7 de Novembro de 1897, o arquiteto detalhou melhor a sua ideia, que se referia aos grandes monumentos de arquitetura e voltou ao tema da cruzada.

Considerava que a Comissão dos Monumentos Nacionais funcionaria melhor com outra composição e que a atuação da Real Associação devia demarcar-se dessa comissão. Disse que se observava uma “inanidade dos esforços das corporações a que os governos têm confiado a tarefa da guarda e conservação das nossas relíquias monumentais”, comprovada pelo abandono a que os mais apreciáveis exemplares eram votados (Real Associação dos Arquitetos Cívicos e Arqueólogos Portugueses, 1897: 183) e classificou o respeito pelas tradições como culto da pátria.

“Compenetrado de que um povo desprovido de amor e respeito pelas tradições históricas e artísticas do seu passado glorioso, não tem direito ao respeito e consideração dos mais povos onde essas tradições atingem a culminância de um verdadeiro culto patriótico” (Real Associação dos Arquitetos Cívicos e Arqueólogos Portugueses, 1897: 182), Rosendo Carvalheira ponderava que os vestígios monumentais deviam ser cuidados e conservados; que a maioria dos casos de intervenção nos monumentos se constituía em pseudo restaurações, “vandalismos maiores adicionados aos já existentes” (Real Associação dos Arquitetos Cívicos e Arqueólogos Portugueses, 1897: 183); que em todo o mundo “civilizado” a conservação e guarda dos monumentos

tinha atingido “a importância e verdadeiro alcance de uma benemérita e calorosa cruzada patriótica a que se atribuem foros de dignidade e brio nacional” (Real Associação dos Arquitetos Cívicos e Arqueólogos Portugueses, 1897: 183), pelo que se devia promover uma representação coletiva com as restantes sociedades científicas, que a Real Associação devia officiar através de uma circular.

Rosendo Carvalheira propôs, também, que se requeresse ao Ministério das Obras Públicas e à Câmara de Lisboa que qualquer objeto arqueológico achado em trabalhos de demolição pudesse ser depositado no Museu do Carmo, na sede da Real Associação, situação que levou José Leite de Vasconcelos, fundador do Museu Etnológico, a escrever à associação defendendo que, de acordo com o decreto de criação desse museu, os objetos aparecidos em obras do Estado lhe pertenceriam.

Outro arquiteto membro da Real Associação, Adães Bermudes, fez várias propostas no sentido da conservação dos monumentos: propôs que se redigisse um projeto de lei para dificultar a exportação de objetos de arte; que a associação nomeasse sócios correspondentes nas localidades onde houvesse monumentos; que officiasse outras instituições de modo a que objetos de valor artístico e arqueológico ao abandono pudessem ser encaminhados para o Museu Arqueológico do Carmo; e que se estudasse um regulamento para limpeza e conservação de edificios públicos, antigos e modernos (Real Associação dos Arquitetos Cívicos e Arqueólogos Portugueses, 1898a: 2-3).

Além da circular para as estações científicas congêneres, a Real Associação fez seguir para a imprensa uma outra, datada de 28 de novembro de 1897, em que o tom de uma iniciativa sagrada se evidenciava, juntamente com a assunção do caráter apartidário da ação, pois era dito que no campo da arte não poderia haver política. “A Associação dos arquitetos e arqueólogos portugueses acha-se empenhada numa sacrossanta cruzada, a da conservação dos monumentos nacionais (...). Infelizmente, no nosso país, o culto do passado e das tradições, o respeito pelas memórias de épocas que vão longe, estão bem longe de ser o que deveriam ser” (Real Associação dos Arquitetos Cívicos e Arqueólogos Portugueses, 1898a: 4).

A longa circular estabelecia três objetivos: i) a realização de um inventário de monumentos e objetos de arte; ii) o estabelecimento de uma corrente de opinião que garantisse a guarda e conservação de monumentos; iii) a seleção de todos os pensamentos sobre o tema de forma a congregarem-se as melhores opiniões, que, em última análise, deviam exercer a sua persuasão junto do poder político. Mesmo que a arte devesse considerar-se acima da política, o fim último e mais consonante de uma

cruzada artística teria sempre de ter o aval dos responsáveis do Estado e, efetivamente, sem o acordo e empenho destes pouco se faria de decisivo.

Resolveu mais esta Associação, com o fim de generalizar essa corrente protetora, apelar para todas as sociedades científicas do país e para todas as entidades prestimosas que pelos seus estudos ou orientação, tenham prestado a essa causa benemérita reconhecidos serviços, cõnsua de que todas essas forças e vontades dispersas, devidamente congregadas na aspiração comum de uma cruzada santa de respeito e proteção às nossas relíquias tradicionais, obterão num futuro próximo dos poderes constituídos medidas de salvaguarda e proteção decididas, que se traduzam em efeitos práticos de forma a darem satisfação plena a todas as queixas veementes e a todas as recriminações justificadas, dos sinceros patriotas que de alma-e-coração se dedicam ao culto das tradições venerandas da nossa passada grandeza. (Real Associação dos Arquitetos Civis e Arqueólogos Portugueses, 1898a: 5)

A circular apelava ao envio para a Real Associação de notícias da existência de “monumentos de arte e de tradição” (Real Associação dos Arquitetos Civis e Arqueólogos Portugueses, 1898a: 5) e do estado e circunstâncias desses monumentos. Como em outras declarações do género, partia de um pressuposto bastante desanimador (“o abandono cruel a que têm sido votadas quase todas as joias preciosíssimas do nosso valioso tesouro monumental”) (Real Associação dos Arquitetos Civis e Arqueólogos Portugueses, 1898a: 4) e, apesar dele, da ideia de que haveria sempre património para salvar (“Apesar de muito cerceado já, o nosso património monumental ainda se impõe a todos, pelo seu inestimável valor, e merece bem os cuidados de velarmos zelosamente pela sua integridade”) (Real Associação dos Arquitetos Civis e Arqueólogos Portugueses, 1898a: 5), o qual seria um motivo de apego à pátria. “Esse património de arte e tradição, que se fosse devida e religiosamente respeitado, constituiria para todos nós um justo motivo de patriótico desvanecimento” (Real Associação dos Arquitetos Civis e Arqueólogos Portugueses, 1898a: 5).

As sucessivas menções à questão de a campanha estar envolta numa cruzada, ao encantamento patriótico de tais diligências e ao culto às tradições venerandas conferiam uma dimensão muito propriamente religiosa a estes propósitos. “A iniciativa de alguns verdadeiramente dedicados ao culto dos padrões de arte e tradições nacionais, produziu os seus salutareos efeitos promovendo a organização de museus municipais, por vários pontos do país, transformando-se desse modo o culto que era privativo de pequeno número de dedicados num verdadeiro e louvável culto nacional” (Real Associação dos Arquitetos Civis e Arqueólogos Portugueses, 1898b: 60). Sem surpresa, alguns dos maiores aliados da Real Associação eram dirigentes religiosos, como era o caso do

bispo de Bragança que, na sua pastoral⁷⁹⁵ de 15 de outubro 1897, defendeu a conservação dos monumentos; de Monsenhor Cónego Joaquim Pereira Botto, colecionador de peças arqueológicas e diretor do Museu Infante D. Henrique, em Faro, que se declarava à Real Associação incondicional defensor da salvaguarda dos monumentos nacionais (Real Associação dos Arquitetos Cívicos e Arqueólogos Portugueses, 1898a: 9); os dirigentes religiosos contavam com os bons ofícios da Real Associação, como era o caso do padre Manuel dos Santos Torquato, presidente da Junta de Paróquia de Lorvão, que pedia para haver uma intervenção em função de possíveis desmantelamentos no Convento de Lorvão, no centro do país (Real Associação dos Arquitetos Cívicos e Arqueólogos Portugueses, 1898b: 42).

PRESENÇA DA IDEIA CULTUAL

A Real Associação foi recebendo cartas de presidentes de câmara acusando a recepção da circular e dando conta dos monumentos que deviam ser conservados, de sócios correspondentes com memórias de edifícios e fotos de monumentos, de bibliotecários e mestres-escolas com elogios à iniciativa a favor dos monumentos ou de consócios com a notícia de descobertas de ruínas, bem como de remessas de objetos recuperados pelos serviços estatais de obras públicas, enquanto preparava uma representação destinada ao governo e tendo bem presente que o teor da circular anterior, apesar de apelar para uma conjugação de esforços, ignorava a Comissão dos Monumentos Nacionais.

Uma menção na sessão da assembleia geral de 1 de dezembro de 1898 dava conta de possíveis dificuldades nessa relação. “O senhor presidente [da assembleia-geral] (...) lembrou a conveniência de ser apresentado em sessão um relatório dos trabalhos aos quais a respectiva comissão [dos monumentos] tenha procedido em vista dos diversos ofícios que lhe têm sido enviados” (Real Associação dos Arquitetos Cívicos e Arqueólogos Portugueses, 1899: 70). Também porque em 1898 o ministro das Obras Públicas reorganizava o serviço dos monumentos nacionais “satisfazendo assim uma das mais gratas aspirações desta Associação para a conservação e restauração dos muitos monumentos dispersos pelo país” (Real Associação dos Arquitetos Cívicos e Arqueólogos Portugueses, 1899: 71), no final do século a Real Associação olhava o seu

⁷⁹⁵ Carta aos diocesanos

papel das últimas décadas de forma satisfeita, evocando ora a conservação como ação sobre os edifícios ora a veneração como atitude: “Merecida honra cabe a esta Real Associação pela sua iniciativa pugnando pela conservação fiel e pura dos monumentos que atestam as glórias da pátria, despertando na consciência pública a veneração devida a esses padrões do nosso esplendor passado; lição e estímulo do futuro!” (Real Associação dos Arquitetos Cívicos e Arqueólogos Portugueses, 1899: 73). A “cruzada santa, que tão simpática se tornou ao país”, destinada a honrar a memória dos grandes homens e a conservar os monumentos parecia atestar o reconhecimento da pátria (Real Associação dos Arquitetos Cívicos e Arqueólogos Portugueses, 1899: 73).

O espírito de culto, de patriotismo assente nas tradições heroicas e a cruzada pela preservação decerto voltou a metamorfosear os valores de conservação e de veneração dos monumentos de arte e arquitetura, especialmente no interior de uma corporação com os objetivos da Real Associação, como que equiparando-os nesse esforço de tornar visíveis as relíquias passadas e acrescentando-se um elemento meio diferido antes, a menção a uma consciência coletiva capaz de transformar em culto nacional a preocupação pelos monumentos.

A representação que a Real Associação enviou finalmente ao Ministério das Obras Públicas, com a data de 23 de setembro de 1899, assinalava estar na posse de “um importante pecúlio de informações valiosíssimas” decorrentes do apelo da associação para promover uma corrente protecionista, apelando para as “dedicações sinceras e devotadas dos que prestam verdadeiro culto às nossas fúlgidas tradições artísticas” (Real Associação dos Arquitetos Cívicos e Arqueólogos Portugueses, 1901a: 42). Como é evidente, o pecúlio da Real Associação incluía o próprio edifício das ruínas da Igreja do Carmo e do museu – o antigo templo de Nossa Senhora do Vencimento do Monte do Carmo – que tinha “conseguido fazer aviventar o culto dos nossos velhos monumentos” através da recolha de relíquias (Real Associação dos Arquitetos Cívicos e Arqueólogos Portugueses, 1901b: 38).

A Real Associação congratulava-se com a reorganização da Comissão dos Monumentos Nacionais de 9 de dezembro de 1898 e fazia votos “para que, mais uma vez, se não malogrem tão patrióticas e beneméritas intenções” (Real Associação dos Arquitetos Cívicos e Arqueólogos Portugueses, 1901a: 43). Referia, também, a decisão governamental de criar uma comissão específica para o restauro da Sé de Lisboa, atribuindo-a à vontade de “pôr termo à enorme série de barbarismos que por lá se

perpetraram” (Real Associação dos Arquitetos Civis e Arqueólogos Portugueses, 1901a: 43).

A presença de uma ideia de culto na defesa dos monumentos nacionais seria enfatizada, em Portugal, na criação de um *Plano orgânico dos serviços de monumentos nacionais*, pela mão do ministro e secretário de estado dos Negócios das Obras Públicas, Elvino José de Sousa Brito, diploma que, desde logo, escolheu a figura de Alexandre Herculano para patrono das justificações iniciais como personalidade que congregava uma grande admiração geral. “A importância dos monumentos nacionais foi admiravelmente sintetizada pela conceituosa e eloquente palavra do nosso primeiro historiador, Alexandre Herculano, quando os definiu ‘a história petrificada de um povo’”⁷⁹⁶.

Nessa frase condensavam-se cinco razões atendíveis para a conservação dos vestígios: (i) os monumentos nacionais podiam ter um valor de antiguidade, como contemporâneos dos antepassados, por terem o valor que Riegl assinalaria especialmente como uma atribuição moderna; (ii) podiam representar tradições e factos históricos, “recordando glórias de passadas epopeias”; e (iii) podiam manifestar caracteres artísticos, demonstrando as faculdades estéticas nacionais. Em qualquer dos casos, como antiguidades, como representantes da glória passada ou como elementos da arte, deviam ser conservados com amor e zelo, resguardados da ação do tempo e da “ignorância dos homens”.

Apesar da invocação da ignorância das pessoas, os padrões eloquentes do passado, que falariam às gerações presentes por si mesmos, apenas pela sua existência, (iv) simbolizavam, também, “o espírito e o trabalho populares em diferentes períodos da história pátria”, organizando-se uma outra dimensão para os monumentos, mais próxima das pessoas mais comuns, apta a devolver-lhes elementos em que pudessem reconhecer a sua própria história. Finalmente, havia a observar (v) uma dimensão cultural relativa à homenagem aos mortos das gerações passadas. Portanto, os monumentos deviam ser preservados porque transportavam uma antiguidade; representavam tradições e factos relevantes da história; eram elementos para a história da arte; simbolizavam o trabalho das pessoas comuns; e manifestavam o delicado sentimento do culto aos mortos.

⁷⁹⁶ Decreto de 9 de dezembro de 1898 aprovando o plano orgânico dos serviços destinados à classificação, conservação e restauração dos monumentos nacionais, *Coleção oficial de legislação portuguesa, ano de 1898*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1899, p.923

A CONSERVAÇÃO DOS PADRÕES ANTIGOS SIMBOLIZAVA O ESPÍRITO E O TRABALHO POPULARES

A conservação e a restauração das ruínas que tinham atravessado séculos e gerações era “dever impreterível das nações civilizadas”, tal como era dever reconhecer que a coletividade nacional era “o primeiro proprietário do objeto artístico”⁷⁹⁷, sendo os proprietários não mais do que usufrutuários que deviam ser vigiados pelos Estado. “O espírito público que as leis traduzem convenceu-se de que o primeiro proprietário do objeto artístico é a coletividade nacional, não deixando ao possuidor senão secundários direitos, espécie de usufruto sujeito a vigilante tutela do Estado”. Os monumentos nacionais falavam sobre as glórias e os trabalhos comuns do passado, devolvendo aos contemporâneos a sua existência para aumentar o sentimento de coesão presente das nações, numa injunção relativa às antigualhas que até ao próprio legislador parecia rigorosa, referindo-se a outros países. “Estes rigores de legislação aceita-os um povo artístico, nascido e criado numa forte atmosfera de arte, porque, em verdade, conhece e aprecia o valor de tudo quanto o cerca”. Uma vez mais, contudo, se reconhecia que Portugal não tinha estado ao nível a que se desejava reconhecer um povo artístico. “Infelizmente, quase não temos cuidado deste assunto”.

As ambições e a ignorância tinham deixado sair do país a maioria dos objetos artísticos pertencentes à velha nobreza e às ordens religiosas, tendo apenas permanecido o que não podia ser levado, os monumentos presos ao solo da pátria, embora arruinando-se e destruindo-se. Os redatores do decreto, que emanava da Direção-Geral de Obras Públicas e Minas, sentiram necessidade de escrever que a conservação dos padrões antigos da nação se fazia porque simbolizavam “o espírito e o trabalho populares”, realizando assim uma aproximação entre um espírito comum das massas e a vontade de conservar vestígios. O diploma centrava-se na criação de condições para que um corpo técnico, em casos de obras, conservasse “a pureza do caráter histórico e do estilo do monumento”⁷⁹⁸. Portanto, a ideia vigente era a de restituir à forma original os vestígios sobranceiros, sob a tutela do Ministério das Obras Públicas⁷⁹⁹. Tal como Riegl lembrava

⁷⁹⁷ *Ibidem*, p.924

⁷⁹⁸ *Ibidem*

⁷⁹⁹ Havia uma longa tradição legislativa que cometia a reparação, conservação e restauro de monumentos às Obras Públicas e lhe cometia a sua classificação, mencionada brevemente em 1886, retomada em 1894 e confirmada pelas funções do Conselho dos Monumentos Nacionais em 1903. A partir de 1901, ficou estabelecido que uma classificação só se efetivava por decreto.

O Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, criado em 1852, superintendia todos os assuntos relativos a obras públicas que antes estavam na alçada do Ministério do Reino. À 3.^a secção da repartição técnica da Direção de Obras Públicas competiam os “monumentos históricos, os edifícios públicos e as obras de aformoseamento e recreio público”. Em dezembro do mesmo ano de 1852 foi criada uma repartição chamada *Intendência das obras públicas do distrito de Lisboa*, para vigiar de perto o grande número de obras da capital e do seu distrito. Competia-lhe “a formação dos projetos e orçamentos relativos à construção de edifícios, e execução de quaisquer obras, que devam efetuar-se no distrito por conta do Estado; e bem assim as que disserem respeito à conservação dos edifícios ou outras quaisquer construções que existem atualmente”; a execução desses projetos e a sua fiscalização; a aprovação de obras particulares em Lisboa, por três motivos: fazer tudo para não incomodar o público; cumprir os melhoramentos do governo; e satisfazer os “preceitos da arte das construções” (Decreto de 23 de dezembro de 1852 criando a Intendência das Obras Públicas de Lisboa, *Coleção oficial da legislação portuguesa redigida por José Máximo de Castro Neto Leite e Vasconcelos, ano de 1852*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1853, p.788).

O ministério foi reorganizado em 1859, altura em que competia à repartição de Obras Públicas da Direção de Obras Públicas e Minas os serviços com “caminhos-de-ferro, telégrafos eléctricos, reparação e conservação de monumentos históricos e obras de aformoseamento”. Esta intendência foi extinta em 1868. Competia nesta altura à 4.^a secção da Direção Geral de Obras Públicas e Minas a “construção, reparação e conservação de monumentos históricos, edifícios públicos e obras de aformoseamento” (Decreto de 31 de Dezembro de 1868 de reforma da Secretaria de Estado das Obras Públicas, Comércio e Indústria, *Coleção oficial da legislação portuguesa, ano de 1868*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1869, p.618).

A partir de 1886, aparece pela primeira vez uma menção à “classificação” arquitectónica. Competia à 3.^a secção da Direção Geral de Obras Públicas e Minas os “estudos, projetos e construção de edifícios públicos; construção, reparação e conservação de monumentos nacionais e obras artísticas e de aformoseamento; classificação e conservação de modelos de arquitetura nacionais; guarda e conservação de instrumentos, cartas, plantas, memórias e modelos” (Decreto de 28 de julho de 1886 aprovando a organização da Secretaria de Estados dos Negócios das Obras Públicas, Comércio e Indústria, *Coleção oficial da legislação portuguesa, ano de 1886*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1887, p.483).

A partir de 1892, a 2.^a secção da 1.^a repartição (estradas, obras hidráulicas e edifícios públicos) da Direção dos Serviços de Obras Públicas tinha a incumbência dos “estudos, construção e conservação de faróis, edifícios e monumentos públicos” (Decreto de 1 de dezembro de 1892 aprovando a organização dos serviços internos do ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, *Coleção oficial de legislação portuguesa, ano de 1892*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1893, p.881).

A questão da classificação só voltou a aparecer no âmbito das Obras Públicas quando, sob alçada da Direção dos Serviços de Obras Públicas, a Comissão dos Monumentos Nacionais foi criada em 1894. A comissão devia “estudar, classificar e inventariar os monumentos nacionais”, propor medidas para guarda, conservação, reparação e exposição pública dos monumentos, indicar sobre “reparações, apropriações, aquisições e destinos” e informar sobre ações de restauração, remoção, empréstimo ou alienação de monumentos (Portaria de 27 de fevereiro de 1894 aprovando o regulamento para a Comissão dos Monumentos Nacionais, *Coleção oficial de legislação portuguesa, ano de 1894*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1895, p.102).

Em 1898, quando foi criado o Conselho Superior dos Monumentos Nacionais, na alçada da Direção Geral de Obras Públicas e Minas, e delineado o chamado *Plano orgânico dos serviços dos monumentos nacionais*, a legislação era taxativa quanto a quem competia a classificação: “A classificação dos monumentos nacionais, sob os aspectos arqueológico, histórico e arquitectónico, e a fiscalização superior da respetiva conservação, serão da exclusiva competência do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, quer sejam propriedade do Estado, quer pertençam a quaisquer indivíduos ou coletividades” (Decreto de 9 de dezembro de 1898 aprovando o plano orgânico dos serviços destinados à classificação, conservação e restauração dos monumentos nacionais, *Coleção oficial de legislação portuguesa, ano de 1898*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1899, p.924).

Em 1899 a Direção Geral de Obras Públicas e Minas tinha três repartições, uma das quais a de obras públicas. O ministério dispunha de um conjunto de entidades consultivas, entre elas o Conselho Superior das Obras Públicas e Minas, no qual tinha assento o presidente do Conselho Superior dos Monumentos Nacionais. Uma ideia de subalternidade deste Conselho – que pertencia à orgânica das Obras Públicas – estava expressa num artigo em que era atribuída aos arquitetos de primeira classe a direção e fiscalização de obras ou trabalhos de estudo, construção e restauração de edifícios públicos e monumentos – sob as ordens da comissão executiva do Conselho Superior dos Monumentos Nacionais ou então dos engenheiros chefes de serviço, o que sugeria que não era necessário o aval da Conselho dos Monumentos

para a importância da cultura clássica, o modelo que o decreto assumia era a Itália, onde as riquezas do passado se acumulavam, embora se considerasse que todos os vestígios, qualquer que fosse a sua época e estilo, deviam ser salvaguardados como nessa “terra privilegiada, onde os museus colossais existem por toda a parte e os palácios, os edifícios públicos, as igrejas e os próprios cemitérios, são verdadeiros museus”⁸⁰⁰.

O texto referia-se, condoidamente, à prática milenar do reaproveitamento dos materiais, instituindo, por contraponto, um comportamento como um culto venerando dos monumentos. “Em muitas localidades, doloroso é dizê-lo, as pedras cinzeladas dos monumentos abandonados desapareceram nas mais vulgares aplicações; as lendas de ocultos tesouros levaram a profanação e a ruínas às sepulturas e as lousas sepulcrais de claustro magnífico foram revestir os passeios das mais modestas vilas do país”.

ENVOLVER AS PEDRAS NO SENTIMENTO COLETIVO

Desse culto faria parte as pessoas sentirem-se usufrutuárias mas não donas, observadoras mas não participantes ativas, combatentes da ignorância desde que oficiassem a posição do Estado sobre os monumentos; no momento em que as pedras simbolizavam o trabalho comum, era preciso não as reutilizar, retirá-las do

para intervir neles (Decreto de 28 de dezembro de 1899 aprovando os planos de organização das corporações consultivas do ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria; e extinguindo a comissão a comissão superior de tarifas, *Coleção oficial de legislação portuguesa, ano de 1899*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1900, p.920).

Em 1901, a Comissão dos Monumentos Nacionais tinha um papel consultivo e fiscalizador, competindo-lhe especialmente a classificação dos monumentos, o estudo e apreciação dos projetos de conservação, a proposição das medidas para conservação, restauração e reparação dos monumentos e a fiscalização dos trabalhos, entre outras (Decreto de 24 de outubro de 1901 aprovando a organização das corporações consultivas da Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas, Comércio e Indústria, *Coleção oficial de legislação portuguesa, ano de 1901*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1902, p.858). Referia-se que a classificação só seria efetivada por “decreto referendado pelo ministro das Obras Públicas e publicado no *Diário do Governo*” (*Ibidem*, p.859).

A organização dos serviços das Obras Públicas feita em 1903 determinava que à 3.^a secção da 1.^a repartição da Direção Geral das Obras Públicas e Minas competia os “estudos, construção e conservação dos edificios, monumentos e faróis” e a tutela do Museu Etnológico Português; a Secretaria de Estado das Obras Públicas tinha seis órgãos consultivos, entre os quais o Conselho dos Monumentos Nacionais (Decreto de 21 de janeiro de 1903 aprovando a organização da Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas, Comércio e Indústria, *Coleção oficial da legislação portuguesa, ano de 1903*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1904, pp. 7-8). Ao Conselho pertencia expressamente “a classificação dos monumentos nacionais”, segundo as regras que esse órgão aprovasse quando tivessem sido sancionadas pelo ministro das Obras Públicas, “sob os aspectos arqueológico, histórico e arquitetónico” e a fiscalização das ações de conservação, mesmo tratando-se de imóveis particulares (*Ibidem*, p.21)

⁸⁰⁰ Decreto de 9 de dezembro de 1898 aprovando o plano orgânico dos serviços destinados à classificação, conservação e restauração dos monumentos nacionais, *Coleção oficial de legislação portuguesa, ano de 1898*. Lisboa, Imprensa Nacional, 1899, p.923

reaproveitamento secular e olhar para elas como símbolos do esforço do trabalho coletivo. Poder olhar a herança sem tocar, pois o Estado vigiava, aceitar a arte ficando ao largo dela. O *Plano orgânico dos serviços de monumentos nacionais* confessava-se devedor dos trabalhos da primeira comissão dos monumentos. “Sem dúvida, a Comissão de Monumentos Nacionais, criada em 1882, contribuiu poderosamente com o seu conselho para aperfeiçoar este importante serviço; mas as suas atribuições são muito limitadas e a respetiva ação é demasiado restrita”. Nenhuma palavra era dedicada à comissão de 1894, nem aos seus inquéritos denodadamente elaborados.

Respondendo às invetivas de muitos protagonistas, em especial da corporação dos arquitetos, o governo entendia que era “indispensável sujeitar os projetos de obras de qualquer natureza, em monumentos nacionais, à aprovação prévia de uma corporação técnica” que faria devolver “a pureza do caráter histórico e do estilo do monumento”, como legítimos representantes do espírito público e do conhecimento artístico e histórico. “A cultura do espírito público não consente já que a teimosia ignorante, ou o simples interesse, persistam na destruição de monumentos, ainda que sejam propriedade individual”. Mas, se assim acontecesse, se se verificassem abusos contra a herança coletiva, haveria que reprimir e expropriar. “Não haveria remédio senão lançar mão de meios repressivos, ou da própria expropriação”, meios que, nesta altura, não estando previstos se apresentariam, mais tarde, ao Parlamento para aprovação. Para todos os efeitos, a tutela das antigualhas era do Estado, mais propriamente do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, e a sua classificação competia-lhe, fossem propriedade pública ou de indivíduos e corporações particulares.

Junto deste ministério seria então criado um grupo técnico de caráter consultivo, o Conselho Superior dos Monumentos Nacionais, com 20 elementos⁸⁰¹ ao qual competia:

⁸⁰¹ Os 20 elementos eram todos nomeados pelo ministro das Obras Públicas; além deles, teriam assento no Conselho, por inerência: os inspetores das belas-artes de Lisboa e Porto; os diretores das academias de belas-artes; o inspetor dos serviços de obras públicas; o conservador do museu nacional; e os professores de arquitetura das academias das belas-artes. A lista dos elementos presentes na primeira reunião era a seguinte: Abel Acácio de Almeida Botelho (tenente-coronel); Alberto Augusto de Almeida Pimentel (Academia Real das Ciências); Anselmo Braamcamp Freire (Par do Reino); Augusto Fuschini (engenheiro, conselheiro); Augusto Vieira da Silva (engenheiro militar); Gonçalo Pereira da Silva de Sousa e Meneses, conde de Bertiandos (deputado e Par do Reino); Fernando Eduardo de Serpa Pimentel (engenheiro militar); Fernando Larcher (Par do Reino); Francisco de Sousa Viterbo (Academia Real das Ciências); Gabriel Pereira (Biblioteca Nacional, eleito vice-presidente da Comissão dos Monumentos); Ramalho Ortigão (Academia Real das Ciências, eleito presidente da Comissão); José Veloso Salgado (Academia de Belas-Artes); Júlio Carlos Mardel de Arriaga Cabral da Cunha (ex-Comissão dos Monumentos Nacionais); Tomás Lino de Assunção (Academia Real das Ciências); Luciano Cordeiro (Ministério do Reino, conselheiro); e José Simões de Almeida Júnior. Logo em breve, foram propostos outros nomes para vogais: os de Ventura Terra, Columbano Bordalo Pinheiro e Luciano Freire; José Leite

classificar os monumentos, ato oficial a depender de um decreto assinado pelo titular das Obras Públicas e da publicação no então *Diário do Governo*; estudar e aprovar os projetos de conservação e restauro; propor medidas genéricas de conservação dos monumentos; fiscalizar a execução dos trabalhos; fazer levantamentos técnicos; elaborar publicações históricas e artísticas “dos mais importantes monumentos nacionais”; coligir todos os dados e documentos que pudessem interessar a história da arte portuguesa; e ainda, por via da reprodução autorizada dos exemplares mais significantes, a comissão deveria estabelecer uma partilha de conhecimentos com as escolas, “reunir coleções, cópias e modelos que constituam subsídios de estudo e ensino nas escolas e nos museus nacionais”, realizando essa transumância consequente entre a presença dos monumentos na sociedade e a transmissão da sua importância e conservação por via do ensino.

Os levantamentos técnicos, a elaboração de monografias, o ordenamento e classificação de dados e a reunião de coleções, cópias e modelos aproximavam bastante a ação desta comissão técnica das práticas de inventário. O protagonismo de Rosendo Carvalheira na defesa dos monumentos não lhe conferiu um lugar neste novo conselho, que integrava, contudo, elementos da Real Associação como Gabriel Pereira e Francisco de Sousa Viterbo. Faziam ainda parte do Conselho Superior dos Monumentos Nacionais, que foi instalado em 10 de Janeiro de 1900 no Palácio do largo de São Roque, repetentes como Ramalho Ortigão e Fernando Larcher. O presidente da comissão executiva do Conselho Superior dos Monumentos Nacionais, o ex-ministro da Fazenda e deputado desde 1878 Augusto Fuschini viria a responder às diligências da Real Associação, referindo que esperava daquela corporação que ela pusesse à disposição toda a documentação recebida no âmbito das circulares enviadas. “O que seria muito interessante para o Conselho Superior dos Monumentos Nacionais era conhecer a lista das reclamações, protestos e diferentes indicações” (Real Associação dos Arquitetos Cívicos e Arqueólogos Portugueses, 1900: 183). Fuschini, acompanhado de Fernando Larcher, tinha dúvidas legais sobre a forma como poderia atuar-se, instando a que se definissem “as atribuições e campo de ação do Conselho”, designadamente nos casos em que a propriedade artística pudesse colidir com a propriedade privada, como referiu na reunião de 19 de Junho de 1900.

de Vasconcelos começou a participar nas reuniões em 1901, cf. Conselho Superior dos Monumentos Nacionais [1900-1906: documento não paginado]

O interesse de Augusto Fuschini pelos monumentos marcou várias intervenções suas no Parlamento nas quais este engenheiro do quadro das Obras Públicas, que serviu na repartição distrital de Lisboa entre 1874 e 1884, acentuou a necessidade de criar uma comissão específica para a conservação de antiguidades e o inconveniente de os monumentos estarem à guarda de engenheiros. Chamou a atenção do ministro das Obras Públicas “para a necessidade impreterível de se organizar um sistema de administração segundo o qual nós tenhamos a certeza de que os nossos monumentos nacionais não são completamente desprezados ou estragados com reparações feitas por homens que podem ignorar completamente o que é a arte e a sua história”⁸⁰².

Citava o exemplo de França, onde uma comissão dos monumentos estudava os projetos de reparação segundo o estilo próprio de cada um e fazia a história de cada um também. Numa intervenção posterior secundarizou o valor histórico. “Nós temos um certo número de monumentos nacionais; uns de valor histórico somente e outros de valor histórico e arquitectónico. Quanto aos que têm só valor histórico, com esses não me preocupo muito (...). Temos alguns monumentos históricos e arquitectónicos de valor, como a Batalha, o Convento de Alcobaça, os Jerónimos e esses devem merecer toda a nossa atenção”⁸⁰³. Contestava então que os monumentos nacionais fossem confiados às Obras Públicas, apesar de ser engenheiro. “Tenho as minhas dúvidas acerca das faculdades estéticas dos engenheiros em geral e dos diretores de obras públicas em particular”⁸⁰⁴.

DERROCADA NOS JERÓNIMOS

Uma das suas dúvidas tinha a ver com a restauração da Igreja dos Jerónimos, incluída num plano de trabalhos que tinha procedido a demolições, à construção de torreões e à substituição da cobertura, com o intuito de instalar a Casa Pia de Lisboa. Em 1878 tinha havido a derrocada da nova torre dos dormitórios (Figura 8). “Infelizmente para os que lá morreram mas felizmente para a arte nacional, veio a terra”⁸⁰⁵, situação a que se

⁸⁰² Augusto Maria Fuschini, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1884-1-19, diário número 13, p.91

⁸⁰³ *Idem*, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1887-7-12, diário número 79, p.1683

⁸⁰⁴ *Idem, ibidem*

⁸⁰⁵ *Idem, ibidem*

referiu também Ramalho Ortigão, chamando a atenção para os estabelecimentos necessários ao país em vez de novas torres construídas em monumentos.

“Sendo na história um documento apócrifo, falso, mal fingido, preferiu ser ruína. E não podendo cair de velhice, caiu de vergonha (...). As pedras entendem que os monumentos que as merecem no presente século não são as torres imitadas do antigo mas sim os edifícios solicitados pelas necessidades do espírito contemporâneo: os liceus para os rapazes e os liceus para as meninas; as escolas de artes e ofícios; as bibliotecas; os museus da ciência, os museus da arte, os museus da indústria, os museus pedagógicos; as escolas penitenciárias; as escolas normais; as escolas agrícolas” (Ortigão, 1879: 63-64).

Fuschini defendia a conclusão de obras na Batalha e, tendo passado por Alcobaça, via “nas abóbadas infiltrações de água pluvial, a ponto de ameaçarem ruína”⁸⁰⁶. A resposta do ministro das Obras Públicas à altura, Emídio Navarro, tratou de fazer uma divisão entre as competências técnicas e artísticas, parecendo dar razão à questão sobre faculdades estéticas do corpo de engenheiros. O ministro lamentava que os arquitetos ao serviço do Estado fossem “simples chefes de secção às ordens da Direção das Obras Públicas de Lisboa”; para dar autonomia e realce à arquitetura, estabelecera que o governo podia contratar para chefe de serviço um arquiteto estrangeiro, pois “na arte, considerada sob o ponto de vista do belo, da elegância e arrojo das concepções, da pureza e ornamentação dos estilos era forçoso confessar que estávamos muito pobres”⁸⁰⁷, tendo recuado por causa do vencimento anual pedido.

O deputado tornou à questão da conservação dos monumentos numa sessão de 1890 relembrando a argumentação a propósito dos engenheiros. “Lembrei a conveniência de se fazer em Portugal o que se pratica em França: nomear uma comissão de especialistas para ter a seu cargo a classificação e conservação dos monumentos nacionais”⁸⁰⁸. Defendeu que a classificação e restauração dos monumentos exigiam conhecimentos especiais e estudos históricos seguidos, “que não têm em regra os engenheiros diretores de obras públicas, a quem compete, atualmente, a conservação dos monumentos”⁸⁰⁹, pelo que se deveria nomear uma comissão e, desta vez, colocando mais ou menos a par a importância da conservação e dos estudos de história. “Convém que existam estudos

⁸⁰⁶ Augusto Maria Fuschini, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1887-7-12, diário número 79, p.1683

⁸⁰⁷ Emídio Júlio Navarro, *ibidem*, p.1684

⁸⁰⁸ Augusto Maria Fuschini, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1890-7-24, diário número 85, p.1481

⁸⁰⁹ *Idem, ibidem*

históricos dos nossos monumentos e das suas reparações constantes; sobretudo, ao menos, que se atenda à sua conservação”⁸¹⁰.

Augusto Fuschini apresentou um projeto de lei para impor direitos exportação de objetos artísticos, históricos e arqueológicos, em que estes pagariam uma percentagem do valor que lhes tivesse sido atribuído, se fossem alienados para o estrangeiro. O projeto excetuava do pagamento as produções de artistas nacionais, sendo estes vivos, e as de estrangeiros residentes no reino, além de reproduções e imitações de objetos, de qualquer época. O valor dos objetos seria determinado com base no preço obtido em leilões ou então por uma comissão com elementos da Academia de Belas-Artes de Lisboa, da Academia das Ciências e da Real Associação dos Arquitetos e Arqueólogos Portugueses, que devia informar o governo sobre a conveniência de concorrer a licitações públicas de objetos de valor e, eventualmente, comprá-los para os museus nacionais. Fuschini já tinha avisado o Parlamento sobre as consequências de não precaver o comércio irrestrito dos objetos.

“Anualmente visitam Portugal vários agentes estrangeiros para comprar objetos de arte. Todos os países têm a maior cautela em defender o seu pecúlio artístico; na Itália por exemplo, toco ligeiramente este assunto porque não quero tomar tempo aos ilustres deputados inscritos, na Itália que pode considerar-se a nação mais rica na arte, toma-se várias precauções para evitar a saída de objetos artísticos”⁸¹¹. As precauções eram de duas ordens. Quando os objetos eram vendidos em hasta pública, os agentes do Estado e os dos municípios, não os conseguindo resgatar para os museus, faziam tudo para que o seu preço fosse o mais elevado possível, tentando estragar os negócios privados; por outro lado, o Estado dificultava a saída dos objetos, impondo fortes direitos de exportação. “Em Portugal nada se faz. Anualmente, hospeda-se no hotel central um estrangeiro que anuncia a compra de preciosidades artísticas e assim vamos permitindo a saída das poucas coisas que possuímos ainda”⁸¹².

O deputado admitia que qualquer pessoa tinha o direito de vender os seus objetos de arte mas o Estado, por sua vez, devia ter o direito de opor-se à sua saída para o estrangeiro, lançando um direito importante de exportação. “Nós tivemos, por exemplo, um ramo especial de arte, não se pode dizer de grande arte mas enfim que era apreciado: os móveis e contadores de pau-santo do século XVII. Têm saído muitíssimos, talvez os

⁸¹⁰ *Idem, ibidem*

⁸¹¹ Augusto Maria Fuschini, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1889-5-15, diário número 48, p.678

⁸¹² *Idem, ibidem*

mais ricos. Devo dizer a V. Exa que vi nos museus estrangeiros móveis desta natureza, cuidadosamente conservados e, realmente, não valiam os nossos mais ordinários”. Dificultar a saída dos objetos, sublinhava, era uma questão nacional. Fuschini atribuía à Itália um grande espírito artístico e a ideia de respeito que o desenvolvimento do sentido estético ocasionava entre o povo. “Este respeito, que produz entre o povo o desenvolvimento do senso estético e, portanto, a produção dos artistas, deriva das exposições dos objetos de arte, da existência de museus e galerias públicas e inclusivamente dos primores expostos nas praças, nos passeios e nas vias públicas”⁸¹³.

⁸¹³ Augusto Maria Fuschini, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1889-6-27, diário número 86, p.1379



Figura 8. Os Jerónimos antes e depois da derrocada de 1878. Um dos mais icónicos monumentos de Portugal era, no século XIX, teatro de demolições, construções – como as obras que se fizeram para adaptar o monumento às conveniências da Casa Pia de Lisboa – e derrocadas. A construção de

torreões nos Jerónimos eram mais ou menos deploradas pelos amadores do património, entre os quais se contou Augusto Maria Fuschini: “Infelizmente para os que lá morreram mas felizmente para a arte nacional, veio a terra”, disse numa sessão parlamentar o engenheiro de formação, deputado e membro da Comissão dos Monumentos, sobre o derribar do corpo central dos Jerónimos, a 18 de dezembro de 1878 pela manhã, quando já observava uma altura de cerca de 30 metros. Tirou a vida a oito trabalhadores, segundo reportou a Revista *O Ocidente*

(Fonte: *O Ocidente. Revista Ilustrada de Portugal e do Estrangeiro*, 15 de janeiro de 1879, Volume II (26), p.12 (imagem de cima) / *O Ocidente. Revista Ilustrada de Portugal e do Estrangeiro*, 1 de janeiro de 1879, Volume II (25), p. 4 (imagem de baixo))

O MANIFESTO VALOR DE TROCA DOS OBJETOS DE ARTE

O pretexto próximo da iniciativa parlamentar era um leilão da coleção de objetos artísticos do rei D. Fernando II (falecido em 1885) e o interlocutor no Parlamento foi Ressano Garcia, ministro da Marinha, que se referiu à ação educativa dos estabelecimentos artísticos. “Concordo com o ilustre deputado na conveniência de museus de belas-artes, de coleções artísticas, de exposições de estátuas nos jardins e nas praças públicas porque esses meios concorrem para educar, embora lentamente, o gosto público”⁸¹⁴. Ressano Garcia jurou a pés juntos que não haveria alienação de objetos (“O que posso assegurar ao ilustre deputado é que essa coleção, a que não chamarei riquíssima, mas que é rica, não sairá do país”)⁸¹⁵.

Num projeto de lei para a reforma da pauta das alfândegas de 1892, o instrumento centralizador das informações relativas à tributação de mercadorias, os objetos de arte passavam a pagar direitos quando exportados. “Na pauta de exportação, obedecendo a um pensamento que já anda em mais de um documento parlamentar, a comissão [encarregada de dar parecer sobre a reforma do sistema pautal] abriu dois novos artigos, um para os objetos artísticos, históricos ou arqueológicos, outro para as reproduções e imitações de objetos de arte”⁸¹⁶.

O projeto diferenciava os objetos de arte, conforme fossem “de origem nacional” (pagariam 30 por cento sobre o valor estabelecido) ou de “origem estrangeira” (pagariam 20 por cento), enquanto isentava as reproduções de objetos, o que veio a ser confirmado pela publicação das novas pautas⁸¹⁷. Com mais ou menos taxação, com pagamento de direitos ou sem esse pagamento, os objetos de arte integravam o conjunto de bens transacionáveis, sem exceção que os pudesse colocar fora das trocas e do comércio. Os objetos artísticos, históricos e arqueológicos, e as reproduções desses objetos, tiveram, no século XIX, um manifesto valor de troca e não eram entendidos para serem protegidos (no sentido da proteção atual dada a bens culturais).

No começo do século XX, a tomada de medidas para a conservação dos monumentos, acompanhava um espírito do tempo que até relativamente aos conflitos bélicos entre nações se manifestava.

⁸¹⁴ Frederico Ressano Garcia, *ibidem*, p.1380

⁸¹⁵ *Idem, ibidem*

⁸¹⁶ Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1892-1-11, diário número 4, p.8

⁸¹⁷ Lei de 10 de maio de 1892 aprovando para o continente do reino e ilhas adjacentes as pautas de direitos de importação, exportação, reexportação e baldeação anexas à mesma lei, *Coleção oficial da legislação portuguesa. Ano de 1892*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1893, p.274

O imperador da Rússia tinha proposto às potências do concerto europeu a realização de uma conferência, realizada no palácio real do bosque de Haia (1899) para lhe confiar o estudo das medidas a fim de restringir, de forma definitiva se possível, as incalculáveis calamidades que as guerras tinham para a vida económica dos povos. As intenções eram: suspender os armamentos colossais em vigor; atenuar os males inseparáveis de toda a luta armada, a proibição do uso de meios especialmente cruéis ou que infligissem danos desnecessários e tornar mais difícil o recurso às armas por meio do estabelecimento de arbitragens que pudessem operar quando houvesse desavenças entre nações. Da conferência internacional de paz resultaram três convenções (Convenção para adaptação à guerra marítima dos princípios da convenção de Genebra de 22 de agosto de 1864; Convenção para a solução pacífica dos conflitos internacionais; e Convenção relativa às leis e costumes da guerra terrestre [Convenção relativa às leis e usos guerras terrestres], a última das quais previa que os bens dos municípios, dos estabelecimentos consagrados ao culto, à caridade, à instrução, às artes e às ciências, mesmo que fossem pertença do Estado, fossem tratados como propriedade privada; e que proibia a confiscação, destruição ou estrago intencional desses estabelecimentos, de monumentos, de obras de arte e de ciência (Artigo 56.º)⁸¹⁸.

O tom das intervenções parlamentares sobre os monumentos manteve-se inalterável, como sublinhava o deputado Cristóvão Aires, indignado por se ter vendido um quadro atribuído ao pintor Grão Vasco: “Sabe V. Exa. que há uma comissão encarregada especialmente de velar pelos monumentos nacionais a que estão afectos estes assuntos; é por isso que eu chamo a atenção do senhor ministro das Obras Públicas para este facto. Estamos num país em que há antigas fortalezas vendidas por 300\$000 réis a particulares; em que verdadeiras relíquias nacionais passam às mãos de estrangeiros, por não querermos fazer o menor sacrifício para as ter entre nós; em que temos à nossa vista o espetáculo deprimente do gasómetro de Belém a estragar um dos monumentos mais belos do país”⁸¹⁹.

Toda a crítica ao abandono teria sentido (haveria sempre algum monumento ao abandono), pelo que o que a manutenção do discurso parlamentar da catástrofe nacional mais evidenciava era uma posição de princípio que alguns deputados subscreveriam como forma de se tornarem atuantes. A crítica ao abandono fazia-se num contexto de

⁸¹⁸ Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1900-4-30, diário número 55, p.29

⁸¹⁹ Cristóvão Aires de Magalhães Sepúlveda, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1901-1-17, diário número 8, p.34

abandono de monumentos e de classificação paulatina pelo Conselho dos monumentos, pela Real Associação dos Arquitetos Cívicos e Arqueólogos Portugueses ou por iniciativas individuais de especialistas que ainda não tinham sido absorvidas pela potência unificadora do Estado.

SERVIÇOS DE UMA RELIGIÃO

No primeiro discurso que teve oportunidade de fazer no Conselho Superior dos Monumentos, Ramalho Ortigão investiu o interesse do povo na salvaguarda como forma de envaidecimento coletivo e acentuou o cunho religioso da demanda. “Os monumentos e os objetos de arte nacional guardam-se unicamente pelo amor do povo, uma vez acordado para a consciência e para o orgulho de si mesmo. A fruição de arte – e portanto de religião e de poesia – de que nos achamos investidos consiste simplesmente em proteger ensinando a amar”. O desinteresse, a abnegação e o carinho seriam as virtudes características desse amor e o poder da comissão seria de ordem puramente espiritual. “Somos – a bem dizer – os serviços de uma religião – a religião da beleza nacional. O objeto dela é defender perante as prerrogativas da raça o dogma estético na sua máxima pureza, catequizando o povo no culto da sua tradição e da história do seu passado, transmitida de idade em idade, através dos séculos, pelos monumentos da arte”⁸²⁰. Não era apenas o desinteresse (bastante interessado) que devia governar os membros da Comissão mas a ideia de que estavam a contribuir para uma “obra mais complexa” que só com o tempo se poderia afirmar, a da ‘nacionalização’ do povo português, como expressamente referiu o recém-empossado presidente do Conselho Superior dos Monumentos Nacionais. Deste ponto de vista bem se poderia compreender que a invocação do ‘interesse nacional’ aparecesse como central na argumentação da defesa dos monumentos.

Quando o Estado legislou sobre os monumentos já depois de dobrado o século, fazendo publicar, nos últimos dias de 1901, sob tutela da Direção-Geral das Obras Públicas e Minas, as *Bases para a classificação dos imóveis que devam ser considerados monumentos nacionais, bem assim dos objetos mobiliários de reconhecido valor intrínseco ou extrínseco pertencentes ao Estado, a corporações administrativas ou a*

⁸²⁰ Conselho Superior dos Monumentos Nacionais [1900-1906: documento não paginado]. Ata da sessão de 19 de junho de 1900

quaisquer estabelecimentos públicos, a razão maior invocada era o “interesse nacional” que os imóveis pelo valor histórico, artístico ou arqueológico pudessem conferir⁸²¹.

A legislação, que fazia coincidir nos seus propósitos a existência de vestígios com o interesse do país, tinha uma dupla finalidade, conforme se considerassem monumentos ou objetos. Os primeiros, fossem do Estado ou de particulares, podiam ser classificados pelo Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria; os segundos só podiam ser integrados no património nacional se estivessem na posse de entidades públicas.

Esta intervenção meio coxa tinha razões de ser na própria legislação existente (o Estado assumia as suas debilidades) e em algo que seria a preparação dos povos (o Estado assumia debilidades alheias, como se à população não interessasse o assunto). “Nem a nossa legislação civil nos permite ir mais além nem o espírito do nosso povo está ainda suficientemente preparado para aceitar bem providências deste género”⁸²². Com as disposições então tomadas havia confiança para a “desejada transformação no sentir e pensar da grande maioria da nação” e seria então oportuno ir mais além na defesa das relíquias, seguindo o exemplo de outros países, nomeadamente a Itália, “a pátria clássica da arte em todas as suas manifestações”⁸²³.

O Estado como que tutelava duplamente o sentir dos povos e assumia a superioridade do seu pensamento sobre esse sentir: declarava de interesse nacional os monumentos e declarava que as pessoas não estavam preparadas para algo que as podia transcender, o reconhecimento desse interesse, elaborando um movimento em que os destinatários principais de uma medida eram, ao mesmo tempo, incapazes de a reconhecer nos termos em que o Estado, no princípio do século XX, determinava.

Ao mesmo tempo, o Estado finalmente subtraía das iniciativas de organizações ou até de indivíduos a capacidade de promoverem a classificação dos bens, como tinha acontecido no passado e, como aconteceria ainda futuramente, ao promulgar que a classificação era concretizada por decreto – determinação que tinha sido fixada pouco antes, a 24 de outubro de 1901, aquando da organização dos órgãos consultivos da Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas – embora reconhecesse a grande contribuição “insistente de alguns estudiosos” e, nomeadamente, a ação consequente do

⁸²¹ Decreto de 30 de dezembro de 1901 aprovando as bases para a classificação dos monumentos nacionais e bens mobiliários de valor, as quais vão apenas ao presente decreto, *Coleção oficial de legislação portuguesa, ano de 1902*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1903, Suplemento à coleção de legislação portuguesa, ano de 1901, p.1436

⁸²² *Ibidem*

⁸²³ *Ibidem*

Conselho dos Monumentos Nacionais e do Museu Etnológico Português, criado em 1893.

O primeiro, herdeiro do Conselho Superior dos Monumentos Nacionais, era outra vez objeto de reorganização, juntamente com as várias estruturas consultivas da Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas, Comércio e Indústria, competindo-lhe a classificação dos monumentos; o estudo dos projetos de conservação, reparação e restauração; a fiscalização e execução desses trabalhos; e um grupo de atribuições que mantinham a necessidade de inventário (“mandar proceder ao levantamento dos elementos técnicos necessários para a restauração gráfica dos monumentos nacionais”; “elaborar monografias históricas, descritivas e artísticas dos mais importantes monumentos nacionais”; “coligir, ordenar e classificar todos os dados e documentos que possam interessar a história da arte portuguesa”; e “reunir coleções, cópias e modelos, que constituam subsídios de estudo e ensino nas escolas e nos museus nacionais”)⁸²⁴.

Este conselho dos monumentos nacionais era composto por 20 elementos nomeados pelo ministro das Obras Públicas e a execução das deliberações do conselho cabia a uma comissão executiva restrita, com cinco elementos (três deles escolhidos diretamente pelo ministro das Obras Públicas, seriam um engenheiro militar, um engenheiro civil e um arquiteto, todos ao serviço do Ministério das Obras Públicas; e dois elementos escolhidos pelo próprio Conselho dos Monumentos)⁸²⁵.

Ficava bem expressa a contradição com as palavras de Gabriel Pereira, ao comentar a mudança de nomenclatura da Comissão dos Monumentos, pois os elementos que decidiam sobre monumentos eram agora maioritariamente trabalhadores das Obras Públicas. Em 1901 “foi compreendido o Conselho dos Monumentos Nacionais que deixou de ser superior. Devo notar que o superior não ficava mal a este conselho, era uma expressão amável e justa, porque no conselho a grande maioria dos seus membros não pertence ao ministério das Obras Públicas, presta serviços por amor da arte, por dedicação à ciência das gloriosas antiguidades pátrias” (Pereira, 1909: 11-12). Certamente se compreendia melhor que o “interesse nacional” pudesse dar lugar a expropriações, quando proprietários de imóveis se opusessem às classificações, e que

⁸²⁴ Decreto de 24 de outubro de 1901 aprovando a organização das corporações consultivas da Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas, Comércio e Indústria, *Coleção oficial de legislação portuguesa, ano de 1901*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1902, p.858

⁸²⁵ *Ibidem*, p.859

aquelas incluíssem terrenos em que houvesse monumentos megalíticos, grutas pré-históricas ou castros⁸²⁶.

O novo Conselho dos Monumentos Nacionais podia propor classificações de monumentos e teria de ser ouvido se houvesse alterações ou destruições dos imóveis ou se houvesse alienações. A sua ação estendia-se declaradamente aos objetos móveis a cargo do Estado, que deviam ser “devidamente classificados e inventariados”⁸²⁷. “O cadastro metódico de todos os imóveis e mobiliários” classificados competia-lhe⁸²⁸.

OBJETOS INALIENÁVEIS, IMPRESCRITÍVEIS

Em relação aos objetos mobiliários, era o artigo 10.º destas *Bases para a classificação dos imóveis que devam ser considerados monumentos nacionais, bem assim dos objetos mobiliários de reconhecido valor* que mais chamava a atenção, do ponto de vista de uma continuidade entre as prerrogativas dos bens destinados ao decoro real e dos bens destinados ao reconhecimento da potência do Estado moderno. “Os objetos mobiliários classificados pertencentes ao Estado são considerados inalienáveis e imprescritíveis”⁸²⁹.

Sem autorização do Ministério das Obras Públicas nenhum desses objetos podia ser reparado, restaurado ou alienado. Os administradores dos concelhos portugueses ficavam responsáveis pela vigilância sobre achados de monumentos, ruínas, inscrições ou objetos, que pudessem interessar à história, à arte ou à arqueologia ou de notícias de possíveis danos causados sobre estruturas já conhecidas como castros ou grutas pré-históricas, mandando, nestes casos, suspender os trabalhos em curso ou impedindo as destruições. O interesse nacional não só se misturava com a inalienabilidade e imprescritibilidade, era consubstancial dele, herdando os maiores valores do regime monárquico sem um pestanejo e fazendo o culto aos monumentos – no sentido, sempre aqui seguido, da intocabilidade quanto à sua discussão – coincidir com o interesse nacional.

A publicação do regulamento para a Comissão dos Monumentos Nacionais (1894), do *Plano orgânico dos serviços de monumentos nacionais* (1898) e das *Bases para a*

⁸²⁶ Decreto de 30 de dezembro de 1901 aprovando as bases para a classificação dos monumentos nacionais e bens mobiliários de valor, as quais vão apenas ao presente decreto..., p.1436

⁸²⁷ *Ibidem*, p.1437

⁸²⁸ *Ibidem*

⁸²⁹ *Ibidem*

classificação dos imóveis que devam ser considerados monumentos nacionais, bem assim dos objetos mobiliários de reconhecido valor (1901) conformaram a ideia moderna de Estado para o estudo, classificação e inventariação dos monumentos. Estes diplomas definiram que reparações, apropriações, aquisições, ações de restauração, remoção, empréstimo ou alienação só podiam acontecer sob alçada do Estado, assegurando-se que os 10 vogais da comissão dos monumentos nacionais eram nomeados por despacho ministerial (1894) e que os 20 vogais do Conselho Superior dos Monumentos Nacionais eram nomeados pelo ministro das Obras Públicas (1898); afiançava-se que “o espírito público, que as leis traduzem, convenceu-se de que o primeiro proprietário do objeto artístico é a coletividade nacional”⁸³⁰; definiu-se que o estudo, classificação e inventariação faziam sentido sob um culto público de conservação (1894), que a conservação dos antigos padrões históricos, artísticos ou estéticos simbolizariam o espírito e o trabalho populares e que a classificação seria referendada por decreto e publicada em *Diário do Governo* (1898); que era legítimo esperar uma transformação no sentir e pensar da grande maioria da nação a respeito dos deveres e direitos de conservação de relíquias, que os objetos móveis do Estado seriam considerados inalienáveis e imprescritíveis e que a conservação de monumentos de interesse histórico, arqueológico ou artístico desenhavam, afinal, um “interesse nacional” (1901).

E se era dito que a legislação era um travão ao desenvolvimento da conservação de relíquias não permitindo temporariamente ir mais além e que “nem o espírito do nosso povo está ainda suficientemente preparado para aceitar bem providências deste género”⁸³¹, então do que se tratava era de adequar à função do Estado um desígnio comum, que incluía os vestígios de povos anteriores à formação da nacionalidade, e poder desenvolvê-lo.

A legislação dos últimos anos do século XIX e dos primeiros do XX reconfigurou o interesse dos monumentos e dos objetos conferindo-lhe uma dimensão de interesse nacional, assegurado pelo Estado, e de espírito popular, que implicava, doravante que “a cultura do espírito público” não consentisse que “a teimosia ignorante, ou o simples

⁸³⁰ Decreto de 9 de dezembro de 1898 aprovando o plano orgânico dos serviços destinados à classificação, conservação e restauração dos monumentos nacionais, *Coleção oficial de legislação portuguesa, ano de 1898*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1899, p.924

⁸³¹ Decreto de 30 de dezembro de 1901 aprovando as bases para a classificação dos monumentos nacionais e bens mobiliários de valor, as quais vão apenas ao presente decreto, *Coleção oficial de legislação portuguesa, ano de 1902*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1903, Suplemento à coleção de legislação portuguesa, ano de 1901, p.1436

interesse, persistam na destruição de monumentos, ainda que sejam propriedade individual”⁸³².

As *Bases para a classificação* deviam ser vistas conjuntamente com outra determinação recente que incidia sobre os objetos móveis e também sobre ruínas. Nos trabalhos e escavações que decorressem por conta do Ministério das Obras Públicas deviam ser arrecadados com todo o cuidado todos os “objetos arqueológicos de fácil transporte, tais como moedas, utensílios de barro, de metal, de pedra, ou de qualquer outra substância, bem como lápides com inscrições, estátuas, pedras esculpturadas, etc.” mesmo que se não encontrassem em bom estado de conservação⁸³³, ainda de “ossadas humanas que pareçam antigas em sepulturas avulsas ou cemitérios” e de todos os achados de ruínas de edificios antigos⁸³⁴, devendo comunicar-se à Direção-Geral das Obras Públicas e Minas todos os objetos encontrados a fim de serem transportados para o Museu Etnológico Português.

Fundado a partir de coleções de dois investigadores, Estácio da Veiga (coleção para o museu do Algarve) e José Leite de Vasconcelos (coleção particular)⁸³⁵, o museu ocupou salas da Direção dos Trabalhos Geológicos, um claustro da Academia das Ciências de Lisboa e, finalmente, decidiu-se a sua instalação no Mosteiro dos Jerónimos em 1900. No final do século XIX, o Museu Etnológico tinha sido agregado aos serviços do Conselho Superior dos Monumentos Nacionais (o organismo criado em 9 de Dezembro de 1898, entretanto substituído pelo Conselho dos Monumentos Nacionais), relacionando as duas instituições através de uma única direção superior, que o legislador via como mais conforme aos objetivos do museu, sobretudo aos seus serviços relacionados com a arqueologia. “Predominam atualmente, com efeito, no mencionado museu objetos que pertencem à arqueologia pré-histórica e histórica; e é natural, em virtude da riqueza do

⁸³² Decreto de 9 de dezembro de 1898 aprovando o plano orgânico dos serviços destinados à classificação, conservação e restauração dos monumentos nacionais, *Coleção oficial de legislação portuguesa, ano de 1898*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1899, p.924

⁸³³ Portaria de 10 de abril de 1901 dando instruções relativas aos objetos e edificios arqueológicos que forem encontrados nas escavações empreendidas por conta do Ministério das Obras Públicas, *Coleção oficial de legislação portuguesa, ano de 1901*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1902, p.94

⁸³⁴ *Ibidem*, p.95

⁸³⁵ “Para desde já se constituir a seção pré-histórica do museu etnográfico, há a valiosa coleção algarvia, feita pelo falecido Estácio da Veiga. Parte desta coleção pertence há muito ao Estado, por isso que Estácio da Veiga fora oficialmente encarregado de fazer explorações no Algarve” (Vasconcelos, 1915: 20); “A minha [de Leite de Vasconcelos] coleção arqueológica particular, parte da qual tenho agora depositada no museu da Direção dos Trabalhos Geológicos e na Biblioteca Nacional, depositá-la-ei também nele” (*Idem, ibidem*, p.21)

nosso país nesta espécie, que esse predomínio continue no futuro, contribuindo assim para o mais eficaz funcionamento dos trabalhos cometidos àquele conselho”⁸³⁶.

O MUSEU DE ETNOLOGIA EDUCADOR DOS PORTUGUESES

Mas o que mais chamava a atenção era a formulação de base que justificava tal mistura de serviços, em que era mencionado o trabalho dos povos e o culto aos monumentos como formas decisivas de educação. “É dever das nações civilizadas promover, quanto possível, o derramamento dos meios educativos que imprimam no povo a noção dos seus caracteres, quer considerados em si quer nas suas relações com os dos outros povos, as razões históricas da sua própria existência e o culto pelas obras da antiguidade, que a um tempo traduzem o sentimento artístico e o trabalho dos povos em diversas épocas do passado”⁸³⁷.

Sob os augúrios do que seria definido como “interesse nacional”, os monumentos e os objetos conjugavam-se para se lhes reconhecer um valor artístico, arqueológico ou histórico e, em todos eles, um valor cultural e educativo inequívoco, que a menção aos esforços passados dos povos fazia soar como valor universal, coincidente com o desejo do Estado. A mistura de serviços entre Conselho dos Monumentos e Museu Etnológico fazia-se de tal forma que os objetos arqueológicos, etnográficos e antropológicos deviam ser adquiridos pelo conselho e ficar a pertencer ao museu; só agentes dependentes do museu teriam acesso à exploração das estações arqueológicas em sítios públicos, ou seja, os arqueólogos com autorizações de escavação eram, também, os depositários dos objetos encontrados.

O museu tomou posse da sua nova casa em 22 abril de 1903 e três anos depois abriu as portas ao público (1906), o qual deveria educar, como defendia o diretor José Leite de Vasconcelos. “Um museu, pois, etnográfico, posto que para mais não sirva, serve para educar o público, levando-o a conhecer e a amar a pátria. (...) A pedagogia tem num museu boa fonte de lições de cousas para as crianças, ao mesmo tempo que estas vão a pouco-e-pouco recebendo no ânimo o sentimento de que acabo de falar. É nas primeiras idades que os sentimentos se radicam melhor” (Vasconcelos, 1915: 14-15). A mesma

⁸³⁶ Decreto de 23 de dezembro de 1899 agregando o museu etnológico português aos serviços a cargo do Conselho Superior de Monumentos Nacionais, *Coleção oficial de legislação portuguesa, ano de 1899*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1900, p.876

⁸³⁷ *Ibidem*

ideia tinha sido fixada no preâmbulo de criação do museu, assinado por Bernardino Machado. “Pelo que toca ao sentimento da nacionalidade [um museu etnográfico] faz [com] que o povo, tendo de si mais amplo conhecimento, e sabendo as razões históricas da sua própria existência, ame e venere a pátria com conhecimento de causa e siga afouto na via do progresso” (Real Associação dos Arquitetos Cívicos e Arqueólogos Portugueses, 1894: 5).

Se havia todo o denodo em criar condições de exposição para as peças da etnografia portuguesa, o lado moral de tais trabalhos, ligado a um cunho de orgulho e reconhecimento nacionais, nunca era esquecido. “Além dos objetos propriamente etnográficos e arqueológicos, podem figurar no museu bustos de heróis e homens ilustres do nosso país, quadros com trechos característicos de autores de fama, etc.. São ao mesmo tempo documentos da nossa vida social e estímulo permanente para nobres empreendimentos” (Vasconcelos, 1915: 76-77). Como presidente da comissão executiva, Augusto Fuschini teve uma participação muito ativa nos trabalhos do Conselho dos Monumentos Nacionais no início do século XX.

Politicamente influente para assegurar para si o restauro da Sé de Lisboa a partir de 1902, tornou inviáveis as palavras próprias de desconfiança sobre a capacidade artística dos engenheiros e gerou os maiores encómios no Parlamento, lugar onde a condição de parlamentar e de homem conhecido era bastante para o ministro da Fazenda, Teixeira de Sousa, assegurar que o restauro da Sé seria bem feito. “O engenheiro incumbido da restauração das obras da Sé é um dos homens públicos mais notáveis do nosso país (*Apoiados*). Além da sua qualidade de distinto engenheiro, diversas outras condições concorrem nele sendo, como é, um notável parlamentar e homem público do nosso país. Por isso mesmo, bastava esta situação especial para que S. Exa. encontrasse por parte do governo a melhor disposição, desde que o governo conhecia os superiores e inteligentes esforços por S. Exa. empregados no sentido de restaurar aquele monumento nacional”⁸³⁸.

Ao longo dos primeiros anos do século XX, até o Estado estabelecer a primeira classificação massiva de monumentos em 1910, o Conselho foi medindo as formas de desempenho do seu papel, usufruindo de correspondentes nas localidades e de um ânimo, assinalado por Fernando Larcher, que cresceria nas localidades. “Por toda a parte se encontram entusiastas, carolas, que é bom que se aproveitem; que será de toda a

⁸³⁸ António Teixeira de Sousa, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1904-1-18, diário número 9, p.5

consciência aumentar o número de delegados correspondentes”⁸³⁹. Em 1904 foi apresentado no Conselho dos Monumentos Nacionais, que mudaria de instalações no início desse ano do largo de São Roque para a praça da Alegria⁸⁴⁰, o projeto de classificação dos monumentos nacionais, que falava da conveniência de não classificar nada para lá de 1800⁸⁴¹. Augusto Fuschini chamou a atenção para as constantes solicitações com o objetivo de serem considerados monumentos nacionais edifícios que não teriam os requisitos necessários, temendo uma profusão de classificações⁸⁴². Os monumentos eram divididos segundo duas lógicas, uma cronológica, outra tipológica. Eram divididos segundo períodos: i) megalíticos e pré-históricos; ii) monumentos antigos (romanos, suevos e árabes); iii) monumentos da Idade Média, da Renascença e modernos até 1800; e eram divididos, a partir da Idade Média, em i) religiosos, ii) civis; iii) e militares, seguindo a organização dos inquéritos tripartidos expedidos por Gabriel Pereira em 1894⁸⁴³. Na mesma sessão, Ramalho Ortigão insistia numa lei de proteção dos monumentos, na sua classificação e na necessidade de obter esclarecimentos sobre a posse ou propriedade do Estado, das câmaras, confrarias e particulares e Fernando Larcher recordou a lei de proteção dos monumentos por si apresentada na Câmara dos Pares em 27 de janeiro de 1897; falou-se de um projeto de lei para assegurar regras para exportação de objetos de arte e Larcher voltou a recordar o trabalho que tinha apresentado no Parlamento⁸⁴⁴.

O mesmo Fernando Larcher disse ser necessário cuidar dos edifícios civis, que escasseavam, em contrapeso com os muitos edifícios religiosos existentes e falou dos castelos que necessitavam de cuidados, muitos dos quais estavam abandonados.

⁸³⁹ Conselho Superior dos Monumento Nacionais [1900-1906: documento não paginado]. Ata da sessão de 20 de janeiro de 1904

⁸⁴⁰ Conselho Superior dos Monumento Nacionais [1900-1906: documento não paginado]. Ata da sessão de 18 de fevereiro de 1904

⁸⁴¹ Conselho Superior dos Monumento Nacionais [1900-1906: documento não paginado]. Ata da sessão de 20 de janeiro de 1904

⁸⁴² Conselho Superior dos Monumento Nacionais [1900-1906: documento não paginado]. Ata da sessão de 28 de dezembro de 1904

⁸⁴³ Os *monumentos megalíticos e pré-históricos* compreendiam: dólmens ou antas, menires e mamunhas; os *monumentos antigos* incluíam: cipos, castros, citânias, colunas miliárias, memória epigráficas, cemitérios, termas, estátuas, pontes e aquedutos; os *monumentos da idade média, da renascença e modernos até 1800* incluíam monumentos religiosos (catedrais, igrejas, capelas e cruzeiros), monumentos militares (castelos, fortalezas, atalaias, torres, marcos miliários e comemorativos, padrões de batalhas e inscrições) e monumentos civis (palácios reais, paços de concelho, paços episcopais, mosteiros, conventos, túmulos, misericórdias, hospitais, aquedutos, pontes, chafarizes, arcos, portais comemorativos, monumentos levantados nas praças públicas a beneméritos, pelourinhos, casas memoráveis particulares, trechos arquitectónicos esparsos e edículas [nichos])

⁸⁴⁴ Conselho Superior dos Monumento Nacionais [1900-1906: documento não paginado]. Ata da sessão de 4 de janeiro de 1905

“Depois das lutas liberais, durante algum tempo, a sua conservação estava à guarda de velhos oficiais que os livraram de muitos vandalismos” mas a morte desses oficiais, que não tinham sido substituídos, deixaram-nos à mercê desse novo inimigo muito pior que os antigos – a vizinhança⁸⁴⁵. A necessidade de avançar para a classificação em *Diário do Governo* foi referida pelo vogal do Conselho José de Figueiredo, uma medida avaliada como central na luta entre destruidores e conservadores. “Embora essa lista fosse ainda muito incompleta nem por isso a sua publicação deixava de ser conveniente. O facto de um dado monumento estar classificado como nacional era só por si um embaraço, embora fraco, aos vândalos e destruidores. E à falta provável de melhores elementos de luta, o Conselho não devia pôr de parte este”⁸⁴⁶.

Exemplos contraditórios dessa luta apareciam de vários pontos do país, como a destruição das muralhas de Braga às mãos do município, invocando, como no passado, razões de salubridade; e a vontade de preservação do Castelo de Elvas, também da responsabilidade do município. Quando o vogal Luciano de Carvalho apresentou ao Conselho o seu parecer sobre o Castelo de Elvas, propôs um voto de louvor em que se congratulasse a Câmara de Elvas por estar ao lado do Conselho na defesa da conservação do seu antigo e histórico castelo⁸⁴⁷.

Numa sessão posterior, o parecer de Simões de Carvalho foi aprovado e resolvido propor ao governo que se considerasse o Castelo de Elvas monumento nacional, como era pretensão da câmara⁸⁴⁸. E efetivamente a Direção Geral das Obras Públicas e Minas do Ministério das Obras Públicas fez publicar a primeira classificação de um monumento ao abrigo do decreto de 30 de Dezembro de 1901: “hei por bem determinar que o castelo de Elvas seja considerado monumento nacional”⁸⁴⁹.

⁸⁴⁵ Conselho Superior dos Monumento Nacionais [1900-1906: documento não paginado]. Ata da sessão de 10 de fevereiro de 1905

⁸⁴⁶ Conselho Superior dos Monumento Nacionais [1900-1906: documento não paginado]. Ata da sessão de 3 de janeiro de 1906

⁸⁴⁷ Conselho Superior dos Monumento Nacionais [1900-1906: documento não paginado]. Ata da sessão de 20 de dezembro de 1905

⁸⁴⁸ Conselho Superior dos Monumento Nacionais [1900-1906: documento não paginado]. Ata da sessão de 3 de janeiro de 1906

⁸⁴⁹ Decreto de 27 de setembro de 1906 determinando que o castelo de Elvas seja considerado monumento nacional, *Coleção oficial de legislação portuguesa, ano de 1906*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1907, p.677

FRAGILIDADES DO CONSELHO DOS MONUMENTOS

Ao contrário de uma acrimónia no passado, nesta fase havia entre o Conselho dos Monumentos e a Real Associação uma cooperação, que passava por reconhecer que era no Conselho que as decisões importantes se tomavam, com a Real Associação a debitar informação que tinha recebido das câmaras sobre pelourinhos, cruzeiros e outros monumentos ou pronunciando-se sobre casas memoráveis que pudessem integrar a lista dos monumentos nacionais. A Real Associação tinha, entretanto, perdido a companhia dos arquitetos, que se autonomizaram constituindo a sua associação de classe em 1902, a Sociedade dos Arquitetos Portugueses, com os fins essenciais de concorrer para os progressos de arquitetura, por meio de congressos, exposições, preleções, conferências, publicações, excursões e concursos; prestar aos associados apoio da defesa dos interesses profissionais; e promover a união dos arquitetos e a elevação do conceito moral da classe.

Ativo em diversas frentes, o Conselho dos Monumentos oficiou a Direção Geral de Obras Públicas e Minas para indeferir um pedido de estabelecimento de uma enfermaria para doentes de varíola no Convento de Tomar, argumentando que tal situação prejudicaria as visitas ao convento e que as obras de adaptação certamente contribuiriam para estragar o exemplar de arquitetura conventual; quis saber com detalhe que obras eram necessárias executar no Castelo de Elvas⁸⁵⁰, já classificado, recebendo uma nota histórica acerca do monumento do vogal correspondente em Elvas e uma nota de um engenheiro com a descrição das obras necessárias⁸⁵¹. O Conselho recebeu também uma nota do antigo governador do Castelo de Elvas, o general de brigada Rodrigues Costa, para que se oficiasse o Ministério da Guerra no sentido de tomar “as providências necessárias para que aquele monumento, ultimamente decretado monumento nacional, se encontre sempre em devido estado de asseio para que, sem repugnância, pudesse ser visitado”⁸⁵².

O Conselho mostrava, igualmente, uma fragilidade de base que tinha a ver com o historial da defesa de monumentos, como quando recebeu da Direção Geral de Instrução Pública um pedido para que se organizasse uma lista dos quadros de história portuguesa

⁸⁵⁰ Conselho Superior dos Monumento Nacionais [1900-1907: documento não paginado]. Ata da sessão de 6 de maio de 1907

⁸⁵¹ Conselho Superior dos Monumento Nacionais [1900-1907: documento não paginado]. Ata da sessão de 31 de maio de 1907

⁸⁵² Conselho Superior dos Monumento Nacionais [1900-1907: documento não paginado]. Ata da sessão de 18 de junho de 1907

existentes nos edifícios considerados monumentos nacionais, mais notáveis pelo assunto de execução artística, com indicação do lugar em que se encontrassem, com menção de autor e mais circunstâncias necessárias para a sua boa compreensão. O Conselho resolveu responder que “o inventário desses quadros não era fácil de fazer com os meios de que dispunha, pois que, sendo preciso percorrer uma grande parte do país, seria indispensável um pessoal próprio e poderes especiais para se elaborar o referido inventário” e lembrava que esse trabalho podia ser melhor executado pela Real Academia de Belas-Artes ou pelo Museu Nacional [de Belas-Artes, Janelas Verdes]⁸⁵³. Na mesma altura, o Conselho recebeu um pedido do ministro da Guerra para que os alunos das diversas escolas do Exército pudessem visitar os monumentos a cargo do Conselho, evidenciando como a relevância que o Estado entendeu conferir aos monumentos tinha permeado as instituições de instrução pública⁸⁵⁴ e como resplandecia o raciocínio do arquiteto José Luís Monteiro: “O futuro das artes em Portugal depende exclusivamente da orientação que se der à educação. O que nos falta é cultura artística e não só as classes populares enfermam desta doença, mas também as superiores que, em geral, se consideram ilustradas” (Monteiro, 1906: 21).

Os alunos de arquitetura das academias de belas-artes eram incentivados a fazer excursões para conhecer “os monumentos e as tradições da arte portuguesa”, em período de férias escolares e subsidiados pelo governo⁸⁵⁵; em que o gosto pelas tradições artísticas seria um desenvolvimento da autonomia nacional, pois pretendia-se radicar no espírito dos artistas, com a criação das bolsas, o culto pelos monumentos e o gosto pelas brilhantes tradições artísticas⁸⁵⁶. As excursões eram também dirigidas aos convertidos, como foi o caso das viagens à Batalha, em 19 de Junho de 1904, e a Évora, a 27 e 28 de maio de 1906, organizadas pela Sociedade dos Arquitetos Portugueses. “Dispensamo-nos de encarecer quanto de utilitário e educativo têm estas excursões de estudo e quanto de proveitoso para os arquitetos portugueses é o conhecimento dos valiosos edifícios architectónicos do país” (Sociedade dos Arquitetos Portugueses, 1906: 6).

⁸⁵³ Conselho Superior dos Monumento Nacionais [1900-1907: documento não paginado]. Ata da sessão de 5 de julho de 1907

⁸⁵⁴ Conselho Superior dos Monumento Nacionais [1900-1907: documento não paginado]. Ata da sessão de 16 de maio de 1907

⁸⁵⁵ Ernesto Rodolfo Hintze Ribeiro, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1902-4-18, diário número 58, p.9 e p.14

⁸⁵⁶ *Idem, ibidem*, p.19

Presidindo aos destinos da Sociedade dos Arquitetos Portugueses, o arquiteto Adães Bermudes apresentou, na reunião da Sociedade de 10 de julho de 1905, uma proposta de defesa dos monumentos, que atualizava os desejos de mobilização geral que a Real Associação tinha promovido com a expedição das suas circulares, na qual ecoava a desconfiança relativamente aos concidadãos, que as *Bases para a classificação dos imóveis que devam ser considerados monumentos nacionais, bem assim dos objetos mobiliários de reconhecido valor* (1901) tinham tornado oficial ao afirmar que o espírito do povo não estava preparado para maiores determinações a favor dos monumentos; em que o valor do *desinteresse* vinha mais uma vez ligado à simpatia pelas artes, ao bom senso e ao bom gosto, e estes se contrapunham à ignorância, e em que os arquitetos reservavam para si o papel de educadores mais relevantes do sentimento nacional:

Considerando que a absoluta inconsciência em que vive a grande maioria dos cidadãos portugueses, acerca do valor moral, educativo, social e económico da arte, torna possíveis numerosos erros, abusos e vandalismos, indignos de uma nação que se pretende culta e evidenciado na deturpação ou ruína de interessantes monumentos, na banalização dos novos bairros, que tanto poderiam ter contribuído para o embelezamento das nossas cidades, no pejamento das praças e avenidas de grande circulação, com ignóbeis abarracamentos que se eternizam e na profanação e inutilização dos lugares que deveriam ser sagrados e excepcionalmente belos, num país fadado para ser o mais belo do mundo, multiplicando-se por toda a parte esses exemplos, qual deles o mais perverso do bom gosto e prejudicial da riqueza pública; considerando que contra estes factos deprimentes do decoro nacional, se levantam por vezes veementes protestos isolados, que resultam inúteis, porque não encontram eco nem despertam reação sensível na consciência popular, nem são tomados em consideração pelos poderes dirigentes, absorvidos na solução de problemas que erradamente reputam de maior gravidade; e considerando, finalmente, que aos arquitetos, mais que a nenhuns outros artistas, incumbe o papel de educadores e intérpretes das ideias, sentimentos e aspirações nacionais; Proponho que a Sociedade dos Arquitetos Portugueses tome a iniciativa de congregar numa ‘comissão de propaganda e defesa da arte nacional’ todos os homens de bom senso, bom gosto e boa vontade – artistas, críticos de arte e publicistas – para que, patriótica e desinteressadamente, completando-se uns aos outros nas suas especialidades e meios de ação, permutando informações e ideias e conjugando esforços, influam energicamente sobre a educação artística do público e sobre a orientação estética dos governos e municipalidades, e exercendo a indispensável fiscalização da higiene artística do país, reclamem, não já como prestadores isolados, mas como corporação autorizada para falar e competente para se fazer ouvir e atender, contra aqueles erros, abusos e vandalismos que só se produzem, repetem e alastram, sem pudor nem escrúpulo, devido à ignorância do meio, ao desenvolvimento do espírito mercantil, cada vez mais egoísta, e à passividade por desânimo ou indiferença daquele que poderiam reagir utilmente e que reagirão por certo logo que sintam as suas inteligências e vontades enfeixadas e mutuamente fortalecidas para o

êxito de uma ação comum a favor do progresso e da dignidade da nação portuguesa. (Sociedade dos Arquitetos Portugueses, 1905: 27-28)

A CLASSIFICAÇÃO, FINALMENTE

Em 1906, o Conselho dos Monumentos considerou monumentos nacionais de “primeira classe” os mosteiros de Alcobaça e da Batalha, a Igreja de Santa Cruz de Coimbra, os conventos de Mafra e de Cristo, em Tomar, dos Jerónimos, a Basílica do Coração de Jesus [Basílica da Estrela], a Sé Velha de Coimbra, a Sé de Lisboa, a Sé da Guarda, a Torre de Belém e o templo romano de Évora, a que se deveriam juntar a Igreja da Senhora da Oliveira, em Guimarães, a Sé de Évora e as ruínas do Carmo, em Lisboa. À exceção da Igreja de Guimarães, seriam classificados em Janeiro de 1907 os restantes 14 monumentos⁸⁵⁷.

Tal como se escrevia nas *Bases para a classificação dos imóveis que devam ser considerados monumentos nacionais, bem assim dos objetos mobiliários de reconhecido valor intrínseco ou extrínseco pertencentes ao Estado, a corporações administrativas ou a quaisquer estabelecimentos públicos*, entrava-se num movimento em que se atribuía aos imóveis valor histórico, arqueológico ou artístico; em que se atribuía esses valores “por natureza ou por destino”, uma distinção referida mas inexplicada nessa legislação; em que se propagava que a classificação se teria tornado “uma forma precisa” de distinção; em que, sem dúvida, os monumentos seriam castros, antas, castelos, marcos miliários, catedrais, igrejas, cruzeiros, sepulturas, paços reais, pontes, arcos, padrões comemorativos e todas essas pedras inanimadas que o Estado convocasse para proveito do seu decoro; em que a conservação e a restauração dos monumentos fosse assumida como devendo estar a cargo do governo, como ilustrando as nações pela conservação do brilhantismo da história nacional e como se confundisse conservação com a recuperação de uma glória passada⁸⁵⁸; em que os discursos de

⁸⁵⁷ Decreto de 10 de janeiro de 1907 declarando os edifícios públicos que devem ser considerados monumentos nacionais, *Coleção oficial de legislação portuguesa, ano de 1907*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1908, p.13

⁸⁵⁸ “Eu quisera que houvesse também aqui a ação do governo e que ele fosse o primeiro responsável. Pode haver um edifício que ameace ruína; mas eu entendo que a conservação de certa e determinada ruína pode ser uma indicação das glórias nacionais; que o primeiro interessado na conservação desse monumento deve ser o governo, pois que seja ele também responsável neste ponto” (Carlos Bento da Silva, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1865-3-11, diário número 50, p.671)

conservação se construiriam à custa das perdas de património⁸⁵⁹; em que se aderisse ao culto do desinteresse e dos desinteressados da arte; em que se considerasse, como o Par do Reino Fernando Larcher, que os monumentos e ruínas eram despojos capazes de revelar, de forma bastante mais expressiva que os livros, as origens, costumes, tendências, aptidões e crenças, constituindo a mais abundante e preciosa fonte histórica; em que os monumentos nacionais, históricos, pátrios, artísticos seriam os edifícios e os objetos tocados pela comemoração de feitos, ações, gosto e crenças do que já passou (Pereira, 1902: 5), que podiam ser conservados por motivos históricos, artísticos ou de antiguidade, nisto continuando uma tradição fixada na primeira metade do século XIX quando tinham sido excecionados da venda de bens “as obras e edifícios de notável antiguidade, que merecessem ser conservados como primores da arte ou como monumentos históricos de grandes feitos ou de épocas nacionais”.

Para que esse movimento se operasse, para que o Estado assumisse a responsabilidade pela conservação e restauro dos monumentos foi preciso herdar as prerrogativas de decência, recreio e lazer próprias da família real; foi necessário instituir nessa conservação uma forma cultural que implicava uma adesão sem condições aos atributos de fruição e recreio próprios de figuras reais, constituindo a passagem de testemunho do que não podia nem devia ser quebrado, o decoro; essa forma de culto público e de propaganda, definida em 1894 e não contraditada desde então, definiu a forma de conservação dos monumentos, sujeitada na sua edificação inicial ao ministério das Obras Públicas.

A classificação dos imóveis que deviam ser considerados monumentos nacionais, publicada em 1910 ainda sob o regime monárquico, divididos cronologicamente em i) monumentos pré-históricos; ii) monumentos lusitanos e lusitano-romanos; e iii) monumentos medievais, do renascimento e modernos⁸⁶⁰, determinou que as populações se deveriam encontrar no papel de receptores e transmissores de uma herança que,

⁸⁵⁹ “Muitos dos nossos principais monumentos estão infelizmente perdidos mas muitos existem ainda que poderão ser conservados se tratarmos de vez de lhes acudir com os remédios que urgentemente reclamam” (António Rodrigues Sampaio, António Cardoso Avelino, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1876-3-17, diário número 48, p.689)

⁸⁶⁰ Os monumentos foram, também, tipologicamente divididos: os monumentos pré-históricos compreendiam antas e outros monumentos; os monumentos lusitanos e lusitano-romanos compreendiam castros, entrancheiramentos, povoações, castelos, marcos miliários, pontes, templos, arcos, fontes, estátuas, inscrições e ruínas; os monumentos medievais, do renascimento e modernos estavam divididos em monumentos religiosos (catedrais, mosteiros, basílicas, igrejas, capelas, cruzeiros, túmulos e sepulturas), monumentos militares (castelos, torres e padrões) e monumentos civis (paços reais, paços municipais, paços episcopais, palácios particulares e casas memoráveis, misericórdias e hospitais, aquedutos, chafarizes, fontes, pontes, arcos e padrões comemorativos, pelourinhos e “trechos arquitectónicos”

devendo ser sentida como sua, fortaleceria o poder dos poderes vigentes e, como tal, seria consensualizada como imutável e frequentemente descrita como apolítica e desinteressada. O caso do restauro da Sé de Lisboa era exemplar, como sublinhou o secretário do Conselho dos Monumentos Nacionais, Fernando Eduardo de Serpa, ao constatar que Augusto Fuschini retomava, após doença, a direção dos trabalhos de restauro. Fuschini era tão imprescindível quanto *desinteressado*.

Via o senhor conselheiro retomar depois de grave doença de que foi acometido no dia 9 de Janeiro, a direção dos trabalhos de restauração da Sé de Lisboa, na qual era inteiramente insubstituível; acrescentando que se tinha podido fazer prosseguir os trabalhos, sem maior dificuldade, enquanto durara a doença de Sua Excelência, tinha sido unicamente por ter seguido durante a sua direção interina a mesma orientação de S. Exa. Em seguida expôs o estado em que se achavam as obras e referiu-se ao trabalho que tão desinteressadamente tem sido prestado na restauração da Sé, desde o mês de novembro de 1905 pelo senhor Augusto Fuschini, habilitado com o curso de engenheiro civil pela escola do exército, o qual sem remuneração alguma tem auxiliado sempre naquela restauração, tornando-se sobretudo notável pelo sentimento artístico que tem revelado no desenho e montagem de todos os capitéis e mísulas que têm sido empregados ultimamente na mesma restauração e bem assim pela competência com que tem elaborado projetos de trabalhos mais importantes, alguns dos quais estão em vias de execução e outros para se executarem. (Fernando Eduardo de Serpa, Conselho Superior dos Monumento Nacionais [1900-1907: documento não paginado]. Ata da sessão de 8 de março de 1907)

NOTAS FINAIS

Assumindo formalmente o custo das propriedades do Estado na posse e usufruto da Coroa, o Estado estava a separar os paços reais do decoro real e a absorver as prerrogativas de decoro e de decência próprios das figuras reais. Pois outra razão substancial seria difícil de encontrar para a vontade de herdar velhos palácios e para receber os representantes de países estrangeiros nos salões do antigo esplendor dos reis. A conservação de palácios e jardins que jamais poderiam ter sido arrendados, tendo-o sido, e a venda das joias da Coroa, que eram inalienáveis, podiam não ter uma relevância senão simbólica mas eram argumentos para a discussão sobre a natureza perpétua de uma instituição política como a Coroa.

Apesar das destruições e dos derribamentos, os antigos monumentos de pedra tinham um certo ar durável e uma constância capazes de ajudar à duração dos poderes em vigor; foi no contexto da existência de monumentos como sentinelas que a conversa da

destruição ganhou um sentido, como se a destruição, a falta e a incompletude dos monumentos alimentasse o desejo de os restituir ao discurso. Os monumentos passaram a ser uma das formas de manutenção e salvaguarda dos poderes, instituindo em primeiro lugar a conservação dos conservadores, dos especialistas conformes, da política não sujeita a discussão, aparentemente consensual e a-conflitual, quando a sua história tinha sido tumultuária, inconstante, imprevisível.

Até que isso sucedesse, a reutilização de espaços conventuais e de outros espaços religiosos para toda a ordem de instalações do Estado, em que conviviam aquartelamentos militares com bibliotecas, como aconteceu na Academia de Belas-Artes de Lisboa, tomou a forma principal de uma conservação dos monumentos. Essa conservação intimou os edifícios a continuarem operacionais através de uma mistura de funções que não podia deixar de lembrar as imagens dos gabinetes ou dos museus particulares, nos quais as peças se expunham onde fosse possível, e incorporavam as paredes como se fossem o seu forro. Esta vitalidade deveria, em parte, explicar por que os poderes estavam menos preocupados com os inventários do que com as soluções para abrigar múltiplos serviços em espaços que tinham sido desvitalizados.

Se é verdade que se assistiu à ineficácia de sucessivas tentativas de envolver uma responsabilidade política na guarda e conservação dos monumentos, ela devia ser vista não tanto como sendo resultado da indiferença dos deputados e dos governantes mas como um caminho que foi preciso percorrer para que o Estado considerasse que tais prerrogativas lhe eram úteis enquanto afirmação de poder, tanto quanto a absorção do decoro das figuras reais.

A TROCA E O ENTESOURAMENTO NA DEFINIÇÃO DA *TRADIÇÃO* COMO SABER ACUMULADO

EM NENHUMA outra instituição como a Academia de Belas-Artes de Lisboa os governos depositaram tanto a obrigação de ser a guardadora e a reprodutora, através de cópias, da herança nacional. As competências que reunia quanto ao ensino artístico tornaram-na o centro de irradiação de coleções que eram tanto didáticas quanto serviam os propósitos de inventário. A recolção de obras nas suas instalações, bem como as funções de ensino, a capacidade crítica dos seus professores e a capacidade oficial da reprodução de objetos, instituíram-na nesse papel definidor de um *gosto nacional*.

Contudo, o que melhor definiu as atitudes perante a herança ao longo do século XIX foi a incapacidade de constituir uma coleção oficial de reproduções e um catálogo das suas existências e o facto de os objetos de arte terem sido valorizados pelo Estado enquanto bens transaccionáveis.

A falta de sistematização, sobretudo das coleções de reproduções para fins didáticos, expuseram a Academia à crítica do investigador mais informado e consciente dos movimentos internacionais de Estados soberanos quanto à potência que seria proveniente das coleções da herança e da sua reprodutibilidade, o historiador Joaquim Vasconcelos. Foi o mesmo autor que aclarou as condições em que a reprodução organizada e didática era o motor da construção de um conhecimento suficientemente detalhado para que pudesse instituir-se uma *tradição*.

Esse estabelecimento estava nos antípodas das tiradas eloquentes que, no Parlamento, falavam dos mesmos monumentos constantemente, como se a evocação dessas antiguidades definisse, para os deputados, o seu mergulho iniciático no patriotismo e no nacionalismo. Os deputados divisavam entidades isoladas nos monumentos, onde Joaquim Vasconcelos via um conjunto de influências.

A ACADEMIA DE BELAS-ARTES E A REPRODUÇÃO DA HERANÇA

A Academia de Belas-Artes de Lisboa, reuniu, desde a sua fundação em 1836, competências simultâneas de ensino artístico e de depósito de objetos, muitos dos quais provenientes dos conventos extintos. À Academia deviam ficar a pertencer os volumes mais importantes para as belas-artes do depósito geral das livrarias dos conventos extintos, para se constituir uma biblioteca específica de belas-artes. Desse depósito geral deviam ser entregues os quadros existentes para serem escolhidos os mais relevantes para estudos artísticos e académicos e para constituírem o núcleo de uma galeria nacional de pinturas. O gabinete de pinturas coexistia com as diversas aulas destinadas ao ensino das artes e ofícios. A comissão do depósito devia ainda entregar à Academia uma relação dos quadros existentes nos vários distritos do país que a Academia classificaria, bem como todos os objetos que fossem de enviar para outros museus. Houve, portanto, uma ligação inicial entre os salvados dos conventos, a necessidade da sua arrumação e a constituição de coleções na Academia de Belas-Artes; mas houve também, desde o início destes processos, uma coincidência que não se pode negligenciar entre as instituições depositárias e a sua autoridade para afirmarem o que era e não era importante em ordem à formação de um *gosto nacional* e a sua ligação ao ensino de belas-artes. Ergueu-se uma simultaneidade de funções entre o estudo, o aprovisionamento e a especulação sobre a importância do património.

Assim se pode entender que na sessão solene trienal da Academia lisboeta de Belas-Artes, em 1843, o diretor da instituição, Francisco de Sousa Loureiro, se tenha referido aos monumentos que “verdadeiramente” datavam do começo da monarquia, como as igrejas de Santa Maria de Cárquere (Viseu) e de Santa Cruz (Coimbra), que eram “ainda muito simples” e os de Alcobaça e de São Vicente de Fora “vastos edifícios cuja arquitetura é perfeita”; que os conventos de Belém e da Batalha eram “edifícios admiráveis, milagres da arte” e quase inteiramente executados por artistas portugueses; que Mafra era “vasto, rico, sumptuoso” e o Convento do Coração de Jesus “belo, elegante mas com defeitos” (Raczynski, 1846: 106).

Esta era uma forma de concretizar esse papel de aprovisionamento e de especulação sobre o que era mais devoto e menos devoto do património, sobre o que valia mais e o que valia menos. Outras circunstâncias contribuíam para o papel da Academia de Lisboa como arrecadadora principal, por exemplo de gravuras e estampas (desenhos): a capacidade de reprodução dos objetos existentes, designadamente através da Oficina

Nacional de Litografia e da instituição de uma oficina de moldagens em gesso. À Academia foi cometida a administração da Oficina Nacional Litográfica (a partir de 1836). A Oficina Litográfica era obrigada a fazer todos os trabalhos que lhe fossem encomendados pela Academia de Belas-Artes de Lisboa, que superintendia sobre a reprodução de objetos. A Academia devia organizar uma coleção dos pintores clássicos portugueses e mandar litografar os seus quadros. “Nenhum desenho ou coleção destinada à instrução pública dos alunos da Academia, será litografada na Oficina, nem publicada depois de litografada, sem prévio exame e aprovação da Academia em conferência ordinária, a qual para isso lhes aporá o seu respetivo selo ou firma”⁸⁶¹.

A instituição de uma oficina de moldagens em gesso (1863), coincidiu com o início de várias campanhas de moldagens de partes de monumentos, a primeira das quais decorreu entre 1863 e 1864⁸⁶². A participação portuguesa na exposição universal de 1867 proporcionaria a continuação deste trabalho, cujo catálogo elencava 18 fragmentos em gesso de monumentos nacionais, 16 dos quais pertencentes à Academia: dois fragmentos da antiga Catedral de Coimbra (Sé Velha), quatro fragmentos do Convento da Batalha, nove do Convento dos Jerónimos, um do Mosteiro de Alcobaça. Um modelo de um copo de prata proveniente das ruínas romanas de Tróia e o púlpito da Igreja de Santa Cruz de Coimbra eram modelos constantes do catálogo pertencentes a outras instituições (Catalogue spécial de la section portugaise a la exposition universelle de Paris en 1867, 1867: 388-389).

Quanto à recolção de reproduções, a Academia tinha recebido uma coleção de gravuras e de estampas em 1837 (120 gravuras e mais de 200 estampas); de 130 estampas retiradas de obras de pintura, escultura, de paisagem, de flores, de costumes e de pormenores de anatomia; alguns artistas agregados⁸⁶³ reproduziram coleções especialmente solicitadas para as aulas de desenho; o professor de pintura histórica da Academia, António Manuel da Fonseca, adquiriu materiais para o ensino quando se

⁸⁶¹ Decreto de 9 de setembro de 1837 – Regulamento da Oficina litográfica de Lisboa, *Coleção de leis e outros documentos oficiais publicados no segundo semestre de 1837- VII série (2.ª parte)*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1837, pp.105-106. Cf. também Decreto de 6 de dezembro de 1836 – Oficina Litográfica sujeita à administração da Academia das Belas-Artes de Lisboa, *Coleção de leis e outros documentos oficiais publicados desde 10 de setembro até 31 de dezembro de 1836. VI série*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1837, pp.199-200

⁸⁶² “O número exato de modelos reproduzidos nesta campanha consta numa relação de modelos executada pelo escultor Assis Rodrigues em 1866, na qual se dá conta de terem sido incorporados 38 elementos extraídos do portal, claustro e coro-alto do Mosteiro de Santa Maria de Belém” ((Mendonça, 2014: 172). O autor diz que as campanhas de moldagens de monumentos nacionais da Academia cessaram nos anos 80 do século XIX

⁸⁶³ Os *agregados* são antigos artistas que foram empregados nas obras do Palácio da Ajuda, que tantos epigramas mereceram a Raczyński” (Vasconcelos, 1881a: 155)

encontrava em Roma e realizou várias cópias de grandes mestres; a partir de finais da década de 40, o recurso a estampas e gravuras compradas aumentou, porque os agregados foram excluídos⁸⁶⁴ dos encargos da Academia (coleções de gravuras, estampas foram compradas em 1848, 1849, 1852 ou 1854); em 1859, foram compradas 61 litografias de monumentos nacionais; em 1861, foram compradas 34 fotografias de modelos de gessos de estátuas do Convento de Mafra; em 1863, o marquês de Sousa Holstein diligenciou para adquirir cópias de gravuras, de esculturas e de pinturas e para tentar comprar uma coleção de fotografias de originais dos quadros do Museu de Madrid. Entre os materiais didáticos para o ensino artístico e entre os materiais de reprodução de obras de arte foram os gessos a ganharem relevância (Lisboa, 2007: 278-281), já que constituíam parte dos elementos didáticos necessários aos exercícios escolares, serviam de complemento a coleções de objetos e serviam de inventário dos tesouros que deviam ser protegidos.

Uma coleção dos “melhores modelos em gesso das estátuas e bustos dos antigos” para o serviço da Academia de Belas-Artes de Lisboa era reconhecida como fundamental em 1850 pelo governo⁸⁶⁵, que os agentes diplomáticos portugueses colocados em Paris e Roma deviam agilizar mas que a instituição de ensino só recebeu em 1856: um conjunto de 16 modelos em gesso (estátuas, bustos, uma parte do friso do fórum de Trajano, uma cabeça de cavalo da estátua de Marco Aurélio e baixos-relevos). Antes, a Academia tinha recebido os primeiros modelos vindos da aula de desenho da Casa Pia, em finais do século XVIII, acrescentada de compras feitas em Roma por António Manuel da Fonseca (Lisboa, 2007: 281-282).

Na Exposição Universal de Paris de 1867, os presidentes das comissões internacionais reuniram-se para fixar em conjunto regras para uma certa reciprocidade dos serviços de ensino. “No que diz respeito à arte, e em especial ao desenho, foi considerado como meio mais eficaz: a *reprodução* dos objetos das artes plásticas e das artes industriais em todos os países da Europa e a permutação gratuita desses objetos entre as diferentes nações aderentes” (Vasconcelos, 1879: 153). A organização da oficina de moldagens em gesso seria um dos fatores que permitiu ao marquês de Sousa Holstein dizer, em

⁸⁶⁴ “Todos os lugares de artistas agregados que forem vagando não serão mais providos em nenhuma das classes” (cf. Decreto de 28 de novembro de 1842 reduzindo o quadro da Academia das Belas-Artes de Lisboa, *Coleção oficial da legislação portuguesa redigida pelo desembargador António Delgado da Silva. Legislação de 1842 em diante*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1842, p.409)

⁸⁶⁵ Lei de 23 de abril de 1850 autorizando a compra de vários instrumentos e objetos para o Observatório da Universidade e para a Academia das Belas-Artes de Lisboa, *Coleção oficial da legislação portuguesa redigida por José Máximo de Castro Neto Leite e Vasconcelos. Ano de 1850*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1851, p.170

1875, que um museu de esculturas seria pouco custoso de organizar, pois podia em grande parte constar de cópias – que seriam compradas, doadas por governos estrangeiros através da intervenção dos diplomatas ou ainda obtidas por trocas com museus, realçando essa função de permuta como vital a partir de uma produção da oficina própria. Acrescentava que, “na Academia de Lisboa conservam-se vários fragmentos de Belém, da Batalha, de Alcobaça, de Santa Cruz e da Sé Velha de Coimbra” (Holstein, 1875: 30), provenientes dessas campanhas de moldagem dos monumentos.

Na sequência dos trabalhos da comissão de reforma do ensino artístico, da organização de um museu central e da conservação de monumentos e objetos (1875), a direção da Academia pediu conselhos a Inglaterra e França para organizar um museu de réplicas em gesso. Da Escola Nacional de Belas-Artes de Paris recebeu um projeto de um museu de reproduções, com um inventário exaustivo e um orçamento considerado principesco pelo historiador Joaquim Vasconcelos (Vasconcelos, 1881b: 253).

Em outros casos, o ritual de reprodução de espécies artísticas da Academia, com poucos exemplares reproduzidos em longo tempo, não se repetia e parecia possível organizar coleções com orçamentos mais modestos. Entre abril e junho de 1878, Joaquim Vasconcelos fez um conjunto de dez cursos no Colégio Portuense, em horário noturno, sobre as relações da arte com as indústrias, tendo usado uma coleção de reproduções de cerca de 680 objetos de artes industriais tiradas a maior parte de núcleos publicados pelo Museu Austríaco (Vasconcelos, 1879: VIII-X), um conjunto de fundações que completavam o ensino da arte aplicada à indústria (fundado em 1871) naquele país, cujas coleções eram constituídas principalmente por reproduções. A corte imperial, a nobreza e a burguesia tinham emprestado os seus objetos de arte, de modo que foi sendo feito um inventário das preciosidades artísticas e uma importante fonte de receita foi criada pela venda de reproduções em gesso, em fotografia e em galvanoplastia (Vasconcelos, 1879: 94 e 96-97).

A AVALIAÇÃO DOS QUADROS DE CARLOTA JOAQUINA

Em 1879, o historiador de arte orçamentava a criação de um museu de reproduções para as escolas superiores de artes aplicadas, que totalizava 656\$024 réis, a nona parte do orçamento anual da Academia de Belas-Artes de Lisboa para as coleções, considerando

a compra da coleção completa de gessos (633 peças) e da coleção de fotografias (modelos de artes industriais, em número de 310) do Museu Austríaco, não contando, sequer, que as escolas poderiam, elas próprias, ser produtoras de alguns desses elementos, pois tratava-se do apetrechamento inicial para o ensino (Vasconcelos, 1879: 180-181).

Se a arrecadação de tesouros pedia a reprodução dos objetos para fins didáticos e de inventário, a centralização das competências da Academia de Belas-Artes de Lisboa como reprodutora de cópias dos objetos existentes não deixou nunca de contribuir para o papel primitivo de arrecadadora dos tesouros, e de instituidora de um museu nacional, o qual, tardando décadas a fazer-se, manifestou uma forma eficaz de produção do poder da Academia (ou o museu se fazia com a Academia ou não se fazia, visto ser a guardadora de muitas preciosidades). Pouco tempo depois de o marquês de Sousa Holstein ter sido nomeado vice-presidente da instituição, em 1862, e de o Estado ter cedido os objetos de ouro e prata da Casa da Moeda que tinham vindo dos conventos extintos, acalentou-se o projeto de se fundar o museu nacional com eles e com as pinturas do depósito da Academia, tendo sido inaugurada a galeria de pinturas (1868).

A falta de uma coleção metódica e organizada de reproduções foi duramente criticada por Joaquim Vasconcelos na sua apreciação ao projeto de reforma de 1875, cujos exemplares existentes nessa altura punha ao nível das curiosidades dos donos de gabinetes e de museus privados mas que não podiam servir fins didáticos. “As coleções de estampas e de gessos das nossas aulas oficiais são uma aglomeração de espécimes que o acaso ou o capricho insciente se encarregou de recrutar; são coleções de *curiosidades* em que nem sequer se guarda o primeiro preceito de uma coleção, a ordem sistemática ou cronológica, segundo a natureza da aula” (Vasconcelos, 1879: 152).

O papel central da Academia de Belas-Artes também podia ser encontrado em episódios marcantes como quando foi avaliadora de quadros que pertenciam ao espólio da rainha D. Carlota Joaquina. Já depois de a Academia de Lisboa ter visto reduzido o pessoal docente, as casas de estudos ocupadas por corpos militares e os estudos interrompidos por duas vezes (entre 1846 e 1848) em função da instabilidade política, a corporação foi chamada a classificar os quadros de um dos palácios designados para o decoro das funções reais, o Real Palácio da Bemposta, alegadamente para servir o estudo nas aulas de pintura e escultura (seriam colocados na Galeria Nacional da Academia) mas efetivamente com implicações no enriquecimento dessa coleção e na transição desse decoro do poder real para o Estado.

A classificação dos quadros da Bemposta originou a compra de 25 pinturas em 1859, numa venda em hasta pública do espólio de D. Carlota Joaquina, de acordo com o catálogo da Galeria Nacional de Pintura da Academia das Belas-Artes de Lisboa (1868) em cuja relação figuram 23 desses 25. Os quadros tinham vindo de um outro palácio, predileto da rainha, o Ramalhão (Sintra), cujo recheio foi destinado a leilões. Os quadros foram previamente analisados pelo lente de pintura histórica da Academia das Belas-Artes, António Manuel da Fonseca, e pelo pintor-restaurador italiano Luigi Tirinnanzi. Na verdade, o Estado adquiriu os 25 quadros e mais dois baixos-relevos desse espólio, de um conjunto de 681 itens (Sá, 1848a: 254-258).

Antes da venda, a reprodução de uma mesma notícia no jornal *O Panorama* (em 1844) e na *Revista Universal Lisbonense* (em 1847), chamava a atenção para o perigo de se perderem “os últimos restos dos muitos primores de arte que enriqueciam Portugal [que] estão em perigo de por vil preço irem aumentar os museus estrangeiros”⁸⁶⁶.

O redator, que no artigo de *O Panorama* avaliava os quadros em “quatro ou cinco contos de réis”, contava aos leitores ter visto os quadros ainda no Palácio da Bemposta e lembrava a importância dos membros da Academia na avaliação crítica das pinturas. “Perguntámos os preços em que estavam avaliados alguns destes riquíssimos vestígios de uma grande riqueza – e com pasmo tornámos a perguntar se essa avaliação era feita pela Academia das Belas-Artes. Disseram-nos que não e imensamente sentimos que todo este respeitável corpo não fosse ouvido em tão grave assunto” (Sá, 1844: 28).

Voltou ao assunto em 1847, reproduzindo o artigo de *O Panorama* na publicação onde agora exercia o jornalismo para dizer que, se os quadros fossem autenticados de acordo com as autorias que se lhes conhecia, o seu valor montaria não a quatro ou cinco contos mas a nove contos e meio (Sá, 1847b: 19). A seguir, secundarizava a avaliação como questão que não seria do interesse do público, pois era uma questão que se interpunha nessa outra questão maior das transações entre família real e Estado e era um exemplo da transferência de decoro entre os dois poderes. “A questão das avaliações é uma questão de interesse particular e, portanto, para nós uma questão finda; o nosso ponto principal é que os quadros não saiam para fora do país, como já tem acontecido a muitos que possuíamos” (Sá, 1847b: 20).

⁸⁶⁶ Sebastião José Ribeiro de Sá, Um brado a favor da glória nacional e das belas-artes In *O Panorama: Jornal Literário e Instrutivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis*. Volume III, 2.^a série (109), 27 de janeiro de 1844, p.28; Sebastião José Ribeiro de Sá, Um brado a favor da glória nacional e das belas-artes In *Revista Universal Lisbonense*. Volume VII, 1.^a série (2), 16 de dezembro de 1847, p.20

O certo é que o Parlamento, por onde passou a discussão, ratificou-a como de interesse público e deu outra repercussão à avaliação dos quadros, como se depreendia da intervenção na Câmara dos Pares do marquês de Ponte de Lima, outra testemunha ocular das pinturas. “Os painéis são muitos porque ocupam três ou quatro grandes salas do Palácio da Bemposta, cheias todas deles de alto-a-baixo. Dizem que ali há quadros bons e menos bons: eu nada posso dizer do seu merecimento; mas o que eu sei é que pertencem à herança da rainha D. Carlota, cuja herança está obrigada a dívidas e por isso peço ao governo que, se não tem dinheiro para pagar os painéis na praça como qualquer particular, então por maneira nenhuma embarace a venda deles (*Apoiados*)”⁸⁶⁷. Segundo os Pares do Reino, o leilão tinha sido iniciado na véspera desta sessão da Câmara dos Pares, tendo-se vendido dois dos quadros. O teor da sessão mostra o grau de informação de que dispunham os oradores.

[José Joaquim Gomes de Castro, ministro dos Negócios Estrangeiros] O governo nomeou uma comissão que foi examinar estas pinturas, a qual deu o seu voto sobre aquelas que conviria não deixar ir para fora de Portugal: não tenho bem de memória mas julgo que são 18 (O senhor visconde de Fonte Arcada – 30) as que a comissão julgou merecer ficarem para o Estado. (...) O senhor visconde de Fonte Arcada [António Francisco Jacques de Magalhães] – Eu ontem fui informado (por um dos seus membros) que a comissão tinha terminado os seus trabalhos e disse-me que eram 30 ou 32 os quadros escolhidos: o senhor ministro [dos Negócios Estrangeiros] diz que são 18, não faço questão disso (O senhor ministro dos Negócios Estrangeiros – são 34; mas os que a comissão julga que devem ser comprados pelo governo são apenas 18). São muito mais de 34 (O senhor ministro dos Negócios Estrangeiros – Serão mais, não duvido, isso não tira para eu poder afirmar que a comissão só achou 18 nas circunstâncias de deverem ser comprados pelo Estado; e o que eu queria era mostrar que o governo tinha isso ao seu cuidado). (Câmara dos Pares do Reino, ata de 1848-5-24, diário número 59, p.756)

A menos que os Pares do Reino estivessem a referir-se a outro leilão, o dos quadros de D. Carlota tinha decorrido em março de 1844. O governo destinou para essa compra quatro contos e seiscentos através de um crédito extraordinário⁸⁶⁸ e a imprensa deu conta do termo de arrematação feita pelo governo, glorificando-se na posição de defensora do interesse público artístico: “A imprensa alcançou, nesta compra, uma dessas vitórias que revelam a influência e o poder de um dos elementos mais essenciais da civilização” (Sá, 1848b: 336), apesar de os quadros só terem sido entregues na Academia das Belas-Artes 15 anos depois, em 1859, conforme a nota de recebimento do

⁸⁶⁷ D. José Maria Xavier de Lima e Vasconcelos Brito Nogueira Teles da Silva, Câmara dos Pares do Reino, ata de 1848-5-24, diário número 59, p.756

⁸⁶⁸ Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1851-2-26, diário número 045S1, p.37

diretor geral da Academia, Francisco de Assis Rodrigues (Saraiva, 1935: 175). O caso dos quadros da rainha D. Carlota era bem um exemplo de como a Academia de Belas-Artes era depósito de salvados, instituidora da racionalidade de uma coleção e local de ensino, fazendo coincidir a recolção de obras com a definição de *gosto nacional*, como se podia depreender das regras do regulamento inicial da galeria de pinturas, quanto à sua abertura aos artistas e aos alunos, onde a formação e o gosto se fomentariam.

O MUSEU PORTUENSE

A galeria estava aberta todos os dias em horário escolar para que estudantes, artistas ou amadores pudessem estudar ou copiar as obras expostas, embora a reprodução obedecesse a regras estritas: sem licença do vice-inspetor da Academia, era proibido reproduzir, por qualquer meio, os objetos da galeria; quando uma cópia tivesse sido concluída o autor devia munir-se de um passe para poder sair; era proibido reproduzir qualquer objeto na dimensão original; e as pessoas admitidas a trabalhar na galeria registar-se-iam num livro destinado para o efeito. Só aos domingos a galeria era franqueada para que o público pudesse visitá-la, o que significava que a coleção da Academia tinha um destino escolar mais vincado embora não esquecesse os visitantes.

Os quadros expostos resultavam de uma escolha, em função do mérito das pinturas e do seu estado de conservação, do espaço disponível e de pertencerem, segundo se sabia, a artistas portugueses. Não havia, portanto, como não fazer coincidir a coleção mais relevante de quadros nacionais com o local de ensino das belas-artes e com a autorização para a reprodução das existências; e não havia como não fazer concordar a reunião paciente das preciosidades com a construção de um sentimento de arte e de *bom gosto*, tanto mais que alguns dos quadros que se iam juntando resultavam de provas dos próprios professores da Academia, para obter graus de mérito ou concorrer a lugares, na conformidade dos regulamentos.

Da mesma forma que a Academia de Lisboa como arrecadadora e reprodutora dos objetos existentes, a Academia Portuense de Belas-Artes tinha um percurso em que se misturava o ensino com a arrecadação de objetos. A Academia Portuense de Belas-Artes tinha sido instalada no Convento de Santo António da Cidade onde coexistiu com um museu, de iniciativa real, criado em 1833, o Museu Portuense. Com o acordo da Academia Portuense de Belas-Artes, em 1839 o Museu Portuense devia organizar um

regulamento para que servisse para uso público e também para o uso dos professores e alunos que frequentassem a academia.

Foi cedida à Câmara do Porto a propriedade da cerca do convento de Santo António para que se albergassem no convento a Biblioteca Pública, o Museu Portuense e a Academia de Belas-Artes. O tema das instalações foi recorrente, apontando-se a falta de obras que a Câmara Municipal tinha ficado de executar, a falta de salas em geral, as acanhadas salas para as aulas de desenho e de arquitetura ou a falta de abertura das aulas noturnas dessas disciplinas por absoluta falta de condições. João Baptista Ribeiro, lente de desenho da Real Academia de Comércio e Marinha, tinha sido o impulsionador inicial do Museu Portuense, ao receber do poder real em 1833 o cometimento de averiguar o que existisse de valor em conventos extintos e em casas de partidários de D. Miguel na guerra civil, designadamente quadros e pinturas várias, para que se instalasse no Porto um museu de pinturas e de estampas [desenhos].

O lente fez, também, um projeto de regulamento para o Museu Portuense, onde deviam reunir-se as produções de pintura, gravura, escultura, arquitetura civil e também inaugurar-se um gabinete de estudos com modelos naturais de armas antigas e modernas, vestiduras, alfaías e tecidos que servissem de modelos à pintura de quadros, de esculturas e de obras arquitectónicas. Fez conduzir para o museu peças do norte do país de tal modo que, em 1834, havia 200 painéis colocados na galeria do museu e outros 200 por colocar; 32 estampas em molduras constituíam uma exposição inicial de gravura; ao que se dizia, a espada que tinha pertencido a D. Afonso Henriques também fazia parte das coleções; e ainda vários livros e cadernos de estampas (Ribeiro, 1836: 8-9). As obras de acomodação do Museu no Convento de Santo António do Porto começaram a 21 de maio de 1834, cerca de ano e meio após um batalhão francês ter estado estacionado no edifício e feito enormes estragos.

Se as academias eram vistas, sobretudo, como escolas de educação artística, o seu passado como guardadoras de relíquias conferia-lhes um papel centralizador de competências no que dizia respeito à arrecadação e musealização de objetos e à classificação de monumentos. Os diagnósticos e as medidas legislativas relativas ao ensino artístico nos anos de 1875 e 1876, através do opúsculo do marquês de Sousa Holstein *Observações sobre o atual estado do ensino das artes em Portugal, a organização dos museus e o serviço dos monumentos históricos e da arqueologia* e do projeto de lei sobre a reorganização do ensino das belas-artes e sobre a conservação dos monumentos históricos, implicando a reorganização das academias de Lisboa e do

Porto, relevavam, uma vez mais, o peso atribuído à Academia de Lisboa (Academia Real das Belas-Artes de Lisboa desde 1862) nas decisões a tomar, pois cinco dos 15 elementos da comissão estavam diretamente ligados a ela. O marquês de Sousa Holstein, autor das *Observações...* e presidente da comissão eleita pelo governo, era vice-inspetor da Academia; na comissão de reforma do ensino artístico, dos museus e dos monumentos tinham lugar o diretor geral da Academia, Francisco de Assis Rodrigues; os professores da Academia António Tomás da Fonseca e António Victor de Figueiredo Bastos; e o académico de mérito da Academia e arquiteto José Maria Nepomuceno.

Os narradores do relatório faziam constar que, reunindo a Academia de Lisboa as competências de escola profissional e de corpo científico, devia separar-se na instituição essas competências, havendo ainda um terceiro elemento a considerar, os grandes valores de arte que estavam amontoados na Academia, principalmente os quadros medievais e do Renascimento e as coleções de desenhos, gravuras, livros e ourivesaria. Por isso, se aconselhava a criação de uma Academia de Belas-Artes e Arqueologia, corpo científico e académico, que parecia querer retirar aos artistas o exclusivo de serem eles os conselheiros do governo em matérias de arte e arqueologia, introduzindo, “o elemento que poderei chamar *secular*, o elemento crítico, representado pelos escritores” (AAVV, 1876a: VII), isto é, os escritores especialistas de arte e arqueologia. A proposta do governo em 1876 incumbia a uma Inspeção-Geral das Belas-Artes, dependente das Obras Públicas, organizar uma Academia de Belas-Artes e Arqueologia; reorganizar o ensino artístico nas duas academias de Lisboa e do Porto; criar um museu central de belas-artes, arqueologia e artes aplicadas à indústria; e classificar e guardar os monumentos. Ou seja, uma organização centralizadora, administrativa e técnica ao mesmo tempo, propunha-se legitimar tanto o ensino superior artístico quanto a arrecadação das relíquias do passado que alimentava a formação dos alunos e a sua figura maior, o inspetor-geral, superintendia o ensino de belas-artes, os museus e a conservação dos monumentos no que, bem vistas as coisas, era a continuação de uma herança que agregava todas estas competências.

DIREITOS DE IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO

Como vice-inspetor da Academia de Lisboa, Sousa Holstein conhecia bem as coleções ali depositadas e, nas *Observações...* propunha a constituição de um museu central onde se organizassem os vários objetos. Da galeria de pintura, única que estava franqueada ao público, considerava que devia haver uma secção de cópias de obras dos alunos pensionários – os escolhidos para terem formação no estrangeiro – e de grandes obras de museus europeus.

Das esculturas, havia cópias de fragmentos de monumentos (Jerónimos, Batalha, Alcobaça, Igreja do Mosteiro de Santa Cruz e Sé Velha, ambas de Coimbra); o museu devia receber os desenhos dos arquitetos mandados fazer pelo Estado e conservar a reprodução de alçados e plantas dos mais notáveis monumentos antigos. “Seria da máxima vantagem que no museu central existissem, ou em modelos de vulto ou em simples desenho, as reproduções dos nossos edifícios públicos” (Holstein, 1875: 31); a galvanoplastia, o gesso e a fotografia seriam usadas para fazer cópias das artes industriais, cópias que seriam usadas nos pequenos museus que se esperaria criar junto às aulas de desenho aplicado à indústria.

Tal como o entesouramento de riquezas, a noção da sua reprodutibilidade esteve sempre presente no papel originário das academias de belas-artes e nos ímpetus reformadores das leis. “O que é indispensável é tomar providências, não só para que não se destruam as antiguidades de todo o género que se forem descobrindo mas para que sejam coligidas no museu central umas, nos provinciais outras e para que o Estado tenha sempre a preferência em igualdade de circunstâncias para aquisição de tais antiguidades. Seria fácil reproduzir aqueles objetos, cujos originais estando num museu, merecessem contudo pela sua importância entrar na série de outro museu; e até o museu central de Lisboa poderia conter reproduzidos em gesso os principais objetos existentes nos museus provinciais” (Holstein, 1875: 34). Não só não se revelou fácil como se expôs à maior crítica, com o andamento dos anos. “Uma revista passada com atenção à aula de desenho dos nossos dois institutos industriais e mesmo às aulas de desenho das Academias de Belas-Artes de Lisboa e Porto provará o dito [falta de organização das coleções de reproduções]; é o caos do ensino apanhado em flagrante” (Vasconcelos, 1879: 152).

A proposta de lei do governo em 1876 efetivamente falava da criação de museus de objetos de arte e de arqueologia nas localidades onde conviesse (seriam os museus

provinciais); e era omissa sobre como o Estado poderia ter direito de preferência em objetos antigos, a não ser os provenientes de escavações arqueológicas, já que nenhuma exploração destas se podia fazer sem ordem da inspeção-geral das belas-artes – o que não impedia que se falasse abertamente da venda dos valores arqueológicos achados em Tróia, como acentuou o secretário da comissão para a reforma do ensino artístico, da organização dos museus e monumentos, Luciano Cordeiro (AAVV, 1876b: 4-5). O que jazia soterrado era já protegido pelo *Código Civil* em vigor, devendo os achados ser comunicados à administração do Estado mas a verdade é que os objetos arqueológicos podiam ser transacionados, como as determinações sobre os direitos de importação e de exportação provavam. A forma como os objetos artísticos eram vistos pelos poderes podia ser apreendida através de como eles eram referidos quanto aos direitos de entrada e saída no país⁸⁶⁹.

Porque um familiar do marquês de Sousa Holstein tinha pedido o despacho de uma mesa de mosaicos, e tinha-se levantado a questão de obras de belas-artes não importadas como objetos de comércio serem omissas na lista de mercadorias existentes (a chamada *Pauta Geral das Alfândegas*), foi publicada uma portaria em 1848 sobre obras de arte. Era destinada aos objetos “que pela sua riqueza, trabalho e raridade só podem servir para coleções úteis para o estudo dos artistas nacionais”. A portaria estabeleceu que deviam pagar “um por cento de entrada e um quarto de saída” e à pauta das alfândegas devia ser adicionado um novo artigo (“Objeto de museu”) com a seguinte compreensão: “Objetos para coleção, peças grandes de mosaico, montadas ou

⁸⁶⁹ Quando da extinção das ordens religiosas masculinas, tinha prevalecido um critério monetário de avaliação das peças, mesmo as mais valiosas. Se os objetos litúrgicos, sagrados e destinados ao culto eram entregues às autoridades religiosas, os objetos preciosos deviam ser entregues à Casa da Moeda, sob responsabilidade do Tesouro Público, destinando-se as peças de ouro, prata e as joias a museus. “Contudo, o processo não se revelou eficaz, pelo menos no que se refere à preservação de objetos valiosos. A realização dos inventários era lenta, inadequada face ao ritmo a que se processava o arrolamento, e a informação que continham era sumária, limitando-se a enumerar os objetos e a apontar-lhes o peso respetivo, o que evidencia o critério de avaliação monetária em detrimento da apreciação do seu valor artístico e patrimonial” (cf. Roque, 2011: 47).

A partir dos inventários realizados à época, António Martins da Silva contabilizou o destino dos objetos de ouro e prata pertencentes aos conventos do continente. “Mais de metade dos referidos objetos [um total de 17.861 peças tinha sido contabilizado em 1840] ficaram na posse das autoridades eclesiásticas [10.387], para (...) serem destinados ao serviço do culto e, subsequentemente, distribuídos pelas igrejas e capelas mais necessitadas. Rondou em pouco mais de um terço os que deram entrada na Casa da Moeda [6.575] e que ficaram, por conseguinte, à disposição do Estado. Um pequeno número foi vendido nos distritos [735]” (cf. Silva, 1989: 110-111). O autor refere, no entanto, que este apuramento foi feito a partir dos inventários, morosa, complexa e muitas vezes desordenadamente feitos, sendo impossível saber quando objetos tinham desaparecido antes da sua elaboração. Em relação aos objetos depositados na Casa da Moeda, 207 seriam destinados a museus, segundo um mapa de 1842

desmontadas, mármore, bronzes e estátuas antigas; vasos de Etrúria [antiga região da Itália central] e outras obras semelhantes não importadas para comércio”⁸⁷⁰.

A regulação e arrecadação dos direitos em todas as alfândegas do reino tinham sido decretadas em 4 de julho de 1835, através da atualização dos impostos cobrados, da atualização dos objetos constantes da *Pauta das Alfândegas* e da criação de uma comissão permanente (Comissão das Pautas), encarregada da regulação dos direitos das alfândegas e da denominação dos géneros, de acordo com o que eram conhecidos no comércio. A Comissão, depois de apurado o valor de cada género no mercado, devia estabelecer o preço a pagar, numa lógica tendente a beneficiar o aumento da receita pública e a proteção das produções, e submeter esse valor à apreciação do poder executivo.

O entendimento da portaria de 1848 partira, em primeiro lugar, de uma situação individual, uma grande mesa de mosaico qualificada como “de grande custo, trabalho e delicadeza” que constituía “um monumento de família”; partira de uma omissão acerca de um caso particular e da constatação de que era preciso considerar objetos reluzentes pela sua antiguidade. Se bem que se reconhecesse uma especificidade aos objetos artísticos, ela não era suficiente para fazer deles bens fora do comércio dos homens. A promulgação da pauta geral dos direitos de importação e de exportação de 1852 mencionava, na classe “vários artigos”, os “objetos de museu e coleção de todas as obras de arte não mencionadas nas outras classes” (pagariam 20 réis por 100 arráteis) de direitos de entrada⁸⁷¹. O rol, nesta altura, mencionava também “animais de qualquer espécie para museus de história natural” (com direitos de entrada)⁸⁷². À *Pauta Geral das Alfândegas*, em 1854, eram acrescentados “os quadros a óleo” para pagarem direitos (“na razão de 20 réis por cem arráteis”), juntamente com direitos de outras mercadorias como azeite de peixe, óleo de zimbro, cominhos e pimentão moído, erva-doce, foices, bagaço de azeitona, óleo de terebintina, extrato de cártamo [planta cuja flor tem um princípio corante] em papéis, vassouras ou terra de porcelana⁸⁷³.

⁸⁷⁰ Portaria de 4 de dezembro de 1848 declarando os direitos que devem pagar os objetos de belas-artes, *Coleção oficial da legislação portuguesa redigida pelo desembargador António Delgado da Silva. Ano de 1848*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1848, p.380

⁸⁷¹ Um arrátel era igual a 459 gramas

⁸⁷² Decreto de 31 de dezembro de 1852 – Suplemento ao n.º 1 de 1853, promulgando uma nova pauta das alfândegas, *Coleção oficial da legislação portuguesa redigida por José Máximo de Castro Neto Leite e Vasconcelos. Ano de 1852*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1853, p.882 e 899

⁸⁷³ Portaria de 21 de março de 1854 resolvendo várias dúvidas sobre a aplicação da nova pauta das alfândegas a diversas mercadorias, *Coleção oficial da legislação portuguesa redigida por José Máximo de Castro Neto Leite e Vasconcelos. Ano de 1854*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1855, p.74

ARTIGOS VISADOS PELAS ALFÂNDEGAS

Já com o novo sistema métrico-decimal em funcionamento (o uso da medida métrica linear nas duas alfândegas principais de Lisboa e Porto), a nova edição da *Pauta Geral das Alfândegas* do continente e ilhas de 1860 continuou a designar os objetos de museu e coleção de todas as obras de arte não mencionadas nas outras classes de mercadorias bem como “quadros pintados a óleo, aguarela, miniaturas e semelhantes não compreendendo as molduras”⁸⁷⁴, relativamente ao pagamento de direitos de consumo.

A relação de 1871 não só especificava melhor a definição que vinha de trás (“objetos de qualquer espécie para museu, exemplares para coleções científicas e coleções de todas as obras de arte, não classificadas”) como os isentava de direitos; quanto aos “quadros pintados a óleo ou aguarela”, com exceção das molduras, pagavam cinco por cento⁸⁷⁵. Joaquim Vasconcelos, no livro *A reforma de belas-artes...* advertia a comissão de reforma do ensino artístico, do serviço dos museus e da conservação dos monumentos do esquecimento de ter inserido um artigo proibindo rigorosamente a exportação de objetos de belas-artes e defendia a condução de todos os objetos arrestados para os museus de Lisboa ou do Porto, conforme as apreensões fossem feitas a sul ou a norte. “Fechem-se de uma vez para sempre as portas a esses agentes e agiotas franceses, ingleses e espanhóis, que vêm explorar os restos artísticos que nos ficaram do passado; castiguem-se severamente uns e outros – e os agentes e agiotas lusitanos mais do que ninguém” (Vasconcelos, 1877: 66).

As pautas dos direitos de importação, exportação, reexportação e baldeação [trasfega] foram mudadas por uma Carta de Lei de 16 de agosto de 1887, que mantinha os quadros a óleo ou aguarela na pauta; colocava, por seu turno, os “objetos de qualquer espécie para museu, exemplares para coleções científicas e coleções de obras de arte”, juntamente com modelos de máquinas, aparelhos ou instrumentos, de veículos, de construções arquitectónicas, de fundição e artes plásticas na lista dos artigos livres de

⁸⁷⁴ Decreto de 23 de agosto de 1860 publicando uma nova edição da pauta das alfândegas em harmonia com o novo sistema de pesos e medidas e ordenando que desde logo se executasse em Lisboa e Porto, *Coleção oficial da legislação portuguesa redigida por José Máximo de Castro Neto Leite e Vasconcelos. Ano de 1860*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1861, p.479

⁸⁷⁵ Decreto de 25 de janeiro de 1871 aprovando a nova pauta das alfândegas do reino e ilhas, *Coleção oficial da legislação portuguesa. Ano de 1871*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1872, p.38

direitos de importação embora sujeitos, em portos e barras, a um imposto de dois por cento *ad valorem*⁸⁷⁶, na chamada pauta B⁸⁷⁷.

Os artigos constantes desta pauta B – onde, de resto, se encontrava também uma série de artigos que diretamente tinha a ver com o apetrechamento de escolas e com a reprodução de objetos de arte, como atlas, mapas geográficos e de marinha, gravuras, estampas, litografias, fotografias, desenhos, música, livros em língua estrangeira, livros em língua portuguesa de autores residentes no estrangeiro, telas para pintura, manequins para o estudo da pintura, gravuras de madeira e estereótipos em metal – deixariam de pagar direitos de importação com a publicação da nova edição da pauta geral, o que aconteceu pouco depois, mantendo-se o pagamento de direitos quanto aos quadros a óleo ou aguarela.

A legislação especificava que “objetos de qualquer espécie para museu” integravam: “os exemplares e coleções botânicas, zoológicas, mineralógicas, peças anatómicas preparadas, esqueletos, petrificações, fósseis, moedas e medalhas antigas, manuscritos, armas e utensílios de povos selvagens. Os demais objetos antigos, raros ou de reconhecido valor artístico destinados a museus públicos, estabelecimentos de ensino ou academias e corporações científicas, embora tenham designação especial na pauta, provado que seja o referido destino, estão também compreendidos neste artigo”⁸⁷⁸.

A pauta geral dos direitos de importação ao longo dos anos incluía, pois, artigos suscetíveis de influenciar as aquisições de material didático, de coleções artísticas em geral e de coleções de arte de museus ou aquisições de material para as áreas das artes plásticas e arquitetura. Os artigos principais eram os seguintes:

QUADRO 2. PAUTAS DOS DIREITOS DE IMPORTAÇÃO ENTRE 1852 E 1892

1852

- > Animais de qualquer espécie para museus de história natural
- > Aparelhos de física, química, óptica, matemática, astronomia e mineralogia
- > Modelos em qualquer matéria, de quaisquer máquinas, aparelhos ou instrumentos,

⁸⁷⁶ *Ad valorem*: conforme ou de acordo com o preço; neste caso, calculado sobre o valor da mercadoria no local de origem ou de fabrico, mais despesas de transporte, seguro e comissão necessárias até entrarem na alfândega para despacho

⁸⁷⁷ Lei de 16 de agosto de 1887 aprovando as pautas de direitos de importação, exportação, reexportação e baldeação, *Coleção oficial de legislação portuguesa. Ano de 1887*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1888, p. 378

⁸⁷⁸ Decreto de 22 de setembro de 1887 mandando imprimir, publicar e executar a nova edição das pautas das alfândegas do continente do reino e ilhas, *Coleção oficial de legislação portuguesa. Ano de 1887*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1888, p.489

compreendendo os modelos de viaturas e também os de construções arquitectónicas e de objetos de fundição e das artes plásticas

> Objetos de museu e coleção de todas as obras de arte não mencionadas nas outras classes

1854

> Os quadros a óleo passaram a considerar-se incluídos nos “objetos de museu e coleção de todas as obras de arte não mencionadas nas outras classes” para pagarem direitos de importação

1856

> Prata: barra, bruto e pedaços

> Prata cunhada em medalhas

> Prata cunhada em moeda nacional ou estrangeira (estava livre de direitos)

> Prata batida em folhas para pratear

> Prata em objetos de passamanaria [passamanes: fitas, tecidos de fio de prata, de ouro ou seda ou outros adornos]

> Prata em obras de ourives, em baixela, simples ou lavrada, ainda que seja dourada interiormente

> Prata em obra de ourives, em baixela, toda dourada ou *vermeille*

> Prata em obra de ourives, em bijutarias com pedras finas ou sem elas

> Prata em obra de ourives, em bijutarias ou esmaltada com pedras ou sem elas

> Prata: outra qualquer obra e com qualquer ornato

> Prata puxada à feira ou laminada

> Livros em língua estrangeira ou em língua portuguesa, mandados imprimir pelos seus autores, residentes no estrangeiro

> Instrumentos e aparelhos de astronomia, química, matemática, mineralogia, óptica e física, incluindo os seus estojos e também em peças separadas

> Modelos em qualquer matéria, de quaisquer máquinas, aparelhos ou instrumentos, compreendendo os modelos de viaturas e também os de construção arquitectónicas e de objetos de fundição e das artes plásticas

> Objetos de museu e coleção de todas as obras de arte não mencionadas nas outras classes (incluía os quadros a óleo, de acordo com a Portaria de 21 de março de 1854)

1860

> Utensílios para laboratórios químicos, instrumentos matemáticos e ópticos, relógios, ou para uso das artes – de vidro, porcelana, louça de barro, grés, faiança ou cristal – em peças de qualquer forma, com qualquer cor ou ornato

> Estampas de qualquer qualidade

> Cartas e mapas

> Livros (em língua estrangeira, em língua portuguesa mas mandados imprimir pelos seus autores no estrangeiro, alguma reimpressões no estrangeiro de livros publicados em Portugal)

> As caixas dos reagentes químicos para uso dos laboratórios e os exemplares para coleções científicas

> Instrumentos e aparelhos de astronomia, química, matemática, mineralogia, óptica e física, incluindo os seus estojos e também em peças separadas

> Modelos em qualquer matéria, de quaisquer máquinas, aparelhos ou instrumentos, compreendendo os modelos de viaturas e também os de construção arquitectónica, de objetos de fundição e das artes plásticas

> Objetos de museu, exceto os do número 52 [animais de qualquer espécie para museu de história natural], e coleção de todas as obras de arte não mencionadas nas outras classes

1861

> Ouro, platina, prata (sob várias formas)

> Utensílios de vidro, cristal ou louça para o estudo das ciências, para uso das artes e dos laboratórios químicos, completos ou em peças destacadas; bem como as peças separadas de

quaisquer instrumentos ou aparelhos

- > Mapas geográficos*
- > Livros em língua estrangeira*
- > Livros em língua portuguesa, quando os seus autores residissem em país estrangeiro*
- > Livros em língua portuguesa, quando os seus autores residam em Portugal
- > Modelos de máquinas, aparelhos ou instrumentos; de veículos, de construção arquitectónica, de fundição e artes plásticas*
- > Objetos de qualquer espécie para museu, exemplares para coleções científicas e coleções de todas as obras de arte não classificadas*

1871

- > Utensílios de vidro, cristal ou louça para o estudo das ciências, para uso das artes e dos laboratórios químicos, completos ou em peças destacadas; bem como as peças separadas de quaisquer instrumentos ou aparelhos
- > Mapas geográficos
- > Livros (em língua estrangeira; em língua portuguesa quando os seus autores residissem no estrangeiro; em língua portuguesa, quando os seus autores residissem em Portugal; reimpressos fora de Portugal, sobre edições portuguesas e na língua portuguesa)
- > Utensílios e aparelhos de química
- > Modelos de máquinas, aparelhos ou instrumentos; de veículos, de construção arquitectónica, de fundição e artes plásticas
- > Objetos de qualquer espécie para museu, exemplares para coleções científicas e coleções de todas as obras de arte, não classificadas
- > Quadros pintados a óleo ou aguarela, não compreendendo as molduras

1882 (6 de julho)

- > Utensílios de vidros, cristal ou louça para o estudo das ciências, para uso das artes e dos laboratórios químicos, completos ou em peças destacadas, bem como as peças separadas de quaisquer instrumentos ou aparelhos
- > Mapas geográficos*
- > Livros em língua estrangeira*
- > Livros em língua portuguesa quando os seus autores residissem em país estrangeiro*
- > Livros em língua portuguesa quando os seus autores residam em Portugal
- > Modelos máquinas, aparelhos ou instrumentos; de veículos, de construção arquitectónica, de fundição e artes plásticas*
- > Objetos de qualquer espécie para museu, exemplares para coleções científicas e coleções de todas as obras de arte, não classificadas*
- > Quadros pintados a óleo ou aguarela, não compreendendo as molduras

1882 (14 de dezembro)

- > Instrumentos para artes, ofícios e trabalhos industriais
- > Livros em língua estrangeira*
- > Livros em língua portuguesa, quando os seus autores residissem em país estrangeiro*
- > Livros em língua portuguesa quando os seus autores residissem em Portugal
- > Mapas geográficos, hidrográficos e topográficos*
- > Objetos para museu. Estavam compreendidos os exemplares e coleções botânicas, zoológicas, ornitológicas, entomológicas, mineralógicas, etc.; peças anatómicas preparadas, esqueletos, petrificações, fósseis, etc.. E objetos antigos e raros tais como: panos de arrás, moedas, medalhas, mosaicos, manuscritos; armas e utensílios de povos selvagens, etc.*
- > Quadros pintados a óleo ou aguarela, não compreendendo as molduras
- > Utensílios para laboratórios químicos e para estudo das ciências

1885

- > Ouro e prata em bruto, em pó e em objetos quebrados*
- > Ouro e prata em moeda*

- > Instrumentos, ferramentas, utensílios e peças de máquina separadas: para as artes e ofícios, para laboratórios e trabalhos industriais, não especificados

- > Modelos de máquinas, aparelhos ou instrumentos, de veículos, de construção arquitectónica, de fundição e artes plásticas (estavam livres de direitos)

- > Objetos de qualquer espécie para museu, exemplares para coleções científicas e coleções de todas as obras de arte não especificadas*

- > Quadros pintados a óleo ou aguarela, não compreendendo as molduras

- > Livros em língua estrangeira*
- > Livros em língua portuguesa quando os seus autores residissem em país estrangeiro*
- > Livros em língua portuguesa quando os seus autores residissem em Portugal

1887

- > Livros em língua portuguesa, quando seus autores residissem em Portugal, sobre edições portuguesas e na língua portuguesa
- > Quadros pintados a óleo ou aguarela, não compreendendo as molduras

Artigos livres de direitos de importação mas sujeitos ao imposto de 2 por cento *ad valorem* para portos e barras a que se referia a lei:

- > Matérias-primas para as artes, para construções e decorações, não especificadas
- > Atlas, mapas geográficos e de marinha, gravuras, estampas, litografias, fotografias, desenhos de todo o género e música
- > Livros em língua estrangeira, em papel e brochados em papel, e livros em língua portuguesa, quando seus autores residam em país estrangeiro
- > Tela preparada para pintura
- > Modelos de máquinas, aparelhos ou instrumentos, de veículos, de construções arquitectónicas, de fundição e artes plásticas, objetos de qualquer espécie para museu, exemplares para coleções científicas e coleções de obras de arte, não especificadas

1892

- > Instrumentos, ferramentas e utensílios para as artes e ofícios, agricultura e jardinagem
- > Modelos de aparelhos, instrumentos ou máquinas, de veículos, de construções arquitectónicas, de fundição e artes plásticas, objetos para museu, exemplares para estudo e para coleções científicas e coleções de obras de arte, não especificadas
- > Livros, folhetos e catálogos, atlas e mapas geográficos
- > Quadros pintados a óleo ou aguarela

* Artigos livres de direitos de importação

Fonte:

Decreto de 31 de dezembro de 1852 – Suplemento ao n.º 1 de 1853, promulgando uma nova pauta das alfândegas, *Coleção oficial de legislação portuguesa redigida por José Máximo de Castro Neto Leite e Vasconcelos. Ano de 1852*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1853, p.882 e 899;

Portaria de 21 de março de 1854 resolvendo várias dúvidas sobre a aplicação da nova pauta das alfândegas a diversas mercadorias, *Coleção oficial de legislação portuguesa redigida por José Máximo de Castro Neto Leite e Vasconcelos. Ano de 1854*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1855, p.74;

Decreto de 22 de dezembro de 1856 mandando imprimir e publicar uma nova edição oficial da Pauta Geral das Alfândegas, *Coleção oficial da legislação portuguesa redigida por José Máximo de Castro Neto Leite e Vasconcelos. Ano de 1856*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1857, p.534, 535, 536, 545, 546;

Decreto de 23 de agosto de 1860 publicando uma nova edição da pauta das alfândegas em harmonia com o novo sistema de pesos e medidas e ordenando que desde logo se executasse em Lisboa e Porto, *Coleção oficial de legislação portuguesa redigida por José Máximo de Castro Neto Leite e Vasconcelos. Ano de 1860*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1861, p.462, 467, 472, 474, 478, 479;

Decreto de 18 de dezembro de 1861 ordenando a impressão, publicação e execução da nova pauta geral das alfândegas do reino e ilhas adjacentes contendo as alterações da Carta de Lei de 14 de fevereiro deste ano, *Coleção oficial da legislação portuguesa redigida por José Máximo de Castro Neto Leite e Vasconcelos. Ano de 1861*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1862, p.504, 510, 511, 516;

Decreto de 25 de janeiro de 1871 aprovando a nova pauta das alfândegas do reino e ilhas, *Coleção oficial da legislação portuguesa. Ano de 1871*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1872, p.36 e 38;

Decreto de 6 de julho de 1882 mandando imprimir, publicar e executar a nova edição da pauta geral das alfândegas do reino e ilhas adjacentes, *Coleção oficial da legislação portuguesa. Ano de 1882*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1883, p.222, 223, 224;

Decreto de 14 de dezembro de 1882 aprovando as instruções preliminares da pauta geral das alfândegas e tabelas anexas em substituição das aprovadas por decreto de 6 de julho último, e bem assim o índice remissivo e explicativo das pautas de importação, *Coleção oficial da legislação portuguesa. Ano de 1882*. Lisboa: Imprensa nacional, 1883, p.540, 544, 546, 549, 554, 563;

Decreto de 17 de setembro de 1885 mandando publicar e observar a nova edição da pauta geral das alfândegas, *Coleção oficial da legislação portuguesa. Ano de 1885*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1886, p. 484, 486, 487;

Lei de 16 de agosto de 1887 aprovando as pautas de direitos de importação, exportação, reexportação e baldeação, *Coleção oficial de legislação portuguesa. Ano de 1887*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1888, p.376 e 378;

Lei de 10 de maio de 1892 aprovando para o continente do reino e ilhas adjacentes as pautas de direitos de importação, exportação, reexportação e baldeação anexas à mesma lei, *Coleção oficial da legislação portuguesa. Ano de 1892*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1893, pp.270-273.

Entre o aparecimento das obras de belas-artes nas pautas alfandegárias (1848) e a isenção de direitos de importação (1887) passaram quarenta anos durante os quais, sobre tais movimentos de peças, o Estado reconheceu como mais relevante a transação e menos o entesouramento, mais o movimento dos objetos e não tanto a sua perenidade. O entesouramento presumia pelo menos três noções: i) uma acumulação; ii) um aumento; iii) e até o acionamento de uma recordação.

ENTESOURAMENTO E FRUIÇÃO

Entendia-se entesourar, seguindo a etimologia, pela ação de juntar muita coisa de algo precioso num lugar não imediatamente acessível, de juntar como um tesouro algo digno de muito apreço, recolher algo que precisaria de ser mediado para ser, eventualmente, acessível. Contudo, segunda noção, juntar não significaria somente contentar-se com o que se tinha, pois pressuporia juntar e o acúmulo significaria poder aumentar o tesouro. Guardar significaria sempre aumentar o que já se tinha guardado. Algo, portanto, que não admitiria a separação, a desunião e que evocaria, na sua constituição, um impedimento à livre fruição. Sem dúvida que esta operação de acumulação e de aumento – e essa é a terceira noção – implicava algo que se fixaria, pelo depósito, na memória e se guardaria na lembrança.

A operação de acumulação, de aumento e de memorização, significaria, simultaneamente, guardar e criar um mecanismo de mostrar o que se tinha guardado, implicando um jogo de interessar muitos em algo que na sua raiz poderia ter sido apenas uma vontade e interesse individuais. Tornar o que era individual, pelo ajuntamento sucessivo, e o que era reservado por definição, em algo que parecia endereçar-se à dispersão, se fosse para captar a atenção de muitos.

Essa dispersão não poderia ser a dispersão do tesouro acumulado, mas a dispersão da atenção dispensada a esse tesouro. Situação difícil, que implicava uma dupla tarefa, a capacidade de armazenamento e a habilidade para acondicionar o que se armazenava, tendo em vista a construção de uma mediação por relação aos possíveis destinatários de tais esforços. Situação complexa, pois implicava evidenciar como coletiva uma escolha individual ou quando muito uma escolha grupal, que deveria refletir não a pretensão do indivíduo ou do grupo mas a pretensão da sociedade a que esse indivíduo ou grupo pertenciam. Esta operação de acumulação, de aumento, de armazenamento, de acondicionamento e de mostra deveria, sobretudo, lembrar a metamorfose do interesse particular num interesse do público e de como essa transformação se realizaria em nome do público. Só evocando uma coisa tornada comum (a herança) se poderia tentar interessar, em nome dos destinatários, os despojos dos conflitos antigos como se eles contassem a história de todos e fazer coincidir esses restos com o que poderia definir-se como afirmação da pátria.

A partir de 1890, competiu ao Ministério da Instrução Pública e Belas-Artes regular a exportação de objetos artísticos, consagrada na lei, não podendo o direito de saída

exceder 30 por cento do valor do objeto exportado. Nesse mesmo ano, podia encontrar-se facilmente uma prova oficial da regulação do comércio de objetos de arte. Os artefactos “de reconhecido merecimento artístico ou arqueológico” estavam no mercado para serem trocados como se atestava pelo facto de poderem receber a marca do punção, isto é, a marca identificadora privativa do responsável pela colocação do artefacto no mercado⁸⁷⁹. Não era esquecido que o direito de entrada e saída de mercadorias era mais do que um recurso financeiro, era também um meio de regular os interesses nacionais e as relações comerciais.

Se as coleções serviam o ensino artístico, enquanto se constituíam como um catálogo da herança cultural, pode dizer-se que os elementos mais constantes ao longo do século XIX foram: i) a incapacidade de constituir uma coleção metódica e organizada de reproduções e um catálogo das existências de bens culturais reconhecidos como oficial, mesmo que, parcelarmente, várias instituições de ensino tivessem conseguido reunir as suas coleções; ii) o papel dos objetos de arte enquanto bens transacionáveis, tal como eles apareciam na *Pauta Geral das Alfândegas* (direitos de importação e de exportação), com as suas ideias, simultaneamente, protecionista e angariadora de receitas para o Estado. Um aspeto devia relacionar-se com o outro porque os objetos que não havia meio de serem oficialmente organizados em catálogos eram os mesmos que podiam ser exportados, desde que pagassem os direitos de saída.

A relevância da exposição e venda de objetos notáveis de arte, de arqueologia ou de produção industrial e a importância central da disciplina de desenho eram dois dos mais influentes elementos contidos na redefinição do ensino industrial, que o governo empreendeu a partir do final de 1883 e do início de 1884 e que devia entender-se como uma das razões pelas quais os objetos de arte eram compreendidos tanto como tendo valor de transação como tendo valor de exposição pública, possivelmente contribuindo para retardar a questão do entesouramento das espécies que os defensores da herança cultural proclamavam, quando o país se empenhava mais em tentar desenvolver a indústria.

⁸⁷⁹ Cf. Decreto de 25 de junho de 1890 determinando o punção que devem receber as obras usadas de ouro e prata e as de reconhecido valor artístico ou arqueológico, *Coleção oficial de legislação portuguesa. Ano de 1890*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1890, p.267

A REDEFINIÇÃO DO ENSINO INDUSTRIAL

A redefinição do ensino industrial veio criar mudanças significativas na capacidade de reprodução de objetos de arte, na capacidade de os estabelecimentos de ensino se assumirem como locais de recepção, produção e troca desses objetos e se assumirem como um relativo contraponto à demora e dificuldade com que a Academia de Belas-Artes de Lisboa assumia o papel de reprodutora e catalogadora central de uma coleção artística portuguesa.

Esta percepção deveria levar em conta os meios com que as escolas industriais e de desenho industrial puderam contar a certo passo mas, tão relevante quanto os meios, deveria relevar-se uma ágil capacidade para manejar a herança cultural, para a trocar e reproduzir apropriando-a com fundamentos didáticos. Baseada na difusão do ensino do desenho elementar e do desenho industrial, a reforma do ensino industrial ambicionava lançar uma campanha que colocasse Portugal no caminho dos exemplos amplamente conhecidos, pelo menos teoricamente, do Museu Austríaco de Arte e Indústria e do Museu inglês de South Kensington.

A criação de cadeiras de desenho em nove escolas de desenho industrial, três em Lisboa, três no Porto, e mais três nas Caldas da Rainha, Covilhã e Coimbra, no início de 1884, deveriam constituir os núcleos das escolas industriais futuras. O programa destas escolas de desenho-escolas industriais, que tinha um apoio decisivo nos museus industriais e comerciais de Lisboa e do Porto criados no final de 1883, tinha um grau elementar destinado a crianças até 12 anos, prévio à entrada numa aprendizagem fabril ou profissional; e um grau industrial ou especial destinado aos adultos, aprendizes ou mestres de indústrias e ofícios.

Os alunos do grau elementar deviam ficar habilitados a desenhar objetos à vista e a reproduzir figuras usando modelos sólidos, estampas ou quadros parietais, como forma de apurar “uma noção de beleza da forma procurada especialmente em objetos de uso comum”⁸⁸⁰. Os alunos do grau industrial (que se dividia em três ramos: ornamental, arquitetural; mecânico) deviam possuir o conhecimento do desenho linear à vista. O curso do ramo ornamental devia habilitar os aprendizes e os oficiais de estucadores, pintores, douradores, litógrafos, gravadores, encadernadores, correeiros, escultores em

⁸⁸⁰ Portaria de 6 de maio de 1884 aprovando o regulamento geral das escolas industriais e das escolas de desenho industrial, *Coleção oficial da legislação portuguesa. Ano de 1884*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1885, p.127

madeira ou pedra, marceneiros, entalhadores, torneiros, serralheiros, ourives e louceiros. O curso do ramo arquitetural devia habilitar os aprendizes e os oficiais de pedreiros e carpinteiro, mestres-de-obras, construtores navais, arquitetos ou agrimensores. O curso do ramo mecânico devia habilitar os aprendizes e os oficiais de serralheiros, montadores e ajustadores, maquinistas, relojoeiros ou telegrafistas.

Das nove escolas criadas, duas eram localizadas junto aos museus industriais de Lisboa e Porto e estavam subordinadas à direção desses espaços museológicos. Os museus deviam ter duas coleções: uma retrospectiva, outra alimentada com os exemplares mais perfeitos dos modelos e reproduções usadas para o ensino do desenho. Uma mistura dessas coleções, retrospectiva e atual, deveria constituir um *museu ambulante*, uma ideia retirada de Inglaterra, que devia percorrer as escolas industriais e as localidades onde houvesse cadeiras ou escolas de desenho.

Os museus de Lisboa e do Porto, componentes essenciais destas escolas-oficinas, deviam expor os trabalhos escolares dos alunos da região (entendia-se aqui uma representação regional alargada que, no caso de Lisboa, incluía os distritos de Castelo Branco até Faro e as ilhas; e no caso do Porto os distritos de Coimbra até Bragança) e organizar mostras de “objetos notáveis, sob o ponto de vista arqueológico, industrial ou artístico, pertencentes a particulares que os prestem, quer para simples exibição pública, quer para venda”⁸⁸¹.

Quando foi aprovado um *Plano de organização do ensino industrial e comercial* em 30 de dezembro de 1886, o ensino industrial dividiu-se em três (elementar, preparatório e especial). O ensino elementar industrial destinava-se a ministrar noções de artes e ofícios aos operários comuns; o ensino preparatório era destinado aos indivíduos que prosseguissem os estudos em cursos especiais; e o ensino especial destinava-se a habilitar pessoal técnico para certas especialidades da indústria ou para serviço do Estado. O ensino comercial foi, igualmente, dividido em três: elementar, para conferir noções gerais sobre operações de comércio e especiais sobre contabilidade mercantil; preparatório, uma instrução preliminar destinada aos candidatos ao curso superior de comércio; e superior ou especial, para habilitar os que se dedicassem às carreiras de negociantes, banqueiros, guarda-livros, empregados superiores de estabelecimentos comerciais e industriais ou a lugares na administração pública. O Instituto Industrial do

⁸⁸¹ *Ibidem*, p.130

Porto passou a chamar-se Instituto Industrial e Comercial do Porto, ministrando também o ensino comercial.

Embora o *Plano de organização do ensino industrial e comercial* de 1886 se destinasse aos dois institutos de Lisboa e Porto, às escolas industriais e às escolas de desenho industrial, o regulamento destas últimas só foi publicado em 1888. Nesta altura, o ensino do desenho foi dividido em elementar ou geral; e industrial ou especial. O ensino de desenho industrial era dividido em três ramos (ornamental, arquitetural e mecânico) nas escolas de desenho; as escolas industriais eram destinadas a quatro fins: ministrar noções úteis aos operários de todas as artes e ofícios; dar instrução preliminar aos indivíduos que fossem para cursos industriais; habilitar com o ensino especial técnico os contramestres, mandadores ou operários; e a ensaiar aparelhos, materiais e processos de desenvolvimento das indústrias locais⁸⁸².

A revisão em 1888 dos regulamentos dos museus industriais e comerciais de Lisboa e do Porto, a pretexto da entrada em vigor do *Plano de organização do ensino industrial e comercial*, manteve a sua matriz de locais de exposição permanente, destinados a mostrar ao público as coleções de matérias-primas, de produtos e de modelos; a prestar a fabricantes e negociantes nacionais informações sobre negócios em países estrangeiros; e a mostrar-lhes, e aos consumidores, os locais onde pudessem obter os produtos.

Essas exposições permanentes deviam contribuir para uma instrução prática de modo a educar o gosto pela mostra de “bons padrões e modelos das artes industriais” de todos os países e de todos os estilos e fazer sobressair “o que há de valioso, de original e de característico nas tradições artísticas da indústria nacional”. Originais e reproduções de ferramentas, utensílios, maquinismos e produtos complementavam as exposições com uma vertente de história das indústrias e das artes industriais⁸⁸³. As amostras, matérias-primas e produtos expostos deviam ser sobejamente acompanhadas de informações (nome e proveniência dos objetos; nome do expositor; preço do produto no local de produção; relação de mercados e feiras nacionais onde os produtos costumavam apresentar-se; despesas de transporte dos produtos até às duas maiores cidades do país;

⁸⁸² Decreto de 23 de fevereiro de 1888 aprovando o regulamento das escolas industriais e de desenho industrial, *Coleção Oficial da legislação portuguesa. Ano de 1888*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1889, pp.83-93

⁸⁸³ Decreto de 19 de dezembro de 1888 aprovando o regulamento dos museus industriais e comerciais, *Coleção oficial da legislação portuguesa. Ano de 1888*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1889, p.534

direitos de exportação e de importação. Para os produtos industriais, era adequado que aquelas informações contivessem dados sobre o processo de fabrico e transformador.

O regulamento de 1884 dividia os museus em duas grandes zonas expositivas (nacional e estrangeiras), o de 1888 mantinha essa divisão e criava três secções em cada museu – comercial; industrial; arte industrial. Além disso, o regulamento de 1888 convidava os conservadores dos museus a fazer um inventário da pequena indústria e a pensar sobre a ascendência do ensino industrial na confecção dos produtos. Os diretores dos museus, que organicamente estavam dependentes da Direção Geral do Comércio e Indústria, mantinham a obrigação de constituir, com originais ou com reproduções, uma coleção retrospectiva de objetos históricos, de ferramentas, maquinismos e utensílios da indústria nacional; e de “objetos notáveis” da indústria e arte industrial portuguesa.

Cabia aos conservadores dos museus a realização de excursões pelo país, para realizarem um rol de centros de pequenas indústrias e de indústrias caseiras, com indicação dos utensílios, matérias-primas, recursos técnicos e artísticos usados (padrões, desenhos e modelos) e informação sobre a influência que o ensino do desenho industrial e da modelação tivesse exercido sobre essas indústrias. A ideia do *museu ambulante* mantinha-se também, constituído por partes das coleções dos museus centrais, a serem expostas em localidades do reino onde houvesse centros industriais, escolas industriais e escolas de desenho industrial.

O Museu Industrial e Comercial de Lisboa (Figura 9) foi instalado na ala poente da fachada do edifício da Casa Pia e o presidente da Associação Comercial de Lisboa, Carlos Ferreira dos Santos e Silva, nomeado diretor. Quanto ao do Porto, houve diligências para o situar no Palácio da Bolsa mas o diretor indigitado do museu, Francisco Inácio Xavier, considerou-a impossível dada a ocupação do edifício com diversos serviços. Ficou situado numa dependência do Palácio de Cristal (o Circo Olímpico).



Figura 9. Museu Industrial e Comercial de Lisboa. Foi instalado na ala poente da fachada do edifício da Casa Pia e anexou-se-lhe a Escola Gil Vicente. As escolas do ensino industrial realizaram um papel como produtoras e fornecedoras de importante material didático, a partir de objetos da herança cultural. A partir de finais dos anos 80 do século XIX, a iniciativa de reprodução de peças de arquitetura e de ornamentação de monumentos nacionais parecia estar mais a cargo dos grupos de escolas industriais e de desenho industrial do que da instituição central, a Academia das Belas-Artes de Lisboa, que tinha esse cometimento. As escolas ligaram-se a um tempo em que a instituição museal prosseguia fins particularmente pedagógicos e se procurava uma cumplicidade com fabricantes e industriais

(Fonte: *O Ocidente. Revista Ilustrada de Portugal e do Estrangeiro*, 21 de agosto de 1887, Volume X (312), p. 188)

“ALGUMAS MÁQUINAS QUEBRADAS” NO CONSERVATÓRIO DE ARTES E OFÍCIOS

O ensino industrial não superior destinado a formar profissionais para as indústrias e obras públicas tinha sido marcado pela criação do Instituto Industrial de Lisboa e da Escola Industrial do Porto, em 1852 e a ideia de salas com coleções didáticas, simultaneamente retrospectivas e com elementos de atualidade, remontava aos organismos antecessores desses institutos, os conservatórios de artes e ofícios de Lisboa e do Porto, embora os testemunho escritos sobre tais coleções tenham deixado clara a sua quase inexistência. O Conservatório de Artes e Ofícios de Lisboa ambicionava ministrar uma instrução prática em todos os processos industriais e foi organizado prevendo uma área expositiva e um depósito geral de máquinas, modelos, utensílios, desenhos, descrições e livros relativos às diferentes artes e ofícios, que deviam ser recolhidos de arsenais e outros estabelecimentos públicos⁸⁸⁴.

Francisco da Fonseca Benevides, membro de uma comissão para examinar as coleções do já extinto Conservatório de Artes e Ofícios, escreveu que, quando o Conservatório foi fundado por Passos Manuel, apenas havia alguns modelos dispersos por conventos e outros estabelecimentos e foi taxativo quanto ao seu desenvolvimento: “O Conservatório, depois de arrastar uma vida raquítica durante 16 anos, foi extinto por decreto de 30 de dezembro de 1852” (Benevides, 1873: VI). Em 1844, o Conservatório tinha sido incorporado na Escola Politécnica e um professor desta escola deixou o retrato da instituição em 1858: “O Conservatório das Artes e Ofícios apenas teve um simulacro de existência. (...) Quando o governo mandou anexar este estabelecimento à Escola Politécnica, encontraram-se apenas algumas máquinas quebradas sem nenhum valor intrínseco ou artístico”.

Um relatório do mesmo ano referia que os modelos existentes no antigo Conservatório eram de tão duvidosa utilidade que não valia a pena transportá-los para o novo Instituto Industrial de Lisboa (Ribeiro, 1876a: 385). “Poucos foram os objetos que a comissão [para examinar as coleções do Conservatório] julgou merecerem ser transportados para o Instituto e excetuando apenas quatro ou cinco modelos de maior valor, os outros eram insignificantes” (Benevides, 1873: VII). “Achou-se apenas um grande rombo no

⁸⁸⁴ Decreto do Conservatório das Artes e Ofícios, *Coleção de leis e outros documentos oficiais publicados desde 10 de setembro até 31 de Dezembro de 1836. VI Série*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1837, pp.140-141

Tesouro e *algumas máquinas quebradas*” (Vasconcelos, 1884a: 162). O depósito de máquinas que se previa em 1836 só foi iniciado em 1864, quando Fonseca Benevides instalou no então museu tecnológico modelos de máquinas de vapor, coleções com moldes de ferro e de latão, ferramentas, materiais de construção, artefactos em ferro e outros metais, uma prensa hidráulica para testar a resistência dos materiais e uma máquina de gás de *Étienne Lenoir* fazendo, também, parte dos objetos uma grande coleção de aguarelas representando aparelhos de indústrias químicas, uma coleção de aparelhos de telegrafia eléctrica, um gabinete de física e um laboratório de química (Benevides, 1873: XI-XII).

O estabelecimento de Lisboa passou a chamar-se Instituto Industrial e Comercial de Lisboa, a partir de 1869; o do Porto, Instituto Industrial do Porto desde 1864. Uma reorganização do ensino industrial de 1864 previa a criação de cursos técnicos elementares em institutos e escolas industriais em várias zonas do país, o que só veio a acontecer em 1884. Nesse mesmo ano de 1884 foram expedidas portarias (de 9 de outubro e de 5 de dezembro) para titular as escolas industriais e as escolas de desenho industrial com nomes de figuras que tivessem contribuído para o progresso das indústrias e das artes.

No sul do reino foram dados nomes às escolas de Alcântara (Marquês de Pombal); de Xabregas (Afonso Domingues); de Belém (Gil Vicente); das Caldas da Rainha (rainha D. Leonor); de Torres Novas (Vitorino Damásio); de Tomar (Jácome Ratton); de Portalegre (Fradesso da Silveira); da Covilhã (Campos Melo). No norte do reino foram dados os nomes às escolas do Infante D. Henrique (Vilar, Porto); de Gaia (Passos Manuel); de Bonfim (Faria de Guimarães); de Coimbra (Brotero); de Guimarães (Francisco de Holanda).

Para as seis escolas do norte ou da circunscrição do norte criadas em 1884 (cinco escolas de desenho industrial, duas das quais no Porto, uma em Gaia, uma em Braga, uma em Coimbra e uma escola industrial em Guimarães), das quais principiaram a funcionar três (a de Gaia, uma do Porto, no Bonfim, a de Coimbra e em Guimarães inicialmente apenas uma aula de desenho), foram adquiridos gessos, estampas, modelos de arame e de madeira, em parte vindos da Alemanha, Inglaterra e França, em parte adquiridos no país (Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria [José Guilherme de Parada e Silva Leitão], 1888: 5-7), constituindo as remessas de gesso as mais significativas. A ideia da permuta das coleções estava presente desde o início. “Logo que alguns alunos estejam habilitados nos trabalhos de modelação, será fácil

fazer-lhes reproduzir em cada escola os modelos que nela existem e que não se encontram nas outras, e as escolas, permutando entre si estas reproduções, poderão chegar a reunir uma coleção regular sem ser necessário recorrer a estabelecimentos estrangeiros” (Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria [José Guilherme de Parada e Silva Leitão], 1888: 90-91).

Os relatórios de inspeção dão conta do sucessivo apetrechamento das escolas com coleções de modelos oriundas do estrangeiro, de tal modo que o inspetor se referia, no ano letivo de 1890-1891, a uma situação confortável a esse respeito. “Com as coleções que as escolas atualmente possuem, julgo estarem satisfeitas por algum tempo as mais urgentes necessidades de modelos para o ensino do desenho e, nestas circunstâncias, talvez fosse possível no futuro ano aplicar para a montagem de oficinas em algumas escolas uma parte da verba destinada para a aquisição de material de ensino” (Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria [José Guilherme de Parada e Silva Leitão], 1893: 17).

As oficinas, complemento das escolas industriais e de desenho industrial, poderiam assegurar a fabricação de modelos para completar as coleções de ensino e, sabendo-se que os modelos variavam de escola para escola, as coleções seriam todas bastante variadas, por meio da troca recíproca entre escolas. No ano letivo referido, 1890-1891, estavam a funcionar 12 escolas industriais e 16 de desenho industrial. Uma das escolas do Porto, denominada Infante D. Henrique, foi anexa ao Museu Industrial e Comercial do Porto, para a qual se construiu uma casa junto ao antigo circo do Palácio de Cristal – enquanto este era adaptado para instalar o museu, onde desde cedo se fizeram exposições com as provas de exame dos alunos.

As escolas do sul do reino, ou da circunscrição do sul, foram inauguradas entre novembro e dezembro de 1884, com exceção da das Caldas da Rainha, que iniciou as funções em janeiro de 1885, com aulas para ambos os sexos e com cursos diurnos de desenho elementar para crianças dos seis aos 12 anos e cursos noturnos de desenho industrial para adultos⁸⁸⁵. A Escola Gil Vicente, em Lisboa, que ocupou uma parte do rés-do-chão dos Jerónimos, foi anexa ao Museu Industrial e Comercial de Lisboa.

⁸⁸⁵ Ainda em 1885, foi criada uma escola de desenho industrial em Angra do Heroísmo (António Augusto de Aguiar); em 1887 foi criada outra em Peniche (Rainha D. Maria Pia) e a escola de desenho industrial das Caldas foi elevada a escola industrial. Em 1888 foram criadas três escolas de desenho industrial em Setúbal (Princesa D. Amélia), Leiria (Domingos Sequeira) e Faro (Pedro Nunes) e a escola de desenho industrial Marquês de Pombal elevada a escola industrial, inaugurando-se o seu novo edifício

AS ESCOLAS INDUSTRIAIS COMO FORNECEDORAS DE MODELOS DE OBJETOS

Foram adquiridos para o ensino modelos em gesso de uma coleção particular portuguesa, de José Miguel de Abreu, e importadas coleções de objetos de uso comum, ornamentados, de arquitetura, de escultura, vindos de Itália, Inglaterra e Alemanha. Uma série deles, apesar do cuidado nas embalagens, perdeu-se no transporte ao partir-se em mil bocados, por causa das baldeações dos navios para as fragatas e das descargas nas alfândegas.

Foi por causa de outra perda, a observação da rápida deterioração dos formosos modelos adquiridos, por ação da poeira, da humidade e das mãos e espanadores que os manuseavam, que o então inspetor das escolas da circunscrição do sul, Francisco da Fonseca Benevides, contactou o formador Guido Battista Lippi, para que se encarregasse da reprodução dos modelos em gesso, transformando as escolas industriais e a Academia de Belas-Artes em fornecedores mútuos. “De cada um dos objetos reproduzidos ofereci dois exemplares à Academia de Belas-Artes de Lisboa e no depósito daquele estabelecimento escolhi, autorizado pelo seu diretor, vários objetos, especialmente de estudos de figura e de animais, que esta inspeção não possuía, para as escolas da circunscrição do sul” (Benevides, 1885: 27).

O material didático não se compunha só de gessos mas de várias figuras geométricas de madeira e arame e de alguns modelos de máquinas; para o ensino do desenho de máquinas foram escolhidas estampas coloridas representando mecanismos, peças soltas e máquinas completas, cortes e detalhes específicos; para o desenho à vista, adquiriram-se modelos de máquinas de madeira, de latão e de ferro; para o desenho à vista de objetos de uso comum, vários exemplares de louça ordinária ou de porcelana não coberta de escolas industriais italianas e vasos de barro ingleses; para os princípios do desenho elementar à vista, coleções de figuras geométricas de arame planas e de três dimensões, vindas de Itália; e figuras geométricas planas e sólidas de madeiras, de várias dimensões figuravam entre outras compras.

Em breve, os alunos das escolas de desenho industrial de Alcântara e de Belém estavam a executar coleções de modelos para as restantes escolas da circunscrição, uns originais, outros reproduções de objetos importados (Benevides, 1886: 22-23) e o inspetor da circunscrição relatava os termos em que a reprodução em larga escala das diversas

coleções de modelos e exemplares para o ensino do desenho permitia fornecer outros estabelecimentos de instrução.

Para a aula de desenho do instituto geral de agricultura remeti uma coleção de numerosos exemplares de folhas e frutos de gesso, moldados do natural. Para a aula de desenho da Real Casa Pia em Belém mandei três coleções de exemplares de ornatos de gesso, uma de objetos de uso comum, e duas de modelos de arquitetura, também de gesso.

Para o gabinete de construções civis e museu tecnológico do instituto industrial e comercial de Lisboa, enviei uma coleção de pedestais e capitéis de ordens de arquitetura, de gesso, e vários modelos de máquinas de madeira e metal.

Para a Academia Real das Belas-Artes de Lisboa enviei dois exemplares de cada um dos modelos de gesso reproduzidos, recebendo esta inspeção em troca outros tantos objetos de gesso escolhidos nas coleções da Academia, especialmente modelos para o desenho de figura, que ainda não havia nas coleções das escolas desta circunscrição. (Benevides, 1886: 27)

Entre 1886 e 1887, o inspetor dava conta da aquisição de uma nova coleção de gessos de diversos estilos, vinda da Alemanha, que servia todas as escolas da circunscrição (Benevides, 1887: 40). Junto às escolas da circunscrição seriam criadas oficinas para a realização de trabalhos das indústrias específicas das localidades: oficinas de trabalhos em madeira e em metal na Escola de Portalegre; em Lisboa, oficinas de labores femininos em Alcântara, de trabalhos em madeira e pedra em Belém, de trabalhos em madeira, em metal e pintura decorativa em Xabregas; de trabalhos em madeira em Torres Novas e em Tomar; de cerâmica na Caldas; de trabalhos em madeira, de tecelagem e de tinturaria na Covilhã, todas inauguradas entre novembro de 1886 e março de 1887.

A partir de finais dos anos 80, a iniciativa de reprodução de peças de arquitetura e de ornamentação de monumentos nacionais parecia estar mais a cargo do grupo de escolas industriais e de desenho industrial do que da instituição que tinha esse dever, a Academia de Belas-Artes de Lisboa. Aparecia com um caráter inteiramente didático, dedicado ao desempenho das aulas de desenho, como explicava o inspetor Francisco da Fonseca Benevides. “No ensino do desenho e das artes decorativas é de suma importância a presença de bons modelos, que bem representem os diversos estilos, e as belezas que a arte dos séculos que passaram conseguiu esculpir ou gravar no bronze, na pedra, na madeira etc.; e que pela vista e estudo despertem o gosto do belo e tornem mais artístico o desenho, e as suas aplicações mais corretas, elegantes e grandiosas; contribuem para conseguir estes fins as obras-primas dos monumentos de todos os tempos” (Benevides, 1889: 24).

REPRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS MONUMENTOS

Até à data do texto, que se reporta ao ano letivo de 1888-1889, apontava 13 exemplares reproduzidos em gesso por Battista Lippi, seis deles dos Jerónimos, em Lisboa, e sete pertencentes ao Convento dos Loios, em Évora. “Foi inspirando-me de semelhantes ideias que tentei começar a fazer reproduzir, em gesso, para uso das escolas destas circunscrição, algumas peças, já de arquitetura, já de ornamentação, dos nossos principais monumentos” (Benevides, 1889: 24). No ano letivo de 1889-1890, foram reproduzidos em gesso mais 24 elementos de monumentos nacionais para o uso das escolas da circunscrição do sul, com Battista Lippi a deslocar-se às localidades para retirar os moldes.

Para lá dos referentes aos Jerónimos e ao Convento dos Loios, a coleção tinha sido aumentada com exemplares de fragmentos da Casa do Capítulo do Convento da Esperança (Lisboa), do claustro do Convento de Jesus (Setúbal), da Igreja do Convento do Carmo (Évora) e da Capela de Nossa Senhora da Conceição da Lapa do Castelo de Leiria (Benevides, 1890: 14-16). No ano letivo seguinte, 1890-1891, foram reproduzidos 15 exemplares, oito da Igreja de Nossa Senhora da Luz e sete do Convento de Cristo, estes executados pelo professor alemão da Escola Industrial de Tomar, Joseph Füller. As escolas da circunscrição do sul tinham, na altura, 52 exemplares de monumentos em gesso (Benevides, 1891: 11).

Segundo Joaquim Vasconcelos, a Academia de Belas-Artes de Lisboa, entre 1836 e 1879, tinha produzido 82 matrizes de modelos em gesso, o que dava uma média de quase duas por cada ano de atividade (Ferreira, [Vasconcelos], 1882: 405), quando, por exemplo, o Liceu do Porto tinha uma coleção cerca de 130 exemplares, comprados na Alemanha. Como não era possível esperar reproduções adequadas para o ensino, gessos perfeitos e baratos, o professor de desenho do Liceu do Porto, António Luís Teixeira Machado, adquiriu na Alemanha uma coleção de gessos (126 de uma coleção total de cerca de dois mil e 214 estampas (Vasconcelos, 1881c: 269). Para integrar e valorizar ainda mais as suas coleções, as escolas das circunscrições do sul e do norte, e os museus industriais e comerciais de Lisboa e Porto, receberiam uma doação de azulejos das paredes interiores do Convento da Esperança, em Lisboa, demolido em parte para abrir a rua D. Carlos I, tendo sido reproduzidos relevos do mesmo edifício. Outro exemplo de como a herança cultural não só estava presente como moldava decisões relativas ao

ensino foi a criação de uma aula de desenho na Batalha (1890), próxima a “uma das maiores belezas artísticas de Portugal e do mundo” (Benevides, 1891: 4).

Tornada sucursal da Escola Domingos Sequeira, instalou-se numa casa da Direção de Obras Públicas e começou por ter por discípulos do professor de desenho da Escola de Leiria, João Ribeiro Cristino da Silva, um mestre canteiro e operários empregados nas obras do monumento. “A Escola de Leiria forneceu, além do professor, mobília e modelos elementares para o ensino, porque os mais importantes modelos são ministrados pelo próprio monumento” (Benevides, 1891: 5). Em relação às escolas industriais e de desenho industrial, também houve exemplos significativos de museus criados em função das escolas existentes, como foram os casos de Faro (Museu Industrial Marítimo, fundado em 1889) e de Coimbra (Museu de Arte Industrial, criado em 1887).

Com a ideia de que haveria grande vantagem em haver um pequeno museu onde estivessem sempre expostas as coleções de indústrias locais mais relevantes e porque na escola de Faro o desenho da construção naval seria uma das aplicações do desenho geométrico e do desenho à vista, foi criado um Museu Industrial Marítimo junto à Escola Pedro Nunes, por despacho de 4 de janeiro de 1889. Instalado nas salas da escola de desenho industrial da cidade, foi inaugurado ao público a 3 de novembro de 1889.

O museu continha 372 objetos, entre os quais modelos de redes, armações, aparelhos e barcos de pesca, estudados, mandados construir e montados pelo oficial da Armada António Artur Baldaque da Silva, estudioso dos diversos sistemas de pesca costeira nacionais. Fonseca Benevides propôs que se lhe comprasse a sua coleção de modelos e aparelhos de pesca (dos 372 objetos iniciais, 112 eram da coleção Baldaque); ao mesmo tempo o inspetor procurou mandar construir ou adquirir modelos de construção naval, aparelhos e instrumentos de navegação, modelos de navios, trabalhos de marinheiro, modelos de máquinas, cartas e planos hidrográficos, além de quadros a óleo representando peixes, moluscos e crustáceos mais importantes da indústria de pesca portuguesa. Ainda antes da inauguração do museu, foi feita uma exposição pública nas salas da Escola Industrial Marquês de Pombal, em Lisboa (entre junho e julho de 1889) (Benevides, 1889: 19-21; 1890: 7-8). Desde logo com dificuldades de espaço, o museu passou para uma casa particular arrendada em 1891, quando já somava 439 objetos. O Museu de Arte Industrial de Coimbra surgiu relacionado com os esforços de sedear o ensino profissional na cidade, ligados à instalação da Escola de Desenho Industrial Brotero, escola industrial a partir de 1889. O museu foi criado em 1887, aprovado pela

minoria republicana na Câmara, da qual fazia parte o professor, artista, crítico e historiador da arte António Augusto Gonçalves, com o duplo objetivo de inculcar o gosto e o sentimento pela arte no público e de evidenciar a capacidade industrial e comercial do distrito. Dispunha, portanto, de uma secção histórica e de uma secção de indústria moderna. Os responsáveis do museu dirigiram convites a colecionadores particulares e a proprietários de oficinas e de fábricas, ao mesmo tempo que diligenciavam no sentido de obter o depósito dos valores históricos e artísticos públicos. Aberto ao público apenas em 1889, ocupando então parte do Claustro do Silêncio de Santa Cruz, foi afetado pelo conflito entre a vereação, entretanto alterada na composição, e o conservador do museu. Em 1891, os responsáveis do museu passaram a concentrar-se na organização de um museu anexo à Escola Industrial Brotero e a Direção Geral do Comércio e Indústria solicitou à câmara a cedência do acervo e mobília do museu, mantendo-se a sua sede no Claustro do Silêncio. Até final do século, o museu continuou com dificuldades para se implantar e deteriorou-se (Gouveia, 1980: 17-21).

Vários decretos criaram 20 escolas de desenho industrial e escolas industriais até final de 1890. Foram criadas escolas de ensino do desenho com aplicação à indústria em Bragança, Faro, Figueira da Foz, Leiria, Setúbal, Viana do Castelo, Vila Real e Porto (1888); escolas industriais em Braga, Coimbra (Escola Brotero), Chaves, Bragança, Tomar, Figueira da Foz e Angra do Heroísmo; e escolas de desenho industrial no Funchal, Matosinhos, Chaves, Ponta Delgada, Alenquer e Chaves)⁸⁸⁶.

⁸⁸⁶ Decreto de 13 de junho de 1888 criando em Alcântara, em Lisboa, uma escola industrial que se denominará Marquês de Pombal / Decreto de 13 de junho de 1888 criando no Porto uma escola industrial que se denominará Faria Guimarães / Decreto de 13 de junho de 1888 criando uma escola de desenho industrial em cada das seguintes localidades: Bragança, Faro, Figueira da Foz, Leiria, Setúbal, Viana do Castelo e Vila Real, *Coleção oficial da legislação portuguesa. Ano de 1888*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1889, p.176 / Decreto de 10 de janeiro de 1889 criando uma escola industrial em Braga, p.10 / Decreto de 10 de janeiro criando uma escola industrial em Coimbra, p.10 / Decreto de 10 de janeiro criando uma escola de desenho industrial na cidade de Funchal e outra em Matosinhos, pp.10-11 / Decreto de 14 de março de 1889 criando uma escola de desenho industrial na vila de Chaves, p.162 / Decreto de 25 de abril de 1889 criando uma escola industrial na cidade de Bragança, p.192; decreto de 25 de abril criando uma escola industrial na cidade de Tomar, pp.192-193 / Decreto de 22 de agosto de 1889 criando uma escola de desenho industrial na cidade Ponta Delgada, p.373 / Decreto de 3 de outubro de 1889 criando uma escola de desenho industrial na vila de Alenquer, p.411 / Decreto de 31 de outubro de 1889 criando na cidade da Figueira da Foz uma escola industrial, p.443 / Decreto de 31 de outubro de 1889 criando uma escola de desenho industrial em Angra do Heroísmo, p.443, *Coleção oficial de legislação portuguesa. Ano de 1888*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1889; *Coleção oficial de legislação Portuguesa. Ano de 1889*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1889

OS MUSEUS PARA FABRICANTES, NEGOCIANTES E PÚBLICO

Para compreender por que razões os objetos de arte estavam subordinados a um desejado valor de venda era preciso registar a forma como a criação dos museus de Lisboa e Porto tinham sido idealizados em algumas das suas funções, com uma relevante abertura para o público. Em primeiro lugar, eles deviam exhibir exposições permanentes a partir de amostras de fabricantes e negociantes e deviam prestar um serviço direto aos fabricantes e consumidores, como lugar da tomada de conhecimento da existência dos produtos vários; em segundo lugar, os objetos deviam ter afixado o preço, o nome do expositor e o lugar de fabrico ou de venda; deviam ter os preços de transporte das peças até Lisboa e Porto; e deviam fornecer o valor de direitos de exportação e de importação, nas alfândegas nacionais ou estrangeiras. As amostras não reclamadas após um período de exibição de seis meses ficavam a pertencer aos museus – que poderiam conservá-los como objetos de coleção ou então vendê-los.

Tal movimento implicava uma estrita colaboração entre os museus e as associações comerciais, câmaras de comércio, corporações fabris e operárias, fabricantes e negociantes nacionais e estrangeiros e uma ligação à diplomacia de Portugal através de ministros e cônsules. Os museus deviam publicar um boletim com o índice das coleções catalogadas que não esquecesse os preços correntes dos mercados, as cotações, as estatísticas dos movimentos dos portos e outras informações de reconhecido interesse para o comércio e a indústria. Havia uma outra questão que unia as escolas de desenho aos espaços museológicos.

O ensino do desenho das escolas criadas junto aos museus devia ter “um caráter de nacionalidade, inspirando-se nos modelos e formas artísticas da indústria tradicional popular” e, por isso, serem relacionadas com as coleções dos museus⁸⁸⁷. Esse caráter de nacionalidade, divisado de formas diversas, procurava-se na tentativa de estabelecimento de museus com coleções dignas como na organização de certames, por outras instituições. A Sociedade de Instrução do Porto fundou um Museu de Instrução Nacional em 1882, a partir da organização de uma exposição de história natural, organizada nos últimos meses de 1881, e no qual a componente didática, de mostra e disponibilização dos objetos, era a parte essencial. Um discurso do presidente da secção de ciências fisiológico-naturais da Sociedade de Instrução do Porto explicava por que

⁸⁸⁷ Portaria de 6 de maio de 1884 aprovando o regulamento dos museus industriais e comerciais, *Coleção oficial da legislação portuguesa. Ano de 1884*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1885, p.126

razão a história natural era relevante e porque a partir desse centro podia fundar-se um museu. “Versando ela sobre objetos que se encontram em volta de nós, e que são a matéria-prima das artes e indústrias, ela pode, com muita razão, considerar-se como fundamento das outras ciências, nas quais o homem tem mostrado de quanto é capaz o seu engenho e génio” (Silva, 1881: 343).

A Sociedade de Instrução deu logo conta de uma série de ofertas ao museu: de minerais, de águas minerais (garrafas provenientes de várias localidades), de livros, de fósseis, de vegetais, de animais ou de produtos animais resultantes dessa mostra, que parecia ter excedido as melhores expectativas: o total de entradas pagas na exposição foi de 5.209 a que devia acrescentar-se as “entradas de numerosíssimos bilhetes gratuitos de sócios e suas famílias”. Com as doações, podia afirmar-se, sem receio, que “o Museu de Instrução Nacional está fundado em condições de liberalidade que era quase impossível prever. Já não temos espaço para colocar os objetos” (Sociedade de Instrução do Porto, 1882a: 31).

Ainda em 1882, a Sociedade de Instrução dava conta de que o seu gabinete de leitura, a sua biblioteca e o seu museu de instrução se acumulavam numa só sala que tinha ainda de servir para as conferências e reuniões gerais, obrigando à remoção de muitos objetos, e implicando a impossibilidade de expor periodicamente a coleção do museu (Sociedade de Instrução do Porto, 1882b: 146). A criação de um museu industrial ligado ao ensino esteve nas cogitações de uma sociedade de artistas e industriais de Coimbra, a *Escola Livre das Artes do Desenho*, criada em 1878 para o ensino do desenho e modelação aplicados à escultura em barro, gesso e pedra e aplicados às artes e indústrias fabris.

A Escola organizou, entre outras mostras, uma *Exposição distrital de Coimbra*, inaugurada a 1 de janeiro de 1884, com dois representantes da imprensa presentes, Eduardo Coelho pelo *Diário de Notícias* e Joaquim Vasconcelos pelo *Comércio do Porto* (Madeira (ed.), 1884: 8), uma mostra de belas-artes, elementos de educação e ensino, mobiliário, tecidos e vestuário, máquinas, indústrias extrativas e agricultura.

A QUESTÃO DO “MANUELINO” E PARA QUE SERVIAM OS MONUMENTOS

Joaquim Vasconcelos esteve presente como observador para a imprensa mas também na qualidade de conferencista convidado, em que discutiu se os mais formosos monumentos de Portugal conferiam a possibilidade de pertencerem a um estilo original

português, o tão afamado *manuelino*. O ponto de vista de Joaquim Vasconcelos punha em evidência a forma como encarava os monumentos: não necessariamente para serem glorificados pela nação mas como testemunhas que podiam ser estudadas o que, de resto, não parecia ter acontecido.

“Ninguém se lembrou, porém, de perguntar pelas provas [de um estilo nacional], de reclamar a apresentação de documentos coevos que atestassem, por exemplo, que os contemporâneos tiveram uma ideia clara dos caracteres desse estilo manuelino; que afirmaram de algum modo uma tendência de inovação, quer diretamente nos tratados especiais teóricos, quer indiretamente pela boca dos eruditos, dos antiquários ou arqueólogos da Renascença portuguesa. Ninguém se lembrou de comparar os monumentos dispersos pelo país” (Vasconcelos, 1884b: 125). Onde é que estava uma coleção de plantas que mostrasse alguma originalidade dos traçados? Onde estava a originalidade dos elementos construtivos dos monumentos ditos manuelinos?

Porque parecia que o *manuelino* se atribuía quase exclusivamente aos ornamentos dos edifícios e a ornamentação considerava-a como secundária. “Da estética depende a existência de uma obra de arte, a qual pode muito bem existir sem o menor ornato” (Vasconcelos, 1884b: 129). Não era só o estudo dos monumentos portugueses mais balados pelos deputados da nação (Jerónimos, Batalha, Convento de Tomar) que ajudava a clarificar a falta de originalidade desse estilo, era o estudo comparativo com os mais próximos monumentos na Península, que também evocava a luta de Joaquim Vasconcelos pelo ensino das artes e ofícios. “Nem em Belém nem na Batalha nem em Tomar há construção manuelina que exceda os primores de Salamanca, Valhadolid, Segóvia, Toledo e Burgos; a mesma, senão maior riqueza, uma imaginação prodigiosamente fecunda, uma variedade imensa de motivos de ornamentação e um labor que desafia a comparação com tudo o que temos de mais perfeito na época manuelina” (Vasconcelos, 1884b: 130).

E para que não houvesse dúvida de onde podia provir a originalidade, mesmo que o historiador estivesse a referir-se aos séculos XIV, XV e XVI: “Seria muito para admirar que a Espanha nos ficasse a dever alguma coisa nesta confrontação quando a nação vizinha organizou o ensino das artes e ofícios primeiro do que nós” (Vasconcelos, 1884b: 130). Joaquim Vasconcelos tinha também analisado os estatutos das corporações e ofícios portugueses e espanhóis não encontrando quase nunca nos nacionais elementos didáticos ou providências a respeito do ensino, além da pouca precisão e clareza com

que estavam redigidos. Da mesma forma, a existência de reproduções era consentânea com a construção de um conhecimento.

Pode ser que algum dia apareça uma associação ou uma empresa inteligente que se lembre de organizar um museu de gessos nacional, mandando moldar os detalhes dos edifícios da época de D. João até D. Sebastião, a parte ornamental, porque as plantas pode-as tirar o estudioso. Então, em face de alguns milhares de gessos bem classificados e coordenados, e postos em frente de outros tantos exemplares tirados sobre os edifícios espanhóis contemporâneos, então será possível decidir a respeito da originalidade do estilo manuelino dentro da Península. (Vasconcelos, 1884b: 130)

Os poucos considerandos sobre monumentos que Joaquim Vasconcelos fez nos três volumes que dedicou à reforma do ensino de belas-artes (publicados em 1877, 1878 e 1879) podiam ser explicados vastamente pelo fio desta conferência. Os monumentos serviam de elementos para conhecer e não para glorificar às-cegas; serviam de estudo e de ligação ao estudo desenvolvimentista das belas-artes e não à exacerbação da glória entesourada nos feitos passados. Serviam de modelos para fortalecer os ofícios, através do estudo e do trabalho, e não de sentinelas estáticas que comparassem o grande passado com o pobre presente.

Nas suas palavras, havia na comparação com os monumentos espanhóis uma contextualização que talvez explicasse por que razões eram sempre os mesmos três ou quatro exemplos de monumentos portugueses que estavam nos discursos dos parlamentares e nem sequer os mais valiosos. “Percorra-se todo o Portugal e procure-se uma Bolsa como a de Palma, de Valença, de Saragoça ou de Sevilha; uns paços municipais como os da mesma Sevilha; ou residências como os palácios dos Mendozas em Guadalajara, dos Ribera em Sevilha, dos Guzmanes em Granada, dos Ayalas e Mezas em Toledo – procure-se e não se encontrará nada disso. Os próprios palácios reais: o da Ribeira, destruído, os de Almeirim e de Évora são construções muito modestas à vista dos Alcázares de Sevilha e de Segóvia (mudéjares), de Toledo e Granada (Renascimento), de Valladolid, etc.. Apenas a Casa de Bragança com os seus paços de Guimarães e Vila Viçosa chama a atenção da crítica” (Vasconcelos, 1884b: 132).

Não havia dúvidas sobre o que significava de inútil a constante moinha de evocar sempre os mesmos três ou quatro monumentos de Portugal. [Um programa de conferências sobre arte peninsular e arte portuguesa de origens populares] “seria mais útil e produtivo do que moer e remoer pela milésima vez a paráfrase declamatória sobre

a arte do convento e do templo dos Jerónimos (Belém) ou repisar a apologia bombástica sobre as Capelas Imperfeitas de Santa Maria da Vitória (Batalha) ou soltar as torrentes impetuosas do Parnaso ou romper as líras de todas as nove musas num coro órfico sobre a orgia escultural do convento de Tomar” (Vasconcelos, 193- : 30-31).

O historiador referiu, na conferência coimbrã, que não tinha intenção de diminuir o labor dos artistas portugueses dos séculos XV e XVI mas que uma obra ou outra mais saliente não constituíam uma escola. “O movimento geral depende de uma tradição segura, secular, de uma progressão que atua lentamente” (Vasconcelos, 1884b: 133). Os sistemas de construção não apresentavam originalidade, havia somente agrupamentos pitorescos de formas e um certo ecletismo acrítico, aceitando uma acumulação de elementos novos e velhos, uma indisciplina da arte obedecendo ao capricho e um triunfo do capricho diletante tratando a arte como venal. Se tivesse havido uma luta entre estilos, teria havido um abalo. “A razão é sempre a mesma; hoje, como no século XVI, não há escola, não há ensino, não há estudo” (Vasconcelos, 1884b: 135).

Joaquim Vasconcelos depositava a sua esperança não tanto nos monumentos como reificação das glórias passadas e anunciadas – as glórias que se colavam aos poderes presentes como se fossem suas – mas no desenvolvimento das indústrias populares tradicionais, para as quais a instrução seria de um auxílio portentoso, como uma série de exposições organizadas pela recente Sociedade de Instrução do Porto, criada em 1880, queria demonstrar no valor reconhecido à arte popular. “O valor que ligamos à arte espontânea do operário popular, às suas preciosas disposições naturais, que apenas carecem de uma educação cuidadosa para produzir aquilo que ambicionamos há tanto tempo e que procuramos, debalde, no passado, nas igrejas, nos palácios, nos conventos” (Vasconcelos, 1884b: 137). Tratava-se de aumentar a herança com novos monumentos artísticos em vez de reificar o que já era conhecido, considerado e valorizado.

Quase trinta depois dessa conferência coimbrã sobre a maior ou menor originalidade da arte manuelina, Joaquim Vasconcelos escrevia sobre como os seus fundamentos continuavam a verificar-se e lamentava, acima de tudo, a ausência de discussão. “Os seus alicerces estão intactos; as linhas construtivas não variaram. Não apareceu quem as corrigisse em tão longo período; (...) Os estrangeiros que conheceram esse trabalho da conferência passaram por ele ou com frases ocas de banal elogio ou explorando-o de má-fé (Haupt, Lafon, etc.). Discussão em regra, nem sombra” (Vasconcelos, 193-: 1). A exceção que apontava era a do fundador da *Escola Livre das Artes do Desenho*, António Augusto Gonçalves, que apontava como um artista prático estudioso, “em contacto

íntimo com a oficina e com o artista artífice” (Vasconcelos, 193-: 2) e que não estava superiormente preocupado com enlevos de nacionalismo.

Tal como não tinha intenção de desconsiderar o labor dos artistas portugueses dos séculos XV e XVI, Joaquim Vasconcelos não menosprezava os elementos nacionais. Pelo contrário, contextualizava a sua existência ligando-a ao trabalho caseiro. Afirmava, por exemplo, que “a intervenção da arte popular é evidente e importante na decoração dos nossos grandes monumentos” e que o trabalho de pedreiros, carpinteiros e entalhadores estava intimamente ligado à decoração dos grandes padrões de glória da nação (Vasconcelos, 193-: 22). Situava mesmo na pré-história do território elementos decorativos permanentes, sublinhando sempre como uma história dos elementos nacionais era “descurada”, embora afirmada solenemente (Vasconcelos, 193-: 25). E evocava as obras de autores estrangeiros sobre arquitetura (Haupt, Watson e Feilchenfeld), iluminura (Kaemmerer), pintura e escultura (Justi) ou escultura (Lafon). “Em nenhuma escola do reino, em nenhuma aula ou classe de academia se fez, até hoje, a menor recomendação desses trabalhos, sendo aliás elementos indispensáveis de estudo” (Vasconcelos, 193-: 26).

A QUESTÃO DO *FABULOSO* GRÃO-VASCO

Joaquim Vasconcelos não tinha dúvidas quanto ao que o nacionalismo e o patriotismo⁸⁸⁸, ou a sua evocação denodada e temperada com a falta de pesquisa,

⁸⁸⁸ Os conceitos de pátria e de nação, e logo os de patriotismo e de nacionalismo, têm significados diferentes. Se a pátria configurava a terra onde se nascia, a nação era o conjunto de pessoas de um país, reino ou região que se governava por leis específicas. A pátria é “a terra, vila, cidade ou reino em que se nasceu” (Rafael Bluteau, *Vocabulário português & latino: áulico, anatômico, arquitectónico...* Coimbra: Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1728, Volume VI, p.320). A nação é “o nome coletivo que se diz da Gente; que vive em alguma grande região ou reino, debaixo do mesmo Senhorio. Nisto se diferencia nação de povo porque nação compreende muitos povos e assim beirões, minhotos, alentejanos, etc., compõem a nação portuguesa (cf. Rafael Bluteau, *Vocabulário português & latino: áulico, anatômico, arquitectónico...* Coimbra: Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1728, Volume V, p.658).

Do ponto de vista genealógico, o patriotismo, como sentimento primordial de pertença, preexistente às nações politicamente organizadas, antecederia o nacionalismo, pelo que seria possível dizer que não haveria nacionalismo sem patriotismo. “A ideia de pátria remete para a de *fundação*, berço que se transmite como legado e apelo ao cumprimento de um desígnio. Assim, parece claro que a ‘nação’ é posterior à ‘pátria’, tal como o mundo criado vem depois do seu criador”. Se os conceitos não deixaram de entrecruzar-se, “a evolução da linguagem política indica que foram a ideia de pátria e o ideal de patriotismo que alentaram, ideologicamente, o movimento que, como sentimento, alicerçará a nova ideia de nação política e de Estado moderno, e não o contrário, precedência que, contudo, não invalida que este último não tenha procurado promover (sistema educativo; serviço militar; impostos; sistema judicial) um renovado patriotismo comum, isto é, um ‘patriotismo nacional’ abstrato, tendo em vista transubstanciar

sugeriam, por exemplo, quando o historiador se referia à influência estrangeira nas artes de reprodução nacionais, em especial na arte da gravura, que tentou estabelecer ao longo de décadas de estudo. “Os mitos são bons para um patriotismo cego e V. Exa. sabe [Augusto Filipe Simões] que a cegueira em assuntos de arte é completa entre nós, graças a esse mesmo patriotismo, que se deveria definir *preguiça de ideias*” (Vasconcelos, 193-: 67).

O patriotismo também se ocultava no exacerbamento desmedido quando o assunto era a idealização de uma figura em particular, como era o caso do pintor Vasco Fernandes, ou Grão-Vasco, referido como tendo tido uma grande atividade e uma imensa quantidade de trabalhos, num retrato especialmente desenhado pelo conde de Raczynski, ministro do rei da Prússia na Corte de Portugal a partir de 1842, amador da arte e das antiguidades, que se manteve no país até 1845. “Antes da viagem do diplomata prussiano havia apenas um nome vago e a tradição, também vaga, da existência de um grande pintor português chamado Grão-Vasco, que com uma atividade fabulosa, tinha pintado inúmeros quadros, espalhados por todo o país” (Vasconcelos, 193-: 74).

Com base na documentação oferecida por vários notáveis portugueses, o conde de Raczynski restabeleceu a ideia fabulosa de um grande artista, que já vinha do século XVIII, malgrado a contradição, aliás notada pelo prussiano de origem polaca, entre diversos factos e a datação provável de algumas pinturas. Sem surpresa, as grandes figuras históricas de Portugal eram apropriadas pelo poder parlamentar para compor um discurso para-erudito eficaz, a quem não era pedido que soubesse o que os amadores das artes saberiam mas apenas absorvesse e se apropriasse do que andava no ar e pudesse sugerir grandeza. “Quem foi avante nos progressos da inteligência? Pedro Nunes, Camões, João de Barros e Grão-Vasco aí estão como padrões eternos do que então progredíamos. Daí para cá também eu podia mostrar que sempre caminhámos na vanguarda dos outros povos”⁸⁸⁹; “Quisera [eu] que, por exemplo, as obras dos nossos pintores fossem tão aplaudidas como são, ainda hoje, as de Grão-Vasco”⁸⁹⁰. Os estudos posteriores a Raczynski de que Joaquim Vasconcelos se socorria tiravam, porém, conclusões bem diferentes e punham em causa a figura de um pintor notável isolado.

não só os indivíduos em cidadãos, mas também a população em ‘povo’, demarcando, em simultâneo, os ‘nacionais’ dos ‘estrangeiros’. Destarte, explica-se que tenha sido esta prática socializadora a dar conteúdo àquilo que se irá designar – sobretudo a partir das últimas décadas do século XIX – por ‘nacionalismo’” (Catroga, 2011: 16-18)

⁸⁸⁹ D. Pedro da Costa de Sousa de Macedo, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1848-4-19, diário número 15, p.11

⁸⁹⁰ Rodrigo da Fonseca Magalhães, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1855-5-11, diário número 10, p.188

“Em lugar de um único pintor, chamado Grão-Vasco, que absorveu a fama de uma série de pintores mais ou menos notáveis, temos vários artistas de grande mérito que trabalharam em diferentes pontos do país” (Vasconcelos, 193-: 80).

Mas era a conclusão que Joaquim Vasconcelos tirava das suas pesquisas que mais interessaria à discussão dos mitos e à crítica *patriótica* – como ele chamava aos eruditos pouco informados. “É isto [a existência de vários pintores] menos glorioso do que termos um único Grão-Vasco?” (Vasconcelos, 193-: 80). Em vez de uma tradição estabelecida *porque sim*, haveria uma tradição com vários núcleos e influências, cujo estabelecimento obrigava a inúmeras comparações, estudos e revisões. “A questão de uma *Escola de Viseu*, até hoje uma pequena questão provincial, transforma-se numa série de problemas em que tomam parte as províncias do Norte e as do Sul.

Assim como se prova que os quadros de Viseu foram imitados naquela cidade, com a Sé à vista, ou talvez mesmo na catedral, também se prova que as tábuas de Setúbal foram pintadas no Convento de Jesus e as da Madre de Deus à sombra da pia fundação da rainha D. Leonor, em Lisboa. Os pintores viajaram, andaram de um lado para o outro, conheceram-se e colaboraram, às vezes, na ornamentação do mesmo templo. Em lugar de *um* Grão-Vasco, mito, temos uma dúzia de individualidades, dignas de estudo e do nosso reconhecimento. (...) Que houve em Viseu um pintor célebre chamado Vasco Fernandes não há dúvida; e é provável que ali trabalhassem temporariamente outros artistas, como seus discípulos ou como colaboradores, vindos de fora; mas resumir a glória da pintura portuguesa numa única escola e dar a Viseu a honra de a haver produzido num completo isolamento – isso é inadmissível hoje, perante tantos quadros notáveis que há no país” (Vasconcelos, 193-: 121-122).

A ideia do marquês de Sousa Holstein de que os operários portugueses, como os canteiros e ourives, sabiam reproduzir com muita perfeição os modelos com que trabalhavam mas eram inaptos a realizar algum trabalho original, isto é, a ideia de que os operários tinham uma boa formação estética e uma horrível falta de formação artística, para a qual serviriam a criação de aulas e de museus que o marquês propunha, seria retomada por Ramalho Ortigão no final do século, num sentido que tinha a ver com a questão do trabalho metódico e organizado e com a realização de um inventário geral das artes, na esteira de Joaquim Vasconcelos.

Em resultado de não termos uma história geral da arte portuguesa devidamente sistematizada e integralmente documentada em cada um dos seus capítulos,

vemos grassar, não só entre o vulgo mas entre pessoas de saber, incumbidas de guiar e de reger a opinião, o erro criminoso, profundamente desmoralizante, de que somos um povo inestético, incapaz de concepções artísticas originais. (Ortigão, 2006 [1896]: 71)

Sem elementos de estudo, sem modelos, sem lição comum, como se poderia obter uma comunhão de ideal ou sentimento e, portanto, um carácter nacional, original, apto para a concorrência mercantil das indústrias? Entre o opúsculo de Sousa Holstein (1875) e o livro de Ramalho Ortigão (1896) havia talvez a diferença de o segundo responsabilizar, também, as elites cultivadas mas não havia propriamente uma novidade nos lamentos da falta de sistematização, da falta de organização e da falta de investimento na criação de condições que estivessem à altura dos grandes discursos parlamentares e das leis aprovadas.

Antes ainda da criação das academias de belas-artes, o regulamento do Museu Portuense (1833) estabeleceu um conjunto de pressupostos que servia o estudo das artes, o papel diversificado dos museus – numa lógica que os museus industriais iriam desenvolver – e, precisamente, a equação da questão da originalidade. Os painéis, estampas e livros de arte seriam colocados num local adequado e próprio para serem analisados, estudados e copiados (a casa de estudo do Museu), para qualquer objetivo que fosse; o diretor do museu poderia guiar os estudos, deixando desenvolver livremente o carácter dos estudiosos “evitando sistematicamente o estilo escolar ou amaneirado, sempre nocivo à originalidade” (Ribeiro, 1836: 16); para formar artistas capazes de produzir obras originais, os artistas deviam estudar os quadros e comparar as escolas, ler os melhores mestres e os poetas clássicos e estudar (desenhar, pintar e modelar) modelos vivos. “Então será desterrado de entre os artistas portugueses o péssimo costume de trabalharem sobre princípios puramente tradicionais, por isso que lhes é vedado o conhecimento da verdade, isto é, o estudo do nu” (Ribeiro, 1836: 16). A casa de estudo do Museu, como já se referiu, teria modelos naturais de armas antigas e modernas, vestiduras, alfaías, tecidos apropriados aos costumes “para guiar o artista na composição dos quadros históricos” (Ribeiro, 1836: 17), obras de escultura e decorações de arquitetura civil. “Este é o único método para conseguir produções de verdadeiro merecimento, por isso que derivam da própria verdade” (Ribeiro, 1836: 17). Estes artefactos viriam das coleções dos conventos extintos, na sequência da observação que o diretor do Museu, João Baptista Ribeiro, já tinha feito nesses estabelecimentos. O Museu abriria ao público entre o princípio de outubro e o princípio de abril, dois dias

por semana (às segundas e quintas-feiras) enquanto os estudiosos seriam recebidos quatro dias por semana (às terças, quartas, sextas e sábados). Para os estudantes pobres, o Museu devia fornecer papel, lápis, tintas, pincéis, panos, cavaletes, tintas, compassos e tira-linhas; os artistas podiam expor, por um período não superior a três meses, as suas obras. Destinava-se um fundo para atualizar as coleções de pintura, escultura, gravura e litografia.

O núcleo constitutivo do Museu Portuense foi consideravelmente aumentado quando João Allen resolveu vender a sua coleção particular: objetos de história natural e curiosidades; mobiliário; uma galeria de pintura com 600 quadros; esculturas; um medalheiro; uma coleção numismática; e objetos menores ([Allen; Oliveira; Vasconcelos]: 1889: 5-6). Já como museu municipal, manteve um papel de desenvolvimento das belas-artes, das ciências naturais e das artes industriais, que Joaquim Vasconcelos viu como a germinação, em 1853, de um museu como o de South-Kensington, apenas um ano depois da fundação do estabelecimento inglês.

Mas a vontade de facultar o estudo das coleções esbarrou na ausência de um gabinete de estudo; na falta de fundos para uma oficina de reproduções; ou na falta de enriquecimento das coleções e de uma política de permutas; e no abandono progressivo do museu. O Museu Portuense ficou como garantia do primeiro estabelecimento do género a ser criado no reino, com esse triplo papel de abertura à curiosidade pública, de acumulação de objetos e de lugar de formação artística, uma hibridização que o correr do século XIX se ia encarregar de esbater a favor apenas dos primeiros dois papéis, isto é, expulsando da sua lógica a componente experimental artística. O embrião do museu realizava a construção da tradição através do encontro de uma formação de belas-artes e de artes populares, parecendo fazer coincidir o interesse das classes cultas e das classes populares na emulação que os objetos ocasionavam.

Em 1875 os museus locais de arte industrial que pedia o marquês de Sousa Holstein teriam um papel destinado às classes operárias e era por isso que se referia serem baratos, pois podiam conter apenas cópias e reproduções. Será que eles cindiam a *alta* cultura e a *baixa* cultura mesmo que tivessem as cópias dos mais formosos modelos? Sim e não. Sim, porque apartavam os objetos propriamente do decoro, as riquezas, das mesas dos artífices; não, porque contavam com as escolas de instrução onde se ensinasse o desenho, junto aos museus de arte industrial, para que os artífices não perdessem o que, afinal, devia ser considerada a tradição: as origens, a compreensão da

história dos objetos. Era sombriamente que Ramalho Ortigão observava, quase no final do século XIX, essas tentativas de restituição da originalidade.

Continuando a afirmar-se que não temos sentimento artístico, desistimos por indisciplina, por ignorância, por desânimo, de transformar em indústrias de concorrência as nossas indústrias domésticas, e não negociamos com o estrangeiro nem tecidos de fantasia, tão originais como os que possuímos, nem papéis pintados derivados desses tecidos, nem a louça, nem a cestaria, nem a filigrana, imobilizada em tipos decrépitos, e da qual tão lindos efeitos se tirariam, aplicando-a em ouro a serviços de toucador, a frascos de cristal, a molduras de retratos, a encadernações de devocionários [livros de orações], etc., etc.. (Ortigão, 2006 [1896]: 84)

O ESTUDO ATURADO E A *MANIA* DA EXCECIONALIDADE

O marquês de Sousa Holstein via na melhoria da formação dos artesãos (canteiros, ourives, oleiros, marceneiros, entalhadores, etc.) as condições da industrialização dos ofícios e o dedicado caminho para a originalidade que fazia confluir, afinal de contas, com o estilo manuelino. “É evidente que melhorando os produtos nestas diferentes profissões, habilitando os nossos operários não só a copiar com a sua costumada perícia mas também a inventar, ensinando-os a ter estilo, que eles, hoje, por ignorância, desprezam quando entregues à própria inspiração; habilitando-os a perceber os admiráveis modelos da nossa arte *manuelina*, tão portuguesa e tão original, é evidente, dizemos, que muito aumentará o mercado para estes produtos” (Holstein, 1875: 14). Quando Joaquim Vasconcelos se dedicou à tentativa de revitalização do Museu Municipal do Porto, havia um dado central a considerar. “Em nosso parecer entendemos que as coleções não devem ser desmembradas, mas sim ampliadas sucessivamente, até que um dia possam desdobrar-se em outros tantos museus” ([Allen; Oliveira; Vasconcelos]: 1889: 12). E a razão dessa amálgama mantida unida era a curiosidade do visitante. “Não está ainda educada por forma que possa satisfazer-se somente com um determinado ramo das belas-artes, das artes industriais ou das ciências. Além disso, o estudo da fauna e da flora, dos produtos da indústria e das matérias-primas industriais atraindo e atraindo de preferência a curiosidade do visitante” ([Allen; Oliveira; Vasconcelos]: 1889: 31).

Se bem que a junção das coleções de artes e de ciências evocasse a composição dos gabinetes de antiguidades onde tudo poderia ser acumulado por qualquer ordem – isto é,

evocasse uma aproximação entre o gosto erudito dos antigos colecionadores e o alegado gosto popular dos visitantes de museus –, para Joaquim Vasconcelos a junção das coleções num só espaço não significava que houvesse uma confusão de secções e antes que se estabelecesse uma ordenação onde elas devessem ser limpas, mostradas e classificadas. Deveria ser estabelecida uma separação que criasse uma galeria de pinturas, gravuras e estatuária; um local para artes decorativas e industriais; uma coleção de arqueologia; um gabinete de numismática; uma coleção de etnologia e etnografia; uma coleção de história natural; e uma coleção geológica e mineralógica.

De um certo ponto de vista, o estudo aturado de todas as comparações e revisões (de documentos, de objetos), obrigava a fazer recuar a mania da exceccionalidade. Os parlamentares viam nos monumentos entes isolados onde Joaquim Vasconcelos via um feixe de influências; nesses entes isolados (Batalha, Alcobaça, Jerónimos) havia, evidentemente, uma imobilidade (eles estavam ali para serem apropriados); e havia um movimento (o da proveniência, o da significação do que eram); os parlamentares viam nos monumentos atalaias imóveis tendentes a um movimento (o de acoplar a grandeza de que seriam portadoras ao seu poder em construção) enquanto Joaquim Vasconcelos via neles um movimento tendente a uma imobilidade (o estudo em direção a uma estabilização de um contexto que explicasse o aparecimento dos monumentos tal como eles eram). Os parlamentares olhavam para eles como uma soma de imóveis isolados que podiam formar um conjunto (o conjunto dos monumentos nacionais dignos de serem falados no Parlamento) e Joaquim Vasconcelos como um conjunto digno de ser decomposto nas suas partes (por que razões apareceu o Mosteiro de Alcobaça tal como é?), ou seja, cada um como pertencendo a um conjunto – esse sim, a que podia chamar-se tradição – cujos semelhantes não estavam por perto nem eram visíveis imediatamente mas que seria preciso identificar.

Ao verificar que um monumento pertencia a uma tradição, seria quase impossível falar de exceccionalidade, mesmo que a atalaia em causa fosse o único resistente dessa tradição que tivesse restado ou ter em conta os monumentos com os quais se pudesse comparar. Referindo-se à Batalha, e tal como Joaquim Vasconcelos, também Ramalho Ortigão falava quer de uma tradição construtiva quer de uma relativização da importância do monumento, em contradição com a forma com que, nos discursos políticos, ela aparecia sempre subsumida a uma individualização, única forma de parecer garantir-se uma monumentalidade dos monumentos. “A Igreja da Batalha (...) é cronologicamente um dos últimos edifícios em estilo gótico puro construídos na Europa

e, apesar de toda a sua beleza, está, como obra de arte e como magnificência monumental, bastante abaixo de alguns outros edifícios construídos cem ou duzentos anos antes, como a catedral de Estrasburgo (1015 a 1275), Reims (1215), Amiens (1222), Colónia (1248) a Sainte-Chapelle em Paris (1248), Notre-Dame (1275), etc.” (Ortigão, 2006 [1896]: 27).

“Senhor presidente, eu creio que ninguém duvida que o Convento da Batalha é um dos grandes monumentos que talvez haja naquele género, eu ao menos não os vi melhores lá por onde transitei”⁸⁹¹; [O deputado] “via também uma verba para a restauração e conservação do edifício da Batalha. Desejava que o governo olhasse muito seriamente para a restauração desse monumento precioso da glória nacional, dessa obra-prima da arquitetura”⁸⁹²; “Nas breves considerações que acaba de fazer o senhor Tomás Ribeiro, chamou Sua Exa. a atenção do governo para aqueles edifícios que são, por assim dizer, os representantes das glórias nacionais; chamou a atenção para o Mosteiro da Batalha, para o de Alcobaça e para todos aqueles em que a arte portuguesa está representada e que Sua Exa. melhor do que ninguém aprecia”⁸⁹³. “O mais superficial exame aos edifícios anteriores à Batalha manifesta de modo mais evidente que não tínhamos nem escola, nem tradições nem tendências de que procedesse um artista como que delineou e construiu a Igreja da Batalha” (Ortigão, 2006 [1896]: 30).

Para além de uma imobilidade tendente a um movimento, os parlamentares viam nos monumentos uma urgência (é preciso fazer qualquer coisa) enquanto Joaquim Vasconcelos, do trânsito de um movimento tendente a uma imobilidade, via a instalação de uma demora. “Faço uma reimpressão fiel para determinar o que me pertence na investigação histórica dos 40 anos passados de 1870 até hoje (nota de 1913)” (Vasconcelos, 193-: 72). Essa dualidade bastante óbvia entre tempo urgente e tempo longo estruturava a forma como se falava de monumentos: quando os parlamentares falavam de monumentos falavam da necessidade de tomar uma decisão (é preciso reparar a Batalha), falavam do seu poder enquanto evocavam o monumento; quando Joaquim Vasconcelos falava de monumentos falava da necessidade de entender (é

⁸⁹¹ José Fortunato Ferreira de Castro, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1839-5-1, diário número 92, p.324. O deputado estaria a referir-se ao período que passou em Inglaterra, durante o reinado de D. Miguel

⁸⁹² José Silvestre Ribeiro, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1855-6-9, diário número 7, p.724

⁸⁹³ Augusto Saraiva de Carvalho, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1880-2-25, diário número 34, p.601

preciso perceber de onde vem a Batalha), falava também do seu poder mas de um poder de entendimento.

A INSTRUÇÃO DAS ARTES E OFÍCIOS E O VALOR DE TROCA

O poder de decisão política devia exercer-se rapidamente, o poder da necessidade de entender exercia-se lentamente. Joaquim Vasconcelos não deixou, ainda, de falar dos abastecedores de Raczyński, que o habilitaram a construir as teorias com que marcou a história da arte portuguesa nos anos 40 do século XIX. “Sem a ciência e a erudição histórica de homens como [Alexandre] Herculano, Vasco Pinto de Balsemão [que foi bibliotecário-mor da Biblioteca Nacional] Cunha Rivara [Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara, professor e bibliotecário da Biblioteca Pública de Évora], o visconde de Juromenha [João António de Lemos Pereira de Lacerda, segundo visconde de Juromenha e investigador de antiguidades], Oliveira Berardo [padre José de Oliveira Berardo, reitor do Liceu Nacional de Viseu] e outros, nunca os trabalhos do conde teriam adquirido a importância que tiveram e que ainda hoje têm” (Vasconcelos, 193-: 74), pois lhe facultaram importantes livros impressos, documentos dos arquivos nacionais e de bibliotecas públicas e particulares. As questões da instrução popular estiveram ligadas, intimamente, ao que poderia chamar-se uma tentativa de construção de uma *tradição* através do desenvolvimento das artes e ofícios e do estudo das suas proveniências, em que os valores de troca e não de entesouramento, de movimento e não de perenidade, eram centrais. “As indústrias são mil, cada uma tem condições especiais de desenvolvimento, cada uma tem sua história; mas essa história não está estudada entre nós; a tradição não pode pois falar, e como ela não fala, não se conhecem as condições em que as indústrias floresceram entre nós” (Vasconcelos, 1879: xix). Ao considerar a importância do passado, Alexandre Herculano não tinha dito uma coisa diferente. “Sem a verdade dos costumes as produções artísticas são falsas” (Herculano, 1884: 44).

Sob a ideia de que “o povo ainda é hoje o nosso maior artista” (Sociedade de Instrução do Porto, 1882c: 133), a Sociedade de Instrução do Porto organizou em abril de 1882 uma exposição dos trabalhos mecânicos feitos por curiosos e das indústrias caseiras que se tinham conservado como trabalho nuclear das famílias. A exposição dividiu-se em trabalhos modernos (de carpintaria, marcenaria, pintura, pintura decorativa, escultura,

desenho decorativo, gravura em madeira, tecidos, bordados, rendas e tapeçarias, trabalhos em vime, palha, modelos e padrões de vestuário) e indústria popular (escultura em madeira – mobiliário doméstico, instrumentos de trabalho –, tecidos e trajes e costumes das províncias).

As confecções como resultado de um trabalho que era a origem de indústrias tradicionais muito antigas devia chamar a atenção dos poderes (Estado, municípios). Esse trabalho “requer instrução, exercício bem regulado, bons modelos, que se vão buscar a um enorme material, acumulado pela ciência humana durante séculos em livros, quadros, estampas, em bibliotecas, galerias e museus” (Sociedade de Instrução do Porto, 1882c: 133). A afamada originalidade importada de França, Inglaterra ou Alemanha radicava em ideias antigas ressuscitadas, em motivos imitados e em processos técnicos esquecidos.

“Por isso repetimos, ensino e estudo perseverante é o que nos falta, porque as aptidões patenteiam-se aqui e acolá, isoladamente, todos os dias, mas ou definham e morrem por falta de alimento apropriado ou vegetam por aí, ao acaso, como documento da nossa incúria” (Sociedade de Instrução do Porto, 1882c: 133). Buscar o fio das tradições, envolver as forças latentes e criar a consciência da fé no próprio engenho, como se afirmava no texto explicativo da exposição, era o objetivo dessa mostra para o qual as coleções dos museus e as reproduções de objetos serviam de poderoso auxiliar. Na exposição de trabalhos mecânicos e das indústrias caseiras, os objetos expostos eram acompanhados do nome do expositor, do autor, da sua residência, do nome e matéria do objeto, do processo de fabrico, da localidade onde foi feito, da indicação sobre se a matéria e o processo eram nacionais ou estrangeiros, tudo se destinando à melhor informação por parte do público.

O MODELO DE SALICIS DE INSTRUÇÃO E APRENDIZAGEM DOS OPERÁRIOS

Joaquim Vasconcelos falava sobre a necessidade de instaurar uma sólida aprendizagem através da ordem e método científico na oficina apontando a falta de uma boa aprendizagem como a principal causa da decadência da indústria portuguesa. “Proclamada a liberdade de indústria, a antiga organização da oficina e da aprendizagem caiu por terra” (Vasconcelos, 1882a: 49). Se se haviam suprimido os

privilégios do antigo sistema de mesteres, também tinham sido suprimidos a graduação obrigatória da aprendizagem e os exames de capacidade. Nem os conservatórios de artes e ofícios nem os institutos industriais tinham resolvido o problema, além de serem fatores de distúrbio a má organização do ensino elementar e as dificuldades de organização do ensino profissional. Em relação a este, o historiador considerava premente, com base em exemplos estrangeiros, a revitalização das indústrias tradicionais segundo especialidades locais, capazes de conservar as aptidões técnicas e tradicionais dos operários, que eram “a manifestação do génio popular nacional” (Vasconcelos, 1882a: 51).

Entre as muitas intervenções de Joaquim Vasconcelos, o historiador publicou a tradução de um trabalho do francês Gustave-Adolphe Salicis, *Ensino primário e aprendizagem*, na revista da Sociedade de Instrução do Porto, para discutir publicamente as questões de combinação possível do ensino primário com o ensino técnico elementar e a reorganização do ensino técnico nas indústrias. O texto desenhava uma ampla reflexão sobre o destino escolar da grande massa da população francesa, aquela que ganhava a vida pelo trabalho quotidiano, num futuro próximo lidando com materiais como a pedra, a madeira ou os metais. Para esta “classe incerta” não parecia haver acesso a uma instrução “verdadeiramente racional e imediatamente útil” mas uma “disposição para a sonolência do espírito e inércia da mão”. Temia-se mesmo o engrossar de um enxame de pequenos burocratas, “desertores involuntários do trabalho real” (Salicis, 1881: 126). Partia da questão dos objetivos do ensino dado pelo Estado “numa nação cujos cidadãos são por igual eleitores e admitidos a todos os empregos, a todas as posições (...) O fim é, como todos devem convir, acordar por meios iguais, primeiro o espírito e a moral de todos e depois desenvolver as inteligências, o vigor, as aptidões, as atividades individuais, por meios adequados, isto é, que são combinados desde logo segundo a futura aplicação provável dessas qualidades” (Salicis, 1881: 21-22).

Tal como tantos dos antecessores, incluindo muitos deputados, defendia que os maiores esforços deviam ser concentrados na instrução elementar, visto a escola ser um organismo cujos efeitos se propagavam pelos vários graus de ensino. “Qual é o destino da grande maioria das crianças da classe operária? – o *trabalho manual*, nobilitado, sem dúvida, e constantemente aperfeiçoado pela cultura da inteligência, mas classificado em suma: *trabalho manual*” (Salicis, 1881: 105). Considerava fundamentais o apuramento contínuo das habilidades oficinais, a coincidência do ofício com um gosto e a invenção como forma exploratória. “Como preparamos a criança a um futuro cheio de trabalho,

que exige forças, destreza, o aperfeiçoamento de aptidões, por tanto, uma iniciação e instigação prévia, que requer enfim até espírito inventivo?” (Salicis, 1881: 105).

Na verdade, fazia coincidir o que poderia ser notado de forma dividida, o trabalho operário na medida do trabalho artístico, concordância que só podia ocorrer pelo seu estudo em busca de uma definição de *tradição*. “Como se cria no operário o gosto do trabalho, em si, como sucede com o verdadeiro artista que faz a arte por amor da arte?” (Salicis, 1881: 105), sendo certo que punha a sua convicção no ensino da arte aplicada à indústria, regeneração possível das condições de trabalho técnico, manual e dos ofícios. Tomando o caso francês de forma detalhada – nação que, sem dúvida, não estaria entre as primeiras na ordem da instrução, e uma escola particular como modelo, a *Escola da rua Tournefort* – defendia-se, em 10 artigos publicados na revista da Sociedade de Instrução do Porto, que o meio adequado para completar a instrução da classe operária era aumentar a verba do orçamento para o ensino popular, realçando que a maioria das famílias operárias estavam expostas aos perigos de uma desmoralização precoce pelo abandono sistemático dos poderes. A escola recebia as crianças pelos seis anos, reconhecendo o seu diferente estado intelectual. “Uns não passaram pela sala de asilo⁸⁹⁴ e ignoram completamente o alfabeto; outros começam a soletrar; outros enfim sabem ler quase e os melhores leem, escrevem e contam correntemente” (Salicis, 1881: 64).

A parte mais defeituosa do ensino elementar seria a observância desta heterogeneidade e a falta de mestres. Nas escolas urbanas, o mestre ou a mestra lidava com cem crianças das 9h às 16h, falando alto para se fazer ouvir, tomando talvez o grupo homogêneo de 20 dessas cem, abandonando as outras 80, que seriam ajudadas por auxiliares. Nas escolas rurais, só havia um mestre-escola e nada de auxiliares; no ensino médio, a que chegavam as crianças entre os nove e os 11 anos, a heterogeneidade desaparecia ou era atenuada por um efeito de exclusão. “Não admitem aí senão aqueles que têm a instrução necessária. O mestre, que a dirige, tem já mais experiência; os ouvintes representam, numericamente, metade da massa e entram para a classe mais disciplinados no estudo”; nas classes superiores havia ainda menos alunos e mais afeitos aos hábitos escolares. As

⁸⁹⁴ As casas de asilo de infância desvalida foram instituídas em Portugal após 1834, com forte inspiração francesa, e eram destinadas a crianças de famílias pobres ou indigentes, em idade pré-escolar; tinham uma função de escolas de primeiras letras, incluindo “no currículo atividades educativas, manuais ou artísticas e de educação social”. A primeira associação educacional e caritativa criada em Portugal no termo da guerra civil não tinha referência no nome às Casas de Asilo: chamava-se Sociedade Promotora das Escolas da Infância, Sociedade Promotora das Escolas Gratuitas ou de Primeira Infância Desvalida (Fernandes, 2000: 89-114)

crianças saíam das escolas entre os 12 e os 14 anos, continuando a instrução os jovens remediados por mais dez anos e cessando, de repente, a tutela nacional para os outros.

“A família do operário encontra-se em face de uma situação falsa, em todo o sentido; falsa pela necessidade de providenciar *imediatamente* acerca do futuro de seus filhos; falsa pela impossibilidade em que se acha de tomar uma resolução razoável ou de tomar mesmo qualquer resolução; falsa enfim pela incapacidade absoluta da criança para entrar num ofício qualquer” (Salicis, 1881: 66). Os filhos dos operários tenderiam a escolher o ofício que aparecesse, desligado dos estudos, privilegiando a aprendizagem que rendesse mais em menos tempo (sapateiro, pasteleiro, ajudante na taberna). Chegariam aos 20 anos trabalhando porque era preciso, poucos exercendo o ofício com satisfação.

A instrução necessária até aos 13-14 anos para quem tivesse de viver do seu salário a seguir seria: leitura corrente, escrita legível, ortografia mediana, aplicação razoável das quatro operações e redução à unidade nos problemas usuais, conhecimento do sistema métrico, avaliação das linhas, superfícies e volumes, instrução religiosa segundo o respetivo culto e ensino da moral. “Junte-se a isto frequentes *lições de cousas*, leitura instrutiva, recitação de episódios históricos bem escolhidos, que ajudem a fixar e a graduar as grandes épocas; explicações geográficas muito sumárias” (Salicis, 1881: 130). A aquisição propriamente profissional, até aos 12 anos, para os aprendizes da construção urbana seriam: conhecimentos sobre a ação do fogo e da água sobre os metais e como estes se derretem e se temperam sob a sua influência; como se prepara o cal e o cimento; o que é um torno; como se faz uma espiga simples e o seu encaixe; como se fabrica um prego e se bate o prego; para o sexo feminino: ensinar a fazer meia, emendá-la, embainhar, processos de passar e repassar (Salicis, 1881: 358). E uma graduação das matérias rezaria assim:

- 1- Continuação do ensino escolar atual, modificado; conservação dos exames que dão direito, pelo *satisfecit*, ao atestado dos estudos primários;
- 2- Estudo e manipulação das matérias-primas;
- 3- Desenho pelo relevo, modelação, moldagem, escultura em pedra mole, em mármore e em madeira: Desenho gráfico e aguadas;
- 4- Prática dos processos e instrumentos principais, trabalho na banca, no torno, na forja, no tornilho – primeira especialização, quando a aprendizagem é feita com a mira numa indústria especial;
- 5- Ensino técnico geral e especialização, em caso necessário, de uma parte deste ensino – escrituração comercial, geografia industrial e comercial, primeiros elementos de economia;

- 6- Levantamento, com regra e compasso, de uma peça executada ou de uma máquina simples – traçado de um desenho geométrico numa escala determinada – esboço ou desenho a olho com anotação das cotas; depois, reciprocamente: execução do traçado ou do esboço;
- 7- Invenção, traçado e execução de projetos simples;
- 8- Moral – Deveres dos homens – a criança, o homem que vive do seu trabalho, o homem que vive dos seus haveres, o homem nas relações com os seus semelhantes, o chefe de família, o cidadão, a pátria;
- 9- Os costumes. A ordem na própria pessoa, a ordem nos instrumentos, no trabalho, na oficina, na escrituração, a ordem no espírito e, portanto, no comportamento. (Salicis, 1881: 382-383)

O acabamento indispensável desta reforma seria um ensino complementar superior. “A sua benéfica influência é incontestável; o horizonte intelectual do operário alargar-se-ia bastante; os seus costumes melhorariam, ao passo que o seu espírito se aproximaria do meio em que se alimenta a parte mais favorecida da nação. Esta última série de estudos representaria para a *elite* da imensa população que vive do seu jornal diário, o alimento equivalente ao do ensino superior, como hoje é dado nas faculdades especiais das universidades” (Salicis, 1882: 77). Eis como se via a organização do ensino para a população operária (rapazes e raparigas) e para o que Gustave-Adolphe Salicis chamava a população “remediada” (apenas rapazes):

QUADRO 3. O ENSINO PARA AS CLASSES POBRES E “REMEDIADAS”, SEGUNDO GUSTAVE-ADOLPHE SALICIS

| População remediada (rapazes) | População operária (rapazes e raparigas) |
|---|--|
| 3 aos 6 anos – Educação na família ou nas escolas retribuídas | 3 aos 6 anos - Sala de asilo |
| ENSINO PRIMÁRIO | ENSINO PRIMÁRIO |
| 6 aos 8 anos – Ensino primário, família, escola particular, <i>pension</i> , colégio | 6 aos 9 anos – Curso primário elementar, sendo necessário reduzir o número de alunos das classes |
| 8 aos 13 anos – Continuação – classes de gramática preparatórias para o ensino secundário | 9 aos 11 anos – Curso primário médio |
| | 11 aos 13 anos – Curso primário superior para as crianças que não se destinam a operários |
| | 11 aos 15 anos – Aprendizagem escolar para os futuros operários |
| ENSINO SECUNDÁRIO | ENSINO SECUNDÁRIO PARA OS TRABALHADORES |

| | |
|---|--|
| 13 aos 17 anos – Escolas municipais superiores (tipo Turgot) | Escolas noturnas obrigatórias |
| 17 aos 18 anos – <i>Baccalauréats</i> (um certo número entra no escritório) | 13 aos 18 anos – Empregados. Modos de vida sem ofício propriamente dito (complemento do ensino precedente: línguas vivas) |
| 17 aos 20 anos – Escolas do governo (preparação para a carreira administrativa) | 15 aos 18 anos – Operários de ofício (complemento do ensino profissional: línguas vivas) |
| | Escola noturna primária, obrigatória para os menores analfabetos de 15 a 21 anos, facultativa para os maiores de idade |
| ENSINO SUPERIOR | ENSINO SUPERIOR PARA OS TRABALHADORES |
| 18 aos 25 anos – Cursos superiores diversos | Escolas noturnas obrigatórias |
| | 18 aos 21 anos – Desenvolvimento das matérias precedentes, principalmente sob o ponto de vista da economia social, da higiene, do direito civil e comercial, das diferentes geografias e das línguas vivas; cursos de artes, de literatura e de ciências, consideradas pelo triplice ponto de vista da vulgarização, da formação do gosto e da utilidade |

Fonte: Gustave-Adolphe Salicis [Joaquim Vasconcelos (trad.)], O ensino primário e a aprendizagem nos ofícios (8.º artigo) In *Revista da Sociedade de Instrução do Porto*. Ano II (2), 1 de fevereiro de 1882, Porto: Tipografia Ocidental, p.78

A tradução do texto era tudo menos casual, pois Joaquim Vasconcelos considerava haver uma ligação íntima entre a doutrina do texto francês e a situação portuguesa, até em termos históricos. “Os nossos artífices dos séculos XV e XVI foram aprender a sua pedagogia nos estatutos franceses” (Vasconcelos, 1882b: 399), além de que a leitura do texto devia servir de base à discussão sobre a organização do ensino técnico da oficina (ensino profissional).

Operários munidos da instrução suficiente, reunindo eventualmente os três elementos da “fecunda trilogia económica”, o capital, a inteligência e o trabalho (Salicis, 1882: 260), hábeis tecnicamente e esforçados por formação, encaminhar-se-iam para esse sonho de classes eruditas, a da *emancipação* do proletariado. “Palavra citada com uma prodigalidade perigosa, palavra tão malsoante a um grande número de ouvidos, mas que, tomada no sentido que lhe damos, encontra o seu lugar natural, pacífico, no plano da educação moderna do homem” (Salicis, 1882: 259).

Aos operários citadinos ninguém tinha exposto, com ideias claras, as condições da sua existência; ganhavam um pequeno salário, apenas para as necessidades básicas; já

tinham experimentado a “semi-vadiagem imposta” (Salicis, 1882: 260) pelas circunstâncias; os jovens casariam e reproduziriam a miséria já sua conhecida se os filhos se não encaminhassem para a escola e se o ensino primário se não pudesse completar com uma aprendizagem de ofícios; as raparigas da sua classe não tinham, em geral, nenhum modo de vida definido e tinham pouco gosto pelo trabalho.

Não estava longe, nesta esperança de ocupar os proletários em funções produtivas através do poder da educação, a evocação no Parlamento de António Bernardo da Costa Cabral, ao dizer em 1843 que a instrução faria desaparecer o número assustador de proletários sem emprego certo, capazes de alterar a ordem estabelecida a qualquer momento.

CRENÇA NA INDÚSTRIA E OCASO DOS MUSEUS TRANSACIONÁVEIS

A fé no ensino industrial e na emancipação das classes operárias através da riqueza produzida era partilhada no Parlamento, como o deputado Bernardino Machado exemplificava, quando fez alusão ao encerramento da *Exposição distrital de Coimbra*, para explicar o que considerava ser a influência das técnicas nas relações laborais. Parecia-lhe que o que se estava a deslocar, com a criação das escolas de desenho, escolas industriais e museus industriais, era uma prática do ensino invadindo o lugar do trabalho, uma prática de ensinar o trabalho.

Depois de séculos de aplicação, os artífices precisavam de aprender a laborar porque estava a perder-se a conexão a uma certa intimidade com o mestre. Transformações nas relações de trabalho tinham, talvez, ocasionado que aos mestres (de oficinas, de ofícios) lhes faltasse tempo para transmitir o seu saber enquanto os processos técnicos dividiam o trabalho e o especializavam e os trabalhadores se afastavam dos mestres e das artes. Mas como essa especialização era, também, simplificação, já se adivinhava que o trabalhador ficaria numa outra dependência, a da aprendizagem institucional através da escolarização. “A oficina diferenciou-se, deixou de ser educativa? Coloque-se-lhe ao lado a escola. O trabalho parcelou-se? Instrua-se o operário para que seja capaz de o simplificar ainda mais, de o simplificar tanto que logre substituir o seu braço pela máquina”⁸⁹⁵. Num sentido, Bernardino Machado acreditava na potencialidade das

⁸⁹⁵ Bernardino Luís Machado Guimarães, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1884-3-22, diário número 44, p.810

indústrias de uma forma semelhante à da de Vasconcelos. “Não é pela intensiva cultura excecional de alguns privilegiados que o mundo mais há de prosperar; mas pelo crescente alargamento do bem-estar do maior número!” (Machado, 1897: 118). O deputado aludia à indústria como desenvolvedora de faculdades diversas dos homens. Ciência, arte e indústria – às quais se podia chamar indiferentemente instrução – desenvolviam as capacidades dos seres humanos. “Ciência é o exercício das faculdades que tem por fim o desenvolvimento intelectual; arte o que tem por fim o desenvolvimento emotivo; indústria o que tem por fim o desenvolvimento sensitivo-motor” (Machado, 1897: 104).

No preâmbulo de um projeto de lei destinado a conceder um terreno à Sociedade para a instalação das suas atividades, Bernardino Machado realçou o cumprimento de um papel absolutamente vital, ligado na sua génese à criação dos museus industriais, a constituição de coleções permanentes – que devia ser entendido a par da necessidade de criação de um inventário objetos ou de monumentos e que se cumpria, pelo menos relativamente ao dos objetos, ao mesmo tempo. “E [a Sociedade de Instrução do Porto], não contente ainda de ter ministrado as noções das coisas e dos ofícios nas suas exposições e as noções não menos úteis dos homens e do civismo nas suas comemorações; entendendo que importava tornar permanentes as exposições acumulou coleções científicas, coleções artísticas e industriais e coleções pedagógicas às quais só falta casa para constituírem um magnífico museu” (Machado, 1888: 134). Mesmo enfrentando as dificuldades da falta de instalações condignas, os museus pareciam solidamente instituídos pela perenidade da própria troca e venda como instigadora de desenvolvimento, pelo desempenho educativo que deviam ter, pelo cuidado em servir o público ou mesmo pelas várias exposições agrícolas e industriais que se realizaram. O Museu Industrial e Comercial do Porto, inaugurado em 1886, dificilmente encontraria um melhor zelador na pessoa do conservador Joaquim Vasconcelos.

Mas todo esse movimento museológico, que teve origem na criação do Conservatório de Artes e Ofícios de Lisboa (1836), em que se previa a mostra em salas públicas de exposição geral dos artefactos, de modelos, desenhos e descrições dos produtos da indústria portuguesa que fosse possível conservar, e do Conservatório Portuense de Artes e Ofícios (1837), acabou em 1899 com uma declaração formal de impotência que invocava como razões o insucesso pedagógico e mesmo a organização de exposições, como se a exibição de exposições permanentes nas duas maiores cidades devesse esgotar as ocasiões em que industriais, comerciantes e particulares devessem expor os

seus artigos. “A necessidade que houve de se realizarem exposições industriais, já em Lisboa e Porto, já em outras terras do país e em diversos anos após a instalação desses museus, afigura-se-me a prova eloquente de que o nosso meio carece e reclama outros estímulos para a sua atenção, do que lhe pode promover a exposição permanente nos referidos estabelecimentos”⁸⁹⁶.

EMERGÊNCIA DO MUSEU NACIONAL DE LISBOA

Os museus industriais e comerciais, os museus de troca e venda, os museus pedagógicos ligados ao ensino das indústrias, que colocavam o comércio como ponto forte, tornaram-se obsoletos na mesma altura em que os museus nacionais somente retrospectivos ganhavam terreno e se afirmavam. Um movimento não deveria ser visto sem o outro. Os museus enquanto locais de troca de produtos e de experiências, e enquanto tal com fundamentos didáticos, encerraram com o fim do século para reluzirem a partir de então mais acentuadamente os museus que privilegiavam o entesouramento como lógica. Na verdade, a posse de uma coleção – e não a possibilidade da sua troca constante e da sua deambulação – tornou-se numa forma de afirmação e glorificação dos espaços museológicos.

Os *museus de troca* foram preteridos em benefício dos *museus de entesouramento*. E o entesouramento era uma lógica, claramente não das classes fabris nem dos operários de artes e ofícios, que não tinham o que entesourar, mas da herança dos possuidores de coleções de antiguidades e de gabinetes de curiosidades. Foi essa herança que se forjou nos novos museus nacionais, aos quais se impôs o papel de mostrarem mas não de trocarem, de exibirem mas não de ensinarem nem de formarem artistas e, ainda assim, com a função de representarem a coletividade, o povo, e fazerem o esforço por demonstrar como isso poderia ser educativo.

A função de representação do povo seria particularmente enfatizada no *Plano orgânico dos serviços de monumentos nacionais* (1898), que reconhecia ser dever das nações civilizadas conservar os monumentos nacionais que tivessem valor de antiguidade, que representassem tradições e factos históricos, que recordassem gloriosas epopeias ou

⁸⁹⁶ Decreto de 23 de dezembro criando junto da Secretaria de Estado das Obras Públicas, Comércio e Indústria uma comissão permanente denominada Comissão Superior de Exposições, *Coleção oficial da legislação portuguesa. Ano de 1899*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1900, p.817

manifestassem as faculdades estéticas nacionais de todos os “padrões eloquentes que simbolizam o espírito e o trabalho populares”⁸⁹⁷, se bem que, como se referiu, o mesmo povo não aparecia como estando preparado para a proteção das manifestações de arte e dos padrões da glória (“Nem a nossa legislação civil nos permite ir mais além nem o espírito do nosso povo está ainda suficientemente preparado para aceitar bem providências deste género”)⁸⁹⁸.

Outra questão relevante foi a agilidade com que as escolas, de desenho industrial, escolas industriais e outras, puderam manusear a recriação e a troca de objetos da herança cultural, agilidade contrastante com a demora, as hesitações e a ausência de um centro gravitacional que fizesse o mesmo para que essa herança tivesse um catálogo oficial de objetos e de monumentos. Muitos inventários se estavam a fazer, como era o caso do do museu da Sociedade de Instrução do Porto mas o *inventário geral*, reconhecido pelos poderes como nacional, demorava a construir-se. Significativamente, a predominância dos museus de entesouramento, de que o exemplo maior foi o Museu Nacional de Lisboa (Figura 10), exprimiu a permanência de um decoro real, herdado pelo Parlamento, quando o decoro real estava em trânsito. O Museu Nacional de Belas-Artes (ou Museu Real de Belas-Artes e Arqueologia), finalmente aberto em 12 de junho de 1884, foi o resultado de um sonho acalentado do poder monárquico (cumprido custosamente pelo poder parlamentar), tal como o Museu Portuense, que tinha sido criado por vontade real, como foi referido.

Uma portaria de 11 de Abril de 1833 do Ministério do Reino dava conta da intenção de o rei D. Pedro IV querer estabelecer um museu de pinturas e estampas no Porto. Seguiram-se as ordens para que João Baptista Ribeiro, nomeado diretor interino, pudesse averiguar o que havia de valor nos conventos abandonados e nas casas sequestradas e abandonadas pelos partidários de D. Miguel e desse conhecimento ao rei; e, entre outras ações, trabalhasse na realização de um projeto de regulamento para o museu, ainda em 1833. A 28 de julho de 1834, o museu, instalado no ex-Convento de Santo António da Cidade, foi visitado pelo monarca, com 200 painéis colocados (e outros tantos por colocar). No entanto deu-se a morte de D. Pedro IV e o museu caiu

⁸⁹⁷ Decreto de 9 de Dezembro de 1898 aprovando o plano orgânico dos serviços destinados à classificação, conservação e restauração dos monumentos nacionais, *Coleção oficial de legislação portuguesa, ano de 1898*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1899, p.923

⁸⁹⁸ Decreto de 30 de dezembro de 1901 aprovando as bases para a classificação dos monumentos nacionais e bens mobiliários de valor, as quais vão apenas ao presente decreto, *Coleção oficial de legislação portuguesa, ano de 1902*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1903, Suplemento à coleção de legislação portuguesa, ano de 1901, p.1436

num impasse até serem retomados os trabalhos para a sua instalação, sob as ordens régias de D. Maria, que sucedeu no trono ao pai, D. Pedro IV.

João Baptista Ribeiro assinalou o que a criação significava em termos de um ‘começo’: “Dignou-se aprovar os estatutos da Associação Portuense, denominada dos *Amigos das Artes*, declarando-se sua protetora, visto ser o primeiro estabelecimento de tal qualidade organizado em Portugal, facultando à mesma associação a licença que pediu para fazer as suas sessões no edifício do Ateneu D. Pedro. Este documento da digna filha do Libertador dos portuenses há de figurar radioso na história das belas-artes, por ser a primeira vez que em Portugal se vê tamanho alento dado a estas aplicações desvalidas e até quase aviltadas. Este só facto basta para distinguir o atual governo português” (Ribeiro, 1836: 10).

O decreto de criação do Museu Portuense (Museu de pinturas, estampas e outros objetos de belas-artes) era taxativo quanto à vontade real implicada como grande motor do seu aparecimento. “Tendo a consideração a que meu Augusto Pai, de saudosa memória, levado do desejo de promover a civilização dos portugueses, difundir o gosto do belo, e proporcionar todos os meios de auxiliar a instrução pública, criar na cidade do Porto, entre as fadigas da guerra, um Museu de Pinturas, estampas e outros objetos de belas-artes; e querendo eu [D. Maria] assegurar a existência de tão útil estabelecimento e fazendo-lhe os possíveis melhoramentos, determinar interinamente os vencimentos de seus atuais empregados, bem como a quantia indispensável para o seu custeamento; Hei por bem decretar o seguinte: Artigo 1.º Fica subsistindo na antiga, muito nobre e sempre leal cidade do Porto o Museu de Pinturas, Estampas e outros objetos de belas-artes, que ali se acha organizado por meu Augusto Pai, de saudosa memória”⁸⁹⁹. Embora muito diferido no tempo em relação ao Museu Portuense, o Museu Nacional transportava a mesma vontade régia, tendo havido sempre a percepção de que a sua abertura era o culminar de um longo processo⁹⁰⁰, no qual o desejo de D. Pedro IV foi decisivo⁹⁰¹. Esse

⁸⁹⁹ Decreto de 12 de setembro de 1836 – Museu de Pinturas, Estampas e outros objetos de belas-artes na cidade do Porto, *Coleção de leis e outros documentos oficiais publicados desde 10 de setembro até 31 de dezembro de 1836. VI Série*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1837, p.2

⁹⁰⁰ “A ideia de dotar o país com um Museu de Belas Artes é mais antiga do que em geral se supõe; desde longo tempo que os artistas nutriam esse desejo; e a Academia [de Belas-Artes] desde a sua fundação teve logo, como uma das mais importantes atribuições, a missão de arrecadar e exercer vigilância sobre as relíquias de arte e arqueologia, e de salvar quantas pudesse da ruína e da dispersão, fatais em um país, entre cujos elementos de educação escassejavam [*sic*] (e ainda hoje não abundam) os conhecimentos artísticos” (Congresso pedagógico hispano-português-americano, 1892: 3); “Parecia chegar ao fim [em 1884] a longevidade da pretensão de criar um museu nacional de arte em Portugal, que percorreu quase todo o século XIX” (Martins, 2017: 29)

processo desenhava-se na sequência da organização dos salvados dos conventos masculinos extintos em 1834.

⁹⁰¹ “D. Pedro IV, em abril de 1833, ordenou a fundação, na cidade do Porto, de um museu de ‘pinturas, estampas e outros objetos de Belas Artes’, o primeiro museu público de arte do país, cuja direção entregou ao artista João Baptista Ribeiro (1790-1868). Almejava, ainda, criar um Museu Nacional de Belas-Artes, em Lisboa, e vários museus regionais, projetos que a morte o impediria de concretizar, mas que seriam, em parte, continuados pela sua filha, D. Maria II, com o apoio do ‘primeiro pintor da Real Câmara e Corte’, Joaquim Rafael (1783-1864).” (Soares; Rodrigues, 2016: 305).

“D. Pedro IV esteve no Brasil até 1831 e depois do envolvimento nas guerras liberais, poucos anos lhe sobraram até que a tuberculose lhe roubasse a vida, a 24 de setembro de 1834. Não assistiu à instalação do DLEC [Depósito das Livrarias dos Extintos Conventos], não acompanhou o Museu Portuense, não teve oportunidade de ver o Mosteiro de Santa Maria de Belém restaurado, como pretendia. Porém, deixou de herança à rainha D. Maria uma singular sensibilidade artística e um ambicioso projeto educativo e de valorização dos testemunhos da identidade nacional que coube a esta concretizar e desenvolver. A este propósito refira-se a ideia de criação de um Museu Nacional de Belas-Artes, os restauros de pintura encomendados a André Monteiro da Cruz, a legislação que procura obstar à especulação e à consequente venda de obras de arte para o estrangeiro. Tratam-se de medidas que decorrem claramente das sementes lançadas pelo seu predecessor, tendo sido tomadas, no ano de 1835, antes ainda do casamento da rainha com D. Fernando II” (Soares; Rodrigues, 2011: 357)



Figura 10. Vista exterior do Museu de Belas-Artes de Lisboa. O muito acarinhado pelas elites Museu de Lisboa, inaugurado em 1884, teve origem na vontade expressa pelos reis, tal como o Museu Portuense. Ao contrário do do Porto, foi cumprido custosa e demoradamente pelo poder parlamentar. O Museu de Lisboa já não era então um museu de arte e indústria ou que ligasse os ensinamentos artístico e industrial, como tinha sido definido em 1876, cumprindo doravante um papel mais de contemplação e de recreio e menos de ensinamento

(Fonte: *O Ocidente. Revista Ilustrada de Portugal e do Estrangeiro*, 11 de fevereiro de 1882, Volume V (113), p. 36)

O PAPEL ARRECADADOR DO DEPÓSITO DAS LIVRARIAS DOS EXTINTOS CONVENTOS

À Junta do Exame do Estado Atual e Melhoramento Temporal das Ordens Religiosas (entidade criada em 1789 para conduzir uma reforma das ordens religiosas), tinha sido ordenado em 1834 que remetesse à Real Biblioteca Pública da Corte, a funcionar no Terreiro do Paço, uma relação dos conventos extintos para que pudessem recolher-se as livrarias dos conventos.

Competiria à Real Biblioteca centralizar a arrecadação das bibliotecas conventuais (Barata, 2003: 30), num processo que tinha começado antes da extinção das próprias ordens e que, nomeadamente em relação ao Convento de Alcobaça, cujo saque foi descrito no capítulo 2, fez remeter 28 caixotes e manuscritos dele provenientes para a Real Biblioteca. O encarregado da direção da Real Biblioteca fez uma exposição no sentido de criar um depósito geral das livrarias sequestradas aos ‘rebeldes’ (os partidários de D. Miguel, na sequência da guerra civil) e dos conventos suprimidos, à medida que ia recebendo espécimes de diversos locais.

Em outubro de 1834, o guarda-mor António Nunes de Carvalho foi encarregado de organizar o Depósito das livrarias, cartórios, pinturas e outras preciosidades literárias e científicas dos extintos conventos de Lisboa e da província da Estremadura, instituindo-se o estabelecimento que viria a chamar-se Depósito das Livrarias dos Extintos Conventos. Após várias hipóteses descartadas, entendeu sedear-se esse Depósito no Convento de São Francisco da Cidade.

Só a reunião das livrarias públicas de Lisboa compreendia os fundos da Real Biblioteca Pública da Corte, das extintas Junta do Comércio e da Sociedade Marítima da Academia dos Guardas-Marinhas, do Colégio dos Nobres, da Impressão e Litografia Nacional, da Academia de Fortificação, Artilharia e Desenho Militares, do Colégio Militar, das livrarias tomadas aos partidários D. Miguel e, evidentemente, das livrarias dos conventos. Entre 1834 e 1836, a incorporação das livrarias e obras de arte dos conventos de Lisboa e da província da Estremadura rendeu 43.700 livros e 2650 pinturas (Soares; Rodrigues, 2011: 353).

Inicialmente com uma geografia limitada, o Depósito das Livrarias alargou a sua ação, primeiro ao Alentejo e depois às restantes províncias do reino (Barata, 2003: 31-32). Rapidamente começou a acumular funções não só de depósito mas também de distribuição por vários estabelecimentos, como eram os casos de bibliotecas a criar

junto de Secretarias de Estado, de museus distritais que deviam conter raridades, dos liceus (uma portaria de 6 de janeiro de 1838 mandava entregar livros tendo em vista o estabelecimento de uma biblioteca em cada liceu) e de livros dos conventos destinados a estabelecimentos de ensino de Lisboa (ordenada por portaria de 31 de outubro de 1836). Quando o Depósito das Livrarias sedado no Convento de São Francisco da Cidade já tinha acumulado mais de mil quadros, uma portaria de 11 de fevereiro de 1835 criava uma comissão para fundar um museu nacional das belas-artes onde, além de António Nunes de Carvalho, tinham assento o cônego Luís Duarte Vilela da Silva, Joaquim Rafael, primeiro pintor da Câmara Real, José da Cunha Taborda, pintor de história, José António do Vale, professor de desenho de figura, Maurício José Sendim, desenhador histórico e António Manuel da Fonseca, pensionário do Estado em Roma.

A arrecadação de pinturas tinha em vista a fundação desse museu nacional, como se referia explicitamente na portaria. Os quadros reunidos deviam ser entregues à recém-criada Academia das Belas-Artes. Para essa distribuição, bem como para formalizar a realização de um catálogo dos livros e manuscritos, dos quadros, das estátuas e de outros objetos raros, foi nomeada uma outra comissão (uma comissão administrativa no âmbito do Depósito das Livrarias dos Extintos Conventos).

Essa comissão iria encarregar-se da divisão do Convento de São Francisco entre a Academia de Belas-Artes e outros estabelecimentos (Biblioteca Nacional de Lisboa, herdeira da Real Biblioteca Pública da Corte, Administração Geral e Contadoria da Fazenda do distrito de Lisboa). Em 1841, o Depósito das Livrarias dos Conventos Extintos incorporaria a Biblioteca Nacional de Lisboa (Garcia; Martins, 1996: 148-167). Durante a sua existência, entre 1834 e 1841, o Depósito lidou com um sem-número de objetos de arte, documentos e livros. Entre 1837 e 1841, terá gerido a distribuição de acervos que continham mais de 300 mil livros e milhares de quadros (Soares; Rodrigues, 2011: 353).

Para o Museu Nacional a sedear em Lisboa não foi escolhido um edifício do Estado e a solução encontrada pareceu herdar as várias tentativas de o situar em palácios (Junqueira, Ribeira Grande, Abrantes) ou nos Jerónimos. Ficou num palácio que o Estado arrendou aos familiares do marquês de Pombal e viria a anexar o Convento das Albertas (1891), integrando a história das complexas transmutações de edifícios religiosos para aproveitamentos laicos. “A Academia de Belas-Artes possuía já grande número de objetos de arte e de arqueologia; e a todos se evidenciou o encanto e a utilidade de expor ao público tantos elementos de educação” (Pereira, 1908: 3). Refletiu

o papel central da Academia de Belas-Artes de Lisboa ao longo do século XIX, enquanto arrecadadora de tesouros nacionais e integrou nas coleções as boas-vontades dos reis ou a sua necessidade de vender. “Muitos dos objetos de arte pertenceram aos suprimidos conventos de frades; quadros de assuntos religiosos, paramentos, ourivesaria de culto. A esse fundo acresceu um certo número de quadros, de escolas várias, comprados com o avultado donativo de El-Rei D. Fernando, artista, entendedor de arte e amigo dedicado do ensino artístico em Portugal” (Pereira, 1908: 3-4).

Foi adornado com aquisições e integrações várias. “As compras das coleções de [Francisco da] Silva Oeirense, de D. Carlota Joaquina, do barão de Alcochete e dos desenhos de Sequeira, o grande artista português, aumentaram o brilho do museu. Dos conventos de religiosas que pouco a pouco foram acabando, vieram ainda alguns quadros, muitos tecidos, vidros e cerâmicas, variedade de cadeiras, armários, contadores, utensílios de metais pobres e bastantes objetos de ouro e prata, esplêndidas ourivesarias do culto ou pequenas joias antigas” (Pereira, 1908: 4). Integrou as competências de reprodução das coleções. “Pouco a pouco também se reuniram moldagens e reproduções de obras de arte mais singulares” (Pereira, 1908: 4).

No início do século XX parecia poder exibir uma alma nacional. “Reproduz a vida do povo português, as qualidades da raça; as riquezas da igreja, a pompa da antiga corte, o desleixo de certas classes que não souberam conservar; as porcelanas que nos recordam o Oriente, os azulejos que nos levam aos mouriscos e árabes, as pinturas que nos provam as muitas e demoradas relações da arte flamenga, outrora, e o francesismo moderno” (Pereira, 1908: 4). Essa alma nacional, certamente transformada, tinha tido origem numa vontade real, em Lisboa, desde os inícios do Real Museu de História Natural (criado para instruir e recriar os descendentes da dinastia reinante)⁹⁰² ou no Porto, com o Museu Portuense.

A permanência dessa vontade real ficou como a grande marca da apropriação pelo Parlamento do decoro próprio das figuras reais e a transmutação dos museus em lugares mais de contemplação do que de experiência, mais de recreio do que ensinamento, ficou como se uma extensão da vontade real se tivesse mantido, no seu inquestionável fascínio, um tanto imperturbável.

⁹⁰² “Na sua origem, todos os museus do mundo foram criados para uso e recreio dos soberanos” (Vasconcelos, 1918: 19)

O MALDITO INVENTÁRIO

Pugnavam pela conservação e pelo entesouramento, os herdeiros (os donos de mesas de mosaicos) ou os arquitetos, arqueólogos e historiadores (os que buscavam a construção de uma herança, mesmo que coletiva, através do conhecimento do passado), ou seja, os já-herdeiros e os construtores de heranças (fosse pela via da descoberta, do estudo e conhecimento fosse pela via de ocupação de posições sociais de poder). Por que demoraria tanto tempo o inventário e por que ele começou a ser sistematizado na corporação dos arquitetos?

Certamente porque o Estado nessas décadas, quanto aos objetos de arte, era, essencialmente, negociante e só reconhecia o entesouramento de peças como forma eventual de se fazer respeitar, na territorialização que prosseguia (através da criação de estações postais, nas expropriações de terrenos para construção de estradas, na extensão do caminho-de-ferro, na construção de pontes, na conquista de terrenos para alargamento e alinhamento de ruas, na concessão de edifícios em ruínas para instalar serviços públicos municipais, no alargamento de portos, etc.); e porque a Real Associação dos Arquitetos Cívicos e Arqueólogos Portugueses tinha um trabalho ligado ao conhecimento dos monumentos, que vinha de trás, e porque a proposição de inventário vinha da corporação ligada ao reconhecimento dos grandes edifícios, das grandes obras, que era preciso salvaguardar para salvaguardar a própria arquitetura enquanto disciplina. Esse encontro tão procurado pelos arquitetos, da arquitetura com o poder, dos monumentos com o Parlamento, era o encontro entre duas grandezas, a grandeza da arquitetura monumental que devia preservar-se e a grandeza dos poderes instituídos, os únicos que pareciam capazes de selar a importância oficial dessa arquitetura.

A questão da organização e disponibilização de coleções de objetos ou das suas reproduções era primordial e estava longe de constituir, como veio a suceder com a organização dos museus mais tarde, uma congruência que se fundava na distância entre as coleções, os visitantes e os alunos. Pelo contrário: buscava-se a proximidade dos alunos com os objetos no decorrer dos processos de formação. Enquanto os museus serviram fins didáticos ao longo do século XIX, privilegiou-se a ideia de negócio, a venda de objetos ou produtos transformados, como na organização dos museus industriais; e privilegiou-se o valor de troca e de proximidade entre as coleções e os seus destinatários, mesmo que se tratasse de reproduções, como desenhos e gessos dos

modelos que deviam ser conhecidos. “Para a organização de uma escola profissional de aprendizagem, em qualquer indústria, basta o seguinte: um oficial hábil no manejo dos instrumentos de trabalho, conhecedor do material da respetiva indústria; um bom mestre de desenho, que conheça os princípios da modelação, e uma escolha acertada de bons modelos para o desenho. Esta coleção de modelos, composta de estampas e de gessos, pode fazer-se nas condições mais económicas, como já foi provado em outra parte (*Reforma do ensino de desenho*, Porto, 1879)” (Vasconcelos, 1882 a: 52).

Quando recuou a ideia de negócio que estava subjacente aos museus industriais, e a ideia de experimentação que devia presidir à organização das coleções pedagógicas, as coleções de entesouramento puderam sobressair como nucleares dos museus. As coleções de entesouramento, não dissipáveis, ajudaram a entronizar os museus como espaços um tanto agrestes às ideias de troca e de experiência, aquelas que se poderia pensar presidirem a qualquer experiência infantil que se relacionasse com o conhecimento. Em locais em que já não seria mais possível mexer nos objetos, foi então necessário começar a pensar como é que se iriam mostrar como didáticos e destinados à aprendizagem; como é que, supostamente, eles podiam devolver um valor de aprendizagem esvaziados das únicas tarefas que poderiam conduzi-la (o manuseamento, a transformação, a troca, etc.).

Até final do século, grosso modo, prevaleceu o Estado negociante. Que peças eram essas que levaram tanto tempo a classificar? Eram, na maioria, fruto da extinção das ordens religiosas (da extinção de todos os conventos e de outros estabelecimentos das ordens religiosas regulares masculinas em 1834 e das ordens religiosas femininas, paulatinamente a partir da década de 60), no que constituía uma *usurpação* desse património, também já ele acumulado por via de várias usurpações, que devia ser reconhecido como sendo do Estado laico tendo origem religiosa.

Institucionalizar o *usurpador* como guardador, eis o que estava em causa. Institucionalizar um Estado instituidor das coleções, um Estado colecionador de objetos em vez de um Estado atento à sua dispersão (através do negócio) era o que estava em causa, para mais tendo sido a dispersão das coleções em poder das ordens que tinha permitido que elas passassem para o Estado. As coleções tinham nascido da sua dispersão, como transformar a dispersão num foco relacionado com a função de preservar? Como preservar o que era fruto da dispersão? Só foi possível encontrar um Estado contrário à dispersão, no final do século XIX, quando, com mais ou menos evidência, três condições estavam a ponto de serem satisfeitas: i) o Estado

territorializava-se no reino, através da presença de vários serviços públicos e das vias de comunicação; ii) finalizava-se o esvaziamento das casas religiosas, de onde provieram, na sua maioria, as coleções de objetos; iii) desgastava-se o poder real, que deveria finalmente fazer abandonar o decoro das figuras reais em favor dos representantes do poder público representativo. Em tudo isso se construía uma herança que precisava dos seus objetos visíveis.

Uma outra transformação estava a ter lugar. O Estado acumulador (de objetos, de monumentos) sabia que o conhecimento desses objetos e monumentos estava em outras instâncias (as associações, os especialistas, os académicos, que eram a sua fonte), de tal modo que acumular seria uma coisa e conhecer seria outra. Até então, os acumuladores também conheciam o que acumulavam – pense-se nos museus particulares, nos colecionadores, nos acumuladores de todo o género que não poderiam deixar de conhecer um pouco do que acumulavam. Os conhecedores angariavam e guardavam os objetos. Joaquim Vasconcelos aludia à coleção de azulejos do arquiteto José Maria Nepomuceno, que foram exibidos na exposição de cerâmica (Figura 11) organizada pela Sociedade de Instrução do Porto em 1882.

O senhor Nepomuceno poderia ter duplicado a coleção que enviou, tal é a abundância de elementos de que dispõe. A sua casa em Santo António da Convalescença [zona de Benfica, em Lisboa] é um museu de extraordinário valor; salas grandes, quartos espaçosos, gabinetes; o pátio, as paredes e os alegretes extensos do jardim e quinta, tudo está revestido de azulejos, especialmente de tipos do século passado, dos que menos abundam na exposição. A frontaria da espaçosa casa (quase um palácio) está vestida de alto-a-baixo de azulejos dos três últimos séculos, que a cobrem como se fosse um esplêndido tapete. A extensa parede do lado direito apresenta principalmente os tipos lisos mas policromaticos [*sic*] do século passado; a parede oposta, lado da quinta, ainda não tem revestimento mas não tardará a cobrir-se. Tudo isso é português de mão-de-obra e português de lei pela intenção, pelo elevado interesse do proprietário por tudo o que pertence à arte nacional. (Vasconcelos, 1883: 192).

A situação aplicava-se ao próprio Joaquim Vasconcelos. “Conquanto haja reunido um pecúlio considerável de vistas de monumentos do país, parciais e totais, tiradas no decurso dos últimos 30 anos, e tenha acumulado um material precioso de desenhos inéditos, analíticos, é necessário completar metodicamente o primeiro por meio de fotografias modernas, que devem representar o estado atual dos edificios históricos” (Vasconcelos, 193-: 27).

Pense-se, também, em tentativas de inventário como a que foi feita quando a Real Associação dos Arquitetos Cíveis e Arqueólogos Portugueses esboçou um mapa dos edifícios e construções do país (1881). Mesmo respondendo a uma solicitação do governo e mesmo tendo em mente que esse mapa se destinava a ser afiançado pelos poderes públicos, as escolhas traduziam um conhecimento. Futuramente o Estado centraria a acumulação e dispersaria o conhecimento, dizendo: não se pode conhecer sem reconhecer o papel do Estado, o papel central do Estado organizador, ao qual os conhecedores devem vir pedir licença para conhecer.



Figura 11. Exposição de cerâmica organizada pela Sociedade de Instrução do Porto em 1882. As organizações como a Sociedade de Instrução, acumuladoras de objetos, fizeram acompanhar o entesouramento com a produção de conhecimentos sobre as relíquias do passado. Ao acordar para a acumulação e para o estabelecimento de coleções, o Estado contribuiu para cindir o papel dos acumuladores e o papel dos conhecedores. E ao mesmo tempo que instituía o património das classes dominantes como pertença de todos, desenhou o plano dos futuros receptores e transmissores dos bens culturais, os alunos em idade escolar

(Fonte: *O Ocidente. Revista Ilustrada de Portugal e do Estrangeiro*, 21 de janeiro de 1883, Volume VI (147), p. 20)

COMBATER A IDEIA DE DISPERSÃO

Que fossem herdeiros a interessar-se pela herança, isto é, gente predisposta a considerar relevante preservar uma herança já incorporada nas suas vidas, é algo que não pode ser irrelevante. Nas *Observações...* o marquês de Sousa Holstein falou da necessidade de um museu central, de outros museus e de acomodar as coleções de objetos existentes, tendo o cuidado de dizer que algumas medidas bastariam para formar “museus que fossem, não sumptuosos, mas decentes e úteis” (Holstein, 1875: 27). Ao desastre de conhecer quadros de pintores famosos pendurados “em sacristias escuras e húmidas”, outros em igrejas de província ignoradas e outros à venda para estrangeiros comprarem, contrapunha a ideia de que “a maior parte dos quadros mais distintos e quase todas as esculturas mais notáveis da antiguidade pertencem hoje a coleções públicas de onde nunca sairão” (Holstein, 1875: 28). Ou seja, tinha-se atingido um ponto em que eram já escassas as oportunidades de adquirir pinturas ou esculturas relevantes para a história das belas-artes e, mesmo em Portugal, “quadros de verdadeiro mérito” (Holstein, 1875: 28) eram mais difíceis de obter do que anteriormente.

Seria por essa consciência, simultaneamente de um fechamento da circulação internacional das mais relevantes obras de arte e de alguma permissividade nacional e mesmo abandono, que, nas pautas aduaneiras, os quadros continuaram a pagar direitos? Seria, ainda, porque era sabido que muitos quadros em Portugal habitavam conventos de freiras e outros tantos estavam, sem proveito, em edifícios públicos, podendo com facilidade ser transacionados? Seria, ainda, porque da própria coleção de 366 pinturas da galeria da Academia de Belas-Artes cerca de metade estava por classificar? (Vasconcelos, 1877: 45)⁹⁰³.

O certo é que a dificuldade em adquirir obras relevantes (pinturas e esculturas) e a consciência de que tinha havido um tempo em que o Estado poderia ter feito compras significativas a baixo preço (“A extinção ou decadência de muitas famílias antigas levava constantemente ao mercado um grande número de obras de arte que fora fácil e pouco dispendioso adquirir” (Academia Real das Belas Artes de Lisboa, 1868: 9)), levava o marquês a defender a existência de “museus interessantes e úteis” (Holstein, 1875: 29).

⁹⁰³ O primeiro inventário provisório tinha apurado 540 quadros (Academia Real das Belas-Artes de Lisboa, 1868: 6)

Quando Sousa Holstein escrevia sobre a necessidade de preservar objetos de arte falava de algo que conhecia bem como comprador e como amador, estendia o seu à-vontade pessoal a considerações para o Estado e ao defender a existência de museus com uma componente de abertura pública (museu nacional, museu de arqueologia, museu de arte industrial, museus provinciais, museus locais de arte industrial estreitamente ligados ao ensino) o marquês, como outros atores, estava a abrir às populações uma parte do meio que o constituía, isto é, estava a abrir ao público um gosto que era o seu e a tentar que uma parte da sua herança pudesse ser contemplada coletivamente. E como comprador conhecedor, Sousa Holstein não duvidava de que a instalação de museus era o início de um processo que funcionaria como engodo para combater a ideia da dispersão.

“Principie-se, porém, desde já e tenha-se em vista que um núcleo de coleção bem organizado exerce sempre sobre os objetos da mesma classe que andam dispersos uma atração irresistível. Havendo princípio de coleção é de crer que não se desminta a lei de começarem os dons particulares a enriquecer sucessivamente o encetado museu” (Holstein, 1875: 30). O combate à dispersão era, conseqüentemente, a proposição de fazer dos gostos particulares (de colecionadores, de coleções) os gostos dos comuns pela admiração que os objetos reunidos suscitariam. E era tanto mais assim quanto a criação de museus, junto a escolas de desenho que deviam ser frequentadas pelas classes laboriosas, pressupunha a ideia de que os operários portugueses, bons tecnicamente, eram fracos artisticamente e que a educação artística os faria melhores trabalhadores tanto quanto reconhecedores dos modelos que o gosto elevado pressupunha dever expressar. “Os operários portugueses têm boa educação técnica mas não a têm artística (...). Pode ter-se como certo que, preenchida esta lacuna, tomariam grande incremento as indústrias portuguesas nas quais é parte importante a arte e que deixariam de ouvir-se as queixas hoje tão gerais acerca da falta de gosto dos nossos operários quando entregues a si mesmos” (Holstein, 1875: 39).

A falta de preparação dos alunos, apontada no relatório da comissão para propor a reforma do ensino nas Academias de Belas-Artes de Lisboa e do Porto, a que aludia Sousa Holstein, foi seguida pelo historiador Joaquim Vasconcelos na sua apreciação a esse documento. Defendia que as academias de belas-artes deviam apenas centrar-se no ensino superior artístico deixando a instrução geral para os liceus e a instrução secundária artística às escolas profissionais de artes e ofícios – já o relatório estimava a criação de um curso geral e especial de desenho anexo às escolas superiores de belas-artes, o segundo de três graus de um ensino de belas-artes; não acreditava que a

centralização no Estado das competências para o desenvolvimento das artes pudessem ser o motor do seu desenvolvimento. “A arte nasce da indústria da arte” (Vasconcelos, 1877: 48).

Joaquim Vasconcelos também se referiu à dispersão ocasionada pelo abandono como “a indiferença da maioria e da minoria culta que, longe de aumentar a herança do passado com novos monumentos artísticos, nem conserva o que herdou e assiste, indiferente, à ruína que mãos nacionais põem em obra, à dispersão, à alienação de outras obras de arte em troca do ouro estrangeiro” (Vasconcelos, 1877: 4). A própria organização dos serviços públicos parecia, até certo ponto, dispersar as competências quanto ao património, dividindo-as quanto aos edifícios (entre as Obras Públicas e a Instrução, quando houve este ministério, como aconteceu entre 1890 e 1892) e quanto à arte móvel; e ainda com a reificação do papel da Academia de Belas-Artes.

A GRANDE RETROSPETIVA DOS OBJETOS DE ARTE DE 1882

Em 1890, declarava-se que competia ao novo Ministério da Instrução Pública e Belas-Artes a inventariação, guarda e exposição dos monumentos históricos nacionais e mesmo a superintendência sobre a conservação e a restauração dos monumentos. O Ministério foi substituído por uma direção-geral em 1892, no meio de um quadro de forte contenção de despesas, e os serviços seus dependentes passaram para o Ministério do Reino. Enquanto a Real Associação dos Arquitetos Cívicos e Arqueólogos organizava um mapa de construções que deviam ser monumentos, a pedido do Ministério das Obras Públicas, uma comissão central diretora era encarregada de organizar um catálogo de exemplares de arte ornamental e decorativa para concluir a tempo da grande *Exposição retrospectiva de arte ornamental portuguesa e espanhola*, que se realizou no Museu Nacional de Belas-Artes em 1882 (no Palácio Alvor, nas Janelas Verdes, alugado a partir de 1879 pelo governo em Lisboa) (Figura 12). Essa comissão era presidida pelo ministro e secretário de estado das Obras Públicas, Comércio e Indústria, Hintze Ribeiro, alargada a 39 elementos entre políticos (como ministros e secretários de estado honorários, pares do reino e antigos deputados), diretores-gerais em funções, presidentes e diretores de vários organismos públicos, membros da Academia de Belas-Artes de Lisboa e da Academia Real das Ciências e artistas.

Não foi uma organização sem incidentes, com a deslocação do rei de Espanha a fazer-se numa altura em que havia objetos por colocar e o catálogo por organizar. O embrião desta retrospectiva tinha sido obtido para a presença portuguesa numa exposição realizada no South Kensington Museum de Londres (1881), para a qual haviam sido catalogados cerca de 300 objetos. Tratava-se agora de classificar mais de quatro mil, pertencentes a todas épocas até ao século XVIII, que iriam configurar o primeiro inventário de peças móveis, não podendo esquecer-se o fio condutor com que o poder político olhava uma tal realização, mostrar a grandeza de Portugal.

Tendo Portugal concorrido à exposição retrospectiva da arte ornamental peninsular que se realizou no ano findo em Londres, pareceu oportuno aproveitar os objetos preciosos colecionados para esse fim e muitos outros, e fazer em Lisboa uma exposição semelhante. Espero que este facto, que revelará em parte a nossa antiga grandeza e o nosso adiantamento em séculos passados, contribuirá para levantar o espírito público no interesse da arte. (Luís Frederico de Bivar Gomes da Costa, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1882-2-13, diário número 27, p.314)

Se a Real Associação estabelecia para os monumentos seis classes, a comissão da exposição retrospectiva estabeleceu 18 divisões para os objetos expostos⁹⁰⁴. Quando as academias de belas-artes de Lisboa e do Porto foram reorganizadas em 22 de março de 1881, era atribuída à Academia de Lisboa a conservação e restauração dos monumentos nacionais, para além do desenvolvimento dos estudos arqueológicos e das belas-artes e a organização de um museu central, com os quadros, esculturas e demais objetos de arte depositados na Academia.

Ou seja, a longa tradição receptora de objetos dos extintos conventos da Academia, sob tutela da Instrução Pública, parecia continuar a conferir-lhe o papel principal na conservação dos monumentos, mesmo que as obras em monumentos estivessem sob outra hierarquia do Estado (as obras de conservação, reparação e restauração estavam na

⁹⁰⁴ 1- ourivesaria, metais preciosos e joias; 2- obras de metais não preciosos; 3- escultura decorativa (estatuetas, baixos-relevos, imagens de santos, figuras de presépios); 4- armas; 5- veículos, arreios, estribos, acicates [esporas], selas, coldres, telizes [panos com que se cobrem as selas dos cavalos], xairéis [coberturas das cavalgaduras por baixo do selim, etc.]; 6- cerâmicas, vidros e esmaltes; 7- mosaicos; 8- obras de tartaruga (cofres, caixas de rapé, pentes, etc.); 9- mobília; 10- relógios e instrumentos de precisão notáveis pela sua ornamentação artística; 11- instrumentos de música notáveis pela ornamentação artística; 12- tecidos bordados; 13- encadernações, 14- miniaturas; 15- revestimentos de salas; 16- couros estampados, pintados, dourados ou prateados; 17- manuscritos iluminados; 18- desenhos, modelos e fotografias de obras decorativas (*Catálogo Ilustrado da Exposição Retrospectiva de Arte Ornamental Portuguesa e Espanhola celebrada em Lisboa em 1882 sob a proteção de Sua Majestade El-Rei o Senhor D. Luís I e a presidência de Sua Majestade El-Rei o Senhor D. Fernando II*, 1882: X-XIV)

dependência das Obras Públicas), e parecesse um tanto paradoxal atribuir as mesmas competências a organismos diferentes, ou que o seu inventário estivesse, por ora, a ser construído numa corporação a mando das mesmas Obras Públicas. E isso acontecia mesmo que essa reforma do ensino artístico separasse, por sua vez, uma academia de belas-artes (com as suas funções de conservação de monumentos, de reunião de objetos, de promoção de um museu e de promoção de exposições) da prática de ensino própria de uma escola superior de belas-artes.

Este papel central das academias de belas-artes não passou sem reparo a Joaquim Vasconcelos, quando o historiador fez a análise ao trabalho da comissão de reforma do ensino das belas-artes. Considerava que nenhuma influência as academias exerciam sobre a arte no país e que os vandalismos ocorridos entre 1836 e 1876 eram, pelo menos indiretamente, da sua responsabilidade. “Nem uma faísca de sentimento estético achareis na minoria ilustrada, num uma ideia pedagógica encontrareis no ensino que partisse dessas duas academias. A história dos vandalismos nacionais continua enriquecendo-se todos os dias e continua a magna confusão das ideias sobre o ensino artístico” (Vasconcelos, 1878: VII-VIII). Mesmo os mais afamados monumentos eram tomados pelo abandono como notava Ramalho Ortigão, que escrevia mais de 50 anos depois da campanha restauradora de Mouzinho de Albuquerque na Batalha. “As capelas imperfeitas, incomparável joia da arquitetura portuguesa mais caracteristicamente regional, acham-se no mesmo abandono em que ficaram em 1843, depois que ele [Luís da Silva Mouzinho de Albuquerque] as desinfestou dos parasitas arbustivos e das herbáceas, cujas radículas se tinham por tal modo multiplicado nos interstícios das cantarias que em muitos pontos houve que desmontar as lajes para extirpar as ervas e refazer os massames substituídos pelo íntimo estojo vegetal, que inchando por todas as juntas da pedra, ameaçava desarticular e destruir tudo por uma derrocada geral” (Ortigão, 2006 [1896]: 35).



Figura 12. Inauguração da grande *Exposição retrospectiva de arte ornamental portuguesa e espanhola*, que se realizou no Museu Nacional de Belas-Artes em 1882. A profusão de objetos, observados por uma massa de notáveis, serviu para o arranque do arrolamento dos objetos móveis que a nação devia considerar como inalienáveis, embora se vendessem com frequência. Um traço notável de Oitocentos foi a incapacidade de realizar inventários das existências do património que, nos discursos, se dizia deverem ser protegidos

(Fonte: *O Ocidente. Revista Ilustrada de Portugal e do Estrangeiro*, 21 de janeiro de 1882, Volume V (111), p. 17)

A ESCOLA E A ACADEMIA DE BELAS-ARTES

A separação entre a Academia de Belas-Artes e a Escola de Belas-Artes, que decorria da reforma de 1881, uma reforma de resto não regulamentada; entre a conservação e a restauração dos monumentos, de um lado, e entre o ensino artístico, de outro; entre o poder conservador dos monumentos e a organização de um museu nacional de um lado, e a instrução superior das belas-artes do outro, essa separação continuou, formalmente, a verificar-se em 1901, quando uma nova reforma da Academia lisboeta retomou algumas considerações anteriores, em nome do aperfeiçoamento do ensino artístico.

Era em nome do aperfeiçoamento do ensino artístico que devia ser criado um museu de Arte Antiga, cuja conservação e desenvolvimento cabia à Academia: o museu devia ter cópias dos modelos arquitectónicos das civilizações passadas como a egípcia, a grega ou a assíria para que os alunos conhecessem o esforço estético dos períodos áureos das belas-artes. Também cabia à Academia a organização de exposições de arte e de conferências (sobre estética, história da arte, monumentos e arqueologia). A Academia estava encarregada do arrolamento dos objetos móveis – cujo determinante avanço tinha sido conseguido com a organização das coleções de objetos para a *Exposição retrospectiva de arte ornamental portuguesa e espanhola* (1882) – e tão relevante quanto essa responsabilidade seria a omissão quanto à conservação, restauração ou classificação de monumentos, que tinham migrado para outras instituições na dependência do ministério das Obras Públicas: a conservação e a restauração continuavam neste ministério, onde estavam desde 1852.

A génese do tão custoso arrolamento dos monumentos beneficiou do conhecimento de décadas do trabalho da corporação dos arquitetos mas as atribuições de classificação dos monumentos e dos objetos não deixariam de continuar a fazer-se sem potenciais sobreposições e confusões. À entrada do século XX, é verdade que a Academia de Belas-Artes parecia perder qualquer competência quanto ao património arquitectónico que não fosse uma ligação pela superintendência do ensino artístico, que se faria através do estudo do desenho, da arquitetura, da escultura, da pintura e da gravura.

Se não havia dúvidas sobre a direção das Obras Públicas em relação aos monumentos, historicamente explicada pela confluência entre a arquitetura e a realização de obras nos edifícios, o decreto de reorganização da Academia de Belas-Artes falava das relações de parceria da Academia lisboeta com o Conselho Superior dos Monumentos Nacionais; a verdade é que, cerca de um mês antes da publicação dessa reorganização, o governo

tinha publicado em detalhe as funções de cada organismo consultivo do Ministério das Obras Públicas, onde não figurava já nenhum Conselho Superior dos Monumentos Nacionais mas o seu sucessor, o Conselho dos Monumentos Nacionais.

E se bem que o Conselho Superior dos Monumentos Nacionais e o Conselho dos Monumentos Nacionais tivessem atribuições praticamente decalcadas, dando a entender a sua metamorfose como uma continuidade, eles tinham prerrogativas que facilmente se podiam considerar sobrepostas à da Academia de Belas-Artes, já que lhes cabia a elaboração de monografias históricas dos mais importantes monumentos; a coleção de todos os documentos que pudessem interessar a história da arte; e a reunião de coleções, cópias e modelos que auxiliassem o ensino nas escolas e nos museus.

Os monumentos eram, portanto, uma florescência com vários ramos, vivendo, do ponto de vista institucional, a indeterminação consentânea com os antecedentes históricos de uma difícil implantação. Verificava-se que as atribuições relativas a aspetos didáticos e de ensino pertenciam, também, a estes conselhos de monumentos, quando talvez fosse esperado que se concentrassem na construção de uma classificação oficial. O que representava aquela separação entre Academia e entre Escola de Belas-Artes em 1881 – dando sequência ao que defendia a comissão de reforma do ensino artístico de 1875 – e posteriormente? “O que significa a separação do material de estudo, das aulas em que se ministra o ensino? As coleções nas Janelas Verdes, a cinco quilómetros das aulas, as quais ficam em São Francisco? Esta singular combinação já foi por nós apontada em 1879 (...) a separação que apontámos, entre as coleções e as aulas, paralisará ainda mais o movimento; a falta de boa-fé, o mistério de que a Academia continua rodeada, aumentará a desconfiança” (Vasconcelos, 1881a: 165).

Nos alvares dessa separação, o museu era referido sobretudo como local de aprendizagem pela comissão para a reforma do ensino artístico, do serviço dos museus, dos monumentos e da arqueologia. “Não será um notabilíssimo museu o nosso, que a necessidade da mais estrita economia nos andava ceifando as aspirações mais altas, mas será ao menos uma escola onde além dos originais que possuímos e dos que facilmente poderemos adquirir, se irá mostrando por exemplares e cópias, das que habilissimamente se fazem hoje, as páginas mais distintas e características da história do trabalho humano, da história dos estilos históricos, dos progressos industriais e dos tesouros artísticos” (AAVV, 1876a: XXXVI).

No projeto de decreto que, juntamente com o projeto de lei, formalizava o pensamento dessa comissão de reforma e que regulava o funcionamento dos serviços propostos, o

museu mantinha uma essencial função de troca (“o museu, com autorização superior, poderá trocar ou vender objetos duplicados e reproduções de qualquer espécie”) (AAVV, 1876 a: 38), devendo apoiar a formação de museus de arte e indústria locais com os exemplares que pudesse dispor (AAVV, 1876 a: 39) e evidenciar uma função de depósito híbrido, em que cabiam os objetos adquiridos pelo Estado, as doações de instituições ou de particulares mas também aqueles que corporações e particulares quisessem depositar ali temporariamente (AAVV, 1876 a: 33-34).

Que separação formal era essa que mantinha, apesar dela, a partilha de instalações no Convento de São Francisco, entre uma Academia que devia desenvolver as belas-artes e os estudos arqueológicos, através de exposições de belas-artes e artes industriais; através da conservação e restauro dos monumentos nacionais e da formação de um museu de belas-artes, e uma Escola que devia absorver todas as competências relativas ao ensino, disposto por 13 cadeiras?⁹⁰⁵ Os quadros, esculturas e objetos de arte separar-se-iam dos alunos para servirem de instrução, segundo se dizia, dos artistas e do público. A separação representava a necessidade de separar as obras de arte de um local para ensino, de, ao dotar finalmente as obras de arte de um lugar de exposição reconhecido como museu nacional, as engrandecer como modelos que o ensino devia ter em conta, mas que deviam, para fazer resplandecer o Estado, estar fora da possibilidade e do alcance imediato desse ensino e da experimentação, troca e venda, como forma de conhecer.

Não se tratava de insistir na coincidência de as obras de arte habitarem o mesmo espaço do ensino, pois elas residiam num lugar que não só não permitia a sua exposição condigna como o Convento de São Francisco não observava as mais elementares regras de controlo da humidade, da graduação da luz, da regulação da temperatura e da limpeza e higiene correntes e era foco de degradações permanentes.

Tratava-se, sim, da criação de um espaço museal em dissociação com os estabelecimentos de ensino, um espaço museal referido como o grande objetivo nacional, sobrepondo-se à criação de museus para as artes industriais ou de museus

⁹⁰⁵ Distribuídas por oito cursos: curso geral de desenho; curso de arquitetura civil; curso de pintura histórica; curso de pintura de paisagem; curso de escultura estatutuária; curso de gravura a talho doce; curso de gravura em madeira; e curso de belas-artes com aplicação às artes industriais. Haveria ainda uma aula noturna (para o estudo do modelo vivo da figura humana) e um curso noturno de desenho para operários (Decreto de 22 de março de 1881 de reforma das academias de belas-artes de Lisboa e do Porto, *Coleção oficial de legislação portuguesa. Ano de 1881*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1882, p.44)

provinciais⁹⁰⁶, cuja criação ficava envolvida numa indeterminação no relatório da comissão de 1875 (“O governo, de acordo com as juntas gerais do distrito ou as câmaras, promoverá e auxiliará a formação de museus nas localidades onde convier”) (AAVV, 1876a: 12), tal como ficava também nessa indeterminação o Museu da Academia Portuense⁹⁰⁷. Como se a reforma do ensino artístico pudesse coroar-se com a nobre implantação, longamente desejada, de um museu nacional das artes, como notava Joaquim Vasconcelos, em tom crítico. “O que precisamos são museus de artes industriais e escolas de aplicação sobretudo, mesmo antes de quaisquer academias e museus de academias” (Vasconcelos, 1877: 49). Tratava-se de atribuir finalmente a essas obras de arte um lugar em que o recreio, por parte do público, e o decoro imperassem.

NOTAS FINAIS

Para tentar compreender como a afirmação da herança cultural frutificou a partir do desafio de guardar e mostrar a todo o público o que, nas origens, era de interesse restrito, pessoal e mesmo reservado, seria preciso determo-nos na tensão evidenciada em Oitocentos entre uma lógica de entesouramento dos objetos de arte, arrastando com ele o simbolismo pátrio de que se revestiam, e uma lógica de venda, de troca e de reprodutibilidade massiva desses objetos, como a que o ensino industrial protagonizou. A redefinição dos ensino industrial contribuiu, de forma decisiva, para uma manipulação ágil da herança cultural. Em primeiro lugar, foram criadas condições de reprodução e de troca dos objetos de tal modo significativas que as escolas industriais e

⁹⁰⁶ No contexto dos trabalhos da comissão de 1875, Augusto Filipe Simões fez a proposta de criação de escolas provinciais em Coimbra, Braga e Évora, para o aperfeiçoamento das artes nesses locais, cada qual com uma biblioteca e um museu anexos. Pensava, por exemplo, na maior habilitação de mestres-de-obras e, genericamente, na necessidade de melhorar o nível artístico de industriais e operários; juntava àquela, a proposta de criação de escolas municipais em Guimarães, Portalegre, Covilhã e Caldas da Rainha e onde houvesse indústrias importantes (cf. *Relatório dirigido ao ilustríssimo e excelentíssimo senhor ministro e secretário de estado dos Negócios do Reino pela comissão nomeada por decreto de 10 de novembro de 1875 para propor a reforma do ensino artístico e a organização do serviço dos museus, monumentos históricos e arqueologia. Segunda parte. Atas e comunicações*. Lisboa, Imprensa Nacional, 1876, pp.43-51)

⁹⁰⁷ Quase no final do século, em 1896, a biblioteca da Academia Portuense de Belas-Artes tinha mais de dois mil volumes e as suas coleções 3.250 gravuras, 679 estudos desenhados e aguarelas, 300 obras pintadas por alunos e professores e também compradas, cerca de 400 fotografias, grande número de litografias (de modelos de estudo), 56 trabalhos de escultura em gesso provenientes de concursos ou de exames a lugar de pensionários e uma quantidade indefinida de estátuas, dorsos e extremidades para estudo dos alunos (Furtado, 1896: 739-740)

de desenho industrial se tornaram fornecedoras entre si, permutando objetos, e se tornaram fornecedoras da Academia de Belas-Artes de Lisboa (e esta, na verdade, em fornecedora daquelas).

Em segundo lugar, os museus industriais e comerciais criados em Lisboa e no Porto, aos quais estavam subordinadas as escolas a eles ligados, juntavam as competências da aprendizagem dos modelos à sua reprodução; relacionavam, num mesmo patamar, a necessidade de disporem de uma coleção de peças de modelos atuais e de outra com modelos históricos; realizavam exposições frequentes dos trabalhos produzidos em contexto escolar tal como exposições com exemplares que deviam provir de particulares ou de entidades industriais e comerciais; tinham em mente a obrigação de organizarem uma exposição permanente que contribuísse para educar o *gosto*, através da mostra dos melhores exemplos internacionais e das tradições mais características da indústria nacional.

Em tudo isso houve uma lógica de abertura ao público e de fomento de relações entre vários atores, fabricantes, comerciantes, operários e, sem contestação, a tentativa de, pela instrução popular, construir uma indústria de artes e ofícios que repousasse numa *tradição*, escolhendo os valores de troca, de movimento das peças e da sua venda como núcleo característico.

Mesmo nesta lógica de um ensino popular propulsor das trocas como valor básico, as grandes referências culturais e os grandes modelos a reproduzir continuaram a ser os despojos das classes abastadas (objetos e monumentos), como se não houvesse história que contrariasse uma afirmação de Sousa Holstein (os operários não têm capacidade nem conhecimentos para serem originais) ou o receio de António Bernardo da Costa Cabral (é preciso fazer desaparecer o número assustador de proletários sem ocupação certa).

O movimento instituidor de museus de troca e de venda, desses museus de forte componente didática, de aprendizagem e de manuseio, dos museus em que os protagonistas eram a mão-de-obra tanto quanto os objetos-modelo, foi refreado num contexto em que o grande museu de entesouramento das riquezas nacionais, projetado pelo poder monárquico, estava finalmente a afirmar-se através do enraizamento em instalações próprias. Em que o Estado assumia o “culto” dos monumentos e a necessidade da sua propaganda. E em que encarava os palácios reais, desde sempre ao serviço da decência e recreio dos seus ocupantes, como parte da sua herança.

Os museus que afirmaram então o seu ascendente passaram a lugares mais de contemplação do que de experiência e mais de recreio do que de ensinamento. O novo Museu de Lisboa já não era um museu de arte e indústria ou que ligasse os ensinos artístico e industrial, como tinha sido definido em 1876. Para que a indiscutibilidade desse património entesourado, que devia ser admirado e fruído de modo a não perder o seu vínculo ancestral de representação dos poderes, se presentificasse, faltava outra componente. A de instruir os alunos como receptores e transmissores da herança.

A PRIMEIRA GRANDE REFORMA DA INSTRUÇÃO SECUNDÁRIA E A FORMAÇÃO DE UMA CLASSE DIRIGENTE, DOTADA DE UM SABER GERAL, RECEPTORA, TRANSMISSORA E GUARDADORA DE BENS CULTURAIS

EM 1890, o novo Ministério da Instrução Pública e Belas-Artes criava, organicamente, uma autonomia formal para o desenvolvimento da “cultura intelectual” e do “ornamento da cultura intelectual”. A primeira era referida como a tomada de posse plena da consciência dos direitos, do amor da independência, do apreço pelas instituições e do incitamento ao progresso. O segundo tratava do estudo e difusão do gosto, ou seja, do estudo das belas-artes.

A proposta de lei, que discriminava as medidas desta centralização de competências quanto à educação e instrução nacionais, reunia no novo ministério diversas competências sobre o ensino primário, que a legislação datada de 1878 tinha cometido a municípios e juntas de paróquia; centrava no Ministério da Instrução o ensino industrial e profissional e os serviços estatais de inventariação, guarda, conservação e restauração dos monumentos. A orgânica determinava três direções-gerais, a primeira para a instrução primária, a segunda para a secundária e a terceira para as belas-artes e para o ensino profissional e industrial.

Se houvesse dúvidas de como o desenvolvimento do ensino profissional e industrial tinha criado condições para que a herança cultural prosperasse, como vimos no capítulo anterior, bastava ouvir o que o ministro da Instrução Pública, João Marcelino Arroio, disse no Parlamento. Esse ramo de ensino, afirmou então, constitui “o aparelho mais apropriado à propaganda e vulgarização dos processos e formas da arte nacional”⁹⁰⁸.

Tínhamos observado como os museus comerciais e industriais criados nos anos 80, e as escolas industriais e de desenho industrial, tinham fundamentado o alcance de uma instrução prática, viva e atuante, argumentos que atestaram muitos dos fundamentos de

⁹⁰⁸ João Marcelino Arroio, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1890-6-23, diário número 48, p.847

constituição e desenvolvimento dos museus escolares da instrução primária e secundária. Certamente que não esteve em causa uma continuidade genealógica entre uns e outros, embora os aproximasse a ideia da criação como ato inventivo.

Como elementos didáticos auxiliares, os museus escolares para a instrução primária e secundária reproduziram o papel de constituidores e guardadores de coleções de objetos. Mas o centro de gravidade da sua atividade deslocava-se do emprego de uma mão-de-obra oficinal para algo como uma ‘composição do mundo’ com a diversidade de objetos coletados e não tanto fabricados. Mesmo que a troca de espécimes estivesse presente, foi desaparecendo o carácter mais original das experiências museológicas do ensino profissional, sob dois pontos de vista: i) o de que os valores de troca e de venda poderiam ter encaminhado a presunção da herança para enfraquecer o entesouramento como valor; ii) o de que os objetos eram tanto transmissores dos valores que legavam quanto eram apropriáveis pelos artífices que os reproduziam.

As reformas de instrução de 1894-95, particularmente a da instrução secundária, que constituiu uma demarcação de grande alcance na história da instrução média em Portugal, instituíram, sob forte centralização, uma enorme conjunto de medidas que organizaram e aprofundaram os propósitos das reformas legislativas anteriores de uma instrução propriamente moral e patriótica e atenta à herança cultural.

No mesmo ano em que a legislação relativa aos monumentos defendia o culto e a disseminação da sua importância, as leis sobre instrução primária descreviam a necessidade de os exercícios práticos ministrarem informação sobre coisas úteis como homens notáveis da história pátria e monumentos. Nisso não devia ver-se só uma harmonização legislativa proveniente de vários ministérios mas a tentativa de assegurar um combate às atitudes dispersas, múltiplas e, para nós hoje, contraditórias, que tinham alimentado o século XIX, relativamente às antiguidades.

Jaime Moniz, autor da reforma de instrução secundária, não se cansou de relacionar o antigo poder da nação, apesar do diminuto poder populacional, com a inteligência, o saber e a arte e o conhecimento do passado como estímulo da vida presente; e a ligação entre a aprendizagem liceal e a mentalidade dos alunos. A transmissão e o posterior enriquecimento do saber construíam-se a partir de uma totalidade orgânica, na qual os professores, por exemplo, estavam impedidos de fazer perguntas nos exames sobre matérias que não constassem dos livros adotados e sancionados pelo governo. Esse saber, próprio do ensino médio, refletia-se numa cultura geral e numa preparação comum, que capacitava os homens para uma maior ilustração e para uma variedade de

conhecimentos que os destinasse a integrar futuros grupos dirigentes na sociedade, na construção harmoniosa de um poder-saber, isto é, da constituição do saber como forma legítima de poder.

AS CLASSES DIRIGENTES DEFENSORAS E TRANSMISSORAS DOS BENS CULTURAIS

As reformas de instrução primária e secundária de 1894-1895 instituíram a ideia de que os estudos primários habilitavam os alunos para um papel de recepção da herança cultural e os estudos secundários os habilitavam para a transmissão dessa herança cultural. A reforma do ensino médio do deputado, pedagogo e membro do Conselho Superior de Instrução Pública, Jaime Moniz, instituiu um plano para os liceus em que cada disciplina era dependente organicamente das outras, fazendo parte de uma totalidade; em que não havia variações das matérias ensinadas conforme os liceus onde eram ensinadas; em que o ano letivo era rigorosamente estabelecido, incluindo a referência às pausas letivas em função de feriados; em que eram prescritas as horas de trabalho que os alunos de cada classe ou ano deviam observar em casa; em que se prescrevia que o ensino da matemática devia ser feito de manhã e o do desenho à tarde e em que se falava das circunstâncias em que deviam ocorrer as visitas de estudo; em que se determinava o tempo de pausa entre cada disciplina e o número de horas letivas ideais para o período da manhã e para o período da tarde; em que havia um período apenas de exames em cada ano escolar; em que os professores não podiam questionar os alunos sobre matérias que não tivessem sido aprovadas pelo governo; em que os manuais escolhidos eram aprovados pelo governo; em que aos alunos não era permitido faltar sem justificação e em que havia um limite de faltas; em que se instaurava um tempo de permanência no liceu suficientemente longo para que os alunos desenvolvessem as suas capacidades e se cortasse com a ideia de que não tinham capacidades mentais à altura; em que se construía uma “marcha graduada do ensino”, primeiro transmitindo, explicando, elucidando com vista a uma assimilação; depois, estreitando as novas representações ou ideias com as que os alunos já possuíam, através do ordenamento dos conhecimentos disponíveis; finalmente, exercitando o resultado das

duas operações anteriores⁹⁰⁹; em que, enfim, se edificava uma instrução propriamente moral, através da atenção e zelo que o trabalho nas aulas implicava, da pontualidade e exatidão no cumprimento dos deveres ou no conteúdo ético das diferentes disciplinas, como formas de investir e construir a responsabilidade pública do Estado (“O desenvolvimento moral dos alunos deve ser um dos efeitos do ensino dos liceus”)⁹¹⁰.

Um sistema de disciplinas ordenava-se em função de classes ou anos e cada disciplina, nessas classes, era ponderada na importância do seu saber, repartida pelas classes; cada disciplina era pensada na relação com as outras; era necessário que cada uma se adequasse, nem por excesso nem por diminuição, ao alcance mental dos alunos, à capacidade e à quantidade de trabalho exequível na relação com as forças morais e físicas, quer essas forças se aplicassem ao estudo continuado de um determinado objeto quer se dividisse por assuntos diversos⁹¹¹.

Nenhuma das disciplinas professadas era independente. “Todas são meios ligados entre si pelo princípio de uma intenção comum”⁹¹². À figura do diretor de classe, nomeada pelo governo sob proposta do reitor, incumbia “guardar e fazer guardar a conexão interna ou a unidade científica e a disciplinar” e colaborar com os restantes professores para harmonizar o ensino aos alunos⁹¹³.

Antes desta reforma, os alunos submetiam-se a exames de cadeiras separadas, como matemática, latim ou francês, oferecendo o esforço a uma ou duas disciplinas, sem experimentar o rigor de uma instrução graduada e de um esforço persistente e contínuo. O plano de estudos organizou-se sob as bases de um ensino “com o fim nacional e patriótico, representado no estudo devidamente extenso e intenso da língua pátria, da história do país e da língua e literatura do antigo meio social a que nos atam as nossas tradições e origens em todos os ramos da cultura” (Moniz, 1919: 15), ou seja, o estudo do latim “à praxe de longos anos” (Moniz, 1919: 16); e a conjugação de dois blocos de disciplinas, literário-históricas e matemáticas, físico-químicas e naturais. Se a instrução secundária se destinava, embora não somente, a produzir o saber das classes dirigentes, eis que se juntava no plano de estudos uma dupla função: as futuras classes dirigentes

⁹⁰⁹ Decreto de 14 de agosto aprovando o regulamento geral do ensino secundário, *Coleção oficial de legislação portuguesa, ano de 1895*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1896, p.664

⁹¹⁰ *Ibidem*

⁹¹¹ Ernesto Rodolfo Hintze Ribeiro, João Ferreira Franco e Freire Pinto Castelo Branco, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1894-11-19, diário número 29, p.512

⁹¹² Decreto de 14 de agosto aprovando o regulamento geral do ensino secundário, *Coleção oficial de legislação portuguesa, ano de 1895*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1896, p.663

⁹¹³ *Ibidem*, p.667

tinham por missão transmitir o saber sobre os bens culturais, era-lhes próprio fazê-lo, eram destinadas a isso.

Foi este ponto, e não tanto as malogradas tentativas de criar inventários dos bens culturais, de criar um museu nacional que nunca mais se organizava, de criar corpos de especialistas da herança cultural ao longo do século XIX e no princípio do século XX, que mais contribuiu para que as gerações de alunos a partir de 1894-1895 interiorizassem a necessidade de transmissão do legado que estavam a receber: o de, como possuidores de um certo saber e até como futuros dirigentes da administração pública e chefes, por assim dizer, das várias profissões (finanças, comércio, transportes, agricultura, etc.), serem doravante defensores dos bens culturais, havendo uma coincidência entre o papel social de que eram investidos e o que era suposto fazer-se, isto é, pertencendo-lhes prover o cuidado com os bens culturais na medida do seu papel social.

Tendo sido apresentadas na Câmara dos Deputados, as reformas de instrução primária e secundária de 1894-95 não foram debatidas antes da sua promulgação. “Estas propostas não chegaram a ser discutidas no Parlamento, pelos motivos que determinaram o encerramento das Cortes e que são do conhecimento de Vossa Majestade”⁹¹⁴. Com o governo regenerador de Hintze Ribeiro e em pleno rotativismo (o poder era sucessivamente ocupado pelos partidos dominantes, progressista e regenerador), as Cortes tinham sido dissolvidas em novembro de 1894, depois de fortes controvérsias. “Incidentes tumultuosos, suscitados e repetidos quotidianamente sobre assuntos regimentais, tornaram impossível o prosseguimento regular dos trabalhos naquela casa do Parlamento”⁹¹⁵.

Em 1895 as Cortes não se reuniram e foram realizadas eleições. “Esperava o governo ver sancionadas estas novas providências legislativas em prazo relativamente curto e que lhe permitisse a elaboração dos trabalhos regulamentares necessários para a execução delas no próximo ano lectivo. Malograda esta justa expectativa pelos acontecimentos inopinados que surgiram, e convencido o governo de que as suas propostas, favoravelmente acolhidas pela opinião ilustrada, representam um

⁹¹⁴ Decreto de 22 de dezembro aprovando a reforma dos serviços de instrução primária, *Coleção oficial de legislação portuguesa. Ano de 1894*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1895, p. 1064

⁹¹⁵ Decreto de 28 de novembro declarando encerrada a sessão atual das câmaras legislativas, *Coleção oficial de legislação portuguesa. Ano de 1894*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1895, p.1004

melhoramento valioso e inadiável em tão importantes serviços, vimos propor a Vossa Majestade o seu imediato decretamento”^{916 917}.

Essas reformas de instrução primária, de Frederico de Abreu Gouveia, e da instrução secundária, de Jaime Moniz, datadas de 1894-1895, foram precedidas de uma discussão parlamentar sobre as bases propostas pelo governo para o renovado Ministério da Instrução Pública e Belas-Artes, em que o desejo de uniformização sob a mesma tutela dos assuntos da instrução dispersos por vários ministérios era um objetivo central. As bases dessa discussão apresentadas no Parlamento resumidamente incluíam: i) a centralização dos assuntos da instrução primária no novo ministério; ii) a transferência para o Estado de todas as receitas destinadas à instrução primária; iii) a reorganização do Conselho Superior de Instrução Pública; iv) a incorporação, no ministério, do ensino industrial e profissional e dos serviços da inventariação, guarda e exposição dos monumentos nacionais históricos, que devia superintender na conservação e restauro desses monumentos; v) a regulação da exportação dos objetos artísticos, históricos e arqueológicos⁹¹⁸. Entre deputados ou entre pares do reino, sem dúvida que as maiores dissensões se verificaram quanto à reforma da instrução primária, quando as grandes transformações viriam a ter lugar na instrução secundária ou média.

A INTERVENÇÃO DE JAIME MONIZ NA CÂMARA DOS PARES

Numa sessão da Câmara dos Pares do Reino, quatro anos antes da publicação das reformas de instrução, o vice-presidente do Conselho Superior de Instrução Pública, Jaime Moniz, também lente do Curso Superior de Letras, defendeu que a educação deveria ser olhada a partir de um ponto de vista triplo, como governo, como instrução e como disciplina e neste feixe tripartido como forma de as nações se tornarem capazes de assumir um papel na história, suficientemente cultas para prosseguir nos interesses do desenvolvimento educativo e obter benefícios para outras áreas da vida; o pedagogo

⁹¹⁶ Decreto de 22 de dezembro aprovando a reforma dos serviços de instrução primária, *Coleção oficial de legislação portuguesa. Ano de 1894*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1895, p. 1064

⁹¹⁷ “A Câmara dos Deputados debateu somente os projetos de lei que deram origem aos diplomas de 20 de setembro de 1884 (Costa Cabral) e de 14 de junho de 1880 (José Luciano de Castro); a chamada ‘reforma de Jaime Moniz’ (1894) veio a ser apreciada pelos deputados cerca de ano e meio após a sua entrada em vigor. As restantes leis gerais sobre o ensino secundário-liceal foram promulgadas pelo governo ao abrigo de autorizações legislativas ou em períodos de ditadura” (Adão, 2000: 67)

⁹¹⁸ João Marcelino Arroio, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1890-6-23, diário número 48, pp.847-848

sustentava que pouco se tinha investido na vida intelectual e moral da nação. Pugnava por um ensino consagrado à cultura do espírito e ao desenvolvimento das faculdades do bem e do belo e não apenas pela simples existência de um ensino utilitário.

Seu fim na frase vulgar é desenvolver harmonicamente as faculdades para o bem, para a verdade e para o belo, é como ainda há pouco escrevia a comissão francesa incumbida de propor os melhoramentos convenientes ao regímen do ensino secundário, dar a educação formal pelo estudo das línguas, a educação intelectual e moral pelo estudo das literaturas, da história e da filosofia, a educação científica e positiva pelo estudo das ciências. (Jaime Constantino de Freitas Moniz, Câmara dos Pares do Reino, ata de 1890-7-17, diário número 45, p.654)

Partidário do valor das línguas antigas, como o grego e o latim, Jaime Moniz reconhecia no “grande e farto mercado da antiguidade” o alimento gerador de cultura e civilização do presente⁹¹⁹. No meio de um clima de uma certa indiferença política, num tempo em que a política não devia ser deixada apenas aos políticos e em que se pedia que houvesse juízos independentes e ilustrados capazes de formular as convicções políticas como forma de iluminar a consciência pública, nessa construção de uma consciência aparentada a uma forma de patriotismo, cumpria aos cidadãos acrescentar algo ao “imperecível nome que a tradição sempre apontará respeitosa a toda a redondeza da terra”⁹²⁰, ou seja, aumentar pela lição de vida e pela lição escolar a importância central da grande história de Portugal, não esquecendo que o passado tinha sido herdado, não construído pelos herdeiros.

“Do patriotismo português, nos instantes mais dolorosos de nossa vida social, nos experimentados dias de angústia, quanto possa dizer-se, e é muitíssimo, não exclui a contínua urgência de o nutrir e robustecer com a saudável lição, a todos, da grandiosa história pátria, com a memória viva dos heroicos feitos, a tanto custo praticados para nossa existência de nação”⁹²¹. Neste contexto, Jaime Moniz defendeu a então muito recente criação do Ministério da Instrução Pública e das Belas-Artes. Uma das razões de ser do novel ministério tinha a ver com a junção das belas-artes e do ensino técnico, a avaliar pelo que foi dito pelo ministro da Instrução, João Arroio, e pela intenção, repetida, de “num futuro mais ou menos próximo se tratar a sério e com vantagem da restauração das nossas tradições artísticas, da restauração do que ainda possuímos da antiga arte nacional, esses soberbos modelos architectónicos e de todas as formas da

⁹¹⁹ Jaime Constantino de Freitas Moniz, Câmara dos Pares do Reino, ata de 1890-7-17, diário número 45, p.654

⁹²⁰ *Idem, ibidem*, p.649

⁹²¹ *Idem, ibidem*

antiga arte em Portugal que ainda nos restam e que assim muito poderão aproveitar tanto ao ensino técnico como ao propriamente artístico”⁹²², como se um renascimento da arquitetura e das artes se devesse procurar “pela bem dirigida difusão das nossas antigas tradições”⁹²³.

A ligação entre as belas-artes e o ensino industrial e comercial tinha, pois, uma relevância acrescida para a questão das “tradições artísticas nacionais”. Segundo o ministro da Instrução, o ensino industrial e comercial constituía o “mais apropriado à propaganda e vulgarização dos processos e formas da arte nacional” e não se compreenderia que estivesse desligado das belas-artes e da preservação dos exemplares da antiga arte nacional⁹²⁴. Jaime Moniz alertou para que os altos negócios da instrução deveriam permanecer autónomos na orgânica governamental sob pena de as decisões políticas serem permeáveis a toda a espécie de influências. “Temos então os eleitores, as pressões locais, os pais de família ordenando a organização dos quadros das disciplinas, prescrevendo os prazos de estudo, ditando a redação dos programas!”⁹²⁵.

Mais força e facilidade para resistir teria o ministro da Instrução responsável pela pasta do que se as questões do ensino estivessem subsumidas na pasta dos Negócios do Reino, onde teriam o seu lugar secundário, subordinado e acantonado, mais força e sensibilidade para facultar uma direcção ao ensino inscrita numa “unidade de plano, continuidade de ação” que finalmente quebrassem “a lastimosa falta de nexos” das disposições sobre o regime educativo, apostadas em dizer uma coisa e o seu contrário. “Em curtíssimo prazo sucessivas reformas saem a nosso encontro no estádio de algum ramo de instrução, cada qual traduzindo uma ideia de que a seguinte seria apenas a expressão contrária se também não fosse quando estranhas causas decretam, coisa pior”⁹²⁶. Pelo contrário, Jaime Moniz pedia tempo para que a reforma da instrução seguisse uma análise minuciosa e prolongada. O Par do Reino Bernardino Machado recordava as últimas reformas de instrução secundária sem qualquer saudade e o facto de o Ministério do Reino pouco se preocupar com os assuntos da instrução quando eram da sua tutela. “Bastar-me-á lembrar as duas reformas recentes do ensino secundário, ambas deploráveis, péssima, inqualificável a última. Converteu-se a instrução

⁹²² João Marcelino Arroio, *ibidem*, p.655

⁹²³ *Idem, ibidem*

⁹²⁴ João Marcelino Arroio, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1890-6-23, diário número 48, p.847

⁹²⁵ Jaime Constantino de Freitas Moniz, Câmara dos Pares do Reino, ata de 1890-7-17, diário número 45, p.650

⁹²⁶ *Idem, ibidem*

secundária numa máquina de exames, destinada a lisonjear a sensibilidade das famílias com o falso brilho de uns diplomas insensatos”⁹²⁷.

Lamentava que sob o Ministério da Instrução não estivesse a planear-se incluir a tutela dos estabelecimentos de ensino agrícola, por um lado, e dos museus industriais e comerciais, por outro, e invetivava o governo a aproveitar as energias do poder local. Em 1883 tinham sido criados dois museus comerciais e industriais, um em Lisboa, nas instalações da Casa Pia, na ala poente da fachada principal, outro no Porto, no Palácio de Cristal. Estes museus tinham o objetivo de proporcionar uma instrução prática através da exposição permanente de peças de indústria e de comércio, que deviam ser cedidas maioritariamente por fabricantes.

Os museus estabeleciam desde logo uma ligação à instrução e uma ligação ao público e, porque eram criadas escolas de desenho junto aos museus, havia uma forte componente relativa à herança cultural. “Os cursos de desenho terão tanto quanto possível e útil um caráter de nacionalidade, inspirando-se nos modelos e formas artísticas dos objetos da indústria tradicional popular e serão, por isso, relacionados com as coleções dos museus” (Museus industriais e comerciais, 1884: 11).

O governo criou então uma escola industrial (Covilhã) e oito escolas de desenho industrial (três em Lisboa, três no Porto, uma nas Caldas da Rainha e uma em Coimbra). Uma consequência da criação do Ministério da Instrução foi a anulação da concessão a outro ministério, o do Reino, do Convento de Santo Alberto de Lisboa, nas Janelas Verdes, para alargar os espaços do futuro museu de belas-artes e arqueologia. “Como se criou o Ministério da Instrução e Belas-Artes e aqueles serviços já não corriam, portanto, pelo Ministério do Reino, entendi dever anular esse decreto, deixando ao ministro respetivo a liberdade de regular como entendesse mais conveniente o alargamento do referido museu”⁹²⁸. Para estabelecer este museu, formalmente apresentado no Parlamento em 1876, o Estado tinha arrendado o Palácio Pombal a 1 de Junho de 1879 durante 30 anos⁹²⁹. Era esperável que a compra do Palácio Pombal por parte do Estado se fizesse em breve, tal como o alargamento do museu para o convento, que seria extinto em 1890 com o falecimento da última freira.

⁹²⁷ Bernardino Luís Machado Guimarães, Câmara dos Pares do Reino, ata de 1890-7-16, diário número 044S1, p.1

⁹²⁸ João Ferreira Franco e Freire Pinto Castelo Branco, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1890-5-12, diário número 14, p.176

⁹²⁹ O contrato previa que o Estado pagasse 3.840 réis por ano na primeira década; quatro contos anuais na segunda década; e 4.160 réis por ano na terceira década; ficou acordado que a compra pelo Estado do imóvel se faria por 80 contos

A PROPOSTA DE REFORMA DA INSTRUÇÃO PRIMÁRIA

A apresentação da proposta de lei de reforma da instrução primária, da autoria de Frederico de Abreu Gouveia⁹³⁰, referia que a legislação anterior era desconexa, confusa, deficiente e até embaraçosa, determinando a necessidade de “mais uma reforma”, que codificasse as disposições vigentes, entre as quais avultava a transferência do município para o Estado da administração das escolas de Lisboa, na sequência do trabalho de uma comissão de inquérito à situação escolar do município lisboeta.

As escolas existentes em Lisboa tinham passado de uma média de 2626 alunos em 1881 para uma média de 7122 em 1892, nomeando-se o caso da Escola Central Número 6, em Lisboa, cujo número de professores e auxiliares excedia o de liceus nacionais e era considerado muito grande; os professores queixavam-se de estar subordinados à jurisdição municipal, que não tinha qualificações para os avaliar e do atraso do pagamento dos vencimentos que, de resto, variavam bastante; a comissão de inquérito concluiu que a grande maioria dos professores tinha sido ilegalmente nomeada, sem o concurso que a lei determinava ou sem ter habilitações suficientes; em alguns casos, o governo não conseguia estabelecer a data de instalação das escolas nem reconhecer as colocações dos docentes nem ainda a forma de nomeação de muitos professores; noutros, os professores tinham sido nomeados pelo vereador da instrução mas sem confirmação da câmara; alguns lugares de docentes que eram vitalícios sob o Estado central tinham-se tornado provisórios sob administração do município. As escolas que tinham sido criadas na vigência de legislação descentralizadora da instrução elementar – como a Escola Infantil Froebel (Jardim-de-Infância da Estrela, inaugurada em 1882), a Escola Primária Superior de Rodrigues Sampaio (criada em 1883, para rapazes) e a Escola Maria Pia⁹³¹ (criada em 1885, para meninas) – deveriam ver revista a sua organização. O museu pedagógico municipal existente na Escola Rodrigues Sampaio deveria passar para uma escola central a cargo do Ministério do Reino. Os instrumentos municipais de gestão escolar, nomeadamente a Inspeção Escolar do Concelho de Lisboa

⁹³⁰ Frederico de Abreu Gouveia, bacharel formado em direito pela Universidade de Coimbra, foi diretor geral no Ministério de Instrução Pública e Belas Artes, criado em 1890 e, posteriormente, diretor na Direção Geral de Instrução Pública, cargo que ocupava quando foi convidado a realizar uma reforma do ensino primário

⁹³¹ Atual Escola Secundária Maria Amália Vaz de Carvalho

e o registo e estatísticas escolares, deixavam de existir bem como as juntas escolares⁹³², os delegados paroquiais⁹³³ e as comissões inspetoras de exames^{934 935}.

Se bem que o diploma se baseasse no trabalho de uma comissão de inquérito sobre o estado e administração das escolas do município de Lisboa, a centralização no governo de todas as atribuições acerca da instrução pública estendia-se ao país não porque um trabalho minucioso de avaliação tivesse sido feito, antes “porque não seria justificável que fosse privada a Câmara Municipal de Lisboa da direção do ensino primário e conservado o mesmo serviço nas atribuições das outras municipalidades do reino”⁹³⁶.

Vários profissionais eram liminarmente dispensados: os professores de canto coral, de caligrafia, de desenho, de ginástica e de exercícios militares, monitores de qualquer classe, pessoal auxiliar, mestras de costura, vigilantes, instrutores militares e contínuos; segundo as contas do governo, o número de alunos exigiria até 130 professores quando se listava a existência de 279. As escolas centrais do distrito de Lisboa eram reduzidas. No início dos anos 70 do século XIX, ao invés do que se apurava agora, todos os encômios eram feitos à descentralização, quando a proposta de lei de instrução primária do ministro António Rodrigues Sampaio foi apresentada no Parlamento. A administração das escolas era então confiada às câmaras; criavam-se asilos municipais para recolher crianças pobres, que deviam ser auxiliares do papel da escola e preparatórios da sua frequência, enquanto as famílias ocupadas com trabalhos agrícolas e industriais não pudessem velar pelos mais novos, crianças com idade até seis anos; “do asilo passam as crianças mais facilmente para a escola; na qual depois de aprenderem todas as disciplinas do primeiro grau, receberão à saída o atestado de instrução primária”. Esta instituição asilar deveria ser paga não pelos municípios, a não ser que assim considerassem necessário, mas por beneméritos locais e estava centrada na educação e ensino da doutrina cristã; o ensino normal ficaria a cargo dos distritos,

⁹³² Organismos que superintendiam nas escolas de cada concelho. Tinham como objetivo auxiliar as câmaras e a inspeção escolar; eram nomeadas pelas câmaras municipais em cada cabeça de concelho e compostas por três elementos de entre os vereadores ou outros cidadãos

⁹³³ Os delegados paroquiais deviam velar pela inscrição das crianças e competia-lhes auxiliar os pais ou responsáveis de educação “extremamente pobres”, que requeressem a dispensa de enviar as crianças à escola por motivos incapacidade económica, cf. Regulamento para a execução das leis de 2 de maio de 1878 e 11 de junho de 1880, *Coleção oficial de legislação portuguesa, ano de 1881*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1882, p.146

⁹³⁴ Em cada concelho havia uma comissão inspetora de exames, composta de um vogal da junta escolar, do administrador do concelho e do inspetor ou subinspetor do círculo escolar

⁹³⁵ Decreto de 6 de maio de 1892 transferindo para o Estado todos os serviços da instrução primária que estavam a cargo das câmaras municipais, *Coleção oficial de legislação portuguesa, ano de 1892*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1893, pp.233-236

⁹³⁶ *Ibidem*, p.233

pois “o ensino normal por conta do Estado não teria nunca o caráter nem o desenvolvimento que o plano concebido lhe quer dar”⁹³⁷.

Os professores, que tinham um viver “obscuro e prestante” e uma profissão “sem futuro” até então⁹³⁸, e em que a ação inspetiva era referida como o topo a que se poderia pretender ascender, seriam nomeados pelas câmaras municipais, embora o direito de demitir os docentes fosse do Estado; as câmaras poderiam mesmo nomear “pessoas idóneas”⁹³⁹ quando não houvesse profissionais com habilitação (diploma de aprovação no ensino normal; habilitação para o ensino elementar; habilitação para o ensino complementar; diploma comprovando o ensino numa escola pública por seis anos); eram criadas juntas escolares, delegações dos municípios para superintender os assuntos das escolas, tudo arvorado num otimismo pela solução sedutora e de rotura da descentralização. “Podemos assegurar-vos-lo, com uma convicção estudada em estudo consciencioso, que não haverá desequilíbrio nem solução de continuidade e que conseguiremos passar sem perigo do atual sistema para outro que é profundamente diverso”⁹⁴⁰.

Em cada paróquia haveria uma escola primária com ensino elementar para cada sexo, sendo as escolas para o sexo masculino regidas por um professor e as escolas para o sexo feminino regidas por uma professora. Para se ter uma noção do desfasamento entre as promessas que as leis inscreviam e o que se passava, os deputados da nação contabilizaram, em 1875, nas 3615 paróquias no reino, 1628 que não tinham mestre e 3152 que não tinham professora, isto é, em 45 por cento das paróquias não havia professores e em 87 por cento não havia professoras⁹⁴¹. Jaime Moniz fez, no Parlamento, um juízo da sua própria participação nessa reforma de António Rodrigues Sampaio de 2 de maio de 1878, que apimentou com um episódio burlesco, mas significativo.

⁹³⁷ António Rodrigues Sampaio, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1872-1-20, diário número 13, p.104

⁹³⁸ *Idem, ibidem*, p.105

⁹³⁹ *Idem, ibidem*, p.107

⁹⁴⁰ *Idem, ibidem*, p.105

⁹⁴¹ João Gualberto de Barros e Cunha, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1875-2-11, diário número 26, p.351

APRENDIZAGEM À CUSTA DA MALOGRADA DESCENTRALIZAÇÃO

Se à instrução primária competia assegurar a todas as classes a educação moral, intelectual, religiosa e nacional⁹⁴², a reforma de Rodrigues Sampaio tinha-se rendido à desconcentração do serviço do ensino primário para as localidades. “Direi, em perfeita sinceridade, que colaborei para este documento e acrescentarei que não foi sem pesar que lhe prestei o meu fraco auxílio”⁹⁴³. A descentralização contava com um conjunto de alegadas certezas para se efetivar: a dedicação dos municípios à causa da instrução; o interesse pelas instituições escolares; o zelo em promover o melhoramento da educação; o respeito pelos professores; o espírito de iniciativa e uma quantidade de pessoal ilustrado para fazer prosseguir as intenções. “Como respondeu a realidade à expectativa? Ressalvadas poucas, embora honrosas exceções, negativamente!”⁹⁴⁴.

Por conjunto de circunstâncias que andam na memória da Câmara, a sociedade portuguesa de 1878 dava exclusiva preferência, entre as cogitações de governo, a duas ideias que a prática da administração sem dúvida nunca deve esquecer mas que então exerciam um império irresistível, absoluto, cego, um império que em todos os modos e formas pretendia assinalar-se, um império que não tolerava nem sequer a contradição das reflexões justas, até sobre o modo mais conveniente e conciliável por que ele melhor poderia vingar: a economia como fim, a descentralização como meio. (Jaime Constantino de Freitas Moniz, Câmara dos Pares do Reino, ata de 1890-7-17, diário número 45, p.652)

Em particular, Jaime Moniz assinalava a ilusória confiança na caridade portuguesa. “As comissões de beneficência e ensino que o ministro encarecia firmado na proverbial caridade portuguesa (...) cuja organização incumbe às câmaras e se destinam, com especialidade, a facilitar às criancinhas desvalidas o pão para o espírito e o vestuário para o corpo, nunca se instituíram na quase totalidade dos concelhos!”⁹⁴⁵; os delegados paroquiais que deviam vigiar o recenseamento escolar mostraram-se relapsos; as juntas escolares quase só davam acordo de si quando se tratava de aplicar penas ou aumentar cadeiras, as mais das vezes empregavam a sua atividade em lutas com as câmaras; as perseguições contra professores que eram do desagrado das estruturas locais pareciam um libelo contra a instrução.

⁹⁴² Jaime Constantino de Freitas Moniz, Câmara dos Pares do Reino, ata de 1890-7-17, diário número 45, p.652

⁹⁴³ *Idem, ibidem*

⁹⁴⁴ *Idem, ibidem*

⁹⁴⁵ *Idem, ibidem*

Jaime Moniz contou na Câmara dos Pares que, a propósito de um processo que lhe chegou às mãos contra um professor, instaurado por um político influente, e que a Moniz parecia iníquo conforme fez constar, começaram as pressões para que mudasse de opinião, usando terceiros; como não houvesse alterações na sua decisão, o político veio ao encontro de Jaime Moniz. “Deu-se ao incômodo de vir suplicar-me para o que ele, em termos de grande aflição, denominava uma exigência indeclinável da sua localidade! Respondi-lhe que tudo se efetuará, se o ministro assim o deliberasse, mas juntamente com a minha exoneração e mandei-o sair do meu gabinete!”⁹⁴⁶. A situação tinha ocorrido quando competia ao governo decidir da aplicação das penas disciplinares a professores. “Imagine V. Exa senhor presidente o que será hoje quando as localidades põem e dispõem”⁹⁴⁷.

O atraso nos salários dos professores era outra consequência amarga da triste tentativa descentralizadora, que tinha mostrado o estreito espírito da localidade olhado por Jaime Moniz agora sob o prisma da “afilhadagem e do compadrio municipal”⁹⁴⁸. “Enquanto ao pagamento dos professores, já V. Exa e a Câmara conhecem o deplorável estado em que se encontrava ainda nos concelhos importantes. A fome e a miséria eram a recompensa desses infelizes funcionários”⁹⁴⁹. Para que a reforma da instrução se fizesse, a atividade das juntas escolares era considerada muito importante.

Em alguns concelhos não se procedeu à escolha das pessoas que as deviam integrar; noutros foram nomeadas pessoas que pediram escusa do cargo; quando não obtinham essa escusa, recusavam-se a tomar posse, alegando que as funções não tinham caráter obrigatório; os que chegaram a funcionários de juntas não aqueceram o lugar, abandonando-o sob os mais variados pretextos; quando os indivíduos queriam exercer o seu lugar eram confrontados com a falta de recenseamentos escolares, matrículas ou registos de frequência. Quanto aos delegados paroquiais, em muitos casos não tomaram posse porque não estavam constituídas as juntas, pois não se encontrava quem soubesse ler, escrever e contar nas aldeias⁹⁵⁰.

A falta de recenseamento escolar também influenciava uma pertinente colocação de escolas nas localidades: nalguns concelhos criavam-se cadeiras para o sexo masculino, deixando de parte o feminino; noutros deixava-se freguesias e povoações relevantes sem

⁹⁴⁶ *Idem, ibidem*, p.653

⁹⁴⁷ *Idem, ibidem*

⁹⁴⁸ *Idem, ibidem*

⁹⁴⁹ António José Teixeira, Câmara dos Pares do Reino, ata de 1890-7-16, diário número 44, p.631

⁹⁵⁰ *Idem, ibidem*

instrução; em quase todos os concelhos havia falta de informação para que o governo tomasse decisões. Muitas câmaras revelaram-se indiferentes aos benefícios da instrução sob pretexto de não terem recursos, receando comprometer alguma popularidade se lançassem impostos e os seus elementos tinham pouca consciência dos cargos que ocupavam⁹⁵¹.

Registavam-se “muitas irregularidades ocorridas com a nomeação dos professores, com o pagamento dos ordenados e gratificações, com a criação de cadeiras e com outros serviços da administração escolar que mostram que a ação das municipalidades está ainda longe de ser por toda a parte suficiente”⁹⁵². Das quase 300 câmaras existentes, apenas um terço tinha lançado mão do imposto especial previsto na legislação para cobrir despesas específicas de instrução⁹⁵³.

Bernardino Machado atribuía a existência de irregularidades das câmaras aos maus exemplos das instâncias superiores. “Nem sempre as câmaras municipais nomearam os melhores professores. Não o digo como o senhor ministro [da Educação, João Arroio], impressionando-me pelo número de pessoas sem título que administram o primeiro ensino, cerca de quinhentas. Que remédio senão nomearem-se estas pessoas a quem a lei, nos seus bons desejos, chama idóneas, quando as escolas normais, como já demonstrei, não abasteciam o recrutamento do magistério primário! É todavia certo que várias vezes as câmaras arredaram os candidatos providos de diploma oficial. Mas se o exemplo vinha de alto! Ainda este ano o Liceu de Lisboa chamou uma pessoa apenas idónea para tomar parte nos júris dos exames de admissão aos liceus”⁹⁵⁴.

BERNARDINO MACHADO PUGNA PELOS MUNICÍPIOS

Bernardino Machado punha em causa a reorientação por uma centralização de competências em relação à instrução primária e elaborava uma história relativamente otimista da disseminação da instrução a cargo dos municípios, desde a publicação da

⁹⁵¹ *Idem, ibidem*, p.632

⁹⁵² *Idem, ibidem*

⁹⁵³ “Das 292 câmaras municipais do continente e ilhas adjacentes, 104 tinham lançado imposto especial (...); 115 declararam que pagariam as despesas do professorado com as suas receitas gerais e 73 não estavam ainda habilitadas para satisfazer o novo encargo, que nem sequer fora considerado nos respectivos orçamentos ordinários” (António José Teixeira, Câmara dos Pares do Reino, ata de 1890-7-16, diário número 44, p.631)

⁹⁵⁴ Bernardino Luís Machado Guimarães, Câmara dos Pares do Reino, ata de 1890-7-16, diário número 044S1, p.13

legislação de 1878 (lei de reforma e reorganização do ensino primário) e de 1880 (reorganização da instrução secundária), considerando que o Estado não tinha auxiliado os municípios nem a tempo nem suficientemente. “É deficientemente irregular a difusão das escolas? O mal não veio tanto da fraqueza de iniciativa de certas localidades como de que as mais pobres não foram suficientemente socorridas. Não é a mais justa nem a mais útil a distribuição das escolas? A culpa é do governo, que as preferiu para diminuir o seu subsídio”⁹⁵⁵.

Era verdade, concedia o Par do Reino, que as câmaras nem sempre tinham nomeado os melhores professores já que as escolas normais não formavam pessoas suficientes e quando as formava, as câmaras olhavam para os normalistas como inferiores aos indivíduos simplesmente habilitados pelas comissões de circunscrição escolar. Se as câmaras suspenderam e demitiram, e parecia que sim, não tinha sido sem fundamento. “Mas elas [as câmaras] não os instaurariam se não contassem com a inópia [insuficiência], a perplexidade e o desapego de princípios da administração central”⁹⁵⁶.

Se a culpa do atraso era mais do governo central ou mais dos municípios era uma questão que podia separar Bernardino Machado de Jaime Moniz, já o capricho das denúncias e dos comportamentos delatórios os juntava na forma de episódios vívidos. “Passou-me pelas mãos um processo típico em que se demonstrava sem a menor sombra de dúvida por duas sindicâncias feitas sucessivamente, uma sob a gerência do partido progressista, outra sob a do regenerador, que certo sujeito era ora o melhor ora o pior dos professores e até a mim me veio falar um mesmo alto funcionário, pró e contra ele”⁹⁵⁷. O próprio Bernardino se referia a uma relaxação dos funcionários do governo, “inamovíveis que em grande número fazem também política pessoal, servindo cordialmente a todos os partidos”, enquanto inspetores educativos. O Par do Reino estimava a existência, nesta altura, de mil escolas instaladas em edifícios capazes, quando o país necessitava de oito mil; e de quatro mil professores, metade do necessário.

Não obstante, um outro Par do Reino, o visconde de Moreira de Rei, considerava que havia demasiada instrução num país com mais de oitenta por cento de analfabetos⁹⁵⁸. “Temos instrução pública em excesso e de forma tal que, por mais que eu procure a

⁹⁵⁵ *Idem, ibidem*, p.12

⁹⁵⁶ *Idem, ibidem*, p.14

⁹⁵⁷ *Idem, ibidem*

⁹⁵⁸ “Basta para nosso castigo que o censo de 1890 acusasse 79,2 analfabetos em cada 100 habitantes!” (João de Sousa Tavares, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1901-3-12, diário número 34, p.3)

expressão adequada, não possa parlamentarmente exprimir a ideia que desejaria exprimir”⁹⁵⁹. Este transbordamento ia contra a sua ideia de que a instrução era somente saber ler, escrever, contar e conhecer línguas estrangeiras. Em tudo o mais que ultrapassasse essas competências, influía outro tipo de considerações, uma espécie de preferência que se antepunha como destino pessoal intransigente, uma coisa que estava lá antes de estar, como o decoro nos palácios dos reis e um desdém pela contribuição que estabelecimentos de ensino pudessem ter dado para a sua formação.

Tudo o mais não vem da escola, não vem de mestres, nem de conselhos superiores ou conselhos inferiores [de Instrução Pública], não vem de coisa nenhuma destas que nós criamos e pagamos e que sobretudo sofremos, vem... como direi eu? Vem do nascimento. (...) O que distingue os homens, o que os torna verdadeiramente superiores, não são os títulos da universidade nem os diplomas passados por qualquer ministério mas o dom natural da inteligência que os acompanha desde que nascem até que morrem. Há indivíduos carregados de habilitações que mal sabem repetir aquilo que leram e outros desprovidos de instrução ou com noções elementares delas que não só repetem mas analisam e contrariam vantajosamente as opiniões que estão exaradas nos livros que compulsam. Com respeito à educação científica, eu pergunto se não será melhor seguir as leis naturais? (...) Direi ao meu ilustre amigo o senhor ministro da Instrução Pública, visto apelar Sua Excelência para mim próprio, apresentando-me como exemplo de que os nossos estabelecimentos de instrução pública têm produzido alguma coisa de valor, permita-me Sua Excelência que eu diga que não fui produzido por nenhum desses estabelecimentos, pelo contrário, posso afirmar que aprendi a ler, contar e alguns princípios de latim com meu avô, que me ensinou até à idade de sete anos e esta foi a minha base. (Antônio Augusto Ferreira de Melo, Câmara dos Pares do Reino, ata de 1890-7-12, diário número 41, pp.576-579)

Em nome da esperança na eficácia do poder central, a educação popular era-lhe agora confiada quase por inteiro, embora se reconhecesse que pouca coisa seria alterada em relação ao que tinha sido estabelecido para a instrução primária, dividida em elementar, obrigatória para todas as crianças desde os seis aos doze anos, e em complementar, grau obrigatório para admissão à instrução secundária. Aos municípios competia encontrar edifícios para a instalação das escolas e casas para habitação dos professores bem como providenciar todo o mobiliário e material escolar.

Do articulado que foi apresentado na Câmara dos Deputados em novembro de 1894, e que foi maioritariamente transposto para a redação final da lei cerca de um mês depois,

⁹⁵⁹ Antônio Augusto Ferreira de Melo [Antônio Augusto Ferreira de Melo e Carvalho], Câmara dos Pares do Reino, ata de 1890-7-12, diário número 41, p.576

fixava-se em sete as matérias para o primeiro grau ou grau elementar⁹⁶⁰ e nas duas primeiras, leitura e escrita, preceituava-se, explicitamente, que os exercícios a realizar deviam ministrar aos alunos informações de coisas úteis, de corografia e de história pátria, e de factos, monumentos e homens notáveis do país⁹⁶¹. Era suposto que houvesse em cada freguesia uma escola elementar para cada sexo e escolas de ensino complementar em todas as sedes dos liceus existentes e nas povoações com mais de quatro mil pessoas mas quando não fosse possível previa-se a existência de cursos temporários cujo currículo não deveria deixar de ter ensino da leitura e da escrita, com os exercícios preceituados atrás referidos, ensino da doutrina cristã e das quatro operações aritméticas básicas.

A formulação, que juntava a transmissão de conhecimentos proveitosos em geral, com elementos de história, de descrição física do país, de monumentos e homens célebres através dos exercícios de leitura e escrita para os alunos do ensino primário elementar, acontecia ao mesmo tempo em que a assunção do culto público de conservação dos monumentos instaurado através da sua promoção e propaganda incumbia à Comissão dos Monumentos Nacionais – depois de décadas em que as posições dos deputados tinham sido exemplares na forma como conferiam destinos diferentes aos vestígios, conforme se apresentasse a ocasião de decidir sobre eles. Uma vez deviam ser salvaguardados; outras deviam desaparecer por razões de progresso e de saúde pública; outras vezes podiam ser reaproveitados, pelo menos em parte. Esta diversidade característica do século XIX estava a ponto de ser enterrada em benefício de um poder deliberativo mais uniforme, ajustado à publicidade a todos os edifícios, construções, ruínas e objetos de arte, objetos da indústria ou objetos arqueológicos que importassem à compreensão histórica, que testemunhassem factos notáveis ou que constituíssem vestígios fundados dos povos anteriores à formação da nacionalidade portuguesa, conforme se dispunha no regulamento da Comissão dos Monumentos Nacionais (1894). Se os alunos deviam reter a biografia de homens célebres, a Comissão dos Monumentos devia ter em atenção todos os edifícios, construções, ruínas e objetos de arte que comemorassem e testemunhassem factos notáveis. Como se o assinalável e a

⁹⁶⁰ Leitura; escrita; operações de aritmética e noções do sistema legal de pesos e medidas; doutrina cristã e preceitos de moral; elementos de desenho; trabalhos manuais; exercícios ginásticos

⁹⁶¹ A reforma da instrução primária de 1894 fixou uma das formas como essa herança devia transmitir-se pela escola, desde cedo, mostrando como os vestígios do passado faziam parte das aprendizagens básicas. “Nos exercícios de leitura e escrita ter-se-á em vista ministrar aos alunos notícia de coisas úteis, de corografia e história pátria e de factos, monumentos e homens notáveis do país” (Decreto de 22 de dezembro de 1894 aprovando a reforma dos serviços de instrução primária, *Coleção oficial de legislação portuguesa. Ano de 1894*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1895, p. 1071)

notoriedade se jogassem em diversos tabuleiros simultaneamente, no mundo das crianças através da precoce inculcação através das leituras e da escrita, no mundo dos adultos através da manutenção de uma ordem por iniciativa legislativa, de guarda, conservação, reparação e exposição. E como se os tempos antigo e moderno se entrechocassem a propósito, na construção dos novos conhecimentos a observar, pendessem eles para o utilitarismo dos conhecimentos ou para a vontade de saber. “O antigo e o moderno saem à estacada. As ciências disputam a primazia outorgada às letras. O número de disciplinas com pretensões à eleição recresce. Contra o saber que se diz puro peleja o saber que se chama utilitário”⁹⁶², como era já utilitário o uso da corografia, da história, dos homens notáveis e dos monumentos na leitura precoce.

A ORGANIZAÇÃO DO ENSINO SECUNDÁRIO

Pelos laços estreitos que a deviam ligar à sociedade e pelos manifestos interesses que ela transportava, como “cultura geral do espírito” e como “decoro da nação”, era na reforma da instrução secundária que as maiores expectativas de mudança eram colocadas pelo legislador. A organização do ensino secundário permitia aos alunos, até então, submeterem-se ao exame de disciplinas separadas, verificando-se que podiam consagrar-se ao estudo atomizado de cada dessas disciplinas, caindo as matérias no esquecimento a seguir ao exame e não ajudando tal princípio “ao trabalho rigorosamente sistemático” nem aos “fins de uma cultura harmónica e completa em si mesma” (Moniz, 1919: 11). Jaime Moniz tinha idealizado os estudos liceais como podendo oferecer dois cursos, um clássico, outro moderno, mas nem essa pretensão passou para a lei – consagrou somente um tipo de plano – nem o ensino da língua grega, outro desígnio do pedagogo, passou a integrar os estudos na proporção em que ele pretendia.

Assumindo que só funcionaria um tipo de curso, ele seria composto por disciplinas literário-históricas e por disciplinas matemáticas, físico-químicas e naturais, estando as segundas mais próximas de um ensino técnico e indutivo e as primeiras relacionadas com uma base de antiguidade e tradições. A língua grega apenas era professada como cadeira do Curso Superior de Letras e como cadeira anexa à Faculdade de Teologia;

⁹⁶² Decreto de 22 de dezembro de 1894 aprovando a reforma dos serviços da instrução secundária, *Coleção oficial de legislação portuguesa, ano de 1894*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1895, p.1067

anexas ao Liceu Central de Lisboa eram criadas duas cadeiras, uma de ensino das línguas principais da costa oriental africana e outra para o ensino das línguas principais da costa ocidental; o ensino da língua inglesa era obrigatório para os alunos do curso geral; o alemão para os alunos que pretendessem ter instrução superior.

Se a língua grega ficava à espera de melhor oportunidade, o latim avançava como possibilidade de as tradições e os costumes dos portugueses poderem ser percebidos por referência ao passado da cultura antiga⁹⁶³, centrando para os alunos a obrigação de conhecê-lo como fundamento histórico da própria nação e como instrumento útil de saber. “Demos a preferência à língua latina e obriguemos ao seu estudo porque é para nós superior à grega em utilidade e bastante para os efeitos a que anelamos”⁹⁶⁴. A cultura antiga era uma língua; e era uma história suportada numa unidade primitiva, por sinal entusiasmante na sua grandeza, uma referência original da qual o espírito não deveria apartar-se.

“Somos uma verdadeira nacionalidade”, disse Jaime Moniz, olhando para o vasto domínio ultramarino que podia ser listado nos anos 70 do século XIX, o arquipélago de Cabo Verde, as ilhas de São Tomé e Príncipe, as províncias de Angola e de Moçambique, os territórios da Índia, de Macau e de Timor, domínio “repartido em pedaços pelo mundo”, gerido por uma “nação pequena, sem recursos extraordinários”. Ao contrário dessas terras nas quais os interesses políticos, religiosos, económicos, financeiros e comerciais divergiam desde logo pela sua localização, Portugal não carecia de unidade territorial, etnográfica, religiosa, de linguagem, de costumes.

Refutando a ausência de uma origem territorial casuística para a pátria, Jaime Moniz recordava que a existência política de Portugal “não nasceu de circunstâncias fortuitas nem procedeu do favor” e, estabelecido desde cedo, deu origem aos valentes e indomáveis navegadores que tornaram o domínio colonial “altamente patriótico”, já que os descobrimentos fizeram os portugueses célebres e celebrados no período mais brilhante da sua nacionalidade.

⁹⁶³ “O equilíbrio das faculdades, a justeza da ponderação, a clareza e nitidez das ideias, a expressão relativamente fácil e sempre lógica e justa, a grande quantidade de razão e de senso comum, o pensamento penetrativo ao alcance de todas as inteligências, a noção positiva e o sentido intenso dos ideais praticáveis, o julgamento rigoroso das conveniências da vida, a proximidade de pensar e querer, a assimilação enfim dos elementos mais saudáveis das culturas antigas em prodigiosa unidade, todos estes preciosíssimos predicados que firmam a fama imorredoura do espírito romano os instilou ele na sua linguagem, a qual, na frase de um grande escritor, é modelo e mestra de todas as qualidades que se aprendem!” (Ernesto Rodolfo Hintze Ribeiro, João Ferreira Franco e Freire Pinto Castelo Branco, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1894-11-19, diário número 29, p.511)

⁹⁶⁴ Decreto de 22 de dezembro de 1894 aprovando a reforma dos serviços da instrução secundária..., p.1069

Este foi o nosso período heroico! Este foi o período em que os portugueses fizeram rubricar pela humanidade os títulos do seu valor social! Este foi o período em que para sempre salvaram do esquecimento o seu nome – não lutando unicamente com os homens, que de tais pelejas está cheia a trivial narrativa da história mas lutando, com esforços sobre-humanos, contra as tempestades do céu, contra as inclemências dos climas, contra as ondas embravecidas porque estava escrito que à grandeza do serviço devia corresponder a grandeza do sacrifício! (Jaime Constantino de Freitas Moniz, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1878-3-15, diário número 43, p.791)

Como é que uma nação pequena, sem a força e o poderio de outros impérios, poderia desenvolver o seu domínio? Recorrendo à inteligência, ao saber e à arte. O domínio ultramarino como ligação íntima ao passado, “representante material da prodigiosa força da vitalidade portuguesa”, nunca deveria ser abandonado porque um abandono das terras não herdadas, não recebidas de nenhum poder por troca ou doação, mas descobertas e conquistadas, acarretaria a decadência do sentimento nacional⁹⁶⁵. Vivemos num mundo romano, escrevia-se no preâmbulo da reforma liceal, entendendo-se que era preciso recorrer a ele se quiséssemos entender o nosso e entender os costumes, as tradições, as leis, a religião que nos formaram, aparecendo a história como propiciadora desse mergulho prático de suporte nas tradições.

APRENDER PARA PODER E PARA SABER

Incorporando o parecer dos técnicos, os direitos dos interessados, os comentários da imprensa, o exemplo de outras nações, a apreciação do passado e a constatação das “condições nacionais” e, sobretudo, das marcantes “circunstâncias privativas de nossa nacionalidade”, havia os claros objetivos de parar a degradação deste ramo do ensino, à força de reconhecer o valor formal da instrução secundária e assumir que se pretendia alcançar “o desenvolvimento gradual do espírito pela aquisição metódica e progressiva” do saber e a habilitação para o ingresso no ensino superior⁹⁶⁶, sendo certo que a lista de

⁹⁶⁵ Jaime Constantino de Freitas Moniz, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1878-3-15, diário número 43, p.791

⁹⁶⁶ Ernesto Rodolfo Hintze Ribeiro, João Ferreira Franco e Freire Pinto Castelo Branco, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1894-11-19, diário número 29, p.509

queixas sobre a inaptidão dos alunos que franqueavam tal ensino era não só medonha como parecia colar-se aos próprios alunos como características suas⁹⁶⁷.

Tal como essas características ao tempo inapagáveis, a reforma de instrução secundária não concebia que a aprendizagem de disciplinas estivesse apartada da mentalidade de quem as aprendia e antes afirmava o saber como forma legítima e inteligente de poder (“Aprendemos para poder e também para saber”⁹⁶⁸), com os seus fins de ordem prática. “Mas, além do saber, é ainda forçoso não olvidar o poder: a par dos conhecimentos as aptidões que lhes devem ser subordinadas. Não basta o saber, mais ou menos passivo: é preciso transpô-lo e passar à exercitação da correlativa atividade” (Moniz, 1919: 403).

Este saber devia ser construído a partir da transmissão de conhecimentos de modo a que eles permanecessem no espírito, à espera de enriquecimento posterior. “O poder vem por meio do conhecimento”(Moniz, 1919: 417) e toda a transmissão pressupunha uma compreensão dos fenómenos estudados, isto é, que no espírito dos alunos se manifestasse a formação das competentes imagens do que era transmitido. “Descreve-se ao aluno uma paisagem ou uma cidade, conta-se-lhe um facto histórico, cumpre que ele por meio da fantasia forme a correlativa imagem mental” (Moniz, 1919: 418).

Reconhecendo-se a circulação necessária entre a mentalidade dos jovens e a aprendizagem escolar, a reforma deveria instaurar uma uniformidade de cursos em todos os liceus existentes mas constrangimentos financeiros e humanos determinavam a adoção de uma divisão entre liceus nacionais (com curso geral) e liceus centrais (com curso geral e curso complementar). Sobre as disciplinas, preparava-se uma distribuição ordenada de cada uma por diversos anos ou classes, onde de cada uma importava saber a extensão e a intensidade com que devia aparecer dividida no plano de estudos e se conjugasse com as demais num jogo preciso de simultaneidade das disciplinas, por um lado, e de sucessão dos estudos pelos vários anos, por outro. “Em vez da indiferença pela construção do quadro, cada disciplina há de ser aqui objeto de peculiar disquisição [exame].

O conhecimento cabal de seu valor absoluto; a estimação exata de sua importância como saber e como processo; a medida da extensão e intensidade em que importa

⁹⁶⁷ “A maioria dos estudantes entra às aulas maiores sem o desenvolvimento de espírito indispensável; desfalece perante o mais rudimentar trabalho analítico; raciocina errado se raciocina; não sabe observar; não sabe classificar; deduz mal, induz pior; enfim arrasta-se pelos bancos das escolas forçadas a tratar com uma população incapaz de as seguir em seus exercícios” (Decreto de 22 de dezembro de 1894 aprovando a reforma dos serviços da instrução secundária, *Coleção oficial de legislação portuguesa, ano de 1894*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1895, p.1068)

⁹⁶⁸ *Ibidem*

professá-la; a maneira por que, sem quebra dos laços íntimos, cumpre dividi-la e a diligência acurada em limitar a ponto a prática, necessária de a repartir, com o fim de evitar a difusão e ganhar a concentração exigível”⁹⁶⁹. Mais uma vez, tal simultaneidade e tal evolução não eram construídas sem ligação a nada mas em ligação com o que se admitia poder ser a evolução do espírito dos alunos e a quantidade de trabalho possível que eles poderiam açambarcar, à semelhança do que poderia fazer-se no preenchimento de uma tábua cronológica sobre a qual se inscrevessem as idades dos alunos, as faculdades mentais a cada passo e as disciplinas que frequentassem, tudo numa força evolutiva em que a complexidade se fosse multiplicando à medida que os estudos avançavam.

“Em uma palavra. A repartição das matérias pelo tempo do quadro não pode ser alguma coisa cujas porções à mímica de concordância se achem desunidas, desconexas, tumultuárias: deve constituir um todo cujos elementos se articulem entre si, se apertem pela força de uma viva coesão, sujeitos à unidade de pensamento, endereçados à unidade do fim”⁹⁷⁰. Jaime Moniz referia que nunca ou quase nunca, na legislação passada, se tinha feito a distribuição das disciplinas por via dos melhores exemplos de outras nações⁹⁷¹, em Portugal sempre com a escassez de tempo que as famílias apoiavam e com os alunos entregues à “regência isolada de cada professor, estranho inteiramente aos outros, árbitro independente na soberania de sua cadeira!”⁹⁷². Não era possível aprender assim, os alunos com o direito de realizar os seus estudos nos estabelecimentos secundários do Estado “conforme o capricho de seu alvedrio [arbítrio]”⁹⁷³ e os professores prestando provas a si mesmos, sem nenhuma necessidade de harmonizarem ritmos, aprendizagens, tempos letivos, fugindo aos grandes objetivos da instrução secundária: “O desenvolvimento gradual do espírito pela aquisição metódica e progressiva de determinado saber; a habilitação por meio daquele desenvolvimento e deste saber para a entrada à instrução superior”⁹⁷⁴.

Quando se pretendia fracionar o estudo anual pelas disciplinas, com atenção à idade, à evolução física, à multiplicidade das matérias, era então que aparecia o argumento das

⁹⁶⁹ Decreto de 22 de dezembro de 1894 aprovando a reforma dos serviços da instrução secundária, *Coleção oficial de legislação portuguesa, ano de 1894*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1895, p.1070

⁹⁷⁰ *Ibidem*

⁹⁷¹ Uma exceção parcial era reconhecida para a distribuição com a data de 31 de dezembro de 1868, em que se reconhecia a procura de um certo nexo, (Moniz, 1919: 393)

⁹⁷² Ernesto Rodolfo Hintze Ribeiro, João Ferreira Franco e Freire Pinto Castelo Branco, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1894-11-19, diário número 29, p.512

⁹⁷³ *Idem, ibidem*

⁹⁷⁴ *Idem, ibidem*, p.509

fracas capacidades dos alunos, que não podiam estudar simultaneamente as disciplinas mas podiam estudar em seis anos o que os alunos de outros países não conseguiam aprender em nove, ou seja, um argumento dos pais, o “pendor para as doçuras do repouso, um negócio de educação e dos pais de família”⁹⁷⁵.

UNIFORMIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS E A EDUCAÇÃO COMO A PRIMEIRA PARTE DA POLÍTICA

A reunião das disciplinas nos mesmos liceus não só não tinha trazido consequências de natureza orgânica – elas estavam desligadas umas das outras – como determinou uma aversão à ordem e ocasionou o sucesso de uma ideia de incapacidade dos alunos. “Triunfava assim em toda a linha esta doutrina e descia por fim à extraordinária resolução do ensino de só duas disciplinas em cada ano” (Moniz, 1919: 395). Como se referia, a regência de cada cadeira não devia ser uma função isolada, “tem lugar, programa e horário em meio da transmissão de outras disciplinas”⁹⁷⁶ e os professores deviam articular-se para exercer cada uma e para estudar com os alunos.

Os mestres eram uma peça essencial da máquina, que todos os regulamentos e programas não poderiam prevenir nos seus detalhes mais ínfimos, pois competia-lhes o percebimento das matérias como forças articuláveis. Outras disposições podiam com sucesso prever-se: era expressamente proibido que os professores liceais e os diretores de institutos particulares obrigassem os alunos à compra ou a adoção de livros não adotados pelo governo e ainda que fizessem circular, por venda, lições ou explicações. Os professores eram impedidos de fazer perguntas nos exames de matérias que não estivessem consignadas nos livros adotados.

Os livros destinados ao ensino secundário, cujo preço era fixado pelo governo, eram os mesmos para todos os liceus, escolas, colégios e institutos de instrução, depois de serem decretados pelo governo por um período de cinco anos. Deviam observar, na sua composição, “correção e pureza na linguagem, exatidão na doutrina e disposição acertada na conformação didática”⁹⁷⁷. Se os livros eram os mesmos para todos os liceus,

⁹⁷⁵ *Idem, ibidem*, p.512

⁹⁷⁶ *Idem, ibidem*, p.513

⁹⁷⁷ Decreto de 18 de abril de 1895 aprovando o regulamento do concurso para adoção de obras destinadas ao ensino secundário, *Coleção oficial de legislação portuguesa, ano de 1895*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1896, p.438

determinava-se que o ensino fosse o mesmo em cada classe (ou ano) do curso geral, quer os alunos frequentassem um liceu central quer frequentassem um liceu nacional. Havia um claro pressuposto de moderar o hábito de os professores darem aulas magistrais, em que eles falavam e os alunos escutavam, hábito que devia ser matizado por um sistema em que os professores doseavam a exposição de conhecimentos com pausas para que, através de questões aos alunos, pudessem avaliar até que ponto as matérias estavam a ser entendidas⁹⁷⁸. A partir desta reforma, que perdurou no essencial até ao presente repercutindo a forma como percebemos as disciplinas constitutivas do saber, deveríamos reconhecer o aglomerado de matérias aparecendo como articuladas, conexas, íntegras, por mais disruptivas, por mais lapsos de tempo que não cobrissem, por mais falhas que apresentassem na aquisição do saber, como uma totalidade do mundo apta a fundir-se com o ser dos alunos no processo de aprendizagem. “O plano da instrução secundária, em toda a parte onde a estimam, representa a organização, nunca o atomismo”⁹⁷⁹.

A tentativa de fracionamento das disciplinas por relação à idade dos alunos, por relação às fases de desenvolvimento psíquico e ao material de estudo fazia aparecer o argumento da fraca energia intelectual dos alunos tal como o prolongamento do tempo escolar fazia aparecer críticas em sentido contrário, como se a natureza dos alunos portugueses os disponibilizasse a fazer em menos anos o que alunos de outras nações faziam em mais. Se as disciplinas não estavam isoladas de uma coerência, também a regência das cadeiras deixava de ser uma função isolada e constituía uma operação harmonizada. “A regência de cada cadeira não é uma função isolada; tem lugar, programa e horário em meio da transmissão de outras disciplinas”⁹⁸⁰. O laço da educação com aspetos vários da vida tinha conduzido Jaime Moniz a encontrar-lhe os seus vínculos mais perenes, “a expressão assertiva do valor da educação sob todos os aspetos da abundante relatividade que a enaltece”: a educação era a parte primeira da política; era a garantia de um futuro; era a antítese do crime e da prisão; era a formação dos cidadãos incumbidos de fazer cumprir os poderes vigentes.

⁹⁷⁸ Decreto de 14 de agosto aprovando o regulamento geral do ensino secundário, *Coleção oficial de legislação portuguesa, ano de 1895*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1896, p.663

⁹⁷⁹ *Ibidem*

⁹⁸⁰ Decreto de 22 de dezembro de 1894 aprovando a reforma dos serviços da instrução secundária, *Coleção oficial de legislação portuguesa, ano de 1894*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1895, p.1071

Trata-se do seu lugar na política? Diz-se que a primeira parte da política é a educação, que a segunda parte da política é a educação, que a terceira parte da política é a educação.

Trata-se do seu alcance para o porvir nacional? Diz-se que possuidor da escola segura em suas mãos o dia de amanhã. Entregai-me a educação, dar-vos-ei tudo o mais. O que pretendeis que seja um povo ensinaí-o primeiro. Trata-se do seu préstimo para o organismo político? Diz-se que a educação se antepõe a todas as constituições.

Trata-se de seu influxo para a prática do dever cívico? Diz-se que só a sociedade culta o sabe livremente cumprir. Para o uso do direito? Diz-se que só ela o sabe largamente exercitar.

Trata-se de seu vínculo com a justiça? Diz-se que a abertura de uma escola contém a possibilidade do encerramento de um cárcere (*Apoiados*). Diz-se que por libra despendida em educação se poupam cinco em processos, prisões, em estações penais (*Apoiados – Vozes: Muito bem.*).

Trata-se de seu nexos com a administração? Diz-se que no régimen educativo se forma o agente hábil incumbido de o promover no legislativo, no judicial, no militar, no executivo... Diz-se que o máximo de educação é o mínimo de governo. (Jaime Constantino de Freitas Moniz, Câmara dos Pares do Reino, ata de 1890-7-17, diário número 45, p.647)

Mas era ainda o aperfeiçoamento individual através do acrescentamento das capacidades mentais, estéticas e morais e doravante, na sua ligação com a moralidade, a garantia de transmissão dos valores da sociedade. Do efeito direto da educação sobre as tradições e sobre a herança, não era possível ser mais explícito, ao realizar-se sobre elas a imposição de uma construção, passível de as transformar, de as aumentar, de ver na educação o garante principal da conservação do que, noutros diplomas, andava a ser definido como o património dos monumentos nacionais e do poder irradiador de tal conservação a todas as classes da sociedade.

Trata-se do seu laço com a moralidade? Diz-se que por virtude da educação se formam, se transmitem as ideias sugestivas, se avigoram e fortalecem os sentimentos elevados, que inclinam ao bem” (*Vozes: – Muito bem.*) Trata-se do seu vigor para o aperfeiçoamento individual? Diz-se que a educação acrescenta, duplica, aumenta a capacidade mental, estética e moral. Trata-se do seu efeito sobre a raça? Diz-se que a educação altera, emenda, enriquece a herança existente em benefício de subsequente herança mais aditada e favorecida. Trata-se de seu poder conservador? Diz-se que a educação defende, arrecada e transmite as tradições, os costumes profícuos: diz-se que lega as verdades a princípio restritas ao pecúlio de poucos, sob forma cada vez mais geral, no processo dos anos para tesouro comum! (Jaime Constantino de Freitas Moniz, Câmara dos Pares do Reino, ata de 1890-7-17, diário número 45, p.647).

Se era reconhecida à instrução primária uma capacidade para habilitar os alunos para a *recepção* dos bens culturais, a instrução secundária inscrevia-se na primeira linha da *transmissão* desses bens enquanto preparava o futuro de classes dirigentes. “Já se

notaram aquelas diferenças [entre instrução primária e instrução secundária] com justeza, quanto ao substancial, nos seguintes termos: que o ensino elementar há de contribuir com a formação da capacidade precisa para a recepção dos bens da cultura, ao passo que o secundário há de habilitar para a transmissão destes bens, ao serviço doutro ensino, a seu turno, ainda maior; mas também dizer-se que ao ensino secundário incumbe estabelecer a cultura das classes dirigentes” (Moniz, 1919: 397).

O que seria a transmissão, isto é, o que não poderia deixar de ser a transmissão? “Transmitir, se não mente a etimologia, significa *mandar além* – e meio neste lugar só pode significar *instrumento*. Posto isto, perguntarei mais: quando uma coisa serve de instrumento é ela que atua ou quem a emprega? O meio de *mandar além* qualquer objeto é que manda ou a *intenção* que se serve dele?” (Herculano, 1901: 251).

Se o ensino das escolas primárias proporcionava os conhecimentos que ninguém devia ou podia ignorar, fosse pobre, rico, inteligente ou menos dotado, vivesse na cidade ou no campo, o ensino secundário encaminhava-se para destinatários possuidores da primeira instrução e para os elementos de uma sociedade que seriam homens de maior ilustração e de maior variedade de conhecimentos – seria um ensino “destinado a constituir os futuros grupos sociais dirigentes” (Moniz, 1919: 396); os liceus destinavam-se aos homens cuja situação lhes permitisse exercer uma ação mais direta e eficaz sobre os concidadãos por meio do respeito que lhes fosse devido, segundo um ministro francês; os institutos secundários da Prússia dotavam com saber e educação as classes sociais chamadas a influenciar a regulação da vida nacional; o ensino secundário reunia os elementos de um escol que derivava, é verdade, da massa nacional de escolarizados, mas dos quais reunia os melhores e mais inteligentes. “Do alcance social do grau médio resulta grande parte da excecional importância que lhe anda adjudicada. Por isso se disse já que um povo vale tanto quanto vale a organização do seu ensino secundário” (Moniz, 1919: 398).

O ENSINO SECUNDÁRIO COMO PONTO COMUM DA MENTALIDADE DA VIDA NACIONAL

As circunstâncias da aquisição pelos alunos de um conhecimento que distinguia o ensino secundário como morada de um saber genérico, não exaustivo e não entregue a grandes especializações, que pressupunha ser “o ponto comum da mentalidade na vida

nacional”, que contribuía para “a formação do espírito público e da união moral da nação”, que presumia ser a cultura geral o fundamento do “sentimento de coesão e de unidade”, sem os quais a organização política não se sustentaria, esse ensino médio que faria de cada um dos seus filhos uma “influência grande e saudável” (Moniz, 1919: 400), harmonizava-se na perfeição com uma transmissão da herança através de um conhecimento igualmente genérico, igualmente marcante da mentalidade geral, igualmente destacado quanto à formação de uma união moral e quanto à coesão e unidade, igualmente destinado a uma *mediania* cuja cultura geral não podia limitar-se ao saber ler-escrever-contar nem podia estar no nível dos especialistas.

Esse ensino que formava os homens para lhes abrir as portas das funções superiores do espírito, através de uma preparação mais privativa que permitisse exercer uma ação em proveito, geral e específico, dos seus concidadãos, amestraria as faculdades a partir de uma base de conhecimento geral sólida e perdurável, tão perdurável quanto a transmissão da herança como um dos deveres dos cidadãos inscrita nesse proveito genérico. A aquisição da cultura geral deveria, ainda, dotar os alunos da necessária adaptação ao meio social instável, em mudança; e deveria ser tomada como um tesouro de possibilidades de atuar e do exercício prático de competências, isto é, da fixação no espírito do saber pronto a aplicar.

“Todos os estudos escolares têm de ser considerados sob o duplo aspeto da aquisição do conhecimento e da conveniente aquisição técnica: é de absoluta necessidade que a par da posse do saber exista a faculdade de o pôr em ação nas condições indicadas” (Moniz, 1919: 403). O combate a uma ideia meramente utilitária de instrução, que deputados no Parlamento tentariam fazer prevalecer, ficava claro nas medidas de Jaime Moniz. O pedagogo anunciava a prevalência de uma aquisição de conhecimentos como “ideias claras desinteressadas” (Moniz, 1919: 405), traduzindo as palavras de um deputado francês, isto é, desinteressadas de um fim tão-só utilitário que tivesse em vista apenas o indivíduo e uma preocupação egoísta. A ideia do *desinteresse* como forma de pertença, e a ideia de atuar em nome da sociedade, ligar-se-iam de forma profunda aos defensores da herança cultural: também a sua defesa não era meramente utilitária e também ela se ligava a uma genealogia do *desinteresse interessado*, que sempre tinha caracterizado os protetores das artes e dos tesouros. A transmissão de conhecimentos não seria uma mera inculcação, pois o que se propunha para o percurso escolar era da ordem do desenvolvimento da autonomia do espírito.

Antes de tudo sobre haver de juntar à transmissão do conhecimento a posse das correlativas prendas de natureza prática, [o ensino secundário] há de proceder conjuntamente ao desenvolvimento das funções mentais, ganhando para elas força e presteza, pela atenção, pelo uso dos métodos ativos, pela exercitação, pelo emprego da atividade independente e da iniciativa, pelos hábitos de trabalho, enfim por todos os meios convenientes empregados no tirocínio escolar. (Moniz, 1919: 413)

A independência do espírito construía-se na relação próxima e assertiva com essa exercitação e hábitos de trabalho. Como se a tarefa da instrução secundária fosse a de ensinar de modo a que o espírito pudesse elevar-se e enobrecer-se ao mesmo tempo que se assegurava que a matéria ensinada seria adquirida e assimilada e que os conhecimentos transmitidos persistiriam, capazes de se enriquecer com posteriores aquisições (Moniz, 1919: 415).

“Antes de tudo convém lembrar que se trata aqui duma cultura geral, duma preparação comum, com exclusão de complexos de conhecimentos próprios do estudo restrito de uma divisão do saber ou do exercício de qualquer profissão” (Moniz, 1919: 399). Um terreno abundante para fertilizar o amor pelas biografias de grandes homens, pelo amor aos grandes monumentos, através de um conhecimento generalista, nem demasiado próximo como o do especialista nem demasiado longínquo e ineficaz como o do ignorante, um terreno próprio para a influência prosperar. “Para tal efeito requer-se cultura, inteligência, moralidade, o que as humanidades se propunham a facultar” (Moniz, 1919: 399). Esta cultura do grau médio, também uma preparação geral para a vida, não se podia confundir com um carácter estritamente utilitário ligado ao instituto profissional, como se destinasse os alunos somente a uma função útil. Não formava engenheiros ou magistrados, formava homens, quer dizer, cidadãos. Era justamente a ideia de um conhecimento acessível a todos, também feito de “ideias claras desinteressadas” (Moniz, 1919: 405), que incluíssem o rigor científico e o sentimento do belo, que estava em causa.

Sendo certo que a instrução secundária era a transmissora de uma cultura geral que devia, apesar disso, respeitar no sujeito de ensino “meio e ocasião de realizar o seu desenvolvimento até onde lhe permitam os talentos, a situação e as circunstâncias de que dispõe”(Moniz, 1919: 398), sendo certo que uma transmissão de cultura geral se devia individualizar em cada alma, à instrução secundária cometia-se essa proeza de derramar a educação sobre cada aluno sem o destituir da sua personalidade, facultando-lhe um interesse geral e um destino comuns.

Era sob esta lógica que Jaime Moniz entendia que os institutos de ensino secundário, sob um duplo ponto de vista (social por um lado, individual psicológico por outro) deviam consagrar-se a cinco grandes finalidades: i) à transmissão de um conjunto de conhecimentos e de práticas com eles relacionados (fim material); ii) à promoção progressiva do desenvolvimento intelectual do espírito (fim estritamente formal); iii) à educação do sentimento e da vontade (fim estético-moral); iv) à promoção do desenvolvimento normal do corpo (fim físico); v) e à habilitação para os estudos maiores (fim preparatório) (Moniz, 1919: 399).

E, com certeza, que os fins material, formal, estético-moral, físico e preparatório, tendo lugar num quadro da aquisição de um conhecimento geral, não propriamente especializado, não exaustivo, teriam maior hipótese de ter sucesso perante a “consistência orgânica” (Moniz, 1919: 400) das distribuições de disciplinas. Não era vão falar-se de disciplinas: elas envolviam já a ideia de instrução, de educação e de ensino e espelhavam-se a partir dos interesses de um conteúdo de valor geral universal e da utilidade na relação com o espírito (Moniz, 1919: 408-409), que devia incluir para a formação integral dos homens cultos: “o interesse moral e estético que tem por objetivo o bem e o belo; o interesse empírico que tem por objetivo os factos da história e os fenómenos da natureza em si mesma; o interesse especulativo que tem por objetivo a dependência recíproca das coisas, a conformidade dos factos e fenómenos com as leis que os regem (...); o interesse simpático que tem por objetivo o bem-querer, a amizade, o amor do próximo; o interesse social que tem por objetivo a associação, desde as colectividades humanas menores e mais simples até à comunidade nacional” (Moniz, 1919: 409). O equilíbrio procurado era entre um lado humanista, um lado prático e um lado relativo às disciplinas da arte. Os conhecimentos deviam despertar as forças mentais dos alunos, exercendo-se o que se designava como o fim formal da instrução⁹⁸¹. Da mesma forma que a herança cultural pressupunha um acúmulo de bens e objetos, a partir dos quais os homens deviam organizar um entendimento, também a escola “jamais pode eximir-se a dotar o aluno com um pecúlio de conhecimentos sólidos” que não passariam de matéria morta – tal como os bens culturais herdados – quando não estivessem ligados à agilidade mental que os trabalhasse (Moniz, 1919: 418).

⁹⁸¹ “Nós entendemos por cultura formal a cultura total do lado intelectual do homem, e portanto, das capacidades de observar, formar representações e retê-las de memória, formar noções, julgar e tirar conclusões...” (Moniz, 1919: 419); o verdadeiro ensino seria não só comunicar conhecimentos mas desenvolver as forças mentais dos alunos, ou seja, o propósito de exercitar e formar na matéria do ensino as forças mentais dos alunos, como dizia um autor alemão (*Idem, ibidem*, p.418)

O que as décadas do século XIX ocasionavam, de cada vez que a questão dos monumentos de arte e arquitetura era suscitada no Parlamento, era a tentativa de que a matéria morta do passado, as construções arquitectónicas e os objetos, se adequassem a um pensamento que só existia na cabeça dos especialistas do passado, historiadores, arqueólogos, arquitetos, professores e outros, naqueles que tinham alguma intervenção ativa e direcionada com os monumentos, e podiam abstrair a partir das suas experiências o valor dos vestígios e o prazer da descoberta, mas que não era suficientemente abrangente para que não-especialistas, poderes políticos e restantes cidadãos, pudessem imaginar um corpo para esses vestígios, um ordenamento que lhes conferisse uma forma, inusitada e institucional, tal como os desígnios da instrução secundária pretendiam fazer com o entendimento dos alunos a partir da transmissão das matérias liceais.

Bem se poderia pregar a favor da conservação dos monumentos mas quais seriam as razões pelas quais os poderes políticos desconsideravam, através da inação, tal propósito? Como nenhuma disciplina estava no papel de produzir uma cultura formal geral, uma intenção de olhar os monumentos do passado como relevantes (relevantes como relíquias) só podia ter lugar quando a esses resíduos se juntassem razões formais para os salvaguardar.

TRANSMISSÃO *NATURAL*

O que o ensino podia fazer pela cultura formal (velar pela aquisição de representações e noções claras; pela procura das relações existentes entre as coisas e as noções, por exemplo, de semelhanças e de diferenças, de unidade e de número, de causa e efeito, de meio e fim, etc.; formar juízos exatos e retirar conclusões justas; expressar em linguagem correta tudo isso e tudo isso gravar no espírito) (Moniz, 1919: 420), distanciando-se da transmissão mecânica do saber, podia fazer também pelo reavivar da cultura material num sentido estatal, que viria a ser aferido, desde logo, pelo elenco dos programas de disciplinas que acompanharam a reforma de 1894-1895⁹⁸², a primeira a

⁹⁸² Jaime Moniz, Adolfo Coelho, pedagogo e professor do curso superior de letras, e Augusto Epifânio da Silva Dias, professor dos liceus, foram autores da maioria dos programas. Jaime Moniz foi o autor dos programas de história e filosofia; com Augusto Epifânio da Silva Dias, foi também autor dos programas de língua alemã e língua inglesa; Adolfo Coelho foi o autor dos programas de língua e literatura

instituir tais procedimentos, isto é, a fixar um detalhado, moroso e competente rol de matérias que o Estado, não já os professores no seu arbítrio, entendia dever ser transmitido em cada disciplina.

Justamente quando foi constituído um corpo de saberes para todos os alunos, cuja aquisição devia ser metódica e progressiva, quando se assinalava que uma certa quantidade e qualidade de saber tornava mais difundida “a conquista da totalidade dos estudos”⁹⁸³, a reforma assinalava que essa aquisição se direcionava para a individualidade, ou seja, um corpo de conhecimentos comum a todos os alunos devia ricochetear em cada um como a constituição da sua identidade e ser percebido como experiência única⁹⁸⁴. Era nesse sentido que podia avançar-se com confiança para um ensino em que o conteúdo de algumas disciplinas poderia ter um efeito diluente, levando ao seu esquecimento, mas que ainda assim ficaria na memória de quem as tinha aprendido.

Mesmo que não fosse possível reter muito bem que enquadramento histórico deveria ser explicado para os Jerónimos, talvez bastasse fazer uma visita ao monumento para o tornar inolvidável. Algumas das pesquisas a que Jaime Moniz se referia indagavam das potencialidades da memória como objeto dos estudos sobre cultura formal e instavam a colocar em destaque as associações de ideias como forma perene de lembrar as coisas. Excursões e visitas de estudo adquiriam um notável poder evocativo, pondo ao serviço as funções de observação, retenção, discriminação, etc., notável quer porque se inscreviam em tempos vividos fora das paredes da sala de aula quer porque podiam ser revividas através da sua descrição posterior com desenhos, textos ou outros exercícios. Essa notabilidade conseguia-se pelo aperfeiçoamento dos conhecimentos através do exercício contínuo.

O que estava a mudar era a assunção da parte do Estado de que a instrução se destinava à transmissão de conhecimentos mas que essa transmissão se concebia como formação da personalidade dos alunos através de processos subjetivos de relação entre mestres e entre alunos. “É certo que podem aproveitar-se as relações apontadas, por meio de acertada escolha, para a produção de um estado subjetivo, de uma determinação da

portuguesa, de língua francesa e de geografia. Augusto Epifânio da Silva Dias foi o autor do programa de língua latina

⁹⁸³ Ernesto Rodolfo Hintze Ribeiro, João Ferreira Franco e Freire Pinto Castelo Branco, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1894-11-19, diário número 29, p.510

⁹⁸⁴ “Destarte a aquisição de conhecimentos transverte-se em factor de individualidade ou constitui-se em matriz de qualidades pessoais” (Ernesto Rodolfo Hintze Ribeiro, João Ferreira Franco e Freire Pinto Castelo Branco, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1894-11-19, diário número 29, p.509)

personalidade por onde toda a força do espírito, consorciada com as representações adquiridas, cresça à maior aptidão ou suba ao maior vigor possível”⁹⁸⁵. No centro da relação pedagógica estavam as “saudáveis influências” provenientes de uma transmissão que operava como se ela fosse natural.

O próprio meio de transmissão previa o esquecimento porque a marca dessa transmissão se inscreveria de qualquer modo, fosse mais ou menos duradoura a sua permanência nos espíritos dos jovens alunos. Mesmo com a crítica de que disciplinas do curso secundário poderiam ter um efeito diluente ou dissolvente no espírito dos alunos, elas permaneceriam na memória porque tinham sido estudadas, “por isso mesmo sempre subsistirá ilesa sua maior utilidade – o produto da influência [influência] operada sobre a energia psíquica”⁹⁸⁶. Como se podia ler num artigo do Ministério da Instrução Pública francesa, “só se sabe bem o que muitas vezes se esqueceu. É preciso que haja tempo para esquecer e tornar a aprender” (Moniz, 1919: 492).

A reforma do ensino médio português de Jaime Moniz integrou uma análise dos sistemas de ensino de outras nações e de exemplos de sistemas pedagógicos, sendo confessadamente a alemã, e nesta especialmente a da Prússia, a lição mais relevante a ser admirada. Desde logo porque, como o pedagogo notava a partir das leituras, das referências cotejadas para preparar a reforma e das viagens realizadas, apresentava-se à evidência a existência de um “espírito alemão” pretendente ao “conhecimento da totalidade; não para saber mais, mas com o fim de reconhecer a conexão, o nexo que liga entre si as partes de que ela se compõe” (Moniz, 1919: 27). Rigor, competência, pontualidade, ordem em toda a parte, eis o que Jaime Moniz via nesse sistema, dedicado à transmissão do saber, ao exercício da mente e ao uso do pensamento.

“Nas províncias do ensino secundário a superioridade da Alemanha prova-se tão incontestável que mal pode opor-se-lhe a mínima dúvida” (Moniz, 1919: 28). Jaime Moniz reconhecia-lhe o estudo insistente, continuado, profundo, servido pela enorme acumulação de experiências e pela contínua e árdua discussão sobre programas e métodos. Apesar da admiração, não eram esquecidas as especificidades de cada nação. “Cada povo possui o seu caráter privativo, a sua função histórica, as suas origens e tradições, as suas necessidades, os seus ideais, as suas aspirações, e tudo isto se estreita

⁹⁸⁵ Ernesto Rodolfo Hintze Ribeiro, João Ferreira Franco e Freire Pinto Castelo Branco, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1894-11-19, diário número 29, p.509

⁹⁸⁶ Decreto de 22 de dezembro de 1894 aprovando a reforma dos serviços da instrução secundária, *Coleção oficial de legislação portuguesa, ano de 1894*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1895, p.1068

com a constituição psíquica e física dos indivíduos que o compõem e as condições da pátria em que ele tem morada” (Moniz, 1919: 21).

O plano de estudos dos liceus portugueses foi pensado, tal como esse conhecimento total, a partir de uma base orgânica, capaz de ligar as disciplinas entre si, distribuídas ao longo de cinco anos no curso geral (ministrado em todos os liceus) e de dois anos no curso complementar (só existente nos liceus centrais)⁹⁸⁷. A distribuição das disciplinas por séries de classes e anos de ensino cortava com os antecedentes legislativos em vigor em ordem a tentar “trocar uma forma incoerente e contraproducente de distribuição e de lição de disciplinas por outra psicológica e pedagogicamente organizada, atenta aos indivíduos e ao país a que se destinava” (Moniz, 1919: 40), ajustada numa distribuição comum e gradual das matérias.

As distribuições das disciplinas estatuídas pela legislação portuguesa anterior a 1894-1895 tinham de ser conferidas de acordo com uma série de variáveis, desde logo a distinção entre alunos ordinários e alunos voluntários, com os últimos a poder escolher a ordem das disciplinas que lhes conviesse desde que observassem as precedências para exames; os exames por disciplinas e por partes de disciplinas; a admissão aos exames sem dependência das disciplinas entre si e dos anos por que estivessem distribuídas; as aprovações em exames para aceder às escolas superiores, em vez da exigência de cursos bem construídos; a instituição dos cursos por anos sem haver uma sistematização das disciplinas, tudo formando “o cortejo ao mesmo tempo auxiliar, inseparável e protetor da irregularidade das distribuições” (Moniz, 1919: 392).

AS DISCIPLINAS CENTRAIS NA ORGÂNICA DA INSTRUÇÃO SECUNDÁRIA

A instrução secundária era professada em liceus centrais (Lisboa, Coimbra, Porto, Ponta Delgada) e liceus nacionais (nas sedes dos restantes distritos). Só os liceus nacionais centrais professavam sete classes, isto é, os cinco anos do curso geral mais os dois do curso complementar. Os liceus nacionais professavam cinco classes (curso geral). Nos

⁹⁸⁷ O curso geral (cinco anos) compunha-se das seguintes disciplinas: Língua e literatura portuguesa; língua latina; língua francesa; língua alemã ou inglesa; geografia e história com especialidade a de Portugal; aritmética, álgebra elementar e geometria plana; elementos de história natural, de física e de química; desenho. O curso complementar (dois anos) abrangia: Língua e literatura portuguesa; língua latina; língua alemã; geografia e história; álgebra, geometria no espaço, trigonometria e cosmografia elementar; física, química e história natural; filosofia. A divisão entre liceus nacionais centrais (que ministravam dois cursos, geral e complementar) e liceus nacionais (que ministravam apenas o curso geral) vinha de 1880

liceus nacionais centrais, o ensino era dividido por três secções – a inferior, que incluía as duas primeiras classes ou dois primeiros anos; a média, que incluía os três anos seguintes; a superior, que incluía os sexto e sétimo anos de escolaridade.

O plano de disciplinas dos liceus dividiu-se, portanto, por sete anos de frequência escolar, correspondendo a três secções: secção inferior (composta pelos primeiros dois anos de ou duas classes, I e II); secção média (a que correspondiam três anos de frequência e as classes III, IV e V); e secção superior (a que correspondiam dois anos e as classes VI e VII). À frequência das secções inferior e média, com um total de cinco anos, correspondia o curso geral dos liceus; à frequência da secção superior, correspondia o curso superior dos liceus.

Pela avaliação das distribuições das disciplinas nos diversos sistemas de ensino analisados por Jaime Moniz verificava-se que a língua materna, a matemática, a história e o latim eram mencionadas em todas ou quase todas as classes e que a repartição das disciplinas por anos organizava uma continuidade, uma ordem do ensino. Na reforma de 1894-1895 as disciplinas eram distribuídas pelos diferentes anos dos cursos geral e complementar, de tal modo que a língua latina (com 34 horas semanais), a língua e literatura portuguesa (30 horas semanais), a matemática (28 horas) e as ciências físicas e naturais (23 horas) ocupavam a maior parte das horas de instrução ao longo das sete classes ou anos que a instrução média oferecia. Ficava determinado que cada lição duraria uma hora, com exceção do desenho que durava uma hora e meia (nos primeiros três anos) e duas horas (nos dois seguintes)⁹⁸⁸. O legislador dividia o dia escolar em dois períodos, antes do meio-dia, durante o qual não devia haver mais de três horas de aulas, e depois do meio-dia, com igual carga horária máxima de três horas. O desenho seria sempre professado à tarde e a matemática, sempre que possível, devia estar na parte da manhã. Estas decisões destinavam-se a harmonizar as capacidades de atenção, trabalho e resistência à fadiga dos alunos, que tinham direito a intervalos de não mais de quinze minutos entre cada lição. Quando houvesse excursões (para o estudos das ciências físicas ou naturais, da geografia e da história), elas deviam ser marcadas de acordo com um horário escolar que devia libertar os alunos, da parte da tarde, assim que possível⁹⁸⁹. A minúcia e detalhe das determinações, por referência à legislação anterior, não se esgotava na ocupação do tempo que os alunos deviam observar nos liceus, mesmo que

⁹⁸⁸ Decreto de 14 de agosto aprovando o regulamento geral do ensino secundário, *Coleção oficial de legislação portuguesa, ano de 1895*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1896, pp.662-663

⁹⁸⁹ *Ibidem*, p.663

estes estabelecimentos fossem, por excelência, o lugar próprio dos estudos; a escola invadia a organização do tempo nas casas dos alunos, ao prescrever o trabalho que deviam levar para casa: máximo de 10 horas de trabalho de casa por semana para os alunos da primeira classe; 12 horas para a segunda classe; 15 horas para cada classe da seção média; 18 para cada classe da seção superior. A minúcia também se estendia ao número máximo de alunos permitido por turma: 53 nos primeiros três anos; 45 nos dois anos seguintes; 42 na seção superior.

Os exames tinham lugar apenas uma vez em cada ano letivo, que era balizado, para o futuro, entre outubro e junho. Eram estabelecidos quatro exames de passagem, considerados como “um dos mais valiosos recursos do organismo do ensino secundário”⁹⁹⁰, três no decorrer do curso geral e um no decorrer do curso complementar. Eram um valioso recurso porque estabeleciam uma seleção dos alunos e faziam igualar as classes professadas, além de servirem de advertência às famílias sobre o valor intelectual dos filhos. O estudo das diversas disciplinas da instrução secundária, nos liceus do continente e ilhas, foi conformado, pela primeira vez na história das reformas de instrução em Portugal, à publicação de programas, que deviam ser escrupulosamente seguidos no detalhe ínfimo que apresentavam. As disciplinas desenhavam um centro que tinha a montante as regras relativas ao nexos que deviam observar com os conhecimentos do grau anterior e dos estudos posteriores; a extensão ou a medida de lição com que devia ser professada cada disciplina em cada curso ou seção; a duração dos períodos escolares; a ordenação de todas as disciplinas quanto a lugar e tempo; a necessidade de contar com precedências; a coordenação das disciplinas entre si; as regras que deviam ser observadas relativas a trabalhos em casa e nos liceus e as regras relativas a métodos e processos de trabalho (Moniz, 1919: 455); e que tinha a jusante a ideia de que todas juntas se subordinavam a um propósito geral e maior, que constituía a totalidade dos elementos de cultura. “Só em ligação com o todo da cultura pode cada disciplina demonstrar os seus direitos e qualidades. A importância de cada disciplina depende de quanto ele dentro dos elementos da cultura pode contribuir para a ação coletiva ou a aquisição do fim total.” A partir do momento em que não devia considerar-se nenhuma disciplina como “só fim para si mesma” mas tendo de incorporar-se “no vulto total dos elementos de cultura” a soma das disciplinas apareceria como uma totalidade do saber disponível (Moniz, 1919: 456). Esse saber

⁹⁹⁰ *Ibidem*, p.671

disponível poderia ir mudando, tendo em conta o progresso da cultura, as transformações das sociedades e, decerto, novas exigências educativas. “Mas em meio de tudo isto permanecerá firme e inalterável o preceito da justa divisão, correlação e coesão dos elementos naturais do plano” (Moniz, 1919: 457-458), cada grupo de matérias unindo-se ao seguinte o mais possível e todos se unindo como um só.

Se o plano disciplinar tinha sido concebido tendo como destino um todo, tal sistema de influências convergentes (Moniz, 1919: 458), em que não havia lugar a disciplinas cujo saber fosse desconexamente ou desordenadamente transmitido, transportava um processo disciplinador dos trabalhos e rotinas liceais e um destino moralizador. “A uma boa escolha de matérias andar sempre ligado o valor pedagógico de ampliar o círculo de experiência da criança, de apresentar-lhe exemplos morais, de introduzir em sua vida ideais e modelos que podem assumir a função de guias do seu esforço moral, de ministrar-lhe fins materiais, facultar-lhe compreensão para instituições e relações morais, e desta maneira enaltecer o seu modo de ver ético e o seu entendimento” (Moniz, 1919: 449).

Como objetivo geral, portanto, os programas tinham sempre em vista o desenvolvimento intelectual e moral dos alunos, a crescente complexificação das matérias a abordar e a ideia de que os conhecimentos se iriam completando nas classes seguintes, “graduando as dificuldades”, como se podia ler no programa de língua e literatura portuguesa para a II classe⁹⁹¹.

EXEMPLARIDADE DA HISTÓRIA

Não havia dúvida de que as disciplinas de história e de português se apresentavam como suscitadoras das maiores considerações sobre a prevalência do sentimento nacional. A presença da história foi suficientemente destacada quando o legislador da instrução secundária previu que, na transmissão de conhecimentos pelo professor – em que a exposição devia ser intercalada com pausas para que entendesse se os alunos compreendiam o que estava a ser transmitido – o prazo para essas exposição e pausas deveria ser alongado, quando se tratasse da disciplina da história (Ó; Henriques, 2015:

⁹⁹¹ Decreto de 14 de setembro de 1895 aprovando os programas para o estudo das disciplinas de instrução secundária conforme a última reforma deste grau de ensino, *Coleção oficial de legislação portuguesa, ano de 1895*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1896, p.716

156). Os professores empregavam “o máximo desvelo na elaboração da matéria destinada à assimilação pelos alunos”⁹⁹² de tal modo que o trabalho de casa devia ser apenas uma revisão do que havia sido aprendido; a forma pedagógica de relação por meio de exposição, pergunta e resposta, dirigia-se “de preferência à atividade mental reprodutiva” e consagrava a “averiguação da firmeza e exatidão dos conhecimentos adquiridos pelos alunos”, associando-lhes novos conhecimentos, se fosse o caso, revendo alguns outros também.

A uma pergunta do professor correspondia uma resposta e cada pergunta devia ser “bem ordenada, sem carácter sugestivo ou alternativo”; uma maior liberdade de exposição por parte dos alunos seria reservada para os anos das secções média e superior da instrução secundária. Os alunos deviam responder com frases “sem erro de expressão”, de modo que se associava o conteúdo verdadeiro das respostas à forma como elas deviam ser formuladas (uma resposta certa, uma fórmula correta de responder). Não haveria, por princípio, respostas dispersivas ou hesitantes. O ensino da história devia promover o desenvolvimento da inteligência, da memória, da imaginação e da vontade moral. Pela análise dos factos sociais, pela relação entre os factos e os seus antecedentes e os efeitos futuros, o ensino da história deveria promover o desenvolvimento da inteligência; pela retenção de cor de factos e de datas importantes e, sobretudo, pela reprodução mental dos elementos componentes do passado devia conseguir exercitar a memória; pelo trabalho de combinação de todos estes elementos, devia promover a imaginação. Pelo exemplo da energia posta ao serviço de nobres causas, devia desenvolver a vontade moral. Os factos da história transportavam consigo uma exemplaridade e a capacidade de construir uma vontade moral fazia-se a partir da simpatia “que o bem ocasiona e a repugnância e aversão que a presença do mal desperta”⁹⁹³; e também a partir da determinação de que os alunos reconheceriam progressivamente como modelos grandes personalidades, depois de se identificarem com os parentes mais próximos, uns sucedendo a outros como seus exemplos.

“As crianças, conforme adverte um ilustre mestre, se preferem primeiro para seu modelo indivíduos da própria família e do círculo de seus conhecimentos (os ideais mais próximos) com o progresso da idade já escolhem para o mesmo efeito pessoas

⁹⁹² Decreto de 14 de agosto de 1895 aprovando o regulamento geral do ensino secundário, *Coleção oficial de legislação portuguesa, ano de 1895*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1896, p.664

⁹⁹³ Decreto de 14 de setembro de 1895 aprovando os programas para o estudo das disciplinas de instrução secundária conforme a última reforma deste grau de ensino, *Coleção oficial de legislação portuguesa, ano de 1895*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1896, p.731-732

notáveis e personalidades históricas” (Moniz, 1919: 503). A relevância da história, usando as palavras de um educador e psicólogo alemão, tinha uma força comparável à instrução religiosa, mediada por essas histórias humanas exemplares. “O exemplo humano atua mais imediata e perduravelmente sobre a esperança moral e os desejos dos alunos do que a instrução religiosa” (Moniz, 1919: 503).

O ensino da história devia, também, desenvolver o sentimento artístico à custa da “compreensão do grandioso, da impressão do sublime e da ação do belo em algumas das suas manifestações mais visíveis, universalmente celebradas”⁹⁹⁴. O ensino da disciplina histórica congregava, portanto, um conjunto de tarefas (análise e retenção de factos e datas; reprodução de trechos da história através de quadros mentais formados nos alunos; exercício da imaginação) e um conjunto prescritivo de comportamentos através da aquisição de conhecimentos (a identificação do bem e do mal, a identificação do grandioso, do sublime e do belo, que deviam ser reconhecidos de forma universal embora tivessem de passar pelo maior crivo da subjetividade, pois o que era exatamente grandioso, sublime e belo antes de assim ser reconhecido?).

Se estava a considerar-se, nesta altura, que todos os edifícios, construções, ruínas, objetos artísticos, industriais ou arqueológicos que importassem “à história do modo de ser intelectual, moral e material da nação nas diversas evoluções e influências do seu desenvolvimento” eram monumentos nacionais⁹⁹⁵ era fora de dúvida que pelo menos alguns desses vestígios deveriam inscrever-se nas categorias do grandioso, do sublime, do belo, desde logo porque eram monumentos os vestígios que testemunhassem e comemorassem “factos notáveis da história nacional”⁹⁹⁶; que o ensino da história e a recolha de vestígios, incluindo os “megalíticos e em geral os que constituam vestígios dos povos e civilizações anteriores à formação da nacionalidade”⁹⁹⁷ se reuniam para desenvolver o “amor da pátria, da nacionalidade, da humanidade, como valiosos momentos da consciência moral – do amor da pátria por meio do conhecimento dos factos históricos praticados por nossos maiores e do lugar que a terra onde nascemos conquistou no decurso da evolução histórica; do amor da humanidade por meio da

⁹⁹⁴ Decreto de 14 de setembro de 1895 aprovando os programas para o estudo das disciplinas de instrução secundária..., p.732

⁹⁹⁵ Decreto de 27 de fevereiro de 1894 aprovando o regulamento para a comissão dos monumentos nacionais, *Coleção oficial de legislação portuguesa, ano de 1894*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1895, pp.101-102

⁹⁹⁶ *Ibidem*, p.102

⁹⁹⁷ *Ibidem*

notícia sumária do valor e solidariedade do género humano”⁹⁹⁸; que se tentaria fazer coincidir o conhecimento das coisas do passado com o amor pelas coisas do passado; que o desenvolvimento do sentido histórico por meio da indagação dos factos comportava, também, um julgamento das coisas, dos tempos e dos homens, um julgamento, tal como se dizia no programa de história, “fora dos preceitos da lógica ideal ou do rigor matemático e dentro dos domínios do relativo ou da realidade”.

Certamente não seria possível comunicar aos alunos do liceu de final do século o conhecimento de toda a história mas a ideia da sua constituição “em seus tipos mais notáveis”, a passagem da informação na “notícia dos factos de máximo alcance”, da “notícia de alguns indivíduos extraordinariamente celebrados e dos feitos gloriosos ou heroicos que se ligam com estes indivíduos”, prevalecendo sobre isso um ponto de vista biográfico⁹⁹⁹. Em resumo, na impossibilidade de estudar a história como se fosse uma obra completa, prevaleceria o estudo do grandioso, do sublime e do belo e dos valores que reverberassem o amor da pátria, da nacionalidade e da conformidade às mensagens que o passado parecia querer enviar, desde que conformadas à idade mental dos alunos. A criação de uma consciência propriamente histórica, mesmo com os elementos que Jaime Moniz identificava como “dentro do domínio do relativo”, fazia-se com o imprescindível auxílio do mestre, mais do que noutras disciplinas. O legislador da reforma considerava que “o ensino da história na instrução secundária é um dos que se envolvem em maiores dificuldades e dos que dependem mais do saber, habilidade e tato pedagógico do professor”¹⁰⁰⁰.

Isto era: expurgado de artifícios de oratória, de retórica e demonstrativa; recorrendo à geografia, sempre que esta se revelasse necessária à compreensão dos factos históricos; desataviado de preconceitos políticos que fossem do foro privado dos professores; distinguindo os tempos, o meio social e as obras dos indivíduos; nunca sobrecarregando a memória com datas e factos insignificantes; sendo auxiliado pelo ensino das línguas através dos exercícios de leitura. “Não há meio neste ponto, como em tantíssimos outros, de substituir a ação do professor e tudo aqui é confiado ao seu saber e à sua prudência. A interrogação é muito aconselhada no ensino da história. A exposição oral,

⁹⁹⁸ Decreto de 14 de setembro de 1895 aprovando os programas..., p.732

⁹⁹⁹ *Ibidem*

¹⁰⁰⁰ *Ibidem*

feita pelo aluno, é o exercício peculiar do estudo histórico, a partir da quarta classe em diante”¹⁰⁰¹.

Nesse diálogo escolar, em que os alunos diriam aos professores de que forma tinham conseguido fixar e compreender os conhecimentos essenciais, cabiam, sem grande surpresa, referências que iam desde a notícia dos homens mais notáveis da pátria (I classe) até à consideração dos monumentos de arte mais notáveis (VII classe). A defesa dos monumentos, isto é, “a propaganda e o culto público pela conservação e pelo estudo desses monumentos”¹⁰⁰² era um trabalho teórico e prático que evidenciaria características que, à primeira vista, não estariam presentes e qualidades puramente subjetivas: amor da pátria, consciência moral, ideias de grandiosidade, do sublime e do belo, de tal forma que, para o futuro, o estudo e a proteção dos monumentos não era apenas um estudo; não era somente o prazer do arquiteto Joaquim Possidónio Narciso da Silva ao descobrir vestígios que poderiam ser da antiga cidade de Nabância, velando pela conservação das riquezas nacionais ocultas por séculos; era um ato de consciência moral, uma ação patriótica e exemplar que, como tal, deveria ser reconhecida pela população escolar, uma ação humana, uma ação que se encontraria do lado do bem.

UM ESTUDO EMINENTEMENTE MORAL E SUBJETIVO DOS MONUMENTOS

Não poderia ser mais taxativa esta ideia no discurso do deputado Luciano Pereira da Silva, quando se referiu particularmente ao plano de estudos e à importância do ensino do desenho e dos materiais de suporte de que deveria deitar mão, numa intervenção sobre a organização da instrução secundária. “O professor terá na aula reproduções gráficas de obras de arte e álbuns fotográficos convenientemente escolhidos e deverá acompanhar os alunos em excursões aos monumentos e museus ao seu alcance”¹⁰⁰³.

Defendendo os princípios da reforma e cumprindo-se a envolvência das cadeiras e a mútua interpenetração, o deputado defendia que o desenho não era só uma disciplina, era “também auxiliar da cadeira de história”¹⁰⁰⁴. É verdade que aos alunos se devia dar a ver os vestígios das civilizações da antiguidade, egípcia, grega e romana, ou da Idade

¹⁰⁰¹ *Ibidem*

¹⁰⁰² Decreto de 27 de fevereiro de 1894 aprovando o regulamento para a Comissão dos Monumentos Nacionais..., p.102

¹⁰⁰³ Luciano António Pereira da Silva, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1903-1-13, diário número 5, p.9

¹⁰⁰⁴ *Idem, ibidem*

Média ou da Renascença, para “o professor de desenho mostrar a severidade triste e sombria dos monumentos egípcios, com as suas colunas coroadas pela flor de lótus, a nobreza, a harmonia e a graça dos edifícios gregos, como a perfeição inimitável das suas esculturas, a majestade, força e riqueza dos monumentos romanos”¹⁰⁰⁵.

Todos estes qualificativos demonstravam que o estudo da arte não era asséptico mas eminentemente moral a observação que se fazia de vestígios e que, portanto, não se tratava apenas de desenhar nem de apreciar monumentos de uma civilização mas encontrar-lhes o seu lugar na subjetividade do mundo (sombrios uns, majestáticos outros, perfeitos outros ainda) de que o professor era o guardião, legítimo e legal representante em nome da opinião que o Estado entendesse transmitir, ligando os fios invisíveis, mostrando as influências recíprocas e descrevendo a racionalidade que se lhes devia aplicar. “E, tratando da arte românica, de que temos tão belos exemplares, desde São Pedro de Rates até à velha Sé de Coimbra, o aluno aprenderá como ela deriva da arte romana por influência bizantina e como, por um problema de abóbadas, evoluiu para a arte gótica, que é a arquitetura que melhor traduz o ideal cristão, o desprendimento de espírito dos laços da matéria”¹⁰⁰⁶.

Ao falar das visitas de estudo, Luciano Pereira da Silva resumiu no Parlamento de forma brilhante todo um chamariz que relacionava i) o reconhecimento dos monumentos; ii) a assunção da necessidade prospetiva de os conservar; e iii) a forma como o reconhecimento e a conservação eram parte de um sentimento de amor. “Tais visitas incutirão na mocidade o respeito dos nossos monumentos, que é a garantia única da sua conservação e, pelos factos históricos que a eles se ligam, um mais entranhado amor pela pátria portuguesa”¹⁰⁰⁷. Vários exemplos internacionais permitiram ao deputado lembrar que as noções de arte adquiridas deveriam estar presentes em outras disciplinas, em nome do sistema de educação geral que a reforma de Jaime Moniz tinha concebido para Portugal.

Num colégio do Massachusetts, Estados Unidos, os alunos do segundo ano juntavam o estudo do latim ao da arqueologia romana; num outro colégio americano de artes, os alunos do terceiro e quarto anos dedicariam o terceiro trimestre do estudo do latim às questões da arqueologia, pintura, escultura e arquitetura e o estudo do grego combinava-se com o de obras de arte; o exemplo mais significativa vinha de um colégio inglês, em

¹⁰⁰⁵ *Idem, ibidem*

¹⁰⁰⁶ *Idem, ibidem*

¹⁰⁰⁷ *Idem, ibidem*, pp.9-10

que um grupo de alunos dava conta do contagiante excitação por uma conferência de um seu professor sobre arquitetura. “Foi tão interessante que, depois, pedimos muita licença para fazer, aos domingos, excursões às igrejas e monumentos antigos do nosso distrito. Estas excursões têm-se feito a pé e em bicicleta com um professor”¹⁰⁰⁸.

Se os professores cumprissem o seu papel, se lhes fosse possível transmitir o seu contentamento, seriam em breve os alunos a descobrir que o contentamento era já seu, que o património era uma questão também sua e, mais importante ainda, que era uma questão que os distinguiria como seres cultivados. “Estas palavras de entusiasmo juvenil provam bem o prazer com que os alunos, se o professor souber neles despertar as emoções do belo, receberão a educação estética que denuncia os povos cultos porque, influenciando nas construções, nos trajes e nos costumes, transforma o aspeto das cidades e das populações”¹⁰⁰⁹.

Estudar, classificar e inventariar os monumentos; providenciar a sua guarda, conservação, reparação e exposição pública; indicar como fazer as reparações e decidir do destino dos vestígios; informar sobre o restauro, a remoção, o empréstimo ou a alienação dos monumentos¹⁰¹⁰, eram tarefas cometidas ao bem, ao amor da nacionalidade, ao belo e ao sublime, que, na sua configuração institucional presente em Portugal – no Ministério das Obras Públicas com a Comissão dos Monumentos Nacionais; no Ministério da Educação, com a reforma liceal – faziam lembrar o eco dos lamentos do deputado Jervis de Atouguia, numa longínqua sessão de 1839, transmitindo a ideia de que não pugnar pela conservação dos monumentos da pátria era vergonhoso e que, à falta de criar alguma coisa, se pudesse recriar o que já estava firmado pelo tempo.

Agora, senhor presidente, aproveito a ocasião para dizer ao governo que esta representação deve servir-lhe de incentivo sobre um objeto de tanta ponderação como é, na realidade, a conservação e o reparo desses belos monumentos da nossa antiga glória... Que vergonha senhor presidente! Tanto vandalismo no século em que vivemos!... Oh, senhor presidente! Se não podemos criar, conservemos isso que temos... Já basta de ruínas! Já basta de destruição!... Desculpe-me V. Exa este desaforo. (António Aloísio Jervis de Atouguia, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1839-7-4, diário número 142, p.1311)

¹⁰⁰⁸ *Idem, ibidem*, p.10

¹⁰⁰⁹ *Idem, ibidem*

¹⁰¹⁰ Decreto de 27 de fevereiro de 1894 aprovando o regulamento para a Comissão dos Monumentos Nacionais..., p.102

O ensino das matérias históricas fazia-se, evidentemente, respeitando uma gradação. Buscando o sentimento e a fantasia dos alunos, deveria comunicar-se informação de vidas célebres e de feitos gloriosos, numa narrativa simples e intuitiva (I classe); deveria alcançar uma feição propedêutica na transmissão dos estudos, no caso vertente relativamente aos povos orientais. “A simplicidade e a unidade de vida dos povos orientais devem facilitar a aquisição dos conhecimentos” (II classe); o estudo das histórias grega e romana fazia entrar os alunos em um trabalho “mais ligado e desenvolvido”, integrando os factos pelos nexos que lhes estavam na origem, ordenando-os na sua sequência e falando das suas consequências (III classe); devia aproveitar as relações em que se achavam os factos para um tratamento comparativo da história (VI e VII classes)¹⁰¹¹.

DAS DESCRIÇÕES SIMPLES À AUTONOMIA

O ensino da língua portuguesa nas cinco primeiras classes devia ministrar aos alunos a capacidade de ler e falar com correção; o conhecimento essencial da morfologia e da sintaxe; devia conferir facilidade de escrita, através de redações descritivas ou de género epistolar, relativas às próprias experiências pessoais que pudessem ser contadas; devia conferir conhecimento de formas poéticas dos principais géneros literários como “primeiro incentivo ao gosto pela literatura e pelo desenvolvimento do sentimento nacional”¹⁰¹².

No programa desta disciplina haveria lugar a leituras de trechos muito simples (I classe) como fábulas, contos tradicionais, narrações de história real e lendária pátrias, notícias de homens notáveis, lendas da antiguidade clássica ligadas às origens da Península Ibérica, pressupunha, por parte dos professores, uma explicação “real e verbal” dos textos lidos; comentários sóbrios e genéricos sempre tendo em conta o “grau de desenvolvimento intelectual e moral dos alunos”; e uma “instrução moral derivada dos textos”¹⁰¹³, de resto comum às tarefas que deviam resultar da análise de textos nas três primeiras classes ou anos da instrução secundária; “descrições muito simples” de geografia e história natural na relação com os programas destas disciplinas (II classe); a

¹⁰¹¹ Decreto de 14 de setembro de 1895 aprovando os programas..., p.732

¹⁰¹² *Ibidem*, p.718

¹⁰¹³ *Ibidem*, p.716

partir da V classe parte das leituras devia acontecer em casa, tendo em conta a procura de uma progressiva autonomia dos alunos; embora se assinalasse sempre o dever de explicar aos alunos os textos lidos, também se previa que o adiantamento dos alunos lhes permitia que a leitura em casa fosse preponderante, no sentido de vencer dificuldades de vocabulário (VI classe); para a aula ficava reservada a análise literária dos textos, isto é, a determinação das ideias fundamentais, a intenção, o desenvolvimento, os sentimentos expressos, as personagens, os episódios, as descrições, os tipos (heróis), as comparações de textos.

A instrução moral derivada dos textos era um ponto comum assinalado para as primeiras três classes (I, II e III). A progressividade nos conhecimentos ia da capacidade de ler e falar corretamente, de conhecer o essencial da morfologia e da sintaxe, da firmeza na escrita e das noções elementares dos géneros literários (I à V classe) ao desenvolvimento correto de temas escolhidos pelos professores, ao conhecimento dos principais factos da história da literatura e, finalmente, à afirmação do sentimento nacional e moral, através de leituras e dos respetivos comentários (VI e VII classes).

A leitura era o ponto de partida de todos os exercícios através de trechos de escritores dos séculos XVI a XVIII e XIX, cuja linguagem não oferecesse especiais obstáculos à compreensão. Distribuída pelos sete anos de escolaridade liceal, a leitura percorreria três graus: “leitura simplesmente correta (classes I e II); leitura inteligente (classes III a V); leitura expressiva e declamação (classes VI e VII)”¹⁰¹⁴, avançando deste modo numa progressão que os próprios alunos deviam incorporar como adequada às suas capacidades mentais. Também na interpretação e na apreciação dos textos haveria três graus sucessivos: inteligência imediata da obra de arte; inteligência consciente (a partir da III classe); e inteligência crítica (nas classes VI e VII), tal como nos exercícios escritos: reprodução servil; reprodução livre; e invenção, destinando-se o desenvolvimento da invenção sobretudo para as últimas duas classes do curso.

Só nas últimas duas classes se alargariam e completariam tais aquisições de conhecimentos, de tal modo que os alunos reconhecessem o seu percurso como evolutivo, da simplicidade das leituras básicas para uma certa complexidade das aprendizagens posteriores. Só nas últimas duas classes o aluno devia ficar apto para “ler com expressão”, para desenvolver de modo claro, correto e particularizado um tema antes tratado nas leituras, devia estar senhor dos principais factos da história da

¹⁰¹⁴ *Ibidem*, p.718

literatura e da história da língua; “enfim, firmará o seu sentimento moral e nacional por meio das leituras e dos comentários respetivos”¹⁰¹⁵.

Era confessado o objetivo de acomodar a ação da escola à percepção do que seria a evolução psíquica dos alunos, “a fim de assegurar a posse efetiva do necessário saber, coordenado e firme, o aperfeiçoamento metódico e progressivo das capacidades mentais e o melhor aproveitamento destas capacidades” (Moniz, 1919: 459). As observações feitas para o ensino da língua portuguesa aplicavam-se às restantes línguas modernas do plano dos liceus. As leituras possibilitavam a expansão da imaginação, basicamente se os professores levassem os alunos a elaborar representações mentais das descrições que liam.

Ao ler ou ouvir ler o episódio do Adamastor em *Os Lusíadas* tornava-se necessário que “o aluno tenha ante a vista o negro mar, ouça mentalmente o bramido das ondas e veja espessar-se a nuvem temerosa e carregada na figura robusta e válida do gigante em que o poeta encarnou o cabo Tormentório”¹⁰¹⁶. A expansão da capacidade imaginativa tinha uma importância muito relevante como base da construção de sentimentos estéticos, que se desenvolviam a par dos sentimentos morais. “Quando em Camões vemos morrer no hospital, em pobre leito, um herói como Duarte Pacheco Pereira, que ao rei e à lei servira de juro, não só surge claro em nossa mente o triste quadro traçado em breves palavras pelo poeta, mas agitam-nos a alma e o sentimento de repulsão pela injustiça e o desejo de a afastar do mundo”¹⁰¹⁷. Os textos escolhidos de literatura portuguesa poderiam servir para conhecer vocabulário, para compreender as questões sintáticas, para discutir sobre morfologia mas eram cruciais para “firmarem e alargarem os variados sentimentos de ordem moral: a benevolência, a simpatia, a compaixão, a admiração, o amor da justiça, o brio, a abnegação, a repulsão pelo que é baixo e vil”¹⁰¹⁸. Na IV classe irrompia a leitura de *Os Lusíadas*, “divino poema (...) que só por si coloca entre as nações de primeira ordem no mundo civilizado um pequeno canto da terra”¹⁰¹⁹ e que devia ser acompanhado das explicações dos motivos que moviam as personagens. Quer estas explicações quer a explicação “real” dos textos lidos implicavam que havia um sentido correto a dar às leituras e, obviamente, uma lição moral a extrair. A distribuição da leitura de *Os Lusíadas* por vários anos (III e IV classes) conferindo uma

¹⁰¹⁵ *Ibidem*

¹⁰¹⁶ *Ibidem*, p.719

¹⁰¹⁷ *Ibidem*

¹⁰¹⁸ *Ibidem*

¹⁰¹⁹ Alfredo Filgueiras da Rocha Peixoto, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1899-1-27, diário número 10, p.13

continuidade das aprendizagens, acarretava, para o legislador, que os planos de ensino secundário abandonavam a anterior simplicidade que tinha afundado os estudos secundários em uma profunda desilusão de resultados, a qual permitia estudar uma ou duas disciplinas, depois iniciar ou terminar o estudo de outras e tudo isso sem uma ação uniforme e sem uma ideia de unidade que se fizesse notar, como ocorreria com o conhecimento gradativo das matérias que ora se estipulava.

A intensidade, e a extensão no tempo, com que os alunos deviam tomar conhecimento do valor das disciplinas, opondo-se ao reino arbitrário de se submeterem aos exames de uma ou duas disciplinas, tinha uma correlação com a intensidade e extensão com que os alunos podiam conservar na memória os conhecimentos; ligava-se a um ritmo pendular, “pausado, repetido e compassado” (Moniz, 1919: 490) que decorria da boa distribuição por séries de anos e classes; a conservação permanente dos conhecimentos, como ideal a alcançar, tinha a ver com o tempo de trabalho dedicado a saber algo de cor e o número repetido de vezes que implicava; tinha a ver com duração e repetição. “A clareza, permanência e reprodução das representações fortalecem-se muito na frequência, a espaços, com que estes elementos de saber incidem no espírito, uma, duas, muitas vezes, ocasional e intencionalmente” (Moniz, 1919: 491).

VALOR PEDAGÓGICO DO LATIM

Tão relevante quanto a intensidade e a extensão eram as pausas que os professores deviam proporcionar, que não eram um tempo vazio nem perdido mas ocasiões para que os alunos pudessem pensar e elaborar dúvidas sobre o que era transmitido. Intensidade, extensão e interrupções ritmavam a atividade dos alunos em direção a uma progressão constante, passo a passo, por séries de anos e classes. Na I classe de latim, os professores deviam escrever “exemplos muito simples” para as conjugações e para as declinações; não estava somente em causa o início do domínio numa língua mas a prescrição de ideias que fossem convenientes ao desenvolvimento dos alunos e a aquisição de um ensino linguístico perceptível como herança coletiva.

O conteúdo de cultura de qualquer linguagem policiada representa sempre um depósito de noções, sentimentos e volições [vontades], um tesouro de saber, de sentir, de querer, mais ou menos diverso, mais ou menos múltiplo e opulento, produzido pelo trabalho das gerações e pelo esforço individual, com caráter

próprio e de modo privativo. A aquisição do conhecimento deste conteúdo é valiosa pelos bens que comunica e ainda pela influência formal que exerce. Assim, do ensino linguístico, em regra, pode dizer-se que se estende a todas as formas da atividade mental. Em cada língua espelha-se o completo organismo da vida espiritual do povo que a fala e retrata-a uma especial concepção ou conformação de ideias acerca do mundo e da vida. (Decreto de 14 de setembro de 1895 aprovando os programas para o estudo das disciplinas de instrução secundária conforme a última reforma deste grau de ensino, *Coleção oficial de legislação portuguesa, ano de 1895*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1896, p.720)

Observando um consenso entre o ensino das línguas e o ensino da literatura como primeiro instrumento para a instrução geral, acrescentar-se-ia o grande valor pedagógico do estudo do latim, que levaria os alunos diretamente à relação entre as palavras e o seu sentido, na sua formulação básica e primeva, outorgando no descobrimento da evolução dos vários sentidos uma abundância de vocabulário, fiel à organicidade original, ao estrito reconhecimento da regra e a uma clareza significativa – qualidades, como se dizia, em que o espírito se amestrava para a compreensão gramatical e para a evolução do pensamento e da sua exata expressão.

Era a “mais objetiva das línguas”¹⁰²⁰, a que menos se tinha dobrado perante a subjetividade ou individualidade, proporcionando aos alunos a capacidade de pensarem na proximidade ou na distância que a língua portuguesa, a cada passo, detinha ante a origem da qual provinha e, por via disso, podendo ajudar a qualificar o valor da linguagem; era, ainda, base comum entre povos modernos e o meio onde a língua pátria podia fortalecer-se, “sem perda do sentimento de ligação histórica ou de parentesco de família que tem de observar”¹⁰²¹.

Balizados pela capacidade de compreensão dos alunos, os textos em latim também serviriam para deles destacar características que tinham a ver com a moral e a estética. “A explicação dos textos insistirá nas ideias, noções, qualidades estéticas, morais e literárias que eles encerram, sem nunca subir a dissertações superiores à capacidade dos alunos”¹⁰²². Os professores e os alunos deveriam persuadir-se em não cair na reiteração dos compêndios, quando a observação direta das coisas pudesse fazer-se, como no caso da geografia. “Sem passeios escolares, sem uma parte de ensino ao ar livre, como, por

¹⁰²⁰ Decreto de 14 de setembro de 1895 aprovando os programas para o estudo das disciplinas de instrução secundária conforme a última reforma deste grau de ensino, *Coleção oficial de legislação portuguesa, ano de 1895*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1896, p.720

¹⁰²¹ *Ibidem*, p.721

¹⁰²² *Ibidem*

exemplo, para a observação noturna do céu, o ensino cairá na repetição mecânica do compêndio”¹⁰²³.

Disciplina associativa de conhecimentos por excelência, devia chamar a atenção para os produtos naturais e industriais das localidades, embora deixando o desenvolvimento desse conhecimento à história natural, e observaria as condições de imaginação e intuição que ajudavam a formar quadros históricos de pertença. “Pelo desenvolvimento da memória visual, que contrabalança muito vantajosamente o da memória auditiva, para que contribui principalmente o ensino das línguas, o ensino geográfico leva ao desenvolvimento da intuição interior e da imaginação, à capacidade, por exemplo, de representar no espírito paisagens, costumes, que apenas ouvimos descrever ou lemos descritos, de reconstruir o cenário de um facto histórico, e sobretudo de fazer ideia clara dos acidentes de um país, à vista de uma carta geográfica habilmente traçada”¹⁰²⁴.

Nessa pertença se jogava uma vez mais um dos fins últimos da habilitação escolar, o sentimento pela pátria através da descoberta de feitos passados, e o valor da solidariedade no género humano, descobertas tanto visuais quanto construídas pelo soberbo desenho de quadros mentais imaginativos. “Fazendo que o aluno possa percorrer em espírito, com o auxílio dos meios gráficos que todos os dias se multiplicam, esses mares, essas ilhas, esses continentes descobertos por nossos maiores para a ciência, para o comércio, para a emigração europeia, radicará o sentimento nacional, dará força para novos cometimentos, ainda que de natureza diferente; e, revelando a interdependência em que se acham os homens, embora nas maiores distâncias geográficas, e os resultados combinados da ação de todos os povos, reforçará a ideia da solidariedade humana”¹⁰²⁵.

PARLAMENTO AVALIA A REFORMA DE JAIME MONIZ

As propostas de lei de reforma da instrução primária e da instrução secundária, apresentadas em 19 de novembro de 1894, não foram discutidas no Parlamento, como já vimos. Os decretos respetivos seriam publicados com as Cortes encerradas e o governo exercendo funções em ditadura, embora se tivesse previsto um debate. “Suposto se

¹⁰²³ *Ibidem*, p.725

¹⁰²⁴ *Ibidem*

¹⁰²⁵ *Ibidem*

reserva para a discussão oral a explanação de toda a proposta”¹⁰²⁶. O decreto de encerramento das Cortes datou de 28 de novembro e durante todo o ano de 1895 o Parlamento não reuniu, tendo reaberto no início de janeiro de 1896.

Os deputados Ribeiro Coelho, contrário à reforma, e Sousa Tavares, seu defensor, protagonizaram no Parlamento as intervenções mais acaloradas sobre a instrução secundária, à medida que se tentava fazer uma avaliação das consequências reformistas de 1894-1895. Houve, ainda, outras intervenções notadas: as de Eduardo Burnay e de Luciano Pereira da Silva, já referida, quando assinalava que o respeito da mocidade pelos monumentos era a garantia da sua conservação.

O deputado Ribeiro Coelho, que tinha seguido a vida eclesiástica e completado o curso de teologia em Braga, liderou a contestação parlamentar à reforma de Jaime Moniz, com uma refutação de natureza moral, uma defesa acirrada do ensino privado e uma reiterada chamada de atenção para o papel de meros transmissores de informação que estaria reservado aos professores, tornados figuras simultaneamente centrais e decorativas por causa disso. No início de 1898 manifestou a preocupação de reformar a instrução pública, em especial a secundária, pois de acordo com a sua íntima convicção a legislação de Jaime Moniz estaria muito afastada de corresponder às aspirações de então.

A sua intervenção dirigia-se à educação pública em termos gerais – mais do que à instrução – e foi com uma observação de carácter histórico, pouco demonstrável e que remeteria para a relatividade de que o próprio Jaime Moniz falava quando caracterizava a história, que abriu as hostilidades. “A história, que eu saiba, não regista facto algum de desaparecimento de nações por motivos económicos ou financeiros; mas, se no registo dos óbitos das nações extintas examinarmos a coluna indicadora das causas da morte, encontraremos invariavelmente esta rubrica: decomposição moral”¹⁰²⁷.

O deputado era da opinião de que a reforma da instrução pública privilegiava a inteligência, quando os homens concentravam energias psíquicas, estéticas, intelectuais e morais, como se desenvolver a inteligência em detrimento das outras fosse atrofiá-las e provocar desequilíbrios nos cidadãos, entregues ao individualismo; reconhecendo os progressos materiais do século XIX, achava que havia um enorme desequilíbrio entre esses progressos e a moralidade privada e pública. Uma nova reforma deveria ter em

¹⁰²⁶ Ernesto Rodolfo Hintze Ribeiro, João Ferreira Franco Pinto Castelo Branco, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1894-11-19, diário número 29, p.509

¹⁰²⁷ João Baptista Ribeiro Coelho, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1898-1-24, diário número 8, p.122

atenção que o homem não era simplesmente inteligência, era também sentimento e vontade.

Socorrendo-se da história das maiores figuras portuguesas, invocava os ideais de heroicidade e de sublimidade, presentes nos programas liceais apesar das críticas que agora dirigia à reforma, defendendo um ponto de vista sobretudo moral. “Basta ler as nossas crónicas para se ver que foi a fé religiosa que animou e inspirou os nossos heróis. E, senhor presidente, não há heroicidade num povo sem que ele tenha um ideal sublime. O ideal é para o homem e para a sociedade o que a seiva vital é para a planta”¹⁰²⁸. Essa seiva era a fé. “E que a fé religiosa inspirou e guiou sempre os nossos grandes heróis patenteia-o brilhantemente a nossa grande epopeia, sacrário diamantino onde se realizou o *hypostasis* do génio da pátria com o estro [inspiração poética] de Camões”¹⁰²⁹. Considerando que não havia agente social mais transformador e instrumento mais poderoso do que o sistema de educação pública, o deputado contestava a falta do ensino de moral e religião. “Não conheço organização mais brilhante e mais completa do poder moral do que o catolicismo”¹⁰³⁰. Numa sessão posterior, contestou a multiplicidade das disciplinas e o número de horas de aulas, e a falta de um semi-internato nos liceus, que obrigava os alunos a entradas e saídas constantes das aulas, não tendo tempo para estudar, relevando alguns dos pontos contra os quais o trabalho de Jaime Moniz mais tinha lutado, como a ideia de que os alunos não podiam estar sujeitos a esforços. “Obrigiar crianças de 10, 11 e 12 anos a estudar sete, oito, nove e 10 disciplinas por ano é um absurdo e uma crueldade”¹⁰³¹.

RIBEIRO COELHO CONTRÁRIO AO ‘CONSTRANGIMENTO’ DOS PROFESSORES

O deputado dizia que os 24 liceus do reino¹⁰³² estavam, no terceiro ano da reforma, quase despovoados (não havia alunos no terceiro ano em Lamego e Guimarães; havia

¹⁰²⁸ *Idem, ibidem*, p.124

¹⁰²⁹ *Idem, ibidem*

¹⁰³⁰ *Idem, ibidem*, p.123

¹⁰³¹ *Idem*, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1898-5-10, diário número 63, p.1170

¹⁰³² Os 24 liceus em funcionamento localizavam-se em Amarante, Angra, Aveiro, Beja, Braga, Bragança, Castelo Branco, Coimbra, Évora, Faro, Funchal, Guarda, Guimarães, Horta, Lamego, Leiria, Lisboa, Ponta Delgada, Portalegre, Porto, Santarém, Viana do Castelo, Vila Real e Viseu (Direção Geral de Instrução Pública, 1904: 253)

um aluno no terceiro ano em Vila Real; dois no Funchal; três em Faro e Bragança; cinco em Beja, Leiria e Angra; 19 em Coimbra; 23 no Porto e 71 em Lisboa) e contestava despesas com contratação de professores e com a comissão de exame dos livros escolares. “Pergunto: para que serve esta comissão? Serve para se gastar com ela em três anos 9.147\$000 réis e para proporcionar aos seus membros uma passeiata [*sic*] a Lisboa...”¹⁰³³.

Um dos regulamentos da reforma de Jaime Moniz contemplou a obrigatoriedade da adoção das mesmas obras de apoio a todo o ensino liceal, na sequência de um concurso que devia acontecer de cinco em cinco anos, submetido a uma comissão de avaliação de 19 pessoas. “Não há legislação alguma que prescreva o livro único; nisto foi o nosso legislador verdadeiramente original”¹⁰³⁴. O livro único podia servir fins políticos detestáveis, segundo dizia, e intuítos reservados mesmo na estrita esfera dos interesses privados. Não era só uma questão moral que se levantava. O deputado dizia que o Estado não tinha o direito de impor o ensino oficial, que não podia ser monopólio público. “Os cidadãos têm o direito de se instruírem onde, como e com quem quiserem”¹⁰³⁵.

A reforma, dizia, atacou liminarmente o ensino privado, tendo feito esquecer os serviços relevantes que tal ensino tinha prestado ao país. “Há, no país, colégios muito bem organizados e admiravelmente instalados onde, a par da instrução primária e secundária, se propina uma sólida e sã educação moral (...). Além dos colégios de ensino privado, há no país milhares de cidadãos que se entregam ao magistério secundário privado e dele vivem”¹⁰³⁶. E não era apenas uma questão de privilegiar o ensino público oficial. Segundo referia, o regulamento geral do ensino secundário impedia os eclesiásticos portugueses de concorrer a vagas de professores de liceu e ensinar e dirigir colégios de ensino secundário.

O regulamento não se referia diretamente a eclesiásticos. Para admissão ao magistério secundário do Estado exigia o curso complementar dos liceus centrais ou certidão probatória de frequência na instrução superior das disciplinas do concurso para vagas em liceus; exigia um diploma de curso de instrução superior ou certidão de aprovação num dos cursos liceais ou do Colégio Militar; ou diploma num dos cursos

¹⁰³³ João Baptista Ribeiro Coelho, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1898-5-10, diário número 63, p.1170

¹⁰³⁴ *Idem, ibidem*, p.1172

¹⁰³⁵ *Idem, ibidem*, p.1171

¹⁰³⁶ *Idem, ibidem*

complementares dos liceus ou do Colégio Militar, para quem quisesse exercer funções de diretor de institutos particulares de ensino secundário. “Deixou aquele regulamento continuar a exercer o magistério secundário aos eclesiásticos que já o exerciam; mas para o futuro os sacerdotes portugueses não podem ensinar instrução secundária porque não têm curso superior nem o curso dos liceus, visto que seguem o curso preparatório nos seminários”¹⁰³⁷.

O deputado julgava paradoxal que a reforma de Jaime Moniz tivesse centrado no professor uma grande dose de responsabilidades e, ao mesmo tempo, o manietasse quanto a iniciativas que poderia tomar “tolhendo-lhe inteiramente a ação pois o reduz a mero leitor de texto, podendo mesmo ser substituído por um fonógrafo com manifestas vantagens para o orçamento das despesas com a instrução”¹⁰³⁸. O livro único, para além de tolher os professores, obrigava os alunos a decorar. “O professor não pode sair do texto adotado nem rejeitar a sua doutrina; nem pode interrogar senão sobre o que está no livro. O estudante é obrigado a estudar o livro e, em o tendo decorado, assegura-se-lhe a aprovação e o diploma do sábio na respetiva disciplina”¹⁰³⁹. A instituição do livro único tinha encarecido os custos dos manuais do ensino secundário e, em geral, os livros únicos eram bastante piores do que os anteriores, sustentava o deputado.

Havia razões pessoais fortes para que Ribeiro Coelho defendesse os seus pontos de vista. Tinha sido professor do ensino do ensino privado por longos anos; e tinha sido professor do ensino oficial, do qual tinha sido exonerado por “uma política reles e mesquinha, acanhada nos intuitos e covarde nos processos”¹⁰⁴⁰. O deputado trouxe ao Parlamento uma representação com três mil assinaturas que contestava a ausência da religião no ensino médio. Finalmente, deu forma às críticas com um projeto de lei que previa que, nas quatro primeiras classes do curso geral e na VI classe do curso complementar, houvesse exames de passagem por disciplinas, numa tentativa de regresso ao sistema anterior à reforma de 1894-1895; o curso de ciências teológicas dos seminários era equiparado a curso superior; a comissão de exame dos manuais passava a ser eleita pelo conselho escolar dos liceus¹⁰⁴¹; professores de liceus e de institutos

¹⁰³⁷ *Idem, ibidem*

¹⁰³⁸ *Idem, ibidem*, p.1172

¹⁰³⁹ *Idem, ibidem*

¹⁰⁴⁰ *Idem, ibidem*, p.1173

¹⁰⁴¹ Os professores em serviço efetivo num liceu constituíam o conselho escolar, cf. artigo 122.º do Regulamento geral do ensino secundário, *Coleção oficial de legislação portuguesa, ano de 1895*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1896, p.673

particulares podiam escolher livremente os livros, de entre aqueles que tivessem sido aprovados¹⁰⁴².

Quando o projeto de lei de Ribeiro Coelho teve segunda leitura no Parlamento, o deputado voltou a referir-se à estranheza que lhe causava a adoção dos mesmos livros para todos os estabelecimentos do ensino médio, que considerava contrária a elementares princípios de pedagogia e ao próprio espírito da reforma, pois desanimaria os professores para tentar melhorar as publicações e não promoveria a concorrência, fazendo notar que a legislação contestada tinha sido aprovada com o Parlamento fechado. “Senhores, a reforma de instrução secundária decretada ditatorialmente em 22 de dezembro de 1894 ordenou no artigo 26.º que os livros destinados a este grau de ensino fossem os mesmos para cada disciplina em todos os liceus e institutos particulares. Parece que o legislador, com tão estranha disposição, teve o duplo intuito de imprimir ao ensino secundário o cunho da unidade, graduá-lo praticamente e dissipar suspeitas e insinuações sobre adoção e fornecimentos de livros para o ensino secundário”¹⁰⁴³.

As críticas quanto à organicidade e complementaridade das disciplinas também estavam na mira, por exemplo de um grupo de 48 cidadãos de Chaves, que viam com gravidade a dependência mútua das disciplinas e faziam-no saber aos deputados¹⁰⁴⁴. A admissão a concursos de professores nos liceus de cidadãos que tivessem o curso completo dos seminários diocesanos ou a criação de cadeiras de ensino de religião nos liceus não era, claramente, assunto pacífico, como demonstravam representações, uma do clero da diocese da Guarda pedindo a inclusão de uma cadeira de religião e a admissão aos concursos públicos de pessoas com o curso dos seminários¹⁰⁴⁵, outra de cidadãos do norte de Portugal, contrária ao ensino obrigatório de religião nos estabelecimentos públicos¹⁰⁴⁶ e, ainda, a notícia de um comício, no Porto, realizado a 19 de março de 1899, contra a vontade do clero de poder haver uma cadeira de religião nos estabelecimentos de instrução secundárias¹⁰⁴⁷.

¹⁰⁴² João Baptista Ribeiro Coelho, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1898-6-3, diário número 76, p.1400

¹⁰⁴³ João Baptista Ribeiro Coelho, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1899-1-14, diário número 3, p.2

¹⁰⁴⁴ Alexandre Ferreira Cabral Pais do Amaral, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1899-5-16, diário número 61, p.2

¹⁰⁴⁵ José Capelo Franco Frazão, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1899-5-22, diário número 65, p.2

¹⁰⁴⁶ Luís Fisher Berquó Poças Falcão, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1899-4-25, diário número 46, p.1

¹⁰⁴⁷ *Idem*, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1899-5-12, diário número 58, p.2

Segundo o deputado Franco Frazão, a representação do clero da diocese da Guarda estava assinada “por algumas centenas de eclesiásticos” traduzindo o que referia ser uma aspiração justa que devesse terminar com “a intolerância pseudoliberal que cerca a religião do Estado de peias, que constituem ou a revelação da fraqueza e inabilidade do Estado ou a incoerência de doutrinas que não sabem conjugar devidamente estes dois princípios coirmãos, liberdade e responsabilidade”¹⁰⁴⁸. Ao mesmo tempo que havia uma crítica ao excesso de disciplinas no ensino secundário, que faria desfalecer os alunos, propunha-se a adição de mais uma cadeira, a de religião, que teria um “alto valor filosófico, histórico e sobretudo moral”¹⁰⁴⁹. Estas questões foram reforçadas com uma representação de religiosos de Coimbra, com os mesmos dois objetivos (estabelecimento do ensino moral e religioso nos liceus; reconhecimento do curso dos seminários como adequado para dar aulas)¹⁰⁵⁰ e com uma representação do clero da diocese do Algarve¹⁰⁵¹.

De acordo com o deputado Sande e Castro, no princípio do século XX o problema dos liceus não era a ausência de alunos, era, no caso do liceu de Lisboa instalado num palácio do largo do Carmo desde 1892, um excesso, com consequências de saúde pública, morais e pedagógicas. “Oitocentos rapazes numa casa relativamente pequena, sem ar e sem luz, estão evidentemente em péssimas condições. Saltam pelos corredores, correm pelas escadas e chegam a casa esfalfados, sendo provável que venham a dar um grande contingente para a tuberculose”¹⁰⁵². Quanto às consequências morais, “é frequente verem-se alunos sentados nos bancos do largo do Carmo, fumando cigarros ou a entreterem-se nas lojas de bebidas”¹⁰⁵³.

¹⁰⁴⁸ *Idem, ibidem*

¹⁰⁴⁹ José Capelo Franco Frazão, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1899-5-22, diário número 65, p.3

¹⁰⁵⁰ José Eduardo Simões Baião, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1899-6-30, diário número 97, p.4

¹⁰⁵¹ Francisco Manuel Pereira Caldas, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1899-7-6, diário número 105, p.6

¹⁰⁵² Manuel Pais de Sande e Castro, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1900-4-27, diário número 53, p.3

¹⁰⁵³ *Idem, ibidem*

Sobre o efeito da reforma de Jaime Moniz, então no seu quinto ano de aplicação, o deputado fazia contas de diminuir: “No Liceu de Lisboa há apenas 15 alunos dos 115 que se matricularam no primeiro ano, havendo em alguns liceus das províncias apenas um e noutros nenhum”¹⁰⁵⁴. No dia seguinte à exposição daqueles problemas pedagógicos e morais, o deputado José de Azevedo Castelo Branco saiu em defesa da reforma de ensino secundário. “A reforma mexia com interesses criados (...). E todavia, sem ter ainda terminado o período em que ela pode ser apreciada devidamente, que é o do curso geral, o que acaba este ano, já se diz que ela não dá resultados, notando-se que os rapazes fumam e quebram a cabeça”¹⁰⁵⁵. Sande e Castro notava que um particular estabelecimento cumpria a reforma: havia educação física a par da educação moral e intelectual; havia disciplina, ao contrário dos liceus; havia excursões com os alunos, que os liceus deviam cumprir mas não faziam; “no Colégio Militar há tudo que falta nos liceus”.

O regulamento do Colégio Militar¹⁰⁵⁶, rescrito em função da reforma de Jaime Moniz, respeitava os preceitos de que nenhuma disciplina era independente, fazendo-se o ensino com uma ordenada distribuição de matérias pelo sistema de classes; dava a primazia ao papel do professor, como interpretador fiável dos programas, ficando “expressamente proibidos quaisquer usos ou interpretações que acarretem indevida restrição ou extensão ao estudo das matérias estabelecidas pelas inscrições dos programas para cada ano ou classe do curso do colégio”; seguia a forma de ensino em que só o professor dispunha da palavra, dirigindo-se à atividade mental dos alunos, receptores das ideias do professor; tal como os restantes estabelecimentos de ensino, ao colégio militar não pertencia “o dever de formar oradores” mas tinha a obrigação de “habilitar suficientemente para a aplicação oral e escrita da língua nacional”; e o desenvolvimento moral dos alunos devia ser, igualmente como noutras escolas, uma consequência do ensino¹⁰⁵⁷.

¹⁰⁵⁴ *Idem, ibidem*

¹⁰⁵⁵ José de Azevedo Castelo Branco, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1900-4-28, diário número 54, p.2

¹⁰⁵⁶ O Colégio Militar foi transferido em 1835 do edifício da Luz para o Convento dos padres de São Vicente de Paula; em 1848, foi transferido para Mafra e, dez anos depois, regressou à Luz; em 1870 voltou a Mafra e, três anos depois, regressou novamente à Luz

¹⁰⁵⁷ Decreto de 3 de outubro de 1895 aprovando o regulamento literário do Real Colégio Militar, *Coleção oficial de legislação portuguesa, ano de 1895*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1896, pp.849-850

Uma cuidada revisão dos programas, uma mais acertada distribuição de disciplinas e o fim do sistema de manuais tal como ele se encontrava, eram os pedidos do deputado¹⁰⁵⁸ que, em breve, pedia cópias dos relatórios dos reitores dos liceus centrais e nacionais acerca dos resultados da reforma de instrução¹⁰⁵⁹. Considerava-se, que em 1897, tinha passado um período de observação suficientemente longo para que pudesse verificar-se o valor prático dos princípios da reforma de 1894-1895, dos processos adotados para a sua aplicação à instrução nacional, as objeções suscitadas, e os óbices de algumas disposições, que tivessem encontrado a necessidade de novas providências pelo que os reitores dos liceus centrais e nacionais, ouvidos os conselhos escolares e tendo recolhido a informação devida, deveriam elaborar relatórios circunstanciados sobre os resultados da reforma, “indicando os inconvenientes e defeitos revelados na sua execução e as modificações ou providências que convenha adotar”¹⁰⁶⁰.

O deputado Sousa Tavares defendeu acerrimamente a reforma de Jaime Moniz, notando que, antes da sua publicação, eram generalizadas as queixas acerca dos alunos que terminavam sem preparação o ensino liceal e que a legislação existente antes da reforma “por tal forma de achava emaranhada que quem tentasse estudá-la acabaria por ser internado num hospital de doidos”¹⁰⁶¹. Só a associação entre “o douto pedagogo e eminente académico e professor o senhor conselheiro Jaime Moniz” e a “firmeza do ministro” [João Franco] tinham permitido produzir uma legislação admirada fora de Portugal, recebida com a “natural relutância dos povos a que são destinadas”¹⁰⁶².

Na intervenção mais alongada que protagonizou no Parlamento, resumiu as críticas que combatiam a reforma: aumento de despesa e diminuição de receita; excesso de trabalho intelectual; diminuta percentagem de alunos submetidos ao exame da quinta classe, relativamente aos alunos matriculados na primeira classe; e predomínio do ensino clássico, que dava relevo ao estudo das línguas antigas atrofiando o estudo das ciências e das línguas modernas, para as refutar uma a uma, embora concedendo que tinha havido aumento de despesa.

¹⁰⁵⁸ Manuel Pais de Sande e Castro, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1900-5-3, diário número 58, pp.4-5

¹⁰⁵⁹ *Idem*, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1900-5-14, diário número 66, p.6

¹⁰⁶⁰ Portaria de 20 de setembro de 1897 ordenando que os reitores dos liceus elaborem relatórios sobre os resultados verificados da reforma da instrução secundária e indiquem as modificações ou providências que convenha adoptar, *Coleção oficial de legislação portuguesa, ano de 1897*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1898, p.307

¹⁰⁶¹ João de Sousa Tavares, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1901-3-12, diário número 34, p.2

¹⁰⁶² *Idem, ibidem*, p.3

Quanto ao excesso de trabalho, referiu que “a soma do tempo de aplicação diária nos liceus e em casa”, para cada uma das classes era “cinco horas e quarenta minutos (I classe); seis horas e trinta minutos (II classe); e sete horas e dez minutos para as restantes cinco classes¹⁰⁶³. O deputado não via excesso de tempo passado em trabalhos escolares, desde que as instruções pedagógicas da reforma fossem observadas e que o trabalho dos alunos em casa se limitasse à revisão e fixação das matérias previamente ensinadas. “Ora, sete horas de trabalho intelectual, dividido em três períodos, dois no liceu, de manhã e de tarde, e o terceiro em casa, não me parece que faticuem alunos já com certo desenvolvimento do espírito e do corpo”¹⁰⁶⁴. Quanto ao diminuído número de alunos que chegavam ao exame de V classe em relação ao número de matriculados na I, as contas do deputado registavam cerca de 25 por cento, percentagem que deveria crescer assim que a reforma se tornasse relevante nas preocupações do espírito público. Sobre o alegado predomínio do ensino clássico, também não era verificável, de acordo com o deputado. “Nos liceus portugueses não está estabelecido o ensino clássico, como erradamente se tem afirmado. Os ginásios e pro-ginásios alemães é que ministram o ensino que tem por fundamento o estudo das línguas latina, grega e hebraica (...). O ensino estabelecido em Portugal não é o clássico mas o real, moderno ou utilitário. Estuda-se efetivamente o latim, por compartilhar das vantagens do estudo das línguas antigas e ainda por outra ordem de razões”¹⁰⁶⁵. Essas razões tinham a ver com considerar-se o estudo das línguas um meio eficaz para coordenar e disciplinar as operações intelectuais, desde a memória ao raciocínio. “O íntimo parentesco que as línguas do grupo novilatino têm entre si e com a origem de que todas vêm, facilita a distribuição portuguesa na parte relativa ao francês e a, meu aviso, permite que o ensino do latim, tão preciso aos povos do mesmo grupo, comece sem desvantagem, se for bem ministrado, logo na primeira classe do respetivo curso” (Moniz, 1919: 500).

O estudo linguístico como instrumento essencial para se cumprir a instrução decorria, de acordo com o deputado, desse objetivo maior de estudar leis, costumes e tradições e, por isso, o latim se impunha como tão relevante; ao mesmo tempo, o parlamentar

¹⁰⁶³ “Os alunos da I classe têm 24 horas de trabalho nas aulas durante a semana. Os da II classe, 27, os da III, IV e V, seção média, 28 e os da VI e VII, seção superior, 27. O tempo destinado ao trabalho em casa é para a I classe 10 horas, para a II [classe] 12, para as da seção média 15 e para as da seção superior 18” (João de Sousa Tavares, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1901-3-12, diário número 34, p.3)

¹⁰⁶⁴ João de Sousa Tavares, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1901-3-12, diário número 34, p.3

¹⁰⁶⁵ *Idem, ibidem*

identificava “uma corrente de desfavor assaz volumosa contra o ensino clássico”¹⁰⁶⁶. Essa corrente desfavorável não contestava que o estudo das línguas clássicas desenvolvesse o espírito e lapidasse o coração dos jovens. Porém que haveria vantagem em os alunos se dedicarem a línguas vivas para participarem do desenvolvimento das artes, da indústria e do comércio. Para o deputado, o que conviria a Portugal seria um sistema que participasse dos estudos clássicos sem se afundar neles, pois havia características dos portugueses que não se adequariam a tal ensino. “O ensino clássico é, porém, incompatível com os nossos costumes, ambições e temperamento”¹⁰⁶⁷. A mesma lógica foi usada pelo deputado Eduardo Burnay, destacando a relação das pessoas com o meio físico. “É geral a tendência para copiarmos o que, sobre este assunto, existe na Alemanha; mas é necessário notar que os meios não são os mesmos. Na Alemanha o meio é um e entre nós é outro. E porquê? Porque as civilizações atingiram intensidade diferente; as raças são diferentes; as condições do meio, chamadas condições mesológicas, são diferentes”¹⁰⁶⁸.

No entender do deputado Claro da Ricca, algumas qualidades dos jovens alunos eram insofismáveis. “Têm até uma imaginação viva e ardente, uma inteligência precoce muito notável e uma memória tenaz”¹⁰⁶⁹. Burnay entendia que a reforma devia ser revista em ordem a reduzir o número de anos de escolaridade; evitar a acumulação de disciplinas anuais; simplificar e facilitar os programas; diminuir muito a importância do ensino do latim; introduzir algumas noções de grego¹⁰⁷⁰.

Quanto ao alegado excesso de horas, Sousa Tavares notava que o trabalho escolar se concentrava nas aulas. “Senhor presidente: o regulamento exige aos alunos o estudo das línguas latina, portuguesa, francesa e alemã. O português e o latim desde a I até à VII classe. A língua francesa desde a II até à V inclusive. O alemão desde a III até à VII e o inglês no curso geral nas classes da secção média: III, IV e V. Parece que o estudo das línguas só por si constitui mais do que o preciso para absorver o tempo destinado ao trabalho no domicílio. Não é, porém, assim. Desde que os professores ensinem em

¹⁰⁶⁶ *Idem, ibidem*, p.4

¹⁰⁶⁷ *Idem, ibidem*

¹⁰⁶⁸ Eduardo Burnay, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1902-4-14, diário número 55, p.6

¹⁰⁶⁹ Augusto César Claro da Ricca, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1902-4-14, diário número 55, p.8

¹⁰⁷⁰ Eduardo Burnay, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1902-4-14, diário número 55, p.7

harmonia com o espírito da reforma, o trabalho dos alunos quase se limita ao estudo na aula”¹⁰⁷¹.

CONSTRUIR UMA COESÃO COM OS OBJETOS DO ENSINO

Sousa Tavares destacou ainda o ensino da matemática, lembrando que antes da reforma os alunos só iniciavam o seu estudo no quarto ano dos liceus, havendo um grande intervalo entre as primeiras noções matemáticas na instrução primária e o início deste estudo liceal. “Ora, o atual sistema de ensino obvia a estes inconvenientes porque estabelece uma suave gradação desde a I classe dos liceus até à entrada nas escolas superiores”¹⁰⁷². Os pressupostos da reforma de Jaime Moniz, desde a gradação até à complementaridade, foram defendidos com entusiasmo. “Todas as disciplinas estão racionalmente fragmentadas e as diferentes partes de cada uma delas de tal modo se acham concatenadas que o aluno vai desenvolvendo o espírito e adquirindo novos conhecimentos, de classe para classe, gradual e insensivelmente”¹⁰⁷³.

A necessidade de aquisição de material de ensino foi outro dos assuntos referidos nesta longa intervenção. “No estudo das ciências físicas e naturais e da geografia é que mais se faz sentir a falta de mapas, esferas, máquinas, exemplares de zoologia, etc.”¹⁰⁷⁴. Também o material escolar estava subordinado às maiores preocupações da reforma de Jaime Moniz, a constituição de alunos-cidadãos, o amor pelas artes e a aprendizagem dos sentimentos mais conformes que era possível enumerar, em que um mesmo braço ligava valores como a fortaleza do espírito e as tradições da pátria.

“No estrangeiro liga-se tal importância ao material de ensino que a decoração das escolas primárias obedece ao intuito de fazer nascer e cimentar no coração das crianças, pela sugestão da arte, pela sugestão da pintura, os mais nobres sentimentos do homem: coragem, morigeração [educação moral], respeito pelas tradições nacionais, amor do próximo, etc.”¹⁰⁷⁵. “Uma conexão íntima, uma ligação profunda, uma harmonia

¹⁰⁷¹ João de Sousa Tavares, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1901-3-12, diário número 34, p.4

¹⁰⁷² *Idem, ibidem*, p.5

¹⁰⁷³ *Idem, ibidem*

¹⁰⁷⁴ *Idem, ibidem*, p.6

¹⁰⁷⁵ *Idem, ibidem*

indispensável”¹⁰⁷⁶ ligava os objetos escolares à construção de uma coesão moral tal como as disciplinas dos programas, coligadas entre si.

Uma norma que podia facilmente ser interpretada de forma errada – segundo Sousa Tavares – ocupou ainda a intervenção do deputado. “Trato do artigo que se refere à admissão dos alunos a exame”¹⁰⁷⁷. De acordo com o regulamento da instrução secundária, passava a haver apenas uma época de exames em cada ano letivo e a admissão a exame pressupunha que os alunos obtivessem “maioria de notas de suficiente em cada uma das disciplinas da respectiva classe”¹⁰⁷⁸. Artur Montenegro, presidente do júri dos exames de saída do curso geral no Liceu Central de Lisboa em 1902 (V classe) e deputado da nação, mostrou que estava bem ciente do que era esperado saber sobre a reforma de Jaime Moniz. Na altura em que escrevia o seu relatório, o Parlamento fazia notar a exiguidade de instalações de um liceu que ministrava o ensino a 1200 alunos e do qual se esperava viesse a ter dois mil¹⁰⁷⁹.

A apreciação de Montenegro sobre os exames era a de que os alunos tinham evidenciado conhecimentos muito apreciáveis e nenhuma fadiga de espírito, ao fazer o balanço de 52 examinados (oito com a nota de muito bom, 19 de bom, 25 de suficiente, 12 dispensados de provas orais e outros 12 com a classificação de distintos). “A par disto notei que o desenvolvimento do espírito acompanhara a aquisição do saber. A maior parte dos alunos seguia os trabalhos escolares com interesse próprio de quem fizera os seus estudos, não materialmente, mas com perfeita consciência e entendimento”.

Os elementos recolhidos de aproveitamento satisfatório deviam ser creditados “em grande parte, à atual organização da instrução secundária” (Direção Geral de Instrução Pública, 1904: 52). Entre as várias disciplinas, os maiores elogios reportavam-se ao ensino de línguas. “A íntima ligação que hoje se estabelece entre a gramática, a leitura e

¹⁰⁷⁶ Augusto César Claro da Ricca, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1902-4-14, diário número 55, p.9

¹⁰⁷⁷ João de Sousa Tavares, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1901-3-12, diário número 34, p.5. Havia seis tipos de exames: de passagem; de saída do curso geral; de saída do curso complementar; de admissão a classe; de admissão a disciplina; singulares. Os exames de passagem destinavam-se a verificar se os alunos tinham adquirido conhecimentos necessários para ingressar na classe seguinte; o exame de saída do curso geral avaliava conhecimentos e o grau de desenvolvimento; o exame de saída do curso complementar, sendo obrigatório para ingresso no superior, avaliava conhecimentos e o grau de desenvolvimento; o exame de admissão à classe destinava-se a não frequentadores do ensino médio que quisessem matricular-se numa das classes liceais; o exame de admissão a disciplina destinava-se ao estudo de uma disciplina em qualquer classe (depois da II); o exame singular destinava-se a abrir passagem para a classe em que se pretendesse realizar a matrícula.

¹⁰⁷⁸ *Idem, ibidem*

¹⁰⁷⁹ Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1902-4-14, diário número 55, p.4

a explicação dos textos tirou a tal estudo o carácter de aridez que o tornava insuportável, deu-lhe vida e inteligência” (Direção Geral de Instrução Pública, 1904: 53). Essa ligação exercia uma influência decisiva na formação dos alunos. “Continuadamente se encontram, assim, propósitos para instruir os alunos com ideias, noções, passagens históricas, comparações linguísticas, que formam, por fim, um valioso depósito de conhecimentos”. O desenvolvimento intelectual dos alunos pressupunha uma constante filiação do que era aprendido com os conhecimentos antecedentes e a ligação com os consequentes, daquilo de onde vinham e o fim para que se endereçavam (Direção Geral de Instrução Pública, 1904: 52).

A conexão, graduação e ordenamento dos saberes era uma das condições de funcionamento de um futuro novo liceu em Lisboa, que pudesse desacomodar os alunos do liceu central, tornar mais acessível a instrução àqueles que morassem longe do largo do Carmo e mudar a paisagem do entorno do liceu, de acordo com um projeto de lei apresentado na Câmara dos Senhores Deputados. “É frequente verem-se os alunos, nos intervalos das aulas, meter-se com as pessoas que passam e até com a Guarda Municipal, sendo repelidos a cachaça, como também se veem entrar nas tabernas próximas para lanchar e frequentar outras casas onde se deixa dinheiro, se perde a saúde e se adquire uma perversão precoce”¹⁰⁸⁰.

O interior do edifício também não ajudava. “Quando eu imaginava encontrar um liceu modelo, sob todos os aspectos, tanto nas suas instalações materiais como na organização dos seus serviços, depara-se-me um enorme casarão, pessimamente dividido e pouco asseado, com corredores estreitos e mal alumados, sem possuir os mais indispensáveis requisitos higiénicos e pedagógicos” e com falta de mobiliário apropriado, materiais de estudo, quadros parietais, um herbário, mapas, aparelhos de física, exemplares para o estudo da história natural e livros e textos para os professores no serviço de exames (Direção Geral de Instrução Pública, 1904: 56).

Os efeitos da reforma de Jaime Moniz, ao conseguir criar uma procura pelos alunos de liceus estatais¹⁰⁸¹, e as inspeções que referiam a falta de construções escolares idóneas, sobretudo para a instrução primária, recolocaram a questão dos edifícios escolares,

¹⁰⁸⁰ Eduardo Burnay, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1902-4-14, diário número 55, p.6

¹⁰⁸¹ Em 1895-1896 houve 1.482 alunos matriculados em todos os 24 liceus do continente e ilhas, em 1896-1897 houve 1.343 e em 1897-1898 houve 1.437.

Os alunos aprovados na V classe do curso de 1895-1896 (1899-1900) foram 182 (correspondendo a 12,2%). Os alunos aprovados na V classe do curso de 1896-1897 (1900-1901) foram 307 (22,8%). Os alunos aprovados na V classe do curso de 1897-1898 (1901-1902) foram 439 (30,5%) (Direção Geral de Instrução Pública, 1904: 253)

apontando para a necessidade de construções próprias ou remodeladas que deviam ser feitas com o acompanhamento técnico de serviços entretanto criados.

GRANDIOSIDADE OSTENTOSA DOS EDIFÍCIOS PARA OS LICEUS

As opiniões eram que não se colocasse liceus em edifícios descabidos. Para resolver a sobrelotação do Liceu de Lisboa o governo “deve construir dois edifícios ligeiros, como lá fora se encontram, edifícios de ferro e tijolo”¹⁰⁸²; “em vez de se aproveitarem edifícios colossais, impróprios para um destino puramente escolar, mais valia adotar o sistema de pequenos liceus, que poderiam ser instalados em construções muito mais simples, de ferro e tijolo, como se faz lá fora” (Direção Geral de Instrução Pública, 1904: 57).

A grandiosidade que marcava os edifícios colossais de que se falava foi um dos argumentos centrais de uma comissão nomeada em 1902 para ponderar a revisão do projeto de instalação do liceu central de Lisboa na rua da Academia das Ciências. Um edifício para o Liceu Central de Lisboa tinha sido equacionado, nos meados dos anos 80 do século XIX, para se instalar na cerca do Convento de Jesus aí sediado. Durante uma década (1887-1897) tinham sido realizadas obras em fundações e em canalizações e a comissão concluía que os trabalhos entretanto realizados davam garantias de salubridade e de higiene para instalar o liceu e que não devia abandonar-se um edifício cuja construção tinha sido já iniciada e muito dinheiro tinha custado.

Contudo, o “caráter grandioso” a que tinha obedecido inicialmente o projeto mostrava-se desadequado. “Entre a grandiosidade ostentosa que pode e deve em muitos casos constituir a nota estética apropriada de um edifício e a harmónica simplicidade de linhas que deve caracterizar uma instalação de carácter utilitário, há sensível distância que a razão e o sã critério aconselham se mantenha”, dizia-se num relatório de revisão do projeto (Direção Geral de Instrução Pública, 1904: 138).

Em 1901, o governo tinha reconhecido a necessidade de avançar para a construção de nove mil edifícios escolares e, no âmbito de uma reorganização da Direção Geral de Instrução Pública, tinha estabelecido ou repensado o planeamento de dois serviços, a

¹⁰⁸² Alípio Albano Camelo, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1902-4-15, diário número 56, p.11

Direção Técnica das Construções Escolares e a Inspeção Sanitária Escolar¹⁰⁸³. Ligados entre si, deviam garantir a salubridade dos edifícios, o conforto dos alunos e professores, a existência de material didático e, em geral, uma frequência dos estabelecimentos que assegurasse os princípios higiénicos em voga. “A higiene pedagógica não havia ainda merecido os cuidados que instantaneamente reclamava. Do domicílio, carinhoso e com relativo conforto, para a escola sem ar e sem luz, havia uma solução de continuidade que atrofiava as crianças”¹⁰⁸⁴.

A necessidade de edifícios era simultaneamente logística e ligada a pedidos no Parlamento para que o ensino fosse mais prático e para que incluísse educação física. “Há uma parte material que é fundamental na instrução. Refiro-me não só ao material de ensino mas aos edifícios dos liceus que devem, além de satisfazer às precisas condições higiénicas, ser apropriados para se dar à mocidade a educação física que não pode continuar a ser descurada e desatendida”¹⁰⁸⁵.

A educação não devia só dirigir-se às faculdades intelectuais e era preciso, segundo referia o deputado, dotar as escolas com o conveniente material de ensino para acabar com as práticas de decorar compêndios, de sobrecarregar a memória com noções mal entendidas e empregar-se os métodos práticos fundados na observação e na experiência, aqueles que permitiram “a aquisição de conhecimentos permanentes e o desenvolvimento progressivo e harmónico da inteligência”¹⁰⁸⁶. Na mesma linha, o deputado João Pinto dos Santos considerava o ensino demasiado teórico. “O ensino secundário (...) deve também ter uma parte prática porque no que se deve pensar é em preparar os indivíduos que estudam a poderem desenvolver-se no meio em que têm de viver e não em criar ideólogos, poetas, que não se adaptam bem ao espírito positivo da época”¹⁰⁸⁷.

O Liceu Central de Lisboa registou, no ano de 1902, 38 reprovações e 36 aprovações entre os alunos externos nos exames de saída do curso geral (da mesma V classe) (Direção Geral de Instrução Pública, 1904: 53), observando o professor Augusto Santos

¹⁰⁸³ Decreto de 24 de dezembro de 1901 aprovando a nova organização da Direção Geral de Instrução Pública, no Ministério do Reino, *Coleção oficial da legislação portuguesa, ano de 1901*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1902, p.1151

¹⁰⁸⁴ João de Sousa Tavares, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1902-2-24, diário número 22, p.12

¹⁰⁸⁵ Luciano António Pereira da Silva, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1903-1-13, diário número 5, p.8

¹⁰⁸⁶ *Idem, ibidem*

¹⁰⁸⁷ João Pinto Rodrigues dos Santos, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1902-4-15, diário número 56, p.6

que se tivesse havido um pouco mais de exigência nos exames teria havido ainda maior número de espalhos. A apreciação não era tão encomiástica como a de Artur Montenegro. “A verdade é que o maior número [de alunos] não logrou convencer o júri de que possuía o indispensável desenvolvimento intelectual que a lei exige nem um grau suficiente de cultura literária e científica” (Direção Geral de Instrução Pública, 1904: 54). Algumas das razões apontadas eram a incompetência de professores, a falta de aplicação dos alunos e mesmo a proveniência de alguns destes, vindos do ensino particular ou do ensino doméstico. Os 58 alunos do curso geral examinados em Coimbra deixaram a impressão de que a maioria “só possuía conhecimentos superficiais”, na opinião do professor Costa Lobo. Havia razões morais, materiais e científicas para o explicar.

Quanto às morais, parecia haver indulgência por parte dos professores face à ignorância dos alunos; quanto às materiais, os alunos estavam sobrecarregados com trabalho e era excessivo o tempo de aulas; quanto às científicas, os alunos precisavam de dividir a atenção por muitas disciplinas, em face da sua distribuição (Direção Geral de Instrução Pública, 1904: 64). Costa Lobo afirmava que a reforma de Jaime Moniz tinha acabado quase com o ensino particular, levando a grandes aglomerações de alunos nos liceus estatais¹⁰⁸⁸, sem o correspondente pessoal, vaticinando que tal legislação só daria resultado, no futuro, em regime de internato e com classes com poucos alunos.

Os poucos alunos que foram admitidos a exame no Liceu Central do Porto (27) no mesmo ano de 1902 tiveram provas boas em várias disciplinas, assinalava o presidente do júri Luiz Ignacio Woodhouse, que ligava os méritos obtidos parcialmente à reforma. “Alguns exercícios escritos de física foram completos, pelo conhecimento que se revelou do assunto, pela nitidez da exposição e por certo cuidado da forma, particularidade esta na qual se descobre a influência da organização atual do ensino secundário”; em línguas vivas, as provas tinham sido regulares; em história e geografia, o aproveitamento relativamente grande; em ciências naturais, os alunos tinham-se portado de forma apreciável; os exercícios de desenho tinham sido regularmente executados (Direção Geral de Instrução Pública, 1904: 66).

¹⁰⁸⁸ “Qual foi uma das consequências da reforma de instrução secundária? Foi despertar no espírito dos interessados na educação dos alunos a ideia da conveniência para os estudantes de frequentarem os nossos liceus oficiais” (Augusto César Claro da Ricca, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1902-4-14, diário número 55, p.7)

ESTIMULAR A INICIATIVA DOS ALUNOS

O comportamento zeloso dos professores que constituíam o júri de exames afigurou-se exemplar ao professor do Liceu Central de Lisboa, Augusto Santos, na medida em que observavam o estrito cumprimento das mais importantes determinações da reforma de Jaime Moniz, como a de não deixar passar em branco que a obra maior de Camões continha uma análise ideológica a ser feita com os alunos. “Os interrogatórios eram feitos consoante as normas da mais rigorosa pedagogia (...). Dava prazer observar como o professor de português, por exemplo, se dirigiu à atividade mental dos alunos e a estimulava na análise ideológica e filológica dos *Lusíadas*” (Direção Geral de Instrução Pública, 1904: 56).

Este professor tinha visto os seus colegas de história formulando interrogações sem artifícios de retórica, “relacionando os factos históricos, insinuando-lhes as causas, indicando-lhes as leis, numa grande ânsia de surpreender e avaliar a intensidade da inteligência e da perspicácia dos alunos” (Direção Geral de Instrução Pública, 1904: 56). Já quanto ao ensino das línguas modernas, a apreciação dos exames levava Augusto Santos a propor uma reforma dos métodos, que devia estender-se às ciências, à história e à geografia, para que o ensino se tornasse “um pouco mais livre” (Direção Geral de Instrução Pública, 1904: 58) e os alunos se não sentissem soterrados debaixo de uma exagerada erudição. As ambições proclamadas pela reforma tinham expressão direta e efetiva na análise deste professor, ao referir que o ensino não devia ser mais do que o que estava preestabelecido a ser em cada classe e que prosseguia fins estéticos e morais. “Não se deve ensinar a um aluno senão aquilo que ele tem necessidade de reter ou aquilo que deixe no seu espírito uma impressão estética ou moral” (Direção Geral de Instrução Pública, 1904: 59).

Se bem que houvesse um conhecimento formalmente destinado a ser transmitido, o professor devia estimular a iniciativa própria dos alunos, a sua espontaneidade, a sua reflexão e a sua invenção, isto é, a espontaneidade, a reflexão e a invenção decorriam de pressupostos fixados antes, os de transmitir uma ideia geral suficiente dos assuntos aos alunos “e, sobretudo, em lhes excitar o espírito, estimulando a sua curiosidade e comunicando-lhes o gosto das coisas que ensina” (Direção Geral de Instrução Pública, 1904: 59).

O presidente dos exames de saída dos cursos geral e complementar do Liceu Central de Évora, Ferrugento Gonçalves, concluía que tinha havido um nível satisfatório das

provas realizados no curso geral e um nível muito satisfatório no curso complementar e chamava a atenção para o facto de ter havido dificuldade em ministrar todo o programa de algumas disciplinas (Direção Geral de Instrução Pública, 1904: 104), secundando as opiniões de um excesso de matéria previsto para ser transmitido. Algumas destas opiniões tiveram eco significativo no Parlamento. O deputado Eduardo Burnay deu conta de reclamações e críticas gerais ao regime de instrução secundária, que reputava como muito radical, “demasiadamente dispendioso, longo e pesado”, tendo em conta “a disposição natural da raça para o estudo”¹⁰⁸⁹ e que, na sua organização, não contemplaria antes um grupo noções gerais, como poderia ter dito Ferrugento Gonçalves.

O curso estava concebido para ter uma feição “exageradamente clássica, com excesso de latim e de abstrações gramaticais” em prejuízo de um ensino técnico e utilitário; para “os hábitos do espírito português” havia uma fragmentação exagerada das disciplinas; os programas eram excessivamente carregados e faltava-lhes articulação com a instrução primária e com a superior; o sistema de exames era “demorado, complexo, fastidioso para alunos e professores e improficuo”; a escolha de compêndios era condenável pelo seu exclusivismo; havia uma falta de disciplina interna e externa nos liceus, que o deputado iria atribuir, no seu projeto, a uma organização “com o possível carácter militar, aproveitando-se para o policiamento sargentos reformados com boas notas”¹⁰⁹⁰; nenhuma medida sobre educação física tinha sido tomada; registava-se falta de material para prosseguir um ensino “objetivo e experimental”¹⁰⁹¹.

As famigeradas características dos portugueses mas também os usos e costumes que caracterizavam uma forma de ser tradicional deviam levar-se em conta, pois parecia ao deputado que as transformações imputadas à reforma tinham sido bruscas e não podiam ser absorvidas senão num lanço de várias gerações. “O progresso, tanto material como espiritual, tem trâmites que se não iludem de salto e cada país, para o efeito das suas conquistas morais e sociais, há que conformar-se não só às condições de vigor físico e aptidão psíquica da raça mas igualmente às do meio natural e social, ao clima, à tradição, aos usos e costumes e finalmente ainda às necessidades e possibilidades de ordem prática”¹⁰⁹².

¹⁰⁸⁹ Eduardo Burnay, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1903-1-14, diário número 6, p.5

¹⁰⁹⁰ *Idem, ibidem*, p.8

¹⁰⁹¹ *Idem, ibidem*, p.6

¹⁰⁹² *Idem, ibidem*

Criar na instrução secundária um caminho facilitador, a que correspondesse mais aproveitamento, programas menos extensos e menos tempo de aulas, significava seguir essa tradição, que o deputado como representante da nação qualificava e defendia como se não devesse ser posta em causa, de acordo com a mentalidade precoce, rápida, viva mas “volúvel e preguiçosa ao trabalho árduo e persistente”. Parecia que à reforma de Jaime Moniz, apesar das boas intenções, tinha faltado “o sentimento da justa medida, da oportunidade e das práticas possibilidades”¹⁰⁹³ pelo que apresentava um projeto de lei “libertador, simplificador e português” no qual o curso complementar era diminuído de sete para seis anos. As disciplinas do curso geral apresentavam alguma mudança¹⁰⁹⁴.

CORTES NAS DISCIPLINAS PARA UMA FEIÇÃO MAIS ÚTIL DA INSTRUÇÃO

Mas era na duração letiva que se registavam os maiores cortes, pois as disciplinas obrigatórias deviam ser ministradas em “cursos de um, dois ou três trimestres”, de acordo com uma “feição mais simples e imediatamente útil na vida corrente, fugindo-se a todo o excesso de abstrações, de especiosidades e de criticismos”¹⁰⁹⁵; o estudo da gramática nas línguas devia restringir-se ao mínimo; as ciências seriam ensinadas tão objetivamente quanto possível; o estudo do latim não deveria passar de dois anos e deveria ter caráter elementar – o latim estava presente nas sete classes da reforma de 1894-1895, sendo a disciplina que totalizava mais horas nos cursos geral e complementar dos liceus; o estudo do grego significava apenas o estudo do alfabeto, do valor fonético e da composição silábica, sendo incorporado como complemento da disciplina de português; francês, inglês e alemão não excederiam três anos (na reforma de 1894-1895, o francês era obrigatório da II à V classe e o alemão da III à VII), sendo certo que inglês e alemão eram à escolha; a geografia não excederia três anos (quando o seu ensino estava presente nas VII classes da reforma de 1894-1895); a história seria cursada em quatro anos (quando também antes estava presente nas VII classes liceais); a matemática, fundamental nas VII classes e sendo a terceira disciplina com mais horas

¹⁰⁹³ *Idem, ibidem*, p.7

¹⁰⁹⁴ Em relação à reforma de Jaime Moniz, verificava-se que os alunos podiam continuar a escolher inglês ou alemão; a filosofia, cadeira obrigatória do curso complementar, passava a “noções” de filosofia, juntamente com noções de grego, antropologia e sociologia; o curso reformulado pelo deputado Eduardo Burnay, que chamava a si a velha questão do ensino tornado útil, compreendia: português, latim, francês, inglês ou alemão, geografia, história, matemática, física, química, história natural e desenho

¹⁰⁹⁵ Eduardo Burnay, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1903-1-14, diário número 6, p.7

do curso, preenchia agora cinco anos apenas, incluindo agrimensura, contabilidade comercial e cálculo mental; física e química ocupariam pelo menos três anos (as ciências físicas e naturais estavam presentes nas VII classes), referindo-se que o estudo da história natural, que não excederia quatro anos, incluiria mineralogia, botânica, geologia, zoologia, astronomia e noções de biologia; as noções de antropologia, sociologia e filosofia constituíam, na V classe, cursos trimestrais, quando muito semestrais; o ensino do desenho ocupava, tal como na reforma de Jaime Moniz, cinco anos. Alguma coisa havia de comum, contudo, com essa reforma de 1894-1895, embora formulada num tom totalmente abstrato. “O português será praticado durante os cinco anos com o maior cunho de devoção patriótica”¹⁰⁹⁶. Os exames restringiam-se ao quinto ou ao sexto anos.

Os professores desenvolveriam “livremente o programa a seu cargo”, auxiliados por uma categoria com nomenclatura nova, os *repetidores*, que acompanhariam os alunos em salas de estudo seguindo indicações dos professores. Ambos, professores e repetidores, podiam exercer o ensino particular. Nos institutos particulares assimilados a liceus “a passagem de ano faz-se perante rápido exame de conferição de notas”¹⁰⁹⁷. Se era verdade que os programas continuavam a ser decretados pelo governo, o mesmo já não se passava com os compêndios, que passavam a ser escolhidos pelos conselhos escolares liceais no projeto do deputado Eduardo Burnay, cerceando-se assim a determinação de que os livros seriam os mesmos para todos os liceus, escolas e institutos secundários.

O desenvolvimento físico era decretado para ser seguido do seguinte modo: todas as quintas-feiras e domingos os alunos reuniam-se num local apropriado e, sob a orientação de instrutores do Exército ou pessoal civil idóneo, organizavam-se jogos e exercícios de ginástica. No projeto de Eduardo Burnay, mantinha-se um dos objetivos genéricos da reforma de 1894-1895, o de habilitar os alunos para a instrução superior; mas desde logo se suavizava o tom de um outro. Enquanto a reforma de Jaime Moniz falava em conseguir o desenvolvimento do espírito dos alunos através da “aquisição progressiva e metódica” de saber¹⁰⁹⁸, o deputado falava de uma “ilustração geral nos

¹⁰⁹⁶ *Idem, ibidem*

¹⁰⁹⁷ *Idem, ibidem*, p.9

¹⁰⁹⁸ Decreto de 14 de agosto aprovando o regulamento geral do ensino secundário, *Coleção oficial de legislação portuguesa, ano de 1895*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1896, p.662

ramos literário e científico” que servisse uma utilidade prática¹⁰⁹⁹, como por exemplo a preferência para ocupação de lugares do Estado¹¹⁰⁰, não devendo ser tão dispendiosa e longa que ferisse as “posses medianas da média burguesia nacional”¹¹⁰¹. O deputado Alberto Botelho também invocou a lentidão necessária para se transformarem as tradições que seriam próprias do ser português, dando-lhe um sentido diferente. “O que devemos entender por ensino secundário? É uma educação sempre útil mas sem utilidade imediata; deve preparar para todas as profissões mas para nenhuma em particular. (...) Pois que desenvolver a personalidade no indivíduo é cultivar nele as forças comuns a todos e destinadas a servir a sociedade e essas forças são de três ordens: intelectual, moral e física (*Apoiados*). Mas este desenvolvimento deve ser lento, progressivo e metódico, deve ser tal que um se não faça em prejuízo dos outros”¹¹⁰².

Para o deputado, a educação intelectual e moral era também sinónimo do estudo lento, progressivo e metódico, ou seja, como referiam os diplomas de 1894-1985, da distribuição ordenada das disciplinas, da ligação mútua dos conhecimentos e da progressividade de cada um deles, pelo que havia uma defesa dos pressupostos dessa reforma na sua intervenção. As críticas eram deixadas para o excessivo estudo do latim, para a adoção do livro único, que era uma forma de o regulamento estender a sua influência à consciência dos professores, ao não poderem usar senão os livros escolhidos¹¹⁰³ ou para o deficiente fracionamento de disciplinas¹¹⁰⁴.

O alegado pendor clássico da reforma foi por diversas vezes censurado no Parlamento. Pinto dos Santos criticava a reforma de instrução secundária em vigor porque “os estudantes são obrigados a estudar latim, latim e mais latim”¹¹⁰⁵. O presidente do Conselho, Hintze Ribeiro, lembrou que a reforma previa o aperfeiçoamento do sistema adotado, sendo preciso esperar que vigorasse tempo suficiente. “Não tenho usado dessa faculdade porque desejava que a experiência fizesse inteira luz acerca dos benéficos

¹⁰⁹⁹ Eduardo Burnay, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1903-1-14, diário número 6, p.7

¹¹⁰⁰ Cf. artigo 37.º do projeto: “O diploma de curso secundário, ou sua equivalência no estrangeiro, completada com prova de português, é título indispensável ou de preferência para a admissão a determinados cargos públicos” (Eduardo Burnay, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1903-1-14, diário número 6, p.9)

¹¹⁰¹ Eduardo Burnay, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1903-1-14, diário número 6, p.6

¹¹⁰² Alberto de Sousa Botelho, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1903-1-30, diário número 15, p.26

¹¹⁰³ *Idem, ibidem*, p.27

¹¹⁰⁴ *Idem, ibidem*, p.28

¹¹⁰⁵ João Pinto Rodrigues dos Santos, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1904-1-21, diário número 12, p.3

resultados ou sobre os inconvenientes da reforma na sua aplicação”¹¹⁰⁶. O governo defendeu a reforma de Jaime Moniz, referindo-a quase sempre como um progresso assinalável nas instituições de ensino e foi adiando modificações relevantes, escudando-se em muitas ocasiões na necessidade de haver tempo para avaliar resultados.

As alterações que deram ouvidos a dúvidas e inquietações dos deputados foram publicadas em 1905, com manifesta referência à necessidade de diminuir as matérias que sobrecarregariam os programas (o latim, o grego e o alemão eram meramente facultativos), a redução de horas de aula e uma redistribuição das horas letivas (as aulas teriam 90 minutos, com um intervalo de 15); mantinham, contudo, intato o regime de classe bem como as VII classes que vinham de 1895, embora acabassem com o regime do livro único.

A partir de uma lista de livros aprovados, os professores liceais passavam agora a escolher, por maioria, os que deveriam ser usados. Ligada àquela preocupação de diminuir os tempos letivos assomavam a educação física, as excursões e a disciplina de desenho como capazes de introduzir tempos diferentes dos tempos das outras disciplinas, obrigando-se os alunos a repousar.

“A necessidade do repouso, a introdução da educação física, a maior importância que ligamos à educação moral e ainda à educação estética, especialmente pelo desenho e excursões escolares, foram outras tantas razões que nos determinaram a desembaraçar de aulas as quintas-feiras e limitar a quatro as dos outros dias úteis”¹¹⁰⁷; as quintas-feiras ficavam, pois, guardadas para exercícios de educação física, trabalhos práticos em gabinetes e para excursões; algumas mudanças davam-se no ensino das línguas: o francês seria estudado a partir da I classe, durante cinco anos (na reforma de 1895 começava a ser estudada na II classe, até à V); o inglês seria estudado a partir da II classe, durante seis anos, tendo como opção o alemão. O latim era estudado em quatro classes, quando antes o seu estudo era feito ao longo das sete classes do secundário.

¹¹⁰⁶ Ernesto Rodolfo Hintze Ribeiro, *ibidem*

¹¹⁰⁷ Decreto de 29 de agosto de 1905 modificando o regime vigente da instrução secundária, *Coleção oficial da legislação portuguesa. Ano de 1905*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1906, p.383

O ENSINO DEVIA SER PRÁTICO, SIMPLES, SUMÁRIO

A publicação dos programas para os liceus do continente e das ilhas observava, para o programa de português, que os alunos deviam ser informados sobre obras-primas de escritores portugueses, de descrições sobre corografia [descrição de uma área geográfica] de Portugal e das colónias, de lendas nacionais e peninsulares, de biografias de portugueses ilustres, narrações históricas em ligação com o programa de história, dissertações sobre agricultura e indústria e usar fábulas, contos e romances populares para as composições em verso¹¹⁰⁸.

No caso da disciplina de português, talvez a palavra mais usada nesta confecção tenha sido “simples” ou os seus sinónimos: “Estudo das generalidades gramaticais reduzidas a fórmulas simples” (I classe); “Composição e derivação de palavras (casos muito simples)” (II classe); “Noções muito simples de história literária, a propósito da leitura” (IV classe); “no livro de gramática serão expostos os princípios gramaticais com a maior simplicidade e clareza”¹¹⁰⁹. Os livros de leitura seriam organizados de modo a servirem as três primeiras classes, um deles; outro, as IV e V classes. Nas três primeiras classes, as leituras teriam por assunto descrições de Portugal e suas colónias, “lendas nacionais e peninsulares, biografias de portugueses ilustres e narrações históricas muito simples”¹¹¹⁰. Ao livro de leitura das IV e V classes juntava-se, como leitura essencial, *Os Lusíadas*, nas aulas e, sobretudo, como trabalho de casa.

O ensino mantinha o carácter de uma complexidade crescente e a ligação entre disciplinas, como era o caso de as leituras de português serem feitas “em relação com o programa de história”¹¹¹¹ ou, na IV e V classes, se pedir aos professores de português que os alunos obtivessem “noções elementares, mas exatas, das diferentes fases da nossa história literária”¹¹¹². O latim (que aparecia reduzido a quatro anos) começava por um “estudo prático e sem particularidades ou exceções minuciosas, da flexão nominal e verbal”, sendo obrigatória a tradução de apenas três autores nas VI e VII classes. Também o ensino de história portuguesa para as três primeiras classes seria

¹¹⁰⁸ Decreto de 3 de novembro aprovando os programas que devem ser observados nos liceus do continente e ilhas adjacentes para o estudo das diversas disciplinas de instrução secundária, *Coleção oficial de legislação portuguesa. Ano de 1905*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1906, p.474

¹¹⁰⁹ *Ibidem*

¹¹¹⁰ *Ibidem*

¹¹¹¹ *Ibidem*

¹¹¹² *Ibidem*, p.475

“sumário”¹¹¹³ mas toda a brevidade que poderia conter não erradicava a necessidade de os professores transmitirem o conhecimento dos factos mais característicos de cada época através de “ligeiras narrativas” que escolheriam assuntos “destinados a desenvolver, na alma dos alunos, o respeito e o culto da pátria” e que esperariam dos alunos a reprodução, por palavras suas, das narrativas dos professores. Ou seja, os alunos regeneravam conhecimentos aprendidos aplicando-lhes palavras próprias, retransmitidas dos exemplos dados nas aulas.

Os programas de línguas falavam da “aquisição gradual de noções gramaticais, induzidas de frases simples” e de uma “leitura inteligente de prosa fácil” (I classe de francês, II classes de inglês e de alemão), “exercícios muito simples de transformação e composição” (III classe de francês) ou leituras sob o signo da utilidade “de algumas obras modernas, não muito extensas, mas de conteúdo valioso, especialmente livros de viagens e de conhecimentos úteis” (IV classe de francês) e leitura de algumas obras modernas, não muito extensas (IV e V classes de inglês); falavam do estudo da morfologia regular e do mais essencial da morfologia irregular e noções de sintaxe indispensáveis (II classes de inglês e alemão). A leitura de obras clássicas da literatura inglesa e alemã era deixada para as classes avançadas (VI e VII classes)¹¹¹⁴.

O programa de geografia, considerando sempre uma articulação interdisciplinar ponderada, incluía o estudo dos “principais monumentos de arte” na II classe¹¹¹⁵ e seria, como os outros programas, “elementar e, quanto possível, intuitivo” nas duas primeiras classes. O estudo da corografia portuguesa servia tanto o conhecimento do solo quanto a percepção da evolução histórica (III classe) e se os professores de história deveriam fazer preceder cada lição de uma rápida revisão geográfica dos territórios que tinham sido palco dos acontecimentos, os professores de geografia deviam fazer as suas revisões ligadas à exposição dos assuntos ministrados nas classes correspondentes de história (IV e V classes).

“Assim compreendido, o ensino da geografia funde-se, por completo, com o da história; tem, portanto, a vantagem de estabelecer logo, em muitos casos, as relações estreitas entre os fenómenos sociais e as condições do meio geográfico”¹¹¹⁶. Desta disciplina o professor procuraria “tirar dos factos geográficos que apreciar, a lição moral de amor da pátria e da humanidade, sentimentos que importa sobretudo criar e desenvolver na alma

¹¹¹³ *Ibidem*, p.478

¹¹¹⁴ *Ibidem*, pp.476-477

¹¹¹⁵ *Ibidem*, p.481

¹¹¹⁶ *Ibidem*

das nossas gerações modernas”¹¹¹⁷. Uma âncora fundamental que deveria estar presente e a que deveria voltar-se sempre, afluía de forma exemplar, pois na VII classe o “mundo conhecido dos antigos”, “viajantes e principais concepções geográficas da Idade Média”, a “influência dos portugueses no grande movimento geográfico dos séculos XV e XVI” ou a “primeira viagem de circum-navegação” eram regidos em direção a um acúmulo de conhecimentos que divisava tanto o estudo da geografia como uma unidade da ciência, como o apuramento dos factos geográficos consonantes com as lições morais de amor à pátria, na qual se entendia o estudo do solo “considerado como *habitat* da nacionalidade portuguesa e da sua legítima expansão colonial através do mundo que foi conhecendo e descobrindo”, e de amor à humanidade¹¹¹⁸.

O ensino da história nas IV e V classes seria “elementar”, em torno do “estudo dos grandes factos característicos da civilização da humanidade”; as explicações dos professores deveriam seguir a própria lógica do ensino de classes, isto é, uma explicação da história que também ela se complexificava à medida que as épocas se aproximavam do presente: “ao passo que for prosseguindo na explanação doutrinal, acentuará que as relações quase nulas entre as aglomerações humanas constitutivas das primeiras civilizações se vão complicando à medida que o homem, no decorrer dos tempos históricos, vai, pelo conflito incessante dos povos e das raças, procurando assimilar, em seu proveito, uma extensão cada vez maior da superfície da terra”¹¹¹⁹. De facto, devia entender-se, mesmo sem entrar por uma filosofia da história, que se “procurará incutir no espírito do aluno a ideia do progresso humano, pela singela exposição e crítica imparcial dos grandes acontecimentos da civilização”¹¹²⁰.

Ponderações sobre a importância dos museus em contexto escolar ou sobre as formas reprodutíveis dos modelos de arquitetura e de objetos de arte a estudar, eram diretamente vertidas para os programas disciplinares, através da descrição de elementos didáticos auxiliares. Como era manifesto, os programas de ciências naturais faziam apelo às importantes coleções de exemplares dos museus liceais, como no caso do estudo do homem, de vertebrados e invertebrados, de moluscos ou de artrópodes [ramo zoológico dos crustáceos, miriápodes, insetos e aracnídeos]. A consciência de algumas faltas nessas coleções levava o legislador a prever que se os alunos deveriam estudar perante exemplares preparados, na sua ausência, quadros ou desenhos podiam

¹¹¹⁷ *Ibidem*, p.482

¹¹¹⁸ *Ibidem*

¹¹¹⁹ *Ibidem*, p.479

¹¹²⁰ *Ibidem*, p.480

ajudar a estabelecer as comparações no reino animal¹¹²¹. Quanto às formas reprodutíveis de arquitetura e arte, o material de ensino para as cinco classes de desenho, além de figuras e sólidos geométricos, modelos de interseções de sólidos geométricos, figuras formadas de combinações de sólidos e modelos para o estudo da perspetiva ou modelos de estereografia [representação dos sólidos num plano], envolvia um conjunto de coleções que exemplificava a relação de formas, cuja execução se exigia, com os modelos da herança cultural a preservar, constituidora mais relevante da vida coletiva – uma sobreposição que constituía, no reino de Portugal, a mais antiga forma de preservação do património arquitectónico e dos objetos culturais herdados pelo Estado. Ao longo do século XIX, essa forma de preservação esteve presente especialmente nos estudos das belas-artes e nos cursos profissionais e alargou-se declaradamente ao ensino médio em 1894-95.

Coleção elementar de modelos em gesso, fragmentos de ornamentos de monumentos nacionais.

Coleção desenvolvida dos mesmos modelos.

Coleções de fotografias ou estampas dos monumentos nacionais com notícia descritiva.

Coleções de fotografias ou estampas de fragmentos de monumentos e objetos de arte de imediato interesse à educação do aluno.

Coleções de fragmentos arquitectónicos.

(Decreto de 3 de Novembro aprovando os programas que devem ser observados nos liceus do continente e ilhas adjacentes para o estudo das diversas disciplinas de instrução secundária, *Coleção oficial de legislação portuguesa. Ano de 1905*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1906, p.490)

O diploma de alterações ao regime de instrução secundária evocava o degradado estado dos edifícios liceais, a falta de material didático e de mobiliário escolar e a fraca remuneração dos professores. “Construir edifícios para liceus, fornecê-los de mobiliário moderno e de material adequado, dotá-los de bibliotecas, museus, gabinetes de física e laboratórios de química e consignar-lhes verbas suficientes para a conservação, funcionamento e melhoria de todos estes meios de ensino – são providências que se impõem, tão indiscutíveis que seria supérfluo fundamentá-las”¹¹²². A escolha de professores capazes, o uso de meios de ensino adequados, os edifícios próprios e a componente da educação física pareciam estar no topo das precedências urgentes. Mas o primeiro lugar das medidas era a redução das horas de aulas dos alunos – a quinta-feira

¹¹²¹ *Ibidem*, p.485

¹¹²² Decreto de 29 de agosto de 1905 modificando o regime vigente da instrução secundária, *Coleção oficial da legislação portuguesa. Ano de 1905*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1906, p.382

passava a ser um dia livre de aulas – e a educação física aparecia ao lado do desenho como importantes corretivos para atenuar a fadiga intelectual a que os alunos estariam sujeitos. As quintas-feiras não tinham sido esvaziadas em vão. “Serão especialmente destinadas a exercícios de educação física, trabalhos práticos nos gabinetes, excursões escolares e outros meios educativos; cumpre, por isso, desembaraçá-las, quanto possível, de aulas, a não ser as de desenho”¹¹²³. Os dias eram divididos em dois períodos de aulas, em nenhum podendo exceder duas horas (com aulas de 55 minutos cada uma e intervalo de dez) e com um intervalo de uma ou de duas horas entre o período da manhã e o da tarde.

OS MEIOS AUXILIARES DE ENSINO NAS REFORMAS DE INSTRUÇÃO DESDE PASSOS MANUEL

Era neste “intervalo” que se realizavam as aulas de desenho, os exercícios de educação física, ginástica, jogos e outros meios educativos. A conservação dos edifícios liceais e a aquisição de material didático abriam o articulado da legislação. Eram referidos a biblioteca, o gabinete de física, o laboratório de química, o ginásio e “outros meios educativos” nos quais se implicariam certamente os museus pedagógicos¹¹²⁴.

Enquanto nos liceus nacionais centrais o ensino se repartia em três secções (as primeiras três classes ou inferior; a quarta e quinta classes ou média; a sexta e sétima classes ou superior, sendo que a superior abria para dois cursos: complementar de letras e complementar de ciências), os liceus nacionais contavam apenas com as secções inferior e média. A reforma fazia recuar os anos de aprendizagem de latim (passavam a quatro) em benefício de línguas vivas (francês, a partir da I classe, durante cinco anos; inglês, a partir da II classe, durante seis anos ou, em alternativa, alemão) e havia uma bifurcação dos cursos a partir da sexta classe, conforme o destino fosse letras ou ciências. Em vez da figura dos repetidores, o diploma falava agora do *agente do*

¹¹²³ *Ibidem*, p.385

¹¹²⁴ Eram referidos no preâmbulo: “Construir edifícios para liceus, fornecê-los de mobiliário moderno e de material adequado, dotá-los de bibliotecas, museus, gabinetes de física e laboratórios de química, e consignar-lhes verbas suficientes para a conservação, funcionamento e melhoria de todos estes meios de ensino – são providências que se impõem, tão indiscutíveis que seria supérfluo fundamentá-las” (Cf. Decreto de 29 de agosto de 1905 modificando o regime vigente da instrução secundária, *Coleção oficial da legislação portuguesa. Ano de 1905*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1906, p.382)

*ensino*¹¹²⁵. A reforma de Jaime Moniz, no regulamento geral do ensino secundário, tinha escrito expressamente sobre a valiosa contribuição da presença de objetos na transmissão de conhecimentos materiais; ou, na sua ausência por dificuldades de aquisição, sobre a valia das formas reprodutíveis através da descrição gráfica (desenhada ou escrita), renovando a longa marcha de intenções com que as reformas de instrução, desde Passos Manuel, falavam dos meios auxiliares de ensino, não só na instrução secundária mas também na primária: bibliotecas, jardins botânicos, gabinetes de história natural e laboratórios químicos (1836); bibliotecas, gabinetes de física, laboratórios de química, coleções de objetos de história natural e instrumentos de planimetria (1860, 1863, 1873), museus de história natural (1860, 1863, 1873), bibliotecas, utensílios e objetos para o serviço escolar e verbas para a fundação de bibliotecas populares (1870), modelos de ornato e sólidos para o desenho (1873), bibliotecas e mobília escolar (1878), instrumentos de ensino para a geologia, botânica, zoologia e mapas; verbas para aquisição de instrumentos e material para ensino prático e demonstrações – como coleções e instrumentos próprios para o ensino das ciências naturais; verbas para bibliotecas, escolas de desenho, museus e exposições escolares (1880), bibliotecas das Escolas Normais e o seu recheio: livros, estampas, modelos e objetos; museus escolares (1881), bibliotecas, museus, utensílios e outros fornecimentos escolares (1894).

Os diplomas de 1894-95 confirmaram, igualmente, o apreço pelas excursões escolares, após a legislação sobre a instrução secundária de 1880 ter marcado a importância das digressões, ao referir-se às tarefas dos professores substitutos. “Serão obrigados a acompanhar os alunos nas salas de estudo, repetindo as lições, tirando dúvidas, facilitando os exercícios de memória, corrigindo as versões, explicando os temas e demonstrando nos livros, nos mapas, nos aparelhos, nas excursões geográficas, de geologia, de botânica e de zoologia”¹¹²⁶.

As excursões eram em 1895 uma certeza curricular, ponderadas de tal modo que as aulas marcadas se deviam adequar para lhes desocupar tempo. “Quando houver excursões para o estudo de ciências físicas ou naturais, de geografia ou de história, tomam-se as precauções necessárias a fim de que as mesmas excursões sejam feitas nas

¹¹²⁵ Decreto de 29 de agosto de 1905 modificando o regime vigente da instrução secundária, *Coleção oficial da legislação portuguesa. Ano de 1905*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1906, p.384

¹¹²⁶ Lei de 14 de junho de reforma e organização da instrução secundária, *Coleção oficial de legislação portuguesa. Ano de 1880*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1881, p. 95

condições de tempo mais próprias, e sem prejuízo dos restantes exercícios”, pelo que cumpria desembaraçar das aulas o mais cedo possível o período da tarde¹¹²⁷.

Na definição do programa de geografia para a I classe, impunha-se “algumas excursões para exercícios práticos e para colher elementos destinados às lições. Um número limitado de excursões, convenientemente dirigidas, basta para este efeito”¹¹²⁸. Considerava-se que “sem passeios escolares, sem uma parte do ensino ao ar livre, como, por exemplo, para a observação noturna do céu, o ensino cairá na repetição mecânica do compêndio”¹¹²⁹ e que, acerca das ciências físicas e naturais, haveria que “proceder a excursões em ocasião oportuna” (VII classe), pois “cumpre ainda lembrar que o ensino das ciências da natureza, feito unicamente à vista dos livros, nenhuma ou pouquíssima utilidade tem”¹¹³⁰.

Estas *lições de coisas*¹¹³¹ efetivavam-se, portanto, com as visitas e passeios e com o equipamento dos estabelecimentos auxiliares de ensino, como era o caso dos museus escolares, que podiam e deviam ir ganhando forma com a própria contribuição docente, como se referia para o caso das ciências da natureza. “Ao material de que disporá cada liceu nesta repartição, há de acrescentar-se, quanto à história natural, o valioso contingente de exemplares que o professor possa obter pela própria diligência, sem custo e sem dificuldade, para auxiliar as suas lições”¹¹³².

Em nome da objetividade do ensino ministrado nos liceus e nas escolas secundárias oficiais, os professores das disciplinas de ciências físico-naturais, geografia e história eram instados a organizar visitas a jardins botânicos, a coleções zoológicas, a pontos capazes de caracterizar a geografia, e a museus e monumentos¹¹³³. A questão das excursões era transversal aos vários graus de ensino. No decreto de 1901 que reorganizava a Academia e a Escola de Belas-Artes de Lisboa, como já foi referido no

¹¹²⁷ Decreto de 14 de agosto aprovando o regulamento geral do ensino secundário, *Coleção oficial de legislação portuguesa, ano de 1895*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1896, p.663

¹¹²⁸ Decreto de 14 de setembro de 1895 aprovando os programas para o estudo das disciplinas de instrução secundária conforme a última reforma deste grau de ensino, *Coleção oficial de legislação portuguesa, ano de 1895*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1896, p.723

¹¹²⁹ *Ibidem*, p.725

¹¹³⁰ *Ibidem*, p.740

¹¹³¹ Através de objetos, pequenas coisas que serviam ou tinham aplicação a cada momento para concretizar o ensino das ciências físicas e naturais, da aritmética, do sistema métrico, da geometria, da geografia, etc..

¹¹³² Decreto de 14 de setembro de 1895 aprovando os programas para o estudo das disciplinas de instrução secundária conforme a última reforma deste grau de ensino, *Coleção oficial de legislação portuguesa, ano de 1895*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1896, p.740

¹¹³³ Circular de 25 de outubro de 1906 chamando a atenção dos reitores dos liceus sobre a execução das disposições legais que se referem às excursões escolares dos estabelecimentos oficiais de instrução secundária, *Coleção oficial de legislação portuguesa. Ano de 1906*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1907, p.689

capítulo 6, falava-se do valor das viagens aos alunos de arquitetura, que deviam acontecer com o auxílio de bolsas, para conhecer as riquezas arquitectónicas – isto é, os grandes monumentos tanto quanto os tipos de habitação privada. “Projetos de acabamento de monumentos que ficaram incompletos, de restauração de outros que se encontram em ruínas, estudos de decoração, esboços, simples cópias tudo será dado ao aluno para assunto de trabalho durante a sua excursão fornecendo-lhe assim, pela observação comparativa de lugares diversos, uma maior liberdade criadora”¹¹³⁴.

VISITAS AOS MONUMENTOS COMO QUESTÃO EDUCATIVA

“Estudar-se-ão por meio delas [excursões] a história das respetivas localidades, os seus monumentos, as suas indústrias, a sua administração pública, a sua corografia, a sua fauna e flora, as suas paisagens, toda a vida local, enfim, em que valha a pena interessar os alunos” (Tomás, 1921: 13); “as excursões escolares são o estudo do meio e o ambiente complexo de uma grande cidade, com os seus portos e cais, comunicações e transportes, soberbos monumentos e obeliscos, bairros novos e amplas avenidas, parques deliciosos e jardins excelentes, com os seus grandes museus e as suas grandes laborações industriais” (Tomás, 1921: 17).

Era como historiador da arte e das indústrias portuguesas, não como professor de ciências físicas e naturais, de geografia ou de história, que Joaquim Vasconcelos falava particularmente da ligação à questão educativa das visitas aos monumentos, numa carta dirigida ao reitor do Liceu Central do Porto em 1907. Em primeiro lugar, referia o que considerava ser a ausência de conhecimentos de arte e de arquitetura que os alunos liceais enfrentavam, embora pudessem servir-se dos saberes das disciplinas de história, geografia e ciências para usar nas excursões.

Um remédio eficaz seria a inclusão da história da arte no programa dos liceus, “o meio mais eficaz de interessar o aluno no estudo dos monumentos nacionais e, por meio deles, no estudo de todas as tradições pátrias, no estudo do nosso solo, dos nossos costumes, da história íntima da família portuguesa” (Vasconcelos, 193-: 44). Falava de uma intimidade dos monumentos com a história, como da necessidade de uma outra

¹¹³⁴ Decreto de 14 de novembro de 1901 reorganizando a Academia Real de Belas-Artes de Lisboa e a Escola e o Museu de Belas-Artes, *Coleção oficial de legislação portuguesa. Ano de 1901*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1902, p.890

intimidade que devia ser procurada pelos professores, a do especialista que devia acompanhar os alunos nas visitas e graduar os seus conhecimentos em função da plateia de alunos liceais, tanto mais que as pedras estavam sempre prontas a negar os antigos escritores delas – como no contexto parlamentar tinha afirmado o militar Fernando Larcher. E construída a partir de um culto estatal ou não, Joaquim Vasconcelos falava, também, de como aquela primeira intimidade só podia ser construída pelo conhecimento.

Os mosteiros de Belém e da Batalha, a Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira, os templos de Alcobaça e Leça do Balio, as sés de Lisboa, Porto e Coimbra, as criações polimorfas de Tomar e Sintra e muitas outras, estão tão intimamente ligadas à vida histórica da nação portuguesa, que não é possível ao moderno preletor separar o elemento *arte* da narrativa do cronista, tanto menos que os antigos escritores foram quase sempre de um laconismo desesperador em matéria de arte e devem ser corrigidos e completados a cada passo, dentro da aula e fora dela, durante as excursões. Temos tido ocasião de verificar centos de vezes perante os monumentos que estes e as suas pedras desmentem os cronistas. (Vasconcelos, 193-: 46)

Joaquim Vasconcelos diferenciava o conhecimento destes alunos liceais sobre a história da arte daqueles que seguiam as belas-artes, na medida em que os primeiros eram destinatários de uma iniciação ao estudo elementar das formas de arte (arquitetura e artes decorativas, sobretudo). Nas visitas deviam levar um caderno de notas e completar a tomada de apontamentos com um questionário posterior. Mesmo tratando-se de conhecimento elementar, o que estava em causa era uma apropriação dos monumentos que devia filiar-se na apropriação dos conhecedores, pois requeria-se aos alunos um estudo paralelo dos elementos essenciais da história da arte, com comentários técnicos e estéticos e com a ajuda da recolha de notas, reproduções e fotos dos monumentos.

Para este último efeito, recomendava a coleção da Casa Emílio Biel, do Porto, *A arte e a natureza em Portugal*, um inventário fotográfico artístico que podia vender-se em fascículos¹¹³⁵. Nenhuma novidade havia sobre a questão das excursões ou das digressões artísticas como consciência muito anterior à publicação da Circular da Direção Geral de Instrução Pública de 25 de Outubro de 1906.

Numa altura em que o Centro Artístico Portuense, criado no Porto por um grupo de artistas e estudiosos da arte em 1879, em que se incluía Joaquim Vasconcelos, tentava estabelecer as condições para ministrar um curso público de desenho graduado (Reis;

¹¹³⁵ A obra *A Arte e a Natureza em Portugal* foi publicada entre 1902 e 1908 em oito volumes, com textos explicativos e imagens de monumentos, de obras de arte, de costumes e de paisagens

Pinheiro; Soller; Oliveira; Vasconcelos, 1882: 9) e modelação – previsto desde o início no regulamento do Centro, para beneficiar o ensino elementar artístico e a arte aplicada à indústria –, a sua revista dava conta do carácter relevante dos passeios. “Com referência às digressões artísticas, suspensas no último ano por causa das ocupações da direção e de muitos sócios, o relatório [dos principais acontecimentos do ano de 1881] lembra a utilidade de elas prosseguirem na próxima primavera, como um dos excelentes meios de estudo e de ilustração para os que nelas tomarem parte, bem como um dos elementos para esta revista, principalmente quando essas digressões se destinem ao exame e à reprodução de monumentos de importância artística e histórica” (Rodrigues, 1882: 33).

Em Joaquim Vasconcelos bem pode dizer-se que era marcante a percepção da valia dos museus de troca como forma de estimular o ensino das artes, ligada aos processos de reprodutibilidade dos objetos e monumentos e, obviamente, à constituição de coleções para que o seu acúmulo circulasse e só isso pudesse validar o objetivo do entesouramento ou da conservação. “O ensino da história deve ser vivo, hoje, palpitante, em face do monumento, da estátua, da tela, da gravura, da fotografia, da planta topográfica, do desenho e do esboço. O livro ilustrado pela arte invadiu tudo. Todo o enorme material dos museus europeus foi posto em movimento há meio século. O que sabe o aluno dos liceus de tudo isso? O que sabe ele do material acumulado nas coleções nacionais? – quando uma imagem, um retrato supre, às vezes, uma lição?” (Vasconcelos, 193-: 51-52).

A ideia de troca e de comércio estava bem presente numa outra iniciativa do Centro Artístico Portuense, a organização de exposições-bazares de belas-artes. Nestes certames previa-se a mostra e venda de obras expostas, cabendo aos expositores comunicar a indicação do preço. Notável era que os museus de troca fossem extintos num contexto em que as formas de reprodução dos monumentos e objetos contribuíam para uma disseminação maciça, como não era possível antes, das formas artísticas entesouradas nos museus.

A CONTRIBUIÇÃO DOS MUSEUS ESCOLARES E OS OITO PRINCÍPIOS DE ADOLFO LIMA

Já os museus escolares deviam criar os hábitos da atenção, da observação e da reflexão, sendo um dos quatro pilares do ensino popular elementar (os outros três eram o cálculo mental, a interpretação dos textos e o desenho), no dizer de Augusto de Vasconcelos, pensando nas ciências da natureza. “As ciências naturais só se estudam duradoira e proveitosamente na natureza”, que seria a base de todo o ensino “sério e útil” e uma base para tirar os operários da condição improgressiva em que se achavam (Vasconcelos, 1918: XI), fazendo claramente lembrar as palavras de Sousa Holstein nas *Observações...*, quanto à alegada ausência de espírito de invenção.

“O nosso operário nada inventa, nada aperfeiçoa, porque nada sabe. É um ser inconsciente com a ferramenta com que trabalha ou com a máquina que movimenta”. O que se passava na oficina passava-se na terra: “O nosso lavrador nada aplica, nada remedeia, porque nada sabe. É um ser impensante com a charrua que lhe sulca o solo ou como o gado que o ajuda nos labores agrícolas. A indústria é um arremedo; a agricultura a reedição anual dos processos que os árabes cá deixaram há bastantes séculos” (Vasconcelos, 1918: XI).

Sob o signo da defesa de uma pedagogia racional que assentava no “ver e fazer” (Vasconcelos, 1918: XIII), o ensino deveria revelar-se objetivo e experimental e fazer recuar as prescrições para saber de cor; por mais que as coleções dos museus escolares fossem completas, os museus deviam possuir o que se relacionasse com programas oficiais: instrumentos, máquinas, aparelhos, herbário, espécies zoológicas indígenas, uma coleção de ninhos e ovos autênticos, produtos agrícolas e industriais, máquinas de projeções luminosas e um pequeno laboratório de química (Vasconcelos, 1918: 20).

Os museus pedagógicos próprios das escolas profissionais ou os museus escolares não tinham sido criados para recreio de visitantes mas para ensino dos alunos. Não eram exatamente uma criação para permitir a posse mas uma posse para permitir o ato de criação. “Em todos os museus escolares deve seguir-se à risca esta máxima pedagógica: o grande proveito que pode tirar-se dos museus escolares baseia-se, não em tê-los, mas em *criá-los*” (Lima, 1932: 127). Deambulando pela lógica organizativa dos museus escolares, o pedagogo e metodólogo da Escola normal primária de Lisboa, Adolfo Lima, chamava a atenção para as palavras do inspetor geral do ensino primário de França, Hippolyte Cocheris. “Um museu escolar *é obra do tempo* e deve conter,

sobretudo, amostras das indústrias locais e exemplares dos produtos naturais que desenvolvem a riqueza do país” (Lima, 1932: 131); isto é, todos os anos, antigos e novos alunos deviam enriquecer os museus, trazendo novos exemplares, procedendo a novas classificações e agrupamentos; devia contar-se que o manejo dos exemplares os gastavam ou deterioravam pelo que deviam ser todos os anos renovados nas suas coleções.

Adolfo Lima, pensando nos alunos normalistas, expôs em oito princípios a organização dos museus escolares: i) o ato de criação era a primeira das regras de constituição de um museu em contexto escolar; ii) a segunda era a organização, feita pelos alunos através do estudo de cada novo exemplar que redundava na sua classificação, favorecendo uma educação experimental prática. “Com este fim o educador terá os devidos armários ou mostruários, aquários, terrários, capoeiras, gaiolas, para receberem os exemplares classificados” (Lima, 1932: 128).

Da mesma forma, exemplares e produtos industriais iriam ocupar cada armário em função da matéria-prima, animal, vegetal ou mineral; iii) os museus escolares, não devendo só ser criados, deviam ser organizados, reorganizados, renovados e ampliados incessantemente (por alunos, por professores, pelas doações de agricultores, industriais, comerciantes e familiares de alunos, já que os pais se sentiriam satisfeitos se verificassem que os objetos doados se exibiam cuidadosamente no museu da escola local.

“Os comerciantes e os industriais são também os primeiros interessados a fornecerem os mostruários escolares. Fazem assim um ótimo e utilíssimo reclame aos respectivos artigos” (Lima, 1932: 132); iv) devia observar-se que a base nuclear dos museus devia ser constituído por coleções dos principais produtos-tipos regionais; v) os museus escolares tecnológicos seguiriam o princípio de que deviam ser uma manifestação de toda a atividade humana aplicada à produção de utilidades; vi) cada série ou coleção devia conter: a história de matéria-prima, as suas transformações industriais e industriais até se converterem em produtos e os respectivos centros de produção; a história de uma invenção ou descoberta, científica ou artística, aperfeiçoamentos subsequentes e referências a inventores, trabalhadores, localidade e época; vii) o educador devia limitar-se a ser conselheiro, indicando o ponto de partida e o critério de organização do museu e aos alunos devia competir tudo o resto, incluindo decisões de mudanças nos critérios de organização; viii) a organização dos museus devia fazer-se preferindo o útil e o necessário ao aparatoso, ao supérfluo e ao muito caro. Como é

óbvio o valor de troca estava sempre presente: “os produtos regionais abundantes podem ser trocados entre as diversas escolas de modo que as faltas, deficiências e lacunas regionais são supridas pelos produtos de outras localidades” (Lima, 1932: 134). A observação direta, a experiência, a recolheção, a organização e a classificação dos objetos, a confirmação do valor das *lições de coisas*, a obrigatoriedade de observar as excursões, as visitas, os passeios pedagógicos, os museus e as coleções museológicas conformavam formas de o ensino cumprir uma função umas vezes intuitiva, outras vezes prática. Se os museus escolares se organizavam como depósito e como *lições de coisas* (“desempenhando o papel de armazém (...) [e sendo] um grande livro, um mestre mudo, onde a criança, ao percorrê-lo, aprenda, diga-se, sem dar por isso”) (Ferreira, 1914: 263), se deviam evidenciar a ligação ao conhecimento do país (“um museu escolar deve ser *nacional*, para que se possa avaliar da parte económica do país”) (Ferreira, 1914: 264), não deixaria de parecer um tanto alegórico que o futuro se reservasse o desígnio de conferir aos museus em geral um carácter didático que eles, na verdade, não podiam ter a partir do momento em que desenhavam uma separação entre ver e observar, entre experimentar e visitar.

Símbolo do que não podiam nem quereriam ser (centros do ato da criação, pois radicavam a razão de existir no entesouramento e na fruição dos tesouros, lembrando a contemplação das coisas belas herdadas das histórias de reis e suas famílias), os museus em geral não poderiam responder à lógica da constante renovação e troca (“e porque não a permuta entre as várias escolas do país, se todos lucrariam, enriquecendo as suas coleções com os produtos das regiões mais distantes?”) (Ferreira, 1914: 265), pois seria contradizer a sua afirmação como locais depositários de objetos *únicos*, exibidores da posse. “Se um museu escolar não é só para vista, para que se diga que tal instituto o possui, as coleções manter-se-ão por largo tempo em bom estado: os ácaros, os dermestes [vermes que roem pele ou couro] e as traças não se conservam sobre os exemplares que servem amiudadas vezes” (Ferreira, 1914: 268).

DE NOVO A FAVOR DA SIMPLIFICAÇÃO DO ENSINO DOS LICEUS

O regime parlamentar monárquico não terminaria sem uma nova incursão a favor da simplificação do ensino liceal. Em 1909, o deputado Costa Lobo pugnava por uma

orientação que fornecesse ao país homens com “uma educação sólida e prática”¹¹³⁶ pois era preciso que os alunos adquirissem “noções nítidas”¹¹³⁷. Costa Lobo dava por adquirida uma das grandes mudanças da reforma de 1894-95, a de que todos os conhecimentos se relacionavam e que era preciso ensiná-los em harmonia¹¹³⁸ e assinalava a necessidade de conferir ao sistema de ensino “estações de onde o aluno possa partir sem esforço pelas estradas dos conhecimentos técnicos que devem completar a sua educação, para se tornar um homem útil”¹¹³⁹.

Se a educação teórica devia acompanhar-se de trabalhos práticos, exercícios manuais e de uma cuidada educação artística, esta última, como referiu no Parlamento, elevaria o espírito, iria embelezar a vida e forneceria “pelo menos agradáveis distrações”¹¹⁴⁰, numa fórmula que parecia colocá-la, como exigência mínima, num pedestal de uma certa inutilidade prática. O deputado revelava ainda o objetivo de fazer do currículo uma circunscrição rigorosa aos aspetos básicos. Como escrevia no preâmbulo do projeto de lei que apresentou, a educação artística e os trabalhos manuais deviam refletir a descoberta de vocações “que orientarão a vida de um modo útil” num “ensino que não deverá ser vasto e por vezes pretensioso, como hoje sucede, mas sim circunscrito aos pontos essenciais”¹¹⁴¹.

No preâmbulo do projeto de lei constatava-se que “pretendeu a reforma de 1894 varrer o passado com uma penada e substituir à pátria portuguesa uma imitação deturpada da nação germânica”¹¹⁴². Acusava o Estado de tentar monopolizar a instrução secundária, de tal modo que um dos objetivos confessos era o de facilitar “a instalação de institutos de ensino particular”¹¹⁴³, de usar professores sem habilitações suficientes que tenderiam a encobrir as suas deficiências com exagerados rigores e de faltar fiscalização; encontrava o ensino secundário num estado que classificava como caótico, quando a sua proposta se submetia à ideia genérica de que os liceus do Estado deviam ser exemplares. “Os liceus do Estado tornar-se-ão estabelecimentos modelares de ensino, com instalações simples e higiénicas, no meio de vastos recintos arborizados, nos quais para cada turma será exclusivamente destinada uma sala em que o aluno possa receber a

¹¹³⁶ Francisco Manuel Miranda da Costa Lobo, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1909-8-11, diário número 45, p.5

¹¹³⁷ *Idem, ibidem.*, p.4

¹¹³⁸ *Idem, ibidem.*, p.6

¹¹³⁹ *Idem, ibidem*

¹¹⁴⁰ *Idem, ibidem*

¹¹⁴¹ *Idem*, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1909-8-14, diário número 46, p.3

¹¹⁴² *Idem, ibidem*

¹¹⁴³ *Idem, ibidem*, p.4

explicação e fazer o seu estudo”. Devia-se “ministrar conhecimentos gerais e da maior utilidade”¹¹⁴⁴, cortando o vasto e pretensioso programa então em vigor e observar a importância da ginástica, dos trabalhos manuais e da educação artística, para os quais se organizariam instalações próprias. O deputado reduzia o ensino dos liceus a cinco anos (primeiro grau de instrução secundária, com a duração de três anos; segundo grau de instrução secundária, com a duração de dois anos)¹¹⁴⁵.

Às disciplinas de cada classe, juntava-se a obrigatoriedade de frequência das disciplinas de música, desenho à vista, pintura, manipulações de eletricidade, trabalhos manuais e ginástica. A frequência das classes de latim, alemão e grego era facultativa (na reforma de Jaime Moniz, o latim era a disciplina com mais horas, considerando os cursos geral e complementar e todas as VII classes; em cada classe, isoladamente, o latim era sempre uma das disciplinas mais estudadas). O deputado reduzia as disciplinas a estudar em cada ano a três somente, com aulas de 45 minutos de explicação pelos professores, seguindo-se 15 minutos de intervalo e mais 45 minutos de estudo das doutrinas expostas, na companhia dos professores. “Durante este tempo o professor poderá chamar para junto de si um aluno, dispondo-se as coisas de modo que não sejam perturbados os outros no seu estudo, a fim de verificar o seu aproveitamento e esclarecê-lo”¹¹⁴⁶.

Depois de terem disciplinas, os trabalhos dos alunos eram interrompidos uma hora seguindo-se hora e meia dedicada à música, desenho à vista, pintura, trabalhos manuais, eletricidade e conferências sobre história de arte e arte industrial. As quintas-feiras estavam reservadas para os exercícios desportivos mas a ginástica terminava três dos quatro dias de aulas com uma sessão de meia hora. Acabavam os programas fixos decretados superiormente, cabendo aos professores decidir, em último grau, o que lecionar e acabavam os livros obrigatórios, o que parecia conferir à classe dos

¹¹⁴⁴ *Idem, ibidem*, p.3

¹¹⁴⁵ O primeiro grau incluía nove cadeiras, distribuídas por três classes: gramática portuguesa e latina; geografia geral e história pátria; inglês (I classe); estudo resumido da literatura mundial e, especialmente, da literatura portuguesa; recapitulação da geografia geral, elementos sumários de cosmografia, breves noções de direito constitucional e civil, educação cívica e história geral; inglês (II classe); elementos de aritmética, álgebra, geometria plana e no espaço, geometria descritiva, trigonometria plana e escrituração comercial; elementos de física, química, botânica, zoologia, mineralogia e geologia; língua francesa (III classe).

O segundo grau incluía: estudo desenvolvido da língua portuguesa e gramática comparada; aritmética, álgebra, geometria plana e descritiva, trigonometria plana; física e química (IV classe); história geral, com especial referência às literaturas modernas e desenvolvimento económico dos principais povos; complementos de álgebra, geometria no espaço e descritiva; noções muito reduzidas de constituição do universo; botânica, zoologia, mineralogia, geologia e antropologia (V classe)

¹¹⁴⁶ Francisco Manuel Miranda da Costa Lobo, Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1909-8-14, diário número 46, p.5

professores uma autonomia que a reforma de Jaime Moniz teria retirado. Conseguir homens com uma “mentalidade clara, disciplinada e honesta” seria um objetivo capital destas alterações, em que se circunscrevia o essencial transmitido com a “máxima clareza e precisão”¹¹⁴⁷. As considerações com que terminava a sua intervenção deixavam poucas dúvidas quanto aos objetivos. “Enfim, é indubitável que a reforma que proponho facilitará a instalação de institutos de ensino particular e que da individualidade, independência e incentivo que são assegurados a todos os estabelecimentos resultará uma profícua emulação, que provocará uma larga e útil iniciativa”¹¹⁴⁸.

A construção da máxima clareza e precisão esbarrava com a ideia de que a instrução secundária se devia adequar ao desenvolvimento dos alunos e possibilitar-lhes as ferramentas necessárias para a frequência dos graus superiores. “Períodos breves, cursos rápidos, são o sonho dourado de muitas senão da maioria das famílias. E contudo a frequência escolar prematura, quer resulte imediatamente de menor idade, quer provenha de um curto prazo letivo, antecipa a transmissão de conhecimentos que só depois poderiam ser bem compreendidos, dá ensejo ao verbalismo ou promove um saber de palavras que nada vale e, portanto, não servirá de base profícua aos estudos mais adiantados” (Moniz, 1919: 514).

Se tinha havido certeza que tinha presidido, por exemplo, ao aumento de um ano do período escolar dos liceus centrais na reforma de Jaime Moniz, na atenção à multiplicidade das matérias, à recusa de uma arbitrariedade no tempo da sua aquisição, à natureza, extensão e largura de cada ramo no programa, às capacidades fisiológicas e psicológicas dos alunos, era o de que os efeitos educativos só se conseguiam por meio de uma ação vagarosa, impulsionada pela prolongada exercitação e pela lenta impregnação dos espíritos.

NOTAS FINAIS

Jaime Moniz, autor da reforma de instrução secundária, desenhou, nas múltiplas medidas tomadas, uma uniformização de procedimentos a toda a linha e uma aprendizagem que se expressasse numa conformação didática.

¹¹⁴⁷ *Idem, ibidem*, p.3

¹¹⁴⁸ *Idem, ibidem*, p.4

Esta totalidade organizada podia ser comparável à constituição longa de um passado material, realizada durante o século XIX, somando várias totalidades remanescentes. Todos os edifícios, ruínas e objetos artísticos, industriais ou arqueológicos que importassem ao desenvolvimento da civilização intelectual, moral e material; que testemunhassem factos notáveis da história pátria mesmo que localizados antes da nacionalidade, constituíam, na definição de 1894, os monumentos nacionais, sendo que em todos os edifícios, ruínas e objetos havia já uma totalidade e nos testemunhos de factos notáveis uma outra. Se bem que os vestígios do passado fossem, por natureza, desconexos e simulacros do que tinham sido, eles eram apresentados como a totalidade do que permanecia, entendidos como tal para efeitos de transmissão, esquecendo-se a sua aleatoriedade que, como escolha do Estado, não podia manifestar-se.

A multiplicidade de comportamentos possíveis em relação aos vestígios cedeu passagem e deu origem a um afunilamento mas um afunilamento que se abria às massas de estudantes e cidadãos: um encerramento de hipóteses dirigido à multiplicação dos receptores. Como se um corpo de conhecimentos, em constituição e quase sem destinatário a não ser o dos especialistas no século XIX, estivesse a ponto de se dispersar, finalmente destituído de uma ebulição própria da sua fundação, para se firmar em outra dispersão, a do advento das massas de que falava Aloïs Riegl.

Haveria que considerar uma outra questão, sublinhada por Jaime Moniz, de que o acúmulo da herança (de objetos, de conhecimentos) se destinava a um entendimento e a uma agilidade mental, pressupondo uma ação por parte dos alunos. Essa questão seria tentar saber a que agilidade mental, desde então, se destinaram os monumentos de arte e arquitetura e os objetos de arte, que não tenha sido a sua reificação e conformidade, na sociedade de massas proclamada por Aloïs Riegl.

OS OITO CAPÍTULOS desta tese evocam um período de cerca de um século, durante o qual me parece indesmentível ter ganhado uma espessura medial a forma presente pela qual nos relacionamos com as antiguidades. Em particular a partir dos discursos políticos de gerações de parlamentares, falando na sua Casa e para os seus pares, mas legitimados pela representatividade de uma nação, tentei dar conta do vínculo que foi possível estabelecer entre edifícios e objetos do passado e a sua entronização no nosso tempo. A primeira consideração à qual não seria possível escapar, válida para qualquer matéria em que a força da vida se faz presente, é a de que as nossas ideias sobre monumentos e objetos de arte não são inócuas, nem são indiferentes, nem são, como é óbvio, a-históricas. Retomando o texto de Nietzsche, *A Genealogia da Moral*, torna-se prudente poder perguntar qual é a origem das nossas ideias de *bem* e de *mal*, ou transpondo para a nossa intriga, donde vêm os conceitos que melhor reproduzem o pensamento que nos arrogamos sobre a relevância dos monumentos e dos objetos que nos foram legados.

A máquina instigadora de uma pergunta que evidencia, em primeiro lugar, a fragilidade das nossas convicções e mesmo daquelas que parecem debater-se a partir do peso da *tradição*, toma a forma do anjo da história nomeado por Walter Benjamin a partir do quadro de Klee, *Angelus Novus*, cujos olhos são postos na contemplação do infundável amontoado de ruínas do passado (que o anjo gostaria de reunir), enquanto o vento forte do paraíso enrola as suas asas com o ímpeto imparável do futuro (Benjamin, 2010: 13-14); ou então da parábola de Kafka, sobre o indivíduo que luta contra dois adversários, um que o empurra pelas costas e o apoia no combate ao segundo, que bloqueia o caminho à sua frente, existindo ainda o movimento do próprio indivíduo, parábola referida por Hannah Arendt (Arendt, 2006b: 21)¹¹⁴⁹. É nesse segmento tensional entre passado e futuro que a pergunta feita aos nossos despojos se concretiza, não exatamente com o objetivo de se lhes juntar como mais uma pedra (correndo, embora, muito

¹¹⁴⁹ Essa passagem está também no livro de Hannah Arendt, *A vida do espírito*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000, p.153 e ss

eficazmente para isso) mas para se fixar nesse ponto imaginário a partir do qual, se pudéssemos suspender e cristalizar uma parcela de tempo, lhe déssemos a forma do pensamento.

Torna-se então quase desnecessário reiterar o que é pacificamente aceite: que foi sob a lógica das classes privilegiadas, das classes detentoras de poder, das classes detentoras de bens culturais, das classes predispostas à acumulação e ao entesouramento, e da necessidade da sua inscrição nos territórios em que o Estado devia ser respeitado, que os monumentos puderam contrair a sua importância atual, sendo o público um mero destinatário dessas considerações, chamado a reconhecer uma importância que lhe chegava como um legado. “O monumento histórico, a exemplo das antiguidades, permaneceria inscrito sob o signo do elitismo, tanto no caso dos seus gestores como no do público chamado à sua fruição” (Choay, 2011: 34)¹¹⁵⁰.

Se a ponderação dos monumentos, cuja conformidade com *o que está* eles devolveram sem cessar, que não podiam cair em ruína sem representar uma falência do poder central (o que não quer dizer que não pudessem ser destruídos em função de interesses maiores), pertencia ao reconhecimento dos poderes vigentes, é natural que forças políticas do presente, à esquerda ou à direita, reconheçam nos monumentos um consenso, certamente porque legitimam neles a potência do Estado que representam, à semelhança do que os seus antecessores fizeram no Parlamento do século XIX.

A primeira racionalidade da administração pública da época constitucional configurou os palácios (da realeza ou outros), os monumentos, os museus e os monumentos celebrantes de homens e feitos que se erguessem no futuro, integrantes da propriedade pública nacional, como intercessores da ordem que devia ser mantida na forma da salubridade, do asseio e da segurança, refletindo um grau de civilização em consonância com o esmero aplicado. Todos esses elementos eram reguladores da ordem social na paisagem da nação e do respeito pelos poderes eleitos. A salubridade, a segurança, o asseio e a constância dos edifícios foi sendo aceite na consonância com a salubridade dos pensamentos, a segurança das atitudes, o asseio e a constância do comportamento, que constavam de prescrições para os alunos, do mesmo modo que a salubridade dos edifícios em geral se continuava nos edifícios escolares ou nos edifícios que serviram como lugares de aprendizagem. Neles, a instrução das primeiras noções na escola

¹¹⁵⁰ A autora usa a distinção entre monumento, artefacto intencional destinado a fazer lembrar às comunidades acontecimentos, pessoas ou regras constitutivas da sua pertença; e monumento histórico, criação não intencional, apropriada pelos herdeiros em função de um valor histórico ou artístico como criação conceptual e abstrata

deveria inscrever as biografias de homens notáveis e de feitos grandiosos e ligar as ideias patrióticas e de amor nacional à rememoração de façanhas heroicas e às histórias exemplares.

A ideia de que os monumentos construíram uma conformidade refletiu-se, no nosso presente, pela constatação de que ninguém pensaria pôr em causa ou em não legitimar a sua importância; tornaram-se evidentes mas a sua evidência pressupôs uma adesão que, no caso dos não-iniciados, se dirigiu a formas sugeridas, instando-se esses não-conhecedores a assumirem a posição de consumidores de produtos confeccionados, seja porque eram historicamente relevantes, porque eram artisticamente pertinentes ou porque eram glórias passadas que não podiam conceber-se senão como glórias.

O consenso sobre o património dirigiu a todos e a cada um de nós um repto de assunção pela responsabilidade da conservação material e imaterial dos nossos valores; apontou o interesse nacional como coincidente com o interesse material da conservação; colocou os conservadores do lado do saber e todos os outros, destinatários, do lado receptor – aumentando o gueto entre produtores e conhecedores de conhecimentos, de um lado, e consumidores de conhecimento dos outros, do outro; firmou a ideia de que não estava em causa, não era possível, não era desejável, uma oposição a essa política patrimonial, apresentada como única possível, que aproveitava os resíduos das suas contradições para se fortalecer; exigiu que os edifícios e monumentos fossem extraídos da vida comum através de uma alegada excecionalidade; instaurou o movimento que principiou pelas lutas de posse (dos conventos, dos colégios, dos monumentos, dos palácios, dos objetos) para o que poderia ser percebido como uma “ideologia da desapossessão” na medida em que não se tem o direito de intervir nos monumentos nem se pode construir nada no seu entorno porque eles não pertencem a ninguém, pertencem a um legado e a uma ordem jurídica (Guillaume, 2003: 106-107).

Os homens do século XVIII e particularmente do XIX dedicaram-se exaustivamente ao estudo e descoberta do passado, a partir do desdobramento de campos científicos diversos, tendo emergido, como raramente tinha acontecido em séculos, a consciência da tradição como força imperante nos fundamentos da civilização ocidental. Mas temos legitimidade de perguntar a nós mesmos se os nossos tesouros materiais habitam o mesmo lugar dos nossos conhecimentos ou que conhecimentos estamos aptos a produzir através da ordenação desses tesouros. Podemos mesmo perguntar que tesouro imaginamos substituir pela consagração das antiguidades no tempo presente, se considerarmos, como faz Hannah Arendt, que a avidez na procura pelo passado em

Oitocentos se consumou pelo esfacelamento da tradição como fio condutor do passado, ou seja, pelo seu esfacelamento através da destruição da cadeia que ligava cada geração à próxima como elemento da compreensão e experiência do mundo. O pensamento capaz de exercer-se no exterior das crenças do passado, sem a autorização de uma autoridade, pôde exercitar-se nessa capacidade de “contemplar o passado com um olhar imperturbado pela tradição” (Arendt, 2006c: 42) e, para nós, deveria pelo menos exercer-se pondo em causa esse invariante chamado *património cultural*. Isto é, exercer-se pondo-nos à escuta sobre o que os nossos antepassados afirmaram sobre o tema.

Perseverantes na tentativa de fundar a sua *tradição*, os deputados da nação confrontaram-se com a necessidade de alimentar o mais importante dos valores que espelhava a sua respeitabilidade – o decoro. Talvez porque não tenha sido possível conceber a instauração de poderes sem os respetivos adornos e a contínua necessidade de os poderes imporem respeito e admiração, os monumentos entraram na ordem das preocupações do Estado ao longo do século XIX, refletindo os feitos mais admiráveis da nação e as obras de arte e de arquitetura mais eloquentes.

O decoro das funções majestáticas foi absorvido por protagonistas de uma outra ordem, os parlamentares, em parte através do culto dos monumentos, forma moderna de construir o decoro sem reis e de o construir sob os mesmos fundamentos do decoro real, de forma inalienável e imprescritível. Inalienáveis e imprescritíveis, os monumentos tornaram-se intocáveis, abrindo uma porta moderna de inacessibilidade à compreensão das suas vicissitudes, já que foi necessário instituir um exercício de poder que fizesse coincidir o amor pelos monumentos com o amor da pátria, como se fossem um só e a mesma coisa, trazendo a argumentação destes assuntos a uma infância perene.

Para que tal transmutação pudesse ocorrer, para que se pudesse sinalizar que o que era de poucos devia ser de todos, foi preciso, nas sucessivas reformas da instrução pública, investir no valor pedagógico das antiguidades, das histórias de varões e das vidas exemplares, culminando na declaração do Estado de que a instrução primária era receptora da herança cultural e a instrução secundária era transmissora dessa herança.

Foi preciso, um tanto paradoxalmente, retirar do raio de ação de todos e de qualquer um dos vivos os bens em causa. As reutilizações seculares de materiais em edifícios começaram a ser preteridas, e as cantarias romanas deixaram de poder integrar construções recentes ou partes de obras arquitectónicas antigas misturarem-se em novas edificações, sem outras formalidades. Enquanto isso, a obra material antiga passava a

ser um centro de atenção para curiosos, descobridores, académicos e outros viajantes de terras e do espírito.

Se foi a partir da posse que as lutas pelos monumentos se concretizaram, foi sob os regimes de exceção que se deu a conhecer às populações que certos bens tinham propriedades inestimáveis. A luta pelo património foi, portanto, uma refrega que teve de um lado a *posse* e do outro a *exceção*, como operadores destinados a subtrair da vida comum um conjunto de bens e a recolocá-los no meio das coisas vivas, devolvendo-os já com o predicado de que eles transportavam uma excecionalidade. Ao pôr-se a hipótese de que podemos aceitar a exceção como uma forma moderna de veneração, pode compreender-se como os próprios legisladores de finais do século XIX não hesitaram em usar a palavra ‘culto’ para se referirem aos monumentos consagrados pelo Estado.

Se não pode deixar de distinguir-se a forma, tornada numa potência discursiva, como se alegou falar em defesa do património nomeando os descasos de abandono, incúria, descoordenação, ruína, destruição e venda de monumentos e de objetos, parece ter sido necessário falar das antiguidades em função da *perda* como um invariante. Ao longo do século XIX e com reflexos na atualidade, o discurso da perda não se pronunciava apenas a partir da insuficiente cultura artística dos detentores do poder representativo, ou por causa dela, quando escolhiam para foco da sua atenção os quatro ou cinco monumentos emblemáticos da pátria. A fala sobre a *perda* constituía, ela própria, a caução com que esses representantes puderam conviver, durante a sua passagem pelo palácio do povo (o Parlamento), com a ruína e o abandono, numa tendência de longa duração que não só não nos abandonou como foi fortalecida no presente.

Não sei exatamente se um apelo ao pensamento sobre as coisas que nos regem assoma mais em períodos históricos precisos, caracterizados pela imagem de que habitaríamos um intervalo de tempo em que certas coisas já não são e outras estão em vias de ser (Arendt, 2006b: 23), o que nos conduziria a uma vontade indomada de nos colocarmos num campo de forças, à maneira do indivíduo descrito por Kafka, na luta entre passado e futuro, e nos levaria à necessidade de nos interpormos na linha do tempo como se nos recortássemos dela sem a abandonar.

Certa, porém, é a forma potente como, nesse instinto sem gravidade e nessa consciência quase sem esquecimento, nos ocupávamos da tarefa de tentar compreender, como adquirindo uma força. “A primeira coisa a assinalar é o facto de não apenas o futuro – ‘a vaga do futuro’ – mas também o passado ser visto como uma força; uma força, e não

como ocorre em quase todas as nossas metáforas, como um fardo que o homem tem de suportar e de cujo peso morto a pessoa pode, ou até deve, desembaraçar-se no seu avanço para o futuro” (Arendt, 2006b: 24).

A evidência de uma herança (de edifícios e objetos), como algo para ser apropriado e não macaqueado, para ser adequado à contemporaneidade como fortaleza e não como peso ou fardo, seria necessária, certamente, para não voltar a repisar os argumentos seculares do desprezo e da ignorância por parte das classes dirigentes em relação às antiguidades, da *perda* dessas antiguidades, sem a qual teríamos constituído “um dos mais belos museus da Europa” (Keil, 1905: 12), ou para não regressar ao capricho de parecer ter boas soluções à mão para somente as desbaratar com toda a facilidade. Poderia talvez servir para encontrar razões para que o desprezo e a ignorância pelas antiguidades nos tenham encaminhado não exatamente para a consideração sobre o valor das ruínas sobranceiras mas para o centro de um sintoma onde lavram dissipações de outra ordem, ao serviço da manutenção de um estatuto das coisas históricas que não faz mais do que acentuar, em nome da democratização dos seus pressupostos, a diferença classista e o seu abismo entre pessoas.

Poderíamos reconhecer, em primeira instância, que a forma heteróclita como os deputados olhavam para os monumentos, vistos a partir das partes que deviam ser conservadas se isso permitisse a reocupação, e das partes que deviam deixar arruinar-se ou vender-se, vistas a partir da investida para nelas se fundarem outras lógicas através da recomposição, da venda e da perdição pura, marcou não apenas o princípio da grande história da conservação das relíquias mas muito mais a legalização dos monumentos finalmente colocados na órbita servil dos poderes, habitando um tempo em que o estilhaçamento do decoro real não tinha ainda sido enterrado e a construção do decoro parlamentar estava em vias de se afirmar.

Em segunda instância, deveríamos recordar tendências que não vingaram. Na proliferação de museus existentes durante Oitocentos, a instituição museal conheceu por longo tempo uma feição particularmente pedagógica, investiu-se do apoio a estabelecimentos de ensino e de um papel na formação de artistas e de artífices, foi local de arrecadação de objetos, de reprodução desses objetos e de abertura à curiosidade pública e, em certos casos (museus industriais em Lisboa e no Porto, núcleos museológicos agregados a escolas industriais e de desenho industrial, entre outros), na ligação às tentativas de desenvolvimento das artes e ofícios e de desenvolvimento

industrial, projetou-se na capacidade de organizar a troca e a venda de objetos e na cumplicidade com fabricantes e industriais.

Não vingou a tendência da instauração, no século XIX, de museus que refletissem a experimentação, a troca, a venda e a aproximação entre interlocutores com interesses diferentes (alunos, artistas, investigadores, produtores, industriais, diplomatas), que foram banidos em favor dos museus obedecendo a uma linhagem que teve como centros o entesouramento dos objetos, por um lado, e a ideia de fruição, por outro, sob pressupostos do recreio e fruição, próprios das primeiras referências museológicas de Portugal, como o Real Museu e Jardim Botânico da Ajuda, mas acentuando o carácter popular contemporâneo dos mesmos.

Não vingou a tendência da alienação dos monumentos e da venda dos objetos como afirmação de um poder constitucional *em trânsito* algures entre o desdém e o descuido próprios de uma aristocracia, como se fossem fundados numa superioridade de origem, e a vontade de afirmação da representação parlamentar, quanto ao poder decisório sobre os despojos da nação.

Viria a vingar a atribuição às antiguidades de um estatuto de massa e de um destino ao alcance de ser incorporado por toda a população, através da contemplação e da fruição, tendo-se tornado perceptível que falar dos monumentos, por parte dos poderes, como edifícios incomparáveis, maravilhas incontáveis do génio criador, concentrações de todos os talentos mais sublimes da raça portuguesa, era devolver aos receptores a possibilidade de se admirarem, de se extasiarem, de ficarem estupefactos, de repousarem os olhares de forma pacífica nos despojos das guerras passadas.

Ao evocar constantemente os monumentos e os objetos, não como algo que pertenceu a uma tradição e a formas seculares de apropriação, mas como signos do extraordinário e do maravilhoso, do que aparecia como isolado, único e original, os potenciadores das antiguidades sublinharam a distância entre conhecedores e fruidores, entre descobridores e destinatários das antiguidades. Esse movimento não está no passado, é o nosso presente.

Se a glorificação do passado foi contemporânea de uma reavaliação da tradição, aquela pôs imediatamente em marcha os esforços potenciados pelo desejo de conhecer tanto quanto os trabalhos para devolver os seus frutos já prontos e embalados para consolo consumista. Ora, a incompreensão e o desconhecimento dos processos e dos meios que estão na base de qualquer criação humana deveriam alertar-nos para a necessidade de

reavaliarmos em permanência o que apoiamos, amamos, rejeitamos ou detestamos, ou seja, de nos acautelarmos para pôr em crise as nossas atitudes de adesão e de recusa. Tratar-se-ia de fragmentar um conhecimento que se nos apresentou como inteiro (o que devia ser pensado acerca dos monumentos e dos objetos), fragmentar a sua natureza friável e etérea, de modo a tentar indagar de que eram feitos os monumentos e objetos que foram chamados para louvar a nação.

A reconfiguração das atribuições relativas à herança coletiva, por via das comissões dos monumentos ou do Conselho Superior dos Monumentos (1894, 1898, 1901) ou por via das responsabilidades de outras instituições acerca da herança como as das academias de belas-artes, encarregou-se de reforçar a formalização de um contrato entre poder representativo do Estado e populações (um ajuste contratual temporário que, aliás, estava sempre a espartilhar-se por várias instituições). Ao envolver as populações como alvos e ao conceder ao património um papel inalienável e inacessível, aprofundava-se esse acordo em direção à figura de um estatuto. Como se a herança deixasse de se procurar (para o inventário) para se constituir (inventariada, por assim dizer) como verdade, restando aumentá-la sem cessar. Talvez porque nada do que é sucessivamente contado permanece imenso (e muito menos grandioso), o património tem aumentado sem cessar.

Tal exercício do poder através da constituição de um saber (despojos da herança) tornou-se significativo porque: i) operava em relação às massas; ii) fazia-se coincidi-lo com a constituição da identidade coletiva; iii) começava a deslocar o que era o interesse de minorias, como especialistas, investigadores ou publicistas, para uma burocracia de massa, uma organização nova e massiva, e que passava a ser tema de cuidado generalizado na escola, para cada aluno, para cada professor, para cada grau de ensino, e no Estado, para cada funcionário ao seu serviço. A herança foi constituída numa forma oficial, uma ordem simbólica para o Estado cuja relevância não precisava de ser demonstrada, ela apenas *passou a ser*. A determinação da importância da herança implicou deixar de estar à procura de uma forma que a constituísse, como tinha acontecido em todo o século XIX.

Como se fossem figuras de pensamento, os monumentos e os objetos residiram por décadas no estimulante intervalo das coisas que já não são e das que estão em vias de ser, até serem aprisionados pelas forças da conformidade e do respeito, hipnotizando as potências construtoras e destruidoras de que eles eram portadores e anulando a ideia de

concorrência de hipóteses que pudessem formalizar-se para lá do atual consenso sobre as antiguidades.

Se é verdade que uma busca por meios e processos se inscreve, ela própria, num processo em que a história aparece como ‘feita-pelo-homem’ e em que os factos não têm a capacidade de terem um significado de forma isolada, de valerem por si tal como valiam para os antigos, o seu amontoado põe em marcha uma certa dose de imprevisibilidade.

O intervalo ou hiato destinado a ser povoado pelo pensamento, que nos interpela constantemente, esse reino sem reis da nossa mente, esteve sempre aqui, como sublinha quem se referiu a tal potência, e talvez se nos imponha como a forma de não nos submetermos inteiramente às ruínas do tempo e às ruínas das antiguidades, isto é, como forma de não nos subjugarmos a herdar sem que interponhamos na herança – como se retomássemos os esforços dos nossos antepassados construtores da rede viária romana – a tarefa de sermos nós a calcar o caminho e a espalhar os elementos que constituam o piso em que nos queremos instalar.

Esse hiato, que não será, suspeito eu, um fenómeno moderno nem talvez um dado histórico, é coetâneo da existência do homem na terra. Pode bem ser a região do espírito, ou melhor, o caminho pavimentado pelo pensamento, esse pequeno trilho de não-tempo que a atividade de pensar percorre dentro do espaço-tempo dos mortais e no qual o curso dos raciocínios, das recordações e das antecipações salvam da ruína do tempo histórico e biográfico tudo aquilo em que tocam. Este pequeno espaço sem tempo dentro do próprio coração do tempo, diferentemente do mundo e da cultura em que nascemos, pode apenas ser indicado; não pode ser herdado nem transmitido desde o passado; cada nova geração, na verdade, cada novo ser humano, na medida em que se insere entre um passado infinito e um infinito futuro, deve descobrir e pavimentar de novo, com grande esforço, esse mesmo caminho. (Arendt, 2006b: 27)

Cada um precisa organizar o caos em si, de tal modo que se concentre nas suas necessidades autênticas. Sua sinceridade, seu carácter vigoroso e verdadeiro precisa se opor algum dia ao que apenas sempre repete o já dito, o já aprendido, o já copiado. Assim, ele [o indivíduo] começará a compreender que a cultura também pode ser outra coisa do que *decoração da vida*, o que no fundo significa ainda sempre dissimulação e disfarce; pois todo adorno oculta o adornado. (Nietzsche, 2003: 99)

Ao devolver aos desapossados a posse da sua herança sem que eles, genericamente, pudessem intervir nela, as forças da nação estavam a manter viva a ideia de uma grande comunidade, a população, como uma turba cuja condição básica era a de serem expropriados de tudo o que brilhasse e de tudo o que reluzisse – o decoro só lhes pertenceria se lhes fosse concedido por um poder superior e só membros da classe

decorosa poderiam conceder-lho. Tudo o que brilhava era excludente e tudo o que excluía emancipava os novos senhores do reino, ciosos do seu poder e temerosos da finitude com que as suas convicções podiam mergulhar no abismo de um momento para o outro. Seria, portanto, compreensível que a finitude se pudesse combater com algo de palpável que remetia para a durabilidade e para a grandeza, as pedras, os conventos, os palácios, mas que operava um fechamento sobre as possibilidades de imaginar o que significaria essa durabilidade, até desaguar na racionalidade presente de um grande consenso celebrador do papel dos monumentos.

Os monumentos foram trazidos para a ordem da política por distinções que se tornaram muito operativas na presunção de guardar os vestígios que fizeram a grandeza da nação e cantaram os feitos heroicos de quem os valorizou, os poderes presentes, pelo que a história dos monumentos substancializou a vida dos dominadores. “O perigo ameaça tanto a existência de tradição como aqueles que a recebem. Para ela como para eles, o perigo está em entregá-los como instrumentos à classe dominante” (Benjamin, 1992: 160). Mas com quem se encontra o historiador e o pesquisador? “A resposta é inelutável: com o vencedor. Ora todo aquele que domina é sempre herdeiro de todos os vencedores. A intropatia [empatia] com o vencedor beneficia sempre, por consequência, aqueles que dominam.” Eis a razão pela qual qualquer dissertação os alimentaria sem cessar. “Todos aqueles que até agora conseguiram a vitória participam desse cortejo triunfal em que os senhores de hoje marcham sobre os corpos dos vencidos de hoje. A este cortejo triunfal pertencem também os despojos como sempre foi uso. Esses despojos são aquilo que se define como os bens culturais” (Benjamin, 1992: 161).

A herança atualmente gerida e apresentada como resultado desses despojos apresenta-se vinculada, como penso que ficou claro, quanto às exigências comportamentais que ela transporta, às primeiras determinações da época constitucional que impunham aos monumentos o papel de serem conformes ao asseio e à salubridade. Mas a dádiva de uma herança revelada desta forma não resulta de nenhuma tensão que origine a possibilidade de fantasiar (de que se compõem os despojos, de que se poderiam compor, o que significam para mim) e sim do oferecimento de produtos em relação aos quais se pede adesão ilimitada. Uma relação com esses despojos apenas para serem contemplados, reproduzidos e admirados reforça a noção do nosso analfabetismo em relação a monumentos e objetos que nunca nos pertencerão, cuja história não conhecemos e que foram o adorno de alguém.

A classificação patrimonial, como avaliação que é, apenas tenta sustentar uma paz social. Não existe nenhuma campanha a fazer contra as classificações, existe a tomada de consciência de que as classificações são potências excludentes, a partir das quais se recorta a identidade coletiva e se afadigam os homens que trabalham “na fábrica das utilidades genéricas” (Nietzsche, 2003: 62). Ao reconhecer uma herança, deixámos de refletir sobre ela e de imaginar as suas contingências. As classificações pressupuseram o fim de uma viagem, como se não fosse indispensável pesquisar mais, como se chamassem a nós *tudo o que pode e deve ser conhecido* e nos devolvessem “o espetador errante e fruidor” (Nietzsche, 2003: 41), cuja relação com a verdade se traduz num reconhecimento, não numa procura. Nessa circunstância, o valor social de qualquer classificação só deveria ser aceite se pudesse nomear toda a sua arbitrariedade constitutiva.

Retirados da comunidade para serem devolvidos à comunidade através da admiração que deviam suscitar, adjudicando-lhes um predicado (o de transportadores de conhecimento, é certo, mas muito mais o construtores da grandeza da nação), os monumentos entraram na órbita estatal através do *inquérito* no fim do século XIX, do poder de nomear, embora muitos inquéritos tivessem sido conduzidos no passado para construir uma lista de tesouros. Que os monumentos tenham, dessa forma, chegado à órbita do Estado em nome de um culto talvez não fosse de estranhar.

Pode-se estranhar que as lutas pela conservação de monumentos fossem igualmente uma luta pela conformidade e que os desejos de conservação falassem também de um lado conservador de quem queria permanecer através dos vestígios, espécie de decoro aplicado, em primeiro lugar aos parlamentares e à sua vontade de poder. O inventário possibilitou uma contabilidade que reuniu o que estava próximo e o que estava distante e aproximou tudo num feixe. Do ponto de vista numérico, a contagem uniu o que estava disperso e a classificação exibiu a normalização dos objetos e monumentos contados. Ao contemplar tanta semelhança, pareceu ficar cada vez mais distante observar com facilidade as diferenças na base do que aparece como idêntico, pois se hoje existe um sentimento geral é porque as diferenças foram aniquiladas.

Conceder ao passado, em particular às obras de arte e aos monumentos, uma permanência que destoava da instabilidade da vida comum, ou da vida comum que se tornava instável na medida da sua secularização progressiva, é algo que foi devidamente assinalado e não pode ser surpreendente. Se tornar imperecíveis os monumentos e o trabalho das artes – na medida em que isso fosse possível – caminhava a par da procura

de uma legitimação dos poderes constituintes em Oitocentos, como se referiu por diversas vezes ao longo da tese, poder-se-ia pensar que o advento de uma instituição como o Parlamento poderia ter significado uma reabilitação da vida política e uma forma de ancorar as expectativas das populações em formas representativas que nada deveriam ao Antigo Regime.

Com as devidas distâncias em relação às experiências grega e romana, a instituição da vida parlamentar sugeria o aparecimento de alguma coisa que se envolvesse como novidade, como se à política fosse concedida, novamente, a arena central na vida moderna, e como se fosse possível articular a participação na vida política de uma ‘nobreza’ que não se sustentaria nos antigos despojos das famílias poderosas e reinantes, mas regressasse à importância do poder da palavra (como na experiência grega) e à relevância e confiança das instituições políticas (como na experiência romana).

Ao mesmo tempo que se reivindicava a pertinência de tratar os assuntos da nação nessa arena, os amadores do património, entre os quais os deputados e membros do governo não eram o menor número, afirmaram e reafirmaram a sua condição de, enquanto amadores das coisas antigas, habitarem o ‘exterior’ das coisas mundanas, e asseguraram a quem ainda hoje os quer ouvir que a arte e os despojos da antiguidade supostamente pertenciam a um mundo culto e civilizado, que devia, para ser protegido, não só estar ausente do mundo comum como existir para lá da existência humana. Ou seja, afirmaram, quase de imediato, a pouca relevância da vida política que representavam, quanto à compreensão da herança cultural. Esse movimento de *desdém*, cuja publicidade e ressonância não pararam de ampliar-se, está hoje presente em afirmações de que a arte e os despojos são valiosos demais para ser confundidos com os assuntos políticos.

Os representantes da nação contribuíram ainda para a menorização de um dos valores que mais teriam tido interesse em preservar – a palavra. Se o discurso podia dizer que a ação política era uma coisa e a contemplação da herança era outra, exterior a ela, sem dúvida que a dissociação convidava à menorização da própria ação política pela palavra que lhe daria uso e forma e que podia devolver, pela ação que viesse em auxílio da palavra, o esplendor perdido a essa herança. A questão não tinha a ver com a inutilidade prática de objetos e monumentos, que sempre terá existido; com a sua durabilidade e confiabilidade; ou mesmo com a sua resistência à separação entre vida religiosa e vida mundana e ao movimento, aparentemente irreversível, da sua secularização. Teve a ver

com a óbvia colagem de objetos e monumentos à reificação dos poderes maiores e do património aos desejos mais profundos de representação de reis e poderosos – com o argumento, a partir de Oitocentos, que era do património das populações que se tratava. A questão tinha ainda a ver com o convite à contemplação desligada de um conhecimento que não fosse o da certeza da importância previamente adquirida na escola, isto é, não exigindo nenhuma ação para conhecer que não fosse a do conhecimento prévio: nas escolas da instrução primária, nos liceus da instrução secundária, nas escolas de desenho industrial, nas escolas de belas-artes, lá estavam os modelos para ser seguidos e as formas canónicas para serem respeitadas.

Essa contemplação (transformada hoje, para o público, em visita, fruição, turismo) não teria, por consequência, nada a ver com a contemplação dos feitos heroicos nos tempos da Antiguidade¹¹⁵¹ nem com a contemplação de Luís da Silva Mouzinho de Albuquerque no monumento da Batalha, enquanto inspetor das Obras Públicas (uma contemplação claramente transformadora do monumento), nem ainda com nenhuma inspeção realizada por crianças aos objetos que, não lhe fornecendo nada de perdurável a não ser a sua própria bancada de composição, seriam capazes de fabular, de recompor, de trocar, de baralhar¹¹⁵² – pois todas essas observações exigiriam a inscrição num campo de ação.

Envolvidos na contingência de decidir o que devia permanecer com a sua grandeza própria, o que devia por direito ser histórico, apregoando a imortalidade do que era

¹¹⁵¹ A contemplação, entre os gregos, significava a experiência do eterno como centro do pensamento metafísico. Só ocorria fora da influência dos assuntos humanos e fora do convívio dos homens – como no episódio da *Alegoria da Caverna*, em que o filósofo liberto das amarras, poderia olhar para o mundo. Essa forma contemplativa era diferente da experiência da imortalidade, já que não concebia qualquer ação.

No mundo grego, os homens mortais encontravam-se em face da natureza imortal e dos deuses imortais, em relação aos quais podiam ter a capacidade de produzir obras e feitos suficientemente relevantes e grandiosos para com eles ganharem a imortalidade. Deixariam então atrás de si vestígios indisputáveis quanto à sua perenidade, que seriam recordados em função de serem, também eles, feitos divinos, inesquecíveis; no mundo romano, os homens encontravam-se rodeados de um acúmulo de exemplos retirados da ação política, demonstrativos do que tradição e autoridade exigiam que cada geração observasse a partir dos antepassados (Arendt, 2007: 27-29; Arendt, 2006d: 78-79)

¹¹⁵² “Cada pedra que encontra, cada flor que colhe e cada borboleta que apanha já são para ela o começo de uma coleção, e tudo o que possui é para ela logo uma coleção. Na criança, esta paixão mostra o seu verdadeiro rosto, o olhar rigoroso do índio que continua a brilhar, mas já só turvo e maníaco nos antiquários, investigadores e bibliómanos. Mal entra na vida e já é caçadora. Caça espíritos, cujo rasto fareja nas coisas; entre espíritos e coisas passam-se anos em que o seu campo de visão permanece livre da presença humana. Nela, as coisas passam-se como nos sonhos: não conhece nada de duradouro, acha sempre que tudo lhe cai em cima, vem ao seu encontro, esbarra com ela. Os seus anos de nomadismo são horas na floresta do sonho. Daí traz a presa para casa, para a limpar, a consolidar, a libertar de encantamentos. As sua gavetas têm de se transformar em arsenal e jardim zoológico, em museu do crime e cripta. ‘Arrumar’ seria destruir uma toca cheia de castanhas eriçadas que são clavas, papéis de prata que são um tesouro, blocos de madeira que são caixões, cactos que são totens e moedas de cobre que são escudos” (Benjamin, 2004: 38)

perecível, os deputados da nação confrontaram-se com a grandeza dos feitos que os precederam, a maioria deles a cargo de reis e inscritos na história religiosa do reino, como caução para escapar à transitoriedade e acederem a uma igualdade entre os grandes. Mas não puderam, por muito tempo, esconder que a celebração da grandeza nada tinha ver com as coisas imortais da Antiguidade – aquelas que não necessitavam de esforço para se inscrever nem de ajuda de quaisquer poderes terrenos para se fixar. Não só os feitos de Oitocentos pareciam cinzentos por comparação com os homólogos antigos como os próprios vestígios dos feitos mais celebrantes, casos da escrita de Camões ou da empresa dos Descobrimentos, exigiam um aparelho transmissor poderoso, que pudesse alcançar toda a população para lá de qualquer moda. Tal alcance não estava apenas a trazer a história para um palco, estava a construí-la, a partir dos materiais, temas e obsessões selecionados para a população escolarizada.

Hoje pode parecer-nos óbvio que, ao apelar para uma consciência sobre o valor das antiguidades, os deputados estivessem a mergulhar num paradoxo de consequências imprevisíveis. Como atribuir grandeza ao amontoado de traços do passado que se evidenciava por serem ruínas? E como fazer delas uma grandeza presente? Isto é, como fazer delas uma grandeza presente quando todo o valor de reutilização direta que tinham tido no passado estava a interditar-se, lentamente, e a ficar como que obsoleto? É certo que estava explícito que os vestígios traziam consigo recordações de grandes feitos mas, justamente, estava a colocar-se uma quebra que não tinha sido antes tentada, pelo menos não desta forma, a de dissociar a importância que era suposto atribuir aos vestígios do seu valor memorial. Tratava-se de os vestígios possuírem um valor para além da recordação que podiam operar, já que a grandeza de que eram portadores devia estar associada, por exemplo, ao asseio, à salubridade, à regra, à conformidade, à limpeza, à presença territorial do Estado – ou seja, às novas funções designadas pelos poderes em ascensão. O paradoxo arrastou-se por todo o século XIX e evidenciava ainda outra questão. Ao contrário do que acontecia na Antiguidade (em que algo que exprimisse grandiosidade teria deixado uma marca memorável), os grandes feitos não eram evidentes por si nem a grandeza era facilmente reconhecível. Mas devia passar a ser património de todas as pessoas, na verdade de todos os cidadãos. Como recolocar a questão de a grandeza dos feitos incontestáveis dever ser reconhecida por toda a gente? Ou seja, como recolocá-la de modo a ser reconhecida como a grandeza do Estado-nação e dos próprios feitos dos deputados da Monarquia Constitucional? Uma das formas encontrada foi a de recolocar a questão sob a forma de *conhecimento*. Os vestígios

transportavam conhecimentos que era impreterível e urgente explorar. Foi a via buscada pelos exploradores, historiadores, arqueólogos, antiquários, especialistas e pesquisadores de outros géneros, cuja atividade os deputados deviam acarinhar e até acompanhar, como via para conhecer o que foi obra dos antepassados, algures no tempo. Aparentemente era como se o foco de atenção se deslocasse das ‘coisas’ para os ‘motivos’: como é que apareceu o Convento da Batalha, não era esta uma das grandes questões de Ramalho Ortigão no seu livro *O culto da arte em Portugal*?

Mas nem a exposição dos mais ínfimos motivos pelos quais os edifícios históricos são o que são, nem muito menos os que originaram a relevância dos objetos de valor, deixaram de ‘coisificar-se’, pois a ambos, edifícios e objetos, foi atribuído o estatuto de serem conformes ao decoro das classes reinantes e espelharem o que melhor podia, por exemplo, figurar no grande museu nacional da nação. Edifícios e objetos não eram portadores apenas de conhecimentos mas de todo o reconhecimento devido aos poderes que os substancializavam, o que significava que um apelo ao conhecimento das razões históricas que os tinham produzido estava a ser prosseguido ao mesmo tempo que esse conhecimento parecia estar a ser reutilizado para fabricar todas as devidas distâncias entre conhecedores e fruidores. Que essas distâncias fossem acentuadas à medida que se ia conseguindo levar as populações à escola – à possibilidade de adquirirem o conhecimento – não chega a ser irónico, deve antes fazer refletir-nos a partir de que pontos se continuou a erguer barreiras, desde logo pelos qualificativos usados, para não ter de explicar o que são exatamente os atuais bens da herança cultural apreciados como *excecionais*.

Como se a imprevisibilidade dos qualificativos e dos destinos da herança tivesse de ser conjurada a favor de uma produtividade; como se não houvesse uma só atividade humana que nos devolvesse a possibilidade de perdurar e só o poder de atração das obras de arte remetesse para a imortalidade. Nenhuma imprevisibilidade, nenhum tempo para nos assombrarmos – apenas o convite para visitar e colecionar o que foi escolhido para nós fruirmos, como se fôssemos reis por um dia no grande jardim patrimonial.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

As normas para as referências bibliográficas recomendadas pelo Instituto de Educação da Universidade de Lisboa são a norma portuguesa sobre referências bibliográficas (NP405) e a norma da APA (American Psychological Association). A tese usa uma combinação destes dois sistemas. As citações ao longo do texto foram definidas de acordo com a referência autor-data (autor, data: página) com duas exceções a essa remissão unívoca, em que se usa a citação numérica (referências ordenadas por números) colocada no texto através de notas de rodapé. As exceções são relativas: i) à legislação; ii) aos discursos dos deputados, uma vez que a tese se construiu em torno deles e pelo facto de serem, de longe, o mais abundante material citado.

No caso dos discursos parlamentares, optou-se por referir, em notas de pé de página, a sua proveniência através da sequência (Nome/Câmara/Número de Ata/Número de Diário/Número de página). Quanto à legislação, é referida também em nota de pé de página. Nas referências bibliográficas é possível encontrar um elenco de todas as páginas citadas de uma determinada legislação, organizada por ano de publicação. Em ambos os casos, legislação e discursos dos deputados, entendeu-se que a citação numérica permite uma procura de referências mais rápida no sentido de confirmar e validar as informações.

Na lista de referências bibliográficas, mais uma vez por uma questão de facilitação, apresenta-se os nomes próprios dos autores por extenso, e não por iniciais como recomenda a APA. Nos artigos impressos, aparece referido o volume da publicação, quando existe, e seguidamente o número da mesma publicação (entre parêntesis).

1. FONTES IMPRESSAS

1.1. ARTIGOS DE PERIÓDICOS, CATÁLOGOS, DIÁRIOS PARLAMENTARES, MONOGRAFIAS, PERIÓDICOS, RELATÓRIOS

ACADEMIA REAL DAS BELAS-ARTES DE LISBOA (1868). *Catálogo provisório da Galeria Nacional de Pintura existente na Academia Real das Belas-Artes de Lisboa*. Lisboa: Tipografia Universal de Tomás Quintino Antunes.

[ALLEN, Eduardo Augusto; OLIVEIRA, João Marques da Silva; VASCONCELOS, Joaquim] (1889). *O Museu Municipal do Porto. O seu estado presente e o seu futuro. Relatório apresentado ao Ilustríssimo e Excelentíssimo senhor Luiz Ignacio Woodhouse, presidente da comissão encarregada de estudar a reorganização do Museu*. Porto: Tipografia de A. J. da Silva Teixeira.

AAVV (1876a). *Relatório dirigido ao Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Reino pela comissão nomeada por decreto de 10 de novembro de 1875 para propor a reforma do ensino artístico e a organização do serviço de museus, monumentos históricos e arqueologia. Primeira Parte. Relatório e Projetos*. Lisboa: Imprensa Nacional.

AAVV (1876b). *Relatório dirigido ao Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Reino pela comissão nomeada por decreto de 10 de novembro de 1875 para propor a reforma do ensino artístico e a organização do serviço de museus, monumentos históricos e arqueologia. Segunda Parte. Atas e Comunicações*. Lisboa: Imprensa Nacional.

ALBUQUERQUE, Luís da Silva Mouzinho de (1840a). *Relatório contendo os fundamentos e explicação do orçamento da despesa orçada para a repartição das Obras Públicas do Reino, a exposição do sistema fundamental para a aplicação dos fundos votados para esta repartição, e a indicação e proposta de algumas providências legislativas e regulamentares necessárias para o andamento regular deste ramo de serviço público, apresentado ao ilustríssimo e excelentíssimo senhor ministro e secretário de estado dos Negócios do Reino, em observância da portaria de 17 de novembro de 1840, pelo inspetor geral interino de Obras Públicas do Reino*. Lisboa: [s.n.] Arquivo histórico da Secretaria Geral da Economia, acervo do Ministério do Reino, Caixa de arquivo MR66/67 1842-1843

ALBUQUERQUE, Luís da Silva Mouzinho de (1840b). *Relatório geral sobre as obras públicas do reino, apresentado ao excelentíssimo ministro e secretário de estado dos Negócios do Reino pelo inspetor geral interino o conselheiro Luís da Silva*

Mouzinho de Albuquerque em 8 de julho de 1840, para servir de base às medidas, melhoramentos e reformas que neste ramo de administração pública tenham de ser adotadas pelo governo. Lisboa: [s.n.] Arquivo histórico da Secretaria Geral da Economia, acervo do Ministério do Reino, Caixa de arquivo MR66/67 1842-1843

ALBUQUERQUE, Luís da Silva Mouzinho de (1854). *Memória inédita acerca do edificio monumental da Batalha*. Leiria: Tipografia Leiriense.

BARBOSA, Inácio de Vilhena (1883). Fragmentos de um roteiro de Lisboa (Inédito). Mosteiro de São Vicente de Fora In *Arquivo Pitoresco: Semanário Ilustrado* (pp.225-228). Tomo VI (29). Lisboa: Tipografia de Castro Irmão.

BARBOSA, Inácio de Vilhena (1874). Introdução In *Boletim de arquitetura e de arqueologia da Real Associação dos Arquitetos Civis e Arqueólogos Portugueses* (p.2). Tomo I (1), 2.^a série. Lisboa: Real Associação dos Arquitetos Civis e Arqueólogos Portugueses.

BASTOS, José Joaquim Rodrigues de (1847a). *Coleção de pensamentos, máximas e provérbios*. Tomo I. Lisboa: Imprensa Nacional.

BASTOS, José Joaquim Rodrigues de (1847b). *Coleção de pensamentos, máximas e provérbios*. Tomo II. Lisboa: Imprensa Nacional.

BENEVIDES, Francisco da Fonseca (1873). *Instituto Industrial e Comercial de Lisboa. Catálogo das coleções do museu tecnológico*. Lisboa: Tipografia de Castro Irmão.

BENEVIDES, Francisco da Fonseca (1885). *Relatório sobre as escolas industriais e de desenho industrial da circunscrição do sul*. Lisboa: Imprensa Nacional.

BENEVIDES, Francisco da Fonseca (1886). *Relatório sobre as escolas industriais e de desenho industrial da circunscrição do sul*. Lisboa: Imprensa Nacional.

BENEVIDES, Francisco da Fonseca (1887). *Relatório sobre as escolas industriais e de desenho industrial da circunscrição do sul*. Lisboa: Imprensa Nacional.

BENEVIDES, Francisco da Fonseca (1889). *Relatório sobre as escolas industriais e de desenho industrial da circunscrição do sul*. Lisboa: Imprensa Nacional.

BENEVIDES, Francisco da Fonseca (1890). *Relatório sobre as escolas industriais e de desenho industrial da circunscrição do sul (1889-1890)*. Lisboa: Imprensa Nacional.

BENEVIDES, Francisco da Fonseca (1891). *Relatório sobre as escolas industriais e de desenho industrial da circunscrição do sul*. Lisboa: Imprensa Nacional.

CÂMARA DOS DIGNOS PARES DO REINO (1826-1836). *Diário*. Arquivo histórico parlamentar da Assembleia da República.

[CÂMARA DOS DIGNOS PARES DO REINO] (1835). *Regimento interno da Câmara dos Dignos Pares*. Lisboa: Imprensa Nacional.

CÂMARA DOS PARES DO REINO DE PORTUGAL (1842-1910). *Diário*. Arquivo histórico parlamentar da Assembleia da República.

CÂMARA DOS SENHORES DEPUTADOS DA NAÇÃO PORTUGUESA (1822-1910). *Diário*. Arquivo histórico parlamentar da Assembleia da República.

[CÂMARA DOS SENHORES DEPUTADOS DA NAÇÃO PORTUGUESA] (1876). *Regimento interno da Câmara dos Senhores Deputados, seguido da Carta Constitucional e da legislação relativa à mesma Câmara*. Lisboa: Imprensa Nacional.

[CÂMARA DOS SENHORES DEPUTADOS DA NAÇÃO PORTUGUESA] (1901). *Regimento interno da Câmara dos Deputados de 25 de fevereiro de 1896*. Lisboa: Imprensa Nacional.

CARNEIRO, Manuel Borges (1844). *O mentor da mocidade ou cartas sobre educação*. Lisboa: Imprensa Nacional.

CARNEIRO, Manuel Borges (1847). *Direito civil de Portugal contendo três livros: I. Das pessoas II. Das coisas III. Das obrigações e ações*. Tomo IV (Livro II. Das coisas). Lisboa: Tipografia de António José da Rocha.

CARNEIRO, Manuel Borges (1851). *Direito civil de Portugal contendo três livros: I. Das pessoas II. Das coisas III. Das obrigações e ações*. Tomo I. Lisboa: Tipografia de António José da Rocha.

- CASTILHO, António Feliciano de (1854). *Felicidade pela instrução*. Lisboa: Tipografia da Academia Real das Ciências.
- CASTILHO, José Feliciano de (1844). *Relatório acerca da Biblioteca Nacional de Lisboa e mais estabelecimentos anexos, dirigido ao Excelentíssimo senhor ministro e secretário de estado dos Negócios do Reino. No 1.º de janeiro de 1844*. Tomo I. Lisboa: Tipografia Lusitana.
- CATALOGUE SPÉCIAL DE LA SECTION PORTUGAISE A LA EXPOSITION UNIVERSELLE DE PARIS EN 1867 (1867). Paris: Librairie Administrative de Paul Dupont.
- COELHO, José Maria Latino, AULETE, Francisco Júlio Caldas (Coord.) (1869). *Enciclopédia das escolas primárias*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- COMISSÃO DOS MONUMENTOS NACIONAIS (1894). *Relatório da Comissão dos Monumentos Nacionais apresentado ao Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Ministro das Obras Públicas, Comércio e Indústria pelo Presidente da referida comissão em 1884*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- CONGRESSO PEDAGÓGICO HISPANO-PORTUGUÊS-AMERICANO. SECÇÃO PORTUGUESA (1892). *O Museu Nacional de Belas Artes. Apontamentos*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- CONSELHO SUPERIOR DE INSTRUÇÃO PÚBLICA (1853) [s.d. o documento] Relatórios. In *O Instituto. Jornal Científico e Literário* (pp.7-8 e 19-20). Volume I. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- CONSELHO SUPERIOR DE INSTRUÇÃO PÚBLICA (1854) [1853 a data do documento]. Relatórios. In *O Instituto. Jornal Científico e Literário* (pp.157-159 e 182-184). Volume II. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- CONSELHO SUPERIOR DE INSTRUÇÃO PÚBLICA (1855) [1845, 1847, 1848 e 1854 as datas dos documentos]. Relatórios. In *O Instituto. Jornal Científico e Literário* (pp.77-81 e 93-98; 109-113, 161-164 e 201-204; 253-257, 269-271, 281-283 e 309-312). Volume III. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- CONSELHO SUPERIOR DE INSTRUÇÃO PÚBLICA (1856) [1849, 1850 e 1851 as datas dos documentos]. Relatórios. In *O Instituto. Jornal Científico e Literário* (pp.2, 41-44, 181-185, 193-195, 205-208) Volume IV. Coimbra: Imprensa da Universidade.

CONSELHO SUPERIOR DE INSTRUÇÃO PÚBLICA (1857) [1854 e 1856 as datas dos documentos] In *O Instituto. Jornal Científico e Literário* (pp.133-139, 181-185, 239-232). Volume V. Coimbra: Imprensa da Universidade.

CONSELHO SUPERIOR DE INSTRUÇÃO PÚBLICA (1860) [1858 e 1859 as datas dos documentos] In *O Instituto. Jornal Científico e Literário* (pp.49-50, 121-126, 325-337). Volume VIII. Coimbra: Imprensa da Universidade.

CONSELHO SUPERIOR DOS MONUMENTO NACIONAIS [1900-1906]. *Atas*. Arquivo da Academia Nacional de Belas Artes (Cota: 3-D-SEC.259)

CONSELHO SUPERIOR DOS MONUMENTOS NACIONAIS [1900-1907]. *Atas*. Arquivo da Academia Nacional de Belas-Artes (Cota: 3-D-SEC.260)

CORTES GERAIS, EXTRAORDINÁRIAS E CONSTITUINTES DA NAÇÃO PORTUGUESA (1837-1838). *Diário*. Arquivo histórico parlamentar da Assembleia da República.

CORTES GERAIS E EXTRAORDINÁRIAS DA NAÇÃO PORTUGUESA (1821-1822). *Diário*. Arquivo histórico parlamentar da Assembleia da República.

DIAS, Eduardo da Rocha (1907). *A Real Associação dos Arquitetos Cívicos e Arqueólogos Portugueses desde a sua fundação até 11 de dezembro de 1889*. Lisboa: Tipografia da Casa da Moeda e Papel Selado.

DIREÇÃO GERAL DE INSTRUÇÃO PÚBLICA (1904). *Boletim* (p.52, 53, 54, 56, 57, 58, 59, 64, 66, 104, 253). Ano II, fasc. I-IV, janeiro-abril de 1903.

EXPOSIÇÃO RETROSPECTIVA DE ARTE ORNAMENTAL PORTUGUESA E ESPANHOLA CELEBRADA EM LISBOA EM 1882 SOB A PROTEÇÃO DE SUA MAJESTADE EL-REI O SENHOR D. LUÍS I E A PRESIDÊNCIA DE SUA MAJESTADE EL-REI O SENHOR D. FERNANDO II (1882). *Catálogo Ilustrado*. Lisboa: Imprensa Nacional.

FERRÃO, Francisco António Fernandes da Silva (1852). *Tratado sobre direitos e encargos da Sereníssima Casa de Bragança*. Lisboa: Imprensa de J. J. Andrade e Silva.

- FERREIRA, Fernando Palyart Pinto (1914). *Museus escolares* In *Separata do Anuário da Casa Pia de Lisboa 1913-14* (pp.263-272). Lisboa: Tipografia da Casa Portuguesa.
- FERREIRA, Teófilo [Vasconcelos, Joaquim] (1882). Relatório acerca da necessidade e organização do ensino de desenho profissional em Lisboa In *Revista da Sociedade de Instrução do Porto* (pp.401-412). Ano II (8), 1 de agosto de 1882, Porto: Tipografia Ocidental.
- FREIRE, Pascoal José de Melo, Instituições de direito civil português – Tanto público como particular [*Institutiones Iuris Civilis Lusitani cum Publici tum Privati*, 1789-1794. Tradução de Miguel Pinto de Meneses, revisão de António Manuel Hespanha]. In *Boletim do Ministério da Justiça* [1966-1967]. Número 161, dezembro de 1966 ao número 171, dezembro de 1967. Lisboa: Tipografia da E.N.P. – Anuário Comercial de Portugal.
- FURTADO, Tadeu (1896). Apontamentos para a história da Academia portuense de belas-artes In *O Instituto. Revista científica e literária* (pp.732-740). Volume XLIII. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- GOMES, Joaquim da Conceição (1866). *O monumento de Mafra. Descrição minuciosa deste edifício. Ideia geral de sua origem e construção e dos objetos mais importantes que constituem esse grande todo*. Mafra: Tipografia Mafrense.
- [GORJÃO, João Damásio Roussado (Ed.), MONIZ, Nuno Álvares Pereira Pato (Ed.)] (1822). *Galeria dos deputados das Cortes Gerais, Extraordinárias e Constituintes da Nação Portuguesa instauradas em 26 de janeiro de 1821. Época I*. Lisboa: Tipografia Rollandiana.
- HERCULANO, Alexandre (1851). Sinceridade com o povo In Nogueira, José Félix Henriques, *Almanak democrático para 1852* (pp.42-46). Lisboa: Tipografia Social.
- HERCULANO, Alexandre (1873). Monumentos pátrios In *Opúsculos. Questões públicas* (p.3-6, 13,14-15, 16, 20-21, 24, 30-31, 32, 50, 51). Tomo II. Lisboa: Em Casa da Viúva Bertrand & C.^a.
- HERCULANO, Alexandre (1884). Arqueologia portuguesa In *Opúsculos. Controvérsias e estudos históricos* (pp.43-133). Tomo VI. Lisboa: Viúva Bertrand & C.^a. Sucessores Carvalho & C.^a.

HERCULANO, Alexandre (1898). Duas épocas e dois monumentos ou a granja real de Mafra In *Opúsculos. Questões públicas* (pp.2-20). Tomo VII. Lisboa: Tavares Cardoso & Irmão Editores.

HERCULANO, Alexandre (1901). A Escola Politécnica e o monumento In *Opúsculos. Questões públicas* (pp.197-292). Tomo VIII. Lisboa: Tavares Cardoso & Irmão Editores.

[HOLSTEIN, Marquês de Sousa] (1864). *Relatório de Sousa Holstein dirigido ao ministro do Reino acerca do 'estado em que se achava a Academia' e as 'alterações que ocorreram desde junho de 1862'*. (Museu Nacional de Arte Antiga, Acervo José de Figueiredo, Documentação da Academia Real de Belas-Artes (Caixa 1/P11/Doc.2 – 3/13; Doc.5; cota AJF/Cx1/P11/Doc.2 – 3/13; Doc.5)

[HOLSTEIN, Marquês de Sousa] (1875). *Observações sobre o atual estado do ensino das artes em Portugal, a organização dos museus e o serviço dos monumentos históricos e da arqueologia oferecidas à comissão nomeada por decreto de 10 de novembro de 1875 por um vogal da mesma comissão*. Lisboa: Imprensa Nacional.

[JUNTA PROVISIONAL DO GOVERNO SUPREMO DO REINO] (1820). *A Junta Provisional do Governo Supremo do Reino aos portugueses*. Porto: Tipografia de Viúva Álvares Ribeiro e Filhos.

[JUNTA PROVISIONAL PREPARATÓRIA DAS CORTES] (1821). *Projeto de regimento para o governo interior das Cortes Gerais e Extraordinárias Constituintes*. Lisboa: Imprensa Nacional.

KEIL, Alfredo (1905). *Coleções e museus de arte em Lisboa*. Lisboa: Livraria Ferreira e Oliveira Lda..

LIMA, Adolfo (1932). *Metodologia*. Volume II. Lisboa: Livraria Ferin.

LOBÃO, Manuel de Almeida e Sousa de (1817). *Tratado histórico, enciclopédico, prático sobre todos os direitos relativos a casas, quanto às matérias civis e criminais. Divido em três partes I. Contém os direitos relativos às casas materiais, e cada uma das suas partes integrantes do todo; e consideradas somente em si mesmas II. Contém todas as mais questões diversas sobre vários direitos relativos às casas III. Direitos relativos a casas em matérias criminais*. Lisboa: Imprensa Régia.

- LOUREIRO, Adolfo Ferreira de (1875). *Memória sobre o Mondego e barra da Figueira*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- MACEDO, D. António da Costa de Sousa (1870). *Instrução nacional*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- MACEDO, D. António da Costa de Sousa (1871). *História da instrução popular em Portugal. Desde a fundação da monarquia até aos nossos dias*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- MACHADO, Bernardino (1888). *Afirmações públicas*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- MACHADO, Bernardino (1897). *Notas de um pai*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- MADEIRA, António Joaquim Pinto (Ed.) (1884). *Exposição distrital de Coimbra em 1884. Revista. Conferência. Prémios*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1884.
- MARTÍ, D. Francisco de Paula (1831). *Compendio de la taquigrafia española compuesta por D. Francisco de Paula Martí, adicionada e sistematizada por el Dr. Don Francisco Serra e Sinesta, abogado de la real audiencia de Cataluña e catedrático del mismo arte en la escuela gratuita de la casa Lonja de Barcelona*. Barcelona: Roca Impresor.
- MENDIA, Henrique da Cunha Matos de (1883). *A cultura do arroz no distrito de Coimbra. Relatório dos trabalhos da comissão nomeada por portaria de 16 de setembro apresentado a Sua Excelência o senhor ministro das Obras Públicas por Henrique da Cunha Matos de Menda, relator eleito pela mesma comissão*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- MENEZES, Alberto Carlos de (1823). *Classificação dos bens nacionais para ordenar a administração, tombo e reconhecimento da fazenda fiscal por superintendências, almoxarifados ou contadorias em comarcas em territórios municipais com o processo judicial de medições e marcações e prática dos reconhecimentos de títulos de propriedade e direitos nacionais, denominados da Coroa e Real Fazenda*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- MENEZES, Alberto Carlos de (1825). *Plano de reforma de forais e direitos banais fundado em um novo sistema enfiteutico dos bens da Coroa, de corporações e de outros senhorios singulares, dividido em nove partes com um novo*

arredondamento de comarcas para os forais do património da Coroa. Lisboa: Imprensa Régia.

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, COMÉRCIO E INDÚSTRIA (1888). *Relatórios sobre as escolas industriais e de desenho industrial da circunscrição do norte (1884-1885 a 1886-1887)*. Lisboa: Imprensa Nacional.

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, COMÉRCIO E INDÚSTRIA (1893). *Relatório sobre as escolas industriais e de desenho industrial da circunscrição do norte (1890-1891)*. Lisboa: Imprensa Nacional.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ECLESIASTICOS E DA JUSTIÇA [s.d.]. [1834]. *Resumo das consultas especiais da Junta do Melhoramento das ordens regulares sobre as diversas corporações, assim de religiosos como de religiosas*. Arquivo Nacional Torre do Tombo/Acervo do Ministério dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça, maço 270, número 1, caixa 216, 16 pp.

MONIZ, Jaime (1919). *Estudos de ensino secundário*. Lisboa: Imprensa Nacional.

MONTEIRO, José Luís (1906). As novas edificações de Lisboa In *Anuário da Sociedade dos Arquitectos Portugueses* (pp. 19-21). Ano II. Lisboa: Tipografia do Comércio

MUSEU NACIONAL DE BELAS-ARTES (1883). *Catálogo provisório, secção de pintura*. Lisboa: Imprensa Nacional.

MUSEUS INDUSTRIAIS E COMERCIAIS (1884). *Escolas industriais e escolas de desenho industrial*. Lisboa: Imprensa Nacional.

NOGUEIRA, José Félix Henriques (1851). *Estudos sobre a reforma em Portugal*. Lisboa: Tipografia Social, 1851, 1.º volume.

O general Fernando Larcher (1922) In *Revista Militar* (pp.505-507). Ano LXXIV (10 e 11). Outubro e Novembro. Lisboa: Empresa da Revista Militar.

ORTIGÃO, Ramalho (1879). *As Farpas*. III Série, Tomo III. Lisboa: Tipografia Universal.

ORTIGÃO, Ramalho (2006) [1896 a primeira edição]. *O culto da arte em Portugal*. Lisboa: Esfera do Caos Editores.

PASSOS, Manuel da Silva (1837). *Coleção dos orçamentos e documentos apresentados às Cortes Gerais, Extraordinárias e Constituintes da Nação Portuguesa pelo secretário de estado dos Negócios do Reino Manuel da Silva Passos*. Lisboa: Imprensa Nacional.

PEREIRA, Gabriel (1895). Arte industrial In *Arte Portuguesa. Revista de arqueologia e arte moderna* (pp.97-98). Ano I (5), maio de 1895. Lisboa: [s.n.].

PEREIRA, Gabriel (1902). *Monumentos II*. Lisboa: Tipografia do Dia.

PEREIRA, Gabriel (1908). *Museu Nacional de Belas-Artes. Aspeto geral*. Lisboa: Oficina Tipográfica.

PEREIRA, Gabriel (1909). *Monumentos nacionais. Conferência realizada na sala da Real Associação de Agricultura em 9 de maio de 1909*. Lisboa: Livraria Ferreira.

PINTO, João de Deus Antunes (1835). *A calúnia convencida: ou a resposta do padre João de Deus Antunes Pinto às observações do senhor deputado António Luís de Seabra*. Lisboa: Tipografia de Luís Maigre Restier Júnior.

RACZYNSKI, Atanazy (1846). *Les arts en Portugal. Lettres adressées à la société artistique et scientifique de Berlin et accompagnées de documents*. Paris: Jules Renouard et C.^a. Libraires-éditeurs.

REAL ASSOCIAÇÃO DOS ARQUITETOS CIVIS E ARQUEÓLOGOS PORTUGUESES (1881). *Relatório e mapas acerca dos edifícios que devem ser classificados monumentos nacionais apresentados ao governo pela Real Associação dos Arquitetos Civis e Arqueólogos Portugueses em conformidade com a portaria do Ministério das Obras Públicas de 24 de outubro de 1880*. Lisboa: Lallement Frères.

REAL ASSOCIAÇÃO DOS ARQUITETOS CIVIS E ARQUEÓLOGOS PORTUGUESES (1894). *Boletim* (p.5). Número 1, 3.^a série, Tomo VII.

REAL ASSOCIAÇÃO DOS ARQUITETOS CIVIS E ARQUEÓLOGOS PORTUGUESES (1896). *Boletim* (p.68). Número 5, 3.^a série, Tomo VII.

REAL ASSOCIAÇÃO DOS ARQUITETOS CIVIS E ARQUEÓLOGOS PORTUGUESES (1897). *Boletim* (p.179, 182, 183). Número 12, 3.^a série, Tomo VII.

REAL ASSOCIAÇÃO DOS ARQUITETOS CIVIS E ARQUEÓLOGOS PORTUGUESES (1898a). *Boletim* (pp.2-3, 4, 5, 9). Números 1 e 2, 3.^a série, Tomo VIII.

REAL ASSOCIAÇÃO DOS ARQUITETOS CIVIS E ARQUEÓLOGOS PORTUGUESES (1898b). *Boletim* (p.42, 60). Números 3 e 4, 3.^a série, Tomo VIII.

REAL ASSOCIAÇÃO DOS ARQUITETOS CIVIS E ARQUEÓLOGOS PORTUGUESES (1899). *Boletim* (p.70, 71, 73). Números 5 e 6, 3.^a série, Tomo VIII.

REAL ASSOCIAÇÃO DOS ARQUITETOS CIVIS E ARQUEÓLOGOS PORTUGUESES (1900). *Boletim* (p.183). Número 12, 3.^a série, Tomo VIII.

REAL ASSOCIAÇÃO DOS ARQUITETOS CIVIS E ARQUEÓLOGOS PORTUGUESES (1901a). *Boletim de arquitetura e arqueologia* (p.42, 43). Número 1, 4.^a série, Tomo IX.

REAL ASSOCIAÇÃO DOS ARQUITETOS CIVIS E ARQUEÓLOGOS PORTUGUESES (1901b). *Boletim de arquitetura e arqueologia* (p.38). Número 2, 4.^a série, Tomo IX.

REIS, António Soares dos, PINHEIRO, Alfredo J. Torquato, SOLLER, Tomás Augusto, OLIVEIRA, João Marques da Silva, COSTA, António José da, VASCONCELOS, Joaquim (1882). Plano de um curso de desenho graduado e de modelação In *A arte portuguesa. Revista mensal de belas-artes* (p.9). Fevereiro de 1882, I Ano (2). Porto: Tipografia Ocidental.

RIEGL, Aloïs (2008) [1903 a primeira edição original]. *El culto moderno a los monumentos*. Madrid: Antonio Machado Libros.

RIBEIRO, Carlos (1874). Arqueologia In *Boletim arquitectónico e de arqueologia da Real Associação dos Arquitetos Cívicos e Arqueólogos Portugueses* (pp.7-8, 11, 13, 23). Tomo I (1), 2.^a série. Lisboa: Real Associação dos Arquitetos Cívicos e Arqueólogos Portugueses.

- RIBEIRO, João Baptista Ribeiro (1836). *Exposição histórica da criação do museu portuense. Com documentos oficiais para servir à história das belas-artes em Portugal e à do cerco do Porto*. Porto: Na Imprensa de Coutinho.
- RIBEIRO, José Silvestre (1876a). *História do estabelecimentos científicos, literários e artísticos de Portugal nos sucessivos reinados da monarquia*. Tomo VI. Lisboa: Tipografia da Academia Real das Ciências. Estava como 1876b
- RIBEIRO, José Silvestre (1876b). *História dos estabelecimentos científicos, literários e artísticos de Portugal nos sucessivos reinados da monarquia*. Tomo V. Lisboa: Tipografia da Academia Real das Ciências. Estava como 1876a
- RIBEIRO, José Silvestre (1879a). *História dos estabelecimentos científicos, literários e artísticos de Portugal nos sucessivos reinados da monarquia*. Tomo VIII. Lisboa: Tipografia da Academia Real das Ciências.
- RIBEIRO, José Silvestre (1879b). Inventário das obras de arte In *Boletim da Real Associação dos Arquitetos Cívicos e Arqueólogos Portugueses* (pp.177-178). Tomo II (11), 2.^a série. Lisboa: Lallement Frères.
- RIBEIRO, José Silvestre (1889). *História do estabelecimentos científicos, literários e artísticos de Portugal nos sucessivos reinados da monarquia*. Tomo XVI. Lisboa: Tipografia da Academia Real das Ciências.
- RODRIGUES, Manuel Maria (1882). Centro Artístico Portuense In *A arte portuguesa. Revista mensal de belas-artes* (p.33). Abril de 1882, I Ano (4). Porto: Tipografia Ocidental.
- ROQUETE, José Inácio (1846). *Tesouro da mocidade portuguesa ou a moral em ação: escolha de factos memoráveis e anedotas interessantes: próprias para inspirar o amor à virtude e para formar o coração e o espírito. Obra extraída dos melhores autores nacionais e estrangeiros, precedida de um discurso preliminar e ornada de estampas*. Paris: Em casa de J. P. Aillaud.
- SÁ, Sebastião José Ribeiro de (1844). Um brado a favor da glória nacional e das belas-artes In *O Panorama: Jornal Literário e Instrutivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis* (pp.27-28). Volume III, 2.^a série (109), 27 de janeiro de 1844. Lisboa: Na Tipografia da Sociedade.

SÁ, Sebastião José Ribeiro de (1847a). Um brado a favor da glória nacional e das belas-
artes In *Revista Universal lisbonense* (pp.20-21). Volume VII, 1.^a série (2), 16 de
dezembro de 1847. Lisboa: Imprensa Nacional.

SÁ, Sebastião José Ribeiro de (1847b). Almoeda no palácio da Bemposta In *Revista
Universal Lisbonense* (pp.19-20). Volume VII, 1.^a série (2), 16 de dezembro de
1847. Lisboa: Imprensa Nacional.

[SÁ, Sebastião José Ribeiro de] (1848a). Os quadros da Bemposta e a possibilidade de
organizar em Lisboa um museu nacional In *Revista Universal Lisbonense*
(pp.241-246). Volume VII, 2.^a série (21), 27 de abril de 1848. Lisboa: Imprensa
Nacional.

[SÁ, Sebastião José Ribeiro de] (1848b). Aquisição dos melhores quadros que estavam
na Bemposta e de mais objetos de arte In *Revista Universal Lisbonense* (p.336).
Volume VII, 3.^a série (28), 15 de junho de 1848. Lisboa: Imprensa Nacional.

SALICIS, Gustave-Adolphe Salicis [Joaquim Vasconcelos (trad.)] (1881). O ensino
primário e a aprendizagem nos ofícios In *Revista da Sociedade de Instrução do
Porto* (pp.18-23). Ano I (1), 1 de janeiro de 1881; O ensino primário e a
aprendizagem nos ofícios (2.^o artigo) In *Revista da Sociedade de Instrução do
Porto* (pp.63-70). Ano I (2), 1 de fevereiro de 1881; O ensino primário e a
aprendizagem nos ofícios (3.^o artigo) In *Revista da Sociedade de Instrução do
Porto* (pp.101-106). Ano I (3), 1 de março de 1881; O ensino primário e a
aprendizagem nos ofícios (4.^o artigo) In *Revista da Sociedade de Instrução do
Porto* (pp.125-130). Ano I (4), 1 de abril de 1881; O ensino primário e a
aprendizagem nos ofícios (5.^o artigo) In *Revista da Sociedade de Instrução do
Porto* (pp.357-362). Ano I (11), 1 de novembro de 1881; O ensino primário e a
aprendizagem nos ofícios (6.^o artigo) In *Revista da Sociedade de Instrução do
Porto* (pp.380-386). Ano I (12), 1 de dezembro de 1881. Porto: Tipografia
Occidental.

SALICIS, Gustave-Adolphe Salicis [Joaquim Vasconcelos (trad.)] (1882). O ensino
primário e a aprendizagem nos ofícios (8.^o artigo) In *Revista da Sociedade de
Instrução do Porto* (pp.74-79). Ano II (2), 1 de fevereiro de 1882; O ensino
primário e a aprendizagem nos ofícios (9.^o artigo) In *Revista da Sociedade de
Instrução do Porto* (pp.256-261). Ano II (5), 1 de maio de 1882. Porto: Tipografia
Occidental.

SARAIVA, José da Cunha (1935). Os quadros do Ramalhão que foram para a
Academia de Belas-Artes In *Feira da Ladra. Revista mensal ilustrada*. Volume
VII, Lisboa [s.n.].

- SEABRA, António Luís de (1835). *Observações do ex-corregedor de Alcobaça, António Luís de Seabra, sobre um papel enviado à Câmara dos senhores deputados acerca da arrecadação dos bens do mosteiro daquela vila*. Lisboa: Tipografia de Eugénio Augusto.
- SEABRA, António Luís de (1871). *Resposta do visconde de Seabra aos seus caluniadores*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- SILVA, António Joaquim Ferreira da (1881). Exposição de história natural In *Revista da Sociedade de Instrução do Porto* (pp.343-357). Ano I (11), 1 de novembro de 1881. Porto: Tipografia Ocidental.
- SILVA, Cândido José Xavier Dias da (1818). Do ensino mútuo chamado de Lancaster In José Diogo Mascarenhas Neto (dir.), *Anais das ciências, das artes e das letras/ Por uma sociedade de portugueses residentes em Paris* (pp.1-40). Tomo II. Paris: Impresso por August Bobée.
- SILVA, Cândido José Xavier Dias da (1819). Dos progressos do ensino mútuo em 1818 nos países das diferentes partes do mundo; e das novas escolas do ensino mútuo em Portugal In José Diogo Mascarenhas Neto (dir.), *Anais das Ciências, das Artes e das Letras/ Por uma sociedade de portugueses residentes em Paris* (pp.53-79). Tomo VI. Paris: Impresso por August Bobée.
- SILVA, Joaquim Possidónio Narciso da (1862). *Revista pitoresca e descritiva de Portugal com vistas fotográficas*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- SILVA, Joaquim Possidónio Narciso da (1875). Epigrafia nacional In *Boletim arquitectónico e de arqueologia da Real Associação dos Arquitetos Civis e Arqueólogos Portugueses* (pp.77-79). (5), 2.^a série. Lisboa: Real Associação dos Arquitetos Civis e Arqueólogos Portugueses.
- SILVA, Joaquim Possidónio Narciso da (1883). Secção de arqueologia. Questionário e sua resposta In *O Instituto. Jornal Científico e Literário* (pp.139-140). Volume XXX, 2.^a série. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- SILVA, Joaquim Possidónio Narciso da (1894). *Relatório da Comissão dos monumentos nacionais apresentado ao Ilustríssimo e Excelentíssimo senhor ministro das Obras Públicas, Comércio e Indústria pelo presidente da referida comissão*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- SILVEIRA, José Xavier Mouzinho da [Pereira, Miriam Halpern (Ed. Crítica)] (1989a). *Obras II. Manuscritos e impressos*. Porto: Fundação Calouste Gulbenkian.

SILVEIRA, José Xavier Mouzinho da [Pereira, Miriam Halpern (Ed. Crítica)] (1989b). *Obras I. Estudos e manuscritos*. Porto: Fundação Calouste Gulbenkian.

SOCIEDADE DE INSTRUÇÃO DO PORTO (1882a). Extrato do nosso arquivo In *Revista da Sociedade de Instrução do Porto* (pp.30-33). Ano II (1), 1 de janeiro de 1882. Porto: Tipografia Ocidental.

SOCIEDADE DE INSTRUÇÃO DO PORTO (1882b). Circular à comissão de construção da Casa da Sociedade In *Revista da Sociedade de Instrução do Porto* (p.146) Ano II (3), 1 de março de 1882.

SOCIEDADE DE INSTRUÇÃO DO PORTO (1882c). Exposição de trabalhos mecânicos e das indústrias caseiras In *Revista da Sociedade de Instrução do Porto* (pp.132-138). II ano (3), 1 de março de 1882. Porto: Tipografia Ocidental.

SOCIEDADE DOS ARQUITETOS PORTUGUESES (1905). *Anuário* (pp.27-28). Ano I. Lisboa: Tipografia do Comércio.

SOCIEDADE DOS ARQUITETOS PORTUGUESES (1906). *Anuário* (pp.1-8). Ano II. Lisboa: Tipografia do Comércio.

[s.n.] (1842). *Contas correntes dos objetos preciosos de ouro, prata e joias que pertenceram aos conventos suprimidos do continente do reino*. Lisboa: Imprensa Nacional.

TOMÁS, Joaquim (1921). As excursões escolares In *Revista Escolar. Publicação mensal de educação e ensino* (pp.9-18). Janeiro de 1921 (1), Elvas: [s.n.]. Tipografia Progresso, Lda..

VASCONCELOS, Augusto de (1918). *Museu escolares (Sua necessidade, organização e funcionamento)*. Porto: Casa Editora Livraria Civilização.

VASCONCELOS, Joaquim (1877). *A reforma de belas-artes. Análise do relatório e projetos da comissão oficial nomeada em 10 de novembro de 1875*. Porto: Imprensa Literário-comercial.

VASCONCELOS, Joaquim (1878). *A reforma do ensino de belas-artes II (Análise da segunda parte do relatório oficial)*. Porto: Imprensa Literário-comercial.

- VASCONCELOS, Joaquim (1879). *A reforma do ensino de belas-artes III. Reforma do ensino do desenho seguida de um plano geral de organização das escolas e coleções do ensino artístico com os respectivos orçamentos*. Porto: Imprensa Internacional.
- VASCONCELOS, Joaquim (1881a). A nova reforma das academias de belas-artes In *Revista da Sociedade de Instrução do Porto* (pp.147-167). Ano I (5), 1 de maio de 1881. Porto: Tipografia Ocidental.
- VASCONCELOS, Joaquim (1881b). Projeto de um museu de gessos para a Academia Real de Belas-Artes de Lisboa (Organização do ensino artístico) In *Revista da Sociedade de Instrução do Porto* (pp.253-257). Ano I (8), 1 de agosto de 1881; *Revista da Sociedade de Instrução do Porto* (pp.317-321). Ano I (10), 1 de outubro de 1881. Porto: Tipografia Ocidental.
- VASCONCELOS, Joaquim (1881c). A exposição dos gessos do liceu do Porto In *Revista da Sociedade de Instrução do Porto* (pp.268-271). Ano I (8), 1 de agosto de 1881. Porto: Tipografia Ocidental.
- VASCONCELOS, Joaquim (1882a). Educação popular. Sobre o ensino profissional, por parte das associações e do Estado In *Revista da Sociedade de Instrução do Porto* (pp.49-53). II ano (2), 1 de fevereiro de 1882. Porto: Tipografia Ocidental.
- VASCONCELOS, Joaquim (1882b). O ensino do desenho em Portugal In *Revista da Sociedade de Instrução do Porto* (pp.398-400). Ano II (8), 1 de agosto de 1882. Porto: Tipografia Ocidental.
- VASCONCELOS, Joaquim (1883). A exposição de cerâmica In *Revista da Sociedade de Instrução do Porto* (pp.186-200). Ano III (4), 1 de Abril de 1883. Porto: Tipografia Central de Avelino António Mendes Cerdeira.
- VASCONCELOS, Joaquim (1884a). O liceu de artes e ofícios do Rio de Janeiro In *Revista da Sociedade de Instrução do Porto* (pp.153-164). Ano III (4), 1 de abril de 1883. Porto: Tipografia Central de Avelino António Mendes Cerdeira.
- VASCONCELOS, Joaquim (1884b). Da arquitetura manuelina In Madeira, António Joaquim Pinto (Ed.). *Exposição distrital de Coimbra em 1884. Revista. Conferência. Prémios* (pp.125-137). Coimbra: Imprensa da Universidade.
- VASCONCELOS, Joaquim (193-). Dispersos de Joaquim Vasconcelos. [S.I.]: [s.n.].

VASCONCELOS, José Leite de (1915). *História do museu etnológico português (1893-1914)*. Lisboa: Imprensa Nacional.

1.2. LEGISLAÇÃO

(1819). *Coleção cronológica de leis extravagantes posteriores à nova compilação das ordenações do reino, publicadas em 1603. Deste este ano até o de 1761 conforme às coleções, que daquelas se fizeram e inseriram na edição vicentina destas do ano de 1747 e seu apêndice do de 1760. As quais acrescerão nesta edição as compiladas por F. da C. França em suas adições e apêndice*. Coimbra: Real Imprensa da Universidade.

(1825). *Coleção da legislação portuguesa desde a última compilação das Ordenações oferecida a El Rei Nosso Senhor pelo desembargador António Delgado da Silva. Legislação de 1811 a 1820*. Lisboa: Tipografia Maigrense, pp.196-197.

(1826). *Coleção da legislação portuguesa desde a última compilação das ordenações, oferecida a El Rei nosso senhor pelo desembargador António Delgado da Silva. Legislação de 1802 a 1810*. Lisboa: Tipografia Maigrense, pp.44-45.

(1836). *Coleção de decretos e regulamentos mandados publicar por Sua Majestade Imperial o regente do reino desde que assumiu a regência em 3 de março de 1832 até à sua entrada em Lisboa em 28 de julho de 1833*. II Série. Lisboa: Imprensa Nacional, pp.62-64, 67-69, 70-72.

(1836). *Coleção de leis e outros documentos oficiais publicados desde 1 de Janeiro até 9 de setembro de 1836*. V Série. Lisboa: Imprensa nacional, p.39.

(1837). *Coleção de leis e outros documentos oficiais publicados desde 15 de agosto de 1834 até 31 de dezembro de 1835*. IV Série. Lisboa, Imprensa Nacional, p.11, 90-91, 119, 152, 154, 212-222, 274-275, 309-314, 319-320, 348.

(1837). *Coleção de leis e outros documentos oficiais publicados desde 10 de setembro até 31 de dezembro de 1836*. VI Série. Lisboa: Imprensa Nacional, p.2, 112, 123, 124, 131, 140, 141, 199, 200, 259 (3.º apêndice à VI Série).

(1837). *Coleção de leis e outros documentos oficiais publicados no segundo semestre de 1837*. VII série – 2.ª parte. Lisboa: Imprensa nacional, pp.24-25, pp.105-106.

- (1838). *Coleção de leis e outros documentos oficiais publicados no primeiro semestre de 1837*. VII Série, 1.^a parte. Lisboa: Imprensa Nacional, p.37.
- (1840). *Coleção de decretos e regulamentos mandados publicar por Sua Majestade Imperial, o Regente do reino, desde a sua entrada em Lisboa até à instalação das câmaras legislativas*. III Série. Lisboa, Imprensa Nacional, p. 8, 100, 130-133, 134, 136-137.
- (1842). *Coleção oficial da legislação portuguesa redigida pelo desembargador António Delgado da Silva. Legislação de 1842 em diante*. Lisboa: Imprensa Nacional, p.409.
- (1842). *Código Administrativo*. Lisboa: Imprensa Nacional, pp.31-32.
- (1843). *Coleção de legislação das Cortes de 1821 a 1823*. Lisboa: Imprensa Nacional, pp.47-48.
- (1845). *Coleção de todas as leis, alvarás, decretos, etc., impressos na régia oficina tipográfica. Segundo semestre de 1824*. Folheto III. Lisboa: Imprensa Nacional, pp.20-47.
- (1848). *Coleção oficial da legislação portuguesa redigida pelo desembargador António Delgado da Silva. Ano de 1848*. Lisboa: Imprensa Nacional, p.380.
- (1851). *Coleção oficial da legislação portuguesa redigida por José Máximo de Castro Neto Leite e Vasconcelos. Ano de 1850*. Lisboa: Imprensa nacional, p.170.
- (1853). *Coleção oficial da legislação portuguesa redigida por José Máximo de Castro Neto Leite e Vasconcelos. Ano de 1852*. Lisboa: Imprensa Nacional, p.788, 882, 899.
- (1855). *Coleção oficial da legislação portuguesa redigida por José Máximo de Castro Neto Leite e Vasconcelos. Ano de 1854*. Lisboa: Imprensa Nacional, p.74.
- (1856). *Coleção oficial da legislação portuguesa redigida por José Máximo de Castro Neto Leite e Vasconcelos. Ano de 1855*. Lisboa, Imprensa Nacional, p.185.
- (1860). *Coleção oficial da legislação portuguesa redigida por José Máximo de Castro Neto Leite e Vasconcelos. Ano de 1859*. Lisboa: Imprensa Nacional, pp.157-158.

- (1861). *Coleção oficial da legislação portuguesa redigida por José Máximo de Castro Neto Leite e Vasconcelos. Ano de 1860*. Lisboa: Imprensa nacional, p.26, 27, 479.
- (1862). *Coleção oficial da legislação portuguesa redigida por José Máximo de Castro Neto Leite e Vasconcelos, do Conselho de Sua Majestade e juiz da relação de Lisboa. Ano de 1861*. Lisboa: Imprensa Nacional, pp.155-157 e 241-243 (republicação das pp.155-157); pp.351-353.
- (1865). *Coleção oficial da legislação portuguesa redigida por José Máximo de Castro Neto Leite e Vasconcelos. Ano de 1864*. Lisboa: Imprensa Nacional, p.325.
- (1868). *Código civil português. Aprovado por carta de lei de 1 de julho de 1867*. Segunda edição oficial. Lisboa: Imprensa Nacional.
- (1869). *Coleção oficial da legislação portuguesa. Ano de 1868*. Lisboa: Imprensa Nacional, p.618.
- (1871). *Coleção oficial da legislação portuguesa. Ano de 1870*. Lisboa: Imprensa Nacional, pp.458-462.
- (1872). *Coleção oficial da legislação portuguesa. Ano de 1871*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1872, p.38.
- (1877). *Coleção oficial da legislação portuguesa. Ano de 1876*. Lisboa: Imprensa Nacional, p.94.
- (1879). *Coleção oficial da legislação portuguesa. Ano de 1878*. Lisboa: Imprensa Nacional, pp.53-54.
- (1881). *Coleção oficial de legislação portuguesa. Ano de 1880*. Lisboa: Imprensa Nacional, p.95, 96.
- (1882). *Coleção oficial de legislação portuguesa. Ano de 1881*. Lisboa: Imprensa Nacional, p.44, 146, 150, 166-167, 173-174, 178.
- (1883). *Coleção oficial da legislação portuguesa. Ano de 1882*. Lisboa: Imprensa Nacional, p.32.

- (1885). *Coleção oficial da legislação portuguesa. Ano de 1884*. Lisboa: Imprensa Nacional, p.126, 127, 130.
- (1887). *Coleção oficial da legislação portuguesa. Ano de 1886*. Lisboa: Imprensa Nacional, p.483, 957.
- (1888). *Coleção oficial de legislação portuguesa. Ano de 1887*. Lisboa: Imprensa Nacional, p. 378, 489.
- (1889). *Coleção Oficial da legislação portuguesa. Ano de 1888*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1889, pp.83-93, 176, 534.
- (1889). *Coleção Oficial da legislação portuguesa. Ano de 1889*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1889, p.10, 11, 162, 192-193, 373, 411, 443.
- (1890). *Coleção oficial de legislação portuguesa. Ano de 1890*. Lisboa: Imprensa Nacional, p.267.
- (1893). *Coleção oficial de legislação portuguesa. Ano de 1892*. Lisboa: Imprensa Nacional, p.233-236, 881.
- (1895). *Coleção oficial de legislação portuguesa. Ano de 1894*. Lisboa: Imprensa Nacional, pp.101-102, 1067, 1068, 1069, 1070, 1071.
- (1896). *Coleção oficial de legislação portuguesa. Ano de 1895*. Lisboa: Imprensa nacional, p.63, 68, 438, 644, 662, 663, 664, 667, 671, 673, 716, 718, 719, 720, 723, 725, 731, 732, 740, 849-850.
- (1898). *Coleção oficial de legislação portuguesa. Ano de 1897*. Lisboa: Imprensa Nacional, p.307.
- (1899). *Coleção oficial de legislação portuguesa. Ano de 1898*. Lisboa: Imprensa Nacional, p.923, 924.
- (1900). *Coleção oficial de legislação portuguesa. Ano de 1899*. Lisboa: Imprensa Nacional, p.10, 817, 876, 920.

- (1902). *Coleção oficial de legislação portuguesa. Ano de 1901*. Lisboa: Imprensa Nacional, p.94, 95, 858, 859, 889, 890, 1151.
- (1903). *Coleção oficial de legislação portuguesa. Ano de 1902*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1903 (Suplemento à Coleção de legislação portuguesa. Ano de 1901), p.1436, 1437.
- (1904). *Coleção oficial da legislação portuguesa. Ano de 1903*. Lisboa: Imprensa Nacional, pp. 7-8, 21.
- (1906). *Coleção oficial da legislação portuguesa. Ano de 1905*. Lisboa: Imprensa Nacional, p.383.
- (1907). *Coleção oficial de legislação portuguesa. Ano de 1906*. Lisboa: Imprensa nacional, p.677.
- (1908). *Coleção oficial de legislação portuguesa. Ano de 1907*. Lisboa: Imprensa Nacional, p.13, 781, 782, 783.

2. BIBLIOGRAFIA

2.1. TESES

ALVES, Alice Nogueira (2009). *Ramalho Ortigão e o culto dos monumentos nacionais no século XIX* (Tese de doutoramento). Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

ALVES, Luís Alberto Marques (1998). *Contributos para o estudo do ensino industrial em Portugal (1851-1910)* (Tese de doutoramento). Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

AMADO, Maria do Castelo Teixeira Malta Romeiras da Costa (2012). *Hide and seek: normality issues and global discourses on blind school modern projects (late 18th – 19th centuries)* (Tese de doutoramento). Lisboa: Instituto de Educação da Universidade de Lisboa.

BARROSO, João (1993). *Os liceus. Organização pedagógica e administrativa (1836-1960)*. 2 volumes. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica.

BELCHIOR, Lucília dos Santos (2010). *Karl Albrecht Haupt (1852-1932) e o “desenho de viagem”*. *O registo dos monumentos nacionais: compreensão arquitectónica e fruição estética* (Tese de doutoramento). Volume I. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

CABELEIRA, Helena dos Reis (2013). *O artista enquanto aluno. Ensino artístico, práticas culturais e concepções de si na imprensa académica da universidade de Lisboa (1878-2007)* (Tese de doutoramento). Lisboa: Instituto de Educação da Universidade de Lisboa.

ESPERANÇA, Eduardo Jorge Santos [1996 o depósito legal]. *Património. Políticas e práticas culturais: para uma abordagem comunicacional* (Tese de doutoramento). Évora: [s.n.]. Universidade de Évora.

FÉLIX, Inês Francisco (2010). *Herança e cidadania: visitas de estudos, excursões escolares e educação estética na formação dos jovens escolares portugueses (1894-1960)* (Tese de mestrado). Lisboa: Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa.

- LISBOA, Maria Helena (2007). *As academias e escolas de belas artes e o ensino artístico (1836-1910)*. Lisboa: Edições Colibri e IHA/Estudos de arte contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- MAGALHÃES, Justino Pereira de (1994). *Ler e escrever no mundo rural do antigo regime. Um contributo para a história da alfabetização e da escolarização em Portugal* (Tese de doutoramento). Braga: Instituto de Educação da Universidade do Minho.
- MARTINS, Ana Cristina Nunes (2005). *A associação dos arqueólogos portugueses. Na senda da salvaguarda patrimonial. Cem anos de transformação (1863-1963)* (Tese de doutoramento). Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- MARTINS, Catarina Sofia Silva (2011). *As narrativas do génio e da salvação: a invenção do olhar e a fabricação da mão na Educação e no Ensino das Artes Visuais em Portugal (de finais de XVIII à primeira metade do século XX)* (Tese de doutoramento). Lisboa: Instituto de Educação da Universidade de Lisboa.
- MARTINS, João Paulo Castro (2017). *Museu Nacional de Belas-Artes (1884-1911). A 'arqueologia' de um museu e a gestão de coleções* (Tese de mestrado). Coimbra: Universidade de Coimbra.
- MENDONÇA, Ricardo Jorge dos Reis (2014). *A recepção da escultura clássica na Academia de belas-artes de Lisboa* (Tese de doutoramento). Lisboa: Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa.
- Ó, Jorge Ramos do (2003). *O governo de si mesmo. Modernidade pedagógica e encenações disciplinares do aluno liceal (último quartel do século XIX – meados do século XX)* (Tese de doutoramento). Lisboa: Educa/Faculdade de Psicologia e de Ciência da Educação.
- PAZ, Ana Luísa Fernandes (2014). *Ensino da música em Portugal (1868-1930): uma história de pedagogia e do imaginário musical* (Tese de doutoramento). Lisboa: Instituto de Educação da Universidade de Lisboa.
- PEDREIRINHO, Helena Cristina Marques da Silva (1999). *A evolução do conceito de património na legislação portuguesa do século XX* (Tese de mestrado). Lisboa: [s.n.]. Universidade Lusíada.

PENIM, Lúcia (2008). *A alma e o engenho do currículo. História das disciplinas de Português e de Desenho no ensino secundário do último quartel do século XIX a meados do século XX* (Tese de doutoramento). Lisboa: Faculdade Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa.

PROENÇA, Maria Cândida (1997). *A reforma de Jaime Moniz. Antecedentes e destino histórico* (Tese de doutoramento). Lisboa: Edições Colibri.

ROSAS, Lúcia Maria Cardoso (1995). *Monumentos pátrios. A arquitetura religiosa medieval – património e restauro (1835-1928)* (Tese de doutoramento). Volume I. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

SILVA, António Martins da (1989). *Desamortização e venda dos bens nacionais em Portugal na primeira metade do século XIX* (Tese de doutoramento). Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

2.2. MONOGRAFIAS, ARTIGOS DE PERIÓDICOS, EBOOKS, DVD

ABREU, Laurinda (2004). Um parecer da Junta do Exame do Estado Atual e Melhoramento Temporal das Ordens Regulares nas vésperas do Decreto de 30 de maio de 1834 In *Estudos em homenagem a Luís António de Oliveira Ramos* (pp.117-130). Volume I. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

ADÃO, Áurea (2000). O ensino secundário-liceal nos debates parlamentares. O projeto de 1880, precursor da “reforma Jaime Moniz” In *Revista de Humanidades e Tecnologias* (pp.66-72) (3). Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.

ADÃO, Áurea (2001). *As políticas educativas nos debates parlamentares. O caso do ensino secundário liceal*. Lisboa: Assembleia da República/Porto: Edições Afrontamento.

ADÃO, Áurea, MAGALHÃES, Justino Pereira de (Org.) (2013). *História dos municípios na educação e na cultura: incertezas de ontem, desafios de hoje*. Lisboa: Instituto de Educação da Universidade de Lisboa [Ebook].

ARENDT, Hannah (2006a). O que é a Autoridade In *Entre o passado e o futuro. Oito exercícios sobre o pensamento político* (pp.105-154). Lisboa: Relógio D’ Água Editores.

- ARENDT, Hannah (2006b). O hiato entre o passado e o futuro In *Entre o passado e o futuro. Oito exercícios sobre o pensamento político* (pp.17-29). Lisboa: Relógio D' Água Editores.
- ARENDT, Hannah (2006c). A tradição e a idade moderna In *Entre o passado e o futuro. Oito exercícios sobre o pensamento político* (pp.31-54). Lisboa: Relógio D' Água Editores.
- ARENDT, Hannah (2006d). O conceito de história. Antiga e moderna In *Entre o passado e o futuro. Oito exercícios sobre o pensamento político* (pp.55-103). Lisboa: Relógio D' Água Editores.
- ARENDT, Hannah (2007). *A condição humana*. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária.
- BARATA, Paulo J. S. (2003). *Os livros e o liberalismo. Da livraria conventual à biblioteca pública: uma mudança de paradigma*. Lisboa: Biblioteca Nacional.
- BARTHES, Roland (1987). *O rumor da língua*. Lisboa: Edições 70.
- BARTHES, Roland (2003). Aulas dos dias 12 de janeiro de 1977 e 19 de janeiro de 1977 In *Como viver juntos. Simulações romanescas de alguns espaços quotidianos. Curso e seminários no Collège de France 1976-1977* (pp.1-44). São Paulo: Martins Fontes.
- BENJAMIN, Walter (1992). *Sobre arte, técnica, linguagem e política*. Lisboa: Relógio D' Água Editores.
- BENJAMIN, Walter (2004). *Imagens de pensamento*. Lisboa: Assírio & Alvim.
- BENJAMIN, Walter (2010). *O anjo da história*. Lisboa: Assírio & Alvim.
- BLANCHOT, Maurice (2005). *O livro por vir*. São Paulo: Martins Fontes.
- BLANCHOT, Maurice (2010). *L' Amitié*. Paris: Gallimard.
- BOURDIEU, Pierre (1996). *As regras da arte. Gênese e estrutura do campo literário*. Lisboa: Editorial Presença.

- BOURDIEU, Pierre (1998). *O que falar quer dizer. A economia das trocas linguísticas*. Miraflores: Difel.
- BOURDIEU, Pierre (2005). *Esboço para uma autoanálise*. Lisboa: Edições 70.
- BOURDIEU, Pierre (2008). *A distinção. Crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp, Porto Alegre: Editora Zouk.
- CATROGA, Fernando (2011). *Ensaio respublicano*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos e Relógio D'Água Editores.
- CERTEAU, Michel de (2007). *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária.
- CHOAY, Françoise (2000). *A alegoria do património*. Lisboa: Edições 70.
- CHOAY, Françoise (2011). *As questões do património. Antologia para um combate*. Lisboa: Edições 70.
- COSTA, Catarina Alves (Real.), Ó, Jorge Ramos do (Arg.) (2011). *O desejo do saber – 100 anos da Universidade de Lisboa* (DVD). Lisboa: Universidade de Lisboa. Produção Laranja Azul, 60'.
- DERRIDA, Jacques (2001). *Mal de arquivo. Uma impressão freudiana*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- DIAS, Luís Pereira (2000). *As outras escolas. O ensino particular das primeiras letras entre 1859 e 1881*. Lisboa: Educa.
- FERNANDES, Rogério (2000). Orientações pedagógicas das 'Casas de Asilo da Infância Desvalida' (1834-1840) In *Cadernos de pesquisa* (pp.89-114). Março de 2000 (109).
- FOUCAULT, Michel (1999). *A ordem do discurso. Aula inaugural no Collège de France pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. São Paulo: Edições Loyola.
- FOUCAULT, Michel (2006a). *A hermenêutica do sujeito. Curso dado no Collège de France (1981-1982)*. São Paulo: Martins Fontes.

- FOUCAULT, Michel (2006). *Ditos & Escritos III. Estética: Literatura e pintura, música e cinema*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- FOUCAULT, Michel (2006b). *Ditos & Escritos IV. Estratégia poder-saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- FOUCAULT, Michel (2008). *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária.
- FOUCAULT, Michel (2011a). *A coragem da verdade. O governo de si e dos outros II. Curso no Collège de France (1983-1984)*. São Paulo: Martins Fontes.
- FOUCAULT, Michel (2011b). *Do governo dos vivos. Curso no Collège de France, 1979-1980: excertos*. São Paulo: Centro de Cultura Social; Rio de Janeiro: Achiamé.
- GARCIA, Maria Madalena A. de Moura Machado, MARTINS, Lúcia de Azevedo (1996). *Inventário do Arquivo Histórico da Biblioteca Nacional (1796-1950)*. Lisboa: Biblioteca Nacional.
- GOUVEIA, Henrique Coutinho (1980). *Museus de Coimbra. Da I exposição distrital à organização do Museu Machado de Castro*. Separata do Museu Nacional da Ciência e da Técnica. Coimbra: [s.n.].
- GUILLAUME, Marc (2003). *A política do património*. Porto: Campo das Letras.
- HESPANHA, António Manuel (1980). O jurista e o legislador na construção da propriedade burguesa liberal em Portugal In *Análise Social. Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa* (pp.211-236). Volume XVI (61-62). Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- HESPANHA, António Manuel (2004). *Guiando a mão invisível. Direitos, Estado e lei no liberalismo monárquico português*. Coimbra: Livraria Almedina.
- MAGALHÃES, Justino Pereira de (2004). *Tecendo nexos. História das instituições educativas*. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco/Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa em História da Educação.

- MAGALHÃES, Justino Pereira de (2014). *Do Portugal das luzes ao Portugal democrático: Atlas-Repertório dos municípios na educação*. Lisboa: Instituto de Educação da Universidade de Lisboa [Ebook].
- MAGALHÃES, Justino Pereira de, ADÃO, Áurea (2015). Inspeção escolar e escrita pedagógica: o inquérito de 1875 In *Interações* (pp.3-25). Vol. 11 (35). Lisboa: [s.n.]. [Revista em formato electrónico].
- MAIA, Maria Helena (2005). De bienes de la nación a monumentos nacionales. Romanticismo y patrimonio arquitectónico en Portugal In *Espacio, Tiempo y Forma* (pp.109-133). Série VII (Historia del Arte) (18-19). Madrid: Facultad de Geografía e Historia da Universidad Nacional de Educación a Distancia.
- MATOS, Sérgio Campos (1998). *Historiografia e memória nacional 1846-1898* [versão revista da tese de doutoramento *Memória e nação: historiografia portuguesa de divulgação e nacionalismo (1846-1898)* de 1995]. Lisboa: Edições Colibri.
- NIETZSCHE, Friedrich (2003). *Segunda consideração intempestiva. Da utilidade e desvantagem da história para a vida*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- NIETZSCHE, Friedrich (2008). *A genealogia da moral*. Lisboa: Guimarães Editores.
- NIZA, Sérgio (2012). [António Nóvoa, Francisco Marcelino, Jorge Ramos do Ó (Orgs.)]. *Escritos sobre educação*. Lisboa: Movimento da Escola Moderna e Edições Tinta-da-China.
- NIZA, Sérgio (2013). *No centenário de João dos Santos. Como se cria um mestre*. In *Escola Moderna – Revista do Movimento da Escola Moderna* (pp.150-155). VI Série (1). Lisboa: Movimento da Escola Moderna.
- NÓVOA, António, SANTA-CLARA, Ana Teresa (Coord.) (2003). *Liceus de Portugal. Histórias, arquivos, memórias*. Porto: Edições Asa.
- NÓVOA, António (1987). *Le temps des professeurs. Analyse socio-historique de la profession enseignante au Portugal (XVIII^e-XX^e siècle)*. Volume I. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica.
- NÓVOA, António (1996). História da educação. Percurso de uma disciplina In *Análise Psicológica* (pp.417-434). Volume XIV (4). Lisboa: Instituto Superior de Psicologia Aplicada.

- Ó, Jorge Ramos do (2007). Métodos e processos na escrita científica da história da educação em Portugal: um olhar sobre 44 teses de doutoramento aparecidas entre 1990-2004 In PINTASSILGO, Joaquim; ALVES, Luís Alberto Marques, CORREIA, Luís Grosso, FELGUEIRAS, Margarida Louro (Org.) *A história da educação em Portugal. Balanço e perspectivas* (pp.35-72). Porto: Edições Asa.
- Ó, Jorge Ramos do (2009a). A governamentalidade e a história da escola moderna: outras conexões investigativas In *Educação & Realidade* (pp.97-117). Vol.34 (2) maio-agosto. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Ó, Jorge Ramos do (2009b). *Ensino liceal (1836-1975)*. Lisboa: Secretaria Geral do Ministério da Educação.
- Ó, Jorge Ramos do (2012). Conhecer e enfrentar o intolerável da escola com Sérgio Niza In NIZA, Sérgio [António Nóvoa, Francisco Marcelino, Jorge Ramos do Ó (Orgs.)]. *Escritos sobre educação* (pp.23-37). Lisboa: Movimento da Escola Moderna e Edições Tinta-da-China.
- Ó, Jorge Ramos do, VALLERA, Tomás, PAZ, Ana Luísa; HENRIQUES, António, MARTINS, Catarina (2012). *De aluno a artista: As dinâmicas da inventividade, do estatuto e da herança na história do ensino artístico em Portugal (1780-1983)*. Apresentação, II Encontro Nacional sobre Educação Artística, 2, 3 e 4 de Abril de 2012. Documento não publicado, Porto: Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto, Lisboa: Instituto de Educação da Universidade de Lisboa.
- Ó, Jorge Ramos do, HENRIQUES, António (2015). Uma história do presente: inscrição e mobilização do património na cultura escolar no final de Oitocentos In *Revista Património* (pp.154-161) (3). Lisboa: Direção-Geral do Património Cultural.
- PINTASSILGO, Joaquim (2007). História do currículo e das disciplinas escolares: balanço da investigação portuguesa In PINTASSILGO, Joaquim, ALVES, Luís Alberto Marques, CORREIA, Luís Grosso, FELGUEIRAS, Margarida Louro (Org.) *A história da educação em Portugal. Balanço e perspectivas* (pp.111-146). Porto: Edições Asa.
- ROQUE, Maria Isabel (2011). *O sagrado no museu. Musealização de objetos do culto católico em contexto português*. Lisboa: Universidade Católica Editora.
- SERRES, Michel (2013). *Polegarzinha*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

SILVA, Carlos Manique da (2002). *Escolas belas ou espaços são? Uma análise histórica sobre a arquitetura escolar portuguesa 1860-1920*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional.

SOARES, Clara Moura, RODRIGUES, Rute Massano (2011). A salvaguarda do património histórico-artístico na regência de D. Pedro IV: a consciência patrimonial no contexto das guerras liberais In Rodrigues, José Delgado, Pereira, Sílvia R.M. Pereira (ed.) *Atas do Simpósio Património em Construção. Contextos para a sua preservação* (pp.352-358). Lisboa: LNEC e Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

SOARES, Clara Moura, RODRIGUES, Rute Massano (2016). Resgatar a memória. A Biblioteca Nacional na gestão e salvaguarda do património artístico dos conventos In *Artis On* (3) (pp.297-315). Lisboa: Instituto de História de Arte da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

VALÉRIO, Nuno (Coord.) (2001). *Estatísticas históricas portuguesas*. Vol.1. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.

VEYNE, Paul (2008). *Como se escreve a história*. Lisboa: Edições 70.

2.3. DICIONÁRIOS

BLUTEAU, Rafael (1712-1728). *Vocabulário português e latino, áulico, anatómico, arquitectónico, bélico, botânico, brasílico, cómico, crítico, químico, dogmático, dialético, dendrológico, eclesiástico, etimológico, económico, florífero, forense, frutífero, geográfico, geométrico, gnomónico, hidrográfico, homonímico, hierológico, ictiológico, indico, isagógico, lacónico, litúrgico, litológico, médico, músico, meteorológico, náutico, numérico, neotérico, ortográfico, óptico, ornitológico, poético, filológico, farmacêutico, quiditativo, qualitativo, quantitativo, retórico, rústico, romano, simbólico, sinonímico, silábico, teológico, terapêutico, tecnológico, uranológico, xenofónico, zoológico, autorizado com exemplos dos melhores escritores portugueses e latinos e oferecido a El Rei de Portugal D. João V*. Coimbra: Colégio das Artes da Companhia de Jesus. 8 vols.

FRANCO, José Eduardo (Dir.) (2010). *Dicionário histórico das ordens. Institutos religiosos e outras formas de vida consagrada católica em Portugal*. Lisboa: Gradiva.

MÓNICA, Maria Filomena (Dir.) (2004-2006). *Dicionário biográfico parlamentar. 1834-1910*. Volumes I (2004), II (2005) e III (2006). Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e Assembleia da República.

NÓVOA, António (Dir.) (2003). *Dicionário de educadores portugueses*. Porto: Edições Asa.

PEREIRA E SOUSA, Joaquim José Caetano (1825). *Esboço de um dicionário jurídico, teórico e prático, remissivo às leis compiladas e extravagantes*. Tomo I. Lisboa: Tipografia Rollandiana.

PINTO, Luís Maria da Silva (1832). *Dicionário da língua brasileira*. Ouro Preto: Tipografia de Silva.

SILVA, António de Moraes (1789). *Dicionário da língua portuguesa composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado e acrescentado por António de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro*. Lisboa: Oficina de Simão Tadeu Ferreira. 2 vols.

2.4. BIBLIOGRAFIA ESPECÍFICA PARA ELABORAR A TABELA COM A CRIAÇÃO DOS PRINCIPAIS GABINETES, MUSEUS, COLEÇÕES PRIVADAS E PÚBLICAS, MUSEUS PEDAGÓGICOS/MUSEUS ESCOLARES EM TERRITÓRIO CONTINENTAL (SÉCULO XVIII – 1910)

ABREU, Helena Ribeiro de (2009). O passado e o futuro do Museu de arqueologia Martins Sarmento (pp.13-32) *In Revista da Faculdade de Letras. Ciências e técnicas do património*. Volumes VII-VIII. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

ALMANAQUE PARA O ANO DE 1800 [s.d.]. Lisboa: Na Oficina de António Rodrigues Galhardo.

ALMEIDA, António Manuel Passos (2008). *Museu Municipal do Porto: das origens à sua extinção (1836-1940)* (Tese de mestrado). Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

ALMEIDA E ARAÚJO, F.D. (1857). Museus, gabinetes de medalhas, gabinetes de física e jardins botânicos *In O Panorama. Jornal literário e instrutivo da*

Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis (p.392), 5 de dezembro de 1857 (49).

ASSOCIAÇÃO HISCULTEDUCA (2016). *O ensino dos jesuítas – Colégio de São Fiel (1863-1910)*. Castelo Branco: RVJ Editores.

BRIGOLA, João Carlos Pires (2003). *Coleções, gabinetes e museus em Portugal no século XVIII*. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e Tecnologia.

CARVALHO, Rómulo de (1993). *O material didático dos séculos XVIII e XIX do Museu maynense da Academia das Ciências de Lisboa*. Lisboa: Academia das Ciências.

CONDE, António Fialho (2013). Os gabinetes de física e química da Escola Normal de Évora (1884) In *[Catálogo da Exposição] Chimica. A arte de transformar a matéria* (pp.30-35). Évora: Universidade de Évora.

GOMES, Inês (2014). *Os museus escolares de história natural – análise histórica e perspectivas de futuro (1836-1975)* (Tese de doutoramento). Lisboa: Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa.

GOUVEIA, Henrique Coutinho (1980). *Museus de Coimbra. Da I exposição distrital à organização do Museu Machado de Castro*. Separata do Museu Nacional da Ciência e da Técnica. Coimbra: [s.n.].

MACHADO, Bernardino (1896). Exposições escolares In *Afirmações públicas (1888-1893)* (pp.123-126). Coimbra: Imprensa da Universidade.

MENESES, Maria de Fátima de Faria Pinto de (2003). *Museus e ensino. Uma análise histórica sobre os museus pedagógicos e escolares em Portugal (1836-1933)* (Tese de mestrado). Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e humanas da Universidade Nova de Lisboa.

MOGARRO, Maria João (2010). Cultura material e modernização pedagógica em Portugal (séculos XIX-XX) In *Educatio Siglo XXI. Revista de la Facultad de Educación de la Universidad de Murcia* (pp.89-114). Volume 28 (2). Múrcia: [s.n.].

MUSEU DA REAL ASSOCIAÇÃO DOS ARQUITECTOS CIVIS E ARQUEÓLOGOS PORTUGUESES (1876). Lisboa: Tipografia Universal.

NÓVOA, António, SANTA-CLARA, Ana Teresa (Coord.) (2003). *Liceus de Portugal. Histórias, arquivos, memórias*. Porto: Edições Asa.

Ó, Jorge Ramos do (2011). Memória plural e fidelidade à herança. Considerações a propósito da intervenção de Victor Mestre e Sofia Aleixo no edifício centenário do Liceu Passos Manuel In José Manuel das Neves (Ed.). *Heritage – Between time and movement. Lyceu Passos Manuel* (pp.198-211). Lisboa: Uzina Books.

PEREIRA DA COSTA, António Manuel Ribeiro (2011). *Museologia da arte sacra em Portugal (1820-2010). Espaços, momentos, museografia*. Dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

RIBEIRO, José Silvestre (1873). *História dos estabelecimentos científicos, literários e artísticos de Portugal nos sucessivos reinados da monarquia*. Lisboa: Tipografia da Academia Real das Ciências, 1871-1914. Tomo I (1871), p.281; Tomo II (1872), pp.121-122, 126, 148; Tomo III (1873), p.82, 190, 191, 336, 347, 348, 353, 380; Tomo IV (1874), p.390; Tomo V (1876), p.274; Tomo VI (1876), p.49, 381, 385; Tomo VII (1878), p.107, 348, 357-359; Tomo VIII (1879), p.179, 199, 206, 377; Tomo X (1882), p.63; Tomo XI (1883), p.56, 61; Tomo XII (1884), p.267; Tomo XIII (1885), p.17; Tomo XIV (1885), p.204, 206, 207, 210, 213, 217, 218, 234, 237, 238.

ROQUE, Maria Isabel (2011). *O sagrado no museu. Musealização de objetos do culto católico em contexto português*. Lisboa: Universidade Católica Editora.

SANTOS, Maria Paula (2003). *Os museus escolares nas escolas secundárias portuguesas*. Cadernos de sociomuseologia (24). Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias: Edições Universitárias Lusófonas.

SIMÕES, Augusto Filipe (1868). O museu do bispo de Beja In *Arquivo Pitoresco. Semanário ilustrado* (pp.76-77). Tomo XI (10).

VASCONCELOS, José Leite de (1898). Discurso da inauguração do museu do Cenáculo em Beja em 1791 In *O arqueólogo português* (pp.283-287). Volume IV. Lisboa: Imprensa Nacional.

- VAZ, Francisco António Lourenço (2013) A biblioteca do Convento de Jesus (1755-1834): a herança de D. Frei Manuel do Cenáculo (pp.133-149) In *As bibliotecas e o livro em instituições eclesiais*. Atas do II e III encontro nacional (2). Moscavide: Secretariado Nacional para os Bens Culturais da Igreja.
- XAVIER, Hugo (2011). O “museu de antiguidades da Ajuda”: numismática e ourivesaria das coleções reais ao tempo de D. Luís I In *Revista de história da arte* (pp.71-87). (8). Lisboa: Instituto de História da Arte da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

ANEXOS

ANEXO 1. A INTRIGA PATRIMONIAL NO PARLAMENTO ENTRE 1821 E 1910

A listagem de 50 discussões centrais para a caracterização do património cultural ao longo de cerca de um século pretende ilustrar a forma como, através dos discursos parlamentares, o objeto de investigação foi lentamente construído reunindo as tendências e as subtilezas que envolveram o pensamento dos deputados da nação.

| Orador(es) | Câmara/data/sessão/páginas | Assunto |
|--|--|---|
| Manuel Borges Carneiro/ João Vicente Pimentel Maldonado/ Alexandre Tomás de Morais Sarmento/ João Maria Soares Castelo Branco ou Maurício José de Castelo Branco Manuel)/ Francisco Soares Franco/ José Joaquim Ferreira de Moura (?)/ Manuel Fernandes Tomás/ Francisco Manuel Trigo de Aragão Morato/ Agostinho José Freire/ Francisco António de Almeida Morais Pessanha | Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa, ata de 1821-4-27, diário número 65, pp.701-706 | Ordem do dia: Projeto de Decreto para retirar os padres arrábidos do Convento de Mafra, substituindo-os pelos cónegos regrantes de Santo Agostinho, que habitavam o Convento de São Vicente de Fora |
| Hermano José Braamcamp do Sobral/ José Vaz Correia de Seabra/ João Vicente Pimentel Maldonado/ Alexandre Tomás de Morais Sarmento/ Frei Vicente da Soledade (arcebispo da Baía)/ Manuel Alves do Rio/ Marino Miguel Franzini/ Francisco Barroso Pereira/ José Joaquim Rodrigues de Bastos/ Francisco de Paula Vieira da Silva e Tovar (barão de Molelos)/ Caetano Rodrigues de Macedo ou Inácio Xavier de Macedo Caldeira/ Francisco Soares Franco/ Manuel Borges Carneiro/ Francisco Xavier Monteiro/ Inocêncio António | Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa, ata de 1821-6-30, diário número 115, pp.1393-1403 | Discussão sobre a dotação do rei e o conserto dos palácios, em especial o Palácio da Ajuda, em Lisboa |

| | | |
|---|---|--|
| de Miranda ou Manuel Gonçalves de Miranda/ José António Guerreiro/ Agostinho José Freire/ Francisco Manuel Trigo de Aragão Morato/ Francisco Xavier Leite Pereira Lobo/ António Pinheiro de Azevedo e Silva/ José Vitorino Barreto Feio/ Henrique Xavier Baeta/ Manuel de Serpa Machado | | |
| -- | Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa, ata de 1822-2-8, diário número 9, pp. 129-130 | Um parecer da Comissão Eclesiástica da Reforma faz o elenco de alguns dos conventos que devem ser preservados por razões históricas |
| Francisco Soares Franco/ Bento Pereira do Carmo/ José António Guerreiro/ Francisco Xavier Soares de Azevedo/ José Joaquim Ferreira de Moura/ José Peixoto Sarmento de Queirós/ José Joaquim Rodrigues de Bastos/ José Vaz Correia de Seabra/ Manuel Fernandes Tomás/ Francisco Manuel Trigo de Aragão Morato / Inácio Xavier de Macedo Caldeira/ Manuel Alves do Rio/ João Maria Soares Castelo Branco, Manuel Borges Carneiro | Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa, ata de 1822-4-20, diário número 62, pp. 893-901 | Ordem do dia: projeto de reforma geral dos forais. Argumentos sobre o que é património da Coroa, bens nacionais e a questão da posse imemorial |
| José Vaz Correia de Seabra/ Luís António Rebelo da Silva/ Inácio Xavier de Macedo Caldeira/ José Peixoto Sarmento de Queirós/ Alexandre Tomás de Moraes Sarmento/ Manuel de Serpa Machado/ José Vitorino Barreto Feio | Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa, ata de 1822-9-4, diário número 28, pp.337-353 (A discussão específica está nas pp. 348-349) | Ordem do dia: continuação da discussão sobre a reforma das corporações religiosas regulares. Discute-se a relação dos conventos com a história de Portugal e discutem-se os monumentos históricos. Referências aos conventos da Batalha e de Pedrógão |
| Agostinho José Freire/ Filipe Ferreira de Araújo e Castro (ministro e secretário de estado dos Negócios do Reino)/ Manuel Borges Carneiro/ Nuno Álvares Pereira Pato Moniz/ Francisco Soares Franco/ Rodrigo de Sousa Castelo Branco/ António Pinto Coelho Soares de Moura ou José Joaquim Ferreira de Moura/ Alexandre | Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1823-1-11, diário número 8, pp.421-434 e 439 | Ordem do dia: orçamento de Estado para várias rubricas, entre as quais a Casa de Bragança |

| | | |
|---|--|--|
| <p>Alberto de Serpa Pinto/ António Marciano de Azevedo/ Manuel de Serpa Machado/ João Vitorino de Sousa Albuquerque/ João José Brandão Pereira de Melo/ José Máximo Pinto da Fonseca Rangel</p> | | |
| <p>Manuel Borges Carneiro/ José Liberato Freire de Carvalho/ Joaquim Plácido Galvão Palma/ Nuno Álvares Pereira Pato Moniz/ Francisco Soares Franco/ Filipe Ferreira de Araújo e Castro (ministro e secretário de estado dos Negócios do Reino)/ José de Sá Santos Ferreira do Vale/ Agostinho José Freire</p> | <p>Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1823-1-14, diário número 10, pp.471-474</p> | <p>Ordem do dia: orçamento de Estado relativo a obras públicas. Menção ao Palácio da Ajuda, considerações sobre o significado da grandeza dos palácios</p> |
| <p>Manuel de Serpa Machado/ Alexandre Alberto de Serpa Pinto/ Francisco de Lemos Bettencourt/ Francisco Manuel Trigo de Aragão Morato/ Bento Pereira do Carmo/ António Pinto Coelho Soares de Moura ou José Joaquim Ferreira de Moura/ Filipe Ferreira de Araújo e Castro (ministro e secretário de estado dos Negócios do Reino)</p> | <p>Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1823-1-16, diário número 12, pp.481-486</p> | <p>Ordem do dia: orçamento de Estado relativo a obras públicas. Menção ao Palácio da Ajuda</p> |
| <p>Joaquim Plácido Galvão Palma/ João da Silva Carvalho/ Alexandre Alberto de Serpa Pinto/ Manuel Borges Carneiro/ João Bernardo da Rocha Loureiro/ Francisco Manuel Trigo de Aragão Morato/ Filipe Ferreira de Araújo e Castro (ministro e secretário de estado dos Negócios do Reino)/ Manuel de Serpa Machado/ José de Sá Santos Ferreira do Vale/ Rodrigo de Sousa Castelo Branco/ Nuno Álvares Pereira Pato Moniz/ José Inácio da Costa (ministro e secretário de estado dos Negócios da Fazenda)/ José Liberato Freire de Carvalho/ Francisco Soares Franco/ Manuel Aleixo Duarte Machado</p> | <p>Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1823-1-18, diário número, pp.514-519</p> | <p>Ordem do dia: orçamento de Estado relativo a obras públicas. Menção ao Palácio da Ajuda, aos pintores da Câmara, especialmente a Domingos António de Sequeira; considerações sobre as belas-artes</p> |

| | | |
|---|---|--|
| Francisco Xavier Soares de Azevedo/António Aloísio Jervis de Atouguia/ José Alexandre de Campos/ José da Silva Carvalho (ministro e secretário de estado dos Negócios da Fazenda)/ António Joaquim Barjona/ Leonel Tavares Cabral/ Macário de Castro da Fonseca e Sousa Osório | Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1835-2-7, diário número 16, pp.237-238 | Ordem do dia: Projeto de lei para a venda dos bens nacionais. Configuração das exceções à venda massiva: os bens que forem destinados para o serviço público, para a conservação de obras de antiguidade, para a conservação de “primores de arte” e os bens que mereçam ser considerados como monumentos de grandes feitos ou de épocas nacionais. Discussão sobre um termo a ser empregue, [bens] <i>venerados</i> |
| Luís Tavares de Carvalho e Costa/ António Francisco Jacques de Magalhães (visconde de Fonte Arcada) | Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1835-2-26, diário número 32, pp.414-415 | Leitura da proposta de lei de venda dos bens nacionais |
| José Manuel Inácio da Cunha Faro Meneses e Portugal da Gama Carneiro e Sousa (Conde de Lumiares); Alexandre Tomás de Moraes Sarmento; D. José Luís de Sousa Botelho Mourão e Vasconcelos (ministro da Guerra); José António da Silva Torres Ponce de Leão (visconde da Serra do Pilar); António José de Sousa Manuel e Meneses Severim de Noronha (duque da Terceira); D. Vitório Maria Francisco de Sousa Coutinho Teixeira de Andrade Barbosa (conde de Linhares); Nuno José Severo de Mendoça Rolim de Moura (marquês de Loulé); D. José Maria Xavier de Lima e Vasconcelos Brito Nogueira Teles da Silva (marquês de Ponte de Lima) | Câmara dos Dignos Pares do Reino, ata de 1835-3-24, diário número 36, pp.193-197 | Discussão de um projeto da Secção de Guerra e Marinha com o fim de contribuir para aumentar o número de alunos do Colégio Militar. Considerações sobre o Convento de Cristo (hipótese para sedear o Colégio Militar) e sobre como os monumentos sumptuosos e históricos infundem aos mais novos as primeiras impressões de respeito, glória e reconhecimento dos maiores valores pátrios |
| João Alexandrino de Sousa Queiroga | Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1835-3-24, diário número 51, pp.659-661 | O projeto de lei de venda dos bens nacionais é lido na Câmara dos Deputados, após ser examinado pela Câmara dos Pares. É lida e enviada à Comissão da Fazenda |
| Luís da Silva Mouzinho de Albuquerque | Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1836-1-25, diário número 18, | Proposta de lei apresentando um regulamento provisório para o ensino primário no continente |

| | | |
|--|--|--|
| | pp.206-210 | de Portugal. Ao entrarem na leitura corrente, os meninos devem observar, nos livrinhos impressos ou litografados: máximas de moral cristã e de verdadeira honra e probidade; breves definições das virtudes morais e sociais; histórias e parábolas escolhidas da Bíblia; histórias breves e de utilidade moral da história portuguesa com “exemplos de virtude; ditos notáveis dos antigos portugueses, etc. De maneira que os meninos aos mesmo passo que aprendem a ler, vão cultivando o seu espírito, adquirindo ideias justas de muitos objetos e ganhando afeição ao bem e à virtude” |
| Manuel da Silva Passos (Passos Manuel) | Cortes Gerais, Extraordinárias e Constituintes da Nação Portuguesa, ata de 1837-3-20, diário número 49, pp.85-87 | Proposta para a venda dos bens nacionais. Ficam exceptuados da venda os bens e edifícios para serviços públicos, instalações para a promoção da indústria e das artes, os edifícios de notável antiguidade que devam ser conservados por serem artisticamente relevantes, historicamente significativos (por relembrares grandes feitos ou grandes épocas), as matas, os pinhais, os arvoredos e os terrenos adjacentes próprios para plantações e sementeiras e os estabelecimentos para o funcionamento do Exército e da Armada |
| -- | Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1839-4-10, diário número 74, p.32 | O projeto de lei que excetua da venda dos bens nacionais os edifícios do Hospício da Terra Santa e do Convento de São Francisco da Cidade, “para poderem ser destinados para o serviço de repartições ou estabelecimentos públicos” é aprovado sem discussão. No convento estavam sediadas a Academia de Belas-Artes, a Biblioteca Nacional e o Depósito das Livrarias Extintas |
| Rodrigo da Fonseca Magalhães | Câmara dos Senhores Deputados da Nação | Apresentações das propostas de lei para o ensino |

| | | |
|---|---|--|
| | Portuguesa, ata de 1840-7-16, diário número 37, pp. 225-226 (Instrução Primária) e ata de 1840-7-20, diário número 40, pp. 313-316 (Instrução Secundária) | na instrução primária e para o ensino na instrução secundária |
| -- | Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1840-9-12, diário número 84, pp.195-196 | Representações diversas à Câmara, aludindo às formas variáveis como o Estado e os seus representantes lidavam com o património: para conservar a igreja do Convento de Portimão, já que é um edifício grande, majestoso, para o qual não haverá comprador; o edifício do Convento deve ser reutilizado para casas da Câmara Municipal, sala de audiências, arquivos e hospital da Misericórdia; para aproveitar a esplanada do antigo castelo de Niza, a fim de e nele edificar o cemitério público; para demolir uma torre antiga em Vila Nova da Cerveira, a fim de aproveitar a pedra |
| Manuel da Silva Passos (Passos Manuel)/ D. José Luís de Sousa Botelho Mourão e Vasconcelos (conde de Vila Real) (ministro da Guerra)/ João Gualberto de Oliveira (barão do Tojal)/ Luís Francisco Estêvão Soares de Melo da Silva Breyner (conde de Melo) | Câmara dos Senadores, ata de 1841-10-15, diário número 121, pp.470-471 [A Câmara dos Senadores foi instituída pela Constituição de 1838 e sucedeu à Câmara dos Pares. Era eletiva e o seu parecer obrigatório para aprovação da legislação. Foi extinta em 1842] | Passos Manuel diz que o governo tem dois meios para conservar os monumentos. Um, recomendar aos administradores gerais que velem pela sua conservação; dois, nomear-se uma comissão de literatos e artistas. Além disso, os agregados de arquitectura da Academia de Belas-Artes deviam, também eles, ser encarregados dos monumentos, desenhando os que merecessem tal trabalho. O director da Academia de Belas-Artes, conde de Melo, diz: “Eu já mandei copiar a traços todos os monumentos históricos que há e isto para concorrer ainda que fracamente para o complemento de uma obra que pretendiam fazer os senhores Herculano e Castilho, este trabalho está em começo mas não tenho instado por que seja executado com maior actividade, porque |

| | | |
|--|---|--|
| | | veja que não é possível obrigar estes artistas mais e fecho os olhos para que eles possam ir fazer alguns trabalhos particulares que lhes dêem algum proveito porque vejo que os seus vencimentos são muito pequenos e estão em grande atraso” |
| António Bernardo da Costa Cabral | Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1843-3-7, diário número 51, pp.118-119 | Considerações sobre a vantagem de estabelecer no Convento dos Jerónimos a Escola Normal de Lisboa |
| Luís da Silva Mouzinho de Albuquerque | Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1843-3-15, diário número 58, pp.259-260 | Discurso sobre o objeto das Obras Públicas, em que se gasta o dinheiro, como se deve gastar; alusão ao “edifício monumental da Batalha”, “eminente historicamente, patriótico e sublime”, à Igreja de Santa Cruz de Coimbra e ao Convento de Alcobaça |
| Luís da Silva Mouzinho de Albuquerque | Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1843-4-8, diário número 77, pp.89-90 | “Nas minhas viagens pelo reino observei que há um grande número de bens nacionais que não acham compradores, particularmente os edifícios”. Assim começa uma das intervenções na Câmara dos Deputados mais relevantes sobre a forma como o património construído era encarado no decorrer do século XIX. Mouzinho considera os edifícios sob três pontos de vista e disserta sobre a forma como o Estado deve ser respeitado através do estado de conservação do edificado |
| Fontes Pereira de Melo, João Carlos de Saldanha Oliveira e Daun (presidente do Conselho de Ministros)/ Augusto Xavier da Silva/ Francisco de Assis de Carvalho/ José Silvestre Ribeiro/ Agostinho Albano da Silveira Pinto/ Joaquim José Pereira de Melo | Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1849-4-16, diário número 81, pp.158-166 | Segunda parte da Ordem do dia: discussão sobre a exploração geológica e mineralógica do reino, no quadro do conhecimento do território e dos recursos naturais; e sobre compra de um herbário da flora portuguesa. Consideração sobre a importância dos objectos na instrução pública: “Os museus têm sempre em si objectos que |

| | | |
|---|--|--|
| | | representam as ciências”, diz o deputado Agostinho Albano |
| António da Cunha Sotomaior/ Rodrigo de Sousa Coutinho Teixeira de Andrade Barbosa (conde de Linhares)/ Agostinho Albano da Silveira Pinto/ António Bernardo da Costa Cabral (presidente do Conselho de Ministros) | Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1850-6-20, diário número 119, pp.312-315 | Ordem do dia: discussão do orçamento (despesa). No capítulo respeitante à instrução pública, o deputado António da Cunha Sotomaior afirma: “A instrução pública é a base da organização da sociedade moderna, e é a origem real da força dos governos, está estreitamente ligada às primeiras necessidades do país, e ao desenvolvimento de todos os interesses sociais” |
| José Silvestre Ribeiro | Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1857-6-5, diário número 5, p.85 | O deputado refere a definição de monumentos em voga: “Eu entendo que os governos devem fazer tudo quanto esta ao seu alcance para conservarem em bom estado, e até para restaurarem, os monumentos públicos, que, ou se tornam notáveis pelas belezas arquitectónicas e pelos primores da arte, ou então estão enlaçados em alguma recordação gloriosa para o país”. O Castelo de São João Baptista, na Ilha Terceira, é considerado pelo deputado um “monumento nacional” |
| -- | Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1859-3-11, diário número 8, pp.75-76 | Segunda leitura do projeto de lei para doar o Castelo de Montemor-o-Velho à Câmara Municipal, uma construção notável nos tempos históricos da Monarquia, segundo se refere |
| António Luís de Sousa Henriques Seco/ António José de Ávila (ministro da Fazenda)/ Melo Soares (Francisco da Silva Melo Soares da Mota de Freitas ou João de Melo Soares e Vasconcelos)/ Carlos Bento da Silva (ministro da Marinha)/ António Maria Barreiros Arrobas/ Justino António de Freitas/ João Machado | Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1861-3-15, diário número 56, pp.772-773 | Projeto de lei para a concessão do Castelo de Montemor-o-Velho à Câmara Municipal, da autoria do deputado António Roberto de Oliveira Lopes Branco, tendo um outro projeto no mesmo sentido sido apresentado em 1859 por António Luís de Sousa Henriques Seco). “O Castelo de Montemor-o-Velho é espécime do antigo sistema |

| | | |
|---|--|---|
| Pinheiro Correia de Melo (visconde de Pindela) | | de fortificações, sem competidor, talvez, que possa disputar-lhe a primazia na proveta idade; e em relação à nossa particular história, é um monumento em que a cada passo nos deparamos nas páginas dela”. O deputado Melo Soares vota contra o artigo 4.º (A Câmara não poderá em tempo algum vender, aforar, trocar, ou por qualquer outra forma alhear o castelo e terrenos a ele pertencentes, nem no todo nem em parte) e exclama: “Precisamos de um monumento histórico? Creio que não”. |
| Levy Maria Jordão (visconde de Paiva Manso) | Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1864-3-16, diário número 53, p.814 | Discussão que tem por base a ideia de que a reocupação do património é a melhor forma de conservação; e que Portugal não está alinhado com as melhores práticas dos países civilizados. O deputado discute a instalação no convento de Tomar, “edifício majestoso e de vastas proporções”, do seminário patriarcal. “A colocação do seminário ali traria consigo as vantagens da melhor conservação do magnífico templo da Ordem, que tendo por capela-mor a antiga igreja dos Templários, teria noutro qualquer país sido declarada monumento histórico para ser cuidadosamente reparado e conservado” |
| António de Sousa Silva Costa Lobo/ António José de Ávila (conde de Ávila) | Câmara dos Pares do Reino, ata de 1867-2-8, diário número 12, p.395 | Projeto de lei de concessão do Castelo de Silves à câmara municipal para estabelecer o quartel do destacamento da polícia e edificar uma cadeia. A arquitectura do Castelo deve ser salvaguardada e a cadeia deve ser construída na cerca do Castelo. O Par Costa Lobo diz que todos os monumentos de Portugal se podem dividir em duas classes: a) aqueles que se acham em completa ruína; b) |

| | | |
|---|---|--|
| | | aqueles que, pelas reparações modernas, atestam a ruína do bom gosto |
| Luís Augusto Rebelo da Silva/ Vicente Ferrer Neto Paiva/ Bernardo de Sá Nogueira de Figueiredo (marquês de Sá da Bandeira)/ Roque Joaquim Fernandes Tomas/ António de Sousa Silva Costa Lobo/ José Maria Baldy/ D. Francisco de Borja Pedro Maria António de Sousa Holstein (marquês de Sousa Holstein)/ João de Andrade Corvo (ministro das Obras Públicas)/ José Freire de Serpa Pimentel (visconde de Gouveia) | Câmara dos Pares do Reino, ata de 1867-5-17, diário número 60, pp.1574-1576 | Projeto de lei de concessão do Castelo de Silves à câmara municipal para estabelecer o quartel do destacamento da polícia e edificar uma cadeia. O deputado Fernandes Tomás coloca duas hipóteses. Ou o Castelo é um monumento, é preciso fazer-lhe os reparos de que necessita; se não é, então deve fazer-se a concessão à câmara, pois não é possível conservar a traça arquitectónica e instalar uma cadeia ao mesmo tempo. O Par visconde de Gouveia afirma: “É preciso educar o povo no respeito destes monumentos, que são a história do país escrita na pedra e poupá-los às profanações de que têm sido vítimas alguns” |
| -- | Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1876-3-17, diário número 48, pp.688-691 | Apresentação de um projeto de lei para criar uma inspecção-geral das belas-artes, organizar uma academia de belas-artes e arqueologia, reorganizar as escolas superiores de belas-artes de Lisboa e do Porto, constituir em Lisboa um museu central de belas-artes, artes aplicadas à indústria e arqueologia e classificar os monumentos históricos e arqueológicos da nação |
| José Joaquim Rodrigues de Freitas | Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1879-2-7, diário número 27, p.366 | Três anos depois de ter sido apresentado um projeto de lei para reorganizar o ensino das belas-artes, a constituição de um museu central e a classificação dos monumentos, o deputado Rodrigues de Freitas relembra estes factos; recorda, igualmente, a comissão nomeada em 1875 com os mesmos objectivos: “Desejo saber o que tenciona fazer o senhor ministro do Reino acerca de umas propostas que creio que foram |

| | | |
|-----------------------------------|--|--|
| | | <p>apresentadas nesta Casa há dois anos sobre o ensino das belas-artes e sobre a organização de um museu de pintura, escultura, etc., e arqueológico e conservação dos monumentos históricos em Portugal. (...) O senhor ministro do Reino, se bem me recordo, nomeou em 1875 uma comissão para dar parecer sobre os assuntos a que acabo de me referir; a comissão deu o seu parecer conforme entendeu; publicou-se o trabalho dela em dois opúsculos, um dos quais não é muito conhecido; foi discutido esse trabalho em dois folhetos e em numerosos artigos de vários jornais; um dos membros da comissão, o senhor marquês de Sousa Holstein, publicou um opúsculo”</p> |
| José Joaquim Rodrigues de Freitas | Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1879-5-7, diário número 91, pp.1596-1600 | <p>Discussão sobre instrução pública. Considerações sobre o ensino das ciências naturais e sobre a história. No caso da história, combate-se a ideia do ensino das grandes civilizações grega e romana, através dos reis que existiram, da nomeação das cidades, das batalhas e da descendência real. Recomenda-se a biografia de grandes homens exemplares: “Pois não seria melhor que este ensino principiase por biografias de grandes homens, como se faz em várias nações estrangeiras? Escolher-se-iam aqueles que mais notáveis se tivessem tornado pelos seus serviços à pátria ou à humanidade. As crianças gostam de ouvir histórias; a este gosto corresponderiam as vidas de varões ilustres, que representassem a sua época sob qualquer aspecto; as explicações do professor completariam o quadro esboçado no livro; mais</p> |

| | | |
|--|--|--|
| | | tarde juntar-se-iam a essas outras biografias, combinar-se-ia com elas a narração de factos capitais, a descrição de monumentos e de costumes; enfim, num terceiro grau do estudo elementar da história, poder-se-iam apresentar os factos sinteticamente” |
| -- | Câmara dos Pares do Reino, ata de 1881-2-14, diário número 20, pp.165-166 | Projeto de lei para a concessão do Castelo de Mourão à câmara municipal, com excepção das muralhas e das fortificações. O Castelo encontra-se num estado de grande desmoronamento e a sua inutilidade como fortificação reclama o aproveitamento do terreno e das pedras das ruínas para alargamento da vila e melhoramento das condições higiénicas. As muralhas e fortificações, dado o bom estado em que estão, devem ser conservadas |
| Luciano Baptista Cordeiro de Sousa | Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1882-3-22, diário número 52, p.861 | O deputado recorda a nomeação da comissão, em 1875, encarregada de desenhar um projeto para o ensino artístico, para a conservação dos monumentos e para a organização dos museus |
| José Silvestre Ribeiro/ Ernesto Rodolfo Hintze Ribeiro (ministro das Obras Públicas) | Câmara dos Pares do Reino, ata de 1882-5-1, diário número 51, pp.534-535 | O Par do Reino dá conta do trabalho da Real Associação dos Architectos Civis e Archeólogos Portugueses, uma indicação para a classificação dos monumentos, divididos em seis classes |
| Miguel Osório Cabral de Castro/ Fontes Pereira de Melo (presidente do Conselho de Ministros e ministro da Guerra interino)/ D. José de Meneses da Silveira e Castro Lencastre Rapach e Távora (marquês de Valada)/ Manuel Augusto de Sousa Pires de Lima | Câmara dos Pares do Reino, ata de 1883-1-31, diário número 10, pp.70-73 | Discussão na generalidade do projeto de lei para concessão à Câmara de Melgaço de parte das muralhas das antigas fortificações da vila para alargamento da povoação, conservando-se o Castelo e o baluarte que lhe fica adjacente na parte norte. |
| Augusto Maria Fuschini | Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1884-1-19, diário número 13, p.93 | O deputado refere a necessidade de criar no Estado uma estrutura que assegure a classificação de monumentos e a sua |

| | | |
|---|---|--|
| Augusto Maria Fuschini, João Marcelino Arroio (ministro da Instrução Pública) | Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1890-5-10, diário número 13, pp.161-162 | conservação segundo seu estilo próprio Intervenções sobre a rapina de obras de arte por parte de compradores estrangeiros |
| -- | Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1890-6-23, diário número 48, pp.845-848 | Ordem do dia: projeto de lei para organizar o Ministério e Secretaria de Estado dos Negócios da Instrução Pública. Do Ministério da Instrução Pública ficavam dependentes os serviços de inventariação, guarda e exposição dos monumentos e a superintendência da conservação e restauro. Previa-se, igualmente, a “regularização” da exportação dos objectos artísticos, históricos e arqueológicos – isto é, estabelecia-se o valor do direito de saída em função do valor dos objectos exportados |
| Antônio Augusto Ferreira de Melo (visconde de Moreira de Rei) | Câmara dos Pares do Reino, ata de 1890-7-12, diário número 41, pp.575-579 | Discurso do Par do Reino sobre os méritos devidos à condição proveniente do nascimento, que não se comparam com a instrução. “O que distingue os homens, o que os torna verdadeiramente superiores, não são os títulos da universidade nem os diplomas passados por qualquer ministério mas o dom natural da inteligência que os acompanha desde que nascem até que morrem.” |
| Jaime Constantino de Freitas Moniz | Câmara dos Pares do Reino, ata de 1890-7-17, diário número 45, pp.645-654 | Segunda parte da ordem dia com continuação da discussão de um parecer relativo à reorganização da instrução pública. O orador discute longamente a pertinência da instrução pública na relação com a vida, com a administração, a justiça ou a moralidade, entre outras considerações |
| Fernando Larcher, Artur Alberto de Campos Henriques (ministro das Obras Públicas) | Câmara dos Pares do Reino, ata de 1897-1-27, diário número 8, pp.79-87 | Apresentação de uma proposta de lei destinada à conservação dos monumentos e dos objectos de |

| | | |
|--|---|--|
| | | arte. Inicia assim: “Os monumentos, as ruínas, os variados despojos e vestígios das extintas civilizações, dispersos pelo solo de um país, constituem sem dúvida uma das mais ricas, senão a mais abundante e preciosa fonte da história, relativa aos povos que sucessivamente o habitaram.” |
| -- | Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1897-7-6, diário número 9, pp.122-129 | Proposta de lei: as antigas fortificações que venham a ser desclassificadas serão conservadas na posse do Estado se tiverem interesse histórico, valor arqueológico ou outra utilidade prática. |
| -- | Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1902-4-18, diário número 58, pp.2-3 | São perfeitamente compatíveis olhares diferentes sobre o mesmo tipo de vestígios. Considerando-se que as muralhas das praças de guerra constituem um obstáculo à expansão das povoações e ao seu saneamento, um projeto de lei cede à Câmara Municipal de Campo Maior as muralhas e terrenos anexos, podendo a autarquia demolir as muralhas. Um outro projeto de lei cede à Câmara de Castelo de Vide o castelo, as muralhas e os terrenos anexos, para que a Câmara possa conservar o castelo, a parte “útil” das muralhas e demolir a parte restante para desenvolver a povoação |
| Manuel Afonso de Espregueira | Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1908-5-23, diário número 15, p.12 | Trânsito do decoro entre o Estado e a Casa Real. Proposta de lei: os palácios de Belém, Caxias e Queluz deixam de estar na posse e usufruto da Coroa, incorporando o Estado; o Museu dos Coches passa a ser considerado museu nacional |
| Manuel de Brito Camacho/ António Caetano de Abreu Freire Egas Moniz/ Manuel Afonso de Espregueira (ministro da Fazenda) | Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1908-6-15, diário número 28, pp.14-25 | Projeto de lei relativo à dotação do rei D. Manuel II, pelo qual três palácios (Belém, Caxias e Queluz) passam para o Estado e o Museu dos Coches é considerado museu nacional |

| | | |
|---|---|---|
| Manuel de Brito Camacho/ Gaspar de Queirós Ribeiro de Almeida e Vasconcelos/ Carlos Augusto Ferreira/ António Caetano de Abreu Freire Egas Moniz/ João Pinto Rodrigues dos Santos | Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1908-6-16, diário número 29, pp.17-21 | Segunda parte da ordem do dia: discussão sobre a dotação do rei D. Manuel II. Considerações sobre o que são bens nacionais e sobre os gastos do Estado nos palácios da realeza |
| Carlos Augusto Ferreira/ Alexandre Braga/ Afonso Augusto da Costa | Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, ata de 1908-7-1, diário número 34, pp.11-18 | Segunda parte da ordem do dia: discussão sobre a dotação do rei D. Manuel II |
| Sebastião Dantas Baracho/ Francisco Felisberto Dias Costa (ministro do Reino) | Câmara dos Pares do Reino, ata de 1910-4-15, diário número 14, pp.1-2 | Discussão sobre se o Panteão Nacional (sedeado em São Vicente de Fora) deve passar para Mafra – fazendo lembrar a discussão inicial sobre a hipótese da troca de sede entre cónegos regentes de Santo Agostinho e padres arrábidos, entre São Vicente de Fora e Mafra. E também a fazer lembrar a eterna discussão sobre o estado dos monumentos nacionais. Diz o ministro do Reino: “O Panteão, tal como está em São Vicente, não tem as condições indispensáveis. Frequentemente visitado por estrangeiros, é geral a admiração pelo estado lastimoso em que se encontra aquele monumento nacional” |

ANEXO 2. CRIAÇÃO DOS PRINCIPAIS GABINETES, MUSEUS, COLEÇÕES PRIVADAS E PÚBLICAS, MUSEUS PEDAGÓGICOS/MUSEUS ESCOLARES EM PORTUGAL (SÉCULO XVIII - 1910)

| | |
|-----------------------|---|
| 1764? | ■ Gabinete de História Natural e Jardim Botânico do marquês de Angeja, D. Pedro José de Noronha (Lisboa) ⁽¹⁾ |
| 1768 | ■ Real Museu de História Natural e Jardim Botânico da Ajuda (Lisboa) ⁽²⁾ ■ Tesouro da Capela de São João Baptista (Santa Casa da Misericórdia de Lisboa) |
| 1772 | ■ Museu ou Gabinete de História Natural, Jardim Botânico, Gabinete de Física Experimental e Laboratório de Química da Universidade de Coimbra → Incorporou as coleções doadas por Domingos Vandelli → Incorporou a coleção de José Rollem Van-Deck, capitão de mar-e-guerra e ministro plenipotenciário em Marrocos |
| 1778? | ■ Gabinete de História Natural e Jardim Botânico do negociante inglês Gerard de Visme (Benfica, Lisboa) |
| 1780 | ■ Museu Natural de Frei José Mayne (Convento de Nossa Senhora de Jesus, Lisboa) ⁽³⁾ |
| 1781 | ■ Museu da Academia Real das Ciências de Lisboa |
| 1782-1783/1788 | ■ Coleção mineralógica de Christian Heuland (Lisboa) → Parte da coleção será comprada por António Jacinto de Araújo |
| 1787 | ■ Gabinete de Jorge Rey (Lisboa) ⁽⁴⁾ ■ Gabinete de Francisco Martins Sampaio (Lisboa) ⁽⁴⁾ ■ Referência ao Gabinete de Medalhas e Antiguidades, que será chamado dos Padres Teatinos, como pertencendo a D. Tomás Caetano de Bem, clérigo regular teatino (Convento dos Caetanos, Lisboa) |
| 1788 | ■ Gabinete de Medalhas e Antiguidades de João Vidal da Costa e Sousa (Lisboa) ⁽⁴⁾ |
| 1789 | ■ Gabinete de História Natural de António Jacinto de Araújo (Lisboa) ⁽⁴⁾ |
| 1790 | ■ Museu Lisbonense de Joan Joseph Solner (Lisboa) ⁽⁵⁾ |
| 1791 | ■ Museu Sisenando Cenáculo Pacense ou Sisenando Cenaculano Pacense (Beja) (Frei Manuel do Cenáculo) |
| 1793 | → O Gabinete de Francisco Martins Sampaio é posto à venda, vindo a ser leilado e provavelmente adquirido por Luís de Albuquerque Melo Pereira e Cáceres |
| 1795 | → D. Tomás Caetano de Bem doa parte da sua coleção numismática à Livraria Pública de Lisboa |

| | |
|------------------|---|
| | <ul style="list-style-type: none"> ■ Gabinete de Medalhas e Antiguidades dos Padres Teatinos (Convento dos clérigos regulares de São Caetano ou clérigos regulares de Nossa Senhora da Divina Providência), com exceção dos objetos doados à Livraria Pública de Lisboa ■ Gabinete de História Natural de Luís de Vasconcelos e Sousa (Lisboa) ⁽⁴⁾ ■ Gabinete de História Natural de Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres (Lisboa) ⁽⁴⁾ |
| 1796-1802 | ■ Gabinete de Medalhas e Antiguidades da Livraria Pública (Real Biblioteca Pública da Corte). A Livraria é criada em 1796, o Gabinete de Medalhas e Antiguidades em 1802. O fundo inicial é constituído com doações de Frei Manuel do Cenáculo e de D. Tomás Caetano de Bem e com a coleção de bronze de José Fontenelle |
| 1798 | → O Gabinete de História Natural de António Jacinto de Araújo é incorporado no Museu Real da Ajuda |
| 1802 | → A maior parte do espólio museológico do Museu Sisenando Cenaculano Pacense é deslocado para Évora |
| 1803 | ■ Gabinete de História Natural de Luís de Pinto de Balsemão (Belém, Lisboa) ⁽⁶⁾ |
| 1805 | ■ Museu de Évora ou Museu do Arcebispo (Frei Manuel do Cenáculo) |
| 1811 | → Frei Manuel do Cenáculo doa o Museu à Igreja Metropolitana de Évora |
| 1833 | ■ Museu de Pinturas, Estampas e Outros Objetos de Belas-Artes ou Museu Portuense (Porto) ⁽⁷⁾ . O acervo era constituído pelas coleções do Mosteiro de Tibães (do chamado Museu de Tibães) e de Santa Cruz de Coimbra, de outras ordens religiosas e de casas sequestradas |
| 1834 | → Museu, Gabinete e Livraria de Frei José Mayne são concedidos à Academia Real das Ciências de Lisboa |
| 1836 | <ul style="list-style-type: none"> ■ O plano dos liceus prevê que exista em cada liceu um jardim experimental para aplicações de botânica, um laboratório químico e um gabinete com três divisões (Física e Mecânica; Zoologia; Mineralogia) (Decreto de 17 de novembro sobre a instrução secundária) ■ Liceu de Coimbra/ Escola José Falcão. Tem um espólio das áreas da física, química, biologia, geologia e geografia (Santos, 2003: 178). Partilhou as instalações do Colégio das Artes, a partir de 1853, com a Faculdade de Medicina e o Hospital Escolar. Quando ocupava o Colégio das Artes, viu melhorados os instrumentos pedagógicos, o Gabinete de Física, o Laboratório de Química e adquiriu uma coleção de história natural ■ Liceu Nacional de Braga/Escola de Sá de Miranda. O Museu de Ciências Naturais da escola remonta ao Liceu Nacional de Braga, cuja entrada formal em funcionamento data de 1845, reunindo peças de vários gabinetes de ciências. O material didático, adquirido lentamente, incluiu ofertas de particulares, principalmente de antigos alunos que ofereceram instrumentos, coleções de minerais ou de conchas e animais embalsamados. “Em 1887, dos pequenos gabinetes que guardavam material das várias disciplinas, o mais bem equipado era, sem dúvida, o de Física, Química e História Natural” (Nóvoa, Santa-Clara (Coord.), 2003: 125). Em 1913, recebeu uma quantidade importante de material didático de Física e Química. Em 1921, o Liceu mudou-se para o edifício do extinto Colégio do Espírito Santo, que possuía laboratórios de Físico-Química e de Ciências Naturais e cujo material restante ali existente integrou as coleções liceais |

- Liceu Nacional de Bragança/Escola Secundária de Emídio Garcia. Há notícia de verbas dispensadas, na década de 80 do século XIX, para a aquisição de material de Laboratório de Físico-Química (Nóvoa, Santa-Clara (Coord.), 2003: 149)
- Liceu Nacional de Castelo Branco/Escola de Nuno Álvares. O Liceu, com o início de funcionamento datado de 1851/52, possuía um Museu de História Natural com provável origem em 1912 – reuniu as coleções de raiz do liceu velho e do antigo Colégio dos Jesuítas de São Fiel (Santos, 2003: 162 e 360). Efetivamente, poucos anos depois de o liceu ter sido instalado no antigo Paço Episcopal (o que aconteceu em 1911), dispunha de um amplo Museu de História Natural, de um Laboratório de Físico-Química e também de uma Biblioteca, enriquecidos com o espólio de São Fiel (Nóvoa, Santa-Clara (Coord.), 2003: 170)
- Liceu Nacional de Évora/Escola André de Gouveia. Com início de funcionamento em 1841/42, o Liceu Nacional de Évora possuía um Museu de Ciências com peças de zoologia, botânica, mineralogia e geologia; inclui material de origem da escola, sobretudo de zoologia (Santos, 2003: 304)
- Liceu Nacional da Guarda/Escola Secundária Afonso de Albuquerque. Entrou em funcionamento em 1855/56 e há notícias de ter adquirido o primeiro material para o Gabinete de Física em 1889 (Nóvoa, Santa-Clara (Coord.), 2003: 326)
- Liceu Nacional de Lisboa/Escola Passos Manuel. Primeiro liceu de Lisboa, iniciou as atividades no ano letivo de 1838/39. É detentor “do maior e mais rico acervo documental existente numa escola pública, congregando séries manuscritas e bibliográficas de diferentes instituições – algumas das primeiras remontam à segunda metade do século XVIII e das segundas têm mesmo datas extremas anteriores”. Catalogado no âmbito de um projeto de tratamento arquivístico financiado em 1996 pela FCT e pelo Gabinete do ministro da Educação, coordenado por António Nóvoa e João Vieira, a sua arrumação e acondicionamento foram desbaratados e caoticamente repostos em estantes impróprias e em instalações sem controlo de temperatura e humidade pela intervenção da Parque Escolar (Ó, 2011). O espólio diversificado é constituído por peças adquiridas pelo liceu e pela incorporação de peças do extinto Colégio de Campolide (Santos, 2003: 222)
- Liceu Nacional de Portalegre/Escola Secundária Mouzinho da Silveira. No Liceu de Portalegre, que iniciou atividade no ano letivo de 1851/52, observava-se em 1880 que o Gabinete de Física e Química apresentava “uma pobreza inexcusável” marcada pela quase total falta de aparelhos (Nóvoa, Santa-Clara (Coord.), 2003: 564). No início da década de 70 do século XX, os laboratórios de Física e de Ciências dispunham de materiais específicos, “armários com instrumentos, mesas mais compridas que as carteiras normais, onde se podiam fazer algumas experiências, e a câmara escura (uma antiga cabina telefónica), no primeiro caso; no segundo, animais empalhados, um esqueleto (...), microscópios e diapositivos. Na secção de São Francisco (Convento de São Francisco) seriam instalados verdadeiros laboratórios de Física e Ciências” (Nóvoa, Santa-Clara (Coord.), 2003: 570)
- Liceu Nacional do Porto/Escola Rodrigues de Freitas. Entrou em funcionamento no ano letivo de 1840/41, em três exíguas salas da Academia Politécnica do Porto (extinto Convento das Carmelitas), dividindo as instalações com essa academia e com a Academia de Belas-Artes. Possui um Museu de Ciência, recuperado do museu original, nas áreas de Biologia (Zoologia e Botânica), Geologia, Mineralogia, Paleontologia e Ciências Físico-Químicas (Santos, 2003: 94)

| | |
|------|--|
| | <p>■ Liceu Nacional de Santarém/Escola de Sá da Bandeira. Iniciou funcionamento no ano letivo de 1843/44. Dádivas de entidades nacionais e ultramarinas permitiram enriquecer o Liceu e fortalecer a componente do ensino experimental através da instalação de um Museu de Ciências Naturais e de um Museu Colonial (Nóvoa, Santa-Clara (Coord.), 2003: 714). Possui um Museu de Ciências Naturais que abrange as áreas da Biologia, Geologia e Mineralogia. O espólio inclui doações de colégios extintos e aquisições diversas (Santos, 2003: 262)</p> <p>■ Liceu Nacional de Viana do Castelo/Escola de Santa Maria Maior. O seu funcionamento inicial data do ano letivo de 1853/54 e o espólio que se foi juntando é das áreas da História (manuais antigos), da Geografia, equipamentos do Laboratório de Física e Química e mobiliário diverso, sendo que a maior parte desse material provém dos inícios do Liceu (Santos, 2003: 124)</p> <p>■ Liceu Nacional de Vila Real/Escola Camilo Castelo Branco. Iniciou o funcionamento em 1848/49. O espólio inclui peças do antigo Museu Colonial, instalado na escola nos anos 20 do século XX, nomeadamente: amostras de produtos agrícolas, florestais e industriais; exemplares de minerais e rochas de Angola; objetos de uso gentílico [pagão ou que denota a proveniência do lugar de origem] (Santos, 2003: 134; Nóvoa, Santa-Clara (Coord.), 2003: 779). Na origem do Museu esteve o reitor Pedro da Cunha Serra, que exerceu o cargo entre 1929 e 1935, e a colaboração do seu amigo e oficial da Marinha de Guerra Luís Celestino da Silva, que doou exemplares oriundos de populações africanas</p> <p>■ Museu João Allen (Porto)</p> <p>■ Museu do Conservatório das Artes e Ofícios (Lisboa)</p> <p>→ O Museu de História Natural da Ajuda (chamado Museu e Horto Botânico da Ajuda) é incorporado na Academia Real das Ciências de Lisboa</p> <p>■ Academias de Belas-Artes de Lisboa e do Porto. A Academia de Lisboa é instalada no Convento de São Francisco, lugar de acomodação de um conjunto de obras de arte dos extintos conventos</p> |
| 1837 | <p>■ Escola Politécnica (Lisboa), que inclui gabinetes de História Natural</p> <p>■ A Academia Portuense de Belas-Artes ocupa o mesmo espaço do Museu Portuense, o extinto Convento de Santo António; começa a comprar objetos para o estudo das belas-artes</p> |
| 1838 | <p>■ Sala de exposição de instrumentos de Física e de Química e de preparados fármaco-químicos da Sociedade Farmacêutica Lusitana</p> |
| 1839 | <p>→ O Museu Portuense é anexado à Academia Portuense de Belas-Artes</p> <p>→ Abertura do Museu Nacional ou Museu de Lisboa da Academia Real das Ciências de Lisboa (juntava o Museu de frei José Mayne, o Real Museu de História Natural da Ajuda, o recheio mineralógico da Intendência das Minas e Metais do Reino e coleções de diversas origens (Convento de Nossa Senhora de Jesus, Lisboa)</p> |
| 1842 | <p>■ Museu do Arsenal do Exército (Lisboa)</p> |

| | |
|-------------|--|
| 1844 | ■ Será estabelecido um jardim botânico e experimental na Academia Politécnica do Porto, instituição que absorve o Conservatório Portuense de Artes e Ofícios (Decreto acerca da instrução pública de 20 de setembro) |
| 1850 | → A Câmara Municipal do Porto adquire a totalidade do Museu João Allen |
| 1851 | ■ Museu de Artilharia (Lisboa) → Incorpora as coleções do Museu do Arsenal do Exército ■ Liceu Nacional de Aveiro/Escola de José Estevão. Dotado, a partir de 1920, de um Gabinete de Ciências Naturais ou Museu, que remonta pelo menos a 1860 (Santos, 2003: 146) |
| 1852 | ■ A Academia Portuense de Belas-Artes compra 170 objetos para o estudo das belas-arts (aulas de pintura, desenho, escultura e arquitetura) ■ Museu da Indústria do Instituto Industrial de Lisboa → Os objetos do Conservatório das Artes e Ofícios de Lisboa passam para o Museu da Indústria ■ Abertura do Museu da Cidade do Porto, Museu Municipal do Porto ou Novo Museu Portuense (Museu João Allen) |
| 1858 | → O Museu de História Natural da Academia das Ciências é incorporado na Escola Politécnica (Lisboa) ■ Museus escolares do Colégio de Campolide |
| 1859 | ■ Museu da Comissão Geológica do Reino |
| 1860 | ■ Nos cinco liceus de primeira classe (Lisboa, Coimbra, Porto, Braga e Évora) haverá, como estabelecimentos auxiliares de ensino, uma Biblioteca, um Gabinete de Física, um Laboratório Químico e uma coleção de objetos de História Natural e instrumentos de planimetria. Esta coleção deve formar um Museu de História Natural cuja conservação, assim como do Laboratório Químico e do Gabinete de Física, estará a cargo do professor de Física, Química e introdução à História Natural. Nos liceus de segunda classe, estes estabelecimentos auxiliares serão criados quando os fundos para a instrução secundária o permitirem (Decreto e regulamento de 10 de junho dando regulamento aos liceus nacionais) |
| 1862 | ■ Regulamento do Museu Nacional de Lisboa (Novo nome do Museu de História Natural da Escola Politécnica) |
| 1863 | ■ Haverá, nos cinco liceus de primeira classe, uma biblioteca, um Gabinete de Física, um Laboratório Químico e uma coleção de objetos de história natural e instrumentos de planimetria. Nos liceus formar-se-á um pequeno Museu de História Natural que satisfaça, quanto for possível, às necessidades de ensino. A conservação deste museu, assim como do Laboratório Químico e do Gabinete de Física, será confiada ao professor de Física, Química e Introdução à História Natural que terá, para este serviço, um guarda nomeado pelo governo (Decreto de 9 de setembro modificando e alterando algumas disposições do decreto de 10 de abril de 1860 relativo aos liceus) ■ Museu de Marinha (Lisboa) |

| | |
|------|--|
| | ■ Museus escolares do Colégio de São Fiel (Castelo Branco) |
| 1864 | ■ Museus tecnológicos dos Institutos industriais de Lisboa e do Porto (herdeiros dos museus da indústria de Lisboa e do Porto). O diploma de reforma do ensino industrial (Decreto de 20 de Dezembro regulando o ensino industrial em Lisboa, Porto, Guimarães, Covilhã e Portalegre, artigo 41.º) alude, quanto a estabelecimentos auxiliares de ensino, a um Laboratório Químico, a um Gabinete de Física e a “um museu tecnológico, compreendendo modelos, desenhos, instrumentos, diferentes produtos e materiais e todos os objetos próprios para ilustrarem o ensino industrial”. Os instrumentos industriais, modelos, desenhos e outros objetos do Estado que não fossem necessários aos estabelecimentos deviam ser depositados nos museus tecnológicos |
| 1866 | ■ Museu da Real Associação dos Arquitetos Cívicos e Arqueólogos Portugueses (Museu do Carmo) (Lisboa) |
| 1867 | ■ Galeria de Pintura do rei D. Luís I ■ Coleção Arqueológica da Ajuda/Gabinete Numismático do rei D. Luís I → A coleção de objetos litúrgicos de ourivesaria à guarda da Casa da Moeda passa para o depósito da Academia de Belas-Artes de Lisboa |
| 1868 | ■ Abertura da Galeria Nacional de Pintura |
| 1872 | ■ Haverá nos liceus uma Biblioteca, um Gabinete de Física, um Laboratório Químico, uma coleção de objetos de História Natural e instrumentos de planimetria e outra de modelos de ornato e de sólidos para o desenho mas estes estabelecimentos auxiliares só se organizam quando as condições dos liceus o permitirem. O Museu de História Natural é composto pelas coleções de Zoologia, Botânica e Mineralogia que sejam indispensáveis ao ensino. A direção, conservação e crescimento do Gabinete de Física, Laboratório de Química e Museu de História Natural são confiados aos professores das respectivas disciplinas (Decreto de 31 de março do regulamento novo dos liceus nacionais) ■ O Museu Tecnológico do Instituto Industrial e Comercial de Lisboa deveria conter “máquinas, ferramentas, moldes, matérias-primas, materiais de construção, modelos, instrumentos, livros, desenhos, publicações e produtos industriais” (Decreto de 18 de setembro aprovando o regulamento do Instituto Industrial e Comercial de Lisboa, art. 57.º). O Museu Tecnológico tinha por objetivos fornecer o material necessário ao ensino das disciplinas professadas no Instituto; divulgar os inventos e aperfeiçoamentos recentes; ensaiar aparelhos, processos e testar materiais susceptíveis de serem empregados nas indústrias e nas artes; registar os factos históricos mais relevantes dos progressos da ciência e indústria; e servir de exposição permanente dos produtos das indústrias nacionais e estrangeiras. O Conselho Escolar do Instituto devia determinar os dias e as horas em que o museu podia ser visitado pelo público |
| 1873 | ■ Museu do Conselho Geral das Alfândegas |
| 1874 | ■ Museu Arqueológico do Instituto de Coimbra → Reorganizado por António Augusto Gonçalves como Museu de Antiguidades |
| 1876 | ■ Museu Distrital de Santarém |

| | |
|------|--|
| | <ul style="list-style-type: none"> ■ O professor Carlos Maria Gomes Machado cria um museu junto do Gabinete de Ciências Naturais do Liceu de Ponta Delgada (Açores) |
| 1880 | <ul style="list-style-type: none"> ■ Em alterações à lei de reforma e reorganização da instrução primária de 2 de maio de 1878, o orçamento do Estado deve prever auxílio para fundação de museus e exposições escolares; e para a compra de instrumentos próprios para o ensino das ciências naturais (Lei de 11 de junho de reforma e reorganização da instrução primária) ■ Referência às demonstrações nos livros, mapas e aparelhos e à excursões escolares de Geografia, Botânica e Zoologia como meios auxiliares de ensino; e de verbas para aquisição de instrumentos e material para ensino prático e demonstrações (Lei de 14 de junho de reforma e organização da instrução secundária) ■ Museu Arqueológico de Elvas <p>→ O Gabinete de História Natural criado no Liceu de Ponta Delgada (Açores) abre as portas ao público com o nome Museu Açoriano</p> <ul style="list-style-type: none"> ■ Liceu Nacional de Lamego/Escola de Latino Coelho. Antigo Liceu de Lamego. A escola tem um museu de ciências com origem nas aulas secundárias de Lamego que remontam a 1846 e num Museu de Ciências Naturais que existiria no século XIX (Santos, 2003: 138). Em 1914 há menção a caixotes de material provenientes de Lisboa destinados para o Laboratório de Química e para o Gabinete de Ciências Naturais (Nóvoa, Santa-Clara (Coord.), 2003: 371) |
| 1882 | <ul style="list-style-type: none"> ■ Museu de Arte Religiosa da Sé de Coimbra ■ Museu Arqueológico da Sociedade Martins Sarmento (Guimarães) ■ Museu de Instrução Nacional da Sociedade de Instrução do Porto (Porto) |
| 1883 | <ul style="list-style-type: none"> ■ Museu Pedagógico Municipal de Lisboa (antiga Escola do Magistério Primário de Lisboa) ■ “Tesouro da Sé” (Coimbra) (Museu das Pratas da Sé, Museu de Arte Religiosa ou Museu de Ourivesaria e Tecidos) ■ Museu Industrial e Comercial do Porto; Museu Industrial e Comercial de Lisboa |
| 1884 | <p>→ A Escola de Desenho Industrial Gil Vicente, em Belém, é anexada ao Museu Industrial e Comercial de Lisboa (a Escola instala-se nos Jerónimos) (Lisboa)</p> <p>→ A Escola de Desenho Industrial Infante D. Henrique (Vilar) é anexada ao Museu Industrial e Comercial do Porto (a Escola instala-se junto do antigo circo do Palácio de Cristal) (Porto). Tem um património rico e raro proveniente de antigos cursos de têxteis, mecânica e electrotecnia (Santos, 2003: 90)</p> <ul style="list-style-type: none"> ■ Escola Industrial da Covilhã/Escola de Campos Melo. Criada em 1884, possui um espólio rico relacionado, a maior parte, com os antigos cursos lecionados em especial os da área têxtil além dos equipamentos das oficinas (Santos, 2003: 166) ■ Escola de Desenho Industrial Rainha Dona Leonor/Escola de Rafael Bordalo Pinheiro (Caldas da Rainha). Detém um espólio muito rico relacionado, especialmente, com cerâmica, têxteis e mecânica (Santos, 2003: 188) |

| | |
|------|--|
| | <p>■ Escola de Desenho Industrial Jácome Ratton/Escola de Jácome Ratton (Tomar). O seu espólio integra trabalhos relacionados com os antigos cursos e dispõe de gessos decorativos para execução de desenho à vista; bordados; têxteis; trabalhos em madeira, cerâmica, metal e vidro; provas de caligrafia e dactilografia; outro material didático diverso (Santos, 2003: 266)</p> <p>■ Escola Maria Pia/Escola Maria Amália Vaz de Carvalho (Lisboa). O Museu de Ciências integra o espólio do Laboratório de Ciências original da primeira escola secundária feminina e vários legados, distribuindo-se pelas áreas da Física, Química, Biologia, Geologia e Mineralogia (Santos, 2003: 198). No final dos anos 20 do século XX – já como Liceu Maria Amália Vaz de Carvalho – havia Laboratório de Química, instalações para Ciências Biológicas e Geológicas e Gabinete de Geografia (Nóvoa, Santa-Clara (Coord.), 2003: 493)</p> <p>■ Escola de Desenho Industrial Afonso Domingues (Lisboa). É dotada de um espólio muito rico com muitos trabalhos de alunos e com vários laboratórios (de eletricidade, máquinas eléctricas, electrónica) e oficinas (electrónica, soldadura, mecânica, eletricidade) (Santos, 2003: 202)</p> <p>■ Escola Industrial Marquês de Pombal/Escola Marquês de Pombal (Lisboa). A sua sala-museu (Leopoldo Battistini) detém um espólio de loiças decorativas, obras em azulejo, a pastel, óleo, carvão e aguarela (do pintor e ceramista Leopoldo Battistini) e de muitos dos seus discípulos (Santos, 2003: 216)</p> <p>■ Museu Nacional de Belas-Artes e Arqueologia (Museu das Janelas Verdes)</p> <p>→ A coleção da Galeria Nacional de Pintura do Convento de São Francisco é integrada no Museu Nacional</p> <p>■ Museu Natural da Escola Normal de Évora</p> |
| 1885 | ■ Museu Comercial, Industrial, Agrícola, Colonial e Etnográfico do Ateneu Comercial do Porto |
| 1886 | ■ Abertura do Museu Industrial do Porto |
| 1887 | ■ Museu de Arte Industrial (Coimbra) |
| 1888 | <p>■ Museu Agrícola e Florestal de Lisboa (Real Tapada da Ajuda)</p> <p>■ Segundo o regulamento das escolas industriais e de desenho industrial, cada escola industrial teria um museu com o material necessário para o ensino das disciplinas; com “modelos, ferramentas, aparelhos, desenhos, amostras, materiais e produtos necessários para divulgar os aperfeiçoamentos”, para ensaiar processos fabris inovadores, para tornar conhecidos produtos similares na localidade de implantação da escola e para “patentejar a história dos progressos da industrial local” (Decreto de 23 de fevereiro aprovando o regulamento das escolas industriais e de desenho industrial, art. 82.º)</p> <p>■ Escola de Desenho Industrial de Viana do Castelo/Escola de Monserrate</p> <p>Instituição com um espólio rico que inclui peças em talha, gesso, cerâmica, têxteis e vários utensílios (Santos, 2003: 120)</p> |

| | |
|-------|---|
| | <p>■ Escola de Desenho Industrial de Vila Real/Escola de São Pedro. O espólio é constituído por trabalhos de antigos alunos e equipamentos de Física, Química e Biologia (Santos, 2003: 136)</p> |
| 1889 | <p>■ Museu Industrial Marítimo (junto à Escola de Desenho Industrial Pedro Nunes (Faro))</p> |
| 1890 | <p>→ As coleções do Museu da Junqueira do marquês de Angeja (D. Pedro José de Noronha) são compradas pelo Colégio de Campolide e incorporadas no Museu de História Natural de Campolide</p> <p>→ O Museu Açoriano passa a pertencer ao município de Ponta Delgada</p> <p>■ Museu Paroquial de Santa Cruz (Coimbra)</p> |
| 1891 | <p>■ A reorganização do ensino industrial e comercial descreve os museus industriais e comerciais de Lisboa e do Porto com “caráter de exposições permanentes”, “destinados a expor ao público coleções de matérias-primas, de produtos ou de modelos fornecidos pelos particulares ou organizadas pelo Estado”, com diversificados objetivos: mostrar aos fabricantes nacionais onde e como poderiam obter matérias-primas necessárias ao desenvolvimento da atividade e dar a conhecer os produtos da sua indústria que mais facilmente poderiam ser transacionados em mercados estrangeiros; prestar a fabricantes e negociantes nacionais as informações sobre o andamento dos negócios em países estrangeiros e prestar esclarecimentos sobre a facilitação de transações comerciais; mostrar a fabricantes e negociantes nacionais e estrangeiros as melhores formas de obter os produtos de que necessitavam; mostrar ao público os produtos aperfeiçoados da indústria portuguesa moderna; documentar essa produção valiosa e chamar a atenção do público para os estabelecimentos fabris que mais se distinguiriam no sentido de “nacionalizar o consumo, defendendo os interesses nacionais”; proporcionar uma instrução prática através da exposição permanente de bons padrões e modelos das artes industriais de todos os países e estilos, “educando o gosto do produtor e do consumidor e fazendo apreciar o que há de valioso, de original e de característico nas tradições artísticas da indústria nacional”; patentear a história das indústrias e das artes industriais – sobretudo a história das indústrias nacionais, nomeando as suas origens, progressos e processos de trabalho, organizando coleções retrospectivas de ferramentas, utensílios, maquinismos e produtos (originais ou por meio de reproduções); mostrar o estado da instrução industrial e da arte industrial nacionais; organizar coleções de matérias-primas e de produtos industriais para exposições em países estrangeiros (Decreto de 8 de outubro de 1891 reorganizando o ensino industrial e comercial, art.º 67)</p> <p>■ Pequeno Seminário de Nossa Senhora da Oliveira/Liceu Martins Sarmiento/Escola Martins Sarmiento (Guimarães). A origem da escola (ex-Liceu de Guimarães) iniciou o funcionamento em 1891/92. Foi criado o Núcleo Museológico de Mineralogia com o nome do professor da escola Adérito Freitas, que doou os exemplares da coleção (Santos, 2003: 68). Nos anos 10 do século XX chamava-se a atenção para a falta absoluta de material indispensável para o ensino da Física, Química e História Natural, bem como para a ausência dos gabinetes de Física e de História Natural e do Laboratório de Química (Nóvoa, Santa-Clara (Coord.), 2003: 351)</p> |
| 1891? | <p>→ O Museu de Arte Industrial (Coimbra) é anexado à Escola Industrial Brotero</p> |
| 1892 | <p>■ Museu Municipal de Beja</p> <p>→ O Museu Pedagógico Municipal de Lisboa passa a designar-se Museu Pedagógico de Lisboa, ficando na tutela do Estado</p> |

| | |
|-------------|--|
| | → O Museu Colonial é confiado à Sociedade de Geografia de Lisboa, formando-se um museu colonial e etnográfico |
| 1893 | <p>■ Museu Etnográfico Português ⁽⁸⁾</p> <p>■ Escola Elementar de Comércio/Escola de Ferreira Borges (Lisboa). Dispõe de um espólio relacionado com os cursos anteriormente lecionados (Santos, 2003: 212)</p> |
| 1894 | <p>■ Museu Municipal de Alcácer do Sal; Museu Municipal da Figueira da Foz</p> <p>■ A reforma da instrução secundária alude à existência em cada liceu nacional de dois guardas, um da biblioteca, outro do Museu (Decreto de 22 de dezembro aprovando a reforma dos serviços da instrução secundária)</p> |
| 1895 | <p>■ A regulamentação geral do ensino secundário afirma que, para a transmissão de conhecimentos materiais, o primeiro meio auxiliar é a presença de objetos respeitantes aos conhecimentos transmitidos; e o segundo a descrição gráfica (escrita ou desenho); quando os objetos têm um grande número de particularidades, deve recorrer-se ao emprego do desenho esquemático (Decreto de 14 de agosto aprovando o regulamento geral do ensino secundário)</p> |
| 1896 | <p>■ Em cada liceu nacional haverá dois guardas, para a Biblioteca e para o Museu (Decreto de 28 de maio organizando a instrução secundária)</p> <p>→ Reabertura do Museu Arqueológico do Instituto de Coimbra (“Museu de Antiguidades do Instituto de Coimbra ou Museu de Antiguidades de António Augusto Gonçalves”)</p> |
| 1898 | <p>■ Museu de Arqueologia Cristã da Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira (Guimarães)</p> <p>■ Museu Aquário Vasco da Gama (Algés)</p> <p>■ Escola de Desenho Industrial de Viseu/Escola de Emídio Navarro. Tem um espólio resultante de trabalhos realizados nas suas oficinas desde a sua origem, como bordados e peças em madeira e em ferro (Santos, 2003: 184)</p> |
| 1900 | <p>■ Museu Industrial da Sociedade Martins Sarmento; Museu Colonial da Sociedade Martins Sarmento (Guimarães)</p> |
| 1902 | <p>■ Secção do Liceu Central de Lisboa/Escola de Camões. O segundo liceu da capital portuguesa desde a criação da instrução secundária (1836) foi criado em 1902 e iniciou funcionamento no ano letivo de 1903/04. Instalado inicialmente no Palácio da Regaleira, no largo de São Domingos, não dispunha de gabinetes de Física, Química e Zoologia. Ganhou um edifício próprio em 1909, já como liceu central da 1.ª zona escolar de Lisboa (a capital estava repartida em três zonas escolares) e cedo serviu como depósito de material didático e ponto de distribuição de objetos comprados no estrangeiro para serem remetidos aos diversos liceus do país. O atual Museu de História resulta da recuperação e transferência de uma parte do espólio do Museu de Ciências Naturais (antigo Museu de Ciências Biológicas e Geológicas), criado em 1909/10 – quando o Liceu Camões foi instalado em edifício próprio – e compreende peças de Física, Biologia, Geologia, Geografia e Artes Visuais (Santos, 2003: 194)</p> |
| 1903 | <p>■ Museu Arqueológico da Cidade de Évora</p> |

| | |
|-------------|---|
| 1904 | <p>■ Escola Municipal Secundária da Póvoa de Varzim/Escola Eça de Queirós. Os anos 30 do século XX registam ofertas da Comissão Administrativa da Câmara Municipal através dos recheios integrais de dois equipamentos, a Biblioteca Municipal de Camões e o Museu Regional Rocha Peixoto, ou seja, um património vasto de arte e literatura com secções de Arqueologia, Zoologia, Botânica, Numismática, entre outras. Mais tarde, juntaram-se outras doações, como uma coleção de produtos naturais do Ultramar português (do Museu Agrícola Colonial de Lisboa) e outra de amoreiras (da Estação Serícola de Mirandela (Nóvoa, Santa-Clara (Coord.), 2003: 695). O espólio compreende esqueletos, rochas, minerais, fósseis, animais conservados, entre outros (Santos, 2003: 98)</p> |
| 1905 | <p>■ Museu dos Coches Reais (Lisboa)</p> <p>■ Museu do Tesouro da Capela de São João Baptista (futuro Museu de São Roque) (Lisboa)</p> <p>■ Entre as providências que se impunham para a melhoria da instrução secundária estava a dotação dos liceus com bibliotecas, museus, gabinetes de Física e laboratórios de Química, segundo se lia no preâmbulo do plano dos liceus. Na redação do plano, contudo, os museus não eram explicitamente mencionados. “A conservação do edifício de cada liceu, e bem assim a conservação e progressiva aquisição de mobiliário e material didático para as aulas, biblioteca, gabinete de física, laboratório de química, ginásio e outros meios educativos, serão custeadas por uma verba anual destinada a cada liceu”. Aparecia, contudo, uma referência aos museus nos processos de concurso ao magistério secundário. “Para os candidatos ao quinto ou sexto grupo a prova prática consta, além de duas lições, de exercícios práticos no museu, gabinete de física ou laboratório químico durante cerca de duas horas” (Decreto de 29 de agosto modificando o regime vigente da instrução secundária)</p> |
| 1906 | <p>■ Haverá, no Liceu feminino Maria Pia, em Lisboa, uma Biblioteca, um Gabinete de Física, um Laboratório de Química, um Museu de História Natural, um Museu Escolar e uma cozinha. “A direção, conservação e desenvolvimento do gabinete, laboratório, museu de história, cozinha, pertencem aos professores das disciplinas respectivas; as do museu escolar pertencem à regente” (Decreto de 31 de janeiro que aprova a organização do Liceu Maria Pia, em Lisboa)</p> <p>■ Liceu Central da 1.^a zona escolar do Porto/Escola de Alexandre Herculano. Ficou inicialmente sediado num edifício alugado e, em 1908, passou para dois edifícios até ser construído um de raiz para a sua instalação, com laboratórios e anfiteatros de Física e Química e gabinetes anexos. Nos anos 30 do século XX havia descrições pelo agrado das instalações. ““Algumas instalações do liceu já hoje são modelares. Estão neste caso as instalações de química, as de física, as de geografia, as de ciências geológicas e biológicas...”” (Nóvoa, Santa-Clara (Coord.), 2003: 598). Refere-se que tem, desde a origem, um Museu de Ciências Naturais (Santos, 2003: 84)</p> |

| | |
|-------------|--|
| | <p>■ Liceu Central da 3.^a zona escolar de Lisboa/“Liceu da Lapa”/Escola de Pedro Nunes. O Museu de Ciências Naturais do Liceu possui um espólio ligado principalmente às áreas da Biologia e da Geologia (nomeadamente mapas, modelos, esqueletos, animais embalsamados, rochas e minerais) (Santos, 2003: 228); inclui “magníficas coleções de animais vertebrados e invertebrados, bem como muitos modelos de anatomia animal e vegetal” (Nóvoa, Santa-Clara (Coord.), 2003: 554). Durante muitos anos, foi o único liceu de Lisboa preparado para a formação de professores, tendo acumulado um vasto grupo de materiais didáticos, entre os quais “um espectroscópio de Bunsen e Kirchoff, um microscópio solar, uma luneta astronómica, um estereoscópio de madeira com 10 vistas estereoscópicas, uma grafonola portátil ‘His Master Voice’, uma máquina de escrever Underwood com caracteres gregos, um sextante, um astrolábio, uma balança hidrostática, uma esfera armilar e outra com base do zodíaco, um telúrio, um modelo de máquina a vapor, um relógio solar, um espelho cilíndrico com formas anamórficas coloridas, etc.” (Nóvoa, Santa-Clara (Coord.), 2003: 554). O liceu teve um Museu Colonial, “compreendendo, em vários armários envidraçados, ‘diversos mostruários com produtos agrícolas, florestais e minerais das colónias portuguesas e objetos de arte gentílica’” (<i>Idem, ibidem</i>)</p> |
| 1908 | → Instituto de Ciências Naturais do Colégio de Campolide |
| 1910 | ■ Museu-Biblioteca Comemorativo da Batalha do Bussaco |

Categorias:

■ Gabinetes de iniciativa privada
 ■ Museus de iniciativa privada
 ■ Museus do Estado
 ■ Museus pedagógicos
 ■ Reformas de instrução pública

→ Incorporações, vendas, doações, reorganizações

Considerou-se a criação dos estabelecimentos de ensino secundário e não necessariamente dos seus museus. Os estabelecimentos liceais tinham coleções museológicas, mais ou menos desenvolvidas. “Em 1895, a maioria dos liceus portugueses tinha um pequeno museu escolar de história natural. As coleções dos liceus eram, essencialmente, constituídas por exemplares zoológicos, botânicos, geológicos e mineralógicos” (Gomes, 2014 : 143). Os liceus referidos com coleções eram então 18, aqueles que, de entre 24, cumpriram as determinações de uma carta aos reitores pedindo que fizessem chegar ao Ministério do Reino a relação do material que tivessem para o ensino da Geografia, Ciências Físicas e Naturais e Desenho: Horta, Angra do Heroísmo, Braga, Lisboa, Coimbra, Porto, Santarém, Évora, Funchal, Guarda, Ponta Delgada, Beja, Faro, Vila Real, Leiria, Viseu, Bragança e Portalegre.

Outros estabelecimentos existentes não referidos nesta cronologia:

- > Museus: do conde de Vimieiro (Alcoentre); de Luís Máximo Alfredo de Pinto de Sousa (Porto); do padre oratoriano João Faustino (Casa do Espírito Santo, Lisboa); de Miguel Ângelo Lupi (Casa do marquês do Lourical); do comerciante alemão Adolfo Frederico Lindenberg (Rua Formosa, Lisboa)
- > Jardins Botânicos: de Sua Alteza (Palhavã); do marquês de Abrantes (Benfica)
- > Gabinetes de Física: de Sua Alteza Real o príncipe regente; do Real Hospício de Nossa Senhora das Necessidades; do marquês de Tancos (Costa do Castelo); dos Cónegos Regrantes de São Vicente de Fora; de Tibério Le Blanc
- > Gabinetes de Medalhas e Antiguidades: de Sua Alteza Real o príncipe regente; dos Monges Beneditinos; do abade Granier, capelão da Capela de São Luís; de João Vidal da Costa; de João de Magalhães de Avelar (Coimbra); de Francisco Rodrigues Batalha; do visconde Santarém; de Francisco José de Horta Machado; de Luís Duarte Vilela da Silva; de Francisco Moreira Alves; de Jorge Pay
- > Laboratórios Químicos: de Sua Alteza Real o príncipe regente; de Luís Máximo Alfredo Pinto de Sousa (Porto); de António de Sousa da Silva Alcoforado (Guimarães); da Casa da Moeda
- > Observatórios Astronómicos: da Academia Real da Marinha; da Academia Real dos Guardas Marinhas; do Real Hospício das Necessidades; da Academia Real das Ciências; da Universidade de Coimbra
- > Gabinetes de Física: de João Diogo de Barros Leitão de Carvalhosa, primeiro visconde de Santarém (Sacavém)

A bibliografia específica para a construção deste anexo está indicada no final da bibliografia geral.

⁽¹⁾ A data corresponde ao início da permanência do naturalista italiano Domingos Vandelli em Lisboa, que terá sido contratado para trabalhar no traçado do jardim, na escolha de espécies arbóreas e na organização das coleções naturais (Cf. Brigola, 2003: 371-372)

⁽²⁾ Data de 1768 o traço do Jardim Botânico e a referência à existência do museu no ano seguinte (Cf. Brigola, 2003: 514)

⁽³⁾ João Brigola situa a criação do Gabinete de História Natural de frei José Mayne em 1792, data da inauguração de uma aula de história natural no Convento de Jesus

⁽⁴⁾ Publicitado pela primeira vez no *Almanach de Lisboa*

⁽⁵⁾ Segundo notícia de a *Gazeta de Lisboa* de 22-6-1790

⁽⁶⁾ Primeira referência no *Almanach de Lisboa* para o ano de 1803 (Cf. Brigola, 2003: 540)

⁽⁷⁾ O Museu de Pinturas, Estampas e Outros Objetos de Belas-Artes foi uma iniciativa de D. Pedro, regente em nome da rainha. É o Museu Portuense, também chamado Ateneu D. Pedro ou Ateneu Portuense

⁽⁸⁾ O Museu Etnográfico Português passou a chamar-se Museu Etnológico Português em 1897 e Museu Nacional de Arqueologia do Doutor José Leite de Vasconcelos em 1903